



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3175

Sexta-feira - 19 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Descanso	368	Lontras	570
Agrolândia	8	Dionísio Cerqueira	370	Luiz Alves	574
Agronômica	10	Dona Emma	371	Luzerna	577
Água Doce	58	Doutor Pedrinho	372	Macieira	582
Águas de Chapecó	59	Entre Rios	374	Mafrá	583
Águas Frias	60	Ermo	375	Maracajá	587
Águas Mornas	61	Faxinal dos Guedes	381	Maravilha	588
Alto Bela Vista	62	Formosa do Sul	382	Marema	589
Anchieta	66	Forquilha	384	Massaranduba	590
Angelina	109	Fraiburgo	386	Matos Costa	597
Anitápolis	110	Frei Rogério	393	Meleiro	599
Antônio Carlos	121	Garopaba	394	Modelo	600
Apiuna	122	Garuva	395	Mondaí	602
Arabutã	124	Gaspar	401	Monte Carlo	605
Arroio Trinta	137	Governador Celso Ramos	404	Monte Castelo	636
Atalanta	139	Grão Pará	408	Morro da Fumaça	643
Balneário Piçarras	140	Gravatal	410	Navegantes	646
Balneário Rincão	145	Guaraciaba	411	Nova Itaberaba	654
Bandeirante	146	Guaramirim	413	Nova Trento	659
Barra Bonita	149	Guarujá do Sul	416	Nova Veneza	664
Barra Velha	150	Guatambú	417	Novo Horizonte	666
Bela Vista do Toldo	151	Herval d'Oeste	420	Orleans	670
Belmonte	155	Ibiam	424	Otacílio Costa	678
Benedito Novo	156	Ibicaré	426	Palhoça	702
Biguaçu	158	Ilhota	427	Palmitos	804
Blumenau	167	Imarui	430	Papanduva	805
Bom Jardim da Serra	181	Imbituba	432	Passos Maia	807
Bom Jesus do Oeste	188	Indaial	436	Paulo Lopes	808
Bom Retiro	190	Iomerê	439	Penha	812
Botuvera	194	Ipira	440	Peritiba	827
Brusque	195	Ipuacú	441	Pescaria Brava	829
Caçador	203	Ipumirim	444	Petrolândia	830
Caibi	215	Iraceminha	446	Pinhalzinho	831
Camboriú	216	Irani	450	Pinheiro Preto	836
Campo Alegre	218	Irineópolis	464	Piratuba	839
Campos Novos	221	Itá	465	Pomerode	840
Canoinhas	252	Itapiranga	466	Ponte Serrada	854
Caxambu do Sul	268	Itapoá	468	Porto Belo	855
Chapadão do Lageado	269	Ituporanga	471	Porto União	857
Chapecó	272	Jaborá	494	Pouso Redondo	898
Cocal do Sul	278	Jacinto Machado	495	Presidente Castello Branco	900
Concórdia	294	Jaraguá do Sul	497	Princesa	901
Cordilheira Alta	305	Joaçaba	526	Quilombo	1063
Coronel Martins	311	Jupia	532	Rancho Queimado	1066
Correia Pinto	315	Lages	534	Rio do Campo	1067
Corupá	318	Lauro Muller	536	Rio do Oeste	1068
Cunha Porã	322	Lebon Regis	551	Rio do Sul	1072
Cunhataí	325	Leoberto Leal	552	Rio Negrinho	1122
Curitibanos	328	Lindóia do Sul	569	Saltinho	1124

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3175

Sexta-feira - 19 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Santa Cecília	1125	São José do Cedro.....	1202	Três Barras	1266
Santa Helena	1126	São Lourenço do Oeste.....	1203	Treviso	1271
Santa Rosa de Lima.....	1156	São Miguel da Boa Vista	1209	Treze Tílias	1285
Santa Terezinha do Progresso	1161	São Miguel do Oeste.....	1212	Trombudo Central.....	1287
Santo Amaro da Imperatriz	1165	São Pedro de Alcântara.....	1233	Tunápolis	1330
São Bento do Sul.....	1166	Saudades.....	1235	Turvo	1332
São Bernardino	1173	Schroeder	1236	Urubici	1334
São Carlos	1176	Seara	1246	Urussanga	1335
São Francisco do Sul.....	1179	Serra Alta	1248	Vargem	1336
São João Batista.....	1181	Siderópolis.....	1256	Videira.....	1337
São João do Oeste	1187	Tangará	1257	Xanxerê.....	1343
São João do Sul	1188	Tigrinhos	1259	Xavantina	1346
São Joaquim	1190	Tijucas	1260	Xaxim.....	1349
São José.....	1194	Timbó	1263		

Associações

AMMVI	1350
-------------	------

Consórcios

AGIR	1351
CIMVI.....	1351
CINCATARINA	1358
CIS/AMURES.....	1379
CISAM	1382
CISAMREC	1393
CIAPS.....	1395
CISAM-SUL	1406



Abdon Batista**PREFEITURA****DECRETO 065 DE 29 DE MAIO DE 2020**

Publicação Nº 2527905

DECRETO Nº 000065/20 de 29 de Maio de 2020

Abre crédito adicional - suplementar – originário do Orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$57.081,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.039 – Coleta, transporte e Armazenagem de lixo

91- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$57.081,00

Total: R\$57.081,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Superávit Financeiro Total: R\$57.081,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

DECRETO 066 DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2527912

DECRETO Nº 000066/20 de 29 de Maio de 2020

Abre crédito adicional - suplementar – originário do Orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$1.752,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.114 – PAC I – Piso de Alta Complexidade I

5- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Transf. Instituições Privadas Sem Fins Luc. R\$1.752,00

Total: R\$1.752,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Superávit Financeiro Total: R\$1.752,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

DECRETO 64 DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2527773

DECRETO Nº 000064/20 de 29 de Maio de 2020

Abre crédito adicional - suplementar – originário do Orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$38.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.037 – Serviços Urbanos e de Utilidade Pública

84- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$38.000,00

Total: R\$38.000,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.037 – Serviços Urbanos e de Utilidade Pública

83- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$38.000,00

Total: R\$38.000,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

LEI 1062 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527935

LEI 1.062/2020 de 17 de junho de 2020

(Origem Projeto de Lei no. 567/2020 de 26 de maio de 2020).

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei torna público que a Câmara Municipal de Vereadores, votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei :

Art. 1º. – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, para o exercício de 2020.

Adicionar:

Órgão 04: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.114 – PAC I – Piso de Alta Complexidade I

5 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Transf. Instit. Privadas sem Fins R\$40.000,00

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 04: SECRETARIA DE OBRAS

1.005 – Pavimentação Urbana

49 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$100.000,0

Total: R\$140.000,00

Subtrair:

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 03 – SECRETARIA EDUCAÇÃO

2.020 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

34 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$140.000,00

Total: R\$140.000,00

Art. 2º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Abdon batista, SC, 17 de junho de 2020.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

LEI 1063 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527959

LEI NR 1.063/2020 de 17 de junho de 2020
(Origem Projeto de Lei no. 568/2020 de 02 de junho de 2020).

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei torna público que a Câmara Municipal de Vereadores, votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, para o exercício de 2020.

Adicionar:

Órgão 02: PODER EXECUTIVO

UNIDADE 07: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

1.106 – Construção de Quadra Coberta

100 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas \$308.000,0

Total: R\$308.000,00

Subtrair:

Órgão 02: PODER EXECUTIVO

UNIDADE 03: SECRETARIA E EDUCAÇÃO

1.108 – Construções, Ampliações e Reformas no Ensino Fundamental

22 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$58.000,00

Órgão 02- PODER EXECUTIVO

Unidade 03 – SECRETARIA EDUCAÇÃO

2.019 – Manutenção do Ensino Fundamental

32 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$250.000,00

Total: R\$308.000,00

Art. 2º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Abdon batista, SC, 17 de junho de 2020.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

LEI 1064 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527990

LEI NR 1.064/2020 de 17 de junho de 2020
(Origem Projeto de Lei no. 569/2020 de 02 de junho de 2020).

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei torna público que a Câmara Municipal de Vereadores, votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, para o exercício de 2020.

Adicionar:

Órgão 02: PODER EXECUTIVO

UNIDADE 04: SECRETARIA DE OBRAS

1.005 – Pavimentação Urbana

49 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$250.000,00

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
1.111 – Implantação de Parque Aquático
132 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$200.000,00
Total: R\$450.000,00

Subtrair:
Órgão 02: PODER EXECUTIVO
UNIDADE 03: SECRETARIA E EDUCAÇÃO
2.020 – Transporte Escolar - Ensino Fundamental
34 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$100.000,00

Órgão 02: PODER EXECUTIVO
UNIDADE 03: SECRETARIA E EDUCAÇÃO
2.025 - Manutenção da Educação Infantil
45 - 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$100.000,00

Órgão 02: PODER EXECUTIVO
UNIDADE 04: SECRETARIA DE OBRAS
2.031 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Urbanismo
61 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$150.000,00

Órgão 02: PODER EXECUTIVO
UNIDADE 06: DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
2.040 - Sistema Municipal de Água
93- 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$100.000,00
Total: R\$450.000,0

Art. 2º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Abdon batista, SC, 17 de junho de 2020.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

PREGÃO PRESENCIAL 35/2020

Publicação Nº 2527716

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 50/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 35/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO DE ACORDO COM PROGRAMA DE ASSISTENCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)
TIPO : Menor preço item
Abertura da Sessão: 14: 00hs. do dia 01 de julho de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 17 de junho de 2020

Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 36/2020

Publicação Nº 2527719

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 51/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 36/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E DOCUMENTOS CONTÁBEIS, LOCAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E

DOCUMENTOS CONTÁBEIS, CONVERSÃO DE DADOS E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC", conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência

TIPO : Menor preço item

Abertura da Sessão: 14: 00hs. do dia 02 de julho de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 17 de junho de 2020

Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

INDICAÇÃO Nº 020/2020

Publicação Nº 2528846



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGROLÂNDIA

INDICAÇÃO Nº. 020/2020

Senhor Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do art. 154 do Regimento Interno, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Prefeito, ouvido o Plenário desta Casa, para que sejam realizados estudos para a implantação de uma lombada no Bairro Siegel, na Rua Pitangueira, mais precisamente no trecho compreendido entre os números 800 a 1000 (no final do asfalto).

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação justifica-se, considerando que nas proximidades há muitas empresas, inclusive sendo parte da área industrial do nosso Município, e com isso o fluxo de pedestres, ciclistas e motoristas, é intenso.

Considerando que já houve vários acidentes próximo deste local.

Considerando que este trecho possui uma grande reta, onde a velocidade praticada normalmente é acima da média, colocando um risco inerente à população.

E, por fim, considerando que foram vários os pedidos feitos a este Vereador, por moradores e empresários daquela localidade, para a implantação desta lombada.

Termos em que
P.Deferimento.

Plenário Vereador Emil Jansen
Agrolândia, 22 de maio de 2020.

Claércio Figueredo
Vereador

INDICAÇÃO Nº 021/2020

Publicação Nº 2528838

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGROLÂNDIA****INDICAÇÃO Nº. 021/2020**

Senhor Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do art. 154 do Regimento Interno, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Prefeito, ouvido o Plenário desta Casa, para que sejam feitos estudos pelo Setor competente para que a Administração Municipal possa fazer o processo de licitação para a realização das obras de passeios das ruas de todo o Centro do Município de Agrolândia.

JUSTIFICATIVA

Esta Indicação justifica-se, tendo em vista que o vereador autor desta, percebeu que alguns proprietários do comércio do Centro da cidade estão, eles próprios, fazendo os passeios em frente aos seus estabelecimentos, que é dever do Poder Público, ressaltando que tal obra se faz necessária, porque atualmente é impossível transitar pelo Centro de cadeira de rodas e ao mesmo tempo parabeniza a iniciativa dos comerciantes e lamenta que tal obra não está sendo realizada pela Prefeitura.

Termos em que

P.Deferimento.

Plenário Vereador Emil Jansen
Agrolândia, 15 de junho de 2020.

Hélio Miranda de Oliveira

Vereador

Indicação nº 021/2020, de 15 de junho de 2020.

Página 1 de 1

Agronômica

PREFEITURA

335/2020

Publicação Nº 2528089

PORTARIA N.º 335/2020 DE 19 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agronômica,

Considerando a certidão de óbito 106823 01 55 2020 4 00003 109 0000769 59 de Sibile Maiberg.

RESOLVE:

1-) Fica concedido a exoneração, de seu cargo e funções a partir de 15/06/2020, (quinze de junho de dois mil e vinte), para a servidora municipal Sra. SIBILE MAIBERG, matrícula n.º 390, ocupante do cargo efetivo de MERENDEIRA 20 HORAS, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 19 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2020

Publicação Nº 2528037

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA**Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 - Centro - 89188-000 - Agronômica/ SC

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2020

O Município de Agronômica, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição Federal, combinado com os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195 de 24/2/1967 e Lei Complementar Municipal nº 139/2019, leva ao conhecimento dos interessados que serão executadas as obras de que trata este edital, apresentando-se a estimativa de custo e avaliação dos imóveis para fins de possível cobrança da contribuição de melhoria, conforme descrições que seguem.

1. Do fato gerador do tributo:

A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. Da natureza e dos locais da obra:

Pavimentação asfáltica na Rua Juvenal Maçaneiro, no Bairro Belo Horizonte, com extensão de 981,48 metros, abrangendo área total de 8.555,86 m², contendo ainda serviços de drenagem pluvial, reaterro de passeios e sinalização viária.

3. Delimitação da zona de influência:

A contribuição será exigida dos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis lindeiros, situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que forem valorizados.

4. Memorial descritivo do projeto:

A pavimentação da Rua Juvenal Maçaneiro compreende as seguintes etapas terraplanagem, drenagem pluvial com tubos de 40, 50 e 60 cm de diâmetro, caixa junção e inspeção em alvenaria, regularização da cancha da via, colocação de brita graduada sobre uma base, imprimação, pintura de ligação, capa asfáltica, meio fio em concreto e sinalização viária, conforme exposto no memorial descritivo constante do Anexo I.

5. Orçamento de custo:

O custo, nele compreendido todos os materiais e serviços necessários, é de R\$1.348.591,45 (um milhão trezentos e quarenta e oito mil e quinhentos e noventa e um reais com quarenta e cinco centavos), conforme exposto no Anexo II.

6. Determinação da parcela do custo da obra:



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

Caberá aos contribuintes definidos no item 3 deste edital (proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis lindeiros da Rua Juvenal Maçaneiro) o custeio de 100% (cem por cento) do custo da obra.

7. Determinação da parcela abrangida pelo tributo:

A base de cálculo da contribuição será estabelecida pelo *quantum* de valorização obtida pelos imóveis, cujo valor será obtido pelo comparativo das duas avaliações, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos, e constantes do Anexo III e o segundo, ao seu término da obra.

As avaliações foram elaboradas pela Comissão do município nomeada pelo Decreto nº 084/2017 e gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário, não sendo utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, o valor do tributo terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, respeitado o percentual do custo da obra a ser recuperado pela cobrança do tributo.

8. Fórmula do cálculo de rateio:

O fator de rateio será obtido pelo percentual de valorização de cada imóvel, dentro do contexto dos imóveis beneficiados (definidos no item 3 deste edital). Este percentual será aplicado ao custo total da obra a ser financiado pelos contribuintes (definidos no item 6 deste edital), limitando-se a contribuição de cada imóvel a sua própria valorização.

9. Da impugnação dos elementos deste edital:

Os beneficiados com a obra nomeados no item 03 do presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação, para apresentar impugnação de quaisquer dos elementos constantes do Edital.

A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração, através de petição protocolada e fundamentada, nos termos da legislação tributária municipal vigente.

A impugnação não suspende o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários ao lançamento, arrecadação ou cobrança do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

10. Disposições finais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura, em especial, todos os elementos que serviram de base para avaliação dos imóveis, bem como, ata da reunião.

Agronômica, 16 de junho de 2020.

Cesar Luiz Cunha
Prefeito Municipal

Volnice Regina Flausino
Fiscal de Tributos, Obras e Posturas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA**Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

ANEXO I**MEMORIAL DESCRITIVO****MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****OBRA:**

PAVIMENTAÇÃO DA RUA JUVENAL MAÇANEIRO

EXTENSÃO: Estaca 0 à Estaca 49+1,48 = 981,48m

CONTRATANTE:

AGRONÔMICA/SC

LOCAL:

RUA JUVENAL MAÇANEIRO, AGRONÔMICA/SC. DATA: 30/04/2019

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	<u>5</u>
<u>SERVICOS INICIAIS.....</u>	<u>6</u>
<u>PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO.....</u>	<u>6</u>
<u>PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS.....</u>	<u>6</u>
<u>LOCAÇÃO DE OBRA COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS (INCLUSIVE TOPÓGRAFO E NIVELADOR).....</u>	<u>7</u>
<u>RELOCAÇÃO DE POSTES DA REDE DA CELESC</u>	<u>7</u>
<u>TERRAPLANAGEM.....</u>	<u>8</u>
<u>CORTES 8</u>	
<u>Generalidades</u>	<u>8</u>
<u>Equipamentos</u>	<u>8</u>
<u>Execução 8</u>	
<u>Controle 9</u>	
<u>ATERROS</u>	<u>9</u>
<u>Generalidades</u>	<u>9</u>
<u>Materiais 9</u>	
<u>Equipamentos</u>	<u>10</u>
<u>Execução 10</u>	
<u>DRENAGEM PLUVIAL.....</u>	<u>10</u>
<u>ESTUDOS HIDROLÓGICOS</u>	<u>10</u>
<u>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u>	<u>11</u>
<u>DIMENSIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE DRENAGEM COM TUBOS DE CONCRETO 11FORMA DE ASSENTAMENTO DOS TUBOS COM REATERRO DE BRITA.....</u>	<u>11</u>

<u>FORMA DE ASSENTAMENTO DOS TUBOS COM BERÇO DE ENROCAMENTO E</u>	
<u>REATERRO DE MATERIAL DE 1º CATEGORIA COMPACTADO</u>	<u>12</u>
<u>TUBOS CIRCULARES DE CONCRETO.....</u>	<u>12</u>
<u>CAIXAS DE CAPTAÇÃO.....</u>	<u>13</u>
<u>CAIXAS DE INSPEÇÃO.....</u>	<u>13</u>
<u>CAIXAS DE JUNÇÃO</u>	<u>13</u>
<u>BOCA PARA BUEIRO TUBULAR EM CONCRETO</u>	<u>14</u>
<u>PROJETO GEOMÉTRICO</u>	<u>14</u>
<u>PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO</u>	<u>15</u>
<u>TRÁFEGO</u>	<u>15</u>
<u>MEMÓRIA DE CÁLCULO</u>	<u>15</u>
<u>EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO</u>	<u>17</u>
<u>REGULARIZAÇÃO E PREPARO DA CANCHA COMPACTADA</u>	<u>17</u>
<u>CAMADA DE MACADAME SECO</u>	<u>18</u>
<u>CAMADA DE BRITA GRADUADA</u>	<u>21</u>
<u>IMPRIMAÇÃO.....</u>	<u>24</u>
<u>PINTURA DE LIGAÇÃO.....</u>	<u>27</u>
<u>APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE.....</u>	<u>28</u>
<u>MEIO FIO DE CONCRETO.....</u>	<u>31</u>
<u>PASSEIOS</u>	<u>32</u>
<u>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....</u>	<u>32</u>
<u>COMPACTAÇÃO DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DOS PASSEIOS</u>	<u>32</u>
<u>SINALIZAÇÃO VIÁRIA.....</u>	<u>32</u>
<u>PINTURA DE FAIXAS HORIZONTAIS.....</u>	<u>32</u>
<u>PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO.....</u>	<u>34</u>

[PLACAS INDICATIVAS DE RUA.....35](#)

[FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRE.....35](#)



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

APRESENTAÇÃO

Observações Gerais:

O presente memorial descritivo de procedimentos tem por objetivo estabelecer as condições técnicas mínimas a serem obedecidas na execução da obra, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos.

Todas as obras e serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com os projetos básicos fornecidos com as prescrições contidas no presente memorial e com as normas técnicas da **ABNT**, ou suas sucessoras e Legislações Federal, Estadual, Municipal, vigentes e pertinentes.

Será de responsabilidade da empresa **CONTRATADA** o fornecimento de placa de obra, Engenheiro responsável pela execução, alojamento dos funcionários, encargos dos funcionários, abastecimento de água e energia bem como o fornecimento de alimentação para estes.

Todos os materiais e serviços a serem empregados deverão satisfazer as exigências da ABNT e da Prefeitura Municipal. Junto à obra deverá ficar uma via deste Memorial Descritivo, e dos projetos devidamente aprovados pelas autoridades competentes, acompanhados pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e ou (RRT) do responsável pelo projeto e pela execução da obra

Obrigações da Fiscalização:

Todos os serviços citados neste memorial e especificados em projeto deverão ficar perfeitamente executados pela EMPREITEIRA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

A fiscalização deverá ter conhecimento pleno do projeto e quaisquer divergências ou dúvidas entre projeto e execução deverá entrar em contato com o responsável técnico antes de geradas as alterações.

A fiscalização não desobriga a EMPREITEIRA de sua total responsabilidade pelos atrasos, construção, mão-de-obra, equipamentos e materiais nos termos da legislação vigente e na forma deste documento.

Obrigações da Empreiteira:

Ter pleno conhecimento dos serviços a serem executados em todos os seus detalhes, submetendo-se inteiramente às normas de execução, obrigando-se pelo perfeito funcionamento e acabamento final dos serviços, sendo imprescindível visitar o local onde será edificada a obra.

Coordenar os serviços para que seja concluído dentro do prazo estabelecido, conforme cronograma físico-financeiro a apresentar.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Todos os serviços deste memorial deverão ficar perfeitamente executados pela EMPREITERA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO. As dúvidas ou omissões dos serviços e/ou materiais que por ventura venham ocorrer, são de responsabilidade da EMPREITERA, que deverá consultar a FISCALIZAÇÃO e executá-lo às suas expensas para perfeita conclusão dos serviços.

Se a EMPREITERA encontrar dúvida nos serviços ou se lhe parecer conveniente introduzir modificações de qualquer natureza, deve apresentar o assunto à FISCALIZAÇÃO por escrito.

Todos os preços especificados no orçamento compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, como material, mão de obra, despesas com administração, equipamentos de segurança, de sinalização, tributos e outros.

Fornecer a seus empregados, contratados, e fazer com que estes utilizem, todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor.

SERVIÇOS INICIAIS

PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO

Enquanto durar a execução das obras, instalações e serviços, a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis serão obrigatórias constando a identificação do programa, assim como demais responsáveis pela execução dos trabalhos.

A placa deverá ser fixada em local visível, preferencialmente no acesso principal ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização e a dimensão desta será conforme os padrões do convenio.

A placa deverá ser em chapa de aço galvanizado para que possua resistência a intempéries.

PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS

Enquanto durar a execução das obras, instalações e serviços, a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis serão obrigatórias.

A placa deverá ser colocada em local visível, preferencialmente a 100m do inicio das obras nos dois sentidos voltada para a via que favoreça a melhor visualização e as especificações desta será conforme detalhe abaixo.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum



A placa deverá ser em chapa de aço galvanizado para que possua resistência a intempéries.

LOCAÇÃO DE OBRA COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS (INCLUSIVE TOPÓGRAFO E NIVELADOR)

A metodologia adotada para locação da obra será com o uso de aparelho topográfico, sendo marcados os pontos notáveis e demais pontos. O nivelamento do eixo deverá seguir as cotas de projeto locadas no perfil longitudinal e seções transversais. Para o nivelamento da drenagem pluvial deverá ser seguido o projeto de fundo de vala.

Para a locação da obra a contratada deverá solicitar os arquivos digitais de projeto ao autor de projeto e os arquivos digitais do levantamento ao agrimensor contratado pela Prefeitura Municipal.

RELOCAÇÃO DE POSTES DA REDE DA CELESC

A relocação de postes deverá ser solicitada pela prefeitura junto a CELESC com antecedência para não prejudicar o cronograma físico financeiro da obra. Por definição da prefeitura o pagamento da relocação será com recursos da COSIP não cabendo a inclusão de tais serviços na planilha orçamentária.

Os postes deverão ser relocados para atender a passagem livre de 1,20m definida nos projetos dos passeios para atender o que solicita a NBR 9050.

Nota: Seguir orientação do detalhe dos passeios para a relocação dos postes.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

TERRAPLANAGEM

O Projeto de Terraplenagem tem por objetivo a definição das seções transversais em corte e aterro, a determinação, localização e distribuição dos volumes dos materiais.

Em função das características próprias do Projeto (pavimentação da rua), o greide lançado no Projeto Geométrico procurou adequá-lo à situação existente. Desta forma será realizada a escavação ou aterro para a execução das camadas constituintes do pavimento seguida da regularização e compactação.

Nota : A apresentação do licenciamento ambiental das áreas de bota-fora e jazida de empréstimo será de responsabilidade da empresa executora da obra.

Para definição do DMT utilizou-se como bota fora terreno de propriedade da prefeitura conforme demonstrado no mapa de localização.

CORTES

Generalidades

Cortes são segmentos cuja implantação requer escavação do material constituinte do terreno natural ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto.

As operações de cortes compreendem:

- a1) escavação e carga dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto;
- a2) transporte e descarga dos materiais escavados para aterros ou bota-foras;

Para os solos de 1ª categoria a execução dos taludes de corte deverá ser respeitada na proporção de 1/1. Tais proporções foram representadas nas seções transversais de projeto

Nota: Com a realização do serviço de terraplenagem poderá haver aparecimento de solo considerado inservível. Havendo aparecimento de tal solo a empresa executora da obra deverá comunicar o Engenheiro Fiscal e Autor do Projeto para readequação dos serviços a serem realizados.

Equipamentos

A escavação de cortes será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

Execução

O desenvolvimento da escavação se processará mediante a previsão da utilização adequada, ou rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas utilizados para constituição dos aterros, os materiais que pela classificação e caracterização efetuada nos cortes sejam compatíveis com as especificações de execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Atalândia - Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

8 / 36

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de materiais escavados nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será procedido o depósito dos referidos materiais, para sua oportuna utilização.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada a ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou solos orgânicos, a empresa executora da obra deverá comunicar o Engenheiro Fiscal e Autor do Projeto para readequação dos serviços a serem realizados.

Os taludes dos cortes deverão apresentar, após a operação de terraplenagem, a inclinação indicada no projeto.

Controle

O acabamento da plataforma de corte será procedido mecanicamente, de forma a alcançar-se a conformação da seção transversal do projeto, admitido as seguintes tolerâncias:

variação de altura máxima de mais ou menos 0,10 m;

variação máxima de largura de mais 0,20 m para cada plataforma, não se admitindo a variação para menos.

ATERROS

Generalidades

As operações de aterro compreendem descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecido ou aeração, e compactação dos materiais destinados a:

Construção da camada final do aterro até a cota correspondente ao greide da terraplenagem;

Substituição eventual dos materiais de qualidade inferior previamente retirados, a fim de melhorar as fundações dos aterros e/ou cortes.

A execução dos taludes de aterro será na proporção de 1,5/1,0 (H/V). Tais proporções foram representadas nas seções transversais de projeto. Para execução dos taludes de aterro deverão ser reutilizados o solo de 1ª categoria gerado nas escavações para os taludes de corte desde que o solo apresente as condições citadas no item Materiais do aterro descritos abaixo.

Materiais

Os materiais para os aterros provirão de cortes existentes, desde que estes apresentem boa qualidade. A substituição desses materiais selecionados por outros, por necessidade de serviço ou por interesse da construtora, somente poderá ser processada após prévia autorização da fiscalização. Os solos para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas, micácea e diatomácea. Turfas e argilas orgânicas não devem ser empregadas. Caso os materiais provenientes dos cortes não forem suficientes ou não

forem de boa qualidade para os aterros, deverá ser adquirido material e jazidas de solo de boa qualidade devidamente licenciadas.

Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de solos que tenham baixa capacidade de suporte ($ISC < 2\%$), quando compactados com energia do método DNER-ME 47/64.

A camada final dos aterros deverá ser constituída de solos selecionados, dentre os melhores disponíveis, não sendo permitido o uso de solos com expansão maior que 2%.

Equipamentos

Os aterros serão executados mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

Execução

O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal e em extensões tais que permitam seu umedecimento e compactação a 100% do proctor normal. Para o corpo dos aterros, a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,30m e, para as camadas finais, essa espessura não deverá ultrapassar 0,20m.

Ensaaios

Na camada final do aterro deverão ser realizados os seguintes ensaios: Ensaio de granulometria por peneiramento – solos

Ensaio de limite de liquidez – solos

Ensaio de limite de plasticidade – solos

Ensaio de compactação - amostras não trabalhadas - energia normal – solos

Ensaio de massa específica - in situ - emprego do óleo – solos

Ensaio de índice de suporte Califórnia - amostras não trabalhadas - energia normal - solos

DRENAGEM PLUVIAL

ESTUDOS HIDROLÓGICOS

O objetivo do Estudo Hidrológico está fundamentalmente ligado à definição dos elementos necessários ao estudo de vazão dos dispositivos de drenagem que se fizerem exigidos ao longo da rua.

Como etapa única deste estudo foi desenvolvido a identificação das áreas de drenagem em visita em campo e inventariou-se os dados hidrológicos da região fornecidos por órgãos oficiais.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O projeto de drenagem consiste na definição e dimensionamento das estruturas, e tem por objetivo permitir que as águas provenientes de chuvas sejam escoadas do pavimento e que as águas que se encontrem no interior do pavimento não venham a prejudicá-lo.

Sob este aspecto, o Projeto de Drenagem teve o objetivo da definição dos tipos de dispositivos a serem utilizados assim como a localização de implantação dos mesmos.

Através de critérios usuais de drenagem, foi projetado e dimensionado o traçado da rede de drenagem, considerando-se os dados topográficos existentes e o pré-dimensionamento hidrológico e hidráulico, assim como estruturas de drenagem existente quando existirem.

DIMENSIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE DRENAGEM COM TUBOS DE CONCRETO

Primeiramente definimos através das curvas de níveis as divisões das áreas de contribuição. Após, é calculado o coeficiente de permeabilidade do solo de acordo com o uso do solo.

Para determinação do tempo de concentração é utilizado a equação de Kirpich $t_c = 3,989 * \frac{L^{0,77}}{S^{0,385}}$

$L^{0,77}$

$S^{0,385}$

Para a determinação da intensidade de precipitação foi utilizada a equação de chuvas intensas obtida através da equação de Back.

$k * T^m$

$I = \frac{1}{(t + b)^n}$

Para a determinação da Vazão de projeto foi o utilizado o Método Racional

Os diâmetros adotados foram observados para atender a relação altura pelo diâmetro devendo-se ser menor que 0,85.

FORMA DE ASSENTAMENTO DOS TUBOS COM REATERRO DE BRITA

Após a locação da drenagem deverá ser executada a escavação e carga mecanizada da vala de acordo com a largura dimensionada em projeto para cada tipo de tubo. Deverá ser observada a profundidade da vala de acordo com a declividade e cotas do fundo de vala com rigoroso acompanhamento técnico e nivelamento topográfico para garantir o escoamento calculado em projeto.

As operações de escavação da vala compreendem:

a1) escavação e carga dos materiais constituintes até a cota de fundo de vala indicado no projeto; a2) transporte e descarga dos materiais escavados para aterros ou bota-foras;

Após nivelamento deverá ser colocada uma camada de brita n.2.

Somente após conferência quanto à declividade e profundidade da vala deverão ser assentados os tubos e posteriormente serem rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, garantido

estanqueidade entre os tubos. Após rejuntamento deve-se aguardar o tempo de cura da argamassa e proceder ao preenchimento da vala com brita nº 2 até altura final do greide de regularização.

FORMA DE ASSENTAMENTO DOS TUBOS COM BERÇO DE ENROCAMENTO E REATERRO DE MATERIAL DE 1º CATEGORIA COMPACTADO

Após a locação da drenagem deverá ser executada a escavação mecânica da vala de acordo com a largura dimensionada em projeto para cada tipo de tubo. Deverá ser observada a profundidade da vala de acordo com a declividade e cotas do fundo de vala com rigoroso acompanhamento técnico e nivelamento topográfico para garantir o escoamento calculado em projeto.

As operações de escavação da vala compreendem:

- a1) escavação e carga do material excedente utilizado no reaproveitamento;
- a2) transporte e descarga do material excedente utilizado no reaproveitamento para aterros ou bota-foras;

Após nivelamento deverá ser colocada uma camada de brita e rachão com dimensões e espessuras especificadas em projeto para cada diâmetro de tubo, sobre a camada de brita deverá ser executado um lastro de concreto fck 15 Mpa, com dimensões e espessuras especificadas em projeto para cada diâmetro tubo.

Somente após conferência quanto à declividade e profundidade do berço deverá ser executado o berço de concreto até altura de assentamento dos tubos. Após cura de no mínimo 24 horas do concreto deverá ser assentado os tubos e posteriormente ser rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, garantido estanqueidade entre os tubos. Após assentamento dos tubos deverá ser executado o restante do berço de concreto conforme espessura especificada em projeto para garantir o travamento lateral do tubo.

Com o berço de concreto e o rejuntamento curado deve-se proceder ao preenchimento da vala com material de 1ª categoria observando-se a execução da compactação mecânica em camadas de no máximo 30cm com placa vibratória para garantir um grau de compactação adequado até a cota final do greide de regularização.

TUBOS CIRCULARES DE CONCRETO

Os tubos de concreto de seção circular para águas pluviais deverão atender o que preconiza a NBR 8890 e terão encaixe tipo macho e fêmea.

As classes utilizadas seguem lista abaixo:

Ø40cm a Ø60cm cm terão classe PS-2.

Ø50cm a Ø120cm terão classe PA-1 para travessias.

Não serão aceitos tubos que apresentem defeitos de fabricação ou rachaduras, nem tampouco tubos que apresentem problemas no sistema de encaixe ou desigualdade na espessura da parede.

CAIXAS DE CAPTAÇÃO

As caixas de captação com grelha de concreto (bocas de lobo) destinam-se à captação das águas que escoam pelos meios-fios e calçadas e são projetadas de tal forma que a areia fique depositada em um compartimento facilitando a limpeza das mesmas, conforme projeto.

As caixas deverão ser executadas de acordo com os projetos no que se refere às dimensões internas e locação das mesmas na plataforma.

Para execução das caixas deverá ser realizada escavação no local da vala e realizado o reaterro com o mesmo material escavado.

Os materiais empregados na sua execução deverão ser em alvenaria de tijolos maciço e/ou bloco de concreto e/ou elementos pré-moldados e/ou moldados em loco de concreto, assentados e rejuntados entre si com argamassa de cimento e areia média com traço em volume de 1:3 respectivamente. Os elementos devem ser bem rejuntados para evitar infiltração entre os elementos de ligação provocando erosão e recalques no reaterro e garantir estanqueidade no reservatório de água do sifão.

O local de implantação destas caixas não possui sistema de tratamento de esgoto coletivo e por este motivo a ligação dos sistemas de tratamento de esgoto individuais é realizada na rede projetada para águas pluviais. Por este motivo o sistema executivo das caixas de captação é realizado com sifão para evitar o retorno de odores. Sendo assim o local onde ficará depositado água no sifão deverá oferecer plena estanqueidade.

CAIXAS DE INSPEÇÃO

As caixas de inspeção são colocadas para possibilitar a manutenção e permitir o acesso ao pessoal da limpeza da rede pluvial. É utilizada também com o objetivo de mudança de direção, declividade e ou mudança de diâmetro dos tubos.

São projetadas de tal forma que a areia fique depositada em um compartimento facilitando a limpeza das mesmas, conforme projeto.

As caixas deverão ser executadas de acordo com os projetos no que se refere às dimensões internas e locação das mesmas na plataforma.

A execução das caixas deverá ser realizada durante a colocação dos tubos aproveitando a abertura da vala para assentamento dos mesmos.

Os materiais empregados na sua execução deverão ser em alvenaria de tijolos maciço e/ou bloco de concreto e/ou elementos pré-moldados e/ou moldados em loco de concreto, assentados e rejuntados entre si com argamassa de cimento e areia média com traço em volume de 1:3 respectivamente. Os

elementos devem ser bem rejuntados para evitar infiltração entre os elementos de ligação provocando erosão e recalques no reaterro.

CAIXAS DE JUNÇÃO

As caixas de junção são colocadas para possibilitar a mudança de direção, declividade e ou mudança de diâmetro dos tubos.

As caixas deverão ser executadas de acordo com os projetos no que se refere às dimensões internas e locação das mesmas na plataforma.

A execução das caixas deverá ser realizada durante a colocação dos tubos aproveitando a abertura da vala para assentamento dos mesmos.

Os materiais empregados na sua execução deverão ser em alvenaria de tijolos maciço e/ou bloco de concreto e/ou elementos pré-moldados e/ou moldados em loco de concreto, assentados e rejuntados entre si com argamassa de cimento e areia média com traço em volume de 1:3 respectivamente. Os elementos devem ser bem rejuntados para evitar infiltração entre os elementos de ligação provocando erosão e recalques no reaterro.

BOCA PARA BUEIRO TUBULAR EM CONCRETO

São dispositivos destinados a captar e transferir os deflúvios para os bueiros.

As bocas para bueiro deverão ser assentadas sobre solo devidamente compactado. Caso o local de implantação não possuir características para a compactação adequada deverá ser previsto o estaqueamento de estacas de eucalipto com diâmetro mínimo de Ø15cm afastadas entre si em no máximo 60cm do seu eixo. Deverão ser executadas de acordo com os projetos no que se refere às dimensões e locação das mesmas na plataforma.

Deverá ser executada as formas consideram-se material e mão-de-obra para fabricação, montagem (inclusive de travamentos) e desforma. Os materiais de execução das formas serão compatíveis com o acabamento desejado e indicado no projeto. A estrutura poderá ser executada com madeira serrada em bruto tipo "pinus". O reaproveitamento dos materiais usados nas formas será permitido desde que se realize a conveniente limpeza e se verifique estarem os mesmos isentos de deformações.

Antes do lançamento do concreto, conferir-se-ão as medidas e as posições das formas, a fim de assegurar que a geometria da estrutura corresponda ao projeto, as superfícies que ficarão em contato com o concreto deverão ser limpas e molhadas até a saturação.

O concreto a ser utilizado será fck 25Mpa. A tampa será em concreto armado.

Concluídas as bocas, devem ser verificadas as condições de canalização a montante e jusante da obra. Todas as erosões encontradas e que possam vir a comprometer o funcionamento da obra devem ser

tratadas com enrocamento de pedra arrumada ou por soluções específicas do projeto. Devem ser executadas as necessárias valas de derivação, a jusante e bacias de captação, a montante, de forma a disciplinar a entrada e saída do fluxo d'água no bueiro.

PROJETO GEOMÉTRICO

A elaboração do Projeto Geométrico desenvolveu-se com apoio nos elementos levantados na fase de estudos topográficos e nas normas para Projetos Geométricos de Estradas de Rodagem, e demais estudos e projetos inter-relacionados.

Com base no levantamento topográfico, foi lançado o eixo da rua tentando usar ao máximo o eixo da rua existente observando também o alinhamento dos postes de transmissão de energia da rede pública.

Nas seções tipo demonstrativas do projeto é possível visualizar os elementos a serem implantados como largura de cada pista e outros elementos.

O gabarito proposto no projeto segue o estabelecido em levantamento no que diz respeito aos alinhamentos frontais das testadas de cada lote, cabendo a prefeitura municipal aprovar os projetos de acordo com o que determina a legislação municipal vigente.

A inclinação da pista na seção transversal é de 2,5% em sentidos opostos.

Obs.: Para a locação da obra a empresa executora deverá solicitar o arquivo digital e o arquivo com as cotas e referências topográficas para a locação.

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

O Projeto de Pavimentação tem por objetivo definir os materiais que serão utilizados na confecção das camadas constituintes do pavimento, indicando suas características e fontes de obtenção, determinando as espessuras das camadas e obter os quantitativos de serviços e materiais referentes à pavimentação.

TRÁFEGO

Como não se dispõe de uma contagem de tráfego efetiva na rua em questão por se tratar de uma via local considerou-se tráfego leve com $N=8 \times 10^5$

MEMÓRIA DE CÁLCULO

A elaboração do projeto de pavimentação tem como objetivo definição das espessuras das camadas do pavimento fixando o tipo do pavimento e as diferentes camadas constituintes.

Dimensionamento do pavimento Número N

$$N=8 \times 10^5$$

O cálculo das espessuras totais do pavimento baseia-se no método de projeto de pavimentos flexíveis do Engº. Murilo Lopes de Souza, de 1979, adotado pelo DNER e nos Métodos MD-1/92 da P.M. São Paulo, porém com o uso do ábaco de dimensionamento proposto originalmente pelo Corpo de Engenheiros do Exército Americano (USACE).

A espessura do pavimento da rua em questão foi determinada em termos dos materiais um coeficiente de equivalência estrutural, mediante a utilização do número "N", do índice de suporte representativo e do ábaco projetado do Método adotado.

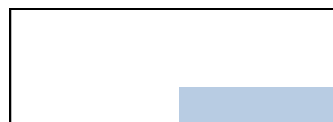
h_{SB}	K_R	REVESTIMENTO	R
	K_B	BASE	
	K_{SB}	SUB-BASE	

Dados

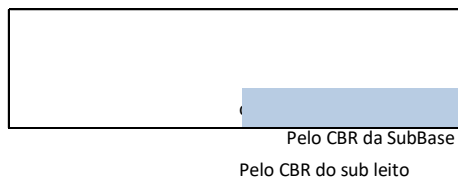
Camada	Material	CBR
Base	Brita Graduada	60
SubBase	macad.seco	40
SubLeito	Solo	6

K_R =	2,00	Tabela do
K_B =	1,00	Tabela do
K_c	1	Tabela

$R = 5,0 \text{ cm}$ Tabelado



* min. 15cm



* min. 10 cm

Onde:

R é a espessura mínima do pavimento betuminoso

B é a espessura mínima da base,
h_{SB} é a espessura mínima da sub-base,
K_R é o coeficiente estrutural do revestimento betuminoso
K_B é o coeficiente estrutural da base
K_{SB} é o coeficiente estrutural da Sub-base
href é a espessura mínima do reforço,
Kref é o coeficiente estrutural do reforço do Sub-leito
c é um fator de correção, adota-se:

RESUMO

$c = 1,2$ para $N > 10^7$,

$c = 0,8$ quando $N \leq 10^6$ e o CBR da sub-base for ≥ 40 , e $c = 1$ para os demais casos.

Capa C.A.U.Q. = 5 cm

Base brita graduada = 15 cm Macadame seco = 25 cm

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

Os serviços de pavimentação serão executados obedecendo-se as seguintes fases de serviços.

REGULARIZAÇÃO E PREPARO DA CANCHA COMPACTADA

Consiste no preparo final da camada de regularização após o serviço de terraplanagem e a compactação da mesma, de modo a conferir condições adequadas em termos geométricos e tecnológicos.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados através da topografia com aparelho de precisão, como por exemplo, locação, nivelamento e outros.

Deverá ser realizada a regularização do subleito, com energia de compactação normal ou intermediária conforme especificações do (DNER-ME 129/94).

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito desde que comprovado o CBR $\geq 6\%$ através do (MÉTODO DNER – ME 49/94). No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

O equipamento deverá ser aquele capaz de executar os serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida e poderá compreender basicamente as seguintes unidades:

Motoniveladora pesada, equipada com escarificador; Caminhão-tanque irrigador; Trator agrícola; Grade de disco; Rolos compactadores compatíveis com o tipo de material empregado e as condições de densificação especificadas, devendo incluir obrigatoriamente rolo liso pneumático autopropulsor com pressão variável.

EXECUÇÃO

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de até 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Não será permitida a execução dos serviços desta especificação em dias de chuva.

O teor de umidade dos materiais utilizados na regularização do subleito, para efeito de compactação, deverá estar situado no intervalo que garanta um ISC mínimo igual ao obtido no ensaio do MÉTODO DNER ME 49/94. Caso o teor de umidade se apresente fora dos limites estabelecidos, proceder-se-á ao umedecimento da camada, se demasiada seca, ou a escarificação e aeração, se excessivamente úmida. Concluída a correção da umidade, a camada será conformada pela ação da motoniveladora e, em seguida, liberada para compactação.

Dever-se-á evitar a liberação da regularização do subleito ao tráfego usuário, em face da possibilidade do mesmo causar danos ao serviço executado, em especial sob condições climáticas adversas. Para tal deverá ser procedido o lançamento da nova camada superior do pavimento.

CONTROLE TECNOLÓGICO

Um ensaio de compactação com a energia especificada, com amostras coletadas a cada 100 m de pista, podendo o espaçamento ser aumentado, desde que se verifique a homogeneidade do material.

Ensaio de granulometria, com espaçamento máximo de 500 m, de pista. Este ensaio não servirá para aceitação ou rejeição, porém é de utilidade no controle da homogeneidade dos solos de jazidas e para futuras comprovações e pesquisas.

Um ensaio para a determinação do Índice de Suporte Califórnia (método DNER ME 49/94), na energia de compactação adotada como referência para o trecho, para cada grupo de quatro amostras submetidas ao ensaio de compactação, segundo a alínea "a", respeitando-se o espaçamento máximo de 500 m de pista.

Um ensaio para determinação da massa específica aparente seca "in-situ" (MÉTODO DNER ME 092/94), pelo método do Frasco de Areia, com espaçamento máximo de 100 m e com, no mínimo, três determinações por segmento.

CAMADA DE MACADAME SECO

É uma camada de granular, estabilizada, composta por agregados graúdos, naturais ou britados, preenchidos a seco por agregados miúdos pela ação enérgica de compactação.

Será feita uma camada de reforço de sub-base, com material macadame seco, com espessura final acabada de **25cm**. Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC ES-P 03/15, no tocante a especificações de materiais, compactação, execução dos serviços, controle tecnológico, controle geométrico e outros. A jazida de macadame deverá atender perfeitamente no tocante à qualidade e quantidade deste material.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados de serviços através de topografia com aparelho de precisão, como por exemplo, locação, nivelamento e outros.

MATERIAIS

Os agregados utilizados nas camadas de Macadame Seco deverão ser constituídos de fragmentos duros, limpos e duráveis, livre de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração, e de outras substâncias prejudiciais.

Deverão apresentar ainda:

Agregado Graúdo

O agregado graúdo deverá ser constituído por produto resultante de britagem primária (pedra pulmão) de rocha sã. Opcionalmente, poderão ser utilizados materiais pétreos naturais, desmontados pela ação de lâmina e escarificador de trator de esteira ou por simples detonações, obedecidas, ainda, as seguintes indicações:

O diâmetro máximo do agregado graúdo será definido em função de sua utilização e da espessura final da camada executada e deverá estar compreendido entre $\frac{1}{2}$ e $\frac{2}{3}$ dessa espessura.

O diâmetro máximo do agregado isolado deverá estar compreendido entre 127 mm (5") e 76,2 mm (3").

O agregado graúdo deverá ter graduação uniforme. Para tanto deverá ser feita a separação, das frações, através de peneiras classificatórias, de acordo com o diâmetro máximo permitido, admitindo-se, o

emprego de agregado graúdo, passante na peneira de diâmetro máximo e retido na peneira de 50,8 mm(2").

Agregados para bloqueio e fechamento

Os agregados para bloqueio e fechamento serão constituídos por produtos totais de britagem de rocha sã, com as mesmas características especificadas para o agregado graúdo, atendendo, ainda, as seguintes indicações:

O agregado de bloqueio deverá apresentar granulometria entre 19,0 mm (3/4") e 9,5mm (3/8")

O agregado para o fechamento da camada, deverá apresentar granulometria que permita uma adequada penetração de forma a possibilitar uma íntima incorporação ao agregado graúdo, formando uma estrutura estabilizada, e atender as faixas granulométricas do quadro a seguir:

PENEIRAS		FAIXAS GRANULOMETRICAS			
ASTM	Mm	I	II	III	IV
1"	25,4	100	-	-	-
3/4"	19,1	-	100	100	-
3/8"	9,5	50 – 85	69 – 100	-	100
n.4	4,8	-	-	55 – 100	60 – 80
n. 10	2,0	25 - 50	40 – 70	-	-
n. 40	0,42	-	-	20 – 50	15 -25
n. 200	0,074	5 -15	5 – 20	6 – 20	0 -12

EQUIPAMENTO

O equipamento deverá ser aquele capaz de executar os serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida e poderá compreender basicamente, Carregador frontal, Motoniveladora pesada, Caminhão-tanque irrigador, Rolo vibratório liso autopropelido e Rolo pneumático autopropelido com pressão variável.

Além disso, poderão ser utilizados outros equipamentos aceitos pela fiscalização.

EXECUÇÃO

A execução da camada de Macadame Seco será efetuada na pista, na largura total desejada, com a utilização de material de bloqueio, agregado graúdo e material de enchimento, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Inicialmente é espalhado o material de bloqueio através de motoniveladora, numa espessura entre 0,03 m a 0,05 m. Este material não deverá sofrer qualquer espécie de compactação. No entanto, deverá ser feita uma acomodação da camada, por compressão, sem vibração, em no máximo duas passadas, com emprego de rolo liso.

Para a execução da camada de agregado graúdo deverá ser realizada a operação de carga de forma criteriosa, dos materiais que atendam ao especificado, evitando-se a utilização de agregados lamelares ou com excesso de finos. O espalhamento deverá ser feito de maneira a minimizar a segregação entre as frações constituintes, diretamente dos caminhões basculantes, em espessura mais uniforme possível e que possibilite, após a compactação, a obtenção da espessura desejada, seguido da conformação com motoniveladora pesada ou trator de esteiras. Deverão ainda ser removidos os fragmentos alongados, lamelares ou de tamanho excessivo, visíveis na superfície.

Previamente, ao lançamento do material de enchimento, deverá ser obtida uma melhor acomodação do agregado graúdo, através de uma única passada do rolo liso, sem vibração.

O material de enchimento, será espalhado o mais seco possível, através de motoniveladora, em quantidade suficiente apenas para preencher os vazios do agregado graúdo.

A aplicação do material de enchimento deverá ser feita, em uma ou mais vezes, até um bom preenchimento, evitando-se o excesso superficial. Normalmente, essas aplicações se processam em ocasiões diferentes.

A compactação da camada será realizada, inicialmente, com rolo liso vibratório, devendo prosseguir até se obter um bom entrosamento dos agregados componentes da camada de Macadame Seco. O rolo deverá recobrir ao menos a metade da faixa compactada na passada anterior. Nos trechos em tangente, a compactação deverá sempre partir dos bordos para o eixo e, nas curvas, do bordo interno para o externo.

A compactação deverá ser complementada com rolo de pneus, devidamente lastreado, até a verificação da completa estabilização da camada.

Anteriormente à execução da camada sobrejacente, a camada deverá ser corrigida nos pontos que apresentarem problemas. No caso de deficiência de finos, processa-se o espalhamento de uma outra camada de material de enchimento. No caso de excesso de finos, processa-se a sua necessária remoção por meios manuais ou mecânicos. A camada, após as correções, será novamente compactada até aceitação. Depois disso deverá ser levemente umidecida.

Para a obtenção da espessura desejada, não será admitida a complementação da camada pela adição superficial de agregados graúdos ou miúdos, devendo esta espessura ser compatível com o diâmetro máximo do agregado graúdo.

A camada poderá ser aberta ao tráfego, de forma controlada. Eventuais danos ou problemas ocasionados deverão ser obrigatoriamente corrigidos, anteriormente a execução da camada sobrejacente, respeitando-se as condições previstas no item “i” acima.

CONTROLE TECNOLÓGICO

Um ensaio de granulometria de agregado graúdo, a cada 300 m de pista, e, no mínimo, um ensaio por dia de trabalho. O material deverá ter o diâmetro máximo previsto em projeto, não sendo admitidos materiais passantes na peneira de 50,8 mm (2").

Um ensaio de granulometria (Método DNER ME 083/98) do material de bloqueio e de enchimento para verificação do atendimento da granulometria especificada, a cada 300 m de pista.

Com o material coletado, para o ensaio de granulometria, um ensaio do equivalente de areia (MÉTODO DNER 054/97), que deverá apresentar valor superior à 50%.

Verificação visual da condição de acabamento da superfície pela ausência de regiões com excesso de finos à superfície ou com falta de entrosamento dos agregados.

CAMADA DE BRITA GRADUADA

Será executada camada de base graduada com espessura de **15cm**. Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC ES-P 11/16, no tocante a especificações de materiais, compactação, execução dos serviços, controle tecnológico, e outros.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados através de topografia com aparelho de precisão.

MATERIAIS

Os agregados utilizados, obtidos a partir da britagem de rocha sã, devem ser constituídos por fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração e isentos de material vegetal e impurezas e apresentarem as seguintes condições:

Quando submetidos à avaliação da durabilidade com solução de sulfato de sódio, **MÉTODO DNER-ME 89/94**, devem apresentar perdas inferiores aos seguintes limites:

agregados graúdos 12%
agregados miúdos 15%

O índice de suporte Califórnia, **MÉTODO DNER-ME 49/94**, com a energia modificada, não deve ser inferior a 100%.

Granulometria, **MÉTODO DNER – ME 83/98**, por via lavada, enquadrada numa das seguintes faixas granulométricas.

Peneira		Porcentagem Passando, em Peso			
Série ASTM	Abertura (mm)	I	II	III	IV
2"	50,8	100	100		
1½"	38,1	90 -100	90 -100		
1"	25,4	70 – 95	75 – 90	100	100
3/8"	9,5	30 – 65	40 – 75	50 – 85	60 -100
Nº 4	4,8	25 – 55	30 – 60	35 – 65	50 – 85
Nº 10	2,0	15 – 40	20 – 45	25 – 50	40 – 70
Nº 40	0,42	8 – 20	15 – 30	15 – 30	25 – 45
Nº 200	0,074	2 – 8	5 – 15	5 – 15	5 – 20

EQUIPAMENTOS

O equipamento deverá ser aquele capaz de executar os serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida e poderá compreender as seguintes unidades: Carregador frontal; Caminhões basculantes; Motoniveladora pesada; Grade de discos e/ou pulvimisturador; Trator Agrícola; Caminhão tanque irrigador; Rolos compactadores liso vibratório e pneumático autopropulsor com pressão variável. Central de mistura dotada de unidade dosadora com 3 (três) silos, dispositivo de adição de água com controle de vazão e misturador do tipo "pugmill"; Distribuidor de agregados (solos) autopropulsor.

EXECUÇÃO

O produto da mistura deverá sair da "Usina de Solos" perfeitamente homogeneizado, com teor de umidade ligeiramente acima do ótimo, de forma a fazer frente às perdas no decorrer das operações construtivas subseqüentes. No transporte, deverão ser tomadas as precauções para que não haja perda ou adição excessiva de umidade.

Não se recomenda a estocagem do material usinado, pelos riscos de segregação inerentes a tal operação.

A mistura usinada deverá ser espalhada com "distribuidor de agregados", capaz de distribuir a brita graduada em espessura uniforme, sem produzir segregação. Opcionalmente, mediante autorização da

Fiscalização, a distribuição poderá ser procedida pela ação de motoniveladora, sendo que, neste caso, deverão ser estabelecidos critérios de trabalho que não causem a segregação do material e assegurem a qualidade do serviço.

Não se recomenda o espalhamento parcial ou por etapas, quanto à espessura e largura de camada individual. O espalhamento deverá ser feito de modo a se evitar conformação adicional da camada. Caso, no entanto, isto seja necessário, admite-se conformação pela atuação da motoniveladora, exclusivamente por ação de corte, previamente ao início da compactação.

Quando se desejar camadas de bases ou sub-bases superiores a 0,20 m, os serviços podem ser executados em mais de uma camada e estas deverão se situar no intervalo de 0,10 a 0,20 m.

O teor da umidade da mistura, por ocasião da compactação, deve estar compreendido no intervalo de - 2%, a + 1% em relação à umidade ótima. Preferencialmente, deve ser iniciada, no ramo seco, com umidade de, no máximo, 1% abaixo da umidade ótima.

Caso o teor de umidade se apresente fora dos limites estabelecidos, proceder-se-á ao umedecimento da camada, se demasiadamente seca, ou a escarificação e aeração se estiver excessivamente úmida. Nesse caso o material deverá ser conformado, pela ação da motoniveladora e, em seguida, liberado para compactação.

A compactação da camada será executada mediante o emprego de rolos vibratórios lisos, e de rolos pneumáticos de pressão regulável.

A compactação deve evoluir longitudinalmente, iniciando nos bordos mais baixos e progredindo no sentido do ponto mais alto da seção transversal, exigindo-se que, em cada passada do equipamento, seja recoberta, no mínimo, a metade da largura da faixa densificada pela passagem anterior.

Eventuais manobras do equipamento de compactação deverão se proceder fora da área de densificação.

Em lugares inacessíveis ao equipamento convencional de compactação, ou onde seu emprego não for recomendável, a compactação requerida será obtida através de compactadores portáteis, manuais ou mecânicos.

A operação de acabamento se dará mediante o emprego de motoniveladora atuando exclusivamente em operação de corte. Complementarmente, a camada receberá um número adequado de coberturas através dos rolos compactadores.

Após a verificação e aceitação do segmento, deverá ser lançada a camada posterior.

Quando prevista, deverá ser executada a imprimação do segmento, tão logo se constate a evaporação de umidade superficial.

Não se recomenda a abertura do segmento ao tráfego. No entanto, à critério da Fiscalização, e em caráter excepcional, o segmento poderá ser liberado pelo menor espaço de tempo possível, sem prejuízo à qualidade do serviço.

CONTROLE TECNOLÓGICO

Anteriormente ao início da primeira execução na obra, ou no caso de se constatar alteração mineralógica (visual) na jazida ou na bancada da pedreira em exploração, ou de ocorrer mudança na fonte de materiais, deverão ser executados os seguintes ensaios:

Abrasão "Los Angeles" (MÉTODO DNER-ME 35/98);

Durabilidade (MÉTODO DNER-ME 89/94);

Equivalente de Areia (MÉTODO DNER-ME 54/94).

Deve-se determinar a energia de compactação necessária para obtenção da máxima "MASSA ESPECÍFICA APARENTE SECA".

Um ensaio de equivalente de areia, MÉTODO DNER - ME 54/97, a cada 500 m de pista.

Um ensaio de granulometria, MÉTODO DNER ME 83/98, por via lavada, a cada 250 m de pista devendo a composição granulométrica da amostra enquadrar-se na "faixa de trabalho". Os serviços serão aceitos se os valores obtidos através estiverem em relação à curva de projeto,

PENEIRA		% PASSANDO, EM PESO
ASTM	mm	
3/8" a 1 1/2"	9,5 a 38,1	± 7
Nº 10 a Nº 4	2,0 a 4,8	± 5
Nº 200 a Nº 40	0,074 a 0,42	± 2

dentro dos limites estabelecidos abaixo:

Um ensaio para a determinação da massa específica aparente seca, "in-situ", pelo método do Frasco de Areia, MÉTODO DNER 092/94, com espaçamento máximo de 100 m e com no mínimo três determinações por segmento. O serviço será aceito se o teor de umidade para a compactação se situar na faixa fixada através da curva *ISC x umidade*, de forma a se obter valor para o ISC no mínimo igual ao obtido no ensaio do MÉTODO DNER ME 49/94 e, o grau de compactação, apresente valor de no mínimo 100% em relação a massa específica aparente seca máxima obtida conforme alínea "b".

Notas:

No caso de paralisação, ou de demora acentuada na execução dos serviços de uma camada de brita graduada, o ensaio de granulometria deverá ser refeito de forma a garantir que, no momento da compactação, o material ainda atenda ao especificado. No caso de não atendimento, a providência a adotar será retirar o material colocado e refazer o serviço com novo material atendendo às exigências da especificação. A remoção do material e o acerto da camada inferior, para reinício do serviço, será com ônus total da Construtora, excetuando-se quando o serviço tiver sido aceito, anteriormente à paralisação.

Em caso de não atendimento aos itens "c" e/ou "d", a providência a adotar é retirar o material colocado e refazer o serviço com material que satisfaça as exigências desta especificação. A remoção do material e o acerto da camada inferior, para reinício dos serviços será com ônus exclusivo da Construtora.

Em caso de não atendimento aos itens "e" e/ou "f", a camada deverá ser escarificada e o serviço refeito, com ônus exclusivo da Construtora.

IMPRIMAÇÃO

Sobre a Base acabada será executada uma imprimação que tem por objetivo, aumentar a coesão da superfície da camada pela penetração do material asfáltico empregado, conferir um certo grau de impermeabilidade à camada, promover condições de aderência entre a base e a camada asfáltica a ser sobreposta. Para esta pintura asfáltica será usado asfalto diluído de petróleo tipo CM-30, com uma taxa de aplicação de **1,0 l/m²**.

Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC-ES-P-04/15, no tocante a especificações de materiais, execução dos serviços, controle tecnológico, e outros.

MATERIAIS

Emulsão Asfáltica do tipo EAI - asfalto diluído de petróleo tipo CM-30

A taxa de aplicação do ligante deverá ser de no mínimo 1,0l/m². Porém taxa ideal é a máxima que pode ser absorvida em 24 horas sem deixar excesso na superfície e, que apresente uma penetração de, no mínimo, 3 mm, de acordo com a permeabilidade da camada granular. Se esta taxa for superior a 1,0l/m² a empresa deverá contatar o engenheiro fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.

Em nenhuma hipótese será permitida a diluição da Emulsão Asfáltica do tipo EAI.

EQUIPAMENTOS

Vassouras mecânicas rotativas, e/ou compressor de ar; equipamento espargidor de material asfáltico; depósitos de materiais asfálticos; ferramentas manuais e equipamentos acessórios.

EXECUÇÃO

Depois da perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura asfáltica, proceder-se-á a varredura da sua superfície de modo a eliminar-se o pó e o material solto existente.

Recomenda-se um leve umedecimento da superfície da camada, para diminuir a influência do ar quente nos vazios, facilitando a penetração do ligante.

A distribuição do material asfáltico deverá ser feita utilizando-se um caminhão espargidor limpo e sem resíduos de outros produtos, mesmo emulsões asfálticas. Os leques de espargimento devem permitir uma distribuição uniforme, sob pressão.

Não poderá ser iniciada enquanto não for atingida e mantida, no material existente dentro do veículo distribuidor, a temperatura necessária à obtenção da viscosidade adequada à distribuição.

Aplica-se, a seguir, o ligante asfáltico adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e da maneira mais uniforme possível. O ligante asfáltico não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10° C, ou em dias de chuva, ou quando esta estiver eminente. A temperatura de aplicação do ligante asfáltico deve ser aquela que proporcione a melhor viscosidade para o espalhamento.

Deve-se executar imprimação na pista inteira, em um mesmo turno de trabalho, e deixá-la fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, deve-se trabalhar em uma meia-pista, completando-a na adjacente, logo que a primeira permitir sua abertura ao tráfego. O tráfego sobre pintura asfáltica de imprimação só deverá ser permitido após decorridos, no mínimo, 24 horas da aplicação do ligante e quando este estiver convenientemente curado. O tempo de exposição ao tráfego será condicionado pelo seu comportamento, não devendo ultrapassar 30 dias. Pode-se permitir o tráfego imediato em locais de cruzamento com outras estradas, desde que seja aumentada a taxa de aplicação e coberta com espessa camada de pedrisco ou areia, capaz de evitar a remoção do material ligante. Nesse caso medidas de redução da velocidade do tráfego, usuário, deverão ser tomadas, como prevenção as freiadas e manobras bruscas.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial ou final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel, transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material asfáltico situem-se sobre essas faixas, as quais serão a seguir retiradas.

Qualquer falha na aplicação do ligante asfáltico deve ser imediatamente corrigida com um distribuidor manual.

Na eventualidade de ocorrerem defeitos ("panelas") na camada com pintura asfáltica de imprimação, em áreas abertas ao tráfego, as correções serão procedidas fazendo-se uma pintura de ligação de retoque e usando-se somente material da camada sobrejacente.

CONTROLE TECNOLÓGICO

Um ensaio de sedimentação (**NBR 6570:2010**), no caso da Emulsão Asfáltica ficar depositada por cinco dias ou mais.

Um ensaio para o controle de taxa de aplicação do ligante, pelo método da bandeja, a cada 100 m, na faixa de aplicação. Deve-se alternar a posição da bandeja, entre o eixo longitudinal do caminhão e os seus lados direito e esquerdo objetivando a verificação

de homogeneidade da vazão dos bicos e da taxa de aplicação.

A taxa do ligante asfáltico será calculada em função do teor de água, para Emulsão Asfáltica.

A Fiscalização fará uma apreciação, em bases visuais que deverá ser julgada satisfatória:

Da homogeneidade de aplicação da pintura asfáltica executada;

Da penetração do ligante na camada, no caso de pintura asfáltica de imprimação;

Da efetiva cura do ligante aplicado.

No caso de não atendimento dos itens a cima descritos, a Fiscalização determinará, com ônus exclusivo da Construtora, as seguintes providências:

Se ocorrer variação superior ao limite máximo, a solução poderá, a critério da Fiscalização, abranger desde o lançamento de areia ou pedrisco e a passagem de rolos nas horas mais quentes do dia, até à completa remoção e à restauração da base com a execução de nova pintura asfáltica.

Se ocorrer variação superior ao limite mínimo, a solução deverá ser a complementação da pintura asfáltica com nova aplicação de ligante.

PINTURA DE LIGAÇÃO

Setenta e duas horas após a imprimação, será executada uma pintura de ligação, que a pintura asfáltica aplicada com o objetivo de promover a aderência de uma camada asfáltica com a subjacente, e, conferir um certo grau de impermeabilidade à camada.

Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC-ES-P-04/15, no tocante a especificações de materiais, execução dos serviços, controle tecnológico, controle geométrico e outros

MATERIAIS

Na obra em questão será utilizada emulsão asfáltica tipo RR-2C, com uma taxa de aplicação de **0,8 l/m²**.

EQUIPAMENTO

Vassouras mecânicas rotativas, e/ou compressor de ar; equipamento espargidor de material asfáltico; depósitos de materiais asfálticos; ferramentas manuais e equipamentos acessórios.

EXECUÇÃO

Depois da perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura asfáltica, proceder-se-á a varredura da sua superfície de modo a eliminar-se o pó e o material solto existente.

A distribuição do material asfáltico deverá ser feita utilizando-se um caminhão espargidor limpo e sem resíduos de outros produtos, mesmo emulsões asfálticas. Os leques de espargimento devem permitir uma distribuição uniforme, sob pressão.

Não poderá ser iniciada enquanto não for atingida e mantida, no material existente dentro do veículo distribuidor, a temperatura necessária à obtenção da viscosidade adequada à distribuição.

Aplica-se, a seguir, o ligante asfáltico adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e da maneira mais uniforme possível. O ligante asfáltico não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10° C, ou em dias de chuva, ou quando esta estiver eminente. A temperatura de aplicação do ligante asfáltico deve ser aquela que proporcione a melhor viscosidade para o espalhamento.

Deve-se executar pintura de ligação na pista inteira, em um mesmo turno de trabalho, e deixá-la fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, deve-se trabalhar em uma meia-pista, completando-a na adjacente, logo que a primeira permitir sua abertura ao tráfego. O tráfego sobre pintura asfáltica de ligação só deverá ser permitido após decorridos, no mínimo, 24 horas da aplicação do ligante e quando este estiver convenientemente curado. O tempo de exposição ao tráfego será condicionado pelo seu comportamento, não devendo ultrapassar 30 dias. Pode-se permitir o tráfego imediato em locais de cruzamento com outras estradas, desde que seja aumentada a taxa de aplicação e coberta com espessa camada de pedrisco ou areia, capaz de evitar a remoção do material ligante. Nesse caso medidas de redução da velocidade do tráfego, usuário, deverão ser tomadas, como prevenção as freiadas e manobras bruscas.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial ou final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel, transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material asfáltico situem-se sobre essas faixas, as quais serão a seguir retiradas. Qualquer falha na aplicação do ligante asfáltico deve ser imediatamente corrigida com um distribuidor manual.

CONTROLE TECNOLÓGICO

Um ensaio de sedimentação (**NBR 6570:2010**), no caso da Emulsão Asfáltica ficar depositada por cinco dias ou mais.

Um ensaio para o controle de taxa de aplicação do ligante, pelo método da bandeja, a cada 100 m, na faixa de aplicação. Deve-se alternar a posição da bandeja, entre o eixo longitudinal do caminhão e os seus

lados direito e esquerdo objetivando a verificação de homogeneidade da vazão dos bicos e da taxa de aplicação.

A taxa do ligante asfáltico será calculada em função do teor de água, para Emulsão Asfáltica.

A Fiscalização fará uma apreciação, em bases visuais que deverá ser julgada satisfatória:

Da homogeneidade de aplicação da pintura asfáltica executada;

Da efetiva cura do ligante aplicado.

No caso de não atendimento dos itens a cima descritos, a Fiscalização determinará, com ônus exclusivo da Construtora, as seguintes providências:

Se ocorrer variação superior ao limite máximo, a solução poderá, a critério da Fiscalização, abranger desde o lançamento de areia ou pedrisco e a passagem de rolos nas horas mais quentes do dia, até à completa remoção e à restauração da base com a execução de nova pintura asfáltica.

Se ocorrer variação superior ao limite mínimo, a solução deverá ser a complementação da pintura asfáltica com nova aplicação de ligante.

APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE

Será executada a capa em concreto asfáltico usinado a quente – CAUQ (CAP 50/70), na faixa “a” do DEINFRA-SC ES-P 05/16, com espessura final compactada de **5,0 cm**. Tal material será espalhado na pista através do uso de vibroacabadora autopropulsora, e compactado com rolo de pneus autopropulsor. O acabamento da capa se fará com uso de rolo tandem metálico.

Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16, no tocante a especificações de materiais, compactação, execução dos serviços, controle tecnológico, controle geométrico e outros.

MATERIAIS

MATERIAL BETUMINOSO

Será utilizado o Cimento Asfáltico CAP 50/70 como material betuminoso. Só poderá ser descarregado após analisado e aprovado, após a realização dos ensaios de controle de qualidade.

AGREGADOS

Antes da utilização dos agregados minerais, estes deverão ser analisados de forma que não ocorram variações de traço de granulometrias, densidades e demais características díspares com o projeto de mistura.

Quando do seu recebimento, só poderá ser utilizado após analisado e aprovado, após a realização dos ensaios de controle de qualidade.

Os agregados minerais deverão ser estocados separadamente, de modo a evitar a mistura de dois ou mais tipos de agregados.

Deverão ser previamente cobertos, a fim de que estes não sejam contaminados por carga de material particulado em suspensão ou que recebam precipitações pluviométricas, o que tende a carrear para os pontos mais baixos os grãos de menores dimensões.

Composição da Mistura

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Nesta etapa deverão ser feitos o controle tecnológico com as verificações de modo a garantir-se que os materiais utilizados na produção, bem como o traço da mistura são compatíveis com o projeto e as normas técnicas. A empresa executora deverá fornecer a composição da mistura a fiscalização.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

Depósito para Ligante Betuminoso

Depósito para Agregados

Usina para Misturas Betuminosas

Caminhões para Transporte da Mistura: caminhões tipo basculante.

Equipamento para Espalhamento: O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos.

Equipamento para a Compressão: O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório.

EXECUÇÃO

A temperatura de aquecimento do cimento asfáltico, no momento da mistura deverá ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação da **temperatura x viscosidade**.

A temperatura conveniente será aquela na qual o cimento asfáltico apresentar valor para a viscosidade situado dentro da faixa de 85 a 150 segundos Saybolt-Furol, indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 105 ± 10 segundos Saybolt-Furol. Os agregados deverão ser aquecidos à temperatura de até 10°C acima da temperatura do cimento asfáltico e, a temperatura deste não deverá ser superior a 157°C . A mistura não poderá ter temperatura inferior a 110°C e superior a 167°C . A produção do concreto asfáltico e a frota de veículos de transporte devem assegurar a operação contínua da vibroacabadora.

Produção do Concreto Betuminoso

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

A mistura final deverá ser homogênea, isenta de partículas recobertas ou segregadas. Durante a mistura, não deverão ser evidentes vazamentos de agregados ou ligantes pelo batente da comporta. Os bicos de injeção de asfalto deverão estar desobstruídos, com vazão equalizada entre si.

Transporte do Concreto Betuminoso

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina mais próxima ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

Distribuição e Compressão da Mistura

O lançamento de concreto asfáltico só deverá ser consumado se a pista apresentar com imprimação devidamente aceita, se a pista estiver seca, limpa e a temperatura ambiente acima de 10°C .

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Em ficha apropriada, deverão ser anotados todos os dados relativos a descarga e lançamento do usinado.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, consequentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

Sobre o revestimento recém-executado deverá ser vetado o tráfego de veículos, bem como parada de máquinas e equipamentos, por um período mínimo de 48 horas após a sua execução.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados de serviços através de topografia com aparelho de precisão, como por exemplo locação, nivelamento e outros.

CONTROLE TECNOLÓGICO

O controle tecnológico deverá ser feito de acordo com as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico deverá ser feito de acordo com as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16

MEIO FIO DE CONCRETO

Será utilizado dois tipos de meio fio no projeto:

Meio fio tipo 01 – Serão pré moldados fck min. de 25Mpa com as seguintes dimensões: 30cm de altura e espessura de 10cm na base inferior e na base superior com acabamento arredondado finalizando com espessura de 6cm. Deverão apresentar as superfícies planas e com arestas retilíneas. As dimensões estabelecidas deve-se ao padrão atual encontrado no mercado local.

Serão posicionados ao longo do pavimento e mais elevado que este, com duplo objetivo, limitar a área destinada ao trânsito de veículos e conduzir as águas precipitadas sobre o pavimento para outros dispositivos de drenagem.

EXECUÇÃO

Deverá ser escavada vala compatível com a dimensão do meio fio e os mesmos serem assentados no nível estabelecido em projeto, após deverão ser travados com reaterro de solo reaproveitado da escavação e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:3.

PASSEIOS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O projeto dos passeios consiste na definição do seu traçado, posicionamento da sinalização tátil, rebaixos de garagem, travessias de pedestres com rebaixo nestes trechos para garantir a acessibilidade. O traçado prevê uma faixa livre mínima de 1,20m de acordo com a NBR 9050, restando uma largura variável para adaptações de rampas de acesso de veículos e obstáculos verticais como postes e placas de trânsito, entre outros.

Nota: Observar ainda assim a necessidade de relocação de postes na via de acordo com o mencionado em projeto.

COMPACTAÇÃO DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DOS PASSEIOS

A área dos passeios deverá ser compactada mecanicamente em sua camada final de 20cm com placa vibratória 400kg para garantir um grau de compactação adequado antes da aplicação do lastro de areia para assentamento do pavimento intertravado de concreto.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

PINTURA DE FAIXAS HORIZONTAIS

Na sinalização horizontal deverão ser usadas os materiais (tinta e micro esfera de vidro), especificadas de acordo com as Normas Técnicas.

A largura de faixas deve ser de 10cm para o eixo e 10cm para as bordas. A espessura é de 0,6mm úmida.

A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade as micro esfera de vidro e ao pavimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

Os termos técnicos utilizados na Tinta de Sinalização Rodoviária estão definidos na NBR 11862.

Tintas.

Material: tinta a base de resina acrílica para sinalização viária.

Requisitos quantitativos.

Consistência (U.K) de 80 a 95.

Estabilidade na armazenagem alteração do consistência (U.K)5 Maximo.

Matéria não volátil % em massa: 62,8 – mínimo.

Pigmento % em massa 40 – mínimo e 50 Maximo.

Para tinta Branca- dióxido de titânio (TI 02),%em massa no pigmento 25-mínima

Para tinta Amarela- Cromato de chumbo (Pb Cr,04)% em massa no pigmento 22- mínimo.

Veiculo não volátil, % em massa no veiculo 38 – mínimo.

Veiculo total % em massa na tinta: 50- mínimo e 60 Maximo.

Tempo de secagem “No Pick-Up Time”:20 minutos – Maximo.

Resistência a abrasão 80 litros mínimo.

Massa especifica 1,30 g/cm3- mínimo e 1,45 g/cm3 Maximo.

Brilho a 60° 20 unidades Maximo.

A tinta deve ser fornecida para uso e superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas e grumos.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicações de nova camada.

A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições: temperatura do ar entre 15° e 35° C / temperatura do pavimento não superior a 40° c umidade relativa do ar até 90%;

tinta deve ter condições para se aplicada por maquinas apropriadas e ter a consistência especificada, sem se necessária a adição de outro aditivo qualquer.Pode ser adicionado no Maximo 5% de solvente em volume sobre a tinta, compatível com a mesma para acerto de viscosidade.

A tinta pode ser aplicada em espessuras, quando úmida, de 0,6mm.

A tinta, quando aplicada na quantidade especificada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao trafego no período Maximo de tempo de 30 minutos.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor após aplicação no pavimento.

A tinta aplicada após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de retrorrefletividade com o seu desgaste natural,pois a tinta possui micro esferas de vidro incorporadas em sua formulação, e ainda, produzir película seca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

A tinta, quando aplicada sobre a superfície betuminosa, não deve apresentar sangria nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

A tinta não deve modificar as suas características (não podendo apresentar espessamento, coagulação, empedramento ou sedimento que não possa ser facilmente disperso por agitação manual, devendo após agitação, apresentar aspecto homogêneo)ou deteriorar-se, quando estocada, por um período mínimo de 06 meses após a data de fabricação do material, quando estocada em local protegido de luz solar direta e a temperatura máxima de 30° c, livre de umidade e nunca diretamente no solo.

unidade de compra é o balde com capacidade de 18 (dezoito)litros.

A tinta pode ser fornecida na cor Branca N9,5 e/ou Amarela 10YR7,5/14, respeitando os padrões e tolerâncias do código de cores “MUNSELL”.

A tinta deve ser fornecida e embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem. Estes recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível as seguintes informações:

Nome do Produto: TINTA REFLETIVA PARA SINALIZAÇÃO VIARIA HORIZONTAL.

Nome Comercial:

Cor da Tinta:

Referencia quanto a natureza química da resina:

Data de Fabricação e Prazo de Validade:

Identificação da partida de Fabricação:

Nome e endereço do Fabricante:

Quantidade contida no recipiente em litros:

Nome do químico responsável e o numero de identificação no Conselho Regional dos Químicos. MICRO

ESFERA DE VIDRO:

Deverão ser usadas na sinalização horizontal viária micro esferas de vidro tipo I-B E II-A da NBR-6831.

PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO

As placas de regulamentação e advertência deverão ter os padrões definidos pela Legislação de Trânsito Vigente e Normas Brasileiras, no que diz respeito a especificação, cores e letreiros.

As chapas destinadas à confecção das placas de aço devem ser planas, do tipo NB 1010/1020, com espessura de 1,25 mm, bitola #18, ou espessura de 1,50 mm, bitola #16. Devem conter pintura totalmente refletiva. As placas de regulamentação circulares deverão ter diâmetro de 50cm, octagonal tipo R1 com lado mínimo de 0,25m e tipo R-2 com lado mínimo de 0,75m. As placas de advertência quadradas terão lado mínimo de 0,45m.

Devem atender integralmente a NBR 11904(1) - Placas de aço para sinalização viária.

As colunas de sustentação deverão ser de aço galvanizado diâmetro de 11/2" , espessura da parede de 3mm e com 3 metros de comprimento. As colunas de sustentação deverão ser fixadas em bases de concreto.

A posição e distâncias de fixação das placas deverão seguir as normas da Legislação de Trânsito Vigente e Normas Brasileiras.

NOTA: não será admitido adesivamento nas placas de sinalização.

PLACAS INDICATIVAS DE RUA

As placas indicativas do nome da rua serão com dimensões de 25x50cm.

As chapas destinadas à confecção das placas de aço devem ser planas, do tipo NB 1010/1020, com espessura de 1,25 mm, bitola #18, ou espessura de 1,50 mm, bitola #16.

Devem conter com pintura totalmente refletiva. As colunas de sustentação deverão ser de aço galvanizado diâmetro de 11/2" , espessura da parede de 3mm e com 3 metros de comprimento. As colunas de sustentação deverão ser fixadas em bases de concreto.

Devem atender integralmente a NBR 11904(1) - Placas de aço para sinalização viária.

A posição e distâncias de fixação das placas deverão seguir as normas da Legislação de Trânsito Vigente e Normas Brasileiras.

NOTA: não será admitido adesivamento nas placas de sinalização.

10 FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRE

As faixas de travessia de pedestres indicam a área da pista onde os pedestres devem executar a travessia estabelecendo para aquele local a prioridade de passagem dos pedestres em relação aos veículos, exceto nos locais com sinalização semafórica de controle de passagem.

Características

Cor: branca

A pintura deverá seguir as especificações técnicas da sinalização viária "pintura de faixas horizontais" deste memorial.

ARIEL ANDRÉ MASSON

Engenheiro Civil - CREA/SC 126637-3

ANEXO II ORÇAMENTO

Referencia Orçamento: Abril/2019 - Sem Desoneração - DATA DE EMISSÃO: 17/05/2019 00:53:48 - DATA DE RT: 16/05/2019
SICRO DNIT OUTUBRO 2018 SEM DESONERAÇÃO

Referencia Orçamento: Abril/2019 - Sem Desoneração - DATA DE EMISSÃO: 17/05/2019 00:53:48 - DATA DE RT: 16/05/2019
SICRO DNIT OUTUBRO 2018 SEM DESONERAÇÃO

IT E M	DESCRIÇÃO	U N	QUA NT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	CÓDI GO	FONTE
1	SERVIÇOS INICIAIS			Σ	R\$ 9.420,67		
1 - 1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m 2	2,88	R\$ 319,06	R\$ 918,89	74209 /1	SINAPI-C
1 - 2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m 2	1,20	R\$ 319,06	R\$ 382,87	74209 /1	SINAPI-C
1 - 3	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m 2	11898,03	R\$ 0,41	R\$ 4.878,19	78472	SINAPI-C
1 - 4	LOCAÇÃO E NIVELAMENTO DE REDE PLUVIAL COM AUXILIO DE EQUIPAMENTO TOPOGRÁFICO	m	1929,00	R\$ 1,68	R\$ 3.240,72	CPA1 25	COMPOSIÇÃO
2	TERRAPLANAGEM			Σ	R\$ 25.856,48		
2 - 1	ESCAVACAO E CARGA MATERIAL 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL * 13T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP.	m 3	4414,13	R\$ 3,86	R\$ 17.038,55	74151 /1	SINAPI-C
2 - 2	TRANPORTE DE MATERIAL DE 1º CAT. (DMT 0,5KM)	m 3	5517,67	R\$ 0,78	R\$ 4.303,78	CPA0 01	COMPOSIÇÃO
2 - 3	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF_09/2017	m 3	692,36	R\$ 6,52	R\$ 4.514,15	96385	SINAPI-C
3	DRENAGEM PLUVIAL			Σ	R\$ 414.863,30		
3	DRENAGEM						
3. - 1.	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M(MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M3), LARG. DE 1,5M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	m 3	1637,28	R\$ 6	R\$ 10.069	90091	SINAPI-C

1				,15	,27		
3.1.2	TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1º CAT. (DMT 0,5KM)	m	2046,60	R\$ 0,78	R\$ 1.596,35	CPA001	COMPOSIÇÃO
3.1.3	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS2, PB, DN 400 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	1357,00	R\$ 38,90	R\$ 52.787,30	7785	SINAPI-I
3.1.4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS2, PB, DN 500 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	257,00	R\$ 56,49	R\$ 14.517,93	7792	SINAPI-I
3.1.5	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS2, PB, DN 600 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	59,00	R\$ 72,91	R\$ 4.301,69	7793	SINAPI-I
3.1.6	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN 400MM REJUNTADOS COM ARGAMASSA	m	1357,00	R\$ 18,48	R\$ 25.077,36	CPA072	COMPOSIÇÃO
3.1.7	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN 500MM REJUNTADOS COM ARGAMASSA	m	257,00	R\$ 22,63	R\$ 5.815,91	CPA073	COMPOSIÇÃO
3.1.8	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN 600MM REJUNTADOS COM ARGAMASSA	m	59,00	R\$ 27,41	R\$ 1.617,19	CPA074	COMPOSIÇÃO
3.1.9	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	un	56,00	R\$ 961,53	R\$ 53.845,68	83659	SINAPI-C
3.1.10	CAIXA DE JUNÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 400MM, INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇO.	un	35,00	R\$ 407,78	R\$ 14.272,30	CPA080	COMPOSIÇÃO
3.1.11	CAIXA DE JUNÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 500MM, INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇO.	un	4,00	R\$ 529,80	R\$ 2.119,20	CPA081	COMPOSIÇÃO
3.1.12	CAIXA DE JUNÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 600MM, INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇO.	un	1,00	R\$ 654,95	R\$ 654,95	CPA082	COMPOSIÇÃO
3.1.13	CAIXA DE JUNÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 800MM, INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇO.	un	6,00	R\$ 972,76	R\$ 5.836,56	CPA083	COMPOSIÇÃO
3.1.14	CAIXA DE JUNÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 1000MM, INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇO.	un	2,00	R\$ 1.451,86	R\$ 2.903,72	CPA084	COMPOSIÇÃO
3.1.15	CAIXA DE JUNÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 1500MM, INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇO.	un	2,00	R\$ 2.032,57	R\$ 4.065,14	CPA085	COMPOSIÇÃO
3.1.16	CAIXA DE INSPEÇÃO EM EM BLOCOS DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 400MM, INCLUINDO MATERIAIS, SERVIÇO, ESCAVAÇÃO E REATERRO	un	5,00	R\$ 818,73	R\$ 4.093,65	CPA023	COMPOSIÇÃO
3.1.17	CAIXA DE INSPEÇÃO EM EM BLOCOS DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 500MM, INCLUINDO MATERIAIS, SERVIÇO, ESCAVAÇÃO E REATERRO	un	6,00	R\$ 937,59	R\$ 5.625,54	CPA024	COMPOSIÇÃO
3.1.18	CAIXA DE INSPEÇÃO EM EM BLOCOS DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 600MM, INCLUINDO MATERIAIS, SERVIÇO, ESCAVAÇÃO E REATERRO	un	1,00	R\$ 1.134,11	R\$ 1.134,11	CPA025	COMPOSIÇÃO
3.1.19	CAIXA DE INSPEÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO E CHAMINÉ EM TIJOLO MACIÇO P/ TUBOS DE DN 800MM, INCLUINDO MATERIAIS, SERVIÇO, ESCAVAÇÃO E REATERRO	un	3,00	R\$ 1.470,54	R\$ 4.411,62	CPA026	COMPOSIÇÃO
3.1.20	CAMADA DE BRITA N. 2, E=10CM, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	m	151,67	R\$ 61,80	R\$ 9.373,21	CPA111	COMPOSIÇÃO
3.1	REATERRO DAS VALAS COM BRITA N. 2, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	m	1145,79	R\$ 57,28	R\$ 65.630,85	CPA005	COMPOSIÇÃO

.21		3		\$				O
3	DRENAGEM COM ASSENTAMENTO SOBRE BERÇO DE CONCRETO							
2								
3.2	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M3), LARG. DE 1,5M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	m	747,05	R\$	6,15	R\$	4.594,36	90091 SINAPI-C
3.2	TRANPORTE DE MATERIAL DE 1ª CAT. (DMT 0,5KM)	m	933,81	R\$	0,78	R\$	728,37	CPA001 COMPOSIÇÃO
3.2	REATERRO DAS VALAS COM BRITA N. 2, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	m	4,32	R\$	57,28	R\$	247,45	CPA005 COMPOSIÇÃO
3.2	REATERRO DAS VALAS COM BRITA N. 2, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	m	46,56	R\$	57,28	R\$	2.666,96	CPA005 COMPOSIÇÃO
3.2	REATERRO DAS VALAS COM BRITA N. 2, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	m	6,48	R\$	57,28	R\$	371,17	CPA005 COMPOSIÇÃO
3.2	REATERRO DAS VALAS COM BRITA N. 2, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	m	10,20	R\$	57,28	R\$	584,26	CPA005 COMPOSIÇÃO
3.2	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m	10,80	R\$	101,60	R\$	1.097,28	96533 SINAPI-C
3.2	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m	97,00	R\$	101,60	R\$	9.855,20	96533 SINAPI-C
3.2	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m	11,16	R\$	101,60	R\$	1.133,86	96533 SINAPI-C
3.2	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m	16,15	R\$	101,60	R\$	1.640,84	96533 SINAPI-C
3.2	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m	2,89	R\$	355,26	R\$	1.026,70	94963 SINAPI-C
3.2	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m	36,67	R\$	355,26	R\$	13.027,38	94963 SINAPI-C
3.2	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m	4,95	R\$	355,26	R\$	1.758,54	94963 SINAPI-C
3.2	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m	10,03	R\$	355,26	R\$	3.563,26	94963 SINAPI-C
3.2	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS2, PB, DN 500 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	27,00	R\$	56,49	R\$	1.525,23	7792 SINAPI-I
3.2	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 800 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	194,00	R\$	181,22	R\$	35.156,68	7750 SINAPI-I
3.2	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 1000 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	18,00	R\$	248,76	R\$	4.477,68	7753 SINAPI-I
3.2	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 1500 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	17,00	R\$	524,37	R\$	8.914,29	7758 SINAPI-I
3.2	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN 500MM REJUNTADOS COM ARGAMASSA	m	27,00	R\$	22,63	R\$	611,01	CPA073 COMPOSIÇÃO
3.2	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN 800MM REJUNTADOS COM ARGAMASSA	m	194,00	R\$	38,48	R\$	7.465,12	CPA075 COMPOSIÇÃO
3.2	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN 1000MM REJUNTADOS COM ARGAMASSA	m	18,00	R\$	64,92	R\$	1.168,56	CPA076 COMPOSIÇÃO
3.2	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN 1500MM REJUNTADOS COM ARGAMASSA	m	17,00	R\$	109,35	R\$	1.858,95	CPA078 COMPOSIÇÃO
3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m	415,04	R\$	19,31	R\$	8.014,42	93360 SINAPI-C

3.2 .24	COMPACTAÇÃO MECÂNICA, SEM CONTROLE DO GC (C/COMPACTADOR PLACA 400 KG)	m 3	415,04	R \$	5,69	R\$	2.361,58	74005/1	SINAPI-C
3.2 .25	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR PARA TUBO DE Ø50 EM CONCRETO INCLUINDO FORMAS, ESCAVAÇÃO, REATERRO E MATERIAIS	u n	2,00	R \$	747,84	R\$	1.495,68	CPA048	COMPOSIÇÃO
3.2 .26	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIÂMETRO =1,00M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVAÇÃO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.	u n	1,00	R \$	2.719,24	R\$	2.719,24	73856/4	SINAPI-C
3.2 .27	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR EM CONCRETO PARA TUBO DE DN 1500MM, INCLUINDO FORMAS, ESCAVAÇÃO, REATERRO E MATERIAIS	u n	2,00	R \$	3.524,85	R\$	7.049,70	CPA061	COMPOSIÇÃO
4	PAVIMENTAÇÃO			Σ		R	874.085,6		
						\$	3		

4
.1
CAMADAS CONSTITUINTES DO PAVIMENTO

4.1 .1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	m 2	8555,86	R \$	1,54	R\$	13.176,02	72961	SINAPI-C
4.1 .2	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM MACADAME SECO (COM TRANSPORTE)	m 3	2273,92	R \$	75,95	R\$	172.704,22	CPA121	COMPOSIÇÃO
4.1 .4	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES (COM TRANSPORTE)	m 3	1305,46	R \$	93,52	R\$	122.086,62	CPA122	COMPOSIÇÃO

9.2 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

4.2 .1	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30. AF_09/2017	m 2	8555,86	R \$	8,68	R\$	74.264,86	96401	SINAPI-C
4.2 .2	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSAO RR-2C	m 2	8555,86	R \$	2,28	R\$	19.507,36	72943	SINAPI-C
4.2 .3	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO CAIXA NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)	t	61,86	R \$	3.906,36	R\$	241.647,43	41899	SINAPI-I
4.2 .4	CONCRETO ASFÁLTICO - FAIXA C - AREIA E BRITA COMERCIAIS	t	1092,92	R \$	130,21	R\$	142.309,11	4011463	SICRO-C
4.2 .5	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO, COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 30000 L EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE SUPERIORES A 100 KM. AF_02/2016	tx k m	17073,3 6	R \$	0,54	R\$	9.219,61	93176	SINAPI-C
4.2 .6	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA	tx k m	27323,0 0	R \$	0,57	R\$	15.574,11	5914389	SICRO-C

9.3 FAIXA ELEVADA

4.3 .1	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM MACADAME SECO (COM TRANSPORTE)	m 3	15,48	R \$	75,95	R\$	1.175,71	CPA121	COMPOSIÇÃO
4.3 .2	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSAO RR-2C	m 2	51,60	R \$	2,28	R\$	117,65	72943	SINAPI-C
4.3 .3	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO CAIXA NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)	t	0,45	R \$	3.906,36	R\$	1.757,86	41899	SINAPI-I
4.3 .4	CONCRETO ASFÁLTICO - FAIXA C - AREIA E BRITA COMERCIAIS	t	7,92	R \$	130,21	R\$	1.031,26	4011463	SICRO-C
4.3 .5	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO, COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 30000 L EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE SUPERIORES A 100 KM. AF_02/2016	tx k m	124,20	R \$	0,54	R\$	67,07	93176	SINAPI-C
4.3 .6	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA	tx k m	198,00	R \$	0,57	R\$	112,86	5914389	SICRO-C

9.4 MEIO FIO

4.	MEIO FIO PRÉ MOLDADO DE CONCRETO TIPO 1 (ARREDONDADO) (6X10)X10X30, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO CÓD SINAPI (73710)	m	1966,00	R\$		R\$		CPA0	COMPOSIÇÃO
----	---	---	---------	-----	--	-----	--	------	------------

4.1					30,18	59.333,88	09	O
5					SINALIZAÇÃO VIÁRIA		Σ	R\$ 20.562,00
5.1	PINTURA DE FAIXA - TINTA BASE ACRÍLICA - ESPESSURA DE 0,6 MM	m 2	47,04	R\$ 23,57	R\$ 1.108,73	5213 401	SICRO-C	
5.2	PINTURA DE FAIXA - TINTA BASE ACRÍLICA - ESPESSURA DE 0,6 MM	m 2	191,50	R\$ 23,57	R\$ 4.513,66	5213 401	SICRO-C	
5.3	PINTURA DE FAIXA - TINTA BASE ACRÍLICA - ESPESSURA DE 0,6 MM	m 2	191,50	R\$ 23,57	R\$ 4.513,66	5213 401	SICRO-C	
5.3	PLACA DE INDICAÇÃO DO NOME DA RUA 25 X 50 CM, COM CHAPA DE AÇO E POSTE EM AÇO GALVANIZADO, CHUMBADA EM SAPATA DE CONCRETO	un	2,00	R\$ 351,09	R\$ 702,18	CPA0 07	COMPOSIÇÃO	
5.4	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO E OU ADVERTENCIA VERTICAL: REDONDA (Ø 50CM) COM CHAPA DE AÇO E POSTE EM AÇO GALVANIZADO, CHUMBADA EM SAPATA DE CONCRETO	un	4,00	R\$ 398,90	R\$ 1.595,60	CPA0 93	COMPOSIÇÃO	
5.5	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO E OU ADVERTENCIA VERTICAL: RETANGULAR, COM CHAPA DE AÇO E POSTE EM AÇO GALVANIZADO, CHUMBADA EM SAPATA DE CONCRETO	un	6,00	R\$ 751,72	R\$ 4.510,32	CPA0 88	COMPOSIÇÃO	
5.6	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO E OU ADVERTENCIA VERTICAL: TRIPLA, QUADRADA (45X45CM), OCTOGONAL (LADOS DE 25CM) E RETANGULAR (50X25CM) COM CHAPA DE AÇO E POSTE EM AÇO GALVANIZADO, CHUMBADA EM SAPATA DE CONCRETO	un	5,00	R\$ 723,57	R\$ 3.617,85	CPA0 96	COMPOSIÇÃO	
6					OBRAS COMPLEMENTARES		Σ	R\$ 3.803,37
6.1 REATERRO DOS PASSEIOS								
6.1.1	COMPACTACAO MECANICA, SEM CONTROLE DO GC (C/COMPACTADOR PLACA 400 KG)	m 3	668,43	R\$ 5,69	R\$ 3.803,37	74005/1	SINAPI-C	

TOTAL R\$ 1.348.591,45**DECLARAÇÕES****ARIEL ANDRÉ
MASSON****Engenheiro Civil -
CREA/SC 126637-**

2

Após a simulação deste orçamento com as tabelas do SINAPI com e sem desoneração, e atribuindo no orçamento os respectivos impostos necessários para cada situação, foi verificado que a alternativa mais adequada para a Administração Pública, é a utilização da planilha SEM DESONERAÇÃO.

ANEXO III**APURAÇÃO DOS VALORES DOS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA RUA JUVENAL MACANEIRO
ANTES DA PAVIMENTAÇÃO****LADO DIREITO:**

IMOV.	NOME PROPRIETÁRIO	VALOR DO TERRENO	VALOR DA OBRA	VALOR TOTAL DO IMÓVEL
8767	MARIA DO SOCORRO DE A. SANTOS	R\$ 30.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 115.000,00
8768	BRUNO SILVA BARBOSA	R\$ 58.200,00	84.800,00	R\$ 143.000,00
	CESAR LUIZ CUNHA	R\$ 410.000,00	R\$ 220.770,00	R\$ 630.770,00
9465	TIAGO MAX STALOGH	R\$ 81.200,00	R\$ 69.750,00	R\$ 105.950,00
9466	ARLEI APARECIDA CHAVES	R\$ 99.000,00	R\$ 149.600,00	R\$ 248.600,00
9339	JOSE PAULO MURINI	R\$ 67.000,00	R\$ 416.000,00	R\$ 483.000,00
9342	LUIZ CARLOS MURINI	R\$ 109.120,00	R\$ 239.800,00	R\$ 348.920,00
9456	J1000 EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA	R\$ 137.200,00		R\$ 137.200,00
9457	J1000 EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA	R\$ 310.000,00		R\$ 310.000,00
9458	J1000 EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA	R\$ 131.600,00		R\$ 131.600,00
10156	J1000 EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA	R\$ 122.000,00		R\$ 122.000,00
9460	J1000 EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA	R\$ 120.800,00		R\$ 120.800,00
9459	J1000 EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA	R\$ 129.700,00		R\$ 129.700,00
10161	VALDERI COLACO CARNEIRO	R\$ 30.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 80.000,00
10160	MARCELINO MACHADO	R\$ 30.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 80.000,00
10154	JAISON HENRIQUE SCHREIBER	R\$ 30.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 80.000,00
9512	OSVALDO DELABENETTA	R\$ 140.000,00	R\$ 136.600,00	R\$ 276.600,00
TOTAL		R\$ 2.035.820,00	R\$ 1.552.320,00	R\$ 3.588.140,00

LADO ESQUERDO:

IMOV.	NOME PROPRIETÁRIO	VALOR DO TERRENO	VALOR DA OBRA	VALOR TOTAL DO IMÓVEL
241	JAIR ALDÉVIO DOS SANTOS	R\$ 122.800,00	R\$ 232.000,00	R\$ 354.800,00
243	MAICON JAHN	R\$ 57.700,00	R\$ 222.600,00	R\$ 280.300,00
8728	EUGENIA GIOVANELLA MENEGHETTI	R\$ 1.225.000,00	R\$ 247.000,00	R\$ 1.472.200,00
9439	ELCIO DEOLA	R\$ 73.000,00	R\$ 133.500,00	R\$ 206.500,00
9440	FRANCISCO LEONARDO SCHMITT	R\$ 93.000,00		R\$ 93.000,00
10764	ELIANE APARECIDA VENTURI	R\$ 244.000,00		R\$ 244.000,00
9333	JOSMAR MARCELINO	R\$ 67.200,00	R\$ 90.950,00	R\$ 158.150,00
9334	ROGRIO NILTON VANUNCCI	R\$ 67.200,00	R\$ 174.900,00	R\$ 242.100,00
9335	CHARLES DE FREYN	R\$ 67.200,00	R\$ 132.000,00	R\$ 199.200,00
9336	VANESSA SCHUTZ	R\$ 67.200,00	R\$ 111.100,00	R\$ 178.300,00
9337	IGOR VINICIUS DE SOUZA SANTOS	R\$ 67.200,00	R\$ 95.200,00	R\$ 162.400,00
9338	JOSE PAULO MURINI	R\$ 350.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 360.000,00
9498	SELIO BATISTA	R\$ 77.300,00		R\$ 77.300,00
9499	BRUNO HEESCH	R\$ 88.500,00		R\$ 88.500,00
9500	MAIARA BATISTA	R\$ 107.900,00	R\$ 198.000,00	R\$ 298.500,00
9501	SELIO BATISTA	R\$ 302.000,00	R\$ 213.600,00	R\$ 515.600,00
9502	ROVENI APARECIDA WERNER	R\$ 82.700,00	R\$ 98.300,00	R\$ 181.000,00
TOTAL		R\$ 3.159.900,00	R\$ 1.959.150,00	R\$ 5.119.050,00
TOTAL LADO ESQUERDO + LADO DIREITO		R\$ 5.195.720,00	R\$ 3.511.470,00	R\$ 8.707.190,00

Nº 1.173/2020

Publicação Nº 2527934

LEI Nº 1.173/2020 DE 19 DE JUNHO DE 2020

"ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 405 DE 06 DE MAIO DE 1991 QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA AS OBRAS SOCIAIS DA PARÓQUIA DE AGRONÔMICA"

O Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 405 de 06 de maio de 1991, passando a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 1º. Fica DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA a PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARAVAGGIO, Associação privada, inscrita no CNPJ nº 85.788.289/0002-99, bem como as OBRAS SOCIAIS prestadas por sua MATRIZ e CAPELAS, todas com sede no Município de Agronômica e foro na Comarca de Rio do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EM 19 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal de Agronômica

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor do Departamento de Administração

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2020 - DISPENSA Nº. 3/2020

Publicação Nº 2528106

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 28/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2020

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 28/2020, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 3/2020", destinado a contratação de assistência técnica e extensão rural. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Contratada: EPAGRI/SC

CNPJ: 83.052.191/0008-39

Valor: R\$ 33.433,60

Água Doce, SC, 18 de junho de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 097 - 2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528711

DECRETO Nº 097/2020 De 18 de junho de 2020	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto Municipal nº 099/2017 e Lei Federal nº 13.019/2014, e demais disposições legais vigentes;	

DECRETA:

Art. 1º Para assumir a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração nº 02/2019, firmado entre o município de Águas de Chapecó e a ONG de Voluntários São Francisco de Assis, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e em especial o Capítulo IV do Decreto nº 099, de 13 de março de 2017, nomeasse os servidores públicos abaixo relacionados:

I Tanara Mariane Roatti | Matrícula nº 10.858;
II Josias Pedroso da Silva | Matrícula nº 10.814;
III Rui Reis de Cerqueira | Matrícula nº 10.736.

Art. 2º O prazo de vigência desta nomeação será igual ao período em que vigorar o Termo de Colaboração nº 02/2019.

Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por monitorar o conjunto da parceria, apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos, padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência e avaliação e homologar os resultados técnicos de monitoramento e avaliação.

Art. 4º As funções da Comissão de Monitoramento e Avaliação são consideradas, serviços de caráter público relevante ao município, não lhe atribuindo qualquer remuneração, bem como, não caracterizando nenhum tipo de vínculo empregatício.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 126, de 14 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 18 de junho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e publique-se

PORTARIA Nº 198, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529014

PORTARIA Nº 198/2020 De 19 de Junho de 2020	DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal e demais disposições legais vigentes;	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica removido, de ofício, o Servidor ADILSON ANTONIO LOCK GONÇALVES, matrícula 10.813, ocupante do cargo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 19 de junho de 2020

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Frias

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº53/2020

Publicação Nº 2528705

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 53/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

Objeto : TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CIS-AMOSC, para adimplemento referente a aquisição de medicamentos, em conformidade com o Contrato de Rateio nº3/2020

Valor : R\$ 240.000,00(duzentos e quarenta mil reais)

Vigência : Início :19/06/2020 Término : 31/12/20

Licitação : Dispensa por Justificativa Nº.: 24/2020

Processo : 55/2020

Águas Frias - SC, 18 de junho de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

Águas Mornas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 107/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528086

PORTARIA Nº. 107/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 02.07.2020, a Servidora Pública Municipal Senhora Zelite Bauer Weingartner, matrícula nº. 520, referente ao quinquênio de 01.02.2012 à 31.01.2017, nada ficando pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 18 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA
Responsável

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR35/2020

Publicação Nº 2528631



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista
Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
1791-6600-163

Página
1 / 1

Licitações Adjudicadas

Licitação: PR35/2020		Modalidade: Pregão	Julgamento: Por Item		Registro de preço: Sim	Controla quantidade: Si						
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de tubos de concreto.												
Fornecedor: 730 - CONCRETOS BASSO LTDA - EPP												
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$):						
18/06/2020	4	15907 - TUBO DE CONCRETO 100 X 60 CM SEM ARMACAO DE FERRO	UN	250,00000	74,67000	18.667,50						
		Marca: BASSO										
18/06/2020	5	15901 - TUBO DE CONCRETO 100 X 100 CM COM UMA ARMACAO DE FERRO	UN	50,00000	283,83000	14.191,50						
		Marca: BASSO										
Fornecedor: 4341 - DELCIR BOESING												
18/06/2020	3	15906 - TUBO DE CONCRETO 100 X 40 CM SEM ARMACAO DE FERRO	UN	500,00000	41,79000	20.895,00						
		Marca: SIDART										
18/06/2020	6	15908 - TUBO DE CONCRETO 100 X 80 CM COM UMA ARMACAO DE FERRO	UN	100,00000	179,79000	17.979,00						
		Marca: SIDART										
Fornecedor: 2699 - SCHREINER MARMORARIA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI -												
18/06/2020	1	15909 - Tubo de Concreto 100x20 s/ armação	UN	300,00000	24,87000	7.461,00						
		Tubo de Concreto 100x20, sem armação de ferro										
		Marca: SCHREINER										
18/06/2020	2	15905 - TUBO DE CONCRETO 100 X 30 CM SEM ARMACAO DE FERRO	UN	600,00000	30,70000	18.420,00						
		Marca: SCHREINER										
Total Adjudicado (R\$):						97.614,00						
Total de licitações adjudicadas: 1						Total Geral Adjudicado (R\$):	97.614,00					


GILBERTO ANTONIO MALTAURO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PR33/2020

Publicação Nº 2527564



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista
Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
1421-0577-719

Página
1 / 1

Licitação Deserta

Licitação: PR33/2020

Modalidade: Pregão

Julgamento: Por item

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de concreto usinado.

Observação: Nenhuma empresa protocolou envelopes para participação do certame.

Data: 17/06/2020

Seqüência: 64634

Valor total estimado: R\$ 234.450,00

Itens					Valor total (R\$)
Item	Quantidade	Un. medida	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	500,00	M3	19562 - Concreto usinado sem bomba FCK 20 MPa, Slump 8+-2	R\$ 345,00	R\$ 172.500,00
2	120,00	M3	21573 - Concreto usinado bombeado FCK 20 MPa, Slump 8+-2	R\$ 360,00	R\$ 43.200,00
3	50,00	M3	19561 - Concreto usinado bombeado FCK 25 MPa, Slump 10+-2	R\$ 375,00	R\$ 18.750,00
Total geral (R\$):					R\$ 234.450,00

Nota: NENHUMA EMPRESA PROTOCOLOU DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CERTAME.

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR35/2020

Publicação Nº 2528632



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
1851-1212-295

Página
1 / 1

Licitações homologadas

Registro de preço: Sim Controla quantidade: Sim

Licitação: PR35/2020 Modalidade: Pregão

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de tubos de concreto.

Credor/Fornecedor: 2699-SCHREINER MARMORARIA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI -

Data	Item	Un. Medida	Material/Serviço/Denominação
18/06/2020	1	UN	15909 - Tubo de Concreto 100x20 s/ armação
			Tubo de Concreto 100x20, sem armação de ferro
18/06/2020	2	UN	15905 - TUBO DE CONCRETO 100 X 30 CM SEM ARMACAO DE FERRO
Credor/Fornecedor: 4341-DELCIR BOESING			
18/06/2020	3	UN	15906 - TUBO DE CONCRETO 100 X 40 CM SEM ARMACAO DE FERRO
18/06/2020	6	UN	15908 - TUBO DE CONCRETO 100 X 80 CM COM UMA ARMACAO DE FERRO
Credor/Fornecedor: 730-CONCRETOS BASSO LTDA - EPP			
18/06/2020	4	UN	15907 - TUBO DE CONCRETO 100 X 60 CM SEM ARMACAO DE FERRO
18/06/2020	5	UN	15901 - TUBO DE CONCRETO 100 X 100 CM COM UMA ARMACAO DE FERRO

Total licitações homologadas: 1

GILBERTO ANTONIO MALTAURO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PREGÃO PRESENCIAL 45/2020

Publicação Nº 2528635

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR45/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de preços para prestação de serviços de lavagem de veículos e máquinas da frota municipal.

Data de entrega dos envelopes: 15/07/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Data de abertura dos envelopes: 15/07/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 18 de junho de 2020.

GILBERTO ANTONIO MALTAURO
Prefeito em Exercício

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO 007/2020-FMAS

Publicação Nº 2528047

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Assistência Social****CONTRATO Nº 007/2020**
Seguros de Veículos

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANCHIETA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Caçador, nº 25, inscrito no CNPJ sob nº 16.841.833/0001-15, neste ato representado pela sua Gestora a Sra. **CARLA MARINA TREMARIN**, brasileira, casada, portadora do CPF sob o nº 907.372.029-04, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **GENTE SEGURADORA S.A**, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Centro Histórico, CEP: 90.020-060, Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, neste ato representado pelo seu Diretor, **Sr. MARCELO WAIS**, brasileiro, casado, maior, segurador, portador do CPF: 632.005.380-15 e da RG: 7009036166, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Teixeira Soares, nº 200 apto 202, Torre A, Bairro Bela Vista, na cidade de Porto Alegre/RS, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/93 e legislação pertinente, nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020** (Prefeitura Municipal Multientidade) e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de empresa especializada em seguros para veículos do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Anchieta/SC**, conforme Anexo I deste edital e a ordem de classificação definida pela Comissão de Licitação, homologada pela autoridade municipal superior.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Total
18	1,00	UN	Seguro total do veículo GM/CORSA SEDAN 1.0 Classic LS PLACA MLU 8636, ANO MODELO 2013/2014, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL: 100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTEIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 2)	700,00
19	1,00	UN	Seguro total do veículo corsa FORD/KA 1.0 PLACA MFZ 0466, ANO MODELO 2008/2009, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL: 100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTEIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 2)	840,00
VALOR TOTAL R\$:				1.540,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO:

2.1. O pagamento dos valores cotados na proposta vencedora será efetuado em 4 (quatro) parcelas mensais, sem qualquer reajuste ou acréscimo, a cada trinta dias. **O total do contrato será de R\$: 1.540,00 (Um Mil, Quinhentos e Quarenta Reais), referente aos seguros dos veículos acima descritos.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento da primeira parcela fica condicionado à apresentação da proposta de seguro, devidamente assinada pela seguradora.

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Assistência Social**

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se no valor constante do boleto bancário estiver embutido o IOF, este valor será excluído quando da realização do pagamento pelo Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. A apólice deverá ser apresentada no prazo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato.
- 3.2. Os veículos segurados passam a ter cobertura a partir do dia de assinatura do contrato ou quando autorizado pelo município (no vencimento dos contratos vigentes);
- 3.3. Em caso de sinistro a contratante deverá acionar imediatamente a seguradora contratada;
- 3.4. Além das condições estabelecidas no edital nº. 061/2020-PM e neste contrato, o objeto da presente licitação deverá ser executado com base nas condições contidas na proposta de seguros.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. A empresa vencedora obriga-se a:
- 4.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.1.2- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação principalmente fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Anchieta/SC e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.
- 4.1.3 - O prazo de vigência do contrato a ser executado será a partir da assinatura (da apólice) do contrato percorrendo um período de um ano.
- 4.1.4 - A responsabilidade pelos pagamentos de sinistros, indenizações, ressarcimentos entre outros, deverá ser efetuado integralmente, pela CONTRATADA, sendo que não será aceito pela CONTRATANTE o recebimento e/ou pagamentos em separado de outra cosseguradora.
- 4.1.5 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 4.1.6. As indenizações devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em caso de sinistros deverão ser pagas no prazo máximo de quinze (30) dias a contar da reclamação e toda documentação necessária para regulação sobre as perdas e danos causados pelo sinistro.
- 4.1.7. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia securitária antes deste prazo.
- 4.1.8. Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância segurada), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas através do endosso;
- 4.1.9. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Contratante;
- 4.1.10. Permanecer como única e total responsável perante a Contratante inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;
- 4.1.11. Prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante e atender prontamente quaisquer reclamações;
- 4.1.12. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.
- 4.1.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Assistência Social**

4.1.14. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da quitação do seguro;

4.1.15. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária á prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

4.1.16. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

4.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O Fundo Municipal de Assistência Social obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrente do processo licitatório correrão a conta da seguinte dotação de 2020:

Despesa: 2 - ADM. GERAL BENS E SERV. DA SECRETARIA DE ASSISTÊNC

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2 - PLANEJAMENTO E APOIO ADMINISTRATIVO

Projeto/Atividade: 2.200 - ADM. GERAL BENS E SERV. DA SECRETARIA DE ASSISTÊNC

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 131 - RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Despesa: 22 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTE

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 26 - PROMOÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL

Projeto/Atividade: 2.201 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTE

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Assistência Social**

Rec. nº 2245 - Transf.União Dest.Progr.Assist.Soc-CRAS -Superavit

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência de 12 (doze) meses, sendo que passa a contar a partir da ativação dos seguros, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

ATIVAR A VIGÊNCIA DOS SEGUROS EM: 06/07/2020 A 06/07/2021.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

8.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

8.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais sujeitará a contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - Declaração de inidoneidade;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta, SC, 18 de Junho de 2020.

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Assistência Social****CARLA MARINA TREMARIN**Gestora do FMAS
CPF: 907.372.029-04**MARCELO WAIS**Diretor/Responsável
CPF: 632.005.380-15

TESTEMUNHAS:

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72**IDENES M. FIORENTIN SCHENA**
CPF: 034.116.669-35Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

CONTRATO 008/2020-FMS

Publicação Nº 2528049

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde****CONTRATO 008/2020****Seguro de Veículos**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, inscrito no CNPJ sob nº 11.243.552/0001-47, neste ato representado pelo seu Gestor a Sr. **MARTINHOS SCANTAMBURLO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 950.525.859-34, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **GENTE SEGURADORA S.A**, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Centro Histórico, CEP: 90.020-060, Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob nº , 90.180.605/0001-02, neste ato representado pelo seu Diretor, **Sr. MARCELO WAIS**, brasileiro, casado, maior, segurador, portador do CPF: 632.005.380-15 e da RG: 7009036166, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Teixeira Soares, nº 200 apto 202, Torre A, Bairro Bela Vista, na cidade de Porto Alegre/RS, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/93 e legislação pertinente, nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020** (Prefeitura Municipal Multientidade) e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de Seguros para Veículos e Passageiros da Secretaria de Saúde do Município de Anchieta/SC, para o período de 12 meses**, conforme Anexo I deste edital e a ordem de classificação definida pela Comissão Permanente de Licitação, homologada pela autoridade municipal superior.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
24	1,00	UN	Seguro Responsabilidade Civil - RCO > FIAT DOBLO ATTRACTIVE 1.4 placa MKH 3953, ANO 2014/2014, lotação 07 passageiros. Com as seguintes coberturas mínimas = Danos Corporais e/ou materiais causados a passageiros R\$: 1.539,804,00 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e quatro reais). Conforme Resolução 001/2016.	1.650,00	1.650,00
26	1,00	UN	Seguro Responsabilidade Civil - RCO > FIAT DOBLO ATTRACTIVE 1.4 placa MLU 9353, ANO MODELO 2014/2014, lotação 07 passageiros. Com as seguintes coberturas mínimas = Danos Corporais e/ou materiais causados a passageiros R\$: 1.539,804,00 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e quatro reais). Conforme Resolução 001/2016.	1.650,00	1.650,00
29	1,00	UN	Seguro Responsabilidade Civil - RCO > FIAT DUCATO MULTI LONG 2.3 PLACA MKZ 4422, ANO MODELO 2013/2013, lotação 16 passageiros. Com as seguintes coberturas mínimas = Danos Corporais e/ou materiais causados a passageiros R\$: 1.539,804,00 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e quatro reais). Conforme Resolução 001/2016.	1.780,00	1.780,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

31	1,00	UN	Seguro total do veículo RENAULT MASTER 2.3 20 LUGAR (DIESEL) MINIBUS VAN PLACA MMH 6436, ANO MODELO 2014/2015, com as seguintes coberturas: IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTEIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 2.700,00 (Bônus 08).	3.300,00	3.300,00
32	1,00	UN	Seguro Responsabilidade Civil - RCO > RENAULT MASTER 2.3 20 LUGAR (DIESEL) MINIBUS VAN PLACA MMH 6436, ANO MODELO 2014/2015, lotação 20 passageiros. Com as seguintes coberturas mínimas = Danos Corporais e/ou materiais causados a passageiros R\$: 1.539,804,00 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e quatro reais). Conforme Resolução 001/2016.	1.750,00	1.750,00
34	1,00	UN	Seguro total do veículo GM/SPIN LTZ 1.8 de 7 Lugares, PLACA QJA 9335 ANO MODELO 2018/2018, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTEIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 02).	1.190,00	1.190,00
35	1,00	UN	Seguro total do veículo GM/SPIN de 7 Lugares, PLACA RAE 2174 ANO MODELO 2019/2020, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTEIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 1).	1.190,00	1.190,00
38	1,00	UN	Seguro Responsabilidade Civil - RCO > FIAT DUCATO NIKS P PLACA QJI 9474, ANO MODELO 2018/2018, lotação 17 passageiros. Com as seguintes coberturas mínimas = Danos Corporais e/ou materiais causados a passageiros R\$: 1.539,804,00 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e quatro reais). Conforme Resolução 001/2016.	1.750,00	1.750,00
				Valor Total R\$: 14.260,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO:

2.1. O pagamento dos valores cotados na proposta vencedora será efetuado em 4 (quatro) parcelas mensais, sem qualquer reajuste ou acréscimo, a cada trinta dias. O valor total do contrato será de **R\$: 14.260,00 (Quatorze Mil, Duzentos e Sessenta Reais)**, referente aos seguros dos veículos acima descritos.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

PARAGRAFO PRIMEIRO. O pagamento da primeira parcela fica condicionado à apresentação da proposta de seguro, devidamente assinada pela seguradora.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se no valor constante do boleto bancário estiver embutido o IOF, este valor será excluído quando da realização do pagamento pelo Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. A apólice deverá ser apresentada no prazo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato.
- 3.2. Os veículos segurados passam a ter cobertura a partir do dia de assinatura do contrato ou quando autorizado pelo município (no vencimento dos contratos vigentes);
- 3.3. Em caso de sinistro a contratante deverá acionar imediatamente a seguradora contratada;
- 3.4. Além das condições estabelecidas no edital nº. 061/2020-PM e neste contrato, o objeto da presente licitação deverá ser executado com base nas condições contidas na proposta de seguro.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. A empresa vencedora obriga-se a:
 - 4.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
 - 4.1.2- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação principalmente fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Anchieta/SC e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.
 - 4.1.3 - O prazo de vigência do contrato a ser executado será a partir da assinatura (da apólice) do contrato percorrendo um período de um ano.
 - 4.1.4 - A responsabilidade pelos pagamentos de sinistros, indenizações, ressarcimentos entre outros, deverá ser efetuado integralmente, pela CONTRATADA, sendo que não será aceito pela CONTRATANTE o recebimento e/ou pagamentos em separado de outra cosseguradora.
 - 4.1.5 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 4.1.6 - As indenizações devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em caso de sinistros deverão ser pagas no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da reclamação e toda documentação necessária para regulação sobre as perdas e danos causados pelo sinistro.
 - 4.1.7. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia securitária antes deste prazo.
 - 4.1.8. Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância segurada), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas através do endosso;
 - 4.1.9. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Contratante;
 - 4.1.10. Permanecer como única e total responsável perante a Contratante inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;
 - 4.1.11. Prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante e atender prontamente quaisquer reclamações;
 - 4.1.12. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

4.1.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

4.1.14. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da quitação do seguro;

4.1.15. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

4.1.16. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

4.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O Fundo Municipal de Saúde obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrente do processo licitatório correrão a conta da seguinte dotação 2020:

Despesa: 19 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 23 - SAÚDE BÁSICA

Projeto/Atividade: 2.101 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 335 - Recursos Ordinários - 15% Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência de 12 (doze) meses, sendo que passa a contar a partir da ativação dos seguros, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

ATIVAR A VIGÊNCIA DOS SEGUROS EM: 06/07/2020 A 06/07/2021.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde****CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

8.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

8.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais sujeitará a contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - Declaração de inidoneidade;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta, SC, 18 de Junho de 2020.

MARCELO WAIS

Diretor/Responsável

CPF: 632.005.380-15

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde****MARTINHOS SCANTAMBURLO**Gestor do FMS
CPF: 950.525.859-34

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

CONTRATO 009/2020-FMS

Publicação Nº 2528050



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta
Fundo Municipal de Saúde



CONTRATO 009/2020
Seguro de Veículos e Prédios

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, inscrito no CNPJ sob nº 11.243.552/0001-47, neste ato representado pelo seu Gestor a Sr. **MARTINHOS SCANTAMBURLO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 950.525.859-34, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º Andar, Ala A, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, neste ato representado pelo Sr. **ALEXANDRE PONCIANO SERRA**, Gerente, brasileiro, casado, CPF: 219.802.708-99, RG: 29499596, endereço acima citado, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/93 e legislação pertinente, nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020** (Prefeitura Municipal Multientidade) e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de Seguros para os Prédios da Unidade Básica de Saúde do Centro e João Café Filho e Veículos/Passageiros da Secretaria de Saúde do Município de Anchieta/SC, para o período de 12 meses**, conforme Anexo I deste edital e a ordem de classificação definida pela Comissão Permanente de Licitação, homologada pela autoridade municipal superior.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
21	1,00	UN	Seguro Predial da Unidade Básica de Saúde de Anchieta-Zona Rural, localizada Linha João Café Filho, Interior, com as seguintes coberturas mínimas: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) contra Incêndio/Raio/Explosão (prédio e conteúdos), R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) contra vendaval/Granizo/Tornado, R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) contra impacto de Veículos, R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) de despesas de recomposição de documentos, R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) contra danos elétricos. Valor Máximo Franquias: R\$ 700,00	920,00	920,00
22	1,00	UN	Seguro Predial da Unidade Básica de Saúde de Anchieta-Centro, localizada na Rua Guilherme Wildner, s/n, centro, com as seguintes coberturas mínimas: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) contra Incêndio/Raio/Explosão (prédio e conteúdos), R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) contra vendaval/Granizo/Tornado, R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) contra impacto de Veículos, R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) de despesas de recomposição de documentos, R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) contra danos elétricos. Valor Máximo Franquias: R\$ 700,00	920,00	920,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta – SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

23	1,00	UN	Seguro total do veículo FIAT DOBLO ATTRACTIVE 1.4 placa MKH 3953, ANO MODELO 2014/2014, com 07 lugares, com as seguintes coberturas: IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 05).	1.090,00	1.090,00
25	1,00	UN	Seguro total do veículo FIAT DOBLO ATTRACTIVE 1.4 placa MLU 9353, ANO MODELO 2014/2014, com 07 lugares, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 05).	840,00	840,00
27	1,00	UN	Seguro total do veículo RENAULT MASTER 2.3 PLACA QID 5178 AMBULANCIA ANO MODELO 2016/2017, com as seguintes coberturas: IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 2.700,00 (Bônus 08).	3.900,00	3.900,00
30	1,00	UN	Seguro total do veículo GM CORSA HAT MAXX, PLACA MJH 8388, ANO MODELO 2011/2012, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ESPECIAL PN, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 06).	670,00	670,00
33	1,00	UN	Seguro total do veículo FIAT PALIO WEEKEND PLACA OKE 6326, ANO MODELO 2014/2015, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 05).	1.140,00	1.140,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
 Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

36	1,00	UN	Seguro total do veículo GM/SPIN LTZ 1.8 de 7 Lugares, PLACA QJI 9414 ANO MODELO 2019/2019, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 1).	1.190,00	1.190,00
39	1,00	UN	Seguro total do veículo GM/PICK-UP MONTANA 1.4 LS, PLACA XXXX ANO MODELO 2020, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 0).	1.190,00	1.190,00
40	1,00	UN	Seguro total do veículo GM/ONIX JOY 1.0, PLACA XXXX ANO MODELO 2020, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL:100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 1.500,00 (Bônus 0).	1.090,00	1.090,00
VALOR TOTAL R\$: 12.950,00					

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO:

2.1. O pagamento dos valores cotados na proposta vencedora será efetuado em 4 (quatro) parcelas mensais, sem qualquer reajuste ou acréscimo, a cada trinta dias. O valor total dos seguros será no valor de **R\$: 12.950,00 (Doze Mil, Novecentos e Cinquenta Reais)**, referente aos seguros dos veículos e prédios acima descritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento da primeira parcela fica condicionado à apresentação da proposta de seguro, devidamente assinada pela seguradora.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se no valor constante do boleto bancário estiver embutido o IOF, este valor será excluído quando da realização do pagamento pelo Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A apólice deverá ser apresentada no prazo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato.

3.2. Os veículos segurados passam a ter cobertura a partir do dia de assinatura do contrato ou quando autorizado pelo município (no vencimento dos contratos vigentes);

3.3. Em caso de sinistro a contratante deverá acionar imediatamente a seguradora contratada;

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC

Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

3.4. Além das condições estabelecidas no edital nº. 061/2020-PM e neste contrato, o objeto da presente licitação deverá ser executado com base nas condições contidas na proposta de seguro.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A empresa vencedora obriga-se a:

4.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.1.2- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação principalmente fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Anchieta/SC e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

4.1.3 - O prazo de vigência do contrato a ser executado será a partir da assinatura (da apólice) do contrato percorrendo um período de um ano.

4.1.4 - A responsabilidade pelos pagamentos de sinistros, indenizações, ressarcimentos entre outros, deverá ser efetuado integralmente, pela CONTRATADA, sendo que não será aceito pela CONTRATANTE o recebimento e/ou pagamentos em separado de outra cosseguradora.

4.1.5 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

4.1.6 - As indenizações devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em caso de sinistros deverão ser pagas no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da reclamação e toda documentação necessária para regulação sobre as perdas e danos causados pelo sinistro.

4.1.7. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia securitária antes deste prazo.

4.1.8. Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância segurada), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas através do endosso;

4.1.9. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Contratante;

4.1.10. Permanecer como única e total responsável perante a Contratante inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

4.1.11. Prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante e atender prontamente quaisquer reclamações;

4.1.12. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

4.1.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

4.1.14. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da quitação do seguro;

4.1.15. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária á prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

4.1.16. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

4.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O Fundo Municipal de Saúde obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrente do processo licitatório correrão a conta da seguinte dotação 2020:

Despesa: **19** - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

Órgão: **9** - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: **1** - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: **10** - Saúde

Subfunção: **301** - Atenção Básica

Programa: **23** - SAÚDE BÁSICA

Projeto/Atividade: **2.101** - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento: **3.3.90.39.69.000000** - Aplicações Diretas

Recurso: **335** - Recursos Ordinários - 15% Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência de 12 (doze) meses, sendo que passa a contar a partir da ativação dos seguros, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

ATIVAR A VIGÊNCIA DOS SEGUROS EM: 06/07/2020 A 06/07/2021.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

8.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

8.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora,

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais sujeitará a contratada as seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- III - Declaração de inidoneidade;
- IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta, SC, 18 de Junho de 2020.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS
CPF: 950.525.859-34

ALEXANDRE PONCIANO SERRA

Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

CONTRATO 010/2020-FMS

Publicação Nº 2528051



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta
Fundo Municipal de Saúde



CONTRATO 010/2020
Seguro de Veículos e Prédio

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, inscrito no CNPJ sob nº 11.243.552/0001-47, neste ato representado pelo seu Gestor a Sr. **MARTINHOS SCANTAMBURLO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 950.525.859-34, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, estabelecida na Av. Rio Branco, 1489, Rua Guaianases, 1238 - Campos Eliseos - 01205-905, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, neste ato representado pelo Sr. **ROBERTO DE SOUZA DIAS**, brasileiro, divorciado, securitário, residente na Rua Alameda Ribeiro da Silva, nº 740, Torre A 2º Andar, Campos Eliseos - São Paulo-SP RG 18.304.552-X SSP/SP, CPF: 115.838.468-83, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/93 e legislação pertinente, nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020** (Prefeitura Municipal Multientidade) e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de Seguros para o Prédio da Unidade de Saúde do Centro e para Veículos e Passageiros da Secretaria de Saúde do Município de Anchieta/SC, para o período de 12 meses**, conforme Anexo I deste edital e a ordem de classificação definida pela Comissão Permanente de Licitação, homologada pela autoridade municipal superior.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
20	1,00	UN	Seguro Predial da Unidade Básica de Saúde de Anchieta-Centro, localizada na Rua Olímpio Dal Magro, 587, centro, com as seguintes coberturas mínimas: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) contra Incêndio/Raio/Explosão (prédio e conteúdos), R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) contra vendaval/Granizo/Tornado, R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) contra impacto de Veículos, R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) de despesas de recomposição de documentos, R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) contra danos elétricos. Valor Máximo Franquias: R\$ 700,00	990,00	990,00
28	1,00	UN	Seguro total do veículo FIAT DUCATO MULTI LONG 2.3 PLACA MKZ 4422, 16 LUGAR, ANO MODELO 2013/2013, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL: 100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTEIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 2.700,00 (Bônus 05).	1.860,00	1.860,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
 Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

37	1,00	UN	Seguro total do veículo FIAT DUCATO NIKS P, PLACA QJI 9474, 17 LUGAR, ANO MODELO 2018/2018, com as seguintes coberturas: PERDA PARCIAL: 100,00% FIPE IND. INTEGRAL: 100,00% FIPE, DMT: R\$ 100.000,00, DCT: R\$ 100.000,00, DANO MORAL: R\$ 10.000,00, APP COM DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTÊNCIA 24HS: ILIMITADO, PROTEÇÃO A VIDROS: VD, RET, FAR E LA, PARA-BRISA/VIDRO TRASEIRO, LATERAIS, RETROVISORES FRONTAIS/LANTERNAS. Franquia Reduzida. Valor Máximo Franquia: R\$ 2.700,00 (Bônus 1).	2.970,00	2.970,00
VALOR TOTAL R\$: 5.820,00					

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO:

2.1. O pagamento dos valores cotados na proposta vencedora será efetuado em 4 (quatro) parcelas mensais, sem qualquer reajuste ou acréscimo, a cada trinta dias. O valor total dos seguros será no valor de **R\$: 5.820,00 (Cinco Mil, Oitocentos e Vinte Reais)**, referente aos seguros dos veículos e prédios acima descritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento da primeira parcela fica condicionado à apresentação da proposta de seguro, devidamente assinada pela seguradora.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se no valor constante do boleto bancário estiver embutido o IOF, este valor será excluído quando da realização do pagamento pelo Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A apólice deverá ser apresentada no prazo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato.

3.2. Os veículos segurados passam a ter cobertura a partir do dia de assinatura do contrato ou quando autorizado pelo município (no vencimento dos contratos vigentes);

3.3. Em caso de sinistro a contratante deverá acionar imediatamente a seguradora contratada;

3.4. Além das condições estabelecidas no edital nº. 061/2020-PM e neste contrato, o objeto da presente licitação deverá ser executado com base nas condições contidas na proposta de seguro.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A empresa vencedora obriga-se a:

4.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.1.2- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação principalmente fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Anchieta/SC e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

4.1.3 - O prazo de vigência do contrato a ser executado será a partir da assinatura (da apólice) do contrato percorrendo um período de um ano.

4.1.4 - A responsabilidade pelos pagamentos de sinistros, indenizações, ressarcimentos entre outros, deverá ser efetuado integralmente, pela CONTRATADA, sendo que não será aceito pela CONTRATANTE o recebimento e/ou pagamentos em separado de outra cosseguradora.

4.1.5 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC

Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Fundo Municipal de Saúde**

assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

4.1.6 - As indenizações devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em caso de sinistros deverão ser pagas no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da reclamação e toda documentação necessária para regularização sobre as perdas e danos causados pelo sinistro.

4.1.7. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia securitária antes deste prazo.

4.1.8. Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância segurada), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas através do endosso;

4.1.9. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Contratante;

4.1.10. Permanecer como única e total responsável perante a Contratante inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

4.1.11. Prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante e atender prontamente quaisquer reclamações;

4.1.12. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

4.1.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

4.1.14. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da quitação do seguro;

4.1.15. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

4.1.16. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

4.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O Fundo Municipal de Saúde obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrente do processo licitatório correrão a conta da seguinte dotação 2020:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC

Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta
Fundo Municipal de Saúde



Despesa: 19 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 23 - SAÚDE BÁSICA

Projeto/Atividade: 2.101 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 335 - Recursos Ordinários - 15% Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência de 12 (doze) meses, sendo que passa a contar a partir da ativação dos seguros, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

ATIVAR A VIGÊNCIA DOS SEGUROS EM: 06/07/2020 A 06/07/2021.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

8.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

8.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais sujeitará a contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - Declaração de inidoneidade;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta
Fundo Municipal de Saúde



destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta, SC, 18 de Junho de 2020.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS
CPF: 950.525.859-34

ROBERTO DE SOUZA DIAS

Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

CONTRATO 038/2020-PM

Publicação Nº 2528052

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****CONTRATO 038/2020****Seguros de Veículos**

O **MUNICÍPIO DE ANCHIETA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Avenida Anchieta, nº 838, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.687/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **IVAN JOSÉ CANCI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 625.835.909-44, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **GENTE SEGURADORA S.A**, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Centro Histórico, CEP: 90.020-060, Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. **MARCELO WAIS**, brasileiro, casado, maior, segurador, portador do CPF: 632.005.380-15 e da RG: 7009036166, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Teixeira Soares, nº 200 apto 202, Torre A, Bairro Bela Vista, na cidade de Porto Alegre/RS, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na lei Federal N.º 8.666/93 e alterações posteriores, e **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020 (MULTIENTIDADE)**, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de Seguros para os Veículos da Educação (Ensino Infantil e Fundamental) do município de Anchieta /SC, para o período de 12 meses**, conforme Anexo I deste edital e a ordem de classificação definida pela Comissão Permanente de Licitação, homologada pela autoridade municipal superior.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	1,00	UN	Seguro RCF para veículo Ônibus tipo Volare Escolarbus V8, ano de fabricação/modelo 2007/2007, placa MHM 3132, lotação 28 passageiros, Diesel Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 50.000,00, Danos Corporais R\$: 50.000,00 APP morte accidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico (Bônus 04).	1.150,00	1.150,00
6	1,00	UN	Seguro Responsabilidade Civil Obrigatório - RCO > Ônibus Marcopolo Volare W9, ano de fabricação/modelo 2013/2013, placa MLL 8950, lotação 31 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas mínimas = Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros R\$: 3.079,608,00 (Três milhões, setenta e nove mil, seiscentos e oito reais). Resolução 001/2016.	3.450,00	3.450,00
7	1,00	UN	Seguro RCF para Micro-ônibus Marcopolo Volare A6, ano de fabricação/modelo 2004/2004, placa MES 2372, lotação 20 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 50.000,00, Danos Corporais R\$: 50.000,00 APP morte accidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico (Bônus 04).	1.150,00	1.150,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

10	1,00	UN	Seguro RCF para veículo Ônibus Transporte Escolar Marcopolo Volare A8 ON, ano fabricação/modelo 2001/2001, placas MDY 0015, lotação 27 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 50.000,00, Danos Corporais R\$: 50.000,00 APP morte acidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico-(Bônus 04).	1.090,00	1.090,00
12	1,00	UN	Seguro Responsabilidade Civil Obrigatório - RCO > Ônibus Marcopolo/Volare V8L, Ano/modelo: 2009/2010, placas MHL 6529, lotação 44 passageiros, diesel. Com as seguintes coberturas mínimas = Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros R\$: 3.079,608,00 (Três milhões, setenta e nove mil, seiscentos e oito reais). Resolução 001/2016.	3.450,00	3.450,00
VALOR TOTAL R\$: R\$: 10.290,00					

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO:

2.1. O pagamento dos valores cotados na proposta vencedora será efetuado em 4 (quatro) parcelas mensais, sem qualquer reajuste ou acréscimo, a cada trinta dias. O valor total do contrato será de **R\$: 10.290,00 (Dez Mil, Duzentos e Noventa Reais)**, referente aos seguros dos veículos acima descritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento da primeira parcela fica condicionado à apresentação da proposta de seguro, devidamente assinada pela seguradora.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se no valor constante do boleto bancário estiver embutido o IOF, este valor será excluído quando da realização do pagamento pelo Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A apólice deverá ser apresentada no prazo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato.

3.2. Os veículos segurados passam a ter cobertura a partir do dia de assinatura do contrato ou quando autorizado pelo município (no vencimento dos contratos vigentes);

3.3. Em caso de sinistro a contratante deverá acionar imediatamente a seguradora contratada;

3.4. Além das condições estabelecidas no edital nº. 061/2020 e neste contrato, o objeto da presente licitação deverá ser executado com base nas condições contidas na proposta de seguro.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A empresa vencedora obriga-se a:

4.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.1.2- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação principalmente fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Anchieta/SC e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

4.1.3 - O prazo de vigência do contrato a ser executado será a partir da assinatura (da apólice) do contrato percorrendo um período de um ano.

4.1.4 - A responsabilidade pelos pagamentos de sinistros, indenizações, ressarcimentos

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC

Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

entre outros, deverá ser efetuado integralmente, pela CONTRATADA, sendo que não será aceito pela CONTRATANTE o recebimento e/ou pagamentos em separado de outra cosseguradora.

4.1.5 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

4.1.6 - As indenizações devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em caso de sinistros deverão ser pagas no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da reclamação e toda documentação necessária para regularização sobre as perdas e danos causados pelo sinistro.

4.1.7. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia securitária antes deste prazo.

4.1.8. Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância segurada), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas através do endosso;

4.1.9. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Contratante;

4.1.10. Permanecer como única e total responsável perante a Contratante inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

4.1.11. Prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante e atender prontamente quaisquer reclamações;

4.1.12. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

4.1.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

4.1.14. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da quitação do seguro;

4.1.15. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

4.1.16. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

4.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O Município obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrente do processo licitatório correrão a conta da seguinte dotação 2020:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta

Despesa: 55 - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP.ESCOLAR ENSINO FUND

Órgão: 5 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 2 - **ENSINO FUNDAMENTAL**

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 8 - ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade: 2.016 - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP.ESCOLAR ENSINO FUND

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 334 - Recursos Ordinários - 25% Educação

Despesa: 80 - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP. ESCOLAR ENSINO INF

Órgão: 5 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 3 - **ENSINO INFANTIL**

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 9 - ENSINO INFANTIL

Projeto/Atividade: 2.020 - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP. ESCOLAR ENSINO INF

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 334 - Recursos Ordinários - 25% Educação

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência de 12 (doze) meses, sendo que passa a contar a partir da ativação dos seguros, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

ATIVAR A VIGÊNCIA DOS SEGUROS EM: 06/07/2020 A 06/07/2021.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

8.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

8.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais sujeitará a contratada as seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- III - Declaração de inidoneidade;
- IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DECIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta, SC, 18 de Junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MARCELO WAIS
Diretor/Responsável
CPF: 632.005.380-15

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

CONTRATO 039/2020-PM

Publicação Nº 2528054

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****CONTRATO 039/2020****Seguro de Veículo**

O **MUNICÍPIO DE ANCHIETA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Avenida Anchieta, nº 838, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.687/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **IVAN JOSÉ CANCI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 625.835.909-44, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º Andar, Ala A, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, neste ato representado pelo Sr. **ALEXANDRE PONCIANO SERRA**, Gerente, brasileiro, casado, CPF: 219.802.708-99, RG: 29499596, endereço acima citado, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na lei Federal N.º 8.666/93 e alterações posteriores, e **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020 (MULTIENTIDADE)**, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de Seguros para os Veículos da Secretaria de Desenvolvimento Local, Agricultura, Educação (Ensino Fundamental), Infraestrutura, Gabinete do Prefeito, Conselho Tutelar do município de Anchieta /SC, para o período de 12 meses**, conforme Anexo I deste edital e a ordem de classificação definida pela Comissão Permanente de Licitação, homologada pela autoridade municipal superior.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
9	1,00	UN	Contratação de seguro do veículo Fiat/Siena Attractive 1.0, placa QIU 0454, Ano/modelo 2018/2018, com as seguintes características = RCF - V danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); RCF - V danos corporais: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); RCF - V danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); com cobertura de vidros; Assistência 24 horas; (Bônus 2).	390,00	390,00
13	1,00	UN	Contratação de seguro do veículo Ford/Fiesta, placa MFX 7084, Ano/modelo 2008/2008, com as seguintes características = RCF - V danos materiais: R\$ 50.000,00 ; RCF - V danos corporais: R\$ 60.000,00; RCF - V danos morais: R\$ 10.000,00; com cobertura de vidros; Assistência 24 horas; (Bônus 04).	390,00	390,00
14	1,00	UN	Contratação de seguro do veículo Fiat/Palio - Fire, placa MLG 2629, Ano/modelo 2014/2015, com as seguintes características = RCF - V danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); RCF - V danos corporais: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); RCF - V danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); com cobertura de vidros; Assistência 24 horas; (Bônus 3).	390,00	390,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta – SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

15	1,00	UN	Contratação de seguro do veículo Citroen/Aircross M Feel 1.6, placa QID0923, Ano/modelo 2016/2017, com as seguintes características = RCF - V danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); RCF - V danos corporais: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); RCF - V danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); com cobertura de vidros; Assistência 24 horas; (Bônus 2).	440,00	440,00
16	1,00	UN	Contratação de seguro do veículo VW/GOL 1.0 GIV, placa MFB 5675, Ano/modelo 2008/2009, com as seguintes características = RCF - V danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); RCF - V danos corporais: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); RCF - V danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); com cobertura de vidros; Assistência 24 horas; (Bônus 1).	540,00	540,00
17	1,00	UN	Contratação de seguro do veículo GM/CORSA SEDAN PREMIUM, placa MGO 2819, Ano/modelo 2008/2009, com as seguintes características = RCF - V danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); RCF - V danos corporais: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); RCF - V danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); com cobertura de vidros; Assistência 24 horas; (Bônus 1).	540,00	540,00
VALOR TOTAL R\$: 2.690,00					

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO:

2.1. O pagamento dos valores cotados na proposta vencedora será efetuado em 4 (quatro) parcelas mensais, sem qualquer reajuste ou acréscimo, a cada trinta dias. O valor total do contrato será no valor de **R\$: 2.690,00 (Dois Mil, Seiscentos e Noventa Reais)** referente ao seguro do veículo acima descrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento da primeira parcela fica condicionado à apresentação da proposta de seguro, devidamente assinada pela seguradora.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se no valor constante do boleto bancário estiver embutido o IOF, este valor será excluído quando da realização do pagamento pelo Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A apólice deverá ser apresentada no prazo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato.

3.2. Os veículos segurados passam a ter cobertura a partir do dia de assinatura do contrato ou quando autorizado pelo município (no vencimento dos contratos vigentes);

3.3. Em caso de sinistro a contratante deverá acionar imediatamente a seguradora contratada;

3.4. Além das condições estabelecidas no edital nº. 061/2020 e neste contrato, o objeto da presente licitação deverá ser executado com base nas condições contidas na proposta de seguro.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A empresa vencedora obriga-se a:

4.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

4.1.2- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação principalmente fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Anchieta/SC e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

4.1.3 - O prazo de vigência do contrato a ser executado será a partir da assinatura (da apólice) do contrato percorrendo um período de um ano.

4.1.4 - A responsabilidade pelos pagamentos de sinistros, indenizações, ressarcimentos entre outros, deverá ser efetuado integralmente, pela CONTRATADA, sendo que não será aceito pela CONTRATANTE o recebimento e/ou pagamentos em separado de outra cosseguradora.

4.1.5 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

4.1.6 - As indenizações devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em caso de sinistros deverão ser pagas no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da reclamação e toda documentação necessária para regulação sobre as perdas e danos causados pelo sinistro.

4.1.7. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia securitária antes deste prazo.

4.1.8. Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância segurada), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas através do endosso;

4.1.9. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Contratante;

4.1.10. Permanecer como única e total responsável perante a Contratante inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

4.1.11. Prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante e atender prontamente quaisquer reclamações;

4.1.12. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

4.1.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

4.1.14. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da quitação do seguro;

4.1.15. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

4.1.16. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

4.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O Município obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC

Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrente do processo licitatório correrão a conta da seguinte dotação 2020:

Despesa: 6 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO GABINETE

Órgão: 2 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Unidade: 1 - **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2 - PLANEJAMENTO E APOIO ADMINISTRATIVO

Projeto/Atividade: 2.003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO GABINETE

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 131 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

Despesa: 55 - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP.ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL

Órgão: 5 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 2 - **ENSINO FUNDAMENTAL**

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 8 - ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade: 2.016 - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP.ESCOLAR ENSINO FUND

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 334 - Recursos Ordinários - 25% Educação

Despesa: 93 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERV. SECRETARIA AG

Órgão: 6 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 1 - **AGRICULTURA**

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2 - PLANEJAMENTO E APOIO ADMINISTRATIVO

Projeto/Atividade: 2.028 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERV. SECRETARIA AG

Elemento: 3.3.90.39.69.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 131 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta

Despesa: **106** - ADM. GERAL BENS E SERVIÇOS DA SECRETARIA DE INFRAE

Órgão: 7 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade: 1 - **PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS**

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2 - PLANEJAMENTO E APOIO ADMINISTRATIVO

Projeto/Atividade: 2.033 - ADM. GERAL BENS E SERVIÇOS DA SECRETARIA DE INFRAE

Elemento: **3.3.90.39.69.000000** - Aplicações Diretas

Recurso: 131 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

Despesa: **139** - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO TUTELAR

Órgão: 8 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 1 - **ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 2 - PLANEJAMENTO E APOIO ADMINISTRATIVO

Projeto/Atividade: 2.041 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO TUTELAR

Elemento: **3.3.90.39.69.000000** - Aplicações Diretas

Recurso: 131 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

Despesa: **147** - ADM. GERAL BENS E SERV. SECRETARIA DESENVOLVIMENTO

Órgão: 13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Unidade: 1 - **DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2 - PLANEJAMENTO E APOIO ADMINISTRATIVO

Projeto/Atividade: 2.012 - ADM. GERAL BENS E SERV. SECRETARIA DESENVOLVIMENTO

Elemento: **3.3.90.39.69.000000** - Aplicações Diretas

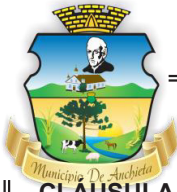
Recurso: 131 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência de 12 (doze) meses, sendo que passa a contar a partir da ativação dos seguros, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

ATIVAR A VIGÊNCIA DOS SEGUROS EM: 06/07/2020 A 06/07/2021.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

8.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

8.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais sujeitará a contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - Declaração de inidoneidade;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DECIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta, SC, 18 de Junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****ALEXANDRE PONCIANO SERRA**Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

CONTRATO 040/2020-PM

Publicação Nº 2528055

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****CONTRATO 040/2020****Seguros de Veículos**

O **MUNICÍPIO DE ANCHIETA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Avenida Anchieta, nº 838, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.687/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **IVAN JOSÉ CANCI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 625.835.909-44, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, estabelecida na Av. Rio Branco, 1489, Rua Guaianases, 1238 - Campos Elíseos - 01205-905, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, neste ato representado pelo Sr. **ROBERTO DE SOUZA DIAS**, brasileiro, divorciado, securitário, residente na Rua Alameda Ribeiro da Silva, nº 740, Torre A 2º Andar, Campos Elíseos - São Paulo/SP RG: 18.304.552-X SSP/SP, CPF: 115.838.468-83, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na lei Federal N.º 8.666/93 e alterações posteriores, e **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020 (MULTIENTIDADE)**, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de Seguros para os Veículos da Secretaria de Educação (Ensino Fundamental e Infantil) do município de Anchieta /SC, para o período de 12 meses**, conforme Anexo I deste edital e a ordem de classificação definida pela Comissão Permanente de Licitação, homologada pela autoridade municipal superior.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN	Seguro RCF para veículo do Transporte Escolar Ônibus Volkswagen 15.190 EOD E. HD ORE, ano de fabricação/modelo 2014/2014, placa OKE 6756, lotação 48 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 50.000,00, Danos Corporais R\$: 50.000,00 APP morte acidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico-. (Bônus 04).	1.200,00	1.200,00
3	1,00	UN	Seguro RCF para Micro-ônibus Renault Master JM 16, ano de fabricação/modelo 2019/2020, placa RAG 9740, lotação 16 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 50.000,00, Danos Corporais R\$: 50.000,00 APP morte acidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico-. (Bônus 0).	1.410,00	1.410,00
4	1,00	UN	Seguro RCF veículo do Transporte Escolar Ônibus Volksbus 15190, ano de fabricação/modelo 2013/2013, placa MLK 2784, lotação 48 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 50.000,00, Danos Corporais R\$: 50.000,00 APP morte acidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico (Bônus 04).	1.200,00	1.200,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

5	1,00	UN	Seguro RCF veículo do Transporte Escolar Ônibus Marcopolo Volare W9, ano de fabricação/modelo 2013/2013, placa MLL 8950, lotação 31 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 150.000,00, Danos Corporais R\$: 150.000,00 APP morte acidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico - (Bônus 04).	1.190,00	1.190,00
8	1,00	UN	Seguro RCF veículo do Transporte Escolar Ônibus Volkswagen 15.190 EOD E. HD ORE, ano de fabricação/modelo 2014/2014, placa OKE 6646, lotação 48 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 50.000,00, Danos Corporais R\$: 50.000,00 APP morte acidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico (Bônus 04).	1.200,00	1.200,00
11	1,00	UN	Seguro RCF para veículo do Transporte Escolar Ônibus Marcopolo/Volare V8L, Ano/modelo: 2009/2010, placas MHL 6529, lotação 44 passageiros, Diesel. Com as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 150.000,00, Danos Corporais R\$: 150.000,00 APP morte acidental: R\$: 30.000,00; APP invalidez permanente: R\$: 30.000,00, DMH: R\$: 10.000,00 C/ Cobertura de Vidros básico - (Bônus 04).	1.200,00	1.200,00
VALOR TOTAL R\$: 7.400,00					

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO:

2.1. O pagamento dos valores cotados na proposta vencedora será efetuado em 4 (quatro) parcelas mensais, sem qualquer reajuste ou acréscimo, a cada trinta dias. O valor total do contrato será de **R\$: 7.400,00 (Sete Mil e Quatrocentos Reais)**, referente aos seguros dos veículos acima descritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento da primeira parcela fica condicionado à apresentação da proposta de seguro, devidamente assinada pela seguradora.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se no valor constante do boleto bancário estiver embutido o IOF, este valor será excluído quando da realização do pagamento pelo Contratante.

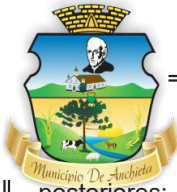
CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. A apólice deverá ser apresentada no prazo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato.
- 3.2. Os veículos segurados passam a ter cobertura a partir do dia de assinatura do contrato ou quando autorizado pelo município (no vencimento dos contratos vigentes);
- 3.3. Em caso de sinistro a contratante deverá acionar imediatamente a seguradora contratada;
- 3.4. Além das condições estabelecidas no edital nº. 061/2020 e neste contrato, o objeto da presente licitação deverá ser executado com base nas condições contidas na proposta de seguro.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. A empresa vencedora obriga-se a:
 - 4.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

posteriores;

4.1.2- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação principalmente fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Anchieta/SC e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

4.1.3 - O prazo de vigência do contrato a ser executado será a partir da assinatura (da apólice) do contrato percorrendo um período de um ano.

4.1.4 - A responsabilidade pelos pagamentos de sinistros, indenizações, ressarcimentos entre outros, deverá ser efetuado integralmente, pela CONTRATADA, sendo que não será aceito pela CONTRATANTE o recebimento e/ou pagamentos em separado de outra cosseguradora.

4.1.5 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

4.1.6 - As indenizações devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em caso de sinistros deverão ser pagas no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da reclamação e toda documentação necessária para regulação sobre as perdas e danos causados pelo sinistro.

4.1.7. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia securitária antes deste prazo.

4.1.8. Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância segurada), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas através do endosso;

4.1.9. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Contratante;

4.1.10. Permanecer como única e total responsável perante a Contratante inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

4.1.11. Prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante e atender prontamente quaisquer reclamações;

4.1.12. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

4.1.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

4.1.14. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da quitação do seguro;

4.1.15. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária á prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

4.1.16. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

4.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O Município obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC

Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas de mais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrente do processo licitatório correrão a conta da seguinte dotação 2020:

Despesa: **55** - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP.ESCOLAR ENSINO FUND

Órgão: 5 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 2 - **ENSINO FUNDAMENTAL**

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 8 - ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade: 2.016 - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP.ESCOLAR ENSINO FUND

Elemento: **3.3.90.39.69.000000** - Aplicações Diretas

Recurso: 334 - Recursos Ordinários - 25% Educação

Despesa: **80** - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP. ESCOLAR ENSINO INF

Órgão: 5 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 3 - **ENSINO INFANTIL**

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 9 - ENSINO INFANTIL

Projeto/Atividade: 2.020 - ADM. GERAL BENS E SERV. TRANSP. ESCOLAR ENSINO INF

Elemento: **3.3.90.39.69.000000** - Aplicações Diretas

Recurso: 334 - Recursos Ordinários - 25% Educação

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência de 12 (doze) meses, sendo que passa a contar a partir da ativação dos seguros, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

ATIVAR A VIGÊNCIA DOS SEGUROS EM: 06/07/2020 A 06/07/2021.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

8.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC

Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

8.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais sujeitará a contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - Declaração de inidoneidade;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DECIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta, SC, 18 de Junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ROBERTO DE SOUZA DIAS
Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

DECRETO N. 102/2020

Publicação Nº 2527779

DECRETO Nº. 102/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0023.2.101 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA
(105) 3.3.90.00.00.00.00.0160 -Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0023.2.102 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA FARMÁCIA BÁSICA
(106) 3.3.90.00.00.00.00.0160 -Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 3º Para o atendimento dos Créditos, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, permitindo a utilizar o produto do Excesso de Arrecadação no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dos recursos provenientes do Incremento PAB Custeio - Emenda Bancada - Proposta 36000314884202000, sob o código 0160 (00.01.0160), conforme disposto no inciso II do § 4º do art.43 da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente aos Créditos e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 18 de maio 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 103/2020

Publicação Nº 2528568

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****DECRETO Nº. 103/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.**

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até **R\$ 58.888,85** (cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:**TÍTULO I****CAPÍTULO I**
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até **R\$ 58.888,85** (cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até **R\$ 58.888,85** (cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.122.0002.2.033 – ADM. GERAL BENS E SERVIÇOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

(108) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas.....R\$ 31.511,85

(193) 4.4.90.00.00.00.00.00.2256 -Aplicações Diretas.....R\$ 27.377,00

Total.....R\$ 58.888,85

Art. 3º Para atendimento parcial da abertura do Crédito constante deste ato, fica utilizada a importância de até **R\$ 27.377,00** (vinte e sete mil, trezentos e setenta e sete reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2019, após deduzidos os Restos a Pagar, em conformidade com

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme a tabela abaixo:

BANCO/CONTA	RECURSO	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
BBRASIL S/A PM AHT CELESC/COSIP 69.567-X COD. REDUZIDO 62937	256/2256	R\$ 27.377,00
TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO		R\$ 27.377,00

Art. 4º Para atendimento do restante do crédito, fica autorizado a redução da dotação na importância de até **R\$ 31.551,85** (trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.122.0002.2.033 – ADM. GERAL BENS E SERVIÇOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
(105) 3.1.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas.....R\$ 31.511,85

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 18 de junho 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

Angelina

PREFEITURA

PORTARIA CONJUNTA N. 091, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527957

PORTARIA CONJUNTA N. 091, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Amplia o número de pessoas que podem permanecer e se instalar no alojamento da Empresa Camargo Correia no Município de Angelina.

O Prefeito Municipal de Angelina conjuntamente com a Secretária de Saúde de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no parágrafo único do Decreto Municipal nº 054, de 16 de junho de 2020, bem como o constante do parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos municipais vinculados a referida Secretaria;

RESOLVEM:

Art. 1º - Autorizar a instalação e permanência de mais cento e cinquenta (150) pessoas nas dependências da área total do alojamento da Empresa Camargo Correa sediado no Município de Angelina, que somadas as cinquenta (50) pessoas já autorizadas através do Decreto Municipal n. 050 de 01 de junho de 2020, perfazendo um total de duzentas (200) pessoas.

Art. 2º - A nominata prévia das cento e cinquenta (150) pessoas que se somarão as cinquenta (50) já autorizadas pelo Decreto Municipal n. 050 de 01 de junho de 2020 deverá ser encaminhada a Secretaria Municipal de Saúde com a devida certificação por profissional médico competente do bom estado geral de saúde das pessoas constantes da nominata.

Art. 3º - É dever da Empresa Camargo Correa zelar pelo devido cumprimento, por todas as pessoas instaladas na área do alojamento, das normas Municipais, Estaduais e Federais vigente no tocante a prevenção ao contágio por COVID-19 e saúde da população;

Art. 4º - Deve a empresa Camargo Correa manter liberada a entrada dos fiscais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Angelina para vistoria e fiscalização quanto as regras de prevenção ao contágio e saúde da população nas dependências do alojamento da empresa com sede no Município de Angelina;

Art. 5º Caso não haja efetivo cumprimento das normas sanitárias referenciadas, a autorização pertinente será cancelada.

Angelina/SC, 17 de Junho de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

MARIA CRISTINA ALVES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGELINA

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2020

Publicação Nº 2527844

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2020

LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 010/2020

CONTRATADA: Andrade & Amorim Engenharia Ltda. - EPP

CNPJ: 22.853.624/0001-94

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de mão-de-obra, com fornecimento de materiais, para pavimentação e drenagem da Rua da Casan, compreendendo uma área de 1.746,05m².

OBJETO DO ADITIVO: O presente ADITIVO suprirá o Contrato no valor de R\$ 1.757,49 (um mil e setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos), com base nos quantitativos e supressões constantes nas planilhas em anexo.

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 18 de junho de 2020.

Anitápolis

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL 016/2020

Publicação Nº 2528312



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

RETIFICAÇÃO AO EDITAL 016/2020

O Município de Anitápolis comunica a retificação ao Edital 016/2020:

ONDE SE LÊ:

Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Departamento de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Gonçalves Junior, 260, Centro, Anitápolis, SC até às **09:00** horas do dia **23/06/2020**, para abertura no mesmo dia às **09:00 horas**, na hipótese de não haver expediente nesta data, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes.

LÊ – SE:

Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Departamento de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Gonçalves Junior, 260, Centro, Anitápolis, SC até às **09:00** horas do dia **01/07/2020**, para abertura no mesmo dia às **09:00 horas**, na hipótese de não haver expediente nesta data, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes.

ONDE SE LÊ (PAGINA 11): EDITAL

10.1 O objeto solicitado na Autorização de Fornecimento – AF será entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, exceto em casos devidamente justificados, contados da data do recebimento da AF expedida pelo Município de Anitápolis.

LÊ-SE:

10.1 O objeto solicitado na Autorização de Fornecimento – AF será entregue no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, exceto em casos devidamente justificados, contados da data do recebimento da AF expedida pelo Município de Anitápolis.

ONDE SE LÊ (PAGINA 16): ANEXO II

Nº	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO ITEM	MARCA	UN	QTD.	Valor Máximo Unitário em R\$	Valor Máximo Total em R\$
01	OLEO LUBRIFICANTE AGM 68 PARA SISTEMA HIDRÁULICO DE TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA A CORROSÃO E A OXIDAÇÃO, BEM COMO ALTA PROPRIEDADE ANTIESPUMANTE E BOA ESTABILIDADE TÉRMICA EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	320	214,49	68.636,80
02	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCOZO PARA SISTEMAS		Unid	50	16,50	825,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

	HIDRÁULICOS DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS FORA DE ESTRADA. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 10W. EVITE O DESGASTE E A CORROSÃO DAS PARTES LUBRIFICADAS. SUA ADITIVAÇÃO LHE GARANTE AINDA BAIXA OXIDAÇÃO E RESISTÊNCIA À FORMAÇÃO DE ESPUMA, EMBALAGEM DE 1 LITRO.					
03	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	290	281,34	81.588,60
04	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL EM EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	400	18,35	7.340,00
05	OLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES ENGRENAGENS HIPÓIDES COM VISCOSIDADE SAE 90, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	30	269,38	8.081,40
06	OLEO PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA ATF TIPO A EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	50	287,82	14.391,00
07	FLUIDO SINTÉTICO DE ALTO PONTO DE EBULIÇÃO, ATENDENDO À CLASSIFICAÇÃO DOT 3, PARA USO EM SISTEMAS DE FREIOS A DISCO OU TAMBOR DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E TRATORES. EMBALAGEM DE 500 ML.		Unid	250	14,17	3.542,50
08	OLEO LUBRIFICANTE MULTI-FUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES DE TRATORES, CARREGADEIRAS E ESCAVADEIRAS COM CÂMBIOS TRADICIONAIS, CÂMBIOS POWER SHIFT E SHUTTLE SHIFT, EIXOS, TRANSMISSÕES POSTERIORES COM FREIOS BANHADOS A OLEO, DIFERENCIAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS COM VISCOSIDADE SAE 20W30 QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-4 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	40	291,90	11.676,00
09	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA USO EM MOTORES DOIS TEMPOS A GASOLINA REFRIGERADOS A AR, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEL DE DESEMPENHO API TC. DISPONÍVEL NO GRA SAE 30. FRASCOS DE 200 ML.		Unid	100	6,07	607,00
10	OLEO LUBRIFICANTE COM VISCOSIDADE SAE 80W90 QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	20	R\$ 304,24	R\$ 6.084,80
11	OLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES ENGRENAGENS HIPÓIDES COM VISCOSIDADE SAE 140, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	40	269,56	10.782,40



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

12	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO DE TECNOLOGIA 100% SINTÉTICA PARA MODERNOS MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV. PROPORCIONA REDUÇÃO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MAIOR PROTEÇÃO DO MOTOR. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30, SUPERANDO AS EXIGÊNCIAS DOS GRAUS SAE 10W-30 E 20W-30, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API SN E ILSAC GF-5, EM EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	100	25,53	2.553,00
13	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO MULTIVISCOSO COM BAIXO TEOR DE CINZAS SULFATADAS (LOW SAPS) DESTINADO AOS MAIS MODERNOS MOTORES DIESEL TURBINADOS EM SERVIÇOS SEVEROS QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API CJ-4 E ACEA E4/E6/E7/E9- 12 . RECOMENDADO PARA MOTORES EQUIPADOS COM SISTEMA DE TRATAMENTO DOS GASES DE ESCAPE COMO EGR (SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE GASES) OU SCR (REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA). ATENDE AOS REQUERIMENTOS CONFORME EURO V (PROCONVE P7) E EURO VI . SUA TECNOLOGIA PROMOVE A LIMPEZA DOS PISTÕES, CONTROLE DA FORMAÇÃO DE FULIGEM E DO DESGASTE PREMATURO DAS PEÇAS DO MOTOR PROPORCIONANDO MAIOR RENDIMENTO E MAIOR VIDA ÚTIL. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30 , EM EMBALAGEM C/ 20 LITROS.		Unid	70	774,63	54.224,10
14	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISSINTETICO 15W40 SM PARA USO EM MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API SN, SENDO QUALIFICADO NO API DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS DO ACC EM EMBALAGEM C/1 LITRO.		Unid	400	22,70	9.080,00
15	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO COM 2 % DE GRAFITE, ONDE O GRAFITE REPRESENTA PAPEL PREPONDERANTE NA LUBRIFICAÇÃO. É INDICADA PARA PONTOS DE LUBRIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO E QUE SUPORTA MAIORES CARGAS. RECOMENDADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE TRILHOS E DE FLANGES DE RODAS DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS, ALIMENTADORES DE FORNALHAS POR EIXO SEM FIM, COROA E PINHÃO OU RODAS DENTADAS, EM EMBALAGEM C/ 20 KG.		Unid	30	450,87	13.526,10
16	ÓLEO ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAÇÃO DE CORRENTES DE MOTOSSERRAS. POSSUI GRANDE ADESIVIDADE, EVITANDO A EXPULSÃO DO LUBRIFICANTE, APESAR DAS ALTAS ROTAÇÕES DE TRABALHO A QUE SÃO		Unid	40	54,56	2.182,40



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

	SUBMETIDAS. POSSUI AINDA ADITIVOS ANTICORROSIVOS, ANTIOXIDANTES, ANTIDESGASTE E AGENTES DE OLEOSIDADE.- EMBALAGENS DE 5 LITROS.					
VALOR TOTAL MÁXIMO EM R\$ = 295.121,10						

LÊ- SE:

Nº	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO ITEM	MARCA	UN	QTD.	Valor Máximo Unitário em R\$	Valor Máximo Total em R\$
01	OLEO LUBRIFICANTE AGM 68 PARA SISTEMA HIDRÁULICO DE TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA A CORROSÃO E A OXIDAÇÃO, BEM COMO ALTA PROPRIEDADE ANTIESPUMANTE E BOA ESTABILIDADE TÉRMICA EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	320	214,49	68.636,80
02	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCOZO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS FORA DE ESTRADA. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 10W. EVITE O DESGASTE E A CORROSÃO DAS PARTES LUBRIFICADAS. SUA ADITIVAÇÃO LHE GARANTE AINDA BAIXA OXIDAÇÃO E RESISTÊNCIA À FORMAÇÃO DE ESPUMA, GALÃO DE 20 LITROS.		Unid	50	330,00	16.500,00
03	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	290	281,34	81.588,60
04	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL EM EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	400	18,35	7.340,00
05	OLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES ENGRENAGENS HIPÓIDES COM VISCOSIDADE SAE 90, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	30	269,38	8.081,40
06	OLEO PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA ATF TIPO A EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	50	287,82	14.391,00
07	FLUIDO SINTÉTICO DE ALTO PONTO DE EBULIÇÃO, ATENDENDO À CLASSIFICAÇÃO DOT 3, PARA USO EM SISTEMAS DE FREIOS A DISCO OU TAMBOR DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E TRATORES. EMBALAGEM DE 500 ML.		Unid	250	14,17	3.542,50
08	OLEO LUBRIFICANTE MULTI-FUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES DE TRATORES, CARREGADEIRAS E ESCAVADEIRAS COM		Unid	40	291,90	11.676,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

	CÂMBIOS TRADICIONAIS, CÂMBIOS POWER SHIFT E SHUTTLE SHIFT, EIXOS, TRANSMISSÕES POSTERIORES COM FREIOS BANHADOS A OLEO, DIREFENCIAIS E SISTEMAS HIDRAULICOS COM VISCOSIDADE SAE 20W30 QUE ATENDA AO NIVEL DE DESEMPENHO API GL-4 EM BALDE C/20 LITROS.					
09	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA USO EM MOTORES DOIS TEMPOS A GASOLINA REFRIGERADOS A AR, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEL DE DESEMPENHO API TC. DISPONÍVEL NO GRA SAE 30. FRASCOS DE 200 ML.		Unid	100	6,07	607,00
10	OLEO LUBRIFICANTE COM VISCOSIDADE SAE 80W90 QUE ATENDA AO NIVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	20	R\$ 304,24	R\$ 6.084,80
11	OLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES ENGRENAGENS HIPÓIDES COM VISCOSIDADE SAE 140, QUE ATENDA AO NIVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	40	269,56	10.782,40
12	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO DE TECNOLOGIA 100% SINTÉTICA PARA MODERNOS MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV. PROPORCIONA REDUÇÃO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MAIOR PROTEÇÃO DO MOTOR. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30, SUPERANDO AS EXIGÊNCIAS DOS GRAUS SAE 10W-30 E 20W-30, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API SN E ILSAC GF-5, EM EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	100	25,53	2.553,00
13	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO MULTIVISCO COM BAIXO TEOR DE CINZAS SULFATADAS (LOW SAPS) DESTINADO AOS MAIS MODERNOS MOTORES DIESEL TURBINADOS EM SERVIÇOS SEVEROS QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API CJ-4 E ACEA E4/E6/E7/E9- 12 . RECOMENDADO PARA MOTORES EQUIPADOS COM SISTEMA DE TRATAMENTO DOS GASES DE ESCAPE COMO EGR (SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE GASES) OU SCR (REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA). ATENDE AOS REQUERIMENTOS CONFORME EURO V (PROCONVE P7) E EURO VI . SUA TECNOLOGIA PROMOVE A LIMPEZA DOS PISTÕES, CONTROLE DA FORMAÇÃO DE FULIGEM E DO DESGASTE PREMATURO DAS PEÇAS DO MOTOR PROPORCIONANDO MAIOR RENDIMENTO E MAIOR VIDA ÚTIL. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30 , EM EMBALAGEM C/ 20 LITROS.		Unid	70	774,63	54.224,10
14	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO SEMISSINTETICO 15W40 SM PARA USO EM MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX		Unid	400	22,70	9.080,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

	E GNV, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API SN, SENDO QUALIFICADO NO API DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS DO ACC EM EMBALAGEM C/1 LITRO.					
15	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO COM 2 % DE GRAFITE, ONDE O GRAFITE REPRESENTA PAPEL PREPONDERANTE NA LUBRIFICAÇÃO. É INDICADA PARA PONTOS DE LUBRIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO E QUE SUPORTA MAIORES CARGAS. RECOMENDADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE TRILHOS E DE FLANGES DE RODAS DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS, ALIMENTADORES DE FORNALHAS POR EIXO SEM FIM, COROA E PINHÃO OU RODAS DENTADAS, EM EMBALAGEM C/ 20 KG.		Unid	30	450,87	13.526,10
16	ÓLEO ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAÇÃO DE CORRENTES DE MOTOSSERRAS. POSSUI GRANDE ADESIVIDADE, EVITANDO A EXPULSÃO DO LUBRIFICANTE, APESAR DAS ALTAS ROTAÇÕES DE TRABALHO A QUE SÃO SUBMETIDAS. POSSUI AINDA ADITIVOS ANTICORROSIVOS, ANTIOXIDANTES, ANTIDESGASTE E AGENTES DE OLEOSIDADE.- EMBALAGENS DE 5 LITROS.		Unid	40	54,56	2.182,40
VALOR TOTAL MÁXIMO EM R\$ = 310.796,10						

ONDE SE LÊ (PAGINA 24): ANEXO – VII

3. O objeto solicitado na Autorização de Fornecimento – AF será entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, exceto em casos devidamente justificados, contados da data do recebimento da AF expedida pelo Município de Anitápolis.

LÊ-SE:

3. O objeto solicitado na Autorização de Fornecimento – AF será entregue no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, exceto em casos devidamente justificados, contados da data do recebimento da AF expedida pelo Município de Anitápolis.

ONDE SE LÊ (PAGINA 29): - ANEXO – VIII -

Nº	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO ITEM	MARCA	UN	QTD.	Valor Máximo Unitário em R\$	Valor Máximo Total em R\$
01	OLEO LUBRIFICANTE AGM 68 PARA SISTEMA HIDRÁULICO DE TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA A CORROSÃO E A OXIDAÇÃO, BEM COMO ALTA PROPRIEDADE ANTIESPUMANTE E		Unid	320	214,49	68.636,80



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

	BOA ESTABILIDADE TÉRMICA EM BALDE C/20 LITROS.					
02	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS FORA DE ESTRADA. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 10W. EVITE O DESGASTE E A CORROSÃO DAS PARTES LUBRIFICADAS. SUA ADITIVAÇÃO LHE GARANTE AINDA BAIXA OXIDAÇÃO E RESISTÊNCIA À FORMAÇÃO DE ESPUMA, EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	50	16,50	825,00
03	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	290	281,34	81.588,60
04	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL EM EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	400	18,35	7.340,00
05	OLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES ENGRENAGENS HIPÓIDES COM VISCOSIDADE SAE 90, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	30	269,38	8.081,40
06	OLEO PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA ATF TIPO A EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	50	287,82	14.391,00
07	FLUIDO SINTÉTICO DE ALTO PONTO DE EBULIÇÃO, ATENDENDO À CLASSIFICAÇÃO DOT 3, PARA USO EM SISTEMAS DE FREIOS A DISCO OU TAMBOR DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E TRATORES. EMBALAGEM DE 500 ML.		Unid	250	14,17	3.542,50
08	OLEO LUBRIFICANTE MULTI-FUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES DE TRATORES, CARREGADEIRAS E ESCAVADEIRAS COM CÂMBIOS TRADICIONAIS, CÂMBIOS POWER SHIFT E SHUTTLE SHIFT, EIXOS, TRANSMISSÕES POSTERIORES COM FREIOS BANHADOS A OLEO, DIREFENCIAIS E SISTEMAS HIDRAULICOS COM VISCOSIDADE SAE 20W30 QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-4 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	40	291,90	11.676,00
09	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA USO EM MOTORES DOIS TEMPOS A GASOLINA REFRIGERADOS A AR, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEL DE DESEMPENHO API TC. DISPONÍVEL NO GRA SAE 30. FRASCOS DE 200 ML.		Unid	100	6,07	607,00
10	OLEO LUBRIFICANTE COM VISCOSIDADE SAE 80W90 QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	20	R\$ 304,24	R\$ 6.084,80
11	OLEO LUBRIFICANTE PARA		Unid	40	269,56	10.782,40



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

	TRANSMISSÕES ENGRENAGENS HIPÓIDES COM VISCOSIDADE SAE 140, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.					
12	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO DE TECNOLOGIA 100% SINTÉTICA PARA MODERNOS MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV. PROPORCIONA REDUÇÃO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MAIOR PROTEÇÃO DO MOTOR. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30, SUPERANDO AS EXIGÊNCIAS DOS GRAUS SAE 10W-30 E 20W-30, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API SN E ILSAC GF-5, EM EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	100	25,53	2.553,00
13	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO MULTIVISCO COM BAIXO TEOR DE CINZAS SULFATADAS (LOW SAPS) DESTINADO AOS MAIS MODERNOS MOTORES DIESEL TURBINADOS EM SERVIÇOS SEVEROS QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API CJ-4 E ACEA E4/E6/E7/E9- 12 . RECOMENDADO PARA MOTORES EQUIPADOS COM SISTEMA DE TRATAMENTO DOS GASES DE ESCAPE COMO EGR (SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE GASES) OU SCR (REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA). ATENDE AOS REQUERIMENTOS CONFORME EURO V (PROCONVE P7) E EURO VI . SUA TECNOLOGIA PROMOVE A LIMPEZA DOS PISTÕES, CONTROLE DA FORMAÇÃO DE FULIGEM E DO DESGASTE PREMATURO DAS PEÇAS DO MOTOR PROPORCIONANDO MAIOR RENDIMENTO E MAIOR VIDA ÚTIL. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30 , EM EMBALAGEM C/ 20 LITROS.		Unid	70	774,63	54.224,10
14	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO SEMISSINTETICO 15W40 SM PARA USO EM MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API SN, SENDO QUALIFICADO NO API DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS DO ACC EM EMBALAGEM C/1 LITRO.		Unid	400	22,70	9.080,00
15	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO COM 2 % DE GRAFITE, ONDE O GRAFITE REPRESENTA PAPEL PREPONDERANTE NA LUBRIFICAÇÃO. É INDICADA PARA PONTOS DE LUBRIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO E QUE SUPORTA MAIORES CARGAS. RECOMENDADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE TRILHOS E DE FLANGES DE RODAS DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS, ALIMENTADORES DE FORNALHAS POR EIXO SEM FIM, COROA E PINHÃO OU RODAS DENTADAS, EM EMBALAGEM C/ 20 KG.		Unid	30	450,87	13.526,10
16	ÓLEO ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAÇÃO DE CORRENTES DE		Unid	40	54,56	2.182,40



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Comissão Permanente de Licitação

	MOTOSSERRAS. POSSUI GRANDE ADESIVIDADE, EVITANDO A EXPULSÃO DO LUBRIFICANTE, APESAR DAS ALTAS ROTAÇÕES DE TRABALHO A QUE SÃO SUBMETIDAS. POSSUI AINDA ADITIVOS ANTICORROSIVOS, ANTIOXIDANTES, ANTIDEGASTE E AGENTES DE OLEOSIDADE.- EMBALAGENS DE 5 LITROS.					
VALOR TOTAL MÁXIMO EM R\$ = 295.121,10						

LÊ-SE

Nº	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO ITEM	MARCA	UN	QTD.	Valor Máximo Unitário em R\$	Valor Máximo Total em R\$
01	OLEO LUBRIFICANTE AGM 68 PARA SISTEMA HIDRÁULICO DE TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA A CORROSÃO E A OXIDAÇÃO, BEM COMO ALTA PROPRIEDADE ANTIESPUMANTE E BOA ESTABILIDADE TÉRMICA EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	320	214,49	68.636,80
02	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCOZO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS FORA DE ESTRADA. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 10W. EVITE O DESGASTE E A CORROSÃO DAS PARTES LUBRIFICADAS. SUA ADITIVAÇÃO LHE GARANTE AINDA BAIXA OXIDAÇÃO E RESISTÊNCIA À FORMAÇÃO DE ESPUMA, GALÃO DE 20 LITROS.		Unid	50	330,00	16.500,00
03	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	290	281,34	81.588,60
04	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL EM EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	400	18,35	7.340,00
05	OLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES ENGRENAGENS HIPÓIDES COM VISCOSIDADE SAE 90, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	30	269,38	8.081,40
06	OLEO PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA ATF TIPO A EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	50	287,82	14.391,00
07	FLUIDO SINTÉTICO DE ALTO PONTO DE EBULIÇÃO, ATENDENDO À CLASSIFICAÇÃO DOT 3, PARA USO EM SISTEMAS DE FREIOS A DISCO OU TAMBOR DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E TRATORES. EMBALAGEM DE 500 ML.		Unid	250	14,17	3.542,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
 Prefeitura Municipal de Anitápolis
 Comissão Permanente de Licitação

08	OLEO LUBRIFICANTE MULTI-FUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES DE TRATORES, CARREGADEIRAS E ESCAVADEIRAS COM CÂMBIOS TRADICIONAIS, CÂMBIOS POWER SHIFT E SHUTTLE SHIFT, EIXOS, TRANSMISSÕES POSTERIORES COM FREIOS BANHADOS A OLEO, DIREFENCIAIS E SISTEMAS HIDRAULICOS COM VISCOSIDADE SAE 20W30 QUE ATENDA AO NIVEL DE DESEMPENHO API GL-4 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	40	291,90	11.676,00
09	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA USO EM MOTORES DOIS TEMPOS A GASOLINA REFRIGERADOS A AR, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEL DE DESEMPENHO API TC. DISPONIVEL NO GRA SAE 30. FRASCOS DE 200 ML.		Unid	100	6,07	607,00
10	OLEO LUBRIFICANTE COM VISCOSIDADE SAE 80W90 QUE ATENDA AO NIVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	20	R\$ 304,24	R\$ 6.084,80
11	OLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES ENGRENAGENS HIPÓIDES COM VISCOSIDADE SAE 140, QUE ATENDA AO NIVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE C/20 LITROS.		Unid	40	269,56	10.782,40
12	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO DE TECNOLOGIA 100% SINTÉTICA PARA MODERNOS MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV. PROPORCIONA REDUÇÃO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MAIOR PROTEÇÃO DO MOTOR. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30, SUPERANDO AS EXIGÊNCIAS DOS GRAUS SAE 10W-30 E 20W-30, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API SN E ILSAC GF-5, EM EMBALAGEM DE 1 LITRO.		Unid	100	25,53	2.553,00
13	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO MULTIVISCOSO COM BAIXO TEOR DE CINZAS SULFATADAS (LOW SAPS) DESTINADO AOS MAIS MODERNOS MOTORES DIESEL TURBINADOS EM SERVIÇOS SEVEROS QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM NÍVEIS DE DESEMPENHO API CJ-4 E ACEA E4/E6/E7/E9- 12 . RECOMENDADO PARA MOTORES EQUIPADOS COM SISTEMA DE TRATAMENTO DOS GASES DE ESCAPE COMO EGR (SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE GASES) OU SCR (REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA). ATENDE AOS REQUERIMENTOS CONFORME EURO V (PROCONVE P7) E EURO VI . SUA TECNOLOGIA PROMOVE A LIMPEZA DOS PISTÕES, CONTROLE DA FORMAÇÃO DE FULIGEM E DO DESGASTE PREMATURO DAS PEÇAS DO MOTOR PROPORCIONANDO MAIOR RENDIMENTO E MAIOR VIDA ÚTIL. DISPONÍVEL NO GRAU SAE 5W-30 , EM EMBALAGEM C/ 20 LITROS.		Unid	70	774,63	54.224,10



ESTADO DE SANTA CATARINA
 Prefeitura Municipal de Anitápolis
 Comissão Permanente de Licitação

14	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSE SEMISSINTETICO 15W40 SM PARA USO EM MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API SN, SENDO QUALIFICADO NO API DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS DO ACC EM EMBALAGEM C/1 LITRO.		Unid	400	22,70	9.080,00
15	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO COM 2 % DE GRAFITE, ONDE O GRAFITE REPRESENTA PAPEL PREPONDERANTE NA LUBRIFICAÇÃO. É INDICADA PARA PONTOS DE LUBRIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO E QUE SUPORTA MAIORES CARGAS. RECOMENDADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE TRILHOS E DE FLANGES DE RODAS DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS, ALIMENTADORES DE FORNALHAS POR EIXO SEM FIM, COROA E PINHÃO OU RODAS DENTADAS, EM EMBALAGEM C/ 20 KG.		Unid	30	450,87	13.526,10
16	ÓLEO ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LUBRIFICAÇÃO DE CORRENTES DE MOTOSERRAS. POSSUI GRANDE ADESIVIDADE, EVITANDO A EXPULSÃO DO LUBRIFICANTE, APESAR DAS ALTAS ROTAÇÕES DE TRABALHO A QUE SÃO SUBMETIDAS. POSSUI AINDA ADITIVOS ANTICORROSIVOS, ANTIOXIDANTES, ANTIDESGASTE E AGENTES DE OLEOSIDADE.- EMBALAGENS DE 5 LITROS.		Unid	40	54,56	2.182,40
VALOR TOTAL MÁXIMO EM R\$ = 310.796,10						

ONDE SE LÊ (PAGINA 32): ANEXO – VIII

7. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) realizar a entrega dos materiais em conformidade com o especificado neste Termo de Referência no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

LÊ-SE:

7. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) realizar a entrega dos materiais em conformidade com o especificado neste Termo de Referência no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

Anitápolis, 18 de Junho de 2020.

Laudir Pedro Coelho
 Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 359/2020

Publicação N° 2527987

PORTARIA N° 359/2020
Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 56, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 30 dias ao servidor MARCIO FURTAK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, referente ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2018, a contar de 17 de junho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/06/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 18 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 19 de junho de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA Nº 58/2020

Publicação Nº 2527867

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de Dispensa de Licitação nº 58/2020

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORAMENTO DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E ATRIBUIÇÕES LEGAIS REFERENTE A PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONTRATADO: ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA 90885171934

CNPJ: 18.147.283/0001-64

Valor Total: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Fundamento: Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Jose Gerosn Gonçalves/Prefeito de Apiúna

PORTARIA Nº0355/2020

Publicação Nº 2528762

PORTARIA Nº 0355/2020

De 16 de junho de 2020

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA DA SECRETARIA DE

SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 3474/2020 de 31/03/2020, Decreto nº 3466/2020 de 18/03/2020 e Decreto nº 3483/2020 de 13/04/2020,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder gozo excepcional de férias, de 15 de junho de 2020 a 26 de junho de 2020, de forma antecipada, para a servidora SILVIA APARECIDA FILISBERTO DE OLIVEIRA, que deverão ser deduzidos do período aquisitivo de 03/07/2019 a 02/07/2020, tendo em vista a situação de emergência no Município de Apiúna e considerando que as escolas e creches municipais encontram-se fechadas devido a pandemia do Covid-19.

§1º - O respectivo gozo de férias da servidora SILVIA APARECIDA FILISBERTO DE OLIVEIRA deverá ser efetuado apenas no período matutino, compreendido entre as 07h30min às 12h00min.

§2º - Deverá ser descontado ao todo 45 horas, correspondendo a 5 dias e 5 horas de folga concedidos antecipadamente para a servidora. Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0356/2020

Publicação Nº 2528763

PORTARIA Nº 0356/2020

De 16 de junho de 2020

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA A SERVIDORA

ANA CARLA DA SILVA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 131 e, Lei Complementar nº 147/2014 de 16/12/2014,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença maternidade de 120 dias a ANA CARLA DA SILVA, a partir de 08/06/2020 à 05/10/2020, conforme certidão de nascimento.

Art. 2º - Conceder licença especial de 60 dias conforme art. 139 da Lei Complementar 147/14, para ANA CARLA DA SILVA de 06/10/2020 à 04/12/2020.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0357/2020

Publicação Nº 2528765

PORTARIA Nº 0357/2020
De 16 de junho de 2020

DESIGNA JENIFFER BUENO DE OLIVEIRA
COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 42/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva JENIFFER BUENO DE OLIVEIRA, matrícula n. 119415, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
042/2020	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE APIÚNA, INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS. DISPENSA nº 58/2020.	ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA

Art. 2º - Fica também designada com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado a servidora a seguir:

SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Servidor: Lais Daniel

Cargo: Psicólogo

Matricula: 96407

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Lais Daniel, matrícula 96407, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

2634-RETIFICADO

Publicação Nº 2528799

DECRETO Nº 2634, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta Excesso de Arrecadação por fonte de recursos no valor de R\$ 15.000,00 no orçamento da Prefeitura Municipal de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Arabutã:

Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	01	Gerencia de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	192	3390000000000000000010950	Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL				15.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação na Fonte Específica:

Descrição da Fonte: 0.1.0950 – Auxílio Financeiro - LC 173/2020 – Livres R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 17 de junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Glaucia Pottratz
Responsável pelas publicações

ANEXO A IN 01/2020

Publicação Nº 2528085

ANEXO I - CÁLCULO DE HORAS PARA TRIMESTRE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – ARABUTÃ/SC

Considerando que as atividades letivas na sua rede de ensino, iniciaram em 10 de fevereiro e considerando que as aulas com atividades não presenciais a partir do dia 27/04, contando que o período de suspensão se finalize em 31/07/2020.

Cálculo baseado em: **1º trimestre** – 268 horas (67 dias); **2º trimestre** – 264 horas (66 dias); **3º trimestre** – 264 horas + 4 horas de atividades complementares (66 dias) = 800 horas letivas.

MESES	DIAS LETIVOS	HORAS LETIVAS	PONTOS FACULT.	TRIMESTRES	POSSIBILIDADE DE REPOSIÇÃO
Fevereiro	14	56		204 h (fev/mar/abr/mai) + 64 h (jun até 23/06)	Considerando 4 horas diárias com atividades complementares não presenciais encaminhadas pela internet, de forma a contemplar todas as famílias, com interação. Disponibilização de atividades impressas para os alunos que não possuem acesso à internet.
Março	13 (9 recesso)	52			
Abril	4 (ANP) (1 recesso) (-15 = férias e planejamento)	16 (HANP)		1º trimestre - 268 h 10/02 a 23/06	
Mai	20 (ANP)	80 (HANP)			Considerando que 11 dias precisam ser repostos em virtude do período de férias dos professores e semana de planejamento, ficam planejados:
Junho	20 + 1 (ANP)	80 + 4(HANP)	12	20 h (jun) + 176 h (jul/ago) + 68 h (set até 23/09)	Dia 12/06 – atividades pedagógicas não presenciais Dia 13/10 – Presencial Dia 24/10 – Entrega de boletins (sábado) Dias 17, 18, 21, 22, 23, 28, e 29/12 - Presencial 1 dia de Atividades Complementares
Julho	23 (ANP)	92(HANP)			
Agosto	21	84		2º trimestre - 264 h 24/06 a 23/09	
Setembro	22	88			
Outubro	20 + 2	80 + 8	13 - 24	20 h (set) + 244 h (out/nov/dez)	*ANP= Atividades Não Presenciais. *HANP= Horas Atividades Não Presenciais *PPC= Presencial Previsto no Calendário *HPPC= Horas Presenciais Previstas no Calendário
Novembro	20	80		3º trimestre - 264 h 24/09 a 29/12	
Dezembro	12 + 7	48 + 28	+ 07 dias até 29 dez		
Totais	122 PPC+ 68 ANP+ 09 P = 199	488 HPPC + 272 HANP + 36 = 796	Falta 01 dias = 04 horas	04 h (3º trimestre) Atividades Complementares	Após o retorno organizar atividades complementares para serem encaminhadas para casa.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME 01/2020

Publicação Nº 2528083

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 01/2020.

ORIENTAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS

Diante do disposto no Plano de Atendimento Emergencial da Rede Municipal de Ensino do Município de Arabutã, que foi aprovado pela Resolução CME Nº02/2020, 30 de abril de 2020, conforme orientações adivindas do parecer CNE nº 5/2020 homologado pelo MEC em 29 de maio de 2020. A Secretaria Municipal de Educação de Arabutã/SC, no uso de suas atribuições fixa, em caráter emergencial e extraordinário, as normativas que segue:

A avaliação das atividades educativas não presenciais, em regime especial, em caráter excepcional e no tempo que for necessário o isolamento social, de acordo com o Plano de Atendimento Emergencial da Rede Municipal de Ensino do Município de Arabutã/SC, ocorrerá por meio de diferentes instrumentos avaliativos, com ou sem o suporte das plataformas virtuais de aprendizagem e em consonância com o planejamento do professor. Essas formas de avaliação, não presenciais (durante o período de regime especial) ou presenciais (ao serem retomadas as aulas), serão o indicativo da aquisição das habilidades e do alcance dos objetivos de aprendizagem pelo estudante, e nos anos iniciais servirão, também, para o lançamento da nota final do estudante nos componentes curriculares.

Conforme o Anexo I, a organização das horas trabalhadas e divisão de trimestres foi feita pela quantidade de horas trabalhadas, contabilizando as feitas de forma presencial, as horas de atividades pedagógicas não presenciais e as atividades complementares. No entanto, ainda que o fechamento do 1º período (trimestre) tenha sido prorrogado, para o dia 23/06/2020, e na planilha já tenham sido definidas datas para o 2º e 3º trimestre, nosso calendário poderá passar por novos ajustes. Nesse sentido, orienta-se que, neste momento, o professor avalie e realize os registros, no Sistema EVN do que for realizado pelos estudantes no decorrer do regime especial de atividades, as quais irão corresponder apenas a notas parciais, compreendendo que não será realizado, enquanto não retornar o regime presencial, o fechamento de média por período.

Independente dos registros de frequência, deverão ser dadas novas oportunidades de aprendizagem, aos alunos que não atingiram uma apropriação adequada do conhecimento trabalhado. Portanto, a Recuperação Paralela precisa ocorrer de forma contínua e sempre que o professor constatar que o estudante não se apropriou dos conceitos/objetos do conhecimento, seja durante o período de atividades complementares/pedagógicas não presenciais, e quando do retorno das atividades presenciais.

Portanto, diante da situação vivida, esta Recuperação Paralela apresenta-se de diferentes formas, melhor explicitadas a seguir:

- a) No retorno às aulas presenciais: nova oportunidade de aprendizagem e avaliação aos alunos que não tiveram acesso ou não deram retorno às atividades do regime especial (virtuais ou impressas) e aos que não tiveram rendimento suficiente, caso entenda-se que algum conteúdo abordado no regime especial não foi suficientemente apropriado e necessita ser retomado presencialmente;
- b) Durante o regime especial de atividades escolares não presenciais: ou seja, ainda durante o regime especial de atividades, o professor pode oferecer aos estudantes a Recuperação Paralela, por meio da proposição de situações que se configurem como novas oportunidades de aprendizagem, seguidas de nova avaliação por instrumento avaliativo não presencial diferente do anteriormente aplicado (virtuais ou não), com o devido registro no sistema no campo destinado à Recuperação Paralela.

Ressaltamos que, assim que ocorrer o retorno presencial, o professor deverá fazer o diagnóstico das aprendizagens adquiridas durante o período em que foram realizadas as atividades pedagógicas não presenciais, garantindo assim, uma nova oportunidade de aprendizagem à aqueles que necessitarem e como subsídio para obter um parâmetro em seu planejamento, de forma a garantir o direito de aprendizagem a todos.

As regras fixadas nesta Instrução Normativa e os atos dela decorrentes surtirão efeitos ao tempo em que perdurar o estado de emergência devido ao isolamento social em decorrência da pandemia do COVID-19, ao tempo em que as aulas presenciais retornem a normalidade ou mediante protocolo de retorno, as regras de avaliação da rede municipal de ensino retornam as normas anteriormente vigentes.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Arabutã, 12 de junho de 2020.

Edenice Carina Rauschkolb Patzlaff
Secretária de Educação

MAIO/2020 ADM

Publicação Nº 2528807

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Maio/2020

Contratado: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 11.499.653/0001-83

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 37/2019 Número do Processo: 55/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 090/19 Adt01

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E USO GERAL.

Data da Assinatura: 06/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/05/2020

Vigência: 06/05/2020 Término: 18/08/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 790,75 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 36.588.932/0001-44

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 18/2020 Número do Processo: 29/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 048/20 Adt01

Fundamento Legal:

Objeto: Acréscimo de quantitativos ao inicialmente contratado referente a reforma da Retroescavadeira JCB 3 C Plus, patrimônio 2611,

Data da Assinatura: 08/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020

Vigência: 08/05/2020 Término: 05/04/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 2.406,45 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: AUTO POSTO AURORA LTDA

CNPJ: 05.627.978/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 052/20 adt02

Fundamento Legal:

Objeto: Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 03 - Diesel S10, passando o preço unitário de R\$ 3,64 (Três reais e sessenta e quatro centavos) por litro para R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis centavos) por litro.

Data da Assinatura: 11/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/05/2020

Vigência: 11/05/2020 Término: 15/04/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,18 Forma de Pagamento:

Contratado: DELMAR KISSMANN - EIRELI

CNPJ: 91.003.814/0001-35

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 23/2020 Número do Processo: 39/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 036/2020

Fundamento Legal:

Objeto: GRADE ARRADORA AGRÍCOLA DE ARRASTO, NOVA, COM DEZESSEIS DISCOS DE VINTE E SEIS POLEGADAS, COM 6MM DE ESPESURA, COM PNEUS PARA TRANSPORTE, ACIONADA POR CONTROLE REMOTO DO TRATOR, (COM PISTÕES DE REGULAGEM)

Data da Assinatura: 13/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/05/2020
Vigência: 13/05/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 19.700,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO
CNPJ: 00.593.476/0001-83
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 56/2019 Número do Processo: 78/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 127/19 Adt01
Fundamento Legal:
Objeto: Acréscimo quantitativo no Item 01 - Sêmem Bovino da raça Gir Leiteiro, passando a quantidade de 300 unidades, para 375 unidades.

Data da Assinatura: 13/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/05/2020
Vigência: 13/05/2020 Término: 20/10/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 672,75 Forma de Pagamento: conforme cronograma mensal

Contratado: DIEGO HENRIQUE DORZBACHER 08485600940
CNPJ: 20.423.360/0001-03
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 24/2020 Número do Processo: 40/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 064/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível contratação de empresa para lavagem de ônibus, máquinas pesadas e caminhões.

Data da Assinatura: 15/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 15/05/2020
Vigência: 15/05/2020 Término: 14/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 28.300,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: ANTONINHO ZANETTI ME
CNPJ: 05.475.043/0001-47
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 24/2020 Número do Processo: 40/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 065/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível contratação de empresa para lavagem de ônibus, máquinas pesadas e caminhões.

Data da Assinatura: 15/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 15/05/2020
Vigência: 15/05/2020 Término: 14/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 5.940,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: VIVEIRO FLORESTAL DOIS IRMAOS LTDA
CNPJ: 21.829.495/0001-36
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 63/2019 Número do Processo: 87/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 137/19 Adt01
Fundamento Legal:
Objeto: Acréscimo quantitativo no Item 03 - Mudras de Erva Mate Nativa, passando a quantidade de 10.000 unidades para 12.500 unidades.

Data da Assinatura: 20/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 20/05/2020
Vigência: 20/05/2020 Término: 10/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 3.200,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: Gente Seguradora S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 24/2019 Número do Processo: 36/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 033/2019 Adt03
Fundamento Legal:
Objeto: Contratação de seguro para veículos da frota e seguro empresarial destinada ao Município de Arabutã, SC

Data da Assinatura: 21/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/05/2020
Vigência: 21/05/2020 Término: 17/06/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 30.439,53 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: Gente Seguradora S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 24/2019 Número do Processo: 36/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 033/2019 Adt04
Fundamento Legal:
Objeto: Contratação de seguro para Veículo Renault Sandeiro Authentique 1.0 12v; chassi 93Y5SRF84J842372, ano fabricação/modelo 2019/2020, tipo passeio, placa QJR 3543, 04 portas, lotação oficial: 05 passageiros, transporte: pessoas. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente.

Data da Assinatura: 22/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/05/2020
Vigência: 22/05/2020 Término: 17/06/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.100,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: AUTO POSTO AURORA LTDA
CNPJ: 05.627.978/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 052/20 adt04
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de combustíveis marca Wdcom.

Data da Assinatura: 25/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/05/2020
Vigência: 25/05/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,13 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: AUTO POSTO AURORA LTDA
CNPJ: 05.627.978/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 052/20 adt03
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de combustíveis marca Wdcom.

Data da Assinatura: 15/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 15/05/2020
Vigência: 15/05/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,12 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: AUTO POSTO AURORA LTDA
CNPJ: 05.627.978/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 052/20 adt05
Fundamento Legal:
Objeto: Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 01 - GASOLINA COMUM, passando o preço unitário de R\$ 4,183 por litro para R\$ 4,342 por litro. Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 02 - DIESEL COMUM, passando o preço unitário de R\$ 3,394 por litro para R\$ 3,489 por litro; Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 03 - DIESEL S-10, passando o preço unitário de R\$ 3,494 por litro para R\$ 3,601 por litro.

Data da Assinatura: 29/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/05/2020
Vigência: 29/05/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,35 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA - FILIAL
CNPJ: 00.456.865/0009-14
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 103/2017 Número do Processo: 120/2017 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 011/2018 adt07
Fundamento Legal:
Objeto: Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso do sistema MINHA FOLHA, no valor mensal de R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais)

Data da Assinatura: 29/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/05/2020
Vigência: 29/05/2020 Término: 28/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 330,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRO FAMILIAR DE ARABUTÃ
CNPJ: 08.628.615/0001-79
Modalidade: OUTRAS MODALIDADES
Número da Licitação: 3/2019 Número do Processo: 91/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 007/2020 Adt01
Fundamento Legal:
Objeto: Alteração do contrato por erro de duplicidade de itens em dois contratos.

Data da Assinatura: 29/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/05/2020
Vigência: 29/05/2020 Término: 30/06/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 7.006,50 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: ASSOCIACAO DE SERVICOS SOCIAIS VOLUNTARIOS DE ARAB
CNPJ: 80.623.077/0001-57
Modalidade: null
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: TC 06-2020
Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de um tanque de com capacidade de 5000 litros, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e nos termos do Art. 6º, § 2º, Anexo II e III, da Lei Municipal nº 764/2013.

Data da Assinatura: 26/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/05/2020

Vigência: 26/05/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 57.000,00 Forma de Pagamento: À Vista

MAIO/2020 SAUDE

Publicação Nº 2528819

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Maio/2020

Contratado: MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAM

CNPJ: 03.093.776/0001-91

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 9/2020 Número do Processo: 38/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 035/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Veículo Novo, zero quilometro, potência de no mínimo 118cv a álcool, ano fabricação 2019, modelo 2020, modelo HATCH, com capacidade para 5 passageiros, cor branca, para- choque na cor do veículo, câmbio manual com no mínimo 5 marchas a frente e uma a ré, ar condicionado, direção eletro-hidráulica, volante regulável em altura, freio abs, 4 airbag, vidros elétricos dianteiros, travas elétricas, alarme, desembaçador e limpador de vidro traseiro, sistema CAR, computador de bordo, marca Renault

Data da Assinatura: 05/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 05/05/2020

Vigência: 05/05/2020 Término: 04/11/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 55.000,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: AUTO POSTO AURORA LTDA

CNPJ: 05.627.978/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 052/20 Adt02

Fundamento Legal:

Objeto: a) Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 03 - Diesel S10, passando o preço unitário de R\$ 3,64 (Três reais e sessenta e quatro centavos) por litro para R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis centavos) por litro.

Data da Assinatura: 11/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/05/2020

Vigência: 11/05/2020 Término: 15/04/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,18 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 11.499.653/0001-83

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 37/2019 Número do Processo: 55/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 090/19 Adt01

Fundamento Legal:

Objeto: Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 06 - ÁLCOOL LÍQUIDO, etílico hidratado a 92,8, passando o preço unitário de R\$ 3,93 para R\$ 4,28 e Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 08 - ÁLCOOL ETÍLICO Hidratado 70°, passando o preço unitário de R\$ 3,10 por unidade, para R\$ 4,21 por unidade.

Data da Assinatura: 06/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/05/2020
Vigência: 06/05/2020 Término: 18/08/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,01 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 055/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.212,21 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES
CNPJ: 06.194.440/0001-03
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 056/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 2.882,66 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: Dental Oeste Eireli - EPP
CNPJ: 05.412.147/0001-02
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 057/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 10.330,58 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO L
CNPJ: 02.228.938/0001-99
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 058/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 2.145,97 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ: 71.505.564/0001-24
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 059/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 3.031,29 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PA
CNPJ: 30.082.076/0001-74
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 060/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 17.223,70 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP
CNPJ: 21.504.525/0001-34
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 061/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 9.675,43 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: AMP HOSPITALAR EIRELI
CNPJ: 16.698.619/0001-51
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 062/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 2.274,59 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 25.034.906/0001-58
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 34/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 063/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 08/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/05/2020
Vigência: 08/05/2020 Término: 07/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 8.131,10 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: AUTO POSTO AURORA LTDA
CNPJ: 05.627.978/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 052/20 Adt03
Fundamento Legal:
Objeto: Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 01 - GASOLINA COMUM, passando o preço unitário de R\$ 4,069 por litro para R\$ 4,183 por litro.

Data da Assinatura: 15/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 15/05/2020
Vigência: 15/05/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,11 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: CLÍNICA VITAL FISIOTERAPIA S/S LTDA
CNPJ: 07.207.637/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 25/2020 Número do Processo: 41/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 066/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Sessões de Fisioterapia Clínica

Data da Assinatura: 19/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/05/2020
Vigência: 19/05/2020 Término: 18/05/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 120.000,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: Gente Seguradora S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 24/2019 Número do Processo: 36/2019 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 033/2019 2º Adt
Fundamento Legal:
Objeto: Fica excluído do contrato Veículo VW Voyage 1.6 MI Total Flex; gasolina/álcool; 04 portas; capacidade para 05 passageiros, ano/ modelo fabricação: 2013/2013, placa MKE 5871; Chassi 9BWDB0501DT0002582; veículo lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 21/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/05/2020
Vigência: 21/05/2020 Término: 17/06/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,01 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: Gente Seguradora S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 24/2019 Número do Processo: 36/2019 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 033/2019 3º Adt
Fundamento Legal:
Objeto: Contratação de seguro para veículos da frota e seguro empresarial destinada ao Município de Arabutã, SC

Data da Assinatura: 21/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/05/2020
Vigência: 21/05/2020 Término: 17/06/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 15.129,90 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: AUTO POSTO AURORA LTDA
CNPJ: 05.627.978/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 052/20 adt04
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de preços para aquisição de combustíveis.

Data da Assinatura: 25/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/05/2020
Vigência: 25/05/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,13 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: AUTO POSTO AURORA LTDA
CNPJ: 05.627.978/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 052/20 adt05
Fundamento Legal:

Objeto: Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 01 - GASOLINA COMUM, passando o preço unitário de R\$ 4,183 por litro para R\$ 4,342 por litro; Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 02 - DIESEL COMUM, passando o preço unitário de R\$ 3,394 por litro para R\$ 3,489 por litro e c) Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 03 - DIESEL S-10, passando o preço unitário de R\$ 3,494 por litro para R\$ 3,601 por litro.

Data da Assinatura: 29/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/05/2020
Vigência: 29/05/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,35 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 05.531.725/0001-20
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 076/19 2ºAdt
Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 29/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 29/05/2020

Vigência: 29/05/2020 Término: 15/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,15 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: LEANDRO PIOVESAN

CNPJ: 23.376.947/0001-05

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 5/2020 Número do Processo: 9/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 032/2020

Fundamento Legal:

Objeto: mão de obra para pintura

Data da Assinatura: 04/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/05/2020

Vigência: 04/05/2020 Término: 15/02/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 28.545,00 Forma de Pagamento: mensal conforme cronograma

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 232 - LICENÇA PREMIO MARCIA BIAVA

Publicação Nº 2528994

PORTARIA Nº 232, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Concede Licença Premio a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Premio a servidora municipal, MARCIA BIAVA, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, através da Portaria de Nomeação nº 208/2013 de 01/08/2013 relativas ao período aquisitivo de 01/08/2013 à 01/08/2018, cujo gozo será nos dias 10/06/2020 a 09/07/2020, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/06/2020.

Artigo 2.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 16 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233 - PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA À HÉLIO RENATO MARTINS FOGLIATTO

Publicação Nº 2528999

PORTARIA Nº 233, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Aplica Penalidade Disciplinar a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso das atribuições previstas no Art. 192 da Lei Municipal 1.713 de 03 de novembro de 2014, com fundamento no art. 190 inciso I do mesmo dispositivo legal, em conformidade com o Relatório Final da Comissão de Sindicância Investigativa nº 0002/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º Aplicar a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA à Servidor Público Municipal, senhor, HÉLIO RENATO MARTINS FOGLIATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado e em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de ter cometido a infração de conduta, prevista nos Incisos I, e XII do Art. 194 da Lei Complementar nº 1.713/14, e conforme preceitua o Art. 190, I, da LC nº 1.713/14.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0036/2020

Publicação Nº 2528058

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0070/2020 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0036/2020 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2002, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por valor global, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo

como objeto Aquisição de peças necessárias para realizar manutenção corretiva do veículo caminhão prancha Ford Cargo 2630 1998/1999, Placas MAO 9454, em atendimento das necessidades da Secretaria de Infraestrutura., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

1773 - MECANICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA ME (82.756.164/0001-08)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Qtd	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	34590 - Cruzeta cardan VW/Ford 801006 C6-G1.	Un	VW/Ford.	2	175,44	350,88
2	34591 - Retentor do pinhão dianteiro dif. 2425 C-22.	Un		1	103,56	103,56
3	34592 - Flange Ford Cargo 46 estrias 82,60mm.	Un	VW/Ford.	1	849,00	849,00
4	34593 - Parafuso braçadeira cardan VW/Ford 301129.	Un	VW/Ford.	4	5,59	22,36
5	34594 - Abraçadeira cruzeta cardan VW/Ford C7-D3.	Un	VW/Ford.	2	22,22	44,44
Total (R\$):						1.370,24

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2020.

Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.

Atalanta

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 2/2020

Publicação Nº 2528461

MUNICÍPIO DE ATALANTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 2/2020

O Município de Atalanta - SC, torna público que realizará LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, FORMA DE JULGAMENTO MENOR PREÇO GLOBAL, para o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL), PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO ACESSO E PORTAL DA CIDADE, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 871960/2018, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ATALANTA – SC E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, QUE FAZEM PARTE DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ DIA 03 DE JULHO DE 2020, ATÉ ÀS 08H45MIN E ABERTURA ÀS 09H00MIN NO MESMO DIA. Informações/Cópia na íntegra deste Edital junto a Sala de Licitações, em horário de expediente, à Avenida XV de novembro, nº 1030, na cidade de Atalanta/SC, ou pelo e-mail licitacao@atalanta.sc.gov.br, ou no site www.atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47)3535-0015. Atalanta, 19 de junho de 2020. JUAREZ MIGUEL RODERMEL – Prefeito Municipal.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

DECRETO 070-1606-UTILIDADE PÚBLICA TRANSBORDO RECICLE

Publicação Nº 2528836

DECRETO Nº 070/2020

Declara Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável ou Judicial em Caráter de Urgência, fração do imóvel descrito na Matrícula nº 29.9752 e dá outras providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Artigo 90, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública parte da área do imóvel registrado na Matrícula nº 29.972, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras, de propriedade conforme descrito na matrícula acima citada, descrita e caracterizada consoante levantamento topográfico e memorial descritivo anexo, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, conforme as seguintes descrições:

Descrição da Área: Um terreno, com benfeitorias, situado no bairro Nossa Senhora da Conceição, zona urbana do Município e Comarca de Balneário Piçarras-SC, com área de 7.371,81 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS2000, MC-51ºW, de coordenadas N= 7.035.725,108m e E= 729.927,386m; deste segue confrontando com a Estrada Geral da Lagoa, com azimute de 58º08'45", por uma distância de 29,75m até o vértice V2, de coordenadas N= 7.035.740,811m e E= 729.952.659m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 218º58'46" por uma distância de 55,28m até o vértice V3, de coordenadas N= 7.035.697,841m e E= 729.917,888m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 204º25'11" por uma distância de 31,51m até o vértice V3, de coordenadas N= 7.035.669,148m e E= 729.904,860m; deste segue confrontando com a Matrícula 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 177º26'42" por uma distância de 8,09m até o vértice V5, de coordenadas N= 7.035.661,070m, e E= 729.905,221m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 154º00'52" por uma distância de 17,02m até o vértice V5, de coordenadas N= 7.035.645,768m e E= 729.912,679m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 137º25'08" por uma distância de 17,20m até o vértice V7, de coordenadas N= 7.035.633,101m e E= 729.924,320m; deste segue confrontando a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 156º24'31" por uma distância de 23,25m até o vértice V8, de coordenadas N= 7.035.611,794m e E= 729.933,625m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 193º57'31" por uma distância de 8,10m até o vértice V9, de coordenadas N= 7.035.603,929m e E= 729.931,670m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 202º35'10" por uma distância de 51,90m até o vértice V10, de coordenadas N= 7.035.556,010m e E= 729.911,737m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 217º54'00" por uma distância de 37,49m até o vértice V11, de coordenadas N= 7.035.526,428m e E= 729.888,708m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 329º10'38" por uma distância de 18,47m até o vértice V12, de coordenadas N= 7.035.542,292m e E= 729.879,243m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 344º11'28" por uma distância de 10,70m até o vértice V13, de coordenadas N= 7.035.552,583m e E= 729.876,329m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 354º59'32" por uma distância de 81,12m até o vértice V14, de coordenadas N= 7.035.633,395m e E= 729.869,248m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 2º04'36" por uma distância de 13,88m até o vértice V15, de coordenadas N= 7.035.647,267m e E= 729.869,751m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 4º53'40" por uma distância de 38,87m até o vértice V16, de coordenadas N= 7.035.685,991 e E= 729.873,067m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 69º50'34" por uma distância de 41,96m até o vértice V17, de coordenadas N= 7.035.700,451m e E= 729.912,459m; deste segue confrontando com a Matrícula nº 29.972 de propriedade de Nilton Custódio da Luz, com azimute de 31º11'24" por uma distância de 28,82m até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro de 513,41m.

Art. 2º As áreas referidas no artigo anterior destinam-se a transbordo de quaisquer tipos, podendo ser utilizado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, conforme o caso. Sendo que em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá a Administração Pública Municipal imitir-se provisoriamente na posse dos bens, nos termos do Art. 15, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 16 de junho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 070/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 16 de junho de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 071-1706-SUPLEMENTAÇÃO-SUPERÁVIT FINANCEIRO

Publicação N° 2528839

DECRETO N° 071/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo Art. 19, Inciso III da Lei Municipal nº 731, de 20/11/2019 – LOA, e dá outras providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal e autorizado pela Lei nº 731, de 20 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Administração d Fazenda

Funcional-Programática: 04.122.0002

Atividade: 2009 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Fazenda

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.1000 – SF: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 70.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2019 por conta dos Recursos Ordinários na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 17 de junho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 071/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 17 de junho de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 174/2020

Publicação N° 2528716

PORTARIA N.º 174/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE ATENDIMENTO AO IDOSO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Sra. PAULA CAROLINA SANT'ANNA, brasileira, maior, solteira, inscrita no CPF sob o nº 105.566.599-45, portadora do RG sob o nº 6.061.806 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município. Esta portaria retroage seus efeitos a 01 de junho de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 04 de junho de 2020.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 175/2020

Publicação Nº 2528718

PORTARIA N.º 175/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, o Servidor, Sr. ANDERSON MARIO MOTA DE CASTRO, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF sob o nº 007.215.960-02, RG sob o nº 6.938.357 SSP/SC, Carteira de Habilitação nº 6060032420, Categoria AB, matrícula nº 10811, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Saúde Odontológica, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para conduzir o veículo, CHEVROLET MONTANA CONQUEST, 2010, Placa MHP-2284.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 09 de junho de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 176/2020

Publicação Nº 2528719

PORTARIA N.º 176/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, o Servidor, Sr. LUIS ALBERTO PEREIRA BARBOSA, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF sob o nº 815.021.175-68, RG sob o nº 6.709.153 SSP/SC, Carteira de Habilitação nº 05969857709, Categoria AD, matrícula nº 10730, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias - ACE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para conduzir o veículo, VOLKSWAGEN GOL TL MCV, 2018, Placa QIX-2598.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 09 de junho de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 177/2020

Publicação Nº 2528720

PORTARIA N.º 177/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, a Servidora, Sra. LUIZA MAIARA HEIL, brasileira, maior, solteira, portadora do CPF sob o nº 092.422.909-80, RG sob o nº 5.505.039 SSP/SC, Carteira de Habilitação nº 05581835587, Categoria AB, matrícula nº 11701, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias - ACE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para conduzir o veículo, YAMAHA T115 CRYPTON ED, 2016, Placa QIH-7212.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 09 de junho de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 178/2020

Publicação Nº 2528722

PORTARIA N.º 178/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o exercício do cargo efetivo de EDUCADOR/ CUIDADOR, com carga horária de 40* (quarenta) horas semanais, Conforme Edital de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, nº 001/2018, a Sra. CARLA BEATRIZ GONÇALVES, brasileira, maior, solteira, portadora do RG sob o nº 3.775.669 SSP/SC, CPF sob o nº 004.283.599-22, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com as prerrogativas e competências que lhe concede a Lei Complementar 079/2004 de 26 de novembro de 2004, a qual se dará posse na presente data.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 10 de junho de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2020 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 2528235

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2020 – PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADE
PRORROGAÇÃO

O Processo Administrativo 054/2020 Pregão 019/2020-PMBP, Registro de preços visando à futura aquisição de combustível Arla 32, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10, para abastecimento de veículos pertencentes à frota das Secretarias e Fundos Municipais, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes do Anexo I, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, foi prorrogado para o dia 02/07/2020 às 16 horas. A prorrogação foi necessária devido a problema na publicação oficial.

Balneário Piçarras, 18 de junho de 2020.

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2020 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADES

Publicação Nº 2528218

PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2020 – PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADES

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de combustível Arla 32, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10, para abastecimento de veículos pertencentes à frota das Secretarias e Fundos Municipais, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes do Anexo I. Valor total estimado R\$2.080.464,40 (Dois milhões, oitenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos) Recebimento dos Envelopes até: 02/07/2020 às 16h. Data da Sessão Pública: 02/07/2020 às 16h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 18 de junho de 2020. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO 001/2020 PMBP REF. CONTRATO 016/2020PMBP

Publicação N° 2528910

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO ADITIVO 001/2020 DE 02/06/2020
CONTRATO N° 016/2020 PMBP de 04/05/2020
REF. PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2020 PMBP
MODALIDADE Tomada de Preços n° 008/2020 PMBP
HOMOLOGADO EM 04/05/2020

Este termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de edificação e requalificação da estrutura física do ginásio Aurélio Solano de Macedo situado na rua 200/Antônio Martinho Teles s/nº, Centro, Balneário Piçarras. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Esportes através do ofício 045/2020, fica prorrogado por 30 (trinta) dias o referido contrato a partir da data da de sua vigência, tendo seu vencimento atualizado até o dia 03/07/2020.

VJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM EIRELI Balneário Piçarras, 02 de junho de 2020.
Leonel José Martins

TERMO ADITIVO 005/2020 REF. CONTRATO 027/2019 PMBP

Publicação N° 2528853

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO ADITIVO 005/2020 PMBP DE 08/06/2020
CONTRATO 027/2019 PMBP de 09/12/2019
REF. PROCESSO LICITATÓRIO N° 052/2019 PMBP
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 006/2019 PMBP
HOMOLOGADO EM 09/12/2019

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório n° 052/2019, Tomada de Preços n° 006/2019, para a execução de obras e serviços de engenharia e material para reconstituição do deck de madeira da orla da praia do município de Balneário Piçarras.

Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, conforme a Lei Federal 8.666/93 art. 57, previsto na Clausula Nona do contrato 027/2019 PMBP fica prorrogado a partir do seu vencimento dia 09/06/2020, por mais 02 (dois) meses o referido termo, tendo sua vigência atualizada até o dia 09/08/2020.

ART VIVA CONSTRUÇÕES E PAISAGISMOS LTDA ME
Balneário Piçarras, 09 de junho de 2020.
Leonel José Martins

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2020

Publicação Nº 2528484

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2020.

Tipo: Menor Preço

Data e horário da sessão de abertura: 02/07/2020 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para implantação de solução de backup em nuvem (externo) com armazenamento de arquivos com volume de 2.5TB(Terabyte) composta por software profissional com licença de instalação, portal Web para gestão, infraestrutura de data center, treinamento, garantia de funcionamento para toda a solução, e suporte técnico de no mínimo de segunda-feira a sexta-feira das 8:00 as 19:00hs para as Secretarias da Prefeitura do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Obs: Conforme Decreto Nº. 038/2020 de 12/04/2020.

Art. 3º. O expediente do setor de licitações será das 13:00 às 19:00 horas, realizando o atendimento por agendamento e através de e-mail.

§1º As publicações legais do setor de licitação serão realizadas no mural disposto na Secretaria de Saúde do Município aberto das 08:00 às 17:00 horas, sem prejuízo da demais publicações legais quando obrigatórias por lei.

§2º Nesse período, serão permitidos o protocolo de impugnação e recursos através do seguinte e-mail: licitacao@baneariorincao.sc.gov.br, com todos os documentos definidos no edital e na legislação vigente.

§3º Será obrigatório o uso de máscaras durante a sessão de licitação, sob pena de não participação e desclassificação do certame caso a presença seja indispensável.

Balneário Rincão – SC, 18 de Junho de 2020.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/PMBR/2020

Publicação Nº 2528953

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/PMBR/2020.

Tipo: Menor Preço por item.

Data e horário da sessão de abertura: 06/07/2020 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras contratações de serviços de Limpeza, desentupimento de caixa de gordura, esgotamento de fossas, limpeza de caixa d'água, dedetização e desratização para atender as necessidades das sedes pertencente à Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Saúde e locais de eventuais usos, do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Obs: Conforme Decreto Nº. 038/2020 de 12/04/2020.

Art. 3º. O expediente do setor de licitações será das 13:00 às 19:00 horas, realizando o atendimento por agendamento e através de e-mail.

§1º As publicações legais do setor de licitação serão realizadas no mural disposto na Secretaria de Saúde do Município aberto das 08:00 às 17:00 horas, sem prejuízo da demais publicações legais quando obrigatórias por lei.

§2º Nesse período, serão permitidos o protocolo de impugnação e recursos através do seguinte e-mail: licitacao@baneariorincao.sc.gov.br, com todos os documentos definidos no edital e na legislação vigente.

§3º Será obrigatório o uso de máscaras durante a sessão de licitação, sob pena de não participação e desclassificação do certame caso a presença seja indispensável.

Balneário Rincão – SC, 18 de Junho de 2020.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

Bandeirante

PREFEITURA

CONTRATO Nº 59/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2527891

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE
EXTRATO DO
CONTRATO Nº 59/2020
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E A MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANA E PASSEIOS PÚBLICOS, EM TRECHO DA RUA GASTÃO BENETTI, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 844572/2017/MCIDADES/CAIXA, COM ÁREA TOTAL A SER PAVIMENTADA DE 3.110,08m².

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DA CONTRATADA: RS CONSTRUÇÕES LTDA.

DA VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até o dia 30/06/2020.

DO VALOR A SER ACRESCIDO: R\$ 11.790,53 (Onze mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos)

DO FUNDAMENTO: Art. 65 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 18 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

DF Nº 015/2020

Publicação Nº 2528183

DECRETO FINANCEIRO Nº 015, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Adicional no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2020, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.336, de 09/12/2019, Lei Municipal nº 1.337, de 09/12/2019, Lei Municipal nº 1.338, de 09/12/2019, Lei Municipal nº 1.355/2020 e demais normas em vigor,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 549.999,60 (quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), a seguir:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

03.01.10.301.0002.2.041 Gestão dos Serviços de Saúde com PAB Federal	
3.1.90.00.00.00.00.1077 Aplicações Diretas – Recursos de Emendas Bancada	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1077 Aplicações Diretas – Recursos de Emendas Bancada	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1076 Aplicações Diretas – Recursos de Emendas Individuais	100.000,00
03.01.10.301.0002.2.057 Gestão dos Serviços de Saúde com Farmácia Básica Estadual	
3.3.90.00.00.00.00.1023 Aplicações Diretas – Recursos de Transferências de Convênios - Saúde	149.999,60
Total da Entidade	549.999,60

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Excesso de Arrecadação apurado nas Transferências do Fundo Nacional de Saúde – FNS depositado em 13 de abril de 2020, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundos do Recurso nº 1076 – Recursos de Emendas Individuais, depositados na conta corrente bancária nº 052.339-9, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC).

Art. 3º Para complementação da cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Excesso de Arrecadação apurado nas Transferências do Fundo Nacional de Saúde – FNS depositado em 29 de maio de 2020, na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), oriundos do Recurso nº 1077 – Recursos de Emendas Bancada, depositados na conta corrente bancária nº 052.339-9, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC).

Art. 4º Para complementação da cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Excesso de Arrecadação apurado nas Transferências do Fundo Nacional de Saúde – FNS depositado em 22 de maio de 2020, na importância de R\$ 149.999,60 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), oriundos do Recurso nº 1023 – Recursos de Transferências de Convênios - Saúde, depositados na conta corrente bancária nº 056.232-7, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC), oriundos do Convênio nº 2020TR000292 entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Bandeirante, SC, datado de 20 de março de 2020, com objeto de aquisição e distribuição de medicamentos constituintes da farmácia básica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 19 de junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

LEI Nº 1355/2020

Publicação Nº 2528133

LEI Nº 1.355, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Adicional no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2020, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.336, de 09/12/2019 que dispõe sobre a alteração do Plano Plurianual 2018-2021 para execução no exercício financeiro de 2020, a Lei Municipal nº 1.337, de 09/12/2019 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2020 e a Lei Municipal nº 1.338, de 09/12/2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2020, de acordo com os prescritos nesta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 550.399,60 (quinhentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), a seguir:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

03.01.10.301.0002.2.041 Gestão dos Serviços de Saúde com PAB Federal	
3.1.90.00.00.00.00.1077 Aplicações Diretas – Recursos de Emendas Bancada	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1077 Aplicações Diretas – Recursos de Emendas Bancada	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1076 Aplicações Diretas – Recursos de Emendas Individuais	100.000,00
03.01.10.301.0002.2.057 Gestão dos Serviços de Saúde com Farmácia Básica Estadual	
3.3.90.00.00.00.00.1023 Aplicações Diretas – Recursos de Transferências de Convênios - Saúde	150.399,60
Total da Entidade	550.399,60

Art. 3º Para cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Excesso de Arrecadação apurado nas Transferências do Fundo Nacional de Saúde – FNS depositado em 13 de abril de 2020, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundos do Recurso nº 1076 – Recursos de Emendas Individuais, depositados na conta corrente bancária nº 052.339-9, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC).

Art. 4º Para complementação da cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Excesso de Arrecadação apurado nas Transferências do Fundo Nacional de Saúde – FNS depositado em 29 de maio de 2020, na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), oriundos do Recurso nº 1077 – Recursos de Emendas Bancada, depositados na conta corrente bancária nº 052.339-9, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC).

Art. 5º Para complementação da cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Excesso de Arrecadação apurado nas Transferências do Fundo Nacional de Saúde – FNS depositado em 22 de maio de 2020, na importância de R\$ 149.999,60 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), oriundos do Recurso nº 1023 – Recursos de Transferências de Convênios - Saúde, depositados na conta corrente bancária nº 056.232-7, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC), oriundos do Convênio nº 2020TR000292 entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Bandeirante, SC, datado de 20 de março de 2020, com objeto de aquisição e distribuição de medicamentos constituintes da farmácia básica.

Art. 6º Para complementação da cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do provável Excesso de Arrecadação apurado nos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos das Transferências do Fundo Nacional de Saúde – FNS depositado em 22 de maio de 2020, na importância de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), oriundos do Recurso nº 1023 – Recursos de Transferências de Convênios - Saúde, depositados na conta corrente bancária nº 056.232-7, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 19 de junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

LEI Nº 1356/2020

Publicação Nº 2528135

LEI Nº 1.356, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Ratifica a 1ª alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal e Interestadual de Municípios – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – de segurança alimentar, atenção a sanidade agropecuária e desenvolvimento local – CONSAD e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, do Consórcio Público denominado de CONSÓRCIO INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD, firmado entre este Município e o Consórcio, mediante autorização da Lei Municipal nº 668, de 20 de outubro de 2008.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, está publicado nas páginas nº 2982/2996 da Edição nº 3004 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 16 de Dezembro de 2019, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1576525173_edicao_3004_assinada.pdf).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 19 de junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.º202 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2529043

PORTARIA N.º202 de 18 de junho de 2020

Exonera servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei I Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,

Art.1º. Exonerar o servidor, Antoninho Nunes de Arnote , ocupante do Cargo de Diretor Geral de Departamento, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 18 de junho de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 010/2020 PMBV

Publicação Nº 2527832

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Contrato nº 010/2020 PMBV

Contratada: SETA CONSTRUTORA CIVIL LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 024/2020 Pregão Presencial nº 013/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de edificação com copa e sanitários, destinado a Garagem dos ÔNIBUS - Bairro São Cristóvão, incluindo o fornecimento de material e mão de obra. Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo da Obra, Orçamentos e Cronograma Físico Financeiro (sintético e analítico), anexo ao Processo.

Valor do contrato: R\$ 43.231,85 (quarenta e três mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos)

Data da assinatura: 17/06/2020

Data do vencimento: 17/06/2020

Barra Velha, 17 de junho de 2020

LUIZ ALBERTO GUERRA

Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN-

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2020 FMS

Publicação Nº 2528261

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 018/2020 FMS

Dispensa de Licitação nº 006/2020 FMS

Extrato de Contrato e Homologação

Contratada: PORTAL CONFECÇÕES LTDA

Objeto: Aquisição de aventais, para atender a demanda do Pronto Atendimento, considerando a situação de emergência no âmbito da saúde pública do Município, em função da pandemia do Novo Coronavírus/COVID-19. Conforme decreto Nº1390/2020, art. 2 § II, que declara situação de emergência no município de Barra Velha/SC, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 515/2020. Recurso Manutenção das ações e serviços públicos de saúde - PAB.

Valor do Contrato: R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais)

Data da assinatura: 16/06/2020

Data de vencimento: 31/12/2020

Barra Velha, 16 de junho de 2020.

ALINE GEISLER

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2020 - FMS

Publicação Nº 2528749

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato de Compromisso de Venda nº 001/2020

CEDENTE: CECILIO ROSENDO 30944716920

Licitação: Processo Administrativo nº 069/2018 – Pregão Presencial nº 054/2018

Objeto: Cessão onerosa de uso de bens públicos, com obrigações de fazer, 01 (um) quiosque destinado a exploração econômica na orla marítima (lanchonete), sob regime de arrendamento. (QUIOSQUE 08).

Valor do Contrato: R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)

Data da assinatura: 17/06/2020

Data do vencimento: 17/06/2030

Barra Velha, 02 de fevereiro de 2019

CESSIONÁRIO: FERNANDO HENRIQUE DA SILVA

VALTER MARINO ZIMMERMANN-

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

ATO 001

Publicação Nº 2528015

ATO 001

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES:

1.1. O relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas** consta do Anexo I deste Edital.

2. PERÍODO DE RECURSO

Os candidatos interessados poderão interpor recurso referente a esse resultado na data de 19/06/2020, conforme consta do Cronograma Edital 002/2020, no horário das 08h00min às 17h00min. Os recursos deverão ser entregues em envelope lacrado, na Secretaria Municipal de Saúde, na Rua Ovande dos Santos Pacheco, Centro, Bela Vista do Toldo – SC.

Bela Vista do Toldo – SC, 18 de junho de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

ANEXO I – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Situação da Inscrição
01	ROBERTA CATARINA FUCK	PSICÓLOGA	Deferida
02	MAYARA FERNANDA METZER KOGI	AGENTE DE SAÚDE COLONIA OURO VERDE	Deferida
03	CAROLINE APARECIDA MARTINS	FISIOTERAPEUTA	Deferida
04	YONIER ARTURO PERODIN LEYVA	MÉDICO	Deferida
05	CIRLEI GALANTE	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
06	CARLA VIVIANE BAUNGARTEN	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
07	CANDIDA ESTELA REINERT	ODONTOLOGO 40H	Deferida
08	TATIANA DE ALMEIDA	ODONTOLOGO 20H	Deferida
09	ANDRESSA DE CÁSSIA CASTANHA DE ARAÚJO	ENFERMEIRO-ESF	Deferida
10	FRANCIELLE VALLE BATISTÃO	MÉDICO	Deferida
11	ANA CAROLINE DA CRUZ	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Deferida
12	ROBERTA MUNHOZ	FISIOTERAPEUTA	Deferida
13	JANAINA SABRINA KOGI MARTENECZEN	AGENTE DE SAÚDE COLONIA OURO VERDE	Deferida
14	TAINARA NASCIMENTO HENRIQUE	FISIOTERAPEUTA	Deferida
15	FRANCISMARA APARECIDA FARIAS CASTRO ZADROIESKI	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
16	MYLENA DE FATIMA ALVES DE LIMA	AGENTE DE SAÚDE RIBEIRÃO RASO SÃO SEBASTIÃO DOS FERREIRAS	Deferida
17	MARIZA HEIDEN	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
18	PRISCILA FERREIRA PADILHA	ODONTOLOGO 40H	Deferida
19	MARCELE REISDORFER	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	Deferida
20	MARCELO GRUBER	PSICÓLOGO	Deferida
21	GABRIELA REGIANE DO NASCIMENTO	PSICÓLOGO	Deferida
22	JESSICA GABRIELE SANTOS	MÉDICO	Deferida
23	VANESSA MACHADO	AGENTE DE SAÚDE RIBEIRÃO RASO SÃO SEBASTIÃO DOS FERREIRAS	Deferida
24	ALANA FERNANDA DE BARROS	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
25	ADENILSON MASSANEIRO	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
26	SERGIO ANDRESS MENDES	PSICÓLOGO	Deferida

27	EVANDRO FERREIRA DE SOUZA	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
28	SANDRA MARA FERREIRA DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
29	SUELI MARIA LEANDRO SABATKE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	Deferida
30	KARINE PACKER	PSICÓLOGO	Deferida
31	LIANA MARTINS	PSICÓLOGO	Deferida
32	MICHELLE MARQUES BONETTI JUNGLES	FONOAUDIOLOGA	Deferida
33	JAINE APARECIDA CORRÊA MARTINS	ENFERMEIRO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
34	RODRIGO KARPAVICIUS LUZ	FISIOTERAPEUTA	Deferida
35	VANESSA DELINSKI SCHADECK	FISIOTERAPEUTA	Deferida
36	DANIELI RESENDE SAMPAIO SCHIESSL	AGENTE DE SAÚDE IMBUJA	Deferida
37	MICHELI PEREIRA ZAFFARI GIURIATTI	ENFERMEIRO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
38	MAYARA REGINA TODT	FISIOTERAPEUTA	Deferida
39	ELENICE KUCARZ	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
40	ARIETE APARECIDA SCHVEICZRSKI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
41	CRISTIANE KRUGER	ENFERMEIRO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
42	SIANA APARECIDA ALVES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
43	VANESSA CRISTINA WOSCHNIAK MASSANEIRO	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	Deferida
44	ANA LIDIA DREHER SCHIESSL	AGENTE DE SAÚDE IMBUJA	Deferida
45	GRAZIELE TYSZKA DO ROSARIO	FISIOTERAPEUTA	Deferida
46	SUELI MARKO OSSOWSKI	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
47	THAYSE GLEVINSKI	PSICÓLOGO	Deferida
48	WILLIAN ROBERTO MUHLMANN DIAS	ODONTOLOGO 20H	Deferida
49	JOAO MARCELO PADILHA	AGENTE DE SAÚDE IMBUJA	Deferida
50	CRISTIANE MARIA PEREIRA	PSICÓLOGO	Deferida
51	JOSE LEANDRO SCHIESSL	AGENTE DE SAÚDE GRALHA	Deferida
52	JESSICA ALMIRA DE SOUZA SANTOS	ENFERMEIRO-ESF	Deferida
53	RODRIGO ZIENTARA	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	Deferida
54	KARINE NERONE	ODONTOLOGO 40H	Deferida
55	BRUNA GONÇALVES	FISIOTERAPEUTA	Deferida
56	CINTIA RODRIGUES DO PRADO	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
57	SOLANGE BAZE	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
58	ELIZIA COLAÇO MARTINISKI	AGENTE DE SAÚDE COLONIA OURO VERDE	Deferida
59	MARIA LETICIA KOGGI KUBIAK	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	Deferida
60	ALAN MATEUS SOARES DE LIMA	AGENTE DE SAÚDE GRALHA	Deferida
61	ROSENILDA MASSANEIRO DE LIMA	AGENTE DE SAÚDE GRALHA	Deferida
62	FRANCINE DRANKA BONETE	ODONTOLOGO 40H	Deferida
63	ADELICIO FERREIRA DE LIMA	AGENTE DE SAÚDE GRALHA	Deferida
64	SANAYANA SANTOS SCHERMACK	FISIOTERAPEUTA	Deferida
65	FRANSUELE CRISTINA LIMA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
66	ANA CAROLINA BECHEL DE SOUZA	ODONTOLOGO 40H	Deferida
67	RAPHAELA YOHANA VICENTE DE SOUZA	ENFERMEIRO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
68	ANDREA GONÇALVES DA CRUZ	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
69	ANA CLAUDIA SILVA ARAUJO	ENFERMEIRO-ESF	Deferida
70	HELOIZA KUNICKI	ODONTOLOGO 40H	Deferida
71	PATRICIA BAIL RODRIGUES	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Deferida
72	TAIS ADRIANE NUNES DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	Deferida
73	DOUGLAS MAYDL CHAICOWSKI	ODONTOLOGO 20H	Deferida
74	RAFAELA PEREIRA TREML	ODONTOLOGO 40H	Deferida

75	ROCELI HASS DE SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	Deferida
76	ALINE ZAKALIAK BUENO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL	Deferida
77	ARLETE NADROSKI	AGENTE DE SAÚDE IMBUÍDA	Deferida
78	HELEN SUSANE VIEIRA MAGALHAES	PSICOLOGO	Deferida
79	THAIS FERNANDA LANDOWSKY	FONOAUDIOLOGO	Deferida
80	ANA CAROLINA MACHADO MASSANEIRO	EDUCADOR FÍSICO	Deferida

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 COLETA DE PREÇO

Publicação Nº 2528277

**CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020
COLETA DE PREÇO**

A Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC, inscrita no CNPJ nº 01.612.888/0001-86, com sede a Rua Estanislau Schumann nº 839m Centro, centro, Bela Vista do Toldo – SC, CEP 89478-000, torna público para conhecimento dos interessados que está convocando empresas especializadas no seguimento de auditoria de dados referente a contribuições previdenciárias, para analisarem a base de dados da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo e identificar se existem créditos a recuperar, ofertando propostas detalhadas para a execução de tal serviço.

Os interessados em participar da presente coleta de preços deverão comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, munidos de identificação pessoal e documentos que comprovem seus poderes para responder pela empresa que representam (contrato social e procuração no caso de procurador), durante o horário de expediente, 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, até o dia 26/06/2012.

Para ter acesso aos dados necessários à formulação de proposta de preços os interessados deverão firmar termo de confidencialidade de informações que será disponibilizado pela Secretaria de Administração e Fazenda no momento da visita.

As propostas deverão identificar no mínimo o detalhamento dos serviços necessários a execução da recuperação de possíveis créditos que a Prefeitura tenha junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, constando ainda a estimativa destes créditos e à quais verbas se referem, bem como, o valor para a execução do referido serviço. Serão desconsideradas as propostas manifestamente inexequíveis nos termos do artigo 48, inciso II da Lei 8.666/93 e que não contenham corretamente os detalhamentos citados acima (em negrito). As propostas referentes a presente coleta de preços deverão ser entregues e protocoladas até as 17h00min do dia 29/06/2020 dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no Paço Municipal com endereço no rodapé do presente edital.

A participação na presente coleta de preços não representa qualquer garantia ou vínculo para futura contratação, servindo a mesma para subsidiar o processo de contratação que no interesse e conveniência da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, poderá ser publicado.

Bela Vista do Toldo/SC, 18 de junho de 2020.

Ivanir José Dreher
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 800

Publicação Nº 2528018

DECRETO Nº 800/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020**"NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O BIÊNIO 2020/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e amparado pela Lei Municipal nº152/1999 alterada pela Lei Municipal nº 1.095/2015 de 12 de junho de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Ficam nomeados para compor o "Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS", para o biênio 2020/2022 os seguintes Membros:

I- REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria Municipal de Assistência Social
Membro Titular: Mauren Pereira de Camargo

Membro Suplente: Maria Tereza Schiessl Alves Santos

b) Secretaria Municipal de Saúde

Membro Titular: Marcela Adriana Czerniak

Membro Suplente: Vaneide Watzko

c) Secretaria Municipal de Educação

Membro Titular: Maria Cristina Schiessl Gelinski

Membro Suplente: Rosana Cavaleiro.

d) Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

Membro Titular: Vilson Monteiro Litz

Membro Suplente: Lucimara Ferreira

e) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Membro Titular: Marcos Pinto

Membro Suplente: Jessica Alberti

II- REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

II.I - Representantes de Usuários da Assistência Social

a) Membro Titular: Ivone Vatrín da Silveira

Membro Suplente: Ana Maria Damaso da Silveira

b) Membro Titular: Azilda Alves Farias

Membro Suplente: Iolanda de Paula

c) Membro Titular: Carmelinda Castanheira

Membro Suplente: Marilda Padilha Baze

II.II - Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social

a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Membro Titular: Sorlene da Glória Vieira Schermack

Membro Suplente: Cleisson Schiessl

II.III – Representantes de Entidades de Trabalhadores

a) Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte de Santa Catarina - COMSOL

Membro Titular: Janice Haas de Souza Castilho

Membro Suplente: Ronaldo Alves David

Art.2º. O mandato dos Membros do “Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS” será de 02 (dois) anos, permitida a recondução para um mandato subsequente.

Art.3º. As competências, funcionamento, impedimentos e demais disposições estão previstas na Lei que instituiu o Conselho Municipal.

Parágrafo Único - A representação no Conselho Municipal de Assistência Social, não dará direito à Gratificação de qualquer espécie de remuneração ou subsídio a seus membros, sendo as funções consideradas de relevante interesse público e social.

Art.4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando totalmente revogados os Decretos, Portarias, bem como Membros anteriores que exerciam poderes para esta finalidade.

Adelmo Alberti

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Assistência Social

Belmonte

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 34/2020

Publicação N° 2529034

MUNICÍPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 34/2020

Objeto: o objeto de que trata o presente é aquisição de 13 unidades de caçamba de entulho de construção civil, capacidade de 4m², com destinação dos mesmos, conforme licença ambiental de operação n° 1652/2020 quando ocorreu o vendaval no último dia 10/06/2020 e município de Belmonte, conforme decreto n° 60/2020 de 11/06/2020 por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso IV, da lei n° 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 18 de junho de 2020.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 60/2020

Publicação Nº 2528835

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 60/2020

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08)

CONTRATADO: ALCIDES SCHMIDT (09.174.232/0001-30)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA NOS ESPAÇOS DO GINÁSIO DE ESPORTES, CENTRO DE EVENTOS, CANCHA DE BOCHA E QUADRA COBERTA DO CENTRO.

VALOR TOTAL: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8666/93

Benedito Novo, 16 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 62/2020

Publicação Nº 2528093

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 36/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2020

Contratada: MASTER COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS VAN PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EQUIPADAS COM EQUIPAMENTO DE ACESSIBILIDADE

Valor: R\$ 328.000,00

Vigência: 17/06/2020 a 31/12/2020

Data Assinatura: 17/06/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 139/2020 - DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR NA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE BENEDITO NOVO E DOUTOR PEDRINHO

Publicação Nº 2528375

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 139/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR NA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE BENEDITO NOVO E DOUTOR PEDRINHO.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com a Lei nº 1.415, art. 1º e seus parágrafos, de 12 de dezembro de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor JAISON PETER RUTZ, ocupante do cargo de Motorista de Ônibus Escolar, do Quadro de Servidores Municipais, para atuar nos serviços e atividades próprias da Associação Dos Bombeiros Comunitários De Benedito Novo e Doutor Pedrinho – ABOCOBP, a contar de 17 de junho de 2020 e enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais na rede de ensino, sem a necessidade do serviço de transporte escolar.

Art. 2º - O Servidor designado no Art. 1º desta Portaria, observará os horários e as regras de trabalho pela Diretoria da referida Associação, inclusive quanto ao cumprimento de escalas especiais, atendimento de ocorrências, uso e preservação de equipamentos, treinamentos e demais procedimentos próprios do local onde prestarão os serviços.

Art 3º - A ABOCOBP ficará responsável pelo controle e informação da assiduidade do servidor designado por esta Portaria, para o órgão de

peessoal do Município.

Art. 4º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 15 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

PE 58/2020-FMS

Publicação Nº 2528847

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 58/2020 FMS

OBJETO: Aquisição material de enfermagem e hospitalar para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas e Unidades Básicas de Saúde do Município de Biguaçu e fraldas geriátricas para processos administrativos e judiciais.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 22/06/2020, às 14:00h do dia 02/07/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 02/07/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília - DF.
Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1453/2020

Publicação Nº 2528920

PORTARIA nº 1453/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DIEGO ZWIRTES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14000/2019 em anexo, no período de 13/11/2019 a 27/11/2019.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1454/2020

Publicação Nº 2528923

PORTARIA nº 1454/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE VETERINÁRIO I - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 5718/2020, no período de 14/05/2020 a 15/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1455/2020

Publicação Nº 2528925

PORTARIA nº 1455/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE VETERINÁRIO I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 5718/2020 em anexo, no período de 25/05/2020 a 26/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1456/2020

Publicação Nº 2528926

PORTARIA nº 1456/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARILETE MARTINS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Memorando nº 9.803/2020 em anexo, no período de 04/06/2020 a 02/08/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1457/2020

Publicação Nº 2528928

PORTARIA nº 1457/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) LEDA REGINA LOCKS, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 15186, ocupante do cargo em comissão de CONSELHEIRO TUTELAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 05/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/06/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1458/2020

Publicação Nº 2528929

PORTARIA nº 1458/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) FATIMA PEREIRA, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 17175, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM

EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1459/2020

Publicação Nº 2528930

PORTARIA nº 1459/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) JACKSON GIL AVILA, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8279, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III – LÍNGUA PORTUGUESA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1460/2020

Publicação Nº 2528931

PORTARIA nº 1460/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) JOSE CARLOS COMORETO, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7214, ocupante do cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1461/2020

Publicação Nº 2528932

PORTARIA nº 1461/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) MARI ALBA ARAUJO SILVA, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 16284, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1462/2020

Publicação Nº 2528933

PORTARIA nº 1462/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) LISSA SILVA CARVALHO, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 17414, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1463/2020

Publicação Nº 2528935

PORTARIA nº 1463/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) MARINEUSA SOARES GOULART, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 10693, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1464/2020

Publicação Nº 2528937

PORTARIA nº 1464/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) NAIRA ABDALA COELHO, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 10570, ocupante do cargo comissionado de GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1465/2020

Publicação Nº 2528939

PORTARIA nº 1465/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) SILVANA APARECIDA RODRIGUES VELA, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7627, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1466/2020

Publicação Nº 2528940

PORTARIA nº 1466/2020

Concede Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) VALDELICE MARIA DA SILVA, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 10143, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1467/2020

Publicação Nº 2528941

PORTARIA nº 1467/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, BRUNA LOURENA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 02/06/2020 a 29/09/2020.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art. 7º, XVIII, da CF e art. 10, II, "b", ADCT do STF a partir de 30/09/2020 a 29/10/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1468/2020

Publicação Nº 2528943

PORTARIA nº 1468 de 18 de junho de 2020

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) ALEXSANDRO OTÁVIO MARTINS, detentor do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO para exercer a Função de Confiança de COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CONTROLE INTERNO, da Secretaria Municipal do Governo, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1469/2020

Publicação Nº 2528944

PORTARIA nº 1469 de 18 de junho de 2020

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) RODRIGO KIRCHNER LOCATELLI, detentor do cargo de provimento efetivo de CONTADOR para exercer a Função de Confiança de GERENTE DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1470/2020

Publicação Nº 2528945

PORTARIA nº 1470 de 18 de junho de 2020

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MICHELE STEFANI FAVERO, brasileiro (a) para exercer o cargo de CHEFE DE INTEGRAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE – CC5, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 09/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1471/2020

Publicação Nº 2528947

PORTARIA nº 1471 de 18 de junho de 2020

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao (a) servidor (a) PATRICIA NAHIRNIAK DA SILVA, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8886, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O (a) Servidor (a) desenvolverá suas atividades na Atenção Básica Odontológica, desempenhando as seguintes funções:

I – Supervisão nas UBS onde tenha atendimento odontológico;

II – Controle e avaliação da produção e produtividade dos colaboradores;

III – Gerenciamento da Estratégia da saúde da família;

IV – Relatórios técnicos;

V – Implementação dos programas inerentes as políticas públicas de saúde bucal;

VI – Dentre outras funções relacionadas aos serviços de gerenciamento na saúde bucal.

VII – Executa as visitas domiciliares dos pacientes acamados na região do Centro.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 26/05/2020 a 18/10/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/05/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1472/2020

Publicação Nº 2528948

PORTARIA nº 1472 de 18 de junho 2020

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com artigo 1º da Lei 1563/2001 para atuar no Programa Saúde da Família, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LEANDRO FRANCO SANTANA, em caráter temporário, de acordo com o artigo 1º da Lei 1563/2001 para atuar no Programa Saúde da Família, vinculado ao Governo Federal, para desempenhar as funções do cargo de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme aprovação no Processo Seletivo nº 004/2019, no período de 09/06/2020 a 31/12/2020, para manter em funcionamento os serviços de Atenção Básica. A vaga é para fazer cobertura da Função de Confiança (Gerente de Enfermagem) da servidora efetiva Bruna Coelho que trabalha na sede da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria nº 986/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 09/06/2020.

Biguaçu, 18 de junho de 2020.

ANDREA MARGARIDA COELHO

Secretária Municipal de Saúde

COMUNICADO TP72/2020-PMB

Publicação Nº 2528234

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

COMUNICADO REFERENTE À TP72/2020-PMB

A Comissão de Licitação, através de sua Presidente, vem por meio dessa comunicar às empresas habilitadas no Processo Licitatório **TP72/2020-PMB**, o seguinte exposto: Após análise dos Recursos apresentados pelas empresas ALS ENGENHARIA LTDA e MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES ME, os mesmos foram encaminhados para parecer da Procuradoria Geral do Município, mantendo habilitada a empresa MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES ME e inabilitada ALS ENGENHARIA LTDA. Diante do exposto, informamos as empresas habilitadas LITORAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, MASTER PRIME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES ME E WR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, que a abertura das propostas, dar-se-á no dia **22 de junho de 2020, às 14:00** horas na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 16 de junho de 2020.

Nada mais a expor.

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS
Presidente da Comissão de Licitação

DL84/2020-PMB

Publicação Nº 2527910

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 84/2020-PMB

OBJETO: Aquisição de colchões para o Abrigo Temporário de inverno para as pessoas em situação de rua em meio a pandemia do COVID 19.

EMPRESA CONTRATADA: MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI

VALOR: R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
523 23/2 2058 333903020000000000

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA: A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação solicita dispensa de licitação para compra de equipamentos para montagem de Abrigo provisório a pessoas em situação de rua em virtude da pandemia do COVID19. O Governo Federal através da portaria 369/2020 encaminhou aos municípios recursos para enfrentamento ao COVID19, sendo este recurso emergencial, com a finalidade de aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento as famílias e indivíduos em vulnerabilidade e risco social.

Devido a urgência da situação acima elencada, sendo esta agravada pelo início de temperaturas baixas no Estado, previsto pela Defesa Civil, salientamos a necessidade dos itens abaixo para dar suporte imediato ao local escolhido para abrigo provisório.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 17 de junho de 2020.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

Blumenau

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020

Publicação Nº 2528795

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020

Objeto: Registro de Preços para areia, brita e afins, pelo período de 01 ano - Diversas Secretárias. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 01 de julho de 2020, até as 13h30min. Início da sessão: dia 01 de julho de 2020, às 14h00min. Edital completo: via e-mail: taianamello@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portaltransparência>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 19/06/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020

Publicação Nº 2528797

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de passagens para transporte rodoviário intermunicipais e interestaduais para deslocamento de usuários atendidos pela política de assistência social, pelo período de 01 (um) ano. - SEMUDES/FMAS.

Entrega e protocolo dos envelopes: dia 01 de julho de 2020, até às 09h00min. Início da sessão: dia 01 de julho de 2020, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portaltransparência>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 19/06/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2020

Publicação Nº 2528798

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº045/2020

Objeto: Aquisição de plataforma para caminhão, conforme especificações constantes neste edital - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - SEMMAS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 02 de julho de 2020, até às 14h00min. Início da sessão: dia 02 de julho de 2020, às 14h30min. Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portaltransparência>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02, 13.979/20, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 17/06/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO Nº 208/2020 - FURB

Publicação Nº 2528810

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**Extrato nº. 208/2020****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****ANDERSON BENTO (BLU REDES)**

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de redes de segurança e proteção, com entrega de insumos, na Policlínica - Campus V da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 099/2020 e Ata de Registro de Preços nº 121/2020, firmado em 10 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	14146	25	Peças	Rede de proteção para janelas / cor branca / malha 50x50mm / FIO 30/21 / Proteção UV / Fixação externa. Total aproximado de 167 m², com todos os acessórios necessários à instalação. Material devidamente, instalado. Rede com 05 anos de Garantia - Instalação com 01 ano de Garantia - Dentro das Normas ABNT/INMETRO NBR 16046	190,00	4.750,00
Preço Total (em reais, por extenso)				Quatro mil, setecentos e cinquenta reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até **28 (vinte e oito) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) e instalação do(s) produto(s) desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 19/06/2020.

EXTRATO Nº 213/2020 - FURB

Publicação Nº 2528811

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**Extrato nº. 213/2020****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****VIRTUAL OFFICE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE
TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA****OBJETO: Contratação de renovação de suporte e aquisição de atualização das licenças da solução de proteção corporativa adotada pela Universidade.****FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 123/2020 e Contrato nº 120/2020, firmado em 18 de junho de 2020.**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço de **R\$ 91.168,00 (noventa e um mil cento e sessenta e oito reais)**, constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Componentes da Solução	Preço unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	31741	2590	Licença	UPGRADE DE SUÍTE, RENOVAÇÃO DE SUPORTE E ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA CORPORATIVA "MCAFFEE ENDPOINT PROTECTION ADVANCED (EPA)" PARA MVISION STANDARD UPGD 1:1BZ que contém os seguintes módulos: ePO, McAfee MVISION Endpoint, McAfee EndPoint Security. Todos os módulos citados são integrados e gerenciados a partir de um único console. Suporte e atualização por 12 meses podendo ser renovado por iguais períodos até 60 meses.	Solução de Segurança – MV1ECE-DA-DI MVISION Standard UPGD 1:1BZ para estações de trabalho e servidores com sistemas operacionais Windows e MAC, contendo: <ul style="list-style-type: none"> • McAfee MVISION Endpoint; • McAfee Endpoint Security; • McAfee ePolicy Orchestrator (McAfee ePO) com gerenciamento centralizado das estações, configurações e relatórios na modalidade <i>On Premisse</i>; - Deve fornecer Produto de upgrade da suite McAfee EndPoint Protection Advanced (EPA) para a suite MVISION Standard UPGD 1:1BZ incluindo licenciamento, renovação de suporte e atualizações.	35,20	91.168,00
Preço Global (em R\$ e por extenso)				Noventa e um mil cento e sessenta e oito reais			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em **até 15 (quinze) dias consecutivos** após o recebimento definitivo das licenças, que será realizado nos termos do **Item 4.2** deste Contrato, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso e sejam aprovados pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE**, acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do contrato gerado em decorrência deste certame será de **12 (doze) meses**, contados **a partir da data de assinatura**, podendo se estender até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/1993.

DATA: 19/06/2020.

PORTARIA SEURB Nº 08/2020

Publicação Nº 2528815

PORTARIA SEURB N. 08, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA FRANCINE CARLA MORETTI, ENGENHEIRA CIVIL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 81/2018, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA E A EMPRESA PROGRESSO AMBIENTAL LTDA EPP.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR a servidora pública municipal Francine Carla Moretti, engenheira civil, matrícula nº 228425, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 81/2018, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa Progresso Ambiental LTDA EPP, CNPJ nº 01.901.227/0001-70, que tem por objeto a contratação de empresa para recuperação asfáltica dentro do município, pelo período de 12 meses - SEURB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER
Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 09/2020

Publicação Nº 2528818

PORTARIA SEURB N. 09, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 139/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa Samil Terraplanagens e Transportes EIRELI, CNPJ nº 847.860.789-72, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de Locação de Máquinas e Equipamentos (hora máquina)- especificamente: Caminhão Basculante, Cavalo Mecânico, Caminhão Pipa, Trator de Esteira, Rolo Compactador, Escavadeira Hidráulica, Moto-Niveladora e Retro-Escavadeira, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se assine o novo contrato, a contar de 30 (trinta) de abril de 2020, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.
MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 139/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER
Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 10/2020

Publicação Nº 2528820

PORTARIA SEURB N. 10, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 140/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa Biro Terraplanagem e Construtora LTDA EPP, CNPJ nº 01.738.794/0001-58, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) – especificamente caminhão cavalo mecânico, escavadeira hidráulica, caminhão basculante, trator de esteira, rolo compactador e retro-escavadeira, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se homologue nova licitação, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.
MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 140/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER
Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 11/2020

Publicação Nº 2528821

PORTARIA SEURB N. 11, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 141/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa MFK Terraplanagem LTDA ME, CNPJ nº 11.091.757/0001-54, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de Locação de Máquinas e Equipamentos (hora máquina)- especificamente: Caminhão Basculante, Cavalo Mecânico, Moto-Niveladora, Escavadeira Hidráulica e Retro-Escavadeira, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se assine o novo contrato, a contar de 30 (trinta) de abril de 2020, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER
Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 12/2020

Publicação Nº 2528822

PORTARIA SEURB N. 12, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 142/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa GW Terraplanagem LTDA, CNPJ nº 24.778.509/0001-28, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de Locação de Máquinas e Equipamentos (hora máquina)- especificamente: Caminhão Basculante, Escavadeira Hidráulica, Retro-Escavadeira e Mini-Carregadeira, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se assine o novo contrato, a contar de 4 (quatro) de maio de 2020, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.
MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 142/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER
Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 13/2020

Publicação Nº 2528823

PORTARIA SEURB N. 13, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 143/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa Autentika Terraplanagem EIRELI, CNPJ nº 22.794.293/0001-69, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de locação de máquinas E equipamentos (hora máquina) – especificamente moto niveladora e pá carregadeira, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se homologue nova licitação, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.
MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 143/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER
Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 14/2020

Publicação Nº 2528824

PORTARIA SEURB N. 14, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto

Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 144/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa M.R.J. Pisa Serviços LTDA, CNPJ nº 01.116.967/0001-04, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) – especificamente caminhão basculante e retro-escavadeira, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se homologue nova licitação, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 144/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER

Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 15/2020

Publicação Nº 2528825

PORTARIA SEURB N. 15, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 145/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa Coopertran Cooperativa de Terraplanagem e Transportes LTDA, CNPJ nº 04.088.355/0001-35, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de Locação de Máquinas e Equipamentos (hora máquina)- especificamente: Caminhão Basculante, Escavadeira Hidráulica e Retro-Escavadeira, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se assine o novo contrato, a contar de 6 (seis) de maio de 2020, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 145/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER

Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 16/2020

Publicação Nº 2528826

PORTARIA SEURB N. 16, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 146/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa Freedom Engenharia e Construção LTDA, CNPJ nº 03.453.030/0001-41, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) – especificamente caminhão basculante, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se homologue nova licitação, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER

Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

PORTARIA SEURB Nº 17/2020

Publicação Nº 2528828

PORTARIA SEURB N. 17, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal do Contrato nº 150/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana e a empresa Terraplanagem Água Verde LTDA ME, CNPJ nº 09.483.817/0001-32, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter de urgência, para prestação dos serviços de Locação de Máquinas e Equipamentos (hora máquina) – especificamente caminhão basculante, escavadeiras hidráulicas, trator de esteira, retro-escavadeira, moto-niveladora, rolo compactador e caminhão cavalo mecânico, conforme especificações constantes no processo de dispensa – SEURB.

PAULO ROBERTO SKROCH, engenheiro civil, matrícula nº 228404, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

HÉLCIO ORLANDO SAUER, engenheiro civil, matrícula nº 59919, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

ÉDER LÚCIO MARCHI, engenheiro civil, matrícula nº 188247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

DOUGLAS COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 228742, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

LAÉRCIO COMANDOLLI, engenheiro civil, matrícula nº 188220, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

MARCOS DORING, engenheiro civil, matrícula nº 2500430, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

VALDECI DUTRA, engenheiro civil, matrícula nº 216690, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

LUIZ FERNANDO SUPIS, engenheiro civil, matrícula nº 186015, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES, engenheiro civil, matrícula nº 228749, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

ALEXANDRE LINHARES BROLLO, engenheiro civil, matrícula nº 229247, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 150/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER

Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

NOTIFICAÇÃO SETERB - PERMISSÃO Nº 049/2016

Publicação Nº 2528837

A Senhora MARIA EFIGÊNIA STRAUBE BURIGO

Ponto nº 26

Rua Antônio da Veiga - FURB, Blumenau/SC

Permissão nº 049/2016

Blumenau, 17 de junho de 2020.

NOTIFICAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Servimo-nos do presente expediente para informar que constatamos o abandono das atividades de transporte individual relacionadas a Permissão nº 049/2016.

Desta forma, notificamos Vossa Senhoria para que apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação dessa notificação.

Nesse sentido, a Lei nº 1033/2015 assim estabelece:

“Art. 16º Extingue-se a permissão para o serviço de transporte individual por táxi:

[...]

IV – com a ausência de interesse do permissionário ou o abandono do serviço, independentemente de formalização da renúncia;”

Informa-se que a não apresentação de defesa, será interpretada como desistência definitiva de sua parte, acarretando a extinção da permissão.

Atenciosamente,

Lairto Leite

Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

NOTIFICAÇÃO SETERB - PERMISSÃO Nº 082/2016

Publicação Nº 2528845

Ao Senhor NILTON KLOTZ (herdeiro de Nelson Klotz)

Ponto nº 58

Blumenau Norte Shopping, Blumenau/SC

Permissão nº 082/2016

Blumenau, 17 de junho de 2020.

NOTIFICAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Servimo-nos do presente expediente para informar que, apesar das diversas tentativas de contato, verificamos que não houve a continuidade

das atividades de transporte individual relacionadas a Permissão nº 082/2016, originalmente pertencente ao Sr. Nelson Klotz, acarretando o abandono do serviço.

Desta forma, notificamos Vossa Senhoria para que apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação dessa notificação. Nesse sentido, a Lei nº 1033/2015 assim estabelece:

“Art. 16º Extingue-se a permissão para o serviço de transporte individual por táxi:

[...]

IV – com a ausência de interesse do permissionário ou o abandono do serviço, independentemente de formalização da renúncia;”

Informa-se que a não apresentação de defesa, será interpretada como desistência definitiva de sua parte, acarretando a extinção da permissão.

Atenciosamente,

Lairto Leite

Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

NOTIFICAÇÃO SETERB - PERMISSÃO Nº 141/2016

Publicação Nº 2528848

Ao Senhor JEAN CARLOS DE OLIVEIRA

Ponto nº 18

Rua Amazonas, em frente ao 23º BI, Blumenau/SC

Permissão nº 141/2016

Blumenau, 17 de junho de 2020.

NOTIFICAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Servimo-nos do presente expediente para informar que constatamos o abandono das atividades de transporte individual relacionadas a Permissão nº 141/2016.

Desta forma, notificamos Vossa Senhoria para que apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação dessa notificação.

Nesse sentido, a Lei nº 1033/2015 assim estabelece:

“Art. 16º Extingue-se a permissão para o serviço de transporte individual por táxi:

[...]

IV – com a ausência de interesse do permissionário ou o abandono do serviço, independentemente de formalização da renúncia;”

Informa-se que a não apresentação de defesa, será interpretada como desistência definitiva de sua parte, acarretando a extinção da permissão.

Atenciosamente,

Lairto Leite

Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

NOTIFICAÇÃO SETERB - PERMISSÃO Nº 050/2016

Publicação Nº 2528849

Ao Senhor NILBERTO PRADA BURIGO

Ponto nº 26

Rua Antônio da Veiga - FURB, Blumenau/SC

Permissão nº 050/2016

Blumenau, 17 de junho de 2020.

NOTIFICAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Servimo-nos do presente expediente para informar que constatamos o abandono das atividades de transporte individual relacionadas a Permissão nº 050/2016.

Desta forma, notificamos Vossa Senhoria para que apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação dessa notificação.

Nesse sentido, a Lei nº 1033/2015 assim estabelece:

“Art. 16º Extingue-se a permissão para o serviço de transporte individual por táxi:

[...]

IV – com a ausência de interesse do permissionário ou o abandono do serviço, independentemente de formalização da renúncia;”

Informa-se que a não apresentação de defesa, será interpretada como desistência definitiva de sua parte, acarretando a extinção da permissão.

Atenciosamente,

Lairto Leite
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

LEI Nº 8.875/2020

Publicação Nº 2528867

LEI Nº 8.875, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR A DANÇAS QUE ALUDAM A SEXUALIZAÇÃO PRECOCE,
E A PREVENÇÃO E COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º No âmbito das escolas do Município de Blumenau ficam proibidas:

I - a realização de danças em eventos e manifestações culturais cujas coreografias sejam obscenas, pornográficas, ou exponham as crianças e os adolescentes à erotização precoce;

II - a promoção, ensino e permissão pelas autoridades da rede de ensino da prática de danças cujos conteúdos ou movimentos sujeitem a criança e o adolescente à exposição sexual.

Parágrafo único. Considera-se pornográfico ou obsceno, coreografias que aludem a prática de relação sexual ou de ato libidinoso.

Art. 2º Considera-se no âmbito escolar as atividades desenvolvidas pelas escolas, dentro ou fora do seu espaço territorial, inclusive em eventos fora da cidade, desde que promovidas ou patrocinadas por elas, em local público ou privado, assim como divulgadas em mídias ou redes sociais.

Art. 3º Qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive pais ou responsáveis, poderão representar à Administração Pública quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.672/2020

Publicação Nº 2528868

DECRETO Nº 12.672, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes no Anexo I a III deste Decreto, no valor de R\$ 5.472.123,08 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, cento e vinte três reais e oito centavos), realizadas e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0020.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Cons. Pat.

Modalidade 3.3.90 (76) Aplicações Direta R\$ 1.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.301.0060.2169 – PAB – Saúde Bucal
Modalidade 3.3.90 (33) Aplicações Direta R\$ 1.546,00
Fonte de Recursos 0238.00064
Atividade 31.01.10.302.0059.2385 – MAC - Média e Alta Complexidade - Produção
Modalidade 3.3.90 (87) Aplicações Direta R\$ 30.600,00
Fonte de Recursos 0102.00000
Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Direta R\$ 5.436.405,67

Fonte de Recursos 0267.00065
Atividade 31.01.10.301.0060.2389 – PAB Fixo - Piso de Atenção Básica
Modalidade 3.3.90 (137) Aplicações Direta R\$ 1.946,41
Fonte de Recursos 0638.00064

38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES
3802 – Diretoria de Trânsito
Atividade 38.02.06.125.0079.2520 – Manut. Ativ. Escola Pública de Trânsito
Modalidade 3.3.90 (1056) Aplicações Direta R\$ 125,00
Fonte de Recursos 0612.00079

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.202/2020

Publicação Nº 2528885

PORTARIA Nº 24.202, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade com o art. 18, da Lei Complementar nº 856, de 26/04/2012, e atendendo a solicitação contida no Memorando GAB nº 113/2020, de 15 de junho de 2020, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, para comporem o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN, juntamente com os demais:

TIAGO VIRGÍLIO KRUEGER e LUCIANA COELHO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, em substituição a MARCIANO TRIBESS e JACSON VILCINSKAS REGIEL, nomeados pelas Portarias nº 22.323, de 01/11/2018 e nº 23.638, de 27/11/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.203/2020

Publicação Nº 2528887

PORTARIA Nº 24.203, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DULCINÉIA BAEHR ANDRÉ, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e em atenção ao Memorando nº 608/2020/GABSEMUS, subscrito pelo Secretário Municipal de Promoção da Saúde, resolve:

DISPENSAR, no dia 30 de junho de 2020, a servidora pública municipal DULCINÉIA BAEHR ANDRÉ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Administrativo de Diretoria - FGC de 60%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, designada pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.204/2020

Publicação Nº 2528889

PORTARIA Nº 24.204, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA CLÁUDIA FORBICI PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando nº 608/2020/GABSEMUS, subscrito pelo Secretário Municipal de Promoção da Saúde, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de julho de 2020, a servidora pública municipal ANA CLÁUDIA FORBICI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Administrativo de Diretoria - FGC de 60%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.205/2020

Publicação Nº 2528890

PORTARIA Nº 24.205, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA HUNCKEL SCHIOCHET PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando nº 608/2020/GABSEMUS, subscrito pelo Secretário Municipal de Promoção da Saúde, resolve:

DESIGNAR, a contar de 02 de junho de 2020, a servidora pública municipal CAMILA HUNCKEL SCHIOCHET, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Regulação em Saúde - FGC de 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

COMUNICADO - AUDIÊNCIA CASAN

Publicação Nº 2528842

COMUNICADO

“A Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra torna pública a realização da Audiência Pública do Programa de Contrato da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, a ser realizada on-line, através do link <https://meet.google.com/foh-nvrc-yme>, no dia 02 de julho de 2020 às 13:30h.”.

Bom Jardim da Serra (SC), 17 de junho de 2020

Bruna Macedo Olímpio
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA Nº 264/2020

Publicação Nº 2528898

PORTARIA Nº 264/2020
De 10 de Junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º ALTERAR A LOTAÇÃO DA SERVIDORA ANDRÉIA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA, matrícula 2470, ocupante do cargo de ORIENTADOR SOCIAL – 40 hs, da Secretaria Municipal de Assistência Social para o Gabinete como secretária do conselho do tutelar, onde exercerá suas atividades a partir desta data, conforme a Lei 1342/2019, art.5º.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos, a partir de 02 de junho de 2020, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 10 de Junho de 2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 265/2020

Publicação Nº 2528901

PORTARIA Nº 265/2020
De 15 Junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º -PRORROGAR POR MAIS UM ANO a contratação, no cargo de Técnico Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, nível salarial AOG - 4, a Sra. PATRÍCIA DE SOUZA VELHO, portadora do RG 5.266.662 e do CPF 088.680.109-50, filha de Mário César Velho e de Marisa Teresinha de Souza Padilha Velho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir de 12/06/2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de Junho de 2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se
Registre-se, e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 266/2020

Publicação Nº 2528904

PORTARIA Nº266 /2020
De 15 de junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. ZENÓBIO BALDESSAR, nascido em 13/03/1957, filho de MADALENA COAN BALDESSAR e de OLINDO BALDESSAR, portador do RG: 426.165 e do CPF: 288.718.479-20, pelo período de 12/06/2020 a 10/08/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 267/2020

Publicação Nº 2528905

PORTARIA Nº 267/2020
De 15 de Junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora TALITA PADILHA PEREIRA, Técnico em Enfermagem, portadora do RG: 4.955.417 e CPF: 073.512.749-24, pelo período de 09/06/2020 a 06/10/2020, totalizando 120 (cento e vinte) dias, conforme certidão de nascimento recebida na presente data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir de 09/06/2020 , revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de Junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 268/2020

Publicação Nº 2528906

PORTARIA Nº 268/2020
De 15 de junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR do cargo de ASSESSOR DE GABINETE– 40 horas, nível salarial DCA 4, a Sra. MARIA VERLUZA MEDEIROS, nascida em 27/09/1976, filha de JOÃO BENTO MEDEIROS e de RITA NUNES MEDEIROS, portadora do RG: 3.706.402 e do CPF: 833.963.499-20, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
15 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 269/2020

Publicação Nº 2528907

PORTARIA Nº 269/2020
De 15 de Junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - REVOGAR A PORTARIA Nº 180/2020, que suspende por prazo indeterminado o andamento da Tomada de Contas Especial, Processo Administrativo de Responsabilização e Avaliação do Estágio Probatório, instaurados através das Portarias nº 141/2020, 498/2019 e 143/2020, respectivamente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo aos prazos, voltando a contar após a reabertura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de Junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 270/2020

Publicação Nº 2528908

PORTARIA Nº 270/2020
De 15 de Junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora DEBÓRA SIMONI RODRIGUES, Técnico Administrativo, portadora do RG: 4.178.603 e CPF: 063.025.319-69, pelo período de 15/06/2020 a 11/12/2020, totalizando 180 (cento e oitenta) dias, conforme certidão de nascimento recebida na presente data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de Junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 271/2020

Publicação Nº 2528911

PORTARIA Nº 271/2020
De 18 de junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - ALTERAR NÍVEL SALARIAL de X para B do Professor GABRIEL EDMUNDO MADEIRA BADIELE ,contratado através da chamada pública nº 01/2020, devido a apresentação de sua titulação como graduado na presente data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 18 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

PORTARIA Nº 272/2020

Publicação Nº 2528912

PORTARIA Nº 272/2020

De 18 de junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO– 40 horas, nível salarial DCA 4, a Sra. LUISIANE DE ASSUNÇÃO, nascida em 17/03/2001, filha de LUIZ CLEONIR DE ASSUNÇÃO e de DULCINÉIA APARECIDA ANASTÁCIO, portadora do RG:5.349.619 e do CPF: 013.216.169-96, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
18 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

PORTARIA Nº 273/2020

Publicação Nº 2528914

PORTARIA Nº 273/2020

18 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Lucas Bianchini Damacena, matrícula n. 2238, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 18/2020 referente Processo Licitatório 19/2020 com a empresa ALZIRA APARECIDA MACEDO DE ASSUNCAO - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.721.318/0001-12, que tem por objetivo: "REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADES PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE REBOQUE, TRANSPORTE E GUINCHO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, CONFORME DEMANDA DESTE MUNICÍPIO"

Art. 2º Designar Joaquim Antonio Ribeiro, matrícula n. 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a portaria nº 191/2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 274/2020

Publicação Nº 2528915

PORTARIA Nº 274/2020
18 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Marcelo Fuck, matrícula n. 2448, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 31/2020 referente Processo Licitatório 29/2020 com a empresa SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.222.787/0001-43, que tem por objetivo: "Registro de preços para aquisição de fragmentadora de papel para 300 folhas, com alimentação automática super corte em partículas e lavadora de média pressão estacionária 870 libras trifásica"

Art. 2º Designar Oneide Nunes Zaneta, matrícula n. 491, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 275/2020

Publicação Nº 2528916

PORTARIA Nº 275/2020
18 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Marcelo Fuck, matrícula n. 2448, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 32/2020 referente Processo Licitatório 29/2020 com a empresa TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.613.975/0001-65, que tem por objetivo: "Registro de preços para aquisição de condicionador de ar quente e frio, 12.000 btus, tipo split, tensão de 220 volts, com etiqueta de eficiência energética a, operação quente/frio, controle remoto sem fio com toas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, com tecnologia inverter, visualização central de fácil leitura, timer programável na cor branca, com instalação e fornecimento das peças e materiais necessários para a instalação e funcionamento"

Art. 2º Designar Oneide Nunes Zaneta, matrícula n. 491, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 276/2020

Publicação Nº 2528917

PORTARIA Nº 276/2020
18 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Marcelo Fuck, matrícula n. 2448, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 40/2020 referente Processo Licitatório 29/2020 com a empresa SEM PARADA CONSTRUÇÕES LTDA EPP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.236.045/0001-53, que tem por objetivo: "Tomada de Preços para contratação de empresa de engenharia especializada para construção de 01 (um) Barracão/Galpão, neste município, com as seguintes características: estrutura de

concreto armado, edificação de alvenaria para fins diversos, estrutura metálica, instalação elétrica residencial e/ou comercial em baixa tensão com medição individual ou coletiva, rede hidrossanitária, sistema preventivo de incêndio – conjunto de extintores, sistema preventivo de incêndio – iluminação de emergência, sistema preventivo de incêndio – saídas de emergência, sistema preventivo de incêndio – sinalização de emergência”

Art. 2º Designar Oneide Nunes Zaneta, matrícula n. 491, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 277/2020

Publicação Nº 2528919

PORTARIA Nº 277/2020
18 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Oneide Nunes Zaneta, matrícula n. 491, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 30/2020 com a empresa Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, que tem por objetivo: “Prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela contratada”.

Art. 2º Designar Sabrina de Assunção Padilha, matrícula n. 1714, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 15.2020**

Publicação Nº 2528601

PORTARIA 15/2020

SUBSTITUI SUPLENTE COMO MEMBRO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO NOMEADA PELA PORTARIA 03/2020

O Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra – SC, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto nos incisos II e XXXIII do Artigo 27, do Regimento Interno, desta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO a exoneração da Servidora Miriane Machado do cargo de Zeladora desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO a necessidade da Comissão Temporária de Licitação nomeada pela Portaria n. 03/2020 ter um Suplente;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em substituição a Sra. Miriane Machado a Sra. CRISTIANE MENDES – Zeladora como Suplente, para compor a Comissão Temporária de Licitação nomeada pela Portaria n. 03/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra, 18 de junho de 2020.

João Cristiano Pereira Rodrigues
Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 133/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528729

PORTARIA Nº 133/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Jean Carlos Persch, portador do CPF sob nº 056.952.279-09, inscrito na matrícula sob nº 747-1, ocupante do cargo de Sub Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato Administrativo nº. 62/2020, tendo como objeto a disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIDIR – (Consortio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária) para elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens, prestação de serviços urbanos e execução de serviços de obras de engenharia e infraestrutura rodoviária.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto Municipal nº. 4450/2013 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de junho de 2020.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2020.

PORTARIA Nº 134/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528735

PORTARIA Nº 134/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Jean Carlos Persch, portador do CPF sob nº 056.952.279-09, inscrito na matrícula sob nº 747-1, ocupante do cargo de Sub Secretário de Obras e Serviços Urbanos, para acompanhamento e fiscalização dos atos contratados nas Atas de Registro de Preços nº. 17/2020, tendo como objeto a Contratação de empresa para eventual e parcelada prestação de serviço técnicos com equipe especializada e fornecimento de material elétrico, para manutenção de iluminação pública no município de Bom Jesus do Oeste - SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto Municipal nº. 4450/2013 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de junho de 2020.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2020.

PORTARIA Nº132/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2527926

PORTARIA Nº 132/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal Srº. Volmir Peter, inscrito na matrícula sob nº 714-5, portador do CPF sob nº 692.720.859-34, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, conforme Atestado Médico, no período de 17 de junho de 2020 à 21 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de junho de 2020.

RONALDO LUIZ SENGGER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

53.20 - DECR.SUPL. EXCESSO PMBR.LC 173_2020

Publicação Nº 2528506

Decreto N.º 53/20 de 15 de junho de 2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2020, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2426 de 11 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro os valores abaixo especificados nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

2008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.53.00.53 (COVID-19 - Rec. Transf. União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) R\$ 40.000,00

2007 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.53.00.53 (COVID-19 - Rec. Transf. União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) R\$ 3.071,56

04.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.53.00.53 (COVID-19 - Rec. Transf. União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) R\$ 80.000,00

07.01-SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

2034 – MANUTENÇÃO SECR. TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.53.00.53 (COVID-19 - Rec. Transf. União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) R\$ 35.000,00

Total R\$ 158.071,56

Art. 2º. Para fazer face ao presente crédito suplementar, apresenta-se como fonte de recurso:

O excesso de arrecadação referente ao repasse dos recursos advindos do Governo da União referente a LC 173/2020, art. 5º, II-b, conta de receita 4171899110400000000 - AFM-Apoio Financeiro aos Municípios - LC 173/2020 - Outras Vinculações-Art. 5º II - no valor de R\$ 158.071,56.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 15 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

54.20 - DECR.SUPL. EXCESSO FMS.LC 173_2020

Publicação Nº 2528529

Decreto N.º 54/20 de 15 de junho de 2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2020, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2426 de 11 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro os valores abaixo especificados nas seguintes dotações orçamentárias:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2201 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.52.00.52 (COVID-19 - Rec. União -Ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) R\$ 26.085,71

Total R\$ 26.085,71

Art. 2º. Para fazer face ao presente crédito suplementar, apresenta-se como fonte de recurso:

O excesso de arrecadação referente ao repasse dos recursos advindos do Governo da União referente a LC 173/2020, art. 5º, I-b, conta de receita 4171899110300000000 - COVID-19 - Rec. União -Ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)- no valor de R\$ 26.085,71.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 15 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

55.20 - DECR.SUPL. EXCESSO FMAS.LC 173_2020

Publicação Nº 2528531

Decreto N.º 55/20 de 15 de junho de 2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2020, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2426 de 11 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro os valores abaixo especificados nas seguintes dotações orçamentárias:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2404 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.52.00.52 (COVID-19 - Rec. União -Ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para fazer face ao presente crédito suplementar, apresenta-se como fonte de recurso:

O excesso de arrecadação referente ao repasse dos recursos advindos do Governo da União referente a LC 173/2020, art. 5º, I-b, conta de receita 4171899110300000000 - COVID-19 - Rec. União -Ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)- no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 15 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

725.06.20 - P. NOM. CRISTIAN DA SILVA

Publicação Nº 2528265

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 725/20 de 18.06.20

Nomeia em Caráter Efetivo Servidor Aprovado em Concurso Público e dá outras providências

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere os Arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Dar Posse a Cristian da Silva, nos termos dos Arts. 14 e 16, da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03, e de acordo com a Portaria nº 718/20 de 16.06.20, por ter sido aprovado em 4º lugar no Concurso Público n.º 001/2018, tendo apresentado a documentação exigida, no cargo de Recepcionista - Padrão I – Nível – 3 – 40 horas semanais, o qual se compromete a cumprir com zelo e probidade as funções que lhe forem inerentes ao cargo, ficando ciente das atribuições do cargo e normas estatutárias prevista em lei, tendo tomado Posse e Exercício no dia 18 de junho de 2020, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO TERMOS ADITIVOS ATA REGISTRO DE PREÇOS 01/2020

Publicação Nº 2528852

Extrato 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 01/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Auto Posto VT Ltda.

O presente termo aditivo estabelece o reajuste de valor de 10,17% no litro da gasolina comum passando de R\$ 3,60 para 3,975, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 01/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 52/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: DML – Coleta e Transporte de Resíduos Ltda.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece o reajuste de 7,56% com base no IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado, passando o valor do contrato de R\$ R\$ 22.627,22 (vinte e dois mil seiscientos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos), para R\$ 24.337,84 (vinte e quatro mil trezentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme prevê legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 52/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 04/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Alfredo Comércio Varejista Ltda ME

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 18 (Café em pó torrado e moído) no percentual de 25%, passando o valor do pacote de 500g de R\$ 6,00 para R\$ 7,50, e item 43 (Farinha de trigo), no percentual de 17,12% passando o valor do pacote de 500g de R\$ 8,00 para R\$ 9,37, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 04/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Segundo Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 25/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Classmed Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 232 (Neomicina + bacitracina 5mg/g+250uig) no percentual de 25%, passando o valor da unidade (Tubo) de R\$ 1,64 para R\$ 2,05, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 25/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 105/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Promedi Distribuidora de Produtos Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 48 (Oxímetro adulto) no percentual de 16,76%, passando o valor da unidade de R\$ 165,29 para R\$ 193,00, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 105/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 142/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 3 (Ácido Valproico 50mg/ml) no percentual de 22,92%, passando o valor da unidade de R\$ 3,36 para R\$ 4,13, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 142/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 56/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Franciele Cristine Lamin ME.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 1 (Autotransformador 1000 VA) no percentual de 10,27%, passando o valor da unidade de R\$ 80,29 para R\$ 88,54, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 56/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 40/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Zeus Comercial Ltda.

Objeto: O presente termo aditivo estabelece o reajuste financeiro no percentual de 25% no valor do contrato original passando o mesmo de R\$ 95.872,80, para R\$ 119.841,00, conforme prevê legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 40/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 19 de junho de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2512 2020**

Publicação Nº 2527475

DECRETO Nº 2512/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
ANULAÇÃO NO
ORÇAMENTO DE 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0015 - Urbanismo	
0452 - Serviços Urbanos	
0014 - AÇÕES DE URBANISMO	
39 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COLETA E TRATAMENTO DO LIXO	
Cód. 105 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	8.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0015 - Urbanismo	
0452 - Serviços Urbanos	
0014 - AÇÕES DE URBANISMO	
39 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COLETA E TRATAMENTO DO LIXO	
Cód. 187 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	8.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 18 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 18 de junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 023-2018-FMS

Publicação Nº 2528851

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO 023-2018-FMS

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº
023/2018 entre o Município de
Brusque e REDE FEMININA DE
COMBATE AO CÂNCER DE
BRUSQUE CNPJ:
81.285.819/0001-44 Objeto:
prorrogação de prazo. Origem
Inexigibilidade nº 007/2018 Dotação
Orçamentária: Conforme processo
administrativo. Signatários: Humberto
Martins Fornari e Rainilda Lunardelli
Zucco

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024-2018-FMS

Publicação Nº 2528855

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO 024-2018-FMS**

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 024/2018 entre o Município de Brusque e CITOLABOR LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA-ME CNPJ: 02.599.260/0001-50 Objeto: prorrogação de prazo. 25/06/2020 a 24/06/2021 Valor R\$79.680,00 Origem Inexigibilidade nº 008/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: humberto martins fornari e Cid Rickert Bauer Júnior.

EXTRATO CONTRATO N° 027-2020-FMS

Publicação N° 2528859

EXTRATO CONTRATO N° 027-2020-FMS

ESPÉCIE: Contrato n° 027/2020, entre o Município de Brusque e a empresa ELEVADORES OTIS LTDA. CNPJ: 29.739.737/0020-75 Objeto Valo manutenção e assistência técnica, para o elevador instalado no centro de vigilâncias, localizado na Rua do Centenário, 126, na cidade de Brusque R\$ 7.800,00. inexigibilidade nº 001/2020 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Sr. Alvaro Pereira de Almeida.

EXTRATO CONTRATO Nº 033-2020-SAMAE

Publicação Nº 2528860

EXTRATO DO CONTRATO 033/2020

ESPÉCIE: Aquisição de hidrômetros velocimétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços; PROCESSO LICITATÓRIO: 019/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.1191. 0017.0512.0301.344905199000000.2000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 18/06/2020; VALOR: R\$ 360.500,00; GESTOR DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: LAO Indústria Ltda.; CNPJ: 00.946.219/0001-88; Diretor do SAMAE.

Brusque, 18 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006-2020

Publicação Nº 2528865

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020
CONCORRÊNCIA N. 001/2020

Objeto: contratação de empresa para execução de projeto elétrico de iluminação pública – avenida beira rio – margem esquerda, Centro, Bairros Centro, São Luiz, Stefen E Bateas, na Cidade de Brusque.

Recorrente: L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - CNPJ Nº 15.345.797/0001-36.

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso interposto pela Empresa L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, para no mérito considerá-lo PROCEDENTE, habilitando-a para o certame licitatório, na forma dos fundamentos de fato e de direito acima apresentados. Considerando que foi a própria autoridade superior que analisou e deliberou pela habilitação da Recorrente, resta suprida a necessidade de ratificação ou reforma, nos termos do art. 109, § 4º da Lei 8.666/93. 17/06/2020.

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA (Presidente da Comissão de Licitação) ANDREA PATRICIA VOLKMANN (Diretora Geral de Infraestrutura - DGI)

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05-2020-ABERTURA-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2528864

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE
ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

OBJETO: contratação de empresa especializada na locação impressoras multifuncionais, a laser, monocromáticas, incluindo fornecimento de suprimentos, manutenção preventiva e corretiva. PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até às 13h29min do dia 01 de julho de 2020, na recepção da Câmara Municipal, na Rua Eduardo von Buettner, 65, Centro – Brusque/SC (Fone: 47 3351.2891). ABERTURA DOS ENVELOPES: em seguida à entrega destes, às 13h30min, no mesmo dia (01/07/2020), no Salão Plenário, no endereço supracitado. OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital estará disponível na íntegra, na internet no endereço www.camarabrusque.sc.gov.br, (aba licitações) ou no endereço acima citado.

Ivan Roberto Martins
Presidente

PORTARIA Nº 1.357/2020

Publicação Nº 2528921

PORTARIA Nº 1.357/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017, e Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Remover de Ofício, a servidora KELEN CRISTIANE PINTO SOARES ZAZYKI, matrícula nº 10000219228, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria de Educação para a Controladoria Geral do Município.

Parágrafo único: A Remoção se dá a pedido do Servidor bem como por interesse da Municipalidade, com fulcro no § 1º do Art. 44, c/c Art. 50 e 51 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19/06/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de junho de 2020.

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária da Educação

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária da Fazenda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1350-2020

Publicação Nº 2528870

Portaria nº 1350/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) PEDRO CELESTINO DOS SANTOS SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 22/06/2020 a 21/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 21/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1351-2020

Publicação Nº 2528872

Portaria nº 1351/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
485322	3	CINTIA FERNAN- DA GONÇALVES SCHLINDWEIN	Secretaria de Saúde	22/06/2020	01/07/2020	10
4316231	1	EDMAR GUIMARA- ES SOUZA	Secretaria de Saúde	22/06/2020	01/07/2020	10
1016890	1	SARA OLMEDO BENGIVENGA	Secretaria de Saúde	22/06/2020	01/07/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1352-2020

Publicação Nº 2528873

Portaria nº 1352/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio, ao(a) servidor(a) MARIA LUCIA SCHMIDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 23/06/2020 a 22/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2011.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1353-2020

Publicação Nº 2528874

Portaria nº 1353/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias à servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1000003466	1	AMANDA BARILLI	Fundo Municipal de Assistência Social	22/06/2020	21/07/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ODAIR BOZIO
Secretário de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1354-2020

Publicação Nº 2528875

Portaria nº 1354/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio à servidora JOVANI APARECIDA REIS GARCIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 23/06/2020 a 20/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/08/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1355-2020

Publicação Nº 2528876

PORTARIA Nº 1355/2020, de 18 de junho de 2020.

“Instaura Processo Administrativo e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo com fulcro no art. 86 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93, a fim de passar-se à análise dos fatos relatados através do Memorando nº 124/2020/CGM, pertinente à Ata de Registro de Preços nº 055/2019, relativo ao Pregão nº 076/2019, objetivando apurar se tais condutas amoldam-se ou não aos dispositivos pertinentes às sanções administrativas previstas na Lei de Licitações, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - A Comissão constituída pela Portaria nº 13.113/2019, art. 2º, I, competente para conduzir tal procedimento, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1356-2020

Publicação Nº 2528877

PORTARIA Nº 1356/2020, de 18 de junho de 2020.

“Instaura Processo Administrativo e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo com fulcro no art. 86 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93, a fim de passar-se à análise dos fatos relatados através do Memorando nº 125/2020/CGM, pertinente à Ata de Registro de Preços nº 022/2019, relativo ao Pregão nº 006/2019, objetivando apurar se tais condutas amoldam-se ou não aos dispositivos pertinentes às sanções administrativas previstas na Lei de Licitações, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - A Comissão constituída pela Portaria nº 13.113/2019, art. 2º, I, competente para conduzir tal procedimento, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2020

Publicação Nº 2528728

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 73/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO – 32/2020 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2020
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, SOLVENTES, ROLOS E MICROESFERA DE VIDRO DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 19/06/2020 a partir das 14h00min até o dia 02/07/2020 às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 02/07/2020 às 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: dia 02/07/2020 às 14h05min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 18 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020

Publicação Nº 2528958

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 75/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO – 33/2020 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020
TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA CORRETIVA NAS EDIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE CAÇADOR E FUNDOS MUNICIPAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 22/06/2020 a partir das 14h00min até o dia 03/07/2020 às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 03/07/2020 às 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: dia 03/07/2020 às 14h05min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 18 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

INFORMATIVO DE ADITIVOS Nº 24

Publicação Nº 2528961

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURAS Nº 24/2020

Informamos o envio por e-mail do aditivo de CONTRATO: 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2020, 1º ADITIVO AO CONTRATO 19/2020 e 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2018, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PUBLICO-PRIVADA, PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA.

O (s) aditivo (s) do (s) contrato (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) de CONTRATO(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) Contrato(s), e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 18 de junho de 2020.

INFORMATIVO DE ATA Nº 15

Publicação Nº 2528801

INFORMATIVO DE ENVIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 15/2020

Informamos o envio por e-mail da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2020, Nº, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): ESPORTE CENTER COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI.

As Atas assinadas deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA (S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno da Ata (s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 18 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 33.064

Publicação Nº 2528347

PORTARIA Nº 33.064, de 15 de junho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que decreta situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares à Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	27/02/2019 a 26/02/2020	08/06/2020 a 27/06/2020

Art. 2º. O pagamento da remuneração das férias, independentemente da modalidade, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020, conforme previsto pela Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Caçador, em 15 de junho de 2020.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2020

Publicação Nº 2528186

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020 – INEXIGIBILIDADE 02/2020 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2020

ONDE ERA:

CONTRATADO: LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.891.173/0001-62, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pela Sra. MARCIA REGIA MOSTIACK SOUZA VIEIRA, brasileira, casada, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 637.906.109-68, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC.

PASSA A SER:

CONTRATADA: LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.891.173/0001-62, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. CLAUDEMIR HUBNER, brasileiro, casado, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 680.955.709-15, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC.

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2020

Publicação Nº 2528148

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019.

ONDE ERA:

O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 672.589,00 (seiscentos e setenta e dois mil e quinhentos e oitenta e nove reais).

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário R\$	Valor total R\$
14	27	69034 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN LTZ - QIJ-1629 - 2017	R\$	1	6.000,00	6.000,00
15	28	69035 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO FIRE - MIY-7628 - 2011	R\$	1	5.324,97	5.324,97
17	35	69044 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MGZ-1066 - 2010	R\$	1	7.500,00	7.500,00
17	36	69045 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AMAROK - QII-0498 - 2017	R\$	1	11.250,00	11.250,00
19	45	69057 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLR-0196 - 2014	R\$	1	6.250,00	6.250,00
19	46	69058 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-3226 - 2014	R\$	1	6.250,00	6.250,00
19	47	69059 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLQ-9839 - 2014	R\$	1	6.250,00	6.250,00
19	48	69060 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFU-3909 - 2014	R\$	1	7.500,00	7.500,00
19	49	69061 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-8556 - 2014	R\$	1	6.250,00	6.250,00
20	50	69062 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MDK-6221 - 2003	R\$	1	6.250,00	6.250,00
20	51	69064 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MHE-5136 - 2010	R\$	1	15.000,00	15.000,00
20	52	69066 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MLC-7439 - 2011	R\$	1	15.000,00	15.000,00
20	53	69067 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - QHW-5291 - 2015	R\$	1	15.000,00	15.000,00
23	56	69070 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUSTER - QHW-1065 - 2015	R\$	1	11.250,00	11.250,00
23	57	69072 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - QID-5338 - 2016	R\$	1	15.000,00	15.000,00
23	58	69073 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - MLH-9169 - 2014	R\$	1	15.000,00	15.000,00
25	63	69079 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CITROEN-C3 - QHI-0184 - 2015	R\$	1	45.000,00	45.000,00
28	72	69089 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - MDK-2396 - 2010	R\$	1	2.814,17	2.814,17
29	73	69090 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BOXER JAEDITUR - MHI-3386 - 2010	R\$	1	1.414,53	1.414,53
30	74	69091 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MLK-1627 - 2013	R\$	1	5.000,00	5.000,00
35	80	69098 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO JUMPER MINIBUS - QHF-7234 - 2015	R\$	1	10.000,00	10.000,00
39	88	69106 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA SEDAN PREMIUM - MIO-3378 - 2011	R\$	1	3.373,61	3.373,61
39	89	69107 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN MT LTZ - QJD-6613 - 2018	R\$	1	18.338,10	18.338,10
42	93	69112 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MLD-7938 - 2012	R\$	1	5.000,00	5.000,00

42	94	69113 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD KA - QIU-8725	R\$	1	5.000,00	5.000,00
43	95	69114 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CELTA - MHH-3747 - 2010	R\$	1	5.000,00	5.000,00
43	96	69115 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PRISMA - QJK-9849	R\$	1	5.000,00	5.000,00
43	97	69116 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QJH-6187	R\$	1	5.000,00	5.000,00
45	103	69122 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO EX 1.0 - DDS-3823 - 2001	R\$	1	10.000,00	10.000,00
46	104	69123 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BANDEIRANTE - LXH-1720 - 1994	R\$	1	7.897,92	7.897,92
48	107	69126 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO ECONOMY - MKH-8556 - 2014	R\$	1	2.500,00	2.500,00
48	108	69127 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO MILE ECONOMY - MGR-0784 - 2009	R\$	1	2.186,53	2.186,53
48	109	69128 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLI-5746 - 2013	R\$	1	3.884,27	3.884,27
48	110	69129 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFO-5892 - 2005	R\$	1	1.205,37	1.205,37
48	111	69130 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7216 - 2014	R\$	1	2.357,32	2.357,32
48	112	69131 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7636 - 2014	R\$	1	2.322,51	2.322,51
48	113	69132 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5186 - 2010	R\$	1	2.500,00	2.500,00
48	114	69133 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MIY-7628 - 2015	R\$	1	2.500,00	2.500,00
51	117	69137 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN LTZ - QIV-6694 - 2018	R\$	1	14.742,72	14.742,72
52	118	69138 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO S 10 - MEP-0959 - 2005	R\$	1	13.215,44	13.215,44
53	119	69139 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AIRCROSS - QID-0793 - 2016	R\$	1	4.479,11	4.479,11
54	120	69140 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MHO-7936 - 2010	R\$	1	10.000,00	10.000,00
100	235	69261 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AMBULÂNCIA - QJY-9379 - 2019	R\$	1	20.000,00	20.000,00
103	250	69057 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLR-0196 - 2014	R\$	1	18.750,00	18.750,00
103	251	69058 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-3226 - 2014	R\$	1	18.750,00	18.750,00
103	252	69059 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLQ-9839 - 2014	R\$	1	18.750,00	18.750,00
103	253	69060 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFU-3909 - 2014	R\$	1	22.500,00	22.500,00
103	254	69061 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-8556 - 2014	R\$	1	18.750,00	18.750,00
104	255	69062 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MDK-6221 - 2003	R\$	1	18.750,00	18.750,00
104	256	69064 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MHE-5136 - 2010	R\$	1	35.567,50	35.567,50
104	257	69066 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MLC-7439 - 2011	R\$	1	45.000,00	45.000,00
104	258	69067 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - QHW-5291 - 2015	R\$	1	45.000,00	45.000,00
108	273	69126 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO ECONOMY - MKH-8556 - 2014	R\$	1	7.500,00	7.500,00
108	274	69127 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO MILE ECONOMY - MGR-0784 - 2009	R\$	1	7.100,59	7.100,59
108	275	69128 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLI-5746 - 2013	R\$	1	15.000,00	15.000,00
108	276	69129 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFO-5892 - 2005	R\$	1	6.117,50	6.117,50
108	277	69130 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7216 - 2014	R\$	1	6.746,83	6.746,83
108	278	69131 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7636 - 2014	R\$	1	7.500,00	7.500,00
108	279	69132 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5186 - 2010	R\$	1	7.500,00	7.500,00
108	280	69133 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MIY-7628 - 2015	R\$	1	7.500,00	7.500,00
TOTAL R\$ 672.589,00						

PASSA A SER:

O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 496.407,04 (quatrocentos e noventa e seis mil quatrocentos e sete reais e quatro centavos).

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário R\$	Valor total R\$
14	27	69034 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN LTZ - QIJ-1629 - 2017	R\$	1	6.000,00	6.000,00
15	28	69035 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO FIRE - MIY-7628 - 2011	R\$	1	5.324,97	5.324,97
17	35	69044 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MGZ-1066 - 2010	R\$	1	13,94	13,94
17	36	69045 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AMAROK - QII-0498 - 2017	R\$	1	4.518,86	4.518,86
19	45	69057 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLR-0196 - 2014	R\$	1	2.722,31	2.722,31
19	46	69058 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-3226 - 2014	R\$	1	592,59	592,59
19	47	69059 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLQ-9839 - 2014	R\$	1	2.502,94	2.502,94
19	48	69060 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFU-3909 - 2014	R\$	1	243,11	243,11
19	49	69061 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-8556 - 2014	R\$	1	4.855,33	4.855,33
20	50	69062 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MDK-6221 - 2003	R\$	1	4.663,89	4.663,89
20	52	69066 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MLC-7439 - 2011	R\$	1	4.609,67	4.609,67
20	53	69067 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - QHW-5291 - 2015	R\$	1	5.422,32	5.422,32
23	56	69070 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUSTER - QHW-1065 - 2015	R\$	1	6.747,48	6.747,48
25	63	69079 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CITROEN-C3 - QHI-0184 - 2015	R\$	1	30.271,27	30.271,27
28	72	69089 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER - MDK-2396 - 2010	R\$	1	2.814,17	2.814,17
29	73	69090 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BOXER JAEDITUR - MHI-3386 - 2010	R\$	1	1.414,53	1.414,53
30	74	69091 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MLK-1627 - 2013	R\$	1	5.000,00	5.000,00

35	80	69098 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO JUMPER MINIBUS - QHF-7234 - 2015	R\$	1	10.000,00	10.000,00
39	88	69106 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA SEDAN PREMIUM - MIO-3378 - 2011	R\$	1	3.373,61	3.373,61
39	89	69107 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN MT LTZ - QJD-6613 - 2018	R\$	1	18.338,10	18.338,10
42	93	69112 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MLD-7938 - 2012	R\$	1	1.840,46	1.840,46
42	94	69113 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD KA - QIU-8725	R\$	1	4.272,91	4.272,91
43	95	69114 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CELTA - MHH-3747 - 2010	R\$	1	373,24	373,24
43	96	69115 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PRISMA - QJK-9849	R\$	1	5.000,00	5.000,00
43	97	69116 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QJH-6187	R\$	1	4.374,20	4.374,20
45	103	69122 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO EX 1.0 - DDS-3823 - 2001	R\$	1	10.000,00	10.000,00
46	104	69123 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BANDEIRANTE - LXH-1720 - 1994	R\$	1	7.897,92	7.897,92
48	107	69126 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO ECONOMY - MKH-8556 - 2014	R\$	1	1.307,60	1.307,60
48	108	69127 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO MILE ECONOMY - MGR-0784 - 2009	R\$	1	2.186,53	2.186,53
48	109	69128 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLI-5746 - 2013	R\$	1	3.884,27	3.884,27
48	110	69129 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFO-5892 - 2005	R\$	1	1.205,37	1.205,37
48	111	69130 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7216 - 2014	R\$	1	2.357,32	2.357,32
48	112	69131 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7636 - 2014	R\$	1	2.322,51	2.322,51
48	113	69132 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5186 - 2010	R\$	1	321,05	321,05
48	114	69133 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MIY-7628 - 2015	R\$	1	2.500,00	2.500,00
51	117	69137 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN LTZ - QIV-6694 - 2018	R\$	1	14.742,72	14.742,72
52	118	69138 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO S 10 - MEP-0959 - 2005	R\$	1	13.215,44	13.215,44
53	119	69139 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AIRCROSS - QID-0793 - 2016	R\$	1	4.479,11	4.479,11
54	120	69140 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MHO-7936 - 2010	R\$	1	9.749,49	9.749,49
100	235	69261 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AMBULÂNCIA - QJY-9379 - 2019	R\$	1	20.000,00	20.000,00
103	250	69057 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLR-0196 - 2014	R\$	1	16.951,59	16.951,59
103	251	69058 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-3226 - 2014	R\$	1	14.742,72	14.742,72
103	252	69059 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MLQ-9839 - 2014	R\$	1	17.301,75	17.301,75
103	253	69060 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFU-3909 - 2014	R\$	1	8.831,08	8.831,08
103	254	69061 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MKH-8556 - 2014	R\$	1	12.775,57	12.775,57
104	255	69062 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MDK-6221 - 2003	R\$	1	17.435,18	17.435,18
104	256	69064 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MHE-5136 - 2010	R\$	1	27.909,55	27.909,55
104	257	69066 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MLC-7439 - 2011	R\$	1	43.806,95	43.806,95
104	258	69067 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - QHW-5291 - 2015	R\$	1	44.406,19	44.406,19
108	273	69126 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO ECONOMY - MKH-8556 - 2014	R\$	1	6.498,61	6.498,61
108	274	69127 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO MILE ECONOMY - MGR-0784 - 2009	R\$	1	7.100,59	7.100,59
108	275	69128 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLI-5746 - 2013	R\$	1	15.000,00	15.000,00
108	276	69129 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MFO-5892 - 2005	R\$	1	6.117,50	6.117,50
108	277	69130 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7216 - 2014	R\$	1	6.746,83	6.746,83
108	278	69131 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7636 - 2014	R\$	1	7.500,00	7.500,00
108	279	69132 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5186 - 2010	R\$	1	4.996,18	4.996,18
108	280	69133 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MIY-7628 - 2015	R\$	1	7.500,00	7.500,00

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2020

Publicação Nº 2528171

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

ONDE ERA:

O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 1.716.107,35 (um milhão setecentos e dezesseis mil cento e sete reais e trinta e cinco centavos).

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário R\$
1	1	69000 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MMJ-3569 - 2015	R\$	1	724,23
1	2	69001 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MIR-8664 - 2011	R\$	1	9.244,38
1	3	69004 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MJZ-7618	R\$	1	7.866,15
1	4	69005 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKM-7401 - 2012	R\$	1	4.017,80
1	5	69006 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKG-4690 - 2014	R\$	1	7.587,55
2	6	69009 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLP-3785 - 2013	R\$	1	8.846,82
3	7	69011 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BLAZER - MHJ-3444 - 2009	R\$	1	1.797,70
3	8	69012 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO S10 - QIF-0696 - 2017	R\$	1	6.984,05
4	9	69013 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PRISMA - QJC-8059	R\$	1	5.000,00
5	10	69014 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MKB-0336 - 2013	R\$	1	6.129,84
5	11	69015 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - QIY-5547 - 2018	R\$	1	5.000,00
6	12	69016 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VERSA - QJF-2587	R\$	1	5.000,00
7	13	69018 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEK - MLI-8987 - 2014	R\$	1	2.689,71
7	14	69019 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEK - QHB-6825 - 2014	R\$	1	6.545,06
8	15	69020 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XR 250 - MDJ-7916 - 2005	R\$	1	4.828,88
9	16	69022 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MML-8705 - 2014	R\$	1	2.988,80
10	17	69023 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - QHY-7362 - 2016	R\$	1	3.465,25
11	18	69024 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RANGER - MDM-9313 - 2007	R\$	1	1.013,92
12	19	69025 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - QJI-4627 - 2018	R\$	1	5.679,57
12	20	69026 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - MME-5377 - 2018	R\$	1	1,30
13	21	69027 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MID-5162 - 2011	R\$	1	5.000,00
13	22	69028 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MLE-1454 - 2013	R\$	1	5.000,00
13	23	69029 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MLE-1494 - 2013	R\$	1	5.000,00
13	24	69030 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8393 - 2018	R\$	1	4.486,64
13	25	69032 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8333 - 2018	R\$	1	4.486,64
13	26	69033 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8433 - 2018	R\$	1	4.588,01
16	29	69036 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIQ-2357 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	30	69038 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-2027 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	31	69039 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-1947 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	32	69040 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-3467 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	33	69041 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4856 - 2010	R\$	1	6.250,00
16	34	69043 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SAVEIRO - QIS-9347 - 2017	R\$	1	5.000,00
18	37	69046 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA CLASSIC - MGZ-6087 - 2010	R\$	1	6.250,00
18	38	69047 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-8528 - 2011	R\$	1	6.250,00
18	39	69048 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJS-7898 - 2011	R\$	1	6.250,00
18	40	69049 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3598 - 2011	R\$	1	5.006,15
18	41	69051 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJU-0093 - 2011	R\$	1	6.250,00
18	42	69053 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIE-4718 - 2017	R\$	1	10.000,00
18	43	69054 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MFU-4646 - 2014	R\$	1	10.000,00
18	44	69055 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIA-3453 - 2016	R\$	1	10.000,00
21	54	69068 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MICROONIBUS - MLA-4937 - 2012	R\$	1	70.000,00
22	55	69069 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPRINTER - MKC-9224 - 2011	R\$	1	80.000,00
24	59	69074 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9558 - 2017	R\$	1	7.500,00
24	60	69075 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9508 - 2017	R\$	1	7.500,00
24	61	69077 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH - MHL-8456 - 2010	R\$	1	1.696,86
24	62	69078 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH MJL-5285 2012	R\$	1	7.500,00

26	64	69080 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ- MKC-2506 - 2012	R\$	1	3.750,00
26	65	69081 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKC-2536 - 2012	R\$	1	3.750,00
26	66	69082 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKD-1446 - 2012	R\$	1	3.750,00
26	67	69083 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8243 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	68	69085 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8133 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	69	69086 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8063 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	70	69087 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-7973 - 2018	R\$	1	3.750,00
31	75	69092 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLZ-2419 - 2014	R\$	1	2.709,88
32	76	69093 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MJK-6707 - 2012	R\$	1	6.955,64
34	78	69096 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MAXIBUS NEW ASTOR - MLE-4108 - 2013	R\$	1	409,39
34	79	69097 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MICROONIBUS - MKX-1716 - 2012	R\$	1	33,93
37	84	69102 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS - QIQ-1364 - 2017	R\$	1	2.464,42
37	86	69104 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS - QIP-9834 - 2017	R\$	1	28,15
38	87	69142 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DOBLO ESSENCE - MKQ-1689 - 2013	R\$	1	346,47
40	90	69109 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CARGO 8.25 T 150 - MLN-8139 - 2011	R\$	1	12.386,40
40	91	69110 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO TRANSIT - MKB-9784 - 2011	R\$	1	3.948,48
41	92	69111 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MAXIBUS ASTOR - MLE-4108 - 2012	R\$	1	15.643,91
44	98	69117 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEKEND - MLJ-3810 - 2013	R\$	1	5.000,00
44	99	69118 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MHE-5066 - 2010	R\$	1	5.000,00
44	100	69119 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - QID-5170 - 2018	R\$	1	5.000,00
44	101	69120 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - QIE-7510 - 2018	R\$	1	4.476,89
44	102	69121 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - MLN-7812 - 2014	R\$	1	5.000,00
47	105	69124 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO 8.150E DELIVERY - MGS-5432 - 2007	R\$	1	32.724,40
47	106	69125 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CA,INHÃO BASCULANTE - MFB-7298 - 2007	R\$	1	20.000,00
49	115	69135 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AZERA 3.0 - MKQ-2412 - 2013	R\$	1	23.695,41
50	116	69136 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO 307 SD - MHE-5246 - 2010	R\$	1	2.399,89
55	121	69144 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CARGO 1119 - MLR-0469 - 2010	R\$	1	39.125,70
56	122	69145 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MFD-1120 - 2001	R\$	1	2.031,86
56	123	69146 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MHL-8076 - 2010	R\$	1	5,79
57	124	69147 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO MUNCK-VM 270 - MJN-9464 - 2012	R\$	1	1.547,80
57	125	69148 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CAÇAMBA 330 - QHR-9275 - 2015	R\$	1	1.501,38
58	126	69149 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7466 - 2010	R\$	1	5.572,94
58	127	69150 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MJO-1647 - 2013	R\$	1	8.504,15
58	128	69151 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MHS-4022 - 2008	R\$	1	8.648,79
58	129	69152 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5096 - 2010	R\$	1	9.658,23
59	130	69153 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MHA-7996 - 2010	R\$	1	73,36
60	131	69154 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMIONETA DIESEL - MCW-9029 - 2002	R\$	1	742,36
61	132	69156 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCY-7171 - 2003	R\$	1	1.500,00
74	157	69183 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO 1113 - LZN-2747 - 1977	R\$	1	30.000,00
75	158	69184 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPRINTER - MCA-0310 - 1997	R\$	1	30.000,00
76	159	69185 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS K113 CL FLECHA - BWA-6397 - 1991	R\$	1	30.000,00
77	160	69186 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCA-3485 - 2003	R\$	1	7.000,00
77	161	69187 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCA-3565 - 2003	R\$	1	7.000,00
77	162	69188 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO XRE 300 - MGT-6017 - 2009	R\$	1	7.000,00
77	163	69189 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO XRE 300 - MGT-6027 - 2008	R\$	1	7.000,00
78	164	69190 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO FIRE - MCU-7306	R\$	1	6.261,72
78	165	69191 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MHF-2136 - 2010	R\$	1	8.818,90
78	166	69192 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MJA-4523 - 2012	R\$	1	8.681,48
78	167	69193 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MLG-2167 - 2013	R\$	1	6.058,58
78	168	69194 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MLI-5856 - 2013	R\$	1	335,95
79	169	69195 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MERIVA - MCX-8399 - 2002	R\$	1	5.051,26
79	170	69196 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3708 - 2011	R\$	1	6.939,34
80	171	69197 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCY-6771 - 2003	R\$	1	2.000,00
80	172	69198 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO - MIE-9994 - 2010	R\$	1	10.000,00

81	173	69199 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MDB-1509 - 2002	R\$	1	7.719,41
82	174	69200 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4786 - 2010	R\$	1	8.353,90
82	175	69201 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-6516 - 2010	R\$	1	8.954,59
83	176	69202 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MGZ-0346 - 2010	R\$	1	10.881,50
83	177	69203 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MHL-8116 - 2010	R\$	1	14.884,02
83	178	69204 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MHL-8406 - 2010	R\$	1	10.394,86
84	179	69205 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MAN-1633 - 1999	R\$	1	11.813,80
84	180	69206 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MAY-7835 - 2000	R\$	1	12.500,00
84	181	69207 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MBA-0245 - 2000	R\$	1	11.757,40
84	182	69208 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MBA-4196 - 1999	R\$	1	12.142,80
84	183	69209 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MBS-5085 - 2002	R\$	1	12.500,00
84	184	69210 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MBV-3046 - 2002	R\$	1	10.000,00
84	185	69211 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MCC-8279 - 2001	R\$	1	11.044,31
84	186	69212 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MDU-9842 - 2003	R\$	1	12.500,00
84	187	69213 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MFN-9348 - 2007	R\$	1	12.500,00
85	188	69214 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO B - MIR-2529 - 2010	R\$	1	15.000,00
85	189	69215 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO B - MIR-2599 - 2010	R\$	1	15.000,00
85	190	69216 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR BASCULANTE - MLE-8469 - 2014	R\$	1	30.000,00
85	191	69217 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR BASCULANTE - MLF-1839 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	192	69218 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR BASCULANTE - MLF-3709 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	193	69219 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR BASCULANTE - MLF-4989 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	194	69220 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO AXOR CARRETA - MLF-5579 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	195	69221 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO - MDV-6940 - 1978	R\$	1	12.650,00
86	196	69222 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS MICROONIBUS - MDM-6072 - 2003	R\$	1	4.546,30
87	197	69223 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO HR - MHW-3811 - 2003	R\$	1	15.000,00
87	198	69224 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CABINE DUPLA - OKG-9076	R\$	1	4.331,25
87	199	69225 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CABINE DUPLA - OKG-9096	R\$	1	8.750,00
87	200	69226 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CAÇAMBA - QHE-6867	R\$	1	9.070,88
88	201	69227 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO EURO CARGO 170 E 22 - MJJ-4851 - 2011	R\$	1	12.500,40
88	202	69228 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CAÇAMBA - QHA-2518	R\$	1	12.227,40
88	203	69229 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CAÇAMBA - QHA-2558	R\$	1	12.370,28
89	204	69230 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO 8-160 CAÇAMBA - MKF-1992 - 2012	R\$	1	11.223,95
89	205	69231 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CARGO CAÇAMBA - MLU-4547	R\$	1	9.143,75
89	206	69232 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CARGO CAÇAMBA - MLU-4657	R\$	1	9.143,75
90	207	69233 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO VM 270 - MKL-2396 - 2012	R\$	1	12.500,00
90	208	69234 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO VM-330 - QHR-9165 - 2015	R\$	1	15.000,00
90	209	69235 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO VM-330 - QHR-9275 - 2015	R\$	1	15.000,00
99	232	69258 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIAT DOBLO ESSENCE 1.8 QHE-0715 2014	R\$	1	674,75
99	233	69259 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD FIESTA 1.6 - MLM-3610 - 2013/2014	R\$	1	1.000,00
99	234	69260 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD FIESTA SEDAN 1.6 - MMB-6159 - 2011/2012	R\$	1	1.820,03
101	236	69036 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - IQI-2357 - 2017	R\$	1	15.000,00
101	237	69038 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-2027 - 2017	R\$	1	15.000,00
101	238	69039 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-1947 - 2017	R\$	1	15.000,00
101	239	69040 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-3467 - 2017	R\$	1	15.000,00
101	240	69041 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4856 - 2010	R\$	1	18.750,00
101	241	69043 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SAVEIRO - QIS-9347 - 2017	R\$	1	15.000,00
102	242	69046 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA CLASSIC - MGZ-6087 - 2010	R\$	1	18.750,00
102	243	69047 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-8528 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	244	69048 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJS-7898 - 2011	R\$	1	18.750,00

102	245	69049 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3598 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	246	69051 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJU-0093 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	247	69053 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIE-4718 - 2017	R\$	1	30.000,00
102	248	69054 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MFU-4646 - 2014	R\$	1	30.000,00
102	249	69055 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIA-3453 - 2016	R\$	1	30.000,00
106	262	69074 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9558 - 2017	R\$	1	22.500,00
106	263	69075 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9508 - 2017	R\$	1	22.500,00
106	264	69077 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH - MHL-8456 - 2010	R\$	1	22.500,00
106	265	69078 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH MJL-5285 2012	R\$	1	22.500,00
107	266	69080 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ- MKC-2506 - 2012	R\$	1	11.250,00
107	267	69081 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKC-2536 - 2012	R\$	1	11.250,00
107	268	69082 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKD-1446 - 2012	R\$	1	11.250,00
107	269	69083 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8243 - 2018	R\$	1	11.250,00
107	270	69085 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8133 - 2018	R\$	1	11.250,00
107	271	69086 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8063 - 2018	R\$	1	11.250,00
107	272	69087 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-7973 - 2018	R\$	1	11.250,00
TOTAL R\$					
1.716.107,35					

PASSA A SER:

O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 1.489.838,56 (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário R\$
1	1	69000 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MMJ-3569 - 2015	R\$	1	724,23
1	2	69001 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MIR-8664 - 2011	R\$	1	9.244,38
1	3	69004 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MJZ-7618	R\$	1	7.866,15
1	4	69005 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKM-7401 - 2012	R\$	1	4.017,80
1	5	69006 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MKG-4690 - 2014	R\$	1	7.587,55
2	6	69009 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - MLP-3785 - 2013	R\$	1	8.846,82
3	7	69011 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BLAZER - MHJ-3444 - 2009	R\$	1	1.797,70
3	8	69012 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO S10 - QIF-0696 - 2017	R\$	1	6.984,05
4	9	69013 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PRISMA - QJC-8059	R\$	1	5.000,00
5	10	69014 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MKB-0336 - 2013	R\$	1	6.129,84
5	11	69015 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - QY-5547 - 2018	R\$	1	5.000,00
6	12	69016 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VERSA - QJF-2587	R\$	1	5.000,00
7	13	69018 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEK - MLI-8987 - 2014	R\$	1	2.689,71
7	14	69019 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEK - QHB-6825 - 2014	R\$	1	6.545,06
8	15	69020 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XR 250 - MDJ-7916 - 2005	R\$	1	4.828,88
9	16	69022 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MML-8705 - 2014	R\$	1	2.988,80
10	17	69023 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO LOGAN - QHY-7362 - 2016	R\$	1	3.465,25
11	18	69024 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO RANGER - MDM-9313 - 2007	R\$	1	1.013,92
12	19	69025 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - QJI-4627 - 2018	R\$	1	5.679,57
12	20	69026 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO VOYAGE - MME-5377 - 2018	R\$	1	1,30
13	21	69027 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MID-5162 - 2011	R\$	1	5.000,00
13	22	69028 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MLE-1454 - 2013	R\$	1	5.000,00
13	23	69029 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA BROS - MLE-1494 - 2013	R\$	1	5.000,00
13	24	69030 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8393 - 2018	R\$	1	4.486,64
13	25	69032 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8333 - 2018	R\$	1	4.486,64
13	26	69033 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTOCICLETA XRE 300 - QIR-8433 - 2018	R\$	1	4.588,01
16	29	69036 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - IQQ-2357 - 2017	R\$	1	2.602,98
16	30	69038 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-2027 - 2017	R\$	1	2.266,79
16	31	69039 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-1947 - 2017	R\$	1	4.160,68
16	32	69040 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-3467 - 2017	R\$	1	5.000,00
16	33	69041 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4856 - 2010	R\$	1	111,03
16	34	69043 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SAVEIRO - QIS-9347 - 2017	R\$	1	1.837,98
18	37	69046 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA CLASSIC - MGZ-6087 - 2010	R\$	1	281,25
18	38	69047 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-8528 - 2011	R\$	1	4.329,54
18	39	69048 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJS-7898 - 2011	R\$	1	2.140,94
18	40	69049 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3598 - 2011	R\$	1	183,67
18	41	69051 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJU-0093 - 2011	R\$	1	1.055,11
18	43	69054 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MFU-4646 - 2014	R\$	1	105,11
18	44	69055 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIA-3453 - 2016	R\$	1	2.709,84
21	54	69068 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MICROONIBUS - MLA-4937 - 2012	R\$	1	60.033,22

22	55	69069 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPRINTER - MKC-9224 - 2011	R\$	1	65.196,84
24	59	69074 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9558 - 2017	R\$	1	4.984,38
24	60	69075 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9508 - 2017	R\$	1	6.407,27
24	61	69077 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH - MHL-8456 - 2010	R\$	1	1.362,06
24	62	69078 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH MJL-5285 2012	R\$	1	215,85
26	64	69080 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ- MKC-2506 - 2012	R\$	1	3.574,23
26	65	69081 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKC-2536 - 2012	R\$	1	3.415,20
26	66	69082 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKD-1446 - 2012	R\$	1	3.527,73
26	67	69083 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8243 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	68	69085 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8133 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	69	69086 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8063 - 2018	R\$	1	3.750,00
26	70	69087 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-7973 - 2018	R\$	1	3.750,00
31	75	69092 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA - MLZ-2419 - 2014	R\$	1	2.709,88
32	76	69093 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DUCATO - MJK-6707 - 2012	R\$	1	6.955,64
34	78	69096 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MAXIBUS NEW ASTOR - MLE-4108 - 2013	R\$	1	409,39
34	79	69097 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MICROONIBUS - MKX-1716 - 2012	R\$	1	33,93
37	84	69102 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS - QIQ-1364 - 2017	R\$	1	2.464,42
37	86	69104 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS - QIP-9834 - 2017	R\$	1	28,15
38	87	69142 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO DOBLO ESSENCE - MKQ-1689 - 2013	R\$	1	346,47
40	90	69109 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CARGO 8.25 T 150 - MLN-8139 - 2011	R\$	1	12.386,40
40	91	69110 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO TRANSIT - MKB-9784 - 2011	R\$	1	3.948,48
41	92	69111 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MAXIBUS ASTOR - MLE-4108 - 2012	R\$	1	15.643,91
44	98	69117 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO WEEKEND - MLJ-3810 - 2013	R\$	1	16,18
44	99	69118 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MHE-5066 - 2010	R\$	1	2.630,00
44	100	69119 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - QID-5170 - 2018	R\$	1	154,76
44	101	69120 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - QIE-7510 - 2018	R\$	1	1.233,57
44	102	69121 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO VIVACE - MLN-7812 - 2014	R\$	1	377,51
47	105	69124 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO 8.150E DELIVERY - MGS-5432 - 2007	R\$	1	32.724,40
47	106	69125 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CA,INHÃO BASCULANTE - MFB-7298 - 2007	R\$	1	20.000,00
49	115	69135 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AZERA 3.0 - MKQ-2412 - 2013	R\$	1	23.695,41
50	116	69136 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO 307 SD - MHE-5246 - 2010	R\$	1	2.399,89
55	121	69144 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CARGO 1119 - MLR-0469 - 2010	R\$	1	39.125,70
56	122	69145 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MFD-1120 - 2001	R\$	1	2.031,86
56	123	69146 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA - MHL-8076 - 2010	R\$	1	5,79
57	124	69147 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO MUNCK-VM 270 - MJN-9464 - 2012	R\$	1	1.547,80
57	125	69148 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO CAÇAMBA 330 - QHR-9275 - 2015	R\$	1	1.501,38
58	126	69149 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MCU-7466 - 2010	R\$	1	5.572,94
58	127	69150 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MJO-1647 - 2013	R\$	1	8.504,15
58	128	69151 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO UNO - MHS-4022 - 2008	R\$	1	8.648,79
58	129	69152 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO - MHE-5096 - 2010	R\$	1	9.658,23
59	130	69153 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MHA-7996 - 2010	R\$	1	73,36
60	131	69154 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMIONETA DIESEL - MCW-9029 - 2002	R\$	1	742,36
61	132	69156 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCY-7171 - 2003	R\$	1	1.500,00
74	157	69183 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHAO 1113 - LZN-2747 - 1977	R\$	1	30.000,00
75	158	69184 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPRINTER - MCA-0310 - 1997	R\$	1	30.000,00
76	159	69185 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS K113 CL FLECHA - BWA-6397 - 1991	R\$	1	30.000,00
77	160	69186 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCA-3485 - 2003	R\$	1	7.000,00
77	161	69187 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCA-3565 - 2003	R\$	1	7.000,00
77	162	69188 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO XRE 300 - MGT-6017 - 2009	R\$	1	7.000,00
77	163	69189 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO XRE 300 - MGT-6027 - 2008	R\$	1	7.000,00
78	164	69190 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO PALIO FIRE - MCU-7306	R\$	1	6.261,72
78	165	69191 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MHF-2136 - 2010	R\$	1	8.818,90
78	166	69192 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MJA-4523 - 2012	R\$	1	8.681,48
78	167	69193 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIORINO - MLG-2167 - 2013	R\$	1	6.058,58
78	168	69194 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO STRADA - MLI-5856 - 2013	R\$	1	335,95
79	169	69195 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MERIVA - MCX-8399 - 2002	R\$	1	5.051,26
79	170	69196 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3708 - 2011	R\$	1	6.939,34
80	171	69197 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO CG 125 - MCY-6771 - 2003	R\$	1	10.000,00
80	172	69198 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MOTO - MIE-9994 - 2010	R\$	1	2.000,00
81	173	69199 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FOCUS - MDB-1509 - 2002	R\$	1	7.719,41
82	174	69200 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4786 - 2010	R\$	1	8.353,90
82	175	69201 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-6516 - 2010	R\$	1	8.954,59
83	176	69202 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MGZ-0346 - 2010	R\$	1	10.881,50

83	177	69203 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MHL-8116 - 2010	R\$	1	14.884,02
83	178	69204 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO KOMBI - MHL-8406 - 2010	R\$	1	10.394,86
84	179	69205 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MAN-1633 - 1999	R\$	1	11.813,80
84	180	69206 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MAY-7835 - 2000	R\$	1	12.500,00
84	181	69207 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MBA-0245 - 2000	R\$	1	11.757,40
84	182	69208 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MBA-4196 - 1999	R\$	1	12.142,80
84	183	69209 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MBS-5085 - 2002	R\$	1	12.500,00
84	184	69210 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MBV-3046 - 2002	R\$	1	10.000,00
84	185	69211 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MCC-8279 - 2001	R\$	1	11.044,31
84	186	69212 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MDU-9842 - 2003	R\$	1	12.500,00
84	187	69213 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MFN-9348 - 2007	R\$	1	12.500,00
85	188	69214 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO B - MIR-2529 - 2010	R\$	1	15.000,00
85	189	69215 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO B - MIR-2599 - 2010	R\$	1	15.000,00
85	190	69216 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR BASCULANTE - MLE-8469 - 2014	R\$	1	30.000,00
85	191	69217 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR BASCULANTE - MLF-1839 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	192	69218 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR BASCULANTE - MLF-3709 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	193	69219 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR BASCULANTE - MLF-4989 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	194	69220 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO AXOR CARRETA - MLF-5579 - 2014	R\$	1	15.000,00
85	195	69221 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO - MDV-6940 - 1978	R\$	1	12.650,00
86	196	69222 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO ONIBUS MICROONIBUS - MDM-6072 - 2003	R\$	1	4.546,30
87	197	69223 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO HR - MHW-3811 - 2003	R\$	1	15.000,00
87	198	69224 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CABINE DUPLA - OKG-9076	R\$	1	4.331,25
87	199	69225 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CABINE DUPLA - OKG-9096	R\$	1	8.750,00
87	200	69226 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO HR CAÇAMBA - QHE-6867	R\$	1	9.070,88
88	201	69227 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO EUROCARGO 170 E 22 - MJJ-4851 - 2011	R\$	1	12.500,40
88	202	69228 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO CAÇAMBA - QHA-2518	R\$	1	12.227,40
88	203	69229 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO CAÇAMBA - QHA-2558	R\$	1	12.370,28
89	204	69230 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO 8-160 CAÇAMBA - MKF-1992 - 2012	R\$	1	11.223,95
89	205	69231 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO CARGO CAÇAMBA - MLU-4547	R\$	1	9.143,75
89	206	69232 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO CARGO CAÇAMBA - MLU-4657	R\$	1	9.143,75
90	207	69233 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO VM 270 - MKL-2396 - 2012	R\$	1	12.500,00
90	208	69234 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO VM-330 - QHR-9165 - 2015	R\$	1	15.000,00
90	209	69235 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CAMINHÃO VM-330 - QHR-9275 - 2015	R\$	1	15.000,00
99	232	69258 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIAT DOBLO ESSENCE 1.8 QHE-0715 2014	R\$	1	674,75
99	233	69259 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD FIESTA 1.6 - MLM-3610 - 2013/2014	R\$	1	1.000,00
99	234	69260 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD FIESTA SEDAN 1.6 - MMB-6159 - 2011/2012	R\$	1	1.820,03
101	236	69036 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIQ-2357 - 2017	R\$	1	12.560,17
101	237	69038 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-2027 - 2017	R\$	1	9.897,56
101	238	69039 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-1947 - 2017	R\$	1	11.698,19
101	239	69040 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - QIW-3467 - 2017	R\$	1	10.416,92
101	240	69041 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO GOL - MHE-4856 - 2010	R\$	1	9.656,00
101	241	69043 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SAVEIRO - QIS-9347 - 2017	R\$	1	12.306,32
102	242	69046 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA CLASSIC - MGZ-6087 - 2010	R\$	1	10.777,82
102	243	69047 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-8528 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	244	69048 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJS-7898 - 2011	R\$	1	14.122,86
102	245	69049 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJO-3598 - 2011	R\$	1	18.750,00
102	246	69051 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO CORSA HATCH - MJU-0093 - 2011	R\$	1	13.943,82
102	247	69053 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIE-4718 - 2017	R\$	1	16.990,86
102	248	69054 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - MFU-4646 - 2014	R\$	1	18.048,38
102	249	69055 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SPIN - QIA-3453 - 2016	R\$	1	21.537,23
106	262	69074 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9558 - 2017	R\$	1	17.373,01
106	263	69075 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FORD-KA - QIF-9508 - 2017	R\$	1	17.114,30
106	264	69077 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH - MHL-8456 - 2010	R\$	1	22.500,00
106	265	69078 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO FIESTA HATCH MJL-5285 2012	R\$	1	19.177,63
107	266	69080 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ- MKC-2506 - 2012	R\$	1	10.558,08
107	267	69081 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKC-2536 - 2012	R\$	1	9.078,45
107	268	69082 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BIZ - MKD-1446 - 2012	R\$	1	10.582,26
107	269	69083 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8243 - 2018	R\$	1	11.250,00
107	270	69085 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8133 - 2018	R\$	1	11.250,00

107	271	69086 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-8063 - 2018	R\$	1	11.250,00
107	272	69087 - MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO BROS - QIR-7973 - 2018	R\$	1	10.656,66

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2020

Publicação Nº 2528844

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 04/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida todos os membros da sociedade caçadorensa a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 7 de julho de 2020, às 19 horas, no Plenário Osvaldo José Gomez, na sede do Poder Legislativo Edifício Vereador Carlos Evandro Luz, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 017/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Caçador para o exercício de 2021 – LDO.

Caçador, em 18 de junho de 2020.

Itacir João Fiorese,
Presidente da CMC.

Cleony Figur,
Presidente da CFOCM.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

PORTARIA Nº 1531, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528646

PORTARIA nº 1531, de 15 de junho de 2020

Nomeia comissão de avaliação de amostras referentes ao Processo Licitatório nº 05/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2020.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear os Servidores Públicos Municipais DANIEL PERERA, THIAGO AUGUSTO DUARTE e LEONARDO DUARTE para, sob a presidência e responsabilidade técnica do primeiro, comporem a comissão de avaliação das amostras referentes ao Processo Licitatório nº 05/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2020, que visa a contratação de licenciamento temporário de sistemas de gestão pública e outros serviços correlatos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 15 de junho de 2020.

Elizabeth Olsen– DIRETORA PRESIDENTE.

Fábio Deniz Casagrande – DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Caibi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020

Publicação Nº 2528840

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 046/2020 na modalidade Tomada de Preço Nº 007/2020, do tipo Menor Preço-Global que tem por objeto Contratação de empresa para ampliação da Escola Municipal Pedro Ivo Campos no município de Caibi/SC. Poderão participar do certame empresas devidamente cadastradas e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo Certificado no Registro Cadastral, obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas. Os envelopes contendo a documentação e as propostas serão recebidos pelo Departamento de Compras e Licitações, em sua sala, na sede do Município de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro - Caibi - SC, CEP 89.888-000, até às 14:15 horas do dia 06 de Julho de 2020, iniciando-se os procedimentos de abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e julgamento das propostas às 14:30 horas no mesmo dia e local. O inteiro teor deste Ato Convocatório está a disposição dos interessados no Site da Prefeitura www.caibi.sc.gov.br e no Departamento de Licitações conforme endereço acima descrito ou maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49)3648-0211. Caibi -SC 18 de Junho de 2020. Elói José Líbano, Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 106/2020

Publicação Nº 2528332

DECRETO Nº. 106/2020, de 18 de Junho de 2020.

Designa Servidor Municipal, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Legislação vigente, DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, designados os servidores públicos Srs. ELIANA SALETE CECON HALLVASS, ocupante do cargo de Tesoureira do município de Caibi, e ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal, como responsáveis pela movimentação financeira da conta Nº 11078-7, sob o CNPJ Nº 82.940.776/0001-56, mantidas no BANCO DO BRASIL, Agência 1698-5.

Parágrafo Único - Os servidores designados por este decreto ficam autorizados a abrir e movimentar contas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; emitir cheques; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; sendo que as transações serão efetivadas por no mínimo duas assinaturas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi, SC, em 18 de Junho de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDUARDO GASPARIN
Diretor de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020 - FMS

Publicação Nº 2528521

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 009/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 040 A 042/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DESCARTÁVEIS DESTINADOS AO HOSPITAL CIRÚRGICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 17/06/2020
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2020 - PMC

Publicação Nº 2528518

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 023/2020 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 048/2020 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA TRATORES E ROÇADEIRAS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 18/06/2020
1ª Publicação.

PR 007/2020 - FMAS

Publicação Nº 2528533

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2020 - FMAS - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA EQUIPAR O NOVO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS SITUADO NA RUA TEIXEIRA BAIRRO RIO PEQUENO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ COM RECURSOS DO ESTADO, CONFORME APROVAÇÃO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 1º (Primeiro) de Julho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 18 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

RESULTADO PR 015/2020 - FMS

Publicação Nº 2528496

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA AO ATAS 035 A 039-2020 FMS

Publicação Nº 2528515

TERMO DE ERRATA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Administração vem comunicar que na publicação das Atas de Registro de Preços 035 a 039/2020 – FMS da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado nos dias 15 e 17 de junho de 2020:

- Onde lê-se: 06 (seis) meses;

- Leia-se: 12 (doze) meses.

Camboriú SC, 18 de junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 FMS

Publicação Nº 2528761

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 05/2020 FMS)

Às 10h do dia 16/06/2020, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de computadores e equipamentos para as Unidades de Saúde, do Município de Campo Alegre. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 12.878 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528033

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.878 DE 18 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLETAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso III do art. 11 Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social	
94.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
09.272.0066.2.113 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL	
400000.00.1040 -	Despesas de Capital	
440000.00.1040 -	Investimentos	
449000.00.1040 -	Aplicações Diretas	
449051.00.1040 -	Obras e Instalações	R\$ 650.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior do IPRECAL.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.879 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528043

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 12.879 DE 18 DE JUNHO DE 2020****ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR
CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde	
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
300000.00.1041 - Despesas Correntes	
330000.00.1041 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.1041 - Aplicações Diretas	
339030.00.1041 - Material de Consumo	R\$ 156.420,00
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
300000.00.1041 - Despesas Correntes	
330000.00.1041 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.1041 - Aplicações Diretas	
339032.00.1041 - Material de Distribuição Gratuita	R\$ 143.580,00
Total	R\$ 300.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 18 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos:
www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: **19/06/2020**.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.880 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528389

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 12.880 DE 18 DE JUNHO DE 2020****ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR
CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO
EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso III do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

90.00 - Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 - Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
400000.00.0497 - Despesas de Capital	
440000.00.0497 - Investimentos	
449000.00.0497 - Aplicações Diretas	
449052.00.0497 - Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 18 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: **19/06/2020.**

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 03/2020 - FHJA

Publicação Nº 2528899

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 10/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, torna público que fará realizar no dia 01 de julho de 2020 às 14h30min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (SERVIÇO MÉDICO EM PRONTO SOCORRO E CLÍNICA MÉDICA E SERVIÇO MÉDICO DE SOBREVIVÊNCIA E CIRURGIAS ELETIVAS EM ANESTESIOLOGIA) PARA ATENDIMENTO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente. Campos Novos, 18 de junho de 2020.

DECRETO N. 8.626, DE 10 DE JUNHO DE 2020. RETIFICA A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO "NASCER DO SOL", DE PROPRIEDADE DE BEVILAQUA E MELLO INCORPORADORA, ADMINISTRADORA DE BENS E IMÓVEIS LTDA., CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº. 8.486, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019, ALTERADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 8.6

Publicação Nº 2528866

DECRETO N. 8.626, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

RETIFICA A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO "NASCER DO SOL", DE PROPRIEDADE DE BEVILAQUA E MELLO INCORPORADORA, ADMINISTRADORA DE BENS E IMÓVEIS LTDA., CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº. 8.486, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019, ALTERADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 8.600, DE 30 DE ABRIL DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, incisos VIII e XXVI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 49 da Lei Complementar Municipal n. 03/2018, que dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Campos Novos e:

CONSIDERANDO a documentação juntada nos autos do Processo Administrativo de nº. 0167.003.0000375/2020, protocolo de n. 22418, datado de 30 de Janeiro do presente ano, em que a incorporadora Bevilaqua e Mello solicita substituição das plantas e demais documentos;

CONSIDERANDO a aprovação de retificação de área pelo Departamento de Engenharia do Município;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº. 8.486, de 23 de Dezembro de 2019, que aprova Loteamento denominado "Nascer do Sol", de propriedade de Bevilaqua e Mello Incorporadora, Administradora de Bens e Imóveis Ltda., e dá outras providências.

CONSIDERANDO o pedido protocolado pelo proprietário do empreendimento, apresentando Nota de Exigência do Ofício de Registro de Imóveis de Campos Novos, que demandam a necessidade de adequações.

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto n. 8.486, de 23 de dezembro de 2019, alterado pelo Decreto 8.600, de 30 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica aprovado o loteamento urbano, de propriedade de BEVILAQUA E MELLO INCORPORADORA, ADMINISTRADORA DE BENS E IMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 27.968.907/0001-03, denominado "Loteamento Nascer do Sol", constituído por uma gleba de terras com área total da matrícula de 153.024,56 m² (cento e cinquenta e três mil, vinte e quatro metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), sendo 134.964,28 m² (cento e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro metros quadrados e vinte e oito centímetros quadrados) de área útil total a ser loteada e 18.060,28m² (dezoito mil, sessenta metros e vinte e oito centímetros quadrados) de área de APP, inscrita junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob a matrícula n. 30.625, com localização do imóvel na paralela à Rodovia SC-135, Bairro Boa Vista, no Município de Campos Novos-SC, nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos que constituem os Processos Administrativos de nº. 0167.004.0002853/2019/Protocolo de n. 8.768 e Processo Administrativo 0167.003.0000375/2020/Protocolo de n. 22.418".

Art. 2º. Fica acrescentado parágrafo único no art. 2º do Decreto 8.600 de 30 de Abril de 2020 com a seguinte redação:

"A descrição dos terrenos, confrontações e testadas estão devidamente identificadas no memorial descritivo elaborado pelo responsável técnico do Loteamento anexo aos projetos aprovados".

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário constantes do Decreto Municipal

n. 8.600, de 30 de abril de 2020.

Campos Novos-SC, 10 de junho de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito de Campos Novos

DECRETO Nº 8.638, DE 17 DE JUNHO DE 2020. DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADICIONAIS PARA ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO COVID-19 PELOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2528563

DECRETO Nº 8.638, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADICIONAIS PARA ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO COVID-19 PELOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e ainda:

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos decretos municipais para enfrentamento e contenção do contágio ao COVID-19;

CONSIDERANDO os atos normativos emitidos a nível Estadual, especialmente o Decreto nº 630, de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVI-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO as atualizações do boletim de casos do coronavírus no Município emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º. Os estabelecimentos do Município de Campos Novos que comercializam gêneros alimentícios deverão cumprir as seguintes orientações:

I- Só poderá ser autorizado o ingresso de pessoas utilizando máscara;

II- Promover a limpeza constante das cestas e carrinhos utilizados para compras;

III- Disponibilizar nos departamentos de hortifrúti, açougue e padaria álcool gel 70% ou meios para limpeza das mãos;

IV- Respeitar a capacidade máxima de ocupação do estabelecimento, nos termos exigidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – 2º RBM – 2º BBM – 1º CBM - 3º Pelotão de Bombeiros Militar durante a pandemia do novo coronavírus;

V- Controlar o acesso de pessoas no estabelecimento, principalmente das 14h00min às 19h00min entre os dias 29/06 a 12/07 e 30/07 a 10/08, bem como no período integral aos sábados.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Campos Novos-SC, 17 de Junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito de Campos Novos

DECRETO Nº 8.639/2020 DE 17/06/2020 INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2528485

DECRETO Nº 8.639/2020 DE 17/06/2020

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, composta pelos seguintes membros:

- Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Zeide Vicentina Delavy Gris
Eliane Aparecida Marin

• Representantes do Fórum Municipal de Educação:
Denise Siqueira Brandão
Adriana de Fátima Rodrigues Spcart Zanatta

• Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Solange Aparecida Andrade
Ana Paula de Matia Galli

• Representantes da Comissão de Serviços Públicos da Câmara de Vereadores:
Gilson Cesar Lopes
Adavilson Telles

• Representantes da Secretaria Municipal de Finanças Públicas:
Douglas Rayzer
Vinícius Serena

Art. 2º. O coordenador da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Campos Novos será eleito entre seus membros.

Art. 3º. À Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação compete:

I – Realizar o monitoramento e avaliação do cumprimento das metas e das estratégias do Plano Municipal de Educação, juntamente com a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º. A participação na Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação será considerada serviço relevante e não será remunerado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto nº 7.856/2017 de 10/09/2017.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
17 de junho de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8634/2020 DE 12/06/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2528476

DECRETO Nº 8634/2020 DE 12/06/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.26, inciso II da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1445/2020 de 01/06/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo I grupo I quadro do pessoal da Lei Complementar nº 10/11 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município, em decorrência da aposentaria por Tempo De Contribuição de ROZANE MARIA LAZZARI MORO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 01 de junho de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
12 de junho de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 003, DE 18 DE JUNHO DE 2020. ACRESCENTA ATRIBUIÇÕES AO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 10/2011 QUE REESTRUTURA O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2528918

LEI COMPLEMENTAR Nº. 003, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

ACRESCENTA ATRIBUIÇÕES AO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 10/2011 QUE REESTRUTURA O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Inclui atribuições vinculadas ao cargo de Fiscal de Tributos, constante no Anexo XII da Lei Complementar Municipal n. 10/2011, passando a vigorar acrescido da seguinte redação:

ANEXO XII - GRUPO/CATEGORIA, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO

[...]

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

GRUPO/CATEGORIA: Atividades operacionais e de administração geral

HABILITAÇÃO: Ensino Médio Completo

ATRIBUIÇÕES:

[...]

Lançar créditos tributários, na forma da legislação aplicável.

Art. 2º. As especificações da categoria funcional, número de vagas, vencimentos, carga horária, nível, enquadramento, demais responsabilidades e atribuições do cargo de fiscal de obras de que tratam os Anexos I e XII da Lei Complementar Municipal n. 10/2011, não abrangidos pela presente lei, permanecem inalterados e em vigor.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos-SC, 18 de junho de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito de Campos Novos

PORTARIA Nº 1125/2020

Publicação Nº 2528495

PORTARIA Nº 1125/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILVA APARECIDA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) NILVA APARECIDA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 08/04/2018 a 07/04/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1126/2020

Publicação Nº 2528498

PORTARIA Nº 1126/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GISELE FATIMA SUTIL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) GISELE FATIMA SUTIL referente ao período aquisitivo de 04/02/2019 A 03/02/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1130/2020

Publicação Nº 2528500

PORTARIA Nº 1130/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANAINA DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) JANAINA DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 02/04/2019 A 01/04/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1131/2020

Publicação Nº 2528502

PORTARIA Nº 1131/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAO CARLOS DE LIMA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) JOAO CARLOS DE LIMA referente ao período aquisitivo de 18/05/2018 A 17/05/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1132/2020

Publicação Nº 2528504

PORTARIA Nº 1132/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TABATA FERNANDA LAZZAROTTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) TABATA FERNANDA LAZZAROTTO referente ao período aquisitivo de 08/04/2019 A 07/04/2020 a serem gozadas no período de 13/04/2020 a 12/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1133/2020

Publicação Nº 2528505

PORTARIA Nº 1133/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA EDUARDA SCHEIDT FERNANDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) MARIA EDUARDA SCHEIDT FERNANDES referente ao período aquisitivo de 02/04/2019 A 01/04/2020 a serem gozadas no período de 06/04/2020 a 05/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1134/2020

Publicação Nº 2528508

PORTARIA Nº 1134/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELLEN MARIA CATARINA BALDISSERA PEICHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ELLEN MARIA CATARINA BALDISSERA PEICHO referente ao período aquisitivo de 02/03/2018 A 01/03/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1136/2020

Publicação Nº 2528511

PORTARIA Nº 1136/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELAINE CAMARGO NUNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ELAINE CAMARGO NUNES referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 A 02/02/2019 a serem gozadas no período de 02/04/2020 a 01/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1137/2020

Publicação Nº 2528512

PORTARIA Nº 1137/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CELITA APARECIDA SOUTHER SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) CELITA APARECIDA SOUTHER SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 A 31/03/2018 a serem gozadas no período de 02/04/2020 a 01/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1138/2020

Publicação Nº 2528513

PORTARIA Nº 1138/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUAREZ TONIELLO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) JUAREZ TONIELLO referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 A 28/02/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1139/2020

Publicação Nº 2528514

PORTARIA Nº 1139/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ATILIO PINTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ATILIO PINTO referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 A 29/02/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1140/2020

Publicação Nº 2528516

PORTARIA Nº 1140/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANTONIO PADILHA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ANTONIO PADILHA referente ao período aquisitivo de 05/01/2017 A 04/01/2018 a serem gozadas no período de 13/04/2020 a 12/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1141/2020

Publicação Nº 2528517

PORTARIA Nº 1141/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ILDO DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ILDO DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 A 28/02/2017 a serem gozadas no período de 08/04/2020 a 07/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1142/2020

Publicação Nº 2528519

PORTARIA Nº 1142/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARGARETE TEREZINHA NICOLOTTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) MARGARETE TEREZINHA NICOLOTTI referente ao período aquisitivo de 24/02/2019 A 23/02/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1143/2020

Publicação Nº 2528522

PORTARIA Nº 1143/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DILSANIR LUIZ MACHADO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) DILSANIR LUIZ MACHADO referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 A 31/01/2019 a serem gozadas no período de 07/04/2020 a 06/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1144/2020

Publicação Nº 2528523

PORTARIA Nº 1144/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) THEREZINHA APARECIDA PEREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) THEREZINHA APARECIDA PEREIRA referente ao período aquisitivo de 25/05/2018 A 26/05/2019 a serem gozadas no período de 17/04/2020 a 16/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1145/2020

Publicação Nº 2528524

PORTARIA Nº 1145/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARLA DENISE GARBIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) CARLA DENISE GARBIN referente ao período aquisitivo de 02/02/2017 A 01/02/2018 a serem gozadas no período de 02/04/2020 a 01/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1146/2020

Publicação Nº 2528525

PORTARIA Nº 1146/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CHRISTIANO QUEIROZ DE CARVALHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) CHRISTIANO QUEIROZ DE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 17/01/2019 A 16/01/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1147/2020

Publicação Nº 2528527

PORTARIA Nº 1147/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANTONIA REGINA HOSSA NEUJAHR

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ANTONIA REGINA HOSSA NEUJAHR referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 A 29/02/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1148/2020

Publicação Nº 2528530

PORTARIA Nº 1148/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARLI ALVES DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) MARLI ALVES DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 A 31/03/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1149/2020

Publicação Nº 2528532

PORTARIA Nº 1149/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAO CELSO LOURENÇO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato

administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) JOAO CELSO LOURENÇO referente ao período aquisitivo de 02/04/2019 A 01/04/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1150/2020

Publicação Nº 2528534

PORTARIA Nº 1150/20 de 25/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIEGO MARTINS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) DIEGO MARTINS referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 A 29/02/2020 a serem gozadas no período de 03/04/2020 a 02/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1151/2020

Publicação Nº 2528535

PORTARIA Nº 1151/20 de 25/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOCIL DE JESUS CARVALHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) JOCIL DE JESUS CARVALHO referente ao período aquisitivo de 21/01/2019 A 20/01/2020 a serem gozadas no período de 07/04/2020 a 06/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1152/2020

Publicação Nº 2528536

PORTARIA Nº 1152/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVO ARNILDO MOREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) IVO ARNILDO MOREIRA referente ao período aquisitivo de 28/03/2018 A 27/03/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1153/2020

Publicação Nº 2528537

PORTARIA Nº 1153/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIOMAR CANUTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) DIOMAR CANUTO referente ao período aquisitivo de 16/03/2017 A 15/03/2018 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1154/2020

Publicação Nº 2528538

PORTARIA Nº 1154/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA APARECIDA LOPES DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato

administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ANA APARECIDA LOPES DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 13/09/2017 A 17/09/2018 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1156/2020

Publicação Nº 2528540

PORTARIA Nº 1156/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SALETE TRAMONTIN DE CASTRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) SALETE TRAMONTIN DE CASTRO referente ao período aquisitivo de 15/06/2017 A 14/06/2018 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1157/2020

Publicação Nº 2528542

PORTARIA Nº 1157/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAO CIRIO ALVES FERREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) JOAO CIRIO ALVES FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 A 29/02/2020 a serem gozadas no período de 08/04/2020 a 07/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1158/2020

Publicação Nº 2528543

PORTARIA Nº 1158/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE DE FATIMA VARELA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) IVONETE DE FATIMA VARELA referente ao período aquisitivo de 12/02/2017 A 11/02/2018 a serem gozadas no período de 01/04/20 a 30/04/20.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1159/2020

Publicação Nº 2528544

PORTARIA Nº 1159/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARILENE APARECIDA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) MARILENE APARECIDA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 04/12/2018 A 03/12/2019 a serem gozadas no período de 01/04/20 a 30/04/20.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1160/2020

Publicação Nº 2528545

PORTARIA Nº 1160/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HELENA MICHELIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) HELENA MICHELIN referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 A 31/03/2018 a serem gozadas no período de 01/04/20 a 30/04/20.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1161/2020

Publicação N° 2528546

PORTARIA N° 1161/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANDERLEIA SCAPINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) VANDERLEIA SCAPINI referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 A 31/01/2018 a serem gozadas no período de 01/04/20 a 30/04/20.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1164/2020

Publicação N° 2528547

PORTARIA N° 1164/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSANA CANDIDA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ROSANA CANDIDA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 A 29/02/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 A 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1307/2020

Publicação Nº 2528552

PORTARIA Nº 1307/2020 de 11/05/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCO AURELIO PADILHA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) MARCO AURELIO PADILHA referente ao período aquisitivo de 24/05/2017 á 26/05/2018 a serem gozadas no período de 04/05/2020 á 02/06/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 11 de maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1353/2020

Publicação Nº 2528554

PORTARIA Nº1353/2020 DE 21/05/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (A) SERVIDOR (A) MIGUELA APARECIDA DE SOUZA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o decreto municipal nº8570 de 31 de março de 2020, adere o decreto estadual nº535 de 30 de março de 2020 adota medidas administrativas no âmbito do município de Campos Novos em comprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e Estadual e á eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Corona vírus (covid-19) e dá outras providencias.

RESOLVE:

Art.1º. Com relação às medidas administrativas do Poder Executivo Municipal de Campos Novos, abrangendo Fundações e Autarquia Municipal, visando otimizar a aplicação dos recursos públicos e considerando os Decretos Municipal nº8565, nº8565, nº8.566, nº8.566, nº8.568 do exercício de 2020, os servidores públicos municipais afastados de suas atividades em decorrência das deposições estabelecidas, ficam, á critério da administração, sujeitos á concessão das seguintes Administrativas.

Art.2º.Conceder Licença Prêmio ao (a) servidor (a) MIGUELA APARECIDA DE SOUZA, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 15/05/2020 a 13/06/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1354/2020

Publicação Nº 2528555

PORTARIA Nº1354/2020 DE 21/05/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (A) SERVIDOR (A) ALEXANDRA CANANI SILVA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o decreto municipal nº8570 de 31 de março de 2020, adere o decreto estadual nº535 de 30 de março de 2020 adota medidas administrativas no âmbito do município de Campos Novos em comprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos

federal e Estadual e a eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Corona vírus (covid-19) e dá outras providências.

RESOLVE:

Art.1º. Com relação às medidas administrativas do Poder Executivo Municipal de Campos Novos, abrangendo Fundações e Autarquia Municipal, visando otimizar a aplicação dos recursos públicos e considerando os Decretos Municipais nº8565, nº8565, nº8.566, nº8.566, nº8.568 do exercício de 2020, os servidores públicos municipais afastados de suas atividades em decorrência das deposições estabelecidas, ficam, a critério da administração, sujeitos à concessão das seguintes Administrativas.

Art.2º. Conceder Licença Prêmio ao (a) servidor (a) ALEXANDRA CANANI SILVA, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 16/05/2020 a 14/06/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1355/2020

Publicação Nº 2528556

PORTARIA Nº1355/2020 DE 21/05/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (A) SERVIDOR (A) ANGELA MARIA DALBERTO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o decreto municipal nº8570 de 31 de março de 2020, adere o decreto estadual nº535 de 30 de março de 2020 adota medidas administrativas no âmbito do município de Campos Novos em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e Estadual e a eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Corona vírus (covid-19) e dá outras providências.

RESOLVE:

Art.1º. Com relação às medidas administrativas do Poder Executivo Municipal de Campos Novos, abrangendo Fundações e Autarquia Municipal, visando otimizar a aplicação dos recursos públicos e considerando os Decretos Municipais nº8565, nº8565, nº8.566, nº8.566, nº8.568 do exercício de 2020, os servidores públicos municipais afastados de suas atividades em decorrência das deposições estabelecidas, ficam, a critério da administração, sujeitos à concessão das seguintes Administrativas.

Art.2º. Conceder Licença Prêmio ao (a) servidor (a) ANGELA MARIA DALBERTO, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 16/05/2020 a 14/06/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1356/2020

Publicação Nº 2528558

PORTARIA Nº1356/2020 DE 22/05/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (A) SERVIDOR (A) MARIA ESMENDIA PADILHA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o decreto municipal nº8570 de 31 de março de 2020, adere o decreto estadual nº535 de 30 de março de 2020 adota medidas administrativas no âmbito do município de Campos Novos em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e Estadual e a eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Corona vírus (covid-19) e dá outras providências.

RESOLVE:

Art.1º. Com relação às medidas administrativas do Poder Executivo Municipal de Campos Novos, abrangendo Fundações e Autarquia Municipal, visando otimizar a aplicação dos recursos públicos e considerando os Decretos Municipais nº8565, nº8565, nº8.566, nº8.566, nº8.568 do exercício de 2020, os servidores públicos municipais afastados de suas atividades em decorrência das deposições estabelecidas, ficam, a critério da administração, sujeitos à concessão das seguintes Administrativas.

Art.2º.Conceder Licença Prêmio ao (a) servidor (a) MARIA ESMENDIA PADILHA, referente ao período aquisitivo de 01/04/2011 a 31/04/2016 a serem gozadas no período de 22/05/2020 a 19/08/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1432/2020

Publicação Nº 2528561

PORTARIA Nº1432/2020 de 22/05/2020

NOMEIA A SERVIDORA MARGARETE TEREZINHA NICLOTTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE EXECUTIVO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARGARETE TEREZINHA NICLOTTI, para o cargo em comissão de GERENTE EXECUTIVO, junto a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 01 de maio de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1433/2020

Publicação Nº 2528562

PORTARIA Nº1433/2020 de 22/05/2020

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA PORTARIA Nº 1440/2018, QUE NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE LICENÇA PRÊMIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; com amparo no Artigo 5º do decreto nº 4.796/04 de 19 de fevereiro de 2004,

RESOLVE:

Art.1º Nomear os servidor, Márcia Rita Silva, Nilva Maria Fabro Sarmento e Analine Kunen para procederem à análise dos requerimentos e a escolha dos servidores que terão direito a licença prêmio, de acordo com as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 04/2010 e decreto nº 4.796/04, competindo aos servidores a escolha do Presidente e Secretario.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 11 de maio de 2020 e revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1440/2018 de 06/06/2018.

Prefeitura de Campos Novos, 22 de Maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1447/2020

Publicação Nº 2528788

PORTARIA Nº 1.447, DE 05 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A ABERTURA DOS ENVELOPES, ANÁLISE DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA PONTUAÇÃO DOS INSCRITOS NA CHAMADA PÚBLICA – EDITAL N. 001 DE 08 DE JUNHO DE 2020, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e,

CONSIDERANDO o lançamento do Edital n. 001 de 08 de Junho de 2020 – Chamada pública para contratação temporária de profissionais para atuarem junto à Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de Campos Novos, e a necessidade de nomeação de membros para realizar a abertura dos envelopes, análise dos requisitos de habilitação e da pontuação dos inscritos;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os seguintes membros para compor a Comissão Especial responsável pela abertura dos envelopes, análise dos requisitos de habilitação e da pontuação dos candidatos inscritos na Chamada Pública da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio - FHJA, nos termos do Edital de n. 001:

- I - Ana Paula da Silva Roveda;
- II - Marcia Rita da Silva;
- III - Claudia Maria Schaly;
- IV - Elizângela Catarina Cassiano Brunetto;
- V - Susane Dias de Deus.

Art. 2º. Incumbe inicialmente aos servidores nomeados no art. 1º realizar reunião a fim de tomar conhecimento dos termos do Edital de chamada pública n. 001 da FHJA, bem como para definir quem será o Presidente da Comissão Especial.

Art. 3º. Compete ao Presidente da Comissão e aos demais membros da Comissão a responsabilidade pelo recebimento dos envelopes dos candidatos inscritos junto ao Agiliza – Campos Novos.

Art. 4º. A abertura dos envelopes e a análise da documentação apresentada deverá respeitar o cronograma descrito no Edital de Chamada Pública da FHJA de n. 001/2020.

Art. 5º. A Comissão Especial após julgamento minucioso dos documentos apresentados deverá encaminhar a Administradora Geral da FHJA lista final dos classificados por ordem decrescente, para fins de homologação.

Parágrafo único. Após homologação final da Chamada Pública, a documentação dos candidatos inscritos deverá ser arquivada junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 6º. Visando respeitar o princípio da publicidade e transparência, todos os atos deverão ser registrados.

Art. 7º. Qualquer dúvida a respeito dos critérios de seleção e/ou documentação apresentada deverá ser dirimida junto ao Departamento de Recursos Humanos, Diretoria da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio ou Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos-SC, 05 de Junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1473/2020

Publicação Nº 2528790

PORTARIA Nº 1.473, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA E ACRESCE MEMBROS NA COMISSÃO ESPECIAL NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 1.447 DE 05 DE JUNHO DE 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e,

CONSIDERANDO a Ata de nº. 02/2020 da Comissão de Avaliação da Chamada Pública da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, da qual se extrai a impossibilidade de participação de integrante, bem como quanto a necessidade de se acrescentar membros pelo grande número de inscrições;

RESOLVE:

Art. 1º. Retirar a integrante Cláudia Maria Schaly da Comissão Especial responsável pela abertura dos envelopes, análise dos requisitos de habilitação e da pontuação dos candidatos inscritos na Chamada Pública da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio - FHJA, nos termos do Edital de n. 001, e em contrapartida nomear novos membros, quais sejam:

- I – Ademar Moreira;
- II- Lilian Carolini Scaraboto;
- III- Letícia Piccoli Caiper.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria de nº. 1.447 de 05 de Junho de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos-SC, 18 de Junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 49/2020

Publicação Nº 2528269

PORTARIA Nº 49/2020 DE 01/06/2020
NOMEIA GABRIEL STANCK PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR FINANCEIRO

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100
RESOLVE:

Nomear GABRIEL STANCK, para o cargo em comissão de Diretor Financeiro, junto a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de junho de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 50/2020

Publicação Nº 2528289

PORTARIA Nº 50/2020 DE 01/06/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROZELEI APARECIDA DE QUADROS AMARAL.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100
RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROZELEI APARECIDA DE QUADROS AMARAL, referente ao período aquisitivo de 06/03/2018 a 05/03/2019 a serem gozadas no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de junho de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 51/2020

Publicação Nº 2528293

PORTARIA Nº 51/2020 DE 01/06/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIS TEREZINHA LESSI SANTIN.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100
RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIS TEREZINHA LESSI SANTIN, referente ao período aquisitivo de 02/02/2019 a 01/02/2020 a serem gozadas no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de junho de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 52/2020

Publicação Nº 2528331

PORTARIA Nº 52/2020 DE 01/06/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CILENE TEREZINHA DA CRUZ TEIXEIRA.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CILENE TEREZINHA DA CRUZ TEIXEIRA, referente ao período aquisitivo de 21/06/2018 a 20/06/2019 a serem gozadas no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de junho de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 970/2020

Publicação Nº 2528427

PORTARIA Nº 970/2020 de 17/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CAMILA APARECIDA OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) CAMILA APARECIDA OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 17/04/2019 A 17/04/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 971/2020

Publicação Nº 2528431

PORTARIA Nº 971/2020 de 17/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOCEANE GONÇALVES WALTER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) JOCEANE GONÇALVES WALTER referente ao período aquisitivo de 01/01/2017 A 31/12/2017 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 972/2020

Publicação Nº 2528435

PORTARIA Nº 972/2020 de 17/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FERMINO FRANCISCO DE MATOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) FERMINO FRANCISCO DE MATOS referente ao período aquisitivo de 19/08/2015 A 18/08/2016 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 973/2020

Publicação Nº 2528436

PORTARIA Nº 973/2020 de 17/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VILMAR DE MATOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) VILMAR DE MATOS referente ao período aquisitivo de 01/12/2017 A 30/11/2018 a serem gozadas no período de 02/04/2020 a 01/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 974/2020

Publicação Nº 2528440

PORTARIA Nº 974/2020 de 17/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA ROSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ANA PAULA ROSA referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 A 28/02/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 977/2020

Publicação Nº 2528443

PORTARIA Nº 977/2020 de 17/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA CAROLINA VIEL MATE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ANA CAROLINA VIEL MATE referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 A 28/02/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 978/2020

Publicação Nº 2528477

PORTARIA Nº 978/2020 de 17/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LILIANA APARECIDA DELAVY DA MAIA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) LILIANA APARECIDA DELAVY DA MAIA referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 A 29/02/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 979/2020

Publicação Nº 2528480

PORTARIA Nº 979/2020 de 17/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELA DEOLA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) DANIELA DEOLA referente ao período aquisitivo de 20/02/2019 A 19/02/2020 a serem gozadas no período de 24/03/2020 a 22/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 981/2020

Publicação Nº 2528486

PORTARIA Nº 981/2020 de 17/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DONIZETE FRANCISCO DE ASSIS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) DONIZETE FRANCISCO DE ASSIS referente ao período aquisitivo de 10/03/2017 A 09/03/2018 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 982/2020

Publicação Nº 2528487

PORTARIA Nº 982/2020 de 17/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCELO GALIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) MARCELO GALIO referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 A 31/03/2020 a serem gozadas no período de 14/04/2020 a 13/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 988/2020

Publicação Nº 2528489

PORTARIA Nº 988/20 de 17/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVA ISABEL TORRI PEREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) IVA ISABEL TORRI PEREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 A 28/02/2018 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 990/2020

Publicação Nº 2528490

PORTARIA Nº 990/20 de 17/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO referente ao período aquisitivo de 14/03/2019 A 13/03/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 991/2020

Publicação Nº 2528492

PORTARIA Nº 991/20 de 17/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CATIANE STEFANES SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) CATIANE STEFANES SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 A 29/02/2020 a serem gozadas no período de 03/04/2020 a 02/05/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1135 /2020

Publicação Nº 2528509

PORTARIA Nº 1135/20 de 25/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADEMIR BEBBER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
Considerando o Decreto nº 8.570 de 31/03/2020 que em seu Art.2º, inciso I e inciso II prevê. I - Férias normais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por igual período a critério da Secretaria a que se vincule, aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão. II - Férias antecipadas proporcionais de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos, temporários, seletivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ADEMIR BEBBER referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 A 01/01/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 08/2020**

Publicação Nº 2528968

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

DECRETO Nº 8/2020**DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS
DEPENDENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE CAMPOS NOVOS (SC).**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 12/06/2020 (sexta-feira), nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, retornando as atividades no dia 15/06/2020 (segunda-feira).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 10 de junho de 2020.

Maurilio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 7#1#36#3#3#8#2020#1#0#0#1

MOÇÃO Nº 19/2020

Publicação Nº 2528969

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

MOÇÃO Nº 19/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 137 e 138 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, a pedido do Vereador Darcy Rodrigo Pedroso, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização aos integrantes do Projeto...

"GOLES DE AFETO"

Com grande satisfação que vimos por meio desta Moção Parabenizar os integrantes do Projeto "GOLES DE AFETO" pela sua atuação no município de Campos Novos e região.

É do conhecimento de todos os camponovenses o trabalho realizado pela equipe através das atividades prestadas voluntariamente na confecção de artesanato, onde procura transmitir afeto e motivação ao mesmo tempo em que desperta o senso de sustentabilidade ao praticar a reutilização de material para produzir seus mimos.

Reconhecemos aqui o esforço desempenhado no projeto que contribuiu para a doação de cadeiras para a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, demonstrando que a união e o trabalho são capazes de contribuir para o bem de todos, sendo esta apenas uma entre tantas ações desenvolvidas.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhes sucesso no decorrer de suas atividades..

Sala das Sessões, em 16/06/2020.

Darcy Rodrigo Pedroso
Vereador

Maurílio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#19#2020#1#0#0#1

MOÇÃO Nº 20/2020

Publicação Nº 2528970

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

MOÇÃO Nº 20/2020

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 137 e 138 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, a pedido do Vereador Maurílio Castro Campagnoni, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização a...

"NAPALHA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA"

Com grande satisfação que vimos por meio desta Moção Parabenizar a empresa NAPALHA, seus proprietários, funcionários e colaboradores, pelos 25 anos de trabalho em nosso município e região.

É do conhecimento de todos os camponovenses o trabalho realizado pela equipe NAPALHA através do desenvolvimento das atividades de muitos empreendedores do campo de Campos Novos e região.

Agradecemos aos fundadores Emilio Cassaniga, Mário Spengler e Vladimir Roveda que iniciaram este trabalho e hoje alcançam essa marca histórica de 25 anos.

Reconhecemos aqui o esforço desempenhado por toda equipe Napalha, pelos serviços prestados com excelência e sendo um diferencial que tornou a empresa conhecida regionalmente.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhes sucesso no decorrer de suas atividades..

Sala das Sessões, em 18/06/2020.

Maurílio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracampnosnovos.sc.gov.br
www.camaracampnosnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislator.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#20#2020#1#0#0#1

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 135/2020

Publicação Nº 2528121

DECRETO Nº. 135/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 6.492 de 18/03/2020, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 07: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade orçamentária 15001: FUNREBOM de Canoinhas

Função 06: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Ação 2.30 – Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 08: Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

Unidade orçamentária 20001: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Subfunção 606: Extensão Rural

Programa 04: Desenvolvimento Sustentável

Ação 2.34 – Programa Porteira Adentro

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 80.000,00

Recurso 10000 – Recursos Ordinários

II)

Unidade Gestora 08: Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

Unidade orçamentária 20001: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Subfunção 606: Extensão Rural

Programa 04: Desenvolvimento Sustentável

Ação 2.70 – Ações de Incentivo e Apoio à Pecuária, Fruticultura e Olericultura

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 80.000,00

Recurso 10000 – Recursos Ordinários

III)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 846: Outros Encargos Especiais

Programa 03: Modernização Administrativa

Ação 0.3 – Precatórios e Sentenças Judiciais

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 136/2020

Publicação Nº 2528112

DECRETO Nº. 136/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 72.765,90 (setenta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 65.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.765,90
Recurso 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) – Educação - Superávit

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 72.765,90 (setenta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 65.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.765,90
Recurso 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) – Educação - Superávit

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 139/2020

Publicação Nº 2528767

DECRETO Nº. 139/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 147.444,52 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função 28: Encargos Especiais
Subfunção 843: Serviço da Dívida Interna
Programa 03: Modernização Administrativa
Ação 0.2 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada
3.2.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 147.444,52
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 147.444,52 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função 28: Encargos Especiais
Subfunção 843: Serviço da Dívida Interna
Programa 03: Modernização Administrativa
Ação 0.2 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada
4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 147.444,52
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º- Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 58.117,63 (cinquenta e oito mil, cento e dezessete reais e sessenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade Orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas58.117,63

Recursos 30200 – Rec. Imp./Transf. Imp. – Saúde - Superávit

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 58.117,63 (cinquenta e oito mil, cento e dezessete reais e sessenta e três centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme cancelamento de restos a pagar e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10200/30200	Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde / Superávit	58.117,63
TOTAL		58.117,63

Fonte: SMAFO/2020

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº SMS/003/2020

Publicação Nº 2528727

**Prefeitura de Canoinhas**
Secretaria de Saúde**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº SMS/003/2020**

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de profissionais que irão atuar junto à **CENTRAL DE TRIAGEM DO COVID-19** da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.528/2015.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Compreende-se como Processo Seletivo Simplificado: a inscrição, a classificação, e a contratação para o exercício temporário das atribuições do cargo.
- 1.2. O Processo Seletivo Simplificado será realizado por intermédio de Comissão designada por Portaria Específica.
- 1.3. Durante toda a realização deste Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no Art. 37, "caput" da Constituição Federal.

2. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

2.1. O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº de Vagas	Função	Requisitos	Remuneração	Carga Horária Semanal	Tipo de Prova
04	Técnico em Enfermagem	Ensino médio completo, curso técnico e registro no respectivo Conselho Profissional. Experiência mínima na área de atuação de 1 (um) ano.	R\$ 2.363,53	40h (escala 12x36)	Títulos; Análise Curricular.
02	Enfermeiro	Curso superior em Enfermagem e respectivo registro no Conselho Profissional. Experiência mínima na área de atuação de 1 (um) ano.	R\$ 3.306,30	40h (escala 12x36)	Títulos; Análise Curricular.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. Será admitida a inscrição exclusivamente via internet, por meio do link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSerpFiUFv1xRn7UIZ_qUdtjuc_hw3xbnWafHQ9dCjeKJvgaSA/viewform?usp=sf_link, solicitada no período entre 08:00 do dia 19 de junho de 2020 e 12:00 do dia 23 de junho de 2020.
- 3.2. As inscrições serão requeridas através do preenchimento do formulário disponibilizado por meio eletrônico através do link informado no item 3.1.
- 3.3. O preenchimento do formulário de forma incompleta ou incorreta, implicará a eliminação do candidato do Processo Seletivo.
- 3.4. **Juntamente com o formulário, no ato da inscrição o candidato deverá anexar os seguintes documentos digitalizados:** documento de identificação (RG e CPF), comprovante da graduação

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por vocêRua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7718 | E-mail: planejasus@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria de Saúde



exigida para o cargo e do registro no respectivo Conselho Profissional, bem como deverá anexar a documentação digitalizada para comprovação dos títulos, experiência profissional e participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, conforme critérios estabelecidos neste edital.

3.5. As inscrições serão gratuitas.

3.6. O candidato somente será considerado inscrito neste Processo Seletivo Simplificado, após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital.

3.7. As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Organizadora excluí-lo deste Processo Seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como, se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

3.8. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições e/ou entrega de documentos.

3.9. Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de 24 horas após a publicação das relações das inscrições deferidas.

4. DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. Ter idade mínima de 18 anos;

4.2. Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

4.3. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópia autenticada daqueles apresentados digitalmente no ato da inscrição, além dos seguintes:

4.3.1. Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

4.3.2. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

4.3.3. Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

4.3.4. Cédula de Identidade (RG);

4.3.5. CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

4.3.6. Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

4.3.7. Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

4.3.8. Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

4.3.9. Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

4.3.10. Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

4.3.11. Número de inscrição no PIS/PASEP;

4.3.12. Fotografia 3X4 recente;

4.3.13. Comprovante de residência atual;

4.3.14. Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

4.3.15. Certidão de Antecedentes Criminais junto ao TJSC;

4.4.16. Exame médico admissional.

4.4. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias prorrogável por igual período.

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7718 | E-mail: planejasus@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria de Saúde



5. DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO CURRICULAR E DOS TÍTULOS

5.1. A avaliação consistirá na Análise Curricular e de Títulos, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.

5.2. No processo de análise e avaliação curricular e dos títulos serão observadas, para fins de classificação, a formação escolar ou acadêmica, a experiência profissional na área para a qual concorre, a participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, com as respectivas cargas horárias e conteúdos na área de habilitação ao cargo pretendido, com certificados expedidos por Instituição devidamente autorizada, sendo que a pontuação do candidato será estabelecida conforme os critérios da tabela abaixo:

TÍTULOS	
Título	Pontuação por Certificado
Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em área diversa da exigida como requisito para o cargo.	0,25
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Especialização, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	0,50
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Mestrado, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins.	0,75
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Doutorado, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins.	1,00
Pontuação máxima por títulos	2,00
PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS	
Certificados	Pontuação por Certificado
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária de no mínimo 08 (oito) até o máximo de 20 (vinte) horas.	0,10
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 20 (vinte) até o máximo de 40 (quarenta) horas.	0,20
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 40 (quarenta) até o máximo de 80 (oitenta) horas.	0,30
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 80 (oitenta) até o máximo de 120 (cento e vinte) horas.	0,40
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 120 (cento e vinte) horas.	0,50
Pontuação máxima por participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios	3,00
EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	
Exercício profissional na área para a qual concorre.	01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses completos, não sendo considerada a fração de períodos menores.
Pontuação máxima para experiência profissional comprovada na área de atuação	5,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	10 (dez) pontos

5.3. Só serão considerados e pontuados os certificados, declarações e/ou certidões devidamente anexados na Ficha de Inscrição.

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7718 | E-mail: planejasus@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria de Saúde



- 5.4. Para comprovação dos títulos, o candidato deverá anexar, no momento da inscrição, a documentação pertinente digitalizada.
- 5.5. As informações prestadas e/ou não comprovadas de forma devida não serão computadas para fins de pontuação.
- 5.6. Não serão considerados na pontuação documentos ilegíveis ou incompletos.
- 5.7. Os Certificados de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio que não constarem a carga horária não serão pontuados;
- 5.8. Não serão pontuados certificados e declarações de estágios.
- 5.9. A comprovação da experiência de trabalho se dará: pela apresentação de cópia da CTPS, página de identificação e contrato de trabalho (com início e fim); pela apresentação de declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão Público onde trabalhou, com informação acerca das atividades desenvolvidas e respectivo período e/ou Portarias de Nomeações e Exonerações.
- 5.10. No caso de experiência profissional comprovada em dois locais diferentes em período concomitante, será considerado somente um dos vínculos para fins de tempo de experiência na área de atuação;
- 5.11. Cada certificado será pontuado uma única vez e para um único critério.
- 5.12. Os comprovantes de escolaridade e formação que constam como requisitos obrigatórios para o cargo, relacionados no item 2.1, não serão computados ou considerados na fase de Análise Curricular e Títulos, por se tratarem de requisito de ingresso.

6. DA CLASSIFICAÇÃO, RECURSOS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 6.1. O Resultado e classificação do Processo Seletivo Simplificado será a soma dos pontos obtidos no processo de análise e avaliação curricular e dos títulos, conforme os critérios de pontuação estabelecidos na tabela do item 5.2.
- 6.2. Os candidatos serão classificados de acordo com a pontuação obtida na ordem decrescente de pontos obtidos.
- 6.3. Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 2 (dois) pontos.
- 6.4. Ocorrendo empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
- O candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada;
 - O candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.
- 6.5. O candidato poderá interpor recurso, mediante documento escrito e protocolado junto à Comissão do Processo Seletivo, na Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 horas, contados a partir do primeiro dia útil da divulgação do resultado preliminar e classificação, no horário das 8hs às 12hs, anexando a documentação comprobatória.
- 6.6. Caberá a Comissão proceder à análise e julgamento do mesmo no prazo de 48 horas.
- 6.7. A classificação dos candidatos será válida enquanto prevalecer a situação de necessidade excepcional e temporária de interesse público, limitado ao prazo de vigência deste certame.
- 6.8. A convocação do primeiro candidato classificado será realizada pessoalmente ou por telefone, meio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado;
- 6.9. Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem de classificação.

7. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

- 7.1 Enfermeiro – 40h:** Integrar e organizar a escala dos profissionais do Centro de Triagem COVID-19. Realizar atividades de nível superior de elevada complexidade, relativas ao desenvolvimento e implementação de ações de educação, prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7718 | E-mail: planejasus@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas Secretaria de Saúde



individual e coletiva; sistematizar a assistência de enfermagem nas diferentes fases do ciclo vital e no Centro de Triagem COVID-19, zelando pela efetividade e eficácia dos resultados; identificar e atuar em situações de risco à saúde; supervisionar, orientar, dimensionar a equipe de enfermagem; participar da elaboração de protocolos de assistência e atuar em equipe multiprofissional; realizar o atendimento, prescrevendo os cuidados de enfermagem e medicamentos conforme protocolos técnicos, participar do planejamento, execução e avaliação das atividades a serem desenvolvidas na instituição por residentes e/ou estagiários; participar das atividades de ensino e pesquisa dentro de seu ambiente de atuação; executar suas atividades de acordo com as normas técnicas de biossegurança, bem como supervisionar e orientar a equipe multidisciplinar no uso correto de EPIs; desenvolver ações de vigilância em saúde; atuar no gerenciamento de riscos, elaborar e monitorar indicadores de assistência, qualidade e moral; atuar na prevenção de agravos relacionados ao ambiente de trabalho, como também nas ações de vigilância à saúde do trabalhador; prover recursos materiais, bem como dimensionamento e monitoramento de sua manutenção preventiva e corretiva; prover capacitação da equipe envolvida no manuseio de novos equipamentos; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade.

7.2. Técnico em Enfermagem: Integrar a escala do Centro de Triagem COVID-19, assistir ao Médico ou Enfermeiro no planejamento, programação, orientação, supervisão das atividades junto ao Centro de Triagem COVID-19; Prestar cuidados integrais a pacientes no Centro de Triagem COVID-19 sob a supervisão do Médico ou Enfermeiro; Executar tratamentos prescritos no Centro de Triagem COVID-19 sob a supervisão do Médico ou Enfermeiro; Executar tarefas referentes à conservação, validade e aplicação de testes e demais medicações; Executar outras atividades correlatas que lhe forem solicitadas pelo Médico, Enfermeiro e Secretaria Municipal de Saúde.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inscrição do candidato importará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como das normas e procedimentos que venham a ser editadas e publicadas durante a preparação e execução do certame.

8.2. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.3. O candidato aprovado deverá manter atualizado o seu endereço e dados para contato.

8.4. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no programa/cargo especificado neste Edital.

8.5. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente neste Edital, conforme dispuser a legislação local.

8.6. Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Canoinhas, 18 de junho de 2020

GILBERTO DOS PASSOS
PREFEITO

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7718 | E-mail: planejasus@pmc.sc.gov.br

LEI Nº 6.517 DE 17/06/2020

Publicação Nº 2528366

LEI Nº. 6.517 DE 17/06/2020

“INSTITUI O MÊS “MAIO LARANJA”, DEDICADO AO COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Esta Lei institui o Maio Laranja, a ser realizado a cada ano no Município de Canoinhas, no mês de maio, quando serão efetivadas ações relacionadas ao combate ao abuso e à exploração sexual em crianças e adolescentes, nos termos do regulamento.

Art. 2º Serão realizadas anualmente, no mês de maio, durante a campanha Maio Laranja, atividades para conscientizar sobre o combate ao abuso e à exploração sexual em crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A critério dos gestores devem ser desenvolvidas as seguintes atividades, entre outras:

I – promoção de palestras, eventos e atividades educativas; para crianças, adolescentes e profissionais da área, utilizando linguagem adequada para cada público alvo;

II – veiculação de campanhas de mídias e disponibilização à população de informações em banners, folders e outros materiais ilustrativos e exemplificados sobre a prevenção e o combate ao abuso e violência sexual em crianças e adolescentes, que contemplem a generalidade do tema.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 783/2020

Publicação Nº 2528437

PORTARIA Nº. 783/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais, de FRANCISCO DE ASSIS CORREA, detentor da matrícula nº 87 e do cargo efetivo de Motorista, na qual se extraiu, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00076/19-6, o período de 24 (vinte e quatro) anos, 00 (zero) meses e 01 (um) dias no período de 02/01/1980 a 01/02/1980, 27/08/1980 a 19/10/1982, 02/05/1984 a 30/06/1984, 05/09/1984 a 10/03/1987, 16/03/1987 a 20/05/1987, 01/10/1987 a 05/11/1987, 08/02/1988 a 31/07/1990, 01/04/2000 a 31/07/2016, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 784/2020

Publicação Nº 2528134

PORTARIA Nº. 784/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº 738/2020, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora PRISCILA SZUCK, efetiva no cargo de Telefonista, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 17/06/2020 a 26/06/2020, conforme Memorando nº 9.992/SMAFO/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 785/2020

Publicação Nº 2528191

PORTARIA Nº. 785/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Licença Prêmio ao servidor JAIR ZATTAR, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2015/2020, a desfrutar no período de 16/06/2020 a 05/07/2020, conforme Memorando nº 10.031/SMDEICT/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 785/2020

Publicação Nº 2528441

PORTARIA Nº. 785/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Licença Prêmio ao servidor JAIR ZATTAR, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2015/2020, a desfrutar no período de 16/06/2020 a 05/07/2020, conforme Memorando nº 10.031/SMDEICT/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 786/2020

Publicação Nº 2528127

PORTARIA Nº. 786/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIRAR

Art. 1º - Fica retirado, a partir de junho de 2020, o Adicional de Tempo Integral de 30%, concedido ao servidor JOSÉ CARLOS HERBST, efetivo no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Memorando nº 8.715/SMAFO/2020.

Art. 2º - Fica retirado, a partir de junho de 2020, o Adicional de Tempo Integral de 30%, concedido ao servidor EVERTON RANTHUM, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Memorando nº 8.715/SMAFO/2020.

Art. 3º - Fica retirado, a partir de junho de 2020, o Adicional de Tempo Integral de 30%, concedido ao servidor ADELMO DE CARVALHO, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Memorando nº 8.715/SMAFO/2020.

Art. 4º - Fica retirado, a partir de junho de 2020, o Adicional de Tempo Integral de 30%, concedido à servidora LILIANE TAIS GROSSKOPF, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, conforme Memorando nº 8.715/SMAFO/2020.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 791/2020

Publicação Nº 2528434

PORTARIA Nº. 791/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR PRAZOS

Art.1º - Ficam prorrogados, por 60 (sessenta) dias, os prazos relacionados à Processo de Sindicância em andamento e Avaliação de Estágio Probatório em curso, tendo em vista as orientações de distanciamento social impossibilitando a realização de reuniões, estas fundamentais para o andamento dos processos supra mencionados, conforme o Memorando nº 6.059/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 09/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2528576

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 09/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/07/2020, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS. Recebimento de propostas até às 08h00min, no endereço eletrônico www.licitações-e.com.br do dia 01/07/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 23/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2528579

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 23/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/06/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINFECÇÃO DE RUAS E ACESSOS A LOCAIS COM GRANDE FLUXO DE PESSOAS, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COMPREENDENDO AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E CONTENÇÃO DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE PÚBLICA, A FIM DE EVITAR A DISSEMINAÇÃO DE DOENÇA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 25/06/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 62/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2528570

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 62/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/07/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10 ENTREGUE NO POSTO DA CONTRATA, DIRETAMENTE NO TANQUE DOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E CAMINHONETES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 02/07/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 63/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2528571

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 63/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/07/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEDRA LASCÃO, BRITA GRADUADA, PÓ DE BRITA E CASCALHO BRITADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 06/07/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 65/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2528567

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 65/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/07/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES EMBALADAS EM RECIPIENTES DESCARTÁVEIS DE ALUMÍNIO OU ISOPOR, TIPO MARMITEX E X-SALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 03/07/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 66/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2528572

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 66/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/07/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 07/07/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 15/2020

Publicação Nº 2528574

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 15/2020

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/07/2020, às 14h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DO LETREIRO DE CANOINHAS-SC, NA PRAÇA LAURO MULLER E EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REALIZAÇÃO DE REFORMA DE UM BANHEIRO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO BANDEIRACOM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 13h45min do dia 06/07/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 10/2020

Publicação Nº 2528478

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 10/2020

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.

Objeto: LOCAÇÃO DE TERRENO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO EM IMÓVEL NA LOCALIDADE DE TIRA FOGO.

Contratada: JOSE ROBERTO TYSZKA (CPF: 548.528.709-34)

Valor do contrato: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 03/2020

Publicação Nº 2528499

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 03/2020

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Caput do art. 25, da Lei 8.666/93.

Contratado: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (CNPJ: 83.192.096/0001-64).

Objeto: REPASSE DE RECURSO REFERENTE À HABILITAÇÃO DE 05 (CINCO) LEITOS DE UTI NO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS.

Valor: R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 04/2020

Publicação Nº 2528494

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 04/2020

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Caput do art. 25, da Lei 8.666/93.

Contratado: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (CNPJ: 83.192.096/0001-64).

Objeto: REPASSE DE RECURSOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS PARA AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19.

Valor: R\$ 282.028,47 (duzentos e oitenta e dois mil e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 05/2020

Publicação Nº 2528483

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 05/2020

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Caput do art. 25, da Lei 8.666/93.

Contratado: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (CNPJ: 83.192.096/0001-64).

Objeto: REPASSE DE RECURSOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS PARA AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 - PARCELA 02.

Valor: R\$ 733.883,37 (setecentos e trinta e três mil e oitocentos e oitenta e três reais e trinta e sete centavos).

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO FMS 21.2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2529044

 Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 11.206.680/0001-10 Fone: (47) 3621-7700 saude@pmc.sc.gov.br https://www.pmc.sc.gov.br		Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 2238-1668-105	Página 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE21/2020 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Lote **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A COMPRA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E CONSUMO, NA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, AMBULATÓRIO DE EPIDEMIOLOGIA, NOS PROGRAMAS EXISTENTES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: 12273 - 3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CPF/CNPJ: 29.043.834/0001-66	Valor total (R\$):	67.800,00
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
15/06/2020	12	56782 - TINIDAZOL 500 MG Marca: GERMED	COMPRIMIDOS	30.000,00000	2,26000	67.800,00
Fornecedor: 509 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.				CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02	Valor total (R\$):	6.175,14
15/06/2020	3	64287 - DEXAMETASONA 0,1% + NEOMICINA 0,35% Marca: GEOLAB	FRASCOS	200,00000	16,35070	3.270,14
15/06/2020	4	19694 - DEXAMETASONA FOSFATO DISSODICO Marca: FARMACE	AMPOLA	3.500,00000	0,83000	2.905,00
Fornecedor: 1139 - ATONS DO BRASIL DIST. DE PROD. HOSP LTDA				CPF/CNPJ: 09.192.829/0001-08	Valor total (R\$):	31.200,00
15/06/2020	5	64478 - DIOSMINA 450MG+ HESPERIDINA 50MG Marca: DAFON	COMPRIMIDOS	80.000,00000	0,39000	31.200,00
Fornecedor: 12274 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CPF/CNPJ: 05.782.733/0003-00	Valor total (R\$):	6.000,00
15/06/2020	11	64907 - SALBUTAMOL 100 MCG USO INALATORIO Marca: GLAXO	FRASCOS	500,00000	12,00000	6.000,00
Fornecedor: 3024 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CPF/CNPJ: 02.520.829/0001-40	Valor total (R\$):	1.200,00
15/06/2020	2	14754 - CLORETO DE SODIO 0,9 % SPRAY NASAL Marca: NASOJET	FRASCOS	400,00000	3,00000	1.200,00
Fornecedor: 3908 - F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CPF/CNPJ: 28.093.678/0001-85	Valor total (R\$):	5.658,00
15/06/2020	10	64296 - METADONA 10 MG Marca: CRISTALIA	COMPRIMIDOS	4.000,00000	1,41450	5.658,00
Fornecedor: 12049 - RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CPF/CNPJ: 31.905.076/0001-90	Valor total (R\$):	4.490,00
15/06/2020	9	64906 - LOSARTANA 50 MG Marca: NEOQUÍMICA	COMPRIMIDOS	50.000,00000	0,08980	4.490,00
Fornecedor: 10043 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CPF/CNPJ: 05.531.725/0001-20	Valor total (R\$):	23.520,00
15/06/2020	6	62388 - DOXAZOSINA 2 MG Marca: EMS	COMPRIMIDOS	90.000,00000	0,10800	9.720,00
15/06/2020	8	62393 - HEPARINA 5000 UI/ML Marca: BLAU	AMPOLA	600,00000	23,00000	13.800,00
Total Adjudicado (R\$):						146.043,14

Total de licitações adjudicadas: 1**Total Geral Adjudicado (R\$): 146.043,14**

Antonio Augusto Martins Weinfurter
Procurador

Gilberto dos Passos
Prefeito

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 091/2020

Publicação Nº 2528832

DECRETO Nº 091/2020

“Dispõe sobre nomeação de membros da comissão permanente de licitações e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Licitações do município de Caxambu do Sul, para atuar em caráter permanente no exercício de 2020.

Art. 2º. A comissão permanente de licitação, ora instituída, será composta pelos seguintes membros, sob a presidência dos primeiro e segundo.:

I – SAIANE BURTET DO AMARAL;

II – EDUARDO LUIS SFREDDO.

III – ALAONE SICHELERO

SUPLENTE:

I – ITANIR MARANGONI;

Art. 3º As atribuições da Comissão inclui, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício 2020.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 18 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal de Caxambu do Sul

DECRETO 092/2020

Publicação Nº 2528829

DECRETO N. 092/2020

Dispõe sobre a designação de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade pregão no município de Caxambu do Sul/SC

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul/SC, no uso das atribuições legais previstas no art. 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, c/c o Decreto Municipal nº 91/2006, que regulamentou a Licitação – Modalidade Pregão, instituída pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no âmbito do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado a Servidora Municipal SAIANE BURTET DO AMARAL para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – EDUARDO LUIS SFREDDO

II – ALAONE SICHELERO

Suplentes:

I – ITANIR MARANGONI

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício de 2020;

Art 4º. Este Decreto entrou em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 18 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal de Caxambu do Sul

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 072, DE 18.06.2020

Publicação Nº 2527843

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 072, DE 18.06.2020

Revoga o inciso III e parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 029 de 20.03.2020 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso III e o parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 029 de 20.03.2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 18 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 073, DE 18.06.2020

Publicação Nº 2528048

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 073, DE 18.06.2020

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, IV, da Lei nº 0727 de 13.12.2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2020, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2019, na fonte de recurso 123 (Recurso Ordinário – tesouro - exercício anterior) no valor de R\$ 55.764,71 (cinquenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos), na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
02 – Divisão de Turismo
23 – Comércio e Serviços
695– Turismo
19 – Turismo e Desenvolvimento
123 – Recurso Ordinário – Tesouro – Exercício Anterior
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.077 - Divulgação do Potencial Turístico do Município R\$ 55.764,71

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de junho de 2020.

Marli Goretti Kammers
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 074, DE 18.06.2020

Publicação Nº 2528057

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 074, DE 18.06.2020

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, III, "b" da Lei nº 0727 de 13.12.2019,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais) no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541– Preservação e Conservação Ambiental

18 – Sustentabilidade Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.026 - Proteção de Fontes D'água e recuperação das nascentes R\$ 13.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541– Preservação e Conservação Ambiental

18 – Sustentabilidade Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.026 - Proteção de Fontes D'água e recuperação das nascentes R\$ 2.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de junho de 2020.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.12-2020**

Publicação Nº 2529004

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO**

PORTARIA Nº12/2020 de 18/06/2020.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Sr. Claudio José Eduardo, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 39. Inciso VIII do Regimento Interno e Artigo 78, §3º e §5º da Lei Complementar Nº008, de 23.12.99,

Considerando o direito do servidor no gozo de férias referente ao período de 2018, 2019, que restou fracionado em dois períodos através da portaria 01 de 17/01/2020 e que não deve ser acumulado com o período de 2019, 2020 que se aproxima;

Considerando ser o único servidor efetivo para o desempenho das atividades no processo legislativo e ainda atualmente a Assessora do Legislativo que auxilia o setor administrativo encontra-se afastada mediante atestado médico por problemas de saúde;

Considerando haver extrema necessidade e consequente interesse público em bonificar em pecúnia dez dias de férias do servidor, restando ainda cinco dias de gozo para complementar os 20 (vinte) dias fracionados por meio da Portaria n.01/2020.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder férias ao Servidor Dirceu Pereira, ocupante do cargo de Agente Administrativo Parlamentar de CINCO DIAS, COM ABONO PECUNIÁRIO DE DEZ DIAS referente ao período aquisitivo de 2018 a 2019, sendo que serão gozados os cinco dias no período de 22 a 26 de junho de 2020.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado 18 de junho de 2020.

CLAUDIO JOSÉ EDUARDO
Presidente

EDSON HOFFMANN
Vice Presidente

JUARES SCHNEIDER
1º Secretário

MAURÍCIO DE ANDRADE
2º Secretário

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 38.987, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528861

DECRETO Nº. 38.987, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Estabelece parâmetros mínimos de segurança sanitária para a circulação de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros no município de Chapecó, dentro do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 630, de 1º de junho de 2020;
CONSIDERANDO a pandemia caracterizada como emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);
CONSIDERANDO a necessidade de edição de parâmetros mínimos de segurança sanitária para a circulação de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros no município de Chapecó, dentro do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Chapecó, aos usuários e colaboradores;
CONSIDERANDO que o Município de Chapecó, na condição de poder concedente do serviço público municipal de transporte coletivo urbano, tem o dever de estabelecer condições para o seu funcionamento;
CONSIDERANDO as recomendações sanitárias e diretrizes para o transporte urbano expedidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina

DECRETA :

Art. 1º. Fica autorizado, a partir de 22 de junho de 2020, o funcionamento do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Chapecó, obedecendo as regras estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º. A circulação de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros ficará condicionada à observância, pela empresa concessionária, dos seguintes requisitos:

- I - a operação será reduzida em número de linhas e de viagens, de segunda-feira à sábado até às 14h, conforme horários determinados pela Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade - SEDEMOB;
- II - proibição de circulação nos domingos;
- III - o pagamento das tarifas será admitido exclusivamente por meio de cartão magnético nos veículos;
- IV - lotação de cada veículo limitada ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade nominal;
- V - disponibilização de álcool gel para utilização no interior do veículo;
- VI - desinfetar locais de uso comum, maçanetas, pegadores, catracas, poltronas e barras de apoio com álcool 70% ou outros produtos sanitizantes e ao final de cada turno de trabalho, o exterior e interior de cada veículo deverá ser limpo e desinfetado com álcool 70% ou outros produtos sanitizantes;
- VII - fixação, no interior de cada veículo, de cartazes informativos dos cuidados sobre: higienização de mãos, uso do álcool 70%, uso de máscaras, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes;
- VIII - fixação, no interior de cada veículo, de informações sobre locais de comercialização de passagens;
- IX - disponibilização de locais físicos para comercialização presencial de passagens e disponibilização de aquisição de passagens on line, via rede mundial de computadores - Internet;
- X - não será permitido o ingresso de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e demais integrantes do grupo de risco em veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, excetuando-se o transporte sanitário;
- XI - manutenção das janelas do veículo abertas;
- XII - obrigatoriedade de uso de máscaras por todos os usuários e colaboradores;
- XIII - orientar colaboradores que trabalham no veículo com relação à biossegurança de modo a preservar a saúde individual e coletiva, e, reforçar seus cuidados pessoais lavando sempre as mãos e utilizando álcool gel a cada viagem realizada;
- XIX - será admitida à concessionária do serviço não realizar a parada nos pontos quando a lotação máxima estabelecida já estiver atingida.

Art. 3º. O Município de Chapecó, através da Secretaria de Saúde, realizará a testagem para COVID-19 dos colaboradores que desenvolvem suas atividades dentro do veículo.

Art. 4º. As linhas, itinerários e horários de circulação dos veículos serão avaliados semanalmente pelo Município de Chapecó.

Art. 5º. O inciso IX do artigo 4º do Decreto nº. 38.747, de 07 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.:

IX - o Terminal Urbano João Destri: atendimento normal;"

Art. 6º. Fica vedada a utilização de assentos localizados no Terminal Urbano João Destri, devendo os mesmos serem isolados pela Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade.

Art. 7º. O descumprimento do disposto neste Decreto sujeita o infrator à aplicação das penalidades sanitárias previstas no Decreto Municipal

n. 38.847/20 e demais legislações aplicáveis, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Parágrafo único. A concessionária do serviço se sujeita, ainda, as penalidades operacionais e contratuais previstas na legislação aplicável e no contrato de concessão

Art. 8º. A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas neste Decreto ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, das equipes de Segurança Pública e das equipes de Fiscalização vinculadas a Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade - SEDEMOB.

Art. 9º. Ficam revogados, a partir de 22 de junho de 2020:

I - o Decreto nº. 38.690, de 18 de março de 2020;

II - o artigo 2º do Decreto nº. 38.977, de 07 de junho de 2020.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da 0h00 do dia 22 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.988, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528897

DECRETO Nº. 38.988, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso nº 001/2016 e Edital de Convocação nº 039/2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 08 de junho de 2020, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: HELEN FRANSEZ ROSA

CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

GRUPO IV: TÉCNICO PROFISSIONAL -TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 004515 – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.989, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528900

DECRETO Nº. 38.989, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso nº 001/2016 e Edital de Convocação nº 039/2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 08 de junho de 2020, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: KELLY CRISTINA LIERMANN

CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

GRUPO IV: TÉCNICO PROFISSIONAL -TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 004515 – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.990, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528902

DECRETO Nº. 38.990, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso nº 001/2016 e Edital de Convocação nº 039/2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 08 de junho de 2020, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: VANIA MARTINI

CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

GRUPO IV: TÉCNICO PROFISSIONAL -TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 004515 – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.991, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528903

DECRETO Nº. 38.991, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Reconhece como autoridades de saúde os militares e servidores da polícia militar de Santa Catarina para fins de fiscalização das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) no município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e o contido no artigo 31 da Lei nº 3.496, de 30 de outubro de 1992,

DECRETA :

Art. 1º. Na forma do artigo 31 da Lei nº 3.496, de 30 de outubro de 1992, ficam reconhecidos como autoridades de saúde no município de Chapecó os militares e servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento à COVID-19, sem prejuízo da atuação de órgãos com competência fiscalizatória específica.

Parágrafo único. Constatado pelas autoridades de que trata o caput deste artigo o descumprimento das medidas estabelecidas em Decretos ou em Portarias vigentes, a fiscalização da Vigilância em Saúde deve apurar eventual prática de infrações administrativas sanitárias previstas na Lei municipal nº 3.496, de 30 de outubro de 1992, na Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou na Lei federal nº 6.320, de 1983, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº04 DE 2020**

Publicação Nº 2528587

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 4/2020

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: FOLHA DESBRAVADOR EDITORA JORNALISTICA LTDA, CNPJ 07.368.633/0001-04
Objeto: CONTRATAÇÃO DE 23 (VINTE E TRÊS) ASSINATURAS DO JORNAL FOLHA DESBRAVADOR, COM ENTREGA SEMANAL,
Valor do Contrato: R\$ 4.105,50
Vigência: 18/06/2020 até o dia 18/06/2021

Chapecó, 18 de maio de 2020.

Ildo Adão Antonini
Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I - Nº 01, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528949

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I - Nº 01, DE 16 DE JUNHO DE 2020**

Dispõe sobre a produção e padronização de Instruções Normativas do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Chapecó.

CONSIDERANDO a necessidade de dispor sobre a produção de INSTRUÇÕES NORMATIVAS, a respeito das rotinas de trabalho a serem observadas na estrutura administrativa do Poder Legislativo de Chapecó, objetivando a implementação de procedimentos de controle;

CONSIDERANDO que as Instruções Normativas abrangem todos os setores administrativos da organização interna deste Poder Legislativo, quer como executoras de procedimentos, quer como fornecedoras ou receptoras de dados e informações em meio documental ou informatizado;

A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução Nº 07/2019, estabelece:

Art. 1º Fica instituída a INSTRUÇÃO NORMATIVA como documento que regulamenta os procedimentos a serem adotados na padronização da execução das atividades e rotinas de trabalho.

Art. 2º Esta Instrução Normativa estabelece as características gerais que as demais instruções normativas deverão observar, às quais estabelecerão rotinas de trabalhos e procedimentos de controle, alertas, relatórios, pareceres e auditorias, de modo a auxiliar na coordenação do Sistema de Controle Interno.

Parágrafo único. Esta Instrução Normativa abrange todos os setores que fazem parte da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Chapecó.

Art. 3º Para fins desta Instrução Normativa entende-se como:

I- Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle: a coletânea de Instruções Normativas.

II- Fluxograma: a demonstração gráfica das rotinas de trabalho relacionada a cada sistema administrativo, com a identificação da unidade executora.

III- Sistema: o conjunto de ações que, coordenadas, concorrem para um determinado fim.

IV- Sistema Administrativo: o conjunto de atividades afins, relacionadas às funções finalísticas ou de apoio, distribuídas em diversas unidades da organização e executadas sob a orientação técnica do respectivo órgão central, com o objetivo de atingir algum resultado.

V- Ponto de Controle: os aspectos relevantes em um sistema administrativo, integrantes das rotinas de trabalho ou na forma de indicadores, sobre os quais, em função de sua importância, grau de risco ou efeitos posteriores, deva haver algum procedimento de controle.

VI- Procedimentos de Controle: as ações inseridas nas rotinas de trabalho com o objetivo de assegurar a conformidade das operações inerentes a cada ponto de controle, visando restringir o cometimento de irregularidades ou ilegalidades e/ou preservar o patrimônio público.

VII- Sistema de Controle Interno: o conjunto de métodos, processos, rotinas e pessoas, orientados para auxiliar na atuação da gestão pública, com a finalidade de comprovar fatos, evitar erros, fraudes, desperdícios e ineficiência, na busca de um desempenho de excelência na consecução dos fins desejados pela administração pública, sob a coordenação, orientação técnica e supervisão da unidade responsável pela coordenação do controle interno.

VIII- Controle Interno da Câmara Municipal: unidade central de assessoramento, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, vinculada diretamente à Presidência, com o objetivo de avaliar a ação administrativa e a gestão fiscal do Legislativo, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. É responsável pela coordenação do Sistema de Controle Interno, emitindo instruções e orientações normativas de caráter

técnico-administrativo, e fica adstrita às auditorias e às demais formas de controle administrativo, instituídas com o objetivo de proteger o patrimônio público contra erros, fraudes e desperdícios.

IX- Unidades Executoras: setores administrativos responsáveis em colocar em prática as instruções normativas, observando os métodos, manuais, rotinas e procedimentos atinentes às atribuições de cada unidade que compõe a estrutura organizacional deste Legislativo.

Art. 4º O Controle Interno da Câmara Municipal, a quem se atribui a competência de elaborar as Instruções Normativas, deverá:

I- elaborar as Instruções Normativas e suas atualizações, em especial na identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos;

II- avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada setor administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento do respectivo controle ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas;

III- organizar e manter atualizado o Manual de Procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

Art. 5º As Unidades Executoras da Instrução Normativa deverão:

I- atender as solicitações do Controle Interno na fase de formatação da Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de elaboração;

II- alertar o Controle Interno sobre as alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando sua otimização, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional.

III- manter a Instrução Normativa disponível a todos os servidores da unidade, observando o seu fiel cumprimento;

IV- cumprir as determinações da Instrução Normativa, especialmente os procedimentos de controle e a padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 6º - A Instrução Normativa terá a seguinte formatação e característica:

I- será numerada de forma única e sequencial, com aposição do ano de sua expedição, escrita de maneira sucinta e clara, com descrição de sua finalidade;

II- identificará o nome da Unidade Responsável pela elaboração da Instrução Normativa, com detalhamento de sua abrangência e setor administrativo a que se refere, podendo ser geral ou somente para algumas Unidades Executoras;

III- uniformizará o entendimento sobre os aspectos mais relevantes inerentes ao assunto objeto da normatização, com especial atenção aos casos da Instrução Normativa abranger todas as unidades do Legislativo;

IV- indicará os principais instrumentos legais e regulamentares sobre o assunto que será tratado na Instrução Normativa, no que tange às rotinas de trabalho e procedimentos de controle;

VI- especificará as responsabilidades das Unidades Executoras, relativas ao assunto que está sendo normatizado;

VI- descreverá as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle, podendo utilizar as diversas técnicas e ferramentas administrativas existentes;

VII- definirá prazos, consequências da inobservância da normatização e outros assuntos correlatos ao objeto das Instruções normativas.

Art. 7º - A aprovação das Instruções Normativas ou suas alterações serão de competência do Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, expressa em despacho específico no corpo do próprio documento.

Art. 8º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Controle Interno da Câmara Municipal de Chapecó, 16 de junho de 2020.

Alan Carlos José Luiz

Assistente de Legislação e Administração

OAB/SC 52.581

Letícia Carmen Burchart

Controladora do Sistema de Controle Interno

CRC/RS 092339/O

Caroline Hoffmann

Procuradora Municipal Adjunta

OAB/SC 28.389

APROVO, PUBLIQUE-SE.

Em 18/06/2020

ILDO ADÃO ANTONINI

Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01 DE 2020

Publicação Nº 2528602

Inexigibilidade Nº IL1/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Eu, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó-SC, no uso de minhas atribuições legais, HOMOLOGO o licitatório em referência, o qual tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE 23 (VINTE E TRÊS) ASSINATURAS DO JORNAL FOLHA DESBRAVADOR, COM ENTREGA SEMANAL, tendo como vencedores/itens, o constante na tabela abaixo:

9325 - FOLHA DESBRAVADOR EDITORA JORNALISTICA LTDA (07.368.633/0001-04)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	192363 - SERVIÇOS REF. ASSINATURA DE JORNAL (FOLHA DESBRAVADOR)	UN		23	178,50	4.105,50
Total (R\$):					4.105,50	

Chapecó-SC, 17 de junho de 2020.

Ildo Adão Antonini
Presidente da Câmara

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N° 30/PMCS/2020 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação N° 2528585

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 57/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 30/PMCS/2020 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de Preços, para futuras CONTRATAÇÕES DE ESTRUTURAS, à serem utilizadas em diversos eventos promovidos/realizados pelo Município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h45min do dia 02/07/2020.

Abertura: Dia 02/07/2020, às 09h.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, n° 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 18 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 394/20

Publicação Nº 2528278

DECRETO SAF/Nº. 394/2020, de 15 de junho de 2020.

**IMPLANTA O COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL,
AUTARQUIA SOB REGIME ESPECIAL, APROVA SEU
ESTATUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica implantado o **Comitê Desportivo Municipal**, autarquia sob regime especial, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, como entidade de implementação da política desportiva e de lazer no âmbito do Município, nos termos da Lei Complementar nº 98, de 11 de dezembro de 2019, com alterações através da Lei Complementar nº 100, de 16 de abril de 2020.

Parágrafo único. O Comitê Desportivo Municipal tem sede e foro no Município de Cocal do Sul, SC.

Art. 2º Fica aprovado o Estatuto do Comitê Desportivo Municipal, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º O regimento interno do Conselho Deliberativo será aprovado e publicado no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

ANEXO ÚNICO

ESTATUTO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º O Comitê Desportivo Municipal de Cocal do Sul, criado pela Lei Complementar nº 98, de 11 de dezembro de 2019, com alterações através da Lei Complementar nº. 100, de 16 de abril de 2020, é uma autarquia municipal de caráter desportivo, dotada de personalidade jurídica de direito publico interno, com sede e foro no Município de Cocal do Sul - SC, e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º O prazo de duração do Comitê Desportivo Municipal é indeterminado.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Comitê Desportivo Municipal:

I - representar oficialmente o Município de Cocal do Sul em competições desportivas de qualquer modalidade;

II - executar a política e as diretrizes esportivas segundo normas gerais da Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, bem como as regras nacionais e internacionais relacionadas a práticas desportivas;

III - planejar estrategicamente, implantar, coordenar e avaliar a política municipal do esporte e lazer, com ênfase na educação esportiva de base, contemplando as modalidades olímpicas e amadoras;

IV - cooperar com o desporto educacional praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

V - promover o desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio-ambiente;

VI - promover o desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais deste Estatuto e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações;

VII - organizar, controlar, administrar e disciplinar o uso e o funcionamento de equipamentos e instalações esportivas municipais, desenvolvendo a política de integração do desporto, através da criação de espaços comuns e arenas de multiuso, bem como dos espaços esportivos já existentes;

VIII - organizar e supervisionar a realização de campeonatos e competições nas diversas modalidades esportivas, bem como programas de apoio e eventos recreativos, em favor de crianças, adolescentes, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais;

IX - firmar convênios, consórcios, protocolos, ajustes, termos e contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito publico ou privado, nacionais ou estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da autarquia e a execução de suas atribuições;

X - instituir e manter programas Bolsa Atleta, como forma de apoio e incentivo ao esporte e à recreação;

XI - cooperar com os clubes esportivos e recreativos, na organização de eventos do gênero;

XII - elaborar e propor projetos e programas, em parceria com a comunidade ou entidades organizadas, por meio do esporte comunitário.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 4º Constituem patrimônio do Comitê Desportivo Municipal:

I – as doações, legados e subvenções de bens móveis ou imóveis ou direitos que venham a ser concedidas em seu favor por instituições públicas ou privadas;

II – os bens e direitos que adquiridos em decorrência de suas atividades;

III – os bens e direitos que o município de Cocal do Sul vier a lhe atribuir por lei própria.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Comitê Desportivo Municipal serão utilizados, exclusivamente, na consecução dos seus objetivos.

Art. 5º Constituem recursos financeiros do Comitê Desportivo Municipal:

I – dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento do município de Cocal do Sul;

II – rendas auferidas por serviços prestados a terceiros e receitas eventuais;

III – créditos abertos em seu favor;

IV – aplicações financeiras, juros e rendas de bens patrimoniais;

V - doações e subvenções que lhe forem concedidas pelos governos Federal, Estadual ou Municipal e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, internas ou externas, ou por pessoas naturais;

VI – contribuições, auxílios, convênios e quaisquer recursos que obtiver a outro título.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento das atividades do Comitê Desportivo Municipal.

Art. 6º O exercício civil coincidirá com o ano civil.

Art. 7º É vedada à distribuição de qualquer parcela do patrimônio ou das rendas do Comitê Desportivo Municipal.

Art. 8º Os bens móveis integrantes do patrimônio do Comitê Desportivo Municipal só serão alienados com a expressa autorização do Prefeito Municipal.

Art. 9º Extinto o Comitê Desportivo Municipal, todos os bens reverterão ao patrimônio do município de Cocal do Sul.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Administração do Comitê Desportivo Municipal será exercida pela seguinte estrutura administrativa:

I – Conselho Deliberativo;

II – Diretoria da Autarquia e Desporto.

Seção I

Do Conselho Deliberativo

Art. 11. O Conselho Deliberativo é o órgão decisório, fiscalizador e controlador da gestão operacional, financeira e orçamentária do Comitê Desportivo Municipal.

Art. 12. O Conselho Deliberativo será composto por 6 (seis) membros efetivos, atuando um deles como Presidente e outro como Secretário, indicados para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo, e contará com representação paritária do Governo Municipal e da Sociedade Civil, na seguinte proporção:

I – 3 (três) representantes do Governo Municipal, indicados pelas, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento e Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – 3 (três) representantes da sociedade civil organizada, a saber:

a) 2 (dois) membros, indicados, representantes de Clubes e Associações Desportivas e Recreativas legalmente constituídas e em atividade no município de Cocal do Sul;

b) 1 (um) membro, que seja presidente de Associação de Moradores, indicado pelas Associações de Moradores do Município de Cocal do Sul.

Parágrafo único. Para cada membro titular eleito haverá 1 (um) suplente.

Art. 13. A indicação dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo dar-se-á da seguinte forma:

I – os candidatos a membro representante do Governo Municipal serão indicados pelo Prefeito Municipal e serão escolhidos dentre os servidores que compõem o quadro de servidores municipais efetivos;

II – os candidatos a representantes da sociedade civil organizada serão indicados pelas entidades relacionadas no inciso II, do artigo 12 deste Estatuto.

Art. 14. Os conselheiros indicados serão empossados pelo Prefeito, na forma prevista do Regimento Interno do Conselho Deliberativo.

Art. 15. Compete ao Conselho Deliberativo:

I – deliberar e decidir, em última instância, sobre todas as ações que constituem objeto do Comitê;

II - emitir parecer sobre os balancetes, o balanço e a prestação anual de contas;

III – emitir parecer sobre a contabilidade e a gestão financeira;

IV – emitir parecer sobre empréstimos a serem contraídos;

V – requisitar e examinar documentos relacionados com as finanças do Comitê Desportivo Municipal e requerer informações, se necessárias, ao desempenho de suas atribuições;

VI - elaborar seu regimento interno na conformidade do que dispuser este Estatuto;

VII – deliberar sobre a proposta orçamentária e programação de trabalho;

VIII – propor ao Chefe do Poder Executivo a substituição do Diretor da Autarquia de Desporto mediante deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros;

IX – eleger seu Presidente e Secretário, na forma que dispuser seu Regimento Interno.

§ 1º O Presidente do Conselho será eleito entre seus membros efetivos, na forma que dispuser o Regimento Interno.

§ 2º O Secretário do Conselho será escolhido entre seus membros efetivos, na forma que dispuser o Regimento Interno, podendo delegar tarefas de expediente aos servidores do Comitê Desportivo Municipal.

§ 3º Havendo empate na votação para escolha do Presidente e do Secretário, será eleito Presidente, o candidato mais idoso.

§ 4º Os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados e serão substituídos por meio de ato publicado pelo Presidente nos casos e na forma previstos neste Estatuto.

§ 5º A indicação dos representantes para membros do conselho contemplará a indicação do seu respectivo suplente.

Art. 16. O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente, pelo menos, uma vez por mês e, extraordinariamente por convocação do seu Presidente, do Diretor da

Autarquia de Desporto ou da maioria de seus membros, tantas vezes quantas forem necessárias ao fiel cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. O Diretor da Autarquia de Desporto participará, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho Deliberativo, podendo fazer uso da palavra, sem direito a voto.

Art. 17. As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria absoluta de votos e formalizadas através de Resoluções.

Subseção Única

Da formalização das proposições

Art. 18. As matérias que integrarão a pauta do Conselho Deliberativo serão apresentadas na forma de proposições, cujas normas atinentes à tramitação serão definidas no respectivo Regimento Interno.

§ 1º São partes legítimas para apresentar proposições:

I – o Prefeito Municipal;

II – o Diretor da Autarquia de Desporto do Comitê Desportivo Municipal;

III – o Presidente do Conselho Deliberativo e qualquer dos Conselheiros Titulares;

IV – entidades devidamente registradas junto à Secretaria Geral do Conselho, na forma que dispuser o regimento interno;

V – iniciativa popular, desde que a proposição seja subscrita por, no mínimo, um por cento da população do Município.

Seção II

Da Diretoria da Autarquia e Desporto

Art. 19. À Diretoria da Autarquia e Desporto com a supervisão direta do Conselho Deliberativo compete:

I - a supervisão da execução de todas as ações administrativas inerentes às atividades da Autarquia;

II - a direção das atividades gerais externas do Comitê Desportivo Municipal, tais como orientação, controle e supervisão;

III - a instituição do mecanismo de regulação e assessoramento;

IV - a coordenação da elaboração da proposta orçamentária;

V - a elaboração do programa de trabalho;

VI - a expedição de atos relativos aos servidores;

VII - a abertura de créditos adicionais e a transferência de verbas ou dotações orçamentárias;

VIII - a autorização de operações financeiras e a movimentação de recursos, inclusive despesas, bem como a assinatura de cheques em conjunto com o responsável financeiro;

IX - a celebração e assinatura de contratos e convênios;

X - a decisão sobre a aquisição de materiais e serviços necessários ao regular funcionamento do Comitê Desportivo Municipal;

XI - a representação judicial e extrajudicial do Comitê Desportivo Municipal, podendo constituir mandatários;

XII - o encaminhamento ao Conselho Deliberativo, a cada ano, da proposta orçamentária, na forma prevista por este Estatuto;

XIII - submeter, a cada quadrimestre, ao Conselho Deliberativo, os balancetes acompanhados de relatórios dos trabalhos e atividades do Comitê Desportivo Municipal, após aprovação, remetê-los ao Prefeito Municipal;

XIV - a administração e controle do patrimônio da entidade;

XV - a execução das atividades relativas ao recrutamento, a seleção, ao treinamento, ao regime jurídico, aos controles funcionais e as demais atividades de pessoal;

XVI - o levantamento e manutenção do material permanente e dos registros do patrimônio mobiliário;

XVII - a execução das atividades de padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle de todo o material utilizado nos serviços;

XVIII - o recebimento, pagamento, guarda e movimentação de numerário e demais valores do Comitê Desportivo Municipal;

XIX - o planejamento, programação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades do Comitê;

XX - baixar normas e outros atos administrativos necessários a gestão do Comitê;

XXI - praticar os atos relativos ao provimento dos cargos públicos do Comitê Desportivo Municipal bem como os demais atos relacionados à administração de pessoal;

XXII - assinar cheques e demais documentos pertinentes, em conjunto com o Secretário Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento do Poder Executivo Municipal;

XXIII - participar das reuniões do Conselho Deliberativo, salvo naquela que deliberar sobre seu afastamento;

XXIV - convocar o Conselho Deliberativo para reunir-se extraordinariamente, quando necessário.

Art. 20. As atribuições inerentes à Diretoria de Autarquia e Desporto serão exercidas pelo Diretor da Autarquia e Desporto, ocupante do cargo de provimento comissionado, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, criado nos termos da Lei Complementar nº 98, de 11 de dezembro de 2019, e suas alterações.

§ 1º A nomeação do ocupante do cargo de Diretor da Autarquia e Desporto recairá sobre pessoa de reconhecida idoneidade moral e experiência comprovada em assuntos relacionados ao esporte e lazer e a administração pública.

§ 2º Ao servidor efetivo do quadro de carreira da administração pública municipal direta ou indireta, nomeado para o exercício de cargo comissionado previsto no *caput* deste artigo, será facultado optar pela remuneração própria do cargo de carreira do qual é titular, acrescido do adicional de representação previsto para o respectivo cargo de provimento comissionado.

Art. 21. No exercício de suas atribuições, o Diretor da Autarquia e Desporto contará com o apoio técnico e operacional dos servidores do município, especialmente dos Setores de Orçamento, Compras e Autorização de Fornecimento, Setor de Licitações e Contratos, Setor de Controle do Patrimônio, Setor de Pessoal e Recursos Humanos, Setor de Contabilidade, Setor de Controle Interno e Setor de Tesouraria e Contas a Pagar e entre outras.

§ 1º O apoio técnico e operacional referido no *caput* deste artigo, dar-se-á da seguinte forma:

I – para o processo de Compras e Licitações: o Diretor da Autarquia e Desporto do Comitê Desportivo Municipal enviará ao Setor de Orçamentos, Compras e Autorização de Fornecimento, a respectiva solicitação de fornecimento conforme padrão adotado, devidamente preenchido, acompanhado de três orçamentos de preço, assinados pelo representante da respectiva empresa; de posse destes documentos, o Setor de Orçamentos, Compras e Autorização de Fornecimento analisará e procederá encaminhamento em caso de licitação, para Setor de Licitação e Contratos ou em caso de compra direta efetuará a aquisição e entrega aos Setores de Patrimônio e Almoxarifado e posterior entrega ao solicitante;

II – para o Registro Patrimonial: o Diretor da Autarquia e Desporto deverá encaminhar aos Setores de Contabilidade e Controle Patrimonial do município, os documentos contábeis relativos a todos os atos praticados na entidade que envolvam aquisição de bens móveis e imóveis;

III – na área de Recursos Humanos: o Diretor da Autarquia e Desporto deverá encaminhar ao Setor de Pessoal e Recursos Humanos do município, o respectivo ato de nomeação;

IV – na área Contábil: o Diretor da Autarquia e Desporto deverá encaminhar aos Setores de Contabilidade e de Controle do Patrimônio do município, os documentos contábeis relativos a todos os atos praticados na entidade que envolva despesas públicas;

V – no Controle Interno: o Diretor da Autarquia e Desporto deverá encaminhar a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do município, os documentos necessários à fiscalização e controle internos;

VI – no Financeiro: o Diretor da Autarquia e Desporto deverá encaminhar ao Setor de Contabilidade do município, todos os documentos fiscais necessários ao pagamento e quitação das despesas inerentes a Autarquia Municipal de Desporto, cabendo a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento do município a execução de todos os atos pertinentes, inclusive a assinatura de cheques, em conjunto com o Diretor da Autarquia e Desporto.

§ 2º O rol de serviços definidos nos incisos I a VI deste artigo, é exemplificativo, podendo ser disponibilizado apoio técnico e operacional ao Comitê Desportivo Municipal em todas as áreas em que se fizer necessário.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, GERAIS E FINAIS

Art. 22. As reformas estatutárias que se fizerem necessárias serão levadas a efeito mediante proposta da maioria dos membros do Conselho Deliberativo e serão encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo para aprovação.

Art. 23. Os serviços técnicos adstritos à área de atuação do Comitê Desportivo Municipal serão executados por servidores ocupantes de cargos públicos, de provimento efetivo, criados na forma da Lei Complementar nº 98, de 11 de dezembro de 2019, e suas alterações.

Parágrafo único. Os servidores do Comitê Desportivo Municipal serão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário do Município de Cocal do Sul, exceto aqueles eventualmente postos à disposição ou regidos por lei específica.

Art. 24. O horário de trabalho dos órgãos do Comitê Desportivo Municipal será fixado pelo Diretor da Autarquia e Desporto atendendo-se as necessidades dos serviços, obedecidos os limites mínimo e máximo de horas semanais de trabalho fixados no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 25. Excepcionalmente, até que se concluam os atos constitutivos e estejam estruturados os órgãos administrativos previstos na Lei Complementar nº 98, de 11 de dezembro de 2019, e suas alterações, o Comitê Desportivo Municipal será representado judicial e extrajudicialmente pelo titular do cargo do(a) Secretário(a) Municipal de Educação.

Parágrafo único. A nomeação do Diretor da Autarquia e Desporto na forma do artigo 20 deste Estatuto transfere a este a condição de representante do Comitê Desportivo Municipal na forma da Lei Complementar nº 98, de 11 de dezembro de 2019, e suas alterações.

Art. 26. As normas relativas à primeira eleição do Conselho Deliberativo serão definidas por Decreto do chefe do Poder Executivo.

Paço Municipal Jarvis Gaifzinski, 15 de junho de 2002.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão
Administrativa, Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 395/20

Publicação Nº 2528286

DECRETO SAF/Nº. 395/2020, de 16 de junho de 2020.

DESIGNA MARIANA FELTRIN CANEVER, COORDENADORA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º MARIANA FELTRIN CANEVER, portadora do CPF nº. 071.122.049-25, Médica Veterinária, CRMV 06119-VP(SC), nomeada por Concurso Público em 03 de fevereiro de 2020, através do Decreto SAF/Nº. 75/2020, Coordenadora do Serviço de Inspeção Municipal, conforme Lei Municipal nº. 1.469, de 08 de maio de 2019, a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 396/20

Publicação Nº 2528287

DECRETO SAF/N. 396/2020, de 16 de junho de 2020.

ESTABELECE PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA RECEBIDA NA ÁREA DA SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONSIDERANDO o artigo 5º, da Lei Complementar nº. 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o auxílio financeiro aos Municípios, e dá outras providências;

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e conforme art. 5º, da Lei Complementar Federal nº. 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfretamento ao Covid-19, altera a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2020, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido que os recursos recebidos pelo município de Cocal do Sul, conforme art. 5º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar Federal nº. 173, de 27 de maio de 2020, serão destinados 65%(sessenta e cinco por cento) para a área de Saúde e, 35% (trinta e cinco por cento) serão destinados para a área de Assistência Social.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 397/20

Publicação Nº 2528291

DECRETO SAF/Nº 397/2020, de 17 de junho de 2020.

MODIFICA DISPOSIÇÕES DO DECRETO SAF/N. 316/20, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 45, I e XXIII, da Lei Orgânica do Município, com a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e com o Decreto SAF/nº 315/20, 316/20 e 320/20,

CONSIDERANDO a necessidade de revisão do Decreto SAF/Nº. 316/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto SAF/Nº 316/20, de 19 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 398/20

Publicação Nº 2528295

DECRETO SAF/N. 398/2020, de 17 de junho de 2020.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento Rural		
ÓRGÃO	16	
Aquisição de máquinas e equipamentos	1.021	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000	Aplicações Diretas	105.000,00

Parágrafo único. A abertura de crédito suplementar ao orçamento do município, na fonte de recurso OO – Recurso ordinários, se dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, para execução de contrapartida municipal na aquisição de 01 caminhão novo, por meio de convênio Mapa nº 892348/2019 e 02 tratores agrícolas, por meio do Convênio Mapa n. 890037/2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 33/PMCS/2020

Publicação Nº 2527947

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2020.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: DJALMA ZANETTE SERVIÇOS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/PMCS/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/PMCS/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de materiais para pavimentação asfáltica e recuperação de ruas, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 27/05/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: 4.485,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO CONTRATO 45/PMCS/2020

Publicação Nº 2527948

CONTRATO Nº: 45/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: INGÁ CAMINHÕES LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 51/PMCS/2020.
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO Nº: 01/PMCS/2020

Objeto: Aquisição de um Caminhão Novo (0km), em conformidade com o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, juntamente com a Lei nº 12.462/2011 (RDC) e o Decreto Municipal nº 358/2020 de 28 de abril de 2020.

Assinatura: 01/06/2020
Vigência: Início: 02/06/2020 Término: 01/06/2021
Valor: R\$ 269.500,00 (duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais)
Dotação Orçamentária: 16.002.15.451.1700.1013.4.4.90.00.00

EXTRATO CONTRATO 48/PMCS/2020

Publicação Nº 2527949

CONTRATO Nº: 48/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: RENATO CAMPIOL & CIA LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 53/PMCS/2020
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO Nº: 02/PMCS/2020

Objeto: Aquisição de um tanque inox usado, cilíndrico, auto-portante com capacidade de carga de 16.000 litros, em conformidade com o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, juntamente com a Lei nº 12.462/2011 (RDC) e o Decreto Municipal nº 358/2020 de 28 de abril de 2020.

Assinatura: 04/06/2020
Vigência: Início: 05/06/2020 Término: 04/06/2021
Valor: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
Dotação Orçamentária: 16.002.15.451.1700.1013.4.4.90.00.00

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/FMS/2020

Publicação Nº 2527946

ADITIVO Nº: 07/2020.
CONTRATO Nº: 08/2019.
TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. – PRORROGAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: SEM PARADA CONSTRUÇÕES LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 13/FMS/2019
TOMADA DE PREÇOS: 01/FMS/2019

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços com fornecimento de materiais para reforma na Unidade de Saúde ESF, localizada no Bairro Jardim Elizabeth, no Município de Cocal do Sul/SC, pela proposta do Ministério da Saúde de nº 10423151000118003.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de execução do contrato firmado entre as partes em 03/10/2019.

Assinatura: 23/03/2020
Vigência: Início: 01/04/2020 Término: 31/10/2020

EXTRATO TERMO ADITIVO 25/PMCS/2020

Publicação Nº 2527945

ADITIVO Nº: 25/2020.
CONTRATO Nº: 107/2019.
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – ACRÉSCIMO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 157/PMCS/2019
TOMADA DE PREÇO: 10/PMCS/2019

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução da Revitalização da Praça Otacílio Galli situada na Avenida Polidoro Santiago s/n, no bairro centro, no Município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 11,30% (onze vírgula trinta por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes em 04/12/2019.

Assinatura: 02/06/2020
Valor: R\$ 10.639,87 (dez mil e seiscentos e trinta e nove reais com oitenta e sete centavos)

LEI 1.550

Publicação Nº 2528674

LEI Nº. 1.550, de 17 de junho de 2020.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO NO LOTEAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA, BAIRRO VILA NOVA, NESTE MUNICÍPIO.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º. Passam a denominar-se:

RUA PRIMO ZANATTA – Inicia ao Oeste do terreno na confrontação da Área Verde do Município, até encontrar o retorno (cul-de-sac) que confronta com a área de APP do loteamento, com uma extensão de 230,00 metros e uma largura de 12,00 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI 1.551

Publicação Nº 2528678

LEI Nº. 1.551, de 17 de junho de 2020.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO NO LOTEAMENTO PARQUE VERDE, BAIRRO UNIÃO, NESTE MUNICÍPIO.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º. Passam a denominar-se:

RUA CECILIA RECCO BURIGO – Inicia na Rua João Luiz da Rolt até encontrar o terreno do Sr. Hildo Biella – Rua sem saída, com uma extensão de 134,00 metros e uma largura de 12,00 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

AVISO ADENDO 01 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2020 PMC

Publicação Nº 2528751

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL DE

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2020 PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO do Município de Concórdia-SC, por intermédio de seu Secretário, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é contratação de empresa especializada em geotecnia, para execução de serviços de sondagens geotécnicas, do tipo mista e SPT (Standard Penetration Test), em regime de empreitada por preços máximos unitários, para subsidiar estudos e projetos de fundações e contenções, neste Município, sofreu alterações.

Os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma:

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/07/2020, às 10h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 15/07/2020, às 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 15/07/2020, às 10h00min.

Abertura: dia 15/07/2020, às 14h00min

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de abril de 2020.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Planejamento

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020 – PMC

Publicação Nº 2528858

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços, em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra) para execução de adequações em padrões de entrada existentes nas vias a serem pavimentadas, em diversos pontos do Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 02/07/2020.

Abertura: dia 02/07/2020 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2020.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Planejamento

AVISO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 2-2020 FMS

Publicação Nº 2528253

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2020 - FMS

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), visando a modificação de uso e reforma da edificação da UPA 24h, para a implantação de duas Unidades Ambulatoriais - Unidade Sanitária Central e a Estratégia de Saúde da Família Jardim Europa, e ainda a Rede de Frios, localizada na Rua Alexandre Lorenzet, nº 319, Loteamento Jardim Europa, Bairro Parque de Exposições, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 16/07/2020 AS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 13/07/2020 AS 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 16/07/2020 AS 10h00min.

ABERTURA: dia 16/07/2020 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link

☐ Licitações ☐. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2020.

GEOVANI BEDIN

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 550/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528172

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 550/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CARLA REJANE LUTZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir do mês de julho de 2020, à servidora CARLA REJANE LUTZ, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de cinco meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de janeiro de 1995 a 7 de janeiro de 2000;

II – dois meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de janeiro de 2000 a 7 de janeiro de 2005;

III – dois meses, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de janeiro de 2005 a 7 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	GEOVANI BEDIN Secretário Municipal de Saúde
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 551/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528173

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 551/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Constitui e designa Comissão Especial, para análise quanto à aplicabilidade da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, no âmbito do Município de Concórdia, SC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando a Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial para analisar os efeitos e a aplicabilidade, no âmbito do Município de Concórdia, SC, da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e dá outras providências.

Art. 2º Ficam designadas, para condução dos trabalhos, as pessoas abaixo relacionadas:

I – representantes do Poder Executivo:

a) presidente: MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA;

b) secretária: CRISTIANE PERIN;

c) membros:

1. DARLINE NEUMANN;

2. DIANE DOS SANTOS;

3. IZAIAS MARTINS DA SILVA;

4. MARCIANO CORADI.

II – representantes do Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região – SSMCR:

a) AFONSO HENRIQUE NIEMEYER AGNOLIN;

b) MARIANA FREIXIELA HERNANDEZ.

Art. 3º Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 552/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528185

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**DECRETO Nº 552/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.**

Dá nova redação à alínea “b” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 600/2019, de 26 de julho de 2019 e alteração, que designa membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “b” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 600/2019, de 26 de julho de 2019 e alteração, que designa membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, representantes de entidades não governamentais, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

b) IRINEU RORATO, representante do Rotary Club Concórdia;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 553/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528187

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 553/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações, e considerando o Parecer Jurídico emitido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 10 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.134 dias, ou seja: 3 (três) anos, 1 (um) mês e 9 (nove) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 8 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 554/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528189

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 554/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto nº 106/2017, de 26 de janeiro de 2017 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 253, de 27 de novembro de 2002 e alterações e no Decreto nº 4.639, de 2 de julho de 2003.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 106/2017, de 26 de janeiro de 2017 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I – presidente: NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação; (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 555/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528195

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 555/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Exclui expressão constante no caput do art. 3º do Decreto nº 210/2019, de 25 de março de 2019, que constitui e designa Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 34 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações; na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações, e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica excluída a expressão: “pelo exercício de função de assessoramento,” constante no caput do art. 3º do Decreto nº 210/2019, de 25 de março de 2019, que constitui e designa Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.527, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528207

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.527, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar e especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.395, de 15 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2020, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.001	Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade	10.0305.0063.2629	Enfrentamento de Emergência de Saúde – Nacional
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.380012	Combate ao Coronavírus (COVID-19) R\$ 679.890,06
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 679.890,06		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal da Fazenda
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.528, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528210

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.528, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, "e", c/c o disposto no art. 5º, "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 1.841,796m², ocupada pelo traçado da Rua Catharina Maffessoni, Bairro da Gruta, caracterizada como: parte dos lotes rurais nºs. 710, 711 e 712, do 8º Bloco da Colônia Concórdia propriedade Rio do Engano, de propriedade de SALVADOR ANTONIO ANGONEZE, inscrito no CPF sob nº 174.116.100-20 e sua mulher JUSSARA INES SLONGO ANGONEZE, inscrita no CPF sob nº 477.278.969-34, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.166, Livro nº 2 – "AAY".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ELTON POLINA Secretário Municipal de Gestão Urbana
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.529, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528216

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.529, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar e especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.399, de 16 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2020, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária	13.001	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0305.0063.2629	Enfrentamento de Emergência de Saúde – Nacional
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.380012	Combate ao Coronavírus (COVID-19). R\$ 4.813.331,10
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 4.813.331,10

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal da Fazenda
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 05/2020

Publicação Nº 2528782

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**CONCORRÊNCIA Nº 05/2020 – PMC**

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica das seguintes ruas: Rua Butiás – Bairro Petrópolis, Rua Vitório S. Caetano Lorenzetti, Rua Vaticano e Rua Attilio Lorenzetti – Bairro das Nações, Rua Luiz Olivo e Rua João da Rosa – Bairro da Gruta, e Rua Tocantins – Bairro dos Estados, neste município, e de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo “D” do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA, SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP e PROJEPAV ENGENHARIA EIRELI. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, verificando-se que os mesmos estavam intactos e foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação das licitantes, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que as licitantes KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA, SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP e PROJEPAV ENGENHARIA EIRELI, apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim as licitantes foram julgadas HABILITADAS. Destaca-se que as empresas KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA, SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP e PROJEPAV ENGENHARIA EIRELI, comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial e/ou Cartão CNPJ, documento este, exigido no subitem 5.1.4 do Edital, que são Empresas de Pequeno Porte (EPP). Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados pelo Secretário de Planejamento do Município, senhor Daniel Faganello. A Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a”, do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a

referida intimação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, a abertura dos envelopes ocorrerá neste mesmo local, às 14h00min do próximo dia 01 de julho de 2020, na sessão de abertura das Propostas de Preços (Envelope nº 02).

Concórdia, SC, 17 de junho de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA
Presidente da CPL

LEI Nº 5.394, DE 9 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528151

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.394, DE 9 DE JUNHO DE 2020.

Altera dispositivos da Lei nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 5.035, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Concórdia, terá dispositivos alterados, na forma desta Lei.

Art. 2º O inciso I do art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

I – primazia à responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASC na condução da política de assistência social;” (NR)

Art. 3º O art. 24 terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o caput passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. A estrutura administrativa da SEASC é definida pela Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações, e a gestão da política de assistência social é constituída pela seguinte estrutura:” (NR)

II – a alínea “a” do inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

“a) Secretário Municipal de Assistência Social;” (NR)

Art. 4º As alíneas “d”, “e” e “f” do inciso I do art. 32, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. (...)

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário;

f) 1 (um) representante da Diretoria de Esporte da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura;” (NR)

Art. 5º Fica alterada a expressão: “SEDES”, para: “SEASC”, em todos os dispositivos que se faça expressa tal referência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

LEI Nº 5.395, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528155

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.395, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2020, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.001	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0305.0063.2629	Enfrentamento de Emergência de Saúde – Nacional
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.380012	Combate ao Coronavírus (COVID-19) R\$ 679.890,06
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 679.890,06

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.270, de 14 de outubro de 2019 e 5.327, de 20 de dezembro de 2019, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal da Fazenda

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.396, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528163

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.396, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Altera expressões constantes na Lei nº 3.765, de 9 de outubro de 2006 e alterações, que dispõem sobre a administração do Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Ficam alteradas as expressões constantes na Lei nº 3.765, de 9 de outubro de 2006 e alterações, que dispõem sobre a administração do Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, na forma abaixo:

I – “Fundação Municipal de Esportes – FMEC”, para: “Secretaria Municipal de Desporto e Cultura – SEDEC”;

II – “FMEC”, para: “SEDEC”;

III – “Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo”, para: “Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	NEURI COMIN Secretário Municipal de Desporto e Cultura
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.399, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528168

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.399, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2020, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária	13.001	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0305.0063.2629	Enfrentamento de Emergência de Saúde – Nacional
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.380012	Combate ao Coronavírus (COVID-19). R\$ 4.813.331,10
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 4.813.331,10

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.270, de 14 de outubro de 2019 e 5.327, de 20 de dezembro de 2019, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal da Fazenda

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 96/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528147

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 96/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada na CI GAP 36/2020, do Gabinete do Prefeito, protocolizada em 15 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora JULIANA LUPATO ZUCCHI, ocupante do cargo de Assessora de Atendimento ao Público, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 97/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528149

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 97/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando:

- o Adendo nº 20/2020, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;
- a CI DSMT 148/2020, de 15 de junho de 2020, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), à servidora ANA PAULA MARTINI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, no período de 5 a 30 de junho de 2020.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º desta Portaria, fica suspenso, no mesmo período, o Adicional de Insalubridade concedido à servidora.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

Publicação Nº 2528246

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2020

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2020

O **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por seu gestor Sr. Sócrates Perin, e a(s) empresa(s) **DEDETIZADORA BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 18.528.157/0001-50, com sede na Linha General Osório, sn, rural, Cordilheira Alta, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Junior Alberto Pedroso, inscrito(a) no CPF sob nº 046.179.539-65, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINFECÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no termo de adjudicação serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os itens deverão ser entregues de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A execução do serviço deverá ocorrer em até 02 (dois) dias do envio da Autorização de Fornecimento, em conformidade com o edital, anexos, proposta de preços e ata de Registro de Preços.

4.2. O serviço deverá ser executado fora do horário de expediente, visando minimizar a circulação de pessoas durante a desinfecção do local.

4.3. Após a prestação do serviço a empresa contratada deverá emitir Laudo, certificando a prestação do serviço, indicando inclusive os produtos usados e demais informações pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade **2.019**– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos

eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº26/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Junho de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito

SÓCRATES PERIN
Gestor do FMS

Detentora da Ata:

DEDETIZADORA BRASIL LTDA

Testemunhas:

1)Adriana de Cezaro Moresco
CPF 004.723.779-14

2)Patricia Strada Machado
CPF083.745.419-03

FISCAIS DE CONTRATO

Adriana Borman Arndt
Cpf:005.242.529-04

DECRETO Nº 174/2020

Publicação Nº 2528993

DECRETO Nº 174/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.311/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 36.754,17 (trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 – Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS/PAI/PSB

Modalidade de Aplicação: 339000 – 196

Fonte de Recursos: 16.52 – Vinculados – R\$ 36.754,17

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (16.52) – Incremento Temporário da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.070 – Manutenção e Gestão do IGDM SUAS

Modalidade de Aplicação: 339000 – 197

Fonte de Recursos: 16.52 – Vinculados – R\$ 7.650,00

Art. 4º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (16.52) – Ações do COVID para EPI e Ações para o Acolhimento – Portaria 369.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 15.716,16 (quinze mil, setecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.1.032 – Aquisição, Manutenção de Mobiliário Geral, Máquinas e Equipamentos - CRAS

Modalidade de Aplicação: 449000 – 198

Fonte de Recursos: 30.53 – Vinculados – R\$ 15.716,16

Art. 6º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit financeiro de 2019.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 76

Fonte de Recursos: 31.0046 – Vinculados – R\$ 200.000,00

Art. 8º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (31.0046) – Incremento ao PAB – Emenda Individual - Propostas nºs 3600.305487/2020-00 e 3600.305493/2020-00.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 17 de junho de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 254/2020

Publicação Nº 2527855

PORTARIA Nº 254/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde a servidor municipal Sr. VANDERLEI DO ROSÁRIO, matrícula nº 1349305, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, lotado a Secretaria Municipal de Água e Saneamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/06/2020.

Cordilheira Alta/SC, 18 de junho de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

CÂMARA MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020

Publicação Nº 2528725

Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA SC
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, SC, através do seu Presidente, torna público a todos aos interessados, que RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020 de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 006/2020

Dispensa de licitação n. 006/2020

Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente dispensa de licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PAPEL TIMBRADO PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA.

Valor Total: 426,60 (quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta centavos)

Empresa: CARLOS GIOVANI BIGUELINI - ME

CNPJ: 09.083.373/0001-48

Data: 18 de junho de 2020.

ARDUINO NARDINO
Presidente

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº112/2020

Publicação Nº 2528258

DECRETO Nº 112, DE 17 DE JUNHO DE 2020

ESTABILIZA SERVIDORA APROVADA EM ESTAGIO PROBATORIO PARA O SERVIÇO PÚBLICO.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Relatório Conclusivo de Avaliação de Estágio Probatório realizado por comissão específica indicando que foi atingida a pontuação mínima exigida;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabilizada no serviço Público Municipal, em virtude de aprovação no Estágio Probatório, a Sra. Rosa Maria Camargo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, neste Município de Coronel Martins, sob o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o período de estágio probatório, não gera direito à estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da administração, ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 17 de Junho de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº113/2020

Publicação Nº 2528303

DECRETO Nº 113, 18 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORONEL MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, para o Ano de 2020, conforme disposto no Art. 6º, da Lei Municipal Nº 645/2014, composto dos seguintes membros:

1 – DA ESFERA GOVERNAMENTAL:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Titular – Sandra Aparecida Scudella
- Suplente – Chaiane Zanata

II – Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular – Valderes Karacek
- Suplente – Dinaura Daal Acqua

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Titular – Neiva Terezinha Ghidini
- Suplente – Francisco Marcos Geremia

IV – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- Titular Gilson Eduardo Pahl
- Suplente – Eleandro Amarante

V – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

- Titular – Lucas Cuchi
- Suplente – Giuvani Schuster

2- DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL:

I – Usuários da Assistência Social:

- Titular – Isabel Dutra
- Suplente – Lídia Dutra

II- Usuários da Assistência Social:

- Titular – Ana Trevizol Lunardi
- Suplente – Catarina Picchi

III - Usuários da Assistência Social:

- Titular – Sidinéia Dutra
- Suplente – Sidinéia Biazin

IV- Usuários da Assistência Social:

- Titular – Laurentina Turmina
- Suplente – Catarina Cecatto

V – Entidade de Assistência Social inscrita no CMAS - APAE:

- Titular – Sonia Mara Ecker Debastiani
- Suplente – Joceni Bertan

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº. 051 de 06 de Março de 2019

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC,
em 18 de Junho de 2020

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº114/2020

Publicação Nº 2528305

DECRETO Nº. 114, DE 18 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO– DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

NOMEAR:

Art. 1º Os membros do Conselho Municipal do Idoso- CMDI, conforme abaixo:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

- Titular – Simara Cardoso
- Suplente – Cleusa Belatto

II – Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:

- Titular – Marcia dos Santos
- Suplente – Gessica do Prado

III- Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Titular — Francisco Marcos Geremia
- Suplente – Cristiane Biazin

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

Titular – Lucas Cuchi

Suplente – Edenilce Pagnoncelli Chottó

V – Representantes do Fundo Municipal de Assistência Social:

Titular – Eloide Terezinha Guisolphi

Suplente – Chaiane Zanata

VII – Representantes da Sociedade Civil:

Titular – Juceli de Fatima Girardi Brum

Suplente – Roseli Garbin

VIII – Representantes da Organização do Grupo de Idosos:

Titular – Antonio Ravarena

1º Suplente- Pedro Campagnollo

2º suplente- Delize Campagnollo

Art. 2º O Conselho Municipal do Idoso terá um presidente escolhido pelos membros.

Art. 3º O mandato dos Membros do Conselho Municipal do Idoso será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, a critério da entidade a qual representa.

Art. 4º Os Membros do Conselho Municipal do Idoso, não serão remunerados, uma vez que trata-se de órgão de apoio voltado ao idoso do Município sem vínculo empregatício e constituir-se-á de relevante serviço público.

Art. 5º As competências, funcionamento e demais disposições conforme previsto na Lei que Institui o Conselho Municipal do Idoso serão tratadas e definidas no Regimento Interno.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº. 053 de 06 de Março de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC em 18 de Junho de 2020

ADEMIR MADELA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº115/2020

Publicação Nº 2528308

DECRETO Nº. 115 DE 18 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA DE CORONEL MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA - conforme abaixo:

1 – Órgãos Públicos Municipais:**I – Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:**

- Titular – Dinaura Dall Acqua

- Suplente – Simara Cardoso

II – Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Titular – Raquel Sbabo Fabris

- Suplente – Chaiane Zanata

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Titular – Francisco Marcos Geremia
- Suplente – Neiva Terezinha Ghidini

IV – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- Titular – Gilson Eduardo Pahl
- Suplente – Eleandro Amarante

V – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

- Titular – Giuvani Schuster
- Suplente – Marcos Henrique Castilhos Tomazeli

2 – Organizações Representativas da Participação Popular:

I - Representantes da Associação de Pais e Professores – APP – do Município:

- Titular – Carlos Alexandre Picchi
- Suplente – Cassio Vinicius Basi

II – Representantes da Educação Especial - APAE

- Titular – Joceni Bertan
- Suplente – Sonia Mara Ecker Debastiani

III – Representantes dos Diretores das Escolas de Nível Básico e Médio do Município:

- Titular – Vagner Dario
- Suplente – Kellin Dagmar Cassol

IV – Representantes das Associações existentes no Município:

- Titular – Silvia Maria da Cruz Moura de Bitencourt
- Suplente – Olvair Antonio Sartori

V- Representantes das Cooperativas Existentes no Município:

- Titular – Fabio Lucas Madella
- Suplente – Alcides Smaniotto

Art. 2º O mandato dos Conselheiros será de dois (02) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 3º Os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, não serão remunerados sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 060 de 19 de Março de 2019

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de Junho de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****CONTRATO DE ADITIVO DE TEMPO 0266.1/2020 FHMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 04/2019 FHMCP**

Publicação Nº 2527991

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2019 FHMCP
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0266.1/2020 FHMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e IBF – IND BRASILEIRA DE FILMES S/A, inscrita no CNPJ sob nº 33.255.787/0001-91.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de raios x, para a fundação hospitalar municipal de correia pinto/sc.

Vigência: 29/04/2020 à 31/12/2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

DECRETO Nº 1598/2020

Publicação Nº 2527841

DECRETO Nº 1598/2020
DE 17 DE JUNHO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2333/2020, DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Especial – Anulação de Dotação no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO:

2.089 – Convênio Corpo de Bombeiros Militar de Correia Pinto

1474.4.30.00.00.1000 - Transferência a Estado e ao Distrito Federal - R\$ 600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º- Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

2.024 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública

109 3.3.90.00.00.1099 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de junho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

LEI MUNICIPAL Nº 2333/2020

Publicação Nº 2527842

LEI MUNICIPAL Nº 2333/2020
DE 17 DE JUNHO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial – Anulação de Dotação no montante de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO:

2.089 – Convênio Corpo de Bombeiros Militar de Correia Pinto

1474.4.30.00.00.1000 - Transferência a Estado e ao Distrito Federal - R\$ 600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º- Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

2.024 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública

109 3.3.90.00.00.1099 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de junho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

NOTIFICAÇÃO REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2019 FHMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 05/2019 FHMCP

Publicação Nº 2527885

Correia Pinto, 18 de junho de 2020.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 004/2020

NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA PELO DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO

ANDREIA LORENZI EPP.

Assunto: Descumprimento do contrato.

Na qualidade de responsáveis pela execução dos contratos do Município de Correia Pinto/SC, vimos por meio deste NOTIFICÁ-LA, por estar descumprindo dispositivos contidos no Edital de Pregão Presencial nº 05/2019 FHMCP- do Processo Licitatório nº 05/2019 FHMCP, bem como descumprindo a Ata de Registro de Preços 03/2019 FHMCP.

Dos fatos:

Vossa empresa comprometeu-se com o fornecimento de CAMAS HOSPITALARES E POLTRONAS PARA USO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, CONFORME ATA Nº 03/2019 FHMCP DO PROCESSO 05/2019 FHMCP, e, até a presente data, foi negligente quanto ao suporte técnico para conserto dos itens com problema.

A Diretora Administrativa da Fundação Hospitalar Municipal, Cristieli Muniz Ribeiro Rabelo, encaminhou notificação feita à Vossa empresa tendo em vista que as camas adquiridas foram montadas e quebraram com pacientes em cima, como também, as poltronas que constam 3 com problemas, não podendo ser usadas para maior conforto dos acompanhantes dos pacientes.

Tendo em vista o ocorrido, a responsável entrou em contato com a responsável da empresa, Marta, e com representante Spartaco, e ainda assim levaram meses para enviar um técnico para conserto das camas.

Contudo, após o conserto, as camas voltaram a quebrar, desta vez sem visita do técnico para conserto ou envio de camas novas sem

problemas. Assim, totalizando 6 (seis) camas quebradas, não podendo ser colocada em uso para os pacientes e 3 (três) poltronas sem condições de uso.

Diante disso, se faz necessária a Notificação tendo em vista a falta de solução da empresa e a urgência da necessidade das camas e poltronas no Hospital Faustino Riscarolli.

Considerações:

Ressalta-se que conforme artigo 78, inciso I da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações), o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais, bem como dos prazos constituem motivos para a rescisão contratual, sem prejuízo das multas cabíveis ao caso.

Havendo irregularidades encontradas nos serviços prestados, medida que se impõe é a presente notificação, para a regularização e adequação da assistência prestada por essa empresa, sob pena das sanções previstas no edital e no respectivo contrato.

Diante disso, Vossa Empresa está NOTIFICADA para que no prazo de 72 HORAS, a contar do recebimento da presente, regularizar e sanar todos os defeitos e vícios quando da instalação dos aparelhos mencionados, sob pena de aplicação das sanções, conforme previsão no Edital e no Contrato Administrativo.

A notificada deverá entrar em contato diretamente com a Fundação Hospitalar para tomar conhecimento dos itens com problemas.

Obs.: Saliento que a presente NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA PELO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO será publicada nesta data no Diário Oficial dos Municípios.

Maurício Rodrigues Gogacz
DIRETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TOMADA DE PREÇO Nº 31/2020 PMCP

Publicação Nº 2527888

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 – PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto:
CONSTRUÇÃO/REFORMA DA ÁREA DO SETOR DE LICITAÇÕES EM GERAL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. Menor Preço Global. Abertura dos envelopes: 03.07.2020 às 09:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 18 de junho de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

TOMADA DE PREÇO Nº 32/2020 PMCP

Publicação Nº 2528737

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2020 – PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto:
CONSTRUÇÃO/REFORMA DA ESCOLA G.E.M. MARCOLINA DE OLIVEIRA RAMOS, E.M.M. LIDIA BELCAMINO PERIM E C.E.I. ESTRELINHA DOURADA. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. Menor Preço Global. Abertura dos envelopes: 03.07.2020 às 14:30 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 18 de junho de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2020

Publicação Nº 2527651

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 040/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: AUTO MECÂNICA RH LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 13.111.225/0001-67, com sede na Avenida Maria Marangoni, nº 95, bairro Vila do Salto, no município de Luiz Alves, estado de Santa Catarina, CEP 89128-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1.500 HORAS DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Quantitativo - Anexo I.

VALOR:

Item	Produto	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MÁQUINAS PESADAS	HORA	1.500	R\$ 77,00	R\$ 115.500,00
2	PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS	UNIDADE	1	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
Total do Fornecedor:					R\$ 315.500,00

Data da Assinatura: 15/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1957/2020

Publicação Nº 2527708

DECRETO Nº 1957/2020

ALTERA O DECRETO Nº 1944, DE 04 DE JUNHO DE 2020 DECRETA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os incisos VII e XVI do artigo 66 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso III, do artigo 2º do Decreto nº 1944, de 04 de junho de 2020.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 1944, de 04 de junho de 2020, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de junho de 2020.JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA DO EDITAL Nº 009/2020 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 2527933

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA DO EDITAL Nº 009/2020 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação PRÉVIA do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado Nº 009/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de junho de 2020João Carlos Gottardi
Prefeito Municipal

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Classificação	Nº de Inscrição	Data Nasc	Nome do candidato	Formação	Pontuação total
01	09	21/02/1973	Marco Aurélio Melotto	Mestrado	54
02	43	11/10/1964	Marcus Vinicius Mendes Pereira	Mestrado	11
03	21	24/11/1988	Luiz Antônio Sant'Anna Souto	Especialização	100
04	26	21/03/1993	Felipe De Oliveira Manchur	Especialização	76
05	11	27/02/1991	Rafael Roberto Mentz	Especialização	58
06	34	18/07/1991	Guilherme Meurer Brandalise	Especialização	42
07	07	21/05/1980	Alexandre Gustavo Fuck	Especialização	37
08	20	23/06/1992	Patricia Marques Weil	Especialização	31,5
09	06	28/12/1993	Luiz Fillipe Martins Silva	Especialização	26
10	44	05/12/1992	Gabriel Alcantara Dourado De Oliveira e Silva	Especialização	12
11	05	20/01/1996	Diego Estefani Da Silva	Especialização	11
12	37	24/07/1992	Jéssica Trettin Dos Santos	Especialização	6
13	41	02/06/1956	Genésio Silveira De Souza	Especialização	0
14	42	25/11/1968	Luiz Fernando De Queiroz Valle	Especialização	0
15	19	04/01/1977	Alessandro Roberto Fernandes Spindola	Especialização	0
16	03	14/04/1986	Matheus Teixeira Da Silva	Especialização	0
17	45	27/02/1992	José Lucio Da Silveira Junior	Especialização	0
18	29	14/07/1985	Eduardo Severo Pinheiro	Graduação	126,5
19	17	10/01/1979	Taena Roberta Poeta Castilho Da Silva	Graduação	121
20	25	27/02/1982	Leandro Queiroz De Andrade	Graduação	58
21	22	08/09/1973	José Nilton De Oliveira	Graduação	47
22	28	28/09/1976	Tarso Cadore	Graduação	33
23	24	24/05/1994	Jerry Faleiro Coutinho Filho	Graduação	25
24	33	05/03/1976	Marcus Kendi Akagui	Graduação	18
25	36	16/03/1993	Igori Fripp Dainese	Graduação	15
26	08	21/02/1978	Jaqueline Martins Rocho	Graduação	13
27	30	12/01/1990	Bárbara Griebel	Graduação	12
28	14	07/03/1996	Eduardo Kososki	Graduação	11
29	46	28/10/1991	Junior Marconatto Flores	Graduação	5
30	40	01/01/1990	Antério Ronei Coelho Rocha	Graduação	4,5
31	10	10/04/1973	Renata De Santis Feltran	Graduação	0
32	16	25/11/1980	Gustavo Armando Lopes Sousa	Graduação	0
33	47	05/02/1981	Maico Gavinho Montoril	Graduação	0
34	38	23/05/1982	Josias Marcos Teles Dos Santos	Graduação	0
35	48	24/05/1985	Anderson De Souza Meira	Graduação	0
36	02	31/08/1985	Eduardo Dias Lopes	Graduação	0
37	23	01/05/1986	Joelmir Davi Freiburger	Graduação	0
38	49	22/06/1988	Jackson De Souza Santos	Graduação	0
39	01	27/04/1992	Hugo Tomaz De Carvalho	Graduação	0
40	13	07/05/1992	Edimarcos Lima De Oliveira	Graduação	0
41	12	22/12/1993	Gabriela Galvão Menestrina	Graduação	0
42	50	12/03/1994	Tayse Beckhauser May	Graduação	0
43	32	24/05/1994	Julio Cesar Correa De Mello	Graduação	0
44	18	12/09/1995	Bruna Carolina Bassani	Graduação	0
45	27	22/03/1996	Phelype Haron Oleinik	Graduação	0
46	04	16/04/1996	Felipe Schaliniski	Graduação	0
47	39	21/09/1990	Jhony Cley De Oliveira Viana		Indeferida falta ficha de inscrição

CR = CADASTRO RESERVA

CARGO: TÉCNICO AGRÍCOLA

Classificação	Nº de Inscrição	Data Nasc	Nome do candidato	Formação	Pontuação total
01	31	07/03/1986	Thiago Otto Freitas Miranda	Graduação	60
02	15	15/06/1967	Osni Alves	Técnico	0
03	35		Nailton Lima De Abreu		Indeferido sem documentos

CR = CADASTRO RESERVA

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA DO EDITAL Nº 010/2020 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 2527961

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA DO EDITAL Nº 010/2020 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação PRÉVIA do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado Nº 010/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de junho de 2020

João Carlos Gottardi
Prefeito Municipal

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO

Classificação	Nº de Inscrição	Data Nasc	Nome do candidato	Formação	Pontuação total
01	11	31/08/1984	Ângela Valeria Farias Alves	Doutorado	0
02	01	26/11/1977	Luciana Ramalho Melotto	Especialização	0
03	05	19/01/1987	Adriana Fiorentin	Ensino médio	83
04	07	12/04/1966	Bernadete Lessnau De Araujo	Ensino médio	0
05	02	21/12/1969	Eliana Auerhahn	Ensino médio	0
06	09	21/11/1977	Cristiane Marilei Ku-javski	Ensino médio	0
07	03	04/08/1978	Tatiana Gottardi Honze	Ensino médio	0
08	04	15/11/1992	Lucimeri De Lima Sarturi	Ensino médio	0
09	06	07/07/1995	Ariane Renata Fergutz	Ensino médio	0
10	10	08/01/2000	Cristina Maria Guitierrez Rivera	Ensino médio	0
11	08	24/10/2000	Gabriel Da Rosa Cabral	Ensino médio	0

CR = CADASTRO RESERVA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 018/2020 PROCESSO SELETIVO 007/2020

Publicação Nº 2529000

**EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 018/2020
PROCESSO SELETIVO 007/2020**

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Público do Edital Nº 007/2020 para que se dirijam a Prefeitura Municipal de Corupá no setor de Recursos Humanos, conforme tabela abaixo, para tratarem de assunto(s) referente(s) à(s) Contratação(es) Temporária(s) do ano de 2020.

Informamos que o(s) candidato(s) convocado(s) por este Edital que não comparecerem serão considerados desistentes e eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Conforme o EDITAL Nº 007/2020 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, nos itens:

5.4. O candidato, após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

5.5. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Corupá, até a data estabelecida, conforme item 5.4 será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

5.6. A inobservância do subitem 5.4 implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo. Os demais classificados continuarão

no aguardo de nova publicação de edital de chamamento.

A apresentação dos candidatos para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo:

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Médico ESF 40 h	1	22/06/2020	09:00	Classificado nº 02 ao nº 04

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina,
aos 19 dias do mês de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRORROGAÇÃO DAS DATAS DE PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA, RECURSO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 010/2020

Publicação Nº 2528010

PRORROGAÇÃO DAS DATAS DE PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA, RECURSO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 010/2020

Pelo presente, ficam prorrogadas as datas de publicação da Classificação Prévia, Recurso e Classificação Final do Processo Seletivo Público Simplificado Nº 010/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA, RECURSO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

4.6 A classificação prévia dos candidatos será divulgada por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>), no dia 19 de junho de 2020.

4.7 O candidato poderá impetrar recurso do resultado da classificação prévia no dia 22 de junho de 2020, protocolando na Prefeitura Municipal de Corupá, localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro, Município de Corupá/SC, no setor de Recursos Humanos, no horário das 07:00 às 13:00 horas preenchendo o formulário (anexo III); ou encaminhar para o email: recursoshumanos@corupa.sc.gov.br

4.8 A classificação final e homologação serão divulgados por meio da internet no sítio do município (<http://www.corupa.atende.net>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>), no dia 24 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527450

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E EMPRESAS AGA SUPERMERCADO LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 22.905.952/0001-97; CATARINA ALIMENTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 08.902.461/0001-61; SCS COMÉRCIO LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 13.995.853/0001-52; PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 24.170.620/0001-37; RAFAEL KUHN EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 14.255.257/0001-07; BUGRE COMERCIAL EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.088.051/0001-00; ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.738.785/0001-34; MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.274.923/0001-05; NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.814.016/0001-87; LEANDRO APARECIDO DE PAULA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.634.481/0001-15; FONTSEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 31.615.720/0001-95; PASCHOAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 37.076.968/0001-01;

PROCESSO LICITATÓRIO: 441/2020

PREGÃO PRESENCIAL: 34/2020 – SRP

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, VINCULADAS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ/SC.

EMPRESAS PROPONENTES VENCEDORAS	VALOR TOTAL
CATARINA ALIMENTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	R\$ 8.485,00
SCS COMÉRCIO LTDA	R\$ 36.881,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 47.160,00
AGA SUPERMERCADO LTDA ME	R\$ 1.039,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 23.355,20
RAFAEL KUHN EIRELI - EPP	R\$ 4.857,50
LEANDRO APARECIDO DE PAULA	R\$ 20.727,50
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP	R\$ 49.470,00
BUGRE COMERCIAL EIRELI	R\$ 14.273,50
MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	R\$ 4.629,00
FONTSEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	R\$ 2.610,00
PASCHOAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 29.033,80

DATA DA ATA: 12 DE JUNHO DE 2020

DA VALIDADE: 12/06/2020 À 11/06/2021

JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2020

Publicação Nº 2527892

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2020 – SRP

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 522/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 36/2020 – SRP, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO CESTAS BÁSICAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE PARA ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS CARENTES E EM VULNERABILIDADE SOCIAL, CADASTRADAS NO SETOR SOCIAL, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC", cujo interessado é o MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC". Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 08h00min. até às 08h30min do dia 02 de julho de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 08h:45min. do dia 02 de julho de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo dos envelopes.

Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 18 de junho de 2020.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº5/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2019

Publicação Nº 2527463

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ****EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2020****DAS PARTES:** MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA CATARINA ALIMENTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. – ME**PROCESSO LICITATÓRIO:** 6/2020**PREGÃO PRESENCIAL:** 6/2020

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo o reajustamento de valores e ocorre de comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Nona, Item 9.3 – Alíneas I e II da Ata de Registro de Preços nº 5/2020, celebrada em 03 de fevereiro de 2020 e o que dispõe o Edital de Pregão Presencial nº 6/2020, instaurado pelo Processo Licitatório nº 6/2020, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ANO DE 2020, PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, tendo como justificativa a alteração dos preços dos pneus, conforme cópias de Notas Fiscais apresentadas pela empresa detentora da ata, bem como Parecer da Assessoria Jurídica do município. Ademais, tem como amparo o artigo 57, da Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR ANT.	% REAJ.	VALOR ATUAL
36	1.500	LT	LEITE UHT INTEGRAL, ISENTO DE ODORES ESTRANHOS, MOFO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. DEVE POSSUIR IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRA PACK DE 1 LITRO E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	AURORA	R\$ 2,40	25,00%	R\$ 3,00

DATA DO TERMO ADITIVO: CUNHA PORÃ/SC, 16 DE JUNHO DE 2020.**JAIRO RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL**

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO 057

Publicação Nº 2527863

DECRETO MUNICIPAL Nº. 057/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“REVOGA O ARTIGO 1º. DO DECRETO MUNICIPAL N.º 038/2020 DE 15 DE ABRIL DE 2020”. DEFINE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CUNHATAÍ/SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, no uso de suas atribuições legais, especialmente o estabelecido no artigo 77 inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Cunhataí e, ainda,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 630, 1º de junho de 2020, que “altera o Decreto n.º. 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.º. 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências”,

CONSIDERANDO a atual situação de disseminação/casos de COVID-19 no Município de Cunhataí, e

CONSIDERANDO as necessidades de trabalho da administração municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o artigo 1º. do Decreto Municipal n.º 038/2020 de 15 de abril de 2020.

Art. 2º. Fixa o horário de expediente das repartições públicas municipais de Cunhataí, nos seguintes horários:

I – 07h30min às 11h30min e das 13 horas às 17 horas.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor no dia 22 de junho de 2020.

Cunhataí, Santa Catarina em 18 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 058/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528995

DECRETO MUNICIPAL Nº. 058/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso II da Lei Municipal n.º 951 de 10 de dezembro de 2019;

DECRETA: Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	2
Unidade	COORDENADORIA DE GESTÃO EM ADM E PLANEJAMENTO	2
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Outros Encargos Especiais	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	18

Atividade	Amortização e Encargos da Dívida Pública		0.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.6.90.00	Aplicação Direta	30.00.000000- (175)	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2019, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S. F. Recursos Ordinários DR n.º 30.00 no valor de R\$ 50.000,00(Cinquenta Mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Publique-se e Registre-se

DECRETO N.º 056/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528028

DECRETO N.º 056/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 951 de 10 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$- 241.456,46(Duzentos e Quarenta e Um Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais com Quarenta e Seis Centavos), e na Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor de R\$ - 2.841,66(Dois Mil, Oitocentos e Quarenta e Um Reais com Sessenta e Seis Centavos), perfazendo o valor total de R\$ 244.298,12 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Noventa e Oito Reais com Doze Centavos), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		2
Unidade	COORDENADORIA DE GESTÃO EM ADM E PLANEJAMENTO		2
Função	Encargos Especiais		28
Sub-Função	Outras Transferências		845
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS		18
Projeto	Contribuição ao PASEP		0.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.52.000000 - (168)	284,20
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.53.000000 - (169)	2.134,56

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		2
Unidade	COORDENADORIA DE GESTÃO EM ADM E PLANEJAMENTO		2
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Projeto	Manutenção das Ações da Administração Geral		2.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	10.53.000000 - (170)	23.462,68
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.53.000000 - (171)	40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB, DESENV E TURISMO		5
Unidade	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES		2
Função	Transporte		26
Sub-Função	Transporte Rodoviário		782
Programa	CAMINHOS DA PRODUÇÃO		14
Projeto	Manutenção das Ações do Departamento de Infraestrutura e Transportes		2.045

Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.53.000000 - (172)	150.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	7	
Unidade	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	1	
Função	Assistência Social	8	
Sub-Função	Assistência Comunitária	244	
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	11	
Projeto	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	2.059	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	10.52.000000 - (173)	20.575,02
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.52.000000 - (174)	5.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1	
Função	Saúde	10	
Sub-função	Atenção Básica	301	
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17	
Atividade	Manutenção das Ações Gerais da Secretaria da Saúde	2.065	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	10.52.000000- (77)	2.841,66

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2020 na destinação de Recursos DR nº 10.52 – COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social(LC 173/20) no valor de R\$ - 28.700,88(Vinte e Oito Mil Quatrocentos e Dezesseis Reais com Sessenta e Oito Centavos), na destinação de Recursos DR nº 10.53 – COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b) no valor de R\$ - 215.597,24(Duzentos e Treze Mil, Quatrocentos e Sessenta e Dois Reais com Sessenta e Oito Centavos), perfazendo o valor total de R\$ 244.298,12 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Noventa e Oito Reais com Doze Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina 18 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Publique-se e Registre-se

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA 09/2020.

Publicação Nº 2528432

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA 09/2020.

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias, promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do Artigo 180 da Lei Complementar 184/2017.

Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Curitibanos não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da ação competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

Nº	NOME	CPF/CNPJ	ANO	RECEITA	VALOR
397/2020	Francisco Andrade Lima	08.090.866/0002-23	2017	300	667,60
397/2020	Francisco Andrade Lima	08.090.866/0002-23	2018	300	738,41
397/2020	Francisco Andrade Lima	08.090.866/0002-23	2019	300	726,02
397/2020	Francisco Andrade Lima	08.090.866/0002-23	2020	300	709,38
306/2020	Joao Carlos da Silva Lanches ME	04.683.458/000143	2018	300	382,21
306/2020	Joao Carlos da Silva Lanches ME	04.683.458/000143	2019	300	375,70
388/2020	Roberto Francisco Souza dos Santos	814.229.469-91	2016	1000	1.887,24
221/2020	Solange Amaral	043.354.179-26	2015	100	243,16
373/2020	Ivam Miguel Bittencourt ME	02.426.121/0001-25	2016	300	295,59
373/2020	Ivam Miguel Bittencourt ME	02.426.121/0001-25	2017	300	285,55
373/2020	Ivam Miguel Bittencourt ME	02.426.121/0001-25	2018	300	383,16
373/2020	Ivam Miguel Bittencourt ME	02.426.121/0001-25	2019	300	376,68
373/2020	Ivam Miguel Bittencourt ME	02.426.121/0001-25	2020	300	368,00
385/2020	Roseni Aparecida Mendes Godoi	631.074.069-53	2020	300	368,87
385/2020	Roseni Aparecida Mendes Godoi	631.074.069-53	2020	400	113,50
383/2020	Jonathan Willian Soares Organização de Eventos	17.107.032/0001-93	2019	400	2.068,91
383/2020	Jonathan Willian Soares Organização de Eventos	17.107.032/0001-93	2017	3800	204,64
382/2020	Essencia Decorações e Organização de Eventos	33.262.836/0001-13	2019	400	679,45
384/2020	Assoc Bras Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos	61.012.019/025560	2017	100	422,90
384/2020	Assoc Bras Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos	61.012.019/025560	2019	100	417,96
384/2020	Assoc Bras Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos	61.012.019/025560	2017	1000	186,83
410/2020	WP – Construtora e Incorporadora Ltda	15.397.397/0001-74	2016	300	559,34
410/2020	WP – Construtora e Incorporadora Ltda	15.397.397/0001-74	2017	300	540,44
410/2020	WP – Construtora e Incorporadora Ltda	15.397.397/0001-74	2018	300	502,11
410/2020	WP – Construtora e Incorporadora Ltda	15.397.397/0001-74	2019	300	493,69
410/2020	WP – Construtora e Incorporadora Ltda	15.397.397/0001-74	2020	300	482,38
399/2020	Palace Hotel Curitibanos Ltda ME	05.398.221/0001-83	2017	300	286,12
399/2020	Palace Hotel Curitibanos Ltda ME	05.398.221/0001-83	2018	300	383,96
399/2020	Palace Hotel Curitibanos Ltda ME	05.398.221/0001-83	2019	300	377,52
399/2020	Palace Hotel Curitibanos Ltda ME	05.398.221/0001-83	2020	300	368,87
407/2020	Abidias Francisco Amorim ME	21.284.081/0001-79	2016	300	559,34
407/2020	Abidias Francisco Amorim ME	21.284.081/0001-79	2017	300	540,44
407/2020	Abidias Francisco Amorim ME	21.284.081/0001-79	2018	300	620,27
407/2020	Abidias Francisco Amorim ME	21.284.081/0001-79	2019	300	609,85
407/2020	Abidias Francisco Amorim ME	21.284.081/0001-79	2020	300	595,87
411/2020	Sebastião Dolberth	12.463.852/0001-02	2016	300	559,34
411/2020	Sebastião Dolberth	12.463.852/0001-02	2017	300	540,44
411/2020	Sebastião Dolberth	12.463.852/0001-02	2018	300	502,11
411/2020	Sebastião Dolberth	12.463.852/0001-02	2019	300	493,69
401/2020	Dirceu França das Neves	247.070.159-72	2019	300	261,36
401/2020	Dirceu França das Neves	247.070.159-72	2019	400	406,58
398/2020	Mauricio Jose Pinho	082.513.029-86	2017	300	222,54

398/2020	Mauricio Jose Pinho	082.513.029-86	2018	300	265,82
398/2020	Mauricio Jose Pinho	082.513.029-86	2019	300	261,36
398/2020	Mauricio Jose Pinho	082.513.029-86	2020	300	255,37
398/2020	Mauricio Jose Pinho	082.513.029-86	2017	400	435,03
398/2020	Mauricio Jose Pinho	082.513.029-86	2018	400	413,51
398/2020	Mauricio Jose Pinho	082.513.029-86	2019	400	406,58
398/2020	Mauricio Jose Pinho	082.513.029-86	2020	400	397,25
408/2020	Jose Antonio Alves Martins ME – Espolio	08.655.549/0001-26	2015	300	552,88
408/2020	Jose Antonio Alves Martins ME – Espolio	08.655.549/0001-26	2016	300	559,34
408/2020	Jose Antonio Alves Martins ME – Espolio	08.655.549/0001-26	2017	300	540,44
408/2020	Jose Antonio Alves Martins ME – Espolio	08.655.549/0001-26	2018	300	620,27
408/2020	Jose Antonio Alves Martins ME – Espolio	08.655.549/0001-26	2019	300	609,85
408/2020	Jose Antonio Alves Martins ME – Espolio	08.655.549/0001-26	2020	300	595,87
406/2020	Fliblio Ferreira de Souza	026.477.409-41	2016	100	590,52
406/2020	Fliblio Ferreira de Souza	026.477.409-41	2017	100	685,11
406/2020	Fliblio Ferreira de Souza	026.477.409-41	2018	100	457,99
406/2020	Fliblio Ferreira de Souza	026.477.409-41	2019	100	462,74
				TOTAL	29.917,95

Legenda Receitas:

Imposto Predial e Territorial Urbano: 100

Taxas do Econômico: 300

Imposto Sobre Serviço: 400

Receitas Diversas: 1000

Taxa de Prevenção Contra Sinistro: 3800

Curitibanos (SC), 17 de junho de 2020.

Marcio Jose Prandi

Fiscal de Tributos

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2020

Publicação Nº 2528959

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2020

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/07/2020, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 06/07/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Junho de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 251/2020

Publicação Nº 2528177

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 251/2020

Contrato Nº.: 251/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MAYCON WILL EIRELI
CPF/CNPJ : 18.712.730/0001-80
Valor : 3.250,00 (três mil duzentos e cinq-enta reais)
Vigência : Início: 25/05/2020 Término: 25/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2020
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41)
Objeto : AQUISIÇÃO DE ALCOOL GEL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA ENFRENTAMENTO/COMBATE AO COVID 19, CONFORME DECRETO LEI 13979/2020 E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 252/2020

Publicação Nº 2528181

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 252/2020

Contrato Nº.: 252/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 85.349.579/0002-36
Valor : 164,00 (cento e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 25/05/2020 Término: 02/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 203/2019
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (70), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (97), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (100), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (118), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (132)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 253/2020

Publicação Nº 2528184

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 253/2020

Contrato Nº.: 253/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA
CPF/CNPJ : 29.980.608/0001-01

Valor : 326.384,62 (trezentos e vinte e seis mil trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)
Vigência : Início: 26/05/2020 Término: 26/10/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 39/2020
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (142) Saldo: 380.000,00
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO BLOCO DIREITO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 254/2020

Publicação Nº 2528188

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 254/2020

Contrato Nº.: 254/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50
Valor : 254.180,50 (duzentos e cinq-enta e quatro mil cento e oitenta reais e cinq-enta centavos)
Vigência : Início: 26/05/2020 Término: 16/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 243/2019
Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (73), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (92), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (97), 2.064.3.3.90.00.00.00.00 (114), 2.065.3.3.90.00.00.00.00 (118), 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (139), 1.025.4.4.90.00.00.00.00 (144)
Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONFECCÃO DE RUAS PELO PERÍODO DE 01 ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 255/2020

Publicação Nº 2528190

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 255/2020

Contrato Nº.: 255/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TERESA LTDA - ME
CPF/CNPJ : 16.491.960/0001-31
Valor : 1.746,00 (um mil setecentos e quarenta e seis reais)
Vigência : Início: 26/05/2020 Término: 16/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 243/2019
Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (73), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (92), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (97), 2.064.3.3.90.00.00.00.00 (114), 2.065.3.3.90.00.00.00.00 (118), 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (139), 1.025.4.4.90.00.00.00.00 (144)
Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONFECCÃO DE RUAS PELO PERÍODO DE 01 ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 256/2020

Publicação Nº 2528194

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 256/2020

Contrato Nº.: 256/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO MECANICA LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 83.750.703/0001-64
Valor : 1.170,00 (um mil cento e setenta reais)
Vigência : Início: 26/05/2020 Término: 26/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2020
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (97)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS.
CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 257/2020

Publicação Nº 2528197

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 257/2020

Contrato Nº.: 257/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME
CPF/CNPJ : 05.021.932/0001-34
Valor : 50,00 (cinquenta reais)
Vigência : Início: 27/05/2020 Término: 27/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2020
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37) Saldo: 238.987,81
Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOS E BATERIA PARA DESFIBRILADOR PARA USO NOS ATENDIMENTOS PRÉ-HOSPITALARES DO 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 258/2020

Publicação Nº 2528232

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 258/2020

Contrato Nº.: 258/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: E TAMUSSINO & CIA. LTDA
CPF/CNPJ : 33.100.082/0003-67
Valor : 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 27/05/2020 Término: 27/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2020
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37) Saldo: 238.987,81
Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOS E BATERIA PARA DESFIBRILADOR PARA USO NOS ATENDIMENTOS PRÉ-HOSPITALARES DO 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 259/2020

Publicação Nº 2528238

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 259/2020

Contrato Nº.: 259/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CPF/CNPJ : 00.802.002/0001-02
Valor : 3.294,69 (três mil duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e nove centavos)
Vigência : Início: 27/05/2020 Término: 27/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2020
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (37) Saldo: 238.987,81
Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOS E BATERIA PARA DESFIBRILADOR PARA USO NOS ATENDIMENTOS PRÉ-HOSPITALARES DO 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 260/2020

Publicação Nº 2528241

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 260/2020

Aditivo Nº : 260/2020 - Contrato Nº: 350/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50
Valor : 10.083,51 (dez mil e oitenta e três reais e cinq-enta e um centavos)
Vigência : Início: 27/05/2020 Término: 02/07/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 139/2019
Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (139) Saldo: 951.827,38
Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 10.083,51, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CBUQ - DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA /PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS SOB Nº 0526.862, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 261/2020

Publicação Nº 2528243

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 261/2020

Contrato Nº.: 261/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA
CPF/CNPJ : 29.980.608/0001-01
Valor : 789.886,51 (setecentos e oitenta e nove mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinq-enta e um centavos)
Vigência : Início: 28/05/2020 Término: 28/11/2020

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2020
Recursos : Dotação: 1.043.4.4.90.00.00.00.00 (136) Saldo: 818.000,00
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE MUROS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 262/2020

Publicação Nº 2528259

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 262/2020

Contrato Nº.: 262/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S.A
CPF/CNPJ : 09.397.355/0001-30
Valor : 0,01 (um centavo)
Vigência : Início: 28/05/2020 Término: 28/05/2021
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 71/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de serviços para disponibilização de sistema digital como meio de realização de licitação, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas, fundamentado no artigo 24, inciso II da lei 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 263/2020

Publicação Nº 2528262

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 263/2020

Contrato Nº.: 263/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 16.000,00 (dezesesseis mil reais)
Vigência : Início: 28/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 55.808,45
Objeto : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 264/2020

Publicação Nº 2528264

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 264/2020

Contrato Nº.: 264/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ANDERSON EIMAR DA SILVA
CPF/CNPJ : 32.533.163/0001-26
Valor : 1.000,00 (um mil reais)
Vigência : Início: 28/05/2020 Término: 24/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (52), 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (53), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (70), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (114), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (118), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (132), 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (137)
Objeto : CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA, ALVENARIA, MARCENARIA, SERRALHERIA, FUNILARIA JARDINAGEM, LIMPEZA, INSTALAÇÃO E AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS E VIDROS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 265/2020

Publicação Nº 2528268

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 265/2020

Aditivo Nº : 265/2020 - Contrato Nº: 417/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI
CPF/CNPJ : 26.498.828/0001-05
Valor : 7.812,00 (sete mil oitocentos e doze reais)
Vigência : Início: 28/05/2020 Término: 27/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 39.808,45
Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 7.812,00 PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 267/2020

Publicação Nº 2528271

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 267/2020

Contrato Nº.: 267/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 83.750.703/0001-64
Valor : 5.237,50 (cinco mil duzentos e trinta e sete reais e cinq-enta centavos)
Vigência : Início: 29/05/2020 Término: 28/05/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2020
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (97)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO ONIBUS PLACA MEO2662 DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS, E CAMINHAO 26OE28 PLACA QHI6072 DE USO DA VICINAIS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 270/2020

Publicação Nº 2528275

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 270/2020

Aditivo Nº : 270/2020 - Contrato Nº: 34/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SESEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA ME
CPF/CNPJ : 09.651.273/0001-70
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 29/05/2020 Término: 15/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 1.826.000,00
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DO TRABALHADOR (LTCAT e PPRA), ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), REALIZAÇÃO DOS EXAMES OCUPACIONAIS (ADMISSÃO, PERIÓDICO, MUDANÇA DE FUNÇÃO, RETORNO AO TRABALHO E DEMISSÃO) EXAMES COMPLEMENTARES CONFORME PREVISTOS NO PCMSO, CRIAR GERENCIAR E ENVIAR EVENTOS DE SST APÓS OBRIGATORIEDADE LEGAL PARA O ESOCIAL, CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, PARA APROXIMADAME

ATA DE REGISTRO DE PREÇO NR.1/2020

Publicação Nº 2528956

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 1/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2020

No dia 18 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na ., bairro ., CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) SECRETÁRIO, o Sr(a). AMAURY SILVA, inscrito no CPF sob o nº. ., doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2020, Processo Licitatório nº. 1/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MADEIRAS DE PINUS SECA PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MORADIA PARA PESSOAS CARENTES, INSTITUÍDO PELA LEI 5551/2015, REGULAMENTADA PELO DECRETO MUNICIPAL 4657/2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4143	COMERCIO E TRANSPORTES MASONDA LTDA - EPP	
11540	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	1, 3, 5, 7, 2, 4, 6, 8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIO E TRANSPORTES MASONDA LTDA - EPP	73.382.111/0001-83	ANTONIO CLAIR RODRIGUES	310.167.409-30
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	27.286.283/0001-36	RODRIGO ALVES DE CAMPOS	080.057.959-39

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MADEIRAS DE PINUS SECA PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MORADIA PARA PESSOAS CARENTES, INSTITUÍDO PELA LEI 5551/2015, REGULAMENTADA PELO DECRETO MUNICIPAL 4657/2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11540 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MADEIRA DE PINUS 1X10X3,0M	PÇ	ALMEIDA	1.300.000	10,9000	14.170,00
2	MADEIRA DE PINUS 1X4 X 3	PÇ	ALMEIDA	300.000	3,9900	1.197,00
3	MADEIRA DE PINUS SECA 3' X 6' X 3	PÇ	ALMEIDA	60.000	17,0000	1.020,00
4	MADEIRA DE PINUS 2 X 4 DE 3 METROS	PÇ	ALMEIDA	140.000	9,5000	1.330,00
5	MADEIRA DE PINUS SECA 2' X 3' X 3	PÇ	ALMEIDA	200.000	7,5000	1.500,00
6	MADEIRA DE PINUS SECA 2' X 2' X 3	PÇ	ALMEIDA	360.000	4,2500	1.530,00
7	SARRAFO 1CM X 5CM X 3M DE MADEIRA DE PINUS (MATAJUNTA)	UN	ALMEIDA	1.200.000	1,1000	1.320,00
8	PALANQUE EUCALIPTO AUTOCLAVE 13 A 16 DE 1,90	UN	ALMEIDA	80.000	12,9000	1.032,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/7

FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Processo Nº.: 1/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS**

Página: 3/7

Processo N°: 1/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 1/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Processo Nº.: 1/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 1/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/7

FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS**Processo Nº.: 1/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020****CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 18 de Junho de 2020.

AMAURY SILVA
SECRETÁRIO

Empresas Participantes:**COMERCIO E TRANSPORTES MASONDA LTDA - EPP****CNPJ: 73.382.111/0001-83** _____**VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME****CNPJ: 27.286.283/0001-36** _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO NR.119/2019

Publicação Nº 2528124

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 119/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 119/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 119/2019

No dia 8 do mês de Julho do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JOSÉ ANTONIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 119/2019, Processo Licitatório nº. 119/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE SOFTWARE AUTOCAD PARA USO DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12054	MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	
12201	VIRTUAL AUTOMACAO LTDA	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	66.582.784/0001-11	GREICE MORONI BELLOLI PEREIRA	967.968.390-72
VIRTUAL AUTOMACAO LTDA	00.250.388/0001-89	MAICON ANDRÉ DALL'AGNOL	071.586.519-67

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE AUTOCAD PARA USO DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12201 - VIRTUAL AUTOMACAO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RENOVAÇÃO - AUTOCAD TOOLSET LICENÇA PARA 3 ANOS. DESCRIÇÃO: AUTOCAD - INCLUDING SPECIALIZED TOOLSETS AD COMMERCIAL NEW; SINGLE-USER ELD 3-YEAR; SUBSCRIPTION WIN; CÓD. INT./PART NUMBER: C1RK1-WW8644-T480	UN		3,000	3.707,6788	11.123,04
2	RENOVAÇÃO - AUTOCAD LT LICENÇA PARA 3 ANOS. DESCRIÇÃO: AUTOCAD LT 2020 COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD 3-YEAR; SUBSCRIPTION WIN; CÓD. INT./PART NUMBER: 057L1-WW3033-T744.	UN		7,000	758,3705	5.308,59
3	AUTOCAD LT LICENÇA PARA 3 ANOS. DESCRIÇÃO: AUTOCAD LT 2020 COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD 3-YEAR; SUBSCRIPTION WIN; CÓD. INT./PART NUMBER: 057L1-WW3033-T744.	UN		1,000	758,3705	758,37

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/7

Processo Nº.: 119/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 119/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/7

Processo N°.: 119/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 119/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/7

Processo Nº.: 119/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 119/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 119/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 119/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 119/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 119/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/7

Processo N°.: 119/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 119/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 8 de Julho de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MAPDATA-TECNOLOGIA, INFORMATICA E COMERCIO LTDA CNPJ: 66.582.784/0001-11 _____

VIRTUAL AUTOMACAO LTDA CNPJ: 00.250.388/0001-89 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO NR.122/2019

Publicação Nº 2528126

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 122/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 122/2019

No dia 9 do mês de Julho do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 122/2019, Processo Licitatório nº. 122/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO FUTURA E VENTUAL DE EXTINTORES, RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11507	JM EXTINTORES CAÇADOR	2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JM EXTINTORES CAÇADOR	22.827.746/0001-06	MATHEUS PEREIRA	063.054.849-88

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 AQUISIÇÃO FUTURA E VENTUAL DE EXTINTORES, RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11507 - JM EXTINTORES CAÇADOR						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	EXTINTOR 4KG ABC	UN	MOCELIN	1,000	120,0000	120,00
3	EXTINTOR CO ² BC PORTÁTIL 4 KG 5 BC EN 018	UN	MOCELIN	1,000	38,0000	38,00
4	EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC PORTÁTIL 4 KG 20 BC EN 005	UN	MOCELIN	2,000	22,0000	44,00
9	EXTINTOR DE PÓ ABC 4 POLEGADAS - 1KG	UN	MOCELIN	1,000	40,0000	40,00
10	EXTINTOR DE PÓ ABC 3 POLEGADAS - 1,5KG	UN	MOCELIN	1,000	40,0000	40,00
11	EXTINTOR DE PÓ ABC - 4KG	UN	MOCELIN	2,000	110,0000	220,00
12	RECARGA DE EXTINTOR DE PÓ ABC 4 KG	UN	PREVENCHA	6,000	55,0000	330,00
13	RECARGA DE EXTINTOR DE PÓ ABC 6KG	UN	PREVENCHA	2,000	60,0000	120,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/8
 Processo N°.: 122/2019
 PREGÃO PRESENCIAL N°. 122/2019

Fornecedor: 11507 - JM EXTINTORES CAÇADOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	EXTINTOR VEICULAR - A BASE DE TROCA, CONFORME NORMA ABNT NBR 15808, PQS, 1KG/LT	UN	MOCELIN	17,000	40,0000	680,00
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 2º NÍVEL- CONTEMPLANDO REPOSIÇÃO DE CARGA, LAACRE, PINO, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANGUEIRA, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANÔMETRO E PINTURA, EM EXTINTOR CONFORME NORMA ABNT NBR 15808, ABC, 3KG/LT	SERV	PREVENCHA	2,000	30,0000	60,00
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 3º NÍVEL- EM EXTINTOR, CONFORME NORMA ABNT NBR 15808, ABC, 3KG/LT	SERV	PREVENCHA	2,000	30,0000	60,00
17	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 2º NÍVEL- PQS, 4KG/LT, CONTEMPLANDO REPOSIÇÃO DE CARGA, LAACRE, PINO, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANGUEIRA, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANÔMETRO E PINTURA, EM EXTINTOR CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	5,000	30,0000	150,00
18	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 3º NÍVEL- PQS, 4KG/LT- EM EXTINTOR, CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	9,000	30,0000	270,00
19	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 2º NÍVEL- PQS, 6KG/LT, CONTEMPLANDO REPOSIÇÃO DE CARGA, LAACRE, PINO, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANGUEIRA, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANÔMETRO E PINTURA, EM EXTINTOR CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	4,000	35,0000	140,00
20	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 3º NÍVEL - PQS 6KG/LT- EM EXTINTOR, CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	6,000	30,0000	180,00
21	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 2º NÍVEL- PQS, 8KG/LT, CONTEMPLANDO REPOSIÇÃO DE CARGA, LAACRE, PINO, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANGUEIRA, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANÔMETRO E PINTURA, EM EXTINTOR CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	8,000	30,0000	240,00
22	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 3º NÍVEL - PQS 8KG/LT- EM EXTINTOR, CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	14,000	30,0000	420,00
23	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 2º NÍVEL- ÁGUA, 10KG/LT, CONTEMPLANDO REPOSIÇÃO DE CARGA, LAACRE, PINO, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANGUEIRA, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANÔMETRO E PINTURA, EM EXTINTOR CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	2,000	20,0000	40,00
24	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 3º NÍVEL - ÁGUA 10KG/LT- EM EXTINTOR, CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	2,000	25,0000	50,00
25	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 2º NÍVEL- PQS, 12KG/LT, CONTEMPLANDO REPOSIÇÃO DE CARGA, LAACRE, PINO, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANGUEIRA, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANÔMETRO E PINTURA, EM EXTINTOR CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	3,000	35,0000	105,00
26	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 3º NÍVEL - PQS 12KG/LT- EM EXTINTOR, CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	3,000	35,0000	105,00
27	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 2º NÍVEL- CO2, 4KG/LT, CONTEMPLANDO REPOSIÇÃO DE CARGA, LAACRE, PINO, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANGUEIRA, INSPEÇÃO E/OU TROCA DE MANÔMETRO E PINTURA, EM EXTINTOR CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	3,000	35,0000	105,00
28	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO 3º NÍVEL - CO2 4KG/LT- EM EXTINTOR, CONFORME NORMA ABNT NBR 15808.	SERV	PREVENCHA	1,000	30,0000	30,00
29	EXTINTOR PQS/ABC 01KG/LT-CONFORME NORMA ABNT NBR 15808	UN	MOCELIN	5,000	40,0000	200,00
30	EXTINTOR PQS/ABC 04KG/LT-CONFORME NORMA ABNT NBR 15808	UN	MOCELIN	5,000	22,0000	110,00
31	EXTINTOR PQS/ABC 06KG/LT-CONFORME NORMA ABNT NBR 15808	UN	MOCELIN	5,000	29,0000	145,00
32	EXTINTOR PQS/ABC 08KG/LT-CONFORME NORMA ABNT NBR 15808	UN	MOCELIN	5,000	34,0000	170,00
33	EXTINTOR PQS/ABC 12KG/LT-CONFORME NORMA ABNT NBR 15808	UN	MOCELIN	5,000	90,0000	450,00
34	EXTINTOR CO2 06KG/LT-CONFORME NORMA ABNT NBR 15808	UN	MOCELIN	2,000	47,0000	94,00
35	RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PQS 4 KG	SERV	PREVENCHA	167,000	20,0000	3.340,00
36	RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PQS 6KG	SERV	PREVENCHA	3,000	25,0000	75,00
37	RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PQS 8 KG	SERV	PREVENCHA	9,000	34,0000	306,00
38	RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTOR CO² 4 KG	SERV	PREVENCHA	3,000	35,0000	105,00
39	RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTOR CO² 6 KG	SERV	PREVENCHA	12,000	45,0000	540,00
40	RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTOR CO² 10 KG	SERV	PREVENCHA	6,000	60,0000	360,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/8

Processo Nº.: 122/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/8

Processo N°.: 122/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 122/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/8

Processo Nº.: 122/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 122/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 122/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 8/8

Processo N°.: 122/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 122/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 9 de Julho de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JM EXTINTORES CAÇADOR

CNPJ: 22.827.746/0001-06 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO NR.23/2019

Publicação Nº 2528122

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 23/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2019

No dia 10 do mês de Julho do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na RUA MAXIMINO DE MORAES, 386, bairro CENTRO, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DO FUNDO, o Sr(a) YARA APARECIDA VILANI PADILHA, inscrito no CPF sob o nº. 474.109.069-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 23/2019, Processo Licitatório nº. 23/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE KITS PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS GESTANTES ACOMPANHADAS PELO PAMI, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8630	Bozzano e Bozzano LTDA - ME	2, 5, 6
6857	CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS EIRELI- EPP	7
12384	CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA	
9231	JHONATAN BAGATOLI - ME	3
7410	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA	1, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
Bozzano e Bozzano LTDA - ME	85.323.392/0001-82	ENIO BOZZANO	350.854.609-87
CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS EIRELI- EPP	04.553.782/0001-47	CARLOS ERNANI BOMM	629.831.059-20
CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA	10.430.444/0001-10		
JHONATAN BAGATOLI - ME	22.992.632/0001-11	SÉRGIO BAGATOLI	474.018.009-00
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA	79.912.788/0001-62	LUIZA SCHMITZ REGIS	061.339.869-64

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE KITS PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS GESTANTES ACOMPANHADAS PELO PAMI, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6857 - CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS EIRELI- EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Bolsa para bebê forrada, fabricada em poliéster 600/trice, medindo 39x29x17cm (CxAxL) com alça de mão e alça de ombro, com bolso frontal, com gravação em silk 01 cor.	UN	CI DA CAPA	500,000	29,8000	14.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Processo Nº.: 23/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

Fornecedor: 7410 - REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Conjunto de mijão -pagão tamanho P, 100% poliéster canelado contendo uma blusa manga longa e uma calça comprida, sendo a blusa com gola redonda e ribana nos punhos e na gola, e a calça com elástico na cintura e ribana nos tornozelos.	UN	REAL RC	500,000	12,0900	6.045,00
4	Kit de pano de boca, 100% algodão com duas peças cada, medindo 32cmx32cm, com estampa e cores diversas, com vieis nas bordas.	UN	REAL RC	500,000	11,2700	5.635,00

Fornecedor: 8630 - Bozzano e Bozzano LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Banheira em polipropileno, com capacidade para 20 litros, em cores diversas, contendo uma válvula em PVC.	UN	CAJOVIL	500,000	16,6000	8.300,00
5	Meia 100% poliamida, para bebês até 6 meses de idade.	UN	YASMIN	500,000	2,3800	1.190,00
6	Macacão tamanho P, atalhado 85% algodão no mínimo, com manga longa e ribana nos punhos e tornozelos, contendo nove boões de pressão na abertura.	UN	JMZ	500,000	13,2800	6.640,00

Fornecedor: 9231 - JHONATAN BAGATOLI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Cobertores antialérgicos, 100% algodão, medindo no mínimo 90cmx70cm, com estampa em cores diversas.	UN	INCOMFRAL	500,000	18,9500	9.475,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/8

FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS**Processo Nº.: 23/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 23/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 23/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 6/8

Processo Nº.: 23/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 23/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 8/8

Processo N°.: 23/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 23/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitibanos, 10 de Julho de 2019.

YARA APARECIDA VILANI PADILHA
PRESIDENTE DO FUNDO

Empresas Participantes:

Bozzano e Bozzano LTDA - ME	CNPJ: 85.323.392/0001-82	_____
CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS EIRELI- EPP	CNPJ: 04.553.782/0001-47	_____
CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA	CNPJ: 10.430.444/0001-10	_____
JHONATAN BAGATOLI - ME	CNPJ: 22.992.632/0001-11	_____
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA	CNPJ: 79.912.788/0001-62	_____

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 55/2020

Publicação Nº 2528227

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</p> <p>CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 70/2020 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 70/2020 Processo de Licitação: 70/2020 Data do Processo: 25/05/2020</p>
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, TRECHO AV. ROTARY - RUA JOÃO DE MACEDO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 55/2020 (Sequência: 3)

Ao(s) 18 de Junho de 2020, às 13:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 426/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 70/2020, Licitação nº 70/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: APÓS: FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO DAS EMPRESAS CONSIDERADAS HABILITADAS. O QUAL VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: A EMPRESA "VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA" APRESENTOU PROPOSTA COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.430.061,21, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL; A EMPRESA "SETEP CONSTRUÇÕES SA" APRESENTOU PROPOSTA COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.480.655,67, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL. A EMPRESA "CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA" APRESENTOU PROPOSTA COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.587.590,12. DESTE MODO, FICA CONSIDERADA VENCEDORA DO CERTAME A EMPRESA "VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA" POR APRESENTAR PROPOSTA COM MENOR VALOR E EM CONFORMIDADE COM O EDITAL. FICA ABERTO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA PROTOCOLO DE RECURSO SE ASSIM DESEJAR.

Participante: 7370 - VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.	%	100,00		0,0000	14.300,6121	1.430.061,21
Total do Participante ----->							1.430.061,21
Total Geral ----->							1.430.061,21

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 18 de Junho de 2020

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETARIA

CRISTIANE JAQUELINE PEREIRA SANDRI - - 1º MEMBRO

ROBERTO CARLOS DA SILVA - - 2º MEMBRO

MERY HELLEN B. DACOL RIBEIRO - - 3º MEMBRO

PAULO AUGUSTO COSTA GRANEMANN - - 4º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

GEOVANA SUCHARA DO NASCIMENTO - - Representante

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2020

Publicação Nº 2529020

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2020

O Município de Descanso/SC torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, no dia 03 de julho de 2020.

Objeto: aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de mobiliário sob medida para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de proposta e documentação: até as 08h00min do dia 03 de julho de 2020, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, situado na Avenida Marechal Deodoro, nº 146.

Abertura da Sessão Pública: 08h20min do dia 03 de julho de 2020.

A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 18 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2020

Publicação Nº 2529018

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2020

O Município de Descanso/SC torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, no dia 06 de julho de 2020.

Objeto: aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de utensílios domésticos e outros para o Serviço de Fortalecimento de Vínculos e para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, e de armários em aço para a Prefeitura do Município de Descanso/SC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de proposta e documentação: até as 08h00min do dia 06 de julho de 2020, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, situado na Avenida Marechal Deodoro, nº 146.

Abertura da Sessão Pública: 08h20min do dia 06 de julho de 2020.

A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 18 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020

Publicação Nº 2529022

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020

O Município de Descanso/SC torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, no dia 03 de julho de 2020.

Objeto: aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de materiais para as escolas da Rede Municipal de Ensino, em especial de equipamentos de proteção e segurança para o retorno das aulas presenciais, em razão do covid-19, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de proposta e documentação: até as 10h00min do dia 03 de julho de 2020, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, situado na Avenida Marechal Deodoro, nº 146.

Abertura da Sessão Pública: 10h15min do dia 03 de julho de 2020.

A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 18 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 28/2020 - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2528109

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020
PROCESSO Nº 57/2020 HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

OBJETO: AQUISIÇÃO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: MERCADO E ACOUGUE PONTO CHIQUE LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.455,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.107,10 (oito mil cento e sete reais e dez centavos)

CONTRATADO: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.247,90 (oito mil duzentos e quarenta e sete reais e noventa centavos)

CONTRATADO: LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.093,30 (dois mil e noventa e três reais e trinta centavos)

CONTRATADO: ND COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.710,95 (dezoito mil setecentos e dez reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: BUGRE COMERCIAL EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.997,96 (seis mil novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos)

CONTRATADO: HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.814,00 (seis mil oitocentos e quatorze reais)

CONTRATADO: PASCHOAL COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.993,72 (oito mil novecentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos)

=====

Descanso, 18/06/2020
SADI INÁCIO BONAMIGO - Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 6068/2020

Publicação Nº 2528458

DECRETO Nº 6068/2018

DISPÕE SOBRE CADASTRO E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES E DÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O Cadastro e Autorização de Funcionamento de Instituições de Educação Infantil, junto à Secretaria de Educação e Esportes do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, reger-se-á segundo os termos da Resolução, nº 02, de 31 de maio de 2020, devidamente homologada, a qual cumpriu com o estabelecido na LDB nº 9.394/96 e a Lei nº 3271 de 11 de abril de 2002 e dispositivos constantes da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta do orçamento em execução.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no DOM na forma da lei, nesta data. D.C. 18/06/2020.

Normélio Pércio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO ERRATA EDITAL 69-2020 - REPUBLICAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 2528742

ALTERAÇÃO do EDITAL e REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2020

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, altera a data de abertura e julgamento Processo Licitatório nº 69/2020, Edital de Pregão Nº 69/2020, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA ESCOLA JOSE DO PATROCINIO, LOCALIZADA NA LINHA BELA VISTA, INTERIOR DO MUNICIPIO, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL, tendo em vista, que o edital foi alterado (PLANILHA ORÇAMENTARIA). Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 30/06/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

Dona Emma

PREFEITURA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2020

Publicação N° 2528076

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 25/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal torna público resultado do julgamento do Tomada de Preços nº 05/2020, que tinha por objeto a aquisição de materiais e mão de obra a serem empregados na pavimentação em lajotas hexagonais de concreto e colocação de guia (meio fio) de 4.524,52m² da Estrada Geral da Localidade do Caminho Pinhal e na pavimentação em lajotas hexagonais de concreto de 3.288,00m² da Rua Bertoldo Petry, no Município de Dona Emma – SC, na qual declara vencedoras as empresas: Item 1 - IPSUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - Valor: R\$ 27.436,76; Item 2 - ALVILINO FRANCO 52070069915 – Valor: R\$ 4.562,50; Item 3 - JOS-MAIR LEANDRO ME – Valor: R\$ 9.519,59; Item 4 - ANTINHAS FABRICA DE ARTEFATOS – Valor: R\$ 234.297,47 – Itens 5 e 6 - NELSON DE OLIVEIRA FARRAPO – Valores, respectivamente: R\$ 46.915,11 e R\$ 29.592,00.

Dona Emma, SC, 18 de junho de 2020.

Nicole Tereza Weber
Presidente da Comissão

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2020

Publicação Nº 2528584

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ: 79.373.775/0001-62.

CONTRATADA: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ: 95.822.136/0001-93.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO.

VALOR TOTAL: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93, E ARTIGO 1º, INCISO I, ALÍNEA B, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961 DE 6 DE MAIO DE 2020.

Doutor Pedrinho/SC, 18 de junho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

PORTARIA Nº 129/2020

Publicação Nº 2527940

PORTARIA no 129, de 15 de Junho de 2020.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Farmacêutica.

A Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a exoneração do servidor titular (Icaro da Silva Nunes) através da Portaria nº 073/2016 de 01/09/2016, a classificação dessa candidata na Chamada Pública nº 05/2020 e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público ou Processo Seletivo;

Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Concurso Público, sem paralisação de serviços, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

A servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Farmacêutica, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 2.194,08 (dois mil cento e noventa e quatro reais e oito centavos) a partir de 18/06/2020:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Lourena Nones Bidone (DN. 14/09/1969)	806.431.089-04 1.809.606	Manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Saúde e Assistência Social.	18/06/2020 a 18/12/2020

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de junho de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

CÂMARA MUNICIPAL**PAUTA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2528862

PAUTA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 22 DE JUNHO DE 2020 –

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre

- Sem inscritos;

III - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Projeto de Lei Ordinária nº 013/2020 – “Altera a ementa das Leis nº 864, nº 865 e nº 866, todas de 01 de julho de 2016, e dá outras providências”;

- Primeira Discussão ao PL nº 013/2020;

- Primeira Votação simbólica ao PL nº 013/2020

VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VI – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2020.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO
Presidente da Câmara

GECIMARI CORDEIRO
Assessoria Legislativa (FG)

Entre Rios

PREFEITURA

LICITAÇÃO 012-2020 FMS

Publicação Nº 2527478

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS
EXECUTIVO MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº 012/2020 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL PREF Nº. 007/2020 – Sistema de Registro de Preços

1 – PREÂMBULO

0.1 - O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pergentino Alberici, nº 152, centro no município de Entre Rios/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.698/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do maior desconto por item, tendo por finalidade a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE NÃO SE TENHA ESTÓQUE, NO MOMENTO DA NECESSIDADE, O MESMO SEJA DE SUMA IMPORTÂNCIA E DE OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO PELO MUNICÍPIO, DESTINADOS A PACIENTES EM SITUAÇÃO GRAVE E POR ORDEN JUDICIAL, SENDO UTILIZADO DESCONTO SOBRE A TABELA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – CMED, COM USO DE RECURSOS CONSTANTE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, constituída pelo Decreto nº. 063/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal de nº. 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos envelopes nº. 01 e nº 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h30min (horário oficial de Brasília) do dia 02 de julho de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, Centro da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura do envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL dar-se-á a partir das 08h40min (horário oficial de Brasília), do dia 02 de julho de 2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço do item 1.2 do edital.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Entre Rios, SC, 18 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO 036-2020 PMER

Publicação Nº 2527685

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS
EXECUTIVO MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 036/2020-PRE
PREGÃO PRESENCIAL PREF Nº. 021/2020 – Sistema de Registro de Preços

1 – PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, centro no município de Entre Rios/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.698/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM, tendo por finalidade a FUTURA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL EDUCATIVO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE FORMA DIDÁTICA PELOS PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS-SC, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pela Pregoeiro e Equipe de Apoio, constituída pelo Decreto nº. 063/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal de nº. 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 10h30min (horário oficial de Brasília) do dia 02 de JULHO de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, Centro, da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura do envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL dar-se-á a partir das 10h35min (horário oficial de Brasília), do dia 02 de JULHO de 2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço do item “1.2” do edital.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

1.5 – O horário de abertura da proposta e documentação prevista no item “1.3” poderá ser alterado mediante necessidade justificada.

Entre Rios, SC, 18 de JUNHO de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 19/2020 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2020

Publicação Nº 2527486

EXTRATO DO CONTRATO FMS nº 19/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA- EPP

OBJETO: Aquisição de material de limpeza para serem utilizados pelo Fundo Municipal de saúde.

VALOR: O valor do item 02 (álcool líquido 70% lt), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 6,25 (seis reais e vinte cinco centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo, conforme estabelece a Cláusula Décima do mesmo termo de contrato, de conformidade com o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Data da assinatura: 28/04/2020.

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 20/2020 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2020

Publicação Nº 2527492

EXTRATO DO CONTRATO FMS nº 20/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Isamed Mat. Médicos Hospitalares Eireli Me.

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo para manutenção do atendimento médico do Posto de Saúde do Município de Ermo, durante o ano de 2020.

VALOR: O valor do item 37 (fio mononylon nº 2 c/24 und), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 23,40 (vinte três reais e quarenta centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 28,60 (vinte oito reais e sessenta centavos) e o valor do item 40 (fio de sutura mononylon nº 5-0 c/agulha), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 23,40 (vinte três reais e quarenta centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 28,60 (vinte oito reais e sessenta centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo, conforme estabelece a Cláusula Décima do mesmo termo de contrato, de conformidade com o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Data da assinatura: 18/05/2020.

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 21/2020 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2017

Publicação Nº 2527494

EXTRATO DO CONTRATO FMS nº 21/2020

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 18/2017

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Segunda do contrato de origem fica aditado por mais 12 (doze) meses para a prestação dos serviços.

VALOR: O valor total previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado em R\$ 6,68% pelo índice IGPM.

Data da assinatura: 22/05/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2020 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2017

Publicação Nº 2527528

EXTRATO DO CONTRATO nº 39/2020

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 42/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Segunda do contrato de origem fica aditado por mais 12 (doze) meses para a prestação dos serviços.

VALOR: O valor total previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado em R\$ 6,68% pelo índice IGPM.

Data da assinatura: 22/05/2020.

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 35/2020 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2020

Publicação Nº 2527498

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 35/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 31/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Nicolau Saturnino Vieira EPP

OBJETO: Aquisição de material de limpeza para serem utilizados pelas secretarias municipais.

VALOR: O valor do item 02 (álcool líquido 70% lt), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 6,25 (seis reais e vinte cinco centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo, conforme estabelece a Cláusula Décima do mesmo termo de contrato, de conformidade com o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Data da assinatura: 28/04/2020

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 36/2020

Publicação Nº 2527502

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 36/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: TECNOELETRO DELLA VECCHIA EIRELI.

OBJETO: aquisição de materiais elétricos para serem utilizados na manutenção da Iluminação Pública do Município de Ermo. VIGÊNCIA: 11/05/2020 à 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 74.995,00 (setenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais)

Data da assinatura: 11/05/2020

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 37/2020

Publicação Nº 2527516

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 37/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Tecnoeletro Della Vechia Eireli

OBJETO: Aquisição de materiais e serviços para a manutenção das instalações elétricas prediais, em imóveis usados pela Administração Pública, durante o exercício de 2020.

VIGÊNCIA: 11/05/2020 Á 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 99.112,41 (noventa e nove mil cento e doze reais e quarenta e um centavos)

Data da assinatura: 11/05/2020

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 38/2020

Publicação Nº 2527522

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 38/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Comercial Tia Vena de Produtos Alimentícios Eireli

OBJETO: Aquisição de 200 (duzentas) cestas básicas conforme especificação do edital, para fins de concessão de benefício eventual, na forma da Lei Municipal nº 450/2018.

VIGÊNCIA: 21/05/2020 á 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Data da assinatura: 21/05/2020

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 40/2020 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2018

Publicação Nº 2527533

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 40/2020

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Tem por objeto o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de RECURSOS HUMANOS e E-SOCIAL utilizando banco de dados relacional.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Segunda do contrato de origem fica aditado por mais 12 (doze) meses para a prestação dos serviços.

REAJUSTE: Os valores contratados serão reajustados pelo IGP-M (FGV) conforme previsão do contrato inicialmente firmado.

Data da assinatura: 22/05/2020.

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 41/2020

Publicação Nº 2527543

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 41/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Jazida Jeremias Ltda

OBJETO: Aquisição de areia de aterro para atender as necessidades da Sec. de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente.

VIGÊNCIA: 02/06/2020 Á 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)

Data da assinatura: 02/06/2020

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 42/2020

Publicação Nº 2527547

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 42/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Daiane Lopes Cardoso - MEI

OBJETO: Aquisição de flores e itens de ornamentação para serem utilizados nos canteiros da Prefeitura Municipal.

VIGÊNCIA: 04/06/2020 Á 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 72.130,40 (setenta e dois mil cento e trinta reais e quarenta centavos).

Data da assinatura: 04/06/2020

LEI Nº 475, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528665

LEI Nº 475, de 16 de junho de 2020.

Dispõe Sobre a Instituição do Programa Municipal de Recuperação Fiscal do Município de Ermo no Ano de 2020– REFIS/Ermo-2020 em decorrência do estado de calamidade pública pela pandemia de COVID/19.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Ermo, o Programa de Recuperação Fiscal no Ano de 2020 – REFIS/ERMO-2020, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas jurídicas e físicas, relativos a impostos, contribuições, taxas e acessórios, de competência municipal, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2019, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

Art. 2º O ingresso no REFIS/ERMO-2020 dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS/ERMO-2020 implica inclusão da totalidade dos débitos de responsabilidade do optante perante o Município de Ermo relativos aos tributos e acessórios mencionados no art. 1º, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão irretratável.

§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada até 30 de novembro de 2020, mediante requerimento escrito do contribuinte de adesão ao REFIS/ERMO-2020.

§ 3º - O valor do débito a ser consolidado será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 4º - Para fins desta lei, havendo a opção do contribuinte por aderir ao REFIS/ERMO-2020, na consolidação do débito para fins de pagamento a multa de mora ou de ofício e os juros de mora a que se refere o parágrafo anterior serão reduzidos em 100% (cem por cento) de seus valores, sendo que a correção monetária não sofrerá redução.

§ 5º - O prazo tratado no parágrafo segundo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, por decreto do Executivo, justificadas a oportunidade e a conveniência do ato.

Art. 3º O débito devido na forma desta Lei será pago em parcela única.

Art. 4º A opção pelo REFIS/ERMO-2020 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos, contribuições e taxas de que trata esta lei.

Art. 5º A opção pelo REFIS/ERMO-2020 sujeita o optante a:

I – confissão irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II – a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III – pagamento regular da parcela do débito consolidado, bem assim dos tributos decorrente de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2019;

IV – para obter o benefício do REFIS/ERMO-2020 o contribuinte optante deve confessar os débitos existentes e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes, recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no REFIS/ERMO-2020, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

V – as execuções fiscais já ajuizadas serão, a critério do Fórum da Comarca de Turvo-SC e do Município de Ermo, incluídas nas pautas das “Semanas do Mutirão da Conciliação” a serem realizadas no presente ano de 2020 na Comarca de Turvo-SC;

VI – no caso de haver atraso no pagamento de qualquer dos tributos decorrente de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2019, o contribuinte optante será imediatamente excluído do REFIS/ERMO-2020.

Art. 6º A homologação da opção do contribuinte será efetuada pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Ermo mediante termo próprio.

§ 1º - Realizada a opção do contribuinte pelo REFIS/ERMO-2020, fica automaticamente convencionado que o imóvel relacionado com o débito consolidado serve como garantia real do total do débito consolidado, sendo que em caso de prévia existência de penhora em processo de execução fiscal a mesma será mantida até a integral quitação do parcelamento.

§ 2º - O contribuinte fica como fiel depositário do bem que serve como garantia no termo de opção ao REFIS/ERMO-2020, que deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e conservação até o fim do parcelamento.

§ 3º - Uma vez intimado para tanto, o contribuinte é obrigado a apresentar ao Município de Ermo o bem dado em garantia, sob pena de ser automaticamente considerado depositário infiel, tendo de responder por seus atos na forma da Lei Cível e Penal.

Art. 7º O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I – deixar de atender qualquer uma das exigências do Art.5º, ou de apresentar o bem que serve de garantia do REFIS/ERMO-2020, quando intimado para tanto pelo Município.

II – não pagar o valor da cota única no prazo estabelecido na guia do REFIS/ERMO-2020;

III – praticar qualquer ato tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

§ 1º - A exclusão do contribuinte do REFIS/ERMO-2020 implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos pelo mesmo, restabelecendo-se neste montante os valores abatidos por conta do REFIS/ERMO-2020, tudo devidamente atualizado na forma da legislação aplicável.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º - A critério do Município, a cientificação do contribuinte quanto a sua exclusão do REFIS/ERMO-2020 poderá ser feita:

I – por simples ofício, mediante recebimento; ou

II – correspondência com A.R.; ou

III – publicação em jornal de circulação local; ou

IV – notificação por Cartório ou Judicial.

§ 4º - A exclusão do REFIS/ERMO-2020 importará no imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal suspensos por conta da adesão, considerando-se o restabelecimento dos valores abatidos por conta do REFIS/ERMO-2020 e a atualização dos mesmos na forma da legislação aplicável.

§ 5º - Não será aplicado o disposto neste artigo no caso de situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 8º A presente Lei não revoga os dispositivos do Código Tributário Municipal ou os termos do REFIS/ERMO-2019, ficando tais normas com suas eficácias suspensas no que colidir com os preceitos da presente Lei até o fim da vigência desta norma.

Parágrafo único. Aplica-se subsidiariamente o Código Tributário Municipal, no que couber na aplicação da presente Lei.

Art. 9º Considerando o Decreto Municipal nº 014, de 18 de março de 2020, para efeitos da excepcionalidade da aprovação desta Lei,

considera-se observado e cumprido o disposto no artigo 73, §10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de junho de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0019/2020

Publicação Nº 2528222

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0019/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0019/2020 – Menor Preço Global, visando registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, COM ASSISTÊNCIA DO SISTEMA DE ALARME, VÍDEO MONITORAMENTO, CONTATOS MAGNÉTICOS, DETECTORES DE FUMAÇA E BOTÃO DE PÂNICO DE SEGUNDA A SEGUNDA FEIRA, INCLUSIVE NOS FERIADOS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 01 de julho de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de junho de 2020.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Formosa do Sul

PREFEITURA

PORTARIA N.º 314 DE 10 DE JUNHO DE 2020. "CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Publicação N° 2527852

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 314 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 71, XXVI, da Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006,
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do art. 72 da Lei Complementar N.º 17/2006 e suas alterações, licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar de 12 de junho de 2020 à 11 de julho de 2020, com remuneração, ao servidor ADRIANO GODOIS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, do quadro de cargos de provimento efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 10 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada em data supra.

TERMO ADITIVO N.º 01/2020 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 36/2020

Publicação N° 2528784

TERMO ADITIVO N.º 01/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 36/2020

Processo n.º 86/2019

Pregão Presencial n.º 43/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS CONFORME EMENDA IMPOSITIVA N.º 126.

O preço registrado para o item abaixo especificado, vencido pela empresa MB CATARINENSE LTDA -ME, passa a vigorar nos termos da Cláusula Segunda, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro preconizado no item 7 do Contrato Administrativo N° 36/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor registrado para o item 7, vencido pela empresa MB CATARINENSE LTDA -ME, registrado no Contrato Administrativo em referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR REAJUSTADO

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
7	MICROCOMPUTADOR PADRÃO PC, COM AS SEGUINTE DESCRITORES MÍNIMAS: PROCESSADOR DE 3.70 GHZ DE OITAVA GERAÇÃO DE PROCESSADORES OU SUPERIOR; SOCKET 1151 COM SUPORTE SISTEMA OPERACIONAL 64BITS; PROCESSADOR COM LITOGRAFIA DE 14NM, TDP DE 58W, 2 NÚCLEOS REAIS E 4 THREADS, CACHE 4MB, FREQUÊNCIA DINÂMICA DA PLACA GRÁFICA 1,05GHZ; MEMÓRIA RAM DE 4GB; HD SSD 2.5 ´ 120GB (500MB/S PARA LEITURA E 320MB/S PARA GRAVAÇÃO); VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 1 MILHÃO DE HORAS MTBF; INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATÍVEL COM A VERSÃO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S); GABINETE TIPO TORRE NA COR PRETA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM POTÊNCIA DE 200 W, SELEÇÃO AUTOMÁTICA 110/220 VOLTS; PLACA MÃE: 01 PCI-E X1 E 01 PCI-EXPRESS X16 OU SUPERIOR, LIVRES E UTILIZÁVEIS APÓS A CONFIGURAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO; 06 (SEIS) INTERFACES USB (UNIVERSAL SERIAL BUS) EXTERNO, SENDO 02 (DUAS) INSTALADAS NA PARTE FRONTAL DO EQUIPAMENTO; CONTROLADORA DE PERIFÉRICOS SATA PARA 04 (QUATRO) DISPOSITIVOS. DEVE POSSUIR ENTRADA PARA MICROFONE, LINE IN E LINE OUT; INTERFACE DE REDE INTEGRADA OU PADRÃO PCI FAST ETHERNET 10/100/1000 COM CONECTOR RJ45; 01 PORTA PS2 MOUSE; 01 PORTA PS2 TECLADO; 01 PORTA VGA; 01 PORTA HDMI; 01 PORTA DE ÁUDIO; UMA (01) UNIDADE GRAVADORA E REPRODUTORA DVD-R/RW; TECLADO COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO PADRÃO ABNT2, CONTENDO TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA COM CONECTOR PS2 OU USB; MOUSE ÓPTICO COM SCROLL COM RESOLUÇÃO GRÁFICA DE 400DPI E CONECTOR PS2 OU USB; CAIXA DE SOM DE 1,5W RMS, ALIMENTAÇÃO USB NA COR PRETA; PLACA VÍDEO DUAL VGA; DEVERÁ ACOMPANHAR TODOS OS CABOS DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO NOVO E INTERLIGAÇÃO DO EQUIPAMENTO E PERIFÉRICOS; MANUAIS (ESCRITOS EM INGLÊS OU PORTUGUÊS DO BRASIL) E CD'S DE DRIVERS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DE SEUS COMPONENTES E PERIFÉRICOS; EQUIPAMENTO DEVERÁ SER MONTADO DE FABRICA E SEM SISTEMA OPERACIONAL; GARANTIA DE, NO MÍNIMO, 12 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO, SENDO OBRIGAÇÃO DA LICITANTE, NESSE CASO, RETIRAR E REENTREGAR O EQUIPAMENTO ÀS SUAS EXPENSAS, JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL.	R\$ 1.405,00	R\$ 1.600,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Administrativo acima citado.

Formosa do Sul- SC, 18 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 77/PMF/2020

Publicação Nº 2527930

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 77/PMF/2020;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de grelhas de ferro fundido 40X70cm, peso 30KG para uso na manutenção das bocas de lobo das diversas ruas e avenidas do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de julho de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 18 de junho de 2020.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 79/PMF/2020

Publicação Nº 2528046

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 79/PMF/2020

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de peças para reposição com instalação em parques infantis, a fim de atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de julho de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 18 de junho de 2020.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº 064, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2527488

DECRETO Nº 064, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA DECRETO Nº 081, DE 23 DE MAIO DE 2019, QUE NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPORER CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº 1.325, 21 de novembro de 2007,

CONSIDERANDO que o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Forquilha solicitou a destituição de Henrique de Oliveira Santos da função de representante dos segurados ativos no Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência, solicitando a designação de Scheila de Lima Martins;

DECRETA:

Art. 1º Destitui o servidor Henrique de Oliveira Santos da função de representante dos segurados ativos do Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência, nomeado pelo Decreto nº 018, de 23 de maio de 2019.

Art. 2º Designa SCHEILA DE LIMA MARTINS para compor o Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência, representando os segurados ativos, indicada pelo Sindicato dos Servidores Municipais, em substituição do servidor acima destituído.

Art. 3º Ficam alterada a alínea "a" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 018, de 23 de maio de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

III -

a) Titulares: Scheila de Lima Martins e Jefferson Fernandes;" (NR)

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da assinatura, revogados as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 09 de junho de 2020.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEILÃO PÚBLICO Nº 78/PMF/2020

Publicação Nº 2528090

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 78/PMF/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

O Município de FORQUILHINHA com sede na Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, cidade de Forquilha, inscrito no CNPJ sob nº 81.531.162/0001-58, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 HORAS do dia 07 de julho de 2020, tendo como local o CÂMARA DE VEREADORES, Rua Sigisfredo Back, nº 355, Centro, Forquilha, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL, matrícula AARC/335, para venda à vista de bens móveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.DELTTALEILOES.COM.BR, DIARIODELEILOES.COM.BR ou WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (48) 3463 8100 na Prefeitura ou (47) 9 9937 5744 com o Leiloeiro. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

FORQUILHINHA (SC), em 18 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER

PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Fraiburgo**PREFEITURA****AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035_2020 RP 0036 - PMF**

Publicação Nº 2528036

Aviso do Pregão Presencial nº 0035/2020 – PMF

Registro de Preços nº 0036/2020

Processo Administrativo Licitatório nº 0091/2020

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EDITAL COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de forma parcelada de carimbos, almofada de reposição e refil para uso do Órgão Gerenciador (Município De Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FME, FMS E SANEFRAI). Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/ Protocolo dos Envelopes: até as 10:00 horas do dia 07.07.2020, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 10:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de junho de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 135 - 2020

Publicação Nº 2528042

DECRETO Nº 135, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2467 de 04 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI		
17.512.0035.2.081 – Gestão Administrativa - SANEFRAI		
3.3.93 – Aplicações Diretas Decorrente de Operações Entre Órgãos – Recurso 0.1.0900 (23)	R\$	6.200,00
TOTAL		
	R\$	6.200,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI		
17.512.0035.2.081 – Gestão Administrativa - SANEFRAI		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (21)	R\$	6.200,00
TOTAL		
	R\$	6.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 18 DE JUNHO 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3175 e 19/06/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EXTRATO_DOM_18.06.2020 FMS

Publicação Nº 2528038

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT20FMS11 - Contrato Nº: AT19FMS88 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes da Ata epigrafada resolvem pactuar o reequilíbrio econômico-financeiro do preço da Gasolina Comum,
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA
Valor : R\$3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Pregão presencial Nº.: 111/2019
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, BIODIESEL S10 E S500), DE FORMA PARCELADA, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME, FMS), DURANTE 12 (DOZE) MESES.
Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-28500-0,14-3.990,00;

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.
AYRES NOGUEIRA JÚNIOR - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT20FMS12 - Contrato Nº: AT19FMS88 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes da Ata epigrafada resolvem pactuar o reequilíbrio econômico-financeiro do preço da Gasolina Comum, passando o valor do litro a ser conforme demonstrado na tabela abaixo:
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA
Valor : R\$2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Pregão presencial Nº.: 111/2019
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, BIODIESEL S10 E S500), DE FORMA PARCELADA, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME, FMS), DURANTE 12 (DOZE) MESES.
Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 4-28500-0,10-2.850,00;

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.
AYRES NOGUEIRA JÚNIOR - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO_DOM_18.06.2020 PMF

Publicação Nº 2528039

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: CT20PMF54
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DRESCH COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA ME
Valor : R\$7.300,00 (sete mil trezentos reais)
Vigência : Início: 05/06/2020 Término: 04/08/2020
Licitação : Pregão presencial Nº.: 31/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01 PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO CONTENDO ESTRUTURA METÁLICA, REVESTIMENTO EM ACM USINADO COM ILUMINAÇÃO INTERNA EM TODAS AS ESCRITAS, CAIXOTE RELEVO DO BRASÃO SOBREPOSTO COM ILUMINAÇÃO INTERNA DE LED PARA USO DA POLÍCIA CIVIL DE FRAIBURGO.
Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-7.300,00-7.300,00;

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF70 - Contrato Nº: CT16PMF88 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até o dia 08 de junho de 2021.
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA
Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 08/06/2021
Licitação : Pregão presencial Nº.: 3/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA

EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) E COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 0016/2012 (ANEXO VIII) DO EDITAL.

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF70/70A - Contrato Nº: CT16PMF88 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato para R\$ 2.096.551,94 (dois milhões, noventa e seis mil quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos) conforme abaixo:

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA

Valor : R\$2.096.551,94 (dois milhões noventa e seis mil quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos)

Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 08/06/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 3/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) E COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 0016/2012 (ANEXO VIII) DO EDITAL.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-500354-3,63-1.816.285,02; 2-81002-3,46-280.266,92;

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF71 - Contrato Nº: CT16PMF88 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, ajustam e contratam o acréscimo de 35.090 km, para as linhas 15, 24 e 34, devido a demanda de alunos para ano letivo, conforme justificativa da Secretaria de Educação.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA

Valor : R\$127.376,70 (cento e vinte e sete mil trezentos e setenta e seis reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 08/06/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 3/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) E COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 0016/2012 (ANEXO VIII) DO EDITAL.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-35090-3,63-127.376,70;

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_18.06.2020 SF

Publicação Nº 2528040

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF17 - Contrato Nº: CT20SF02 - Ata N.º:

Art. 1º ☐ as partes do contrato acima epigrafado, ajustam e contratam a sua alteração conforme memorial justificativo do setor de engenharia (anexo ao processo), resultando em SUPRESSÃO no valor de R\$ 583,58 (cinquenta e oito mil trezentos e cinquenta e oito reais);

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: ROBERTO MIGUEL

Valor : R\$583,58 (quinhetos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 08/06/2020

Licitação : Tomada de preço p/obras e serv.engenharia Nº.: 4/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA DE QUÍMICA E SISTEMAS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA ETA - SANTO ANTÔNIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO MEMORIAL DESCRITIVO (ANEXOS AO ☐PAL☐ E PARTE DELE INTEGRANTE).

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

NIVALDO JOSÉ BONALDO - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT20SF11 - Contrato Nº: AT19SF57 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes da Ata epigrafada, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo de 25% no Item 01, conforme tabela abaixo:

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: BUSCHLE & LEPPER S.A

Valor : R\$17.900,00 (dezessete mil novecentos reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 14/07/2020

Licitação : Pregão presencial Nº.: 17/2019

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO PARA USO NO TRATAMENTO DE ÁGUA DA SANEFRAI.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-10000-1,79-17.900,00;

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

NIVALDO JOSÉ BONALDO - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF18 - Contrato Nº: CT20SF12 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafo, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo de 25% no objeto do contrato, conforme consta abaixo:

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: SANESI ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA

Valor : R\$11.275,00 (onze mil duzentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/07/2020

Licitação : Pregão presencial Nº.: 7/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE VAZAMENTO COM OBJETIVO DE LOCALIZAR VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-25-451,00-11.275,00;

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

NIVALDO JOSÉ BONALDO - PRESIDENTE

PORTARIA 08542020

Publicação Nº 2528029

PORTARIA Nº 0854, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 097/2020, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Edital destinado a contratação no Regime Especial de Contratação e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público, tendo em vista a pandemia pelo Covid 19;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SONIA MARIA ALVES PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.018.839-36, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2020 até 31 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08552020

Publicação Nº 2528030

PORTARIA Nº 0855, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 00665/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de SUELEN FATIMA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 109.520.619-29, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08562020

Publicação Nº 2528031

PORTARIA Nº 0856, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 0663/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de GABRIELA DIAS DAMACENO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 112.525.989-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08572020

Publicação Nº 2528032

PORTARIA Nº 0857, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 0662/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de BRUNA LETICIA TIEQUIM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 085.082.719-13, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO DANILLO DOS SANTOS FRANCISCO

Publicação Nº 2528041

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): DANILLO DOS SANTOS FRANCISCO

Endereço: Rua Nereu Ramos, 402 – apto. 101 - Centro

Fraiburgo/SC - 89580-000

(91) 980670900 (91) 98177-9717

CARGO: MÉDICO – SAÚDE DA FAMÍLIA

Classificação: 8º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;
 - III – Creatinina;
 - IV – Parcial de Urina;
 - V – TGO e TGP;
 - VI – Triglicéridio;
 - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
 - VIII – TSH (acima de 45 anos);
 - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
 - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
 - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
 - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
 - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
 - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
 - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
 - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
 - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 18 de junho de 2020.

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

DANILLO DOS SANTOS FRANCISCO

Frei Rogério

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 925/2020 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO APROVA AS ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO" – COINCO – E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 2527452

LEI MUNICIPAL Nº 925/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO APROVA AS ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO" – COINCO – E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Público Municipal aprova os acréscimos aos Artigos 2-A e 2-B no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Contestado - COINCO - que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º- A - Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o COINCO terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersetorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade."

"Art. 2º- B - O COINCO tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para os Municípios Consorciados que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica). "

Art. 2º - Fica através do Projeto de Lei aprovado o acréscimo ao artigo 3º do Estatuto, nas finalidades e competências prioritárias do COINCO, o inciso XXXIII, com a seguinte redação:

"XXXIII - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, e inspeção ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agropecuária e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;"

Art. 3º - Fica através do Projeto de Lei aprovado o acréscimo ao parágrafo primeiro, do artigo 3º, do Estatuto, nas finalidades e competências prioritárias do COINCO, a alínea "f" e "g", com a seguinte redação:

"f) atuar na prestação de serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local nos municípios consorciados;"

"g) as despesas advindas da prestação dos serviços ambientais dos municípios consorciados se darão através de contrato de programa, cujo valor será destinado exclusivamente para o pagamento das despesas correntes de manutenção do programa de prestação de serviço de licenciamento ambiental."

Art. 4º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas e consignadas no orçamento em vigor de cada Município, permanecendo os demais artigos inalterados.

Art. 5º - Ficam ratificadas e mantidas as demais disposições e alterações inseridas no Estatuto do "Consórcio Intermunicipal do Contestado"- COINCO.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério/SC, 18 de junho de 2020.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO DO ITEM 259 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2020

Publicação Nº 2527984

AVISO DE CANCELAMENTO ITEM 259 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 092/2020

OBJETO DO CANCELAMENTO: O ITEM 259 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2020, ORIGINADA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020, FIRMADA COM A EMPRESA MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - EPP, CNPJ Nº 27.105.456/0001-72, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS DATA DO CANCELAMENTO: 09/06/2020.

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO Nº 01/2020

Publicação Nº 2527489

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ROSANA LOPES PIRES, brasileira, solteira, RG nº 529015220140, CPF: 71696555353, residente e domiciliada na Travessa Boa Esperança, 198, São Luis/MA, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 5121/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 01/2020 até o dia 28/02/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 01/2020 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 16 de junho de 2020.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Município de Garuva Rodrigo Adriany David	
Contratado	
Roland Ristow Junior Cpf: 398.714.879-91	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DECRETO Nº 113/2020

Publicação Nº 2528240

DECRETO Nº. 113 de 18 de junho de 2020

“TRANSFERE A COMEMORAÇÃO DO DIA DE SÃO JOÃO BATISTA, PADROEIRO DO MUNICÍPIO, PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando que neste ano esse feriado cairá numa quarta-feira;

Considerando os transtornos que as comemorações de feriados em meio de semana trazem aos serviços públicos e privados;

DECRETA:

Art. 1o – A transferência para dia 26 de junho de 2020, da comemoração alusiva ao dia de São João Batista, padroeiro do Município.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

LEI Nº 2210/2020

Publicação Nº 2528326

LEI Nº 2210 DE 18 DE JUNHO DE 2020

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR, BENS INSERVÍVEIS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL"

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar através de leilão os bens inservíveis de domínio público municipal, a partir dos valores apurados pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº 083, de 28 de maio de 2020, conforme planilha em anexo.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

ANEXO I

AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS – LEILÃO PMG 001/2020			
LOTES	DESCRIÇÃO DOS BENS	VALOR ESTIPULADO	VALOR FINAL
LOTE 01	02 (duas) estruturas para toldo, medindo aproximadamente 3m x 2m cada. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 50,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 02	Micro-ônibus Kia/Besta GS, Placas MEH 8949, RENAVAL: 869665812, ano/modelo: 2005/2005, sem mecânica, teto amassado, sem assentos, cor branca. Veículo consta em circulação do DETRAN. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 400,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 03	Ônibus, Mercedes Benz / OF 1318, placas ADF 2921, contendo mecânica, podendo faltar peças. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 1.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 04	Carretão Agrícola, sem documentos. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 100,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 05	Arado / Grade, contendo 16 discos, marca Koeler, série 12/7539. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 500,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 06	Carretão Tip Top (Prancha), sem documentos, marca Trivellato, 2 (dois) eixos, com rodas e pneus, prancha de madeira. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 1.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 07	2 (Duas) Rodas de Trator pequeno porte, com pneus. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 400,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 08	Compactador de lixo para caminhão, marca Librelato. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 1.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 09	Sucata de ferro velho contendo, cadeiras e carteiras, ar-condicionado, bebedouro, forno, entre outros itens sucateados. No estado, quantidade e condições que se encontra.	R\$ 100,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 10	Sucata de trator para cortar grama, sem testes mecânicos, podendo faltar peças. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 400,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 11	Sucata de reatores, fotocélulas e lâmpadas de iluminação pública, contendo aproximadamente 1500 lâmpadas, 1600 reatores e 2000 fotocélulas, de diferentes modelos, tamanhos, capacidade e medidas. No estado e condições que se encontra.	R\$ 500,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 12	Estrutura metálica completa para cobertura de galpão e/ou outras aplicações, contendo tesouras, telhas, cabos de aço. Desmontagem e transporte por conta do arrematante. No estado e condições que se encontra.	R\$ 3.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 13	Sucata de luminárias para iluminação pública, contendo braços e refletores. Aproximadamente 2000 peças. No estado e condições que se encontra.	R\$ 500,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 14	Sucata de ferro velho contendo telas e aramadas, placas de sinalização, rodas, etc. No estado e condições que se encontra.	R\$ 100,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 15	Distribuidor de calcário marca Industrial Agrícola Chiumento Ltda (IAC), capacidade de 6 ton, aparentemente em bom estado de conservação, sem testes. No estado e condições que se encontra.	R\$ 3.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 16	Automóvel Fiat/Uno Mille Economy, 4 portas, branco, ano/modelo:2009/2010, combustível: flex, placas MHA 9075, RENAVAL: 158282671. Possui pequena avaria (amassado) no paralamas dianteiro esquerdo, aproximadamente 107.000 km, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 6.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir

LOTE 17	Automóvel VW/Gol 1.0 GIV, 4 portas, branco, ano/modelo: 2008/2009, combustível: flex, placas MFC 3415, RENAAM: 980209641, contendo pequenas avarias, aproximadamente 205.000 km, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 6.500,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 18	Motocicleta Honda/ CG 125 FAN, sem partida elétrica, preta, ano/modelo: 2008/2008, placas MEZ 0224, RENAAM: 96721784, contendo amassado no tanque de combustível, aproximadamente 43.000 km, contendo problemas mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 1.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 19	Caminhonete/ Ambulância, Peugeot/ Boxer V350LH HDI, branca, ano/modelo: 2005/2006, combustível: diesel, placas: MDA 3634, RENAAM: 88767570, aproximadamente 369.000 km, sem testes mecânicos, contendo avarias, para-brisa trincado. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 8.500,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 20	Automóvel Renault/Sandero Exp 1.0, 4 portas, branco, ano/modelo: 2012/2012, combustível: Flex, Placas: MKE 6651, RENAAM: 454623089, contendo avarias, aproximadamente 288.000 km, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 6.800,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 21	Motocicleta Honda/CG 150KS, sem partida elétrica, preta, ano 2008, placas MEH 2112, contendo arranhões no tanque de combustível, aproximadamente 56.000 km. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 1.800,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 22	Automóvel VW/Gol 1.0 GIV, 4 portas, branco, ano/modelo: 2010/2011, combustível: flex, placas MHG 0226, RENAAM: 212905414, contendo pequenas avarias, aproximadamente 143.000 km, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 7.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 23	Automóvel Renault/Sandero exp 1.0, 4 portas, branco, ano/modelo: 2013/2014, combustível: flex, placas MLH 2922, RENAAM: 992816742, contendo avarias, aproximadamente 264.0000 km, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 8.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 24	Automóvel VW/Gol 1.0 GIV, 4 portas, branco, ano/modelo: 2008/2009, combustível: flex, placas MFC 3525, RENAAM: 980212545, contendo pequenas avarias, aproximadamente 183.000 km, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 6.500,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 25	Automóvel Renault/Sandero Exp 1.0 4 portas, branco, ano/modelo 2013/2014, combustível: flex, placas MLL 5890, RENAAM: 992723981, contendo avarias, aproximadamente 160.000 km, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 8.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 26	Trator Agrícola Valtra, modelo: A750L, tração 4x4, número de série: A750360512, amarelo, ano:2013, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 20.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 27	Automóvel Renault/Fluence PRI20A, 4 portas, prata, ano/modelo: 2013/2014, combustível: Flex, placas: MLR 6904, RENAAM: 555990877, aproximadamente 143.000 km, sem testes mecânicos. No estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 19.000,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir
LOTE 28	Caçamba, marca Becker, possui cilindro e chassi, sem documentos, no estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 1.500,00 (Comissão de Avaliação)	R\$ a definir

PARECER ALECRIM AGE

Publicação Nº 2528284

SOLICITANTE ANA CRISTINA GUAREZI DIBAX-
ALECRIM AGE BERÇÁRIO E PRÉ-ESCOLA LTDA.

OBJETO - Parecer de Autorização de Funcionamento da Instituição de Ensino Alecrim Age Berçário e Pré-Escola

PROCESSO - 001/2020
PARECER Nº001/2020
APROVADO EM 17/06/2020

I – HISTÓRICO

A proprietária Alecrim Age Berçário e Pré-Escola, encaminha a este Colegiado o presente processo, o qual solicita o parecer de autorização e funcionamento para este estabelecimento de ensino supra acima citado. Localizado na Rua Julia da Costa, 162, Bairro – Centro, pertencente à rede privada de ensino, Município Garuva –SC.

II – ANÁLISE

- 1) Identificação
- a) Alecrim Age Berçário e Pré- Escola

Rua: Julia da Costa, 162
 Município: Garuva – SC
 CEP: 89248-000
 Fone: (47) 99613-7585
 CNPJ: 36.288.043/0001-61
 E-mail: kambygaruva@gmail.com

b) Ofício encaminhado à presidente do Conselho Municipal de Educação, subscrito pela proprietária da instituição;

c) Capa de identificação do processo

d) Requerimento dirigido ao Presidente do COMED

e) Identificação do Mantenedor

Fotocópia de Identificação do Proprietário ou Sócio-Gerente

Ficha corrida do Proprietário ou Sócio-gerente

f) Condições físicas de implantação Área do terreno

Área construída

Tipo de construção

Ano de construção

Dependências

Contrato de locação quando não for sede própria

Planta baixa dos espaços e dependências

Memorial descritivo do espaço educacional

Meios de acesso e permanência aos alunos portadores de necessidades especiais

Relação de equipamentos e materiais de laboratório

g) Laudos técnicos

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ

Certidão Negativa

Pré-requisitos para concessão do Alvará:

Aprovação da Vigilância Sanitária

Aprovação do Corpo de Bombeiros

h) Dimensão Administrativa

Relação do Corpo Docente, Diretivo e Técnico-Administrativo

Relação do Acervo Bibliográfico Específico por curso

i) Registro escolar e controle identificador dos alunos

Ficha de matrícula

Contrato de prestação de serviços

Lista de alunos por turma e horário de funcionamento

2) Aspectos pedagógicos:

a) Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar.

Apresentação

Missão

Proposta Curricular do curso

Grade Curricular do curso

Metodologia de Ensino

Sistema de Avaliação

Matrículas

b) Corpo Técnico-Administrativo

Nome	Função	Habilitação
Esther Roeder	Coordenação	NS – Licenciatura Pedagogia
Ana Cristina Guarezi Dibax	Direção	Licenciatura Pedagogia
Ana Cristina Guarezi Dibax	Administração Financeira	Pedagogo

c) Corpo Docente:

Nome	Função
Angélica Lopes dos Santos	Professora
Rosangela Pereira dos Santos	Professora
Laryssa Thamiere Souza	Professora
Lara de Lima	Professora

3) O processo encaminhado apresenta toda documentação exigida para o credenciamento da instituição junto ao Conselho Municipal de Educação.

4) A verificação in loco das instalações demonstrou estar dentro dos padrões exigidos.

III – VOTO DO RELATOR

Nos termos do histórico e da análise, favorável ao credenciamento de funcionamento da Instituição ALECRIM AGE BERÇÁRIO Educação Infantil, rede privada de ensino, Município de Garuva-SC.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A comissão de Ensino Fundamental decide por unanimidade dos presentes, o voto do Relator. Em 17 de junho de 2020.

V – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação, reunido em Sessão Plena, no dia 17 de junho de 2020, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar o voto do Relator.

Lucileide de Fátima Bueno Feldhaus
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Decreto- 205/2017
Garuva - SC

RESULTADO FINAL-PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 04-20

Publicação Nº 2527477

**RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL - Nº 04/2020**

Auxiliar de Saúde Bucal:				
Nome do Candidato:	Inscrição:	Acertos:	Notas:	Classificação:
Luana Moreira Cruz de Macedo	281	13	6,5	1º
Samira Felipe Zimmermann Magri	337	12	6,0	2º

Enfermeiro:				
Nome do Candidato:	Inscrição:	Acertos:	Notas:	Classificação:
Priscila Gadotti El Haje	352	16	8,0	1º
Cristiane Beatriz Piva	279	14	7,0	2º
Daniella Oliveira de Brito Leite	226	14	7,0	3º
Ana Thaize Cardoso	361	14	7,0	4º
Simone Ferreira Dos Santos Delgado	327	13	6,5	5º
Melissa Perozin	262	13	6,5	6º
Karolynne de Moliner Menegon	313	13	6,5	7º
Eunice de Freitas Israel	288	13	6,5	8º
Gabriela Do Canto Coffy	178	13	6,5	9º
Soeli Aparecida Martins Dos Santos	359	12	6,0	10º
Elizabeth Do Socorro Pereira Tavares Persike	165	12	6,0	11º
Danuska Matos Rodrigues da Silva Boldori	332	12	6,0	12º
Erick Luis Alberti	353	12	6,0	13º
Fabiano Tadeu Soares de Oliveira	335	11	5,5	14º
Flávia Maria da Silva	298	11	5,5	15º
Rúbia Mara Ferreira Alves	195	11	5,5	16º
Fernanda da Silva Souza	155	11	5,5	17º
Aléxia Fontoura Corrêa	210	11	5,5	18º
Marcos Roberto Righeti	201	10	5,0	19º
Adson Rodrigues de Souza	291	10	5,0	20º
Lediane da Silva Joaseiro	147	09	4,5	Desclassificado
Marcia Cristina Barbosa Motta	234	07	3,5	Desclassificado
Adenilson Francisco da Silva	160	07	3,5	Desclassificado
Hellen Ribas Ton	223	07	3,5	Desclassificado
Bruna Mayara Gomes Araújo	315	06	3,0	Desclassificado
Fernanda Aparecida da Silva Ramos	342	03	1,5	Desclassificado

Técnico de Enfermagem:				
Nome do Candidato:	Inscrição:	Acertos:	Notas:	Classificação:
Fernanda da Silva Souza	272	12	6,0	1º
Viviane Kowalczyk	317	12	6,0	2º
Lidiane Pereira	290	11	5,5	3º
Soelen Caroline Guthier	174	11	5,5	4º
Elenice Rosa de Ramos	248	11	5,5	5º
Sonia Braga Pereira	362	10	5,0	6º
Ariana Jeguer da Silva Martins	198	10	5,0	7º
Elaine Turin	209	10	5,0	8º
Pamela Grasielle Martins	154	10	5,0	9º
Luciane Ricardo Souza	266	10	5,0	10º
Flavia Ione Ferreira de França	172	09	4,5	Desclassificado

Marielle da Rocha Leite	231	09	4,5	Desclassificado
Zenir Wisniewski Fernandes	325	08	4,0	Desclassificado
Eduardo Rodrigues de Souza Rocha	354	08	4,0	Desclassificado
Camila Kuboski	191/193	08	4,0	Desclassificado
Lucia Aparecida de Paula	331	08	4,0	Desclassificado
Keli Cristina de Lima	163/169	08	4,0	Desclassificado
Keisy Miriane Prestes	310	07	3,5	Desclassificado
Isabel Cristina Pereira Contezini	365	07	3,5	Desclassificado
Erlane Figueiredo da Silva	269	07	3,5	Desclassificado
Pamela Cristine Almeida Sampaio	259	06	3,0	Desclassificado
Isabela Rita Gomes Padilha	148	05	2,5	Desclassificado
Daniele Nominato Costa	329	03	1,5	Desclassificado

Garuva, 17 de junho de 2020.

Isabela Aragão Pereira
Presidente da Comissão
Portaria 068/2020

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ADITIVO A CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

Publicação Nº 2528401

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2020

AVISO DE ADITIVO A CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para:

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 22/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min do dia 13/07/2020.

LOCAL: Departamento de Compras e Licitações, situado à Rua São Pedro, nº 128 - Edifício Edson Elias Wieser – 2º Piso (ao lado da sede da Prefeitura), no bairro Centro, na cidade de Gaspar, estado de Santa Catarina.

Gaspar (SC), 18/06/2020.

JORGE LUIZ PRUCINIO PEREIRA

Secretário Municipal de Educação Interino

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2020

Publicação Nº 2527918

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC - SAMAE

Tomada de preços nº 10/2020

OBJETO: elaboração de projeto técnico de engenharia, visando atender a Comunidade de Bateias, situada ao longo da rodovia estadual SC 108, com água da estação de tratamento de água do centro da cidade (ETA I). ENTREGA ENVELOPES: até 09 horas dia 22/07/2020. ABER-TURA: dia 22/07/2020 às 09h30min. Íntegra Edital: Depto Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site www.gaspar.sc.gov.br. Cleverton João Batista – Diretor-Presidente Interino do SAMAE

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020

Publicação Nº 2528673

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2020

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais Preventivos de Incêndio.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 22/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min do dia 01/07/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min do dia 01/07/2020.

LOCAL Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br. Íntegra do Edital nos sites: www.gaspar.sc.gov.br e www.comprasbr.com.br.

Gaspar (SC), 18/06/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

EXTRATO ADITIVO 3 CONTRATO SAF-168/2019

Publicação Nº 2528257

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 3 CONTRATO Nº SAF-168/2019

Tomada de Preços nº.: 21/2019. OBJETO: acréscimo (R\$ 33.962,13) e supressão (R\$ 12.217,83) do valor do contrato para a drenagem da Rua 21 de Abril. CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. (01.650.178/0001-40). – Jean Alexandre dos Santos – Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 6.342, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528315

PORTARIA Nº 6.342, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

ESTABELECE CRITÉRIO PARA A OBRIGATORIEDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPERATURA CORPÓREA EM SUPERMERCADOS, MERCADOS E MINIMERCADOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR, Secretário Municipal de Saúde do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar n.º 80, de 02 de agosto de 2017; Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do

risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde, divulgadas em 27 de fevereiro de 2020, para prevenir a propagação do coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho;

Considerando que na data de 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia;

Considerando a necessidade de atender as recomendações da Organização Mundial da Saúde, para prevenir a propagação do coronavírus (COVID-19);

Considerando o pedido da Organização Mundial da Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do coronavírus (COVID-19);

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme preconiza o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020;

Considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672, publicada em 15 de abril de 2020, segundo a qual os Municípios possuem competência suplementar na edição de normas de saúde e de controle da pandemia, inclusive de natureza mais restritiva de acordo com a realidade local,

RESOLVE:

Art. 1º Os supermercados, mercados e minimercados, deverão realizar a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários antes de adentrarem ao estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato.

§1º Sendo aferida temperatura de 37,8°C (trinta e sete vírgula oito graus Celcius) ou superior, não será permitida sua entrada no estabelecimento e deverá ser imediatamente orientado a procurar o centro de triagem para coronavírus (COVID-19) no Estratégia Saúde da Família Centro, localizado na Rua Augusto Beduschi, nº 130, Centro, telefone (47) 3332-9280, no período das 07h30min às 16h30min nos dias da semana, após esse horário, finais de semana e feriado deverá dirigir-se ao pronto atendimento do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

§2º A norma prevista no presente artigo fica vigente como determinação para os estabelecimentos com área igual ou maior que 1.000m² (um mil metros quadrados) e como recomendação para os demais.

Art. 2º Colaboradores integrantes do grupo de risco deverão preferencialmente permanecer em regime de trabalho remoto.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, integram o grupo de risco:

I - pessoas acima de 60 (sessenta) anos;

II - portadores de doenças crônicas preexistentes;

III - portadores de doenças respiratórias crônicas;

IV - imunodeprimidos;

V - gestantes e lactantes;

VI - que tenham viajado ou coabitem com pessoas que estiveram em outros países nos últimos 14 (quatorze) dias;

VII - pessoas que coabitem com pessoas acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas preexistentes, portadores de doenças respiratórias crônicas, imunodeprimidos, gestantes e lactantes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência a partir do dia 22 de junho de 2020, limitado ao disposto no artigo 1º, §2º e §3º e no artigo 8º da Lei federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gaspar, 17 de junho de 2020.

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR

Secretário Municipal da Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC INEXIGIBILIDADE Nº 121/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 15/2020

Publicação Nº 2528619

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 121/2020

Inexigibilidade Nº 15/2020

OBJETO: Contratação da empresa ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC, para serviços de atualização e manutenção do software "Sistema Integrado de Bibliotecas – PERGAMO". CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02) CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC (CNPJ nº 76.659.820/0001-51). Valor Total Julgado: R\$ 4476,00 (quatro mil e quatrocentos e setenta e seis reais). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 01 de junho de 2020

JORGE LUIZ PRUCÍNIO PEREIRA

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO N 121/2020 INEXIGIBILIDADE N 15/2020 EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-40/2020

Publicação N° 2528622

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 121/2020
INEXIGIBILIDADE N 15/2020
EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-40/2020

Início da vigência: 01/06/2020 Vencimento: 31/05/2021. Dispensa nº 15/2020. Objeto: Contratação da Empresa para Prestação de Serviços de Atualização e Manutenção de Software para as Bibliotecas da Rede Municipal de Educação. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC (76.659.820/0001-51). Valor Total Julgado: R\$ 4.476,00 (quatro quatrocentos e setenta e seis reais).

Gaspar/SC, 01 de junho de 2020
JORGE LUIZ PRUCÍNIO PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.º 53/2020**

Publicação N° 2528981

RESOLUÇÃO N.º 53/2020.
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,
CONSIDERANDO o teor do ofício Gab/FHJ nº 12/2020 e da documentação que o instrui;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora Andréia Cristina Cividini Amorim Morello.

Parágrafo único. A servidora citada no caput desempenhou suas funções até o dia 16 de junho de 2020, inclusive.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento da Edilidade.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 16 de junho de 2020.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Cícero Giovane Amaro
Presidente	Vice-Presidente
Silvio Cleffi	Dionísio Luís Bertoldi
1º Secretário	2º Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 56/2020

Publicação Nº 2527995

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Maior Oferta.

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E/OU REMOVIDOS DE CIRCULAÇÃO POR INFRAÇÕES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, EM PÁTIO OU ÁREA DESTINADA PARA ESSE FIM, PELO PERÍODO DE 10 (DEZ) ANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/07/2020 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 28/07/2020 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 17 de Junho de 2020.
PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO Nº 58/2020

Publicação Nº 2528006

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 58/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS MÉDIOS E LEVES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/07/2020 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/07/2020 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 17 de junho de 2020.
Paulo Henrique Silveira de Souza
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 60/2020

Publicação Nº 2528766

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 60/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/06/2020 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 30/06/2020 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 18 de junho de 2020.
Paulo Henrique Silveira de Souza
Secretário de Administração

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MACACÃO EM TECIDO IMPERMEABILIZADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 50MM, CAPUZ, PUNHOS E PERNAS COM ELÁSTICO E FECHAMENTO FRONTAL POR VELCRO, PARA UTILIZAÇÃO E PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Publicação Nº 2527500

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 57/2020**1 - DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

0.1 - O município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 6 de Novembro, n.º 01, bairro Ganchos do Meio, torna público pelo presente instrumento a Dispensa de Licitação 57/2020. O presente termo enquadra-se como Dispensa de Licitação com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, decretos Municipais nº 26/2020, 28/2020, 29/2020, 30/2020, 31/2020, 33/2020, 34/2020 e Lei Federal nº 13.979/20.

2 - DO OBJETO

2.1- O presente Termo de Dispensa de Licitação visa à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MACACÃO EM TECIDO IMPERMEABILIZADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 50MM, CAPUZ, PUNHOS E PERNAS COM ELÁSTICO E FECHAMENTO FRONTAL POR VELCRO, PARA UTILIZAÇÃO E PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO COMBATE AO COVID 19.

3- DA SUBORDINAÇÃO

3.1- O presente Termo de Dispensa subordina-se em seu todo a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores bem como aos decretos Municipais nº 26/2020, 28/2020, 29/2020, 30/2020, 31/2020, 33/2020, 34/2020 e Lei Federal nº 13.979/20.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1- Conforme a Lei 8666/93, decretos Municipais nº 26/2020, 28/2020, 29/2020, 30/2020, 31/2020, 33/2020, 34/2020 e Lei Federal nº 13.979/20.

4.2- Deverá a empresa apresentar a seguinte documentação:

4.2.1 – Pessoa Jurídica:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C/MF ou CNPJ);

- Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados:

- Da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com relação à regularidade fiscal Federal e referente à Dívida Ativa da União (Portaria 358 de 5 de setembro de 2014);

- Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;
 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;
 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
 - Proposta que deve discriminar pormenorizadamente o produto cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos, discriminando o prazo de início do serviço a ser contratado, a partir da assinatura do contrato. A proposta deve conter:
 - 1 - Conter o nome da proponente, endereço, números do CNPJ;
 - 2- Prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação;
 - 3- A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado;
- 4.3- O recebimento dos documentos e proposta dar-se-á no Setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras da Prefeitura de Governador Celso Ramos, localizado na Praça 06 de Novembro, n.º 01, bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC.

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1- O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente Inexigibilidade de licitação correrá à conta do Orçamento Geral do município de Governador Celso Ramos, para o ano de 2020, com as seguintes Dotações Orçamentárias:

Cod.	Elemento de Despesa
05	3.3.90.30.99.00.00.00

6 - DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

6.1- O não atendimento aos requisitos para participação ensejará na desclassificação da proposta e/ou inabilitação da empresa e implicará na decadência do direito à Contratação.

7 – DO CONTRATO

7.1- O Município de Governador Celso Ramos substituirá o instrumento contratual pela Autorização de Fornecimento – AF, por se tratar de entrega única.

8 - DO PAGAMENTO

8.1- O município de Governador Celso Ramos pagará em parcela única com prazo de até 30 (trinta) dias á CONTRATADA, o valor correspondente, mediante apresentação de nota fiscal, emitida em reais, devidamente conferida e aceita pela Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

8.2- O atraso na entrega da nota fiscal/fatura acarretará o adiamento do prazo de pagamento na mesma quantidade de dias, não incidindo neste caso qualquer acréscimo de valores a título de juros, multa ou correção monetária.

9 – DO FORO

9.1- Será competente o Foro do Município de Biguaçu/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste termo.

10 - FAZ PARTE DESTE TERMO:

10.1- Integram o presente Termo:

Anexo I – Termo de Referência;

Governador Celso Ramos, 18 de junho de 2020.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA
Secretário da Administração

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	UND	MACACÃO EM TECIDO IMPERMEABILIZADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 50MM, CAPUZ, PUNHOS E PERNAS COM ELASTICO E FECHAMENTO FRONTAL POR VELCRO	136	150,00	20.400,00
TOTAL					20.400,00

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MACACÃO EM TECIDO IMPERMEABILIZADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 50MM, CAPUZ, PUNHOS E PERNAS COM ELÁSTICO E FECHAMENTO FRONTAL POR VELCRO, PARA UTILIZAÇÃO E PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO COMBATE AO COVID 19.

Aquisição de 136 unidades de macacão em tecido impermeabilizado com espessura mínima de 50mm, capuz, punhos e pernas com elástico e fechamento frontal por velcro, para utilização e proteção dos profissionais da saúde no combate ao COVID 19.

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO N 33-2020- COMITÊ DE CRISE - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2528618

DECRETO Nº 33, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“CONSTITUI O Comitê DE CRISE e planejamento na política de assistência social para integrar ao CONSELHO de crise do coronavírus no município de GRÃO-PARÁ, CRIADO PELO deCRETO N. 07, DE 19 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o disposto no art. 6º do Decreto nº 06, de 18 de março de 2020,

DECRETA

Art. 1º. Fica constituído o Comitê de Crise e Planejamento na Política de Assistência Social para atuar integrado com o Conselho de Crise do Coronavírus no Município de Grão-Pará, instituído pelo Decreto n. 07, de 19 de março de 2020, por período indeterminado, com os seguintes membros:

CEDENIR DA SILVA HONORATO	Gestor da Assistência Social
GISELE ANSELMO FLORES	Coordenador de CRAS
ROSIANE GIL STEINBACK	Coordenador da SCFV
ALINE BAGIO PIZZOLATTI	Técnico da Proteção Social Básica
MARZOE DIOVANE TRINDADE	Técnico da Proteção Social Básica
ANA PAULA BELTRAME MICHELS	Gestor do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

Art. 1º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 16 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 16 de junho de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 34/2020

Publicação Nº 2528951

DECRETO Nº 34, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“REVOGA O INCISO I DO ARTIGO 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 17/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o inciso I do artigo 6º do Decreto nº. 17/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 18 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda e no Diário Oficial dos Municípios em 18 de junho de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 185 A 194- 2020

Publicação Nº 2528116

PORTARIA Nº. 0185 / 2020 DE 04 de JUNHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE: Designar, a partir desta data, ELISANGELA BUSSOLO ROHLING, para ocupar a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0186 / 2020 DE 05 de JUNHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 08/06/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares para o funcionário RODOLFO BERTO DACORÉGIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vínculo na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras.

PORTARIA Nº. 0187 / 2020 DE 08 de JUNHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 15/06/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao funcionário EDÉSIO DACORÉGIO ALBINO, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais com vínculo na Secretaria de Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0188 / 2020 DE 09 de JUNHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 15/06/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à funcionária KAROLINI MONTEIRO DACORREGGIO, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0189 / 2020 DE 10 de JUNHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 15/06/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao funcionário DANIEL VANDERLINDE, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, designado para o Transporte Escolar, com vínculo na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0191 / 2020 DE 10 de JUNHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE: Cessar os efeitos da Portaria 190/2018, de 08/05/2018, que contrata JOÃO VITOR KUELKAMP BLASIUS para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0192 / 2020 DE 16 de JUNHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 17/06/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares para a funcionária DAIANE SCHLICKMANN KULKAMP, ocupante do cargo de efetivo de Técnico em Enfermagem, código 2.01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas funções no ESF - Estratégia Saúde da Família, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0194 / 2020 DE 17 de JUNHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 21/06/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao funcionário ALCEDIR FERNANDES, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Esportes, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal.

Gravatal

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS - PROCESSO 06/2020 - RETIFICADO - EXAMES SUS

Publicação Nº 2527496

MUNICIPIO DE GRAVATAL. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. AVISO DE RETIFICAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020. PREGÃO PRE-SENCIAL Nº 05/2020. A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Gravatal/SC, a Sra. MARIA PEREIRA CALEGARI, torna público Retificação do item 3.1 (Condições de participação do presente Processo Licitatório), critério de julgamento MENOR PREÇO, Lei Federal Nº 8666/93, Lei Federal 10.520/2002 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações, dia 23 de junho de 2020, às 9:00h, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS, VISANDO ATENDER O CONVÊNIO Nº 2020TR00354 PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site do Portal Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces. Gravatal, 18 de junho de 2020. MARIA PEREIRA CALEGARI Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2020 - SEM PARADA CONSTRUÇÕES LTDA - FMS

Publicação Nº 2528017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, LOCALIZADO NA ESTRADA BELA VISTA DE CIMA, MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER A PROPOSTA Nº 11347.5180001/18-001 JUNTO AO SUS, CONFORME PROJETOS EM ANEXO."

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: SEM PARADA CONSTRUÇÕES LTDA.

ENDEREÇO: Rua Tereza Martins de Brito, nº 141 - Bairro Revoredo, município de Tubarão/SC.

CNPJ: 26.236.045/0001-53.

VALOR: R\$ 137.252,16 (Cento e trinta e sete mil, duzentos e cinq-enta e dois reais e dezesseis centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2020.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 18 de junho de 2020.

Maria Pereira Calegari

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 28/2020

Publicação Nº 2527538

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 28/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 480/2020 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademir de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Certidão de Conformidade Ambiental, com prazo de validade de 17/06/2021, formulado pelo empreendedor: IVANIR VETTORAZZI, inscrito no CPF nº 019.647.799-95, declarou nos termos da Resolução CONSEMA nº 99/2017, o empreendimento/Atividade: : 33.13.00 – Reservatórios artificiais para usos múltiplos que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, sendo realizado a limpeza e ampliação de 01 (um) reservatório com área inundada final de 0,21ha, situado na Linha Liso Baixo, S/N, Interior, no Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

EXTRATOS CONTRATOS 48.2020 PMGBA

Publicação Nº 2528428

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 48/2020

Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada.: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S.A

Valor : 0,00 (zero centavo)

Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 31/12/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DO SISTEMA DENOMINADO

WCOMPRAS, PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EM MEIO DIGITAL, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS, CONFORME PLANO DE TRABALHO E PROJETO BÁSICO EM ANEXO E CONFORME INFORMAÇÕES NO SITE "COMPRAS PÚBLICAS" DISPÕE DESTE SERVIÇO DE FORMA GRATUITA AOS COMPRADORES, NESTE CASO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC

EXTRATOS CONTRATOS 49, 50, 51 E 52.2020 PMGBA

Publicação Nº 2528425

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 49/2020

Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada.: LENOIR MARION DA ROCHA 03555700928

Valor : 46.680,00 (quarenta e seis mil seiscientos e oitenta reais)

Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, SENDO SERVIÇOS DE: PEDREIRO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

Contrato Nº.: 50/2020

Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada.: DELMAR JAHNO 04291481942

Valor : 48.840,00 (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS

PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SENDO SERVIÇOS DE: PINTOR, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

Contrato Nº.: 51/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: ELETRICA BENCKE LTDA - ME

Valor : 60.375,00 (sessenta mil trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SENDO SERVIÇOS DE: ELETRICISTA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

Contrato Nº.: 52/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: WEIMANN SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO LTDA

Valor : 66.567,00 (sessenta e seis mil quinhentos e sessenta e sete reais)

Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SENDO SERVIÇOS DE: ELETRICISTA, ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 67.2020 PMGBA

Publicação Nº 2528421

OUTRAS MODALIDADES Nº 4/2020 SEQUENCIA 1

PROCESSO Nº 67/2020 HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SENDO SERVIÇOS DE: PEDREIRO, SERVENTE DE OBRA, ELETRICISTA, ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO E PINTOR, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CONTRATADO: LENOIR MARION DA ROCHA 03555700928

VALOR DA DESPESA: R\$46.680,00 (quarenta e seis mil seiscentos e oitenta reais)

CONTRATADO: DELMAR JAHNO 04291481942

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.840,00 (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta reais)

CONTRATADO: ELETRICA BENCKE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 60.375,00 (sessenta mil trezentos e setenta e cinco reais)

CONTRATADO: WEIMANN SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.567,00 (sessenta e seis mil quinhentos e sessenta e sete reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 54.20 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

Publicação Nº 2528429

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº54/2020.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 74/20, Edital de Pregão Presencial Nº 54/20, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; recebimento de propostas até às 08 horas do dia 01/07/20; a abertura do Edital será às 08 horas do dia 01/07/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 18 de junho de 2020.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO N°. 1241/2020

Publicação N° 2527922

DECRETO N°. 1241/2020

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 819.654,23 (oitocentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, vinte e três centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 819.654,23 (oitocentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, vinte e três centavos), a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura	
001 - Secretaria de Infraestrutura	
0015.0452.0003.2090 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
03080000 - Contrib Custeio Serv. iluminação pública - COSIP	100.000,00
12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
0010.0302.0006.2038 - Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01780100 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência com finalidade definida - Saúde	650.000,00
0010.0301.0006.2040 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde da Família	
34000000000000000000 - Despesas de capital	
34400000000000000000 - Investimentos	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01381300 - Farmácia Básica	45.654,23
0010.0301.0006.2044 - Assistência Farmacêutica Básica	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01381300 - Farmácia Básica	24.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar, provêm:

I - do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, na fonte 03080000 - Contrib Custeio Serv. iluminação pública – COSIP, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - do excesso de arrecadação apurado até esta data, nas fontes de recursos:

a) Conta Receita: 41718032105000000000 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial, 01780100 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência com finalidade definida – Saúde, no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

b) Conta Receita: 41718034102000000000 - Assistência Farmacêutica - Benefícios Eventuais, 01381300 - Farmácia Básica, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);

c) Conta Receita: 42418046101000000000 - Outras Transferências de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica, 01381300 - Farmácia Básica, no valor de R\$ 45.654,23 (quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, vinte e três centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 30/2020 – FMS

Publicação Nº 2528588

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 30/2020 – FMS
Processo Licitatório nº 52/2019 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA E CIRÚRGICA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: LONGOMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.196.595/0001-63, estabelecida na Rua Expedicionário Antônio Carlos Ferreira, nº 782, bairro Nova Brasília, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89252-168.

Vigência: Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2020 - FMAS

Publicação Nº 2528663

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2020 - FMAS
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2020 - FMAS

Objeto: TERMO DE PARCERIA PARA EXECUTAR O PROJETO DESENVOLVIMENTO PLENO, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, VISANDO O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, POR MEIO DA "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE".

Base Legal: Artigo 31, inciso II, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

OSC Interessada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

CNPJ: 83.784.983/0001-21.

Valor Total do Repasse: R\$ 603.105,58 (seiscentos e três mil cento e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

Período de Execução: 08 meses.

Tipo de Parceria: Fomento.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de procedimento que tem por objeto a Inexigibilidade de Chamamento Público, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre a Prefeitura Municipal de Guaramirim, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.784.983/0001-21.

A parceria destina-se a "oferecer atendimento as crianças matriculadas no CAESP com atraso no seu desenvolvimento neuropsicomotor e pessoas com deficiência intelectual e múltiplas/TES e famílias conforme a necessidade e demanda, proporcionando o desenvolvimento pleno e qualidade de vida aos mesmos, garantindo conforme o estatuto da pessoa com deficiência intelectual - LBI lei nº 13.146/2015 e SUAS 12.435/2011 que garantem o atendimento digno as pessoas com deficiência intelectual e múltipla/TEA.

Os serviços serão executados na própria instituição localizada na Rua Pedro Graf, n/ 271, bairro Avaí, em Guaramirim-SC.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

Considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, e do Decreto Municipal nº 829/2017, em especial, respectivamente, dos artigos 30, inciso VI da Lei mencionada.

Considerando que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é a única entidade no município que presta os serviços objeto da referida parceria que se pretende firmar.

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca “por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Guaramirim, desenvolve há cerca de trinta e dois anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Se observa ainda que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE tem em seus estatutos, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Considerando que na Lei Orçamentária Anual há previsão de orçamento para tal atividade, os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim

Unidade 1 – Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim

Ação 2066 – Atenção ao Portador de Deficiência

Vínculo 10 000 – Recursos Ordinários

Subelemento 3350 4302 – Transferência a Instituições Privadas de Assistência Social

Informamos ainda que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE desenvolve atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social e está devidamente credenciada na CMAS – órgão gestor da respectiva política pública.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e pela necessidade de atendimento aos preceitos legais reveste-se de suma importância à inexigibilidade do chamamento público, enquadrando-se no disposto do inciso VI do artigo 30 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que reza, *ipsis literis*:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

[...]

II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Em razão do exposto, e por considerar presente os requisitos do artigo 31, inciso II, da Lei 13.019/2014, consoante art. 32, da Lei de Parcerias Voluntárias, justifico a Inexigibilidade de Chamamento Público, com vista à celebração do termo de Termo de Fomento, nos termos da minuta do Termo de Fomento e do Plano de Trabalho aprovado com a Resolução nº 03/2020, que atende as exigências e requisitos previsto no inciso 33 e 34, da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, que não incorre nos impedimentos previstos no artigo 39 da LPV.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impugnação, nos termos do §2º, do art. 32, da Lei nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2020.

PREFEITO MUNICIPAL

Luis Antonio Chiodini

Guarujá do Sul

PREFEITURA

87/2020

Publicação Nº 2527739

DECRETO Nº 87/2020

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.848,69 (um mil, oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Atividade: 0601.20.606.0026.2.112

3.3.90.00-00.00.267 - Aplicações Diretas R\$ 1.848,69

Soma R\$ 1.848,69

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2019, referente aos recursos Próprios no valor de R\$ 1.848,69.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 18 de junho de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 157 / 2020

Publicação N° 2527875

DECRETO N. 157/2020 DO MÊS DE JUNHO DE 2020.

“Exonera, cargo temporário, a Servidora Pública Municipal, JAQUELINE FERREIRA, do Cargo temporário de agente comunitário de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.”

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o disposto no artigo 72;

CONSIDERANDO retorno de servidora classificada em 1º lugar no processo seletivo 005/2019, ao cargo.

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 09 de junho de 2020, a Servidora Jaqueline Ferreira, matrícula 1750-7, do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições e contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 09 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 158 / 2020

Publicação N° 2527876

DECRETO N. 158/2020 DO MÊS DE JUNHO DE 2020.

“Exonera, cargo temporário, a Servidora Pública Municipal, JUSSARA DE JESUS OLIVEIRA, do Cargo temporário de agente comunitário de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.”

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o disposto no artigo 72;

CONSIDERANDO, prazo fim do contrato de trabalho;

CONSIDERANDO, fim de licença maternidade da servidora.

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 15 de junho de 2020, a Servidora Jussara de Jesus Oliveira, matrícula 1458-3, do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições e contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 15 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 161 / 2020

Publicação N° 2527469

DECRETO N. 161 DE 15 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE LEVANTAMENTO FÍSICO E AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PÚBLICOS.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a “COMISSÃO DE LEVANTAMENTO FÍSICO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PÚBLICOS” do município de Guatambu, com os seguintes membros:

I - Secretaria de Administração e Fazenda: Elias Chiarello e Tiago Francisco de Camargo;

II – Secretaria de Educação: Jislaine Pacasso, Vivian Schwanke e Jair Lauxen;

III – Secretaria de Agricultura: Luis Adislaú de Castro, Janclei Pigatto e André Sperotto;
IV – Secretaria de Assistência Social: Andreia Valendorff e Elizabete da Aparecida Siqueira;
V – Secretaria de Transportes e Obras: José Nilson Capitanio e Jurandir Dallastra;
VI – Secretaria de Saúde: Fabio Zottis, Silvana M. Companhoni Panis e Ozana Maria Bedin Somacal.
Parágrafo único. A presente comissão será presidida pelo Sr. Tiago Francisco de Camargo.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, 15 de junho de 2020.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 162 / 2020

Publicação Nº 2527877

DECRETO N. 162/2020 DO MÊS DE JUNHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal do Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 72, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 113/2018, e,

Considerando o resultado do processo Seletivo Público Simplificado n. 05/2019, de 19 de junho de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente a senhora, Jussara de Jesus Oliveira, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade sob n. 35.380.712-6, inscrita no CPF sob n. 324.714.568-04, residente e domiciliada junto Linha Gramado dos Rosas, interior na cidade de Guatambu - SC, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais junto à Secretaria de Saúde, com vencimento de acordo com o Plano Municipal de Cargos e Salários.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 16 de junho de 2020.
LUIZ CLOVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

DECRETO 164 / 2020

Publicação Nº 2527471

DECRETO N. 164 DE 17 DE JUNHO DE 2020

INTRODUZ ALTERAÇÕES NO DECRETO 141/2020, DISPÕE SOBRE MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A REDUÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município.

Considerando que os salões de beleza, barbearias e academias foram incluídos na lista de serviços essenciais pelo Governo Federal, bem como liberados no território de Santa Catarina, observadas as regras de lotação, circulação e higiene,

DECRETA:

Art. 1º. O parágrafo único do art. 6º, do Decreto n.º 141/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Não se aplica o disposto do caput para os serviços de tele entrega no ramo alimentício oriundos de restaurantes, pizzarias, lanchonetes, bem como para os serviços de salões de beleza, barbearias e academias”.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu,
Estado de Santa Catarina, 17 de junho de 2020.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

DECRETO 165 / 2020

Publicação N° 2527472

DECRETO N. 165 DE 17 DE JUNHO DE 2020

INTRODUZ ALTERAÇÕES NO DECRETO 141/2020, DISPÕE SOBRE MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A REDUÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município.

Considerando a dificuldade de aquisição de termômetro digital, pelos estabelecimentos comerciais e de serviço em geral, bem como proximidade ao prazo concedido,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado pelo período de trinta (30) dias o prazo previsto no art. 8º, do Decreto Municipal n.º 141/2020.

Parágrafo único. O disposto no art. 1º, não se aplica aos estabelecimentos que já realizaram aquisição e implementação da aferição de temperatura, das pessoas que adentram aos recintos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu,
Estado de Santa Catarina, 17 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 025/2020

Publicação Nº 2528117

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 025/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de veículo de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Onibus Urbano Escolar Acessível Piso Alto – ONU-REA PISO ALTO

VALOR R\$ 222.900,00 (duzentos e vinte e dois mil e novecentos reais).

RECURSOS FINANCEIROS: Convênio PAR FNDE 201900747-4 R\$ 199.940,00 e contrapartida com recursos próprios da Administração Municipal.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020 conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 33.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC) 19 de maio de 2020.
AMÉRICO LORINI
Prefeito.

ADRIANA CECCONELLO
Pela Contratada

DECRETO 4.197/2020

Publicação Nº 2529016

DECRETO Nº. 4.197/2020.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste(SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município e com a Lei nº 3.240/2018, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os Conselheiros abaixo relacionados, para comporem pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, o Conselho Municipal de Política Cultural de Herval d'Oeste(SC), na forma que segue:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS DE HERVAL D'OESTE

a) UM REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA

Titular: OSVALDINA MARTINI
Suplente: VILMAR VARELLA DE OLIVEIRA

b) UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular: SILVANA LAZZARINI BULLA
Suplente: ANALIE PASQUALI

c) UM REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DE ARTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Titular: DAIANA FACHIN
Suplente: MARILISE FRANZOI

d) UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Titular: Cibely Schneider

Suplente: SARAY TEREZINHA DIMBARRE

e) UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Titular: ODAIR TREVISOL

Suplente: MELISSA DEMO

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DE HERVAL D'OESTE**a) DOIS REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS**

Titular: EDSON FERRARI

Suplente: CASSIO MILESK

Titular: SEVERINO ANTONIO PARISOTTO

Suplente: IVO WASEN

b) DOIS REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Titular: BARBARA DE OLIVEIRA POGORZELKI

Suplente: ANA AURORA KUNZE

Titular: DANIELA ADRIANA GOMES DE LIMA

Suplente: JANE DA SILVA DE OLIVEIRA

c) UM REPRESENTANTE DA ESCAJHO – SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE

Titular: LUIZ FERNANDO SPESSATO

Suplente: CLAUDETE DE DEUS E SILVA GODOI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 08 de junho de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2020

Publicação Nº 2528111

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2020

OBJETO

Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços na área da saúde, para atendimentos fisioterapêuticos em conformidade com o edital nº 001/2019.

CONTRATADO

PROFISIO CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA

CNPJ: 06.504.022/0001-63

JOAÇABA– SC

VALOR ESTIMADO

VALOR TOTAL: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O amparo legal para a inexigibilidade da licitação consta no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993.

Herval d'Oeste, 18 de junho de 2020.

MAURO SERGIO MARTINI

Prefeito em exercício

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2020

Publicação Nº 2528114

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2020

OBJETO

Credenciamento de Pessoa Jurídica destinada a prestação de serviços de Plantões Médicos junto a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alecio Mascarello - UPA 24 Horas, em plantões de segunda à domingo, inclusive feriados, com atendimento Ininterrupto de 24 horas com dois profissionais por turno horário

CONTRATADO

H MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 21.589.688/0001-67

Rua Rui Barbosa, 117 – Centro Herval d'Oeste – SC

VALOR CONTRATADO : R\$ 142,00 (Cento e quarenta e dois reais) por hora trabalhada.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O amparo legal para a inexigibilidade da licitação consta no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993.

Herval d'Oeste, 10 de junho de 2020.

EUGÊNIA BUCCO

Gestora do FMS

LEI Nº 3423/2020

Publicação Nº 2529025

LEI Nº 3423/2020**Lei**

“Abre Crédito Adicional Suplementar”

Mauro Sérgio Martini, Prefeito em Exercício de Herval d' Oeste, Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				
0301.04.122.0003-1002	Aquisição e Material Permanente				
44900000	006	100	Investimentos	R\$	35.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar

35.000,00

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) as contas do Orçamento Vigente com as seguintes classificações:

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
0802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS PUBLICOS				
0802.15.451.0024-1036	Construção, Reforma e Manutenção de pontes e muros de arrimo				
44900000	196	100	Investimentos	R\$	35.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Herval d' Oeste.SC, 19 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 759/2020

Publicação Nº 2528759

PORTARIA Nº 759/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor ELTON VOLNEI MASCARELLO (MATRÍCULA 2785), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de junho de 2018 e 28 de junho de 2019, para serem usufruídas a partir de 18 de junho de 2020 a 17 de julho de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

Ibiam

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N. 047/2020

Publicação N° 2528596

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO N° 047/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2020
SRP N° 015/2020

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 02 de julho de 2020, licitação modalidade Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, VISANDO AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA PARA PARQUE INFANTIL DA CRECHE MUNICIPAL JOSÉ ATÍLIO GRASSI. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 09h00min do dia 02 de julho de 2020, com início da mesma às 09h15min no mesmo sítio e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal www.ibiam.sc.gov.br, e em breve no sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 19 DE JUNHO DE 2020.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N. 031 - AUTO POSTO XIMBICA LTDA ME

Publicação N° 2528591

TERMO ADITIVO N. 031/2020
CONTRATO - ATA ADITADO N. 003/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2020

Terceiro Termo Aditivo de Contrato/Ata de Fornecimento de Material celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, e AUTO POSTO XIMBICA LTDA ME, Contrato/ Ata Administrativo N. 003/2020, Pregão Presencial N. 002/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ - 01.612.745/0001-74
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Centro, Ibiam - SC.
CEP: 89652-000
Representado por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: AUTO POSTO XIMBICA LTDA ME
CNPJ-MF n.º. 01.090.286/0001-06
Endereço: Rodovia SC, 455 – km 12 – s/n
CEP: 89.652-000
Representada por: Adilson José Cenatti

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO

1.1 Considerando, o cenário atual, a Administração buscou o reequilíbrio econômico financeiro, surgindo assim, a necessidade de acréscimo dos valores unitários do contrato/ ata supracitado;

1.2 Considerando, a prova por meio de notas fiscais, a respeito do acréscimo, é concedida conforme tabela abaixo e vigorará a partir do dia 18/06/2020;

1.3 Estes novos valores poderão a qualquer tempo, serem reanalisados.

Unid.	Objeto	Valor por Litro
Litro	Gasolina Comum	R\$ 3,96

CLAUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As rubricas orçamentárias permanecem as mesmas utilizadas no processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do Contrato N. 003/2020 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 18 de junho de 2020.

IVANIR ZANIN

MUNICÍPIO DE IBIAM

PREFEITO MUNICIPAL

AUTO POSTO XIMBICA LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron

CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

Ibicaré

PREFEITURA

PORTARIA Nº 194-2020

Publicação Nº 2528159

PORTARIA Nº 194, de 18 de junho de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. FICA AUTORIZADO o gozo do saldo remanescente das férias, concedida pela Portaria nº 030, de 02 de janeiro de 2020, ao servidor SILVIANA ROVEA MELERE, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, Nível III, Classe “F”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, pelo período de 18 de junho de 2020 a 22 de junho de 2020.

Art. 2º. CONCEDE Férias Regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, a que faz jus.

Art. 3º. Autoriza o gozo de férias pelo período de 10 (dez) dias compreendidos entre 23 de junho de 2020 à 02 de julho de 2020.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 18 de junho de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 195-2020

Publicação Nº 2528164

PORTARIA Nº 195, de 18 de junho de 2020.

“CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, nos seus artigos 23, Inciso I e 24,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor DARVEN BISPO HOMEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigilante Sanitarista, nível 06, classe “A”, Anexo II, Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo IV – Atividades Técnicas Profissionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 18 de junho de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 590

Publicação Nº 2529015

DECRETO Nº 590 DE 15 DE JUNHO DE 2020

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei Municipal 1.997 de 12/12/2019 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 352.659,73 (trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e três centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 001- Departamento de Ensino Fundamental

Funcional-programática: 12.361.0040

Atividade: 2.041 – Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00

Fonte de Recurso: 306659 – Apoio ao Transporte Escolar do Estado

Valor: R\$ 134.000,00

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

Unidade Orçamentária: 001- Departamento Municipal de Saúde de Ilhota

Funcional-programática: 10.301.0047

Atividade: 2.050 – Manutenção de Atenção Básica - PAB

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00

Fonte de Recurso: 3074 – SF Atenção Básica - PAB

Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento Municipal de Saúde

Funcional-programática: 10.301.0047

Projeto: 1.026 – Aquisição de Veículo e Ambulâncias

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00

Fonte de Recurso: 302 – SF Recursos Impostos e Transferências de Impostos

Valor: R\$ 261,10

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00

Fonte de Recurso: 106300 – Transferências de Convênios Estado - Saúde

Valor: R\$ 90.900,40

Órgão: 21 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001- Departamento Saneamento Básico

Funcional-programática: 17.512.0041

Atividade: 2.073 – Manutenção e Funcionamento do Depto de Águas e Saneamento

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00

Fonte de Recurso: 306400 – Transferências de Convênios Estado

Valor: R\$ 1.728,98

Órgão: 25 – Secretaria de Obras Transportes e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 001- Departamento de Transportes e Veículos.

Funcional-programática: 06.181.0007

Atividade: 2.025 – Manutenção do Convênio do Bombeiro Militar

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00

Fonte de Recurso: 300001 – SF Recursos Ordinários – Bombeiro Militar

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 25 – Secretaria de Obras Trans. e Serv. Urbanos

Unidade Orçamentária: 002 - Depto de Obras, Limpeza Urbana e Drenagem

Funcional-programática: 15.451.0010

Projeto: 1.005 – Pavim. e Drenagem de Ruas, Reurbanização e Revitalização

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00

Fonte de Recurso: 103400 – Transferências de Convênios União

Valor: R\$ 75.769,25

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação na importância de R\$ 166.669,65 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) e por conta do superavit financeiro apurado no balanço do exercício anterior na importância de R\$ 185.990,08 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa reais e oito centavos), observada a destinação por fonte de recurso - DFR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 15 de junho de 2020.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

DECRETO 593

Publicação Nº 2529017

DECRETO Nº 593 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pela Lei Municipal 2.031 de 17/06/2020.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 25 – Secretaria de Obras Trans. e Serv. Urbanos

Unidade Orçamentária: 002 - Depto de Obras, Limpeza Urbana e Drenagem

Funcional-programática: 15.451.0010

Projeto: 1.005 – Pavimentação e Drenagem de Ruas, Reurbanização e Revitalização

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00/17193

Fonte de Recurso: 305000 – SF Cessão Onerosa Lei nº 13.885/2019

Valor: R\$ 204.600,00

Órgão: 26 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 001–Dep. De Análise de Projetos e Fiscalização de Obra

Funcional-programática: 15.451.0053

Projeto: 1.034 – Reforma e Ampliação da Praça do Centro da Cidade

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00/17192

Fonte de Recurso: 305000 – SF Cessão Onerosa Lei nº 13.885/2019

Valor: R\$ 41.000,00

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 004 – Departamento de Cultura

Funcional-programática: 13.392.0019

Atividade: 2.119 – Manutenção e Funcionamento do Casarão Belga

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/7166

Fonte de Recurso: 305000 – SF Cessão Onerosa Lei nº 13.885/2019

Valor: R\$ 4.400,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será coberto com recurso proveniente da anulação total da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 002 - Depto de Ensino Infantil

Funcional-programática: 12.365.0040

Projeto: 1.021 – Construção de Unidade Escolar Ensino Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00/7875

Fonte de Recurso: 305000 – SF Cessão Onerosa Lei nº 13.885/2019

Valor: R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 18 de junho de 2020.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 073 - 2020 MUL - MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA CASE - VALMOR FISCHER MECANICA

Publicação N° 2527954

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 073/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 214/2020 - MUL e Autarquia Águas de Ilhota

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 021/2020 - MUL e Autarquia Águas de Ilhota

Fornecedor: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO RETROESCAVADEIRA 580M CASE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: VALMOR FISCHER MECANICA

Lote	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	MANUTENÇÃO RETROESCAVADEIRA 580M CASE	217.000,00	VALMOR FISCHER MECANICA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
VALMOR FISCHER MECANICA	217.000,00	Doze mil e quatrocentos e onze reais e vinte e três centavos

Assinatura: 18/06/2020

Vigência: 12 meses.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 013/2020**

Publicação Nº 2527893

AVISO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 013/2020

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial - Registro de Preço para eventual aquisição de dentes e lâminas. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 03/07/2020 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h00min do dia 03/07/2020 no Setor de Licitações. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação por mídia digital ou no site www.imarui.sc.gov.br. Dúvidas no e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo fone 48 3643-0213.

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR
Prefeito de Imaruí
Imaruí, 18 de junho de 2020.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, DIVULGAÇÃO DE HORA, LOCAL E CONVOCAÇÃO PARA O TAF EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMI Nº 001/2020

Publicação Nº 2528978

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, DIVULGAÇÃO DE HORA, LOCAL E CONVOCAÇÃO PARA O TAF
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMI Nº 001/2020**

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes do ANEXO I deste ato.
2. Os nomes incompletos ou com erros de grafia deverão ser retificados pelo próprio candidato no momento da identificação no Teste de Aptidão Física – TAF.
3. Ficam CONVOCADOS os candidatos que tiveram inscrição homologada para a realização do Teste de Aptidão Física – TAF, que será realizado no dia 21 de junho de 2020, com início a partir das 8h30min.
4. Os testes iniciais serão realizados na Academia localizada na esquina da Rua Nereu Ramos com a Avenida Domingos da Silva Candemil, piso superior, Centro, Imaruí/SC e, posteriormente, o teste de resistência aeróbia (Corrida de 2400) realizar-se-á no Estádio Municipal Políbio Bittencourt, Localizado na Rua Antônio Bittencourt Capanema, Centro, Imaruí/SC, em frente à Escola de Ensino Fundamental Municipal Prefeito Portinho Bittencourt.
- 4.1. Os candidatos devem atentar-se aos requisitos previstos no item 5 e seus subitens, bem como no ANEXO III, todos do Edital de Processo Seletivo Simplificado PMI Nº 001/2020, especialmente:
 - 4.1.1. Comparecer ao local do teste com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início do mesmo, portando, obrigatoriamente, documento de identidade (item 5.8.1);
 - 4.1.2. Apresentar-se munido de Atestado Médico nominal ao candidato, emitido com, no máximo, 30 (trinta) dias de antecedência da data do seu teste, devidamente assinado e carimbado pelo médico, constando visivelmente o número do registro do Conselho Regional de Medicina do mesmo, em que certifique especificamente estar o candidato Apto para realizar ESFORÇO FÍSICO. O candidato que deixar de apresentar atestado ou não apresentá-lo conforme especificado, não poderá realizar o teste, sendo considerado inapto (item VI do ANEXO III).
 - 4.1.3. Comparecer no local e horário definidos em sua convocação para a realização do Teste de Aptidão Física, trajando: camiseta, calção, short ou bermuda ou legging 3/4, meias e tênis. O candidato que não se apresentar vestido adequadamente não realizará o teste, sendo considerado inapto.
- 4.2. A ordem de realização dos testes foi definida conforme o número de inscrição do candidato, conforme ANEXO II deste ato.

Imaruí, SC, 19 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

**ANEXO I
INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS**

Seq.	Nº Inscrição	Protocolo	Candidato
1	5	10763/2020	Ana Cláudia Costa Lemos
2	31	10820/2020	Ana Rute Oliveira Péres
3	1	10755/2020	Antonio Cesar Marafigo Wolff Filho
4	28	10807/2020	Bruna Fernandes Pereira
5	13	10772/2020	Bruno Pereira Santos
6	17	10782/2020	Camila Andrade Rumor
7	7	10765/2020	Charle Lino

8	18	10783/2020	Elisa Velasque da Costa
9	12	10771/2020	Evaldi Freitas
10	11	10770/2020	Fabiana da Silva
11	15	10776/2020	Francine Carvalho Damas
12	10	10769/2020	Givanildo Fernandes Flausino
13	22	10794/2020	Guilherme Silveira Da Silva
14	24	10796/2020	Isabela da Silva Martins Nascimento
15	14	10775/2020	Jerônimo da Silva
16	26	10805/2020	Joice Bittencourt Felipe
17	30	10818/2020	Karla Marques de oliveira
18	19	10784/2020	Leonard Luis Bechtold
19	27	10806/2020	Lucas Cardoso Lessa
20	23	10795/2020	Luis Felipe Silvério
21	9	10768/2020	Maike Gomes Francisco
22	2	10756/2020	Maycon Grégory Silveira de Oliveira
23	8	10767/2020	Michel Anacleto Francisco
24	25	10797/2020	Patric Studener De Oliveira
25	29	10813/2020	Pedro Luiz da Silva Neves
26	6	10764/2020	Sidnei de Resendes
27	3	10761/2020	Silmara Rodrigues Fortes
28	4	10762/2020	Tamara Edeutraudt Von Der Hayde
29	16	10777/2020	Thiago Martins
30	20	10785/2020	Vendelino Schlickmann Junior
31	21	10789/2020	Wylson Matos de Oliveira

ANEXO II
ORDEM DE REALIZAÇÃO DOS TESTES

Nº Inscrição	Candidato
1	Antonio Cesar Marafigo Wolff Filho
2	Maycon Grégory Silveira de Oliveira
3	Silmara Rodrigues Fortes
4	Tamara Edeutraudt Von Der Hayde
5	Ana Cláudia Costa Lemos
6	Sidnei de Resendes
7	Charle Lino
8	Michel Anacleto Francisco
9	Maike Gomes Francisco
10	Givanildo Fernandes Flausino
11	Fabiana da Silva
12	Evaldi Freitas
13	Bruno Pereira Santos
14	Jerônimo da Silva
15	Francine Carvalho Damas
16	Thiago Martins
17	Camila Andrade Rumor
18	Elisa Velasque da Costa
19	Leonard Luis Bechtold
20	Vendelino Schlickmann Junior
21	Wylson Matos de Oliveira
22	Guilherme Silveira Da Silva
23	Luis Felipe Silvério
24	Isabela da Silva Martins Nascimento
25	Patric Studener De Oliveira
26	Joice Bittencourt Felipe
27	Lucas Cardoso Lessa
28	Bruna Fernandes Pereira
29	Pedro Luiz da Silva Neves
30	Karla Marques de oliveira
31	Ana Rute Oliveira Péres

Imbituba

PREFEITURA

ADITIVO 2016/73 - A/13 - PROCESSO 66/2016

Publicação Nº 2527534

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEAPI 2016/73 – A/13

Contratado: EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CNPJ: 83.665.141/0001-50
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por 90(noventa) dias.

O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEINFRA 2016/73 – A/00, cujo objeto é a “EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ATRAVÉS DO PROCESSO WHITETOPPING, PAVIMENTO RÍGIDO SOBRE PAVIMENTO FLEXÍVEL, ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA VAP – VIA ARTERIAL PRINCIPAL (AV. MARIETA KONDER BORNHAUSEN E RUA MANOEL FLORENTINO MACHADO)”.

Prazo: 90 dias
Fundamento: Processo nº 66/2016 Concorrência 03/2016

Imbituba, 25 de maio de 2020
Gilberto Pereira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A
Representante legal
Contratado

ADITIVO 52/2019 - A/01 - PROCESSO 07/2019

Publicação Nº 2527911

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato DEMUTRAN 52/2019 – a/01

Contratado: NOVA VIA TECNOLOGIA E MOBILIDADE LTDA
CNPJ: 22.434.514/0001-98
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o acréscimo de 9,6528%, totalizando o valor de R\$ 2,432,50 (dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).
O Termo Aditivo refere-se ao Contrato Contrato DEMUTRAN 52/2019 – A/00, cujo objeto é o “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE TALÃO ELETRÔNICO, PARA USO DA SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO”.
Prazo: 12 meses Valor Total R\$ 2.432,50
Fundamento: Processo nº 07/2019

Imbituba, 08 de maio de 2020
EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

NOVA VIA TECNOLOGIA E MOBILIDADE LTDA
Representante legal
Contratado

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 63/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020 (SEFAZ-BOMBEIRO)

Publicação Nº 2528603

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEFAZ-BOMBEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2020

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 28/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Corpo de Bombeiros de Imbituba/SEFAZ, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 02 de JULHO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM GESTÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE AO ÓRGÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA, PARA UTILIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO BALNEÁRIA DAS PRAIAS SOB CIRCUNSCRIÇÃO DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de junho de 2020

André Corrêa de Araújo

Cap BM Cmt. Int 2ºCBM/8ºBBM.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal da Fazenda.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 64/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020 (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2528758

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI-MULTIENTIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2020

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 29/2020

PREGÃO REGIME SIMPLIFICADO ART. 4-G DA LEI 13.979/2020 (COVID)

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEAD – Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 25 de JUNHO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível "AQUISIÇÃO DE EPI'S E MATERIAL DE HIGIENIZAÇÃO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, ATRAVÉS DE PREGÃO SIMPLIFICADO CONFORME ART. 4-G DA LEI FEDERAL 13.979, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020 (COVID-19)".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de junho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 65/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 03/2020 (CREDENCIAMENTO-SEDUCE)

Publicação Nº 2528850

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDUCE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2020

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2020

CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, torna público o edital de Chamamento Público, visando o "CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS, BANDAS, GRUPOS MUSICAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA CIDADE DE IMBITUBA – SC, INTERESSADOS EM COMPOR A PROGRAMAÇÃO DE LIVES NO ESPAÇO DO TEATRO USINA, COMO FORMA DE ENTRETENIMENTO CULTURAL E CUMPRINDO COM AS AÇÕES DO PLANO EMERGENCIAL DA CULTURA APROVADO PELO GOVERNO MUNICIPAL", que realizará às inscrições a partir do dia 06/07/2020, às 14:00 horas.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações e Atos Contratuais, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de junho de 2020.
Cristiane Tokarski Espezim
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 427/2020

Publicação Nº 2528892

PORTARIA PMI/SEAD Nº 427, de 18 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 809, de 30 de agosto de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 10.130/2020 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 809, de 30 de agosto de 2019, da servidora, Sra. MARIVONE MENDONÇA DAMÁZIO, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 781.479.999-68, admitida em 12 de março de 2000, contrato nº 924, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	03.11.2020 a 01.01.2021 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de setembro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 809, de 30 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 428/2020

Publicação Nº 2528927

PORTARIA PMI/SEAD Nº 428, de 18 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 246, de 23 de abril de 2018 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 554, de 03 de julho de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 10.072/2020, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 246, de 23 de abril de 2018 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 554, de 03 de julho de 2019, da servidora, Sra. HELLEN MONTEIRO CORRÊA, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 030.983.729-40, admitida em 03 de março de 2008, matrícula nº 4278, referente ao q-inq-ênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	03.09.2018 a 02.10.2018 01.12.2020 a 30.12.2020 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de abril de 2018, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 246, de 23 de abril de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD N° 429/2020

Publicação N° 2528946

PORTARIA PMI/SEAD N° 429, de 18 de junho de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar n° 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar n° 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo n° 2.397/2020 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. MARIA DO CARMO GOULART VINCI, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 520.898.199-87, admitida em 06 de fevereiro de 2014, contrato n° 7559, referente ao q-inq-ênio devido, com período aquisitivo remodelado em virtude de afastamentos e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2020	17.06.2020 a 14.09.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2283/2020

Publicação Nº 2528009

. DECRETO Nº 2283/20

. De 18 de junho de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2020 do MUNICÍPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.745/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 513,45 (QUINHENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
02.008.0006.0181.0002.2094.33330000000000000000	03100000	513,45

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2284/2020

Publicação Nº 2528100

. DECRETO Nº 2284/20

. De 18 de junho de 2020

EXONERA DIRETORA / ELENICE HERMES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada em 19 de junho de 2020 da função de Diretora, Elenice Hermes.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2285/2020

Publicação Nº 2528102

. DECRETO Nº 2285/20

. De 18 de junho de 2020

NOMEIA DIRETORA PORTE II /

ADRIANA FERRAREIS EBERTZ

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada em 22 de junho de 2020, para exercer a função de Diretora PORTE II, na E.B.M. Juvenal Carvalho, Adriana Ferrareis Ebertz.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de junho de 2020.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

LEI Nº 5790/2020

Publicação Nº 2527490

. LEI Nº 5790
. de 15 de junho de 2020
Denomina Unidade de Educação Infantil – “Recriar - Professor Leopoldo Nicolodelli”.
(Autoria: vereador Fábio Fritz)

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada “UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL RECRIAR – PROFESSOR LEOPOLDO NICLODELLI”, a unidade localizada na rua Hermann Gutz – loteamento Schwartzwald, bairro Encano Baixo, em Indaial (cadastro imobiliário: lote 32 – 01.16.003.1755, lote 33 – 01.16.003.1756 e área pública – 01.16.001.1722).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2020.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França Manoel Felipe Boaventura
Procurador-Geral do Município Secretário de Governo

LEI Nº 5791/2020

Publicação Nº 2527491

. LEI Nº 5791
. de 15 de junho de 2020
Denomina Rua Braço do Barão Esquerdo (antiga IDL 416).
(Autoria: Vereador Flávio Augusto Ferri Molinari).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Braço do Barão Esquerdo (sigla IDL 416 – lei municipal nº 1012/78), a via pública localizada no bairro Estrada das Areias, com início no lado ímpar da rua IDL 425, e término confrontando com terras de Ronaldo Keske.

Parágrafo Único – A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Extensão: 2.148,00 metros;
Gabarito: 12,00 metros;
Pista: 8,00 metros;
Passeios: 2,00 metros de cada lado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França Manoel Felipe Boaventura
Procurador-Geral do Município Secretário de Governo

LEI N° 5792/2020

Publicação N° 2527493

. LEI N° 5792
. de 15 de junho de 2020

Denomina Praça no bairro do Sol e dá outras providências.
(Autoria: vereador Osvaldo Metzner).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Praça Senador Evelásio Vieira", a área reservada para a finalidade, localizada na rua Agostinho Macoppi, no bairro do Sol.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Especialmente a Lei 5788, de 27 de maio de 2020.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Iomerê

PREFEITURA

ERRATA AO EDITAL N° 23/2020

Publicação N° 2527964

MUNICÍPIO DE IOMERÊ



RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 0042/2020

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 0023/2020

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ faz saber a todos os interessados que houveram as seguintes alterações no Edital de Licitação nº 0023/2020, referente confecção de livro:

Fica alterado o item 11.2 para:

11.2 – O pagamento será dividido em 03 (três) etapas e divindades em:

- I) análise inicial;
- II) levantamento total de dados;
- III) entrega do objeto, mediante conferência, validação e autorização de Comissão formada especificamente para a fiscalização e análise do conteúdo.

Fica acrescido ao item 2.2 os itens:

2.2.8 – Fica empresa vencedora abrigada a formalizar expressamente a autorização do uso de imagem e voz dos eventuais entrevistados, bem como de ceder de forma total os direitos autorais, financeiros e patrimoniais da referida obra ao Município de Iomerê, na entrega final do objeto.

2.2.9 – A não observância das autorizações legais necessárias atribui ao vencedor a obrigação de indenizar eventuais danos causados, sem prejuízo de demais sanções administrativa, cível ou criminal.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Iomerê, 18 de junho de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Avenida Pedro Penso, 530 – Centro
89.558-000 – Iomerê – SC
Fone: (49)3539-6000

1

Ipira

PREFEITURA

1TAC119/2019

Publicação N° 2528685

18/06/2020 08/08/2020 18/06/2020 2019 45 2738 1TAC119/2019 119/2019 2 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de massa asfáltica, emulsão e imprimação para recuperação de vias públicas do município. 22750,00 102868 BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 25 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

3TAC146/2019

Publicação N° 2527560

17/06/2020 23/10/2020 17/06/2020 2019 60 2736 3TAC146/2019 146/2019 2 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de gasolina, óleo diesel comum, óleo diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota da Prefeitura Municipal de Ipira e do Fundo Municipal de Saúde 9073,71 9049 Auto Posto da Amizade Ltda J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 34 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

3TAC159/2019

Publicação N° 2528528

18/06/2020 11/12/2020 18/06/2020 2019 65 2737 3TAC159/2019 159/2019 3 Execução de obra de pavimentação asfáltica das Ruas José Broetto, Rua 30 de Janeiro e Rua 07 de Janeiro, em atenção ao Processo nº 17944.100012/2018-13 - Operação de Crédito BADESC 0 102741 VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA J 1 0 0 0 39 C 0 0 4 TP 5 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Ipuacú

PREFEITURA

CT PREF 84.2020

Publicação Nº 2528980

CONTRATO PREF Nº. 84 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

CONTRATA EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO BUSCANDO IDENTIFICAR, LEVANTAR E AUXILIAR NO LANÇAMENTO DE ISS DEVIDO POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS QUE NÃO TENHAM DECLARADO SUAS RECEITAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: W.L.A. ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ n. 12.153.370/0001-48.

OBJETO: Contratação de empresa para apoio administrativo buscando identificar, levantar e auxiliar no lançamento de ISS devido por empresas prestadoras de serviços que não tenham declarado suas receitas, inclusive com o apoio administrativo na elaboração de decisões administrativas em caso de impugnação das autuações e demais necessidades relativas ao objeto, sendo que o montante será calculado por hora trabalhada, conforme necessidade e conveniência da Contratante até o montante de 80 (oitenta) horas.

DO FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando decreto presidencial n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, o qual atualiza os limites de valores para cada modalidade de licitação consoante publicação no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/2018, Página 17 (Publicação Original).

DO VALOR: O valor total de R\$ 8.960,00 (oito mil novecentos e sessenta reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é da data de 17 de junho de 2020 até a data de 31 de dezembro de 2020.

DECRETO Nº 111 DE 17 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2528972

DECRETO Nº 111

DE 17 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9 da Lei 910 de 05 de dezembro de 2020 – Lei Orçamentária para o exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 44.600,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos reais) nas seguintes programações de despesa:

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023 – Manutenção do FUNREBOM

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Despesa: 40 – R\$ 22.000,00

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.051 – Manutenção do fundo de defesa civil

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Despesa: 42 – R\$ 18.000,00

07.00 – Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade n. 17.511.1003.1.004 – ampliação do sistema de água potável

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Despesa: 57 – R\$ 4.600,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 1300 - Recursos Ordinários. Sendo que a suplementação no projeto atividade nr 2.051 se refere ao atendimento as necessidades decorrentes de situação de emergência devido ao vendaval ocorrido, conforme decreto nr 107/2020 de 10 de junho

de 2020, publicado em 15 de junho de 2020 na edição nr 3171 do Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 17 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO Nº 112 DE 17 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2528973

DECRETO Nº 112

DE 17 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9 da Lei 910 de 05 de dezembro de 220 – Lei Orçamentária para o exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), na seguinte programação de despesa:

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023 – Manutenção do FUNREBOM

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.0100 – Recursos Ordinários

Despesa: 40 – R\$ 9.000,00

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023 – Manutenção do FUNREBOM

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0.0100 – Recursos Ordinários

Despesa: 41 – R\$ 10.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), da fonte de recurso 0.0100 – recursos ordinários FUNREBOM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 17 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PL PREF 41.2020 DL PREF 15.2020

Publicação Nº 2528979

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 41/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF N.15 /2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme este edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa para apoio administrativo buscando identificar, levantar e auxiliar no lançamento de ISS devido por empresas prestadoras de serviços que não tenham declarado suas receitas, inclusive com o apoio administrativo na elaboração de decisões administrativas em caso de impugnação das autuações e demais necessidades relativas ao objeto, sendo que o montante será calculado por hora trabalhada, conforme necessidade e conveniência da Contratante até o montante de 80 (oitenta) horas.

DO FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando decreto presidencial n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, o qual atualiza os limites de valores para cada modalidade de licitação consoante publicação no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/2018, Página 17 (Publicação Original).

DA CONTRATADA: W.L.A. ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ n. 12.153.370/0001-48.

DO VALOR: O valor total de R\$ 8.960,00 (oito mil novecentos e sessenta reais).

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO Nº 2506 DE 17 DE JUNHO DE 2.020

Publicação Nº 2527887

DECRETO Nº 2506 de 17 de junho de 2.020

Prorroga Decreto 2496 de 11 de maio de 2020 que dispõe sobre a intensificação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e dá outras providências.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.140 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO:

- que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
- a declaração de pandemia da Organização Mundial de Saúde datada de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana provocada pelo novo coronavírus (COVID-19);
- a Portaria nº 188/GM/MS de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
- o aumento progressivo dos casos confirmados nos municípios da região da AMAUC e o elevado número de suspeitos;
- ainda, a possibilidade de decretação de medidas excepcionais para controle da pandemia do COVID-19, dentro da seara de competência do Município, conforme o art. 3º, da Lei Federal nº 13.979/2020;
- a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341;
- que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 562/2020;
- a necessidade de medidas mais restritivas para evitar o aumento da propagação dos casos;
- a recomendação de ações para o momento epidemiológico da região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – Amauc, encaminhada pela Superintendência de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, em 07 de maio de 2020;
- a decisão da assembleia dos prefeitos da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, em web conferência, realizada em 15 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado até o dia 08 de julho de 2020 o Decreto nº 2496 de 11 de maio de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir de 18 de junho de 2020.

Ipumirim-SC, 17 de junho de 2.020

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.361/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528638

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A FERNANDA PALUDO matrícula 1639, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2010 a 2015 e gozo a partir de 18 de Junho de 2020 a 17 de Julho de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeito a partir de 18 de Junho de 2020.

Ipumirim - SC, 18 de Junho de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.363/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528669

CONCEDE PENSÃO POR MORTE A SENHORA TEREZINHA BORGES DAS CHAGAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

C O N C E D E

Fica concedida a pensão por morte a senhora TEREZINHA BORGES DAS CHAGAS, portadora do RG 361.101 e CPF sob o nº. 049.795.699-10 em função do falecimento de seu marido JURACI VIEIRA DAS CHAGAS, servidor do quadro de inativos do Departamento de administração.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos retroativos a 11 de Junho de 2020.

Ipumirim - SC, 18 de Junho de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito

PORTARIA Nº. 362/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528644

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GILSON BARBIERI, matrícula 1991, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 19 de Junho de 2020 a 18 de Julho de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de Junho de 2020.

Ipumirim - SC, 18 de Junho de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO

Publicação Nº 2527714

TERMO DE COMPROMISSO

Termo de Compromisso que celebram, entre si, a Prefeitura Municipal de Iraceminha SC, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iraceminha SC, com o objetivo de Anuência para a permanência dos equipamentos adquiridos com recursos do projeto Centro de Equoterapia APAE Beija Flor de Iraceminha, SIPAR/NUP 25000.028359/2018-18.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO de IRACEMINHA SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina nº780, Centro de Iraceminha, CEP 89891-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Jean Carlos Nyland, Brasileiro, casado, CPF 057.328.099-10, representando a Secretaria Municipal de Saúde, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iraceminha SC, inscrita no CNPJ sob nº. 02.987.749/0001-08, representada por sua Presidente, a Sra. Tatiane Parcianello, brasileira, sob CPF 065.676.969-66:

CONSIDERANDO a Solicitação de Anuência para equipamentos permanentes adquiridos com recursos do projeto Centro de Equoterapia da APAE Beija Flor Iraceminha, SIPAR/NUP 25000.028359/2018-18, pactuado com o Ministério da Saúde via PRONAS, com anuência da Secretaria Municipal de Saúde deste Município;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação 5, Anexo LXXXVI, de 28/09/2017, que regula a legislação do PRONAS;

DELIBERAM as partes ao início nomeadas em subscrever o presente TERMO, no qual assumem o COMPROMISSO de:

CONTINUIDADE do uso desses materiais e equipamentos;

CONSIDERANDO que os equipamentos terão continuidade de uso e estarão à serviço da Equoterapia oferecida gratuitamente às pessoas com deficiência do Município de Iraceminha.

Este Termo de Compromisso tem prazo de duração indeterminada a partir de sua assinatura.

Iraceminha, 18 de junho de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

Tatiane Parcianello

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iraceminha

DECRETO 050 2020

Publicação N° 2529007

DECRETO N° 000050/20 de 15 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001438/19 de 18 de Novembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 450.169,36 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01.04.122.1001.2.002-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	76.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO E FAZENDA	
03.05 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
03.05.04.123.1002.2.011-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	96.000,00
05 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
05.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
05.01.20.606.1012.2.045-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	48.000,00
06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO	
06.01 - DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
06.01.26.782.1011.2.051-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	132.257,01
06.02 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
06.02.15.122.1009.2.053-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	76.000,00
09 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.01.08.244.1008.2.026-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	17.010,65
10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.01.28.845.1013.0.001-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	4.901,70

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação	450.169,36
------------------------	------------

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Junho de 2020

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 051 2020

Publicação N° 2529008

DECRETO N° 000051/20 de 15 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001438/19 de 18 de Novembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01.10.301.1006.2.062-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

40.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

40.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Junho de 2020

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 49 2020

Publicação Nº 2529001

DECRETO Nº 000049/20 de 15 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001438/19 de 18 de Novembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 70.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRET MUN EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

04.06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

04.06.27.812.1005.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

50.000,00

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO

06.02 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO

06.02.15.452.1009.2.055-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

20.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

70.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Junho de 2020

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

DECRETO Nº 103.2020

Publicação Nº 2527745

DECRETO 103/2020, de 16 de Junho de 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §1º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Fundo Municipal de Assistência Social, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
04.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
04.01.08	Educação			
04.01.08.244	Assistência Comunitária			
04.01.08.244.801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			
04.01.08.244.801.2.026	PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			
3.3.90.00.00.00.00.0067	Aplicações Diretas		15.000,00	15.000,00
TOTAL			15.000,00	15.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro verificado na fonte de recursos 30 – FEAS – Piso de Atenção Média Complexidade CREAS, no valor de R\$ R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 16 de Junho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 16/06/2020.

DECRETO Nº 104.2020

Publicação Nº 2528430

DECRETO Nº 104 DE 18 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 1.859/2017.

DECRETO:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, indicados pelos órgãos que o compõe, assim constituído:

I – REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Aline Bonamigo

Suplente: Karen Hack dos Santos

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Ivonete Bragheroli

Suplente: Dilce Aparecida Vargas

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Rubia Maria Maziero Lemos das Neves

Suplente: Rodrigo Andrei Chewicz

Secretaria Municipal de Administração e Gestão

Titular: Bianca Dias Hunter

Suplente: Graciele Ricci Lemes

Secretaria Municipal de Planejamento

Titular: Rosimeri Spazini

Suplente: Leandra Camila Zenaro

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: Leliz Lenzi Steiner

Suplente: Elza Maria Deola

Representante das pessoas com Deficiência

Titular: Junior Ronsoni

Suplente: Dircema Maziero

Representantes de familiares de pessoas com deficiência

Titular: Jaine Kindges

Suplente: Rosane Amadei

Representantes do Clube de Mães da APAE

Titular: Vera Lucia Zandaná

Suplente: Maira Rautenberg

Representantes de Autodefensores

Titular: Janete Aparecida Kades

Suplente: Ani Scapini

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal 58/2018.

Irani/SC, 18 de junho de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 18/6/2020.

EXTRATO 2º TAC 002- 2018

Publicação Nº 2528158

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRANI Contratada ARLINDO FRANCISCO LEORATTO pessoa física, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 743.562.839-53, e RG: 2466840 SSP/SC

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 01/02/2018

VIGENCIA: 31 de JANEIRO de 2021.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021-B/2019

Publicação Nº 2528180

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021-B/2019 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 017/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021-B/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC inscrita no CNPJ sob nº 82.515.859/0001-06

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 20/12/2019 até 31 de dezembro de 2020

VIGENCIA: 31 de dezembro de 2020.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2019

Publicação Nº 2528208

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N. 010/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada SILVANA SGANZERLA PAGNONCELLI, escrita no CPF Nº: 009.347.439-32

Objeto O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor do contrato original.

VALOR: R\$ 9.402,03 (nove mil quatrocentos e dois reais com três centavos)

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2019 - FMAS

Publicação Nº 2528230

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2019 - FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019 - FMAS

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019 – FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRANI Contratada FABRICIO REZENDE DE MORAIS EIRELI inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 26.742.553/0001-93

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato firmado entre as partes em 24/07/2019 PARA 04 (quatro) meses

VIGENCIA: 20/02/2020.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2019 - FMAS

Publicação Nº 2528242

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2019 - FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019 - FMAS

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019 – FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratada FABRICIO REZENDE DE MORAIS EIRELI LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 26.742.553/0001-93

Objeto O presente termo aditivo tem como objeto a ADIÇÃO de 2,455 % do valor do contrato firmado entre as partes em 24/07/2019 nos termos previstos em sua Cláusula Terceira.

VALOR: R\$ 2.098,70 (dois mil novecentos e oito reais com setenta centavos)

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018

Publicação Nº 2528199

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada ECOTUR TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.664.648/0001-01

Objeto: Alteração Do Itinerário Da Linha 3

Valor: R\$ 7.970,40 (sete mil novecentos e setenta reais com quarenta centavos)

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 052/2017 – FMS

Publicação Nº 2528263

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 052/2017 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017 – FMS

EDITAL DE PREGÃO Nº 003/2017 - FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI/SC

Contratada GENTE SEGURADORA S.A, inscrita no CNPJ-MF sob nº 90.180.605/0001-02

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do contrato original nº 052/2017 e atualização com inclusão/exclusão de veículo/endosso na apólice de seguro, conforme proposta anexa ao processo de licitação original.

Valor: R\$ 42.312,30 (quarenta e dois mil trezentos e doze reais e trinta centavos)

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

Publicação Nº 2528255

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IRANI

Contratada: JJ FERREIRA CONSTRUÇÃO E EVENTOS LTDA inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 32.720.875/0001-54

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto diminuir a quantidade de camarotes disponibilizados ao Município em 02 unidades, permitindo que a empresa contratada comercialize os camarotes

Valor Total: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2019

Publicação Nº 2528307

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 013/2019

Contratante: MUNICIPIO DE IRANI

Contratada FABRICIO REZENDE DE MORAIS EIRELI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 26.742.553/0001-03

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 20/12/2019

VIGENCIA: 31 de dezembro de 2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2020

Publicação Nº 2528223

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IRANI

Contratada: NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI inscrita no CNPJ-MF sob o nº34.768.312/0001-61

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a alteração no quadro de vagas a serem disponibilizados em futuro Concurso e no Processo Seletivo

Valor Total: R\$ 266,66 (duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018

Publicação Nº 2528206

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada LADI DEMARCHI inscrita no CNPJ sob o nº 07.664.648/0001-01

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 23/01/2018 até 23/01/2021

Valor: R\$ 311.915,29 (trezentos e onze mil novecentos e quinze reais com vinte e nove centavos)

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2018

Publicação Nº 2528217

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada ZN TUR TRANSPORTE COLETIVO E AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME inscrita no CNPJ sob o nº 04.351.796/0001-88

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 23/01/2018 até 23/01/2021

Valor: R\$ 92.184,40 (noventa e dois mil cento e oitenta e quatro reais com quarenta centavos)

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018

Publicação Nº 2528212

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada TANIA APARECIDA FERRARI SPULDARO portadora da Carteira de Identidade nº 2.146.757 SSP/SC e CPF nº 790.104.669-49

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 23/01/2018 nos termos previstos em sua Cláusula SEGUNDA.

VALOR: R\$ 64.919,40 (sessenta e quatro mil novecentos e dezenove reais e quarenta centavos).

VIGENCIA: 23 de janeiro de 2021

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

Publicação Nº 2528254

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada JJ FERREIRA CONSTRUÇÃO E EVENTOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 32.720.875/0001-54

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto aditar o valor inicial do contrato referente ao serviço com geradores de energia elétrica, sendo dois geradores alternativos de geração de energia elétrica, com capacidade mínima de 260 KVA.

VALOR: 1.719,00 (um mil setecentos e dezenove reais).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2019

Publicação Nº 2528304

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 008/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada FABRICIO REZENDE DE MORAIS EIRELI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 26.742.553/0001-03

Objeto: O prazo Contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, contados a partir de 31/01/2020 até 02/03/2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 006/2018 – FMS

Publicação Nº 2528220

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 006/2018 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2018 - FMS

EDITAL DE PREGÃO Nº. 001/2018 – FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI/SC

Contratada CLÍNICA MÉDICA MOTTA JUNIOR LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.238.332/0001-58

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato e a ADIÇÃO de 15,39 % do valor do contrato firmado entre as partes em 01/02/2018 nos termos previstos em sua Cláusula Terceira.

VALOR: R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais)

VIGENCIA: 31/01/2021.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 058/2019

Publicação Nº 2528290

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 058/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada MAURO MOREIRA LEITE – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.156.363/0001-25

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a REDUÇÃO de 17 % do valor do contrato firmado entre as partes em 22/08/2019

VALOR: R\$ 10.605,41 (dez mil seiscentos e cinco com quarente e um centavos)

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2020

Publicação Nº 2528221

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.768.312/0001-61

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 23/01/2018 nos termos previstos em sua Cláusula SEGUNDA O presente termo aditivo tem como objeto a exclusão de vaga no Concurso.

VALOR: R\$ R\$ 1.233,34 (mil duzentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 2528193

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada IZANTUR TRANSPORTES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.118.664/0001-85

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 23/01/2018 até o dia 23 de janeiro de 2021.

Valor: R\$ 557.159,09 (quinhentos e cinquenta e sete mil cento e cinquenta e nove reais com nove centavos)

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2019

Publicação Nº 2528296

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 008/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada FABRICIO REZENDE DE MORAIS EIRELI LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 26.742.553/0001-03

Objeto O prazo Contratual fica prorrogado por mais 90 (cento e vinte) dias, contados a partir de 02/03/2020 até 02/06/2020.

EXTRATO DO TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL CONTRATO N.º 055/2017

Publicação Nº 2528282

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. 008/2017

CONTRATO N.º 055/2017

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada LADI DEMARCHI portador da Cédula de Identidade nº. 1.556.111 e inscrito no CPF-MF sob o nº. 655.902.609-49

Objeto: Ajuste de carga horaria, e remuneração, devido a pandemia do COVID-19

Valor: R\$1.120,98 (mil cento e vinte reais com noventa e oito centavos)

EXTRATO DO TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL CONTRATO Nº 015/2019

Publicação Nº 2528256

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2019

EDITAL DE PREGÃO Nº. 010/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 015/2019

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada GÉSSICA CAMILA ZENARO portadora da Cédula de Identidade nº 4.615.592 e inscrita no CPF-MF sob o nº 063.834.949-45

Objeto: fica suspensa a carga horária de trabalho,

EXTRATO DO TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL CONTRATO Nº. 054/2017

Publicação Nº 2528270

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2017.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 008/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 054/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada CRISTHIÂN FERNANDO BELINI portador da Cédula de Identidade nº. 3.187.568 e inscrito no CPF-MF sob o nº. 031.664.089-14

Objeto: Ajuste de carga horaria, e remuneração, devido a pandemia do COVID-19

Valor: R\$ 1.814,92 (mil oitocentos e quatorze reais com noventa e dois centavos)

EXTRATO DO TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2019

Publicação Nº 2528309

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 120/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2019

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.052.191/0022-97

Objeto: Ajuste de carga horaria, e remuneração, devido a pandemia do COVID-19

Valor Total: R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 003/2020

Publicação Nº 2528610

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019.

Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRANI/SC - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 78.500.584/0001-51.

Objeto: desenvolver, uma parceria destinada ao Pagamento da folha e encargos de funcionário para atendimento clínico na área de assistência social e fisioterapia, e cessão de 02 (dois) servidores da municipalidade para auxílio nas atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irani SC

Valor Total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Vigência: 31 de dezembro de 2020.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019.

Publicação Nº 2528313

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 004/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, inscrita no CNPJ-MF sob nº 34.028.316/0028-23

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência da contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional.

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais), divididos em parcelas mensais conforme demanda.

VIGÊNCIA: 31/12/2019.

NORMATIVA DE AVALIAÇÃO EDUCAÇÃO-IRANI-SC

Publicação Nº 2527583

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Irani, 15 de junho de 2020.

Senhor(a) Diretor(a),

Considerando o regime especial de atividades escolares não presenciais na Rede Municipal e as orientações já formalizadas pela Secretaria Municipal da Educação, encaminhamos orientações pedagógicas para a avaliação da aprendizagem e o registro no sistema neste período. Certos de que este material auxilie gestores e professores no trabalho remoto, contamos com a colaboração de todos para que o documento chegue ao conhecimento dos professores das escolas de sua abrangência, o mais breve possível.

Atenciosamente,

Margarida Gazoni Zenaro
Secretária de Educação**ORIENTAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS**

Diante do disposto na Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 002 de 11 de dezembro de 2017, Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 005 de 18 de maio de 2020, Parecer CNE nº 5/2020, na Portaria SED nº 109, de 07 de fevereiro de 2019 e na Portaria e Plano de Atendimento Emergencial da Rede Municipal de Ensino do Município de Irani.

A avaliação das atividades educativas não presenciais, em regime especial, e de acordo com o Plano Emergencial de Atendimento, avaliação ocorrerá por meio de diferentes instrumentos avaliativos, com ou sem o suporte das plataformas virtuais de aprendizagem e em consonância com o planejamento do professor. Essas formas de avaliação, não presenciais (durante o período de regime especial) ou presenciais (o período de fevereiro e março e ao serem retomadas as aulas), serão o indicativo do alcance dos objetivos de aprendizagem pelo estudante e servirão, também, para o lançamento da nota final do estudante nas disciplinas/componentes curriculares. Aos alunos que não fizerem a devolutiva, dever-se-á entrar em contato com a família, fazendo registro das solicitações, não havendo retorno aciona-se a busca ativa que deve ser acompanhada pelo diretor da unidade e também o professor.

De todo modo, ainda que o fechamento de período (trimestre) tenha sido prorrogado, para o dia 30/06/2020, nosso calendário poderá passar por novos ajustes. Nesse sentido, orienta-se que, neste momento, o professor avalie e realize os registros, no Sistema Betha Cloud (notas parciais), do que for realizado pelos estudantes no decorrer do regime especial de atividades, compreendendo que não será realizado, enquanto não retornar o regime presencial, o fechamento de média por período.

Independente dos registros de frequência, deverão ser dadas novas oportunidades de aprendizagem, no retorno às aulas presenciais, aos alunos que não se apropriaram do conhecimento trabalhado nesse período de distanciamento social. Portanto, a Recuperação Paralela consiste em nova oportunidade de aprendizagem. Precisa ocorrer de forma contínua e sempre que o professor constatar que o estudante não se apropriou dos conceitos/objetos do conhecimento, não somente no final do trimestre. Diante da situação vivida, esta Recuperação Paralela apresenta-se de diferentes formas, melhor explicitadas a seguir:

a) No retorno às aulas presenciais: nova oportunidade de aprendizagem e avaliação aos alunos que não tiveram acesso ou não deram retorno às atividades do regime especial (virtuais ou impressas) e aos que não tiveram rendimento suficiente, caso entenda-se algum conteúdo abordado no regime especial não foi suficientemente apropriado e necessita ser retomado presencialmente;

b) Durante o regime especial de atividades escolares não presenciais: ou seja, ainda durante o regime especial de atividades, o professor pode oferecer aos estudantes a Recuperação Paralela, por meio da proposição de situações que se configurem como novas oportunidades de aprendizagem, seguidas de nova avaliação por instrumento avaliativo não presencial diferente do anteriormente aplicado (virtuais ou não), com o devido registro no sistema no campo destinado à Recuperação Paralela (RP).

Para a educação infantil conforme Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 005 de 18 de maio de 2020, dar-se-á de forma descritiva e trimestral, com registro no sistema betha cloud(1ºtrimestre com término dia 30/06/2020) levando em conta o período de adaptação e as atividades não presenciais propostas pelos professores.

Aos alunos da educação infantil a avaliação obedece ao Caput do artigo 31º de LDB que defiem como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças sem o objetivo de promoção, cabendo ressaltar que na educação infantil de 0 a 3 anos a devolutiva é opcional, visto que esta fase não é obrigatória, porém deve haver registro no sistema na aba avaliação que a família optou por não fazer a devolutiva. Para crianças de 4 e 5 anos da educação infantil (pré-escola) a avaliação obedece ao Caput do artigo 31º de LDB que defiem como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças sem o objetivo de promoção, seguindo as orientações das demais etapas de ensino (fundamental I e II).

O registro desse acompanhamento no primeiro trimestre deverá ser publicado aos pais (sistema betha cloud) sendo que o impresso será disponibilizado no retorno das aulas presenciais.

Para os anos iniciais e finais a avaliação continua seguindo Resolução do CME 002/2017 de 11 de dezembro de 2017, (segue as regras anteriores de número de notas parciais, recuperação paralela...). Também orienta-se neste momento considerar o diagnóstico realizado no início do ano de cada aluno, avanços das crianças a partir das atividades realizadas no período presencial e no período não presencial o envolvimento, a devolutiva e a interação criança/família/escola.

Margarida Gazoni Zenaro
Secretária de Educação

PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2527591

PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE IRANI
REGIME ESPECIAL DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR
AULAS NÃO PRESENCIAS

ABRIL 2020

1. APRESENTAÇÃO

O Governo do Município de Irani, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas, tendo em vista o Plano de Contingência, a adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação e preocupado, por conta da situação de emergência na saúde pública em função da pandemia ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19), e: CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ósseo desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios e o III baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 23, § 2º que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3, que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos seus respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 9.057 de maio de 2017 que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipal e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, na educação básica, bem como a perspectiva de que a duração das medidas da suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação do COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição de aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020.

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934 de 2020, a qual estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentações dadas no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública. (Grifo nosso).

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as

atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

CONSIDERANDO Também que, nem todas as famílias possuem acesso às redes de internet e aos recursos digitais para auxiliarem seus filhos na realização de atividades à distância.

RESOLVE:

Art. 1º - Implantar o Plano de Atendimento Emergencial para Educação na Rede Municipal de Ensino, na modalidade não presencial, para fins de cumprimento do calendário letivo de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares no âmbito de todas as instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Irani SC, e como uma das estratégias de continuidade do processo de ensino/aprendizagem devido à suspensão das atividades escolares.

Art. 2º - O Plano de Atendimento Emergencial para Educação da rede municipal de ensino, que dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais, fixa recomendações direcionadas às direções das unidades escolares, aos docentes, aos Pais ou responsáveis e aos estudantes da rede municipal de ensino nos níveis, etapas e modalidades da educação básica, para que possam ser realizadas no período que permanecer a situação de emergência, a fim de garantir a continuidade de aprendizagens dos objetos de conhecimento essenciais.

Art. 3º - Trata-se de ações e estratégias que requerem o envolvimento dos atores educacionais e da comunidade escolar, afim de que o mesmo seja implementado, cumprindo o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de aprendizagens de todos os estudantes da rede municipal de ensino. Assim, a participação e a responsabilidade dos atores frente às atividades são condições primordial para que haja sucesso na proposta.

Art. 4º - O regime de atividades não presenciais na rede municipal de ensino de Irani teve seu início no dia 04/05/2020, com a formação dos docentes, tendo em vista, que os mesmos encontravam-se em período de férias coletivas por 30 (trinta) dias conforme decreto 041 de 31/03/2020.

Art. 5º - Aos alunos de todas as Unidades de ensino da Rede Municipal desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental, o regime especial de educação não presencial, teve como data de início o dia 06/05/2020 à 31/05/2020 acompanhando o Decreto Estadual nº 525 de 23/03/2020, alterando a data fim de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias, sendo que a data ou período de realização das atividades serve de base para indicar o cronograma de realização das atividades não presenciais e permitir o planejamento da rotina de estudos para o aluno.

§ 1º A oferta da modalidade de ensino não presencial de que trata o caput terá caráter excepcional e valerá enquanto durar a situação de emergência de saúde pública, podendo ser ampliado por novo período enquanto prevalecer a excepcionalidade e respeitará a carga horária semanal de cada disciplina.

§ 2º Nesse momento de excepcionalidade, as atividades serão desenvolvidas por ano e disciplinas em toda a rede.

Art. 6º - Para atender às demandas do atual cenário, os gestores das instituições ou redes de ensino, os docentes e a equipe pedagógica terão as seguintes atribuições para a execução de regime especial de atividades escolares não presenciais:

I. Planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art.13º LDB parágrafo II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II. Analisar o plano de reposição proposto pela escola e divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III. Recomendar aos estudantes o compromisso com o desenvolvimento das atividades proposta bem como da rotina de estudos encaminhada pelos docentes;

IV. Recomendar aos Pais e ou Responsáveis dos estudantes o acompanhamento das atividades no regime especial não presencial;

V. Incluir nos materiais, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas contra a disseminação do vírus, com reforço na medida de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

VI. Administrar sua equipe na condução dos trabalhos enquanto durar o regime especial de atividades não presenciais organizando um horário de trabalho adequado de atendimento na unidade escolar com o objetivo de divulgar o planejamento e o conjunto de ações à comunidade escolar, acompanhar a elaboração do plano de trabalho individual dos docentes de acordo com seu componente curricular, desenvolver cronograma de horários para entrega e recolhimento de materiais a alunos, pais e professores de forma que não haja acúmulo de pessoas no ambiente escolar.

VII. Disponibilizar orientações pedagógicas diversificadas para atendimento dos estudantes durante o regime especial de atividades complementares não presenciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil;

VIII. Orientar os procedimentos para registros referentes às atividades de reposição e rotina diária dos alunos;

IX. Orientar as equipes pedagógicas e docentes quanto às estratégias a serem aplicadas no período de regime especial o desenvolvimento das atividades escolares complementares não presenciais verificando a necessidade de reposição de dias letivos e de carga horária;

X. Reorganizar os conteúdos programados para o ano letivo de 2020, considerando os objetivos de conhecimentos da Proposta Curricular Municipal e no Projeto Político Pedagógico de cada Escola, garantindo aos estudantes as aprendizagens essenciais a cada nível, modalidade da Educação Básica, sem qualquer prejuízo acadêmico.

XI. Propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino aprendizagem, redes sociais (WhatsApp), correio eletrônico e outros meios, digitais ou não, que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo inclusive indicações de sites e links para pesquisa, podem ser considerados aqui materiais didáticos e/ou orientações na forma impressa para dirigir a aprendizagem de estudantes que porventura não possuam acesso a plataformas digitais.

XII. O docente é responsável por manter a rotina de contato com as turmas, pais e responsáveis via aplicativos de mensagens instantâneas

ou outros dispositivos de comunicação a distância, para orientá-los acerca das estratégias de continuidade de atividades não presenciais e elaboração de planos;

XIII. Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo 2020.

XIV. A Secretaria Municipal de Educação apresentará seu Plano de Ação, para o Conselho Municipal de Educação, que como órgão fiscalizador da educação, terá o papel de avaliar e deliberar sobre a pertinência e viabilidade dos planos de proposto.

Art. 7º - A forma de registro da frequência do aluno tem como objetivo indicar a realização ou não das atividades previstas por parte do estudante. Podem compreender registros digitais de conexão on-line, entrega de relatórios de atividades realizadas digitalmente ou de forma não digital – neste último caso a entrega e comprovação da frequência se darão quando do retorno das aulas presenciais.

§ 1º - Os registros de notas e frequência deverão ser feitos nos diários de classe impressos no Sistema Betha.

Art. 8º - A Avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito quando houver à atividade específica realizada no período não presencial. As formas de avaliação não presenciais (durante o período de emergência) ou presenciais (ao serem retomadas as aulas presenciais) servirão de parâmetro para indicar o alcance do objetivo de aprendizagem pelo estudante e também servirão para o lançamento do conceito final do estudante naquela disciplina/componente curricular.

§ 1º - Quanto a etapa da Educação Infantil a avaliação obedecerá caput do art.31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção mesmo para o acesso ao ensino fundamental, devendo ser garantido nas atividades a serem desenvolvidas para esta etapa que obedecem as propostas do Currículo Municipal e o Currículo Base do Território Catarinense garantindo os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária.

§ 2º - As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período desse regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

Art.9º- Para fins de carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 1º A carga horária constitui-se em uma forma de se definir o tempo de realização das atividades por meio da aplicação das metodologias ou práticas pedagógicas mediadas, ou não, por tecnologia ou por meio de material impresso para o alcance dos objetivos de aprendizagem. Podem ser computadas, além da carga horária que os alunos estiverem conectados on-line de forma conjunta (salas online) – quando possível de ocorrer, estimativa de carga horária para atividades realizadas pelos alunos de forma individual, com ou sem uso de tecnologia. Essa estimativa de carga horária deve levar em consideração o tempo de orientação direta do docente, mas também pode incluir uma estimativa do tempo que o estudante irá aplicar no desenvolvimento de atividades de forma individual ou coletiva, sem intervenção direta do docente. A carga horária, em que pese os mandamentos legais, não deve ser um fim em si mesmo e apenas uma forma de organizar o trabalho escolar para sua finalidade: o alcance dos objetivos de aprendizagem. Indispensável lembrar que o tempo para o estudante realizar as atividades e produzir conhecimento à distância, ou seja, sem orientação e presença do docente, é absolutamente distinto e de carga horária superior ao trabalho de sala de aula.

§ 2º - Para fins de cumprimento do número de dias letivos mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, podendo equivaler a um dia letivo realizado, se os registros forem considerados suficientes pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º - A realização de atividades não presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não exclui a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não seja possível contemplar às 800 horas previstas em lei.

§ 4º - Qualquer proposta de estudo para atividades não presenciais que demande o uso da internet, deve considerar as condições de acesso de estudantes a rede, não devendo os estudantes serem prejudicados, propondo nesses casos estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares pelos docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do docente.

Diagnóstico:

1- DISPONIBILIDADE DE ACESSO A INTERNET DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IRANI SC

	TOTAL DE ALUNOS	ACESSO A INTERNET POR REDE WI-FI	ACESSO A INTERNET DADOS MÓVEIS	NÃO POSSUI ACESSO A INTERNET	NÃO RESPONDEU
E.B.M.SEBASTIÃO.R.SOUZA	594	497	-----	97	0
E.M.E.B P.VALDECIR.A.ZAMPIERI	228	192	12	16	0
E.M.E.B.SANTO.ANTONIO	94	14	71	09	0
CRECHE SONHO	32	28	7		03
CRECHE RAI0	23	13	2	1	07
CRECHE NERI	125	109	13	0	36
CRECHE PEDACINHO	30	30	30	0	
PRÉ ESTRELINHA	47	32	34	1	0
TOTAL	1173	915	169	124	46

2- FERRAMENTA DE ACESSO A INTERNET DAS FAMILIAS DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IRANI

	TOTAL DE ALUNOS	CELULAR	COMPUTADOR/NOTEBOOK	NÃO POSSUI	NÃO RESPONDEU
E.B.M.SEBASTIÃO.R.SOUZA	594	497	0	97	0

E.M.E.B P.VALDECIR.A.ZAM-PIERI	228	198	12	15	
E.M.E.B.SANTO.ANTONIO	94	83	02	09	0
CRECHE SONHO	32	29	15	03	-
CRECHE RAO	23	13	6	1	03
CRECHE NERI	125	107	67	0	36
CRECHE PEDACINHO	30	30	6	0	0
PRÉ ESTRELINHA	47	43	11	0	0
TOTAL	1173	1000	119	125	39

3 – SISTEMAS ELETRÔNICOS DE ACESSO A INTERNET DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IRANI SC

	TOTAL DE ALUNOS	WHATSAPP	E-MAIL	FACEBOOK	SKYPE	MESSENGER
E.B.M.SEBASTIÃO.R.SOUZA	594	497	0	0	0	0
E.M.E.B P.VALDECIR.A.ZAMPIERI	228	212	0	0	0	04
E.M.E.B.SANTO.ANTONIO	94	85	0	0	0	0
CRECHE SONHO	32	29	22	25	2	19
CRECHE RAO	23	15	9	11	0	8
CRECHE NERI	125	98	87	93	23	66
CRECHE PEDACINHO	30	30	14	25	0	17
PRÉ ESTRELINHA	47	46	17	31	01	27
TOTAL	1173	1012	149	185	26	141

Art. 10º - Para atividades de aprendizagens remota que demande o uso da internet, o professor ao planejar deve considerar as condições de acesso dos estudantes: computador, celular/smartfone, tablets e outros. No caso de existir algum estudante que não tenha essa condição (não devem ser prejudicados, ou excluídos do processo), o professor, juntamente com a gestão UE organizará a logística de impressão, envio e acompanhamento para que possam desenvolver as atividades em domicílio.

§ 1º O estudante que por ventura não tiver acesso à internet em casa, poderá ir a Unidade Escolar, em dia e horários fixos, retirar suas atividades, devendo a escola disponibilizar todas as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus (COVID-19).

§ 2º O estudante que por ventura, não tiver acesso a computador e não tiver meios de ir até a sua Unidade Escolar, retirar suas atividades, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizará para o envio dos materiais impressos. Esses materiais poderão ser impressos e disponibilizados na escola ou em outro local indicado pela SME. Essa logística dependerá das situações apresentadas, podendo ser na própria residência, ou em ponto fixado de comum acordo o mais próximo possível de sua residência, sempre respeitando as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus(COVID-19).

Art. 11º - O professor que não tiver acesso à internet ou não disponha de aparato tecnológico poderá dirigir-se a sua Unidade Escolar, indicada pela SME para planejar as atividades ou, ainda, a impressão de materiais, quando necessário sempre respeitando as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus(COVID-19).

Art.12º - Todo o planejamento de aula, considerando a seleção de conteúdo e material didático adotado, devem estar em conformidade com a legislação vigente: BNCC – Base Nacional Comum Curricular, Diretrizes Curriculares do Sistema Público de Educação do Município de Irani e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Art. 13º - A Educação Especial seguirá as atividades de acordo com as etapas e modalidades de ensino que faz parte. Os segundos professores adaptarão todas as propostas efetivadas e encaminhadas pelo(s) professor(es) regente(s) da turma do estudante, de forma a auxiliar nos processos de aprendizagem qualitativa. Da mesma forma, farão uso das ferramentas da modalidade remota para envio e acompanhamento de atividades específicas para o estudante. O segundo professor deverá também seguir os planejamentos e relatórios propostos pela SME. Ainda, poderá complementar, encaminhando informações e atividades específicas para a orientação familiar conforme as situações apresentadas, sempre auxiliando no processo de desenvolvimento do estudante.

Art. 14º - Todo planejamento e o material didático adotado, devem estar em conformidade com o Projeto Político pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, a medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 15º - As escolas que, por razões de não acesso à internet e que não conseguirem executar as atribuições constantes no art. 6º deste plano de atendimento emergencial deverão aprovar e dar ampla divulgação do novo calendário, contendo propostas de reposição das aulas presenciais referente ao período de regime especial, tão logo cesse esse período.

Parágrafo único: Consideram-se de efetivo trabalho escolar, os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou outras programações didático-pedagógicas, planejadas pela escola desde que contem coma frequência controlada dos alunos e o monitoramento dos professores.

Art. 16º - As escolas da rede municipal de ensino somente poderão encerrar o ano letivo, após o cumprimento das horas de aulas que foram suspensas, sendo que a reposição de dias letivos que faltam e ou carga horária poderá ocorrer ao longo do ano letivo em horário diverso ao das aulas regulares da classe.

§ 1º -Constada a impossibilidade de realizar, no decorrer dos trimestres letivos, a reposição de que trata o caput, será programada a reposição da carga horária para feriados e ou recesso escolares, podendo também ser realizada de forma semipresencial e será ministrada pelos docentes contratados no ano de 2020 e que estiveram em férias coletivas conforme Decreto Municipal nº 041, de 31 de março de 2020.

§ 2º - As reuniões pedagógicas e os conselhos de classe serão realizadas em horários e formato especial a serem organizados.

Art. 17º - Caberá as Unidades Municipais de Ensino:

- I. Efetuar o levantamento do total de dias não trabalhados e aulas não ministradas;
- II. Elaborar o plano de reposição dos dias letivos e ou da carga horária a serem cumpridas e encaminhar a Secretaria Municipal de Educação;
- III. Fixar em local visível, e nas redes sociais, as datas e horários estabelecidos no plano de reposição;

Art. 18º - O regime especial de atividades complementares não presenciais será ofertado no âmbito das escolas da rede pública municipal de ensino do município de Irani, adotando-se as seguintes medidas:

a) Ensino fundamenta Anos Iniciais (1º ao 5º Anos) – proposição de atividades impressa (desde que o professor consiga viabilizar o material

ao educando), quando possível, e/ou digitais, utilização de sites educacionais gratuitos, que contribuam com as aprendizagens relacionadas ao currículo escolar, com foco no desenvolvimento da alfabetização, da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos, utilizando de grupos de WhatsApp e ou outra ferramenta que a unidade planejar.

b) Ensino fundamenta Anos Finais (6º ao 9º Anos) – disponibilização de conteúdos educacionais, por intermédio dos grupos de WhatsApp e/ou outras formas de mídias e impressa aos que não tem acesso à internet, bem como indicação de filmes, vídeos, documentários, sites, leituras, pesquisas, produção textual, de acordo com os objetos de conhecimentos previstos.

c) Educação Infantil – Pré Escola - disponibilização de atividades que desenvolvam a coordenação motora e cognitiva através de jogos e brincadeiras, bem como a indicação de programas educativos na televisão, acesso de livros digitais ou em PDF de histórias infantis e acesso de aplicativos de jogos, utilizando de grupos de WhatsApp e ou outra ferramenta que a unidade planejar.

d) Educação Infantil - Creche – por ser nível de escolarização não obrigatória, nesse período serão enviadas como sugestão atividades de estimulação sensorial, motora e outras, leitura de texto pelos pais, brincadeiras, jogos, música, sem o caráter avaliativo, mantendo assim a empatia e o elo com as famílias.

Art. 19º - Para a Educação Infantil (Creche), o objetivo principal é manter o vínculo com as crianças e continuar sendo referência para as famílias, bem como criar possibilidades para ampliar e diversificar as vivências das crianças e seus familiares no ambiente em casa. Nesse momento específico, a escola passa a orientar a família encaminhando de forma remota, as atividades relacionadas as áreas de conhecimento e dos campos de experiências, com objetivos de desenvolvimento de habilidades, de forma leve e atrativa, possíveis de realização para os diversos contextos familiares e de acordo com a BNCC.

Art. 20º - Como o professor não estará presente (fisicamente), no desenvolvimento das atividades propostas, cabe com a co-responsabilidade das famílias, na realização das atividades e nos registros quando solicitados.

Art. 21º - Cabe ressaltar que a avaliação na Etapa de Educação Infantil obedece ao caput do Art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção. Sendo garantido atividades que possam ser desenvolvidas para cada etapa de desenvolvimento.

Art. 22º - É dever do professor e da unidade escolar promover registros detalhados das atividades realizadas, para comprovações posteriores, mantendo-as arquivadas, no intuito de legitimar a carga horária-letiva exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e MP 934 de 01 de abril de 2020.

Art. 23º - É importante reiterar que a realização de atividades não presenciais não se resume a mera transposição das atividades que seriam realizadas de forma presencial. Em particular, para o caso de atividades mediadas por tecnologia, é importante dosar o tempo de conexão on-line, se for usada, ferramentas de acesso à informação pela rede internet, considerando as condições das famílias e do estudante.

e) Recomendações aos Pais e Responsáveis dos estudantes – quanto à organização da rotina de estudos de cada estudante, no período do regime especial de atividades não presenciais zelando para que o estudante realize as atividades e anote as dúvidas para esclarecê-las nos horários de contatos com o professor ou no retorno das aulas.

f) Recomendação aos Estudantes – o estudante é responsável pela organização do tempo de estudo de modo a facilitar a rotina, anotar as dúvidas, para posterior esclarecimento com o professor durante os horários de interação ou retorno à escola, realizar leituras, produção textual, produção de esquemas e pesquisa dos objetos de conhecimento abordados nas atividades indicadas pelos professores, acessar sites e portais de domínio público, que disponibilizem materiais pedagógicos (livros, revistas, jogos vídeos, etc.) para aprofundamento de estudos.

Art.24º - Nesse período também foi regulamentado através da portaria Nº 374, DE 13 DE ABRIL DE 2020 a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito municipal, para alunos da rede pública municipal de ensino, preferencialmente para as famílias cadastradas no Bolsa Família ou no Cadastro Único. As famílias dos alunos da rede municipal de ensino que tenham necessidade do recebimento dos alimentos e não estejam no Cadastro Único ou beneficiários do Programa Bolsa Família, poderão fazer o cadastro junto a Assistência Social e retirar os Kits nos locais e datas marcados.

• A portaria foi regulamentada pela lei LEI Nº 13.987, DE 7 DE ABRIL DE 2020 que “Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica”.

Art. 25º - A Secretaria Municipal de Educação e a Direção das Escolas em conjunto com a equipe pedagógica e equipe multidisciplinar, se incumbirão de regulamentar e adaptar os currículos escolares e os planos políticos pedagógicos da melhor forma possível para auxiliar os professores, afim de que tenham êxito no efetivo exercício do seu trabalho a distância em orientar e propiciar aos seus alunos a efetiva aprendizagem necessária em conformidade com o grau de complexidade que exigirá cada um dos níveis de ensino desde a educação infantil até os anos finais.

Art. 26º - Todos os atos decorrentes da aplicação desse Plano deverão ser devidamente registrados pelos gestores e professores da Unidades Escolares que deverão ficar à disposição da SME para a apresentação quando necessário.

ART. 27º - Este Plano de Atendimento Emergencial ficará em aberto para possíveis alterações, levando em consideração as informações recebidas dos órgãos competentes.

Irani, 27 de abril de 2020.

Margarida Gazoni Zenaro

Secretária Municipal de Educação

Este plano de atendimento foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação na data de 18/05/2020. Através da resolução n.º 04.

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL CONTRATO N.º 053/2017

Publicação N° 2528266

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2017

EDITAL DE PREGÃO N.º 008/2017

CONTRATO N.º 053/2017

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada GUILHERME RODRIGUES DE VARGAS portador da Cédula de Identidade n.º. 4.498.605 e inscrito no CPF-MF sob o n.º. 070.696.149-85

Objeto: Ajuste de carga horaria, e remuneração, devido a pandemia do COVID-19

Valor: R\$ 827,39 (oitocentos e vinte e sete reais com trinta e nove centavos)

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL CONTRATO N° 010/2020

Publicação N° 2528250

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 006/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. 010/2020

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: Julia Franceschina inscrita, portadora da Cédula de Identidade n° 5.893.174 SSP/SC e inscrita no CPF-MF sob o n.º. 074.869.399-83

Objeto: obriga-se a prestar serviços e atuar como facilitador em oficinas de violino junto a Diretoria de Cultura no Município de Irani. No que tratam da carga horária de trabalho, ficam alteradas para 10 horas semanais

Valor Total: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

Vigência: 30/06/2020

TOMADA DE PREÇOS N° 06/2020

Publicação N° 2528575

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 047/2020, TOMADA DE PREÇOS N° 006/2020.

O Município de Irani torna público, que fará licitação na modalidade tomada de preço que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica, por empreitada global, para execução uma quadra de areia poliesportiva estilo alambrado, no bairro Alto Irani, conforme projetos de engenharia. Recebimento Envelopes: Interessados Não Cadastrados: até 03/07/2020 – Horário limite: 16h30min. Interessados Cadastrados: até 07/07/2020- Horário limite: 13h30min. Abertura: às 14h do dia 07/07/2020. Informações Complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, pelo telefone: (049)3432-3214, ou ainda pelo e-mail compras@irani.sc.gov.br. Irani, SC, 18 de junho de 2020. Gilson Moreira Leite – Secretário de Transp. Obras e Urbanismo.

Irineópolis

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA

Publicação Nº 2528300

ERRATA

ADMITE erro material e RETIFICA a PORTARIA Nº 010/2019, publicada no DOM/SC, em 17/06/2020, Edição nº 3173, pg. 610, para que,

Onde se lê:

PORTARIA Nº 010/2019. LEIA-SE:

PORTARIA Nº 010/2020. Irineópolis, 18 de Junho de 2020.

FERNANDO TURRA

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

PROJETOS IDOSOS

Publicação N° 2528136

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá- SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto Aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do Projeto: 004/2020

Proponente: Município de Itá-SC

CNPJ: 83.024.240/0001-53

Título: Exercícios Físicos orientados em Academia para os idosos pertencentes ao Grupo de Risco (Obesidade) no Município de Itá-SC- Ano 6

Valor Autorizado para Captação: R\$ 39.435,00

Data da Aprovação: 18/06/2020

Número da Ata: 080/2020

Número da Resolução: 004/2020

Dados Bancários

Titular da Conta: Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

CNPJ: 20.963.037/0001-22

Banco: 001 – Banco do Brasil

Agência: 3635-8

Conta-Corrente: 15.879-8

Elsida Simon

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Itapiranga

PREFEITURA

QUADRO DE VENCEDORES Nº 56/2020

Publicação Nº 2528472

Pág 1 / 2

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 56 / 2020

AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE HORTALIÇAS, SUBSTRATOS, HERBICIDAS E FUNCIONADAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 662542 - BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI ME						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	SEMENTE DE BETERRABA ENVELOPE COM NO MINIMO 5 G	ISLA	ENV	1.900	0,96	1.824,00
7	SEMENTE DE REPOLHO "CORAÇÃO DE BOI" ENVELOPE COM NO MINIMO 5G	ISLA	ENV	1.900	1,28	2.432,00
8	SEMENTE DE RUCULA FOLHA LARGA ENVELOPE C/ NO MINIMO 5 G	ISLA	ENV	1.900	1,00	1.900,00
12	EMBALAGEM PLASTICA PARA MUDAS, MEDIDAS DE 12X20CM X 10MICRAS	NAVEPLAST	MLH	10	58,99	589,90
					Total por Fornecedor:	6.745,90
Fornecedor: 499102 - COMERCIO E REPRESENTAÇÕES VENTURINI LTDA - ME						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SEMENTE DE CENOURA "NANTES" ENVELOPE C/ NO MINIMO 5G	FELTRIN	ENV	1.900	1,05	1.995,00
3	SEMENTE DE CEBOLA ROXA ENVELOPE C/ NO MINIMO 2,00G	FELTRIN	ENV	1.900	1,13	2.147,00
6	SEMENTE DE CEBOLA BRANCA ENVELOPE C/ NO MINIMO 2,0G	FELTRIN	ENV	900	1,23	1.107,00
					Total por Fornecedor:	5.249,00
Fornecedor: 541010 - JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	SEMENTE DE ALFACE DE INVERNO, ENVELOPE COM NO MINIMO 5 G.	VIDASUL	ENV	1.900	1,06	2.014,00
5	SEMENTE DE CEBOLA ROXA ENVELOPE C/ NO MINIMO 2,0G	VIDASUL	ENV	900	1,06	954,00
9	SUBSTRATO AGRICOLA PARA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS FOLHASAS	TURFA FERTIL	LT	2.000	0,15	300,00
10	SUBSTRATO AGRICOLA PARA PRODUÇÃO DE MUDAS DE FLORES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA.	TURFA FERTIL	LT	5.000	0,15	750,00
11	SUBSTRATO AGRICOLA PARA PRODUÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA.	TURFA FERTIL	LT	10.000	0,44	4.400,00
13	EMBALAGEM PLASTICA PARA MUDAS, MEDIDAS DE 15X25CM X 15 MICRAS	METROPLAST	MLH	10	139,50	1.395,00
					Total por Fornecedor:	9.813,00
Fornecedor: 675008 - SANIGRAN LTDA						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14	HERBICIDA GLIFOSATO GRANULADO DISPERSIVEL, EMBALAGEM 5 KG	ALTA	UND	20	135,00	2.700,00
15	HERBICIDA A BASE DE PICLORAM 388.3 G/L, CONCENTRADO SOLUVEL, PARA APLICAÇÃO EM SOCA DE ROÇADAS, EMBALAGEM DE 5 LITROS	ADAMA	UND	2	500,00	1.000,00
17	METALAXIL -M + MANCOZEB, EMBALAGEM 1KG	SYNGENTA	UND	2	180,00	360,00
					Total por Fornecedor:	4.060,00
					Total Geral:	25.867,90

Resumo dos Fornecedores

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-HSNWX-330192405 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

18/06/2020 15:06:45

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Pág 2 / 2

Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 56 / 2020
AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE HORTALIÇAS, SUBSTRATOS, HERBICIDAS E FUNGICIDAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
662542 - BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI ME	2, 7, 8, 12	6.745,90
499102 - COMERCIO E REPRESENTAÇÕES VENTURINI LTDA - ME	1, 3, 6	5.249,00
541010 - JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA	4, 5, 9, 10, 11, 13	9.813,00
675008 - SANIGRAN LTDA	14, 15, 17	4.060,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO4612012693-HSNWX-330192405 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

18/06/2020 15:06:45

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020 (ABERTURA PROPOSTAS)

Publicação Nº 2527669

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA

Data	18/06/2020	Horário início: 08h:30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 08/2020 Nº 29/2020

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE 117 (CENTO E DEZESSETE) GAVETAS COM OSSÁRIO, NO CEMITÉRIO DO JAGUARUNA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Casa da Cultura, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019, a fim de julgar e analisar as propostas de preço das empresas habilitadas no certame em epígrafe, conforme notificação publicada em 15/06/2020. Iniciada a sessão foram abertos os envelopes de proposta de preços os quais se encontravam devidamente lacrados. As propostas foram analisadas e foi constatado que a empresa ZAGONEL & BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ENGENHARIA LTDA não apresentou Demonstrativo de Cálculo de BDI (planilha de composição), descumprindo o item 5.1.4 do Edital e portanto foi considerada DESCLASSIFICADA. A empresa ARBO EMPREENDIMENTOS apresentou erro no cálculo da soma da coluna estrutura (2.0) que constou R\$ 21.058,96 mas o correto é R\$ 22.196,65, deste modo, declarou valor da proposta de R\$ 97.568,82 porém verifica-se a somatória correta é de R\$ 98.706,51. Conforme o item 7.1.2. do Edital, quando houver discrepância entre o valor unitário e o valor total, o valor unitário prevalece e será corrigido a somatória pela Comissão. Portanto a empresa foi considerada CLASSIFICADA com o preço total de R\$ 98.706,51, devendo manifestar-se quanto a aceitação do valor apurado pela Comissão, nos termos do item 7.2, em não aceitando a empresa será desclassificada. A proposta das empresas AOK ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E LIMPEZA EIRELI e ASR CONSTRUTORA EIRELI foram achadas conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Class.	Empresa	Valor Total
1º	ASR CONSTRUTORA EIRELI	R\$ 84.117,65
2º	ARBO EMPREENDIMENTOS	R\$ 98.706,51
3º	AOK ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E LIMPEZA EIRELI	R\$ 107.541,63

Portanto a empresa ASR CONSTRUTORA EIRELI foi vencedora dessa licitação com o valor total de R\$ 84.117,65 (oitenta e quatro mil cento e dezessete reais e sessenta e cinco centavos). Observando que o valor total estimado para esta licitação foi de R\$ 107.541,63 (cento e sete reais quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e três centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 26/06/2020 em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30 às 13h30. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 515/2020 e Decreto Municipal nº 4359/2020, as propostas serão escaneadas e disponibilizadas no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. As empresas que quiserem postergar seu direito de recurso deverão fazer através de protocolo no site <https://itapoa.atende.net/> ou pelo e-mail protocolo@itapoa.sc.gov.br. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
FERNANDO VITOR PERES MEMBRO	LAYRA DE OLIVEIRA MEMBRO

DECRETO MUNICIPAL Nº 4483, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527883

DECRETO MUNICIPAL Nº 4483, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Altera Decreto Municipal nº4472 de 09 de junho de 2020, que dispõe sobre a instalação de barreiras sanitárias para enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) no âmbito do poder executivo do município de Itapoá e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam revogados, conforme recomendação do Ministério Público, Autos nº06.2020.00001936-3, os artigos nº1 e 2 do Decreto Municipal nº4472 de 09 de junho de 2020.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 17 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4484, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528343

DECRETO MUNICIPAL Nº 4484, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Altera Decreto Municipal nº 91, de 01 de setembro de 1997, que dispõe sobre criação de Escola Municipal.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto Municipal nº 91, de 01 de setembro de 1997, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 1º Fica criada a Escola Municipal "Palhacinho Feliz", situada a Rua Caracaxá, nº 339, na localidade de Itapema do Norte, neste município. (NR)

...

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2020

Publicação Nº 2528069

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2020

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ADRIAN VASSON, com sede à Rua Júlia da Costa, nº 532, Apt. 302, Centro, Paranaguá/PR, CEP: 83.203-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.124.850/0001-86, Inscrição Estadual: 90838255-26, representada neste ato por empresário individual, o Sr. ADRIAN VASSON, portador do CNPJ/MF nº 037.970.579-62 e do CI.RG nº 62101130 II-PR.

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2020 - PROCESSO Nº 56/2020.

Objeto: Aquisição de 01 (um) quadriciclo com tração 4x4, zero quilômetro, mínimo de 420 cilindradas de potência, ano mínimo 2020/2020, com capacidade de transporte para 01 pessoa, para utilização nas prevenções, transporte de embarcações e resgate de pessoas que frequentam as Praias de Itapoá/SC, conforme especificações do Edital e seus anexos.

VALOR R\$: 38.000,00 (trinta e oito mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 18/06/2020

PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/09/2020

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 18 de junho de 2020.

ALEXANDRE DE MELLO ROGGE
1º TENENTE BM MTCL 933681-8
COMANDANTE DO 4º/3ª/7º BBM

TERMO ADITIVO Nº 60/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2020 (1º ADITIVO)

Publicação Nº 2527920

TERMO ADITIVO Nº 60/2020 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2020. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, portadora do CNPJ/MF nº 378.350.339/68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada a Rua Ceara, nº884, na localidade de Barra do Saí, nesta cidade de Itapoá, e, de outro lado a Empresa CURY - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI ME, com sede á Rua Francisca Ribeiro da Silva, nº 16, Bairro: Jardim Veneza, na cidade de Cornélio Procopio/PR, CEP: 86.300-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.299.152/0001-49 e Inscrição Estadual nº 90383464-12, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. RAFAEL LOPES SALOMÃO CURY, portador do CNPJ/MF nº 004.886.919-82 e do CI.RG nº 7538657-5 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo à Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pintura das unidades básicas de saúde (Pontal do norte, Jaguaruna, Itapoá,

Saí mirim, Paese, Itapema, Samambaial, Barra do saí), e Pronto atendimento 24 horas, conforme memorial descritivo, cronograma físico financeiro, e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº 27/2019 - PROCESSO Nº 129/2019, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "DO PREÇO", aditivando o valor de R\$ 8.423,80 (oito mil quatrocentos e vinte e três reais e oitenta centavos), o qual corresponde a um percentual de 4,38% do respectivo Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação o quantitativo descrito a seguir:

ITEM	CÓDIGO SINAPI	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
REVESTIMENTO DE PASTILHAS CERÂMICAS - Aditivo								
10.00	Comp. 02	Revestimento em Pastilha Cerâmica em composição telada com 9 peças de 10x10cm - mão de obra e material	M²	70,00	R\$ 100,00	20,34%	R\$ 120,34	R\$ 8.423,80
VALOR TOTAL								R\$ 8.423,80

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

O presente Termo Aditivo passa a vigorar a partir do dia 19/06/2020, com vencimento condicionado ao Contrato Administrativo nº 02/2020.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 02/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Contrato Administrativo nº 02/2020, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 18 de junho de 2020.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	CONTRATADA CURY - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI ME RAFAEL LOPES SALOMÃO CURY
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC THIAGO LICHESKI DOS SANTOS DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS FISCAL DO CONTRATO	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 75, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528252

DECRETO Nº 75, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“Institui Comissão Permanente de Avaliação dos Servidores do Poder Executivo Municipal”.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo 22, da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007,

DECRETA

Art. 1º - Fica criada a Comissão Permanente de Avaliação dos Servidores do Poder Executivo, com a finalidade de avaliar o desempenho dos Servidores, existentes no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Ituporanga.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior deste Decreto, fica assim composta:

Representante do Departamento de Recursos Humanos;

Annelore Strube Lima – Presidente

Representantes da Administração Municipal;

Alessandra Hoffmann Moratelli – Membro

Zuleide Dumes Hessmann – Membro

Marileusa Lecy Monteiro Borges - Suplente

Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

Helena Regina Klaumann – Membro

Helena Moraes Sens – Membro

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 012, de 29 de janeiro de 2020.

Ituporanga, 16 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito do Município

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.346, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528274

PORTARIA Nº 1.346, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º EXONERAR, a servidora VIVIANA CARLA LUCKMANN do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Cerro Negro, nomeada pela Portaria nº 1.485, de 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data hoje, com efeitos retroativos a 29 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.347, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528276

PORTARIA Nº 1.347, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora SILVIA APARECIDA AMANCIO do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Gabiroba, nomeada pela Portaria nº 1.485, de 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data hoje, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.348, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528279

PORTARIA Nº 1.348, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento nº 2557/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão e o gozo da Licença Prêmio à servidora ZILDA EIGEN MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE FARMÁCIA, na Secretaria de Saúde, no período de 04/05/2020 a 01/08/2020, referente o período aquisitivo de 29/04/2015 a 29/04/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.349, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528280

PORTARIA Nº 1.349, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) MARCIA LEONICE DA SILVA EYNG, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2019 à 04/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.350, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528281

PORTARIA Nº 1.350, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) MARIA APARECIDA ROSSI STALOGH, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2019 à 04/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.351, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528285

PORTARIA Nº 1.351, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ANDRE FRANCENER, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2019 à 04/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.352, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528288

PORTARIA Nº 1.352, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) TORLI BOLL, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar

férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2019 à 04/04/2020.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.353, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528292

PORTARIA Nº 1.353, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) CELIA SCHURHAUS, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 25/05/2020 a 23/06/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2019 à 04/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.354, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528294

PORTARIA Nº 1.354, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) VIVIANA CRISTINA DE FRAGAS, ocupante do cargo de ENFERMEIRO EP, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 23/08/2018 à 22/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.355, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528297

PORTARIA Nº 1.355, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ELAINE CRISTINA JUNKES FELDHAUS, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2019 a 04/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.356, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528328

PORTARIA Nº 1.356, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) FERNANDA RENGEL, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 18 (dezoito) dias a contar de 04/05/2020 a 21/05/2020, referente ao período aquisitivo de 05/01/2018 a 04/01/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.357, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528333

PORTARIA Nº 1.357, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ILDA BEATRIZ BECKER LUCHTENBERG, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 17/04/2019 a 16/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.358, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528335

PORTARIA Nº 1.358, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) LEO CESAR MULLER, ocupante do cargo de MÉDICO, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 04/05/2020 a 02/06/2020, referente ao período aquisitivo de 20/02/2019 a 19/02/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.359, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528342

PORTARIA Nº 1.359, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) LORENA MARIA FELLER, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 04/05/2019 a 03/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.360, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528345

PORTARIA Nº 1.360, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ALVACIR PEREIRA KRATZ, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 19/04/2019 a 18/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.361, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528350

PORTARIA Nº 1.361, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) SOLANGE MARIA ANICETO, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo de 18/11/2019 a 17/11/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.362, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528354

PORTARIA Nº 1.362, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) FABIOLA FACHINI, ocupante do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 25/05/2020 a 23/06/2020, referente ao período aquisitivo de 05/05/2019 a 04/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA N° 1.363, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2528376

PORTARIA N° 1.363, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) VILMAR GUTJAHR, ocupante do cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 21/05/2020 a 19/06/2020, referente ao período aquisitivo de 02/02/2018 a 01/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO

Secretária de Saúde

PORTARIA N° 1.364, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2528379

PORTARIA N° 1.364, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) AIRTON MUNIZ, ocupante do cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 20/05/2020 a 18/06/2020, referente ao período aquisitivo de 20/06/2016 a 19/06/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO

Secretária de Saúde

PORTARIA N° 1.365, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2528383

PORTARIA N° 1.365, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) IRINA TAMANINI VICENTE, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 15 (quinze) dias a contar de 04/05/2020 a 18/05/2020, referente ao período aquisitivo de 08/02/2018 a 07/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.366, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528386

PORTARIA Nº 1.366, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) JULIANA SANTIN FRANÇA, ocupante do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 21/05/2020 a 03/06/2020, referente ao período aquisitivo de 22/08/2018 a 21/08/2019.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.367, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528388

PORTARIA Nº 1.367, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) SIRLEIA LUCIA BEIRÃO, ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 20 (vinte) dias a contar de 18/05/2020 a 06/06/2020, referente ao período aquisitivo de 01/12/2019 a 30/11/2020.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.368, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528391

PORTARIA Nº 1.368, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) IRINA TAMANINI VICENTE, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 19/05/2020 a 17/06/2020, referente ao período aquisitivo de 08/02/2019 a 07/02/2020.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA N° 1.369, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2528394

PORTARIA N° 1.369, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) FERNANDA RENGEL, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 22/05/2020 a 20/06/2020, referente ao período aquisitivo de 05/01/2019 a 04/01/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA N° 1.370, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2527678

PORTARIA N° 1.370, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) INELZIR VARGAS ZIRBEL, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 15 (quinze) dias a contar de 04/05/2020 a 18/05/2020, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Ituporanga, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCÁLIO
Secretária de Saúde

PORTARIA N° 1.371, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2528396

PORTARIA N° 1.371, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora OLIVIR NOGUEIRA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA SOCORRISTA-SAMU, na Secretaria de Saúde, no período de 15/05/2020 a 21/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.372, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528399

PORTARIA Nº 1.372, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora SILVIA MENONCIN, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, na Secretaria de Saúde, no período de 09/05/2020 a 19/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.373, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528400

PORTARIA Nº 1.373, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora SILVIA MENONCIN, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, na Secretaria de Saúde, no período de 19/05/2020 a 19/07/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 08 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.374, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528403

PORTARIA Nº 1.374, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, Considerando o disposto no Art. 6º, § 2º do Decreto Nº 32, de 17 de março de 2020, que permite em caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) GLESIENE DE GODOI BITTENCOURT, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, com desempenho de suas funções na Secretaria de Saúde, a gozar férias antecipadas pelo período de 15 (quinze) dias a contar de 04/05/2020 a 18/05/2020, referente ao período aquisitivo de 25/06/2019 à 24/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2020.

Ituporanga, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretário da Saúde

PORTARIA N° 1.375, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2528407

PORTARIA N° 1.375, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

Considerando o disposto no Art. 6º, § 2º do Decreto N° 32, de 17 de março de 2020, que permite em caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) GLESIENE DE GODOI BITTENCOURT, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, com desempenho de suas funções na Secretaria de Saúde, a gozar férias antecipadas pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 19/05/2020 a 17/06/2020, referente ao período aquisitivo de 25/06/2020 à 24/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de maio de 2020.

Ituporanga, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretário da Saúde

PORTARIA N° 1.376, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2528408

PORTARIA N° 1.376, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

Considerando o disposto no Art. 6º, § 2º do Decreto N° 32, de 17 de março de 2020, que permite em caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) INELZIR VARGAS ZIRBEL, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com desempenho de suas funções na Secretaria de Saúde, a gozar férias antecipadas pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 19/05/2020 a 17/06/2020, referente ao período aquisitivo de 01/02/2020 à 31/01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de maio de 2020.

Ituporanga, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.377, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528411

PORTARIA Nº 1.377, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora SUELI RAMOS, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, na Secretaria de Saúde, no período de 19/05/2020 a 01/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.378, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528414

PORTARIA Nº 1.378, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora TAINÉ MARA VIEIRA AMÂNCIO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, no período de 16/04/2020 a 30/04/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de abril de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.379, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528415

PORTARIA Nº 1.379, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ROSIRES WEBER EYNG, ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretaria de Saúde, no período de 11/05/2020 a 24/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.381, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528417

PORTARIA Nº 1.381, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora RENATA KOLM DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, no período de 20/05/2020 a 30/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.382, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528418

PORTARIA Nº 1.382, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor WALTER MIRANDA COSTA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM-SAMU, na Secretaria de Saúde, no período de 14/05/2020 a 21/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.383, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528419

PORTARIA Nº 1.383, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) DEIZIANE DE SOUZA DA SILVA FONTANIVE, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM-SAMU, na Secretaria de Saúde, no período de 15/05/2020 a 28/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.387, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528420

PORTARIA Nº 1.387, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) JUCILENE MARIAN BATISTA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, na Secretaria de Saúde, no período de 26/05/2020 a 09/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.388, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528423

PORTARIA Nº 1.388, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) MICHELE BRUNN, ocupante do cargo de ENFEMEIRA, na Secretaria de Saúde, no período de 17/05/2020 a 23/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.389, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528424

PORTARIA Nº 1.389, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) ODAIR ROGÉRIO DA SILVA, ocupante do cargo de MOTORISTA SO-CORRISTA-SAMU, na Secretaria de Saúde, no período de 14/05/2020 a 27/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.390, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528426

PORTARIA Nº 1.390, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) RUBIA SEIFERT CERUTTI, ocupante do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, na Secretaria de Saúde, no período de 24/04/2020 a 02/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de abril de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.391, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528438

PORTARIA Nº 1.391, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ROSIRES WEBER EYNG, ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretaria de Saúde, no período de 20/05/2020 a 18/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.392, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528442

PORTARIA Nº 1.392, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora TÂNIA VIEIRA CORDEIRO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ATIVIDADES DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, no período de 25/05/2020 a 08/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.393, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528445

PORTARIA Nº 1.393, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 003/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário CARINA DE SOUZA, no cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com desempenho de suas funções na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2020.

Ituporanga, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.394, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528446

PORTARIA Nº 1.394, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora CLEIDIANE SCHULLER, ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretaria de Saúde, no período de 20/05/2020 a 26/05/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.398, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528449

PORTARIA Nº 1.398, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 008/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MARIA AURELICE DOS ANJOS MELO, no cargo de ENFERMEIRA, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Gabiroba, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de abril de 2020.

Ituporanga, 10 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.399, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528450

PORTARIA Nº 1.399, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 008/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MICHELE BRUNN, no cargo de ENFERMEIRA, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Bela Vista, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2020.

Ituporanga, 10 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.400, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528456

PORTARIA Nº 1.400, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 008/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário LUANA FERRETTI, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Bela Vista, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de maio de 2020.

Ituporanga, 10 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.401, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528459

PORTARIA Nº 1.401, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 008/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário HÉLIO JOSÉ DO NASCIMENTO JUNIOR, no cargo de MÉDICO, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Cerro Negro, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de maio de 2020.

Ituporanga, 10 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.402, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528460

PORTARIA Nº 1.402, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 008/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário EDUARDA KROENKE DE VASCONCELLOS ALMEIDA, no cargo de MÉDICO, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Bela Vista, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2020.

Ituporanga, 10 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.403, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528462

PORTARIA Nº 1.403, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 008/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MARIA FERNANDA NICOLAU, no cargo de MÉDICO, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Nossa Senhora de Fátima, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2020.

Ituporanga, 10 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.404, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528465

PORTARIA Nº 1.404, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário JAQUELINE VARGAS DOS SANTOS, no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, na Secretaria de Saúde, com desempenho de suas funções no ESF Vila Nova, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2020.

Ituporanga, 10 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.407, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527860

PORTARIA Nº 1.407, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório nº 22/2020, de 06 de abril de 2020, modalidade Tomada de Preços nº 06/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para construção da etapa complementar do Parque da Cidade – Referente ao convênio 801999/2014 Ministério do Turismo.

- LIA CAROLINE MIGUEL - Gestora do Contrato
- EVA SCHEILA MARIANI ESSER – Fiscal do Contrato

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 10 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.409, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528467

PORTARIA Nº 1.409, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ANTONIO CARLOS DA SILVA, ocupante do cargo de VIGIA, na Secretaria da Educação, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 10/06/2020 a 09/07/2020, referente ao período aquisitivo de 05/02/2018 à 04/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de junho de 2020.

Ituporanga, 17 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretário da Educação

PORTARIA Nº 1.410, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528468

PORTARIA Nº 1.410, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora CARINI DAYANE SENEM, ocupante do cargo de PROFESSOR III, na Secretaria de Educação, no período de 15/06/2020 a 14/07/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Ituporanga, SC, 17 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária de Educação

PORTARIA Nº 1.411, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528469

PORTARIA Nº 1.411, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 005/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MARIA ISABEL LUDVIG WILLEMANN, no cargo de PROFESSOR III, na Secretaria de Educação, com desempenho de suas funções no CE Pedro Julio Muller, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2020.

Ituporanga, 17 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 1.421, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528470

PORTARIA Nº 1.421, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento nº 2557/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão e o gozo da Licença Prêmio a servidora JOSIANE DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III, na Secretaria de Educação, no período de 01/06/2020 a 29/08/2020, referente o período aquisitivo de 09/02/2015 a 08/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 17 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária de Educação

Ciente: _____
Servidor

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 515, DE 18 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2528971

PORTARIA Nº 515, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

ALMIR SCHAFER, Presidente da Câmara Municipal de ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 25, II, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e dos arts. 23 e 25, II, do Regimento Interno.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o posicionamento do Comitê Gestor da Covid-19 em Ituporanga, que liberou as atividades da administração pública municipal desde que sejam tomados os devidos cuidados de proteção e distanciamento;

CONSIDERANDO que há mais de duas semanas não há casos novos registrados no município de Ituporanga e todos os infectados encontram-se curados nesta data; e

CONSIDERANDO a necessidade de manter a prestação do serviço da casa legislativa, além de ir retornando às atividades normais tanto quanto possível.

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores detentores de cargos de provimento efetivo, em comissão e os estagiários que desenvolvem suas atividades nesta Câmara Municipal devem retornar às atividades normais a partir do dia 22 de junho de 2020.

§1º. O disposto no caput não se aplica aos servidores enquadrados no grupo de risco da covid-19, compreendidos aqueles maiores de 60 (sessenta) anos, as grávidas, as pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, hipertensão, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções, e os que retornaram, nos últimos quatorze dias, de viagem em regiões com alto nível de contágio.

§2º Para os servidores abrangidos pelo disposto no caput é obrigatório o uso de máscara de tecido ou outra recomendada durante todo o horário de trabalho, bem como o distanciamento mínimo de 1,5m entre os servidores, além do uso frequente de álcool gel 70% para higienização das mãos.

Art. 2º Os servidores que retornarem ao trabalho normalmente deverão apresentar o relatório circunstanciado do período em que laboraram à distância, o qual será homologado pela autoridade competente.

§1º Os servidores devem protocolar os relatórios até às 19h00min do dia 26 de junho de 2020 para fins de fechamento da folha de pagamento do mês de Junho/2020.

§2º Para os servidores que continuarem em teletrabalho por pertencerem ao grupo de risco, os relatórios circunstanciados de atividades à distância devem ser protocolados até um dia útil antes do crédito dos salários em conta, todos os meses, e devem compreender do dia 25 de um mês ao dia 26 do mês seguinte.

Art. 3º As seguintes medidas de segurança continuarão a ser adotadas pela Câmara Municipal de Ituporanga:

I. suspensão dos eventos, cursos, audiências públicas, sessões solenes e reuniões de qualquer tipo em que o público presente ultrapasse 20% das cadeiras do plenário;

II. qualquer pessoa que atue nas dependências da Câmara deverá comunicar, imediatamente, via aplicativo de transmissão instantânea de mensagens (WhatsApp, Telegram, etc) ao chefe de gabinete caso apresente sintomas similares aos da gripe e se tiverem contato com pessoa potencialmente contaminada pela COVID-19;

III. suspensão da autorização de afastamento de servidores e de parlamentares para qualquer missão que não seja de extrema urgência e relevância para o serviço público; e

IV. manutenção de estoques de álcool em gel 70% para desinfecção e assepsia de mãos, conforme recomendado pelas autoridades sanitárias.

Art. 4º O atendimento ao público continuará sendo realizado preferencialmente pelas redes sociais (facebook.com/camaramunicipalituranga e @camaramunicipalituranga no Instagram), e-mail (camara@camaraituporanga.sc.gov.br) ou telefone (47 3533-1423 ou 47 3533-2431), no horário normal de funcionamento (das 13h às 19h).

Parágrafo único. Havendo necessidade de atendimento presencial, o mesmo deve ser agendado com, pelo menos, 1 (um) dia útil de antecedência pelo canais elencados no caput.

Art. 5º A Presidência da Câmara poderá vir a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 6º As ações ou omissões que violem o disposto na presente Portaria sujeitam o autor a sanções penais, civis, éticas e administrativas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 22 de junho de 2020.

Art. 8º Revoga-se a Portaria nº 505/2020 a partir de 22 de junho de 2020.

Ituporanga/SC, 18 de junho de 2019.

Almir Schafer

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2019

Publicação Nº 2528044

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Tomada de Preços nº 3/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 47/2019.

Contrato Administrativo nº: 88/2019.

Objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2019.

Vigência: 19 de junho a 31 de novembro de 2020.

Contratante: Município de Jaborá.

Contratada: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.078.414/0001-57.

Jaborá-SC, 18 de junho de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO 05/2020 SAMAE

Publicação Nº 2528983

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2020

O Diretor Geral do SAMAE de Jacinto Machado – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da LEI Nº. 837 DE 09 DE MAIO DE 2017.

Convoca aprovado para admissão a partir de 02/03/2020, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº. 001/2019.

–CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para verificação dos documentos necessários para admissão, considerando-se para tal no período do 15/06/2020 a 26/06/2020, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado for protocolado antes do termino do primeiro período, respeitado a ordem de classificação.

• O candidato a seguir, aprovado para a vaga de OPERADOR DE ETA:

12º Giovane Scardueli Martins - Inscrição: 1685705;

13º Patriki Mezzari Savi - Inscrição: 1688752;

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer até o dia 2 de Junho de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, na Rua Abílio Tomasi, Nº 51, Centro, Jacinto Machado/SC, para dar início aos procedimentos de admissão com os exames obrigatório e a entrega dos documentos necessários para com a sua nomeação ao cargo pleiteado em conformidade com item 02 do Edital do Processo Seletivo Público nº. 01/2019, no horário das 07:30 às 11:30 horas e 13:00 as 17:00 horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no Art. anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Art. 4º Os exames admissionais serão solicitados junto a administração do SAMAE e será desconsiderado o prazo do Art 01º e 02º no momento da solicitação até o seu resultado final junto a instituição que expede o resultado dos exames clínicos.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado - SC, 15 de Junho de 2020.

AMILTON GHELLERE Diretor Geral do SAMAE	ALICE APARECIDA DE JESUS Presidente da Comissão de Processo Seletivo
--	---

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

EXTRATO DO 3º TA AO CONTRATO 93/2019

Publicação Nº 2529032

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 93/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado.

Contratado: JR Construções e Terraplenagem Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 93/2019.

A vigência deste Termo Aditivo é a partir de 25 de junho de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

Jacinto Machado/SC, 18/06/2020.

PORTARIA 010 2020 SAMAE

Publicação Nº 2528991

PORTARIA N. 010, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Municipal n. 837/2017 combinado com o artigo 202 da Lei Municipal n. 245/2000 e ainda o disposto no Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Sr. ISRAEL LUIS ROCHA, CPF n. 833.324.560.91, do processo seletivo 001/2019, contratado temporariamente na função de Operador de ETA junto ao SAMAE, padrão 06, código 619, nível de referência A1, com carga horária de 40 (quarenta) horas



semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente:

· PORTARIA N. 028, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

Jacinto Machado/SC, 16 de Junho de 2020.

AMILTON GHELLERE

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 011 2020 SAMAE

Publicação Nº 2528992

PORTARIA N. 011 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 18º da Lei Municipal n. 837/2017 combinado com o artigo 202 da Lei Municipal n. 245/2000 e ainda o disposto no Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em caráter temporário Sr. GIOVANE SCARDUELI MARTINS, CPF n. 069.049.909-45, classificado na 12ª colocação no processo seletivo 001/2019, contratado temporariamente na função de Operador de ETA junto ao SAMAE, padrão 06, código 619, nível de referência A1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais – ESCALA 12/36 HORAS. Nas normas que tange o Art. 20 da Lei Municipal n. 837/2017 bem como se submeterá ao Regime Estatutário do Município de Jacinto Machado (SC).

Art. 2º - O contratado admitido nos termos do artigo 1º desta Portaria, pertencerá ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 17 de Junho de 2020.

AMILTON GHELLERE

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2019 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2528316

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2019
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 107/2019, para a prestação de serviços médicos e de fonoaudiologia, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA MARC SS inscrito no CNPJ 04.854.257/0001-61 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, inscrito no CNPJ 00.091.238/0001-70, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Incluir na tabela constante no Anexo I:
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Márcio Carlos de Freitas Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2020

Publicação Nº 2528987

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2020

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Mo-Iha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 89/2020, que tem por objeto a contratação de empresa jurídica para fornecimento de MÓVEIS E ACESSÓRIOS DE COZINHA SOB MEDIDA, destinados para a EMEB. Jonas Alves de Souza, localizado na Rua Irmão Leandro, 3339, no Bairro Tifa Martins, no município de Jaraguá do Sul/SC, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA EPP	Vando Vicentini	061.558.239-79
COMERCIAL VITORIA LTDA ME	Veronica Solange Rigo Scheer	020.353.459-01
EKOMOB COMERCIO EIRELI EPP	Ednelson Booz	006.825.419,90
FRANO INDUSTRIA EIRELI ME	Aparecido Moreira Silva	648.513.629-00
J & N COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	Nilcelia Lopes	027.195.619-40
L & S COMERCIAL EIRELI ME	Ademir Laurindo	624.465.259-20
MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP	Evandro da Silva	037.381.209-47
M MOBILE EIRELI EPP	Luiz Amarildo Mueller	516.501.429-00
MUNDUS NOVUS INDUSTRIA E COM DE MÓVEIS LTDA EPP	Avonir Funes	961.716.939-87
RICHESSA MÓVEIS EIRELI EPP	Jonas Todt	937.966.769-87
SLA COMERCIAL LTDA ME	Rosangela Apolinario	044.024.519-22
SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP	Sem representante	.x.x.x.x.
TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP	Vinicius Vizotto	046.630.169-36
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME	Rodrigo Alves de Campos	080.057.959-39

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas as propostas apresentadas, por estarem em conformidade com

o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance), conforme mapa de preços em anexo. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e Empresas de Grande Porte. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com o seguinte preço final para os lotes:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Descrição do objeto	Valor do item (R\$)
01	FRANO INDUSTRIA EIRELI ME	01	COZINHA SOB MEDIDA, composta por balcão 1 (355x70x90 cm); balcão 2 (304,5x70x90cm) + (50,5x70x90), balcão 3 (315x70x90cm), módulo 1 (70x53x50cm), armário 03 (80x40x152,5cm), estante para caixas de frutas e (125x60x145cm) e coifa (160x120x40cm) (lxpxa), conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro anexos;	33.500,00
02	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	02	Lixeiras de polipropileno de formato retangular, capacidade 50 ou 60 litros, com tampa, pedal metálico, cinta inferior com 4 pés e base antiderrapante, na cor branca, altura aproximada de 75 cm;	136,97
03	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	01	MESA AUXILIAR em Aço inoxidável 304(120x70x90cm) (LxPx), Conforme projeto e especificação anexa;	1.741,46
04	VICENTE DEPTº EIRELI ME	01	Liquidificador industrial com capacidade igual ou superior a 8 Litros;	1.062,00
05	TECNOFORTE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP	01	Minicâmara comercial em inox 4 portas com capacidade igual ou superior a 900 litros (dimensões de referência: 120x70x200cm – LxPx)	5.407,00
06	TECNOFORTE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP	01	Freezer vertical com capacidade igual ou superior a 230 litros;	1.858,00
07	M MOBILE EIRELI EPP	03	Estantes de aço de 92x40x198cm, linha industrial, na cor branca, chapa 22, capacidade de carga de 140 kg por prateleira, com 6 prateleiras de altura regulável e 2 reforços;	315,00
08	L & S COMERCIAL EIRELI ME	01	Carrinho (dimensões aproximadas de 95x50x95cm) em aço inoxidável 304, liga 18.8, conforme projeto e especificação anexa	2.264,00

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do edital. Não foram adjudicados os itens as empresas vencedoras neste momento pelo fato do item 03 restar consideravelmente acima do valor estimado no Edital, e assim o processo será encaminhado a Secretaria de Educação para análise do valor final e manifestação formal autorizando ou não a adjudicação e homologação deste item. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Adjudicação e Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 18 de junho de 2020.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Vando Vicentini	Retirou-se antes do término da sessão pública
Veronica Solange Rigo Scheer	Retirou-se antes do término da sessão pública
Ednelson Booz	Retirou-se antes do término da sessão pública
Aparecido Moreira Silva	Retirou-se antes do término da sessão pública
Nilcelia Lopes	Retirou-se antes do término da sessão pública
Avonir Funes	Retirou-se antes do término da sessão pública
Jonas Todt	Retirou-se antes do término da sessão pública
Rosângela Apolinário	Retirou-se antes do término da sessão pública
Vinicius Vizotto	Retirou-se antes do término da sessão pública
Rodrigo Alves de Campos	Retirou-se antes do término da sessão pública
Ademir Laurindo	Retirou-se antes do término da sessão pública
Evandro da Silva	Retirou-se antes do término da sessão pública
Luiz Amarildo Mueller	Retirou-se antes do término da sessão pública

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 061/2020

Publicação Nº 2527931

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 061/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PREPARADOR CONTÍNUO DE POLÍMERO GRANULAR.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/06/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 01/07/2020 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.
Evânia Aparecida Duarte Liebl
Diretora Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 062/2020

Publicação Nº 2527932

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 062/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DE PERFU-
RAÇÕES REDONDAS/CIRCULARES EM PARTES E PEÇAS DE CONCRETO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/06/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 01/07/2020 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Evânia Aparecida Duarte Liebl

Diretora Presidente

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019.

Publicação Nº 2528152

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 22 de Junho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2019 conforme segue:

Nome: KELLY DALORSOLETTA

Cargo: Enfermeira - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 08º lugar – (segunda chamada)

Nome: JULIANA SERPE SARTORI

Cargo: Auxiliar em Saúde Bucal - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 06 º lugar

Nome: BRUNO DA SILVA ESMERALDINO

Cargo: Agente de Endemias - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 16º lugar

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 004/2018 SEMSA.

Publicação Nº 2528154

Convocação de Processo Seletivo 004/2018 Semsas.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 22 de Junho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 004/2018 SEMSA conforme segue:

Nome: ALYSON FRANK EHLERT FERREIRA

Cargo: Motorista de Veículos Pesados e Ambulância - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 01º lugar

DECRETO Nº 13.984/2020

Publicação Nº 2528687

D E C R E T O Nº 13.984/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 020/2020/CMDI/JS, de 16/06/2020, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI);

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal JULIANO PEREIRA, matrícula 10939, para atuar como GESTOR DE PARCERIAS a serem firmadas entre a Administração Municipal ou entes da Administração Indireta com as Organizações da Sociedade Civil, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), gestor do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), referente ao Edital Nº 001/2019/CMDI/JS, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 13.467/2019, de 18/12/2019, alterado pelo Decreto Municipal Nº 13.680/2020, de 10/03/2020, em substituição à Mariane Dall Igna Fiamoncini.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 13.680/2020, de 10/03/2020.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.985/2020

Publicação Nº 2528690

D E C R E T O Nº 13.985/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e
CONSIDERANDO o surto de COVID-19, declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que resultou na edição da Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, no Decreto Legislativo Nº 06/2020, de 20/03/2020, declarando situação de calamidade pública no território brasileiro;

CONSIDERANDO que o Estado de Santa Catarina editou diversos atos sobre a pandemia, havendo ênfase nos Decretos Nºs 509/2020, 515/2020, 525/2020, 562/2020 e 630/2020;

CONSIDERANDO que o Município de Jaraguá do Sul, também visando regulamentar a matéria envolvida com a pandemia, editou, dentre outros, os Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, 13.715/2020, 13.723/2020 e 13.729/2020;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação e/ou cancelamento de assembleias, reuniões presenciais e eventos com aglomerações de pessoas como medidas restritivas;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 153/2020/Secel/DE, de 15/06/2020, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA :

Art.1º FICA REVOGADA a designação dos membros da COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA (CCO) do evento público denominado 32ª Schützenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2020, constituída pelo Decreto Municipal Nº 13.696/2020, de 12/03/2020, alterado pelo Decreto Municipal Nº 13.752/2020 de 15/04/2020.

Art.2º FICA REVOGADA a designação dos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES referente ao evento público denominado 32ª Schützenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2020, constituída pelo Decreto Municipal Nº 13.697/2020, de 12/03/2020.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.986/2020

Publicação Nº 2528691

D E C R E T O Nº 13.986/2020

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.181/2019, de 06/12/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.355/2020, de 18 de junho de 2020,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública (Semtip); e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

40 - SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA
40.001 - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA
40.001.4.122.301.2.041 - Pagamento dos Servidores da Controladoria
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
40.001.636 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 2.500,00
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.001.22.122.301.4.214 - Pagamento dos Servidores do Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.647 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 9.000,00
TOTAL R\$ 11.500,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta das anulações parciais das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública (Semtip); e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

40 - SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA
40.001 - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA
40.001.4.122.301.2.041 - Pagamento dos Servidores da Controladoria
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
40.001.635 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias
0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 2.500,00
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.001.22.122.301.4.214 - Pagamento dos Servidores do Desenvolvimento Econômico
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
41.001.645 3.1.90 - Aplicações Diretas
0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 9.000,00
TOTAL R\$ 11.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.987/2020

Publicação Nº 2528694

D E C R E T O Nº 13.987/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.356/2020, de 18 de junho de 2020,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.004 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
15.004.10.305.752.2.668 - Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.004.62 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 300.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.988/2020

Publicação Nº 2528695

D E C R E T O Nº 13.988/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.357/2020, de 18 de junho de 2020,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), a saber:

28 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE
28.001 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE
28.001.18.122.300.4.150 - Manutenção das Atividades Administrativas - Fujama
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
28.001.1 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.6.06.0428 - SF - Recursos Arrecadados Pela Fujama R\$ 70.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), a saber:

28 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE
28.001 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE
28.001.18.122.300.4.176 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente - Fujama
4.4.00 - INVESTIMENTOS
28.001.9 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.6.06.0428 - SF - Recursos Arrecadados Pela Fujama R\$ 70.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.989/2020

Publicação Nº 2528697

D E C R E T O Nº 13.989/2020

Altera e Acresce Dispositivos ao Anexo Único, do Decreto Municipal Nº 12.504/2018, de 17 de Dezembro de 2018, Alterado pelos Decretos Municipais Nºs 12.945/2019, de 17 de Junho de 2019, 13.296/2019, de 24 de Outubro de 2019, 13.624/2020, de 21 de Fevereiro de 2020, 13.955/2020, de 05 de Junho de 2020, e 13.968/2020, de 09 de Junho de 2020, que Dispõem Sobre a Nova Tabela de Preços Públicos e Determina o Prazo Para o Pagamento de Taxas em Procedimentos Gerais de Protocolo, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do inciso II, do artigo 4º, e do artigo 128, da Lei Orgânica do Município (LOM); e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 074/2020/Semfaz, de 02/06/2020, da Secretaria Municipal da Fazenda;

DECRETA :

Art.1º Fica alterado no Anexo Único, do Decreto Municipal Nº 12.504/2018, de 17/12/2018, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 12.945/2019, de 17/06/2019, 13.296/2019, de 24/10/2019, 13.624/2020, de 21/02/2020, 13.955/2020, de 05/06/2020, e 13.968/2020, de 09/06/2020, o seguinte preço público:

Referência Decreto	Assunto	Percentual da UPM	Cálculo da Taxa
196	Isenção de ITBI Lei 48/2005	Isento	

Art.2º Fica acrescido ao Anexo Único, do Decreto Municipal Nº 12.504/2018, de 17/12/2018, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 12.945/2019, de 17/06/2019, 13.296/2019, de 24/10/2019, 13.624/2020, de 21/02/2020, 13.955/2020, de 05/06/2020, e 13.968/2020, de 09/06/2020, o seguinte preço público:

»

Referência Decreto	Assunto	Percentual da UPM	Cálculo da Taxa
320	Cancelamento de Nota Fiscal de Serviços Avulsa - Eletrônica	Isento	

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 13.955/2020, de 05/06/2020.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2020 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 2528988

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2020

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TIPO: menor preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a contratação de empresa especializada para fornecimento de renovação de garantia, suporte e assistência técnica para o período de 48 meses "on-site" para a manutenção da estrutura de CHASSI DELL POWEREDGE VRTX E SERVIDORES TIPO LÂMINA POWEREDGE M630, utilizados pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência e Anexo VII - Minuta de contrato, deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, o item deste edital se enquadra na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para o item, que somente será considerada em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 02 de julho de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Valor máximo da contratação: R\$ 70.095,00 (Setenta mil e noventa e cinco reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 27 de maio de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 87/2020 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2528986

EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 87/2020

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação acima, que em função de equívoco técnico de engenharia na formulação da documentação técnica, informa que deverão ser considerados na formulação das propostas comerciais o item 4.13 das Rua Onélia Horst e João Klein, que se encontravam ocultos nas planilhas individuais de cada Rua, mas contemplados na planilha consolidada e no valor global da licitação. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista a retificação não modificar a formulação das propostas, por se tratar somente de erro material, esta Administração Pública comunica aos interessados que mantém a mesma data e horário para o recebimento e abertura dos envelopes, conforme segue:

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 22 de junho de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC. **ABERTURA dos ENVELOPES:** 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. As demais alterações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 16 de junho de 2020.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2020 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/
Publicação Nº 2528984

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2020
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/
TIPO: Menor Preço por Item

COMUNICADO DE REPROVAÇÃO DAS AMOSTRAS APRESENTADAS E CONVOCAÇÃO DAS TERCEIRAS COLOCADAS

O Município através da Pregoeira e Equipe de Apoio, comunica aos participantes do Pregão Presencial nº 55/2020, que conforme Laudos da Comissão de Avaliação (anexos) ficam DESCLASSIFICADAS as seguintes empresas, itens e motivos. Com as desclassificações citadas nos laudos, ficam convocadas as empresas TERCEIRAS COLOCADAS para apresentarem suas amostras, munidas da documentação exigida no item 1.3.6 do Edital, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis compreendendo o período de 22/06/2020 com término em 26/06/2020, devendo ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro, no município de Jaraguá do Sul/SC, com a Sra. Daiane Fuerst, em dia útil de expediente da PMJS nos seguintes horários, das 7:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 16:30hs, a/c Sra. Daiane, como segue:

Item	Quant. estimada	Unid.	Descrição dos materiais	Empresa Convocada
4	200	Pr	Luva de malha tricotada com fibra natural e sintética (101869-1) Luva de proteção tricotada sem costura confeccionada com fibras naturais e fibras sintéticas, punho com inserção de fibra elástica, acabamento final de fibras sintéticas. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. Nível mínimo de desempenho 0121X para BS EN 388:2003, EN 420:2003. CA de referência nº 14.622 ou CA de referência nº 33.244 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	SUL SAFETY DISTRIBUTION, EIRELI ME
5	80	Pr	Luva de malha emborrachada tamanho M (18339-3) Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil de algodão, revestimento total em borracha nitrílica na palma e dorso, punho em malha ou lona. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra riscos químicos, tais como classe B - detergentes, sabões, amoníaco e similares e classe C - tipo 1: hidrocarbonetos alifáticos, tipo 2: hidrocarbonetos aromáticos, tipo 3: álcoois, tipo 4: éteres e tipo 6: ácidos orgânicos. Níveis mínimo de desempenho 4221 para EN 388:2003 ou posterior. CA de referência nº 26.004 ou CA de referência nº 35.898 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP
6	150	Pr	Luva de malha emborrachada tamanho G (18339-1) Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil de algodão, revestimento total em borracha nitrílica na palma e dorso, punho em malha ou lona. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra riscos químicos, tais como classe B - detergentes, sabões, amoníaco e similares e classe C - tipo 1: hidrocarbonetos alifáticos, tipo 2: hidrocarbonetos aromáticos, tipo 3: álcoois, tipo 4: éteres e tipo 6: ácidos orgânicos. Níveis mínimo de desempenho 4221 para EN 388:2003 ou posterior. CA de referência nº 26.004 ou CA de referência nº 35.898 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP
13	62	Pr	Luva nitrílica punho longo tamanho P (6279-2) Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, interior liso, acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos. Nível mínimo de desempenho 3103X para BS 388:2016. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), aminas (G), bases inorgânicas (K)). Tamanho P. CA de referência nº 31.945 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	TJ ENGENHARIA LTDA ME
14	65	Pr	Luva nitrílica punho longo tamanho M (6279-4) Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, interior liso, acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos. Nível mínimo de desempenho 3103X para BS 388:2016. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), aminas (G), bases inorgânicas (K)). Tamanho M. CA de referência nº 31.945 ou CA de referência nº 37.899 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	SUL SAFETY DISTRIBUTION, EIRELI ME
15	70	Pr	Luva nitrílica punho longo tamanho G (6279-1) Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, interior liso, acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos. Nível mínimo de desempenho 3103X para BS 388:2016. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), aminas (G), bases inorgânicas (K)). Tamanho G. CA de referência nº 31.945 ou CA de referência nº 37.899 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	SUL SAFETY DISTRIBUTION, EIRELI ME

16	20	Pr	Luva nitrílica punho longo tamanho XG (6579-6) Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, interior liso, acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos. Nível mínimo de desempenho 3103X para BS 388:2016. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), aminas (G), bases inorgânicas (K)). Tamanho XG. CA de referência nº 31.945 ou CA de referência nº 37.899 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	SUL SAFETY DISTRIBUTION, EIRELI ME
21	250	Pr	Luva de látex natural com verniz silver tamanho P (29865-1) Luva de segurança confeccionada em látex natural, revestimento interno em verniz silver, relevo antiderrapante na palma e face palmar dos dedos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), cetonas (B), bases inorgânicas (K) e ácidos minerais inorgânicos (L)). Nível de desempenho 0010 para BS EN 388:2003. Nível de desempenho mínimo para EN 374:2003 superior a 2 para metanol; 6 para hidróxido de sódio 40%; mínimo 4 para ácido sulfúrico 96%. Conforme normas EN 420:2003 e EN 374:2003, ou alterações posteriores. Tamanho P. CA de referência nº 14.754 ou CA de referência nº 37.277 ou equivalente. Com CA válido do MTE.	SUL SAFETY DISTRIBUTION, EIRELI ME
22	500	Pr	Luva de látex natural com verniz silver tamanho M (35511-1) Luva de segurança confeccionada em látex natural, revestimento interno em verniz silver, relevo antiderrapante na palma e face palmar dos dedos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), cetonas (B), bases inorgânicas (K) e ácidos minerais inorgânicos (L)). Nível de desempenho 0010 para BS EN 388:2003. Nível de desempenho mínimo para EN 374:2003 superior a 2 para metanol; 6 para hidróxido de sódio 40%; mínimo 4 para ácido sulfúrico 96%. Conforme normas EN 420:2003 e EN 374:2003, ou alterações posteriores. Tamanho M. CA de referência nº 14.754 ou CA de referência nº 37.277 ou equivalente. Com CA válido do MTE.	SUL SAFETY DISTRIBUTION, EIRELI ME
23	220	Pr	Luva de látex natural com verniz silver tamanho G (35512-1) Luva de segurança confeccionada em látex natural, revestimento interno em verniz silver, relevo antiderrapante na palma e face palmar dos dedos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), cetonas (B), bases inorgânicas (K) e ácidos minerais inorgânicos (L)). Nível de desempenho 0010 para BS EN 388:2003. Nível de desempenho mínimo para EN 374:2003 superior a 2 para metanol; 6 para hidróxido de sódio 40%; mínimo 4 para ácido sulfúrico 96%. Conforme normas EN 420:2003 e EN 374:2003, ou alterações posteriores. Tamanho G. CA de referência nº 14.754 ou CA de referência nº 37.277 ou equivalente. Com CA válido do MTE.	SUL SAFETY DISTRIBUTION, EIRELI ME
24	80	Pr	Luva de látex natural com verniz silver tamanho GG (16918-1) Luva de segurança confeccionada em látex natural, revestimento interno em verniz silver, relevo antiderrapante na palma e face palmar dos dedos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), cetonas (B), bases inorgânicas (K) e ácidos minerais inorgânicos (L)). Nível de desempenho 0010 para BS EN 388:2003. Nível de desempenho mínimo para EN 374:2003 superior a 2 para metanol; 6 para hidróxido de sódio 40%; mínimo 4 para ácido sulfúrico 96%. Conforme normas EN 420:2003 e EN 374:2003, ou alterações posteriores. Tamanho GG. CA de referência nº 14.754 ou CA de referência nº 37.277 ou equivalente. Com CA válido do MTE.	SUL SAFETY DISTRIBUTION, EIRELI ME
46	15	Pr	Sapato de segurança masculino com elástico cor preta nº 44 (22940-1) Calçado baixo ocupacional, modelo blatt, confeccionado em couro tipo vaqueta, fechamento através de elástico, palmilha de montagem em material não tecido, com construção no sistema strobrel, solado injetado bidensidade PU costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível, a passagem de corrente elétrica, a objetos cortantes, a perfurantes, a abrasão, antiderrapante, sem biqueira de aço, cor preta. Que atenda as Normas NBR 12576:1992, NBR ISO 20344:2015, NBR ISO 20347:2015, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 44. CA de referência nº 9.128 ou CA de referência nº 28.513 ou CA de referência nº 29.675 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	TRENTIN COM DE ROUPAS LTDA EPP
101	28	Pr	Botina de segurança com elástico nº 37 (6405-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobrel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 37. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP

102	45	Pr	Botina de segurança com elástico nº 38 (6406-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobrel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 38. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP
103	85	Pr	Botina de segurança com elástico nº 39 (27942-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobrel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 39. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP
104	65	Pr	Botina de segurança com elástico nº 40 (27943-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobrel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 40. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP
105	120	Pr	Botina de segurança com elástico nº 41 (27944-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobrel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 41. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP
106	90	Pr	Botina de segurança com elástico nº 42 (27945-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobrel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 42. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP
107	60	Pr	Botina de segurança com elástico nº 43 (27946-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobrel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 43. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATACADO EIRELI EPP

108	16	Pr	Botina de segurança com elástico nº 44 (6407-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 44. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATA-CADO EIRELI EPP
109	7	Pr	Botina de segurança com elástico nº 45 (6413-1) Bota ocupacional até o tornozelo, tipo botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem e forro interno em não tecido. Construção no sistema strobel, solado em PU bidensidade, injetado e costurado direto no cabedal, com resistência ao óleo combustível e a passagem da corrente elétrica. Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar). Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra choques elétricos, e que tenha o Certificado de Confortável emitido pela IBETEC. Tamanho nº 45. CA de referência nº 7.238 ou CA de referência nº 19.658 ou CA de referência nº 27.920 ou CA de referência nº 28.026 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	ISZA COM E ATA-CADO EIRELI EPP
209	100.000	Un	Touca com elástico branca descartável para o cabelo (18853-1) Touca descartável com elástico, embalagem com 100 unidades, confeccionada em TNT (tecido não tecido), na forma sanfonada, elástico costurado (em overloc) na extremidade, na cor branca, gramatura mínima 10 gr/m². Com registro na ANVISA.	SUL SAFETY DIS-TRIB, EIRELI ME
210	250	Un	Óculos de proteção ampla visão (6467-1) Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato com apoio nasal e protetor lateral injetado do mesmo material e uma fenda em cada extremidade para encaixe do arco. As hastes, do tipo espátula, são confeccionadas do mesmo material do arco e constituídas de duas peças; uma semi haste vazada com uma das extremidades presas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi haste vazada que se encaixa na outra extremidade da semi haste anterior que permite regulagem de tamanho e um furo central na outra extremidade para cordão de pescoço para evitar queda. O arco possui meia proteção nas bordas. Visores incolor, amarelo, cinza, verde, verde tonalidade 3.0 ou 5.0. Norma Técnica: ANSI.Z.87.1/2003 ou posterior. CA de referência nº 9.722 ou CA de referência nº 10.346 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	RP COMERCIAL LTDA EPP
223	200	Un	Protetor auricular com cordão (14659-1) Protetor auditivo tipo "plugue" de inserção. Confeccionado em silicone grau farmacêutico, lavável e reutilizável. Embalado em estojo plástico individual, que possui clipe plástico que permita fixá-lo em bolsos ou cinto. Tamanho P M G, constituído de um eixo com 3 (três) flanges cônicas de tamanhos diferenciados, moldável a diferentes canais auditivos, que proporcionam o nível de atenuação de ruído de NRRsf 18 db. Com cordão de material sintético trançado ou cordão de silicone resistente e lavável, firmemente fixado à base usada para auxiliar na inserção. CA de referência nº 11.882 ou outro equivalente. Com CA válido do MTE.	RP COMERCIAL LTDA EPP
227	900	Un	Bloqueador solar UVB / UVA com repelente de insetos (9462-1) Protetor solar contra queimaduras provocadas pela radiação UVA / UVB, COM REPELENTE DE INSETOS, com FPS no mínimo 30, indicado para proteção de pele muito sensível a queimadura solar e proteção UVA no mínimo 1/3 da proteção UVB, com registro no ministério da saúde, creme bisnaga ou frasco ou spray de no mínimo 120 gramas. A formulação do produto não pode possuir ingredientes perigosos à pele e à saúde, não oleoso, não comedogênico, PABA FREE, água resistente – com capacidade mínima de proteção de 4 (quatro) horas. Fórmula com filtros físicos e químicos, contendo Dióxido de Titânio. Possuir Vitamina E. Produzido de acordo com a Resolução - RDC nº 30/2012, da ANVISA ou atualização mais moderna que a substitua. Validade de no mínimo 2 anos após data de fabricação. Na data de entrega, a data de fabricação não poderá exceder 6 meses. Com registro na ANVISA. Apresentar os laudos emitidos por laboratórios para comprovação: Laudo de comprovação de FPS 30 (UVB); Laudo de comprovação hipoalergênico; Laudo de comprovação de teste dermatológico; Laudo comprovando a proteção de, no mínimo, 4 (quatro) horas; Laudo de fotoestabilidade; Declaração do químico responsável da existência de vitamina E na composição. Certificado de boas práticas de fabricação.	TJ ENGENHARIA LTDA ME

OS itens 118, 119, 120, 121, 122, 123, 162, 163, 164, 198, 237 e 239 restou frustrado, os demais itens foram aprovados, conforme Laudo anexo.

Jaraguá do Sul (SC), 18 de junho de 2020.

Rosinei A.G.Dias

Pregoeira

Elian Gustavo Hermes Vareiro

Sidnei Correa de Almeida

Equipe de Apoio
Decreto nº 13.127/2019

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2020 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 2528985

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2020
Tipo: Menor preço Por Item

COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunica aos participantes da licitação acima, que, conforme Decisão Administrativa (anexa) lavrada pelo Secretário Municipal de Administração, o mesmo decidiu pelo indeferimento dos recursos Administrativos, interposto pelas empresas EMPLORES CONSTRUTORA LTDA e INEX SERVIÇOS EIRELI. Desta forma, o processo licitatório será encaminhando a Autoridade Competente para a devida Adjudicação e Homologação do objeto a empresa vencedora do certame.

Jaraguá do Sul (SC), 18 de junho de 2020.
Rosinei Ap. Gretter Dias
Sidnei Corrêa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro

Pregoeira e Equipe de Apoio
Decreto nº 13.127/2019

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 149/2020 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 276/2019

Publicação Nº 2528683

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 149/2020
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 276/2019

Processo: Pregão nº 105/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: MULTIÁ-GUA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DIFUSOR DE AR SUBMERSO FIXO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA MONTAGEM E INSTALAÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) ÁGUA VERDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL; Do prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de execução do contrato nº 276/2019, por mais 140 (cento e quarenta dias) dias, com início em 28/05/2020 e término em 14/10/2020. O presente termo aditivo tem por objetivo, ainda, a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 276/2019 por mais 60 (sessenta) dias, nos termos da Cláusula Décima Segunda, a contar do fim do prazo de execução; Fundamento Legal: A prorrogação de prazo de execução é firmada com base na justificativa do gestor e fiscal do contrato, constante do Memorando 604/2020/Samae/DT-CTE e tem fundamento legal no art. 57, §1º, inc. II, c/c §2º, da Lei Federal nº 8.666/93; Item orçamentário: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2019, como segue:

Classif. Funcional Progra-mática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.3420	Ampliação e Adequação - ETE Água Verde	4.4.90 – Aplicações Diretas	54	Próprios

Data da assinatura: 26/05/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Evania A. Duarte Liebl e Lírio Luiz Poli.

Evania A. Duarte Liebl
Diretora Presidente - Samae

EXTRATO – CONTRATO Nº 100/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528349

EXTRATO – CONTRATO Nº 100/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Cardioclínica SS Ltda – CNPJ 00.889.018/0001-96
OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOTERAPIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 06/06/2020.
DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Cassio Fontoura

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 101/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528356

EXTRATO – CONTRATO Nº 101/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Fisiocorpus Clínica de Fisioterapia e Reabilitação Ltda – CNPJ 03.018.190/0001-62

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE ACUPUNTURA E FISIOTERAPIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 06/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Crismene da Silva Pereira Klabunde

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 102/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528363

EXTRATO – CONTRATO Nº 102/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Laborsad Laboratório de Análises Clínicas Ltda – CNPJ 81.372.641/0001-79

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 06/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Cleber Ivan Saade

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 103/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528369

EXTRATO – CONTRATO Nº 103/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica de Fisioterapia Energia e Saúde SS Ltda – CNPJ 10.469.589/0001-25

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 08/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Renan Rafael Schneider

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 104/2020 ISSEM

Publicação N° 2528373

EXTRATO – CONTRATO N° 104/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clinmed Clínica Médica SS – CNPJ 10.284.857/0001-34

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 08/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Adriano Gwadera Bobrzyk

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 105/2020 ISSEM

Publicação N° 2528378

EXTRATO – CONTRATO N° 105/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Odontológica Bel Blanc SS – CNPJ 35.685.534/0001-83

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA BÁSICA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 22/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Dayane Luiza Stahelin Franzner

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 106/2020 ISSEM

Publicação N° 2528381

EXTRATO – CONTRATO N° 106/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Laboratório Ceaclin - Centro de Análises Clínicas Ltda – CNPJ 82.129.859/0001-60

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 10/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Paulo Cesar Gimenes Hidalgo

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 107/2020 ISSEM

Publicação N° 2528385

EXTRATO – CONTRATO N° 107/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Medcare Consultório Médico Ltda – CNPJ 13.227.841/0001-88

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 10/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Gilson Martins

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 108/2020 ISSEM

Publicação N° 2528390

EXTRATO – CONTRATO N° 108/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Laboratório Fleming SS Ltda – CNPJ 75.843.771/0001-40

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 15/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Rodrigo Antônio Zonta Ximenes

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 110/2020 ISSEM

Publicação N° 2528395

EXTRATO – CONTRATO N° 110/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Ferreira Pinto e Neiderdt Serviços Médicos – CNPJ 30.859.021/0001-28

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 19/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Álvaro Ferreira Pinto

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 92/2020 ISSEM

Publicação N° 2528320

EXTRATO – CONTRATO N° 92/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: MC Odontologia Ltda – CNPJ 32.890.647/0001-22

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA BÁSICA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 31/05/2020.

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Mariluci Coltro

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 93/2020 ISSEM

Publicação N° 2528322

EXTRATO – CONTRATO N° 93/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Proctoclin SS Ltda – CNPJ 03.545.136/0001-75

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 02/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Alexandre Lorenzini Schlabendorff

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 94/2020 ISSEM

Publicação N° 2528325

EXTRATO – CONTRATO N° 94/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Oralclin Clínica Odontológica – CNPJ 04.952.827/0001.56

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA BÁSICA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 02/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Maria Alice Bogo Chagas

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 95/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528327

EXTRATO – CONTRATO Nº 95/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Prime Dermatologia SS Ltda – CNPJ 03.774.850/0001-35

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 03/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Fátima Satomi Nishimori

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 96/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528330

EXTRATO – CONTRATO Nº 96/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: LM Laboratório de Análises Clínicas Eireli – CNPJ 04.731.383/0001-29

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 03/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Melisse dos Santos Marcon

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 97/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528337

EXTRATO – CONTRATO Nº 97/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Laboratório Santa Helena Ltda – CNPJ 81.771.248/0001-58

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 03/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Amilchar Junkes

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 98/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528341

EXTRATO – CONTRATO Nº 98/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Fortkamp Ltda – CNPJ 14.921.780/0001-17

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 06/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Josoe Fortkamp Junior

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 99/2020 ISSEM

Publicação Nº 2528344

EXTRATO – CONTRATO Nº 99/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Qualicardio Cardiologia Pediátrica Ltda – CNPJ 11.784.292/0001-17

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 06/06/2020.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Paula Fernanda Galastri

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

LEI Nº 8.355/2020

Publicação Nº 2528706

LEI Nº 8.355/2020 Autoriza a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.181/2019, de 06/12/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional, mediante Decreto, no valor de R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública (Semtip); e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

40 - SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA

40.001 - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA

40.001.4.122.301.2.041 - Pagamento dos Servidores da Controladoria

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

40.001.636 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 2.500,00

41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

41.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

41.001.22.122.301.4.214 - Pagamento dos Servidores do Desenvolvimento Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

41.001.647 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 9.000,00
TOTAL R\$ 11.500,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta das anulações parciais das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública (Semtip); e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

40 - SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA
40.001 - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA
40.001.4.122.301.2.041 - Pagamento dos Servidores da Controladoria
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
40.001.635 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias
0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 2.500,00
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.001.22.122.301.4.214 - Pagamento dos Servidores do Desenvolvimento Econômico
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
41.001.645 3.1.90 - Aplicações Diretas
0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 9.000,00
TOTAL R\$ 11.500,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.356/2020

Publicação Nº 2528709

LEI Nº 8.356/2020

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.004 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
15.004.10.305.752.2.668 - Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.004.62 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 300.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.357/2020

Publicação Nº 2528712

LEI Nº 8.357/2020

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), a saber:

28 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE
28.001 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE
28.001.18.122.300.4.150 - Manutenção das Atividades Administrativas - Fujama
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
28.001.1 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.6.06.0428 - SF - Recursos Arrecadados Pela Fujama R\$ 70.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), a saber:

28 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE
28.001 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE
28.001.18.122.300.4.176 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente - Fujama
4.4.00 - INVESTIMENTOS
28.001.9 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.6.06.0428 - SF - Recursos Arrecadados pela Fujama R\$ 70.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Publicação Nº 2528081

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt n.º1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul-SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.459/0001-23, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal da Administração, Sr. ARGOS JOSÉ BURGARDT,

NOTIFICA EXTRAJUDICIALMENTE

A empresa TIAGO DANIEL IZOLAN pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº32.076.501/0001-48, com sede na Rua José Garibaldi, Centro, na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul, com fundamento nos artigos 86 e 87, e demais incisos, da Lei n.º 8.666/93, pelas razões que passa a expor:

A empresa contratada foi vencedora de itens no Pregão Presencial nº 337/2019-Secel, cujo objeto foi a aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS, destinados aos treinamentos dos atletas das modalidades esportivas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, que representam Jaraguá do Sul em jogos oficiais do Sistema Esportivo Nacional e Estadual e demais eventos realizados pela própria Secretaria, segundo as conveniências da Administração Direta.

De acordo com o Edital do Pregão Presencial nº 337/2019 as entregas dos materiais deveriam ocorrer com prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, após recebimento das Autorizações de Fornecimento, enviada via correio eletrônico(e-mail) e/ou via fax simile.

Em 13 de fevereiro de 2020 foi emitida a Autorização de Fornecimento nº 755/2020 e a Autorização de Fornecimento nº 756/2020 e enviada na data de 14/02/2020 via correio eletrônico, e-mail, para o fornecimento do item 35– Relógio de Xadrez c/pino – 06; item 16 – Bambolê – 10; item 54 – Medicine Ball 3kg – 03.

Tentou-se contato com a empresa via correio eletrônico e por telefones, nos dias: 16 de abril, 11 de maio, 15 de maio;

Conseguimos contato telefônico no dia 18 de maio e solicitamos o envio imediato dos materiais, porém até o momento não obtivemos resposta e nem mesmo a entrega dos materiais.

Diante de tais fatos, o Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, sob pena de aplicação do previsto no 78, inciso I da Lei n.º 8.666/93, bem como o Decreto Nº 11.184/2017 de 11/01/17, quanto à competência, REQUER QUE O PROBLEMA RELATADO SEJA SOLUCIONADO COM A ENTREGA DOS MATERIAIS, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, considerando válido para todos os efeitos o encaminhamento via fac-símile, retorno de leitura via-email ou AR-simples via

correu ou Publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Decorrido o prazo, poderá ser instaurado processo administrativo e aplicadas as penalidades administrativas, que estão dispostas no artigo 87 da Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520 e Item doze da Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial nº 337/2019.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2020.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

P O R T A R I A Nº 001/2020/SEMAD/DGP

Publicação Nº 2527927

PORTARIANº 001/2020/Semad/DGP

Homologa retificação de Laudo Técnico.

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 240 de 31 de outubro de 2019, anexo XXII; e

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo nº 28889/2019;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Parecer Jurídico nº 27/2020, do Procurador-Geral do Município;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Despacho de fls. 188-189, da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública;

CONSIDERANDO o inteiro teor dos Laudos Técnicos de Retificação, de fls. 191-198, da lavra do Engenheiro de Segurança do Trabalho, CREA-SP S3 046389-5, Sr. Cláudio Fialho dos Santos;

RESOLVE:

Art.1º HOMOLOGAR, a partir de 17 de junho de 2020, a retificação do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT, referente ao período de 20 de setembro de 2001 a 16 de novembro de 2004, para os cargos de Odontólogo e Auxiliar de Odontologia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 20 de setembro de 2001.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de junho de 2020.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 751/2020

Publicação Nº 2528059

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 751/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2781/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VALQUIRIA FIRL MARIANO para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 752/2020

Publicação Nº 2528060

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 752/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2782/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VANEIDE MUELLER para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 01.10.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 753/2020

Publicação Nº 2528061

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 753/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 008/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2706/2019, de 14.10.2019, que prorrogou a portaria de VANESSA CRISTINE EGGERT MARZZARO para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 754/2020

Publicação Nº 2528062

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 754/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2783/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VANESSA FERNANDES DINIZ BARBOZA para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de PORTUGUÊS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 755/2020

Publicação Nº 2528063

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 755/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 013/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2784/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VANESSA HEIN TOMASELLI para, em Caráter Temporário, atuar como Auxiliar de Sala, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 756/2020

Publicação Nº 2528064

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 756/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2004/2019, de 03.07.2019, que prorrogou a portaria de VANESSA SPIESS CARDOSO para em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de HISTÓRIA, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019 e 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 757/2020

Publicação Nº 2528065

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 757/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2786/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VANIA SILVA VALENTINA para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 758/2020

Publicação Nº 2528066

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 758/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2787/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VENESILDA DE LOURDES PINHEIRO DE CASTRO para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 759/2020

Publicação Nº 2528067

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 759/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2788/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VERA LUCIA LEITHOLDT para, em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2020 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 760/2020

Publicação Nº 2528068

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 760/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2789/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VERA LUCIA ZORTEA VOLTOLINI para, em Caráter Temporário, atuar como Coordenadora Pedagógica, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretário Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 761/2020

Publicação Nº 2528070

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 761/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2790/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VERA MARLIZE SCHROER para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 762/2020

Publicação Nº 2528071

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 762/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 013/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2373/2019, de 11.09.2019, que prorrogou a portaria de VILMA DA APARECIDA BUENO para, em Caráter Temporário, atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 763/2020

Publicação Nº 2528072

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 763/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº2791/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VILTO ADEMAR PASQUALI JUNIOR para, em Caráter Temporário, atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, na disciplina de ARTE-MÚSICA, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 764/2020

Publicação Nº 2528073

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 764/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2792/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VIVIAN SCHWARZ para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 765/2020

Publicação Nº 2528074

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 765/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2793/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VIVIANE LUCIA SANTANA MACHADO para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 766/2020

Publicação Nº 2528075

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 766/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2794/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de VIVIANE PETRY SCHAPPO para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 767/2020

Publicação Nº 2528077

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 767/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2072/2019, de 09.08.2019, que prorrogou a portaria de WOLNEY ALVES GARCIA FILHO para, em Caráter Temporário, atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS e ANOS FINAIS, na disciplina de ARTE-MÚSICA, no período de 07.09.2019 até 19.12.2019 e 20.12.2019 até 15.04.2020. ?????????????????????????????????????

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 768/2020

Publicação Nº 2528079

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 768/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2701/2019, de 14.10.2019, que prorrogou a portaria de ZENEIDE ZACHARIAS para, em Caráter Temporário, atuar como Pedagogo, nas Salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 769/2020

Publicação Nº 2528080

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 769/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 003/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº2809/2019 de 30.10.2019, que prorrogou a portaria de ZILMA ESPERANÇA para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Publicação Nº 2528990

RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “a” e suas alterações posteriores e o Contrato nº 539/2018, firmado em 18/12/2018, com a empresa CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP, referente a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para implantação de rotatória no entroncamento das Ruas Antônio Machado e Lino Piazero no Bairro Nereu Ramos, e estando a obra em perfeitas condições de funcionamento, DECLARAMOS ter recebido em caráter definitivo a referida obra, não eximindo a contratada das responsabilidades e obrigações previstas no Código Civil Brasileiro e de Defesa do Consumidor. Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter DEFINITIVO a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Definitivo em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul (SC), 28 de maio de 2020.

Marcelo Gumboski

Engº. Civil – CREA/SC 110461-7

Fiscal Designado

Ciente:
Construtora AJM Eireli EPP.
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 365/2019

Publicação Nº 2528989

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 365/2019

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 365/2019, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.577/2019, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de mobiliário urbano – Abrigo de Passageiros Padrão, localizados em 25 (vinte e cinco) pontos do Centro do Município de Jaraguá do Sul" da TOMADA DE PREÇOS nº 365/2019, tipo Menor Global à empresa: KG2 SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, com o valor Global de R\$ 871.706,86 (oitocentos e setenta e um mil setecentos e seis reais e oitenta e seis centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 12 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 365/2019

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.577/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 365/2019, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a Prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de mobiliário urbano – Abrigo de Passageiros Padrão, localizados em 25 (vinte e cinco) pontos do Centro do Município de Jaraguá do Sul, teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora KG2 SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, com o valor Global de R\$ 871.706,86 (oitocentos e setenta e um mil setecentos e seis reais e oitenta e seis centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 12 de junho de 2020.

Ronis Roberto Bosse

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 13.577/2019

Joaçaba

PREFEITURA

190/2020/PMJ TA 01

Publicação Nº 2528934

CONTRATO Nº 190/2020/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada neste ato pela Secretária ANA BEATRIZ BRANCHER, e o Sesi – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.777.341/0001-66, estabelecida na Rodovia Ademar Gonzaga, 2765, bairro Itacorubi, no Município de Florianópolis, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MÁRIO CEZAR DE AGUIAR, portador do documento de identidade RG nº 994.260/SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº 247.583.459-53, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 190/2019/PMJ, firmado em 04/02/2020, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2020/PMJ – Edital DL nº 09/2020/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de alimentação, destinada a atender ao programa de alimentação escolar na unidade educacional Mercedes Luiza Nascimento, neste Município, onde se SUSPENDE a vigência contratual e ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA SUSPENSÃO

Diante da suspensão das aulas e, conseqüentemente, da prestação dos serviços objeto do contrato, em decorrência da pandemia do COVID-19, fica suspensa a vigência do contrato 190/2020/PMJ por 60 (sessenta) dias, contatos de 15 de junho de 2020, em conformidade com memorando nº 179/2020/SME e com o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

Em vista da suspensão prevista na cláusula primeira deste Termo, a vigência do contrato fica prorrogada para o dia 03 de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – Sesi
MÁRIO CEZAR DE AGUIAR

Testemunhas: 1 _____ 2 _____

DECRETO Nº 5.958 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528960

DECRETO Nº 5.958 DE 18 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.314 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 39.659,39 (trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais, trinta e nove centavos), por conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos próprios do Município.

ÓRGÃO 21: FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Proj./Atividade: 1.112 Construção/Reforma/Ampliação P/ Ação da Assistência Voltada ao Idoso

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.00.0000 – 205

Valor: R\$ 39.659,39

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 18 de junho de 2020
Dioclésio Ragnini
Prefeito

EXTRATO PL 13/2020/FMS - PE 02/2020/FMS

Publicação Nº 2527460

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
JOAÇABA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos e equipamentos odontológicos, médico-hospitalares, laboratoriais e de enfermagem de uso da Secretaria de Saúde de Joaçaba/SC. Data da Abertura: dia 06/07/2020, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Forma de Julgamento: menor preço por item. Data de Apresentação da Proposta: até o dia 06 de julho de 2020. Horário Limite: até 13h50min. Data de Abertura da Sessão: dia 07 de julho de 2020. Horário: às 14h00min. Local para Aquisição do Edital: Secretaria de Saúde – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, nº. 223, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou sites www.joacaba.sc.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (49) 3521-1555 ou pelo e-mail licitacaosaudejba@hotmail.com.

Joaçaba, 18 de junho de 2020.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JOAÇABA/SC
VALMOR JOÃO REISDORFER - SECRETÁRIO

ORDEM DE PARALISAÇÃO 56/2020

Publicação Nº 2528744

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 56/2020

DETERMINO à empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, a paralisação dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em asfalto CAUQ das Ruas Osvaldo Pires de Haro e Leovegildo B. Castilhos, no perímetro urbano do município de Joaçaba SC, objeto do Contrato nº 183/2019/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 93/2019/PMJ – Edital TP nº 15/2019/PMJ, cuja ordem de serviço inicial nº 354/2020 foi recebida em 07/01/2020.

A paralisação faz-se necessária até que seja realizada a realocação dos postes e também aos serviços que a empresa Andrade Construções está executando, começando a contar do dia 10/06/2020 e perdurará pelo período de 23 (vinte e três) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
Marcelo Mantovani
Secretário

VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA
Riciéri Ernani Appelt

ORDEM DE PARALISAÇÃO 57/2020

Publicação Nº 2528174

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 57/2020

DETERMINO à empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, a paralisação dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação de parte da Avenida Ayrton Senna da Silva, bairro Alvorada, no perímetro urbano do município de Joaçaba SC, objeto do Contrato nº 201/2020/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 20/2020/PMJ – Edital DP nº 06/2020/PMJ, cuja ordem de serviço inicial nº 363/2020 foi recebida em 09/04/2020.

A paralisação faz-se necessária tendo em vista a definição do SIMAE sobre a instalação da nova rede de água prevista, começando a contar do dia 10/06/2020 e perdurará pelo período de 30 (trinta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
Marcelo Mantovani
Secretário

VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA
Riciéri Ernani Appelt

ORDEM DE SERVIÇO N 001/2020- ASSINADA EM 28/05/2020

Publicação Nº 2528708

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

Autorizo por meio desta, a empresa REGULAR REGULARIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA, CNPJ/MF n. 34.451.301/0001-53, a execução pela CONTRATADA dos serviços regularização fundiária - REURB de núcleo urbano informal, na modalidade REURB-S neste Município, de acordo com o Processo de Licitação n. 110/2019/PMJ – Pregão Presencial n. 69/2019 /PMJ, homologado em 04/05/2020. O valor total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora na importância de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato n. 206/2020/PMJ, de 16 de abril de 2020. O prazo de execução é em até 08 (oito) meses contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 28 de maio de 2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE JOAÇABA SC

Assinatura e carimbo: _____
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO MUNICIPAL

Contratada: REGULAR REGULARIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS

Representante: WANDERLEI BRUNONI

Assinatura e carimbo: _____
CPF n. 728.675.159-04

RECEBI EM: ____/____/____

RESOLUÇÃO 06/2020

Publicação Nº 2528962

RESOLUÇÃO Nº 06/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”

A Secretária de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social e Intendência de Habitação Social e Regularidade Fundiária, conforme relação abaixo:

Adenir de Jesus Benites, Adriana Maria Pedrette Pasini, Adriana Pospor, Agostinho Roseli Chaves, Ana Catarina Antes, Aline Aparecida Schmidt Dambros, Ana Maria Cozza, Andressa de Oliveira da Silva, Bruna Aparecida Bortoli, Clair do Amaral, Clarisse Simon, Claudete Aparecida Melhorini Milesqui, Clio Santos, Denise Azevedo Kruhs, Daiane Duarte Backes, Derli Francisco da Silva, Ediles Drey de Giacometti, Edoardo Trindade dos Santos, Everly Zampieri, Francieli Patrícia dos Santos Alexandretti, Gislaine Ferreira Coutinho Soares, Grasielle Zanella, Ingrid Vanessa Stok, Jakson Luiz Baretta, Jaqueline Correa Bottin, Janete Machado da Silva, Juliana Chiamulera, Juliana Carla Gotardo Amaral, Larissa Novello, Leiza Razera, Lucas Marques, Luciane Barbosa dos Santos Viacelli, Marcelino Zuffo, Marisangela Aparecida Carletto, Marieli da Silva, Marília Dorini, Maristela Rosa Abatti Sch-ler, Matheus Luis Geuster, Nathalia Costenaro Mascarello, Patrícia Malacarne de Souza, Paulo Rodrigo Alves, Rodrigo Pereira Silva, Rosana Aparecida Waltrick, Rosilei Bordin Lago, Rúbia Karen Provensi, Salete Zago Silvestri, Sandra Regina Pacheco Pinheiro, Silvio Cesar Penteado Cordazzo, Tailândia Guzzi Danielewicz, Taize Keiti Lopes.

Veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Veículo RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 Placa - MKE 5977, veículo UNO MILLE – FIAT - 2013 Placa - MLM 0086, veículo UNO VIVANCE Placa - MLN 7742 2014, veículo PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 Placa - MHY 9721, veículo UNO MILLE FLEX 2010 Placa - MGD 8896, veículo RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 Placa - MKF 7167, veículo FIAT STRADA WORKING 2014/2015 Placa - MKU- 4769, veículo FORD/KA SE 1.5 SD B 2018 Placa - QIX 6735 - veículo FORD/KA SE 1.5 SD C 2018 Placa - QJO2118, veículo FORD/KA SC 1.5 Hatch 2019 Placa - QJS8464

Intendência de Habitação Social e Regularidade Fundiária

Veículo Chevrolet Montana SL2 1.4 2018/2019 Placa - QJR 5889, veículo FIAT/UNO MILLE ECONOMY 2010/2011 Placa - MHX 8769

Art. 2º Autoriza os seguintes servidores para conduzirem o veículo Honda NXR160 BROS ESDD 2018 Placa - QIW 7405 do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, conforme relação abaixo:

Marcelino Zuffo, Silvio Cesar Penteado Cordazzo.

Art. 3º Autoriza os seguintes servidores para conduzi-rem o veículo RENAULT/MAST MARTICAR Placa - MLU 4986 e Micro-ônibus Placa PBQ 9462, conforme relação abaixo:

Marcelino Zuffo, Silvio Cesar Penteado Cordazzo.

Art. 4º - A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade e a categoria para qual esteja habilitado.

Art. 5º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 05/2020.

Joaçaba/ SC, 18 de junho de 2020.

SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO

Secretária Municipal de Assistência Social

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

PORTARIA Nº 294 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528869

PORTARIA Nº 294 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta da Guia de Perícia Médica do IMPRES, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, a MARCOS ANTONIO CALAI KRANZ, inscrito no CPF sob o nº 486.511.339-87, portador do RG nº 1.307.403, inscrito no PASEP sob o nº 170.05141.35-9, ocupante do cargo de Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.558, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal c/c art. 1º da EC n. 70/2012.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral da remuneração do cargo efetivo. Parágrafo único. Os proventos serão reajustados na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores na atividade, na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional 41/2003.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de junho de 2020.

Joaçaba-SC, 18 de junho de 2020.

Eliane Aparecida Ceron Vier

Diretora Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 261/2020

Publicação Nº 2528817

PORTARIA SIMAE JHL Nº 261/2020 DE 18/06/2020.

“AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULO”

Patrícia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna – Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Autorizar o servidor Paulo Cesar Lamin, ocupante do cargo de Químico a conduzir os veículos de propriedade desta autarquia no exercício de suas atribuições, desde que possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e com categoria compatível com o veículo a ser utilizado.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 18 de junho de 2020.

Publique-se e registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de junho de 2020.

Patricia Callegari Warken

Diretora Presidente

PORTARIA JHL 262/2020

Publicação Nº 2528856

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 262/2020 de 18.06.2020.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Leonardo Campagnollo, do cargo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.B, Matrícula 212 lotado na Diretoria Técnica, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 18 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 263/2020

Publicação Nº 2528773

PORTARIA SIMAE. JHL – nº 263/2020 19.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC – Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 01/2018 e a classificação em segundo lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr. Josimar Luiz de Lázaro, para o Cargo de Mecânico de Manutenção, Padrão-4, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 19 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 2º Lugar de Josimar Luiz de Lázaro no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 01/2018, para o Cargo de Mecânico de Manutenção de acordo com a Portaria JHL-150/2018 de 02/05/2018, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do Simae, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0040/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2514458

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0040/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0060/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0071/2019

PROTOCOLO Nº 2829/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento da frota e utilização pelos equipamentos do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:**POSTO ESTRELA LTDA:**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
1	GASOLINA COMUM OU ADITIVADA PARA VEÍCULOS E MOTOS	LT	30.000	R\$ 3,52
2	GASOLINA COMUM PARA EQUIPAMENTOS	LT	2.000	R\$ 3,53
3	ÓLEO DIESEL	LT	30.000	R\$ 2,61
4	BIODIESEL S-10	LT	30.000	R\$ 2,63



5	ARLA 32	LT	1.000	R\$ 1,96
---	---------	----	-------	----------

VIGÊNCIA: 20/12/2019 a 19/12/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 19 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0041/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2514469

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0041/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0064/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0075/2019

PROTOCOLO Nº 2937/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual publicação de avisos de licitações do Simae em jornal de circulação diária estadual no exercício de 2020 em atendimento à lei 8.666/93.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

PHABRICA DE PRODUÇÕES SERVIÇOS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
1	PUBLICAÇÃO DOS AVISOS DE LICITAÇÃO EM ORGAO DE IMPRENSA ESCRITA (JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL), QUE CIRCULE TODOS OS DIAS DA SEMANA, CONSIDERANDO-SE: FONTE: TAMANHO 8,0 ENTRELINHA: NORMAL ESPAÇAMENTO DOS CARACTERES: NORMAL	CM/C	300	R\$ 66,90

VIGÊNCIA: 23/12/2019 a 22/12/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 19 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇOS 0002/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2527454

Licitação nº 0014/2020

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0002/2020

COMUNICADO RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA

Objeto: Contratação de empresa especializada para: implantação de adutora e execução de rede de distribuição de água tratada nas ruas 1º de Janeiro, Ramiro de Moraes, Heitor Marchiotti, Guido Zarpelon, 21 de Abril, Riachuelo, Júlio de Castilho, Rondônia, Natal, Sarandi, 25 de Julho, Treze de Maio e Marechal Deodoro, no município de Herval d'Oeste/SC.

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Tomada de Preços JHL 0002/2020, Licitação 0014/2020, informa que a retomada da sessão pública de análise das propostas será realizada no dia 23/06/2020, às 09 (nove) horas, na Sede Administrativa do Simae, Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC.

Joaçaba/SC, 18 de junho de 2020.

Cesar Augusto Maciel Ribeiro – Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Simae

Jupirá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2020

Publicação Nº 2527851

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ
PROCESSO LICITATÓRIO nº 10/2020
TOMADA DE PREÇOS nº 4/2020

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia, para aquisição de materiais e de mão de obra, para ampliação da Capela Mortuária, deste Município, sendo que as propostas serão abertas no dia 13 de julho de 2020, às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelo endereço eletrônico gabinete@jupia.sc.gov.br, e ainda publicadas no Site: www.jupia.sc.gov.br no Link LICITAÇÕES.

Jupirá SC, em 18 de junho de 2020.
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 0738/20 DE 10/06/2020

Publicação Nº 2527552

LEI N.º 0738/20 de 10/06/2020.
ALTERA O ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Ficam anuladas na importância de R\$ 131.000,00(cento e trinta e um mil reais) as rubricas do orçamento em execução a seguir identificadas.

ÓRGÃO 03.00 Secretaria de Administração e Fazenda
UNIDADE 03.01 Secretaria de Administração e Fazenda
PROJETO ATIVIDADE Manutenção da Secretaria de Administração
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.123.0003.2.005
ELEMENTO 3390(13)
VALOR R\$ 28.000,00(vinte e oito mil reais);

ÓRGÃO 04.00 Secretaria de Educação e Cultura
UNIDADE 04.02 Departamento de Cultura
PROJETO ATIVIDADE Comemoração de Aniversário do Município
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 13.392.0007.2.024
ELEMENTO 3390(80)
VALOR R\$ 28.000,00(vinte e oito mil reais);

ÓRGÃO 06.00 Secretaria de Infraestrutura
UNIDADE 06.01 Departamento de Obras
PROJETO ATIVIDADE Pavimentação de Vias Urbanas
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 15.451.0009.2.027
ELEMENTO 4490(91)
VALOR R\$ 75.000,00(setenta e cinco mil reais);

Art. 2.º - Por conta dos recursos a que se refere o Art. 1.º, ficam suplementadas as atividades abaixo identificadas e os seguintes elementos de despesa:

ÓRGÃO 03.00 Secretaria de Administração e Fazenda
UNIDADE 03.01 Secretaria de Administração e Fazenda
PROJETO ATIVIDADE Manutenção da Segurança Pública
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 06.181.0003.2.010
ELEMENTO 4490(19)

VALOR R\$ 103.000,00(cento e três mil reais);

ÓRGÃO 07.00 Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

UNIDADE 07.01 Departamento de Agricultura

PROJETO ATIVIDADE Construção de Calçamento na Zona Rural

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 26.782.0005.2.008

ELEMENTO 4490(130)

VALOR R\$ 28.000,00(vinte e oito mil reais);

Art. 3º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá SC, 10 de Junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

DECRETO Nº 18037/2020

Publicação Nº 2527894

DECRETO Nº 18.037, de 15 de junho de 2020.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Política Cultural.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 6º da Lei nº 3691, de 21 de outubro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Política Cultural, que será presidido pelo Superintendente da Fundação Cultural de Lages, com mandato de 04 (quatro) anos, conforme previsto no § 3º do artigo 6º da Lei nº 3691, de 21 de outubro de 2010:

I – 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos:

a) Fundação Cultural de Lages

Titular: Gilberto Ronconi

Suplente: Fabrício Hasse Furtado

b) Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

Titular: Roberta de Souza Rohden

Suplente: Valdeci Macedo de Liz

c) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo

Titular: Samara Vieira Zancheta Ribeiro Couto

Suplente: Eloilse de Fatima de Oliveira

d) Procuradoria Geral do Município

Titular: Stephanea Ludmila Mendes Ferreira

Suplente: Walquiria de Oliveira

e) Secretaria Municipal da Educação

Titular: Natalina Santos da Silva

Suplente: Renata Becker

f) Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente

Titular: Mateus Luiz Picinini

Suplente: Gilmara Silva Cascaes

g) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Carlos Alexandre Sypriano

Suplente: Rita da Graça Muniz

II – 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, com atuação no Município, representando a sociedade civil através dos seguintes setores:

a) Teatro, Contação de História e Dança

Titular: Antonio Ader Godoi

Suplente: Areta Campos

b) Música

Titular: Joed Jeffer Ferreira de Mello

Suplente: Rodrigo Jose de Oliveira

c) Literatura, Memória e Patrimônio

Titular: Lilian Louise Fabre Santos

Suplente: Paulo Henrique Guasseli de Souza

d) Tradicionalistas, Nativistas e CTG's

Titular: Maria Gorete da Conceição Barbosa Marques

Suplente: Mario Sergio Arruda Antunes

e) Blocos e Escolas de Samba

Titular: Neiva Campos

Suplente: sem indicação

f) Movimentos Étnicos e Artesanato

Titular: Dionathan Patrick de Sousa Adão

Suplente: Gilmar Luiz Espanhol

g) Artes Visuais e Audiovisual

Titular: Armin Daniel Reichert

Suplente: Ingridt Schulze

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 15 junho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 098/2020**

Publicação Nº 2528582

DECRETO Nº 098/2020.

DISPÕE SOBRE A RETIRADA E REUTILIZAÇÃO DE MATERIAL UTILIZADO EM OBRA PÚBLICA OBSOLETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 89, I, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a recente realização de obra pública integrante do "Programa Avançar Cidades", consistente no recapeamento das Ruas João Elpídeo Araújo e Genovêncio Bittencourt;

CONSIDERANDO a existência de rede de drenagem subdimensionada no local de realização da obra acima mencionada;

CONSIDERANDO que será substituída a rede de drenagem subdimensionada por outra, de diâmetro superior, para atender a demanda da bacia hidrográfica de contribuição, em conformidade com os projetos aprovados pelo BRDE;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a remoção integral dos materiais utilizados na rede anteriormente existente, em razão do seu subdimensionamento, os quais serão substituídos por materiais adequados à demanda do local.

Art. 2º. Os materiais retirados da via pública e/ou de terrenos particulares serão utilizados pela Secretaria Municipal de Obras, para atendimento de novas galerias.

Art. 3º. A remoção dos materiais deverá ser realizada de modo a não danificar os bens públicos e/ou particulares, devendo garantir que, após a remoção, as áreas anteriormente utilizadas sejam devolvidas em perfeito estado ao Município e aos particulares.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 18 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

EXTRATO DE CONTRATO DE MAIO 2020

Publicação Nº 2527900

EXTRATO MAIO 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2019 PMLM

OBJETO: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para fins de contratação de empresa, para, sob demanda, prestar serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, com fornecimento de equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para o município de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: CALPE SOLUÇÕES EIRELI

Modalidade: PP 128/2019

Vigência: 17/07/2020

Assinatura: 17/07/2019

Valor: R\$ 750.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 072/PMLM/2020

OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo o acréscimo contratual, da execução da contratação de empresa especializada para a execução de um ginásio para atender das demandas da Escola Municipal Hilário Pescador, pertencente à rede municipal de ensino de Lauro Muller/SC, necessários e imprescindíveis para a continuação dos serviços pertinentes ao Contrato nº072/PMLM/2020 oriundo do processo

licitatório Tomada de Preços nº182/PMLM/2019, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº 8.666/93, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa e o Parecer Jurídico favorável

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: CONSTRUTORA PRÁ EIRELI EPP

Assinatura: 13/05/2020

Valor: R\$ 122.831,16

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 008/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº008/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Assinatura: 14/05/2020

Valor: R\$ 5.940,00

TERMO ADITIVO Nº 08 ao Contrato Nº 116/PMLM/2017

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº116/PMLM/2017, que prevê o termino em 18/04/2020, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, até 18/04/2021, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº 8.666/93, por se tratar de serviços de caráter continuado.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Assinatura: 18/04/2020

Valor: R\$ 9.725,90

TERMO ADITIVO Nº 04 ao Contrato Nº 003/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº003/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 12/05/2020

Valor: R\$ 517,50

TERMO ADITIVO Nº 03 ao Contrato Nº 262/PMLM/2019

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, execução de obra de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município, de acordo com o recurso do BRDE, conforme termos cédula de crédito bancário SC-45.330/CEP/PRÓ-TRANSPORTE-SETOR PÚBLICO, BRDE MUNICÍPIOS, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo, necessários e imprescindíveis para a continuação dos serviços pertinentes ao Contrato nº262/PMLM/2019 oriundo da Concorrência Nº101/PMLM/2019, de 02/08/2019, homologado em 12/08/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Assinatura: 29/05/2020

TERMO ADITIVO Nº 05 ao Contrato Nº 003/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº003/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 01/06/2020

Valor: R\$ 2.415,50

TERMO ADITIVO Nº 03 ao Contrato Nº 194/PMLM/2018

OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a SUPRESSÃO referente à locação imóvel para funcionamento do conselho tutelar face a situação emergencial que encontra-se o município conforme Decreto nº050/2020 em virtude da queda de receita.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAURO MULLER

Assinatura: 01/06/2020

Valor: R\$1.680,00

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 060/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº060/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela contratada bem como Secretaria de Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Assinatura: 02/06/2020

Valor: R\$2.991,10

CONTRATOS

CONTRATO Nº. 131/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos e serviços de recape para manutenção da frota municipal, policia militar, policia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

Modalidade: PP 026/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 11/05/2020

Valor: R\$ 117.752,00

CONTRATO Nº. 132/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos e serviços de recape para manutenção da frota municipal, policia militar, policia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI

Modalidade: PP 026/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 11/05/2020

Valor: R\$ 156.346,00

CONTRATO Nº. 133/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos e serviços de recape para manutenção da frota municipal, policia militar, policia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA

Modalidade: PP 026/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 11/05/2020

Valor: R\$ 16.200,00

CONTRATO Nº. 134/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos e serviços de recape para manutenção da frota municipal, policia militar, policia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: NOSSA SENHORA DOS CAMPOS COMERCIO DE PNEUS EIRELLI ME

Modalidade: PP 026/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 11/05/2020

Valor: R\$ 46.384,00

CONTRATO Nº. 135/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos e serviços de recape para manutenção da frota municipal, policia militar, policia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA

Modalidade: PP 026/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 11/05/2020

Valor: R\$ 68.200,00

CONTRATO Nº. 136/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição material de iluminação pública - padrão CELESC - para atendimento das demandas de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: CENTER LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

Modalidade: PP 052/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 14/05/2020

Valor: R\$ 46.555,50

CONTRATO Nº. 137/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição material de iluminação pública - padrão CELESC - para atendimento das demandas de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: ELETRO CANEVER COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Modalidade: PP 052/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 14/05/2020

Valor: R\$ 6.828,00

CONTRATO Nº. 138/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição material de iluminação pública - padrão CELESC - para atendimento das demandas de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Modalidade: PP 052/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 14/05/2020
Valor: R\$ 41.059,00

CONTRATO Nº. 139/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição material de iluminação pública - padrão CELESC - para atendimento das demandas de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: MULTILUZ COMERCIAL EIRELI

Modalidade: PP 052/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 14/05/2020

Valor: R\$ 8.750,00

CONTRATO Nº. 140/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição material elétrico para atendimento das demandas de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: CENTER LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Modalidade: PP 063/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 18/05/2020

Valor: R\$ 5.437,50

CONTRATO Nº. 141/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição material elétrico para atendimento das demandas de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Modalidade: PP 063/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 18/05/2020

Valor: R\$ 34.992,50

CONTRATO Nº. 142/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição material elétrico para atendimento das demandas de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: SIRIUS COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

Modalidade: PP 063/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 18/05/2020

Valor: R\$ 11.292,00

CONTRATO Nº. 143/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de molas com mão de obra para manutenção da frota municipal (ônibus e caminhão).

CONTRATADO: ROBERTO VALERIM COSTA ME

Modalidade: PP 062/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 18/05/2020

Valor: R\$ 66.475,58

CONTRATO Nº. 144/2020 PMLM

OBJETO: O Objetivo da dispensa é a contratação dos Agricultores Individuais: MARIA JOSEFINA GIANIZELLA VIERO para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: MARIA JOSEFINA GIANIZELLA VIERO

Modalidade: DISP. 071/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 20/05/2020

Valor: R\$ 3.020,00

CONTRATO Nº. SC-45.330

OBJETO: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL -

CONTRATADO: BRDE – Bco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/03/2020

Valor: R\$ 5.000.000,00

CONTRATO Nº. 145/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição tintas para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Modalidade: PP 066/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 27/05/2020
Valor: R\$ 21.629,80

CONTRATO Nº. 146/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição tintas para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: ELTON LUIZ MADEIRA ME

Modalidade: PP 066/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 27/05/2020
Valor: R\$ 22.660,00

CONTRATO Nº. 147/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição tintas para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA

Modalidade: PP 067/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 27/05/2020
Valor: R\$ 69.000,00

CONTRATO Nº. 148/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição de material de construção para revitalização do campo de futebol do Guatá para atendimento das demandas das Secretarias do município de Lauro Muller/SC .

CONTRATADO: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Modalidade: PP 068/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 28/05/2020
Valor: R\$ 11.801,80

CONTRATO Nº. 149/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição de material de construção para revitalização do campo de futebol do Guatá para atendimento das demandas das Secretarias do município de Lauro Muller/SC .

CONTRATADO: CONCREFORT ARTEFATOS DE CIMENTO E PAVIMENTAÇÕES

Modalidade: PP 068/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 28/05/2020
Valor: R\$ 1.869,00

CONTRATO Nº. 150/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social e Polícia Civil do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: ANGELO DEMO ME

Modalidade: PP 060/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 28/05/2020
Valor: R\$ 14.366,00

CONTRATO Nº. 151/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social e Polícia Civil do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA

Modalidade: PP 060/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 28/05/2020
Valor: R\$ 16.446,00

CONTRATO Nº. 152/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social e Polícia Civil do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: JVETEC INFORMATICA EIRELI EPP

Modalidade: PP 060/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 28/05/2020
Valor: R\$ 30,40

CONTRATO Nº. 153/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social e Polícia Civil do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP 060/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/05/2020

Valor: R\$ 2.159,40

CONTRATO Nº. 154/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos para manutenção da frota municipal, polícia militar, polícia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

Modalidade: PP 069/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/05/2020

Valor: R\$ 23.540,00

CONTRATO Nº. 155/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos para manutenção da frota municipal, polícia militar, polícia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: PROSPERA AUTO CENTER

Modalidade: PP 069/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/05/2020

Valor: R\$ 96.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 05 ao Contrato Nº 114/FMS/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo ao Contrato nº114/FMS/2017 que tem por objetivo atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuro psicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MULLER

Assinatura: 17/04/2020

Valor: R\$ 72.877,00

TERMO ADITIVO Nº 04 ao Contrato Nº 032/FMS/2017

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº 032/FMS/2017, que prevê o termino em 18/04/2020, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, até 18/04/2021, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93, por se tratar de serviços de caráter continuado.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Assinatura: 18/04/2020

Valor: R\$ 4.184,11

TERMO ADITIVO Nº 04 ao Contrato Nº 002/FMS/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº002/FMS/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 12/05/2020

Valor: R\$ 690,00

TERMO ADITIVO Nº 05 ao Contrato Nº 002/FMS/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº002/FMS/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 01/06/2020

Valor: R\$ 3.220,00

CONTRATOS

CONTRATO Nº. 033/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza e

gêneros alimentícios, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: PP 019/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 10.937,90

CONTRATO Nº. 034/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: ALBERTINA FERMIANO DA SILVA

Modalidade: PP 019/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 498,85

CONTRATO Nº. 035/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Modalidade: PP 019/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 19.446,66

CONTRATO Nº. 036/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Modalidade: PP 019/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 7.428,64

CONTRATO Nº. 037/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP 019/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 1.330,00

CONTRATO Nº. 038/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: R&G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMERCIO DE ALIMENTOS

Modalidade: PP 019/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 11.920,00

CONTRATO Nº. 039/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME

Modalidade: PP 019/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 6.203,50

CONTRATO Nº. 040/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de gráfica para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: ERASMO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINDES EIRELI

Modalidade: PP 020/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 2.990,00

CONTRATO Nº. 041/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de gráfica para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: GALATAS MÍDIAS E EVENTOS LTDA

Modalidade: PP 020/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 4.130,00

CONTRATO Nº. 042/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de gráfica para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: GRÁFICA DO LELO LTDA

Modalidade: PP 020/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 3.182,50

CONTRATO Nº. 043/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de gráfica para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: GRÁFICA E BRINDES GUGA LTDA

Modalidade: PP 020/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 11.415,00

CONTRATO Nº. 044/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de gráfica para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA SUL CATARINENSE LTDA EPP

Modalidade: PP 020/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 6.078,75

CONTRATO Nº. 045/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de gráfica para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: PEDRO ERNESTO VOGEL

Modalidade: PP 020/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/05/2020

Valor: R\$ 700,00

CONTRATO Nº. 046/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos e serviços de recape para manutenção da frota municipal, policia militar, policia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

Modalidade: PP 010/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 11/05/2020

Valor: R\$ 9.936,00

CONTRATO Nº. 047/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos e serviços de recape para manutenção da frota municipal, policia militar, policia civil e Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI

Modalidade: PP 010/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 11/05/2020

Valor: R\$ 11.136,00

CONTRATO Nº. 048/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de EPI's, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: GARRA ENGENHARIA DE SEGURANÇA E SOLUÇÕES AMBIENTAL

Modalidade: PP 021/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 18/05/2020

Valor: R\$ 58.050,00

CONTRATO Nº. 049/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de EPI's, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: 4LIFE COMERCIO DE PRODUTOS E HIGIENE LTDA-ME

Modalidade: PP 021/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 18/05/2020

Valor: R\$ 1.350,00

CONTRATO Nº. 050/2020 FMS

OBJETO: Conforme análise da Assessoria Jurídica, por força do artigo 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93, para fins de acolhimento do interdito conforme determinação judicial do processo de nº 5000628-90.2020.8.24.0087/SC.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO CASA DE REPOUSO NOSSO LAR

Modalidade: DISP. 024/2020

Vigência: 20/05/2021

Assinatura: 20/05/2020

Valor: R\$ 27.100,56

CONTRATO Nº. 051/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de máscaras em tecido 100% algodão para distribuição à população de Lauro Muller vislumbrando proteção e prevenção do CONVID-19.

CONTRATADO: EVERSON MARCOS KOLLROSS 04127725907

Modalidade: PP 023/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 01/06/2020

Valor: R\$ 29.000,00

CONTRATO Nº. 052/2020 FMS

OBJETO: É objeto deste contrato a contratação de serviços médicos emergencial face a falta de médicos nesse momento em que vivemos situação calamitosa devido a pandemia do corona vírus, garantindo aos munícipes, atendimento médico que necessitarem.

CONTRATADO: VASCULEX CLINICA VASCULAR LTDA

Modalidade: DISP. 025/2020

Vigência: 27/07/2020

Assinatura: 27/05/2020

Valor: R\$ 8.100,00

CONTRATO Nº. 053/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos de informática e materiais de escritório, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA

Modalidade: PP. 022/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/05/2020

Valor: R\$ 12.825,00

CONTRATO Nº. 054/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos de informática e materiais de escritório, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: MEGA ESCRITÓRIO COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI

Modalidade: PP. 022/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/05/2020

Valor: R\$ 9.000,00

CONTRATO Nº. 055/2020 FMS

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos de informática e materiais de escritório, para atendimento das demandas de estabelecimentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP. 022/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/05/2020

Valor: R\$ 2.960,00

FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE**AF****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 162/2020– FHHL**

OBJETO: A presente dispensa é necessária face a situação calamitosa em que encontra-se todo o país face a pandemia do corona vírus, de modo a garantir condições adequadas e necessárias no atendimento da Fundação Hospitalar, tendo em vista dois certames desertos de medicamentos essenciais para o bom funcionamento da Fundação Hospitalar.

CONTRATADO: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

Modalidade: DISP 029/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$602,60

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 163/2020– FHHL

OBJETO: A presente dispensa é necessária face a situação calamitosa em que encontra-se todo o país face a pandemia do corona vírus, de modo a garantir condições adequadas e necessárias no atendimento da Fundação Hospitalar, tendo em vista dois certames desertos de medicamentos essenciais para o bom funcionamento da Fundação Hospitalar.

CONTRATADO: SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Modalidade: DISP 029/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$443,00

ADITIVOS**TERMO ADITIVO Nº 04 ao Contrato Nº 001/FHHL/2020**

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº001/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 12/05/2020

Valor: R\$ 60,00

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 018/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº018/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Fundação Hospitalar.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Assinatura: 29/05/2020

Valor: R\$ 2.021,00

TERMO ADITIVO Nº 05 ao Contrato Nº 001/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº001/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 01/06/2020

Valor: R\$ 280,00

CONTRATOS**CONTRATO Nº. 055/2020 FHHL**

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de material de EPT's para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP 027/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 11/05/2020

Valor: R\$ 10.600,00

CONTRATO Nº. 056/2020 FHHL

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de material de EPI's para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP 028/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 21/05/2020

Valor: R\$ 1.754,00

CONTRATO Nº. 057/2020 FHHL

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de material de EPI's para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: BRAZIL HEALTH PRODUTO HOSPITALARES LTDA EPP

Modalidade: PP 028/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 21/05/2020

Valor: R\$ 5.505,00

CONTRATO Nº. 058/2020 FHHL

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de material de EPI's para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI

Modalidade: PP 028/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 21/05/2020

Valor: R\$ 13.292,85

LEI Nº 2116/2020

Publicação Nº 2527519

LEI Nº 2.116 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO PLANO PLURIANUAL VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito ESPECIAL no valor de R\$ 1.100.000,00, (hum milhão e cem mil reais), para criação do seguinte item orçamentário:

03. - Secretaria Municipal da Adm., Finanças e Planejamento

03.01 - Departamento de Administração

1.027 - Gestão Territorial

4.4.90.00.00.5083 - Aplicação Direta R\$ 1.100.000,00

TOTAL R\$ 1.100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta de Operação de Crédito Interna, autorizado pela Lei Municipal nº 2076/2019 de 27/03/2019.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2117/2020

Publicação Nº 2527561

LEI Nº 2.117 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL A LEI DE DIRETRIZES VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito ESPECIAL no valor de R\$ 1.100.000,00, (hum milhão e cem mil reais), para criação do seguinte item orçamentário:

03. - Secretaria Municipal da Adm., Finanças e Planejamento
03.01 - Departamento de Administração
1.027 - Gestão Territorial
4.4.90.00.00.5083 - Aplicação Direta R\$ 1.100.000,00
TOTAL R\$ 1.100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta de Operação de Crédito Interna, autorizado pela Lei Municipal nº 2076/2019 de 27/03/2019.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2118/2020

Publicação Nº 2527568

LEI Nº 2.118 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito ESPECIAL no valor de R\$ 1.100.000,00, (um milhão e cem mil reais), para criação do seguinte item orçamentário:

03. - Secretaria Municipal da Adm., Finanças e Planejamento
03.01 - Departamento de Administração
1.027 - Gestão Territorial
4.4.90.00.00.5083 - Aplicação Direta R\$ 1.100.000,00
TOTAL R\$ 1.100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta de Operação de Crédito Interna, autorizado pela Lei Municipal nº 2076/2019 de 27/03/2019.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2119/2020

Publicação Nº 2527576

LEI Nº 2.119 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, CONCEDE BENEFÍCIOS EM ACORDOS JUDICIAIS REALIZADOS DURANTE MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO PROMOVIDO PELO PODER JUDICIÁRIO, ACORDOS EXTRAJUDICIAIS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, OBSERVANDO OS EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, no âmbito do Município de Lauro M-ller/SC, destinado a promover

a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas física e jurídica, somente inscritos em dívida ativa, em cobrança judiciais ou extrajudiciais, relativos a todos e quaisquer tributos de competência do município de Lauro M-Iler.

Art. 2º. O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 31 de dezembro de 2019, somente inscritos em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento, ficando autorizado o Poder Executivo, por meio da Procuradoria do Município, a firmar acordo judicial ou extrajudicial, concedendo os benefícios previstos nesta Lei, iniciando-se a partir da aprovação da presente Lei até 60 (sessenta) dias úteis após a sanção da mesma.

§ 1º — Os benefícios desta Lei compreendem:

I — Concessão de dispensa dos juros e da multa incidentes sobre os créditos fiscais em cobrança judicial ou extrajudicial, na forma que segue abaixo:

- a) 99% (noventa e nove por cento) mediante pagamento do principal, acrescido da correção monetária, em parcela única.
- b) 80% (oitenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 3 (três) parcelas.
- c) 70% (setenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 5 (cinco) parcelas.
- d) 60% (sessenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 9 (nove) parcelas.
- e) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 12 (doze) parcelas.

II — O Contribuinte poderá optar ainda, pelo pagamento do principal, acrescido dos juros, correção monetária e multa, sem o benefício de qualquer desconto, acima de 13 (treze) parcelas.

§ 2º — Havendo opção pelo parcelamento, deverá a primeira parcela ser paga à vista, sendo as demais parcelas com vencimento a cada 30 (trinta) dias.

§ 3º — Para auferir os benefícios desta Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º — É da competência do Procurador do Município promover a inclusão em pauta ou apresentar termo de acordo para homologação judicial ou extrajudicial competente no período previsto neste artigo, devendo incluir os valores de honorários advocatícios, de acordo com os critérios estabelecidos no Código de Processo Civil, para os casos de acordos judiciais.

Art. 3º. A adesão aos benefícios previstos nesta Lei implica automaticamente na confissão e reconhecimento dos créditos objeto da ação, com renúncia de oposição de embargos do devedor na ação de execução.

Art. 4º. A inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, implica no vencimento do total das parcelas vincendas, retomando-se a ação de execução, perdendo o devedor os benefícios concedidos com amparo desta Lei, passando a sofrer os acréscimos aplicáveis aos inadimplentes de tributos.

Parágrafo Único — O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas.

Art. 5º. Os benefícios previstos na presente Lei não se aplicam aos créditos constituídos em razão da prática de crime contra a ordem tributária.

Art. 6º. Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento

Art. 7º. O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º. Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação, podendo o contribuinte aderir aos benefícios nela estabelecidos no período de 60 (sessenta) dias após a sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI N° 2120/2020

Publicação N° 2527594

LEI N° 2.120 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Fixa os subsídios dos Vereadores de Lauro M-Iler para a legislatura 2021 a 2024 e dá outras providências.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, faz saber a todos os habitantes do Município de Lauro M-Iler, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - O subsídio mensal dos Vereadores do Município de Lauro M-Iler, para a legislatura 2021 a 2024, fica fixado em R\$ 6.025,00 (seis mil, vinte e cinco reais), em parcela única.

Art. 2º - Fica estabelecido o subsídio mensal de R\$ 7.530,00 (sete mil, quinhentos e trinta reais) para o Presidente da Câmara Municipal de Lauro M-Iler.

Art.3º - (vetado).

Art. 4º - Fica assegurada a revisão anual dos subsídios, na mesma data do reajuste da remuneração dos servidores públicos municipais, aplicando-se o índice oficial do Governo Federal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos legais em 01 de janeiro de 2021.

Art.6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI N° 2121/2020

Publicação N° 2528668

LEI N° 2.121 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC DE DISPONIBILIZAR FUNCIONÁRIO PARA O ATENDIMENTO À IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA JUNTO AOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO".

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as agências bancárias instaladas no Município de Lauro M-Iler/SC obrigadas a disponibilizar funcionário devidamente identificado para auxiliar idosos e pessoas com deficiência junto aos terminais de auto atendimento.

Parágrafo único. A obrigação prevista no caput aplica-se tão somente ao horário de expediente das agências bancárias, em todo o tempo em que esse horário ocorrer.

Art. 2º Sem prejuízo das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo Único – A fiscalização e aplicação de multa será exercida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Lauro M-Iler.

Art. 3º As agências bancárias terão um prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem ao disposto na presente Lei, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

LAURO MÜLLER, 17 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2122/2020

Publicação Nº 2528671

LEI Nº 2.122 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

"DENOMINA DE VALMOR ANTUNES A CICLOVIA E PISTA DE CAMINHADA, LOCALIZADA A MARGEM DA RODOVIA SC-390, NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro M-ller - SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica denominada de VALMOR ANTUNES a ciclovia e pista de caminhada, que está localizada a margem da Rodovia Estadual SC-390, entre os bairros Bela Vista e Arizona, neste município.

Art. 2º. – A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, providenciará a confecção e colocação de placa indicadora na referida obra, indicando a denominação dada por esta Lei.

Art. 3º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/FMS/2020

Publicação Nº 2528747

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/FMS/2020

Data e horário da sessão de abertura: 01/07/2020 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de refeições (tipo marmita), para atender aos servidores requisitados em trabalhos externos, em ações e campanhas promovidas do Fundo Municipal de Saúde obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2020.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 18 de junho de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/FHHL/2020

Publicação Nº 2528741

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/FHHL/2020

Data e horário da sessão de abertura: 01/07/2020 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar para atendimento das demandas do Hospital Henrique Lage para o exercício de 2020.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 18 de Junho de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Regis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2020 - HMSA

Publicação Nº 2527759

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2020 - HMSA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ELEIÇÕES COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)

HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO

LEBON RÉGIS –SC

Conforme dispõe a Norma Regulamentadora do Trabalho – NR 5, a Diretoria do Hospital Municipal Santo Antônio faz saber aos que deste edital virem ou dele tomarem conhecimento, que nos dias 08 e 09/07/2020, no prédio do Hospital e Municipal Santo Antônio, serão realizadas eleições para escolha dos membros da CIPA/HMSA, para o mandato que compreenderá o período de 14/07/2020 a 14/07/2022.

Por decisão da Diretoria Executiva a comissão eleitoral será composta pelos seguintes funcionários: João Carlos Pierdoná e Volnei Alves Webber.

As inscrições serão recebidas a partir da divulgação deste edital até a data de 22/06/2020. Os funcionários interessados deverão efetivar sua candidatura por meio do preenchimento da “Ficha de Inscrição”, que pode ser encontrada no setor de Recursos Humanos do Hospital Municipal Santo Antônio, que será encaminhada aos membros da Comissão Eleitoral.

Ficam impedidos de concorrer:

a) funcionários que se encontrarem afastados do trabalho por quaisquer motivos.

b) os ocupantes de cargo de confiança, ainda que o contrato de trabalho estejam ativos, dada a natureza de suas atividades não poderão concorrer, porém, deverão participar do processo, votando nos candidatos inscritos.

A composição da CIPA será a seguinte: 2 (dois) membros representando os funcionários e 1 (um) membro representando o Hospital.

Das eleições a que se refere o presente edital, sairão os representantes dos funcionários. A Diretoria do Hospital indicará seu representante.

A divulgação dos candidatos será feita em: 23/06/2020. O prazo para impugnação das candidaturas é de 1(um) dia útil, a contar da publicação da relação dos candidatos, ou seja, até o final do expediente do dia 23/06/2020.

Após a apuração das eleições, em caso de empate, assumirá o candidato que tiver mais tempo de serviço na Instituição. Persistindo o empate, assumirá aquele de mais idade.

Para dirimir dúvidas, segue abaixo os nomes e telefones dos componentes da Comissão Eleitoral.

João Carlos Pierdoná (49)3247-0144 – Ramal 22

Volnei Alves Webber (49)3247-0144 – Ramal: 26

Lebon Régis, 15 de Junho de 2020.

Leoniro da Silva Pahl

Presidente do Conselho de Administração

Hospital Municipal Santo Antônio

ELEIÇÕES CIPA 2020/2022

CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL

- Edital de Convocação: 15/06/2020
- Recebimento de inscrições até 22/06/2020
- Divulgação das candidaturas: 22/06/2020
- Prazo para impugnação das candidaturas: 23/06/2020
- Análise e divulgação das impugnações: 23/06/2020
- Homologação dos candidatos: 23/06/2020
- Eleições: 08 e 09/07/2020
- Apuração: 10/07/2020
- Divulgação dos resultados: 10/07/2020
- Recebimento de recursos dos resultados: 13/07/2020
- Análise e divulgação dos resultados: 13/07/2020
- Homologação dos resultados: 14/07/2020
- Data da Posse: 14/07/2020

Leoberto Leal

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020 - FMS

Publicação Nº 2528559

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020-FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I e II, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS.

Aos 11 (onze) dias do mês de março do ano de 2020, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais e equipamentos médico-hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I e II, que acompanha este edital.

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320, FUNDO CANOAS, CEP: 89.160-001, RIO DO SUL/SC

CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 01.328.535/0001-59

RUA PICA-PAU, Nº 1.211, CENTRO, CEP: 86.701-040, ARAPONGAS/PR

FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

CNPJ: 07.164.711/0001-40

RUA JOAQUIM NABUCO, Nº 1595, CAPOEIRAS, CEP: 88.090-060, FLORIANÓPOLIS/SC

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 1918, FUNDO CANOAS, CEP: 89.160-001, RIO DO SUL/SC

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI

CNPJ: 05.077.346/0001-01

RUA TUIUTI, Nº 165, CENTRO, CEP: 89.160-045, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais e equipamentos médico-hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I e II, que acompanha este edital, a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR

ITEM	MATERIAL	QUANT.	UNIDADE	PREÇO UNIT. MÁX. R\$	PREÇO TOTAL MÁX. R\$	MARCA	EMPRESA VENCEDORA
01	ABOCATH (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL) Nº 16	100	UNIDADE	0,78	78,00	LABOR IMPORT	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
02	ABOCATH (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL) Nº 18	100	UNIDADE	0,70	70,00	TKL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
03	ABOCATH (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL) Nº 20	100	UNIDADE	0,70	70,00	TKL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
04	ABOCATH (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL) Nº 22	100	UNIDADE	0,72	72,00	TKL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
05	ABOCATH (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL) Nº 24	100	UNIDADE	0,79	79,00	TKL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
06	ÁGUA PARA INJEÇÃO, ESTÉRIL, AMPOLA 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, APIROGÊNICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE.	2.000	AMPOLA	0,17	340,00	SAMTEC	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.

07	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES FRASCO DE 100 ML	10	FRASCO	1,73	17,30	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
08	AGULHA DESCARTÁVEL 13 x 4,5 (CAIXA COM 100 UNIDADES)	20	CAIXA	5,66	113,20	LABOR IMPORT	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
09	AGULHA DESCARTÁVEL 20 x 5,5 (CAIXA COM 100 UNIDADES)	15	CAIXA	6,50	97,50	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
10	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 6,0 (CAIXA COM 100 UNIDADES)	15	CAIXA	5,66	84,90	LABOR IMPORT	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
11	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 7,0 (CAIXA COM 100 UNIDADES)	80	CAIXA	5,78	462,40	SR	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
12	AGULHA DESCARTÁVEL 25X8.0 (CAIXA COM 100 UNIDADES)	15	CAIXA	5,66	84,90	LABOR IMPORT	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
13	AGULHA DESCARTÁVEL 40 x 12 (CAIXA COM 100 UNIDADES)	50	CAIXA	6,23	311,50	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
14	AGULHA DESCARTÁVEL 30X7,0 (CAIXA COM 100 UNIDADES)	15	CAIXA	6,50	97,50	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
15	ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70%, FRASCO 1.000ML EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE	100	FRASCO	4,39	439,00	FLOPS	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
16	ALCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70% FRASCO 50ML PARA ANTI-SEPSIA DA PELE EM PROCEDIMENTOS DE MÉDIO E BAIXO RISCO, EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 50 ML, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE.	100	FRASCO	1,37	137,00	FARMAX	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
17	ALCOOL EM GEL 70% FRASCO 500 ML	100	FRASCO	3,98	398,00	FLOPS	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
18	ALGODÃO HIDRÓFILO EM ROLO 100% PURO. FIBRAS ISENTAS DE IMPUREZAS, INODORO, COR BRANCA, MANTA UNIFORME DE FÁCIL MANUSEIO, ENVOLTA EM PAPEL; EMBALAGEM IMPERMEÁVEL, SEGURA E INDIVIDUALIZADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. PACOTE COM 500 GRAMAS.	15	ROLO	10,40	156,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
20	ALMOTOLIAS CAPACIDADE 250ml, COR ESCURA, FRASCO FLEXÍVEL, BICO COM TAMPA	10	UNIDADE	2,57	25,70	J PROLAB	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
21	ALMOTOLIAS CAPACIDADE 250ml, TRANSPARENTE, FRASCO FLEXÍVEL, BICO COM TAMPA	10	UNIDADE	2,56	25,60	J PROLAB	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
25	APARELHO PARA MEDIR GLICEMIA CAPILAR -"ON CALL PLUS "(MARCA PADRONIZADA)	30	UNIDADE	29,90	897,00	ON CALL PLUS	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
26	APARELHO PARA NEBULIZAÇÃO	10	UNIDADE	105,00	1.050,00	DARU	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
27	ATADURA CREPOM 4 cm x 3,0 m (ESTICADA)	3.000	UNIDADE	0,23	690,00	TEXCARE	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
28	ATADURA CREPOM 6 cm x 3,0 m (ESTICADA)	6.000	UNIDADE	0,30	1.800,00	MDA	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
29	ATADURA CREPOM 12 cm x 4,5 m (ESTICADA)	6.000	UNIDADE	0,50	3.000,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
30	ATADURA CREPOM 15 cm x 4,5 m (ESTICADA)	6.000	UNIDADE	0,65	3.900,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
31	ATADURA CREPOM 20 cm x 4,5 m (ESTICADA)	6.000	UNIDADE	0,84	5.040,00	MEDPLUS	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
32	ATADURA TRIANGULAR GRANDE	30	UNIDADE	8,52	255,60	RESGATE SP	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
33	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA CURTA, ABERTURA FRONTAL, COR BRANCA, 100 % POLIPROPILENO (TNT).	1000	UNIDADE	0,85	850,00	FORTCLEAN	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
34	BACIA INOX 41CM – 6,3 LITROS	2	UNIDADE	60,00	120,00	IKINCI	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
35	BACIA INOX 35 CM – 4,7 LITROS	2	UNIDADE	60,00	120,00	IKINCI	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.

36	BANDEJA PEQUENA DE INOX	3	UNIDADE	23,08	69,24	FAMITA	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
37	BANDEJA MÉDIA DE INOX	3	UNIDADE	48,63	145,89	FAMITA	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
38	BENGALA DE ALUMÍNIO COM REGULAGEM	2	UNIDADE	31,40	62,80	CARCI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
39	BOLSA COLETORA DE URINA 2 LITROS, SISTEMA FECHADO, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO.	50	UNIDADE	2,56	128,00	LABOR IMPORT	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
41	BOLSA TERMICA DE GEL QUENTE E FRIA PARA FREEZER E MICROONDAS	5	UNIDADE	10,03	50,15	CARBOGEL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
42	CABO DE BISTURI Nº 3	4	UNIDADE	7,87	31,48	CASSIFLEX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
43	CABO DE BISTURI Nº 4	4	UNIDADE	7,87	31,48	CASSIFLEX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
44	CADARÇO PARA INTUBAÇÃO 10 MM X 10 METROS	2	UNIDADE	2,74	5,48	TECENIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
45	CANULA DE GUEDEL Nº 0	10	UNIDADE	2,76	27,60	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
46	CANULA DE GUEDEL Nº 1	10	UNIDADE	2,67	26,70	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
47	CANULA DE GUEDEL Nº 2	10	UNIDADE	2,68	26,80	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
48	CANULA DE GUEDEL Nº 3	10	UNIDADE	2,68	26,80	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
49	CANULA DE GUEDEL Nº 4	10	UNIDADE	2,66	26,60	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
50	CANULA DE GUEDEL Nº 5	10	UNIDADE	2,79	27,90	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
51	CATETER NASAL TIPO OCULOS	100	UNIDADE	0,66	66,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
52	CATETER NASAL NEONATAL Nº6	10	UNIDADE	0,48	4,80	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
53	CATETER NASAL Nº8	10	UNIDADE	0,51	5,10	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
54	CATETER NASAL Nº 12	10	UNIDADE	0,51	5,10	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
55	CATGUT SIMPLES 1-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL , EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	2	CAIXA	85,76	171,52	TECHNOFIO	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
56	CATGUT SIMPLES 2-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL , EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	2	CAIXA	85,60	171,20	TECHNOFIO-ACE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
57	CATGUT SIMPLES 3-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL , EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	2	CAIXA	85,60	171,20	TECHNOFIO-ACE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
58	CATGUT SIMPLES 4-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL , EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	2	CAIXA	85,77	171,54	TECHNOFIO	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
59	CATGUT SIMPLES 5-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL , EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	2	CAIXA	87,97	175,94	TECHNOFIO-ACE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
60	CLAMP UMBILICAL ESTÉRIL	10	UNIDADE	0,34	3,40	KOLPLAST-ADLIN	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
61	CLOREXIDINA 4% SOLUÇÃO DEGERMANTE, FRASCO 1.000ML	20	FRASCO	17,85	357,00	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
62	CLOREXIDINA AQUOSA 0,2 % - FRASCO COM 1.000 ML	15	FRASCO	6,73	100,95	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
63	CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% FRASCO COM 1.000 ML	15	FRASCO	8,38	125,70	FARMAX	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
65	COLAR CERVICAL REGULÁVEL INFANTIL	3	UNIDADE	55,28	165,84	RESGATE SP	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.

66	COLETOR DE URINA INFANTIL. DESCARTÁVEL, UNISSEX, ESTÉRIL, TRANSPARENTE, MACIO, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 ML E MÁXIMA DE 100 ML, COM ESCALA GRADUADA DE 10/10ML, PRECISA, NÍTIDA E RESISTENTE. LOCAL ADEQUADO PARA IDENTIFICAÇÃO MANUAL; SUPERFÍCIE DE FIXAÇÃO COM 6 x 5 cm(+/- 2mm), ÁREA DE ADESIVIDADE DE 1,0 A 1,2 cm, SEGURA, ATÓXICA, HIPOALÉRGICO, DE FÁCIL REMOÇÃO, LIVRE DE RISCOS, DE FÁCIL MANUSEIO. ORIFÍCIO DE COLETA DE FORMA OVAL 2,7 x 3,8(+/- 2mm), COM ABERTURA FÁCIL E SEGURA. EMBALAGEM SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA.	100	UNIDADE	0,38	38,00	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
67	COLETOR UNIVERSAL, OPACO, C/ PAZINHA, CAPACIDADE 80 ML, TAMPA ROSCA	5000	UNIDADE	0,27	1.350,00	CRAL	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
68	COLETOR UNIVERSAL, TRANSPARENTE, CAPACIDADE 80ML, TAMPA ROSCA	5000	UNIDADE	0,35	1.750,00	JPROLAB	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
69	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, 100% ALGODÃO, 05 DOBRAS, 08 CAMADAS, 13 FIOS/CM, 7,5 x 7,50 cm (DOBRADA), ISENTA DE IMPUREZAS, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 FOLHAS DISPOSTAS REGULARMENTE PARA FACILITAR O MANUSEIO, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE. PACOTE COM 500 UNIDADES DE NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	1000	PACOTE	18,25	18.250,00	LARISMED	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
70	CUBA RIN 16X12 CM INOX	10	UNIDADE	32,46	324,60	FAMITA	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
71	CUBA REDONDA 10X 5 CM	10	UNIDADE	14,14	141,40	FAMITA	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
72	CUBA REDONDA 13 X 6 CM	10	UNIDADE	20,96	209,60	FORTINOX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
73	CUMADRE DE PLÁSTICO	5	UNIDADE	8,44	42,20	FAMITA	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
74	CUMADRE DE INOX	5	UNIDADE	123,14	615,70	FORTINOX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
75	CURATIVO AUTO ADESIVO C/ 35 UNIDADES COMPOSTO POR UM FILME PLÁSTICO COM IMPRESSÃO MARROM, EM UMA DAS SUPERFÍCIES RECEBE UM ADESIVO ACRÍLICO SENSÍVEL À PRESSÃO. POSSUI UMA ALMOFADA ABSORVENTE, IMPREGNADA COM BACTERICIDA. A SUPERFÍCIE, INCLUINDO A ALMOFADA, PROTEGIDA EM SUA TOTALIDADE POR DUAS LÂMINAS DE PAPEL ANTI-ADERENTE, 76x19mm.CAIXA COM 35 UNIDADES.	50	CAIXA	2,80	140,00	COTTON LINE/HI-GIETO	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
76	CURATIVO EXTRA COM TECNOLOGIA DE CAMADA DUPLA HIDROFIBER, UNIDOS POR PONTOS COM FIO DE CELULOSE REGENRADA TENCEL, COMPOSTO POR 100 % CARBOXIMETILCELULOSE E COM, 1 A 2% DE PRATA IÔNICA. CURATIVO RESISTENTE A TRAÇÃO, FORMA UM GEL COESO QUE PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS NECRÓTICOS E FAVORECE A CICATRIZAÇÃO. TAMANHO 10 X 10 CM.	200	UNIDADE	56,00	11.200,00	AQUACEL AG EXTRA	FUFA-SC COMÉRCIO E REP. LTDA.
77	DETECTOR FETAL DE MESA	5	UNIDADE	756,00	3.780,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
78	DETECTOR FETAL PORTÁTIL	1	UNIDADE	879,00	879,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.

79	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº. 19. / ENTRE 26 A 31 cm / AGULHA RETA C/ COMPRIMENTO DE 1,9 a 2,3 cm	150	UNIDADE	0,19	28,50	CIRUVEIN	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
80	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº. 21. / ENTRE 26 A 31 cm /	500	UNIDADE	0,21	105,00	LABOR IMPORT	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
81	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº. 23. / ENTRE 26 A 31 cm /	500	UNIDADE	0,19	95,00	CIRUVEIN	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
82	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº. 25. / DIÂMETRO INTERNO DE NO MÁXIMO 1,0 mm / COMPR. DE 20 A 25 cm./ AGULHA RETA COMPRIMENTO ENTRE 15 A 20 mm.	300	UNIDADE	0,18	54,00	CIRUVEIN	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
83	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº01	01	DÚZIA	20,38	203,80	CIRURGI-CA BRASIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
84	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº02	01	DÚZIA	35,0014	350,01	CIRURGI-CA BRASIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
85	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº03	01	DÚZIA	42,93	429,30	CIRURGI-CA BRASIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
86	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº04	01	DÚZIA	66,00	660,00	CIRURGI-CA BRASIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
87	ELETRODO ADESIVO PARA ELETROCARDIOGRAMA PACOTE C/ 30 UNIDADES	5	PACOTE	8,33	41,65	MAXICOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
88	ELETRODO PRÉ-CORDIAL COM PERA/ PACOTE COM 6 UNIDADES	2	PACOTE	83,29	166,58	MISSOURI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
89	EQUIPO MACROGOTAS PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA. ESTÉRIL, ATÓXICO, LIVRE DE PIROGÊNIO. PONTA PERFURANTE, CÂMARA FLEXÍVEL MACROGOTAS, TUBO FLEXÍVEL 150 CM, REGULADOR DE FLUXO, CONECTOR LUER SLIP.	500	UNIDADE	1,01	505,00	DESCAR-PACK	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
90	EQUIPO MACROGOTAS PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA. ESTÉRIL, ATÓXICO, LIVRE DE PIROGÊNIO. PONTA PERFURANTE, CÂMARA FLEXÍVEL MACROGOTAS, TUBO FLEXÍVEL 150 CM, REGULADOR DE FLUXO, CONECTOR LUER SLIP, COM INJETOR LATERAL E SUSPIRO.	200	UNIDADE	1,01	202,00	GLOMED	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
91	EQUIPO MICROGOTAS PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA, ESTÉRIL, ATÓXICO, LIVRE DE PIROGÊNIO. COM INJETOR LATERAL E COM SUSPIRO	100	UNIDADE	1,53	153,00	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
92	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM ENTRADA DE AR, CÂMARA DE GOTEJAMENTO, TUBULAÇÃO EM PVC DE 150CM, REGULADOR DE FLUXO TIPO "V" E CONECTOR ESCALONADO.	500	UNIDADE	1,01	505,00	DESCAR-PACK	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
93	ESCOVA CERVICAL. ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, CERDAS EM NYLON, MACIA E RESISTENTE; CABO RESISTENTE; COMPRIMENTO MÍNIMO DE 17 cm. EMBALAGEM INDIVIDUAL E SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.	500	UNIDADE	0,30	150,00	KOLPLAST	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
94	ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE ADULTO 0-300 MMHG. FECHO VELCRO. TAMANHO DA BRAÇADEIRA MODELO ADULTO.	15	UNIDADE	65,00	975,00	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
95	ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE INFANTIL 0-300 MMHG. FECHO VELCRO. TAMANHO DA BRAÇADEIRA MODELO INFANTIL.	05	UNIDADE	65,42	327,10	GLICOME-D-ACCU	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
96	ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE OBESO 0-300 MMHG. FECHO VELCRO. TAMANHO DA BRAÇADEIRA MODELO OBESO.	05	UNIDADE	75,58	377,90	PREMIUM	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.

97	ESPARADRÁPO IMPERMEÁVEL 10CMX4,5M, RESISTENTE, ATÓXICO, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, DE FÁCIL MANUSEIO, ALTO PODER DE ADERÊNCIA E FLEXIBILIDADE SEGURA. ROLO COM CAPA PROTETORA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	300	UNIDADE	5,72	1.716,00	MISSNER ADPELE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
98	ESPÁTULA (ABAIXADOR DE LÍNGUA DE MADEIRA) PACOTE COM 100 UNIDADES TOTALMENTE PLANA, SEM IRREGULARIDADES NA SUPERFÍCIE, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, ATÓXICA, INODORA E RESISTENTE; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 14 cm. E LARGURA 1,5 cm. EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE À UMIDADE, CONTENDO DATA DE FABRIC. VALIDADE E LOTE. PACOTE COM 100 UNIDADES.	30	PACOTE	3,28	98,40	THEOTO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
99	ESPÁTULA DE AYRES (PACOTE COM 100 UNIDADES) COM SUPERFÍCIE SEM IRREGULARIDADES, TOTALMENTE PLANA, RESISTENTE, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, ATÓXICA. EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE À UMIDADE, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. PACOTE COM 100 UNIDADES.	10	PACOTE	4,94	49,40	THEOTO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
100	ESPÉCULO DESCARTAVEL P	500	UNIDADE	0,82	410,00	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
101	ESPÉCULO DESCARTAVEL M	500	UNIDADE	0,81	405,00	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
102	ESPECULO DESCARTAVEL G	300	UNIDADE	0,90	270,00	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
103	ESTETOSCÓPIO ADULTO	10	UNIDADE	10,85	108,50	BIOLAND	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
104	ESTETOSCÓPIO PEDIÁTRICO	3	UNIDADE	10,79	32,37	BIOLAND	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
105	FIO DE SUTURA NYLON 0 - CAIXA COM 24 UNIDADES/ EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	5	CAIXA	26,95	134,75	DONATI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
106	FIO DE SUTURA NYLON 2.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES/ EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	5	CAIXA	26,95	134,75	DONATI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
107	FIO DE SUTURA NYLON 3.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	7	CAIXA	26,94	188,58	PROCARE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
108	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	7	CAIXA	26,94	188,58	PROCARE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
109	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES/ EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	7	CAIXA	26,94	188,58	PROCARE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
110	FIO DE SUTURA NYLON 6.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	7	CAIXA	26,95	188,65	DONATI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
111	FITA ADESIVA CIRURGICA MICROPOROSA 5,0 cm x NO MÍNIMO 9 m	100	ROLO	3,45	345,00	MISSNER ADPELE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
112	FITA ADESIVA CIRURGICA MICROPOROSA 2,5 cm x NO MÍNIMO 10 m	300	ROLO	1,95	585,00	MISSNER ADPELE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
113	FITA ADESIVA EM PAPEL CREPADO - 1,9 cm X NO MÍNIMO 50m À BASE DE FIBRA DE CELULOSE, COM PRINTABILIDADE E ADESIVIDADE SEGURAS, RESISTENTE E SEM RESÍDUOS. EMBALAGEM INDIVIDUALIZADA E SEGURA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE.	100	ROLO	2,40	240,00	EUROCEL	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.

114	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - 1,9 cm x NO MÍNIMO 30 m. COMPOSTO DE PAPEL CREPADO TRATADO CONTENDO IMPRESSÃO VISUAL DE ALTERAÇÃO DE COR APÓS EXPOSIÇÃO DE ALTA TEMPERATURA DA AUTOCLAVE EM ESTERILIZAÇÃO A VAPOR.	100	ROLO	2,72	272,00	POLI TAPE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
115	FITA MÉTRICA	5	UNIDADE	4,24	21,20	CADENA	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
116	FIXADOR CELULAR, FRASCO 100 ML COMPOSTO DE ÁLCOOL ETÍLICO EXTRA FINO (95 %), CARBOWAX (2,5%), INDICADO PARA FIXAÇÃO DE ESFREGADOS CELULARES EM LÂMINA; FRASCO 100 ML, AEROSOL; EMBALAGEM SEGURA COM TAMPAS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE	10	FRASCO	5,86	58,60	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
118	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO P	2.000	UNIDADE	0,88	1.760,00	MAXCLE-AN	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
119	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO M	3.000	UNIDADE	0,75	2.250,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
120	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G	4.000	UNIDADE	1,08	4.320,00	BIOFRAL	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
121	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO XG	4.000	UNIDADE	1,24	4.960,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
122	FRALDA INFANTIL TAMANHO P	3.000	UNIDADE	0,38	1.140,00	BABY PISS	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
123	FRALDA INFANTIL TAMANHO M	4.000	UNIDADE	0,44	1.760,00	BEBE C/ CARINHO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
124	FRALDA INFANTIL TAMANHO G	4.000	UNIDADE	0,48	1.920,00	BEBE C/ CARINHO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
125	FRALDA INFANTIL TAMANHO XG	4.000	UNIDADE	0,54	2.160,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
126	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 250 ML	250	UNIDADE	0,73	182,50	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
127	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 500 ML	250	UNIDADE	0,99	247,50	BIOBASE	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
128	GAZE TIPO QUEIJO 13 FIOS 91MM X 91 METROS 100% ALGODÃO, 08 DOBRAS, 11 OU 13 FIOS, 91 mmx91 m, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, NÃO ESTÉRIL; EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	5	ROLO	53,71	268,55	AMERICA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
129	GEL HIDRATANTE COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDA, NÃO ESTÉRIL, COMPOSTO DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA NUM EXCIPIENTE AQUOSO, TRANSPARENTE E VISCOSO. TUBO COM 85 GRAMAS.	50	TUBO	52,50	2.625,00	SAF-GEL	FUFA-SC COMÉRCIO E REP. LTDA.
130	GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA - 5 LITROS	5	FRASCO	18,76	93,80	CLINIGEL	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
131	GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA - 100 ML	100	FRASCO	1,37	137,00	MULTIGEL	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
133	HASTE FLEXÍVEL PARA HIGIENE DAS ORELHAS CAIXA C/ 75	10	CAIXAS	0,96	9,60	HIGIE TOPP	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
134	IMOBILIZADOR DE CABEÇA COMPLETO COM ESCOTO	3	UNIDADE	103,00	309,00	RESGATE SP	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
135	INDICADOR BIOLÓGICO PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (Geobacillusstearothermophilus). RESULTADO EM 24 HORAS. CAIXA COM 10 UNIDADES.	20	CAIXA	22,20	444,00	MAXXI-MED	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
136	KIT PARA NEBULIZADOR (MÁSCARA, EXTENSOR, CACHIMBO)	5	UNIDADE	7,81	39,05	DARU	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.

137	LANCETA ESTÉRIL PARA TESTE DE GLICEMIA CAPILAR, SISTEMA DE PUNÇÃO DE USO ÚNICO, DIÂMETRO DA AGULHA 0,36MM (28G), RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA, ATENDE AS NORMAS REGULADORAS ISO 13485 E NR 32, ESTERILIZADO POR RAO GAMA. DEVE CONTER CAPA DE ESTERILIDADE, CORPO DO LANCETADOR E GATILHO COMPOSTO POR POLIPROPILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	100	CAIXA	18,29	1.829,00	MEDLE- VENSON	METROMED COM. DE MAT. MÉ- DICO HOSP. LTDA.
138	LÂMINA BISTURI Nº. 10 C/ 100	5	CAIXA	25,00	125,00	ADVAN- TIVE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
139	LÂMINA BISTURI Nº. 11 C/ 100	5	CAIXA	24,90	124,50	MAXICOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
140	LÂMINA BISTURI Nº. 15 C/ 100	5	CAIXA	25,00	125,00	ADVAN- TIVE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
141	LÂMINA DE VIDRO FOSCA 26X76 MM CAIXA C/ 50 UNIDADES FOSCA, COM ESPESSURA DE 1,0 A1,2 mm, MEDINDO 26 mmx76 mm CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 50 UNIDADES.	10	CAIXA	4,17	41,70	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
142	LAMPADA PARA LARINGOSCÓPIO	10	UNIDADE	21,90	219,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
143	LARINGOSCOPIO INFANTIL	1	UNIDADE	639,00	639,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
144	LARINGOSCÓPIO ADULTO	1	UNIDADE	639,00	639,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
145	LENÇOL DESCARTÁVEL DE PAPEL EM ROLO 100 % FIBRAS NATURAIS, ROLO 50 METROS, LARGURA 0,70 METROS.	3	ROLO	9,69	29,07	DESCAR- BOX	METROMED COM. DE MAT. MÉ- DICO HOSP. LTDA.
146	LUVA CIRURGICA Nº 6,5	200	PAR	1,12	224,00	SANRO	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
147	LUVA CIRÚRGICA Nº. 7,0	300	PAR	1,11	333,00	KEVENOLL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
148	LUVA CIRÚRGICA Nº. 7,5	300	PAR	1,12	336,00	SANRO	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
149	LUVA CIRÚRGICA Nº. 8,0	150	PAR	1,11	166,50	KEVENOLL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
150	LUVA DE NITRILICA TAMANHO EXTRA PEQUENO CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	20,34	406,80	NUGARD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
151	LUVA DE NITRILICA TAMANHO PEQUENO CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	20,34	406,80	MEDIX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
152	LUVA DE NITRILICA TAMANHO MÉDIO CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	20,00	400,00	MEDIX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
153	LUVA DE NITRILICA TAMANHO GRANDE CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	20,34	406,80	MEDIX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
154	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO EXTRA PEQUENO	100	CAIXA	19,99	1.999,00	DESCAR- PACK	METROMED COM. DE MAT. MÉ- DICO HOSP. LTDA.
155	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PEQUENO	200	CAIXA	19,95	3.990,00	NUGARD	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
156	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO MÉDIO	200	CAIXA	20,00	4.000,00	MEDIX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
157	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO GRANDE	200	CAIXA	20,00	4.000,00	MEDIX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
158	MALHA TUBULAR 10 cm x 25 m	5	UNIDADE	11,93	59,65	MSO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
159	MALHA TUBULAR 15 cm x 25 m	5	UNIDADE	14,68	73,40	POLAR FIX	METROMED COM. DE MAT. MÉ- DICO HOSP. LTDA.
160	MALHA TUBULAR 4 cm x 25 m	10	UNIDADE	7,18	71,80	MSO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
161	MALHA TUBULAR 25 cm x 25 m	5	UNIDADE	31,31	156,55	MSO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.
162	MANTA TÉRMICA	20	UNIDADE	5,23	104,60	RESGATE SP	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA- LAR LTDA.

163	MÁSCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL CAIXA C/ 50	80	CAIXA	8,20	656,00	REALDESC	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
164	MÁSCARA PARA AMBÚ DE SILICONE ADULTO	3	UNIDADE	41,70	125,10	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
165	MÁSCARA PARA AMBÚ DE SILICONE INFANTIL	3	UNIDADE	26,80	80,40	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
166	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO ADULTO	5	UNIDADE	3,47	17,35	NEVONI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
167	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO INFANTIL	5	UNIDADE	3,47	17,35	NEVONI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
168	MASCARA LARÍNGEA Nº 1,0	20	UNIDADE	47,42	948,40	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
169	MASCARA LARÍNGEA Nº 1,5	20	UNIDADE	47,42	948,40	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
170	MASCARA LARÍNGEA Nº 2,0	20	UNIDADE	47,42	948,40	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
171	MASCARA LARÍNGEA Nº 2,5	20	UNIDADE	47,42	948,40	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
172	MASCARA LARÍNGEA Nº 3,0	20	UNIDADE	47,42	948,40	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
173	MASCARA LARÍNGEA Nº 4,0	20	UNIDADE	47,42	948,40	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
174	MASCARA LARÍNGEA Nº 5,0	20	UNIDADE	47,42	948,40	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
176	MASCARA DE OXIGÊNIO VENTURI, TUBO CORRUGADO, 6 DILUIDORES, TUBO DE OXIGÊNIO, ADULTO. MASCARA EM PVC RESISTENTE E NÃO TÓXICO, NÃO ESTÉRIL.	10	UNIDADE	13,47	134,70	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
177	MASCARA DE OXIGÊNIO VENTURI, TUBO CORRUGADO, 6 DILUIDORES, TUBO DE OXIGÊNIO, PEDIÁTRICO. MASCARA EM PVC RESISTENTE E NÃO TÓXICO, NÃO ESTÉRIL.	10	UNIDADE	13,34	133,40	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
178	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO ADULTO. MÁSCARA EM PVC RESISTENTE E NÃO TÓXICO. NÃO ESTÉRIL.	10	UNIDADE	11,85	118,50	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
179	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO PEDIÁTRICA. MÁSCARA EM PVC RESISTENTE E NÃO TÓXICO. NÃO ESTÉRIL.	10	UNIDADE	11,07	110,70	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
180	Mascara de oxigênio alta concentração adulto com reservatório e tubo de o2. máscara em pvc resistente e não tóxico. não estéril.	10	UNIDADE	11,80	118,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
181	Mascara de oxigênio alta concentração PEDIÁTRICA com reservatório e tubo de o2. máscara em pvc resistente e não tóxico. não estéril	10	UNIDADE	11,07	110,70	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
182	MULETA DE MADEIRA COM REGULAGEM (PAR)	5	PAR	80,00	400,00	INDAIA	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
183	MULETA CANADENSE DE ALUMÍNIO COM REGULAGEM (PAR)	5	PAR	70,65	353,25	SEQUENCIAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
184	OTOSCOPIO CLÍNICO CABO DE INOX	2	UNIDADE	254,20	508,40	MD/MARK II	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
185	OXIMETRO PULSO PORTÁTIL DE DEDO ADULTO POSSUI VISOR DE LED COM PAINEL QUE APRESENTA A BARRA DE INTENSIDADE DO PULSO, NÍVEL ATUAL DA BATERIA, SPO2 E A FREQUÊNCIA CARDÍACA.	5	UNIDADE	96,00	480,00	MONTSERRA 50DL	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
186	OXIMETRO PULSO PORTÁTIL DE DEDO INFANTIL. PROJETADOS PARA DEDOS ENTRE 0,8CM E 2,3CM DE ALTURA E/OU, PARA CRIANÇAS ENTRE 1 E 5 ANOS.	2	UNIDADE	206,83	413,66	BIOLAND	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
187	OXIMETRO PULSO PORTÁTIL DE DEDO NEONATAL	2	UNIDADE	1.443,00	2.886,00	ALFAMED	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.

188	PAPAGAIO DE PLÁSTICO	5	UNIDADE	4,67	23,35	CIRURGI-CA BRASIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA-LAR LTDA.
189	PAPAGAIO DE INOX	5	UNIDADE	82,00	410,00	FAVA	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
190	PAPEL GRAU CIRURGICO rolo 20 CM X 100 METROS	50	ROLO	73,00	3.650,00	ZERMATT	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
191	PINÇA KELI RETA 12 CM	10	UNIDADE	23,09	230,90	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA-LAR LTDA.
192	PINÇA MOSQUITO 12 CM	10	UNIDADE	20,00	200,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
193	PÊRA PARA ELETROCARDIOGRAMA	50	UNIDADE	2,475	123,75	MISSOURI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA-LAR LTDA.
194	PÊRA PARA APARELHO DE PRESSÃO	10	UNIDADE	5,22	52,20	GLICOME-D-ACCU	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA-LAR LTDA.
195	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 12CM	10	UNIDADE	8,90	89,00	CASSIFLEX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA-LAR LTDA.
196	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 18CM	10	UNIDADE	15,16	151,60	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA-LAR LTDA.
197	PLACA DE ALGINATO DE CÁLCIO	50	UNIDADE	12,08	604,00	CASEX	METROMED COM. DE MAT. MÉ-DICO HOSP. LTDA.
198	POLIFIX CONEXÃO COM 2 VIAS EQUIPO 2 VIAS COM CORTA FLUXO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. TODO SISTEMA DEVE SER RESISTENTE, OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, MANUSEIO FÁCIL E SEGURO. EMBALAGEM SEGURA, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	200	UNIDADE	0,52	104,00	INFUSÃO	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
199	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCAL-TÉRIO (AGULHA)	2	UNIDADE	31,77	63,54	EMAI	METROMED COM. DE MAT. MÉ-DICO HOSP. LTDA.
200	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCAL-TÉRIO (ARGOLA)	2	UNIDADE	32,15	64,30	EMAI	METROMED COM. DE MAT. MÉ-DICO HOSP. LTDA.
201	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCAL-TÉRIO (BOLINHA)	2	UNIDADE	32,40	64,80	EMAI	METROMED COM. DE MAT. MÉ-DICO HOSP. LTDA.
202	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCAL-TÉRIO (FACA)	2	UNIDADE	27,34	54,68	EMAI	METROMED COM. DE MAT. MÉ-DICO HOSP. LTDA.
203	PORTA LAMINA	10	UNIDADE	7,51	75,10	LABOR IMPORT	METROMED COM. DE MAT. MÉ-DICO HOSP. LTDA.
204	POVIDINE TÓPICO – POLIVINILPIRROLIDONA – IODO (PVP-I) / FRASCO DE 1000 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	15	FRASCO	17,12	256,80	FARMAX	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
205	POVIDINE DEGERMANTE – POLIVINILPIRROLIDONA – IODO (PVP-I) / FRASCO DE 1000ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	15	FRASCO	18,86	282,90	FARMAX	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
206	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁ-VEL Nº 03MM	2	UNIDADE	66,00	132,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
207	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁ-VEL Nº 04MM	2	UNIDADE	66,90	133,80	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITA-LAR LTDA.
208	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁ-VEL Nº 05MM	2	UNIDADE	67,00	134,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
209	RECIPIENTE PARA MATERIAIS PÉRFURO CORTANTES E BIOLÓGICOS, CAPACIDADE. 13 LITROS	30	UNIDADE	3,45	103,50	DESCAR-BOX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
210	RECIPIENTE PARA MATERIAIS PÉRFURO CORTANTES E BIOLÓGICOS, CAPACIDADE. 20 LITROS	100	UNIDADE	4,42	442,00	DESCAR-BOX	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
211	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 030/040 LITROS	500	UNIDADE	0,09	45,00	RAVA	METROMED COM. DE MAT. MÉ-DICO HOSP. LTDA.
212	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 050/060 LITROS	100	UNIDADE	0,13	13,00	RAVA	METROMED COM. DE MAT. MÉ-DICO HOSP. LTDA.
213	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 090/100 LITROS	100	UNIDADE	0,24	24,00	NEKPLAST	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.

214	SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA COM AGULHA ACOPLADA 1 ML E 100 UNIDADES. COM AGULHA ACOPLADA DE 8 x 0,30 mm ATÓXICA, ESTÉRIL, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. BICO COM ADAPTAÇÃO SEGURA. CILINDRO RESISTENTE TRANSPARENTE COM ANEL DE RETENÇÃO SEGURO. ESCALA NÍTIDA, RESISTENTE, PRECISA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. NUMERADA DE 10 EM 10 UNIDADES, E COM MARCAÇÃO DE 2 EM 2 UNIDADES QUE PROPORCIONE DOSAGEM PRECISA SEM DISPERDÍCIO. ÊMBOLO RESISTENTE COM BORRACHA DE VEDAÇÃO; AJUSTE QUE PROPORCIONE DESLIZE PRECISO. EMBALAGEM SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE.	15.000	UNIDADE	0,24	3.600,00	SOLIDOR	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
215	SERINGA DESCARTÁVEL 0 1 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	1.000	UNIDADE	0,13	130,00	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
216	SERINGA DESCARTÁVEL 0 3 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	5.000	UNIDADE	0,1199	599,50	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
217	SERINGA DESCARTÁVEL 05 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	5.000	UNIDADE	0,13	650,00	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
218	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	5.000	UNIDADE	0,24	1.200,00	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
219	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	5.000	UNIDADE	0,36	1.800,00	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
220	SOLUÇÃO OLEOSA (ÓLEOS VEGETAIS POLI-INSATURADOS), Á BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS. FRASCO 100 ML À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS + VITAMINAS A e E, ISENTO DE AGENTES IRRITANTES E TÓXICOS; USO TÓPICO. FRASCO DE 100 ML COM BICO CONTA GOTAS E TAMPA PROTETORA SEGURA. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO COM DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.	500	FRASCO	2,31	1.155,00	NUTRIEX	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
221	SOLUÇÃO DE RINGER + LACTATO (LACTATO DE SÓDIO 3MG/ML + CLORETO DE SÓDIO 6 MG/ML+ CLORETO DE POTÁSSIO 0,3MG/ML + CLORETO DE CÁLCIO 0,2MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL LÍMPIDA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. EMBALAGEM DE 500 ML	50	FRASCO	2,44	122,00	SANOBIOL	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
222	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 4	10	UNIDADE	0,42	4,20	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
223	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 6	10	UNIDADE	0,40	4,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
224	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 8	10	UNIDADE	0,40	4,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
225	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	10	UNIDADE	0,44	4,40	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
226	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	10	UNIDADE	0,40	4,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
227	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	10	UNIDADE	0,44	4,40	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
228	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	10	UNIDADE	0,47	4,70	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.

229	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA N° 10	10	UNIDADE	0,44	4,40	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
230	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA N° 12	10	UNIDADE	0,45	4,50	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
231	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA N° 14	10	UNIDADE	0,47	4,70	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
232	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA N° 16	10	UNIDADE	0,47	4,70	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
233	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N° 10	10	UNIDADE	0,60	6,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
234	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N° 14	10	UNIDADE	0,81	8,10	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
235	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N°16	10	UNIDADE	0,79	7,90	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
236	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 18	10	UNIDADE	0,86	8,60	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
237	SONDA DE FOLEY N° 8, FEITA EM LATEX DE BORRACHA 10% NATURAL, COM PONTA DISTAL ATRAUMATICO, BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30 CC. COM 2 VIAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER ATOXICO, ESTERELIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO	10	UNIDADE	3,86	38,60	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
238	SONDA DE FOLEY N° 10, FEITA EM LATEX DE BORRACHA 10% NATURAL, COM PONTA DISTAL ATRAUMATICO, BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30 CC. COM 2 VIAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER ATOXICO, ESTERELIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO	10	UNIDADE	3,86	38,60	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
239	SONDA DE FOLEY N° 12, FEITA EM LATEX DE BORRACHA 10% NATURAL, COM PONTA DISTAL ATRAUMATICO, BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30 CC. COM 2 VIAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER ATOXICO, ESTERELIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO	10	UNIDADE	2,65	26,50	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
240	SONDA DE FOLEY N° 14, FEITA EM LATEX DE BORRACHA 10% NATURAL, COM PONTA DISTAL ATRAUMATICO, BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30 CC. COM 2 VIAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER ATOXICO, ESTERELIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO	20	UNIDADE	2,61	52,20	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
241	SONDA DE FOLEY N° 16, FEITA EM LATEX DE BORRACHA 10% NATURAL, COM PONTA DISTAL ATRAUMATICO, BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30 CC. COM 2 VIAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER ATOXICO, ESTERELIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO	20	UNIDADE	2,73	54,60	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
242	SONDA DE FOLEY N° 18, FEITA EM LATEX DE BORRACHA 10% NATURAL, COM PONTA DISTAL ATRAUMATICO, BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30 CC. COM 2 VIAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER ATOXICO, ESTERELIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO	20	UNIDADE	2,56	51,20	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
243	SONDA URETRAL DE ALÍVIO N° 6	20	UNIDADE	0,40	8,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
244	SONDA URETRAL DE ALÍVIO N° 8	20	UNIDADE	0,40	8,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
245	SONDA URETRAL DE ALÍVIO N°10	20	UNIDADE	0,40	8,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
246	SONDA URETRAL DE ALÍVIO N°12	20	UNIDADE	0,40	8,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.

247	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº16	20	UNIDADE	0,47	9,40	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
248	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 100 ML SISTEMA FECHADO	500	UNIDADE	2,09	1.045,00	EQUIPLEX	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
249	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 250 ML SISTEMA FECHADO	3.000	UNIDADE	2,17	6.510,00	EQUIPLEX	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
250	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 500 ML SISTEMA FECHADO	3.000	UNIDADE	2,56	7.680,00	SANOBIOL	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
251	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 100 ML SISTEMA ABERTO	500	UNIDADE	1,80	900,00	FARMAX-AMARA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
252	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 250 ML SISTEMA ABERTO	2.000	UNIDADE	2,39	4.780,00	FARMAX-AMARA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
253	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 500 ML SISTEMA ABERTO	2.000	UNIDADE	2,80	5.600,00	FARMAX-AMARA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
254	SORO GLICOSADO - FRASCO 250 ML.	450	UNIDADE	2,53	1.138,50	FRESENIUS	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
255	SORO GLICOSADO - FRASCO 500 ML.	600	UNIDADE	2,87	1.722,00	SANOBIOL	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
256	SORO GLICOFISIOLÓGICO - FRASCO 500ML	1.000	UNIDADE	2,95	2.950,00	SANOBIOL	CLASSMED PRODUTOS HOSP. EIRELI.
257	SUORTE PARA SORO COM RODINHAS	5	UNIDADE	96,00	480,00	OLIMEDIC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
258	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL DE PRECISÃO COM ESCALA MÍNIMA DE 32 A 42° C, ATÓXICO, RESISTENTE, SEGURO E CONFORTÁVEL PARA TODOS OS LOCAIS DE VERIFICAÇÃO; VISOR QUE PROPORCIONE LEITURA FÁCIL, NO MÁXIMO EM 2 MIN.; C/ CAPA PROTETORA, BOTÃO LIGA/ DESLIGA DE FÁCIL MANUSEIO. BATERIA COM DURABILIDADE MÍNIMA DE 200 HORAS OU DOIS ANOS, COM POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO.	100	UNIDADE	10,90	1.090,00	GLICOMED-ACCU	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
259	TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁX./MÍN. CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM DOIS VISORES EM CRISTAL LÍQUIDO COM VISUALIZAÇÃO EM 3 DÍGITOS; BOTÕES DE FÁCIL COMPREensão, CONTENDO CABO EXTERNO COM SENSOR EM INOX PREPARADO PARA RESISTIR ÀS MAIS VARIADAS MUDANÇAS DE TEMPERATURA; ESCALA EM °C; TEMPERATURA INTERNA - 10 °C a 50°C (+/- 10 °) E TEMPERATURA EXTERNA -50°C a +50°C (+/- 10°), FUNCIONAMENTO A PILHA DE 15 A.	15	UNIDADE	60,00	900,00	J. PROLAB	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
260	TERMO- HIGRÔMETRO DIGITAL	5	UNIDADE	60,00	300,00	J. PROLAB	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI.
261	TESOURA ESMARCH 20 CM PARA GESSO	5	UNIDADE	88,58	442,90	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
262	TESOURA PONTA FINA E RETA CIRURGICA ROMBA 17 CM	5	UNIDADE	16,04	80,20	RICHARDS	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
263	TESOURA PONTA RETA 15 CM	10	UNIDADE	19,30	193,00	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
264	TESOURA PONTA RETA 12CM	10	UNIDADE	14,12	141,20	CASSIFLEX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
265	TESOURA PONTA ROMBA	5	UNIDADE	12,05	60,25	RICHARDS	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
266	TIRAS REAGENTES PARA MEDIR GLICEMIA CAPILAR - APARELHO ON CALL PLUS, CAIXA COM 50 TIRAS.	500	CAIXA	23,50	11.750,00	ON CALL PLUS	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
267	TIRANTE ARANHA	3	UNIDADE	37,24	111,72	FIBRA	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.

268	TUBO CIRÚRGICO PARA GARROTEAR DIÂMETRO EXTERNO DE 5mm E INTERNO DE 2 mm, CONFECCIONADO EM LÁTEX FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, RESISTENTE, COR NATURAL, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS, RESISTENTES AOS PROCESSOS USUAIS DE LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO POR MEIO DE AUTOCLAVE; ISENTO DE EMENDAS EM SUAS ESPESSURAS. EMBALADO EM PACOTE COM 15 METROS.	2	PACOTE	17,18	34,36	G.L	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
270	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 3,0 C/ balão	20	UNIDADE	3,92	78,40	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
271	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 3,5 C/ balão	20	UNIDADE	3,86	77,20	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
272	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 4,0 C/ balão	20	UNIDADE	4,5361	90,72	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
273	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 4,5 C/ balão	20	UNIDADE	4,53	90,60	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
274	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 5,0 C/ balão	20	UNIDADE	4,11	82,20	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
275	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 5,5 C/ balão	20	UNIDADE	4,53	90,60	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
276	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 6,0 C/ balão	20	UNIDADE	4,53	90,60	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
277	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 6,5 C/ BALÃO	20	UNIDADE	4,23	84,60	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
278	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 7,0 C/ BALÃO	20	UNIDADE	4,53	90,60	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
279	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 7,5 C/ BALÃO	20	UNIDADE	4,26	85,20	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
280	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 8,0 C/ BALÃO	20	UNIDADE	4,23	84,60	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
281	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 8,5 C/ BALÃO	20	UNIDADE	4,39	87,80	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
282	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 9,0 C/ BALÃO	20	UNIDADE	4,20	84,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
283	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 9,5 C/ BALÃO	20	UNIDADE	4,43	88,60	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
284	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 2,5	20	UNIDADE	3,00	60,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
285	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 3,0	20	UNIDADE	2,79	55,80	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
286	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 3,5	20	UNIDADE	2,86	57,20	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
287	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 4,0	20	UNIDADE	2,58	51,60	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
288	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 4,5	20	UNIDADE	2,93	58,60	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
289	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 5,0	20	UNIDADE	3,16	63,20	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
290	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 5,5	20	UNIDADE	3,16	63,20	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
291	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 6,0	20	UNIDADE	3,16	63,20	GRUPO LABOR IMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.
292	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 6,5	20	UNIDADE	2,72	54,40	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
293	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 7,0	20	UNIDADE	3,09	61,80	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.

294	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 7,5	20	UNIDADE	2,86	57,20	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
295	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 8,0	20	UNIDADE	2,82	56,40	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
296	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 8,5	20	UNIDADE	2,81	56,20	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
297	TUBO ENDOTRAQUEAL N° 9,0	20	UNIDADE	2,95	59,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.
298	VASELINA LÍQUIDA CONCENTRADA TERMORESISTENTE, LÍMPIDA, INCOLOR, NÃO FLUORESCENTE, INODORA E INSÍPIDA; ISENTA DE IMPUREZAS; FRASCO COM 1000 ML, RESISTENTE, SEGURO E DE FÁCIL MANUSEIO, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE.	10	FRASCO	19,93	199,30	CINORD	METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA.

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 13:00hs às 19:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0015.2.055 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 (7) – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS

05.01.10.301.0015.2.056.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 (23) – Bloco – Atenção Básica

05.01.10.301.0015.2.056 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 (27) – Bloco - Atenção Básica

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de março de 2020.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS
PREGOEIRA SUBSTITUTA

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
EMPRESA VENCEDORA

CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
EMPRESA VENCEDORA

FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
EMPRESA VENCEDORA

METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
EMPRESA VENCEDORA

PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:
1-MAYARA CARLA GUCHERT
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 06/2020

Publicação N° 2528362

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2020

Genir Loli – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Federal 10.024/2019, para a aquisição de escavadeira hidráulica nova, com recebimento das propostas até as 08:15 horas do dia 06 de julho de 2020, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lindóia do Sul - SC, 18 de junho de 2020.

Genir Loli

Prefeito de Lindóia do Sul

EDITAL N° 02/2020

Publicação N° 2527644

EDITAL N° 02/2020

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Convocar Audiência Pública, a ser realizada no dia 30 de junho de 2020, às 17h30min., tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no § 4º, do Art. 9º da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2020.

Art. 2º. Para a Audiência Pública, ficam convocados os titulares e suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, os representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais Vereadores e cidadãos Lindoienses maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul, 17 de junho de 2020.

Neudi Angelo Bertrol

Presidente

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 82/2020

Publicação Nº 2528771

DECRETO MUNICIPAL N.º 82 de 17 de junho de 2020.

REGULAMENTA A DES-IF – DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, SC no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 65, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município, de 05 de Abril de 1990, e com fundamento no Art. 5º e Art. 203 da Lei Complementar nº 4 de 19 de setembro de 2001 e ainda: CONSIDERANDO a necessidade de melhor identificação dos fatos geradores dos tributos municipais, o que trará consentimento à tributação e redução da litigiosidade;

CONSIDERANDO a possibilidade de aumento de qualidade e confiança nos dados coletados, acarretando maior validade jurídica e Integridade das informações;

CONSIDERANDO a uniformização do tratamento tributário aos fatos declarados e o interesse público de aprimorar o controle fiscal, dando mais rapidez aos procedimentos internos;

CONSIDERANDO a obrigação de sempre combater a sonegação fiscal, concluindo no aumento da arrecadação;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o disposto no Art. 203 da Lei Complementar nº 4 de 19 de setembro de 2001 (alterada pela Lei Complementar nº 14 de 16 de dezembro de 2003) e Art. 224, §10º da Lei Complementar nº 4 de 19 de setembro de 2001;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Declaração de Serviço das Instituições Financeiras - DESIF, exclusivamente para as instituições financeiras e equiparadas sediadas no Município de Lontras, em regulamentação ao Art. 203 da Lei Complementar nº 4 de 19 de setembro de 2001 (alterada pela Lei Complementar nº 14 de 16 de dezembro de 2003) e Art. 224, §10º da Lei Complementar nº 4 de 19 de setembro de 2001;

Art. 2º A DES-IF deve ser declarada por meio de importação de arquivos pelas instituições financeiras, bem como, pelas empresas de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, utilizando o padrão do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e o modelo conceitual da Declaração Eletrônica de Serviços da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF, versão 2.3 ou superior.

Parágrafo Único A DES-IF das instituições financeiras será efetuada em aplicativo próprio e gratuito, disponível aos contribuintes municipais no portal <https://lontras.atende.net/> e será composta de um conjunto de 4 (quatro) arquivos com informações econômicas, fiscais e contábeis.

Art. 3º Além da obrigação da declaração referente aos serviços tomados prevista no Art. 224, §10º da Lei Complementar nº 4 de 19 de setembro de 2001, as instituições financeiras e equiparadas ficam obrigadas ao cumprimento da obrigação acessória referente aos serviços prestados no padrão COSIF/ABRASF e a enviar/importar ao Município as Declarações/Demonstrativos com a seguinte padronização:

I - Módulo de Informações Comuns aos Municípios com os seguintes registros, todos em arquivo no formato "txt":

a) REG 0000 - Identificação da Declaração: É o conjunto de informações que identificam a instituição, competência da declaração e registros que a compõem;

b) REG 0100 - Plano Geral de Contas Comentado: É o conjunto de informações analíticas de todas as contas de resultado credoras, e a critério do Município também devedoras, com vinculação das contas internas à codificação do COSIF. Também prevê o enquadramento das contas tributáveis na lista de serviços da Lei Complementar Federal nº 116/03, Lei Complementar Municipal nº 71 de 03 de dezembro de 2003 e a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos subtítulos;

c) REG 0200 - Tabela de Tarifas de Serviços da Instituição: É o conjunto de informações de tarifas de produtos e serviços da instituição com suas vinculações aos respectivos subtítulos de lançamento contábil. Este registro é obrigatório apenas às instituições financeiras e equiparadas que têm o dever de possuí-la, conforme disciplina do BACEN; e

d) REG 0300 - Tabela de Identificação dos Serviços de Remuneração Variável: É o conjunto de informações em que são identificados os subtítulos onde são escrituradas as receitas dos serviços constantes na Tabela de Serviços de Remuneração Variável;

II - Módulo de Apuração Mensal do ISSQN, com os seguintes registros, todos em arquivo no formato "txt":

a) REG 0000 - Identificação da Declaração: É o conjunto de informações que identificam a instituição, competência da declaração e registros que a compõem;

b) REG 0400 - Identificação da Dependência: É o conjunto de informações que identifica as dependências na estrutura da instituição em referência ao detalhamento dos dados cadastrais, inclusive o tipo;

c) REG 0430 - Demonstrativo da Apuração da Receita Tributável e do ISSQN Mensal: É o conjunto de informações, por subtítulo, da receita tributável mensal por alíquota e imposto devido. Deverão ser informados mensalmente todos os subtítulos sujeitos à incidência do ISSQN que tiveram movimentação no período;

d) REG 0440 - Demonstrativo do ISSQN Mensal a Recolher: É o conjunto de informações em referência as devidas deduções e ajustes na receita declarada, incentivos autorizados em lei e depósitos judiciais. Os créditos a compensar só poderão ser referentes a pagamento a maior de ISSQN em competências anteriores ao aproveitamento do crédito, nos termos da legislação municipal;

III - Módulo Demonstrativo Contábil:

a) REG 0000 - Identificação da Declaração: É o conjunto de informações que identificam a instituição, competência da declaração e registros que a compõem;

b) REG 0400 - Identificação da Dependência: É o conjunto de informações que identifica as dependências na estrutura da instituição em referência ao detalhamento dos dados cadastrais, inclusive o tipo;

c) REG 0410 - Balancete Analítico Mensal: É o conjunto de informações das contas de resultado por CNPJ de cada dependência da instituição. Os balancetes de cada CNPJ Unificador devem integrar os registros das operações das unidades a eles vinculadas. Todas as contas de resultado com movimentação no período devem constar no balancete inclusive as que não incidem ISSQN e as zeradas;

d) REG 0420 - Demonstrativo de Rateio de Receitas: É o conjunto de informações para demonstrar os valores por natureza de receita

lançados de forma consolidada no título "Rateio de Resultados Internos" ou nos relatórios gerenciais de rateio. Obrigatório para todas as dependências cujo título "Rateio de Resultados Internos" possui lançamento em seus balancetes;

IV - Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis:

a) REG 1000 – Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: Contém as informações do Razão Analítico ou Ficha de Lançamentos. A Instituição Financeira deve apresentar ao Fisco Municipal, em arquivo padrão ABRASF 2.3, sempre que demandada, conforme os seguintes critérios:

- Para um período;
- Para um conjunto de Subtítulos;
- Para o Tipo de Partida;
- Com todos os lançamentos;
- Somente com os lançamentos a crédito;
- Somente com os lançamentos a débito.

Para um mesmo lançamento, a soma das partidas a débito deve ser igual à soma das partidas a crédito.

As regras de Preenchimento dos campos devem seguir instruções relacionadas a seguir:

- Todos os campos do Layout ABRASF 2.3 devem ser obrigatoriamente preenchidos com as informações solicitadas pelo mesmo;
- No campo 10 referente aos Códigos de Eventos, esse campo deve ser preenchido em todos os lançamentos contábeis de acordo com os códigos do Anexo I do Layout ABRASF 2.3 e de acordo com a operação contábil relacionada, não podendo deixar o campo em branco ou preenchido com código inexistente no Anexo I.
- Contas que não fazem parte do PGCC importado pela instituição e/ou que não são Tributáveis e/ou que não fazem parte de um lançamento contábil que envolva uma conta Tributável, deverão conter no campo 10, Código do Evento a numeração "000" e nunca deverá ser informada em branco.
- Ainda no Campo 10, Código de Eventos, as contas não tributáveis do Ativo, Passivo, Credoras, Devedoras e de Resultado, que de alguma forma, fizerem parte ou sejam envolvidas em determinado lançamento Contábil tanto à Débito quanto à Crédito e que contenha neste lançamento uma conta Tributável deverão ser preenchidas com o mesmo Código de Evento da conta Tributável.
- No campo 12 de que trata os Históricos das Partidas, esses devem seguir rigorosamente a norma da ABRASF 2.3 que diz que o preenchimento deve ser a "Descrição detalhada da operação que deu origem à partida do lançamento contábil", não pode conter Siglas ou Abreviações e deve ser de fácil entendimento do fisco municipal.
- Todas as contas do Grupo Credor, Grupo 7 que tiveram movimentação no período deverão ser informadas com seus respectivos lançamentos e campos do arquivo devidamente preenchidos, inclusive as contas sem incidência de ISSQN.

§ 1º Os módulos e seus respectivos arquivos a serem importados no sistema do Município terão as seguintes periodicidades:

I - Módulo de Informações Comuns aos Municípios: Anual, sempre até o dia 10 de janeiro do exercício corrente; ou em até 15 dias depois de qualquer alteração no Plano de Contas Analítico da Instituição;

II - Módulo de Apuração Mensal do ISSQN: Mensal, sempre até a data de vencimento do ISSQN no Município;

III - Módulo Demonstrativo Contábil: Semestral, sendo o arquivo do primeiro semestre até o dia 10 de Julho e o do segundo semestre até o dia 10 de janeiro do exercício subsequente;

IV - Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: Mensal, sempre até a data de vencimento do ISSQN no Município;

§ 2º O REG 0100 do Módulo de Informações Comuns e o REG 0410 do Módulo Demonstrativo Contábil, devem ser apresentados de forma completa, com todas as contas do grupo 7 do Plano COSIF incluindo os subtítulos internos da agência no modo mais analítico correlacionados com o código COSIF respectivo, conforme o leiaute disponível e conforme a periodicidade prevista neste Decreto.

§ 3º Os arquivos deverão serem importados no formato "txt" nos quatro módulos a que se refere o caput do artigo através do menu "Declaração de Serviços>>Importações>>Instituições Financeiras" e gerado o respectivo protocolo de entrega de cada uma das declarações.

Art. 4º Os módulos da DES-IF relacionados à apuração do ISSQN, Módulo de Apuração Mensal do ISSQN e Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis deverão ser transmitidos mensalmente e gerados os respectivos protocolos via sistema até a data de vencimento do ISSQN no Município.

Art. 5º As multas pelo descumprimento das obrigações acessórias são aquelas previstas na Legislação Tributária Municipal.

Art. 6º As contas de movimentação de receitas sem movimento deverão ser informadas por subtítulo, tanto no REG 0410 de todas as dependências para as contas equivalentes à COSIF 7.0.0.00.00-9, quanto para os REG 0430 das contas tributáveis e no REG 1000. No REG 0440, deverá ser respeitada conforme o tipo de consolidação adotado pelo Município

Parágrafo Único. Caso não existam REG 0430, a alíquota deverá ser zerada (0,00) no campo 10 do REG 0440, não sendo necessário preencher código de tributação no campo 4 do REG 0440.

Art. 7º Os créditos tributários constituídos pelo sujeito passivo por meio de declaração, não pagos ou pagos a menor, serão enviados, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do encerramento do exercício fiscal a que se refere o crédito, para inscrição em dívida ativa do Município, com acréscimos legais devidos.

Art. 8º A vigência da DES-IF das instituições se dará nos seguintes prazos:

I - No caso do Art. 3º, Parágrafo 1º, Inciso I, iniciando-se no exercício de 2020, a partir da competência 07/2020 e deverá ser enviada até o dia de vencimento da respectiva competência;

II - No caso do Art. 3º, Parágrafo 1º, Inciso II, iniciando-se no exercício de 2020, a partir da competência 07/2020 com vencimento no dia 10 do mês subsequente ao fato gerador;

III - No caso do Art. 3º, Parágrafo 1º, Inciso III, iniciando-se no exercício de 2020, a partir da competência 07/2020 e deverá ser entregue até o dia 10 de janeiro do ano subsequente, referente ao segundo semestre do ano anterior;

III - No caso do Art. 3º, Parágrafo 1º, Inciso IV, iniciando-se no exercício de 2020, a partir da competência 07/2020 e deverá ser entregue até o dia 10 do mês subsequente ao fato gerador;

§ 1º A critério do Fisco Municipal, em caso de procedimento administrativo fiscal, poderá o Município solicitar os arquivos previstos no Art. 3º, referentes aos últimos 5 (cinco) anos.

§ 2º Em caso de dúvidas ou solicitação de prazo para entrega dos arquivos, a instituição deverá comparecer na Secretaria da Fazenda para

formalizar a solicitação ou dirimir quaisquer dúvidas.

Art. 9º A Secretaria da Fazenda poderá expedir outras instruções complementares e normativas necessárias à implementação do presente Decreto.

Art. 10 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras, SC em 17 de junho de 2020.

Marcionei Hillesheim

Prefeito Municipal

EDITAL 49/2020

Publicação Nº 2527881

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 49/2020

OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes, aditivos e graxas para veículos da frota municipal. Início do recebimento das propostas: 22/06/2020 a partir das 10:15 horas. Fim do recebimento das propostas: 02/07/2020 as 08:00 horas. Início da disputa: 02/07/2020 às 9:15 horas.

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 18 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATOS 1092/2020

Publicação Nº 2528298

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1092

AQUISIÇÃO DE JALECO HOSPITALAR, MANGA LONGA, COM RECORTES DE BOLSOS EMBUTIDOS SEM DETALHES, PARA USO DA EQUIPE NA REALIZAÇÃO DO PROJETO "QUARENTENA CRIATIVA", E PARA USO DIÁRIO COM INTUITO DE MINIMIZAR A CONTAMINAÇÃO DO CORONA VIRUS, REDUZINDO O RISCO DE CONTAMINAÇÃO TANTO PARA O TRABALHADOR QUANTO PARA O USUÁRIO. REGIANE ZACARIAS – EPP - CNPJ: 31.059.746/0001-02. Valor do repasse: R\$ 1.757,80 (MIL SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REIAS E OITENTA CENTAVOS). Lontras, 17 DE JUNHO DE 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATOS 1093/2020

Publicação Nº 2528416

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1093

REFERENTE A REVISÃO DE 100 MIL KM DO HB20 QJG 4626 E REVISÃO DE 110 MIL KM DO CARRO HB20 QJG 4546, UTILIZADOS PARA TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO. LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA - CNPJ: 10.459.491/0002-78. Valor do repasse: R\$ 4.012,52 (QUATRO MIL E DOZE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

Lontras, 18 DE JUNHO DE 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI Nº 2530/2020

Publicação Nº 2527924

LEI Nº 2530, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

OBRIGA A TRANSMISSÃO, AO VIVO E VIA INTERNET E A GRAVAÇÃO DAS LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Poderes Legislativo e Executivo do município de Lontras, deverão promover a transmissão ao vivo, por meio da internet em seus respectivos sítios eletrônicos ou redes sociais, bem como a gravação em áudio e vídeo de todas as licitações realizadas no âmbito de cada Poder.

Art. 2º - Os arquivos das gravações dos procedimentos licitatórios deverão ficar disponíveis para consulta, na internet, no sítio eletrônico ou rede social do respectivo poder licitante, no prazo de até 48 (quarenta e oito horas) após o encerramento da licitação.

Art. 3º - O membro da comissão de licitação ou o pregoeiro deverá informar inicialmente sobre qual processo licitatório está tratando, declarando, ao menos, as seguintes informações do processo de compra ou contratação de serviços pelo Poder Executivo ou Legislativo:

I - número do edital de licitação;

II – modalidade de licitação;

III – regime de Execução;

IV – órgão solicitante; e
V - objeto da licitação.

Art. 4º - A transmissão e gravação deverá abranger todas as fases da licitação consideradas públicas.

Parágrafo único. A transmissão e a gravação abrangerão os procedimentos de abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, de verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e de julgamento e classificação das propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital.

Art. 5º - Fica o Departamento de Comunicação/Assessoria de Comunicação dos Poderes citados a obrigatoriedade de realizar as gravações e o Departamento de Informática ou correlato de realizar a disponibilização dos mesmos, no prazo estabelecido nesta lei.

Art. 6º - Os Chefes dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, terão o prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, para implementar todos os termos desta norma jurídica.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 18 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autora: Vereadora Amélia Terezinha Odorizzi de Souza

Projeto de Lei nº 25, de 25 de maio de 2020

PORTARIA Nº 407/2020

Publicação Nº 2527942

PORTARIA Nº 407/2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE LONTRAS – COMDEL.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 97, inciso II, alínea “c” da Lei Orgânica Municipal combinado com art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 22 de 24 de março de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE LONTRAS - COMDEL com a seguinte composição:

I – Representantes da Associação Comercial e Industrial de Lontras - ACIAL:

TITULAR	PAULO SERGIO FRUTUOSO
SUPLENTE	THIAGO SARDAGNA
TITULAR	ANDRE LUIZ CORDEIRO
SUPLENTE	CAROLINE CORDEIRO

II – Representantes da Câmara de Vereadores de Lontras:

TITULAR	AMELIA TEREZINHA ODORIZZI DE SOUZA
SUPLENTE	ANIVALDO CARVALHO JUNIOR

III – Representantes do Poder Executivo de Lontras:

TITULAR	VALMOR ZANDONAI
SUPLENTE	SERGIO MAGGIO
TITULAR	RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
SUPLENTE	RUBENS SERGIO CZIECELSKI

IV – Representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

TITULAR	NORBERTO SENS
SUPLENTE	ARNO POFFO

V – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lontras:

TITULAR	MAURI HAASE
SUPLENTE	VITOR HANG

Art. 2º - O mandato dos membros do conselho do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do município de Lontras - COMDEL, será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido uma única vez.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto 78/2019 de 14/05/2020.

Lontras, 18 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 118/2020**

Publicação Nº 2527771

DECRETO N.º 118/2020

Dispõe sobre homologação de processo administrativo de desapropriação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso IV do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o interesse público para fins conservação de logradouro público, com fulcro no artigo 5º, alínea "i", do Decreto-Lei n.º 3.365/41;

CONSIDERANDO a utilização pela coletividade da área declarada de utilidade pública, como área de uso comum do povo;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 917/1999, que nomeou a área como Rua Antônio Schmitt;

CONSIDERANDO, o Decreto n.º 103/2020 que declarou a utilidade pública da área;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o processo administrativo de desapropriação n.º 01/2020, realizado de forma amigável, da área com 3.947,89 m², que faz parte de um terreno maior, registrado sob a matrícula n.º 6.788 perante o Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de JM Administradora de Bens Eireli, ficando autorizado o Município de Luiz Alves/SC a transferir a propriedade da área para o seu nome.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 119/2020

Publicação Nº 2527791

DECRETO N.º 119/2020

Altera o Decreto n.º 42/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal n.º 1.761/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso III do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 42, de 13 de março de 2019, que dispõe sobre a nomeação dos membros da Junta Administrativa de Recurso de Infrações – JARI no município, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(...)

III – Éderson Markenwski - servidor indicado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 121/2020

Publicação Nº 2528016

DECRETO N.º 121/2020

Aprova desmembramento de área de terra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, por este ato, o desmembramento da área de terra situada no Município de Luiz Alves/SC, com o total de 124.662,39 m², registrada sob a matrícula n.º 21.944 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Olentina Bilck de Freitas e Militino Cals de Freitas.

Art. 2º Fica autorizado o desmembramento do imóvel disposto no artigo 1º deste Decreto, nas seis áreas abaixo descritas, de acordo com a Lei Federal n.º 6.766/79 e com a Lei Complementar Municipal n.º 001/2007:

I - área 3.1 a desmembrar: 2.620,87 m²;

II - área 3.2 a desmembrar: 766,24 m²;

III - área 3.3 a desmembrar: 493,08 m²;

IV - área 3.4 a desmembrar: 450,11 m²;

V - área 3.5 a desmembrar: 40.036,13 m²;

VI - área 3.6 a desmembrar: 80.295,97 m².

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 18 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - SC

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2020 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2528311

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020

Em relação ao Objeto do edital, onde se lê: "CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA" leia-se: "FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA". Neste sentido, por não influenciar nos valores referenciais, mantem-se a data de abertura dos envelopes no dia 01 de julho de 2020, às 09h00min, com protocolo para recebimento destes até às 08h45min do mesmo dia.

Luiz Alves, 18 de junho de 2020.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2020 (FMAS)

Publicação Nº 2528593

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE PARA COMPOSIÇÃO DE CESTA BÁSICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 03/07/2020, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 03/07/2020.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados, nos termos do edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, preferencialmente.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, ou pelos e-mails: licitação@luizalves.sc.gov.br ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br.

Luiz Alves, 18 de junho de 2020.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 298/2020

Publicação Nº 2527797

PORTARIA N.º 298/2020

Altera as Portarias n.º 433/2018, n.º 269/2019, n.º 367/2019, n.º 396/2019, n.º 422/2019 e n.º 211/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 433, de 19 de setembro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª IZABELLI LEITE LEMOS RIBEIRO, para desempenhar a função de agente comunitária de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 269, de 17 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª LILIAN DAISE STEIN, para desempenhar a função de agente comunitária de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 3º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 367, de 03 de outubro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, as servidoras, abaixo elencadas, para desempenharem a função de agente comunitária de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002:

(...)

Art. 4º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 396, de 05 de novembro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. TEOLIDES PIRES DE LIMA GOEIS, para desempenhar a função de agente comunitário de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 5º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 422, de 25 de novembro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. MAYKEL DASSI, para desempenhar a função de médico clínico geral – 30h, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 6º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 211, de 25 de março de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores TAILANA LAYS SCHMEIZER, para desempenhar a função de enfermeira, e EVERSON DA SILVA ANTUNES, para desempenhar a função de fiscal sanitário, junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 10 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 478-A/2018

Publicação Nº 2527798

PORTARIA N.º 478-A/2018

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª ERICA RODRIGUES GOMES, para desempenhar a função de agente comunitária de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 23 de novembro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 073/2020

Publicação Nº 2528955

CONTRATO Nº 073/2020 - PML
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2019 - PML

CONCORRÊNCIA Nº 002/2019 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC neste ato representado pelo Prefeito Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.651.199-07, e portador da cédula de identidade RG nº 3.427.769, denominada CONCEDENTE e ANA TRINDADE KARLOH 6423355987, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.865.004/0001-14 com endereço a Rua Limeira, nº 261, bairro Vila Alemanha, no município de Luzerna representada por ANA TRINDADE KARLOH, brasileira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 642.335.539-87 e inscrita no CPF/MF sob o nº 2.141.106, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, em conformidade com o Processo nº. 045/2019, com o disposto no edital de licitação modalidade Concorrência nº. 002/2019 e com os termos da proposta vencedora, em todas as suas vias e anexos, firmam o presente Contrato administrativo sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui OBJETO deste instrumento a concessão onerosa de uso, a título precário, do espaço físico denominado "QUIOSQUE", integrante da área localizada na Praça Imaculada Conceição, Rua Rui Barbosa, Centro, neste Município de Luzerna/SC, de uso exclusivo para a exploração comercial, pelo maior preço, reservado para funcionamento de comércio de gêneros alimentícios, por um prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, por igual período, até 60 (sessenta) meses, na forma da Lei Complementar Municipal nº 90/2010, conforme Termo de Referência, que integra o edital e o presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

O Presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 045/2019 - Concorrência nº. 002/2019, cláusula 9.20.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. Compreendem obrigações da CONCESSIONÁRIA:

- a. Manter em boas condições de uso e funcionamento as instalações elétricas, hidráulicas e as estruturas internas e externas do quiosque, responsabilizando-se pelo pagamento das contas de água e esgoto e de energia elétrica, bem como será de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA arcar com os custos de telefone e gás, nas dependências da estrutura cedida, em uso.
- b. Recolher, ao término diário da atividade, todo o lixo produzido, que será acondicionado em sacos plásticos descartáveis e retirado do local;
- c. Venda de produtos apenas nos limites do quiosque;
- d. Exibir, quando solicitado pela fiscalização, o documento fiscal de origem dos produtos comercializados;
- e. Fixar em local visível o horário de funcionamento do estabelecimento;
- f. Evitar a poluição visual no quiosque, como o excesso de publicidade, mostruários, produtos, entre outros;
- g. Findo o prazo da concessão, devolver o quiosque em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- h. Respeitar os níveis máximos de som ou ruídos permitidos pela legislação;
- i. Funcionamento mínimo de quarta a domingo, das 16 horas às 22 horas, com possibilidade de prorrogação nos termos dessa concessão;
- j. Os banheiros deverão ficar à disposição dos frequentadores da Praça Imaculada Conceição, nos períodos em que o quiosque encontrar-se aberto.
- k. Funcionar em outras datas e horários requeridos pela Administração Pública, com antecedência prévia de 48h (quarenta e oito horas), para o atendimento da demanda oriunda da realização de promoções e eventos culturais, recreativos, sociais, festivos ou similares.
- l. O Município não se responsabilizará perante fornecedores e terceiros, das despesas realizadas pela CONCESSIONÁRIA.
- m. Realizar o pagamento referente à concessão, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente de cada mês, iniciando a obrigação;
- n. Zelar pelo imóvel e demais bens concedidos pela Administração Pública;
- o. Fornecer todos os utensílios, equipamentos e tudo mais que se fizer necessário para a exploração comercial;
- p. Indenizar a Concedente por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis ou equipamentos, pela execução inadequada dos serviços por seus empregados e/ou fornecedores, podendo, entretanto, a seu exclusivo critério, optar pela reparação dos danos ou reposição dos bens;
- q. Na hipótese de extinção ou rescisão contratual, devolver os equipamentos e bens nas mesmas condições e quantidades em que lhe forem entregues, deixando as instalações do local em perfeitas condições de funcionamento.
- r. Manter rigorosamente limpo e arrumado o local da concessão, bem como todo o entorno. Para tanto, deverão ser providenciadas, por conta da CONCESSIONÁRIA, a higienização, a dedetização, a desinsetização e a imunização das áreas e instalações concedidas;
- s. Utilizar produtos de limpeza adequados à natureza dos serviços, de forma a se obter a ampla higienização do ambiente, e dos funcionários;

- t. Não aproveitar os gêneros preparados e não servidos para cardápios futuros, nem valer-se de quaisquer de seus componentes para preparar outros pratos a serem comercializados como lanches. E, ainda, para maior segurança sanitária, as verduras e frutas, antes de qualquer preparação, deverão ser colocadas em solução bactericida;
- u. Coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços; cuidar da disciplina, controlar a frequência, a apresentação pessoal dos empregados; fiscalizar o uso dos equipamentos, bem como efetuar contato com a Administração, se necessário;
- v. Manter o seu pessoal devidamente uniformizado e identificado por crachá, zelando para que os mesmos se mantenham sempre com boa apresentação, limpos e asseados, devendo substituir imediatamente qualquer de seus empregados ou prepostos que sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da concedente ou que deixem de observar as regras de cortesia no trato com os usuários do refeitório;
- x. Apresentar a lista geral de seus empregados, com dados pessoais de identificação, comunicando por escrito eventuais alterações ou substituições;
- w. Assumir total e exclusivamente a responsabilidade por quaisquer ônus ou encargos relacionados com os seus empregados, na prestação dos serviços objeto do contrato, sejam eles decorrentes da Legislação Trabalhista, Social e Previdenciária, incluídas as indenizações por eventuais acidentes, moléstias e outras de natureza profissional e/ou ocupacional;
- y. Cumprir as exigências dos órgãos atrelados à Fiscalização, mantendo em local visível o comprovante de inspeção da Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade;
- z. Realizar limpeza geral nas caixas de gordura localizadas nas áreas de seus serviços sempre que solicitado pela Administração, anotando em registro próprio.

3.2. Compreendem obrigações da CONCEDENTE:

- a. Fornecer a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação da CONCESSIONÁRIA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;
- b. Para garantir a manutenção do equilíbrio contratual, não será permitida a colocação e manutenção de outros quiosques, trailers e similares no Centro de Eventos, sem expressa autorização do Município, devendo para tanto ser provada a sua viabilidade.
- c. Fiscalizar a execução do contrato referente aos serviços que serão prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- d. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do contrato que estejam em desacordo com o avençado, para que sejam adotadas as devidas providências;
- e. Repassar sempre por escrito à CONCESSIONÁRIA as notificações e/ou alterações julgadas necessárias para exploração e execução dos serviços bem como qualquer reclamação dos visitantes;
- f. Notificar, formal e tempestivamente, a CONCESSIONÁRIA sobre as irregularidades observadas na execução do contrato;
- g. A CONCEDENTE não se responsabiliza por quaisquer mercadorias ou utensílios deixados pela CONCESSIONÁRIA e qualquer outro dano que vier sofrer;
- h. A CONCEDENTE se reserva no direito de vistoriar o imóvel por intermédio do fiscal do contrato, mediante combinação prévia de dia e hora.
- i. A CONCEDENTE terá como prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, para responder toda solicitação, notificação, requerimento da CONCESSIONÁRIA. Caso não haja resposta no tempo previsto acarretará na aceitação tácita do pedido.

CLÁUSULA QUARTA

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

- 4.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela indenização de dano causado a terceiros, decorrente de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à mesma o direito de defesa;
- 4.2. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Contrato pelos órgãos competentes não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação referente à licitação e Contratos Administrativos;
- 4.3. A responsabilidade de que trata a Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos escritos termos do artigo 14 da Lei 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUINTA

DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de 25 de maio de 2020, podendo ser prorrogado a critério exclusivo do Poder Executivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, mediante assinatura de termo aditivo, observado o previsto no art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento deverá ser efetuado da seguinte forma:
 - a. O valor de R\$ 482,00 (quatrocentos e dois reais) que deverá ser realizado mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, de acordo com a apresentação do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) competente, expedido pelo Setor de Tributação.
 - b. O primeiro pagamento será feito após o prazo de carência de 30 (trinta) dias contados de 25 de junho de 2020.
 - c. A forma de reajuste será automática e anual, adotando-se o INPC/IBGE acumulado (índice oficial editado pelo Governo Federal).
 - d. No caso de atraso do pagamento das parcelas, as mesmas serão acrescidas de correção monetária, multa e juros, de acordo com o art. 226 da Lei Complementar nº 31/97, e suas alterações.
 - e. Em havendo atraso de 03 (três) ou mais parcelas do valor relativo à Concessão, consecutivos ou não, implicará na rescisão da Concessão Administrativa de Uso, devendo a posse do Quiosque da Praça Imaculada Conceição ser imediatamente restituída ao Município, sem prejuízo

da cobrança dos valores devidos, nos termos da legislação vigente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

f. O CONCESSIONÁRIO arcará com as despesas de energia elétrica, de água e esgoto, bem como será de sua responsabilidade a segurança do quiosque.

f.1. As faturas de energia, de água e esgoto, bem como qualquer outra despesa deverão ser registradas no momento da assinatura do Contrato de Concessão, no nome da Concessionária.

CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO

7.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja sua rescisão ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, autorizam desde já, a CONCEDENTE rescindir, unilateralmente, o contrato independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, e em especial nos seguintes casos:

- a. O não cumprimento pela CONCESSIONÁRIA de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b. O cumprimento irregular pela CONCESSIONÁRIA de cláusulas contratuais, especificações e prazo;
- c. A lentidão de seu cumprimento, levando a CONCEDENTE a comprovar a impossibilidade da execução dos serviços, nos prazos estipulados;
- d. Atraso injustificado no início dos serviços;
- e. A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à CONCEDENTE;
- f. A subcontratação total do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação não autorizadas pela CONCEDENTE;
- g. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- h. Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas por fiscal da CONCEDENTE em registro próprio, após determinação da regularização das faltas ou defeitos observados;
- i. A decretação da falência ou deferimento de recuperação judicial, de liquidação;
- j. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- k. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- l. Havendo atraso de 03 (três) ou mais parcelas do valor relativo à Concessão, consecutivos ou não, implicará na rescisão da Concessão Administrativa de Uso, devendo a posse do Quiosque da Praça Imaculada Conceição ser imediatamente restituída ao Município, sem prejuízo da cobrança dos valores devidos, nos termos da legislação vigente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

7.2. No caso de rescisão administrativa, a CONCESSIONÁRIA reconhecerá os direitos da CONCEDENTE em aplicar sanções previstas no Edital, e neste Contrato e na legislação que rege a licitação.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

8.1. Independente de outras sanções legais cabíveis, o MUNICÍPIO poderá aplicar cominações a Concessionária em caso de descumprimento das condições previstas para a contratação, de conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

8.2. À CONCESSIONÁRIA será aplicada as sanções legais, a saber:

- a. Advertência;
- b. Multas administrativas, graduáveis conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, cumuláveis com as demais sanções;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitação e contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e. Multa administrativa de 1% (um por cento) do valor do contrato caso a licitante vencedora se recuse a assiná-lo;
- f. Demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, artigos 86, 87 e 88.
- g. Inscrição do débito na dívida ativa do Município.

8.3. A multa por descumprimento da do Contrato de Concessão será aplicada de acordo com a gravidade da infração limitada a 20% do valor do Contrato.

8.4. Havendo 03 (três) autuações por infrações da mesma natureza, por culpa da CONCESSIONÁRIA, será cassada a Concessão Administrativa de Uso, não gerando direito a indenização à Concessionária.

8.5. Não serão consideradas infrações quaisquer danos sofridos pelos quiosques por ação de terceiros, devidamente comprovados, caso em que a concessionária deverá ser intimado a reparar o dano no prazo de 60 (sessenta) dias.

8.6. A CONCESSIONÁRIA responde subsidiariamente por infrações cometidas por seu empregado.

8.7. O Poder Público poderá aplicar a penalidade de cassação imediata da Concessão, nos casos em que afetem a incolumidade pública.

8.8. A aplicação das penalidades observará a forma e os prazos previstos na legislação vigente.

**CLÁUSULA NONA
DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

9.1 A execução do presente Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, pelos servidores Maurício Bittencourt e Juliano Schneider, aos quais deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse do MUNICÍPIO e não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

9.3. A presença da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DAS ALTERAÇÕES**

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Contrato de Concessão.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO

CONCEDENTE

ANA TRINDADE KARLOH
ANA TRINDADE KARLOH 6423355987
NUBIA LOIVA SIMON 02761476990 NUBIA LOIVA SIMON 02761476990
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

DECRETO 2950

Publicação Nº 2528323

DECRETO Nº 2950 de 16 de junho de 2020

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA PELO SUPERÁVIT E SUPLEMENTA PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei nº 1.683 de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada a dotação abaixo pelo superávit financeiro do exercício anterior:

I - Convênio de Trânsito - Civil (011)

Órgão. Uni	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
04.010	2.452	4	90	R\$ 56.000,00

Art. 2º- Fica suplementada a dotação abaixo pelo excesso de arrecadação:

I - Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369 (523)

Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
2.603	3	90	3.150,00

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de junho de 2020.

Luzerna(SC), 16 de junho de 2020.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 050/2020 - PE 030/2020 - APARELHO DE ULTRASSOM BOVINO - PML

Publicação Nº 2528952

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 050/2020 - PML
Pregão Eletrônico nº 030/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VALDECIR RICHARDI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição de aparelho de ultrassom novo para animais de grande porte, para manutenção das atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, bem como da Portaria nº 071/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

Recebimento das propostas: do dia 22/06/2020 a partir das 13h até o dia 02/07/2020 às 13h30min.

Abertura das propostas: dia 02/07/2020 às 13h30min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 02/07/2020 às 14h.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL (www.bll.org.br) e do Município de Luzerna (www.luzerna.sc.gov.br).

Macieira

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO _ PROCESSO LICITAÇÃO N° 0021/2020

Publicação N° 2528605

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA – SC

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° 0021/2020

Tomada de Preço n° 0005/2020

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação com lajotas sextavadas, incluindo desde a drenagem, base, pavimento da rua e passeio com paver, sendo área total a pavimentar de 2.581,00 m², a ser executada em duas Ruas no Bairro KM 30, conforme especificações do Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão de obra.

Abertura das Propostas: às 09h00min horas do dia 07/07/2020, conforme previsto no artigo 21, parágrafo 4º, da Lei n° 8.666/93.

Justificativa: Alteração em itens da Planilha Orçamentária.

Informações: Maiores Informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site do Município www.macieira.sc.gov.br, ou ainda no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, SC, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (049) 3574-2000, ramal 2017.

Macieira/SC, 18 de junho de 2020.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Presidente de Comissão de Licitações

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020/CMDCA

Publicação Nº 2528583

Edital de Chamamento Público nº 001/2020/CMDCA

Divulgação do Resultado Preliminar

1. RELAÇÃO DOS PROJETOS RECEBIDOS E SITUAÇÃO (CLASSIFICADO, NÃO CLASSIFICADO)

Linha 1 – Assegurando o direito à educação, cultura, esporte e lazer

para crianças e adolescentes:

a) Inclusão Social de Crianças e Adolescentes com deficiência no âmbito escolar, para além da Lei da Acessibilidade, como por exemplo: Implantar nas Escolas a acessibilidade de materiais (mapas e livros em Braile, audiolivros), equipamentos, informática e acesso à internet, para todas as crianças e adolescentes, com deficiência.

Valor disponível: 40.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

a.1) Comunicação Suplementar Alternativa – APAE de Mafra – nota 10,00 – valor R\$ 21.736,56 – 1º Classificado - Aprovado

b) Implantar Escola de Tempo Integral, possibilitando que crianças e adolescentes tenham qualidade no ensino-aprendizagem, incluindo atividades extraclasses, como cultura, arte e esporte.

Valor disponível: 80.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

b.1) Tênis de Mesa – APP da EAM “Prof. José Schultz Filho” – nota 9,75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.378,00

b.2) Futsal – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 9,5 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 3.610,00

b.3) Futsal na Escola – APP da EEB “Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 9,5 – 3º Classificado – aprovado - valor R\$ 7.522,50

b.4) Dança de Salão – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 9,5 – 4º Classificado – aprovado - valor R\$ 3.340,00

b.5) Letramento em Cena – APP da EMEF “Campo da Lança” – nota 9,25 – 5º Classificado – aprovado - valor R\$ 6.880,00

b.6) Voleibol na Escola – APP da EMEB “Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 9,0 – 6º Classificado – aprovado - valor R\$ 8.310,00

b.7) Capoeira – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 9,0 – 7º Classificado – aprovado - valor R\$ 7.758,00

b.8) Judô na Escola – APP da EMEF “São Lourenço” – nota 9,0 – 8º Classificado – aprovado - valor R\$ 7.090,00

b.9) Dança – APP da CEM “Beija-Flor” – 9º Classificado – aprovado - nota 9,0 – valor R\$ 2.800,00

b.10) Xadrez – APP da CEM “Beija-Flor” – nota 8,75 – 10º Classificado – aprovado - valor R\$ 2.800,00

b.11) Jiu-Jitsu – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 8,75 – 11º Classificado – aprovado - valor R\$ 10.300,00

b.12) Dança na Escola – APP da EEB “Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 8,25 – 12º Classificado – aprovado - valor R\$ 6.350,00

b.13) Fotografia – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 8,25 – 13º Classificado – aprovado - valor R\$ 9.130,00

b.14) Artesanato – APP da EEB “Monteiro Lobato” – nota 6,25 – 14º Classificado – aprovado - valor R\$ 26.100,00

Total dos projetos aprovados: 107.368,50. Serão objeto de Termo de Colaboração os projetos classificados com as 12 maiores notas, respeitando o limite de recursos previsto para a alínea de ação.

c) Implantar atividades de reforço escolar para crianças e adolescentes, possibilitando o ensino-aprendizagem de reforço escolar, etapa essencial no aprendizado.

Valor disponível: 80.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

c.1) – Apoio Pedagógico – APP da EAM “Prof. José Schultz Filho” – nota 9,75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 4.200,00

c.2) – Reforço Escolar – APP da EMEF “Augusta Vitória” – nota 9,5 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.3) – Assistência Pedagógica – APP da EMEF “Amola Flecha” – nota 9,5 – 3º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.4) – Reforço Escolar – APP da Escola “Avenal do Saltinho” – nota 9,25 – 4º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.5) – Reforço Escolar – APP da EMEB “Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 9,12 – 5º Classificado – aprovado - valor R\$ 11.200,00

c.6) – Reforço Escolar – APP da EMEF “Bem. Felipe Carvalho Martins” – nota 9,0 – 6º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.7) – Reforço Escolar – APP da EMEF “São Lourenço” – nota 9,0 – 7º Classificado – aprovado - valor R\$ 2.800,00

c.8) – Reforço Escolar – APP da CEM “Beija-Flor” – nota 8,75 – 8º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.9) – Reforço Escolar – APP CEM “General Osório” – nota 8,75 – 9º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.10) – Reforço Escolar – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 8,75 – 10º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.11) – Reforço Escolar – APP da EMEB “Vereador Evaldo Steidel” – nota 8,5 – 11º Classificado – aprovado - valor R\$ 2.800,00

Valor total dos projetos apresentados: R\$ 60.200,00.

d) Projetos de musicalização para crianças e adolescentes.

Valor disponível: 40.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

d.1) Fanfarra – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 9,75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.240,00

d.2) Fanfarra – APP da EAM “Prof. José Schultz Filho” – nota 9,5 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 20.038,00

d.3) Música na Escola – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 8.5 – 3º Classificado – aprovado com ressalvas (Associação realizar adequações) -valor R\$ 2.800,00
d.4) Fanfarra – APP da EMEB “Vereador Evaldo Steidel” – nota 7.75 – 4º Classificado – aprovado com ressalvas (Associação realizar adequações) -valor R\$ 28.510,46
d.5) Banda Marcial – APP da EEB “Monteiro Lobato” – nota 7.5 – 5º Classificado – aprovado com ressalvas (Associação realizar adequações) -valor R\$ 12.920,00
d.6) Fanfarra na Escola – APP da EMEB “ Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 7.0 – 6º Classificado – aprovado - valor R\$ 29.910,00
d.7) Fanfarra – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 7,0 – 7º Classificado – aprovado - valor R\$ 31.260,00
d.8) Fanfarra – APP da EMEF “São Lourenço” – nota 6.5 – 8º Classificado – aprovado - valor R\$ 29.910,46
Valor total dos projetos apresentados: R\$ 160.588,92.
Serão objeto de Termo de Colaboração os projetos classificados com as 3 maiores notas, respeitando o limite de recursos previsto para a alínea de ação.

e) Qualificação profissional de jovens para o mercado de trabalho através de cursos de pré-qualificação;
Valor disponível: 30.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

e.1) Qualificação Profissional “Operador de Supermercados” – APP da EEB “Monteiro Lobato” – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 14.978,00

e.2) Qualificação Social e Profissional para jovens aprendizes com deficiência intelectual e autismo – APAE de Mafra – nota 9,66 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 16.283,79

Valor total dos projetos aprovados: 31.261,79. Considerando as possíveis sobras de recurso, serão aprovados os dois projetos.

f) Implantar cursos de informática, como por exemplo: utilizando de espaços existentes nos bairros, a fim de facilitar o acesso à internet guiada para crianças e adolescentes e suas famílias;

Valor disponível: 40.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

f.1) – Informática Educativa – APP da EMEB “Avencal São Sebastião” – nota 9,5 - 1º Classificado – aprovado — valor R\$ 22.200,00

f.2) – Informática – APP da EEB “Monteiro Lobato” – nota 8,0 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 12.990,00

Valor total dos projetos apresentados: R\$ 35.190,00

h) Ampliação de programas culturais nos bairros, incluindo finais de semana, feriados e férias, utilizando-se dos espaços das escolas, associações ou praças.

Valor disponível: 20.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

h.1) Oficina de Teatro – Associação Comunitária Vilanovense – nota 8,25 – 1º Classificado – aprovado com ressalvas (Associação realizar adequações)- valor R\$ 17.141,00

h.2) Oficina de Contação de História – Associação Comunitária Vilanovense – nota 6,75 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 9.600,00

Valor total dos projetos aprovados: R\$ 26.741,00.

Será objeto de Termo de Colaboração o projeto classificado com a maior nota, respeitando o limite de recursos previsto para a alínea de ação.

Linha 2 – Saúde de Crianças e Adolescentes:

a) Redução do índice de gravidez na adolescência, através de discussão em grupos, material informativo e palestras, segundo o que preconiza a UNICEF.
Valor disponível: 40.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

a.1) Campday “Adolescência primeiro, gravidez depois” – Associação Cristã Acampamento MORIAH – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 39.600,00

b) Redução da incidência de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, na adolescência, como por exemplo: ampliar os espaços de discussão sobre a educação para proteção contra as DST's e rodas de conversa sobre corpo e sexualidade.

Valor disponível: 20.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

b.1) Contramaré Não Deixe a Onda te Levar – Associação Cristã Acampamento MORIAH – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 13.137,00

d) Executar projetos de redução de danos e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: estruturar a rede psicossocial para atender crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, com ações efetivas de prevenção e redução de danos.

Valor disponível: 50.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

d.1) Contramaré Não Deixe a Onda te Levar – Associação Cristã Acampamento MORIAH – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 36.862,80

2. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR

Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos serão apresentados por meio físico no mesmo local onde foram protocoladas as propostas de participação no evento, ou por meio eletrônico.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos

indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

Interposto recurso, a Comissão de Seleção e Julgamento dará ciência dele

para os demais interessados, se for o caso, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem, seja pelo meio físico ou eletrônico.

Durante este prazo, os interessados que tiveram os projetos indeferidos/não classificados, ou classificados com necessidade de alteração, poderão procurar as informações relativas ao indeferimento ou restrição, a fim de adequação, sob pena de preclusão.

Os projetos classificados com ressalvas/necessidade de alterações, terão o mesmo prazo do recurso para adequação, sob pena de desclassificação.

Após o prazo de interposição e análise dos recursos/adequações, seguirá a etapa de análise documental para confecção do Termo de Colaboração para os projetos aprovados/classificados dentro da limitação de recursos.

As informações poderão ser solicitadas via protocolo físico na Secretaria Municipal de Administração ou via e-mail através do administracao@mafra.sc.gov.br, com solicitação endereçada à Comissão de Seleção.

Mafra, 17 de junho de 2020.

KÁTIA APARECIDA BORGES SALIBA

PRESIDENTE DO CMDCA DE MAFRA

RESOLUÇÃO N. 004/2020/CMDCA

Publicação Nº 2528267

RESOLUÇÃO N. 004/2020/CMDCA

Mafra, 18 de junho de 2020.

Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, referente ao exercício de 2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei nº 1838, de 06 de outubro de 1992, e conforme deliberado em plenária, durante sua reunião ordinária realizada no dia 17 de junho de 2020, e considerando:

O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra/SC;

O teor do inciso XII do art. 6º da Lei n. 1838/92, que confere ao CMDCA a competência de gerir o Fundo Municipal para a Infância, definindo as políticas de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir, no município, em cada exercício;

A Resolução n. 77/2013 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, que atribui ao CMDCA a competência de emitir Parecer sobre a prestação de contas anual do Prefeito Municipal sobre a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FIA;

O relatório emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e apresentado à plenária através do Ofício 192/2020/SMFP, contendo informações a respeito do repasse de verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FIA, referente ao exercício de 2019, que demonstra a aplicação dos recursos conforme deliberações do CMDCA e em conformidade com Resoluções do CONANDA.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA- de Mafra/SC, apresentada em plenária, referente ao exercício 2019, haja vista o cumprimento por parte do Poder Executivo Municipal da obrigação de repasse de 0,20% de sua arrecadação bruta, inclusive com repasse excedente, em conformidade com a cláusula segunda do Termo de Acordo para a Execução da Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente firmado entre o município de Mafra/SC e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina em 15/05/1997, oriundo do Inquérito Civil n. 001/95.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Kátia Aparecida Borges Saliba

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra/SC- CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL**LEI MUNICIPAL Nº 4.474/2020**

Publicação Nº 2528019

LEI Nº 4.474, de 18 de junho de 2020.

RECONHECE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAFRA COMO ESPORTE E LAZER, A PRÁTICA DO ESTILINGUE E DE DEDEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra/SC, Vereador Adilson Sabatke, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 52, parágrafo 8º, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º A prática do estilingue e de dedeira, amadora e profissional fica reconhecida como uma atividade de esporte e lazer no Município de Mafra.

Art. 2º Para a prática da atividade de estilingue é proibido:

I - O uso do objeto estilingue em atividade nociva à flora, à fauna, como maus-tratos aos animais silvestres e domésticos, conforme Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais);

II - O uso do objeto esportivo estilingue em atividades prejudiciais ao ser humano, precipuamente à integridade corpórea e à saúde, em consonância com a Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil).

Art. 3º Os participantes das atividades descritas no caput do art. 1º deverão se inscrever em associações e portar a carteira de associado, para o traslado do equipamento.

Art. 4º As normas, categorias e regras serão estabelecidas pelas associações para a prática local.

Art. 5º O reconhecimento previsto nesta lei abrange os praticantes na modalidade esportiva e na de lazer amador e profissional.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 18 de junho de 2020.

VER. ADILSON SABATKE

Vice-Presidente da Câmara Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA - IPMM**PORTARIA Nº 67, DE 10 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2528600

PORTARIA N.º 67, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Concede Pensão por Morte a SOLANGE CORDEIRO e HELENA SCHITT

O Presidente do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM, CARLOS OTÁVIO SENFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, item VII da Lei 2.571/01 e com fundamento no art. 22, inciso II da Lei 2.571/2001,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Pensão por Morte a SOLANGE CORDEIRO, portadora do RG nº 6.092.352 e CPF nº 081.505.779-20, e HELENA SCHITT, portadora do CPF nº 123.125.269-30, respectivamente cônjuge e filha do servidor ativo da Prefeitura Municipal de Mafra ADEMIR SCHITT, portador do RG nº 5.061.882 e CPF nº 049.222.649-06, ocupante do cargo efetivo de Profissional de Manutenção e Conservação, matrícula 254081901, falecido em 19 de maio de 2020.

Art. 2º. O valor total dos proventos iniciais de pensão por morte corresponde a R\$ 1.738,84 (um mil setecentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos), equivalente à totalidade da remuneração do cargo efetivo ocupado pelo servidor no momento do óbito.

Parágrafo único. A base de cálculo a que se refere o caput deste artigo é composta pelo vencimento básico do cargo efetivo mais triênios correspondentes a 18% (dezoito por cento).

Art. 3º. A cada uma das beneficiárias mencionadas no artigo 1º desta Portaria cabe a cota de 50% (cinquenta por cento) do valor dos proventos de pensão por morte.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de maio de 2020.

Mafra, 10 de junho de 2020.

CARLOS OTÁVIO SENFF

Presidente do Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

LEI 1211/2020

Publicação Nº 2528598

LEI Nº 1211, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11, DA LEI Nº 914, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 11, da Lei nº 914, de 13 de dezembro de 2012, que Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. O pessoal contratado nos termos desta Lei fará jus às seguintes verbas:

I- o 13º Salário (Gratificação Natalina), que corresponderá a um doze avos, por mês trabalhado, da remuneração devida, referente à função exercida, sendo a fração de direito até o dia quinze de cada mês de trabalho tomada como mês integral;

II- o Servidor Público terá direito a 1/12 de férias quando trabalhar uma fração igual ou superior a 15 dias, em se tratando de férias anuais remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o salário normal após cada período de doze meses de vigência do contrato de prestação de serviços, observada a seguinte proporção, conforme preceitua a Lei Complementar Municipal nº 46, de 26 de agosto de 2015:

- a) trinta dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes;
- b) vinte e quatro dias corridos, quando houver tido de seis a quatorze faltas;
- c) dezoito dias corridos, quando houver tido de quinze a vinte e três faltas;
- d) doze dias corridos, quando houver tido de vinte e quatro a trinta e duas faltas.

III- adicional de insalubridade ou periculosidade, observadas as condições estabelecidas no Artigo 123 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 46, de 26 de agosto de 2015;

IV- Adicional por serviço extraordinário, que será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, e será precedido de autorização do superior imediato, que justificará o fato, respeitado o limite máximo de duas horas diárias e nos domingos e feriados o acréscimo será de 100% (cem por cento) devidamente autorizadas;

V- Licenças médicas para tratamento de saúde ou acidente de serviço, que serão concedidas com base em perícia médica, pelo prazo de até quinze dias, sendo que, a partir do décimo sexto dia, o contratado deverá requerê-la junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

VI- Licença maternidade e amamentação, a contratada deverá requerê-la junto ao Departamento de Recursos Humanos, nos termos da legislação em vigor.

VII- Adicional por serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, que terá o valor da hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52min30seg (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

VIII- Diárias em caso de deslocamento, à serviço do Município, para custeio de despesas com alimentação e hospedagem, nos termos previstos na Lei Municipal nº 1178, de 8 de novembro de 2019.

§ 1º Quando o contrato se extinguir em prazo pré-determinado, antes de completar doze meses de serviços prestados, o contratado terá direito à remuneração relativa ao período proporcional de férias, bem como de 1/3 de abono correspondente as férias e da mesma forma a proporcionalidade do 13º Salário (Gratificação Natalina).

§ 2º É proibida a acumulação de férias.
...."(NR).

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas pela citada legislação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de junho de 2020.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 18 de junho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 563/2020

Publicação Nº 2528324

DECRETO Nº 563, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Altera dispositivo do Decreto nº 106, de 5 de setembro de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente alterado o caput do art. 24 do Decreto nº 106, de 5 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser cancelada pelo emitente no prazo de 25 (vinte e cinco) dias após sua emissão.

Art. 2º O Parágrafo único do art. 24 permanece inalterado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de junho de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 098/2020

Publicação Nº 2528526

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 098/2020 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 036/2020

Chamada Pública n. 005/2019

Contrato Administrativo n. 080/2020

Contratadas: Ecoped Clínica Médica LTDA.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço médicos para exames de ultrassonografia para atender a demanda do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 17 de junho de 2020. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO N° 14/2020 -

Publicação N° 2528746

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 26/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 14/2020

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo licitatório para contratação de empresa especializada na emissão de apólice de seguro automotivo. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h00min do dia 01 de julho de 2020, procedendo à abertura às 14h30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Jose Gaspari nº 69, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 18 de junho de 2020.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO 55.2020 (PMM) - IPM SISTEMAS LTDA

Publicação Nº 2528703

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 55/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E IPM SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhes confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowsky, número 354, 7º andar, bairro Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. ALDO LUIZ MEES, inscrito no CPF sob o nº 292.867.519-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2020 – mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1. Constitui objeto deste contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES.

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto deste contrato é de: R\$ 468.044,09 (QUATROCENTOS E SESENTA E OITO MIL QUARENTA E QUATRO REAIS E NOVE CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Faz parte deste contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, é de conhecimento das partes contratantes: proposta da contratada, edital de licitação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE

3.1. A vigência do contrato oriundo desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, mediante termos Aditivos.

3.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos itens ganhos até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, mediante a elaboração de termo aditivo de contrato.

3.3. Após 01 (um) ano, o contrato será reajustado conforme o INP-C/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo nos termos da legislação vigente, sendo considerada como marco inicial, a data limite para apresentação das propostas.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto deste contrato será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), que é órgão gerenciador e pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A Contratada deverá observar rigorosamente, na execução dos serviços, as especificações e regras estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II do Edital, parte integrante deste contrato, como se transcrito fosse.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos serviços licitados para o período de 12 (doze) meses, será efetuado da seguinte forma:

- Serviços de Implantação e Treinamento dos Usuários: os serviços de implantação e treinamento dos usuários realizados serão pagos em parcela única com vencimento em até 15 (quinze) dias depois da sua realização;
- Provimento de Data center e locação dos Sistemas, suporte técnico e demais serviços mensais: serão pagos de forma mensal e sucessiva durante toda a vigência do contrato, sendo a primeira com vencimento aos 30 dias a contar da liberação do sistema para uso;
- Serviços Sob Demanda Variável: os serviços ofertados por hora técnica (sob demanda) serão pagos de acordo com o número de horas técnicas utilizadas no mês anterior ao mês do pagamento, em conjunto com as parcelas mensais.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com

referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

7.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da referida Prefeitura em seu acompanhamento.

7.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

7.4. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da entrega dos bens;

7.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

7.6. Manter vigente durante a validade do contrato os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

7.7. Prestar o serviço de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência (Anexo II);

7.8. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital.

7.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

7.10. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução desta contratação, eximindo a contratante das consequências de qualquer utilização indevida;

7.11. Indicar, nas notas fiscais emitidas, quando o objeto envolver prestação de serviços, o efetivo período do mês que está sendo faturado.

7.12. Fazer minucioso exame das especificações do software, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

7.13. Submeter-se a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela contratante e/ou por seus prepostos, não eximem a contratada de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

7.14. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado.

7.15. Exercer a manutenção corretiva do Sistema para adaptação às alterações legais (legislação federal e estadual) inerentes às suas funcionalidades, durante toda a vigência do contrato, devendo executar as atualizações que se fizerem necessárias para o seu perfeito funcionamento e enquadramento as mudanças nas legislações;

7.16. Manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias;

7.17. Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Administração, guardando total sigilo perante terceiros;

7.18. Após a rescisão do contrato, fornecer backup e a senha de acesso completo ao banco de dados; comunicar imediatamente, por escrito, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;

7.19. Efetuar garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico pelo período de vigência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação, obrigando-se nos subitens abaixo.

8.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste contrato.

8.3. Fornecer as informações, dados e arquivos necessários para a implantação e configuração da solução (Plataforma, banco de dados).

8.4. Fornecer os recursos e condições necessárias para o acesso à plataforma.

8.5. Aplicar às licitantes vencedoras as sanções regulamentares previstas neste contrato ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

8.6. Exercer a fiscalização dos serviços prestados e documentar as ocorrências se houver. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução dos serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas neste contrato.

- 8.7. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- 8.8. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar os serviços;
- 8.9. A Contratante deverá documentar todos os pedidos de intervenção no sistema e parâmetros de configuração desde a implantação até as demais no decorrer do contrato, bem como fica obrigada a conferir todas as intervenções feitas no sistema pela Contratada antes de liberação para o uso, de modo a evitar possíveis erros ou equívocos, uma vez que a Contratante é a proprietária do banco de dados e responsável por todos os parâmetros, dados e informações repassadas aos técnicos da Contratada para realização de seus serviços;
- 8.10. Responsabiliza-se por erros em cálculos, folhas, relatórios, boletos e cobranças ou outros equívocos de processamento, provenientes de dados, parâmetros e informações repassadas, informadas, lançadas ou carregadas no sistema;
- 8.11. Designar um técnico devidamente capacitado para acompanhar a implantação do sistema e desempenhar as atividades de fiscalização e coordenação técnica e administrativa do projeto;
- 8.12. Emitir Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório e atendidas as solicitações ali formuladas;
- 8.13. Dispor de equipamentos de informática adequados para instalação/rodar o sistema e programas locados;
- 8.14. Proceder o download da cópia de segurança do banco de dados ou disponibilizar estrutura para redundância de informações, assumindo integral responsabilidade pela proteção, integridade e guarda arquivos de dados, todos de sua propriedade, visando satisfazer às necessidades de segurança, assim como "restart" e recuperação no caso de falha de máquina;
- 8.15. Cumprir as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA para o bom funcionamento e operacionalidade do sistema;
- 8.16. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos;
- 8.17. Não permitir que pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA tenham acesso aos softwares e sistema de informações de sua propriedade, bem como, somente permitir acesso aos softwares, de técnicos com identificação e credencial da CONTRATADA e munidos da respectiva ordem de serviço ou documento que o substitua, emitido pela CONTRATADA;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A licitante vencedora estará sujeita por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora no valor de 01% (um por cento) do valor do item/parcela por dia de atraso na prestação do serviço e/ou por atraso na adequação do serviço fornecido, limitado a 20% (vinte por cento);
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de quaisquer cláusulas deste edital e seus anexos, quando a licitante não assinar o contrato, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta comercial;
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
 - d.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
 - d.2) Desatender às determinações da fiscalização;
- e) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa;
- f) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

9.1.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Massaranduba (SC).

9.2. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;

c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;

d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

9.3. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;

b) A não entrega/execução do objeto.

9.4. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias.

9.5. As sanções previstas neste edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

9.6. A mora de parcela significativa, superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei Federal 8.666/93.

9.7. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

9.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.

9.9. A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo acarretará à licitante a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

9.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais atinentes à espécie.

9.11. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

9.12. Será assegurada a contratada os direitos do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, inclusive da revisão dos atos por autoridade superior (Prefeito).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Em conformidade com o art. 65, II da Lei Federal 8.666/93, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes e poderão ser realizadas mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, conforme o caso:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;

g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este contrato, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2020, bem como seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado válido.

13.2. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, estado Santa Catarina, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que se originarem da execução do presente contrato.

13.3. A execução do presente contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Sr. Cirio Martini, Secretário de Administração e Finanças, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E assim por estarem justos e de acordo, na forma acima, assina o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

Massaranduba – SC,	22	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

IPM SISTEMAS LTDA
ALDO LUIZ MEES
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI	ELTRIDA FRITZKE VOELZ
CPF: 452.293.509-97	CPF: 489.697.029-20

MOACIR AFONSO BONATTI N.1

Publicação Nº 2528204

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº83.102.483/0001-62, NOTIFICA, para ter ciência que tramita nesta Prefeitura Municipal o Procedimento Administrativo nº PMM/SMAS nº 001/2018 que tem por objeto o pedido de Legitimação Fundiária para aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidades imobiliárias objeto da Reurb (art. 11, VII, da Lei Federal nº 13.465/2017) aos atuais ocupantes do núcleo urbano informal consolidado: "Moacir Afonso Bonatti" constante da matrícula nº 18.205 do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim: 1. Terceiros Eventualmente Interessados e Confinantes Internos; 2. Titulares de Domínio da Matrícula: Moacir Afonso Bonatti, CPF: 509.383.989-20, Domiciliado na Rua Jacu-Açú, s/n, Guaramirim/SC. Darci Melchiorretto, CPF: 683.466.709-15, Domiciliada na Rua José Dequech, nº 169, Guaramirim/SC.3. Confinantes da Matrícula: Nelcy Fin de Carvalho. Herbert Oechsler. 4. Confinantes atuais do perímetro a ser regularizado: ROSIMERI ANA BERRI GIOVANELLA, 445.754.089-72. AUGUSTO GUTKNECHT, 093.272.669-00. PAULINA KOSLOPP GUTKNECHT, 845.759.569-53.

DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA DE FORMA RESUMIDA: INSTRUMENTO UTILIZADO: Legitimação Fundiária; NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO: Moacir Afonso Bonatti; ENDEREÇO: Rua Otto Bauer, Centro, CEP.: 89.108-000, Massaranduba-SC; PERÍMETRO DA ÁREA A SER REGULARIZADA: 232,35m²; Número de Unidades Imobiliárias: 1; MODALIDADE DA REURB: Reurb-S; RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA: não há.

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) no prédio do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Rua Helga Guesser, nº 650, Massaranduba SC, com as devidas justificativas plausíveis.

ADVERTÊNCIA: Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM, conforme artigo 13, § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20, § 1º e Artigo 31, § 4º da Lei Federal nº 13.465/2017.

DESENHO SIMPLIFICADO:

Massaranduba/SC, 18 de junho de 2020.

Armino Sésar Tassi
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (76/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 76.2019 AD 01 - BETHA SISTEMAS LTDA

Publicação Nº 2519093

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (76/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 76/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhes confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, número 134, bairro Centro, município de Criciúma, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sra. VALCEMIR CAMPOS PONCIANO, inscrita no CPF sob o nº 951.016.409-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2019 – resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o referenciado contrato, para constar a seguinte alteração:

CLAUSULA PRIMEIRA - DAS INCLUSÕES

Fica acrescido no objeto do contrato o sistema de Almoxarifado, no valor mensal de R\$ 477,57 (quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

Parágrafo primeiro: O sistema Almoxarifado terá carência de mensalidade até 31/12/2020. O valor mensal do sistema Almoxarifado, será faturado a partir da competência 01/2021.

Parágrafo segundo: Pela implantação e treinamento do sistema será pago o valor de R\$ 823,68 (Oitocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos). O pagamento será realizado após conclusão da Implantação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 19/06/2021.

O índice INP-C/IBGE que visa o reequilíbrio econômico do período (06/2019 a 04/2020) é de 2,306470%, compreendendo como novo valor global a importância de R\$ 70.078,21 (SETENTA MIL E SETENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que

por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

3.2. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este instrumento deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas.

Massaranduba – SC,	19	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA
VALCEMIR CAMPOS PONCIANO
CONTRATADA

Testemunhas:

CARLOS ALEXANDRE BARUFFI	CRISTIANO RODOLFO TIRONI
CPF: 904.828.169-53	CPF: 037.067.119-82

Matos Costa**PREFEITURA****CONVITE AUDIÊNCIA PPA E LDO**

Publicação Nº 2527630

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa-SC, em cumprimento ao inciso I, do § 1º do artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal convida a população em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada dia 28 de julho de 2020, às 14 (quatorze) horas, referente a revisão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA) para o exercício de 2021.

Excepcionalmente, a AUDIÊNCIA PÚBLICA será realizada virtualmente (online), para evitar aglomeração por conta da pandemia do coronavírus (COVID19), de acordo Decreto Municipal n.58/2020. As entidades civis organizadas e a população em geral podem acompanhar a audiência ao vivo através da rede social do facebook. Para acessar: <https://www.facebook.com/matos.costa.792>. As sugestões para servir de base no processo de revisão do Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), poderão ser encaminhadas online até dia 30/06/2020. Meio de coletas de dados e manifestações: e-mail: contab@matoscosta.sc.gov.br, contabil@matoscosta.sc.gov.br, canal de ouvidoria: ouvidoria@matoscosta.sc.gov.br.

Participe, você cidadão, tem papel fundamental!

DECRETO 86/2020

Publicação Nº 2527487

DECRETO N.º 086/2020 - de 16 de junho de 2020.

“DETERMINA O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, INSCRITOS NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2006 e 2012, CONSIDERADOS PRESCRITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, inciso VII, c/c o art. 91, inciso I da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando que na contabilidade geral do Município encontram-se inscritos em restos a pagar despesas relativas aos exercícios financeiros de 2006 e 2012 no valor de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais);

Considerando o disposto no art. 1º do Decreto Federal n. 20.910/32, que regula a prescrição q-inq-enal dispõe: “As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem”;

Considerando o artigo 206, § 5º, inciso I, do Novo Código Civil Brasileiro, que ratificou este dispositivo da seguinte forma: “Prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular”;

Considerando que não existem registros de processos administrativos ou judiciais no setor administrativo e contábil do município, capazes de suspenderem a contagem do tempo prescricional dos créditos inscritos em restos a pagar acima mencionados;

Considerando que todo credor que considerar-se prejudicado poderá ingressar judicialmente visando resgatar eventual direito e, em caso de êxito não afastará a obrigação da Administração Pública de pagar tais débitos; e

Considerando por fim, que tanto a Lei 4.320/64 quanto a Lei Complementar 101/2000 (LRF), obrigam as gestões públicas a manter o equilíbrio financeiro e orçamentário de cada exercício financeiro:

DECRETA:

Art. 1º Ficam canceladas as dívidas inscritas em Restos a Pagar no Município de Matos Costa/SC., relativas aos exercícios financeiros de 2006 e 2012, alcançadas pela prescrição, nos termos do art. 70 da Lei 4.320/64.

Parágrafo único – O cancelamento determinado no caput do artigo perfaz um montante financeiro de R\$ 570,00 (Quinhentos e setenta reais).

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Matos Costa, 16 de junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo II

DECRETO 87/2020

Publicação N° 2527636

DECRETO N.º 087/2020 - de 17 de junho de 2020.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002249/2019 de 09 de outubro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 31.634,22 (trinta e um mil, seiscientos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Assistência Social, que especifica:

ORGÃO	15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE	15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ATIVIDADE	2.030	MANUTENÇÃO DO BLOCO PSB-FNAS	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1335	Aplicações Diretas 31	31.634,22

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 17 de junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CARTA CONVITE 038-2020

Publicação N° 2527503

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE N.º 038/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 26/06/2020 às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de CARTA CONVITE N.º 038/2020, objetivando a prestação de serviços de recapagem de pneus de máquinas e veículos pertencentes à frota do município de Meleiro/SC.

A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 18 de junho de 2020.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2020

Publicação Nº 2527707

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1018/2020
Modalidade: Pregão Nº 026/2020
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO, AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA O CORONAVÍRUS COVID-19 E TERMOMETRO DIGITAL COM INFRA-VERMELHO
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de junho de 2020
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 26 de junho de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 18/06/20.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

CONTRATO 018-2020 - 18.06.2020 - CASCALHO - WENDLING

Publicação Nº 2528002

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.996.527 e do CPF/MF nº 987.238.989-68, residente e domiciliado na Rua do Comércio, 1488, Apto 401, Edifício Civitta, Centro, na Cidade de Modelo – SC, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e de outro lado:

IVAR WENDLING, brasileiro, casado, engenheiro florestal, portador da cédula de identidade nº 12R 8061471622 SSP-PR e do CPF nº 894.647.709-10, residente e domiciliado na Estrada da Ribeira, Km 111, Jardim Cristina, na Cidade de Colombo – PR, neste ato representado por seu procurador, Sr. Júlio Roberto R-diger, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 2.030.061-1 SSP-SC e do CPF nº 586.059.329-53, residente e domiciliado na Linha Santa Rosa, interior do Município de Modelo – SC, doravante denominado simplesmente de VENDEDOR, tem de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº. 8.883/94, entre si certos e ajustados a contratação do objeto do presente, pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição, por parte do MUNICÍPIO, de cascalho a ser retirado do imóvel de propriedade da VENDEDOR localizado na Linha Santa Rosa, interior do Município de Modelo – SC.

O objeto do presente contrato será retirado do local pelas máquinas e equipamentos da municipalidade, sendo controlado pelo Diretor do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O MUNICÍPIO pagará o valor de R\$ 10,00 (dez reais) a carga de cascalho, no total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), correspondente a 450 (quatrocentos e cinquenta) cargas.

O pagamento será efetivado de conformidade com a necessidade da VENDEDOR e da disponibilidade de máquinas da municipalidade.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo do presente objeto se estenderá até o término das 450 (quatrocentos e cinquenta) cargas. Podendo ser renovado caso haja necessidade.

CLAUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE

O MUNICÍPIO se responsabiliza pela regularização, junto aos órgãos ambientais, da área de onde for retirado o cascalho.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obrigará-se-á:

1. Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado a entrega do objeto e o cumprimento da ordem cronológica de pagamento estabelecida pela tesouraria da Prefeitura Municipal.
2. Transmitir por escritas determinações sobre possíveis modificações nos objetos fornecidos.

3. Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
4. É do MUNICÍPIO a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços em qualquer esfera.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR

O VENDEDOR obrigar-se - à:

1. Entregar o objeto contratado no prazo estabelecido à CONTRATANTE ou a terceiros indicados.
2. Permitindo que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações dos materiais a serem entregues.
3. Permitir o imediato ingresso em sua propriedade de máquinas e pessoal da Prefeitura Municipal de Modelo, para retirada do material.

CLAUSULA SETIMA - DA RESCISÃO OU ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo O VENDEDOR somente o valor dos materiais já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizadas para o objeto do presente contrato as dotações orçamentárias do projeto/atividade do orçamento vigente e subsequentes.

CLAUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamentado para constituição de vínculo trabalhista com empregados e funcionários.
 2. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.
 3. Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato será formalizado por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.
 4. Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as leis Federais 8666/93 de 21 de junho de 1993 e 8.883/94.
 5. Para desempenhar as atribuições de "Fiscal de Contrato", fica designado VILMAR CESCO, Diretor Municipal, para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.
- E por estarem assim juntos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo (SC), aos 18 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER Prefeito Municipal de Modelo Município – Contratante	IVAR WENDLING P.p Júlio Roberto R-diger Vendedor - Contratado
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC N° 11.283-Assessor Jurídico	
--	--

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 015.2020 FMS

Publicação Nº 2527485

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – F.M.S.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2020

CONTRATANTE: Município de Mondaí, através do F.M.S.

CONTRATADA: FOROESTE VEÍCULOS LTDA - CNPJ/MF sob o nº. 86.242.252/0001-42. OBJETO: Este processo tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo SEDAN de fabricação nacional destinado para a Secretaria Municipal de Saúde de Mondaí, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I – Termo de Referência. ORIGEM: Processo Licitatório nº 013/2020 – Pregão Presencial nº 004/2020. VALOR: R\$ 58.300,00 (cinquenta e oito mil e trezentos reais). VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2020. Mondaí – SC, 15 de junho de 2020. GINTHER OTTO DREHER - Gestor e Ordenador de Despesas do F.M.S.

EXTRATO CONTRATO Nº 036.2020 PMM

Publicação Nº 2527483

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2020

CONTRATANTE: Município de Mondaí

CONTRATADA: MAGDIEL KRETSCHMER 04533808913, CNPJ nº 37.240.774/0001-08 Objeto: Credenciamento de prestadores de serviço pessoas físicas ou jurídicas, para a execução/fornecimento dos serviços de máquinas pesadas, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 3.313/2009, Lei Complementar Municipal nº 060/2015, bem como, das disposições contidas no Decreto Municipal nº 5.342 de 18/05/2020, com as respectivas alterações posteriores, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I). ORIGEM: Processo Licitatório nº 019/2020 - Inexigibilidade nº 002/2020. VALOR: R\$ R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais). VIGÊNCIA: até 24 de maio de 2021. Mondaí/SC, 17 de junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas

EXTRATO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - PMM

Publicação Nº 2528777

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Eletrônico – Registro de Preço. TIPO: Menor Preço por ITEM. OBJETO: Aquisição de Veículo Automotor Tipo Furgão, novo, zero km, transformado em veículo ambulância padrão Auto Socorro de Urgência - ASU, do Corpo De Bombeiros Militar de Iporã do Oeste, Posto Avançado de Mondaí/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h15min do dia 22/06/2020 até as 08h15min horas do dia 02/07/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h16min as 08h29min do dia 02/07/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min horas do dia 02/07/2020. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital, em inteiro teor e seu anexo, está à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.mondai.sc.gov.br, ou no Departamento de Compras, situado na Avenida Laju, nº 420, de 2ª a 6ª feira, das 07h45min às 11h45min e 13h30min às 17h30min. Informações através do e-mail compras@mondai.sc.gov.br ou telefone (49) 3674.3100. MONDAI (SC), 18 de junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas.

EXTRATO PREGÃO Nº 014.2020 PMM

Publicação Nº 2528405

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação "multientidade", EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 014/2020. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para realização de limpeza de fossas sépticas de prédios públicos municipais (espaço municipal, banheiros públicos, escolas, secretarias municipais, etc.), do município de Mondaí – SC, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme a necessidade do Município de Mondaí/SC e de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h15min do dia 01 de Julho de 2020. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 01 de Julho de 2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 18 de Junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0117/2020

Publicação Nº 2527455

ATOS DO PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº. 117 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37, da Constituição Federal; mais o que consta nos incisos IV e XI do artigo 56 da LOMM; Lei Complementar 018/2006, e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

CONTRATAR, TÂNIA MARIA STEFFEN, brasileiro(a), residente e domiciliado(a) no município de Mondaí, portador(a) da cédula de identidade nº 5.549.697, inscrito(a) no CPF sob o nº 012.061.020-55, matrícula 4112, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2020, para exercer a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ACT- 40 HORAS, no período de 10.02.2020 a 31.12.2020. Enquadrado(a) no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à data de 10 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se.
Prefeitura Municipal de Mondaí, 17 de fevereiro de 2020.
VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

KARLHEINZ KOELLN
Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

PORTARIA Nº 0395/2020

Publicação Nº 2528338

ATOS DO PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº. 395 DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO pelo período de 30 dias a CESAR BENETTI, matrícula nº3039, ocupante do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO.

Art. 2º. A licença prêmio será gozada no período 15/06/2020 a 14/07/2020, correspondente ao período aquisitivo de 10/06/2013 a 09/06/2018, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 15/07/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 10 de junho de 2020.
VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

PÉRCIO SCHENA
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

PORTARIA Nº 0396/2020

Publicação Nº 2528353

ATOS DO PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº. 396 DE 12 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, ALESSANDRA CAMPOS, matrícula nº 3542, servidor desta municipalidade, lotado no cargo de CHEFE DE DIVISÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 12 de junho de 2020.
VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

ELISEU BOHN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 0397/2020

Publicação N° 2528359

ATOS DO PODER EXECUTIVO
PORTARIA N°. 397 DE 15 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO pelo período de 30 dias a MARIA CECILIA HENZEL MUELLER, matrícula nº 2427, ocupante do cargo de SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º. A licença prêmio será gozada no período 15/06/2020 a 14/07/2020, correspondente ao período aquisitivo de 13/06/2011 a 12/06/2016, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 15/07/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 15 de junho de 2020.
VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

GINTHER OTTO DREHER
Secretário Municipal de Saúde.

Monte Carlo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 16/2020

Publicação Nº 2528785

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO - Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 16/2020

CONTRATADO: Conceito Comercio e Distribuidora Eireli CNPJ: 4.869.829/0001-30.

OBJETO: Óleo Lubrificante

VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo vigorará até 28 de fevereiro de 2021.

Monte Carlo, 13 de fevereiro de 2020.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 24/2020/PM

Publicação Nº 2528770

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 24/2020/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues das 08:00 horas do dia 18/junho/2020 até as 09:45 horas do dia 02/julho/2020. Abertura da sessão no dia 02/julho/2020 às 10:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE consoante as condições estatuidas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Nº 17

Publicação Nº 2528787

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Nº 17

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2020/PM

TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS a SISTEMA

DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ESCOLA MARIA DO ROSÁRIO FISCHER, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessários, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo, que entre si, celebram o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e a empresa FELIPE JOSÉ OLIVEIRA - ME cnpj nº 26.392.356/0001-01 PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

de um lado O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 25, nº 1551, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO, no final assinado e no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa FELIPE JOSÉ OLIVEIRA - ME inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.392.356/0001-01 com sede na cidade de MONTE CARLO neste ato representada pelo(a) Sr(a). FELIPEJOSÉ OLIVEIRA portador(a) do CPF 078.248.569-33. doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o resultado da licitação na modalidade da Tomada de Preço nº 01/2020/PM, do Tipo Menor Preço Global, consoante e decidido no Processo Licitatório nº 003/2020/PM resolvem celebrar o presente Contrato de execução de obra sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE OBRA PARA SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO, com o

fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preço nº 001/2020/PM e seus anexos e à proposta comercial

apresentada pela Contratada para o referido processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência do Contrato será de sua assinatura até 22 de março de 2020 conforme prazo de execução das obras.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES - Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado, são obrigações das partes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA CONTRATANTE

os padrões estabelecidos. Exercer a fiscalização dos serviços por meio de comissão especialmente designada para este fim.

2- A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazimento dos serviços.

3 - Receber e conferir o objeto do contrato, consoante às disposições estabelecidas. 4- Efetuar os pagamentos na forma convencionada na CLÁUSULA NONA.

5 - Permitir que os funcionários da CONTRATADA tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

6- Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, com total ônus à CONTRATADA.

7 - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA CONTRATADA

1 - Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico- financeiro constantes no item 1.1 do presente Edital. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à mesma multa estabelecida no item 14 deste Edital.

2 - Manter a equipe executora dos serviços convenientemente munida de equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

3 - Propiciar o acesso da fiscalização da Prefeitura aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

3.1 - A atuação da comissão fiscalizadora da Prefeitura não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.

4 - Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memoriais descritivos, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias).

5 - Prestar manutenção da obra, durante o período de garantia legal conforme artigo nº 618 do Código Civil de 2002, durante o período de garantia, da seguinte forma:

- Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura.

- Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura.

- Caso o atendimento do chamado e/ou à conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no item 14 deste edital.

6 - Visando à administração da obra, manter 01 (um) engenheiro residente e 01 (um) encarregado geral em período integral.

7 - Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

8 - Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização da Prefeitura, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo.

8.1- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

9 - Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

10 - Fornecer a seus funcionários equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

11 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Prefeitura e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

12 - Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, o espaço deverá ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso.

13 - Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da Prefeitura.

14 - Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

15 - Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização da Prefeitura como inadequados à execução dos serviços.

16 - Entregar o local objeto desta licitação limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização da Prefeitura, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

17 - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.

18 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura.

19 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

20 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação.

21 - Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas em processo licitatório a que este CONTRATO se vincula.

22 - A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

22.1 – Mesmo os serviços sub-contratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratado para ressarcimento do dano causado.

23 - Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

24 - Todo o pessoal contratado para a execução da obra, objeto deste contrato, deverá ser registrado em carteira pelo regime CLT, em nome da Contratada.

25 - A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E

RECEBIMENTO DO OBJETO - O local e as condições de execução, bem como a forma de recebimento do objeto contratado, obedecerão ao seguinte: PARÁGRAFO PRIMEIRO - O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, da data da emissão da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido pela CONTRATANTE, nos termos da lei 8.666/93, dispostos no inciso I de seu artigo 73:

A) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

B) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços a serem executados prevêm obediência às Normas Técnicas da ABNT e às normas dos fabricantes dos materiais e equipamentos.

PARÁGRAFO QUARTO - Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização da obra por meio de comissão fiscalizadora instituída para este fim, bem como auxiliares que se fizerem necessários, devidamente designados pela autoridade competente, podendo, ainda, contratar empresa especializada, para auxiliar nesta atividade.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização da CONTRATANTE solucionará todos os impasses quanto à substituição ou não de peças ou materiais, no todo ou em parte irreperíveis, ficando a seu cargo os critérios para tal. Qualquer alteração feita ao Projeto Executivo, após aprovação da CONTRATANTE, deverá ser registrada no livro "Diário de Obras". Ressalta-se que tal livro não poderá ser retirado, em hipótese alguma, do canteiro de obras até que o objeto pactuado por este contrato seja concluído e entregue mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA.

PARÁGRAFO SEXTO - À fiscalização da CONTRATANTE fica assegurado o direito de:

- a) Exigir o cumprimento de todos os itens e subitens do Projeto Executivo.
- b) Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado ou material de qualidade inferior ou diferente ao especificado em Projeto Executivo, estipulando prazo para a sua retirada e refazimento do serviço, sob ônus da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caberá à comissão fiscalizadora da CONTRATANTE o dever de:

- a) Fazer cumprir todas as disposições das especificações constantes do Projeto Executivo e deste CONTRATO.
- b) Decidir sobre as divergências de projeto e especificações, motivando a escolha tomada.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá manter na direção da obra um profissional habilitado, conforme apresentado em fase licitatória, com conhecimento que lhe permita a execução de todos os serviços, além dos demais elementos necessários à perfeita administração.

PARÁGRAFO NONO - A Administração da obra deverá ser realizada por 1 (um) engenheiro, podendo prestar serviços de fiscalização por meio período e 1 (um) Encarregado Geral, devendo este prestar serviços em período integral. **PARÁGRAFO DECIMO** - As especificações para a execução do objeto do presente contrato são aquelas constantes do Projeto Executivo disponibilizado quando da publicação do Edital a que este CONTRATO se vincula, às quais a CONTRATADA declara ter pleno conhecimento e está obrigada a cumprir fielmente.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

A Obra, objeto do presente Edital, deverá ser executada de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Projeto, até a data de /15/.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS - A CONTRATADA é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - À CONTRATADA caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

PARÁGRAFOS TERCEIROS - Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos mesmos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO - O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR - Ao presente contrato é dado o valor global de R\$ 21,274,14 (vinte um mil, duzentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos. fixo e irreajustável

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal que será emitida após a medição da etapa conforme Cronograma Físico-Financeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, para verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa CONTRATADA deverá fazer constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) correspondente(s), emitida(s) sem rasura, e em letra legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

PARÁGRAFO QUINTO - A comissão fiscalizadora da CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e cumpridas eventuais pendências.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o

pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Especial de Licitação, não se admitindo em nenhuma hipóteses o pagamento de materiais entregues na obra.

PARÁGRAFO OITAVO - Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES - A CONTRATADA

fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos o § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As dotações

orçamentárias para suportar as despesas com a execução do contrato serão oriundas do Orçamento 2020:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES - Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a CONTRATANTE, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos

§§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93. I - Advertência, por escrito. II - Multa.

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será aplicado multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, devida em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no Parágrafo Segundo, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato,

caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o

atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no Parágrafo Primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil decorrente das infrações cometidas junto a CONTRATANTE, inclusive com a possibilidade de exigir perdas e danos.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA, na execução do CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra e/serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela CONTRATANTE. Ressalta-se que a terceirização de serviços pela CONTRATADA não a exime de sua inteira responsabilização dos serviços executados pela empresa subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES - O presente instrumento de CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no capítulo III, Seção III - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO - A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO - A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela CONTRATANTE até a data da rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo a rescisão, a CONTRATANTE poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS - Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ANÁLISE - A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO - A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

Monte Carlo – SC, 21 de fevereiro de 2020
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
CONTRATANTE
Sonia Salete Vedovatto

FELIPE JOSÉ OLIVEIRA - ME
CONTRATADA
Felipe José Oliveira

Testemunhas:

Fiscal de Contrato

Eliza Bulla

DECRETO Nº 051/2020

Publicação Nº 2528772

DECRETO Nº 051/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 84.884,51 (oitenta e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinq-enta e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria de Infra-Estrutura
Unidade Orçamentária 02 – Departamento de Obras Públicas

Projeto/Atividade 1.004 – Pavimentação de Ruas
Elemento Despesa 111 – 4.4.90.00.00.00.01.0034

Valor: R\$ 84.884,51 (oitenta e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinq-enta e um centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do provável excesso de arrecadação:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 18 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PORTARIA 254/2020

Publicação Nº 2528802

PORTARIA Nº 254/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, ao (a) servidor (a) JUÇARA DONATTI DE OLIVEIRA investido(a) na função de ASSISTENTE DE CRECHE, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, a contar do dia 04 de junho de 2020 a 01 de setembro de 2020 compreendendo assim seu período de afastamento, nos termos do Parecer Jurídico nº 033/2020.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data do dia 04 de junho de 2020.

Registre-se, Publique-se em 17 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 255/2020

Publicação Nº 2528804

PORTARIA Nº 255/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, ao (a) servidor (a) SIMONE APARECIDA MOTA BECKER investido(a) na função de ASSISTENTE DE CRECHE, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, a contar do dia 11 de junho de 2020 a 08 de setembro de 2020 compreendendo assim seu período de afastamento, nos termos do Parecer Jurídico nº 044/2020.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data do dia 11 de junho de 2020.

Registre-se, Publique-se em 17 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 256/2020

Publicação Nº 2528805

PORTARIA Nº 256/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER à servidora RETIANE DE FATIMA ROSA, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei nº 17/2006 de 06 de março de 2006; LICENÇA-MATERNIDADE, compreendendo o período de 06 de junho de 2020 a 03 de outubro de 2020.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo na data de 06 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 17 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 257/2020

Publicação Nº 2528808

PORTARIA 257/2020

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE SUAS FUNÇÕES (a) o servidor (a) SIDICLEIA APARECIDA DA SILVA RG 5.662.146 / SSP/SC, aprovada pelo Processo Seletivo Edital 01/2019/ CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR do quadro de Pessoal com provimento TEMPORÁRIO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 23/2007 de 15 de outubro de 2007 e alterações pela Lei Complementar Municipal 65/2013 de 18 de setembro de 2013; lotada no GABINETE DA PREFEITA.

Art. 2º- O afastamento será tomando, como medidas de prevenção e combate a PANDEMIA, em virtude do servidor fazer parte do Grupo de Risco, conforme atestado médico e com amparo no Decreto Municipal nº 40/2020.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 10 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 17 de junho de 2020

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal

PORTARIA 258/2020

Publicação Nº 2528812

PORTARIA 258/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante os meses de JUNHO/JULHO de 2020, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
FABIANE LAEUFER DOS SANTOS	09/05/2017	15/06/2020
	A 08/05/2018	A 14/07/2020

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 15 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 17 de junho de 2020.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 259/2020

Publicação Nº 2528816

PORTARIA Nº 259/2020

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a(os) servidor (es) abaixo relacionados, do quadro de Pessoal com provimento EFETIVO, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, nos termos dos Arts. 20 da Lei Complementar 42/2010 de 26/10/2010 e da Lei Complementar 51/2011, de 14 de dezembro de 2011.

MATRICULA	SERVIDOR	CLASSE	PERCENTUAL
1731	JANDIRA APARECIDA DE LARA	D	18,00
137	MARIA SALETE DA SILVA BATAGHIN	D	18,00
1586	MARIZA APARECIDA RIBEIRO DE JESUS DA SILVA	D	18,00

Art. 2º-Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 16 abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 18 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2020 REGISTRO DE PREÇOS 14/2020

Publicação Nº 2528830

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2020
Processo Administrativo nº 23/2020
Registro de Preços 14/2020

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Monte Carlo, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado na Rod. SC 452, Km 24, 1551 no centro de Monte Carlo - SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 horas do dia 26/05/2020 até 09:00 horas do dia 03/07/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00 às 09:30 horas do dia 03/07/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:30 horas do dia 03/07/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO FUTURA E DE FORMA PARCELADA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

0.2. A licitação será realizada em um único lote.

0.3. O critério de Julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Lote	Item	Qtd	Emb	Descrição do objeto	Unit	Total
1	1	50.000	Kg	Hipoclorito de Sódio 11% (Preço por Quilo)	3,40	170.000,00
TOTAL					170.000,00	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2020 REGISTRO DE PREÇOS 17/2020

Publicação Nº 2528796

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020
Processo Administrativo nº 25/2020
Registro de Preços 17/2020

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Monte Carlo, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado na Rod. SC 452, Km 24, 1551 no centro de Monte Carlo - SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00 horas do dia 19/06/2020 até 13:45 horas do dia 03/07/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:45 às 14:00 horas do dia 03/07/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 03/07/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a O objeto da presente licitação É A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

0.2. A licitação será realizada em um único lote.

0.3. O critério de Julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020/PM REGISTRO DE PREÇOS 001/2020/PM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020/PM

Publicação Nº 2528781

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020/PM
REGISTRO DE PREÇOS 001/2020/PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. Sonia Salete Vedovatto, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, abaixo-assinado, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MARLI ROSSETTO GALAFASSI ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Correa de Melo, na cidade de Monte Carlo - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 26.724.782/0001-03, neste ato representada pela Sra. Marli Rossetto Galafassi, CPF 016.082.779-50, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 – O presente pregão tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO MECÂNICA E CHAPEAÇÃO para veículos, máquinas e equipamentos da frota oficial do município de Monte Carlo, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos necessários para sua execução e fornecimento de peças genuínas sem exclusividade, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital, para o exercício de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos serviços e produtos licitados, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os serviços e produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A CONTRATADA iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de vinte e quatro horas.

2.4 – A CONTRATADA, se obriga a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega dos serviços o FORNECEDOR receberá a importância de R\$:

Item	Especificação	Quantit.	Preço Unit.	Preço Total
1	Serviço de mão de obra especializada em manutenção mecânica de veículos tipo automóveis, vans e utilitários equipados com motores eletrônicos de combustão interna a diesel, gasolina ou etanol, nacionais e importados	1000	19,90	19.900,00
2	Serviço de mão de obra especializada em manutenção mecânica de veículos tipo ônibus e caminhões equipados com motores eletrônicos de combustão interna, a diesel, nacionais e importados.	1000	28,50	28.500,00
3	Serviço de manutenção mecânica de maquinas pesadas.	750	29,90	22.425,00
4	Serviço de mão de obra especializada em chapeação, pintura em veículos e máquinas da frota municipal.	700	67,00	46.900,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – 13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR 6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar e/ou prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar os serviços na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviço;

6.3 - Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

6.5 - Entregar os produtos e serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – É obrigação da contratada manter seu pessoal uniformizado e provendo-os dos EPIs – Equipamento de Proteção Individual.

6.8 – Indicar obrigatoriamente, telefone fixo, celular de contato do representante da empresa, endereço fixo do escritório na cidade de Monte Carlo para que mantenha se permanente contato com o fiscal do contrato e este preposto indicado para que se adote providências requeridas relativas a execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

6.9 – Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos a execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato

convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr. Anildo Correa, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA – 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida

nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	1	Por ocorrência
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado	2	Por ocorrência
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	2	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 002/2020/PM, Pregão Presencial nº 02/2020/PM – Registro de Preços 001/2020

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze meses) a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO Sonia Salete Vedovatto Órgão Gerenciador	MARLI ROSSETTO GALAFASSI ME Marli Rossetto Galafassi Fornecedor
---	---

Testemunhas:

1ª -
2ª -

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020/PM PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020/PM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020/PM

Publicação Nº 2528776

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020/PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020/PM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: EDELMAR DOS SANTOS MEI pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Monte Carlo - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.110.189/0001-17, neste ato representada por: Edelmara dos Santos, cpf nº 024.837.339-05, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos/serviços descritos a seguir, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/ Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2017 de 16/novembro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - Registro de preços para a prestação de serviços de: TRANSPORTE ESCOLAR INTERIOR DO MUNICÍPIO, nos casos especificados conforme delimitações constantes no Edital, para exercício de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 1.1 – As quantidades de unidades individuais dos serviços, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII do Edital de origem.

1.2 - A licitante vencedora iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48:0 horas.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
3	Linha 3 - Com saída às 06:20 horas no interior do município de frente a casa do sr Edelmar, com destino a propriedade de Maurício Mello, retornando até a propriedade do Sr Helber de Lorenzi, retornando até o trevo Pascoal com direção a propriedade do Sr Gilson Zornita e em seguida a passando pela Fazenda Argenta, passando pela propriedade do Sr José Francisco, passando pelo trevo do pita, depois em direção a propriedade do Sr Jocelino Proêncio, passando em pela escola da Linha Moraes seguindo até o último ponto de embarque de aluno no trevo de acesso a residência do Sr Faquim e retornando a Escola da Linha Moraes, perfazendo um total neste trajeto de 53,0 Km computando percurso de ida e volta. Deste ponto - Escola Linha Moraes, segue para o trevo que dá acesso a Frei Rogério, seguindo passando pela residência do "Ipo", vila Arlete, casa do sr "Tunico", seguindo para a propriedade do Sr Marcelo/ Fábio até a residência do sr Elivelton, perfazendo um total de 11,1 km que deve ser contado duas idas e dois retorno até a Escola Linha Moraes somando 44,4 km. Os dois trajetos somam diariamente um total de 97,4 (noventa sete virgula quatro quilômetros). Quantidade KM /DIA: 97,4 km/dia	KM	28.000,00	3,73	104.440,00
TOTAL					104.440,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS

PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Prestar os serviços/entregar produtos nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 - Realizar os serviços/entregar produtos na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços;

5.3 - Prestar os serviços/entregar produtos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.5 - Prestar os serviços licitados/entregar produtos com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente

defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sra; Marlei Vedovatto, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das

obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e

demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

DO FORNECEDOR 10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO

LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 06/2020/PM – Pregão nº 05/2020/PM - Registro de Preços nº 04/2020/PM,

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo, 10 de Fevereiro de 2020

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
Sonia Salette Vedovatto

EDELMAR DOS SANTOS MEI
Edelmar do Santos

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Marlei Vedovatto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020/PM PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020/PM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020/PM

Publicação Nº 2528779

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020/PM PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020/PM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: RAFAEL CORDEIRO MEI pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Monte Carlo - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 28.599.950/0001-01, neste ato representada por: Luiz Cordeiro, cpf nº 420.622.099-91, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos/serviços descritos a seguir, consoante as condições estatuidas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2017 de 16/novembro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - Registro de preços para a prestação de serviços de: TRANSPORTE ESCOLAR INTERIOR DO MUNICÍPIO, nos casos especificados conforme delimitações constantes no Edital, para exercício de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 1.1 – As quantidades de unidades individuais dos serviços, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII do Edital de origem.

1.2 - A licitante vencedora iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48:0 horas.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	Linha 1 - Saída às 12:40hrs do trevo próximo ao cemitério municipal dirigindo-se até a Fazenda Boa Terra - Fischer (1,4km) e retornando ao trevo do cemitério municipal (2,8km) e se deslocando pela Rodovia SC-452 até a propriedade do Sr. Valmor Gauer (2,4km) e por estradas do interior passando pela propriedade de Antenor Maciel, Sítio Águas Claras e Estrada do Aeroporto, retornando para as escolas Municipais: EEBM Olga Fortes; Creche Sonho Infantil; EEBM Carlos Pisani, Prefeitura Municipal (7,6km) EEBM Harry Francisco Haslinger e EEB Erci Dick (8,5km) com retorno às 17:15hrs pelo mesmo trajeto. Diariamente. Quantidade KM /DIA: 22,6 km/dia	KM	7.000,00	4,05	28.350,00
2	Linha 2 - Transporte de alunos do interior de Monte Carlo, saindo as 06:30 horas do centro da cidade seguindo pela Rodovia SC 452, localidade do Carrapicho até entrada de acesso a propriedade Arí Dias (3,4km) e seguindo até esta sede com retorno a encruzilhada de acesso (5,4km), seguindo até Fazenda Lirio J Gomes (9,4km), seguindo a Fazenda Bom Retiro (11,5km), seguindo em retorno até a Fazenda Boa Vista (16,5km) passando pelo viveiro (17,3), Escola Maria do Rosário Fischer (18,4km), seguindo pelo centro da cidade até a Escola Erci Dick (19,6km) e rumo a Escola Carlos Pisani (20,9km); Totalizando entre ida e volta: 41,8 Km/dia	KM	9.135,00	4,05	36.996,75
4	Linha 4 - Saída às 07:00hrs do Centro da Cidade, passando pelo Bairro São Carlos rumo à residência do Sr. Antônio Schumacher (2,9km) retornando (5,8km) e passando pelo Bairro Nossa Senhora Aparecida rumo ao interior - Estrada para Dal'Pai, passando pelo Pesque-Paque Schumacher seguindo até o limite dos municípios Monte Carlo-Campos Novos (9,0km) retornando para as escolas Municipais e Estaduais: EEBM Erci Dick; EEB Profª Virginia P.S. Gonçalves e EEB Marino Pisani, EEBM Maria do Rosário Fischer (13,8km) e até a Prefeitura Municipal (14,8km) com retorno às 11:45hrs pelo mesmo trajeto. Diariamente. Quantidade KM /DIA: 29,6 km/dia	KM	7.400,00	4,05	29.970,00
TOTAL					95.316,75

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS

PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Prestar os serviços/entregar produtos nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 - Realizar os serviços/entregar produtos na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços;

- 5.3 - Prestar os serviços/entregar produtos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;
- 6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.
- 5.5 - Prestar os serviços licitados/entregar produtos com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 5.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sra; Marlei Vedovatto, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e

verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.

3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.9 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.10 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.11 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

DO FORNECEDOR 10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO

LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 06/2020/PM – Pregão nº 05/2020/PM - Registro de Preços nº 04/2020/PM,

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços

a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo, 10 de Fevereiro de 2020
MUNICIPIO DE MONTE CARLO
Sonia Salete Vedovatto

RAFAEL CORDEIRO MEI
Rafael Cordeiro

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Marlei Vedovatto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020/PM PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020/PM REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020/PM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18

Publicação Nº 2528792

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020/PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020/PM
REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020/PM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18**

Aos dez dias do mês de março do ano de 2020, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO**, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: VINICIUS PIROLI MEI, pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Monte Carlo, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 30.912.340/0001-50, neste ato representada por: VINICIUS PIROLI cpf nº 090.653.919-67, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos produtos/serviços descritos a seguir, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2017 de 16/novembro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Registro de preços para a prestação de serviços de: **SERVIÇOS DE BORRACHARIA E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS e MÁQUINAS**, com fornecimento de peças genuínas sem exclusividade, nos casos especificados conforme delimitações constantes no Edital, para exercício de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

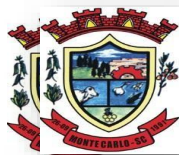
2.1 – As quantidades de unidades individuais dos serviços, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII do Edital de origem.

2.2 - A licitante vencedora iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 3 (três) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.4 - O termo “sem exclusividade” tem o significado legal de que o fornecedor dos serviços, quando da necessidade do uso de peças e ou materiais, deverá efetuar orçamento de preços, em no mínimo 03 fornecedores do referido material, para aprovação da administração, para depois efetivar a aquisição, sendo emitida a respectiva nota fiscal contra a administração municipal, que se responsabilizará pelo pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	CONCERTO PNEU AUTOMÓVEL, MOTOCICLETA e UTILITÁRIO MÉDIO. (144935)	UIN	300,00	19,7828	5.934,85
2	CONCERTO PNEU MICRO-ONIBUS, ÔNIBUS E CAMINHÕES. (144936)	UIN	500,00	39,5657	19.782,85
3	SERVIÇO DE CONCERTO PNEU MAQUINA PESADA	SER	300,00	79,1315	23.739,45
4	MONTAGEM PNEU AUTOMÓVEL, MOTOCICLETA E UTILITÁRIO MÉDIO. (144937)	UIN	200,00	16,3209	3.264,18
5	MONTAGEM PNEU MICRO-ONIBUS, ÔNIBUS E CAMINHÕES. (144938)	UIN	300,00	29,6743	8.902,29
6	MONTAGEM DE PNEU EM MAQUINA PESADA	SER	120,00	79,1315	9.495,78
7	SERVICO DE SOCORRO COM VEICULO PRÓPRIO POR QUILOMETRO RODADO.	KM	1.000,00	3,462	3.462,00
8	BALANCEAMENTO	UIN	500,00	14,8372	7.418,60

Total do Participante---
----->

82.000,00

LOTE: 2

Participante:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
9	TIP TOP PEQUENO	SER	40,00	24,3902	975,61
10	TIP TOP MÉDIO	SER	40,00	39,0244	1.560,98
11	TIP TOP GRANDE	SER	40,00	53,6585	2.146,34
12	RACK PEQUENO	SER	40,00	14,6341	585,36
13	RACK MÉDIO	SER	40,00	24,3902	975,61
14	RACK GRANDE	SER	40,00	43,9024	1.756,10

Total do Participante
----->

8.000,00

Total Geral -
----->

90.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Prestar os serviços/entregar produtos nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar os serviços/entregar produtos na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços;

6.3 - Prestar os serviços/entregar produtos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.5 - Prestar os serviços licitados/entregar produtos com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); Anildo Correa, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a

Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 013/2020/PM – Pregão nº 009/2020/PM - Registro de Preços nº 007/2020/PM,

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 10/Março/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo – SC, 10 de março de 2020.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
Sonia Salete Vedovatto

VINICIUS PIROLI MEI
Vinicius Pirolí



Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Anildo Correa

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE PUBLICAÇÕES DE PROPOSIÇÕES**

Publicação Nº 2528975

EXTRATO DE PROPOSIÇÕES ANALISADAS
(RESOLUÇÕES N. 01 E 03/2020)

Sessão do Plenário Virtual de 18/06/2020

Proposição: Projeto de Resolução nº 4 de 2020 DE 10 DE JUNHO DE 2020

Assunto: ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL (RESOLUÇÃO 01/95) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB, Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, em primeiro turno, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Proposição: Projeto de lei nº 13 de 2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020

Assunto: AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB, Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: PEDIDO DE INFORMAÇÕES N. 13/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Assunto: Que a Chefe do Poder Executivo Municipal informe qual o agente responsável pela ORTRAN, se são repassados valores do Estado de Santa Catarina para a ORTRAN, se sim, a periodicidade, o valor e local de aplicação dos investimentos.

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB, Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: PEDIDO DE INFORMAÇÕES N. 12/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Assunto: Que a Chefe do Poder Executivo Municipal informe se a Prefeitura está pagando pelo espaço em que locado o Colégio Carlos Pisani, uma vez que se encontram suspensas as aulas. Informar, ainda, se as reformas foram iniciadas.

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB, Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: PEDIDO DE INFORMAÇÕES N. 11/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Assunto: Que a Chefe do Poder Executivo Municipal informe se a licitação informada no pedido de suplementação do projeto de lei n. 13/2020 foi realizada, se sim, qual modalidade e qual o valor.

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB, Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: PEDIDO DE INFORMAÇÕES N. 10/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Assunto: Que a Chefe do Poder Executivo Municipal informe se é possível o estabelecimento de outras funerária no município e se há contrato de concessão em vigor dos serviços funerários e se, sim, encaminhar a documentação.

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB, Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: PEDIDO DE INFORMAÇÕES N. 09/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Assunto: Que a Chefe do Poder Executivo Municipal informe os valores, as datas de transferências/repasses à Unidade Mista de Saúde Nossa Senhora da Salette, bem como se houve alteração dos valores dos repasses e, se houve, a razão da alteração, tudo desde janeiro de 2019 até o presente momento, com os respectivos comprovantes.

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB, Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: INDICAÇÃO N. 05/2020 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Assunto: Seja realizada a manutenção da iluminação pública, nas proximidades do término da rua do Comércio, próximo ao Mercado Supercenter, sentido Bairro Aparecida, solicitadas por moradores da redondeza por protocolo 02026.2020.000001-61 na Ouvidoria da Câmara de Vereadores. Assevere-se, por oportuno, que cabe ao Executivo Municipal legislar sobre assuntos de interesse local cabendo-lhe, regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso, os serviços de iluminação pública.

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB, Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Monte Castelo

PREFEITURA

9º CHAMADA ESCOLHA DE VAGAS SELETIVO 001/2019

Publicação Nº 2528474

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ESCOLHA DE VAGAS

Considerando o regime especial de atividades escolares não presenciais na Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura no uso de suas atribuições torna pública a 9ª CHAMADA Sessão de Escolha de Vagas para o ano letivo de 2020, aos Candidatos Classificados no PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2019.

Enquanto pendurarem as medidas restritivas de contato social impostas pelo Decreto nº 562/2020, de 17/04/2020, devido à orientação pelo isolamento social as chamadas não serão presenciais e os candidatos deverão acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contato.

AS CONVOCAÇÕES e as vagas continuarão sendo publicadas no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Monte Castelo (<http://www.montecastelo.sc.gov.br>) e no DOM (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina).

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A chamada para escolha de vagas obedecerá, rigorosamente, a ordem de Classificação do Processo Seletivo Edital nº 001/2019.
2. O candidato convocado deverá comparecer munido de DOCUMENTO DE IDENTIDADE - RG, do CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF e Comprovante de Habilitação exigido conforme edital nº 001/2019, na sexta- feira dia 19/06/2020 às 09h00 na Secretária Municipal de Educação, localizada na Rua: Nereu Ramos, nº 65.
3. Processada a escolha de vaga pelo candidato não será permitida a troca da vaga escolhida, somente quando houver necessidade, mediante autorização por escrito do Superior imediato juntamente com a Secretária Municipal de Educação.
4. O candidato que não atender à esta convocação, terá esgotado seus direitos nesta escolha.
5. O candidato que não apresentar a habilitação exigida não terá direito sob a escolha.
6. Ao escolher a vaga o candidato assinará um termo de compromisso se responsabilizando em cumprir as normas pertinentes ao cargo.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação e terá validade para o ano letivo de 2020.

Monte Castelo, 18 de Junho de 2020
Valmira Vengue Ribeiro
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Sec. Mun. de Educação e Cultura, Rua Nereu Ramos, 65 -CEP: 89.380-000 – Monte Castelo-SC
Telefone: (47) 36540014

ANEXO ÚNICO QUADRO DE VAGAS/ 9ª CHAMADA

VAGA	COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE ESCOLAR	TURNO	CARGA HORÁRIA	MOTIVO
01	Ed. Física	CEI Sabrina Roscamp Granza/ EM Edson Nagano	Vesp/Mat	20 horas	Professor em Licença Maternidade

Valmira Vengue Ribeiro
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Sec. Mun. de Educação e Cultura, Rua Nereu Ramos, 65 -CEP: 89.380-000 – Monte Castelo-SC
Telefone: (47) 36540014

DECRETO Nº 2440

Publicação Nº 2528144

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.440, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

"ALTERA A COMPOSIÇÃO E NOMEIA Membros do Conselho Gestor do FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município c/c o Art. 5º da Lei Municipal nº 2.502/2017, de 23 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Gestor do Fundo de Habitação e Interesse Social do Município de Monte Castelo, composto pelos membros abaixo relacionados, sendo que o primeiro nomeado será o presidente do Conselho, conforme disposto no § 1º, Art.5º:

- I – FABIOLA JACYNTO CORREA _ Secretária de Promoção e Assistência Social;
II - HAMILTON MEIDLER_ representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

III - IVANIL RIBEIRO CARVALHO_ representante do Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida;

IV – GABRIELE RIBEIRO DO NASCIMENTO_ representante da Secretaria Municipal de Habitação e Interesse Social;

V _ GENI ORACZ ENDLER_ representante da Associação da Melhor Idade;

Art. 2º. As atribuições de cada um dos membros do Conselho Gestor do Fundo de Habitação e Interesse Social do Município de Monte Castelo será decidida em reunião ordinária e registrada em ata.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.182, de 31 de julho de 2019.

Monte Castelo, SC, 16 de junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIAS DE 207/2020 A 210/2020

Publicação Nº 2528479

PORTARIA Nº 207/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder aos Servidores que integram o quadro de Pessoal de Provimento Efetivo/Temporário/Comissionado da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, que se encontram em período concessivo, FÉRIAS COLETIVAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre o exercício 2019/2020, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que fazem jus, ocorreram de forma antecipada, no período de recesso escolar;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 será realizado aos referidos servidores no dia 12 de junho de 2020.

Servidores	Matrícula	Período Aquisitivo
ANGÉLICA MOREIRA	8088/09	06/02/2019 à 05/02/2020
ANGÉLICA MOREIRA	8088/13	01/02/2019 à 31/01/2020
ANTÔNIO ROBERTO GREIN BUENO	8355/08	06/02/2019 à 05/02/2020
ARI VIEIRA SIMÕES	3485/01	12/02/2019 à 11/02/2020
AZEMIRA FERNANDES	6475/04	03/06/2018 à 02/06/2019
CARMELITA PRUST LISBOA	3370/01	01/03/2019 à 29/02/2020
CARMELITA PRUST LISBOA	3370/02	16/03/2019 à 15/03/2020
CELSE ALVES DE CARVALHO	9041/04	17/03/2019 à 16/03/2020
CHARLES MARCELO KUHNIER	8676/06	06/02/2019 à 05/02/2020
DIAÇANA ALVES RODRIGUES	8824/08	06/02/2019 à 05/02/2020
ECLAICE PIRES DE MORAES	6565/05	06/02/2019 à 05/02/2020
ECLAICE PIRES DE MORAES	6565/08	06/02/2019 à 05/02/2020
EDINA MOREIRA DOS SANTOS GONÇALVES	7251/07	26/01/2019 à 25/01/2020
EDINEIA RODRIGUES DOS SANTOS	8728/04	06/02/2019 à 05/02/2020
ELENICE TEREZINHA SCHADAI	3380/01	01/03/2019 à 28/02/2020
ELENICE TEREZINHA SCHADAI	3380/06	06/02/2019 à 05/02/2020
ELI JANETE GRESZCZUK	3371/01	01/03/2019 à 28/02/2020
ELI JANETE GRESZCZUK	3371/02	20/02/2019 à 19/02/2020
ELIZABETE CORREA COSTA	3339/07	01/02/2019 à 31/01/2020
EUNICE VENGUE	7817/05	04/02/2019 à 03/02/2020
FRANCISCO FLAUBERTE MARANHÃO	9503/01	25/03/2019 à 24/03/2020
GLACI ALVES FERNANDES	3414/01	08/06/2019 à 07/06/2020
GLACI ALVES FERNANDES	3414/06	06/02/2019 à 05/02/2020
IRENITE SIMANGOZESKI DE MELLO CEZAR	8898/06	07/03/2019 à 06/03/2020

IRISLEI ROSKAMP FOLMER	3372/01	18/05/2019 à 17/05/2020
IRISLEI ROSKAMP FOLMER	3372/07	06/02/2019 à 05/02/2020
IVANILDA LAUTÉRIO BUBA	8774/01	18/08/2018 à 17/08/2019
JANE COLETE GRUBER	8431/01	08/04/2019 à 07/04/2020
JOANITA SELENKA DA SILVA	3481/01	14/03/2015 à 29/05/2020
JOCIMAR JUSTINO DE SOUZA	8673/05	07/03/2019 à 06/03/2020
LAURECI APARECIDA ZADOROSNY	9127/02	06/02/2019 à 05/02/2020
LEONI GREIN RODRIGUES DA SILVA	3472/01	01/03/2019 à 28/02/2020
LEONI GREIN RODRIGUES DA SILVA	3472/06	04/02/2019 à 03/02/2020
LINDACIR KOASKI	2333/01	06/02/2019 à 05/02/2020
LINDACIR KOASKI	2333/07	01/03/2019 à 28/02/2020
LINDAMIR AP. BATISTA ORACZ	3471/01	06/02/2019 à 05/02/2020
LINDAMIR AP. BATISTA ORACZ	3471/07	01/03/2019 à 28/02/2020
LUCI PEREIRA DA ROCHA KOASKI	4575/01	14/03/2019 à 13/03/2020
LUIZ RIBEIRO FERNANDES	6422/02	14/03/2019 à 13/03/2020
MAIRA APARECIDA SCUSEL BARANKIEVICZ	9049/02	02/06/2019 à 01/06/2020
MARCOS ANTONIO ALVES RODRIGUES	9155/02	06/02/2019 à 05/02/2020
MARIA CLAUDINÉIA SELENKA CORREA	2428/12	06/02/2019 à 05/02/2020
MARIA LISCOVSKI SIMOES DE LIMA	3322/01	18/01/2019 à 17/01/2020
MARIA LISCOVSKI SIMOES DE LIMA	3322/02	06/02/2019 à 05/02/2020
MARIA ROSA APARECIDA LAUTÉRIO	3247/05	03/08/2018 à 02/08/2019
MARIA SIRLEI M. DE LIMA WENG	9042/03	06/02/2019 à 05/02/2020
MARIQUIEL DOS SANTOS	9058/02	02/02/2019 à 01/02/2020
MICHELLI SIMOES DE OLIVEIRA	9187/1	06/02/2019 à 05/02/2020
MIRIAM ESTER GREIN	3328/01	20/02/2019 à 19/02/2020
MIRIAN ESTER GREIN	3328/02	01/03/2019 à 29/02/2020
NELCI RODRIGUES DOS SANTOS GREIN	8106/03	15/04/2018 à 14/04/2019
NILZETE MARIA GREIN	1842/01	01/03/2019 à 29/02/2020
NILZETE MARIA GREIN	1842/02	16/03/2019 à 15/03/2020
OSMAR RIBEIRO FERNANDES	899/04	06/02/2019 à 05/02/2020
PAULO HOMENIUK FILHO	8744/01	01/09/2017 à 31/08/2018
RELINDES APARECIDA ROSKAMP	6931/02	30/11/2018 à 29/11/2019
ROBERTO TORQUATO MAURICIO	8767/10	04/02/2019 à 03/02/2020
ROSANGELA BELARMINO	8981/03	23/04/2019 à 22/04/2020
ROSELI APARECIDA DE MOURA	8845/04	10/03/2019 à 09/03/2020
ROSIMARI FREDERICO RODRIGUES	3278/01	20/02/2019 à 19/02/2020
ROSIMARI LATOCHESKI TABALIPA	9183/01	06/02/2019 à 05/02/2020
ROSMELIA ROZWOD	3332/01	01/03/2019 à 28/02/2020
ROSMELIA ROZWOD	3332/02	20/02/2019 à 19/02/2020
SANDRA MARA GONZALVES	4480/12	06/02/2019 à 05/02/2020
SELMA AP. CARDOSO RIBEIRO	3449/07	06/02/2019 à 05/02/2020
SELMA AP. CARDOSO RIBEIRO	3449/02	16/03/2019 à 15/03/2020
SIMONE PEREIRA DE SOUZA GLONEK	8847/08	09/01/2019 à 08/01/2020
TANIA IOLANDA FUCK	5657/04	16/03/2019 à 15/03/2020
TARCISIO MARGOTI	8687/03	06/02/2018 à 05/02/2019
TARCISIO MARGOTI	8687/06	06/02/2018 à 05/02/2019
VALDEMAR MARIN	2337/01	01/02/2019 à 31/01/2020
VERA LÚCIA WENGUE	3373/01	01/03/2019 à 29/02/2020
VERA LÚCIA WENGUE	3373/03	06/02/2019 à 05/02/2020

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 05 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 05 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

PORTARIA Nº 208/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCORPORAÇÃO DE DIFERENÇAS SALARIAIS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DÁ PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, Considerando que as disposições contidas no Artigo 64 da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993 de 26 de Abril de 1993, continuam em plena vigência e eficácia e asseguram aos Servidores Públicos Municipais Efetivos, o direito de incorporação de diferenças salariais, apuradas entre a remuneração do seu cargo de Carreira de Provimento Efetivo e o cargo de Provimento em Comissão e Confiança exercido de forma ininterrupta ou não, a razão de 1/5 (um quinto) por ano; Considerando também, que a matéria referente à incorporação de diferenças salariais visando assegurar a estabilidade financeira dos servidores públicos, vem sendo enfrentada pelos Tribunais Regionais e Superiores e, até então as Cortes de Justiça tem se manifestado favoravelmente à incorporação de diferenças salariais e da garantia da estabilidade financeira dos servidores, especialmente quando existe disposição legal prevendo e disciplinando a matéria; Considerando ainda, o conteúdo do Parecer Jurídico Nº 005/ASG/DRH/2020 datado de 04 de Maio de 2020 expedido pela Assessoria Jurídica do Município de Monte Castelo entorno do Processo Administrativo Nº 004/2020, o qual adoto como razões para decidir; Considerando finalmente, que a concessão de incorporação de diferenças salariais e a manutenção da estabilidade financeira da servidora beneficiada, não provocará aumento e descontrola das despesas públicas Municipais com pessoal e não se inclui nas hipóteses estabelecidas pelo Artigo 8º da Lei Complementar Federal Nº 173 de 27 de Maio de 2020,

RESOLVE:

Art.1º. Fica concedido a servidora VIVIANE DE FÁTIMA FERREIRA DO LIVRAMENTO, investida no cargo de Oficial de Serviços Administrativos Nível "B", do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal criado pela Lei Municipal Nº 1.796 de 30 de Junho de 2005 e reestruturado pela Lei Complementar Municipal Nº 012/2011 de 02 de Maio de 2011, a Incorporação de Diferenças Salariais apuradas entre a remuneração do cargo de Carreira e de Provimento Efetivo e os cargos de Provimento em Comissão e Confiança exercidos pela servidora, durante o período compreendido entre 01 de Março de 2017 a 13 de Novembro de 2019, na proporção de 1/5 (um quinto) por ano, nos termos do Artigo 64 da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993 de 26 de Abril de 1.993.

Art.2º. A incorporação ora concedida será de R\$ 1.134,50 (Um mil, cento e trinta e quatro reais e cinq-enta centavos), importância que será incorporada e agregada à remuneração do cargo de Carreira e de Provimento Efetivo, no qual a servidora se encontra investida em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos, passando assim o referido valor a integrar a sua remuneração mensal.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 15 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 15 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

PORTARIA Nº 209/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 49, Inciso VI, da Lei orgânica do Município,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica criada, no âmbito do Município de Monte Castelo, SC, Comissão Especial para elaboração da LDO/2021 (Lei das Diretrizes Orçamentárias) e LOA/2021 (Lei Orçamentária Anual);

Art. 2º. A comissão será composta pelos servidores abaixo relacionados, ocupando, respectivamente, os cargos de presidente, secretário e membros:

I – João Rafael Fianco, inscrito na matrícula sob o nº 681/01;

II – Kauê Rafael Oracz, inscrito na matrícula sob o nº 9195/01;

III – Aline Carvalho, inscrita na matrícula sob o nº 9144/02;

IV- Viviane F. Ferreira do Livramento, inscrita na matrícula sob o nº 2680/03;

V- Andreza da Silveira, inscrita na matrícula sob o nº 3467/05;

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo vigência de 01 (um) ano.

Publique-se, Registre-se, dê-

se Ciência e Cumpra-se.
Município de Monte Castelo (SC), 15 de Junho de 2020.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 15 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 210/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCORPORAÇÃO DE DIFERENÇAS SALARIAIS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DÁ PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, Considerando que as disposições contidas no Artigo 64 da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993 de 26 de Abril de 1993, continuam em plena vigência e eficácia e asseguram aos Servidores Públicos Municipais Efetivos, o direito de incorporação de diferenças salariais, apuradas entre a remuneração do seu cargo de Carreira de Provedimento Efetivo e o cargo de Provedimento em Comissão e Confiança exercido de forma ininterrupta ou não, a razão de 1/5 (um quinto) por ano; Considerando também, que a matéria referente à incorporação de diferenças salariais visando assegurar a estabilidade financeira dos servidores públicos, vem sendo enfrentada pelos Tribunais Regionais e Superiores e, até então as Cortes de Justiça tem se manifestado favoravelmente à incorporação de diferenças salariais e da garantia da estabilidade financeira dos servidores, especialmente quando existe disposição legal prevendo e disciplinando a matéria; Considerando ainda, o conteúdo do Parecer Jurídico Nº 005/ASG/DRH/2020 datado de 04 de Maio de 2020 expedido pela Assessoria Jurídica do Município de Monte Castelo entorno do Processo Administrativo Nº 004/2020, o qual adoto como razões para decidir; Considerando finalmente, que a concessão de incorporação de diferenças salariais e a manutenção da estabilidade financeira da servidora beneficiada, não provocará aumento e descontrola das despesas públicas Municipais com pessoal e não se inclui nas hipóteses estabelecidas pelo Artigo 8º da Lei Complementar Federal Nº 173 de 27 de Maio de 2020,

RESOLVE:

Art.1º. Fica concedido a servidora ANDREZA DA SILVEIRA, investida no cargo de Oficial de Serviços Administrativos Nível "B", do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo do Poder Executivo Municipal criado pela Lei Municipal Nº 1.796 de 30 de Junho de 2005 e reestruturado pela Lei Complementar Municipal Nº 012/2011 de 02 de Maio de 2011, a Incorporação de Diferenças Salariais apuradas entre a remuneração do cargo de Carreira e de Provedimento Efetivo e os cargos de Provedimento em Comissão e Confiança exercidos pela servidora, durante o período compreendido entre 01 de Novembro de 2013 a 13 de Novembro de 2019, na proporção de 1/5 (um quinto) por ano, nos termos do Artigo 64 da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993 de 26 de Abril de 1993.

Art.2º. A incorporação ora concedida será de R\$ 1.761,10 (Um mil, setecentos e sessenta e um reais e dez centavos), importância que será incorporada e agregada à remuneração do cargo de Carreira e de Provedimento Efetivo, no qual a servidora se encontra investida em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos, passando assim o referido valor a integrar a sua remuneração mensal.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 15 de Junho de 2020.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 15 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIAS DE 211/2020 A 215/2020

Publicação Nº 2528740

PORTARIA Nº 211/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora ADRIANA ROSCAMP, investida no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal de Provedimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 01/04/2016 a 31/03/2017, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, 15 (quinze) dias ocorreram entre 01/06/2020 a 15/06/2020, e os 15 (quinze) dias remanescentes ocorreram de forma antecipada conforme decreto de férias coletivas;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Junho de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;
Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Município de Monte Castelo (SC), 15 de Junho de 2020.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 15 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 212/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora CASSIA LEILA DUFFECK, investida no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 01/04/2019 a 31/03/2020, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, 15 (quinze) dias ocorrerão entre 06/07/2020 a 20/07/2020, e os 15 (quinze) dias remanescentes ocorrerem de forma antecipada conforme decreto de férias coletivas;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Junho de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;
Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Município de Monte Castelo (SC), 15 de Junho de 2020.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 15 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 213/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora RAQUEL FERREIRA VENGUE, investida no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 08/03/2019 a 07/03/2020, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, 15 (quinze) dias ocorreram entre 01/06/2020 a 15/07/2020, e os 15 (quinze) dias remanescentes ocorreram de forma antecipada conforme decreto de férias coletivas;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Junho de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;
Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Município de Monte Castelo (SC), 15 de Junho de 2020.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 15 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 214/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora MARISA PERDONÁ, investida no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 02/04/2019 a 01/04/2020, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, 15 (quinze) dias ocorrerão entre 15/06/2020 a 29/06/2020, e os 15 (quinze) dias remanescentes ocorreram de forma antecipada conforme decreto de férias coletivas;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Junho de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 15 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 15 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 215/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora DERLI CATARINA GREIN, investida no Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 06/05/2018 a 04/07/2019, (período remodelado conforme afastamento) sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, ocorreram de forma antecipada durante o período de recesso escolar.

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Junho de 2020.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 15 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 15 de Junho de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2020

Publicação Nº 2528757

DECRETO Nº 096/2020, em 18 de junho de 2020.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE MORRO DA FUMAÇA”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal, e em atenção ao artigo 4º da Lei Municipal nº 1821, de 27 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Trânsito, nos termos do Artigo 4º da Lei Municipal nº 1821, de 27 de Dezembro de 2017:

1. Representantes do Núcleo de Engenheiros

Natan Felipe de Souza – titular

Marcelo Cechinel – suplente

2. Representante da Secretaria de Infraestrutura

Deborah Lurdes Triches Acordi – titular

José Luiz da Silva Sobrinho – suplente

3. Representante do Distrito de Estação Cocal

Antonio Robson Rodrigues - titular

Edécio Sartor – Suplente

4. Representante da CDL

Claiton da Silva – titular

Fábio de Souza Medeiros – suplente

5. Representante dos Deficientes Físico

Adair de Souza – titular

Diego Batista – suplente

6. Representante da Polícia Militar de Morro da Fumaça

Sargento Edinaldo Martins - titular

Sargento Emerson Oliveira Jeronimo – suplente

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 080/2018.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 18 de junho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 097/2020

Publicação Nº 2528755

DECRETO Nº 097/2020, em 18 de junho de 2020.

“NOMEIA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES- JARI DE MORRO DA FUMAÇA”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal, e em atenção ao artigo 9º da Lei Municipal nº 1791, de 04 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Trânsito, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 1791, de 04 de outubro de 2017:

1. Willian Acordi Pizzetti – titular
Luan de Souza – suplente

2. Cleber Bortolon da Costa– titular
Guilherme Henrique – suplente

3. Juliano Peters Dutra - titular
Clésio Fernandes – Suplente

Art. 2º A presidência será exercida pelo primeiro titular.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 18 de junho de 2020.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.001/2020

Publicação Nº 2527929

LEI Nº 2.001, de 18 de junho de 2020.

"INSTITUI AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DE MORRO DA FUMAÇA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizada a instituição de Audiência Pública Virtual, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Morro da Fumaça, a ser realizada, a critério de cada gestor, respeitadas suas respectivas competências, em situações extraordinárias, ou seja, exclusivamente em situações de convulsão social, calamidade pública, pandemia, emergência epidemiológica, colapso do sistema de transportes ou situações de força maior que impeçam ou inviabilizem a reunião presencial das pessoas.

Parágrafo Único. A Audiência Pública de que trata esta Lei é uma instância de discussão, onde os Poderes Executivo e Legislativo informam e esclarecem dúvidas sobre ações, planos e projetos, públicos ou privados, relativos à política urbana, ao impacto ambiental e demais temas relevantes, notadamente nos casos em que a legislação vigente torne-a obrigatória, como condição para validar/deliberar sobre determinados processos legislativos, atos ou demais projetos e assuntos de interesse público, ou quando há interesse, por parte da própria municipalidade ou da edilidade, mormente em determinar que os cidadãos, de forma direta ou indiretamente, ora figurando como parte interessada no aludido processo legislativo ou decisão administrativa, sejam convidados a exercer o Direito à informação e manifestação sobre estes projetos/temas.

Art. 2º - A Audiência Pública Virtual será processada por meio de solução tecnológica, que viabilize à discussão de matérias, e terá, por base, uma plataforma que permita o debate, com vídeo e áudio, entre os membros da Administração Pública, vereadores e demais agentes políticos/públicos de toda ordem, autoridades, empreendedores e demais interessados, que tenham pleno conhecimento do conteúdo em discussão, além dos convidados, especialistas e com as pessoas interessadas em participar de forma interativa.

Art. 3º - A Audiência Pública Virtual deve ser realizada por meio de comunicação digital, com os seguintes requisitos operacionais:

I - funcionar em plataformas de comunicação móvel e/ou em computadores conectados à Internet;

II - permitir a gravação de áudio e vídeo da íntegra dos debates;

III - possibilitar a concessão da palavra e o controle do respectivo tempo desta, a ser monitorado pelo coordenador da referida audiência;

IV - permitir que os participantes conectados possam solicitar a palavra ao coordenador da audiência;

V - permitir o acompanhamento da audiência pelos demais interessados, ainda que não inscritos ou convidados.

Art. 4º - Deve ser disponibilizada aos usuários em geral, sem necessidade de identificação, para Audiência Pública Virtual:

I - consultar a agenda de audiências públicas;

II - consultar a pauta, a relação de convidados e os documentos acessórios de cada audiência, conforme o caso;

III - assistir, ao vivo, as audiências públicas em andamento, inclusive reproduzir o áudio e vídeo gravado de audiências pretéritas;

IV - acompanhar o debate entre usuários cadastrados, que permanece disponível por escrito durante a audiência (aba: Bate-Papo), acompanhar as perguntas elaboradas por eles (aba: Perguntas) e visualizar as respostas sinalizadas nos áudios e vídeos das transmissões ao vivo.

Art. 5º - Para enviar comentários e participar do debate da Audiência Pública Virtual, é necessário prévio cadastramento no respectivo link, disponibilizado no site oficial dos Poderes Executivo e Legislativo de Morro da Fumaça, em que deva ser preenchido formulário específico, constando o nome completo, número de documento de identificação com respectivo órgão expedidor, número do CPF e endereço completo.

§ 1º Os dados de cadastramento são necessários para garantir que os participantes sejam domiciliados na jurisdição territorial fumacense, quando tal condição esteja prevista na legislação pertinente em vigor.

§ 2º Os dados de cadastramento devem ser armazenados para possibilitar a participação dos cidadãos em eventos digitais interativos, promovidos pelo Município ou pela Câmara de Vereadores, vedada sua divulgação ou compartilhamento para qualquer fim diverso.

Art. 6º - O prévio cadastramento, referido no art. 5º, desta Lei, deve permitir aos usuários:

- I - participar do debate entre usuários cadastrados;
- II - enviar perguntas à Coordenação, servidores, empreendedores e demais convidados que participam da referida audiência pública;
- III - apoiar perguntas de outros usuários;
- IV - receber, dos organizadores do evento, informações adicionais e convites para outras audiências públicas;
- V - enviar comentários e perguntas, na página do evento, antes de sua realização.

§ 1º Os comentários e perguntas devem ser avaliados, com moderação, pela equipe de organização da Audiência Pública Virtual, e, caso não sejam respeitados os "Termos de Uso" atinentes, disponibilizados no site do Município e da Câmara de Vereadores, conforme o caso, serão arquivados.

§ 2º Destacam-se entre as vedações, constantes nos "Termos de Uso", que não serão aceitos comentários e perguntas que:

- I - tratem de assunto diverso do tema da audiência;
- II - contenham declarações de cunho pornográfico, pedófilo, homofóbico, racista, violento ou, ainda, ofensivas à honra, à vida privada, à imagem, à intimidade pessoal e familiar, à ordem pública, à moral, à religião, aos bons costumes ou às cláusulas pétreas da Constituição Federal;
- III - sejam repetidos pelo mesmo usuário;
- IV - sejam incompreensíveis, caso em que pode ser repetido.

Art. 7º - A convocação para a realização de Audiência Pública Virtual será feita com antecedência mínima de dez (10) dias da data prevista para sua realização, através Diário Oficial do Município ou órgão equivalente, bem como promover a fixação do respectivo edital em local de fácil acesso, inclusive no hall de acesso principal à sede dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como através dos meios de comunicação digitais e/ou disponíveis a cada órgão, conforme o caso.

Art. 8º - A audiência Pública Virtual seguirá o seguinte processo:

- I - período pré-audiência: o cidadão, devidamente cadastrado e com login próprio, pode registrar suas opiniões e perguntas;
- II - durante a audiência:

- a) o vídeo e respectivo áudio da transmissão serão disponibilizado ao vivo, no ambiente virtual;
 - b) os membros da Administração Pública, as autoridades, os membros da Câmara Municipal, os representantes do empreendedor e demais convidados, conforme o caso, farão a exposição inicial do projeto/tema objeto da presente interação virtual, a qual não poderá ultrapassar quarenta e cinco (45) minutos;
 - c) os cidadãos podem participar do "Bate-papo", e também registrar suas perguntas e/ou votar nas perguntas ou deliberações já inseridas ou em curso;
 - d) caso haja possibilidade tecnológica, poderão ser feitas perguntas, de forma oral, pelos usuários cadastrados que manifestarem, previamente, interesse em fazê-la, em até dois (2) dias antes da data designada para a realização da aludida Audiência.
 - e) as perguntas mais votadas poderão ser lidas pela coordenação aos presentes, para que estes possam tomar conhecimento do teor/ conteúdo e, querendo, responderem, no momento oportuno da audiência;
- III - encerramento: ao final da audiência, a transmissão ao vivo, a inclusão de perguntas e a janela de Bate-Papo são encerradas.

Art. 9º - Ao final de cada Audiência Pública será elaborado relatório, contendo os temas e pontos discutidos, que será anexado ao processo administrativo correspondente, a fim de subsidiar a decisão a ser proferida pelo órgão/setor competente de cada Poder, conforme suas respectivas atribuições legais.

Parágrafo Único. A íntegra da Audiência Pública Virtual deve permanecer disponível no site do Município e da Câmara de Vereadores, conforme o caso, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 10 - O regulamento completo da Audiência Pública Virtual, bem como os "Termos de Uso", serão editados, através de ato próprio, pelos respectivos gestores, e constarão, em seu inteiro teor, em link's específicos, disponíveis nos respectivos sites de cada Poder em questão.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 18 de junho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

REGISTRO DE PREÇO Nº 093/2020 E 094

Publicação Nº 2527880

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 093/2020. AQUISIÇÃO DE POSTE, conforme anexo I do Edital. Data: 01/07/2020. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 094/2020. AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO DIVERSOS, conforme anexo I. Data: 01/07/2020. Hora: 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 71/2020 PMN

Publicação Nº 2529041

ATA 71/2020 – PMN

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA DEZOITO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 71/2020 PMN. CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLOCAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, COM REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO, ESCORAMENTO DAS PAREDES, REPAROS/MANUTENÇÕES DE BOCAS DE LOBOS E CAIXA DE PASSAGEM/LIGAÇÕES, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS N A J EMPREITEIRA LTDA, C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, L F EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME E APENAS A EMPRESA C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA NÃO SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; ONDE NO LOTE 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME COM O VALOR DE R\$ 720.000,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.5.1 DO EDITAL, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA N A J EMPREITEIRA LTDA COM O VALOR DE R\$ 723.000,00; NO LOTE 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA N A J EMPREITEIRA LTDA COM O VALOR DE R\$ 940.000,00; FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO POR PARTE DA EMPRESA ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 2528809

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva ROSELI MARIA BURGONOV, inscrito no C.P.F n.º 458.510.189-68, adquiriu direito à incorporação do adicional de Insalubridade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2020.04.07597P, que demonstra contribuições nos anos 2013 (9 meses), 2014 (12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (11 meses), 2017(12 meses), 2018(12 meses) e 2019(10 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Junho de 2020.

Era o que tinha a certificar.
Navegantes, 02 de junho de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES
Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

DECRETO Nº 117 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528778

DECRETO N º 117 DE 18 DE JUNHO DE 2020
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3450 de 27/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 5035 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/UNIÃO, até a importância de R\$ 79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 62 – Assistência Social Comunitária

2.081 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Fonte de Recursos – 5035 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/UNIÃO

41 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 79.200,00

T O T A L R\$ 79.200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

DECRETO Nº 118 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528780

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 11.474.080/0001-33

Rua Vereador Nereu Liberato Nunes nº 150 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.

DECRETO Nº 118 DE 18 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1.º, do art. 15, da Lei nº 3450 de 27/11/2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2019, até o valor de R\$ 1.466.296,08 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais e oito centavos) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 6038 – Superávit Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União

ÓRGÃO: 05 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 82 – Mutirão de Consultas Especializadas

2.160 – Manutenção do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC

45 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.397,58

47 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.459.898,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO MUNICIPAL

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 60/2017 PMN

Publicação Nº 2529027

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 60/2017 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : ADRIANO CARPES IMÓVEIS LTDA

Processo/Ano.: Disp.Lic. nº: 03/2017 – PMN

Objetivo : Constitui objeto do presente DISTRATO a pedido do Município, conforme comunicação interna/SME já enviada a contratada da Secretaria de Educação, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº. 60/2017 PMN, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, pautada na entrega de chaves, a partir da data de 03/06/2020.

Navegantes, 03 de Junho de 2020

EXTRATO CONTRATO Nº 107/2020 PMN

Publicação Nº 2528966

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Extrato Contrato nº 107/2020.
PROCESSO: DL Nº 58/2020 PMN.

Contratada...: INFORSEG COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 08.174.249/0001-25, com sede na Rua Waldemar Ouriques nº 699, Bairro Capoeiras, CEP: 88.090-050, Cidade Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor Celio Jose Medeiros, pessoa física inscrito no CPF nº 575.XXX.XXX.XX. Vigência : 180 dias. Licitação : DL nº 58/2020 PMN Valor Total:

Valor: R\$ 57.000,00. Recursos: 02.12.2.130 4.4.90.00.00.00.00.00 (5001).

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIDOR PARA REALIZAÇÃO DE AULAS NA MODALIDADE "À DISTÂNCIA" NO PERÍODO EM QUE AS AULAS PRESENCIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ESTIVEREM SUSPENSAS POR DETERMINAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL E TAMBÉM PARA POSTERIOR UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PELAS UNIDADES ESCOLARES NAS DEMAIS ATIVIDADES DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, SC.

Fundamento: o Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93:

Órgão Responsável pela Solicitação / Ordenador: Secretaria de Educação

Secretário de Educação: Roberto Nicolodi.

Navegantes, 01 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 109/2020 PMN.

Publicação Nº 2528967

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATO Nº 109/2020 PMN.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Empresa SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 33.683.111/0001-07, neste ato representado pelo Superintendente de Relacionamento com Clientes, Sr. JACIMAR GOMES FERREIRA, portador do CPF nº 131.xxx.xxx-xx.

ENDEREÇO: Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN, Quadra 601, Módulo "V", Edifício – Sede BAIRRO: Asa Norte

CIDADE: Brasília/DF CEP: 70.836-900.

Valor : R\$ 8.268,72 (oito mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Vigência : 12 meses.

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 50/2020 PMN.

Recursos : Dotação: 2.111 3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, CONSISTINDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE CONSULTAS AS BASES DOS CADASTROS DE PESSOAS (CPF E/OU CNPJ) ONLINE S BASES DE DADOS CADASTRAIS E ECONÔMICO FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita.

Navegantes, 03 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 108/2020PMN / TERMO Nº 01/337/2019 PMN

Publicação Nº 2528963

Prefeitura Municipal de Navegantes
Extrato Contratual nº 108/2020PMN
Termo nº 01/337/2019 PMN

Contratante....: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : RBO SERVIÇOS PÚBLICOS E PROJETOS MUNICIPAIS EIRELI

CNPJ : 04.521.281/0001-89

Proprietários.: Marcos Alexandre Barioni de Oliveira

Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Pregão Presencial nº 121/2019 PMN

Objeto : Primeiro Termo Aditivo visando a prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato nº 337/2019 PMN, referente ao PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE PROVAS E TÍTULOS A SER PROMOVIDO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS PARA DIVERSOS CARGOS DE QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NAS SUAS DIVERSAS MODALIDADES. Conforme Pregão Presencial nº 121/2019 PMN.

Navegantes, 02 de junho de 2020.

EXTRATO DA ATA 28/2020 FMS

Publicação Nº 2527869

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 28/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 28/2020 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA DO CEFIR (CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO) LOCALIZADA NO CRMH-CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM, ITENS QUE RESTARAM FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 74/2019, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2020 FMS.

Fornecedores: FABIANO NEUMANN
CNPJ nº: 20.717.958/0001-05
Proprietário: Fabiano Neumann
Valor: R\$ 1.636,00
Vigência: 17/06/2020 a 17/06/2021

FGB2 COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº: 35.728.886/0001-79
Proprietário: Felipe Stasun
Valor: R\$ 2.342,00
Vigência: 17/06/2020 a 17/06/2021

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 17 de junho de 2020.

EXTRATO DA ATA 35/2020 PMN

Publicação Nº 2528965

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 35/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 35/2020 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS DO CRAS I; CRAS II; INSTITUIÇÃO DE ACOLOHIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CIDADANIA; PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA; ACESSUAS JOVEM/TRABALHO; PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CURSOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E DEMAIS ATIVIDADES, EVENTOS DE SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUAS.

Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 35/2020 PMN.

Fornecedores: BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº: 11.472.411/0001-04
Sócio: Emerson Billig
Valor: R\$ 11.605,70
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

ELO BRASIL COBRANÇAS EIRELI
CNPJ nº: 21.912.865/0001-02
Proprietária: Ana Carolina Simão
Valor: R\$ 26.000,00
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

KLEBER DE MOURA DALABONA
CNPJ nº: 09.245.708/0001-87
Proprietário: Kleber de Moura Dalabona
Valor: R\$ 7.615,50
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

MÁXIMA ATACADISTA EIRELI
CNPJ nº: 26.716.048/0001-94
Diretor: Luiz Amarildo Mueller
Valor: R\$ 6.740,00
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI
CNPJ nº: 13.060.647/0001-50

Sócia: Julia Cristina Meurer de Souza
Valor: R\$ 2.178,20
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA
CNPJ nº: 19.032.430/0001-13
Sócio: Fabrício Hackbarth
Valor: R\$ 4.142,50
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

RC PAPEIS LTDA
CNPJ nº: 11.286.755/0001-10
Sócio: Ricardo Antonio Stahelin
Valor: R\$ 4.798,00
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

RGP LIMPEZA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI ME
CNPJ nº: 19.664.337/0001-21
Diretor: Régis Gonçalves Pereira
Valor: R\$ 14.100,00
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

SEVEN COMÉRCIO DE EMBALAGENS E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ nº: 24.991.189/0001-90
Sócio: Rochester Gabriel Pitone Franco
Valor: R\$ 143,90
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ nº: 03.365.198/0001-03
Sócio: José Arilton Gemin de Almeida
Valor: R\$ 144,00
Vigência: 18/06/2020 a 18/06/2021

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 18 de junho de 2020.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE PMN 65/2020 PMN.

Publicação Nº 2528976

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE PMN 65/2020 PMN.
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARES EM ORÇAMENTO ELETRÔNICO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA, PARA UTILIZAÇÃO NOS TRABALHOS DE GESTÃO E CONTROLE DA FROTA, PARA UTILIZAÇÃO NOS TRABALHOS DE GESTÃO E CONTROLE DA FROTA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC.
CONTRATADA: AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA,
CNPJ: 02.1444.891/0001-85
Representante: Arthur Koutsodimitropoulos.
Valor: R\$ 7.992,00 (sete mil novecentos e noventa e dois reais).
Recursos: 2.007 3.3.90.00.00.00.00
Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.
Navegantes, 17 de junho de 2020.

IN 2020-1 CONDOMÍNIOS EDILÍCIOS

Publicação Nº 2528775

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA
INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 01/2020/SDER
Dispõe sobre os procedimentos para a inscrição de condomínios edifícios residenciais ou comerciais no cadastro econômico municipal.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, II, da Lei Orgânica do Município, nos termos do contido no Decreto Municipal n. 202, de 12 de março de 2015, com as suas alterações posteriores, considerando a necessidade de disciplinar os atos relacionados ao cadastro mobiliário do Município, RESOLVE:

Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por finalidade dispor sobre os procedimentos a serem adotados pela Diretoria de Tributos Mobiliários e Fiscalização, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, quanto aos atos administrativos referentes ao processo de inscrição dos condomínios edifícios residenciais ou comerciais, conceituados nos termos do art. 1.332 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no Cadastro Econômico Fiscal do Município.

Art. 2º Para inscrição no Cadastro Econômico Fiscal do Município os condomínios edifícios deverão apresentar o requerimento de inscrição contido no Anexo Único da presente Instrução Normativa acompanhados da seguinte documentação:

I – Convenção do condomínio ou Memorial de Incorporação;

II – Cartão CNPJ do Condomínio;

III – Ata da reunião de eleição do síndico.

IV – Documento de Identidade do Síndico;

V – CPF do Síndico;

VI – Comprovante de residência do síndico.

Art. 3º O requerimento, acompanhado dos documentos, deverá ser protocolado junto à Diretoria de Tributos Mobiliários e Fiscalização, que procederá a inserção das informações junto ao sistema tributário e fornecerá a inscrição municipal ao contribuinte.

Art. 4º Todo o processo deverá ser digitalizado e devidamente arquivado pela Diretoria de Tributos Mobiliários e Fiscalização.

Art. 5º Esta instrução normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Navegantes (SC), 10 de junho de 2020.

RODRIGO LEONARDO VARGAS SILVEIRA

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita

ANEXO ÚNICO

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CONDOMÍNIO

IDENTIFICAÇÃO DO CONDOMÍNIO
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO: NÚMERO:
BAIRRO: CEP:
CIDADE: UF:
TELEFONE: () - E-mail:

DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE OS LIVROS OBRIGATÓRIOS CONTÁBEIS E FISCAIS E OS COMPROVANTES DOS LANÇAMENTOS NELES EFETUADOS FICARÃO SOB A GUARDA E RESPONSABILIDADE DO SEU SÍNDICO A SEGUIR IDENTIFICADO

NOME: CPF:
ENDEREÇO: NÚMERO:
BAIRRO: CEP:
CIDADE: UF:
ESTADO CIVIL: DATA DE NASCIMENTO: / /
TELEFONE: () - E-mail:

TEM REQUERER A SUA INSCRIÇÃO NO CADASTRO ECONÔMICO FISCAL DESTE MUNICÍPIO.

TERMOS EM QUE PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

Navegantes (SC), ____ de ____ de ____.

ASSINATURA DO REQUERENTE

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO DE CONDOMÍNIO NO CADASTRO ECONÔMICO MUNICIPAL:

- ☐ 1 – Requerimento padrão preenchido e assinado pela pessoa autorizada, acompanhada do documento de identidade;
- ☐ 2 – Convenção do condomínio ou Memorial de Incorporação, registrado pelo Ofício de Registro de Imóveis, original ou fotocópia autenticada;
- ☐ 3 – Cópia do cartão CNPJ;
- ☐ 4 – Cópias de RG, CPF e Comprovante de Residência do Síndico;
- ☐ 5 – Telefones de contatos do Síndico;
- ☐ 6 – Ata de eleição do Síndico;

O agente fiscal que recepcionar a documentação poderá requerer a apresentação de outros documentos que entender necessários para a Inscrição/Alteração. O indeferimento da inscrição, salvo disposto expressa, implicará na abertura ou alteração, resguardada o direito do fisco de constituir o crédito tributário pelo lançamento. (LC 006/2002)

PORTARIA Nº 2530 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529031

PORTARIA Nº 2530 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
RECONDUZ COMISSÃO PROCESSANTE DA SINDICÂNCIA Nº003/2019.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes –
CONSIDERANDO o número expressivos de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos,
RESOLVE:

I -DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Dayane Patrícia Laureano para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata os Autos nº 003/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº1681, de 13 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº 2853, de 17 de junho de 2019.

II -A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III -Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos em 29 de maio de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2531 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2529033

PORTARIA Nº 2531 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
RECONDUZ COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº14/2019.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes –
CONSIDERANDO o número expressivos de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos,
RESOLVE:

I -DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Salete Maria Branchi para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR com vistas a dar continuidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata os Autos nº 14/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº2308, de 13 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº2902, de 14 de agosto de 2019.

II -A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III -Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2535 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527481

PORTARIA Nº 2535 DE 17 DE JUNHO DE 2020
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o termo de colaboração nº 114/2020 - FMS do credenciamento nº 03/2020 - FMS, cujo objeto: CREDENCIAMENTO VISANDO PROPORCIONAR COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS) PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO

AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIA DE FORMA ININTERRUPTA A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTESQUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, E A ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLNTÁRIOS DE NAVEGANTES INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 04.572.977/0001-34.

Fiscais titulares do Termo de colaboração: Argel Vivaldino Antenor Ribeiro, Alessandra Regina Lucas, Juliana Prauso e Patrícia Bento de Souza Pereira

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2547 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527865

PORTARIA Nº 2547 DE 17 DE JUNHO DE 2020
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 28/2020 FMS do processo licitatório Pregão Presencial 28/2020 cujo objeto REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA DO CEFIR (CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO) LOCALIZADA NO CRMH-CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM, ITENS QUE RESTARAM FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 74/2019, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Conforme Pregão Presencial nº 28/2020 FMS.

Fiscal: ALINE VIEIRA -- (titular)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2571 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528964

PORTARIA Nº 2571 DE 18 DE JUNHO DE 2020
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 35/2020 PMN do Pregão Presencial 35/2020 cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS DO CRAS I; CRAS II; INSTITUIÇÃO DE ACOHIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CIDADANIA; PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA; ACESSUAS JOVEM/TRABALHO; PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CURSOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E DEMAIS ATIVIDADES, EVENTOS DE SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUAS.
Conforme Pregão Presencial nº 35/2020 PMN.

Fiscais:

LUIZ FERNANDO GOMES -- (titular)
IULI DA CUNHA CESCHIN BUBLITZ -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 105-2020

Publicação Nº 2529013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 105/2020
Edital: Tomada de Preços Nº.: 9/2020
Tipo: Menor preço / Global
Objeto: Pavimentação com pedras basalto irregulares na EMNI 028 - Acesso Linha Natal e Linha Dalchiavon, Nova Itaberaba, com área de 2.367,82m²
Entrega dos Envelopes: 830 horas do dia 07/07/20.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 07/07/20.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 1.525, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
NOVA ITABERABA, 18/06/20
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N.º 241/2020 DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529036

DECRETO N.º 241/2020 DE 19 DE JUNHO DE 2020

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2020

ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Ata de Classificação Final referente ao Processo Seletivo n.º 003/2020, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo a Ata de Classificação Final do Processo Seletivo n.º 003/2020, do Município de Nova Itaberaba (SC), conforme Anexo I.

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 19 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

ANEXO I

Fiscal de Tributos e Obras
Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Especí- ficos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1989992	07/03/1995	Cleomara Elis Lauschner	096.761.089- 36	1,00	0,00	3,50	4,50	4,50
Reprovado	1978501	16/11/1998	Tanara Ba- binski	073.426.879- 36	2,00	0,50	1,00	3,50	3,50

Reprovado	1989973	19/09/1990	Camila Karina Zanette	073.731.709-43	1,00	1,50	0,50	3,00	3,00
Ausente	1978035	14/12/1960	Volnir Franz	477.418.059-91	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

Médico Veterinário
Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Especí- ficos	Prova teórica	Média final
1	1990925	06/04/1993	Bruno Luiz Perin Bat- tistel	018.134.830-60	1,00	1,00	5,00	7,00	7,00
2	1990874	11/07/1994	Luana Borelli	085.536.329-03	0,50	2,00	4,50	7,00	7,00
3	1991035	19/07/1993	Mayrini Ru- bas Elsner	084.980.419-10	2,50	1,00	3,50	7,00	7,00
4	1989968	29/06/1978	Demetrius Cansian Baldissarelli	022.987.209-32	1,00	1,50	3,50	6,00	6,00
5	1990886	31/03/1996	Priscila Deotti Signor	093.536.629-66	0,50	0,50	4,00	5,00	5,00
6	1990110	12/07/1997	Ana Paula Piovezan	102.242.239-17	0,50	1,00	3,50	5,00	5,00
Reprovado	1979643	30/09/1989	Rafael Car- niel	043.807.989-25	0,00	0,00	4,00	4,00	4,00
Ausente	1972131	23/10/1989	Caio Resende Docal	395.086.498-95	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1973672	18/04/1991	Maria Apare- cida Sutille	080.659.479-99	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

DECRETO Nº 238/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529010

DECRETO Nº 238/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

“EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: O pedido de exoneração apresentado pelo servidor;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerado das funções de Odontóloga, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora municipal NATALIA PIFFER PASQUALI, cargo ACT, com carga horária de 40 horas semanais, admitido pelo Decreto nº 012/2020.

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, em especial o Decreto nº 012/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 17 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 239/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529009

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova Itaberaba Administrativo
--	---

DECRETO Nº 239/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

"CANCELA INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019, Lei 1.204/2018 de 12 de Setembro de 2018.

CONSIDERANDO: que o servidor não realiza mais plantões na Secretaria de Saúde, não exercendo mais as funções consideradas insalubres e que lhe deram o direito de recebimento do adicional, conforme LTCAT.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - FICA cancelado o adicional de Insalubridade do servidor CLAUDIOMIR RODRIGUES, Motorista, lotado na Secretaria Municipal Saúde, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente, concedido pelo Decreto nº 117/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Junho de 2020, revogadas as disposições em contrário em especial os Decretos nº 117/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 18 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 237/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529012

DECRETO Nº. 237/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

" DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO DICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba Municipal no exercício 2020, no valor de R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais) no Projeto Atividade 1.003 – Pavimentação de Logradouros Públicos, na modalidade de Aplicação Direta 4.4.90, na fonte 03.00 Superávit – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir:

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 451 Infraestrutura Urbana

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 1.003 PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit – Recursos ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 138.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.262/2019 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais)

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 17 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 113/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529006

PORTARIA N.º 113/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio à servidora Pública Municipal SEDIANE OGLIARI, Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 04/05/2020 a 02/06/2020. Período aquisitivo 02/08/2011 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 114/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529005

PORTARIA N.º 114/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor Público CLAUDIOMIR RODRIGUES, Motorista, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, de acordo com a Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 04/05/2020 a 02/06/2020. Período aquisitivo 25/05/2011 a 24/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 115/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529003

PORTARIA N.º 115/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor Público LUIZ ALBERTO PERUZZO, Operador, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, de acordo com a Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 04/05/2020 a 02/06/2020. Período aquisitivo 01/04/2013 a 20/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 116/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529002

PORTARIA N.º 116/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: a necessidade de afastamento de servidores devido a Pandemia do COVID-19 e o requerimento da solicitando a concessão.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, antecipação do período de férias a servidora municipal REJANE MENDES DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 01/05/2020 a 30/04/2021, férias e período de gozo de 04/06/2020 a 03/07/2020

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de Junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO 088/2020

Publicação Nº 2528034

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 088/2020

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO 04/2019 DE 01/07/2019, HOMOLOGADO EM 02/09/2019, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE Recursos humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, ADAUTON RAULINO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para encaminhar por meio eletrônico (rh@novatrento.sc.gov.br e rhaude@novatrento.sc.gov.br), ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 19, 22 e até as 13hs do dia 23 de junho de 2020, evitando o contato presencial, os seguintes documentos (original escaneado):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF e CPF dos dependentes;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (Conforme dispõe Lei nº 2.698 de 20 de dezembro de 2018);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de junho de 2020.

ADAUTON RAULINO
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

RAFAEL VISENTAINER ADAMI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL E NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 088/2020)

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

Classificação	Nome completo
2º	LUISA PIAZZON TRIDAPALLI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 088/2020)

Exmo. Senhor
Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, portador (a) do
RG nº _____ e CPF nº _____, Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº _____, inscrição nº _____, para o cargo de _____, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº _____,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../......

Nova Trento, de de 2020.

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil) _____, Servidor(a) Público(a),
portador(a) do CPF nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____
_____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado
_____, DECLARO, para atender as disposições constantes da Resolução TC 16/94, possuir o(s) seguinte(s) bem(ns) móvel(is) e/ou imó-
vel(is):

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Nova Trento, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO
PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil) _____, portador(a) do CPF
nº _____, RG nº _____, DECLARO para todos os efeitos legais, Não Haver Sofrido ou
Estar Cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidades disciplinares, devido a dispensa em processo seletivo
anterior nos últimos 3 (três) anos, por abandono ao serviço sem justificativa, aplicada por qualquer Órgão Público ou Entidade da esfera
Federal, Estadual ou Municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nova Trento, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portador do RG Nº _____
expedido em _____ pelo _____, inscrito no CPF de nº _____ DECLARO para os devidos fins de
comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado na _____
_____, bairro _____ CEP _____, no município de _____, conforme cópia
de comprovante anexo.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, in verbis:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa
ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.
Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é par-
ticular.”

Nova Trento-SC, ____ de ____ de ____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGO

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____ declaro estar exercendo o cargo de _____ junto a Instituição _____, com carga horária de _____ horas semanais, no período _____, na condição de _____, estando enquadrado na forma prevista no art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988.

Por ser verdade, firmo a presente, sujeitando-me às penas da Lei.

Nova Trento, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____ declaro que não ocupo qualquer outro cargo, emprego, função ou presto serviço em órgão da administração direta ou indireta do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou que dos mesmos esteja afastado por motivo de licença remunerada, não exercendo qualquer atividade que caracterize acumulação na forma da Lei, ou ainda, incompatibilidade de horários com o cargo que exercerei.

Também declaro que não estou enquadrado em nenhuma das hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, ciente de que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções que abrange Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e Sociedades Controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

Por ser verdade, firmo a presente, sujeitando-me às penas da Lei.

Nova Trento, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Declarante

PORTARIA Nº 515/2020

Publicação Nº 2527938

Portaria nº 515, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Designa Gestor da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Trento - COMDEC.

Gian Francesco Voltolini, Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e Lei Complementar nº 662/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor municipal, EDUARDO FABRIS DA SILVA, portador do CPF nº 026.613.109-32, nomeado no cargo de provimento em Comissão de Diretor de Proteção e Defesa Civil, da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Trento-COMDEC, (Portaria nº 601, de 06 de setembro de 2018), como GESTOR DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE NOVA TRENTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 038/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Rafael Visentainer Adami
Secretário M. Administração e Finanças

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 516/2020

Publicação Nº 2528012

PORTARIA Nº 516/2020**Concessão de Férias**

Rafael Visentainer Adami, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, MARIA CRISTINA ADAMI, matrícula nº 262, ocupante do cargo de provimento em efetivo de Assistente Administrativo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 19/06/2020 a 18/07/2020, relativo ao período aquisitivo de 27/04/2020 a 26/04/2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de junho de 2020.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PRIMEIRO ADITIVO - CONTRATO Nº 072/2020

Publicação Nº 2527878

TERMO ADITIVO DE VALOR – ADIÇÃO**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 072/2020**

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, RAFAEL VISENTAINER ADAMI, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa CANTO GRANDE ENGENHARIA EIRELI (CNPJ), estabelecida a Rua Hortencia, 242, Morrinhos, município de Bombinhas/SC, CNPJ/MF n. 29.414.584/0001-23, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. MERILIN LOUIZE FUNK, doravante denominada Contratada, considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, e cláusula 18ª do contrato original, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato nº 072/2020, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços de mão de Obra, para execução de pavimentação e sinalização da Rua Vicente Vargas, bairro Vigolo, com 2.535,80 m², incluindo mão de obra, material (quando for o caso) e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 072/2020, para aditar ao mesmo a importância de R\$ 16.208,64 (dezesesseis mil, duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), correspondente a 11,03% do contrato original, conforme solicitação anexada a esta, firmada pelo senhor prefeito, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Aumento de 270,00 metros de pavimentação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 072/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 16 de junho de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito	CANTO GRANDE ENGENHARIA EIRELI Contratada Registrado e publicado o presente Contrato em 14
--------------------------------------	--

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Varley O. Dalbosco
Secretário M. Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Testemunhas:

Aprígio José Botameli

Fábio de Freitas

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2018

Publicação Nº 2526072

TERMO ADITIVO DE PRAZO E SUPRESSÃO**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 069/2018**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 069/2018, CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA GESTÃO GOVERNAMENTAL DO MUNICÍPIO, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Jucelino Marino Chini, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA., com sede Av. Coronel Marcos Konder, 1207, sala 70, Centro, Itajaí/SC, CEP: 88.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.292.316/0001-43, neste ato representada pela sua Diretora Administrativa: Sra. IVETE GERALDO, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA", considerando o disposto no § 1º do art. 57 da lei federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o contrato nº. 069/2018, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 069/2018, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato por mais 6 (SEIS) meses, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93. Prazo de Execução: 17/06/2020 a 16/12/2020.

Cláusula Segunda – DOS PAGAMENTOS

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 069/2018, suprimindo o valor em 20 % (vinte por cento) do valor inicial, reduzindo para R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), MENSAIS, conforme acordo bilateral, em decorrência da Pandemia provocada pelo COVID-19.

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em 2 (duas) vias de igual teor, junto a as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 15 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito
Contratante

Logos Assessoria e Projetos Ltda.
Contratada

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____
Aprígio José Botameli

2. _____
Fábio de Freitas

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 181, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2527996

DECRETO Nº 181, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, ATIVIDADE, FONTE DE RECURSOS E CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 35.000,00, POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o art. 9º, inciso III, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019 e Lei Municipal n.º 2.789, de 05 de junho de 2020,

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2020), em favor da Unidade Prefeitura Municipal de Nova Veneza, crédito especial no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade 04 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Funcional Programática: 08.243 – Assistência Social – Assistência à Criança e ao Adolescente

Atividade 2.078: Manutenção do FIA

Modalidade: 3.3.90.00.00.0707 (___) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Modalidade: 4.4.90.00.00.0707 (___) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados aos créditos do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 707 – Transferências de Recursos do FIA, creditados na Conta Corrente Nº 21.064-1, Ag. 2357-4 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes que se fizerem necessários nos anexos de metas físicas e fiscais do Plano Plurianual 2018/2021 – Lei Municipal nº 2.573/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 – Lei Municipal nº 7.712/2019, por conta das alterações constantes da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, 08 de junho de 2020

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada em 08 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 184, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2527999

DECRETO Nº 184, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.109, de 10 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 011/CME/2020, do Conselho Municipal de Educação, datada em 02 de junho, anexa a este Decreto, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Centro Educacional Sossego da Mamãe, de Nova Veneza/SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus – COVID - 19.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 08 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 08 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2020

Publicação Nº 2526969

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2020

Número do Registro de Preços: 2/2020		Data do Registro: 18/06/2020		Válido até: 18/06/2021		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 175/70/R14, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19261)	UN	XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (3655)	ROADKING R.	0	201,8900	1
2	Pneu 205/75/R 16 C, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19296)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (3876)	XBRI	0	336,0000	2
3	Pneu 185/65/R 15, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19280)	UN	XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (3655)	X-BRI CAROP	0	339,7300	1
4	Pneu 225/65/R 16C, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19305)	UN	LUDA PNEUS LTDA - EPP (2094)	FIRESTON	0	580,0000	2
5	Pneu 185/60/R 15, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (33852)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (3876)	DURABLE	0	643,0000	3
6	Pneu 185/65/R 16C, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19305)	UN	XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (3655)	ROADKING AF	0	210,6200	1
7	Pneu 225/65/R 16C, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19305)	UN	LUDA PNEUS LTDA - EPP (2094)	GOODYER	0	372,0000	2
8	Pneu 185/60/R 15, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (33852)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (3876)	XBRI	0	391,0000	3
9	Pneu 225/65/R 16C, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19305)	UN	XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (3655)	ROADKING TI	0	386,9200	1
10	Pneu 225/65/R 16C, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19305)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (3876)	GOODYEAR	0	783,0000	2
11	Pneu 185/60/R 15, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (33852)	UN	XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (3655)	X-BRI ECOLO	0	205,5300	1
12	Pneu 185/60/R 15, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (33852)	UN	LUDA PNEUS LTDA - EPP (2094)	BRIDGESTON	0	386,0000	2
13	Pneu 185/60/R 15, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (33852)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (3876)	GOODRIDE	0	386,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2020

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 2/2020		Data do Registro: 18/06/2020		Válido até: 18/06/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Pneu 205/70/R 15, 1ª linha de qualidade, com registro no Inmetro. (19294)	UN	XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (3655)	FIREMAX FME	0	270,0900	1
			LUDA PNEUS LTDA. - EPP (2094)	FIRESTONE	0	504,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2020

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 2/2020		Data do Registro: 18/06/2020		Válido até: 18/06/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (3876)	COMPASAL	0	566.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2020

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 2/2020		Data do Registro: 18/06/2020		Válido até: 18/06/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2020
PROCESSO Nº 2/2020

- (2094) - LUDA PNEUS LTDA. - EPP
- (3655) - XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
- (3876) - DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

Novo Horizonte, 18 de Junho de 2020.

Orleans

PREFEITURA

DECRETO 4.804 DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2528022

DECRETO Nº 4.804 DE 29 DE MAIO DE 2020.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO."

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13 da Lei nº 1.529 de 24 de maio de 2000, alterado pela Lei nº 2.715 de 16 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Trânsito, os seguintes membros:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

I - Representantes da Secretaria da Fiscalização:

Titular: Fabio Salvador.

Suplente: Márcia Regina da Silva Lole.

II – Representantes do Departamento de Trânsito:

Titular: Nelson Casagrande.

Suplente: Valdete Deghenhard Stepaniaki

III - Representantes da Secretaria da Infraestrutura:

Titular: Rodrigo Vieira.

Suplente: Eloir Fraga.

IV – Representante da Secretaria da Administração

Titular: Jair Henrique de Souza Wagner.

Suplente: Valdineia Frasson Debiasi

V – Representantes da FAMOR:

Titular: André Luis Klein.

Suplente: Ana Flávia Pavei.

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

I - Representantes da Polícia Civil:

Titular: Guilherme Wolffenbuttel Mariath.

Suplente: Nilton José Vieira.

II - Representantes da Associação Comercial e Industrial de Orleans – ACIO:

Titular: Delton Baggio .

Suplente: Paola Vieira

III - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

Titular: Muriel Silverio.

Suplente: Rosimari de Medeiros.

IV – Representantes da Polícia Militar:

Titular: Henrique Carrer Arent.

Suplente: Eduardo Arantes Nogueira.

V – Representantes da ADORE.

Titular: Arlindo Cavagnoli.
Suplente: José André Camargo.

Art. 2º O Conselho Municipal De Trânsito, será presidido pelo Presidente Nelson Casagrande, Vice-Presidente Jair Henrique de Souza Wagner; 1ª Secretario Delton Baggio.

Art. 3º As funções dos membros do conselho não serão remuneradas, por serem consideradas honoríficas e de relevante interesse público.

Art. 4º O mandato dos membros do conselho será de 02(dois) anos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto n. 4.724 de 3 de fevereiro de 2020.

Orleans/SC, 29 de maio de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrado o presente decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário da Administração

DECRETO 4.805/2020

Publicação Nº 2528020

DECRETO Nº 4.805 DE 29 DE MAIO DE 2020.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE - CONCID."

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 88, Item VIII da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 4.º da Lei nº 2.185 de 06 de maio de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal da Cidade - CONCID, os seguintes membros:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

I - Representantes da Secretaria da Fazenda, Industria e Comércio:

Titular: Jair Henrique de Souza Wagner
Suplente: Fábio Salvador.

II - Representante da Secretaria de Administração:

Titular: Márcia Regina da Silva Lole.
Suplente: Gabriel Gavião Mendes

III – Representantes da Secretaria de Planejamento:

Titular: Danielli Loli Tezza.
Suplente: Micheline Berger.

IV - Representantes da Consultoria Jurídica:

Titular: Ederson Bett Zanini.
Suplente: Mairon Eing Orben.

V – Representa da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Antônio Dias André.
Suplente: Sandro De Pieri

VI – Representantes da FAMOR:

Titular: Thatiane Cordini Fernandes.
Suplente: Joacir Brighente.

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:**I - Representantes do UNIBAVE:**

Titular: Elcio Willemann.
Suplente: Junior Serafim Correa.

II - Representantes da Associação Comercial e Industrial de Orleans – ACIO:

Titular: James Pizzolatti Debiasi
Suplente: Leonardo Pizzolatti Jung

III - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL:

Titular: Artur Durante Bússulo.
Suplente: Alexandra Pizoni.

IV – Representantes dos Engenheiros / Arquitetos e Urbanistas:

Titular: Airton Bratti Coan.
Suplente: Jeferson Baggio Scremin.

V – Representantes dos Arquitetos e Urbanistas:

Titular: Henrique Pavei Willemann.
Suplente: Maria Emilia Crocetta.

Art. 2º O Conselho Municipal Da Cidade - CONCID, será presidido pelo Presidente: Airton Bratti Coan, Vice-Presidente: Henrique Pavei Willemann; Secretario: Junior Serafim Correa.

Art. 3º As funções dos membros do conselho não serão remuneradas, por serem consideradas honoríficas e de relevante interesse público.

Art. 4º O mandato dos membros do conselho será de 02 (dois) anos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial 4.761 de 26 de março de 2020.

Orleans/SC 29 de maio de 2020, 136 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrado o presente decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário da Administração

DECRETO 4.806 DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2528023

DECRETO Nº 4.806 DE 29 DE MAIO DE 2020.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR."

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 88, Item VIII da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 4.º da Lei nº 2.185 de 06 de maio de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Turismo- COMTUR, os seguintes membros:

RPRESENTANTES DO UNIBAVE
Valdirene Boger Dorigon
Welliton Galvani Troes

REPRESENTANTES DA CDL
Muriel Silvério
Rosimari de Medeiros

REPRESENTANTES DA ACIO

Drielli Debiasi Baggio

Thamires Debiasi Baggio

REPRESENTANTES PUB´S E LANCHONETES

Henrique Pavei Willemann

Natália Bonetti Saccon Mashni

REPRESENTANTES DE PRODUTOS DE CERVEJA ARTESANAL – CAES

Marcelo Dalazem

Rossano Comelli

REPRESENTANTES DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS

Emir Galvane

Izolete Galvane

REPRESENTANTES DO SAMAE

Fabio Bett

Rosano Comelli

REPRESENTANTES DOS HOTÉIS E RESTAURANTES

Drielli Debiasi Baggio

Cleyton Tamagno

REPRESENTANTES DA FAMOR

Ana Flávia Pavei

André Luis Klein

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Jair Henrique Wagner

Paloma Volpato Laurindo

REPRESENTANTES SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Leomar Brugnara

Edson kestring

REPRESENTANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Rodrigo Vieira

Eloir fraga

REPRESENTANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Maira regina luiz

Maristela Volpato Bussulo

REPRESENTANTES SECRETARIA DEPARTAMENTO DE CULTURA

Annye Maiara B. Bagio

Giani Cechinel Loli Fontanella

Art. 2º O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR, será presidido pela Presidente: Drielli Debiasi Baggio, Vice-Presidente: Valdirene Boger Dorigon; 1ª Secretaria: Ana Flávia Pavei e 2ª Secretaria: Maristela Volpato Bussulo .

Art. 3º As funções dos membros do conselho não serão remuneradas, por serem consideradas honoríficas e de relevante interesse público.

Art. 4º O mandato dos membros do conselho será de 02 (dois) anos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto n. 2106/01.

Orleans/SC 29 de maio de 2020, 136 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

DECRETO 4.807 DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2528024

DECRETO Nº 4.807 DE 29 DE MAIO DE 2020.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE"

JORGE LUIZ KOCH Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art.88, Item VIII, da Lei Orgânica do Município de Orleans-SC e com base no Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Lei nº 1.433, de 18 de dezembro de 1998, nomeia e homologa os membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

DECRETA:

Art.1º) – Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, abaixo nomenclaturados, bem como com os órgãos/entidades que representam:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Ramon Cordini

João Luiz Machado

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Rodrigo Vieira

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Antônio Dias André

Sandro De Pieri

IGREJAS

Antônio Ironildo Willemann

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA - CREA

Micheline Berger

CENTRAIS ELÉTRICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA- CELESC

Davi Wronski Paegle

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Fabio Echeli Bett

ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE ORLEANS- ACIO

Ubirajara Pickler

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL

Muriel Silvério

Art.2º) – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 2.686/2005.

Orleans/SC 29 de maio de 2020, 136 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

DECRETO 4.815 DE 8 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528026

DECRETO 4.815 DE 08 DE JUNHO DE 2020.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.936 de 3 de março de 2020, DECRETA:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

08.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.024 – Manutenção da Iluminação Pública

F.R 0.1.08.0017 - COSIP

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art.2º A conta dos recursos anteriores fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

08.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.024 – Manutenção da Iluminação Pública

F.R 0.1.08.0017 - COSIP

3.3.93.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 08 de junho de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação Nº 2528162

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 001/2017, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:00hs as 18:00hs. O presente chamamento, nos termos do item 17.1.6, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
BEATRIZ DAMIANI	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	40 HS

Orleans, 18 de junho de 2020.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans.

PROCESSO Nº 136/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2528577

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 136/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2020

Concedente...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Proponente...: COMERCIALEINSTALADORA ELETRO ELETRONICA LTDA.

Valor : 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)

Recursos : Dotação: (28) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.06.0615 FUMREBOM

Objeto : AQUISIÇÃO DE FONTE JBPS 30A

FUNDAMENTO LEGAL
Art.24 da Lei 8.666/93, Inciso II
Orleans, 18 de junho de 2020
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 140/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2528791

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 140/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2020
Concedente...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Proponente...: S.O.S. SUL RESGATE – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA.
Valor : 1.806,00 (HUM MIL, OITOCENTOS E SEIS REAIS)
Recursos : Dotação: (28) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.06.0615 FUMREBOM
Objeto : COMPRA DE LUVAS DE PROTEÇÃO DE RESGATE E SALVAMENTO PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO DE ORLEANS.

FUNDAMENTO LEGAL
Art.24 da Lei 8.666/93, Inciso II
Orleans, 18 de junho de 2020
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 137/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2528630

PROCESSO Nº 137/2020
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 40/2020
REGISTRO DE PREÇO
Tipo: Menor Preço por item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS NO CANIL DE ORLEANS.
Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 02/07/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 03/07/2020, às 14h30min.
Este processo licitatório destina-se exclusivamente as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais
Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 18 de Junho de 2020
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 138/2020 PREFEITURA TERMO DE FOMENTO Nº12/2020

Publicação Nº 2528604

PROCESSO Nº 138/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 72/2020
TERMO DE FOMENTO Nº12/2020.
OBJETO: REPASSE FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ORLEANS - APAE, É PARA CUSTEAR DESPESAS DE CUSTEIO (COMBUSTÍVEL, ÁGUA, ENERGIA, TELEFONE, INTERNET) E AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA COZINHA (MOBÍLIA E ELETRODOMÉSTICOS).
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE
VIGÊNCIA: INÍCIO: 18/06/2020 TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR TOTAL: R\$20.000,00 (vinte mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 30 Inciso VI, da Lei Federal 13.019/14.
DOTAÇÃO: 2/2020 – GABINETE DO PREFEITO.
Orleans - SC, 18 de Junho de 2020.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 139/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528841

PROCESSO Nº 139/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 73/2020

Objeto: REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 27.000,00 À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, PARA A MANUTENÇÃO E REFORMA DO MUSEU AO AR LIVRE, CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EXISTENTE NO MUSEU AO AR LIVRE PRINCESA ISABEL, ESTABILIZANDO A DEGRADAÇÃO QUE AS UNIDADES SERRARIA E CASA DO COLONO ESTÃO SOFRENDO. ESSA MEDIDA VAI CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA SEGURANÇA DO PÚBLICO NO LOCAL, BEM COMO DO ACERVO ALI DEPOSITADO.

EMPRESA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE

VALOR TOTAL: R\$ 27.000,00 (Vinte sete mil reais).

Dotação: 02 - 3.3.50.00.00 – recursos ordinários - Gabinete do Prefeito

Orleans - SC, 18 de junho de 2020.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Otacílio Costa**PREFEITURA****EXTRATOS DE CONTRATOS PREFEITURA 2020 - 01.01.2020 A 18.06.2020**

Publicação Nº 2528679

Contrato Nº.: 003/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

Valor 251.900,00 (duzentos e cinq-enta e um mil novecientos reais)

Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2019 Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 1.047.618,96

Objeto. Contratação de empresa especializada na fabricação de Uniformes Escolares (camiseta de mangacurta, mangalonga e calça).

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 014/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: ALFASIGMA CONSTRUTORA EIRELI

Valor 189.164,11 (cento e oitenta e nove mil cento e sessenta e quatro reais e onze centavos)

Vigência. : Início: 04/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço / OBRAS DE SERV. ENGENHARIA Nº.: 10/201 Recursos. : Dotação:

Objeto. Contratação de empresa especializada para a pavimentação de lajotas sextavadas da Rua Lage 1º de Janeiro (trecho 01) no Bairro Bem Morar.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 001/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada.: IRMAOS ZAMBONATO & CIALTDA

Valor 876.601,91 (oitocentos e setenta e seis mil e seiscentos e seis reais e noventa e um centavos)

Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2019 Recursos. : Dotação:

Objeto. Aquisição de combustível para frota municipal de Otacílio Costa no ano de 2020.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 002/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada.: REDE DE POSTOS R4 LTDA

Valor 249.504,87 (duzentos e quarenta e nove mil quinhentos e quatro reais e oitenta e sete centavos)

Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2019 Recursos. : Dotação:

Objeto. Aquisição de combustível para frota municipal de Otacílio Costa no ano de 2020.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 003/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

Valor 251.900,00 (duzentos e cinq-enta e um mil novecientos reais)

Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2019 Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 1.047.618,96

Objeto. Contratação de empresa especializada na fabricação de Uniformes Escolares (camiseta de mangacurta, mangalonga e calça).

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 004/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: APOESTED DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA-EPP Valor

138.596,00 (cento e trinta e oito mil quinhentos e noventa e seis reais)

Vigência. : Início: 15/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2019 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (55)
Objeto. Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar de 2020.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 005/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: CLEITON DE SOUZA 07205150922
Valor 71.859,30 (setenta e um mil e noventa e três reais e trinta centavos)
Vigência. : Início: 15/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2019 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (55)
Objeto. Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar de 2020.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 006/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME Valor 46.658,00 (quarenta e seis mil e setecentos e cinquenta e oito reais)
Vigência. : Início: 15/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2019 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (55)
Objeto. Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar de 2020.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 007/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS Valor 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais)
Vigência. : Início: 15/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2019 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (55)
Objeto. Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar de 2020.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 008/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: MERCEARIA IDEAL LTDA
Valor 90.867,60 (noventa mil e oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)
Vigência. : Início: 15/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2019 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (55)
Objeto. Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar de 2020.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 009/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: NUTRISCOMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME Valor 208.817,00 (duzentos e oito mil e oitocentos e dezessete reais)
Vigência. : Início: 15/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2019 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (55)
Objeto. Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar de 2020.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 010/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor 5.017,00 (cinco mil e dezessete reais)
Vigência. : Início: 15/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2019 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (55)
Objeto. Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar de 2020.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 011/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: MCA INDUSTRIA DE MATERIAIS ESCOLARES EIRELI
Valor 236.400,00 (duzentos e trinta e seis mil e quatrocentos reais)
Vigência. : Início: 16/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020 Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38) Saldo: 1.046.520,29
Objeto. Aquisição de kits escolares para atender os alunos da rede municipal de ensino de Otacílio Costa no ano de 2020.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 012/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: Izarina Borges Pires. Valor 3.000,00 (três mil reais)
Vigência. : Início: 21/01/2020 Término:30/06/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2020 Recursos : Dotação: 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (155) Saldo: 23.000,0
Objeto. Locação de imóvel tendo como locadora Izarina Borges Pires e beneficiária Angélica Cristina Rosa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 013/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ORDERIO ROSA DE OLIVEIRA Valor 17.500,00 (dezessete mil quinhentos reais)
Vigência. : Início: 30/01/2020 Término:29/03/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 1.006.4.4.90.00.00.00.00.00 (81) Saldo: 50.000,00
Objeto. Contratação de empresa especializada em construção de fonte de cimento com motor, a ser instalada na Praça Vitor Condé Werstarp.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 016/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTD
Valor 21.020,00 (vinte e um mil e vinte reais)
Vigência. : Início: 12/02/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 1.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 1.040.4.4.90.00.00.00.00.00 (94)
Objeto. Aquisição de móveis, eletrodomésticos, utensílios, persianas e letreiro da fachada para Capela Mortuária.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 014/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: ALFASIGMA CONSTRUTORA EIRELI
Valor 189.164,11 (cento e oitenta e nove mil e sessenta e quatro reais e onze centavos)
Vigência. : Início: 04/02/2020 Término:03/05/2020
Licitação : Tomada de Preço/Obrase Serv. Engenharia Nº.:10/201 Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (76), 1.005.4.4.90.00.00.00.00.00 (78)
Objeto. Contratação de empresa especializada para a pavimentação de lajotas sextavadas da Rua Lage 1º de Janeiro (trecho 01) no Bairro Bem Morar.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 015/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTD
Valor 14.970,00 (quatorze mil novecentos e setenta reais)

Vigência. : Início: 12/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação :DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiçosNº.:2/2020 Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 992.075,3

Objeto. Contratação de empresa especializada para elaboração de serviços de envio de dados e de s-finge, regularização do Siconfi (MSC, RGFE RREO) SIOPE e SIOPS.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 017/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP Valor. 137,00 (cento e trinta e sete reais)

Vigência. : Início: 12/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 1.040.3.3.90.00.00.00.00 (93), 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (94)

Objeto. Aquisição de mobílias, eletrodomésticos, utensílios, persianas e letreiro da fachada para Capela Mortuária.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 018/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: R.S. COMERCIO DE ELETROMESTICOS LTDA

Valor 2.969,60 (dois mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)

Vigência. : Início: 12/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 1.040.3.3.90.00.00.00.00 (93), 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (94)

Objeto. Aquisição de mobílias, eletrodomésticos, utensílios, persianas e letreiro da fachada para Capela Mortuária.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 019/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME

Valor 7.293,78 (sete mil duzentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos)

Vigência. : Início: 12/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 1.040.3.3.90.00.00.00.00 (93), 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (94)

Objeto. Aquisição de mobílias, eletrodomésticos, utensílios, persianas e letreiro da fachada para Capela Mortuária.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 020/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: LZK CONSTRUTORA LTDA

Valor. 4.810.388,26 (quatro milhões oitocentos e dez mil trezentos

e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos) Vigência. : Início: 09/03/2020 Término: 08/06/2020

Licitação : Concorrência p/Obrase Serv. Engenharia Nº.: 1/2019 Recursos : Dotação: 1.038.4.4.90.00.00.00.00 (74) Saldo: 7.999.999,00

Objeto. Contratação de empresa especializada na pavimentação asfáltica no município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 021/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CSBLOCOSE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME Valor 155.480,00 (cento e cinq-enta e cinco mil quatrocentos e oitenta reais)

Vigência. : Início: 19/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2020 Recursos : Dotação: 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (87) Saldo: 1.026.868,40

Objeto. Aquisição de tubos de concreto.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 022/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO

Valor 152.140,00 (cento e cinq-enta e dois mil cento e quarenta

reais)

Vigência. : Início: 19/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2020 Recursos : Dotação: 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (87) Saldo: 1.026.868,40

Objeto. Aquisição de tubos de concreto.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 024/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: B&P CONSTRUTORA - EIRELI

Valor 76.971,62 (setenta e seis mil novecentos e setenta e um

reais e sessenta e dois centavos)

Vigência. : Início: 20/02/2020 Término:19/04/2020

Licitação : Tomada de Preço/Obrase Serv. Engenharia Nº.: 9/2019 Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (75) Saldo: 1.068.016,68

Objeto. Contratação de empresa especializada para reforma e

ampliação da passarela, sobre a SC 114.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 025/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA PUBLICA E EMPRESARI

Valor 378.185,50 (trezentos e setenta e oito mil cento e oitenta e

cinco reais e cinq-enta centavos)

Vigência. : Início: 28/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2020

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 991.775,3

Objeto. Contratação de empresa especializada em serviços de

tecnologia de informação e suporte técnico e jurídico para fins de locação de sistema tecnológico para recuperação de crédito tributários.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 026/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CSBLOCOS E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME Valor 119.000,00 (cento e dezenove mil reais)

Vigência. : Início: 03/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (87)

Objeto. Aquisição de lajotas e blocos para uso da Secretária de

Obras

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 027/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: SÔNIA MARIA DA ROCHA PEREIRA

Valor 17.472,00 (dezessete mil quatrocentos e setenta e dois

reais)

Vigência. : Início: 27/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2020 Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (28) Saldo: 456.825,2

Objeto. Contratação de profissional de Psicopedagogia Clínica

Sônia Maria da Rocha Pereira.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 028/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: LZK CONSTRUTORA LTDA

Valor 281.492,34 (duzentos e oitenta e um mil quatrocentos e

noventa e dois reais e trinta e quatro centavos) Vigência. : Início: 04/03/2020 Término: 03/08/2020

Licitação : Tomada de Preço/Obrase Serv. Engenharia Nº.: 1/2020 Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (75), 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (76)

Objeto. Contratação de empresa especializada para pavimentação

asfáltica da Av. Luiz Daboite (trecho 01) no Bairro Casa Branca.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 029/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: COISARADA ELETRICIDADES LTDA

Valor 15.823,75 (quinze mil oitocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)

Vigência. : Início: 05/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação :DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiços Nº.:6/2020 Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (126) Saldo: 1.498.595,38

Objeto. Aquisição de 02 (dois) postes sobre a ponte da Av. Do Trabalhador no Bairro Fatima.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 030/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...:CSBLOCOS E ARTES DE DECORACAO LTDA-ME Valor 393.360,00 (trezentos e noventa e três mil e trezentos e sessenta reais)

Vigência. : Início: 05/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2020 Recursos : Dotação: 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (87), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (133)

Objeto. Aquisição de 01 (um) veículo para uso das secretarias do município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 031/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: RAFAEL RODRIGO LAMIN

Valor 4.482,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta e dois reais)

Vigência. : Início: 06/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2019

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 510.674,92

Objeto. Aquisição de 43 câmeras de monitoramento, bem como auxílios para a instalação e funcionamento das mesmas no município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 032/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: B&P CONSTRUTORA - EIRELI

Valor 118.772,32 (cento e dezoito mil e setecentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos)

Vigência. : Início: 06/03/2020 Término:05/06/2020

Licitação : Tomada de Preço / Obra e Serv. Engenharia Nº.: 11/201 Recursos. : Dotação:

Objeto. Contratação de empresa especializada para a reforma e ampliação da C.E.I João Maria de Lima.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 033/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: ARTE JARDIM PAISAGISMO LTDA

Valor 16.990,00 (dezesseis mil novecentos e noventa reais)

Vigência. : Início: 09/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação :DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiços Nº.:7/2020 Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (124) Saldo: 318.986,56

Objeto. Contratação de empresa especializada em fornecimento e plantio de flores na Praça Vitor Conde de Westarp.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 034/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: MATIAS BRASIL ENGENHARIA EIRELI

Valor 120.802,56 (cento e vinte mil oitocentos e dois reais e cinq-enta e seis centavos)

Vigência. : Início: 09/03/2020 Término:08/05/2020

Licitação : Tomada de Preço / Obra e Serv. Engenharia Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (45), 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (46)

Objeto. Contratação de empresa especializada para a reforma da Escola Básica Municipal Pedro Álvares Cabral.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 035/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: IMPERIODOPAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA-ME Valor 16.184,00 (dezesesseismilcentoeitenta e quatro reais)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 036/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: INT - SOLUCOES PARA RECICLAGEM LTDA Valor. 858,00 (oitocentos e cinq-entaeito reais)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 037/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: JHONATAN BAGATOLI - ME Valor. 900,00 (novecentos reais)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 038/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP
Valor 1.935,00 (um mil novecentos e trinta e cinco reais)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 039/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: PARTNER TECNOLOGIA EIRELI
Valor 4.440,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta reais)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 040/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: PC FORT INFORMATICA LTDA Valor 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 041/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: R.S. VAREJO EIRELI

Valor 3.614,00 (três mil seiscentos e quatorzereais)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 042/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: RAFAEL RODRIGO LAMIN
Valor 2.652,00 (dois mil seiscentos e cinq-enta e dois reais)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 043/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI
Valor. 969,90 (novecentos e sessenta e nove reais e noventa centavos)
Vigência. : Início: 09/03/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)
Objeto. Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 044/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
Valor 20.140,00 (vinte mil cento e quarenta reais)
Vigência. : Início: 11/03/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2020 Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (111), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (113)
Objeto. Aquisição de implementos agrícolas para Secretaria de Agricultura de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 045/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: METALURGICA FREITAS LTDA
Valor 59.040,00 (cinq-enta e nove mil e quarenta reais)
Vigência. : Início: 11/03/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2020 Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (111), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (113)
Objeto. Aquisição de implementos agrícolas para Secretaria de Agricultura de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 046/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: PORTALMAQ COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EINDUS
Valor 53.940,00 (cinq-enta e três mil novecentos e quarenta reais)
Vigência. : Início: 11/03/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2020 Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (111), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (113)
Objeto. Aquisição de implementos agrícolas para Secretaria de Agricultura de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 047/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: TEREZINHA CAPISTRANO DOS SANTOS

Valor 20.200,00 (vinte mil duzentos reais)

Vigência. : Início: 11/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2020 Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (111), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto. Aquisição de implementos agrícolas para Secretaria de

Agricultura de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 050/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CSBLOCO SEARTEFATOS DECIMENTOLTDA-ME Valor 52.530,00 (cinquenta e dois mil quinhentos e trinta reais)

Vigência. : Início: 09/04/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9),

2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),

2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (105), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (124),

2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (133),

1.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (157)

Objeto. Aquisição de materiais de construção para usodas

Secretarias e do Paço Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 051/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: ELTON LUIZ MADEIRA

Valor 52.692,00 (cinquenta e dois mil seiscentos e noventa e dois reais)

Vigência. : Início: 09/04/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9),

2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),

2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (105), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (124),

2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (133),

1.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (157)

Objeto. Aquisição de materiais de construção para usodas

Secretarias e do Paço Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 052/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Valor 514.228,68 (quinhentos e quatorze mil duzentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos)

Vigência. : Início: 09/04/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9),

2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),

2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (105), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (124),

2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (133),

1.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (157)

Objeto. Aquisição de materiais de construção para usodas

Secretarias e do Paço Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 053/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: PR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI EPP

Valor 307.307,41 (trezentos e sete mil trezentos e sete reais e quarenta e um centavos)

Vigência. : Início: 09/04/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9),

2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),

2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (105), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (124),

2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (133),

1.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (157)

Objeto. Aquisição de materiais de construção para usodas

Secretarias e do Paço Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 054/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: SCHMITT COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

Valor 55.405,09 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e cincoreal e nove centavos)

Vigência. : Início: 09/04/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00(9),
2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (105), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00(124),
2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00(133),
1.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (157)

Objeto. Aquisição demateriais de construção para usodas Secretarias e do Paço Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 055/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: KLEBER MACHADO E CIA LTDA

Valor 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinq-entareais)

Vigência. : Início: 09/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)

Objeto. Aquisição de peças de informática para usodas Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 056/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: Helena Aparecida Pitz de Oliveira Valor 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)

Vigência. : Início: 13/04/2020 Término:12/09/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2020 Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (153) Saldo: 98.872,5

Objeto. Locação de imóvel tendo como locador(a), Helena Aparecida Pitz de Oliveira e beneficiária, Camila Maciel Dos Santos Padilha.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 057/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: Pedro Luiz Feldhaus Valor 3.000,00 (três mil reais)

Vigência. : Início: 13/04/2020 Término:12/09/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2020 Recursos : Dotação: 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (155) Saldo: 23.000,0

Objeto. Locação de imóvel tendo como locador, Pedro Luiz Feldhaus e beneficiária Nilza Cordova (aluguel social).

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 058/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: JOELMA AMARANTE DE LIZ Valor 2.400,00 (dois mil quatrocentos reais)

Vigência. : Início: 13/04/2020 Término:12/09/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2020 Recursos : Dotação: 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (155) Saldo: 20.000,0

Objeto. Locação de imóvel tendo como locador(a), Joelma Amarante de Liz e beneficiária Maria Luci da Rosa Sousa, (aluguel social).

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 059/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: WALTRICK MOVEIS LTDA

Valor 13.869,68 (treze mil oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos)

Vigência. : Início: 28/04/2020 Término:31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2020 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00(9)

Objeto. Aquisição de materiais de armazenari para usodassalasdo

PROCON, SINE, JUNTA MILITAR, CASA DO ARTESÃO, FEIRA AGROECOLÓGICA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO QUE MUDARÁ PARA NOVAS INSTALAÇÕES NA PRAÇA VITOR CONDE DE WESTERP.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 060/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: B&P CONSTRUTORA - EIRELI

Valor. 2.008.153,57 (dois milhões e oito mil cento e cinq-entae três reais e cinq-enta e sete centavos)

Vigência. : Início: 28/04/2020 Término:27/11/2020

Licitação :TomadadePreçop/ObraseServ.EnghariaNº.:3/2020 Recursos : Dotação: 1.019.4.4.90.00.00.00.00 (160), 1.019.4.4.90.00.00.00.00(161)

Objeto. Contrataçãodeempresaespecializadaemconstruçãode casas populares de madeira.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 061/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: TOPSER - CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

Valor 14.910,00 (quatorze mil novecentos e dezreais)

Vigência. : Início: 12/05/2020 Término:31/12/2020

Licitação : DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiçosNº.:12/2020 Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (38) Sal-do:394.682,6

Objeto. Contrataçãodeempresaparaacessoexclusivoa plataforma digital Google For Education.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 062/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVICOS LTDA

Valor 30.000,00 (trinta milreais)

Vigência. : Início: 18/05/2020 Término:17/06/2020

Licitação :DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiçosNº.:13/2020 Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (105) Saldo: 321.664,06

Objeto. Alugueldeumcaminhãopipaparadistribuiçãoodeágua potável no interior do Município, tendo em vista a grande estiagem.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 063/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...:AVELINOFAUSTINODAMOTTA29492548968

Valor 48.060,00(quarentaeoitomilessentareais)

Vigência. : Início: 22/05/2020 Término:21/05/2025

Licitação :OutrasModalidadesNº.:2/2020 Recursos. :Dotação:

Objeto. Contrataçãodeempresaresponsávelpelaconveniênciadass

Praças Victor Conde de Westarp e Ehrhardt Wolniewicz. Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 065/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: Arino Lopes Valor 3.000,00(trêsmilreais)

Vigência. : Início: 21/05/2020 Término:13/11/2020

Licitação : DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiçosNº.:15/2020 Recursos : Dotação: 2.069.3.3.90.00.00.00.00 (155) Sal-do:17.438,9

Objeto. ContratodealuguelsocialfemordeNILZACORDOVA, tendo como locador ARINO LOPES, propriedade situada na Rua Juvenal Machado Silva, n 114, Bairro Fátima.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 066/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: SMARTMAQ LTDA

Valor 2.580,00 (dois mil quinhentos e oitentareais)

Vigência. : Início: 25/05/2020 Término:31/12/2020

Licitação : DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiçosNº.:16/2020 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (9) Sal-do:486.852,92

Objeto. Contrataçãodeempresaespecializadanamanutenção

preventiva e corretiva do elevador do Paço Municipal.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 067/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...:DulcedaSilvadeOliveira Valor 3.000,00(trêsmilreais)

Vigência. : Início: 04/06/2020 Término:13/11/2020

Licitação : DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiçosNº.:17/2020 Recursos : Dotação: 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (155) Saldo:16.583,9

Objeto. AluguelSocialemfavordeCRISLENECARVALHODOS

SANTOS, tendo como locadora DULCE DA SILVA DE OLIVEIRA, proprietária do imóvel localizado na Rua Paraná, 75, Pinheiros.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 068/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: MERCEARIA IDEAL

Valor 10.737,00 (dez mil setecentos e trinta e setereais)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2020 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (36),

2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (54),

2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (55)

Objeto. Aquisição decarnesuína,tipopernilefarinhadetrigo

destinadosaMerendaEscolarpelaPrefeitura,noperíododemarçoadezembro de2020.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 069/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Valor 52.440,00(cinq-entaedois milquatrocentosequarenta reais)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2020 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (36),

2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (54),

2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (55)

Objeto. Aquisição decarnesuína,tipopernilefarinhadetrigo

destinadosaMerendaEscolarpelaPrefeitura,noperíododemarçoadezembro de2020.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 070/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA - EPP Valor 15.356,62(quinzemil trezentosecinq-entaeseisreais e sessenta e dois centavos)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término:31/12/2020

Licitação :DispensadeLicitaçãoop/CompraseServiçosNº.:18/2020 Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (126) Saldo:

1.268.297,69

Objeto. Trocade90lumináriasdeLEDebraçosdospostesdaAv.

Olinkraft,trechoentretrevodapassarelae arotátoriadocentrocomercial.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

EXTRATOS DE CONTRATOS SAÚDE 2020 - 01.01.2020 A 18.06.2020

Publicação Nº 2528721

Contrato Nº.: 013/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: A G KIENEN & CIA LTDA - PROMEDIC Valor 28.139,00(vinteeoitomilcentoetrintaenove reais)

Vigência. : Início: 16/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),

2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto. Aquisição demedicamentos paraaFarmáciaBásica Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 044/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: CARLA MACHADO DE SOUZA
Valor 81.391,20(oitenta e um mil trezentos e noventa e um reais e vinte centavos)
Vigência. : Início: 19/02/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2020
Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (46) Saldo: 722.849,7
Objeto. Aquisição de leites especiais.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 001/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor 10.765,50 (dez mil setecentos e sessenta e cinco reais e cinq-enta centavos)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 002/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor 34.863,82 (trinta e quatro mil oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 003/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E
Valor 21.993,62(vinte e um mil novecentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 004/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO
Valor 111.620,00 (cento e onze mil seiscentos e vinte reais)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 005/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
Valor 7.845,00 (sete mil oitocentos e quarenta e cinco reais)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 006/2020
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA
Valor 64.646,70 (sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta e
seis reais e setenta centavos)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 007/2020
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Valor 158.691,50 (cento e cinq-enta e oito mil seiscentos e
noventa e um reais e cinq-enta centavos) Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 008/2020
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: METROMED COM DE MATERIAL MED HOSP LTDA Valor 55.325,44 (cinq-enta e cinco mil trezentos e vinte e cinco
reais e quarenta e quatro centavos)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 009/2020
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Valor 18.600,26 (dezoito mil seiscentos reais e vinte e seis
centavos)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 010/2020
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
Valor 31.887,40 (trinta e um mil oitocentos e oitenta e sete reais
e quarenta centavos)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 011/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada.: PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED. ODONTOL.
Valor 156.775,50 (cento e cinq-enta e seis mil setecentose
setenta e cinco reais e cinq-enta centavos) Vigência. : Início: 09/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 012/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada.: V.L. FUZETI - COMERCIAL
Valor 3.168,00 (três mil cento e sessenta e oito reais)
Vigência. : Início: 09/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13) Saldo: 154.870,2
Objeto. Aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 014/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada.: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor 94.452,07 (noventa e quatro mil quatrocentos e cinq-enta e
dois reais e sete centavos)
Vigência. : Início: 16/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),
2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica
Municipal.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 015/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada.: CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
Valor 12.093,00 (doze mil e noventa e três reais)
Vigência. : Início: 16/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),
2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica
Municipal.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 016/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada.: CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
Valor 4.758,00 (quatro mil setecentos e cinq-enta e oito reais)
Vigência. : Início: 16/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),
2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica
Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 017/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Valor 43.029,00 (quarenta e três mil e vinte e nove reais)

Vigência. : Início: 16/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),

2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica

Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 018/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: DIMACI/SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA

Valor 98.240,60 (noventa e oito mil duzentos e quarenta e seis sessenta centavos)

Vigência. : Início: 16/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),

2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica

Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 019/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

Valor 74.163,50 (setenta e quatro mil cento e sessenta e três reais e cinq-enta centavos)

Vigência. : Início: 16/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),

2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica

Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 020/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor 2.581,50 (dois mil quinhentos e oitenta e um reais e cinq-enta centavos)

Vigência. : Início: 16/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),

2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica

Municipal.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 021/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor 68.185,35 (sessenta e oito mil cento e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Vigência. : Início: 16/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),

2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),

2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica

Municipal.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 022/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Valor 191.284,50 (cento e noventa e um mil duzentos e oitenta e quatro reais e cinq-enta centavos)
Vigência. : Início: 16/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),
2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica
Municipal.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 023/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Valor 10.918,00 (dez mil novecentos e dezoito reais)
Vigência. : Início: 16/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10),
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),
2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto. Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica
Municipal.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 024/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
Valor 63.900,00 (sessenta e três mil novecentos reais)
Vigência. : Início: 22/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto. Aquisição de fitas de gelatina para uso da Secretaria de Saúde de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 025/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: METROMED COM DE MATERIAL MED HOSPLTDA Valor 36.540,00 (trinta e seis mil quinhentos e quarenta reais)
Vigência. : Início: 22/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto. Aquisição de fitas de gelatina para uso da Secretaria de Saúde de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 026/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME Valor 4.778,00 (quatro mil setecentos e setenta e oito reais)
Vigência. : Início: 28/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)
Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 027/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Valor 9.402,00 (nove mil quatrocentos e dois reais)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de

Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 028/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME Valor 8.600,00 (oitomileseiscentos reais)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de

Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 029/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: EDILENE WARMLING-ME

Valor 7.857,70 (sete mil oitocentos e cinq-enta e sete reais e setenta centavos)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de

Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 030/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: GALAFASSI COMERCIO DE GASEAGUALTDA-ME Valor 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de

Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 031/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS ME Valor 26.694,90 (vinte e seis mil e seiscentos e noventa e quatro reais e noventa centavos)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de

Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 032/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: LUIZ ANTONIO JUNCKES

Valor 7.768,90 (sete mil setecentos e sessenta e oito reais e noventa centavos)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 033/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: MERCEARIA IDEAL

Valor 13.632,00 (treze mil seiscentos e trinta e dois reais)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 034/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: SOMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Valor 5.561,00 (cinco mil quinhentos e sessenta e um reais)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/01/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 036/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor 69.388,00 (sessenta e nove mil trezentos e oitenta e oito reais)

Vigência. : Início: 18/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (46) Saldo:963.089,4

Objeto. Aquisição de fraldas descartáveis para Secretaria de Saúde de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 035/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA

Valor 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto. Aquisição de produtos alimentícios para as Unidades de Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 037/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: MAYCON WILL EIRELI

Valor 54.648,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e quarenta e oito reais)

Vigência. : Início: 18/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (46) Saldo:963.089,4

Objeto. Aquisição de fraldas descartáveis para Secretaria de Saúde de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 038/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: METROMED COM DE MATERIAL MED HOSP LTDA Valor 62.700,00(sessentaedois milsetecentosreais)

Vigência. : Início: 18/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (46) Saldo:963.089,4

Objeto. Aquisição de fraldas descartáveis para Secretaria deSaúde de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 039/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: A G KIENEN & CIA LTDA - PROMEDIC

Valor 4.487,20 (quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reaise vinte centavos)

Vigência. : Início: 18/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (46) Saldo: 877.290,5

Objeto. Aquisição de medicação para concessão social.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 040/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Valor 16.211,10 (dezesesseis mil duzentos e onze reais e dez centavos)

Vigência. : Início: 18/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (46) Saldo: 877.290,5

Objeto. Aquisição de medicação para concessão social.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 041/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA -EPP

Valor 109.145,45 (cento e noventa e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)

Vigência. : Início: 18/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (46) Saldo: 877.290,5

Objeto. Aquisição de medicação para concessão social.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 042/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor 7.008,60 (sete mil e oitenta e seis reais e sessenta centavos)

Vigência. : Início: 18/02/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (46) Saldo: 877.290,5

Objeto. Aquisição de medicação para concessão social.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 043/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Valor 6.894,16 (seis mil oitocentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos)

Vigência. : Início: 18/02/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2020
Recursos : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (46) Saldo: 877.290,5
Objeto. Aquisição de medicamento para concessão social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 045/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: AGKIENEN&CIALTDA-PROMEDIC Valor 1.160,00 (um mil cento e sessenta reais)
Vigência. : Início: 20/02/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (26) Saldo:54.807,69
Objeto. Aquisição de medicamentos para o serviço de atendimento móvel de urgência SAMU de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 046/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor 19.943,37 (dezenove mil novecentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos)
Vigência. : Início: 20/02/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (26) Saldo:54.807,69
Objeto. Aquisição de medicamentos para o serviço de atendimento móvel de urgência SAMU de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 047/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: PAPELARIA E BAZAR DA MARCIA LTDA - ME Valor 278.708,78 (duzentos e setenta e oito mil setecentos e oitenta e sete reais e oito centavos)
Vigência. : Início: 20/02/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 158.757,0
Objeto. Aquisição de materiais de expediente para as Unidades de Saúde, Programa Ser Mãe, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 048/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor 14.506,00 (quatorze mil quinhentos e seis reais)
Vigência. : Início: 17/03/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020 Recursos. : Dotação:
Objeto. Aquisição de materiais odontológicos para as Unidades de Saúde.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 049/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: L A DALLA PORTA JUNIOR
Valor 10.494,00 (dez mil quatrocentos e noventa e quatro reais)
Vigência. : Início: 17/03/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020 Recursos. : Dotação:
Objeto. Aquisição de materiais odontológicos para as Unidades de Saúde.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 050/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: METROMED COM DE MATERIAL MED HOSP LTDA Valor 17.704,50(dezesetemitsetecentosequatroreaise cinq-enta centavos)

Vigência. : Início: 17/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação :PREGÃO PRESENCIAL Nº.:7/2020 Recursos. :Dotação:

Objeto. Aquisição de materiais odontológicos para as Unidades de Saúde.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 051/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: MF DE ALMEIDA - SUPRIDENTAL

Valor 50.475,30 (cinq-enta mil quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta centavos)

Vigência. : Início: 17/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação :PREGÃO PRESENCIAL Nº.:7/2020 Recursos. :Dotação:

Objeto. Aquisição de materiais odontológicos para as Unidades de Saúde.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 052/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

Valor 22.902,00 (vinte e dois mil novecentos e dois reais)

Vigência. : Início: 17/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação :PREGÃO PRESENCIAL Nº.:7/2020 Recursos. :Dotação:

Objeto. Aquisição de materiais odontológicos para as Unidades de Saúde.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 053/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: ODONTOSUL LTDA

Valor 18.878,50 (dezoito mil oitocentos e setenta e oito reais e cinq-enta centavos)

Vigência. : Início: 17/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação :PREGÃO PRESENCIAL Nº.:7/2020 Recursos. :Dotação:

Objeto. Aquisição de materiais odontológicos para as Unidades de Saúde.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 054/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED. ODONTOL.

Valor 33.184,70 (trinta e três mil cento e oitenta e quatro reais e setenta centavos)

Vigência. : Início: 17/03/2020 Término:31/12/2020

Licitação :PREGÃO PRESENCIAL Nº.:7/2020 Recursos. :Dotação:

Objeto. Aquisição de materiais odontológicos para as Unidades de Saúde.

Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 055/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI Valor 44.088,40 (quarenta e quatro mil e oitenta e oito reais e quarenta centavos)

Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2019

Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 168.615,8

Objeto. Aquisição de produtos de limpeza para as Unidades de

Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 056/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
Valor 33.145,20(trintaetrêsmilcentoequarentaeincoreaise
vinte centavos)
Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 168.615,8
Objeto. Aquisição de produtos de limpeza para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 057/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: JONAS SCHUTZ
Valor 43.501,70 (quarenta e três mil quinhentos e um real e
setenta centavos)
Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 168.615,8
Objeto. Aquisição de produtos de limpeza para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

Contrato Nº.: 058/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: MERCEARIA IDEAL
Valor 23.192,21(vinteetrêsmilcentoenoventaedoisreaise
vinte e um centavos)
Vigência. : Início: 28/01/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 168.615,8
Objeto. Aquisição de produtos de limpeza para as Unidades de
Saúde, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

EXTRATOS DE CONTRATOS SOCIAL 2020 - 01.01.2020 A 18.06.2020

Publicação Nº 2528730

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL OTACILIO COSTA
Contratada...: VIP CAR VEICULOS LTDA
Valor 88.560,00 (oitenta e oito mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência. : Início: 09/06/2020 Término:31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020
Recursos : Dotação: 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 122.200,00
Objeto. Aquisição de 02 (dois) veículos para o Fundo de
Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social.
Otacílio Costa, 18 de Junho de 2020

PORTARIA 089/2020

Publicação Nº 2528936

PORTARIA Nº 089/2020

EXONERA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E AQUICULTURA JOÃO PIRES BURK

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar JOÃO PIRES BURK do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E AQUICULTURA, a que se refere a alínea "a", do inciso XIII, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a Portaria nº 022/2019.

Otacílio Costa (SC), 03 de junho de 2020.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 03 de junho de 2020.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 090/2020

Publicação Nº 2528938

PORTARIA Nº 090/2019

DESIGNA GERENTE DE OBRAS DO INTERIOR OCLÉRIO BARBOSA DA SILVA PARA RESPONDER PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E AQUICULTURA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Gerente de Obras do Interior, OCLÉRIO BARBOSA DA SILVA, para responder pela Agricultura, Abastecimento e Aquicultura, exercendo todas as funções do gestor da pasta descritas no Anexo III da Lei Complementar nº 153/13, pelo tempo que perdurar a vacância do cargo de Secretário.

Art. 2º. A acumulação das funções não implica em aumento de remuneração.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 04 de junho de 2020.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 04 de junho de 2020.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 151/2020

Publicação Nº 2527793

ATO Nº. 151/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

NOMEAR PAULO SILVEIRA DE SOUZA FILHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.551, de 18 de fevereiro de 2020, com efeitos a contar de 12/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LAUDELINO NAIRDO SOARES
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 153/2020

Publicação Nº 2527794

ATO Nº. 153/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARCIO ANTONIO PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.463, de 10 de abril de 2019, com efeitos a contar de 11/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 154/2020

Publicação Nº 2527811

ATO Nº. 154/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.505 de 16 de setembro de 2019, com efeitos a contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda Designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 155/2020

Publicação Nº 2527812

ATO Nº. 155/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUIZ GONZAGA DE MELO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.463, de 10 de abril de 2019, com efeitos a contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 156/2020

Publicação Nº 2527813

ATO Nº. 156/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR OLINDINA CORREA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Habitação e Regularização

Fundiária, Nível ADJ, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2,507, de 30 de setembro de 2019, a contar de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 157/2020

Publicação Nº 2527815

ATO Nº. 157/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDUARDO DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Serviços Públicos, Nível ADJ Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de Abril de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 158/2020

Publicação Nº 2527816

ATO Nº. 158/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 071 de 07 de fevereiro de 2017, que Designou para o cargo de Secretário Executivo de Relações Institucionais, Nível SEC, ARI LEONEL FILHO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/04/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 159/2020

Publicação Nº 2527817

ATO Nº. 159/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LAUDELINO NAIRDO SOARES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Iluminação Pública, Nível DAS II Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de Abril de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 160/2020

Publicação Nº 2527818

ATO Nº. 160/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR ARI LEONEL FILHO, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Governo e Relações Institucionais, Nível SEC, do Quadro de Pessoal da Administração direta, a partir de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 161/2020

Publicação Nº 2527820

ATO Nº. 161/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR RODRIGO FERREIRA DE MELO AMORIM, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo de Relações Institucionais, Nível SEC, do Quadro de Pessoal da Administração direta, a partir de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 162/2020

Publicação Nº 2527821

ATO Nº. 162/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DAIANA STEINMETZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

KRISTY CARDOSO FABRE
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 163/2020

Publicação Nº 2527822

ATO Nº. 163/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALAN SALAZAR PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.463, de 10 de abril de 2019, com efeitos a contar de 19/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 164/2020

Publicação Nº 2527823

ATO Nº. 164/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDUARDO JOSÉ COELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.463, de 10 de abril de 2019, com efeitos a

contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 165/2020

Publicação Nº 2527825

ATO Nº. 165/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR CARLOS GONÇALVES DÁVILA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 166/2020

Publicação Nº 2527826

ATO Nº. 166/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR PAULO SERGIO ONISH, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 167/2020

Publicação Nº 2527827

ATO Nº. 167/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR DANIELA DE OLIVEIRA DA SILVA ROCHA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 168/2020

Publicação Nº 2527828

ATO Nº. 168/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR BRUNO MATHEUS DAVID ANTUNES PACHECO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS VII, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.398, de 12 de setembro de 2018, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Palhoça, SC, em 17 de setembro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 169/2020

Publicação Nº 2527829

ATO Nº. 169/2020.

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDERSON GIOVANI DE PAULO MELO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 170/2020

Publicação Nº 2527830

ATO Nº. 170/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

NOMEAR LAUDELINO NAIRDO SOARES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Maricultura, Pesca e Agricultura, Nível ADJ do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.551, de 18 de fevereiro de 2020, com efeitos a contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 171/2020

Publicação Nº 2527833

ATO Nº. 171/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

NOMEAR FLÁVIO MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, Nível SEC do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.551, de 18 de fevereiro de 2020, com efeitos a contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 172/2020

Publicação Nº 2527834

ATO Nº. 172/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANDERSON GIOVANI DE PAULO MELO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.505 de 16 de setembro de 2019, com efeitos a

contar de 05/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS'
Prefeito Municipal

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda Designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 173/2020

Publicação Nº 2527835

ATO Nº. 173/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR LAUDELINO NAIRDO SOARES, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Turismo, Nível SEC, do Quadro de Pessoal da Administração direta, a partir de 19/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 174/2020

Publicação Nº 2527836

ATO Nº. 174/2020.

CAROLINA CAROL FARIAS, Secretária Executiva de Gabinete, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ALEXANDRO RODRIGUES MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Gabinete do Vice-Prefeito, Nível DAS II, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAROLINA CAROL FARIAS
Secretária Executiva de Gabinete

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 175/2020

Publicação Nº 2527837

ATO Nº. 175/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR BRUNO MATHEUS DAVID ANTUNES PACHECO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV Nível DAS-VII, do Quadro

de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 176/2020

Publicação Nº 2527838

ATO Nº. 176/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ROGERIO MODRJEIEWSKI CASTILHOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS-IV, do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 177/2020

Publicação Nº 2527839

ATO Nº. 177/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ROSANE APARECIDA CAMPOS SANTANA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Esporte de Rendimento Nível DAS-II, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 178/2020

Publicação Nº 2527847

ATO Nº. 178/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MARCOS ALEXANDRE DA COSTA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Atendimento Nível DAS-II, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 179/2020

Publicação Nº 2527848

ATO Nº. 179/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MARCELA REJANE COELHO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico Nível DAS-III, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LUCIANO DALA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 180/2020

Publicação Nº 2527849

ATO Nº. 180/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR FABIANA APARECIDA GARCIA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS-IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 210/2020

Publicação Nº 2527914

ATO Nº. 210/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANTONIO VIDAL PAGANI, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, Nível SEC, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.600, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528950

DECRETO Nº 2.600, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA LIBERAÇÃO PARCIAL DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL METROPOLITANO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentar e adequar o Home Office no Poder Executivo Municipal em razão da pandemia de COVID-19, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Em razão da pandemia advinda do COVID19 as atividades dos servidores efetivos, contratados e comissionados pertencentes a grupos de riscos do Poder Executivo do Município de Palhoça poderão ser executadas fora de suas dependências, de forma remota, sob a denominação de Home office, observados os termos, as diretrizes e as condições estabelecidos neste Decreto.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para os fins deste Decreto considera-se:

I – Home office: modalidade de trabalho realizado de forma remota, em local adequado às condições de privacidade e segurança exigidas pelo serviço, mediante a utilização de tecnologias de informação e de comunicação definidas pelo Município de Palhoça;

II – chefia imediata: servidor ocupante de cargo em comissão ou designado para função gratificada, o qual se reporta diretamente ao Secretário Municipal, Prefeito ou a outro servidor com vínculo de subordinação.

Art. 3º Os efeitos jurídicos do Home office se equiparam àqueles decorrentes da atividade exercida mediante subordinação pessoal e direta nas dependências da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Art. 4º São objetivos do Home office:

I - aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida e do trabalho dos servidores;

II - otimizar tempo e reduzir custo de deslocamento dos servidores até o local de trabalho;

III - proteger a saúde do servidor em condição de risco frente à pandemia do COVID-19;

IV - contribuir para a melhoria dos resultados dos programas socioambientais, com a redução de poluentes, esgoto, consumo de água, energia elétrica, papel e outros bens e serviços disponibilizados pelo Município de Palhoça;

V - ampliar a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de deslocamento;

VI - fomentar o desenvolvimento de gestores para aprimorar o gerenciamento das equipes de trabalho e da produtividade.

Parágrafo Único. O regime previsto neste Decreto não deve impedir o convívio social e laboral, a cooperação, a participação e a integração do servidor em Home office, incluída a pessoa com deficiência, nem comprometer o direito ao tempo livre.

CAPÍTULO II DA GESTÃO DOS SERVIDORES EM HOME OFFICE

Art. 4º Compete aos Secretários das pastas em relação ao Home office:

I - analisar os resultados apresentados pelos servidores participantes, em avaliações mensais, e propor aperfeiçoamentos;

II - apresentar relatórios trimestrais ao Comitê Gestor com a descrição dos resultados e dados sobre o cumprimento dos objetivos especificados neste Decreto;

III - apresentar justificativa sobre a conveniência da continuidade desse regime de trabalho para cada caso individual.

Art. 5º A Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas junto com o Comitê Gestor de Governo coordenará o Home office, competindo-lhe:

I - disponibilizar formulários relacionados ao Home office para os servidores, os gestores e as chefias imediatas;

II - receber e instruir os requerimentos de ingresso, prorrogação, suspensão temporária e desligamento do Home office;

III - orientar os servidores, os gestores e as chefias imediatas a respeito do Home office;

IV - acompanhar o desempenho dos servidores participantes do Home office;

V - monitorar o comportamento individual e organizacional em relação ao Home office;

Parágrafo Único. Compete ao Comitê Gestor de Governo deliberar sobre os requerimentos de ingresso, prorrogação, suspensão temporária e desligamento do Home office.

Art. 6º O Comitê Gestor do Home office e a Diretoria de Gestão de Pessoas, para o alcance dos objetivos previstos neste Decreto, contarão com o apoio da Procuradoria Geral, Controle Interno e Diretoria de Tecnologia, Informação e Comunicação;

CAPÍTULO III DO CONTROLE DO CUMPRIMENTO DAS HORAS DE TRABALHO

Seção I Das Condições Gerais

Art. 7º Todo servidor em regime de Home office deverá estar devidamente registrado nas seguintes Plataformas:

I - sistema de memorando eletrônico da Prefeitura Municipal de Palhoça;

II - sistema de gestão Atende.net ou o sistema que estiver vigente;

III - sistema de ponto eletrônico da Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas.

Art. 8º O servidor em regime de Home office deverá cumprir carga horária conforme estabelecida em seu regime de contrato, de forma contínua e ininterrupta, respeitando apenas as pausas definidas em Lei.

Art. 9º O servidor deverá registrar mediante ponto digital o horário de entrada e o horário de saída todos os dias úteis da semana, conforme horário que cumpria fisicamente.

Art. 10. Compete ao Secretário da pasta e à chefia imediata o monitoramento das horas cumpridas pelos servidores em Home office, cabendo suspender o regime caso seja identificado a insuficiência das horas cumpridas e a determinação do desconto em folha proporcional.

CAPÍTULO IV DA PARTICIPAÇÃO NO HOME OFFICE

Seção I Das Condições Gerais

Art. 11. A realização do Home office é facultativa ao servidor, a critério da Administração e dos gestores das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo direito ou dever do servidor.

Parágrafo Único. Poderá participar do Home office o servidor que execute atividades em meio físico ou eletrônico compatíveis com sua prestação de forma remota.

Art. 12. A participação do servidor no Home office pressupõe que seu perfil seja adequado à modalidade de trabalho realizado de forma remota.

Parágrafo Único. O perfil para o Home office é constituído pelas características individuais e pelas condições socioambientais e organizacionais favoráveis ao bom desempenho do servidor de maneira autônoma, disciplinada e produtiva, e será constatado por meio da utilização de instrumentos apropriados a essa finalidade.

Art. 13. Verificada a adequação de perfil, terá prioridade o servidor:

- I - pertencentes aos grupos de risco relativos ao COVID19;
- II - com deficiência;
- III - que tenha filho, cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência;
- IV - gestante ou lactante;
- V - que trabalhe exclusivamente com processos eletrônicos; e
- VI - idoso.

§ 1º Nas hipóteses acima o servidor deverá apresentar, no momento da indicação ou inscrição, os documentos necessários à comprovação da condição.

§ 2º A condição de deficiência será analisada pela Perícia Médica da Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas.

§ 3º O gestor da unidade, na indicação para o Home office, deve priorizar os servidores que desenvolvem atividades que demandam maior esforço individual e menor interação com outros servidores, tais como elaboração de minutas de decisões, de pareceres e de relatórios.

Art. 14. A realização de Home office é vedada ao servidor que:

- I - ocupe cargo ou função de direção ou chefia;
- II - seja exclusivamente comissionado; ou
- III - que realize jornada de trabalho reduzida.

Art. 15. O limite do número de servidores em Home office, por unidade, é de 30% (trinta por cento) do quadro de pessoal de sua lotação, admitida excepcionalmente a majoração desse limite para 50% (cinquenta por cento), a critério do Comitê Gestor de Governo.

§ 1º Nas unidades em que haja atendimento ao público interno e externo, a participação no Home office ficará condicionada à manutenção de número de servidores suficiente para preservar a qualidade desse serviço.

§ 2º É facultado ao gestor da unidade estabelecer revezamento entre os servidores para a participação no Home office.

Art. 16. Ao servidor em Home office será permitido o trabalho presencial apenas nos casos previstos neste Decreto.

Seção II Das Formas de Ingresso

Art. 17. São formas de ingresso no Home office:

- I - por designação no interesse do serviço público; ou
- II - por pertencer a grupos de risco do COVID19

Seção III Da Formalização da Indicação

Art. 18. O ingresso do servidor no Home office pressupõe:

I - no caso de designação no interesse do serviço público, requerimento do gestor da unidade com a indicação do servidor, conforme formulário disponibilizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas, acompanhado da comprovação da anuência do servidor; e

II - no caso de pertencente aos grupos de risco do COVID19, atestado médico validado pela Perícia Médica da Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas;

§ 1º Além dos documentos referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser apresentados:

I - plano de trabalho individualizado, observados os requisitos estabelecidos pelo Comitê Gestor de Governo;

II - termo de compromisso de que o servidor cumprirá carga-horária contratada e dentro da escala de horário habitual (07h00min às 13h00min ou 13h00min às 19h00min);

III - concordância do servidor com os termos e as condições estabelecidos neste Decreto.

§ 2º O não atendimento do disposto neste artigo implicará o indeferimento do requerimento.

Art. 19. O plano de trabalho individualizado para o servidor indicado ou inscrito para o Home office, elaborado pela chefia imediata e pelo servidor, deverá conter, no mínimo:

I - a descrição das atividades a serem desempenhadas pelo servidor, inclusive se atuará em processos físicos e/ou eletrônicos;

II - a produtividade diária a ser alcançada, com demonstrativo de cálculo e indicação da origem dos dados;

III - o horário que fará o trabalho remoto;

IV - o período de duração do Home office; e

V - as ferramentas tecnológicas que adotará no uso de suas atividades;

§ 1º O formulário deverá ser enviado de modo digital, via memorando eletrônico ao Comitê Gestor de Governo;

§ 2º A solicitação via memorando deverá partir do Secretário da pasta ou encaminhada pelo mesmo.

Seção VI Da Produtividade

Art. 20. A produtividade a ser alcançada será estabelecida pelo Secretário da pasta com a participação da chefia imediata e do servidor interessado.

§ 1º A produtividade do servidor em Home office deverá ser, no mínimo, 20% (vinte por cento) superior à média da produtividade dos servidores que executam atividades correlatas na unidade de lotação.

§ 2º Não havendo servidores na unidade de lotação que desempenhem atividades correlatas, a meta de produtividade será definida com base na produtividade do servidor interessado, mediante justificativa do Secretário da pasta;

§ 3º Caberá ao Secretário da pasta justificar perante ao Comitê Gestor de Governo a não observância das condições estabelecidas neste artigo.

Art. 21. A revisão da meta de produtividade poderá ser realizada a qualquer tempo pelo Secretário da pasta com a participação da chefia imediata e do servidor interessado, nos casos de:

I - constatação de que a meta de produtividade estabelecida no plano de trabalho é incompatível com a demanda do setor;

II - alteração das atividades do servidor em Home office; e

Art. 22. O alcance da meta de produtividade mensal do servidor em Home office equivale ao cumprimento de sua jornada de trabalho.

§ 1º A realização de atividades em período superior à jornada de trabalho não implicará o pagamento de horas extras ou a formação de banco de horas.

§ 2º A superação da meta de produtividade mínima estabelecida no mês não será considerada no cálculo da produtividade.

Art. 23. Caso o servidor em Home office não atinja a meta de produtividade mensal, o déficit de produtividade será apurado pela chefia imediata.

§ 1º O não cumprimento da meta de produtividade pelo servidor em Home office deverá ser imediatamente comunicado ao Comitê Gestor de Governo para acompanhamento e eventual adoção de providências.

§ 2º O servidor deverá apresentar ao gestor da unidade esclarecimentos acerca do não cumprimento da meta de produtividade mensal.

§ 3º Caso não sejam apresentados os esclarecimentos a que se refere o não cumprimento da produtividade mensal será instaurado procedimento administrativo disciplinar para apuração de responsabilidade, observada a legislação aplicável.

Art. 24. O servidor que de forma injustificada não atingir a meta de produtividade estabelecida será excluído do Home office.

Seção VII Da Duração

Art. 25. A duração do Home office será de 1 (um) mês a 1 (um) ano, a contar da data de seu efetivo início pelo servidor.

§ 1º O início das atividades remotas somente ocorrerá após a decisão que autorizar o ingresso no Home office.

§ 2º A participação no Home office poderá ser prorrogada, observado o prazo estabelecido no caput deste artigo.

Seção VIII Do Acompanhamento

Art. 26. Os servidores e os gestores serão acompanhados e capacitados para o regime de Home office por meio de ações que compreendem, no mínimo:

I - acompanhamento individual e de grupo sempre que se mostrar necessário; e

II - análise de relatórios

Parágrafo Único. Para os fins previstos neste artigo, poderá ser determinado o comparecimento dos servidores e dos gestores na sede do Poder Executivo Municipal ou a realização de visitas técnicas.

Art. 27. O Município difundirá conhecimentos sobre o Home office e orientações para saúde e ergonomia mediante a realização de cursos, oficinas, palestras e outros meios, organizados e conduzidos pelo Palhoça LAB e Diretoria de Gestão de Pessoas.

Seção IX Das Estruturas Física e Tecnológica

Art. 28. Compete exclusivamente ao servidor providenciar e manter, a suas expensas, as estruturas física e tecnológica necessárias e adequadas à realização do Home office, mediante o uso de equipamentos ergonômicos que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos.

Parágrafo Único. O servidor, antes do início do Home office, assinará declaração de que a instalação em que executará as atividades atende às exigências do caput deste artigo, podendo, se necessário, solicitar orientação técnica das unidades de tecnologia da informação e de ergonomia.

Art. 29. Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação viabilizar o acesso aos sistemas da Prefeitura Municipal de Palhoça

§ 1º O servidor em Home office poderá usar o serviço de suporte da Diretoria de Tecnologia da Informação para solucionar problemas de acesso e de funcionamento dos sistemas institucionais, observado o horário de expediente do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O suporte referido no § 1º não inclui a manutenção em equipamentos pessoais de informática do servidor participante do Home office.

Art. 30. Compete à Diretoria de Saúde informar as recomendações sobre ergonomia a serem observadas pelo servidor em Home office.

Seção X Da Retirada e Devolução de Processos e Documentos Físicos

Art. 31. A retirada de processos e documentos físicos das dependências da unidade será permitida mediante assinatura de termo de recebimento e responsabilidade pelo servidor e observará os procedimentos de segurança da informação.

§ 1º Compete ao servidor prover o transporte, a guarda e a conservação dos processos e documentos sob sua responsabilidade.

§ 2º O Secretário ou chefia imediata controlará a entrega e o recebimento dos processos e documentos físicos ao servidor participante do Home office, bem como a elaboração dos termos respectivos.

§ 3º Não devolvidos os processos ou os documentos, ou se, restituídos, apresentarem danos ou qualquer irregularidade, sem que haja justificativa fundada para a ocorrência, competirá ao gestor da unidade:

I - adotar as medidas administrativas, disciplinares e, se for o caso, judiciais cabíveis; e

II - realizar a exclusão automática do servidor do regime de Home office.

Seção XI
Das Condições Especiais

Art. 32. A relocação do servidor em Home office em razão da necessidade do serviço ocorrerá preferencialmente em unidade que permita a permanência no regime de Home office.

§ 1º A permanência no Home office ficará condicionada ao preenchimento de todos os requisitos necessários ao ingresso neste, nos termos deste Decreto, observadas as condições da nova lotação.

§ 2º A relocação deverá ser previamente informada à Diretoria de Gestão de Pessoas, em tempo hábil para análise das condições de permanência no Home office.

§ 3º Autorizada a permanência do servidor no Home office, a Diretoria de Gestão de Pessoas publicará a portaria correspondente.

CAPÍTULO V
DOS DEVERES DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NO HOME OFFICE

Seção I
Dos Deveres da chefia imediata e do Secretário da pasta

Art. 33. São deveres da chefia imediata e do Secretário da pasta:

I - acompanhar o trabalho do servidor e sua adaptação ao Home office;

II - aferir e monitorar o cumprimento da meta de produtividade estabelecida e a qualidade da atividade realizada;

III - encaminhar trimestralmente à Diretoria de Gestão de Pessoas os relatórios previstos.

IV - informar imediatamente à Diretoria de Gestão de Pessoas o não cumprimento da meta de produtividade estabelecida pelo servidor em Home office, assim como penalidade disciplinar aplicada a ele;

V - controlar e coordenar a retirada e a devolução de processos e documentos físicos pelo servidor em Home office;

VI - guardar em arquivo físico ou digital toda a documentação do servidor participante do Home office, inclusive termos de retirada e de devolução de processos e documentos físicos;

VII - participar das atividades de orientação e de desenvolvimento gerencial relacionadas ao Home office;

VIII - comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas as alterações ocorridas após o ingresso do servidor no Home office relacionadas às atividades desenvolvidas, às metas de produtividade estipuladas ou à mudança de chefia imediata ou gestor; e

IX - convocar o servidor em Home office para comparecer às dependências da unidade lotacional, sempre que necessário, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Seção II
Dos Deveres do Servidor

Art. 34. São deveres do servidor em Home office:

I - cumprir a meta de produtividade estabelecida, com a qualidade exigida pela chefia imediata e pelo gestor da unidade;

II - ajustar com a chefia imediata e o Secretário da pasta a periodicidade da presença na unidade, conforme previamente estabelecido.

III - atender às convocações para comparecimento nas dependências do Poder Executivo Municipal quando houver fato superveniente ao ingresso no Home office que justifique o realinhamento de atividades ou a instrução acerca de alteração ou criação de rotina de trabalho;

IV - manter contatos institucionais e pessoais permanentemente atualizados e ativos nos dias úteis;

V - consultar diariamente o memorando eletrônico;

VI - manter a chefia imediata e o Secretário da pasta informados acerca da evolução do trabalho e de eventuais dificuldades, ocorrências ou dúvidas que possam atrasar ou prejudicar o cumprimento da meta de produtividade;

VII - atender, nos prazos estipulados, as solicitações da chefia imediata, do gestor da unidade e da Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas;

VIII - comparecer à unidade quando convocado para participar de reuniões de trabalho;

IX - participar das atividades de orientação, capacitação e acompanhamento ao Home office sempre que determinado pela Administração; e

Parágrafo Único. As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor em Home office, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das metas de produtividade

CAPÍTULO VI DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DO DESLIGAMENTO

Seção I Da Suspensão Temporária

Art. 35. A suspensão temporária do Home office consiste no retorno do servidor ao trabalho presencial e poderá ocorrer:

I - para suprir as ausências e os afastamentos legais de servidor prestador de trabalho presencial que possam prejudicar ou comprometer as atividades da unidade;

II - na hipótese de designação para substituir servidor, caso a atuação presencial seja necessária ou a função a ser exercida seja incompatível com o Home office;

Seção II Do Desligamento

Art. 36. O desligamento do servidor do Home office ocorrerá:

I - automaticamente:

- a) após o decurso do prazo de duração estabelecido na portaria de ingresso no Home office, caso não haja prorrogação; ou
- b) no caso de penalidade disciplinar aplicada;

II - a qualquer tempo:

- a) por solicitação justificada do gestor da unidade no interesse da Administração;
- b) a requerimento do servidor; ou
- c) no caso de aposentadoria, exoneração, demissão, remoção, disposição ou relotação do servidor;

§ 1º Autorizado o desligamento do servidor do Home office, a Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas publicará portaria revogatória.

Art. 37. O servidor desligado em razão de remoção ou disposição ocorrida posteriormente ao início de suas atividades em Home office poderá solicitar novo ingresso nesse regime, observadas as condições estabelecidas neste Decreto.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Ficam revogadas as disposições contrárias a este Decreto.

Art. 39. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência enquanto perdurar a situação de emergência no Município.

Palhoça, 15 de junho de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANEXO

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO PARA HOME OFFICE

NOME:
MATRÍCULA:
SECRETARIA:
LOTAÇÃO:
SETOR(ES) NO MEMORANDO ELETRÔNICO:
CHEFIA IMEDIATA:
INÍCIO DO REGIME EM HOME OFFICE:
FIM DO REGIME EM HOME OFFICE:
JUSTIFICATIVA PARA TRABALHO EM HOME OFFICE:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DAS FUNÇÕES DIÁRIAS:

RELAÇÃO DE ATIVIDADES:

ID	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	META DIÁRIA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	SISTEMAS UTILIZADOS
01						
02						
(...]						

AVALIAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA E/OU SECRETÁRIO DA PASTA

NOME:

MATRÍCULA:

MÊS DE AVALIAÇÃO:

ID	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	META DIÁRIA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	SISTEMAS UTILIZADOS	AVALIAÇÃO
01							[] NÃO CUMPRIDO [] INSUFICIENTE [] SUFICIENTE
02							
(...)							

ERRATA - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 117/2020

Publicação Nº 2528611

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do dia 18/06/2020, edição n.º 3174, pág. 894, Extrato Inexigibilidade de Licitação n.º 117/2020 onde se lê: "CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT – Secretária Municipal de Administração"; Leia-se: "ISNARDO LUIS BRANT – Secretário Municipal de Fazenda."

PORTARIA 61/2020

Publicação Nº 2528321

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA N. 61/2020

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o Memorando n. 39.649/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguido à servidora pública D. da S. nos termos do art. 233 a 235 da Lei Complementar nº. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, é inassídua.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA– mat. 800786- Presidente
- B) MILENE THEODOROVICZ – mat. 210687 – Secretária
- C) GUILHERME AGUIAR LOPES – mat. 3745134 - Vogal

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

3.1 A Não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, em 15 de junho de 2020.

Cristina Schwinden Schmidt

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2101/2020

Publicação Nº 2527925

PORTARIA Nº. 2101/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARLA CRISTINA DE SOUZA LIMA, matrícula nº. 3745054-1, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 23/06/2014 a 23/06/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 26/04/2020 a 26/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2641/2020

Publicação Nº 2527506

PORTARIA Nº. 2641/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DAIANA POLICENA MARTINS RODRIGUES COELHO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3762451-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2642/2020

Publicação Nº 2527507

PORTARIA Nº. 2642/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GABRIELA GREGOLETTO DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3762563-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2643/2020

Publicação Nº 2527508

PORTARIA Nº. 2643/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº. 2160 de 20 de abril de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor MARCELO JOSÉ DO AMARAL, no cargo de Operador de Hidrojato, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/05/2020 a 04/05/2021.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2644/2020

Publicação Nº 2527509

PORTARIA Nº. 2644/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DOUGLAS JOSÉ SILVEIRA, titular do cargo de Artífice, Matrícula nº. 3762123-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2645/2020

Publicação Nº 2527510

PORTARIA Nº. 2645/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARIA SALETE SCHMIDT, titular do cargo de ASO, Matrícula nº. 3763835-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2646/2020

Publicação Nº 2527511

PORTARIA Nº. 2646/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEONARDO LUIZ DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 001/SMAS/2019, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/05/2020 a 18/05/2021.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2647/2020

Publicação Nº 2527512

PORTARIA Nº. 2647/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Eliete Felisberto	20	40	17/05/2020 a 05/06/2020
Guilherme da Costa	35	10	19/05/2020 a 14/12/2020
José Nilson Alsines da Silva	25	35	17/05/2020 a 14/12/2020
Letícia de Paula Costa	20	40	17/05/2020 a 14/12/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2648/2020

Publicação Nº 2527513

PORTARIA Nº. 2648/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3763832-1	Janaina Pereira Dias	20%	02/04/2020
3761315-3	Oscar Felipe Gorayeb Arriaza	90%	20/05/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2649/2020

Publicação Nº 2527514

PORTARIA Nº. 2649/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR THOMAZ DA SILVA NETO, titular do cargo de Enfermeiro, Matricula nº. 3763305-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2650/2020

Publicação Nº 2527515

PORTARIA Nº. 2650/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
402001-1	Fabiana Gutilha	223,68

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2651/2020

Publicação Nº 2527517

PORTARIA Nº. 2651/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VALDIRENE PINTO RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS AD, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/05/2020 a 13/05/2021. Não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2652/2020

Publicação Nº 2527518

PORTARIA Nº. 2652/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NAIARA APARECIDA CANELA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Chamada Pública 003/2020, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PA Pinheira, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/04/2020 a 16/04/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2653/2020

Publicação Nº 2527520

PORTARIA Nº. 2653/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIA LAYDNER GEIGER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº.

2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS I, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/05/2020 a 19/05/2021. Não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2654/2020

Publicação Nº 2527521

PORTARIA Nº. 2654/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA APARECIDA PETRY, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2019, para ocupar o cargo de Enfermeiro ESF, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Ponte do Imaruim, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/05/2020 a 19/05/2021.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2655/2020

Publicação Nº 2527523

PORTARIA Nº. 2655/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LINEA TERESINHA NIEHUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Ponte do Imaruim, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/05/2020 a 15/05/2021. Não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2656/2020

Publicação Nº 2527524

PORTARIA Nº. 2656/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ROBERTA CRISTINA PACHECO CORREA DOS SANTOS, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3760898-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2657/2020

Publicação Nº 2527525

PORTARIA Nº. 2657/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor LEONARDO WELLINGTON ADÃO, Matrícula nº. 150085-1, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removido para Secretaria de Administração do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2658/2020

Publicação Nº 2527526

PORTARIA Nº. 2658/2020.

SANDRA REGINA DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SERGIO BIATO STOIEV, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Farmácia de Alto Custo da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/05/2020 a 20/05/2021, vaga transitória.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2659/2020

Publicação Nº 2527527

PORTARIA Nº. 2659/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3763507-2	Claudio Roberto dos Santos	80%	02/04/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2660/2020

Publicação Nº 2527530

PORTARIA Nº. 2660/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3763830-1	Djosi Vieira	30%	01/05/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2661/2020

Publicação Nº 2527531

PORTARIA Nº. 2661/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3763939-1	Daniel Garcia Machado	90%	11/05/2020
3763940-1	Thielle Maria Vaske	60%	11/05/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.
SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2662/2020

Publicação Nº 2527532

PORTARIA Nº. 2662/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 1643 de 18 de março de 2019, que Prorrogou o Contrato do servidor EDVALDO SANDRIN MACIEL FREITAS, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 16.130/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 04/04/2020.

Palhoça, SC, em, 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2663/2020

Publicação Nº 2527536

PORTARIA Nº. 2663/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária de Infraestrutura e Saneamento designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2020.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3762287-2	João Carlos Antunes	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE
Secretária de Infraestrutura e Saneamento designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2664/2020

Publicação Nº 2527537

PORTARIA Nº. 2664/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NEREIDA OLINDINA GOMES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Chamada Pública 001/2020, para ocupar o cargo de Bioquímico, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Laboratório, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/05/2020 a 21/05/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2665/2020

Publicação Nº 2527539

PORTARIA Nº. 2665/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILENE DA SILVA, matrícula nº. 300069-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/10/2007 a 01/10/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2666/2020

Publicação Nº 2527540

PORTARIA Nº. 2666/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELIZABETE DA ROSA DINIZ MARES, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de janeiro de 2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2667/2020

Publicação Nº 2527541

PORTARIA Nº. 2667/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1984 de 30 de março de 2020, que concedeu Licença Prêmio para o servidor VALTER DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a quantidade de meses de usufruto que será 02 (dois) meses.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2668/2020

Publicação Nº 2527544

PORTARIA Nº. 2668/2020.

JOÃO GONÇALVES NETO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LUCINEIA ALICE FRANCISCO, matrícula nº. 801118-3, categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Defesa do Cidadão, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 02 (dois) anos, 08 (oito) meses e 19 (dezenove) dias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

JOÃO GONÇALVES NETO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2669/2020

Publicação Nº 2527545

PORTARIA Nº. 2669/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) GEOVANA VILMA MOREIRA BORBA, matrícula nº. 800595-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 03 (três) anos, 08 (oito) meses e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2670/2020

Publicação Nº 2527546

PORTARIA Nº. 2670/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LUCILENE IRMA BERNARDO SILVEIRA, matrícula nº. 802033-18, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 13 (treze) anos, 01 (um) mês e 26 (vinte e seis) dias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2671/2020

Publicação Nº 2527548

PORTARIA Nº. 2671/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) GISELE EVAIR DA SILVA, matrícula nº. 210559-07, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 03 (três) anos, 01 (um) mês e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2672/2020

Publicação Nº 2527550

PORTARIA Nº. 2672/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARILANDE PAIM DOS SANTOS, matrícula nº. 127850-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 14 (quatorze) dias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2673/2020

Publicação Nº 2527551

PORTARIA Nº. 2673/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANDREA DA ROSA DA SILVA, matrícula nº. 801853-6, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 22 (vinte e dois) anos, 03 (três) meses e 13 (treze) dias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2674/2020

Publicação Nº 2527553

PORTARIA Nº. 2674/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JULIANA VALERIM, matrícula nº. 802038-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2675/2020

Publicação Nº 2527554

PORTARIA Nº. 2675/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LEONICE BUSSOLO DE SOUZA, matrícula nº. 800919-1, ocupante da categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 02 (dois) anos, 05 (cinco) meses e 26 (vinte e seis) dias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2676/2020

Publicação Nº 2527555

PORTARIA Nº. 2676/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2430 de 30 de abril de 2020, que Cessou Gratificação de Produtividade dos servidores, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2677/2020

Publicação Nº 2527556

PORTARIA Nº. 2677/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2431 de 30 de abril de 2020, que Cessou Função Gratificada dos servidores, do Quadro de Pessoal da

Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2678/2020

Publicação Nº 2527557

PORTARIA Nº. 2678/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – CAEP:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação do Estágio Probatório" da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento e Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 01 de maio de 2020.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Adenir Atanilio Wagner	Secretaria de Administração	Vice Presidente
Chefe da Unidade	Secretaria	Membro
Colega de Trabalho	Secretaria	Membro
Edileusa Cristina Borba	Secretaria de Administração	Secretária
Tereza Angelina Wagner	Secretaria de Infraestrutura e Saneamento	Presidente

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2679/2020

Publicação Nº 2527558

PORTARIA Nº. 2679/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – CAEP:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação de desempenho" da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento e Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 01 de maio de 2020.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Adenir Atanilio Wagner	Secretaria de Administração	Vice Presidente
Chefe da Unidade	Secretaria	Membro
Colega de Trabalho	Secretaria	Membro
Edileusa Cristina Borba	Secretaria de Administração	Secretária
Tereza Angelina Wagner	Secretaria de Infraestrutura e Saneamento	Presidente

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2680/2020

Publicação Nº 2527559

PORTARIA Nº. 2680/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para DAIANE GONÇALVES SPOLAOR GASPAR, matrícula nº. 126715-7, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2682/2020

Publicação Nº 2527562

PORTARIA Nº. 2682/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MARLY TERESINHA ZOCCOLI, titular do cargo de Médico Plantonista, Matrícula nº. 3763961-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2683/2020

Publicação Nº 2527565

PORTARIA Nº. 2683/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR LEANDRO RIMOLO OSORIO, titular do cargo de Médico Plantonista, Matrícula nº. 251742-6, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2684/2020

Publicação Nº 2527566

PORTARIA Nº. 2684/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 14 de fevereiro de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
3763547-1	Joice Cristiane de Souza Kaul	204,50

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2685/2020

Publicação Nº 2527567

PORTARIA Nº. 2685/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIANE ROSA BARBOSA, Matrícula nº. 211057-14, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2686/2020

Publicação Nº 2527569

PORTARIA Nº. 2686/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
ADRIANA DE SOUZA MOREIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	10	21/05/2020
ADRIANA DE SOUZA MOREIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	05	21/05/2020
ADRIANA HESSMANN	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	01	14/05/2020
ADRIANA HESSMANN	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	05	20/05/2020
ALINE DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM (ESF)	07	19/05/2020
ANA CAROLINA PETRI	ASSISTENTE SOCIAL	07	18/05/2020
ANA CAROLINA PETRI	ASSISTENTE SOCIAL	04	25/05/2020
ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	21/05/2020
ARIANE MARTINS DE MENEZES	MEDICO	04	18/05/2020
ARONY SILVA CRUZ PAIVA	ASSISTENTE SOCIAL	70	23/05/2020
BIANCA FREITAS PEREIRA CORREA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	07/05/2020
BRUNO DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	12	18/05/2020
CLAUDENI ANTOLIN PRUDENCIO	SOCORRISTA	06	22/05/2020
CLAUDINEIA FERREIRA CHINI	MERENDEIRA	15	15/05/2020
DAIANE DE FATIMA RIBEIRO DE CASTILHO	ENTREVISTADOR SOCIAL	10	19/05/2020
DEYSE ALEXANDRE PEDROSO	PROFESSOR	10	15/05/2020
DEYSE ALEXANDRE PEDROSO	PROFESSOR	09	25/05/2020
EDILENE MARIA GONZAGA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	15	15/05/2020
EDSON LUCAS DOS SANTOS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	05	22/05/2020
ELI REGINA FERNANDES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	23/05/2020
ELIZABETE DA ROSA DINIZ MARES	ASSISTENTE SOCIAL	30	20/05/2020
ELON GUSTAVO CORREIA DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	07	27/05/2020
ERIC MEIRA MAGALHAES	EDUCADOR FISICO	09	18/05/2020
FRANCIELE CARDOZO RODRIGUES	TECNICO DE ENFERMAGEM	03	08/05/2020
FRANCIELE CARDOZO RODRIGUES	TECNICO DE ENFERMAGEM	03	16/05/2020
GABRIELA REGINA MARCILIANO DE JESUS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	26/05/2020
GISELLE GERHARDT	TECNICO EM ENFERMAGEM	10	26/05/2020
GRAZIELA NAZARE NUNIS	ENFERMEIRO	03	18/05/2020
GRAZIELA NAZARE NUNIS	ENFERMEIRO	05	21/05/2020
GRAZIELA NAZARE NUNIS	ENFERMEIRO	15	26/05/2020

GRAZIELE APARECIDA TOME	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	15/05/2020
GRAZIELE APARECIDA TOME	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	19/05/2020
ILDGARDT BOCK DA SILVA	MERENDEIRA	05	25/05/2020
ISMAEL AUGUSTO DA SILVA	ASSESSOR	11	20/05/2020
IVANILDA PAULA LISBOA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	60	18/05/2020
IVONETE ABREU	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	04	15/05/2020
JANE CAMPOS DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL	30	27/05/2020
JANE DOS SANTOS DA SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	10	18/05/2020
JANE DOS SANTOS DA SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	05	11/05/2020
JEANETE SCHEIBE	PSICOLOGO	30	28/05/2020
JEFFERSON RAGO FERREIRA	MEDICO	03	25/05/2020
JEFFERSON RAGO FERREIRA	MEDICO	03	18/05/2020
JENNIFER DE FARIAS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04	19/05/2020
JESSICA BORGES DA SILVA	ESTAGIARIO	04	15/05/2020
JOICE ALZIRA RODRIGUES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	22/05/2020
JOSE RIBAMAR FERNANDES FREIRE	ARTIFICE	05	25/05/2020
JULIANA MARIA DE CAMPOS	ASSESSOR	10	18/05/2020
KATIA REGINA MEDEIROS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	10	21/05/2020
KATIA REGINA MEDEIROS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	05	21/05/2020
KAUJANE LOBAS PINTO	MEDICO	03	18/05/2020
LUCIANA MARIA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	30	15/05/2020
LUCIDARA ROSINI	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	21/05/2020
MAIARA DANUSA DE MEDEIROS	ASSESSOR	19	24/05/2020
MANOELA COSTA BOENO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	22/05/2020
MANOELA COSTA BOENO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	25/05/2020
MARCIO JOAO MARTINS	ASSESSOR	05	25/05/2020
MARIA APARECIDA DA COSTA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	18/05/2020
MARIA APARECIDA DE SOUZA MACHADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15	22/05/2020
MARIA BERNARDETE PEREIRA	VIGIA	05	19/05/2020
MARIA BERNARDETE PEREIRA	VIGIA	05	28/05/2020
MARIANA DE SOUSA BOIANOVSKY	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15	15/05/2020
MARILEIA KERSBAUM SCHLEMPER	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	08	22/05/2020
MARILENE GARCZAL	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	180	11/05/2020
MARINA MACHADO RIBEIRO GONZAGA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	07	26/05/2020
MATEUS GAIO TEIXEIRA	PROFESSOR	120	21/05/2020
MAURO CESAR MACHADO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	18/05/2020
MAURO CESAR MACHADO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	67	11/03/2020
MICHELE PATRICIA MOREIRA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	30	27/05/2020
MICHELLI SOARES	TECNICO DE ENFERMAGEM	02	07/05/2020
MICHELLI SOARES	TECNICO DE ENFERMAGEM	01	25/05/2020
MICHELLI SOARES	TECNICO DE ENFERMAGEM	01	18/05/2020
NICOLI KLOPPFEL FIDELIS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	10	20/05/2020
NICOLI KLOPPFEL FIDELIS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	05	20/05/2020
OSMAR SALOME VIEIRA FILHO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	08	18/05/2020

OSMAR SALOME VIEIRA FILHO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	08	25/05/2020
POLIANA ALMEIDA PEREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	09	25/05/2020
PRISCILA ZAPELINI MENDES	TELEFONISTA	10	21/05/2020
PRISCILA ZAPELINI MENDES	TELEFONISTA	02	14/05/2020
PRISCILA ZAPELINI MENDES	TELEFONISTA	05	21/05/2020
RAFAELA DE AGUIAR CHAVES DE SOUZA	TECNICO EM EDIFICACOES	10	22/05/2020
RAFAELA PICKLER PEREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	180	27/05/2020
RAQUEL SCHMIDT	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS	15	22/05/2020
RITA DE CASSIA ALVES MANCHEIN	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	30	28/05/2020
ROBERTA ELENIR DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	20/05/2020
ROBERTA ELENIR DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	20/05/2020
RODRIGO CHAVES	TECNICO DE ENFERMAGEM	12	24/05/2020
RODRIGO CHAVES	TECNICO DE ENFERMAGEM	03	13/05/2020
ROSANA APARECIDA PINHEIRO SALLMORIA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	05	25/05/2020
ROSE VALFRIDE SCHMITT XAVIER	TECNICO DE ENFERMAGEM (ESF)	01	05/05/2020
ROSE VALFRIDE SCHMITT XAVIER	TECNICO DE ENFERMAGEM (ESF)	10	21/05/2020
ROSELI DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	09	27/05/2020
RUAN SOARES	CALCETEIRO	07	21/05/2020
SANDRA MARIA FRUTUOZO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	30	20/05/2020
SIMONE CRISTINA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM (ESF)	10	21/05/2020
SUELI DO NASCIMENTO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	26/05/2020
SUZANA DE MIRANDA GOMES PIZANI	MEDICO	07	25/05/2020
TANIA REGINA BENTO PESSOA	MERENDEIRA	30	19/05/2020
TATIANI CRISTINA ALVES	ENFERMEIRO	10	26/05/2020
THATIANY FERNANDES DE MIRANDA	TECNICO DE ENFERMAGEM	30	25/05/2020
THUANY SCHMITZ AMARAL	ODONTOLOGO	12	12/05/2020
THUANY ZENITE DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	26/05/2020
THUANY ZENITE DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01	22/05/2020
TIAGO PEREIRA DOS SANTOS	AUDITOR FISCAL DE OBRAS	90	12/05/2020
VALDINEIA BORBA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	07	22/05/2020
WALMIRA POLUCENO MIRANDA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	45	18/05/2020

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2687/2020

Publicação Nº 2527571

PORTARIA Nº. 2687/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 0945 de 14 de fevereiro de 2020, que Averbou tempo de serviço da servidora NADIA FARIAS DA COSTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 06 (seis) meses e 13 (treze) dias.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2688/2020

Publicação Nº 2527572

PORTARIA Nº. 2688/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GIANI DA ROSA FEIJO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2689/2020

Publicação Nº 2527573

PORTARIA Nº. 2689/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SOLANGE ZLUHAN BORBA, matrícula nº. 800695-1, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/02/2012 a 07/02/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 22/05/2020 a 22/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2690/2020

Publicação Nº 2527574

PORTARIA Nº. 2690/2020.

FLÁVIO MARTINS, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VILSON ARENT WILLEMANN, matrícula nº. 500248-2, titular do cargo de Operador de Máquina, do

Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal Maricultura, Pesca e Agricultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 13/01/2015 a 13/01/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/06/2020 a 03/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FLÁVIO MARTINS

Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2691/2020

Publicação Nº 2527577

PORTARIA Nº. 2691/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLÁUDIO LINO DE CAMPOS, matrícula nº. 800133-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/03/2015 a 01/03/2020, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 22/05/2020 a 22/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2692/2020

Publicação Nº 2527578

PORTARIA Nº. 2692/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AMALIA ALAIDE PEREIRA, matrícula nº. 300218-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 24/01/2014 a 24/01/2019, por 01 (um) mês, a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2693/2020

Publicação Nº 2527580

PORTARIA Nº. 2693/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA TERESA CARDOSO, matrícula nº. 300231-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de

30/06/2010 a 30/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/05/2020 a 22/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2694/2020

Publicação Nº 2527581

PORTARIA Nº. 2694/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária de Infraestrutura e Saneamento designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIOMAR GALVÃO, matrícula nº. 500456-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2000 a 01/06/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE
Secretária de Infraestrutura e Saneamento designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2695/2020

Publicação Nº 2527582

PORTARIA Nº. 2695/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIANA CELIA FREITAS, matrícula nº. 120064-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 06/03/2008 a 06/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/06/2020 a 07/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2696/2020

Publicação Nº 2527584

PORTARIA Nº. 2696/2020.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WANICE PIERRI, matrícula nº. 300215-2, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 10/01/2007 a 10/01/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2697/2020

Publicação Nº 2527585

PORTARIA Nº. 2697/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA LUCIA AZEVEDO MONAUER, matrícula nº. 3745654-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2698/2020

Publicação Nº 2527586

PORTARIA Nº. 2698/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RODRIGO LUCIANO VIGANIGO, matrícula nº. 300501-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/12/2011 a 01/12/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2699/2020

Publicação Nº 2527588

PORTARIA Nº. 2699/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

DEMITIR JENILSON DOMINGOS, matrícula nº. 501142-10, do cargo de ASO do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Administrativo Disciplinar nº. 12378/2019 que, disposto no artigo 214, II e 215, da Lei Complementar nº. 096/2010, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário da Secretaria de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2700/2020

Publicação Nº 2527590

PORTARIA Nº. 2700/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor FELIPE AUGUSTO DE BONI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 165296-8 e Senhor MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 025866-8, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 38/2020. Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de pavimentação em blocos intertravados de concreto e sinalização viária da Rua Maria José da Conceição, Pachecos, no município de Palhoça/SC

Esta Portaria entre em vigor em 26 de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2701/2020

Publicação Nº 2527592

PORTARIA Nº. 2701/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR Como Responsável pela Equipe Bravo, o servidor DIEGO POSICH DE JESUS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2702/2020

Publicação Nº 2527593

PORTARIA Nº. 2702/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR Como Responsável pela Equipe Charlies, o servidor GUILHERME MORAES BARBOSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2703/2020

Publicação Nº 2527595

PORTARIA Nº. 2703/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZ ANDRE DE ANDRADE, matrícula nº. 802116-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, a contar de 11/05/2020 a 11/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2704/2020

Publicação Nº 2527596

PORTARIA Nº. 2704/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO ROBERTO DA SILVA, matrícula nº. 500261-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 28/06/1999 a 28/06/2004, por 01 (um) mês, a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2705/2020

Publicação Nº 2527597

PORTARIA Nº. 2705/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2020.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3762535-1	Ezequiel Peres Martins	R\$ 300,00
3761153-1	Valmir Niederhaus	R\$ 300,00

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3761142-1	Diego Posich de Jesus	R\$ 300,00
3761160-1	Guilherme Moraes Barbosa	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2706/2020

Publicação Nº 2527598

PORTARIA Nº. 2706/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GERALDO AMORIM, matrícula nº. 500457-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, a contar de 27/05/2020 a 27/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2707/2020

Publicação Nº 2527599

PORTARIA Nº. 2707/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALDO ALBERTO PEREIRA, matrícula nº. 500001-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/04/2001 a 01/04/2006, por 01 (um) mês, a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2708/2020

Publicação Nº 2527600

PORTARIA Nº. 2708/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ENI VALENTE DA SILVA, matrícula nº. 801005-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 01 (um) mês, a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2709/2020

Publicação Nº 2527601

PORTARIA Nº. 2709/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MAURICIO MARTINS, matrícula nº. 500021-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 03/11/1998 a 03/11/2003, por 01 (um) mês, a contar de 01/07/2020 a 01/08/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2710/2020

Publicação Nº 2527602

PORTARIA Nº. 2710/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO CESAR MARTINS, matrícula nº. 500028-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 04/02/2010 A 04/02/2015, por 01 (um) mês, a contar de 09/06/2020 a 09/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2711/2020

Publicação Nº 2527605

PORTARIA Nº. 2711/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LIVIA ESPINDOLA MONTE, matrícula nº. 3745130-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/08/2014 a 01/08/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/06/2020 a 15/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2713/2020

Publicação Nº 2527607

PORTARIA Nº. 2713/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCI TEREZINHA ESPÍNDOLA, matrícula nº. 800920-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 01 (um) mês, a contar de 27/05/2020 a 27/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2714/2020

Publicação Nº 2527608

PORTARIA Nº. 2714/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA DA SILVA, matrícula nº. 800932-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 21/03/2013 a 21/03/2018 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2715/2020

Publicação Nº 2527609

PORTARIA Nº. 2715/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GILBERTO GIACOMINI, matrícula nº. 400088-1, titular do cargo de Bioquímico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/01/2015 a 02/01/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 19/05/2020 a 19/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2716/2020

Publicação Nº 2527611

PORTARIA Nº. 2716/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA DA SILVA LUCIO, matrícula nº. 801547-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 01 (um) mês, a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2717/2020

Publicação Nº 2527612

PORTARIA Nº. 2717/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL PETRI, matrícula nº. 802749-1, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 13/01/2014 a 13/01/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/05/2020 a 22/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2718/2020

Publicação Nº 2527613

PORTARIA Nº. 2718/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA BOTELHO, matrícula nº. 500221-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 16/01/2010 a 16/01/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2719/2020

Publicação Nº 2527614

PORTARIA Nº. 2719/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RENATA MORFIM DA SILVA SARDINHA, matrícula nº. 300428-1, titular do cargo de Assistente

Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/11/2010 a 08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2720/2020

Publicação Nº 2527615

PORTARIA Nº. 2720/2020.

FLÁVIO MARTINS, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUCELIO JORGE PEREIRA WARMLING, matrícula nº. 500445-5, titular do cargo de Operador de Máquina, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal Maricultura, Pesca e Agricultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/05/2006 a 08/05/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/06/2020 a 01/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FLÁVIO MARTINS
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2721/2020

Publicação Nº 2527617

PORTARIA Nº. 2721/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMERE APARECIDA DA SILVA, matrícula nº. 100635-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/10/2013 a 08/10/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2722/2020

Publicação Nº 2527618

PORTARIA Nº. 2722/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEISE ZILMA DA ROSA, matrícula nº. 300483-10, titular do cargo de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/08/2011 a 01/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2723/2020

Publicação Nº 2527619

PORTARIA Nº. 2723/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELAINE GARCIA PAES YOUNES, matrícula nº. 100513-8, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/10/2014 a 01/10/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/06/2020 a 05/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2724/2020

Publicação Nº 2527620

PORTARIA Nº. 2724/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELAINE CRISTINA HENRIQUE, matrícula nº. 802388-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 22/10/2012 a 22/10/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 09/05/2020 a 09/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2725/2020

Publicação Nº 2527621

PORTARIA Nº. 2725/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DE FATIMA CARDOSO, matrícula nº. 801438-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 08/04/2015 a 08/04/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 09/05/2020 a 09/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2726/2020

Publicação Nº 2527622

PORTARIA Nº. 2726/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUDITE DE FATIMA DE OLIVEIRA DE JESUS, matrícula nº. 800991-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/06/2013 A 02/06/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 09/05/2020 a 09/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2727/2020

Publicação Nº 2527623

PORTARIA Nº. 2727/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KELLY VIVIANE PINHO, matrícula nº. 802944-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 05/05/2014 a 05/05/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 09/05/2020 a 09/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2728/2020

Publicação Nº 2527625

PORTARIA Nº. 2728/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVENES PEREIRA MATOS, matrícula nº. 802955-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 19/05/2014 a 19/05/2019, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 11/05/2020 a 11/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2729/2020

Publicação Nº 2527626

PORTARIA Nº. 2729/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL MEIRA SOUTO, matrícula nº. 127801-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 02/04/2004 a 02/04/2009, por 01 (um) mês e referente ao q-inq-ênio de 02/04/2009 a 02/04/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/05/2020 a 22/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2730/2020

Publicação Nº 2527627

PORTARIA Nº. 2730/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA HELENA SANTIAGO, matrícula nº. 124904-1, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/06/2020 a 03/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2731/2020

Publicação Nº 2527633

PORTARIA Nº. 2731/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILDA NAZARÉ TRUPPEL DE OLIVEIRA, matrícula nº. 122055-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 16/04/2013 a 16/04/2018, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 22/05/2020 a 22/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2732/2020

Publicação Nº 2527635

PORTARIA Nº. 2732/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ODETE VIEIRA, matrícula nº. 801575-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 10/05/2015 a 10/05/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2733/2020

Publicação Nº 2527637

PORTARIA Nº. 2733/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVIO DA SILVA, matrícula nº. 500190-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 21/08/2009 a 21/08/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2734/2020

Publicação Nº 2527638

PORTARIA Nº. 2734/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WANDERLEIA DE FÁTIMA ROSSI, matrícula nº. 300153-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 28/12/2009 a 28/12/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2735/2020

Publicação Nº 2527639

PORTARIA Nº. 2735/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIMAR ROSA DA SILVA, matrícula nº. 300402-7, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 12/04/2010 a 12/04/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2736/2020

Publicação Nº 2527642

PORTARIA Nº. 2736/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA CRISTINA DE JESUS DOS SANTOS, matrícula nº. 300406-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 10/05/2015 a 10/05/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2737/2020

Publicação Nº 2527645

PORTARIA Nº. 2737/2020.

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADENIR JOÃO CRISTIANO, matrícula nº. 500327-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 06/08/2009 a 06/08/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/05/2020 a 22/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2738/2020

Publicação Nº 2527646

PORTARIA Nº. 2738/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para INEZ TEREZINHA GUARNIERI, matrícula nº. 100711-3, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/10/2014 a 01/10/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/05/2020 a 17/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2739/2020

Publicação Nº 2527647

PORTARIA Nº. 2739/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA MARIA MACARIO, matrícula nº. 800877-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 21/03/2013 a 21/03/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/06/2020 a 01/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2740/2020

Publicação Nº 2527649

PORTARIA Nº. 2740/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 2050 de 30 de março de 2020, que Contratou Por Tempo Determinado a servidora MARIA APARECIDA NUNES ESPINDOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Disciplina e Habilitação que deveria ser: Educação Infantil, Habilitada Com Graduação.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2741/2020

Publicação Nº 2527652

PORTARIA Nº. 2741/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 2051 de 30 de março de 2020, que Contratou Por Tempo Determinado a servidora ROSA MARIA DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Disciplina e Habilitação que deveria ser: Educação Infantil, Habilitada Com Graduação.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2742/2020

Publicação Nº 2527653

PORTARIA Nº. 2742/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2429 de 23 abril de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSANE CARVALHO LUIZ DE MIRANDA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/05/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2743/2020

Publicação Nº 2527654

PORTARIA Nº. 2743/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0782 de 14 fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora TAIS FROESE, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/05/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2744/2020

Publicação Nº 2527655

PORTARIA Nº. 2744/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2052 de 30 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SIMONE ITSO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2745/2020

Publicação Nº 2527656

PORTARIA Nº. 2745/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0864 de 14 fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MANOELLA MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/04/2020 a 30/08/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2746/2020

Publicação Nº 2527657

PORTARIA Nº. 2746/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1575 de 02 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JACIRA ILDA DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/03/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2747/2020

Publicação Nº 2527658

PORTARIA Nº. 2747/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDUARDO FREITAS MACHADO, matrícula nº. 501071-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/09/2011 a 01/09/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/06/2020 a 01/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2748/2020

Publicação Nº 2527659

PORTARIA Nº. 2748/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NORIVAL NUNES, matrícula nº. 400884-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 05/04/2015 a 05/04/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2749/2020

Publicação Nº 2527660

PORTARIA Nº. 2749/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULA PACHECO DOS SANTOS, matrícula nº. 401945-1, titular do cargo de Educador Físico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/01/2013 a 02/01/2018 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2750/2020

Publicação Nº 2527661

PORTARIA Nº. 2750/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WILLY BRANGA, matrícula nº. 800256-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 04/01/2014 a 04/01/2019, por 02 (dois) meses, a contar de 28/05/2020 a 28/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2751/2020

Publicação Nº 2527662

PORTARIA Nº. 2751/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WANDERLEI VALADARIO DO NASCIMENTO, matrícula nº. 150081-5, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 12/04/2015 a 12/04/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2752/2020

Publicação Nº 2527663

PORTARIA Nº. 2752/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ODILON PEDRO DE FARIAS, matrícula nº. 500024-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2013 a 01/06/2018, por 01 (um) mês, a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2753/2020

Publicação Nº 2527664

PORTARIA Nº. 2753/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MATHEUS TAMAZZIA NUNES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Processo Seletivo 001/2018, para ocupar o cargo de Agente de Controle de Endemias, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Vigilância Ambiental, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021, não há

concurso vigente.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2754/2020

Publicação Nº 2527665

PORTARIA Nº. 2754/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JORGE KLEBER NEIVA BRITO FILHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Chamada Pública 001/SMS/2020, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 20 (vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS II da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2755/2020

Publicação Nº 2527666

PORTARIA Nº. 2755/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA ELISA DA SILVA OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Chamada Pública 001/SMS/2020, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 20 (vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS I da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2756/2020

Publicação Nº 2527667

PORTARIA Nº. 2756/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2492 de 17 de maio de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor ADEMAR FERNANDES, titular do

cargo de Técnico em Agrimensura do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/06/2020 a 04/06/2021.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2757/2020

Publicação Nº 2527668

PORTARIA Nº. 2757/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2462 de 06 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora ALINI NUNES CORDOVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 06/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2758/2020

Publicação Nº 2527670

PORTARIA Nº. 2758/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2463 de 06 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora AMANDA ROMIE GUIMARÃES MOURA, titular do cargo de Médico Pediatra do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 22/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2759/2020

Publicação Nº 2527671

PORTARIA Nº. 2759/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MOISES LEVI ARAUJO DE MORAES titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3763898-1, do Quadro de Pessoal

da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2760/2020

Publicação Nº 2527672

PORTARIA Nº. 2760/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2465 de 06 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato do servidor DAVID DE MEDEIROS, titular do cargo de Motorista do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 03/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2761/2020

Publicação Nº 2527673

PORTARIA Nº. 2761/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2466 de 06 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora DENIZE PIUCCO, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 06/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2762/2020

Publicação Nº 2527674

PORTARIA Nº. 2762/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2081 de 15 de abril de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora ISADORA BIANCHINI, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 23/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2763/2020

Publicação Nº 2527675

PORTARIA Nº. 2763/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2484 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato do servidor JANDERSON JAIME VENTURI, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 06/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2764/2020

Publicação Nº 2527676

PORTARIA Nº. 2764/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2485 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora JESSICA MAYARA DOS SANTOS, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 06/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2765/2020

Publicação Nº 2527677

PORTARIA Nº. 2765/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2501 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora LUANA FRANCIELLE NATTS PASTORINI, titular do cargo de Fisioterapeuta do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de

06/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2766/2020

Publicação Nº 2527679

PORTARIA Nº. 2766/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2567 de 27 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora LUCIA DA SILVA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 03/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2767/2020

Publicação Nº 2527680

PORTARIA Nº. 2767/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2503 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato do servidor MARCOS SILVA DE SOUZA, titular do cargo de Motorista do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 06/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2768/2020

Publicação Nº 2527681

PORTARIA Nº. 2768/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2504 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora MICHELE CRISTINE MAFRA SILVANO ARAÚJO, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 23/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2769/2020

Publicação Nº 2527682

PORTARIA Nº. 2769/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2487 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora RENATA DE SOUZA RODRIGUES, titular do cargo de Técnico em Enfermagem do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 06/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2770/2020

Publicação Nº 2527684

PORTARIA Nº. 2770/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2505 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora ROBERTHA CALDAS DE FREITAS, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 15/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2771/2020

Publicação Nº 2527686

PORTARIA Nº. 2771/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2506 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora SAMARA DE FATIMA PAVANATO, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 13/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2772/2020

Publicação Nº 2527688

PORTARIA Nº. 2772/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2507 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora SIMONE ARCELINA DA SILVA MARTINS, titular do cargo de Técnico de Enfermagem do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 14/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2773/2020

Publicação Nº 2527689

PORTARIA Nº. 2773/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2508 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora TACIANA SANDI, titular do cargo de Psicólogo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 06/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2774/2020

Publicação Nº 2527690

PORTARIA Nº. 2774/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2509 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora TAINARA ESPINDULA JUTTEL, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 23/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2775/2020

Publicação Nº 2527691

PORTARIA Nº. 2775/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

FICA PRORROGADO a Portaria 2510 de 17 de maio de 2019, que Prorrogou o Contrato da servidora THAINNA BEZ BATI, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista o Memorando 23.733/2020 e de Acordo com o Decreto 2.562 de 18 de março de 2020 referente ao COVID-19, com data a partir de 24/06/2020.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2776/2020

Publicação Nº 2527693

PORTARIA Nº. 2776/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária de Infraestrutura e Saneamento designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 04 de maio de 2020.
ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3761119-2	Paulo Rogério Vieira Chioro	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE
Secretária de Infraestrutura e Saneamento designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2777/2020

Publicação Nº 2527694

PORTARIA Nº. 2777/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 2652 de 30 de abril de 2020, que Contratou por Tempo de Determinado a servidora NAIARA APARECIDA CANELA PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à data que deveria ser 16/05/2020 a 16/05/2021, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2778/2020

Publicação Nº 2527695

PORTARIA Nº. 2778/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2850 de 17 de junho de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor RUBENS EDUARDO UHLMANN FILHO, titular do cargo de Técnico em Agrimensura do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/07/2020 a 02/07/2021.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2779/2020

Publicação Nº 2527697

PORTARIA Nº. 2779/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3204 de 11 de julho de 2019, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANGELA AUGUSTA MAZZOLLI MASCARENHAS NERY, titular do cargo de Técnico em Agrimensura do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 23/07/2020 a 23/07/2021.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2780/2020

Publicação Nº 2527698

PORTARIA Nº. 2780/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3509 de 05 de agosto de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JEAN PEDRO DOS SANTOS, titular do cargo de Técnico em Agrimensura do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/08/2020 a 15/08/2021.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2781/2020

Publicação Nº 2527700

PORTARIA Nº. 2781/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3611 de 05 de agosto de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor DANILO ALVES HORTENCIO, titular do cargo de Técnico em Agrimensura do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/08/2020 a 20/08/2021.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2782/2020

Publicação Nº 2527701

PORTARIA Nº. 2782/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4270 de 30 de setembro de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JOSE PAULO MATOS DE CARVALHO, titular do cargo de Técnico em Agrimensura do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/10/2020 a 15/10/2021.

Palhoça, SC, em, 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2783/2020

Publicação Nº 2527702

PORTARIA Nº. 2783/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MIRIAM CAMPOS DA SILVEIRA, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3761086-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2784/2020

Publicação Nº 2527704

PORTARIA Nº. 2784/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MICHELE ARIANA DA SILVA, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 401973-7, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2785/2020

Publicação Nº 2527705

PORTARIA Nº. 2785/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2020.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
126715-7	Daiane Gonçalves Spolaor Gaspar	R\$ 558,50

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2786/2020

Publicação Nº 2527706

PORTARIA Nº. 2786/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
3763831-1	Daiane Pereira Alves	R\$ 694,50

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2787/2020

Publicação Nº 2527709

PORTARIA Nº. 2787/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
AARON SCHEIDMANDEL MULLER	MEDICO	14	01/06/2020
ADRIANA DE SOUZA MOREIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	03/06/2020
ALESSANDRA LIDIA VANELLI E SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR	15	02/06/2020
ALESSANDRA MACHADO SOTERO	TECNICO DE ENFERMAGEM	04	02/06/2020
ALTENISE AGOSTINHO DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	01/06/2020
ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	10	01/06/2020
ANA VITORIA SANDOVAL FERREIRA	PSICOLOGO	07	03/06/2020
ANDRE JOAO ALVES	ARTIFICE	15	04/06/2020
ANDREIA ALTHOFF DE PINHO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	12	04/06/2020
ANDREIA DA ROSA DA SILVEIRA	ACD	14	04/06/2020
ANGELA HILDA DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	14	28/05/2020
ANGELA HILDA DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	11	28/05/2020
ANNELISE CAMILO DE MIRANDA	TELEFONISTA	01	26/05/2020
ANNELISE CAMILO DE MIRANDA	TELEFONISTA	07	28/05/2020
ANNELISE CAMILO DE MIRANDA	TELEFONISTA	07	04/06/2020
CARLOS CESAR DE ANTONI FILHO	CIRURGIAO DENTISTA	13	04/06/2020
CARLOS EDUARDO SOTERO	ASSESSOR	10	02/06/2020
CAROLINE MAREGA COSTA	MONITOR	11	03/06/2020
CELIZA ENYA HORINO ISOPPO	MEDICO	14	01/06/2020
CELIZA ENYA HORINO ISOPPO	MEDICO	09	01/06/2020
CLARICE OLIVEIRA RITT	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	04/06/2020
CORIA HELENA VIEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	30	08/06/2020
CRISTIANE DE SOUZA VIEIRA MENDES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	30	02/06/2020
CRISTINA CIPRIANO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	27/05/2020
CRISTINA CIPRIANO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	03/06/2020
CRISTINA PEREIRA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	07/06/2020
DAIANA SILVEIRA ROSA	ASSISTENTE SOCIAL	08	08/06/2020
DEISE DE LIMA SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR	10	28/05/2020
DIOGENES MOREIRA HEERDT	MEDICO	14	09/06/2020
EDI MARIA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	60	28/05/2020
EDILENE MARIA GONZAGA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	07	01/06/2020
EDITE DE CASSIA LOPES WELTER	TECNICO DE ENFERMAGEM	15	29/05/2020
ELAINE DE OLIVEIRA RODRIGUES	TECNICO DE ENFERMAGEM	07	03/06/2020
ELIANDRA MALAQUIAS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	08/06/2020
ELIANE MARA DRANSFELD	PSICOLOGO	30	29/05/2020
ELISABETH JANSON FERREIRA	MEDICO	30	05/06/2020
ELIZABETE PIRES	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	01/06/2020
ELIZABETE PIRES	TECNICO DE ENFERMAGEM	09	01/06/2020
ELIZANDRA MARCOLINO	MONITOR	180	27/05/2020
EMANUELLY MARTINS DA SILVA	MEDICO	10	01/06/2020
EMANUELLY MARTINS DA SILVA	MEDICO	07	01/06/2020
FABIO LINDER DE SOUZA	MOTORISTA	32	09/05/2020
FERNANDA CRISTINA MACHADO	TECNICO EM ENFERMAGEM	30	01/06/2020
FERNANDA GOMES PINTO	ENFERMEIRO	14	01/06/2020
FERNANDA OLIVEIRA DA CRUZ	MONITOR	14	09/06/2020

GABRIELA REGINA MARCILIANO DE JESUS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	02/06/2020
GISELLE GERHARDT	TECNICO EM ENFERMAGEM	09	26/05/2020
GLADIS ELIZA BECKER	ENFERMEIRO	14	28/05/2020
GLADIS ELIZA BECKER	ENFERMEIRO	11	28/05/2020
GLEDSON RODRIGUES DA SILVEIRA	VIGIA	07	04/06/2020
IRIA TERESINHA PIAI	PROFESSOR	10	29/05/2020
IZABEL CRISTINA SILVEIRA GONCALVES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	02/06/2020
IZETE TORQUATO MARTINS DE JESUS	PROFESSOR	180	28/05/2020
JANAINA APARECIDA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	29/05/2020
JOCELIA ENEDINA MARTINS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	14	03/06/2020
JOELMA ESPINDOLA ABREU	MERENDEIRA	09	09/06/2020
JOICE ALZIRA RODRIGUES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	29/05/2020
JOICE ALZIRA RODRIGUES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	04/06/2020
JULIANA CARDOSO VIEIRA	PROFESSOR	180	01/06/2020
KARINA MACIEL SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	01/06/2020
KARINA MACIEL SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	09	01/06/2020
KARINI ZULEIDE PEREIRA ABROMOVICZ	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	27/05/2020
KATIA REGINA ESPINDOLA	MERENDEIRA	30	27/05/2020
KELLY CRISTIAN PIERRI CUSTODIO	ENFERMEIRO	14	09/06/2020
LAURA PRA BALDI DA SILVEIRA DE FREITAS	ORIENTADOR SOCIAL	15	05/06/2020
LORE ROEDEL WESTPHAL	GERENTE DE CULTURA	15	04/06/2020
LUANA STEIMBACK	ASSISTENTE SOCIAL	30	04/06/2020
LUCIANA MARIA MAY	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01	05/06/2020
LUCIANA MARIA MAY	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03	07/06/2020
MAGDA DOS SANTOS MARIA	MERENDEIRA	10	29/05/2020
MANOEL JACI SOTERO	MOTORISTA	30	10/06/2020
MARCIA BARCELOS DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	08/06/2020
MARIA APARECIDA SOARES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	02/06/2020
MARIA APARECIDA SOARES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	02/06/2020
MARIA AUGUSTA MARTINS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	15	05/06/2020
MARIANA DE SOUSA BOIANOVSKY	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	04/06/2020
MICHELI APARECIDA ALVES DE CARVALHO	PROFESSOR	180	31/05/2020
MIRIAN MEURER	PROFESSOR	200	28/05/2020
NEUSA SCHAFFER	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	30	02/06/2020
OSMAR SALOME VIEIRA FILHO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	05	01/06/2020
OSMAR SALOME VIEIRA FILHO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	10	06/06/2020
POLIANA ALMEIDA PEREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	07	25/05/2020
POLLYANA ALINE DORIGONI SANGIULIANO	FARMACEUTICO	04	02/06/2020
PRISCILA ZAPELINI MENDES	TELEFONISTA	45	28/05/2020
RAFAELLA RODRIGUES MEDEIROS JACQUES	FISIOTERAPEUTA	01	26/05/2020
RAFAELLA RODRIGUES MEDEIROS JACQUES	FISIOTERAPEUTA	30	27/05/2020
RAQUEL NUNES CORDEIROS	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	02/06/2020
RITA DE CASSIA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	01/06/2020
ROBERTA ELENIR DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	12	20/05/2020

RODRIGO CHAVES	TECNICO DE ENFERMAGEM	25	25/05/2020
RODRIGO TENFEN LEGAT	AUDITOR FISCAL	15	03/06/2020
RODRIGO TENFEN LEGAT	AUDITOR FISCAL	08	31/05/2020
ROSANA LUIZA DA SILVA FERMINO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	10	03/06/2020
ROSANE BECKER DO PRADO LIMA	PEDAGOGO	07	01/06/2020
SABRINA EDUARDA BORGES	MONITOR	09	27/05/2020
SERGIO VIDAL JUNIOR	AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR	30	09/06/2020
SIMONE FATIMA KOSTANESKI	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	26/05/2020
SIMONI GHIZI JUSKOW	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	30	29/05/2020
SOLANGE MARIA FURTADO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	05	08/06/2020
TANIA REGINA DE OLIVEIRA DA SILVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	12	28/05/2020
TATIANE DE SOUZA SOARES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05	01/06/2020
TATIANI CRISTINA ALVES	ENFERMEIRO	09	26/05/2020
THAYNA CAMPOS	MEDICO	09	27/05/2020
THAYOMARA DE SOUZA	ENFERMEIRO	04	02/06/2020
THUANY ZENITE DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	02/06/2020
VANILDA DE SOUZA PIRES	PROFESSOR	30	04/06/2020
VERA REGINA DOS PASSOS BEZ BATI	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	10	01/06/2020

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2788/2020

Publicação Nº 2527710

PORTARIA Nº. 2788/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARAYSA GOULART MELO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de fevereiro de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2789/2020

Publicação Nº 2527711

PORTARIA Nº. 2789/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ADELIA OTACILIA FAUSTINO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar

de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2790/2020

Publicação Nº 2527712

PORTARIA Nº. 2790/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GRASIELLE DE SOUZA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2791/2020

Publicação Nº 2527715

PORTARIA Nº. 2791/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para IZETE TORQUATO MARTINS DE JESUS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2792/2020

Publicação Nº 2527717

PORTARIA Nº. 2792/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JANICE DOS SANTOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2793/2020

Publicação Nº 2527718

PORTARIA Nº. 2793/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SILVANA ESPINDOLA DE MEDEIROS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2794/2020

Publicação Nº 2527720

PORTARIA Nº. 2794/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para BEATRIZ BAUER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2795/2020

Publicação Nº 2527721

PORTARIA Nº. 2795/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CLAUDIA ZIMMER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2796/2020

Publicação Nº 2527722

PORTARIA Nº. 2796/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIANI DIOGO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2797/2020

Publicação Nº 2527723

PORTARIA Nº. 2797/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ADRIANA FREITAS COSTA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2798/2020

Publicação Nº 2527725

PORTARIA Nº. 2798/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALEX SANDER BORGES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2799/2020

Publicação Nº 2527726

PORTARIA Nº. 2799/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FRANCISCA FILGUEIRAS NETA BARBOSA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2800/2020

Publicação Nº 2527727

PORTARIA Nº. 2800/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LURDES HELENA KUNZLER GIRARDELLO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2801/2020

Publicação Nº 2527729

PORTARIA Nº. 2801/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSITA MARCIA SILVEIRA, matrícula nº. 800103-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 13/05/2013 a 13/05/2018, por 01 (um) mês, a contar de 15/06/2020 a 15/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2802/2020

Publicação Nº 2527731

PORTARIA Nº. 2802/2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA, Matrícula nº. 802343-3, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para Faculdade Municipal de Palhoça do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2803/2020

Publicação Nº 2527732

PORTARIA Nº. 2803/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIANE DILMA DE AZEVEDO SCHERER, matrícula nº. 800751-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 29/07/2012 a 29/07/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2804/2020

Publicação Nº 2527733

PORTARIA Nº. 2804/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA BATISTA MARTINS, matrícula nº. 800175-1, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 14/07/2009 a 14/07/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2805/2020

Publicação Nº 2527735

PORTARIA Nº. 2805/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JERUSA APARECIDA DA SILVA LIMA, matrícula nº. 800823-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 20/05/2006 a 20/05/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2806/2020

Publicação Nº 2527737

PORTARIA Nº. 2806/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUZINETE APARECIDA DUTRA BARBOSA, matrícula nº. 125920-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 15/02/2005 a 15/02/2010, por 01 (um) mês, a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2807/2020

Publicação Nº 2527738

PORTARIA Nº. 2807/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EVA FELTRIN, matrícula nº. 401788-3, titular do cargo de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 12/09/2012 a 12/09/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/05/2020 a 08/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2808/2020

Publicação Nº 2527740

PORTARIA Nº. 2808/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDIR ALFREDO GASPAS, matrícula nº. 900044-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2014 a 03/06/2019, por 01 (um) mês, a contar de 07/05/2020 a 07/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2809/2020

Publicação Nº 2527741

PORTARIA Nº. 2809/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EVARISTO LUIZ SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº. 802277-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 01 (um) mês, a contar de 06/05/2020 a 06/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2810/2020

Publicação Nº 2527743

PORTARIA Nº. 2810/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANRESSA ELIZABETE ESPÍNDOLA, matrícula nº. 802281-1, titular do cargo de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 01 (um) mês, a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2811/2020

Publicação Nº 2527746

PORTARIA Nº. 2811/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DULCELI BROERING DA SILVA, matrícula nº. 800551-1, titular do cargo de Técnico em Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2812/2020

Publicação Nº 2527747

PORTARIA Nº. 2812/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL COELHO, matrícula nº. 128793-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 07/03/2015 a 07/03/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2813/2020

Publicação Nº 2527748

PORTARIA Nº. 2813/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VIVIANE CRISTINA DO NASCIMENTO JOCHEM, matrícula nº. 801519-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 10/05/2015 a 10/05/2020, por 01 (um) mês, a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2814/2020

Publicação Nº 2527749

PORTARIA Nº. 2814/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREIA LOURDES MACHADO, matrícula nº. 300147-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 23/02/2015 a 23/02/2020, por 01 (um) mês, a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2815/2020

Publicação Nº 2527750

PORTARIA Nº. 2815/2020.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDELANE HEIDEMANN, matrícula nº. 300212-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 07/10/2007 a 07/10/2012, por 01 (um) mês com efeitos a contar de 01/06/2020 a 01/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2816/2020

Publicação Nº 2527751

PORTARIA Nº. 2816/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANTÔNIO VENTURA DA SILVA FILHO, matrícula nº. 500242-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 16/01/2010 a 16/01/2015 por 03 (três) meses, com efeitos a contar 01/06/2020 a 01/09/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2817/2020

Publicação Nº 2527753

PORTARIA Nº. 2817/2020.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUSANE CRISTINA DE FARIAS BROERING, matrícula nº. 300216-2, titular do cargo de Assistente

Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 20/03/2001 a 20/03/2006, por 01 (um) mês com efeitos a contar de 02/06/2020 a 02/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2818/2020

Publicação Nº 2527754

PORTARIA Nº. 2818/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SUELEN DADAM, Matrícula nº. 3762854-1, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2819/2020

Publicação Nº 2527755

PORTARIA Nº. 2819/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº. 2849 de 17 de junho de 2019, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LIDIA CAROLINA DA LUZ, no cargo de Engenheiro Civil, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/07/2020 a 02/07/2021.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2820/2020

Publicação Nº 2527756

PORTARIA Nº. 2820/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº. 2922 de 25 de junho de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor EDUARDO HIRT PINTO, no cargo de Engenheiro Civil, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta desta

Prefeitura, pelo período de 02/07/2020 a 02/07/2021.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2821/2020

Publicação Nº 2527758

PORTARIA Nº. 2821/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº. 2923 de 25 de junho de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor CARLOS MACCARI, no cargo de Engenheiro Civil, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/07/2020 a 02/07/2021.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2822/2020

Publicação Nº 2527760

PORTARIA Nº. 2822/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 2052 de 30 de março de 2020, que Contratou Por Tempo Determinado a servidora SIMONE ITSO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Disciplina e Habilitação que deveria ser: Educação Infantil, Habilitada Com Graduação.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2823/2020

Publicação Nº 2527761

PORTARIA Nº. 2823/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO WEULANE DOS SANTOS LIMA, de acordo com a Lei nº. 284, de 10 de dezembro de 2019, Lei

nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2018, para ocupar o cargo de Farmacêutico NASF, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEAP, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2824/2020

Publicação Nº 2527763

PORTARIA Nº. 2824/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021. Não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2825/2020

Publicação Nº 2527764

PORTARIA Nº. 2825/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GABRIEL JORGE DE LINHARES, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008, Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Chamada Pública nº. 001/SMS/2020, para ocupar o cargo de Médico Radiologista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2826/2020

Publicação Nº 2527765

PORTARIA Nº. 2826/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor CÁCIO ABRAMO GASPERIM, Arquiteto e Urbanista – Prefeitura Municipal de Palhoça, CAU/SC e o Senhor EDUARDO HIRT PINTO, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 166282-5, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 44/2020. Objeto: "contratação de empresa para execução de Revitalização da Rua Ari Amâncio da Silveira, Praia de Fora, no Município de Palhoça/SC".

Esta Portaria entre em vigor em 01 de junho de 2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2827/2020

Publicação Nº 2527766

PORTARIA Nº. 2827/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor MARIO CILO VIEIRA ZAMBELLI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 025866-8 e o Senhor FELIPE AUGUSTO DE BONI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 165296-8, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Concorrência Pública nº 56/2020. Objeto: "na contratação de empresa para execução dos serviços de Recapeamento Asfáltico e Sinalização Viária das Ruas Jacob Weingartner, Vereador Osvaldo de Oliveira, Capitão Augusto Vidal, 24 de Abril, José Maria da Luz e Caetano Silveira de Mattos, no Município de Palhoça/SC (LOTE 2)".

Esta Portaria entre em vigor em 01 de junho de 2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2828/2020

Publicação Nº 2527768

PORTARIA Nº. 2828/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANICE MARIA MARTINS, matrícula nº. 125805-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/02/2007

a 01/02/2012, por 03 (três) meses e referente ao q-inq-ênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 28/02/2020 a 28/08/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2829/2020

Publicação Nº 2527769

PORTARIA Nº. 2829/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANA ANDRADE DE SOUSA, matrícula nº. 401432-1, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 15/08/2011 a 15/08/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2830/2020

Publicação Nº 2527770

PORTARIA Nº. 2830/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALEXANDRA BIANCA VASQUES, matrícula nº. 400261-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 16/04/2011 a 16/04/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 02/06/2020 a 02/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2831/2020

Publicação Nº 2527775

PORTARIA Nº. 2831/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MICHELI MARCELINO DE JESUS, matrícula nº. 100052-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio

de 01/11/2011 a 01/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/06/2020 a 01/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2832/2020

Publicação Nº 2527776

PORTARIA Nº. 2832/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENISE BRANGA, matrícula nº. 300405-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-in-q-ênio de 03/05/2015 a 03/05/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/06/2020 a 05/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2833/2020

Publicação Nº 2527778

PORTARIA Nº. 2833/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUCELIA EVA DA SILVA, matrícula nº. 800045-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-in-q-ênio de 02/05/2013 a 02/05/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/06/2020 a 05/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2834/2020

Publicação Nº 2527780

PORTARIA Nº. 2834/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA DA SILVA ESPINDOLA RODRIGUES, matrícula nº. 800300-2, titular do cargo de Assistente de

Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 28/06/2014 a 28/06/2019, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2835/2020

Publicação Nº 2527782

PORTARIA Nº. 2835/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALECIO DA SILVA, matrícula nº. 122350-2, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 22/03/2003 a 22/03/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2836/2020

Publicação Nº 2527783

PORTARIA Nº. 2836/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALEXANDRA SALAZAR MATIAS, matrícula nº. 800205-2, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 18/09/2010 a 18/09/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2837/2020

Publicação Nº 2527785

PORTARIA Nº. 2837/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ARACI DE BRITO, matrícula nº. 120028-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/03/2004 a 08/03/2009, por 01 (um) mês e referente ao q-inq-ênio de 08/03/2009 a 08/03/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2838/2020

Publicação Nº 2527786

PORTARIA Nº. 2838/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLARISSE SALLA CHAGAS, matrícula nº. 121042-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 14/02/2010 a 14/02/2015, por 01 (um) mês e referente ao q-inq-ênio de 14/02/2015 a 14/02/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/04/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2839/2020

Publicação Nº 2527787

PORTARIA Nº. 2839/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIA MARIA WEINGARTNER, matrícula nº. 120206-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 22/04/2013 a 22/04/2018, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/04/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2840/2020

Publicação Nº 2527788

PORTARIA Nº. 2747/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRO SELL, matrícula nº. 400063-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 14/08/1996 a 14/08/2001, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL 118/2020 - AVISO

Publicação Nº 2528404

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 118/2020, no dia 02 de julho de 2020, às 14h00min, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 118/2020 tem como objeto a Aquisição de madeiras para utilização em eventuais reformas de bens públicos; reforma ou execução de pontes; reformas de parques e praças, onde houver necessidade, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 18 de junho de 2020. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

RESULTADO - PG Nº 108/2020

Publicação Nº 2528283

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de cimento para utilização em diversos serviços que são executados diariamente pela Secretaria de Serviços Públicos - SESP em pequenos consertos ou reformas de extrema urgência, através de Registro de Preços. No dia da abertura dos envelopes não houve nenhuma proponente para o certame. Diante disto, a pregoeira decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado DESERTO. Palhoça, 18 de junho de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**ATA COMPLEMENTAR. PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2020.**

Publicação Nº 2528656

Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1
Nº 00007/2020 (SRP)

Às 14:00 horas do dia 17 de junho de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria n. 08/2020 de 04/02/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 6, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00007/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e detalhadas no Termo de Referência do Anexo I., tendo em vista Retorno à fase de julgamento pelo fato da empresa ZERO5, inscrita no CNPJ n. 31.552.106/0001-21, ter sido inabilitada após julgamento do recurso da empresa DGW, inscrita no CNPJ n. 26.168.556/0001-10.

Item: 1

Descrição: CANETA ESFEROGRÁFICA

Descrição Complementar: CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, QUANTIDADE CARGAS 1 UN, MATERIAL PONTA LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA MÉDIA, COR TINTA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO TRANSPARENTE E POLIÉDRICO COM FURO DE VENTI-

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Quantidade: 300 Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Máximo Aceitável: R\$ 1,0800 Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: PH MIDIA INFORMATICA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 1,0700 e com valor negociado a R\$ 0,8500 e a quantidade de 300 Unidades.

Item: 2

Descrição: CANETA MARCA-TEXTO

Descrição Complementar: CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, COR FLUORESCENTE AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRAÇO 4 MM

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Quantidade: 60 Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Máximo Aceitável: R\$ 1,6100 Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: FRANCO & OLIVEIRA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 1,0400 e a quantidade de 60 Unidades.

Item: 5

Descrição: CANETA MARCA-TEXTO

Descrição Complementar: CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FLUORESCENTE, COR ROSA.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Quantidade: 20 Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Máximo Aceitável: R\$ 1,6100 Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: FRANCO & OLIVEIRA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 1,1100 e a quantidade de 20 Unidades.

Item: 6

Descrição: CLIPE

Descrição Complementar: CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, APLICAÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO 2, MATERIAL AÇO CARBONO, FORMATO PARALELO

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Quantidade: 30 Unidade de fornecimento: Caixa 100,00 UN

Valor Máximo Aceitável: R\$ 2,5800 Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: DGW BRASIL EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 2,0600 e a quantidade de 30 Caixas 100,00 UN

Item: 7

Descrição: COLA

Descrição Complementar: COLA, APLICAÇÃO PAPEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICA, SEM GLICERINA, TIPOBASTÃO

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Quantidade: 30 Unidade de fornecimento: Tubo 10,00 G

Valor Máximo Aceitável: R\$ 1,7300 Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: PH MIDIA INFORMATICA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 1,1500 e com valor negociado a R\$ 1,0500 e a quantidade de 30 Tubo 10,00 G .

Item: 10
Descrição: GRAMPO TRILHO ENCADERNADOR
Descrição Complementar: GRAMPO TRILHO ENCADERNADOR, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO 27 CM, APLICAÇÃO FIXAÇÃO FOLHAS EM PROCESSOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRESSÃO, GARRA, CAPACIDADE 200 FLS.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Quantidade: 30 Unidade de fornecimento: Pacote 50,00 UN
Valor Máximo Aceitável: R\$ 9,9600 Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: DGW BRASIL EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 7,8500 e a quantidade de 30 Pacotes 50,00 UN.

Item: 11
Descrição: PASTA ARQUIVO
Descrição Complementar: PASTA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, TIPO COM ABAS E ELÁSTICO, LARGURA 240 MM, ALTURA 340 MM, APLICAÇÃO DOCUMENTOS.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Quantidade: 50 Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R\$ 2,2000 Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: DGW BRASIL EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 1,7000 e a quantidade de 50 Unidades.

Item: 12
Descrição: PASTA ARQUIVO
Descrição Complementar: PASTA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, LARGURA 245 MM, ALTURA 335 MM, LOMBADA 40 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 ABAS, ELÁSTICO E ESPESSURA MÍNIMA 0,50 MM
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Quantidade: 50 Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R\$ 4,0600 Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: PH MIDIA INFORMATICA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 3,1000 e a quantidade de 50 Unidades.

Item: 13
Descrição: PASTA ARQUIVO
Descrição Complementar: PASTA ARQUIVO, MATERIAL POLIPROPILENO, LARGURA 240 MM, ALTURA 330 MM, COR INCOLOR, PRENDEDOR INTERNO GRAMPO TRILHO.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Quantidade: 30 Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R\$ 2,4500 Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: DGW BRASIL EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 1,9200 e a quantidade de 30 Unidades.

Item: 14
Descrição: PILHA
Descrição Complementar: PILHA, TAMANHO PEQUENA, MODELO AA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Quantidade: 150 Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R\$ 4,1600 Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: C KOZAR DOS SANTOS INFO ELETRO, pelo melhor lance de R\$ 2,5000 e a quantidade de 150 Unidades.

Item: 15
Descrição: PILHA
Descrição Complementar: PILHA, TAMANHO PALITO, MODELO AAA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Quantidade: 150 Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R\$ 5,2900 Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: C KOZAR DOS SANTOS INFO ELETRO, pelo melhor lance de R\$ 2,5000 e a quantidade de 150 Unidades.

Item: 18
Descrição: MOLHA-DEDS
Descrição Complementar: MOLHA-DEDS, MATERIAL BASE PLÁSTICO, MATERIAL TAMPA PLÁSTICO, MATERIAL CARGA CREME ATÓXICO, TAMANHO ÚNICO, VALIDADE CARGA 2 ANOS
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Quantidade: 10 Unidade de fornecimento: Embalagem 12,00 G
Valor Máximo Aceitável: R\$ 3,5000 Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,50

Aceito para: FRANCO & OLIVEIRA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 1,9000 e a quantidade de 10 Embalagem 12,00 G.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:19 horas do dia 18 de junho de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

DELEON DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

ALINE HILLESHEIM
Equipe de Apoio

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 09/2020.

Publicação Nº 2528977

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 09/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N. 10/2020

IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA AOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2020, PELA GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS – LTDA - EUCARD, EM 17 DE JUNHO DE 2020. PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO, FUNDAMENTAÇÃO E TEMPESTIVIDADE ATENDIDOS. REQUISITOS DE IDENTIFICAÇÃO CUMPRIDOS. MANTER A DATA DO CERTAME.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto da peça dirigida, este PREGOEIRO decide:

- Receber e conhecer o pedido de esclarecimento apresentado pela empresa GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS – LTDA - EUCARD, aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 09/2020, Processo Licitatório n.º 10/2020, pelo qual se a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação do tipo CARTÃO MAGNÉTICO/ELETRÔNICO COM CHIP DE SEGURANÇA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos.
- No mérito, reputar esclarecidas as solicitações, conforme discorrido na presente peça;
- Manter o edital e a data de realização do certame, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto, em consonância com o art. 21, § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DO ESCLARECIMENTO

Adentrou nesta Comissão Permanente de Licitação, em 17 de junho de 2020, o pedido de esclarecimento interposto aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 09/2020, Processo n.º 10/2020, apresentado pela empresa GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS – LTDA - EUCARD, solicitando, in verbis:

Algumas das exigências trazidas pelo presente edital encontra-se em desconformidade com a realidade, o item n.º 10.3 solicita apresentação da relação de estabelecimentos credenciados junto a proposta, e no item 3.9 traz uma relação específica dos estabelecimentos que devem ser credenciados. Entretanto, a primeira exigência se faz ilegal, tendo em vista que o TCU já decidiu sobre isso, estabelecendo um prazo hábil para que seja apresentada a rede credenciada, (acórdãos n. 018.685/2009-4 e 015.752/2011-9), tendo em vista que isso excluiria do certame empresas que não possuem atuação da região.

No que refere ao item 3.9 fica demonstrado uma grave afronta ao PRINCÍPIO DA IGUALDADE, uma vez que realiza tratamento diferenciando as empresas que já possuem as redes credenciadas, impossibilitando a participação de empresas que não tenham contrato com os estabelecimentos citados, além de que fica a critério dos estabelecimentos citados decidirem se iram ou não aceitar o cartão, e o órgão público não pode interferir na relações privadas neste caso, levando em consideração o PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA, além do mais, não se pode fixar o número de estabelecimentos que se bem entender, conforme já decidiu o STJ:

“Na licitação para contratação de empresa especializada no fornecimento de vale alimentação, na forma de cartão eletrônico ou tecnologia similar, apesar de discricionária a fixação do número mínimo de estabelecimentos credenciados, o gestor deve estar respaldado em estudo

técnico para fixar tal número, devendo reduzir a termo o referido estudo e juntá-lo aos autos do processo licitatório...para tanto, embora tal exigência se refira ao juízo discricionário da administração, não pode ser aleatória a fixação do número mínimo de estabelecimentos credenciados". Acórdão n.º 2367/2011-Plenário, TC-015.752/2011-9, rel. Min.-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 31/08/2011.

Por tanto, analisando os fatos acima narrados, fica claro a necessidade de reforma do presente instrumento convocatório.

2.2. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto dos §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretensão licitante é parte legítima para impugnar edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, até o quinto e segundo dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual impugnação dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensaria maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, qualquer cidadão é parte legítima.

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa aceitação de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretensão licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. In casu, um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao indagar pontualmente acerca de possível ausência de informações do Edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a manifestação partiu de pretensão licitante e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do art. 24 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:

Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. § 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

Faz-se necessário, contudo, estabelecer os critérios a serem utilizados na contagem desse prazo.

Sobre o tema, segue lição de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

"A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta" 2. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação: O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (...) Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.

Utilizando-se da explanação apresentada, no particular caso sob exame tem-se que a licitação estava marcada para iniciar-se em 26/06/2020, ocasião em que seria realizado o credenciamento e a abertura das propostas dos licitantes, e, pela contagem regressiva dos 3 (três) dias úteis, até o dia 23/06/2020, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderia o interessado requerer esclarecimentos, conforme demonstrado no dispositivo editalício supracitado.

Como dito alhures, a interessada a empresa GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS – LTDA - EUCARD., inscrita no C.N.P.J. sob o n. 05.989.476/0003-82, interpôs sua solicitação no dia 17/06/2020, às 09h24, via e-mail, ao endereço institucional do Setor de Licitações. Portanto, a peça trazida a este Pregoeiro é TEMPESTIVA.

Sendo assim, passemos à análise do pedido.

3. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na Lei nº 8.666/1993, Estatuto Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, quer na Constituição Federal de 1988, bem como, frisasse, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina de escol e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é mister que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei nº 8.666/93, abaixo disposto:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a

Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)

O cerne da impugnação colacionada cinge-se na suposta restrição de competitividade ao certame ocasionada pelas disposições constantes dos subitens 10.3 do Edital e 3.9 do Termo de Referência e empresa faz menção inclusive aos acórdãos n. 018.685/2009-4 e 015.752/2011-9.

Bem se sabe que as contratações públicas são regidas por vários princípios e critérios, dentre os quais, certamente, o da publicidade. Ocorre que, no caso em apreço, há que se considerar, sobretudo, outros princípios de muito maior relevância, repisamos, in casu, já que, em abstrato, não se pode afirmar a sobrepujança de um princípio sobre o outro. Referimo-nos, assim, aos critérios da competitividade, impessoalidade e da igualdade entre os concorrentes, aos quais esta Administração Pública encontra-se profundamente comprometida.

Isto posto, impera frisar que o subitem corresponde ao constante no item 3.9 do Termo de Referência que se encontra alocado em um item macro, quer seja, item 3 do Termo de Referência e suas disposições devem ser interpretadas em caráter de complementaridade, vejamos inteiro teor do dispositivo:

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A empresa especializada no objeto do presente Termo de Referência deverá disponibilizar mensalmente créditos em cartões de vale-alimentação para a aquisição de alimentos in natura (função alimentação), em sua rede credenciada.

3.2. Os cartões de vale-alimentação deverão ser do tipo magnético com chip, personalizados com nome do servidor por extenso, denominação completa deste órgão, número sequencial de controle individual, data de validade, possuir chip de segurança, senha pessoal e intransferível, assim como possibilitar recargas mensais;

3.3. O quantitativo estimado é de 103 (cento e três) servidores, podendo, a qualquer tempo, a Câmara Municipal de Palhoça/CMP alterar mensalmente as quantidades estabelecidas, tanto no valor dos créditos quanto na quantidade de servidores, em função de reajustes, admissões ou desligamentos;

3.4. O valor mensal para cada servidor é de R\$ 688,53 (seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos);

3.5. O valor estimado mensal da contratação equivale a R\$ 70.918,59 (setenta mil novecentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos);

3.6. O valor global estimado para o período de 12 (doze) meses equivale a R\$ 815.023,08 (oitocentos e quinze mil vinte e três reais e oito centavos);

3.7. O valor do vale-alimentação devido a cada servidor será reajustado anualmente;

3.8. A futura contratada deverá ter como credenciados os principais estabelecimentos de alimentos in natura que atendam a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, composto por hipermercados, supermercados, açougues, padarias, sacolões, etc.

3.9. Dentre os estabelecimentos credenciados, deverão estar elencados, no mínimo: Angeloni, Brasil Atacadista, Bistek, Giassi, Combo Atacadista, Hippo, Imperatriz, Koch Atacadista e Fort Atacadista.

3.10. A relação dos estabelecimentos credenciados deverá ser apresentada pela proponente melhor classificada, conforme definido no edital, através de catálogo com, pelo menos, razão social, nome fantasia, endereço, CNPJ e telefones dos estabelecimentos comerciais legalmente estabelecidos dentre hipermercados, supermercados, açougues, padarias, sacolões, etc.

3.11. Caso a proponente vencedora não disponha do mínimo exigido para a rede credenciada conforme quantitativo acima, após a assinatura do Contrato, deverá providenciar em até 30 (trinta) dias consecutivos o credenciamento e enviar listagem de credenciados à CMP/SC, sob pena de rescisão.

3.12. A Contratada deverá apresentar, sempre que solicitada pela Contratante, a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados, com nome, endereço e telefone.

3.13. A Contratante não responderá solidária ou subsidiariamente pelo reembolso devido pela Contratada aos estabelecimentos credenciados, decorrentes da execução do presente objeto.

3.14. A comprovação dos credenciamentos se dará através do catálogo de credenciados da Contratada, contendo no mínimo as exigências dos subitens anteriores, declarado sob as penas da lei que as informações constantes do catálogo são verdadeiras. ESSE CATÁLOGO DEVERÁ ACOMPANHAR A PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA.

3.15. A Comissão Permanente de Licitação poderá fazer diligências junto aos estabelecimentos credenciados informados, com fins de verificação da real aceitação do cartão da licitante.

3.16. Os créditos alimentação serão fornecidos através de cartões magnéticos com chip de segurança, com controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamentos POS (Point OfSale) / PDV (Ponto de Venda) ou em equipamento similar, no ato da aquisição de gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

A leitura atenta e complementar dos dispositivos acima mencionados pari passu ao questionamento levantado nos remete aos subitens 3.11, quer sejam, repetimos:

3.11. Caso a proponente vencedora não disponha do mínimo exigido para a rede credenciada conforme quantitativo acima, após a assinatura do Contrato, deverá providenciar em até 30 (trinta) dias consecutivos o credenciamento e enviar listagem de credenciados à CMP/SC, sob pena de rescisão.

Traduz-se assim que a empresa vencedora, caso não cumpra a exigência disposta no item 3.11. no momento de interposição de proposta, poderá sanar a ausência, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após assinatura do contrato, promovendo assim ampla competitividade e isonomia de todos os participantes do certame, além de atender fiel e integralmente a jurisprudência colacionada pela própria impugnante em sua peça:

A jurisprudência predominante nesta Corte de Contas é no sentido de que a exigência da apresentação da rede credenciada deve ocorrer na fase de contratação, sendo concedido prazo razoável para que a vencedora do certame credencie os estabelecimentos comerciais fornecedores de refeição, de modo que se possa conciliar a necessidade de obtenção de uma adequada prestação do serviço licitado e com o estabelecimento de requisitos que possibilitem ampla competitividade do procedimento licitatório (Acórdãos nºs. 842/2010- TCU-Plenário, 7.083/2010-TCU-2ª Câmara, 587/2009-TCU- Plenário).

Ressalta-se que todos os procedimentos licitatórios de interesse desta Câmara Legislativa passam por uma rigorosa fase interna, incluindo as justificativas de suas exigências e o atendimento aos servidores, conforme relação de servidores por bairros e municípios, elencados no Termo de Referência e acostados no processo. Além disso, não há exorbitância na estipulação do mínimo de estabelecimentos credenciados, pois a definição de requisitos essenciais foi estipulada para satisfazer a necessidade dos funcionários no âmbito da prestação de serviços de fornecimento de vale alimentação, estando assim, inserida no campo da discricionariedade do gestor, conforme o próprio acórdão mencionado pelo impugnante, que esclarece que: "A jurisprudência do TCU tem caminhado no sentido de que a fixação do número mínimo de estabelecimentos credenciados é da atuação discricionária do gestor, pois a ele compete definir com precisão a real necessidade de atendimento aos beneficiários do vale alimentação."

Em face do exposto acima, considerando que o próprio Termo de Referência, parte integrante do Edital, sana os supostos prejuízos apontados pela impugnante, restando cristalino o atendimento ao Princípio Constitucional da Isonomia e garantida a ampla competitividade aos pretensos participantes, este Pregoeiro, em cumprimento ao item 22.3 do ato convocatório, considera esclarecida a solicitação, reputando, portanto, desnecessária neste momento, quaisquer modificações aos termos do Edital de referência.

4. CONCLUSÃO

Assim, recebo a solicitação feita pela empresa GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS – LTDA - EUCARD, inscrita no C.N.P.J. sob o n. 05.989.476/0003-82, para, no mérito, reputar esclarecido o questionamento.

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, razão pela qual mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais.

É o que temos a esclarecer.

Palhoça, 18 de junho 2020.

DELEON DE SOUSA
Pregoeiro

Palmitos

PREFEITURA

1º ADENDO PROCESSO 54/2020

Publicação Nº 2527495

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
1º ADENDO

O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Independência, nº 100, centro, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que houve ALTERAÇÕES no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2020 – MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura e no site do município. Palmitos, 18 de junho de 2020. Mario Alceu Peiter– Prefeito Municipal E.E.

TERMO DE FOMENTO

Publicação Nº 2527497

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3º Termo Aditivo ao Termo de Fomento: nº 01/2017. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a Cláusula Quinta – VIGÊNCIA. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMITOS. Vigência: 30/06/2021. Palmitos 16/06/2020. Anacleto Secchi – Gestora do Fundo.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3º Termo Aditivo ao Termo de Fomento: nº 02/2017. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a Cláusula Quinta – VIGÊNCIA. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMITOS. Vigência: 30/06/2021. Palmitos 16/06/2020. Anacleto Secchi – Gestora do Fundo.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020 - CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ATUALIZAÇÃO

Publicação Nº 2529030

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020 CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ATUALIZAÇÃO

Ernildo Selinke, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 45, Inciso V, do Regimento Interno da Câmara Municipal, combinado com o Capítulo III da Resolução nº 001/2008, de 27 de junho de 2008.

Faz saber a todos os servidores públicos da Câmara Municipal de Papanduva, que já cumpriram pelo menos um ano e meio de em estágio probatório, que está aberto no presente mês o recebimento dos Cursos de Aperfeiçoamento/Atualização para fins de gratificação, conforme Art. 4º, 5º e 6º, da Resolução nº 001/2008, de 27 de junho de 2008.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Edital visa o recebimento de Cursos de Aperfeiçoamento/Atualização realizados pelos servidores públicos da Câmara Municipal que já cumpriram pelo menos um ano e meio de estágio probatório municipais estáveis, que comprovarem a realização dos mesmos através da apresentação de certificados originais, com cópias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS CURSOS:

A Gratificação por Cursos de Aperfeiçoamento/Atualização dar-se-á, aos servidores públicos da Câmara Municipal de Papanduva, que já cumpriram pelo menos um ano e meio de em estágio probatório, que comprovarem a realização de Curso de Aperfeiçoamento/Atualização, diretamente relacionados à área de atuação e aqueles que servem de subsídios para atuação no cargo, cuja carga horária por curso deverá ser, de no mínimo 8 (oito) horas, observados os seguintes critérios:

I – ocupantes de cargos para cuja investidura seja exigida habilitação ao nível de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio: deverão comprovar a realização de 40 (quarenta) horas de curso, na área específica de atuação com certificados de, no mínimo, 8 (oito) horas cada curso, sendo aceito os cursos técnicos e / ou pós-médios, realizados a partir da nomeação no cargo efetivo, desde que atendida a carga horária referida neste inciso e que tenham sido realizados entre julho/2017 à junho/2020 ou a partir da nomeação no cargo efetivo.

II – ocupantes de cargos para cuja investidura seja exigida habilitação ao nível de ensino superior, deverão comprovar a realização de 80 (oitenta) horas de curso, na área específica de atuação, com certificados de, no mínimo, 8 (oito) horas cada curso realizados entre julho/2017 à junho/2020 ou a partir da nomeação no cargo efetivo.

A Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento dar-se-á, de três em três anos, à razão de 2% (dois por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

Em cada concessão, somente serão computadas as 40 (quarenta) horas de cursos, nos casos do Inciso I e 80 (oitenta) horas de curso, nos casos do inciso II, independentemente se o servidor apresentar carga horária superior, ficando vedado o aproveitamento do saldo para próxima progressão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO:

Conforme determina a Resolução nº 001/2008, de 27 de junho de 2008, a apresentação do certificado junto do requerimento, deverão obrigatoriamente ocorrer entre os dias 01 à 30/06/2030.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE ENTREGA:

O requerimento deverá estar endereçado ao Presidente da Câmara Municipal e protocolado fisicamente ou eletronicamente no Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal, sito a Rua Simeão Alves de Almeida, nº 392, Centro. O requerimento poderá também ser preenchido junto ao Departamento de Recursos Humanos (modelo próprio), devendo ser anexados os certificados dos cursos realizados entre julho/2017 à junho/2020 ou a partir da nomeação no cargo efetivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA ANÁLISE:

Somente serão considerados, para efeitos da gratificação de que trata este artigo, os cursos que tenham relação direta com o cargo ou área de atuação do servidor no momento da realização do curso e que sejam homologados, pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

CLÁUSULA SEXTA – DA SEGUNDA CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO:

A gratificação por Curso de Aperfeiçoamento e Atualização será concedida a partir do mês de julho de 2020 e serão considerados os cursos realizados entre julho/2017 à junho/2020 ou a partir da nomeação no cargo efetivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DECURSO DO PRAZO:

Os servidores que possuam os Cursos de Aperfeiçoamento conforme descrito na Cláusula Segunda e não apresentarem protocolo no Departamento de Recursos Humanos no prazo legal até 30/06/2020, perderão a chance de apresentar tais documentos em outro prazo.

DOS RECURSOS:

Após o deferimento, ou não, do requerimento, o servidor terá o prazo de 02(dois) dias úteis para apresentar recurso por escrito, endereçado a Mesa Diretora da Câmara Municipal, não sendo aceitos os recursos enviados pelo Correio, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação.

Em caso de recurso, fica vedada ainda a apresentação de outros cursos que não foram apresentados no ato da entrega do requerimento.

Papanduva, 21 de maio de 2020.

Ernildo Selinke
Presidente

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 236, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528834

PORTARIA Nº 236, de 17 de junho de 2020.

“EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR a servidora pública municipal ANA CLAUDIA PELIZZARI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde a partir do dia 17/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****299/2020**

Publicação Nº 2527800

PORTARIA Nº 299/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor José Manoel Demétrio, matrícula nº 10283, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos com gozo no período de 17/06/2020 a 16/07/2020, referente ao quinquênio 10/01/2013 a 09/01/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 18 de junho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 19 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº06/2020

Publicação Nº 2528001

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2020

Processo Licitatório nº 11/2020 - Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1. OBJETO: O presente pregão eletrônico tem como objeto Registro de Preço pelo período de 12 meses para aquisição de Consultórios Odontológicos completos para instalação na UBS Lucia Elena dos Santos – Centro – CNES 2418975, composta por 02 Equipes de Estratégia de Saúde da Família, 02 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Atenção Básica para o Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, conforme quantidade, especificações, marca e preço constantes na proposta comercial apresentada no Pregão Eletrônico nº 02/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES.

CONTRATADA: G D C DA SILVA COSTA - EIRELI - CNPJ sob o nº 09.721.729/0001-21

VALOR TOTAL: R\$ 2.399,00 (dois mil e trezentos e noventa e nove reais)

CONTRATADA: OLSEN INDÚSTRIA E COMERCIO S/A- CNPJ sob o nº 83.802.215/0001-53

VALOR TOTAL: R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)

Data da Assinatura Ata: 18/06/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA - Secretária Municipal de Assistência Social

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/SME/2020

Publicação Nº 2527762

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/SME/2020

“Dispõe sobre as atribuições, regramentos para maior controle e eficiência na prestação de serviços relacionados ao transporte escolar no âmbito municipal em atendimento as normas e leis vigentes.”

VERSÃO: 01 – Data: 08/06/2020.

ÓRGÃO CENTRAL: Secretaria Municipal de Educação.

ABRANGÊNCIA: A Secretaria Municipal de Educação, especificamente o serviço de Transporte Escolar, aos Estudantes do Município e todos

que utilizam dos serviços de transporte escolar.
ASSUNTO: SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

O Gabinete do Prefeito, Procuradoria Geral e Secretaria Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes-SC, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes-SC; e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno Municipal, considerando os Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, bem como o disposto nas Leis vigentes.

RESOLVE: Sem prejuízo às atribuições estabelecidas nas Leis vigentes e demais formas de legislação em vigor, a Secretaria de Educação e a Procuradoria Municipal recomendam e o Prefeito Municipal aprova as normas gerais constantes nesta INSTRUÇÃO NORMATIVA.

TÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Dispõe sobre as Rotinas e procedimentos para gerenciamento e o controle do Transporte Escolar, a fim de garantir a segurança e o bem estar dos estudantes, a saber:

I - Normatizar e disciplinar o serviço de Transporte Escolar no Município;

II - Garantir a segurança dos alunos transportados pelos micro-ônibus, ônibus e outros veículos do Transporte Escolar do Município;

III- Permitir a utilização dos serviços de Transporte Escolar através da condução de alunos até as escolas municipais e estadual.

TÍTULO II DA BASE LEGAL

Art. 2º - A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações:
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. A Lei nº 9.394/96, LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação do estado e município, conforme transcrição abaixo:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI Nº 9.394/96 (com acréscimo da Lei nº 10.709/2003)

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

...

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede Estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, (de 31/7/2003).

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

...

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709 (de 31/7/2003).

A Lei nº 10.709/03 foi instituída com o escopo de alterar a Lei nº 9.394/96, incluído no art.10 inc.VII e art.11 inc. VI, para determinar competência aos estados e municípios em garantir o transporte para os alunos de suas respectivas redes de ensino. Vale destacar que o artigo 3º desta lei possui um dispositivo de suma importância para negociações entre os estados e municípios, de forma a prestar um atendimento de qualidade a todos os alunos que precisam do transporte para ter garantido o seu direito à educação.

Art. 3º Cabe aos estados articular-se com os respectivos municípios, para prover o disposto nesta lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

NA LEI nº 9.503/97 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Art. 21. Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

NA LEI nº 10.880/04

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

- FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009).

NA RESOLUÇÃO FNDE nº 12/11

Art. 2º O PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de recursos financeiros

destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação.

TÍTULO III DOS CONCEITOS

Art. 4º - Para o bom entendimento desta Instrução Normativa entende-se que:

I - TRANSPORTE ESCOLAR: O Transporte Escolar é um dever do Estado e direito garantido de Acesso e Permanência do Educando no Ambiente Escolar.

TÍTULO IV PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 5º - O serviço de Transporte Escolar tem por objetivo garantir o acesso à escola aos estudantes da rede pública de ensino em:

I - O Transporte Escolar deverá efetuar ligações das residências/pontos às escolas, aos estudantes da rede pública de ensino residente em área rural.

II - Para ter direito ao Transporte Escolar, o aluno da rede pública estadual e municipal de ensino, deverá residir a uma distância superior a 2.000 metros de sua unidade escolar.

III - O período máximo em que os estudantes devem permanecer dentro do veículo, não será superior a 120 (cento e vinte) minutos.

IV - Os alunos que necessitam de Transporte Escolar devem se informar sobre a rota ofertada para cada unidade escolar com a direção da escola ou com a Secretaria Municipal de Educação.

V - Todo o aluno que utilizar o Transporte Escolar somente poderá embarcar e desembarcar no local previamente determinado.

VI - As situações adversas e reclamações deverão ser registradas junto ao departamento de transporte escolar, Diretor ou responsável deverá tomar as providências quanto à apuração, notificação e saná-las dentro das possibilidades.

VII - Aos Trabalhadores em Educação que se deslocam às escolas rurais será ofertado sem exclusividade o Transporte de modo que não altere as rotas, com embarque partindo sempre do Ponto inicial do veículo, bem como o desembarque no ponto final do veículo, ficando vedadas paradas fora do itinerário estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II DAS OBRIGAÇÕES DO CONDUTOR DO VEÍCULO DE TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 6º -São obrigações e responsabilidades do condutor:

I - Manter os veículos em boas condições de uso, conservação e higiene;

II - Manter atualizada a frequência diária dos veículos;

III - Comunicar por escrito à direção da escola as ocorrências do roteiro, bem como qualquer necessidade de deslocamento para a cidade como usem o veículo do transporte escolar, neste último caso aguardar deferimento do gestor da unidade escolar ou responsável pelo Transporte Escolar na Secretaria de Educação;

IV - Responsabilizar-se pelo zelo e cuidado com os alunos durante todos os itinerários, bem como pelas penalidades sofridas em caso de infração.

V - Manter a velocidade máxima e mínima conforme orienta as Leis de Trânsito.

VI - Fazer revisão periódica nos veículos do transporte escolar, o condutor deverá conferir semanalmente o nível de água e óleo dos veículos, bem como a calibração de pneus.

VII - Cumprir as Leis de Trânsito.

VIII - Não fumar no interior do veículo.

IX - O condutor do veículo deve ter mais de 21 anos, ser habilitado na categoria "D" ou superior, possuir cursos específicos para condutor de transporte escolar e não ter cometido infração grave ou gravíssima, nem ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses.

X - O condutor do veículo deverá estar uniformizado e usando calçado fechado durante todo o roteiro.

XI - Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar;

XII - Orientar e auxiliar os alunos, quando necessário a colocarem o cinto de segurança;

XIII - Ser pontual e assíduo, ter postura ética para o melhor atendimento às necessidades dos alunos;

XIV - Em casos de problemas mecânicos durante o transporte de alunos, o motorista não poderá se ausentar do local, sem a prévia comunicação aos pais, a mesma vedação se dará em casos de problemas vinculados a avarias nas estradas que venham impedir o trânsito até seu destino final.

XV - O condutor deverá comunicar o Setor responsável de possível ausência no labor com 48 horas de antecedência, para que não ocorra prejuízo na oferta do Transporte;

XVI - Zelar pelo Patrimônio Público;

CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE DO ESTUDANTE E DOS PAIS/RESPONSÁVEIS DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 7º - Os estudantes e pais/responsáveis que necessitam do Transporte Escolar têm a responsabilidade na qualidade do serviço e, portanto deverá:

I - Manter-se sentados enquanto o veículo estiver em movimento;

II - Respeitar o condutor do veículo;

- III - Evitar conversa com o motorista enquanto ele estiver dirigindo;
- IV - Comunicar de forma verbal e/ou escrita o diretor da escola e a Secretaria Municipal de Educação as ocorrências do roteiro;
- V - Descer e subir do veículo somente quando o mesmo estiver totalmente parado;
- VI - Estar no local do ponto de embarque localizado na linha mestra à unidade escolar e vice versa;
- VII - Não fumar no interior do veículo;
- VII - É proibido alunos expor parte do corpo fora da janela.
- VIII – Aos pais/responsáveis compete a responsabilidade de orientar os seus pupilos sobre os deveres e responsabilidades no percurso para a escola/casa;
- IX – Aos pais/responsáveis compete à responsabilidade entregar e recepcionar seus pupilos no ponto de embarque e desembarque;
- X – Os Pontos de embarque e desembarque serão determinados pela Secretaria Municipal de Educação, sendo que distância máxima percorrida pelos alunos não poderá exceder 2.000 metros de sua residência até a Linha Mestra.

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE DA DIREÇÃO DA ESCOLA

Art. 8º – Caberá a equipe gestora das unidades escolares:

- I – Acompanhar a chegada e saída do Transporte Escolar;
- II – Monitorar a frequência diária de estudantes oriundos do Transporte Escolar;
- III - Notificar a Secretaria Municipal de Educação, acerca de ocorrências não resolvidas entre a Unidade Escolar, Condutor e o Estudante do Transporte Escolar.
- IV – Informar a Secretaria de Educação qualquer alteração no trajeto quanto ao acréscimo ou a redução de alunos;
- V – Informar sobre o uso inadequado de vestimentas e comportamento dos motoristas;
- VI – Solicitar com antecedência da Secretaria Municipal de Educação o uso do transporte para quaisquer atividades extracurriculares, sendo de 10 dias para atividades dentro do Município e 30 dias para atividades fora do município mediante deferimento da Secretaria Municipal de Educação;
- VIII- Informar a Secretaria Municipal de Educação sobre casos omissos a esta Instrução normativa, ocorridos em suas unidades escolares.

TÍTULO V

RESPONSABILIDADE DO SETOR DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 9º – Compete ao Setor do Transporte Escolar:

- I – Avaliar a regularidade nos aspectos de conservação e documentos dos veículos indicados pelos licitantes habilitados e frota oficial para transporte escolar;
- Art.10º – Avaliar as condições gerais dos veículos indicados pelos licitantes habilitados e frota oficial para transporte escolar, devendo atender as seguintes condições;
- I – O registro do veículo deve ser de passageiro;
 - II -A inspeção deverá ser semestral, estas deverão acontecer entre os meses de junho/julho e dezembro / janeiro de cada ano;
 - III– O veículo deverá ter equipamento registrador de velocidade(tacógrafos);
 - IV– O veículo deverá ter cinto de segurança em número igual à lotação;
 - V - Os veículos deverão estar de acordo com as Leis que os normatizam;
 - VI - Os veículos do Transporte Escolar deverão estar registrados no Departamento Estadual de Trânsito (SisDeter).
 - VII - Na aquisição de veículos novos, o município terá o prazo de até seis meses providenciar os registros necessários para sua regularização diante de todos os órgãos.

Art. 11 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes-SC, 08 de Junho de 2020.

FABIO BERTOGLIO MARUGGI
PROCURADOR DO MUNICÍPIO

VANESSA PEREIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

NADIR CARLOS RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 019/2020 FMAS

Publicação Nº 2528895

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA PARA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NO ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA, NO OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES FÍSICAS E PSICOLÓGICAS DAS PACIENTES SRA EULÁLIA DOS SANTOS E SRA ROSILENE MARIA SOARES, AMBAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL MODERADA, PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS Nº 0901340-97.2019.8.24.0048 E Nº 0000587-68.2019.8.24.0048.

CONTRATO Nº 019/2020 - FMAS de 17/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 - FMAS
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2020 - FMAS
RATIFICADO EM 17/06/2020

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 003.993.599-07, RG nº 3.642.096, residente e domiciliado à Rua Maria Francelina Flores, nº.43 Gravata, Penha/SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a EMPRESA CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA, estabelecida à Rua 3600, nº 611, Bairro Itacolomi, na cidade de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.919.525/0001-28, CEP: 88.380-000, representada neste ato pela Sra. CARLA DENISE BERGAMIN, brasileira, divorciada, psicóloga, sócio proprietário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2050397385 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 636.879.760-68, residente à Avenida Carlos Drummond de Andrade, nº 460, Bairro Praia dos Amores, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação: Artigo 24 Inciso V, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa e Solicitação nº 56/2020 do Fundo Municipal da Assistência Social, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NO ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA, NO OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES FÍSICAS E PSICOLÓGICAS DAS PACIENTES SRA EULÁLIA DOS SANTOS E SRA ROSILENE MARIA SOARES, AMBAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL MODERADA, PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS Nº 0901340-97.2019.8.24.0048 E Nº 0000587-68.2019.8.24.0048, conforme solicitação nº 56/2020 do Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 148.800,00 (Cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Vaga para acolhimento da paciente Sra. Eulália dos Santos com deficiência mental moderada.	Mês	12	R\$ 6.200,00	R\$ 74.400,00
02	Vaga para acolhimento da paciente Sra. Rosilene Maria Soares com deficiência mental moderada.	Mês	12	R\$ 6.200,00	R\$ 74.400,00
	TOTAL				R\$ 148.800,00

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável do Fundo Municipal de Assistência Social.

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do Fundo Municipal de Assistência Social, acompanhados das certidões negativa Federal, Estadual, Municipal FGTS e Trabalhista.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços são fixos e irredutíveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, realizar os serviços de acolhimento de forma imediata, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar os serviços mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações, normas técnicas adequadas e legislação vigente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Proporcionar cuidados à saúde, conforme as necessidades individuais;
- c) Oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados;
- d) Oportunizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- e) Manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica;
- f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- g) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- h) Oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;
- i) Garantir que as edificações sejam organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos e normativas existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade;
- j) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- k) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- l) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- m) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 – A execução dos serviços de acolhimento serão acompanhados e fiscalizados por responsável do Fundo Municipal de Assistência Social, a quem caberá fiscalizar com poder de veto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 17 de Junho de 2020.

NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARLA DENISE BERGAMIN

CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA Contratada

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

CONTRATO 031/2020 - PMP

Publicação Nº 2528726

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA AGIPREV CONSULTORIA GLOBAL LTDA ME PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA ATUARIAL, PREVIDENCIÁRIA, CONTÁBIL E JURÍDICA NA CRIAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

CONTRATO Nº 031/2020-PMP de 24/04/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019-PMP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2019

HOMOLOGADO EM 26/04/2019

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa AGIPREV CONSULTORIA GLOBAL LTDA ME, estabelecida à AV. Rio Branco, nº 404, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.158.166/0001-50, representada, neste ato pelo Sr. Hugo Lembeck, CPF sob o nº 502.129.239-00, Cargo/Função Administrador, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços especializados em assessoria atuarial, previdenciária, contábil e jurídica na criação, regulamentação e implantação do Regime Próprio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município, conforme solicitação nº 30/2019, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável do recebimento, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor/prestador de serviços, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.4 - O valor presente nessa Cláusula corresponde ao saldo da Ata de Registro de Preço nº 025/2019 PMP. Os valores a serem utilizados estão constantes na Autorização de Fornecimento nº 1076/2019 PMP correspondente ao mesmo.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato:

Os valores a serem utilizados estão constantes na Autorização de Fornecimento nº 1076/2019 PMP correspondente ao mesmo.

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.1 - O presente contrato terá vigência de doze meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 - São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer os materiais/produtos mencionados na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir a data da entrega do objeto, não sendo aceitos os materiais/produtos/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos/serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de pessoal, produtos, materiais e ou equipamentos necessários, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Substituir, reparar, corrigir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 2 (dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações;

l) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA

9 -As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 -A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 -Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 -O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por responsável designado pela Secretaria de Administração, a quem caberá fiscalizar os serviços prestados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 -O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos. Penha/SC, 26 de Abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Contratante

AGIPREV CONSULTORIA LTDA ME
Hugo Lembeck
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome completo: Nome completo:
CPF: CPF:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.
De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

CONVOCAÇÃO FARMACÊUTICO 5º

Publicação Nº 2528794

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 22/06/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: FARMACÊUTICO (a)
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

05º. 804940 CELSO MURILO MARTINS SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo é: diploma de graduação em Farmácia e comprovante de registro no CRF;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 18 de junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ro: _____

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?



() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2020 - FMAS

Publicação Nº 2528909

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 009/2020 – FMAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2020 – FMAS

Contrato: 019/2020 - FMAS

Contratado: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NO ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA, NO OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES FÍSICAS E PSICOLÓGICAS DAS PACIENTES SRA EULÁLIA DOS SANTOS E SRA ROSILENE MARIA SOARES, AMBAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL MODERADA, PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS Nº 0901340-97.2019.8.24.0048 E Nº 0000587-68.2019.8.24.0048, conforme solicitação nº 56/2020 do Fundo Municipal de Assistência Social.

Valor: R\$ 148.800,00 (cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais)

Dotação Orçamentária:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento: 3.3.90.39.53.00.00.00 (16/2020)

Vigência do contrato: 12 (doze) meses

Fundamentação Legal: Artigo 24 Inciso V e IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações e Solicitação nº 56/2020 do Fundo Municipal de Assistência Social, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 18 de junho de 2020.

CARLA DENISE BERGAMIN – Representante.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Gestor

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - FMS

Publicação Nº 2528045

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de filme de raio x digital e materiais para pequenas cirurgias para atender necessidades do Pronto Atendimento 24 horas e NAM do Município de Penha/SC, conforme solicitações nº 267/2020 e 376/2020 anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Início de Entrega das Propostas: 19/06/2020 às 14:00h.

Término do Recebimento das Propostas: 01/07/2020 às 13:00h.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 01/07/2020 às 14:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

Sistema Eletrônico utilizado: <http://bll.org.br/>. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12 às 18h.

Penha/SC, 18 de junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário da Administração

PORTARIA Nº 1041/2020

Publicação Nº 2528334

PORTARIA N.º 1041/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. MARCIO JOSE FERREIRA para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar de 09/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1042/2020

Publicação Nº 2528336

PORTARIA N.º 1.042/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 178/2020, que designava o Sr. MAURÍLIO ANTONIO DUARTE, matrícula 4766, ocupante do cargo de Fiscal da Fazenda, para responder pelo expediente do Departamento de Tributação e Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda, recebendo um adicional de função de 04 (quatro) UFM's (Unidade Fiscal Municipal) mensalmente nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 131/2019, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1043/2020

Publicação Nº 2528339

PORTARIA N.º 1.043/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. MAURILIO ANTONIO DUARTE para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1044/2020

Publicação Nº 2528346

PORTARIA N.º 1.044/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a Sra. ANA PAULA LEMOS, do cargo efetivo de CUIDADORA INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 675/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1045/2020

Publicação Nº 2528348

PORTARIA N.º 1.045/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. NATAN PINTO DO NASCIMENTO, aprovado em Concurso Público Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PSICÓLOGO - CRAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 15/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1046/2020

Publicação Nº 2528351

PORTARIA N.º 1.046/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 135/2020 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. ALEXANDRE FREITAS ARANHA JUNIOR, aprovado em Concurso Público Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de FARMACÊUTICO, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a contar de 15/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1047/2020

Publicação Nº 2528355

PORTARIA N.º 1.047/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. ADEMIR ANTONIO SOARES para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, da

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar de 15/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1048/2020

Publicação Nº 2528358

PORTARIA N.º 1.048/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. LUCIANA CAMILO VICENTE, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR I do P.A 24 HORAS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEMAENTO a contar de 15/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1049/2020

Publicação Nº 2528361

PORTARIA N.º 1.049/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o Sr. OSVALDO JOÃO DA COSTA FILHO, do cargo efetivo de VIGIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 59/2005.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1050/2020

Publicação Nº 2528364

PORTARIA N.º 1.050/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 135/2020 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. SUELLEN SOUZA PORTO, aprovada em Concurso Público Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 17/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

PORTARIA Nº 1051/2020

Publicação Nº 2528367

PORTARIA N.º 1.051/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, os Membros para compor a Comissão Técnica das Parcerias Públicos-Privadas - CTP, conforme Decreto Nº 3387/2019 que "INSTITUI O CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 2º A Comissão Técnica das Concessões e Parcerias Público-Privadas - CTP será integrada por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes órgãos:

Presidente – Aquiles José Schneider da Costa

a) Secretaria de Governo:
Titular – Camila Luchtenberg
Suplente - Adriano de Souza

b) Secretaria de Planejamento:
Titular – Maurilio Antônio Duarte
Suplente - Alcemar de Souza

c) Secretaria de Administração:
Titular - Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Suplente - André Luis Santos Valadão

d) Secretaria de Desenvolvimento Econômico:
Titular - Max Riesemberg Bastos
Suplente - Ana Paula Ramalho Viana

e) Secretaria da Fazenda:
Titular – Susana Perinotti
Suplente – Lisandra dos Santos Penna Rey

f) Secretaria da Saúde:
Titular – Sérgio de Mello
Suplente – Luciana Maria de Souza

g) Secretaria da Educação:
Titular – Edimara Tambani
Suplente – Patrick Miranda Moraes

h) Secretaria de Turismo:
Titular – Cleber marciel Neumann
Suplente – Rodrigo Renan Medeiros

i) Fundação de Esporte:
Titular – Carlos Cesar de Souza
Suplente – Paulo Roberto da Silva

j) Secretaria da Assistência Social:
Titular – Nereu Ramos Caldeira Filho
Suplente – Donisete de Souza

V – Procuradoria Geral do Município:
Titular - Janilto Domingos Raulino
Suplente - Grazziele Moratelli Volpi

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1074/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1052/2020

Publicação Nº 2528370

PORTARIA N.º 1.052/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. LISANDRA DOS SANTOS PENNA REY, do cargo em comissão de COORDENADORA FINANCEIRA, da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 861/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1053/2020

Publicação Nº 2528371

PORTARIA N.º 1.053/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. LISANDRA DOS SANTOS PENNA REY, para ocupar o cargo em comissão de DIRETORA DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO, da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1054/2020

Publicação Nº 2528493

PORTARIA N.º 1.054/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o Sr. ALEXANDRE FREITAS ARANHA JUNIOR, do cargo efetivo de FARMACÊUTICO, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1046/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 18 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

Peritiba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20/2020 - 2º ADITIVO A ATA 06/2020

Publicação N° 2528682



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2020
SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA Nº 06/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA**, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Frei Bonifácio esquina com a Rua Senador Nereu Ramos, nº 187, Bairro Centro – Peritiba/SC, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua titular a Senhora **GRACIELI DENISE WUADEN**, Secretária de Saúde e Bem Estar Social, inscrita no CPF nº 092.660.699-90, de acordo Lei Federal nº 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº **08/2019**, **RESOLVE**, registrar o preço da empresa **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, Santa Catarina, CEP 89.163-554, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por seu representante legal o Senhor **MAICON CORDOVA PEREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 3.242.195 e CPF nº 015.886.939-70, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Aditar à ata de registro de preços original os itens a seguir, em razão de pedido de desclassificação do primeiro colocado e da não aceitação por parte das próximas colocadas, conforme a tabela abaixo:

Item	Quant.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	R\$ Unt.	R\$ Total
1	55.000	COMP	10193 - Ácido Acetilsalicílico 100 mg Ácido Acetilsalicílico 100 mg	Imec	0,039	2.145,00
48	150	AMP	10654 - Butilbrometo de Escopolamina+Dipirona Sódica Injetável Butilbrometo de Escopolamina+Dipirona Sódica Injetável	Hypofarma	2,13	319,50
Total						2.464,50

1.2. Sendo que o valor aditado ficou em **R\$ 2.464,50** (Dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).

1.3. Fica estendido o prazo de entrega do item nº 48 para até 70 dias.

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços nº 06/2020 permanecem inalteradas.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, SC., 17 de junho de 2020.

GRACIELI DENISE WUADEN
Secretária de Saúde e Bem Estar Social
Contratante

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Contratada

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Testemunha

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Testemunha

LIZIANE TROMBETTA
Fiscal do contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



Pescaria Brava

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 15/2020 PMPB - PL N°: 30/2020 PMPB DL N°: 16/2020 PMPB

Publicação N° 2529042

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 15/2020 - PMPB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ N°. 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: GABRIEL BARRETO JUNIOR- CPF N°. 031317129-70

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 30/2020 PMPB

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 16/2020 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL SIQUEIRO, S/N. BAIRRO SIQUEIRO, PESCARIA BRAVA/SC, PARA ARMAZENAR OS EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Código Reduzido: 112

Unidade Orçamento: 06.01

Projeto/Atividade: 2.022

Elemento Despesa: 3.3.90.000000.5000

VALOR CONTRATADO: R\$ 12.540,00 (DOZE MIL QUINHENTOS E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14/06/2020 À 31/12/2020

Petrolândia

PREFEITURA

RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA 01 2020 - CONTRATAÇÃO MÉDICO

Publicação Nº 2527795

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

A Prefeitura Municipal de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde, torna público o Resultado Final do Julgamento do edital de CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO PARA ATENDIMENTO NO CENTRO DE ATENDIMENTO PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19. CONTRATADO: Nelson Sawada Gatto. Valor mensal: R\$ 12.709,09, 40 horas semanais. Petrolândia, 19 de junho de 2020. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

134

Publicação Nº 2527799

DECRETO Nº 134/2020, DE 12 DE JUNHO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, ESPÉCIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso II do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional, espécie suplementar no valor de R\$ 476.278,82 (quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos) nos seguintes projetos/atividades do Orçamento Municipal abaixo:

10.002.0006.0181.0020.2055 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONVÊNIOS SSP

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.3.10.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	78.037,11

10.002.0017.0512.0020.1016 – PROGRAMA DE SANEAMENTO URBANO

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.3.00.0003	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	20.784,66

10.001.0026.0782.0019.2053 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.3.39.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	60.869,56
339000	0.3.07.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	727,63

10.002.0025.0752.0020.2057 – MANUTENÇÃO E MELHORIAS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.3.08.0010	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	9.301,29
339000	0.3.08.0011	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	39.548,32

11.001.0010.0301.0023.2063 – ATENÇÃO BÁSICA

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000	0.3.38.0060	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	200.000,00
339000	0.3.67.0096	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	7.384,76

11.001.0010.0304.0023.2066 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000	0.3.38.0068	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	59.625,49

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte os recursos o valor de R\$ 476.278,82 (quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos) provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no exercício financeiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 12 de junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito MunicipalWANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra
Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

135

Publicação Nº 2527801

DECRETO Nº 135/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

09.001.0020.0511.0018.1038 – SANEAMENTO NO MEIO RURAL

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	180.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) na dotação orçamentaria no seguinte Projeto/Atividade:

09.001.0020.0511.0018.1038 – SANEAMENTO NO MEIO RURAL

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	180.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pinhalzinho – SC, 15 de Junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra
Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

136

Publicação Nº 2527802

DECRETO Nº 136/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020

“HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º. Fica por este Decreto, homologada a Ata 03/2020 de 15/06/2020, da decisão da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis nomeada pelo Decreto nº.019/2019, conforme anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC, 14 de janeiro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra:

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

137

Publicação Nº 2527804

DECRETO Nº 137/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso I do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, espécie Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 25.042,24 (vinte cinco mil quarenta e dois reais e vinte quatro centavos) destinados a suplementar as seguintes Atividades:

14.001.0028.0846.0013.0002 – PASEP

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.52.0001	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	2.800,00
33900000	0.1.52.0002	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	142,00
33900000	0.1.53.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	22.100,24

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, Espécie Suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte de recurso o valor de R\$ 25.042,24 (vinte cinco mil quarenta e dois reais e vinte quatro centavos) provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO referente ao auxílio financeiro aos municípios previsto na Lei Complementar nº 173/2020, apurado no exercício financeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 15 de junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra
Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

138

Publicação Nº 2527806

DECRETO Nº 138/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020

“REVOGA DECRETO 120/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação vigente,

CONSIDERANDO a Súmula 473 do STF, que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado em todos os termos o Decreto nº. 120/2020, que “DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 16 de junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

139

Publicação Nº 2527808

DECRETO Nº 139/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020

“HOMOLOGA O LOTEAMENTO BOA VISTA III E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Em Exercício, de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o LOTEAMENTO BOA VISTA III, de propriedade do Município de Pinhalzinho, matrícula nº 20.191, identificado como parte do lote rural nº 16, da Linha Anta Gorda, com área 34.668,52 m² (trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e oito metros quadrados e cinquenta e dois centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na continuação do Loteamento Boa Vista II, neste município e comarca de Pinhalzinho. CONFRONTANDO: Nordeste, com parte do mesmo Lote Rural nº 16, de Rudinei Baumbach, conforme matrícula nº 009; ao Sudoeste, com parte do Lote Rural nº 04, pertencente ao Município de Pinhalzinho, conforme matrícula nº 17.775; Sudeste, com parte do mesmo Lote Rural nº 16, de Rudinei Baumbach, conforme mat. nº 009; Noroeste, com 2 segmentos de reta, com Parte do Lote Rural nº 20, de propriedade de Erminio Baumbach, conforme matrícula nº 17.242 e com Parte do Lote Rural nº 20, de propriedade de Erminio Baumbach e Otmar Steffens, conforme matrícula nº 2.554.

Área escriturada: 34.668,52 m²

Área de lotes17.563,03 m²

Área do sistema viário 11.799,82 m²

Área Verde2.963,15 m²

Área Institucional2.286,80 m²

Área de Preservação Permanente 55,72 m²

Total 34.668,52 m²

Art. 2º O Loteamento Boa Vista III está localizado no prolongamento do Loteamento Boa Vista II, na continuidade da Rua dos Ipês, Bairro Bela Vista, neste município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC, 17 de Junho de 2020.

MÁRIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito Municipal

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra:

Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

140

Publicação Nº 2527809

DECRETO Nº 140/2019, DE 17 DE JUNHO DE 2020

"DESIGNA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - FUMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente;

DECRETA:

Art.1º Nos termos do § 2º do art. 9º da Lei 2.560/2018, alterada pela Lei 2.661/2020, fica nomeado o senhor Mario Afonso Woitexem, CPF 449.194.929-87, chefe do poder executivo municipal, como Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - FUMPDEC.

Art. 2º É de competência do gestor autorizar e efetuar, em conjunto com o servidor responsável pela tesouraria do Município, os seguintes atos relativos ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil- FUMPDEC:

I - Assinar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos, cheques, ordens de pagamentos e demais movimentações financeiras junto a instituições bancárias;

II - Representar o Município em todos os atos necessários nas instituições financeiras e investidos de poderes para requisitar, emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico, sustar/contrar ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar movimentação financeira no RPG, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico, efetuar transferências, exceto por meio eletrônico, consultar contas/aplicações programas repasse recursos feder – RPG, liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/AASP, solicitar saldos/extratos, exceto investimentos e op. Crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, solicitar saldos/extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico, efetuar transf. Eletrônica p/ alívio de numerário coban, encerrar contas de depósito, fechar operações de derivativos, consultarem obrigações de débito direto autorizado – DDA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pinhalzinho, SC, 17 de junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO PREGÃO N. 041/2020

Publicação Nº 2527943

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 041/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 03/07/2020 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2020, o objeto da presente licitação é a realização de IMPRESSÃO DE LIVROS REFERENTES AO PROJETO POETAS RUMO AO NOVO MILÊNIO, DESENVOLVIDO EM PARCERIA ENTRE AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO E A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 03/07/2020, até às 08:15h, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30h.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 195/2019

Publicação Nº 2529040

PRORROGAÇÃO Nº 006/2020
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 195/2019

PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DA MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 83.059.758/0016-09, com sede em Caçador, adiante denominada LOCADORA, e de outro lado, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, adiante denominado LOCATÁRIO, têm justo e contratado o que segue:

LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR
PARÓQUIA SÃO PEDRO
CNPJ/ MF sob n. 83.059.758/0016-09
PÁROCO: Padre Edimar Blaskowski

LOCATÁRIA: O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ/ MF sob n.82.827.148/0001-69
PREFEITO: PEDRO RABUSKE

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato de aluguel do imóvel nº 195/2019.
- 1.2 O prazo de vigência do referido contrato fica estendido até 31/08/2020.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 A prorrogação promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 A Administração se sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões a obra da casa mortuária do município está em andamento e necessitamos da sala para realização de velórios.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

A locatária pagará, a título de locação, a quantia de R\$ 1.997,84 (um mil e novecentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA: AMPARO LEGAL

Este contrato tem amparo legal no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, na Lei municipal nº 2.081, de 18 de junho de 2019, e vincula-se a Dispensa de Licitação 070/2019.

CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Fica reconhecido o direito da Administração Pública de alterar e rescindir unilateralmente o contrato.

5.2. O contrato poderá, ainda, ser alterado na forma e casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. Havendo interesse público devidamente justificado, a Administração poderá rescindir o contrato, devendo ser denunciando com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba ao locador qualquer direito à indenização e ou recebimento de multa.

5.4 A locação também poderá ser desfeita por mútuo acordo, desde que não acarrete nenhum prejuízo ao Órgão Público.

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem contratados, assinam o presente, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Pinheiro Preto, 16 de junho de 2020

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
LOCATÁRIO

PADRE EDIMAR BLASKOWSKI
MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR
PARÓQUIA SÃO PEDRO
LOCADOR

TESTEMUNHAS:

1 – _____

2 – _____

DECRETO Nº 5.245, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528084

DECRETO Nº 5.245, DE 18 DE JUNHO DE 2020

ADOTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 84, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março

de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 5.200, de 18 de março de 2020, que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus;

CONSIDERANDO que o município possui já dois casos inerentes a referida pandemia;

DECRETA

Art. 1º Ficam suspensas, em todo o território pinheiro-pretense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado:

I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;

II – a circulação e o ingresso no território pinheiro-pretense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

Parágrafo único. Não se incluem nestas restrições os transportes privados de empregados pelas empresas do município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto/SC, 18 de junho de 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 409, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528053

PORTARIA Nº 409, de 18 DE junho de 2020.

EXONERA Ketlyn Cristine Duarte da função Temporária de Atendente de Creche.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o memorando 599/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 19 de junho de 2020, Ketlyn Cristine Duarte, brasileira, inscrita no CPF sob nº. 122.838.659-56, da função temporária de "Atendente de Creche", lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de junho de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 18 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 222/2020

Publicação Nº 2528893

PORTARIA Nº222/2020

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDORES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 01/2019, através do Decreto nº 1147/2019, de 05 de junho de 2019.

PRORROGA

Nome	Cargo	Portaria Contratação	Término Contrato
Andréia de Cassia Hibner Bonadiman	Psicóloga 20 horas	264/2019	21/12/2020
Glauber Nascimento Vieira	Fisioterapeuta 20 horas	263/2019	21/12/2020
Sérgio Ricardo Ghignatti	Médico 20 horas	268/2019	21/12/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 15 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017

Em 15 de junho de 2020

Karoline Petry

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº221/2020

Publicação Nº 2528891

PORTARIA Nº221/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

NIVALDO MACHADO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Linha Maratá, s/nº, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 2.821.104, inscrito no CPF sob o nº 833.776.119-91, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, FÉRIAS, no período de 15 a 30 de junho de 2020, referente ao período de 01 de junho de 2019 a 31 de maio de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 15 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 15 de junho de 2020

Karoline Petry

Secretária de Administração e Finanças

Pomerode

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036 / 2019

Publicação Nº 2528550

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 036 / 2019 PRORROGAÇÃO

Contrato Administrativo nº 036 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: C.C. GALLO SEGURANÇA ELETRÔNICA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO PARA A COLETA E ARMAZENAMENTO DE IMAGENS DE CÂMERAS DE SEGURANÇA DE TRÂNSITO E RODOVIAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Valor total contratado: R\$ 17.520,00 (dezesete mil, quinhentos e vinte reais). Justificativa: Em conformidade com o Art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e a CLÁUSULA QUARTA do Contrato Administrativo nº 036/2019, tendo em vista tratar-se de serviço continuado de suma relevância, uma vez que trata-se do fornecimento do sistema de identificação e armazenamento de imagens de placas de veículos captados pelas câmeras de monitoramento de tráfego do município de Pomerode, PRORROGA-SE o prazo de execução por mais 12 (doze) meses, iniciando em 11/06/2020 (décimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte) e cessando em 10/06/2021 (décimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um), mantendo-se inalterado o valor mensal de R\$ 1.460,00 (mil quatrocentos e sessenta reais). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito de Pomerode, Contratante / Carolina Clemente Gallo, C.C. Gallo Segurança Eletrônica ME. - Contratada.
Pomerode / SC, 29 de maio de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019 / 2016 - PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 2527650

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019 / 2016 PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 037 / 2016. Dispensa de Licitação n.º 019 / 2016. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratados: NORBERTO GLATZ e GUISELA GLATZ. Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 3.083/2020. Valor: R\$22.317,60 (vinte e dois mil, trezentos e dezessete reais e sessenta centavos). Prazo de vigência: 12 meses até 12/06/2021. JUSTIFICATIVA: Em conformidade com o Art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e a CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato Administrativo nº 019/2016, tendo em vista tratar-se de exploração de jazida de macadame para extração de saibro que é utilizado e necessário para manutenção de obras municipais e vias públicas não pavimentadas e base para pavimentação asfáltica, PRORROGA-SE o prazo de execução por mais 12 (doze) meses, iniciando em 13/06/2020 (décimo terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte) e cessando em 12/06/2021 (décimo segundo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um). Mantendo-se o valor mensal de R\$1.859,80 (um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito de Pomerode, Contratante; Norberto Glatz e Guisela Glatz, Contratados.

Pomerode / SC, 1º de Junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 3.840/2020

Publicação Nº 2528175

DECRETO Nº 3.840/2020
DE 18/05/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020, PROVENIENTES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, da Lei nº 3.067/2019 de 29/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, na Unidade Gestora Fundo M. Saúde, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2116.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (ESF)		
Vínculo	03380205 - ESF FEDERAL	Valor:	42.387,37
Vínculo	03380201 - Pab Fixo (Piso de Atenção Básica)	Valor:	22.994,11
Vínculo	03380207 - NASF FEDERAL	Valor	5.122,62
Vínculo	03630200 - Transferências de Convênios - Posto de Saúde	Valor	28.280,61
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2117.33190 - Man. Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (Odonto)		
Vínculo	03382000 - Incentivo p/ Ações Estratégicas	Valor	2.074,19
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33190 - Man. Folha Pgto. - Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)		
Vínculo	03380205 - ESF FEDERAL	Valor:	38.710,37
Dotação	19.003.0010.0304.0060.2123.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Vigilância Sanitária		
Vínculo	03380402 - Prog. Vigilância Sanitária - Federal	Valor:	8.790,67
Dotação	19.004.0010.0305.0060.2124.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Vigilância Epidemiológica		
Vínculo	03380405 - VIGEP (PQA): Programa de Qualificação das Ações de Vigilância	Valor:	16.596,98
Dotação	19.006.0010.0122.0060.2125.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Gestão		
Vínculo	03380602 - Prog. de Gestão Saúde Participa SUS	Valor:	26.073,18
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33191 - Man. Folha Pgto. - Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)		
Vínculo	03380205 - ESF FEDERAL	Valor:	8.203,57
Dotação	19.004.0010.0305.0060.2124.33191 - Manutenção Folha Pgto. - Vigilância Epidemiológica		
Vínculo	03380405 - VIGEP (PQA): Programa de Qualificação das Ações de Vigilância	Valor:	1.270,20

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR PARCIALMENTE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, na Unidade Gestora Fundo M. Saúde, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2116.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (ESF)		
Vínculo	03380205 - ESF FEDERAL	Valor:	42.387,37
Vínculo	03380201 - Pab Fixo (Piso de Atenção Básica)	Valor:	22.994,11
Vínculo	03380207 - NASF FEDERAL	Valor	5.122,62
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33190 - Man. Folha Pgto. - Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)		
Vínculo	03380205 - ESF FEDERAL	Valor:	38.710,37
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33191 - Man. Folha Pgto. - Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)		
Vínculo	03380205 - ESF FEDERAL	Valor:	8.203,57
Dotação	19.002.0010.0302.0060.2121.33190 - Man. Folha Pgto. - Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)		
Vínculo	01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde	Valor:	10.000,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 3º, autorizado a abrir crédito suplementar na Unidade Gestora Fundo M. Saúde, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2116.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (ESF)		
Vínculo	033810000 - Atenção Primária à Saúde	Valor:	70.504,10
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33190 - Man. Folha Pgto. - Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)		
Vínculo	033810000 - Atenção Primária à Saúde	Valor:	38.710,37
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33191 - Man. Folha Pgto. - Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)		
Vínculo	033810000 - Atenção Primária à Saúde	Valor:	8.203,57
Dotação	19.002.0010.0302.0060.2121.33191 - Man. Folha Pgto. - Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)		
Vínculo	01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde	Valor:	10.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de Maio de 2020.

Município de Pomerode, em 18 de Maio de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.843/2020

Publicação Nº 2528182

DECRETO Nº 3.843/2020

DE 27/05/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020, PROVENIENTES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, da Lei nº 3.067/2019 de 29/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, na Unidade Gestora FUNPEEL, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	14.001.0027.0812.0090.2018.34490 - Manutenção do Desporto Amador e Estudantil		
Vínculo	03000000 – Recursos Ordinários	Valor:	19.842,35

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	03.001.0004.0122.0020.2003.34490 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal		
Vínculo	03000002 – Recursos Ordinários - Fundo de Reap. da Procuradoria	Valor:	13.000,00
Dotação	07.0010012.0361.0040.2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		
Vínculo	03360000 - Salário-Educação	Valor:	8.200,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Provável Excesso de Arrecadação, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	06.002.0004.0122.0030.0002.33390 - Contribuição ao Pasep		
Vínculo	01001001 - AFM (MP nº 938) - Apoio Financeiro aos Municípios	Valor:	6.736,89

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR PARCIALMENTE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	08.001.0026.0782.0070.2020.33390 - Manutenção da Secretaria de Obras		
Vínculo	01390000 - FEP	Valor:	12.320,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 3º, autorizado a abrir crédito suplementar na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	08.001.0026.0782.0070.2020.34490 - Manutenção da Secretaria de Obras		
Vínculo	01390000 - FEP	Valor:	12.320,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, na Unidade Gestora Fundo M. Saúde, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2100.33390 - Manutenção da Atenção Básica		
Vínculo	03380209 - PMAQ - Progr. Melhr. Ações Qualidade	Valor:	100.000,00
Dotação	19.004.0010.0305.0060.2108.34490 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
Vínculo	03380403 - Progr. Vig. Aids	Valor:	1.720,00
Dotação	19.002.0010.0302.0060.2103.34490 - Manutenção Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Vínculo	03630400 - Equip./material permanente	Valor:	30.392,20

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR PARCIALMENTE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, na Unidade Gestora Fundo M. Saúde, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2100.33390 - Manutenção da Atenção Básica		
Vínculo	03380209 - PMAQ - Progr. Melh. Ações Qualidade	Valor:	100.000,00

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 6º, autorizado a abrir crédito suplementar na Unidade Gestora Fundo M. Saúde, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2100.33390 - Manutenção da Atenção Básica		
Vínculo	03380222 - PMAQ - Gestor 40%	Valor:	100.000,00

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do provável excesso de arrecadação, na Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	21.0001.0008.0244.0140.2067.33390 – Man. das Atividades do Fundo M. da Assistência Social		
Vínculo	01350002 - C/C:23.388-9 (Enfrentamento da COVID-19 - PAIF)	Valor:	25.200,00
Vínculo	01350003 - C/C:25.172-0 (Enfrentamento da COVID-19 - PAEFI)	Valor:	28.824,36

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de Maio de 2020.

Município de Pomerode, em 27 de Maio de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 388/2020

Publicação Nº 2527967

LEI COMPLEMENTAR N.º 388/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA RIBEIRÃO LUEBKE.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Ribeirão Luebke, início na interseção com a Rua 15 de Novembro (SC-421), identificada pela estaca 0+0,00 PP, até a interseção com a Rua João Kienen, identificada pela estaca 29+0,00 PF, numa extensão de 580,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 5520,00 m² (cinco mil e quinhentos e vinte metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 1.313.129,65 (um milhão e trezentos e treze mil e cento e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

- I - Memorial descritivo do projeto;
- II - Orçamento de custo da obra;
- III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;
- IV - Delimitação da zona beneficiada; e
- V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 389/2020

Publicação Nº 2527971

LEI COMPLEMENTAR N.º 389/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA ERNESTO BLANK T03.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Ernesto Blank T03, início na interseção com a Rua Alwin Jandre, identificada pela estaca 47+0,00 PP, até a residência nº 1100, identificada pela estaca 56+10,00 PF, numa extensão de 190,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 1.425,00 m² (mil quatrocentos e vinte e cinco metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 472.019,71 (quatrocentos e setenta e dois mil e dezenove reais e setenta e um centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 390/20

Publicação N° 2527974

LEI COMPLEMENTAR N.º 390/20

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA EMÍLIO MARQUARDT.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Emílio Marquardt, início na interseção com a Rua Ribeirão Souto, identificada pela estaca 0+0,00 PP, até próximo à Netzscho do Brasil, identificada pela estaca 24+11,00 PF, numa extensão de 491,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 3.437,00 m² (três mil quatrocentos e trinta e sete metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 888.539,61 (oitocentos e oitenta e oito mil e quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 391/2020

Publicação N° 2527985

LEI COMPLEMENTAR N.º 391/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA ERICH DORN.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Erich Dorn, início na interseção com a Rua Doutor Wunderwald, identificada pela estaca 0+0,00 PP, até defronte ao galpão nº 267, identificado pela estaca 13+2,00 PF, numa extensão de 262,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 1572,00 m² (mil e quinhentos e setenta e dois metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 581.060,47 (quinhentos e oitenta e um mil e sessenta reais e quarenta e sete centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 392/2020

Publicação Nº 2527989

LEI COMPLEMENTAR N.º 392/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA ERWIN SCHEIWE.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Erwin Scheiwe, início na interseção com a Rua Testa Alto, identificada pela estaca 0+0,00 PP, até o fim da rua, identificada pela estaca 8+14,65 PF, numa extensão de 174,65 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 1.047,90 m² (um mil e quarenta e sete metros quadrados e noventa decímetros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 264.187,91 (duzentos e sessenta e quatro mil e cento e oitenta e sete reais e noventa e um centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra

resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 393/2020

Publicação Nº 2527993

LEI COMPLEMENTAR N.º 393/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA HEINZ KLEMMANN.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Hein Klemann, início na interseção com a Rua Affonso Buttgen, identificada pela estaca 0+0,00 PP, até o fim da rua, identificada pela estaca 6+7,10 PF, numa extensão de 127,10 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 762,60 m² (setecentos e sessenta e dois metros quadrados e sessenta decímetros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 196.839,58 (cento e noventa e seis mil e oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de JUNHO de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 394/2020

Publicação Nº 2527997

LEI COMPLEMENTAR N.º 394/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA PAULO MASKE.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Paulo Maske, início na interseção com a Rua Testa Alto, identificada pela estaca 0+0,00 PP, até o fim da rua, identificada pela estaca 6+17,63 PF, numa extensão de 137,63 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 825,78 m² (oitocentos e vinte e cinco metros quadrados e setenta e oito décimos quadrados) ao custo total orçado em R\$ 190.277,53 (cento e noventa mil e duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 395/2020

Publicação Nº 2528004

LEI COMPLEMENTAR N.º 395/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA POMERÂNIA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Pomerânia, início interseção com a Rua Frederico Weege, identificada pela estaca 0+0,00 PP, até a interseção com a Rua Ribeirão Areia, identificada pela estaca 55+12,00 PF, numa extensão de 1.112,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 10.564,00 m² (dez mil, quinhentos e sessenta e quatro metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 2.326.553,87 (dois milhões e trezentos e vinte e seis mil e quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 396/2020

Publicação Nº 2528005

LEI COMPLEMENTAR N.º 396/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS ATIRADORES T04.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua dos Atiradores T04, início próximo à residência nº 5959, identificada pela estaca 177+0,00 PP, até a interseção com a Rua Albert Siewert, identificada pela estaca 255+0,00 PF, numa extensão de 1.560,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 12.480 m² (doze mil quatrocentos e oitenta metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 3.222.899,06 (três milhões e duzentos e vinte e dois mil e oitocentos e noventa e nove reais e seis centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 397/2020

Publicação Nº 2528007

LEI COMPLEMENTAR N.º 397/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA HEINRICH KANIES.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Heinrich Kanies, início na interseção com a Rua Vidal Ferreira (SC-110), identificada pela estaca 0+0,00 PP, até a residência nº 627, identificada pela estaca 41+0,00 PF, numa extensão de 820,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 6.560,00 m² (seis mil e quinhentos e sessenta metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 1.106.288,68 (um milhão e cento e seis mil e duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra

resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 398/2020

Publicação Nº 2528008

LEI COMPLEMENTAR N.º 398/2020

AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA AUGUSTO KRUEGER.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Augusto Krueger, início na interseção com a Rua Presidente Costa e Silva, identificada pela estaca 0+0,00 PP, até a residência nº 928, identificada pela estaca 44+0,00 PF, numa extensão de 896,00 metros.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 7.168,00 m² (sete mil e cento e sessenta e oito metros quadrados) ao custo total orçado em R\$ 1.267.538,69 (um milhão e duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e trinta e oito reais e sessenta e nove centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município de Pomerode, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do art. 82 da Lei Complementar Federal nº 5.172/66.

Art. 5º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Município de Pomerode notificará o contribuinte através de publicação prévia de edital contendo os seguintes requisitos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento de custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada; e

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 075/01 - Código Tributário Municipal.

§ 2º A impugnação referida no §1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

20 TERMO ADITIVO JORNAL DE POMERODE - 001/2018

Publicação Nº 2527784

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Pomerode

CONTRATADA: Jornal de Pomerode Editora Ltda.

OBJETO: É: Prestação de serviços de publicação de Leis, Atos Administrativos, pronunciamento dos vereadores e demais publicações de interesse do Poder Legislativo – Preto e Branco.

PRAZO: O prazo de execução / fornecimento dos serviços é de 12 meses e, terá vigência de 17/06/2020 à 17/06/2021, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo.

REAJUSTE: Anualmente, e havendo prorrogação de prazo contratual, os serviços contratados, sofrerão reajuste baseado no índice do INPC – IBGE.

VALOR TOTAL: R\$ 201.600,20 (Duzentos e um mi, seiscentos reais e vinte centavos).

POMERODE-SC, 10 de junho de 2020.

Jean Carlos Nicoletto
Presidente

2º TERMO ADITIVO TESTO NOTÍCIAS - 001/2018

Publicação Nº 2527789

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Pomerode

CONTRATADA: Testo Editora e Eventos Ltda.

OBJETO: É: Prestação de serviços de publicações institucionais conforme arquivo encaminhado previamente pela Câmara, requerimentos, moções, indicações, leis e demais publicações de interesse do Poder Legislativo – colorido; Publicação das sessões legislativas da Câmara

Mirim em Preto e Branco

PRAZO: O prazo de execução / fornecimento dos serviços é de 12 meses e, terá vigência de 17/06/2020 à 17/06/2021, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo.

REAJUSTE: Anualmente, e havendo prorrogação de prazo contratual, os serviços contratados, sofrerão reajuste baseado no índice do INPC – IBGE.

VALOR TOTAL: R\$ 142.894,22 (Cento e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos).

POMERODE-SC, 10 de junho de 2020.

Jean Carlos Nicoletto

Presidente

Ponte Serrada

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2020 - PROCESSO 42/2020 - BRITAX

Publicação Nº 2528457

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 21.167.133/0001-46

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), EMULSÃO ASFÁLTICA E RESÍDUO DE MATERIAL BRITADO EM SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS. VALOR: R\$ 53.998,50 (cinquenta e três mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 18 de Junho de 2020 até 18 de Junho de 2021. Ponte Serrada, 18 de Junho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2455, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527466

DECRETO Nº 2455, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Insere o item que especifica no Decreto Municipal nº 2453/2020, que disciplina o retorno das atividades das empresas de transporte coletivo urbano no Município de Porto Belo, em virtude do enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Insere o art. 2º-A ao Decreto Municipal nº 2453, de 10 de junho de 2020, com a seguinte redação:

Art. 2º-A Será obrigatório o uso de cartão fácil, como medida de prevenção para a propagação do vírus, que será fornecido de forma gratuita pela empresa, podendo ser recarregado, preferencialmente, nas agências da Praiana no Terminal ou nos locais indicados pela empresa.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 2453, de 10 de junho de 2020, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2456, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527467

DECRETO Nº 2456, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Altera o dispositivo que menciona do Decreto Municipal nº 2237/2019.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 2237, de 18 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica nomeada a servidora pública municipal Roselis Regis para exercer a função de Secretária da Junta Administrativa de Recurso de Infrações - JARI, em conformidade com o artigo 13, § 2º e seguintes, da Lei Municipal nº 1705/2009.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 2237, de 18 de outubro de 2019, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2461, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527468

DECRETO Nº 2461, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Estabelece medidas Administrativas para o controle da despesa pública com folha de pagamento dos servidores decorrentes do enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento à epidemia da COVID-19;

Considerando o Decreto Municipal nº 2385, de 19 de março de 2020, que declarou situação de emergência em saúde pública no âmbito do Município de Porto Belo, em função do risco de surto do Novo Coronavírus - CONVID-19;

Considerando a necessidade imprescindível do equilíbrio fiscal das contas públicas em 2020, tanto as do sistema orçamentário, como as do sistema financeiro, e;

Considerando, a evidente tendência de queda da atividade econômica e da arrecadação municipal, em decorrência das restrições impostas para conter o avanço da pandemia do CORONAVÍRUS (COVID-19), DECRETA:

Art. 1º Ficam adotadas, através deste Decreto, medidas Administrativas para o controle da despesa pública com folha de pagamento dos servidores decorrentes do enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Os pagamentos referentes às gratificações elencadas no inciso IX do artigo 61 da Lei Municipal nº 718, de 31 de maio de 1993 (Estatuto do Servidor), a partir do apontamento da folha o período compreendido entre 16 de junho e 15 de setembro de 2020, serão pagos na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto em lei.

§ 1º Se enquadram neste artigo:

I - Gratificação pelo exercício de função de pregoeiro;

II - Gratificação pelo exercício de função de presidente e membros de comissões;

III - Gratificação por exercício de função designada pelo Poder Executivo.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica as Comissões cujos integrantes sejam integralmente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Ficam suspensas a conversão em pecúnia do abono de férias, bem como o pagamento de horas extras sem autorização do chefe imediato e justificativa.

Art. 4º O disposto neste Decreto se aplica durante o período de 90 (noventa dias), podendo ser prorrogado, caso haja necessidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo correspondente ao apontamento da folha o período compreendido entre 16 de junho e 15 de setembro de 2020.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2897, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527473

LEI MUNICIPAL Nº 2897, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Reconhece a Corvina como Peixe Símbolo de Porto Belo. Autor: Vereador Marcos Venicius Marques.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Reconhece a Corvina como peixe símbolo de Porto Belo.

Art. 2º Terá como objetivo do município de Porto Belo, divulgar e incentivar a corvina como produto de consumo.

Parágrafo Único. Poderá contes no roda pé dos órgãos institucionais a frase "Coma Corvina é saúde na Mesa".

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/2020

Publicação Nº 2527634

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 077/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA XAP COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2020 - MULTIENTIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO nº 082/2020

Aos 08 dias do mês de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para Aquisição de pneus constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa XAP COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – ME, CNPJ/MF 09.072.808/0001-59, sediada na Av. General Osório, nº 1127-D, bairro Centro, município de Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89.802-210, telefone (49) 3319-0800, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade até 31 de dezembro de 2020, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sra. Danieli Trento Gonsales (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 034/2020 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº 082/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Pneus constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2020 – MULTIENTIDADE e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
06	PNEU 275/80 R 22,5 RADIAL 16 LONAS BORRACHUDO CANAVIEIRO DESENHO PRÓPRIO DA BANDA DE RODAGEM PARA RODAS DE TRACÇÃO E USO EM PISO MISTO (ASFALTO E TERRA), BANDAS CONFORME PIRELLI TG 85, FIRESTONE T 831, MICHELIN XDY2 OU SIMILAR	APOLLO ENDUTRAX MD	UN	10	1.810,00	18.100,00
07	PNEU 295/80 R 22,5 RADIAL 16 LONAS, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM PRÓPRIO PARA RODAS DIRECIONAIS E USO EM PISO MISTO (ASFALTO E TERRA), BANDAS CONFORME, FIRESTONE T 819, MICHELIN XDY2 OU SIMILAR	APOLLO ENDUTRAX MA	UN	10	1.801,00	18.010,00

08	PNEU 295/80 R 22,5 RADIAL 16 LONAS BORRACHUDO CANAVIEIRO DESENHO PRÓPRIO DA BANDA DE RODAGEM PARA RODAS DE TRACÇÃO E USO EM PISO MISTO (ASFALTO E TERRA), BANDAS CONFORME PIRELLI TG 85, FIRESTONE T 831, MICHELIN XDY2 OU SIMILAR	APOLLO ENDUTRAX MD	UN	10	1.846,82	18.468,20
10	PNEU DIAGONAL 1400 R 24 16 LONAS - PROFUNDIDADE MINIMA DOS SULCOS 24 MM, CLASSIFICAÇÃO G2/L2 DESENHO DE BANDA DE RODAGEM CONFORME FIRESTONE SGG ROAD BUILDER, PIRELLI PN 14 OU SIMILAR	SUPERGUIDER G2/L2	UN	10	2.100,00	21.000,00
11	PNEU DIAGONAL 17,5 R 25 16 LONAS - PROFUNDIDADE MINIMA DOS SULCOS 24,9 MM, CLASSIFICAÇÃO L3, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME FIRESTONE SRG LOADER DOZER OU SIMILAR	SUPERGUIDER L3/E3	UN	10	2.870,00	28.700,00
15	PNEU DIAGONAL 12.5 80 R 18, 12 LONAS, PARA USO EM EIXOS DIRECIONAIS DE TRACÇÃO, CLASSIFICAÇÃO R4, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM CONFORME GOOD YEAR SURE GRIP LUG OU SIMILAR.	SUPERGUIDER R4	UN	10	1.130,00	11.300,00
16	PNEU 7 50 x 16, 12 LONAS BORRACHUDO, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME FIRESTONE T 615, GOODYEAR BANDEIRANTE OU SIMILAR	GOODRIDE CL830	UN	10	530,00	5.300,00
17	PNEU 7 50 x 16, 12 LONAS LISO, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME FIRESTONE BFT 595, GOOD YEAR PAPA LÉGUA G 8 OU SIMILAR	GOODRIDE CR832	UN	15	515,00	7.725,00
18	PNEU 215/75 R 17.5, BORRACHUDO, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME GOOD YEAR G 665 OU SIMILAR	LINGLONG KTD303	UN	10	760,00	7.600,00
19	PNEU 215/75 R 17.5, LISO, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME GOOD YEAR G 665 OU SIMILAR	X-BRI ECOPLUS A2	UN	10	659,00	6.590,00
20	PNEU 185 R 14C RADIAL, PROFUNDIDADE MINIMA DOS SULCOS 7 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME FIRESTONE CV 2000, GOOD YEAR G 32 OU SIMILAR	X-BRI CARGOPLUS	UN	10	324,00	3.240,00
21	PNEU 165/70 R 13, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	APOLLO AMAZER	UN	15	190,00	2.850,00
22	PNEU 175/70 R 13, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	TORNEL CLASSIC	UN	15	180,00	2.700,00

23	PNEU 185/65 R 14, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	APOLLO AMAZER	UN	15	235,00	3.525,00
24	PNEU 175/65 R 14, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	APOLLO AMAZER	UN	10	215,00	2.150,00
25	PNEU 185/70 R 14, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	APOLLO AMAZER	UN	15	260,00	3.900,00
26	PNEU 185/60 R 14, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	ROADKING ARGOS TOUR	UN	15	220,00	3.300,00
27	PNEU 175/70 R 14, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL.	APOLLO AMAZER	UN	15	240,00	3.600,00
29	PNEU 195/65 R 15 DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	ROADKING ARGOS TOUR	UN	10	263,00	2.630,00
30	PNEU 195/60 R 15, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	ROADKING ARGOS TOUR	UN	15	275,00	4.125,00
31	PNEU 185/65 R 15, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	ROADKING ARGOS TOUR	UN	15	245,25	3.678,75
32	PNEU 185/60 R 15, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	ROADKING ARGOS TOUR	UN	10	240,00	2.400,00
34	PNEU 225/70 R 15, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	GOODRIDE SU318	UN	10	460,00	4.600,00
36	PNEU 225/75 R 16 DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	ROADKING ARGOS AT08	UN	15	478,00	7.170,00
38	PNEU 215/65 R 16, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	X-BRI ECOLOGY	UN	15	336,00	5.040,00
39	PNEU 205/75 R16 C, RADIAL, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	ROADKING TRANSPORTER	UN	15	425,00	6.375,00
41	PNEU 235/70 R 16, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	X-BRI FORZA HT	UN	15	450,00	6.750,00
43	PROTETOR DE CAMARA ARO 1000 R 20	WESTLAKE	UN	20	43,00	860,00
44	CÂMARA PNEUMÁTICA ARO 1000 R 20	BRANSALES	UN	20	90,00	1.800,00
50	CAMARA PNEUMÁTICA ARO 16	BRANSALES	UN	20	42,00	840,00

Valor total: R\$ 214.326,95 (Duzentos e quatorze mil trezentos e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1 – O objeto ora contratado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE, nas quantidades determinadas, através da Autorização de Fornecimento, em até 05 (cinco) dias consecutivos após a solicitação, sendo que sua totalidade poderá ser retirada até 31/12/2020;

3.2 – É de total de responsabilidade da contratada a entrega do item já com frete incluso no valor proposto, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos ou na sede da Secretaria Municipal da Educação;

3.3 – O Município se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.4 - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;

3.5 – A contratada ficará obrigada aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum

direito à indenização.

3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31/12/2020.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 034/2020 – Multientidade, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 034/2020 – Multientidade, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 08 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	XAP COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – ME FORNECEDOR
---	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/2020

Publicação Nº 2527641

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 078/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA., NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2020 - MULTIENTIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO nº 082/2020

Aos 08 dias do mês de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para Aquisição de pneus constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, CNPJ/MF 88.197.330/0001-60, sediada na Avenida Sete de Setembro, nº 236, bairro Centro, município de Tapejara, estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.950-000, telefone (54) 3344-1174, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade até 31 de dezembro de 2020, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Sirinei Panizzon (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 034/2020 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº 082/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Pneus constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2020 – MULTIENTIDADE e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	PNEU 1000 R 20 RADIAL 16 LONAS - PROFUNDIDADE MINIMA DOS SULCOS 15,5 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM PRÓPRIO PARA RODAS DIRECIONAIS E USO EM PISO MISTO (ASFALTO E TERRA), BANDAS CONFORME PIRELLI FG 85, GOOD YEAR G 386, FIRESTONE T 819 OU SIMILAR	Goodyear/G386	UN	20	1.684,00	33.680,00
02	PNEU 1000 R 20 RADIAL 16 LONAS BORRACHUDO CANAVIEIRO - PROFUNDIDADE MINIMA DOS SULCOS 23,1 MM DESENHO PRÓPRIO DA BANDA DE RODAGEM PARA RODAS DE TRACÇÃO E USO EM PISO MISTO (ASFALTO E TERRA) BANDAS CONFORME PIRELLI TG 85, FIRESTONE T 831, MICHELIN XDY2 OU SIMILAR	Goodyear/ArmormaxMSD	UN	20	1.979,00	39.580,00
05	PNEU 275/80 R 22,5 RADIAL 16 LONAS - DESENHO DA BANDA DE RODAGEM PRÓPRIO PARA RODAS DIRECIONAIS E USO EM PISO MISTO (ASFALTO E TERRA), BANDAS CONFORME PIRELLI TG 85, FIRESTONE T 819, MICHELIN XDY2 OU SIMILAR	Goodyear/G386	UN	10	1.698,00	16.980,00
09	PNEU 1300 R 24 12 LONAS - PROFUNDIDADE MINIMA DOS SULCOS 22 MM	Maggion/LavoratoreG2	UN	10	1.903,00	19.030,00
12	PNEU 17.5 R 14 DIANTEIRO DE RETRO JCB 4X4	MRL/R4	UN	10	1.380,00	13.800,00
13	PNEU 19.5 L 24 10 LONAS, PROFUNDIDADE MINIMA DOS SULCOS 24,9 MM, PARA USO EM EIXOS DE TRACÇÃO TRASEIROS, CLASSIFICAÇÃO R4, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME GOOD YEAR IT 525 OU SIMILAR	Malhotra/R4	UN	10	2.350,00	23.500,00
14	PNEU 11L 16 SL, PNEU DIANTEIRO PARA RETROS CATERPILLAR 2X4	Brasplus/I1	UN	10	720,00	7.200,00
28	PNEU 235/75 R 15, DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL	Kelly/EdgeSuv	UN	10	419,00	4.190,00
42	PNEU 265/65 R 17 AL TERRAIN 50% TERRA 50% ASFALTO	Goodyear/WranglerARm	UN	15	635,00	9.525,00
45	PROTETOR DE CAMARA ARO 24	Carreteiro/ARo24	UN	20	49,00	980,00
46	CÂMARA PNEUMÁTICA ARO 24	Magnum/Tr218	UN	20	174,00	3.480,00
47	PROTETOR DE CAMARA ARO 25	Carreteiro/ARo25	UN	20	125,00	2.500,00
48	CÂMARA PNEUMÁTICA ARO 17.5 R 25	Magnum/Trj1175c	UN	20	204,00	4.080,00
49	CÂMARA PNEUMÁTICA ARO 19.5 R 24	MAGnum/Tr218	UN	20	238,00	4.760,00

Valor total: R\$ 183.285,00 (Cento e oitenta e três mil duzentos e oitenta e cinco reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 3.1 – O objeto ora contratado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE, nas quantidades determinadas, através da Autorização de Fornecimento, em até 05 (cinco) dias consecutivos após a solicitação, sendo que sua totalidade poderá ser retirada até 31/12/2020;
- 3.2 – É de total de responsabilidade da contratada a entrega do item já com frete incluso no valor proposto, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos ou na sede da Secretaria Municipal da Educação;
- 3.3 – O Município se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;
- 3.4 - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;
- 3.5 – A contratada ficará obrigada aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.
- 3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:
- 3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- 3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

- 5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

- 5.2. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

- 6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

- 6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

- 6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

- 6.4. Os preços serão fixos e irreajustáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

- 6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

- 6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31/12/2020.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.
- 8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.
- 8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a

finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 034/2020 – Multientidade, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente

justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 034/2020 – Multientidade, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 08 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA FORNECEDOR
---	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 079/2020

Publicação Nº 2527643

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 079/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA LUDA PNEUS LTDA – ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2020 - MULTIENTIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO nº 082/2020

Aos 08 dias do mês de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para Aquisição de pneus constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa LUDA PNEUS LTDA – ME, CNPJ/MF 20.122.244/0001-54, sediada na Rua Olavo Bilac, nº 123, bairro Cidade Alta, município de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.700-000, telefone (54) 3055-2004, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade até 31 de dezembro de 2020, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sra. Marcela Cecon (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 034/2020 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº 082/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Pneus constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2020 – MULTIENTIDADE e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
51	CAMARA PNEUMÁTICA ARO 15	QBOM	UN	20	50,00	1.000,00

Valor total: R\$ 1.000,00 (hum mil reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1 – O objeto ora contratado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE, nas quantidades determinadas, através da Autorização de Fornecimento, em até 05 (cinco) dias consecutivos após a solicitação, sendo que sua totalidade poderá ser retirada até 31/12/2020;

3.2 – É de total de responsabilidade da contratada a entrega do item já com frete incluso no valor proposto, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos ou na sede da Secretaria Municipal da Educação;

3.3 – O Município se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.4 - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;

3.5 – A contratada ficará obrigada aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31/12/2020.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 034/2020 – Multientidade, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 034/2020 – Multientidade, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 08 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	LUDA PNEUS LTDA – ME FORNECEDOR
---	------------------------------------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 080/2020

Publicação Nº 2527699

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 080/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA COMERCIAL AGROPECUARIA DO VALE LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020
Processo LICITATÓRIO nº 089/2020

Aos 09 dias do mês de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de medicamentos veterinários constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa COMERCIAL AGROPECUARIA DO VALE LTDA, CNPJ/MF 79.410.395/0001-50, sediada na Rua Sete de Setembro, nº 777, CEP 89.400-000, município de Porto União, estado de Santa Catarina, telefone (42) 3522-1999, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade até 31/12/2020, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sra. Sirlene Zeizer, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 037/2020 e seus Anexos, Processo nº 089/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos veterinários constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Acepromazina 1,0g Veículo Q.S.P 100ml	ACEPRAN	FRA	20	38,00	760,00
02	Acepromazina 1,0g Veículo Q.S.P 100,0ml	ACEPRAN	FRA	20	33,30	666,00
03	Ampicilina Anidra 10g Colistina (Sulfato) 25.000.000ui De-xametasona (Acetato) 25mg Veículo Q.S.P 100ml	AGROPLUS	FRA	20	48,50	970,00
04	Água Oxigenada 100ml	SANOBIOL	UN	20	6,00	120,00
06	Amoxicilina (Trihidratada) 15,G Veículo Q.S.P 100,0ml	CLAMOXYL 50 ML	FRA	20	52,00	1040,00
08	Cloridrato De Lidocaína 2,0g Epinefrina 2,0mg Veículo Q.S.P 100,0ml	ANESTEX FAGRA 50 ML	FRA	20	9,50	190,00
10	Clotrimazol 1,000g Gentamicina (Sulfato) 0,846g Betametasona (Valerato) 0,151g Benzocaína 2,000g Excipiente Q.S.P 100,000g	AURIVET 13GR	BIS	20	50,00	1000,00
11	Diminazeno Diaceturato 1,4g Antipirina 7,5g Veículo Q.S.P 100,0ml	BABECID CAES 10 ML	FRA	20	13,50	270,00
19	Pamoato De Pirantel 144mg Praziquantel 50mg Excipiente Q.S.P 660mg	CIUREX FAGRA 4 COMP	EMB	20	7,50	150,00
21	Glicosamina 300g/Kg Manganês 5.230mg/Kg Sulfato De Condroitina 200g/Kg Vitamina C 50g/Kg	CONDROITINA 60 COMP	EMB	20	64,00	1280,00
23	Dexametasona 0,5mg Excipiente Q.S.P 190mg	DEXAGARD 20 COMP	EMB	20	8,00	160,00
28	Dipirona Sódica 50,0g Água Destilada Q.S.P 100,0ml	FEBRAX INJ	FRA	20	12,00	240,00
30	Flumetasona 0,5mg Veículo Q.S.P 1,0ml	FLUCORTAN 10 ML	FRA	20	11,00	220,00
32	Gaze Pacote Com 10und 100% Algodão 11 Fios Cm² 5 Dobras 14x28cm	CREMER	EMB	20	4,50	90,00

33	Gentamicina (Como Sulfato) 40mg Veículo Q.S.P 1ml	GENTATEC INJ 100 ML	FRA	20	25,00	500,00
34	Ácido Aspártico (Mín.) 3.655,2mg Ácido Glutâmico (Mín.) 13,307mg Ácido Nicotínico (Mín.) 1.840mg Alanina (Mín.) 8.266,2mg Arginina (Mín.) 3.118mg Betaína (Mín.) 10,68g Cinarina (Mín.) 4,29mg Cisteína (Mín.) 205mg Colina (Mín.) 20,8g Extrato De Alcachofra (Mín.) 803,7mg Fenilalanina (Mín.) 1.553,5mg Frutose (Mín.) 9.800mg Glicina (Mín.) 18,075g Glicose (Mín.) 201,953g Histidina (Mín.) 1.876,6mg Inositol (Mín.) 2.392mg Isoleucina (Mín.) 826,9mg L-Carnitina (Mín.) 12,2g Glutamina (Mín.) 6.636mg Leucina (Mín.) 2.551mg Lisina (Mín.) 13,322g Maltodextrina (Mín.) 34,959g Metionina (Mín.) 14,455g Nucleotídeos (Mín.) 26,33mg Pantotenato De Cálcio (Mín.) 1.739mg Prolina (Mín.) 10,49mg Serina (Mín.) 509,4mg Taurina (Mín.) 4.996,2mg Tirosina (Mín.) 540,5mg Treonina (Mín.) 174,4mg Triptofano (Mín.) 188mg Valina (Mín.) 1.672,7mg Vitamina B1 (Mín.) 2.240mg Vitamina B12 (Mín.) 17.551mcg Vitamina B6 (Mín.) 1.678mg Vitamina C (Mín.) 2.234mg	GLICOPAN GOLD 30 ML	FRA	20	30,00	600,00

35	Acido Folico (Mín.) 12,031 G Acido Nicotinico (Mín.) 2.645 Mg Cobalto (Mín.) 105 Mg Cobre Quelatado (Mín.) 552 Mg Extrato De Mirtilo (Mín.) 100 Mg Ferro Quelatado (Mín.) 6.002 Mg Flavonoides (Mín.) 10 Mg Frutose (Mín.) 73,686 G Glicose (Mín.) 63,902 G Maltodextrina (Mín.) 66,499 G Pantotenato De Calcio (Mín.) 2.620 Mg Polifenóis (Mín.) 10 Mg Vitamina B1 (Mín.) 3.308 Mg Vitamina B12 (Mín.) 36.024 Mcg Vitamina B2 (Mín.) 3.307 Mg Vitamina B6 (Mín.) 2.674 Mg Vitamina C (Mín.) 5.000 Mg Vitamina K3 (Mín.) 556 Mg Zinco Quelatado (Mín.) 5.507 Mg	HEMOLITAN GOLD	FRA	20	35,00	700,00
37	10% Iodopolividona Que Equivale A 1% De Iodo Ativo	DIODEINE 100 ML	FRA	20	27,00	540,00
40	Luva Descartável Caixa C/ 100pcs – Tamanho G Caixa Com 100 Und	SUPERMAX	CX	20	59,90	1198,00
44	Acetil D-L-Metionina 5,00g Cloreto De Colina 2,00g Cloridrato De Tiamina 1,00g Cloridrato De Piridoxina 0,04g Riboflavina 0,02 Nicotinamida 0,50g Panteonato De Cálcio 0,20g Cloridrato De L-Arginina 0,60g Glicose 20,00g Veículo Q.S.P 100ml	MERCEPTON INJ 20 ML	FRA	20	12,00	240,00
45	Enrofloxacin 2,33mg Clotrimazol 10mg Betametasona (Fosfato Sódico) 1,32mg Veículo Q.S.P 1ml	OTODEX ORAL 15 ML	FRA	20	49,00	980,00
46	Volume De 10ml 240.000ui Das Penicilinas 100mg De Estreptomicina E Diidroestreptomicina Por ML	PENTABIOTICO VETERIN	FRA	20	27,00	540,00
47	Volume De 5ml 240.000ui Das Penicilinas 100mg De Estreptomicina E Diidroestreptomicina Por ML	PENTABIOTICO VETERIN	FRA	20	20,00	400,00

48	Sulfato De Mefentermina 66,7mg Vitamina B2 (Riboflavina) 14,0mg Vitamina B6 (Piridoxina) 10,0mg Vitamina B3 (Nicotinamida) 140,0mg Glicerosfato De Cálcio 500,0mg Glicerosfato De Sódio 1000,0mg Glicerosfato De Potássio 100,0mg Glicerosfato De Manganês 50,0mg Vitamina B12 (Cianocobalamina) 480,0mg Veículo Q.S.P 100,0ml	POTENAY ORAL 120 ML	FRA	20	17,00	340,00
49	Sulfato De Mefentermina 600,0mg Vitamina B2 200,0mg Vitamina B6 500,0mg Nicotinamida 10.000,0mg Pantotenato De Cálcio 500,0mg Veículo Q.S.P 100,0ml	POTENAY INJ 10 ML	FRA	20	9,50	190,00
51	Bacillus Cereus 4,0x10 ¹¹ Ufc/Kg Bacillus Subtilis 4,0x10 ¹¹ Ufc/ Kg Enterococcus Faecium 2,0x10 ¹¹ Ufc/Kg Lactobacillus Acidophilus 2,0x10 ¹¹ Ufc/Kg Saccharomyces Cerevisiae 2,0x10 ¹¹ Ufc/Kg Vitamina A 8.500.000 Ui/Kg Vitamina D 2.000.000 Ui/Kg Vitamina E 5.000 Ui/Kg Vitamina C 5.000 Mg/Kg	PROBIOTICO PRO- LIFE P	BIS	20	29,00	580,00
52	Rifamicina 5v Sódica 10 Mg/ML	RIFOCINA 20 ML	UN	20	36,00	720,00
53	Benzoato De Benzila 8.600g Sabão Medicinal Qsp 86.000g	MATA CURA 80 GR	UN	20	6,50	130,00
56	Benzilpenicilina Procaína 10.000.000ui Benzilpenicilina Benzatina 10.000.000ui Dihidroestreptomicina (Sulfato) 20g Veículo Q.S.P 100ml	SHOTAPEN 50 ML	FRA	20	55,00	1100,00
57	Mata Bicheira – 500ml Triclorfon 2mg Praletrina 0,5mg Sulfadiazina De Prata 0,1g Alumínio 5,0g Geraniol 2,0ml Veículo Q.S.P 100ml Propelente Propano/Butano	SILVERBAC 500 ML	FRA	20	15,50	310,00
59	Sarolaner 10mg	SIMPARIC	EMB	20	140,00	2800,00
61	Sarolaner 40mg	SIMPARIC	EMB	20	175,00	3500,00
62	Sarolaner 80mg	SIMPARIC	EMB	20	210,00	4200,00

65	Dextrose Anidra 25,000g Cloreto De Sódio 2,485g Cloreto De Potássio 0,185g Cloreto De Cálcio Dihidratado 0,145g Cloreto De Magnésio Hexahidratado 0,100g Lactato De Sódio 3,370g Veículo Q.S.P 500,0ml Vitamina B12 2,000mg Veículo Q.S.P 5,000ml	POLIJET 500 ML	EMB	20	13,00	260,00
66	Monossulfiram 3,00g Dexametasona 5,00mg Sulfato De Neomicina 100.000u.I 0,15g Propionato De Sódio 3,00g Veículo Q.S.P 100,00g Propolente: Gás Butano 42g	TETISARNOL SPRAY	UN	20	50,00	1000,00
68	Permetrina 0,50g Butóxido De Piperonila 3,50g Óxido De Zinco 20,00g Veículo Aromatizado Q.S.P 100,00g	UNGUENTO 250 GR	EMB	20	30,00	600,00
70	Suspensão Contendo Vírus Da Influenza Equina Cepa / Equine/Praga/1/56,A/Equine/2/Kentucky/94, Influenza Eq/2/ South Africa 04/03 Inativados Por Betapropiolactona E Absorvidos Por Gel De Hidróxido De Alumínio.	INFLUENZA HORSE	UN	20	33,00	660,00
71	Suspensão De Vírus Modificados De Cinomose Cepa "Rockborn", "Parvovírus Cornell 916", Da Parainfluenza E "Adenovírus Canino Tipo 2" Na Forma Liofilizada, E De Uma Suspensão Inativada Pela Ação Da Betapropiolactona De Vírus Da Coronavirose Canina E Uma Solução De Bacterinas De Leptospira Canicola, L. Icterohaemorrhagiae, L. Grippothyphosa, L. Copenhageni, L. Pomona, L. Hardjo E L. Pyrogenes Inativadas Pelo Formol E Calor Que Serve De Diluente À Parcela Liofilizada	VENCOMAX 12	UN	20	11,00	220,00
72	Gentamicina (Sulfato) 0,5gr Sulfanilamida 5,0g Sulfadiazina 5,0g Ureia 5,0g Palmitato De Vitamina A 120.000ui Excipiente Q.S.P 100,0g	VETAGL&S POMADA 50	BIS	20	34,00	680,00

Valor total: R\$ 30.144,00 (trinta mil cento e quarenta e quatro reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1 - O objeto ora licitado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE, nas quantidades determinadas, através da Autorização de Fornecimento, em até 05 (cinco) dias consecutivos após a solicitação, de segunda a sexta feira em horário de expediente, a combinar, sendo que sua totalidade poderá ser retirada até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses;

3.2 – É de total de responsabilidade da proponente a entrega do item já com frete incluso no valor proposto, diretamente na sede da

Secretaria Municipal de Agricultura;

3.3 – O Município se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.4 - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;

3.5 – A contratada ficará obrigada aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal

obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 037/2020, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão 037/2020, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 09 de junho de 2020.

Eliseu Mibach MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	Comercial Agropecuária do Vale LTDA. FORNECEDOR
---	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 081/2020

Publicação Nº 2527703

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 081/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA DANIELE BURKO – ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020
Processo LICITATÓRIO nº 089/2020

Aos 09 dias do mês de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchietta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de medicamentos veterinários constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa DANIELE BURKO – ME, CNPJ/MF 10.733.468/0001-49, sediada na Rua Barão do Rio Branco, nº 117, CEP 84.560-000, município de Rio Azul, estado do Paraná, telefone (42) 3463-2438, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade até 31/12/2020, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sra. Daniele Burko, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 037/2020 e seus Anexos, Processo nº 089/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos veterinários constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
05	Algodão 500 gr	HIDRO	UN	20	25,00	500,00

07	Cloridrato De Xilazina 2,3g Veículo Q.S.P 100,0ml	ANASEDAN	FRA	20	17,99	359,80
09	Cloridrato De Lidocaína 2,0g Epinefrina 2,0mg Veículo Q.S.P 100,0ml	EVIGEST	CART	20	4,00	80,00
12	Sulfadoxina 20,00g Trimeto- prima 4,00g Veículo Q.S.P 100,00ml	BORGAL	FRA	20	55,00	1.100,00
13	Dipirona 50g Hioscina 0,4g Veículo Q.S.P 100ml	BUCOFIN	FRA	20	44,00	880,00
14	Nitenpiram 57,0mg Excipien- te Q.S.P 500,0mg	CAPSTAR	EMB	20	90,00	1.800,00
15	Nitenpiram 11,4mg Excipien- te Q.S.P 100,0mg	CAPSTAR	EMB	20	83,00	1.660,00
16	Pamoato De Pirantel 1,44g Febantel 1,50g Veículo Q.S.P 100,00ml	CHEMITAL PUPPY	FRA	20	11,40	228,00
17	Enrofloxacin 50mg Expi- ciente Q.S.P 120mg	ENRONEW	EMB	20	13,00	260,00
18	Enrofloxacin 150mg Expi- ciente Q.S.P 420mg	ENRONEW	EMB	20	32,00	640,00
20	Amoxicilina Trihidratada 14,0g Clavulanato De Potássio 3,5g Veículo Oleoso Q.S.P 100ml	CLAVACILIN	FRA	20	130,00	2.600,00
22	Ivermectina 0,4g Pamoato De Pirantel 38,3g Veículo Q.S.P 100g	MECTIMAX PLUS	BIS	20	13,00	260,00
24	Dexametasona (Fosfato Sódico) 200mg Veículo Q.S.P 100ml	DEXAFLAN	FRA	20	12,00	240,00
25	Cloridrato De Ketamina 1,16g Veículo Q.S.P 10,00ml	DOPALEN	FRA	20	30,00	600,00
26	Esparadrapo 10cmx4,5m	MISSNER	UN	20	10,00	200,00
27	Faixa 8cmx1,80m	CREMER	UN	20	3,00	60,00
29	Fio P/ Sutura – Nylon 2-0 45cm	BC SUTURE	UN	20	45,00	900,00
31	Cada 1ml Contém: Megluminato De Flunixin 91,243mg Veículo Q.S.P 1ml	UCB	FRA	20	17,50	350,00
36	Cada 100ml Contém: Vitamina B12 (Cianocobala- mina) 100,00mg Veículo Q.S.P 100,00ml	HIPOVITA	FRA	20	14,00	280,00
38	Ivermectina 12mg	IVERCANIS	EMB	20	21,00	420,00
39	Ivermectina 1%	IVERMAX	FRA	20	12,00	240,00
41	Meloxicam 2mg Excipiente Q.S.P 250mg	MELOXIVET	EMB	20	22,00	440,00
42	Meloxicam 2,0g Excipiente Q.S.P 100,0ml	MAXICAM	FRA	20	84,00	1.680,00
43	Acetilmetionina 15,00g Cloreto De Colina 10,00g Inositol 1,00g Nicotinamida 1,00g Pantotenato De Cálcio 0,50g Riboflavina (Vit B2) 0,05g Piridoxina (Vit B6) 0,25g Cianocobalamina (Vit B12) 0,005g Veículo Q.S.P 100ml	MERCEPTON ORAL	FRA	20	14,90	298,00
50	Prednisolona 0,01g Veículo Q.S.P 0,40g	CORTISOL	EMB	20	20,90	418,00
54	Cloridrato De Xilazina 2,33g Veículo Q.S.P 100ml	ANASEDAN	FRA	20	21,00	420,00

55	Shampoo Anti Pulgas 5l Cada 100ml Contém: Permetrina 1,0g Veículo Q.S.P 100,0ml	SNOUT	FRA	20	63,50	1.270,00
58	Sarolaner 5mg	SIMPARIC	EMB	20	123,90	2.478,00
60	Sarolaner 20mg	SIMPARIC	EMB	20	150,00	3.000,00
63	Sarolaner 120mg	SIMPARIC	EMB	20	290,00	5.800,00
64	Soro Fisiologico 250ml Solução De Cloreto Sódio A 0,9%	FRENEISIUS	EMB	20	4,50	90,00
67	Di-Ter-Butil Naftaleno Sulfo- nato De Sódio 0,3g Xarope De Grindelia 20,00ml Xarope De Balsamo De Tolu 20,00ml Xarope De Alcatrão 30,00ml Veículo Q.S.P 100,00ml	TOSSICANIS	FRA	20	21,50	430,00

Valor total: R\$ 30.131,80 (trinta mil cento e trinta e um reais e oitenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1 - O objeto ora licitado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE, nas quantidades determinadas, através da Autorização de Fornecimento, em até 05 (cinco) dias consecutivos após a solicitação, de segunda a sexta feira em horário de expediente, a combinar, sendo que sua totalidade poderá ser retirada até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses;

3.2 – É de total de responsabilidade da proponente a entrega do item já com frete incluso no valor proposto, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Agricultura;

3.3 – O Município se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.4 - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;

3.5 – A contratada ficará obrigada aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de

ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 037/2020, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;

i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão 037/2020, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 09 de junho de 2020.

Eliseu Mibach MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	Daniele Burko – ME FORNECEDOR
---	----------------------------------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 082/2020

Publicação Nº 2527724

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 082/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA LEANDRO LUIS DE BASTIANI – ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020
Processo LICITATÓRIO nº 092/2020

Aos 09 dias do mês de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa LEANDRO LUIS DE BASTIANI – ME, CNPJ/ MF 07.982.878/0001-19, sediada na Rodovia BR-476, nº 4831, Box 804, KM 225, bairro Ouro Verde CEP 84.600-010, município de União da Vitória, estado do Paraná, telefone (42) 3522-4313, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade até 31/12/2020, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Leandro Luís de Bastiani (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 039/2020 e seus Anexos, Processo nº 092/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	HORAS DE TORNO MECÂNICO, DE MANDRILHAMENTO E SOLDA INDUSTRIAL COM POSTERIOR USINAGEM, DESTINADOS A RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	HRS	350	64,90	22.715,00
02	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇO DE SOLDA, USINAGEM, RETÍFICA, BRUNIMENTO E TROCA DE REPAROS E RETENTORES PARA A RECUPERAÇÃO, RECONDICIONAMENTO E REFORMA DE CILINDROS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS E CONFECÇÃO DE MANGUEIRA HIDRÁULICAS DIVERSAS	HRS	350	79,25	27.737,50

Valor Total: R\$ 50.452,50 (Cinquenta mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. – A forma de execução será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 – Os serviços deverão ser prestados pelo próprio contratado de acordo com as necessidades e prioridades, imediatamente após a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos;

3.2 - Deverá ser fornecida a garantia de no mínimo 60 (sessenta) dias ao serviço executado;

3.3 – As quantidades de horas solicitadas são estimadas, sendo que serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas;

3.4 – A proponente vencedora será responsável pela retirada e devolução dos equipamentos em local indicado pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos.

3.5 – A presente contratação terá vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses.

3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de

Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o serviço seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado,

na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 039/2020, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 039/2020, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 09 de junho de 2020.

Eliseu Mibach MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	Leandro Luis de Bastiani – ME FORNECEDOR
---	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 083/2020

Publicação N° 2527728

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 083/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA SERVHITRAL SERVIÇOS HIDRÁULICOS E TRATORES LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2020
Processo LICITATÓRIO n° 092/2020

Aos 09 dias do mês de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa SERVHITRAL SERVIÇOS HIDRÁULICOS E TRATORES LTDA, CNPJ/MF 79.052.171/0001-14, sediada na Auto Via João Paulo Reolon, n° 5839, bairro Parque Industrial, CEP 84.600-000, município de União da Vitória, estado do Paraná, telefone (42) 3522-5839, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade até 31/12/2020, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Carlos Agustini (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 039/2020 e seus Anexos, Processo n° 092/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2020 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
03	HORAS DE TORNO MECÂNICO, DE MANDRILHAMENTO E SOLDA INDUSTRIAL COM POSTERIOR USINAGEM, DESTINADOS A RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	HRS	350	79,00	27.650,00

Valor Total: R\$ 27.650,00 (Vinte e sete mil seiscentos e cinquenta reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. – A forma de execução será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1 – Os serviços deverão ser prestados pelo próprio contratado de acordo com as necessidades e prioridades, imediatamente após a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos;
- 3.2 - Deverá ser fornecida a garantia de no mínimo 60 (sessenta) dias ao serviço executado;
- 3.3 – As quantidades de horas solicitadas são estimadas, sendo que serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas;
- 3.4 – A proponente vencedora será responsável pela retirada e devolução dos equipamentos em local indicado pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos.
- 3.5 – A presente contratação terá vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses.
- 3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:
- 3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- 3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

- 5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).
- 6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.
- 6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.
- 6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o serviço seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.
- 6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.
- 6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.
- 8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.
- 8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 039/2020, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 039/2020, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 09 de junho de 2020.

Eliseu Mibach MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores LTDA. FORNECEDOR
---	--

DECRETO Nº 983/2020

Publicação Nº 2527901

DECRETO Nº 983, de 17 de junho de 2020.

Altera o Artigo 2º do Decreto nº 646, de 25 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Altera o Artigo 2º do Decreto nº 646, de 25 de fevereiro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Designar como membros da Comissão:

I- Luiz Ricardo Fantin – Presidente;

II- Gisele Munhoz Pires Batista – Secretária;

III- Vinícius André Makiak – Membro;

IV- Juliane Meline Saldanha Muniz Stafin – Suplente; e

V- Amanda Tonial Schroeder – Suplente.

Art. 3º Os demais dispositivos constantes no Decreto nº 646, de 25 de fevereiro de 2019, permanecem inalterados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 984/2020

Publicação Nº 2528793

DECRETO Nº 984, de 18 de junho de 2020.
Dispõe sobre desincompatibilização de servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

CONSIDERANDO o Requerimento do servidor Vanderlei Werle;

DECRETA:

Art. 1º AFASTA VANDERLEI WERLE dos Conselhos Municipais e Fórum, abaixo relacionados, a título de "Desincompatibilização", por encontrar-se pré-candidato ao eletivo de Vereador no pleito de 2020:

- I- Conselho Municipal de Educação - CME;
- II- Conselho de Alimentação Escolar - CAE;
- III- Conselho Municipal de Cultura - CMC;
- IV- Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- V- Fórum Municipal de Educação - FME.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 068/2019

Publicação Nº 2527610

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Termo de Apostilamento ao Contrato 068/2019 – Sequencial 1.
Partes: Município de Porto União e Junckes Distribuidora Ltda.
OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Concede-se reequilíbrio financeiro para os itens:

02 – ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL 70%, passando do valor de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) para R\$ 5,12 (cinco reais e doze centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 04 de junho de 2020.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 030/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2527628

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 030/2020 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Tincar Auto Tintas LTDA.
Objeto: Aquisição de Tintas.
Valor: R\$ 11.986,05 (onze mil novecentos e oitenta e seis reais e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 009/2020 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 04 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Tincar Auto Tintas LTDA.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 031/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2527629

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 031/2020 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Via RN Tintas, Indústria e Comércio Eireli.
Objeto: Aquisição de Tintas.
Valor: R\$ 21.627,50 (vinte e um mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 009/2020 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 04 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Via RN Tintas, Indústria e Comércio Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 081/200

Publicação Nº 2527683

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 081/2020.
Partes: Município de Porto União e HOBI S/A – Mineração de Areia e Concreto.
Objeto: Aquisição de areia e pedregulho.
Valor: R\$ 319.500,00 (trezentos e dezenove mil e quinhentos reais).
Vigência: até 31 de dezembro de 2020.
Base legal: Pregão Presencial 035/2020 – MULTIENTIDADE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 04 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
HOBI S/A – Mineração de Areia e Concreto.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 082/2020

Publicação Nº 2527575

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 082/2020.
Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.
Objeto: Fornecimento de passagens interestaduais e intermunicipais para os pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.
Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 008/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Viação Ouro e Prata S.A.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 083/2020

Publicação Nº 2527579

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 083/2020.
Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.
Objeto: Fornecimento de 1.000 (hum mil) passagens para os pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.
Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 009/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Bitur Transportadora Turística Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 084/2020

Publicação Nº 2527692

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 084/2020.
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia LTDA.
Objeto: Contratação de serviço de recarga de toners.
Valor: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 036/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Fênix Informática e Telefonia LTDA.
Contratada.

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 003/2020

Publicação Nº 2528634

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 116/2020.
Extrato de Edital de Credenciamento 003/2020.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que estará recebendo a documentação para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNOSE EM ANÁLISES CLÍNICAS A NÍVEL AMBULATORIAL, BASEADOS NA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE EXAME LABORATORIAL PARA DETECÇÃO DO COVID-19. Os interessados deverão dirigir-se ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, a partir do dia 19 de junho de 2020 até o dia 20 de julho de 2020 às 09h00min, sendo que nesta data será realizada a sessão pública para análise da documentação dos interessados, sita à Rua Padre Anchieta, n.º 126, centro do Município de Porto União – SC ou entrar em contato pelo fone/fax (42) 3523-1155, e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br ou licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União - SC, 18 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 047/2020

Publicação Nº 2528637

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 117/2020.
Extrato de Edital de Pregão Presencial 047/2020 – Exclusiva – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCÓPIA. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 02 de julho de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2527631

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 016/2020 – EDUCAÇÃO.
Pregão Presencial 009/2020.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Via RN Tintas, Indústria e Comércio Eireli e Tincar Auto Tintas LTDA.
Porto União SC, 04 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 034/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2527648

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 082/2020 – Registro de Preços – MULTIENTIDADE.
Pregão Presencial 034/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas LUDA PNEUS LTDA – ME, COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA e XAP COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – ME.
Porto União SC, 08 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 035/2020 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2527687

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 086/2020.
Pregão Presencial 035/2020 – MULTIENTIDADE.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa HOBI S/A – Mineração de Areia e Concreto.
Porto União SC, 04 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 036/2020

Publicação Nº 2527696

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 087/2020.
Pregão Presencial 036/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda.
Porto União SC, 08 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 037/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2527713

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 089/2020 – Registro de Preços.
Pregão Presencial 037/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Daniele Burko – ME e Comercial Agropecuária do Vale LTDA.
Porto União SC, 09 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 039/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação N° 2527730

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 092/2020 – Registro de Preços.

Pregão Presencial 039/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

Termo de Homologação e Adjudicação.

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Leandro Luis de Bastiani – ME e Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores LTDA.

Porto União SC, 09 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 070/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 2527603

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obra nº 070/2019 - EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e José Lucas Moreira Empreendimentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Prorroga-se o prazo para a execução da obra por 30 (trinta) dias, a contar de 21/06/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o prazo de vigência do aludido contrato superior por 90 (noventa) dias, a contar de 26/06/2020.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 08 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

José Lucas Moreira Empreendimentos.

Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 082/2020

Publicação N° 2527624

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 082/2020.

Partes: Município de Porto União e Viação Ouro e Prata S.A.

CLÁUSULA SEGUNDA – BASE LEGAL

Onde se lê:

O presente contrato é assinado baseado no art.25 da Lei 8.666/93, do Processo Licitatório 099/2020, Inexigibilidade de Licitação 009/2020.

Leia-se:

O presente contrato é assinado baseado no art.25 da Lei 8.666/93, do Processo Licitatório 099/2020, Inexigibilidade de Licitação 008/2020.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 12 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Viação Ouro e Prata S.A.

Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 364/2019

Publicação N° 2527589

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 364/2019.

Partes: Município de Porto União e Eletro Zagonel LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 61.752,00 (sessenta e um mil setecentos e cinquenta e dois reais), referente ao item:

ITEM	PRODUTO	QTDE LICITADA	QTDE A ADITAR	EQUIVALENTE
01	FORNECIMENTO DE LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED; potencia máxima declarada: 150W; tensão: bivolt automática; fator de potencia igual ou superior a 0,92 e THDi menor que 10%, conforme Portaria nº 20 do Inmetro; Com base para rele a mesma quantidade de reles a de luminárias . Fluxo luminoso: igual ou maior que 18.750 lumens; Eficiência energética: igual ou maior que 125lm/w; Temperatura da cor; 5000k, podendo ter uma variação de 3% (três partes de cem); Índice de reprodução de cor: igual ou maior que 70%; Classificação das distribuições da intensidade luminosa: tipo II, média; Controle de intensidade luminosa: totalmente limitada ou limitada, conforme Portaria nº 20 do Inmetro de 15 de fevereiro de 2017; vida útil de 50.000 horas; comprovado com laudo LM80 ou consulta ao site do inmetro; grau de proteção contra agua e poeira: IP66 para o conjunto óptico e alojamento do driver; grau de proteção contra impactos mecânicos: IK08 ou superior, com vidro de proteção; corpo alumínio injetado; incorporado a luminária, acabamento em pintura eletrostática epóxi na cor cinza; acesso ao compartimento do driver; base para fixação adaptável para instalação em ponta de braço o poste, na medida de 48,3mm a 60,5mm. Apresentar carta de garantia de 05 (cinco) anos assinado pelo fabricante. As luminárias deverão ser certificadas/homologadas pelo Inmetro, conforme portaria nº 20, de 15 de fevereiro de 2017.	375	93	24,8 %

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Eletro Zagonel LTDA.

Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 365/2019

Publicação Nº 2527616

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 365/2019.

Partes: Município de Porto União e Nexo Soluções Inteligentes LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 22.471,90 (vinte e dois mil quatrocentos e setenta e um e noventa centavos), referente ao item:

ITEM	PRODUTO	QTDE LICITADA	QTDE A ADITAR	EQUIVALENTE
01	FORNECIMENTO DE LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED; potencia máxima declarada: 150W; tensão: bivolt automática; fator de potencia igual ou superior a 0,92 e THDi menor que 10%, conforme Portaria nº 20 do Inmetro; Com base para rele a mesma quantidade de reles a de luminárias . Fluxo luminoso: igual ou maior que 18.750 lumens; Eficiência energética: igual ou maior que 125lm/w; Temperatura da cor; 5000k, podendo ter uma variação de 3% (três partes de cem); índice de reprodução de cor: igual ou maior que 70%; Classificação das distribuições da intensidade luminosa: tipo II, média; Controle de intensidade luminosa: totalmente limitada ou limitada, conforme Portaria nº 20 do Inmetro de 15 de fevereiro de 2017; vida útil de 50.000 horas; comprovado com laudo LM80 ou consulta ao site do inmetro; grau de proteção contra agua e poeira: IP66 para o conjunto óptico e alojamento do driver; grau de proteção contra impactos mecânicos: IK08 ou superior, com vidro de proteção; corpo alumínio injetado; incorporado a luminária, acabamento em pintura eletrostática epóxi na cor cinza; acesso ao compartimento do driver; base para fixação adaptável para instalação em ponta de braço o poste, na medida de 48,3mm a 60,5mm. Apresentar carta de garantia de 5 (cinco) anos assinado pelo fabricante. As luminárias deverão ser certificadas/homologadas pelo Inmetro, conforme portaria nº 20, de 15 de fevereiro de 2017.	125	31	24,8 %

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.



Porto União SC, 10 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal
Contratante.
Nexo Soluções Inteligentes LTDA.
Contratada.

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2020

Publicação Nº 2527570

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Repasse e Rateio nº 007/2020.
Partes: Município de Porto União e Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E FORMA DE REPASSE
Adita-se o valor de R\$ 14.457,60 (trinta e nove mil setecentos e oitenta reais) ao aludido contrato superior, para aquisição de máscaras PFF2, devido à pandemia do COVID-19.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 10 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal
Contratante.
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC.
Contratada.

EXTRATO DE SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 113/2015

Publicação Nº 2527734

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 113/2015.
Partes: Município de Porto União e Scheila Mara Weiller Antunes de Lima – Eireli.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
Prorroga-se em 12 (doze) meses o aludido contrato superior, nos termos do Art. 57, § 4º da Lei 8.666/1993, a contar de 11/06/2020, podendo ser rescindido a qualquer tempo em caso de homologação de processo licitatório referente a este serviço.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 10 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal
Contratante.
Scheila Mara Weiller Antunes de Lima – Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2020

Publicação Nº 2527563

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 003/2020.
Partes: Município de Porto União e Base Ambiental Engenharia e Meio Ambiente Ltda.
CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO
Prorroga-se o prazo da etapa 02, até a data de 12/06/2020 para conclusão das medições por topógrafo.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 04 de junho de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal
Contratante.
Base Ambiental Engenharia e Meio Ambiente Ltda.
Contratada.

PORTARIA AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO 007/2020 - IMPRESS

Publicação Nº 2528581

PORTARIA Nº 007/2020/IMPRESS, de 16 de junho de 2020.

Deferir a Averbação de Tempo de Contribuição junto ao INSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

- Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, protocolo sob o nº 19023030.1.00161/20-3, NIT 1115506649-3, datada de 22/05/2020, de TÂNIA REGINA SWIRSKI DUVOISIN, cargo Agente de Serviços Públicos, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, junto ao Município de Porto União, do período correspondente a 3.809 (três mil oitocentos e nove) dias, correspondendo a 10 (dez) anos, 05 (cinco) meses e 09 (nove) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento

11/02/1992 a 23/04/1998	Município de Porto Vitória	06 anos 02 meses 13 dias
17/03/1999 a 30/06/1999	Secretaria de Estado da Educação	00 anos 03 meses 14 dias
21/09/2001 a 20/12/2001	Município de Porto União	00 anos 03 meses 00 dias
15/08/2002 a 13/09/2002	Município de Porto União	00 anos 00 meses 29 dias
06/11/2002 a 14/11/2002	Município de Porto União	00 anos 00 meses 09 dias
21/10/2003 a 13/01/2004	Supermercado Superpão Ltda	00 anos 02 meses 23 dias
04/04/2005 a 02/07/2005	Fundação Universidade do Contestado Campus Canoinhas	00 anos 02 meses 29 dias
22/09/2005 a 21/12/2005	Município de Porto União	00 anos 03 meses 00 dias
06/02/2006 a 05/06/2006	Município de Porto União	00 anos 04 meses 00 dias
06/06/2006 a 30/06/2006	Município de Porto União	00 anos 00 meses 25 dias
02/02/2011 a 07/02/2011	Fundação Universidade do Contestado	00 anos 00 meses 06 dias
01/08/2011 a 11/08/2012	Nutri Serv – Serviços em Alimentação Ltda	01 anos 00 meses 11 dias
01/03/1986 a 31/07/1987	Per. Contr. CNIS 1	01 anos 05 meses 00 dias

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

PORTARIA Nº 035/2020

Publicação Nº 2527903

PORTARIA Nº 035, de 16 de junho de 2020.

Institui Processo Administrativo com a finalidade que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Processo Administrativo com a finalidade de apurar descumprimento do Contrato nº 042/2019 - Processo Licitatório 238/2018 - Tomada de Preços 017/2018, por parte da Empresa GABRIEL AARON LUIZ EIRELI LTDA – CNPJ sob nº 24.703.351/0001-27, com relação às pendências apontadas no Relatório de Pendências - Centro Comunitário do Bairro São Pedro emitido pela Comissão de Recebimento de Obras, com aplicação de eventuais sanções cabíveis com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, caso comprovado, pelo fato acima citado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo a empresa acima, através de seu representante legal, para que acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante o mesmo.

Art. 3º Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, instituída e nomeada conforme Art. 2º

da Portaria nº 016, de 27 de abril de 2020.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2020

Publicação Nº 2527975

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2020

Dispensa a Licitação com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 em favor da Empresa BRADESCO AUTO RE COPANHIA DE SEGUROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.682.038/0001-00, sito na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, bairro Rio Comprido, Município de Rio de Janeiro – RJ, CEP 92.682.038/0001-00, para aquisição de seguro do veículo oficial da Câmara de Vereadores de Porto União, no valor total de R\$ 3.303,51 (três mil, trezentos e três reais e cinquenta e um centavos).

Porto União (SC), 15 de Junho de 2020.

Maira Teresinha Lusa
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020 MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2020

Publicação Nº 2527981

Câmara de Vereadores de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 018/2020

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n º 83.529.933/0001-06).
Contratada: BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS (CNPJ sob nº 92.682.038/0001-00).
Objeto: Contratação de empresa para prestação do seguro para o veículo oficial da Câmara de Vereadores.
Valores: R\$ 3.303,51 (três mil, trezentos e três reais e cinquenta e um centavos).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União
Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União
Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas
Complemento – 3.3.90.39.69.00.00.00 – Seguros em Geral
Foro: Comarca de Porto União (SC).
Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Sandro Luciano Calikoski
Presidente

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2020 DE 15/06/2020 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2529028

DECRETO Nº 069/2020 de 15/06/2020

Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município.

Órgão: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0025.2.035 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(5) 3.3.50.00.00.00.00 0101 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de junho de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.775/2020 DE 18/06/2020 - DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE ELEMENTOS DE DESPESA NO PLANO PLURIANUAL 2018-2021, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020 E LEI ORÇAMENTÁRIA 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2529024

LEI Nº 2.775/2020 de 18/06/2020

Dispõe sobre a inclusão de elementos de despesa no Plano Plurianual 2018-2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 e Lei Orçamentária 2020, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam incluídos no Plano Plurianual 2018-2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 e Lei Orçamentária 2020 os elementos de despesa, a saber:

14. FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR

01. FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR

Funcional: 06.181.0110.2.039 – Manutenção do Fundo de Melhoria da Polícia Militar Função: 6 – Segurança Pública

Sub-função: 181 – Policiamento

Programa: 110 – Manutenção da Segurança Pública

Projeto-Atividade: 2.039 – Manutenção do Fundo de Melhoria da Polícia Militar

Recurso: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.0130 – Aplicações Diretas

15. FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

01. FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

Funcional: 06.182.0111.2.040 – Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

Função: 6 – Segurança Pública

Sub-função: 182 – Defesa Civil

Programa: 111 – Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

Projeto-Atividade: 2.040 – Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

Recurso: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.0130 – Aplicações Diretas

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N. D/4.521/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528599

Decreto n. D/4.521/2020, de 18 de junho de 2020.

Concede o Título de Registro de Estabelecimento no Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

O Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica do Município de Presidente Castello Branco, bem como, as disposições da Lei Municipal n. 1.760/2016, de 22 de julho de 2020 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º. Concede o Título de Registro de Estabelecimento no Serviço de Inspeção Municipal – SIM, para a Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial Familiar de Presidente Castello Branco - COOPERCASTELLO, classificada como ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE PESCADO, inscrita no CNPJ n. 07.965.993/0003-47, localizada em Linha Salto da Praia, interior, no Município de Presidente Castello Branco – SC.

Art. 2º. A concessão do registro é efetuada após o cumprimento das exigências da legislação vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 18 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 18/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 596 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2529045

DECRETO Nº. 596 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

"HOMOLOGA A ESCOLHA DE TERRENOS PELOS ADQUIRENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, VI, IX, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO, que a política de desenvolvimento urbano prevista no inciso VII do artigo 150 da Lei Orgânica constitui o impulsionamento de programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população Princesense;

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 10 de 03 de maio de 2010 institui Diretrizes para a Política de desenvolvimento habitacional;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019.

CONSIDERANDO, a necessidade da Municipalidade em atender as pessoas hipossuficientes residentes no Município de Princesa, e que se inscreveram no programa habitacional em decorrência do Edital 01/2020;

CONSIDERANDO, que esgotadas as fases anteriores do edital, procedeu-se a escolha dos respectivos lotes urbanos pelos inscritos e melhor classificados.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a intenção de compra após a realização do sorteio e escolha pelos inscritos, dos seguintes terrenos urbanos, e respectivos beneficiários.

I – Matrícula 12.703 de 10.10.2014: Lote Urbano número 03 (três), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Hortênsias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Karine Ines Reichert

II – Matrícula 12.704 de 10.10.2014: Lote Urbano número 04 (quatro), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Cristiano da Silveira

III – Matrícula 12.705 de 10.10.2014: Lote Urbano número 05 (cinco), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Marina Cristina Bucgs

IV – Matrícula 12.706 de 10.10.2014: Lote Urbano número 06 (seis), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Tatiane Moraes da Silveira

V – Matrícula 12.707 de 10.10.2014: Lote Urbano número 07 (sete), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Marivane Bueno

VI – Matrícula 12.708 de 10.10.2014: Lote Urbano número 08 (oito), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Rafael Liesenfeld

VII – Matrícula 12.709 de 10.10.2014: Lote Urbano número 09 (nove), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Karine Bueno

VIII – Matrícula 12.710 de 10.10.2014: Lote Urbano número 10 (dez), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Fabiano Gilmar Dutra Martinez da Rocha

IX – Matrícula 12.711 de 10.10.2014: Lote Urbano número 11 (onze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Alessandra Kuhn

X – Matrícula 12.712 de 10.10.2014: Lote Urbano número 12 (doze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Sandra Mara dos Santos

XI – Matrícula 12.713 de 10.10.2014: Lote Urbano número 13 (treze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Jacson Delevatti

XII – Matrícula 12.714 de 10.10.2014: Lote Urbano número 14 (quatorze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Tânia Regina Hofstaetter

XIII – Matrícula 12.715 de 10.10.2014: Lote Urbano número 15 (quinze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Lissandra Kutz

XIV – Matrícula 12.716 de 10.10.2014: Lote Urbano número 16 (dezesseis), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Daiane Felisberto

XV – Matrícula 12.717 de 10.10.2014: Lote Urbano número 17 (dezessete), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Maria Justina Sberse

XVI – Matrícula 12.718 de 10.10.2014: Lote Urbano número 18 (dezoito), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Ana Caroline Diemer

XVII – Matrícula 12.719 de 10.10.2014: Lote Urbano número 19 (dezenove), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Lucas Reichert

XVIII – Matrícula 12.720 de 10.10.2014: Lote Urbano número 20 (vinte), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Elizane Aparecida da Rosa

XIX – Matrícula 12.721 de 10.10.2014: Lote Urbano número 21 (vinte e um), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Marisa Cristina Arent da Rosa

XX – Matrícula 12.722 de 10.10.2014: Lote Urbano número 22 (vinte e dois), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Marlete Bueno

XXI – Matrícula 12.723 de 10.10.2014: Lote Urbano número 23 (vinte e três), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Izael Primaz Policeno

XXII – Matrícula 12.724 de 10.10.2014: Lote Urbano número 24 (vinte e quatro), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Vanderlei Klauss

XXIII – Matrícula 12.725 de 10.10.2014: Lote Urbano número 25 (vinte e cinco), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Luciano Andre Klauss

XXIV – Matrícula 12.726 de 10.10.2014: Lote Urbano número 26 (vinte e seis), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Debora da Rosa Dias

XXV – Matrícula 12.727 de 10.10.2014: Lote Urbano número 27 (vinte e sete), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Marcio Antonio Kutz

XXVI – Matrícula 12.728 de 10.10.2014: Lote Urbano número 28 (vinte e oito), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Roberto Wuttke

XXVII – Matrícula 12.729 de 10.10.2014: Lote Urbano número 29 (vinte e nove), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Jonas Feron

XXVIII – Matrícula 12.730 de 10.10.2014: Lote Urbano número 30 (trinta), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Carine Wuttke

XXIX – Matrícula 12.731 de 10.10.2014: Lote Urbano número 31 (trinta e um), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Janieli Carine Perius Pelisser

XXX – Matrícula 12.732 de 10.10.2014: Lote Urbano número 32 (trinta e dois), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Taiana Kuntz Heckler

XXXI – Matrícula 12.733 de 10.10.2014: Lote Urbano número 33 (trinta e três), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Andre Luiz Backes

XXXII – Matrícula 12.734 de 10.10.2014: Lote Urbano número 34 (trinta e quatro), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Fabiana Kuntz

XXXIII – Matrícula 12.735 de 10.10.2014: Lote Urbano número 35 (trinta e cinco), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Fabiana dos Santos

XXXIV – Matrícula 12.736 de 10.10.2014: Lote Urbano número 36 (trinta e seis), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Carlos Pereira

XXXV – Matrícula 12.737 de 10.10.2014: Lote Urbano número 37 (trinta e sete), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Adriana Ochoa da Silveira

XXXVI – Matrícula 12.738 de 10.10.2014: Lote Urbano número 38 (trinta e oito), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: Maicon Antonio do Nascimento

Art. 2º. A administração pública municipal convocará os adquirentes pela ordem do número da matrícula do imóvel, para assinatura do CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL.

Parágrafo único. Havendo desistência pelo adquirente ou não aprovação pelo órgão financiador, o contrato será rescindido, e transferido o imóvel para o próximo inscrito.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 17 DE JUNHO 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS FMS 01.2020

Publicação Nº 2527965

Folha: 1/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Janeiro/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	T3 Total	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	15,00	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	T4 Total	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	15,00	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Creatinofosquinase (CPK)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	25,00	Un	19,50	487,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cálcio Sérico	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	30,00	Un	12,50	375,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Gram da secreção vaginal	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	15,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ASLO - Antiestreptolisina "O" (método Turbidimetria)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	18,00	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Hemoglobina Glicada	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	25,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Colesterol VLDL	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	8,50	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fósforo	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	15,00	Un	15,00	225,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ferro	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	15,00	Un	15,00	225,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Creatinina	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	550,00	Un	12,50	6.875,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	T3 livre	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	15,00	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Microalbuminúria 24 horas	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	25,00	250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A fresco da secreção vaginal	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	15,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fosfatase Alcalina	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	50,00	Un	13,50	675,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Desidrogenase Láctica	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	17,50	350,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pesquisa de sangue oculto nas fezes (Imunocromatográfico)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	50,00	Un	24,50	1.225,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fator Reumatóide (Método: turbidimetria)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	15,00	Un	20,00	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	T4 Livre	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	15,00	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Poláissio	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	13,50	270,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Prolactina	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	15,00	Un	20,00	300,00

Folha: 2/ 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Magnésio	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	12,50	125,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Transaminase Oxalacética (TGO/AST)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	200,00	Un	12,50	2.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HEMOGRAMA com histograma	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	420,00	Un	19,90	8.358,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mucoproteínas	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	19,50	195,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TAP	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	100,00	Un	18,00	1.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fator Anti Nuclear (FAN)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	19,50	390,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Leucócitos Fecais	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	5,00	Un	10,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	EPF	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	150,00	Un	8,50	1.275,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Colesterol TOTAL	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	300,00	Un	8,50	2.550,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Reticulócitos	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	12,50	125,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PSA Total e Livre	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	210,00	Un	29,90	6.279,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Gama GT	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	50,00	Un	12,50	625,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ureia	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	400,00	Un	12,50	5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Glicose Jejum	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	650,00	Un	8,50	5.525,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amilase	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	13,50	270,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tipagem Sanguínea	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	23,00	230,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Colesterol HDL	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	100,00	Un	8,50	850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Troglicérides	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	410,00	Un	10,00	4.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Micológico Direto	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	5,00	Un	15,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Teste de Gravidez (exigido que seja feito pela análise de sa	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	50,00	Un	19,50	975,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Colinesterase Plasmática	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	17,50	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Proteinúria 24 horas	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	20,00	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Teste de Hanseníase	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	29,90	299,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clearande de Creatinina (DCE)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	19,50	390,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Proteína C reativa quantitativa de alta sensibilidade	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	30,00	Un	20,00	600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Líftio	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	15,00	Un	19,50	292,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Uroculura	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	200,00	Un	15,00	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	KTTTP	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	130,00	Un	18,00	2.340,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Transaminase Pirúvica (TGP/ALT)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	200,00	Un	12,50	2.500,00

Folha: 3 / 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ácido Úrico	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	100,00	Un	10,00	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Futossamina	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	15,00	Un	19,50	292,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VHS	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	75,00	Un	9,00	675,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sódio	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	40,00	Un	13,50	540,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Exame Parcial de Urina (EQU)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	500,00	Un	15,00	7.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Coombs Indireto	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	5,00	Un	27,00	135,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Colesterol LDL	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	200,00	Un	8,50	1.700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clearance de Ureia (DUE)	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	20,00	Un	19,50	390,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pesquisa de Oxiúrios	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	10,00	Un	10,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VDRL quantitativo	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	40,00	Un	17,50	700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Antibiograma	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	200,00	Un	15,00	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ácido Valpróico + Valproato de Sódio 300 mg CR - comprimido.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	600,00	Comp	0,63	378,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clonazepam 0,5 mg - comprimidos.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	480,00	Comp	0,06	28,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Carbamazepina 200 mg - comprimidos.	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	5.000,00	Comp	0,099	495,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Biperideno, cloridrato de 2 mg - comprimidos.	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.400,00	Comp	0,178	249,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ácido Valpróico e/ou Valproato de Sódio 500 mg - comprimido.	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	2.000,00	Comp	0,42	840,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fluoxetina, cloridrato de 20 mg comprimidos.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.852.030/0001-70	4.020,00	Comp	0,06	241,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clorpromazina, cloridrato de 25 mg comprimidos.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.852.030/0001-70	400,00	Comp	0,24	96,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Citalopram 20 mg - comprimidos.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.852.030/0001-70	60,00	Comp	0,159	9,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bromazepam 3 mg - comprimidos.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.852.030/0001-70	900,00	Comp	0,07	63,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Alprazolam 0,5 mg - comprimidos.	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	480,00	Comp	0,08	38,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diazepam 10mg/2ml 2ml - injetável.	DAMEDI D'AMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	10,00	Amp	0,67	6,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Carbonato de Lítio 300 mg - comprimidos.	DAMEDI D'AMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	1.500,00	Comp	0,24	360,00

Folha: 4 / 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amantadina, cloridrato de 100 mg comprimidos.	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	200,00 Comp	0,57	114,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diltiazem, Cloridrato 30 mg - comprimido	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	990,00 Comp	0,17	168,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bromoprida 4 mg/ml 20 ml Solução Oral.	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	30,00 FR	1,03	30,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Acetato de Betametasona + Fosfato Dis. Betametasona 3mg/ml +	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	50,00 Un	5,88	294,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Digoxina 0,25 mg - comprimido.	AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	1.000,00 Comp	0,058	58,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Butilbrometo de Escopolamina 10 mg + dipirona sódica 250 mg	AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	3.000,00 Comp	0,30	900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Hidrocortisona 50 mg - comprimido.	AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	3.000,00 Comp	0,042	126,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Lancetas para dispositivo do aparelho On Call Plus	AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	3.000,00 Un	0,252	756,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diclofenaco de sódio 50 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.500,00 Comp	0,023	34,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Finasterida 5 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.140,00 Comp	0,289	329,46
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Flunarizina 10 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2.000,00 Comp	0,071	142,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Metoclopramida, cloridrato de 10mg/2ml Injetável.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	200,00 Amp	0,328	65,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Lidocaina, cloridrato 2% 30g Geléia.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	100,00 Un	2,46	246,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Paracetamol 200 mg/ml 15 ml Suspensão Oral Gotas.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	200,00 FR	0,649	129,80
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Norfloxacino 400 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.900,00 Comp	0,24	456,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Oleo Mineral 100%, uso oral adulto e pediátrico, frasco 100ml	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	50,00 FR	2,09	104,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Miconazol, nitrato 2% (20mg/g), creme tópico.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	30,00 Un	2,12	63,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cefalexina 250mg/5ml 60 ml Suspensão Oral.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00 FR	6,349	317,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Simeticona 75 mg/ml 10 ml Emulsão Oral Gotas.	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	50,00 FR	0,72	36,00

Folha: 5/ 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cilostazol 50 mg - comprimido.	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	1.680,00 Comp	0,23	386,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Brometo de ipratrópio 0.02 mg/dose + bromidrato de fenoterol.	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	60,00 FR	12,70	762,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sulfato Ferroso 40 mg -comprimido.	CIAMED- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	1.500,00 Comp	0,033	49,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Levodopa + Benserazida 100/25 mg HBS - comprimido.	CIAMED- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	2.250,00 Comp	1,335	3.003,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Paracetamol 750 mg - comprimido.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	4.000,00 Comp	0,058	232,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Xinafoato de salmeterol + Propionato de fluticasona 50mcg/2.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	20,00 FR	100,20	2.004,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consulta com especialista em pediatria com retorno	MOCELINI & POTRICH CLINICA MEDICA LTDA - EPP	22.112.674/0001-10	91,00 Un	123,33	11.223,03
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Recarga de celular	PRIMAZ, DOS SANTOS LTDA	15.280.194/0001-01	6,00 Un	20,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Taxa de fiscalização de transporte intermunicipal de passage	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	18,00 Un	130,00	2.340,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tiras teste p/ determinação de glicemia (aparelho ON CALL PI	DAMEDIDAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	8.500,00 Un	0,435	3.697,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Medidor p/ determinação de glicemia com dispo. on call plus	DAMEDIDAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	10,00 Un	31,801	318,01
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	10,00 Un	261,00	2.610,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Certificado digital modelo CertiSafe tipo e-CPF A3 em nome	HARPA TECNOLOGIA LTDA	14.030.336/0001-01	1,00 Un	175,00	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amtriptilina, cloridrato de 25 mg comprimidos.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10.000,00 Comp	0,03	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cefalexina 500 mg - capsula	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.500,00 Comp	0,28	420,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Itraconazol 100 mg - capsula	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	300,00 Comp	0,84	252,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Xinafoato de salmeterol + Propionato de fluticasona 50mcg/2.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	20,00 FR	100,20	2.004,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVONORGESTREL 0.15MG + ETINILESTRADIOL 0.03MG BLISTER COM 2	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	200,00 BLI	1,58	316,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Reagente para analise de pH - VF - 25ml	ASC SOLUCOES AMBIENTAIS INDUSTRIA E COMERCIO - EIR	21.984.423/0001-63	1,00 FR	110,00	110,00

Folha: 6 / 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Reagente para analise de Cloro Livre - 100 testes	ASC SOLUCOES AMBIENTAIS INDUSTRIA E COMERCIO - EIR	21.984.423/0001-63	1,00 cj	120,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Multa por não identificação do infrator	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL D'OESTE	82.821.174/0001-80	1,00 Un	131,46	131,46
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Multa por transitar em velocidade superior a máxima permitid	MUNICIPIO DE CHAPECO - FUMPOMPOC	83.021.808/0001-82	1,00 Un	131,46	131,46
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Multa por não identificação do infrator	MUNICIPIO DE CHAPECO - FUMPOMPOC	83.021.808/0001-82	1,00 Un	104,13	104,13
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4MG /ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	96,00 FR	0,69	66,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG EMBALAGEM PRIMARIA COM COM 10 OU 3	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	1,000,00 Comp	0,37	370,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERTRALINA 50 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	6.000,00 Comp	0,105	630,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GLIMEPIRIDA 2 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	4.350,00 Comp	0,07	304,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BROMOPRIDA 10 MG CAPSULA OU COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	800,00 Comp	0,15	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VERAPAMIL 80 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	500,00 Comp	0,105	52,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIME TROPINA	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1.000,00 Comp	0,101	101,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Prometazina 25 mg comprimido	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	400,00 Comp	0,105	42,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METILDOPA 250 M	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2.500,00 Comp	0,367	917,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ISOSSORBIDA, DINITRATO DE 10 MG COMPRIMIDO.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	600,00 Un	0,231	138,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ENALAPRIL 20 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	8.000,00 Comp	0,038	304,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DICLOFENACO SODICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML IM - EMBALAGEM FRACIO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	200,00 Amp	0,56	112,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIAZEPAM 5 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIONAVEL	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1.000,00 Comp	0,052	52,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV AMPOLA 2,5 ML -	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	120,00 Amp	0,607	72,84

Folha: 7 / 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COMPLEXO B AMPOLA 2ML EMBALAGEM FRACIONAVEL	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00	Amp	0,727	72,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Anlodipiro, Bensiato 5 mg - comprimido.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	4.000,00	Comp	0,023	92,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1.500,00	Comp	0,478	717,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALENDRONATO SÓDICO 70 MG COMPRIMIDO BLISTER COM 4 COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	400,00	Comp	0,168	67,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RENALVIT PLUS, CÁPSULAS	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	600,00	CPS	0,94	564,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	NITROFURANTOINA 100 M	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	784,00	CPS	0,268	210,11
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Enalapril 05 Mg COMPRIMIDO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	3.000,00	Comp	0,053	159,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	NIMESULIDA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 15ML	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	150,00	FR	1,499	224,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO BLISTER FRACIONAVEL CONFORME RDC	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	1.000,00	Comp	0,265	265,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METRONIDAZOL 100MG/G GELEIA VAGINAL BISNAGA 50 G COM APLICAD	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	50,00	BIS	4,00	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DOXAZOSINA 2 MG COMPRIMIDO.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	900,00	Comp	0,094	84,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COMPLEXO B COMPRIMIDO.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	2.000,00	Comp	0,033	66,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	3.600,00	Comp	0,062	223,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Aciclovir 200 mg - comprimido.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	1.500,00	Comp	0,175	262,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DICLOFENACO RESINATO 15 MG/ ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 20	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	25,00	FR	2,55	63,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLONAZEPAM 0,5 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	600,00	Comp	0,097	58,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RANITIDINA 150	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	4.000,00	Comp	0,097	388,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARISOPRODOL 125 MG + DICLOFENACO	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI -	27.860.256/0001-25	3.000,00	Comp	0,115	345,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SODICO 50 MG + PARACETAMOL	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI -	27.860.256/0001-25	500,00	Comp	0,415	207,50

Folha: 8 / 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMIODARONA 100 MG COMPRIMIDO	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI -	27.860.256/0001-25	300,00 Comp	0,39	117,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OMEPRAZOL 20 MG BLISTER COM 10 OU 14 CAPSULAS	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI -	27.860.256/0001-25	19.952,00 Comp	0,057	1.137,26	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FLUCONAZOL 150 MG CAPSULA FRACIONAVEL CONFORME RDC	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI -	27.860.256/0001-25	300,00 CPS	0,75	225,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIAZEPAM 10 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIONAVE	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI -	27.860.256/0001-25	500,00 Comp	0,079	39,50	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RISPERIDONA 2 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	900,00 Comp	0,12	108,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Propaltintrato 10 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.000,00 Comp	0,25	250,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 50	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.000,00 Comp	0,074	74,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 25	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.300,00 Comp	0,074	96,20	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	500,00 Comp	0,074	37,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVONORGESTREL 0.10MG + ETINILESTRADIOL 0.02 MG BLISTER COM	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	300,00 BLI	14,00	4.200,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	150,00 FR	1,80	270,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE 6.67 MG/ML + DIPIRONA 333,4 MG	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	50,00 FR	5,19	259,50	
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIMENIDRATO 25 MG. + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5 MG, GOTAS SO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	30,00 FR	FR	3,00	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DEXAMETASONA 1MG/G (0.1 %) CREME DERMATOGICO BISNAGA 10 GRAM	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	100,00 BIS	BIS	0,91	91,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLOMIPRAMINA 25 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	800,00 Comp	Comp	0,629	503,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMOXICILINA + CLAVULONATO POTÁSSICO 500 MG + 125 MG COMP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	672,00 Comp	Comp	0,647	434,78
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ácido Fólico 5 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.500,00 Comp	Comp	0,033	49,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML AMPOLA 1 ML - EMBALAGEM FRACIO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	15,00 Amp	Amp	5,69	85,35

Folha: 9 / 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 75	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	690,00 Comp	0,095	65,55
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VARFARINA 5 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.300,00 Comp	0,114	148,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SINVASTATINA 10	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.800,00 Comp	0,048	86,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS FRASCO 10 ML	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	50,00 FR	0,73	36,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Loratadina 1 mg/ml suspensão oral frasco com 100ml	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	50,00 FR	2,24	112,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SINVASTATINA 40	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	6.900,00 Un	0,09	621,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HALOPERIDOL 5 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	600,00 Comp	0,20	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Furosemda 40 mg - comprimido.	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	3.500,00 Comp	0,049	171,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CIPROFLOXACINO 500 MG COMPRIMIDO BLISTER FRACIONAVEL CONFORM	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	980,00 Comp	0,38	372,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AZITROMICINA 200MG/5ML PÓ SUSPENSÃO ORAL COM DILUENTE FRASCO	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	50,00 FR	5,54	277,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Atenolol 50 mg - comprimido.	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	4.800,00 Comp	0,037	177,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMOXICILINA 500 MG CAPSULA BLISTER FRACIONAVEL	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.680,00 CPs	0,29	487,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.000,00 Comp	0,179	179,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALLOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	600,00 Comp	0,079	47,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL BLISTER FRACIONAVEL	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	100,00 Comp	0,34	34,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO BLISTER FRACIONAVEL	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	300,00 Comp	0,659	197,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METOCLOPRAMIDA	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	400,00 Comp	0,079	31,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	QUETIAPINA 25 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	300,00 Comp	0,16	48,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Folha: 10/ 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Glimepirida 4 mg - comprimido.	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	600,00 Comp	0,13	78,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PAROXETINA 20 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDOS OU BLISTER FRACIO	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	7.830,00 Comp	0,207	1.620,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	IBUPROFENO GOTAS 100 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	113,00 FR	1,98	223,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG COMPRIMIDO	CIAMED- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	2.000,00 Comp	0,149	298,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL (6 DRÁGEAS CONTENDO 0,05 MG	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	113,00 BLI	6,99	789,87
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25 MG BD COMPRIMIDO	AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	65.817.900/0001-71	780,00 Comp	1,00	780,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVODOPA 200 MG + BENSERAZIDA 50 MG COMPRIMIDO	AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	65.817.900/0001-71	600,00 Comp	0,84	504,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	2.160,00 Comp	0,072	155,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDO	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	1.200,00 Comp	0,13	156,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Anlodipiro. Bensilato 2,5 mg - comprimido.	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	1.500,00 Comp	0,60	900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TOBRAMICINA 0,3% (3MG/ML) COLIRIO SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO C	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	50,00 FR	9,63	481,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO BLISTER FRACIONAVEL CONFORME RDC	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	400,00 Comp	0,119	47,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÓLEO MINERAL FRASCO 100	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	50,00 FR	1,759	87,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MICONAZOL, NITRATO DE, CREME VAGINAL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	50,00 Un	4,80	240,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE 4 MG/ML + DAPIRONA 500 MG/ML A	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	100,00 Amp	1,159	115,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLOPRIMAZINA 25 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDOS OU BLISTER FRACI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	200,00 Comp	0,198	39,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ácido acetilsalicílico 100 mg - comprimidos.	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	12.000,00 Comp	0,017	204,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLONIDINA 0,150 MG COMPRIMIDO	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	600,00 Comp	0,20	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG (EQUIVALENTE A 200MG CA++) BLISTE	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.500,00 Comp	0,041	61,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PAGAMENTO DE FRANQUIA, VEÍCULO PRISMA LT 1.0 PLACA ML7230	SACA CHAPEACAO E PINTURA LTDA	73.539.132/0001-60	1,00 Un	3.675,98	3.675,98

Folha: 11/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VALERIANA OFFICIALIS 40 MG COMPRIMIDO	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	600,00	Comp	0,413	247,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	REPELENTE COM ICARIDINA, LOÇÃO FRASCO 200 ML	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	50,00	FR	12,57	628,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MELOXICAM 15	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	1.000,00	Comp	0,089	89,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLOPIDOGREL, BISULFATO DE 75 MG COMPRIMIDO	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	1.960,00	Comp	0,245	480,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 75 MG CÁPSULAS DE LIBERAÇÃO PROLONGA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.500,00	Comp	0,495	742,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 37,5 MG CÁPSULAS DE LIBERAÇÃO PROLONGA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	300,00	Comp	0,405	121,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CODEINA 30MG + PARACETAMOL 500 MG COMPRIMIDO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.344,00	BIS	0,263	353,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Família pedagógica terapêutica c/ 16 a 12 integrantes	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	99,99	99,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Kit de animais da fazenda	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	kit	10,98	10,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Kit de ferramentas de brinquedo	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	kit	16,92	16,92
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fogão pequeno de brinquedo	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	99,99	99,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Garagem de carros pequena	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	159,93	159,93
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Posto de gasolina pequeno	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	59,94	59,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Conjunto de pincéis c/ 1m unidades	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	cj	17,71	17,71
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Arma de plástico	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	2,00	Un	14,94	29,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Casa de bonecas pequena	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	53,91	53,91
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cozinha infantil 16 peças conteudo da embalagem:	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	149,94	149,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Conjunto com 3 bonecas sortidas	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	cj	41,85	41,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Kit soldados de plástico - inclui:24 figuras de até 6,5 cm	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	kit	10,98	10,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Kit animais da fazenda com 7 peças variadas	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	kit	24,93	24,93
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Conjunto de dinossauros c/ 6 unidades	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	cj	11,97	11,97
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Espada de plástico	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	2,00	Un	9,99	19,98

Folha: 12/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bola futebol de vinil macia medidas cheia diâmetro 20 cm	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	15,93	15,93
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Saquinho com bolinhas de gude c/50 unidades	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	6,75	6,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Jogo de caratas FAÇA A FAÇE	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	22,95	22,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Jogo, "quem é você?"	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	35,91	35,91
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Jogo detetive das palavras - um excelente jogo para aprender	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	31,95	31,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Caixa de pega varetas	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	Un	1,98	1,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Kit 10 peças de carrinhos carros plásticos,	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	1,00	kit	12,96	12,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Livros diversos para colorir	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	3,00	Un	1,08	3,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tesoura escolar de ponta arredondada	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	2,00	Un	2,34	4,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tinta guache 15 ml c/12 cores Acrilex	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	2,00	Un	6,29	12,58
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Massinha de EVA 10 cores - Massa de eva para uso em artesanato	LIVRARIA E BAZAR MARKAR LTDA - ME.	85.123.149/0001-10	5,00	Un	5,94	29,70
Total Geral ---->						152.330,03	

Folha: 13/ 17

ESTADO DE SANTA CATARINA

Folha: 14/ 17

FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Folha: 15/17

CNPJ: 11.430.652/0001-82

Folha: 16/17

Rua Sete de Setembro, 605

Folha: 17/ 17

C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS FMS 02.2020

Publicação Nº 2527966

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/1

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Fevereiro/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOPIOLAMINA, BUTILBROMETO DE 6,67 MG/ML + DIPIRONA 333,4 MG	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	150,00	FR	5,19	778,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS FRASCO 10 ML	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	150,00	FR	0,73	109,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Almoço + suco de frutas	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	17,40	52,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BOLO com COBERTURA tipo FORMIGUEIRO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	29,00	29,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bateria nova de 95 AMP garantia de no mínimo 12 meses	GL - LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES EIRELI	95.377.990/0001-98	1,00	Un	648,00	648,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Filtro de óleo ...	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	20,52	20,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Vedador de Borracha.,	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	10,25	10,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mão de obra	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	243,00	243,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Óleo do Motor 5W30	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	4,00	Un	40,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Elemento do filtro d.	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	83,07	83,07
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Otimizador de Combustível	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	90,00	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Filtro de combustível	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	37,34	37,34
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Filtro de ar do comp.	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	72,90	72,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cartão de Higieneização,	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	90,71	90,71

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consultoria técnica em gestão e financiamento da saúde pública	LR Consultoria e Assessoria Ltda - ME	14.768.722/0001-03	6,00 MÊS	1.180,00	7.080,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	borracha de carimbo 4922 automatico	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	1,00 Un	30,00	30,00
Total Geral ---->						9.534,99

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS FMS 03.2020

Publicação Nº 2527968

Folha: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Março/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	coxim amortecedor c/ rolamento	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	1,00	Un	238,00	238,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pastilha de freio	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	1,00	Un	158,00	158,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	rolamento roda dianteira	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	2,00	Un	210,00	420,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diaria com pernoite quarto duplo incluído café da manhã	LAGES PLAZA HOTEL LTDA - EPP	09.460.828/0001-05	7,00	Un	208,00	1.456,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diaria com pernoite quarto simples incluído café da manhã	LAGES PLAZA HOTEL LTDA - EPP	09.460.828/0001-05	3,00	Un	178,00	534,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	taxa de iss	LAGES PLAZA HOTEL LTDA - EPP	09.460.828/0001-05	1,00	Un	99,50	99,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	5,00	Un	261,00	1.305,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO PARA IRRIGAÇÃO/LIMPEZA E DESCONTAMINAÇÃO DE FERIDAS, COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	5,00	Un	79,00	395,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	5,00	Un	261,00	1.305,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Prótese dentária total superior e inferior.	DIRCEU ANTONIO PERONDI	17.375.618/0001-39	40,00	Un	454,31	18.172,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Prótese parcial removível (grade metálica e acrilização) PPR	DIRCEU ANTONIO PERONDI	17.375.618/0001-39	12,00	Un	531,03	6.372,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	consulta com especialista em ortopedia/tramautologia c/ 01 r	CLINICA DE MARCO LTDA	01.797.283/0001-07	50,00	Un	96,66	4.833,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONSULTA médica - OFTALMOLOGIA	J G OFTALMOLOGIA S/C LTDA - ME	01.024.159/0001-09	95,00	Un	130,00	12.350,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Configuração de impressora em rede.	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	40,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Conserto rede Interna de internet	JOSEMAR ANTONIO KINZEL - NÃO USAR	09.661.429/0001-02	1,00	Un	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	configuração do sistema do servidor para PC	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PM 4665	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	remoção e instalação impressora de rede	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	30,00	30,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 2/ 11

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Conserto de impressora	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00 Un	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	conexão L relomo bico	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00 Un	32,00	32,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PROTETOR OCULAR INFANTIL CAIXA C/20	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1,00 CX	5,85	5,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERINGA 5ML	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	300,00 Un	0,13	39,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERINGA 3ML	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	500,00 Un	0,11	55,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERINGA 20ML LS]	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00 Un	0,32	16,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COMPOSTO DE ÓLEO VEGETAL POLINSATURADO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	3,00 FR	3,60	10,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HASTE FLEXÍVEL C PONTAS DE ALGODÃO 75 UNIDADES	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	5,00 emb	0,92	4,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CURATIVO CIRÚRGICO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	30,00 Un	0,71	21,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	APARELHO PARA AFERIÇÃO DE ESTÉRIL/CHUMACO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	3,00 Un	73,60	220,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PRESSÃO ARTERIAL	PROSAUDE DISTRIB. M.LTDA (suspensa 22 /01/2018 á 2	85.247.385/0001-49	5,00 Un	2,46	12,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO DE GLICOFISIOLÓGICO COM 250ML	PROSAUDE DISTRIB. M.LTDA (suspensa 22 /01/2018 á 2	85.247.385/0001-49	5,00 Un	3,03	15,15
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO DE GLICOFISIOLÓGICO COM 500ML	PROSAUDE DISTRIB. M.LTDA (suspensa 22 /01/2018 á 2	85.247.385/0001-49	10,00 Un	2,84	28,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO DE RINGER LACTATO COM 500ML	PROSAUDE DISTRIB. M.LTDA (suspensa 22 /01/2018 á 2	85.247.385/0001-49	5,00 Un	3,04	15,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁGUA PARA INJEÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL	PROSAUDE DISTRIB. M.LTDA (suspensa 22 /01/2018 á 2	85.247.385/0001-49	10,00 Un	2,70	27,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO DE GLICOSE 5% COM 250ML	PROSAUDE DISTRIB. M.LTDA (suspensa 22 /01/2018 á 2	85.247.385/0001-49	5,00 Un	2,33	11,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICO 0.9% SISTEMA FECHADO COM 250ML	PROSAUDE DISTRIB. M.LTDA (suspensa 22 /01/2018 á 2	85.247.385/0001-49	250,00 Un	2,12	530,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICO 0.9% SISTEMA FECHADO COM 100ML	PROSAUDE DISTRIB. M.LTDA (suspensa 22 /01/2018 á 2	85.247.385/0001-49	800,00 Un	1,90	1.520,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FRALDA DESCARTÁVEL, POR UNIDADE, TAMANHO G	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.000,00 Un	0,84	840,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 20X5.5	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	5,00 CX	5,10	25,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X7.0	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	20,00 CX	5,10	102,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA CONFECCIONADA	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	10,00 Un	1,78	17,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 3/ 11

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	20,00	Un	1,25	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LUA CIRURGICA TAM 7,5, ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALITO)	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	20,00	Par	0,95	19,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LUA CIRURGICA TAM 7,0, ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALITO)	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	70,00	Par	0,95	66,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESPÉCULOS ESTERILIZADO GRANDE PRODUZIDO EM	MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI	09.676.256/0001-98	20,00	Un	0,92	18,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDAS FOLEY COM BALÃO 2 VIAS	MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI	09.676.256/0001-98	10,00	Un	2,69	26,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO PARA IRRIGAÇÃO/ILIMPEZA	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	10,416	Un	69,99	729,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE COM DUPLA	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	50,00	Un	97,00	4.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	0,684	BIS	41,80	28,61
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COMPRESSA DE GAZE EM RAYON, EMBEBIDA COM ÁCIDOS	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	30,00	CX	91,00	2.730,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	29,316	BIS	41,80	1.225,39
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GARROTE COM TRAVA CONFECCIONADOS	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	3,00	Un	3,94	11,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	17.184.520/0001-02	100,00	Un	1,36	136,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESPÉCULOS ESTERILIZADO MÉDIO PRODUZIDO	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	300,00	Un	0,77	231,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº14	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	2,00	Un	0,65	1,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESPÉCULOS ESTERILIZADO PEQUENO	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	30,00	Un	0,71	21,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº10	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	2,00	Un	0,61	1,22
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	5,00	Un	0,52	2,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	2,00	Un	0,83	1,66
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº22	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	2,00	Un	0,99	1,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº20	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	2,00	Un	0,94	1,88

Folha: 4/ 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	20,00	Un	0,79	15,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PROTETOR OCULAR ADULTO CAIXA C/20	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	2,00	CX	6,88	13,76
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁGUA DESTILADA (DEIONIZADA) DE 5 LITROS	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	15,00	Un	6,27	94,05
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATADURA DE RYON, NÃO ESTÉRIL	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	10,00	Un	4,82	48,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA URETRAL Nº16 DESCARTÁVEL	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	11.776.334/0001-78	3,00	PCT	4,56	13,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PAPEL PARA AUTOCLAVE	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	15,00	RL	49,79	746,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PAPEL PARA AUTOCLAVE, 200MMX100M	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2,00	RL	68,00	136,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERINGA 1ML (INSULINA)	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1.497,55	Un	0,60	898,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDAS FOLEY COM BALÃO 2 VIAS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	10,00	Un	2,40	24,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL COM 500ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	10,00	FR	0,85	8,50
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE 1 L - INODORO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1,00	Un	11,70	11,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BOLSA COLETORA DE URINA	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	15,00	Un	2,50	37,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA URETRAL Nº 06 DESCARTÁVEL	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	3,00	PCT	3,70	11,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERINGA 1ML (INSULINA)	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	502,45	Un	0,60	301,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FORMOL 37/40% COM 1 LITRO	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	1,00	FR	9,50	9,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VASELINA LIQUIDA COM 1000 ML	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	1,00	emb	17,16	17,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº12	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	2,00	Un	0,63	1,26
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁLCOOL 70% INPM ETILICO HIDRATADO COM 1 LITRO	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	20,00	Un	3,99	79,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA EXAMES EM APARELHOS	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	10,00	Un	4,49	44,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TOUCAS DESCARTÁVEIS SANFONADA	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	1,00	PCT	5,59	5,59
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LÂMINAS PARA MICROSCOPIA COM BORDAS LAPIDADAS	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	10,00	CX	3,74	37,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 5/ 11

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	40,00	CX	36,96	1.478,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº08	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	5,00	Un	0,57	2,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº16	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	2,00	Un	0,77	1,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO PARA IRRIGAÇÃO/LIMPEZA	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	19,584	Un	69,99	1.370,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PROMETAZINA 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA USO IM AMPOLA 2	RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90	100,00	Amp	1,67	167,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VERAPAMIL 80 MG COMPRIMIDO	RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90	600,00	Comp	0,10	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cetconazol 200 mg - comprimido.	RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90	600,00	Comp	0,13	78,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clostrazol 50 mg - comprimido.	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	3.000,00	Comp	0,165	495,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ibuprofeno 600 mg - comprimido.	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	6.720,00	Comp	0,13	873,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FENITOINA 100 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	600,00	Comp	0,125	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ácido acetilsalicílico 100 mg - comprimidos.	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	4.000,00	Comp	0,022	88,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMIODARONA 100 MG COMPRIMIDO	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	2.484,235	Comp	0,34	844,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARISOPRODOL 125 MG + DICLOFENACOL SODICO 50 MG + PARACETAMOL	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	2.010,00	Comp	0,11	221,10
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ACETILCISTEINA XAROPE ADULTO 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	100,00	FR	6,90	690,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMIODARONA 100 MG COMPRIMIDO	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	515,765	Comp	0,34	175,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50ML	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	50,00	FR	3,50	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMPICILINA 50MG/ML. PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60 ML	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	50,00	FR	3,40	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ISSOSORBIDA, MONONITRATO DE 20MG COMPRIMIDO	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	500,00	Comp	0,09	45,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPINA	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	1.000,00	Comp	0,094	94,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METRONIDAZOL 250 MG COMP.	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	600,00	Comp	0,09	54,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 6/11

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Furosemida 40 mg - comprimido.	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	10,000,00 Comp	0,043	430,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Enalapril 05 Mg COMPRIMIDO	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	3,000,00 Comp	0,047	141,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BROMOPRIDA 10 MG CAPSULA OU COMPRIMIDO.	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	800,00 Comp	0,145	116,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALLOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	1,200,00 Comp	0,072	86,40	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁCIDO VALPROÍCO 250 MG COMPRIMIDO	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	1,500,00 Comp	0,125	187,50	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ACEBROFILINA 50 MG/5ML ADULTO SUSPENSAO ORAL SEM SACAROSE	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	100,00 FR	4,00	400,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSPENSÃO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00 FR	6,224	311,20	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARBAMAZEPINA 200 MG EMBALAGEM PRIMARIA COM 10 OU 30 COMP	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	5,000,00 Comp	0,114	570,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO BLISTER FRACIONAVEL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	300,00 Comp	0,63	189,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMOXICILINA + CLAVULONATO POTASSICO 500 MG + 125 MG COMP	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1,020,00 Comp	0,56	571,20	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FENOBARBITAL 100 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACI	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	387,126 Comp	0,087	33,68	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARACETAMOL 500	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	5,000,00 Comp	0,048	240,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FENOBARBITAL 100 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACI	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2,112,874 Comp	0,087	183,82	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MANITOL SOLUÇÃO 20% FRASCO 250ML	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00 FR	3,99	199,50	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMOTRIGINA 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	600,00 Comp	0,179	107,40	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 75MG CAPSULAS DE LIBERAÇÃO PROLONGAD	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2,500,00 CPS	0,535	1,337,50	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PAROXETINA 20 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDOS OU BLISTER FRACIO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	6,000,00 Comp	0,193	1,158,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PASSIFLORA INCARNATA 260MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2,000,00 Comp	0,30	600,00	
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DICLOFENACO DE SODIO 50 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1,500,00 Comp		0,04	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 50	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1,200,00 Comp		0,063	75,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	200,00 FR		1,66	332,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE 10MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	3,000,00 Comp		0,345	1,035,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 7 / 11

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VARFARINA 5 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2.250,00 Comp	0,11	247,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Propatinitrato 10 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.600,00 Comp	0,205	328,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML IM IV - E	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	240,00 Amp	0,36	86,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METOCLOPRAMIDA	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	600,00 Comp	0,076	45,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 25	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.000,00 Comp	0,086	66,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.000,00 Comp	0,088	68,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVONORGESTREL 0.15MG + ETINILESTRADIOL 0.03 BLISTER	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	300,00 BLI	1,489	446,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIPRONA 500MG COMPRIMIDO.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	5.000,00 Comp	0,075	375,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIMENDRATO 25 MG. + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5 MG. GOTAS SO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	50,00 FR	3,06	153,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLORPROMAZINA 100 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRAC	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2.000,00 Comp	0,219	438,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLOMIPRAMINA 25 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	600,00 Comp	0,595	357,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BROMAZEPAM 3 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIONAV	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	990,00 Comp	0,083	82,17
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETA	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	50,00 Amp	5,85	292,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALPRAZOLAM 0.5 MG BLISTER COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	3.000,00 Comp	0,075	225,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sulpirida 50 mg - comprimido.	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	600,00 Comp	0,54	324,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIMENDRATO 3 MG + PIRIDOXINA, CLORIDRATO DE 5 MG + GLUCOSE	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	200,00 Amp	2,96	592,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARVEDILOL 3,125 MG COMPRIMIDO	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	1.020,00 Comp	0,07	71,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,020 MG + BROMIDRATO DE FENOTEROL 0,0	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	50,00 FR	12,80	640,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sulfato Ferroso 40 mg -comprimido.	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITAL	09.192.829/0001-08	2.400,00 Comp	0,03	72,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CITALOPRAM 20 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDOS OU BLISTER	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITAL	09.192.829/0001-08	20.100,00 Comp	0,104	2.090,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESPIRONOLACTONA 50 MG COMPRIMIDO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	1.000,00 Comp	0,23	230,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Folha: 8/11

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOPLAMINA, BUTILBROMETO DE 4 MG/ML + DIPIRONA 500 MG/ML A LTDA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	100,00 Amp	1,26	126,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMITRIPTILINA 25 MG COMPRIMIDO BLISTER COM 10 OU 15 COMPRIMI	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	20.000,00 Comp	0,073	1.460,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	NISTATINA 25.000 UI GR CREME VAGINAL BISNAGA COM 60G ACOMP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	50,00 BIS	3,13	156,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARACETAMOL 750MG COMPRIMIDO.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	5.000,00 Comp	0,095	475,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL (500MG + 200 UI)BLISTER	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	5.000,00 Comp	0,061	305,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	4.032,00 Comp	0,048	193,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	IBUPROFENO GOTAS 100 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	100,00 FR	2,117	211,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FLUOXETINA 20 MG COM 10 OU 30 CÁPSULA OU BLISTER FRACIONAVEL	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	4.800,00 CPS	0,065	312,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DOXAZOSINA 2 MG COMPRIMIDO.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	1.200,00 Comp	0,098	117,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Flunarizina 10 mg - comprimido.	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	1.000,00 Comp	0,074	74,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESPIRONOLACTONA 25 MG COMPRIMIDO	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	3.000,00 Comp	0,124	372,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10ML	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	200,00 FR	1,136	227,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIGOXINA 0,25 MG COMPRIMIDO.	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	1.000,00 Comp	0,065	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BROMOPRIDA GOTAS 4MG/ML FRASCO 10 ML.	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	96,00 FR	1,00	96,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ACETILCISTEINA XAROPE PEDIATRICO 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00 FR	5,37	537,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SIN/ASTATINA 20	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	30.000,00 Un	0,048	1.440,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SIN/ASTATINA 10	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1.500,00 Comp	0,05	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 60ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	50,00 FR	2,80	140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OMEPRAZOL 20 MG BLISTER COM 10 OU 14 CAPSULAS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	20.000,00 Comp	0,059	1.180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ISSOSSORBIDA, DINITRATO DE 10 MG COMPRIMIDO.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	600,00 Un	0,22	132,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ISSOSSORBIDA, DINITRATO 5MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	120,00 Comp	0,206	24,72
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ENALAPRIL 20 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	10.000,00 Comp	0,033	330,00

Folha: 9/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIPIRONA 500 MG/ ML AMPOLA 2 ML SOLUÇÃO INTRAMUSCULAR E ENDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00	Amp	0,485	48,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLONAZEPAM GOTAS 2.5 MG/ML FRASCO 20ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	150,00	FR	1,44	216,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	3.000,00	Comp	0,27	810,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COLAGENASE 0.6 UI/G + CLORANFENICOL 0.01 G/G POMADA DERMATOL	CIAMED-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	50,00	BIS	6,49	324,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25	CIAMED-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	3.600,00	Comp	1,393	5.014,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METOPROLOL, SUCCINATO 50MG COMPRIMIDO	VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.088.317/0001-21	12.600,00	Comp	0,48	6.048,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METOPROLOL, SUCCINATO 25MG COMPRIMIDO	VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.088.317/0001-21	3.600,00	Comp	0,21	756,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	QUELATO DE FERRO 150 MG/ML + ACIDO FOLICO 0,25 MG/ML + CIANO	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	76.386.283/0001-13	50,00	FR	16,20	810,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLONIDINA 0,200 MG COMPRIMIDO.	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	76.386.283/0001-13	600,00	Comp	0,307	184,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL (6 DRÁGEAS CONTENDO 0,05 MG	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	76.386.283/0001-13	85,00	BLI	7,00	595,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DOXAZOSINA 4 MG COMPRIMIDO.	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	76.386.283/0001-13	1.500,00	Comp	0,178	267,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	NORTRIPTILINA 25 MG COMPRIMIDO.	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	76.386.283/0001-13	300,00	CPS	0,259	77,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	QUETIAPINA 25 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	1.500,00	Comp	0,15	225,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIAZEPAM 5 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIONAVE	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	600,00	Comp	0,051	30,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIAZEPAM 10 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIONAVE	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	1.500,00	Comp	0,051	76,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	50,00	BIS	3,89	194,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HALOPERIDOL DECANATO 50MG/ML AMPOLA 1 ML - EMBALAGEM FRACIO	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	25,00	Amp	5,60	140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HALOPERIDOL 5 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	1.400,00	Comp	0,18	252,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HALOPERIDOL 1MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIONAV	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	1.000,00	Comp	0,118	118,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	1.400,00	Comp	0,164	229,60

Folha: 10/ 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DICLOFENACO RESINATO 15 MG/ ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 20	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	20,00	FR	2,587	51,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DILTIAZEM 60 MG COMPRIMIDO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	3,960,00	Comp	0,32	1,267,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clostadol 100 mg - comprimido.	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	1,200,00	Comp	0,32	384,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RENALVIT PLUS, CÁPSULAS	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	600,00	CPS	0,94	564,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FINASTERIDA 5 MG COMPRIMIDO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	1,200,00	Comp	0,327	392,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	2,400,00	Comp	0,101	242,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERTRALINA 50 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACION	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	6,000,00	Comp	0,122	732,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLOPIDOGREL, BISULFATO DE 75 MG COMPRIMIDO	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	2,016,00	Comp	0,225	453,60

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82

Rua Sete de Setembro, 605

C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/1

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CIPROFLOXACINO 500 MG COMPRIMIDO BLISTER FRACIONAVEL CONFORM	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	560,00	Comp	0,38	212,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.000,00	Comp	0,477	477,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALENDRONATO SÓDICO 70 MG COMPRIMIDO BLISTER COM 4	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	400,00	Comp	0,167	66,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TEOFILINA 200MG, CARTELAS COM 10 COMPRIMIDOS OU CÁPSULAS	AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	400,00	CPS	0,738	295,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLONIDINA 0,150 MG COMPRIMIDO,	AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	900,00	Comp	0,239	215,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMANTADINA 100 MG COMPRIMIDO	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS	04.071.245/0001-60	1.000,00	Comp	0,44	440,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BUPROPIONA 150 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	660,00	Comp	0,369	243,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METRONIDAZOL SUSPENSÃO ORAL	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	20,00	FR	4,94	98,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLONAZEPAM 2 MG COM 10 OU 30 COMPRIMIDO OU BLISTER FRACIIONA	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	900,00	Comp	0,06	54,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	1.500,00	Comp	0,075	112,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDO	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	900,00	Comp	0,143	128,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	250,00	FR	2,50	625,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMOXICILINA 500 MG CAPSULA BLISTER FRACIONAVEL	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.960,00	CPS	0,29	568,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 120 ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	180,00	FR	0,99	178,20
Total Geral ---->							119.354,86

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS FMS 04.2020

Publicação Nº 2527969

Folha: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Abril/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁLCOOL GEL GLICERINADO FRASCO C 1000 ML	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	5,00	FR	7,98	39,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FRALDA DESCARTÁVEL, POR UNIDADE, TAMANHO EG	JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA	23.720.752/0001-22	1.000,00	Un	0,97	970,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FRALDA DESCARTÁVEL, POR UNIDADE, TAMANHO M	JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA	23.720.752/0001-22	200,00	Un	0,80	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA URETRAL Nº14 DESCARTÁVEL	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3,00	PCT	4,30	12,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COLETOR 13 LITROS PARA MATERIAL PERFUOCARTANTES	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	20,00	Un	3,23	64,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA URETRAL Nº10 DESCARTÁVEL	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3,00	PCT	3,75	11,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA URETRAL Nº08 DESCARTÁVEL	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3,00	PCT	3,68	11,04
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA URETRAL Nº 12 DESCARTÁVEL	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3,00	PCT	3,88	11,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁGUA PARA INJEÇÃO AMPOLA	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3,00	CX	35,30	105,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LENÇÓÇ DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO, PACOTE COM 10 UNIDADES	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	10,00	PCT	8,08	80,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CLONAZEPAM GOTAS 2,5 MG/ML FRASCO 20ML	SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	50,00	FR	1,44	72,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MASCARÁ PARA PROTEÇÃO EM TECIDO	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	100,00	Un	1,50	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Curso de Transporte de veículos de Emergência	CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRANSITO LTDA	05.593.990/0001-32	2,00	Un	430,00	860,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diária de hospedagem com café, almoço, lanche da tarde,	J KUSS & CIA LTDA - ME	06.940.608/0001-82	30,00	Un	90,00	2.700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	kit Correia Dentada	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	1,00	Un	149,00	149,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FAROL ESQUERDO	FABIANI SOM E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME	07.383.502/0001-98	1,00	Un	475,00	475,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FAROL DIREITO	FABIANI SOM E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME	07.383.502/0001-98	1,00	Un	475,00	475,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MASCARA PARA PROTEÇÃO EM TECIDO	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI	10.585.243/0001-92	100,00	Un	5,00	500,00

Folha: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mao de obra- passagem de fio de internet e troca tomadas	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	70,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Placa fame	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	3,90	7,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Parafuso Philips.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	40,00	Un	0,15	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	flexível	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	5,90	5,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	modulo de tomada 20A	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	6,90	20,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Parafuso francês	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	8,00	Un	0,50	4,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Plug	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	6,90	6,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Kit amortecedor	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	2,00	Un	58,00	116,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amortecedor dianteiro	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	2,00	Un	320,00	640,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bandagem de Alta Compressão, elástica de algodão, 10CMX3M	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	5,00	Un	81,00	405,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TUBO EGR	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	380,00	380,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Máscara cirurgica tripla, branca com elastico	HTM CONFECÇÕES - EIRELI	33.002.875/0001-81	1.000,00	Un	3,00	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Alcool em Gel 70%, embalagem de 5 litros	INOVA TECH INFORMATICA EIRELI	28.706.488/0001-96	50,00	Un	69,90	3.495,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DE TRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Recarga de OXIGÊNIO MEDICINAL - 3 m³	NANDIS - COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LTDA - EPP	01.959.495/0001-43	1,00	Un	190,00	190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consulta com especialista em ginecologia/obstetricia com ret	CVS CLINICA VIDA E SAUDE S/S LTDA	14.265.111/0001-34	23,00	Un	123,00	2.829,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DE TRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DE TRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DE TRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DE TRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	folders 15x21 4x4 colorido com informacoes sobre covid-19	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL LTDA	11.244.011/0001-33	1.000,00	Un	0,32	320,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	adesivo	DIEGO ROBERTO SMANIOTTO 05844076966	29.907.491/0001-30	1,00	Un	100,00	100,00
Total Geral ---->							19.233,24

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS FMS 05.2020

Publicação Nº 2527970

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/6

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consulta com especialista em pediatria com retorno	MOCELINI & POTRICH CLINICA MEDICA LTDA - EPP	22.112.674/0001-10	100,00	Un	120,00	12.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consulta com especialista em ginecologia/obstetrícia com ret	CVS CLINICA VIDA E SAUDE S/S LTDA	14.265.111/0001-34	100,00	Un	120,00	12.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MACACÃO BRANCO COLETA COVID-19	JAIME LUIZ FONTANA	95.881.900/0001-00	3,00	Un	34,90	104,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Hospedagem	JULIO PERES CORREA 25143220904	27.559.781/0001-05	40,00	Un	40,00	1.600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	higipratic I, acondicionamento por pedal	DISTRIBUIDORA ODONTO HOSPITALAR SAO MIGUEL LTDA -	79.007.241/0001-12	1,00	Un	189,00	189,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Vedador de borracha.	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	10,73	10,73
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	filtro de óleo para	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	21,52	21,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Elemento de filtro	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	87,11	87,11
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Filtro de ar de comp.	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	76,52	76,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mão de obra revisão	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	200,20	200,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	filtro combustível	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	39,16	39,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LUB GM SINT. SAE 0W-2	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	4,00	Un	40,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	vela ignição	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	4,00	Un	16,20	64,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de taxa DE TRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de Taxa DPVAT 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Recarga de OXIGÊNIO MEDICINAL - 3 m³	NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERI	78.662.848/0001-73	12,00	Un	190,00	2.280,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Recarga de OXIGÊNIO MEDICINAL - 1 m³	NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERI	78.662.848/0001-73	6,00	Un	110,00	660,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mão de obra - troca de óleo e filtros.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	35,00	35,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cubo de rodas dianteiro	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	1,00	Un	224,00	224,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	parafuso roda	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	5,00	Un	44,00	220,00

Folha: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	receituário azul com 50 folhas	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	10,00	Un	15,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bucha 6 mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	6,00	Un	0,10	0,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	parafuso	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	2,95	5,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Plug 10 A	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	5,90	5,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	dispense para papel toalha	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	39,90	39,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	fitla isolante	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	RL	4,90	4,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Porta Xampu	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	39,90	39,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MASCARÁ PARA PROTEÇÃO EM TECIDO	LUNEGIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.912.051/0001-15	1.307,569	Un	2,90	3.791,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MASCARÁ PARA PROTEÇÃO EM TECIDO	LUNEGIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.912.051/0001-15	2,431	Un	2,90	7,05
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VALERIANA OFFICINALIS 40 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	3.000,00	Comp	0,312	936,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mao de obra- troca mosonética, e serviço de scanner para cons	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mao de obra- troca amortecedor, troca de cubo de roda e rola	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	260,00	260,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA COM 50G	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	50,00	BIS	7,69	384,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ompressa, de gaze, em rayon, TAMANHO , 7,5 X 40 CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	5,00	CX	330,00	1.650,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	montagem de pneu	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	18,00	36,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mão de obra	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	95,00	95,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mão de obra	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	95,00	95,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SUORTE ESCADA	METALURGICA REINER, FREITAG LTDA	11.504.856/0001-10	1,00	Un	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	fechadura	METALURGICA REINER, FREITAG LTDA	11.504.856/0001-10	1,00	Un	40,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ompressa, de gaze, em rayon, TAMANHO , 7,5 X 40 CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	5,00	CX	330,00	1.650,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	10,00	Un	261,00	2.610,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	10,00	Un	261,00	2.610,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	10,00	Un	261,00	2.610,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ANESTÉSICO TÓPICO COM 20% DE BENZOCAINA	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	6,00	FR	4,89	29,34
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PAPEL GRAU CIRURGICO	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1,00	RL	76,24	76,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LÂMINA DE BISTURI N° 15 DESCARTAVEL	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1,00	CX	26,78	26,78
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FORMOCRESOL FRASCOL DE 10ML	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2,00	FR	3,85	7,70

Folha: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNP.J.: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ANTISSEPTICO BUCAL À BASE DE GLUCONATO DE CLOREXIDINA	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	FR	6,11	61,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DETERGENTE ENZIMATICO LIQUIDO, CONTENDO 01	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	emb	17,40	174,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOVA DENTAL PARA BEBÊS DE 0 A 2 ANOS. COM CABEÇA	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00	Un	4,00	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FIO AGULHADO DE NYLON, N° 04, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDA	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	CX	29,40	294,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FLUOR FOSFATO ACIDULADO 1,23% EM GEL	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	FR	4,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLETE DE ALGODÃO, ALGODÃO HIDRÓFILO, PRENSADO,	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	50,00	PCT	1,50	75,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DESSENSIBILIZANTE GEL 2%, COM NITRATP DE POTÁSSIO	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	2,00	Un	12,40	24,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	6,00	kit	14,70	88,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ANESTÉSICO, CLORIDRATO DE LIDOCAINA COM	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	15,00	CX	74,30	1.114,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SÓDIO 0,2% INDICADO PARA	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	15,00	FR	8,15	122,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PELÍCULA RADIOGRÁFICA PERIAPICAL INFANTIL	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	1,00	CX	193,90	193,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	3,00	kit	98,90	296,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TICRESOL FORMALINA, INDICADO COMO CURATIVO DE DEMORA NA CÂM	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	2,00	FR	4,70	9,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ANESTÉSICO INJETÁVEL CLORIDRATO DE ARTICAÍNA	ODONTOMEDI - Produtos Odontológicos e Hospitalares	06.194.440/0001-03	10,00	CX	123,60	1.236,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PASTA PROFILÁTICA COM FLUOR	DENTAL OESTE EIRELI EPP	05.412.147/0001-02	2,00	TB	3,95	7,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE N° 02.	DENTAL OESTE EIRELI EPP	05.412.147/0001-02	5,00	Un	3,55	17,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% EM GEL TIXOTRÓPICO	DENTAL OESTE EIRELI EPP	05.412.147/0001-02	20,00	PCT	3,35	67,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO, PARA REMOÇÃO DE CÁRIES, RESTAURAÇÕES	DENTAL OESTE EIRELI EPP	05.412.147/0001-02	1,00	Un	269,00	269,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO, PARA REMOÇÃO DE CÁRIES,	DENTAL OESTE EIRELI EPP	05.412.147/0001-02	1,00	Un	362,00	362,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE N° 5	DENTAL OESTE EIRELI EPP	05.412.147/0001-02	5,00	Un	3,60	18,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AGULHA GENGIVAL, 30G CURTA. COM BISEL TRIFACETADO	DENTAL OESTE EIRELI EPP	05.412.147/0001-02	15,00	CX	28,70	430,50

Folha: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PAPEL GRAU CIRURGICO. EMBALAGEM EM ROLO DE PAPEL GRAU	DENTAL OESTE EIRELI EPP	05.412.147/0001-02	8,00	RL	57,85	462,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CURATIVO ALVEOLAR A BASE DE PRÓPOLIS	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	2,00	Un	20,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PAPEL GRAU CIRURGICO. EMBALAGEM EM ROLO DE	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	10,00	RL	48,60	486,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PORTA AGULHA ODONTOLOGICO MAYO HEGAR	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	5,00	Un	22,90	114,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BANDA MATRIZ 0,05MM X 5MM X 50CM.	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	40,00	Un	1,18	47,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDAS COMPOSTA	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	8,00	Un	27,00	216,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CUNHA INTERDENTAL TRANSPARENTE, ATÓXICA EMBALAGEM CONTENDO	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	6,00	emb	26,00	156,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL. KIT COM MÍNIMO 01 POS	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	2,00	kit	49,00	98,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BANDA MATRIZ 0,005MM X 7MM X 50CM	POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	72.150.550/0001-06	10,00	Un	1,25	12,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	REVELADOR DE RAIOS X, FRASCO COM 475 ML, PRONTO P/USO	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	10,00	FR	9,99	99,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOVA DE AÇO, PARA LIMPEZA DE BROCAS,	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	2,00	Un	4,00	8,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BROCA ZEKRYA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE, CURTA 23MM.	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	10,00	Un	14,50	145,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDA, COM	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	8,00	Un	55,00	440,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INDICADOR QUÍMICO PARA A MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	2,00	CX	60,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SUGADOR CIRÚRGICO. UTILIZADO EM CIRURGIAS INTRAORAIAS	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	10,00	CX	18,50	185,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FIXADOR DE RAIOS X, COMPOSIÇÃO 80 A 85 % CONTENDO	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	10,00	Un	9,99	99,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CUNHA ANATÔMICA DE MADEIRA, SORTIDAS,	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	10,00	CX	5,20	52,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	6,00	Un	55,00	330,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	4,00	Un	82,00	328,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MICROHÍBRIDA, COM NANOPARTÍCULAS	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	3,00	Un	55,00	165,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TIRA MATRIZ DE POLIÉSTER COM TAMANHO MÍNIMO DE	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	10,00	CX	1,05	10,50

Folha: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CREME DENTAL INFANTIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	50,00	Un	3,80	190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% FRASCO COM 1000ML.	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	2,00	FR	4,85	9,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERCAS DE NYLON MACIAS, COM 04	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	100,00	Un	0,45	45,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PASTA MAISTO - PRODUTO A BASE DE IODOFORMIO.	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	2,00	Un	28,50	57,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CREME DENTAL ADULTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	300,00	Un	1,29	387,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO, VELOCIDADE F-(MENOR TEMPO DE EXPO	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	3,00	CX	170,00	510,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERCAS DE NYLON MACIAS, COM 04	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	200,00	Un	0,64	128,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Serviços técnicos profissionais de Medicina, para atuar na R	VANESSA SCHMIDT EIRELI	26.627.926/0001-03	45,00	dia	60,00	2.700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Certificado digital DENACIR EPPING	HARPA TECNOLOGIA LTDA	14.030.336/0001-01	1,00	Un	175,00	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 200 MG+40MG/5ML FRASCO 50ML	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00	FR	1,278	63,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SECNIDAZOL 1000 MG BLISTER FRACIONAVEL CONFORME RDC DA ANVISA	AL TERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	500,00	Comp	0,579	289,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DILTIAZEM 30 MG COMPRIMIDO	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	600,00	Comp	0,19	114,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Repelente com Icaridina - loção frasco 100ml	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	50,00	Un	23,50	1.175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Carbonato de Lítio 300 mg - comprimidos.	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	2.000,00	Comp	0,85	1.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA								Folha: 6/6
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA								
CNPJ: 11.430.652/0001-82								
Rua Sete de Setembro, 605								
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC								
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BALANCEAMENTO	LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	4,00	Un	12,50	50,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Desmontagem/montagem de pneus	LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	4,00	Un	12,50	50,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bobina de ignição	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	405,00	405,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Vela de Ignição	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	UN	25,00	100,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cabo de vela	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	150,00	150,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mao de obra - substituição de tomada simples para dupla	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	35,00	35,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MODULO TOMADA 20A	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	6,90	27,60	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Placa fame	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	3,90	7,80	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAVATORIO COMPLETO	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	169,00	338,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Torneira de bancada	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	59,90	59,90	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TORNEIRA ARTICULADA	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	69,90	69,90	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	tomêira	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	69,90	69,90	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mao de obra - serviço de scanner, troca de vela, cabo de vela	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	170,00	170,00	
Total Geral ---->							65.289,64	

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS MUNICÍPIO DE PRINCESA 01.2020

Publicação Nº 2527951

Folha: 1/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Janeiro/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM para VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PACIENTES/PASSAGEIROS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	80,00	Un	43,00	3.440,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM completa - AMBULÂNCIA	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	45,00	Un	42,00	1.890,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	120,00	Un	29,00	3.480,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	200,00	L	4,49	898,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	50,00	L	4,49	224,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	1.000,00	L	4,49	4.490,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	4.000,00	L	3,80	15.200,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	3.000,00	L	3,91	11.730,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	4.000,00	L	3,80	15.200,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	1.000,00	L	4,49	4.490,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	1.500,00	L	4,49	6.735,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	200,00	L	3,80	760,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	1.200,00	L	3,91	4.692,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	300,00	L	4,49	1.347,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Energia Elétrica - ANTENA TV e INTERNET - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A UC 12257430	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00	MÊS	50,3567	604,28

Folha: 2/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Energia Elétrica - JARDIM - UC 12257120	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	77,2575	927,09
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Energia Elétrica - CENTRO DE MÚLTIPLIO USO e CRAS - UC 2678	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	607,8283	7.293,94
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Energia Elétrica - Sec. OBRAS - UC 21265756	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	475,3475	5.704,17
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Energia Elétrica - Sec. AGRICULTURA - UC 12257899	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	276,5858	3.319,03
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Energia Elétrica - UNIDADE CONSUMIDORA Nº 43863878	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	8.989,7217	107.876,66
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TAXA DE TER 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	12,00 MÊS	130,00	1.560,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Energia Elétrica - CRAS - UC 53409628	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	36,4083	436,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Energia Elétrica - CRAS	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	51,3425	616,11
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Energia Elétrica - CENTRO ADMINISTRATIVO - UC 47966701	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	1.568,9392	18.827,27
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Energia Elétrica - CASA DA CULTURA - UC 43637789	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	143,0658	1.716,79
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Energia Elétrica - CRECHE - UC 28432925	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	835,4425	10.025,31
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Energia Elétrica - CEMITÉRIO - UC 40802398	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	32,5558	390,67
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Energia Elétrica - Póço 03 - UC 52840769	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	1.003,4992	12.041,99
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Energia Elétrica - UNIDADE CONSUMIDORA Nº 6547052	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	4.969,4425	59.633,31
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Energia Elétrica - RENASCER - UC 22197657	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	3.520,4625	42.245,55
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Energia Elétrica - UC 47966701	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	367,4283	4.409,14
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Energia Elétrica - MÓDULO ESPORTIVO II	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	590,4817	7.085,78
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Energia Elétrica - UNIDADE CONSUMIDORA Nº 6547613	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	2.361,3525	28.336,23
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Energia Elétrica - CONSELHO TUTELAR UC 12257880	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	128,3092	1.539,71
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Energia Elétrica - UC - 31560276	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	2.018,8592	24.226,31
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Energia Elétrica - UC - 50586219	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	08.336.783/0001-90	12,00 MÊS	32,5508	390,61

Folha: 3/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TAXA DE TER 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	12,00	MES	130,00	1.560,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Inscrição para curso de Formação em Esportes	AZURIZ FUTEBOL DE ALTA PERFORMANCE S.A.	28.536.796/0001-10	1,00	Un	295,00	295,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	200,00	L	4,49	898,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	200,00	L	4,49	898,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO PARA MOTOR DIESEL SAE 15W-40 API CI 4.	L. FIORESE	27.200.144/0001-48	10,00	Un	194,50	1.945,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS, API TC JASO FC.	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	30,00	Un	7,40	222,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	300,00	L	4,49	1.347,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PASTA ARQUIVO REGISTRADORA tipo A/Z	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	10,00	Un	26,3731	263,73
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Papel colorset dupla face, cor rosa, pacote com 20 folhas, d	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	20,3075	20,31
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PEN DRIVE 16GB	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	26,453	26,45
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHAS DE EVA COM GLITER cor azul	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	34,5481	34,55
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Papel colorset dupla face, cor amarela, pacote com 20 folhas	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	20,3075	20,31
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Papel colorset dupla face, cor roxo, pacote com 20 folhas, d	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	20,3075	20,31
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHAS DE EVA COM GLITER cor roxo	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	34,5282	34,53
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PRANCHETA em acrílico	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	3,00	Un	10,317	30,95
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BASTÃO DE SILICONE tipo GROSSO	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	5,00	Un	21,9034	109,52
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHAS DE EVA COM GLITER cor rosa	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	34,5481	34,55
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PEN DRIVE 8GB	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	2,00	Un	25,0255	50,05
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESTILETE	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	1,71	1,71
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHAS DE EVA COM GLITER cor verde	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	34,5481	34,55
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHAS DE EVA COM GLITER cor amarelo	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	34,5481	34,55

Folha: 4/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PASTA ABA ELÁSTICO CRISTAL tipo PLÁSTICA c/ 5cm de espessura	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	10,00	Un	4,5471	45,47
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHAS DE EVA COM GLITER cor vermelho	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	34,5481	34,55
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHAS DE EVA COM GLITER cor branco	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	34,5481	34,55
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA tipo EM BASTÃO	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	5,00	Un	1,7867	8,93
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO material polipropileno	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	10,00	Un	7,0303	70,30
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Papel colorset dupla face, cor azul, pacote com 20 folhas, d	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	Un	20,3075	20,31
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CLIPS nº 4/0 com embalagem de 50 unidades	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	5,8459	11,69
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA ADESIVA dimensões 12mmx40m	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	5,00	Un	0,9629	4,81
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GRAMPEADOR tipo ALICATE	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	20,5867	20,59
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CADERNO 96 FOLHAS, ESPIRAL, TM/275MM X 200MM	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	6,00	Un	8,4652	50,79
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CLIPS nº 8/0 com embalagem de 50 unidades	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	6,8202	13,64
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BATERIA PARA CALCULADORA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	6,00	Un	1,0586	6,35
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA ADESIVA tipo CREPE	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	5,00	Un	2,4355	12,18
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GRAMPOS tamanho 28/6	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	6,8106	13,62
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL VERGÊ cor verde claro	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	11,51	11,51
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL VERGÊ cor azul claro	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	10,56	10,56
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL VERGÊ cor rosa claro	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	11,51	11,51
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CLIPS nº 2/0 com embalagem de 100 unidades	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	5,8459	11,69
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL VERGÊ cor branco	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	10,56	21,12
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA ADESIVA LARGA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	1,6992	3,40

Folha: 5/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PILHA AAA tipo PEQUENA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	4,00	Un	2,1971	8,79
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ADAPTADOR DE TOMADA tipo T	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	5,00	Un	6,90	34,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA DE CETIM cor rosa	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI	10.585.243/0001-92	1,00	Un	19,4454	19,45
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA DE CETIM cor vermelho	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI	10.585.243/0001-92	1,00	Un	19,4454	19,45
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA DE CETIM cor azul bic nº01	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI	10.585.243/0001-92	1,00	Un	19,4454	19,45
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA DE CETIM cor amarelo nº01	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI	10.585.243/0001-92	1,00	Un	13,9039	13,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA	02.678.428/0001-13	14,00	Un	29,00	406,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA	NACIONAL PNEUS EIRELI	27.879.590/0001-20	12,00	Un	479,00	5.748,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Coxa de frango tipo piriloto	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	185,00	Kg	7,33	1.356,05
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Linguiça mista, produzida com carne suína e bovina.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	29,00	Kg	12,15	352,35
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CARNE SUÍNA para CHURRASCO - kg.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	80,00	Kg	10,28	822,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cebola, tamanho médio, nova, 1 qualidade, com casca.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	16,00	Kg	4,40	70,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Repolho isento de material terroso e umidade externa anormal	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	36,00	Kg	4,83	173,88
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Carne bovina para churrasco, tipo 1, inspecionada.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	70,00	Kg	18,35	1.284,50
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Milho verde em conserva, ingredientes: milho, água e sal, se	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	24,00	Un	2,09	50,16
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Óleo de soja, refinado, sem colesterol, 1 qualidade,	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	12,00	Un	3,77	45,24
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	VINAGRE DE ALCOOL, 3 LITROS, BRANCO.	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	11,00	Un	9,98	109,78
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Sal refinado, iodado, embalagem de 1kg, data de fabricação	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	11,00	Kg	1,59	17,49
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tomate de boa qualidade fruto fresco, de tamanho médio, com	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	30,00	Kg	6,47	194,10
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ARROZ PARBOILIZADO, tipo 1. Embalagem com 5 kg.	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	11,00	Un	11,99	131,89

Folha: 6/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Molho de tomate em sachê, embalagem de 347 gramas	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	31,00	Un	1,77	54,87
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Batatinha monalisa, tipo 1, de boa qualidade, saca de 50 kg	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	1,00	Un	219,00	219,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de guincho para carros pequenos atendimento imedia	DEONIR ZANATTA	05.695.693/0001-06	37,50	KM	4,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Máquina de Lavar semiautomática com no mínimo 10 quilos	JHONATAN BAGATOLI	22.992.632/0001-11	1,00	Un	397,60	397,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço topográfico ou geodésico de locação, longitudinal	LUMATER SERVICOS TOPOGRAFICOS E GEORREFERENCIADOS	10.828.054/0001-01	1.230,70	M2	0,22	270,75
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço topográfico planialtimétrico com perfil longitudinal	LUMATER SERVICOS TOPOGRAFICOS E GEORREFERENCIADOS	10.828.054/0001-01	12.079,78	M2	0,23	2.778,35
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de ART .	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	88,78	88,78
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra	ELETROREFRIGERACAO BREMM LTDA	05.993.532/0001-90	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	GÁS 134 A	ELETROREFRIGERACAO BREMM LTDA	05.993.532/0001-90	0,30	Un	334,00	100,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FILTRO SECADOR	ELETROREFRIGERACAO BREMM LTDA	05.993.532/0001-90	1,00	Un	45,00	45,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	DESLOCAMENTO.	ELETROREFRIGERACAO BREMM LTDA	05.993.532/0001-90	2,00	Un	40,00	80,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TUBULAÇÃO INOX	ELETROREFRIGERACAO BREMM LTDA	05.993.532/0001-90	2,00	M	62,50	125,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inspeção veicular (ESCOLAR) no ônibus placas MDT - 5467.	INSPEOESTE INSPECAO VEICULAR LTDA	10.429.593/0001-60	1,00	Un	300,00	300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inspeção veicular (ESCOLAR) microônibus placas MII - 0287.	INSPEOESTE INSPECAO VEICULAR LTDA	10.429.593/0001-60	1,00	Un	300,00	300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inspeção veicular (ESCOLAR) no ônibus placas MGA- 0940.	INSPEOESTE INSPECAO VEICULAR LTDA	10.429.593/0001-60	1,00	Un	300,00	300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inspeção veicular (ESCOLAR) no ônibus placas MDD - 4385.	INSPEOESTE INSPECAO VEICULAR LTDA	10.429.593/0001-60	1,00	Un	300,00	300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inspeção veicular (ESCOLAR) no ônibus placas MKW - 6766.	INSPEOESTE INSPECAO VEICULAR LTDA	10.429.593/0001-60	1,00	Un	300,00	300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inspeção veicular (ESCOLAR) no ônibus placas OKG - 2276	INSPEOESTE INSPECAO VEICULAR LTDA	10.429.593/0001-60	1,00	Un	300,00	300,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inspeção veicular (ESCOLAR) no ônibus placas MKM - 3367.	INSPEOESTE INSPECAO VEICULAR LTDA	10.429.593/0001-60	1,00	Un	300,00	300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de autorização de trânsito de veículo MDT5467	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	59,74	59,74

Folha: 71/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de autorização de trânsito de veículo M10287	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	59,74	59,74	59,74
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de autorização de trânsito de veículo OKG 2276	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	59,74	59,74	59,74
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de autorização de trânsito de veículo MKM 3367	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	59,74	59,74	59,74
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de autorização de trânsito de veículo MGA0940	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	59,74	59,74	59,74
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de autorização de trânsito de veículo MKW6766	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	59,74	59,74	59,74
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de autorização de trânsito de veículo MDD4385	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	59,74	59,74	59,74
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Vistoria IVECO/CITYCLASS 70C17	VISTO CEDRO LTDA - ME	22.717.576/0001-07	1,00	Un	150,00	150,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Multa por não identif. do infrator	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL D'OESTE	82.821.174/0001-80	1,00	Un	139,00	139,00	139,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Multa por transitar em vel. superior a máxima permitida	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL D'OESTE	82.821.174/0001-80	1,00	Un	139,64	139,64	139,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Multa por transitar em vel. superior a máxima permitida	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL D'OESTE	82.821.174/0001-80	1,00	Un	139,64	139,64	139,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Multa por não identif. do infrator	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL D'OESTE	82.821.174/0001-80	1,00	Un	139,00	139,00	139,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM PARA CAMIONHETE UTILITÁRIA, com as seguintes especific	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	20,00	Un	41,50	41,50	830,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	30,00	Un	29,00	29,00	870,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tampa valvula - 7083374	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	264,9717	264,9717	264,97
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Hipoclorito de sódio - 11% de cloro ativo, para desinfecção	BUSCHLE & LEPPER SA	84.684.471/0006-60	1.080,00	Kg	2,08	2,08	2.246,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Ácido Fluossilícico	BUSCHLE & LEPPER SA	84.684.471/0006-60	500,00	Kg	2,79	2,79	1.395,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TE PVC, SOLDAVEL, COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 M	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,87	1,87	37,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE. VS. SOLDAVEL, DN 40 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	13,93	13,93	139,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE. VS. SOLDAVEL, DN 20 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	5,08	5,08	50,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE. VS. ROSCAVEL, DN 3/4"	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	6,47	6,47	64,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE. VS. ROSCAVEL, DN 1 1/4	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	14,11	14,11	141,10

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 8/ 29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Reservatório de polietileno com capacidade de 310L, com tamp	Bem Adquirido	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	2,00	Un	159,00	318,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	NIPLE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 3" X 2 1/2", COM R		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	1,00	Un	61,55	61,55
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 60 X 50 MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	2,30	46,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 75 X 60 MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	6,90	138,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 40 X 32 MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,82	16,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 2", C		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	22,66	226,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 32 X 20 MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,99	19,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 85 X 75 MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	5,59	111,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	NIPLE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	8,00	Un	6,34	50,72
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,86	37,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 40 X 25 MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,58	31,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 85 MM X 3/		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	6,95	139,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 50 MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	14,38	143,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	9,00	Un	24,32	218,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP, PVC PBA, JE, DN 50 / DE 60 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 1		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	4,44	44,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 40MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	3,18	63,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA PVC, ROSCAVEL, 2 1/2", ÁGUA FRIA		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	14,14	282,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA PVC, ROSCAVEL, 1 1/4", ÁGUA FRIA		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	4,05	81,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 85MM		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	27,17	543,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", C		MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	10,56	105,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 9/29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA ROSCAVEL, PVC, 1/2", ÁGUA FRIA LTDA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,94	18,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 32 MM X 3/4"	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	3,66	73,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TORNEIRA PLASTICA PARA TANQUE 3/4" COM BICO PARA MANGUEIRA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	10,57	105,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (N)	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,37	7,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Reservatório de polietileno com capacidade de 250L, com tamp	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	2,00	Un	149,00	298,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 60 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	26,37	263,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", ÁGUA FRIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	4,43	88,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	30,00	Un	10,80	324,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 25 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	6,54	65,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1/2"	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	5,37	53,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE CORRER, PVC PBA, JE, DN 50 / DE 60 MM, PARA REDE AGU	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	30,00	Un	7,09	212,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	NIPLE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3"	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	1,00	Un	54,36	54,36
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	12,00	Un	15,87	190,44
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA ROSCAVEL, PVC, 3/4", ÁGUA FRIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,41	28,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 32 MM, PARA AGUA FRI	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	30,00	Un	9,97	299,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 20 MM, PARA AGUA FRI	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	3,14	62,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA ROSCAVEL, PVC, 1", ÁGUA FRIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	2,36	47,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA PVC, ROSCAVEL, 2", ÁGUA FRIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	9,05	181,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,96	39,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE CORRER, PVC PBA, JE, DN 75 / DE 85 MM, PARA REDE AGU	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	15,36	307,20

Folha: 10/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUIVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 50 MM, PARA AGUA FRI	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	30,00	Un	11,29	338,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUIVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 25 MM, PARA AGUA FRI	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	4,14	82,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 60 X 32 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	4,67	93,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	41,81	418,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	9,43	188,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	2,13	42,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 40 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	6,21	124,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,83	16,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,27	5,40
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,18	3,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 1	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	11,95	119,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUIVA PVC, ROSCAVEL, 3", AGUA FRIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	20,55	411,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ESCADA EXTENSIVEL EM ALUMINIO COM 10,00 M ESTENDIDA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	1,00	Un	605,70	605,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 50 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	7,61	152,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	3,49	69,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,55	31,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 20 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,16	23,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 75 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	15,91	318,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 60 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	10,71	214,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	6,21	124,20

Folha: 11/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDADAVEL, 32 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,94	38,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDADAVEL, 25 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,16	23,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDADAVEL, 20 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,89	17,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 60 MM X 3/4	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	5,56	111,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 50 MM X 3/4	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	5,71	114,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 40 MM X 3/4	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	4,68	93,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Chave de grifo 48" cabo longo	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	1,00	Un	499,00	499,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Chave de grifo 36" cabo longo	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	1,00	Un	349,00	349,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP, PVC PBA, JE, DN 75 / DE 85 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 1)	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	11,45	114,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, SOLDADAVEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	23,63	236,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, SOLDADAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	9,95	99,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, SOLDADAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	5,44	54,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	UNIAO EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBO EM PEAD, 20 MM - LIGA	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	100,00	Un	1,93	193,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, SOLDADAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	1,86	18,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, SOLDADAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	1,00	10,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, SOLDADAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	0,57	5,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, SOLDADAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	0,50	5,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDADAVEL, LONGA, COM 85 X 60 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	8,48	169,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDADAVEL, LONGA, COM 75 X 50 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	7,17	143,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TE SOLDADAVEL, PVC, 90 GRAUS, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (N	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	5,00	Un	40,15	200,75

Folha: 12/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 60 X 50 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	6,12	122,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 60 X 25 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	3,81	76,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Reservatório de polietileno com capacidade de 1000L, com tam	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	2,00	Un	265,00	530,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 50 X 32 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	2,24	44,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 50 X 20 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,78	35,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 50 X 25 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,78	35,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 40 X 20 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,45	29,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 60 X 40 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	4,93	98,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	10,42	104,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 50 X 40 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	1,38	27,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM,	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	4,00	Un	17,27	69,08
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 32 X 25 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,36	7,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	12,02	240,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 25 X 20 MM	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	0,16	3,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Reservatório de polietileno com capacidade de 500L, com tamp	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	2,00	Un	149,00	298,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	10,00	Un	3,65	36,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL, 1 1/2" X 3/4"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	3,20	64,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGES LIVRES, 40 MM X 1 1/4",	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	5,00	Un	23,32	116,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL, 1" X 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	1,25	25,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/4	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	2,15	43,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 13/29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 1 1/2" X 1 1/4"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	2,55	51,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, COM FLANGES LIVRES, 75 MM X 2 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	5,00	Un	70,00	350,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, ROSCAVEL, 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	10,00	Un	1,40	14,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	0,30	6,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL, 1" X 3/4"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	1,25	25,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL 3/4" X 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	0,35	7,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, COM FLANGES LIVRES, 85 MM X 3", PARA FLANGES LIVRES, 50 MM X 1 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	5,00	Un	100,00	500,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, COM FLANGES LIVRES, 50 MM X 1 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	5,00	Un	23,40	117,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	4,00	Un	30,00	120,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	1,00	Un	22,00	22,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Hidrometro Unijato, com transmissão magnética, para água fria	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	30,00	Un	75,00	2.250,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	FLANGE SEXTAVADO DE FERRO GALVANIZADO, DE 2 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	2,00	Un	60,00	120,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	EXTREMIDADE/TUBETE PARA HIDROMETRO PVC, COM ROSCA CURTA, SEM	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	50,00	Un	3,00	150,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	4,00	Un	30,00	120,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MIF 2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	6,00	Un	25,00	150,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	FLANGE SEXTAVADO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	2,00	Un	40,00	80,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1 1/4", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	13,00	260,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	EXTREMIDADE/TUBETE PARA HIDROMETRO PVC, COM ROSCA LONGA, SEM	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	50,00	Un	4,00	200,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total

Folha: 14/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEM	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, DE 2 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	2,00	Un	120,00	240,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, ROSCAVEL, 3", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	10,00	Un	20,30	203,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, ROSCAVEL, 2", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	10,00	Un	8,02	80,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, ROSCAVEL, 2 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	10,00	Un	15,54	155,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	KIT CAVALETE, PVC, COM REGISTRO, PARA HIDROMETRO, BITOLA 3/4	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	50,00	Un	35,00	1.750,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	2,70	54,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	5,00	100,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 2" X 1 1/4"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	8,90	178,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 2" X 1"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	6,15	123,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 1 1/4" X 1"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	2,20	44,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 2", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	24,88	497,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	17,00	340,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, COM FLANGES LIVRES, 60 MM X 2", PARA	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	5,00	Un	35,77	178,85
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, CURTO COM BOLSA E ROSCA, 85 MM X 3"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	10,00	200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X 1 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	2,20	44,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32 MM X 1"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	0,90	18,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, CURTO COM BOLSA E ROSCA, 20 MM X 1 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	0,25	5,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, COM FLANGES LIVRES, 25 MM X 3/4"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	5,00	Un	8,20	41,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75 MM X 2 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	9,60	192,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDADAVEL, COM FLANGES LIVRES, 32 MM X 1", PARA	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	5,00	Un	12,54	62,70

Folha: 15/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/2	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	4,60	92,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X 1 1/4	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	5,30	106,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60 MM X 2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	5,50	110,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	10,00	Un	7,00	70,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Bucha de redução roscável 3/4" x 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	0,70	14,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, ROSCAVEL, 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	10,00	Un	0,95	9,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, ROSCAVEL, 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	10,00	Un	2,60	26,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAP PVC, ROSCAVEL, 1 1/4", AGUA FRIA PREDIAL	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	10,00	Un	7,64	76,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 1 1/4" X 3/4"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	3,54	70,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 2" X 1 1/2"	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	20,00	Un	5,50	110,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Anuidade do Conselho Regional de Química REGIAO	CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 13 REGIAO	79.887.659/0001-61	1,00	Un	966,30	966,30
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LAVAGEM completa - VEICULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	2,00	Un	29,00	58,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LAVAGEM completa - VEICULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	3,00	Un	29,00	87,00
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	FILTRO RACOR-PARKER	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	95,8588	95,86
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	FILTRO DIESEL - FRAM-PARKER	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	87,1264	87,13
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	FILTRO LUBRIF. FRAMMANN	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	59,9108	59,91
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	Filtro Diesel Racor	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	64,9192	64,92
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	Filtro diesel,	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	64,9192	64,92
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	Filtro Oleo Lubrificante	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	51,5128	51,51
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	FILTRO RACOR-PARKER	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	95,8588	95,86

Folha: 16/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FILTRO DIESEL - FRAM-PARKER	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	87,1264	87,13
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FILTRO LUBRIF. FRAMMANN	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	59,9108	59,91
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro Diesel Racor	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	64,9192	64,92
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro diesel,	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	64,9192	64,92
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro Oleo Lubrificante	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	51,5128	51,51
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	COXIM DO AMORTECEDOR DIANTEIRO	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	170,4554	170,46
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Disco de freio	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	213,15	426,30
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	jogo de Pastilha de freio	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Jogo	235,20	235,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ROTEADOR WIFI 3 ANTENAS 450MBPS COM FUNÇÃO REPETIDOR (WPS)	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	135,00	135,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SANDUÍCHES de PÃO TIPO FATIADO, contendo: apresuntado,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	200,00	Un	2,40	480,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PÃO DE QUEIJO, assado, acondicionado em embalagem apropriada	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	100,00	Un	0,75	75,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cebola, tamanho: médio, nova, 1 qualidade, com casca,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Kg	4,40	22,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOLO COM COBERTUA DE CHOCOLATE tipo NEGA MALUCA macio,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	39,55	197,75
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Salgado do tipo RISOLES-CARNE DE FRANGO, frito, recheio de	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	200,00	Un	0,85	170,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Salgado do tipo RISOLES-CARNE BOVINA, frito, recheio	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	200,00	Un	0,85	170,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PÃO SOVADO para CACHORRO QUENTE acondicionado em embalagem	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	200,00	Un	4,60	920,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESFIRRA com recheio de QUEIJO, assadas, em cartucho de papel	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	200,00	Un	0,70	140,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESFIRRA com recheio de PRESUNTO, assadas, em cartucho de	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	100,00	Un	0,70	70,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESFIRRA com recheio de CARNE DE FRANGO, assadas, em cartucho	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	200,00	Un	0,70	140,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESFIRRA com recheio de CARNE BOVINA, assadas, em cartucho de	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	200,00	Un	0,70	140,00

Folha: 17/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	cuca redonda, de 760 g, com recheio de sabores diversos	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	15,00	Un	8,15	122,25
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	COXINHA DE CARNE DE FRANGO, fritas, com peso aproximado	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	200,00	Un	0,74	148,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	COXINHA DE CARNE BOVINA, fritas, com peso aproximado de 50 g	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	200,00	Un	0,74	148,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOLO DE CHOCOLATE com cobertura, mado	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	5,00	Un	38,90	194,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOLO com COBERTURA tipo FORMIGUEIRO	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	5,00	Un	38,80	194,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOLACHA CASEIRA tipo SORTIDA, com cobertura, acondicionado	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	10,00	Kg	18,50	185,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOLACHA CASEIRA tipo ROSCA, com cobertura, acondicionado em	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	3,00	Kg	18,50	55,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Recarga de botijão de gás de cozinha, 13 kg.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	2,00	Un	82,50	165,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SALSICHA DE FRANGO tipo HOT DOG	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	20,00	PCT	11,05	221,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	QUEIJO tipo FATIADO, produto livre de parasitas e de	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	10,00	Un	5,49	54,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PRESUNTO tipo FATIADO, produto livre de parasitas e de	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	10,00	Un	4,94	49,40
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Molho de tomate em sachê, embalagem de 347 gramas	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	10,00	Un	1,77	17,70
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	MISTURA PARA REFRESCO, sabores variados	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	20,00	Un	0,84	16,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	MARGARINA tipo CREMOSA, não contém glúten, no rotulo deverá	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	2,00	Un	2,74	5,48
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LEITE DESNATADO, em embalagem (primária) tetra park,	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	2,00	CX	3,39	6,78
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CAFÉ, granulado, validade mínima 12 meses, data de validade	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	15,00	Un	11,98	179,70
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CAFÉ tipo TORRADO E MOIDO, moagem fina e uniforme, embalagem	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	2,00	Un	9,98	19,96
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BISCOITO DOCE - TIPO SORTIDO, embalagem de no mínimo 800 gr	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	2,00	PCT	8,35	16,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de chapeação e pintura ÔNIBUS VOLKS	JONAS OCHOA 05826140909	26.779.677/0001-63	14,00	H	72,38	1.013,32
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 13, 14 e 15	delVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	16,38	32,76

Folha: 18/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Portão grade de proteção interna para a porta de acesso pfn	IDA DE LOURDES BORELI DA SILVA	32.673.117/0001-22	1,00	Un	429,75	429,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Teia de proteção para janela com dimensões de 200x90 centímetro	IDA DE LOURDES BORELI DA SILVA	32.673.117/0001-22	4,00	Un	369,44	1.477,76
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Teia de proteção para porta da cozinha com dimensões de 210x	IDA DE LOURDES BORELI DA SILVA	32.673.117/0001-22	2,00	Un	618,24	1.236,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cobertura em alumínio e policarbonato para o acesso do Centr	IDA DE LOURDES BORELI DA SILVA	32.673.117/0001-22	1,00	Un	3.000,00	3.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Prateleira confeccionada em estrutura metálica, pintada na c	IDA DE LOURDES BORELI DA SILVA	32.673.117/0001-22	4,00	Un	49,01	196,04
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Ar condicionado capacidade 9.000 Btus, voltagem 220v, ciclo	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	2,00	Un	1.357,00	2.714,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Ar condicionado capacidade 18.000 Btus, voltagem 220v, ciclo	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	2,00	Un	1.999,00	3.998,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Ar condicionado capacidade 12.000 Btus, voltagem 220v, ciclo	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	2,00	Un	1.485,00	2.970,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mesa com formato em L, confeccionada em madeira/MDF ou materi	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	09.552.508/0001-77	2,00	Un	584,00	1.168,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mesa para escritório confeccionada em madeira/MDF ou materia	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	09.552.508/0001-77	2,00	Un	395,00	790,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cadeira para escritório fixa, com revestimento de corvín/coor	JHONATAN BAGATOLI	22.992.632/0001-11	5,00	Un	74,00	370,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Grade de proteção na Delegacia	EVANDRO TENROLLER 36521439812	28.771.247/0001-20	1,00	Un	750,00	750,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de mapeamento de rede de abastecimento de água: loca	MAURICIO LUCIANO 04280027900	34.684.817/0001-48	25,00	KM	200,00	5.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de geofonamento de rede de abastecimento de água: id	MAURICIO LUCIANO 04280027900	34.684.817/0001-48	25,00	KM	504,00	12.600,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Engrenagem eixo gira círculo - 04815	VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	14.016.902/0001-20	1,00	Un	1.300,00	1.300,00
Bem Adquirido		Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Ferro nodular redondo.	MAPEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA.	78.270.964/0001-47	8,00	Kg	40,00	320,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Reparo Cat - 3769017	MAPEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA.	78.270.964/0001-47	1,00	Un	369,00	369,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para endireitar a haste e montagem de cilindro	MAPEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA.	78.270.964/0001-47	1,00	Un	420,00	420,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de torno para recuperar a tampa do cilindro de deslo	MAPEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA.	78.270.964/0001-47	1,00	Un	275,00	275,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para geometria	LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	1,00	Un	50,00	50,00

Folha: 19/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para troca de pneus com montagem e desmontagem	com LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	2,00	Un	7,50	15,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para balanceamento de pneu	LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	4,00	Un	12,50	50,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	100,00	L	4,49	449,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	100,00	L	4,49	449,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tubo de Concreto de 1,5m x 1m, COM FERRAGEM.	F.MARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	23.457.996/0001-64	7,00	Un	635,00	4.445,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	bateria 95 a	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	547,3013	547,30
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bateria nova de 45 AMP garantia de no mínimo 12 meses.	CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	1,00	Un	266,20	266,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Publicação PL 11/2020	NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	8,00	CMC	50,00	400,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Publicação PL 11.2020 DOE	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	6,488	CMC	30,9911	201,07
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	LAVAGEM completa - ÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	4,00	Un	103,00	412,00
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	LAVAGEM completa - MICROÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	4,00	Un	75,00	300,00
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	LAVAGEM completa - ÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	4,00	Un	103,00	412,00
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	LAVAGEM completa - MICROÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	8,00	Un	75,00	600,00
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	LAVAGEM completa - ÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	8,00	Un	103,00	824,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	1.800,00	L	3,80	6.840,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	1.500,00	L	3,91	5.865,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA	02.678.428/0001-13	5,00	Un	63,00	315,00
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	ROLAMENTO COMPL. CARDAM REI/COFAP	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	584,5698	584,57
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	AMORTECEDOR DIANTEIRO.	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	460,2967	920,59
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA	BORRACHA PONTA ESTAB	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	25,1227	100,49

Folha: 20/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BORRACHA CENTRAL ESTAB	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	31,4142	62,83
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Barra articulação - A6957200406	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	193,7838	193,78
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira intercooler - TAL/117231	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	37,6872	37,69
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conj. rolamento cardan CP - TMG/521117	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	584,5698	584,57
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bucha cabine P/tras. - 2TK/899397/B	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	41,92	167,68
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira intercooler - TQG/117231	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	165,1213	330,24
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bucha central estab - 2ZO/411324	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	43,8495	87,70
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira intercooler - 2SR/117247	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	22,6443	22,64
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Dente lateral L.D. - 400/F0343	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	138,9735	138,97
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Dente lateral L.E. - 400F0343	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	140,353	140,35
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Dente central - 400/F0341	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	3,00	Un	76,8515	230,55
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Porca de aço - 1340/0701Z	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	10,00	Un	3,27	32,70
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Parafuso central - 826/00303	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	8,00	Un	12,9139	103,28
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Parafuso lateral - 1305/0714Z	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	4,00	Un	23,89	95,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Calço tambor retangular Bomag - 6180100	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	2,00	Un	531,30	1.062,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PLACA DE VÍDEO MÍNIMO 2GB 128BIT DDR4/VGADVI/HDMI	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	300,00	300,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	PENDRIVE 16 GB USB 3.0	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	2,00	Un	18,00	36,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOLO DE CHOCOLATE com cobertura, mado	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	10,00	Un	38,90	389,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOLO com COBERTURA tipo FORMIGUEIRO	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	3,00	Un	38,80	116,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	cuca redonda, de 760 g, com recheio de sabores diversos	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	48,00	Un	8,15	391,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LUVA TRICOTADA em algodão REVESTIDA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Par	3,95	79,00

Folha: 21/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LUVA TRICOTADA em algodão REVESTIDA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Par	3,95	79,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CREME DE PROTEÇÃO PARA A PELE	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	15,00	Un	7,00	105,00
Órgão		Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PROTETOR SOLAR FPS 60, PROFISSIONAL	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	15,00	Un	14,00	210,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LUVAS de algodão tricotada, PIGMENTADA EM PVC NA FACE PALMAR	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	15,00	Par	1,65	24,75
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LUVA DE LÁTEX NATURAL	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	25,00	Par	2,15	53,75
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CREME DE PROTEÇÃO PARA A PELE	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	15,00	Un	7,00	105,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PROTETOR SOLAR FPS 60, PROFISSIONAL	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	15,00	Un	14,00	210,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LUVAS de algodão tricotada, PIGMENTADA EM PVC NA FACE PALMAR	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	15,00	Par	1,65	24,75
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LUVA DE LÁTEX NATURAL	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	25,00	Par	2,15	53,75
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PROTETOR SOLAR FACIAL	FONTSEGR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	20,00	Un	22,90	458,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	FONTSEGR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	20,00	Un	2,48	49,60
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	BOTA TÉRMICA	FONTSEGR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	1,00	Par	100,00	100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PROTETOR SOLAR FACIAL	FONTSEGR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	20,00	Un	22,90	458,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	FONTSEGR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	20,00	Un	2,48	49,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra p manutenção elétrica LEVES VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,00	H	61,11	122,22
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Capa 1/2 2SN	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	4,00	Un	10,00	40,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para prensagem..	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	12,80	Min	2,50	32,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 190FJ 08-08	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	38,00	38,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira 1/2 2SN.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	4,22	M	42,00	177,24
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 100FJ-08-08.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	3,00	Un	30,00	90,00

Folha: 22/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira 3/4 4SP.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,30	M	192,00	249,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para prensagem..	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	12,60	Min	2,50	31,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Anel Oring 2-213	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	3,50	7,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 145FJ-12-12	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	80,00	160,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Capa 3/4 R12	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	25,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Luva tricotada em poliâmida REVESTIDA EM PU, tamanhos	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	20,00	Un	12,45	249,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Luva tricotada em poliâmida REVESTIDA EM PU, tamanhos	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	20,00	Un	12,45	249,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Silicone acético. Multiuso. 270g. incolor.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	1,00	Un	16,00	16,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Foice com cabo. Modelo roçadeira.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	1,00	Un	34,80	34,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Prego com cabeça, tamanho 18x27, pacote com 1kg.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	1,00	Un	11,89	11,89
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Martelo 27mm, modelo unha, com 250g e cabo de madeira.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	1,00	Un	34,00	34,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	cimento, saco com 50 kg	MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	1,00	SC	26,80	26,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Lava jato alta pressão 2400W, pressão mínima 2400psi, pressã	GESUL COMERCIAL LTDA	14.711.959/0001-40	1,00	Un	1.900,00	1.900,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cadeira para escritório tipo presidente, peso real mínimo su	GESUL COMERCIAL LTDA	14.711.959/0001-40	3,00	Un	289,00	867,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviços topográfico ou geodésico de levantamento	BATISTELLO SERVICOS AMBIENTAIS E TOPOGRAFICOS LTDA	10.885.852/0001-67	16.500,00	M2	0,24	3.960,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço topográfico de levantamento planialtimétrico	BATISTELLO SERVICOS AMBIENTAIS E TOPOGRAFICOS LTDA	10.885.852/0001-67	3.000,00	M2	0,26	780,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 3000 ml litros	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	1,00	Un	179,50	179,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 500 litros amiento	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	1,00	Un	99,50	99,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 500 litros amiento	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	1,00	Un	99,50	99,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 500 litros amiento	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	1,00	Un	99,50	99,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Folha: 23/29

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 750 litros	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	1,00	Un	99,50	99,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 15 mil litros	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	2,00	Un	199,50	399,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 15 mil litros	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	1,00	Un	199,50	199,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Serviço de desratização	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	3,00	Un	9,80	29,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de desratização	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	4,00	Un	9,80	39,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de desratização	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	2,00	Un	9,80	19,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de desratização	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	7,00	Un	9,80	68,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de desratização	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	18,00	Un	9,80	176,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 500 litros amiente	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	1,00	Un	99,50	99,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de desratização	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	10,00	Un	9,80	98,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Prestação de serviços de desinsetização completa	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	273,00	M2	0,59	161,07
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Prestação de serviços de desinsetização completa	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	214,64	M2	0,59	126,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Prestação de serviços de desinsetização completa	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	190,00	M2	0,59	112,10
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Prestação de serviços de desinsetização completa	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	638,42	M2	0,59	376,67
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Prestação de serviços de desinsetização completa	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	1.820,13	M2	0,59	1.073,88
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 1000 (mil) litros	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	4,00	Un	99,50	398,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Prestação de serviços de desinsetização completa	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	886,43	M2	0,59	522,99
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Serviço de Limpeza de caixas d'água de 500 litros amiente	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	3,00	Un	99,50	298,50
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Serviço de desratização	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	12,00	Un	9,80	117,60
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Prestação de serviços de desinsetização completa	DEDETIZADORA SAO MIGUEL LTDA	11.225.410/0001-57	614,16	M2	0,59	362,35
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Película de celular K9	PRIMAZ, DOS SANTOS LTDA	15.280.194/0001-01	1,00	Un	20,00	20,00

Folha: 24/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Capinha de celular K9	PRIMAZ, DOS SANTOS LTDA	15.280.194/0001-01	1,00	Un	20,00	20,00	20,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação PL 12/2020	NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	8,00	CMC	50,00	50,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação PL 12/2020 DOE	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	6,488	CMC	30,9911	30,9911	201,07
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conjunto - Estilo para Motoqueiro Impermeável.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	4,00	Un	95,00	95,00	380,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	200,00	L	4,49	4,49	898,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Conserto de aparelho de ar condicionado do Deslucamento	ADILSO ZATTI	025.653.249-44	3,00	Un	93,3333	93,3333	280,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	1.200,00	L	3,80	3,80	4.560,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Junta seletora - 4151515151	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	1,00	Un	35,56	35,56	35,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Junta seletora - 4151515320	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	1,00	Un	33,3375	33,3375	33,34
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Junta seletora - 4151515220	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	1,00	Un	30,1625	30,1625	30,16
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Retentor haste seletora - 4171515621	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	2,00	Un	47,625	47,625	95,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Junta seletora - 4151515163	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	1,00	Un	34,29	34,29	34,29
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Junta seletora - 4151515180	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	1,00	Un	23,8125	23,8125	23,81
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Braço do pinhao gira circulo G710 - CH69772	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	2,00	Un	1.195,26	2.390,52	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Angelônia (Angelonia Angustifolia) muda com 10cm	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	200,00	Un	1,00	200,00	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 1400R24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	Un	38,30	76,60	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	44,75	44,75	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Curso de continuação da BNCC, CULTURA	EXCLUSIVACAO - EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO LTDA	09.654.067/0001-14	1,00	Un	2.200,00	2.200,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Elemento Filtro Pre-M Multi Mil P4	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	3,00	Un	95,00	285,00	

Folha: 25/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Elemento Filt. Pre-M PH	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	2,00	Un	90,00	180,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Elemento Filt. Carvão-M - PH	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	2,00	Un	90,00	180,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Elemento Filt. Carvão-F Multi 1500	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Elemento Filt. Carvão-M Multi P3	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	3,00	Un	95,00	285,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Elemento Filt. Pre-M Super 1500	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	1,00	Un	105,00	105,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Elemento Filt. Carvão-F Super 1500	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	1,00	Un	135,00	135,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ROLAMENTO SETOR HIDRAÚLICO	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	298,40	298,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ARRUELA DIREÇÃO HIDRAÚLICA	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	60,25	60,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ROLAMENTO DIREÇÃO HIDRAÚLICA	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	112,70	112,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ESFERAS AÇO DIREÇÃO HIDRAÚLICA	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	37,00	Un	3,34	123,58
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	REPARO SETOR	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	251,10	251,10
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PINO TRAVA SEM FIM - DIREÇÃO HIDRAÚLICA	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	31,97	31,97
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA - REPARAR SETOR HIDRAÚLICO MECÂNICO	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	660,00	660,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SSD 480GB Sala 3 2.5"	ATUAL INFORMATICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	04.326.894/0001-65	1,00	Un	309,00	309,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	MEMÓRIA DDR3 2GB 1333MHZ	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	88,00	88,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de Obra para Limpeza e Higienização interna de ar condic	AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	5,00	Un	70,00	350,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Carimbo 4911 novo	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	1,00	Un	55,00	55,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Passagem de Ida e Volta de Chapecó a Brasília	EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	79.659.892/0001-97	1,00	Un	1.907,81	1.907,81
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Disco de tacadgrafo diário, caixa com 100 unidades.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	10,00	Un	24,15	241,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	VIDRO DE JANELA 63X47,5 INCOLOR OU FUMÊ	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	297,8136	297,81

Folha: 26/ 29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	borracha estabilizador	borracha estabilizador	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	UN	54,188	108,38
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ABRAÇADEIRA ESTABILIZADOR	ABRAÇADEIRA ESTABILIZADOR	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	34,4204	34,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Extintor ABC portátil 8kg. Validade de 5 anos	Extintor ABC portátil 8kg. Validade de 5 anos	FONTSEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	1,00	Un	144,00	144,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Extintor ABC portátil 4kg. Validade de 5 anos	Extintor ABC portátil 4kg. Validade de 5 anos	FONTSEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	1,00	Un	130,00	130,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pipetador de Sucção de Borracha (Pêra)	Pipetador de Sucção de Borracha (Pêra)	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	3,00	Un	15,00	45,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Reagente analítico, SPADNS	Reagente analítico, SPADNS	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	3,00	Un	45,00	135,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Termometro químico, escala interna -10+60: 1C	Termometro químico, escala interna -10+60: 1C	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	1,00	Un	38,35	38,35
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Reagente DPD para análise de cloro livre, comprimido de 1g,	Reagente DPD para análise de cloro livre, comprimido de 1g,	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	6,00	Un	150,00	900,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Água destilada	Água destilada	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	100,00	L	1,86	186,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Becker 250 mL, de plástico	Becker 250 mL, de plástico	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	2,00	Un	5,50	11,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Balão volumétrico de vidro, 100 mL	Balão volumétrico de vidro, 100 mL	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	5,00	Un	15,00	75,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Proveta Graduada de plástico de 1000mL	Proveta Graduada de plástico de 1000mL	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	3,00	Un	32,70	98,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Proveta Graduada de plástico de 2000mL	Proveta Graduada de plástico de 2000mL	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	3,00	Un	119,30	357,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pisseta de plástico, 250 ml	Pisseta de plástico, 250 ml	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR	01.832.145/0001-11	2,00	Un	5,15	10,30
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	IPVA (Cota Unica) 2020	IPVA (Cota Unica) 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	749,56	749,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Seguro DPVAT (Cota Unica) 2020	Seguro DPVAT (Cota Unica) 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,78	5,78
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Licenciamento Anual 2020	Licenciamento Anual 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	IPVA (Cota Unica) 2020	IPVA (Cota Unica) 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	165,14	165,14
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Seguro DPVAT (Cota Unica) 2020	Seguro DPVAT (Cota Unica) 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,23	5,23
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Licenciamento Anual 2020	Licenciamento Anual 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pagamento de Taxa DPVAT 2020	Pagamento de Taxa DPVAT 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21

Folha: 271/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - CAMINHÃO	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	30,00	Un	88,00	2.640,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	6,00	Un	80,00	480,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - MOTONIVELADORA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	10,00	Un	87,00	870,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - PÁ CARREGADEIRA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	2,00	Un	73,00	146,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - RETROSCAVADEIRA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	12,00	Un	66,00	792,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - ROLO COMPACTADOR	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	10,00	Un	63,00	630,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM para TRATOR DE ESTEIRAS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	4,00	Un	85,00	340,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BOBINA TÉRMICA 57 MM X 300M	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	1,00	Un	82,2789	82,28
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Retentor virabrequim	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	251,25	251,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mola mestre traseira	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	1.012,37	1.012,37
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	kit embreagem	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	2.405,30	2.405,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	junta da tampa do motor	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	99,3275	99,33
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Correia alternador	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	180,90	180,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bucha do estabilizador	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	4,00	Un	36,85	147,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Amortecedor traseiro	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	2,00	Un	372,52	745,04
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	38,30	38,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	44,75	44,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 17.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	Un	36,50	146,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de mecânica ESPECIALIZADA VOLARE	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	12,72	H	199,00	2.531,28
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica VOLARE	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	H	123,85	123,85

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 28/29

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Extintor ABC portátil 6kg. Validade de 5 anos	FONTESEGURO DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	31.615.720/0001-95	1,00	Un	144,00	144,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Extintor ABC portátil 6kg. Validade de 5 anos	FONTESEGURO DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	31.615.720/0001-95	1,00	Un	144,00	144,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Extintor ABC portátil 4kg. Validade de 5 anos	FONTESEGURO DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	31.615.720/0001-95	2,00	Un	130,00	260,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa anuidade UNDIME 2020	UNDIME - UNIAO NAC. DIRIG. MUNIC. EDUC.	79.363.123/0001-47	1,00	Un	687,00	687,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	silicone	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	4,90	19,60
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	cinta plástica	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	20,00	Un	0,20	4,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	parafuso	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	20,00	Un	0,20	4,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Fita isolante 10 mts	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	5,00	Un	4,90	24,50
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Barra Rosca	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	5,00	Un	4,90	24,50
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Interruptor Sobrepor	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	6,90	13,80
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Fio 4 mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	5,00	M	1,49	7,45
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Mão de obra	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Ducha Zagonel	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	49,90	49,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Fita isolante 10 mts	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	4,90	4,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Grampo R4	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	2,90	5,80
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Plug 10 A	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	10,00	10,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	fita isolante 20mt.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	6,90	13,80
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	CABO PP 2X1,5	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	40,00	M	1,90	76,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Refletor 10W	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	39,90	39,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Refletor 20W	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	60,00	60,00

Folha: 29/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	fio 2,5 mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	7,00	M	0,99	6,93
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Parafuso auto brocante,	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	12,00	Un	0,20	2,40
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	fita isolante 20mt.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	6,90	6,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	base fotocelula	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	9,90	19,80
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	relé fotocelula.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	29,90	59,80
Total Geral ---->							599.476,46

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS MUNICÍPIO DE PRINCESA 02.2020

Publicação Nº 2527955

Folha: 1/ 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Fevereiro/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de Despachante Ônibus MGA 0940	DESPACHANTE TOIGO LTDA - ME	07.264.098/0001-33	1,00	Un	1,00	1,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	38,30	38,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Sibiripuna - Caesalpinia pluviosa, com no mínimo 50cm	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda De Guabiju - Myrcianthes pungens, no mínimo 50cm de alt	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Pitanga - Eugenia uniflora L., com no mínimo 50cm de	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Jambolão - Syzygium jambolanum, com no mínimo 50 cm	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Angico - Parapiptadenia rigida, com no mínimo 50cm	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Guabiroba - Campomanesia xanthocarpa, com no	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Ingá - Inga sessilis (Vell.) Mart,	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Araça Vermelho - Myrcueugenia myrcioides (Cambess) O.	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Cereja Preta - Eugenia involucrata, com no mínimo 50	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Canela Branca - Ocotea spixiana, com no mínimo 50 cm	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	50,00	Un	7,50	375,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Muda de Cedro - Cedrela fissilis Vell, com no mínimo 50cm de	NOVAMIL EMPREENDIMIENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	03.254.647/0001-38	25,00	Un	7,50	187,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	200,00	L	3,80	760,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	500,00	L	4,49	2.245,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	300,00	L	3,80	1.140,00

Folha: 2 / 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	100,00	L	3,91	391,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	200,00	L	3,91	782,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro Lubrificante (6736-51-5142)	MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	79.879.318/0001-44	1,00	Un	88,1189	88,12
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cartucho - 600-319-3610	MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	79.879.318/0001-44	1,00	Un	188,4931	188,49
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro Combustivel - 6754-79-6140	MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	79.879.318/0001-44	1,00	Un	107,9926	107,99
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	8,00	Un	38,30	306,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 17,5-25	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu 17,5-25	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	96,50	96,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica CATERPILLAR	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	H	118,77	475,08
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Solda MIG MAG VI	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	50,00	Min	4,27	213,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica KOMATSU	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	5,00	H	117,56	587,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Solda MIG MAG VI	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	45,00	Min	4,27	192,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 1400-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica JCB	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,833	H	119,5417	219,12
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	44,75	44,75
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Solda MIG MAG VI	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	30,00	Min	4,27	128,10
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica CATERPILLAR	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	H	118,77	475,08
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Solda MIG MAG III	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	30,00	Min	4,25	127,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Contratação de serviço de mecânica básica CHEVROLET	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,50	H	79,15	118,73
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	EDREDOM de malha, cores sortidas, malha 100% algodão, gramat	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	25,00	Un	50,50	1.262,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Travesseiro 100% poliéster	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	50,00	Un	16,74	837,00

Folha: 3 / 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Colchão para berço 130x60x10	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	50,00	Un	67,90	3.395,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ART - Anotação de Responsabilidade Técnica	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	88,78	88,78
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	cavadeira	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	69,90	69,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	placa oega	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	4,85	4,85
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Ponteira	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	0,90	3,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Bucha 8	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	0,20	0,60
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Fio para parabólica	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	37,50	M	1,40	52,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Bucha 6	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	10,00	Un	0,20	2,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tomada X	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	12,90	25,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Parafuso 5x50	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	10,00	Un	0,15	1,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	parafuso	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	0,50	2,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Fio 2 x 2,5	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	M	1,7875	7,15
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	lâmpada 40W	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	7,00	Un	36,90	258,30
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Lâmpada 32 W	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	6,00	Un	24,90	149,40
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Lâmpada led tubular.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	20,00	Un	26,90	538,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Lâmpada 41W	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	5,00	Un	39,90	199,50
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Lâmpada LED 6W	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	5,00	Un	9,90	49,50
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	lâmpada 59 W	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	47,90	191,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço - Soldar e modificar rodas.	AUTO DIESEL GUARUJA LTDA	01.449.417/0001-07	1,00	Un	3.115,00	3.115,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Perfil ferro chapa 1/4 calandrada.	AUTO DIESEL GUARUJA LTDA	01.449.417/0001-07	4,00	Un	455,00	1.820,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço - Torno cortar 4 rodas	AUTO DIESEL GUARUJA LTDA	01.449.417/0001-07	1,00	Un	1.640,00	1.640,00

Folha: 4 / 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de Despachante Ônibus MGA 0940	DESPACHANTE TOIGO LTDA - ME	07.264.098/0001-33	1,00	Un	87,52	87,52
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cabo PP 2 X 2,5	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	50,00	M	2,90	145,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tomada daneva 20A	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	6,90	6,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pino daneva 10A	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	6,90	6,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	VIDRO PARABRISA INTEIRIÇO	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	2.945,00	2.945,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	H	119,15	238,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Extintor ABC portátil 4kg. Validade de 5 anos	FONTESEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	1,00	Un	130,00	130,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LEITE INTEGRAL UHT - 0% lactose - 1 litro	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	2,00	Un	3,65	7,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Arroz, sub-grupo parbolizado polido, classe longo fino	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	24,00	Un	12,45	298,80
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Arroz branco, tipo 1, longo, fino, polido, sem sujidades	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	24,00	Un	12,90	309,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FARINHA DE MILHO (fubá) - 1 kg.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	30,00	Un	2,55	76,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FEIJÃO PRETO, tipo 1 - 1 kg.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	30,00	Un	3,80	114,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Sagu, tipo 1, sub-grupo selecionado, classe pérola,	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	8,00	Un	3,18	25,44
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Macarrão de sêmola com Ovos, tipo parafuso, pacotes de 1kg	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	10,00	Un	4,43	44,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Margarina sem sal, extra cremosa, 70% de lipídeos no mínimo,	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	6,00	Un	4,45	26,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Fainha de trigo especial, tipo 1, de cor branca	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	5,00	Un	14,85	74,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FARINHA DE TRIGO Especial - 5 kg.	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	5,00	Un	9,60	48,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CAFÉ solúvel granulado	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	5,00	Un	11,43	57,15
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne bovina pura, tipo acém, cortada em cubos, sem osso	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	19,15	191,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne suína, tipo quarto, em pedaços, inspecionada,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	12,75	127,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne suína, tipo bisteca congelada	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	12,35	123,50

Folha: 5/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne Bovina, tipo bife de carne de gado patinho sem nervos	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	20,99	209,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne moída bovina, de boa qualidade, resfriada, magra	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	60,00	Kg	14,65	879,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne bovina tipo músculo, magro, sem gordura e sebo	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	14,99	149,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne suína, tipo paleta, em pedaços, inspecionada	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	9,99	99,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Massa para Lasanha, direto ao forno, embalagem de 500g.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	4,65	46,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne moída congelada de ave,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	36,00	Un	6,89	248,04
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Coxa e sobrecoxa de frango. A carne deve ser firme,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Kg	7,44	223,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne bovina tipo iscas, a carne deve ser de paleta sem osso	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	16,99	169,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cortes de frango sassami, filézinho, congelado.	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	28,00	Kg	10,65	298,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	AÇÚCAR Cristal Especial - 5 kg.	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	6,00	Un	9,79	58,74
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Leite integral, pasteurizado, longa vida UHT, embalagem tetra	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	12,00	Un	3,20	38,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mortadela, sem cubos de gordura,	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	2,00	Un	17,80	35,60
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Leite em pó, 0% Lactose, embalagem de 380 g	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	1,00	Un	17,00	17,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de Obra - Especializada	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	160,00	160,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA - reparar setor hidráulico/mecânico.	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	240,00	240,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ESFERAS ACO DIREÇÃO HIDRÁULICA UN - ZF 7.009MM	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	37,00	Un	3,68	136,16
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	REPARO SETOR MB 709/912/712 C/914/915. /VW 8150	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	239,45	239,45
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	OLEO ATF - VERMELHO - DIREÇÃO HIDRÁULICA/CAIXA - LT	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	2,00	Un	27,80	55,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo transmissão 20 litros - 4000/2520	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	509,03	509,03
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo hidráulico 20 litros - 4002/0720	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	6,00	Un	398,3907	2.390,34
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de combustível - 320/07394	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	190,1307	190,13

Folha: 6/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de transmissão 581/M8564	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	95,17	95,17
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro hidráulico - 32/925346	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	262,87	262,87
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro Lubrificante - 320/04133A	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	70,65	70,65
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro sedimentador - 32/925915	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	174,11	174,11
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TECLADO USB MULTIMÍDIA PADRÃO ABNT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	1,00	Un	39,00	39,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra p manutenção elétrica ÔNIBUS VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	75,00	H	63,89	4.791,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra p manutenção elétrica ÔNIBUS VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	22,00	H	63,89	1.405,58
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para prensagem..	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	21,599	Min	2,50	54,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 100MB-12-12	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	55,00	55,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 100FB-12-10	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	42,00	84,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Capa 5/8 R12.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	3,00	Un	18,00	54,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira 5/8 4SP	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,25	M	162,00	202,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Nitrogênio Líquido;	NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	09.492.811/0001-21	1.500,00	L	1,87	2.805,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Chuchu -	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	2,95	29,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cebola, boa qualidade, bulbo de tamanho médio	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Kg	3,73	111,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Brócolis - deverá ser fresco e saudável,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Kg	4,40	26,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cenoura de boa qualidade, de tamanho médio, escovada	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Kg	3,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BETERRABA - kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	2,95	29,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BATATA INGLESA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	40,00	Kg	2,90	116,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Batata doce.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	2,85	28,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Repolho verde.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Kg	3,59	71,80

Folha: 7/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MORANGA CABOTIÁ - kg.		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	2,75	27,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOMATE - kg		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Kg	4,08	81,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MAMÃO - tamanho MÉDIO		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	50,00	Kg	4,81	240,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PÉRA - Kg.		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	7,20	72,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pepino, in natura, de boa qualidade		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	3,65	36,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Ovos, grandes, de galinha, com registro, data de fabricação		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	DZ	5,47	109,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MELÃO - kg.		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	40,00	Kg	3,90	156,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MELANCIA		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	60,00	Kg	1,87	112,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MANGA - kg.		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Kg	4,85	145,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MAÇÃ tipo FUJI ou GALA		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	50,00	Kg	5,16	258,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	KIWI.		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	14,20	142,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Couve flor -		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	8,00	Un	4,18	33,44
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BANANA CATURRA		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	80,00	Kg	2,70	216,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Alimento com soja saboriogurte (iogurte de soja)		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Un	3,60	21,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ALHO in natura - 1 kg.		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Kg	23,84	23,84
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ALFACE, de primeira qualidade		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Un	3,20	19,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ABACAXI - 1,3 kg		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Un	6,97	41,82
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C		AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	750,00	L	4,45	3.337,50
Órgão Bem Adquirido		Nome do Fornecedor		CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo DIESEL - Comum		AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	10.000,00	L	3,62	36.200,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo diesel S10		AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	5.000,00	L	3,70	18.500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo diesel S10		AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	10.000,00	L	3,70	37.000,00

Folha: 8/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	5.000,00	3,62	18.100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	5.000,00	3,62	18.100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	750,00	4,45	3.337,50
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	750,00	4,45	3.337,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	20.000,00	3,62	72.400,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	3.000,00	4,45	13.350,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	50.000,00	3,62	181.000,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	8.000,00	3,70	29.600,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	3.000,00	4,45	13.350,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	300,00	4,45	1.335,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	7.500,00	4,45	33.375,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	2.500,00	3,62	9.050,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	6.200,00	3,70	22.940,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	160,00	3,62	579,20
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	75,00	3,70	277,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	45,00	4,45	200,25
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	1.000,00	4,45	4.450,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	500,00	4,45	2.225,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	150,00	4,45	667,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	195,00	4,45	867,75
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	L	500,00	4,45	2.225,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total

Folha: 9/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	fechadura	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	69,90	69,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	fechadura	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	69,90	69,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	fechadura	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	69,90	69,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Tinta Acrílica Branca 3,6l	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	29,90	89,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Penteado	ELIANE CRICELDI MALLMANN WOLFART 02403990990	27.000.360/0001-40	3,00	Un	50,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Maquiagem com cílios postiços	ELIANE CRICELDI MALLMANN WOLFART 02403990990	27.000.360/0001-40	3,00	Un	70,00	210,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Vestido de Festa	VITORIA CASSIA HOHENSEE SKASINSKI	31.957.937/0001-83	3,00	Un	300,00	900,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cintas plásticas.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	85,00	Un	0,60	51,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Espaguete liso	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	20,00	M	3,50	70,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ROLO DE FITA DE PANO	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	12,00	Un	12,00	144,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	fio médio 8mm	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	10,00	M	3,40	34,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rolos de fita isolante	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	58,00	RL	2,65	153,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CAPA PARA ENCOSTO DE BANCO ONIBUS ESCOLAR 97 X 66CM	EDEVALDO MUCHA 04697853903	26.047.887/0001-67	5,00	Un	140,00	700,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CAPA PARA ENCOSTO DE BANCO ONIBUS ESCOLAR 90 X 65CM -	EDEVALDO MUCHA 04697853903	26.047.887/0001-67	10,00	Un	140,00	1.400,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Abraçadeira de metal.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,00	Un	6,00	12,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cintas plásticas.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	43,00	Un	0,60	25,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Suporte de radiador.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,00	Un	15,00	30,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Relé auxiliar 24V	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	4,00	Un	27,50	110,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Fio grosso 10mm	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	30,00	M	5,50	165,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Espaguete liso	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	12,00	M	3,50	42,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ROLO DE FITA DE PANO	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	4,00	Un	12,00	48,00

Folha: 10/ 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	fio médio 8mm	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	30,00	M	3,40	102,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rolos de fita isolante	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	18,00	RL	2,65	47,70
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	MÃO DE OBRA PARA ATIVAÇÃO DE OFFICE, WINDOWS E ATUA DRIVERS	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	50,00	50,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para formatação e backup em computador	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para formatação e backup em computador	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	MÃO DE OBRA PARA ATIVAÇÃO DE OFFICE	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	42,50	42,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	mão de obra para conserto de impressora	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	42,50	42,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aluguel de equipamentos após 30 dias iniciais	SC ENGENHARIA E POCOS ARTESIANOS LTDA - EPP	20.219.883/0001-32	150,00	Un	17,00	2.550,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aluguel de equipamentos por 30 dias	SC ENGENHARIA E POCOS ARTESIANOS LTDA - EPP	20.219.883/0001-32	1,00	Un	1.500,00	1.500,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Instalação de equipamento para poço tubular profundo	SC ENGENHARIA E POCOS ARTESIANOS LTDA - EPP	20.219.883/0001-32	0,333	Un	1.500,00	500,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Instalação de equipamento para poço tubular profundo	SC ENGENHARIA E POCOS ARTESIANOS LTDA - EPP	20.219.883/0001-32	0,667	Un	1.500,00	1.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de Taxas DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	302,88	302,88
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tubo de Concreto de 60cm x 1m (diam. x comp.)	ELIZANDRO FOPPA	07.200.203/0001-70	100,00	Un	54,90	5.490,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de chapeação e pintura ÔNIBUS VOLKS	JONAS OCHOA 05826140909	26.779.677/0001-63	3,00	H	72,38	217,14
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	50,00	Un	10,80	540,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO DE CURSO "PREGÃO ELETRÔNICO,	ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANT	83.829.267/0001-13	2,00	Un	320,00	640,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Pagamento de taxa de ART	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	88,78	88,78
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Puxador da porta	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	19,90	19,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	fechadura	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	59,90	59,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	arruela	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	8,00	Un	0,22	1,76
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	porca para parafuso	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	1,40	5,60

Folha: 11/ 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	parafuso	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	1,10	4,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para formatação e backup em computador	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Tinta Economica 3.6L branca	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	29,90	89,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa para Licenciamento Anual 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de Seguro DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa para registro de veículo 2020	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	302,88	302,88
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CANETA CORRETIVA	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	5,00	Un	4,4735	22,37
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOBINA TÉRMICA 57 MM X 300M	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	10,00	Un	82,2789	822,79
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PISTOLA ELÉTRICA tipo GRANDE	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	2,00	Un	20,70	41,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CORRETIVO LÍQUIDO fraco com 18ml	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	5,00	Un	1,6752	8,38
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PORTAL CLIPS	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	3,00	Un	8,0369	24,11
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA ADESIVA tipo CREPE	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	5,00	Un	2,4355	12,18
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FITA ADESIVA dimensões 12mmx40m	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	10,00	Un	0,9629	9,63
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CANETA MARCA TEXTO cor amarelo	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	24,3744	48,75
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, 1,0, CAIXA COM 50 UNIDADES:	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	31,8742	31,87
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA tipo TRIPLA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	44,00	88,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	5,00	Un	145,99	729,95
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Coxim amortecedor dianteiro LD - 46760674	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	175,5655	175,57
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Coxim amortecedor dianteiro LE - 46760673	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	175,5655	175,57
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira intercooler - TQG/117231	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	165,1213	330,24
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira intercooler - TAL/117231	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	37,69	75,38

Folha: 12/14

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	junta tampa de válvula	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	293,5567	293,56
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Vela aquecedora	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	252,3951	252,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	junta coletor escapamento	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	UN	60,5286	60,53
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	junta coletor admissão	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	132,3146	132,31
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Válvula termostática	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	366,8243	366,82
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	junta cabecote	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	455,6894	455,69
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	cilindro de tonner compatível 20k 32A CF232A	J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	278,00	278,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Recarga de toner CF230A 30A	J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	5,00	Un	48,00	240,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TONER - HP Laserjet M1132MFP	J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	5,00	Un	21,00	105,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TONER - Laserjet HP CF283A 83A	J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	5,00	Un	21,00	105,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TONER - HP Laserjet 1020	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	5,00	Un	23,90	119,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	HUB SWITCH 8P . 10/100 MBPS	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	1,00	Un	44,50	44,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	119,15	357,45
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	30,00	Min	4,26	127,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	119,15	119,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	0,50	H	119,14	59,57
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	119,15	119,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Reparo Case CX220b/NH	CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	1,00	Un	190,93	190,93
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Hidrómetro Unijato, com transmissão magnética, para água fri	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	70,00	Un	75,00	5.250,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	EXTREMIDADE/TUBETE PARA HIDROMETRO PVC, COM ROSCA, LONGA SEM	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	50,00	Un	4,00	200,00

Folha: 13/ 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	EXTREMIDADE/TUBETE PARA HIDROMETRO PVC, COM ROSCA, CURTA, SEM PASSEIO	NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	50,00	Un	3,00	150,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	9,00	Un	29,50	265,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro - 12Y-979-1181	MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	79.879.318/0001-44	1,00	Un	318,81	318,81
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de ar - 12Y-979-1174	MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	79.879.318/0001-44	1,00	Un	623,5607	623,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Elemento interno - 12Y-02-11190	MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	79.879.318/0001-44	1,00	Un	180,0203	180,02
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Elemento externo - 12Y-02-11180	MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	79.879.318/0001-44	1,00	Un	251,2203	251,22
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CARTUCHO DE TINTA - HP 711 - Preto	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	2,00	Un	220,00	440,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CARTUCHO DE TINTA - HP 711 - Ciano	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	170,00	170,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CARTUCHO DE TINTA - HP 711 - Magenta	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	170,00	170,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CARTUCHO DE TINTA - HP 711 - Amarelo	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	170,00	170,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica JCB	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,333	H	119,53	278,86
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 1400R24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço topográfico ou geodésico de levant. planialtimétrico	BATISTELLO SERVICOS AMBIENTAIS E TOPOGRAFICOS LTDA	10.885.852/0001-67	746,00	M2	0,19	141,74
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço topográfico ou geodésico de locação	BATISTELLO SERVICOS AMBIENTAIS E TOPOGRAFICOS LTDA	10.885.852/0001-67	746,00	M2	0,18	134,28
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	RECAPAGEM para pneu 1400x24, convencional, para Motonivelado	RECAPADORA MARRECS LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	6,00	Un	1.215,00	7.290,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	RECAPAGEM para pneu 275/80 R22 5, borachudo, com no mínimo	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	79.877.445/0001-04	20,00	Un	589,00	11.780,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM completa - AMBULÂNCIA	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	50,00	Un	44,50	2.225,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	100,00	Un	29,50	2.950,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	LAVAGEM para VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PACIENTES/PASSAGEIROS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	70,00	Un	45,00	3.150,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	50,00	Un	29,50	1.475,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 14/ 14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	20,00	Un	29,50	590,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	25,00	Un	29,50	737,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAVAGEM PARA CAMIONHETE UTILITÁRIA, com as seguintes especific	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	25,00	Un	40,50	1.012,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - ÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	30,00	Un	106,00	3.180,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - MICROÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	14,00	Un	79,00	1.106,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - MICROÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	16,00	Un	79,00	1.264,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	60,00	Un	29,50	1.770,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de roçadeira.	MECÂNICA E PRESTADORA DE SERVIÇOS JUSTEN LTDA ME	10.453.572/0001-80	1,00	Un	85,00	85,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Porca plástica - 5539190	MECÂNICA E PRESTADORA DE SERVIÇOS JUSTEN LTDA ME	10.453.572/0001-80	2,00	Un	10,00	20,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cabeçote de nylon Nakashi - 553900	MECÂNICA E PRESTADORA DE SERVIÇOS JUSTEN LTDA ME	10.453.572/0001-80	2,00	Un	42,00	84,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Passagem de volta Florianópolis a chapecó	EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	79.659.892/0001-97	1,00	Un	138,02	138,02
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Passagem de ida Chapecó a Florianópolis	EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	79.659.892/0001-97	1,00	Un	223,06	223,06
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Passagem aérea de ida e volta Chapecó/SC à Brasília/DF	EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	79.659.892/0001-97	1,00	Un	790,60	790,60
Total Geral ---->							647.806,39

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS MUNICÍPIO DE PRINCESA 03.2020

Publicação Nº 2527956

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/19

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Março/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - ÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	15,00	Un	106,00	1.590,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - ÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	15,00	Un	106,00	1.590,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - MICROÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	30,00	Un	79,00	2.370,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - MICROÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	30,00	Un	79,00	2.370,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - ÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	30,00	Un	106,00	3.180,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LAVAGEM completa - ÔNIBUS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	30,00	Un	106,00	3.180,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	retentor válvula	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	16,00	Un	26,3656	421,85
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	manguelira	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	M	100,099	100,10
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Uréia 46% N, Saco de 50 KG	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	7,00	SC	88,90	622,30
OBRAS URB. E TRANS	Serviço topográfico ou geodésico de locação	BATISTELLO SERVICOS AMBIENTAIS E TOPOGRAFICOS LTDA	10.885.852/0001-67	3.781,25	M2	0,18	680,63
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviços topográfico ou geodésico levantamento planimétrico	BATISTELLO SERVICOS AMBIENTAIS E TOPOGRAFICOS LTDA	10.885.852/0001-67	17.054,72	M2	0,30	5.116,42
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço topográfico ou geodésico de levant. planialtimétrico	BATISTELLO SERVICOS AMBIENTAIS E TOPOGRAFICOS LTDA	10.885.852/0001-67	10.000,00	M2	0,19	1.900,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Recarga de botijão de gás 13kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	12,00	Un	89,95	1.079,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Recarga de Botijão de gás 45kg.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	8,00	Un	394,81	3.158,48
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa - VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	30,00	Un	29,50	885,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 2 / 19

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM PARA CAMIONHETE UTILITÁRIA, com as seguintes especific	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	20,00	Un	40,50	810,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - CAMINHÃO	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	30,00	Un	90,00	2.700,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	6,00	Un	94,00	564,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - MOTONIVELADORA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	10,00	Un	90,00	900,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - PÁ CARREGADEIRA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	4,00	Un	78,00	312,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - RETROSCAVADEIRA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	12,00	Un	73,00	876,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM - ROLO COMPACTADOR	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	6,00	Un	65,00	390,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM para TRATOR DE ESTEIRAS	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	6,00	Un	88,00	528,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Kit par de placas alumínio	PACENKO PLACAS LTDA	85.097.335/0001-22	1,00	Un	200,00	200,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Kit par de placas alumínio	PACENKO PLACAS LTDA	85.097.335/0001-22	1,00	Un	200,00	200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Borracha de carimbo tamanho 49/2	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	1,00	Un	30,00	30,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	Custas referente ao Processo 0300438-45.2019.8.24.0065	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	83.845.701/0001-59	1,00	Un	10,95	10,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Pagamento taxa de inscrição "V Forum undime região sul"	UNIDIME - UNIAO NAC. DIRIG. MUNIC. EDUC.	79.363.123/0001-47	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	cola 175g	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	16,90	16,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Abraçadeira 100	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	1,90	5,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Luva 50	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	7,00	Un	2,90	20,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Bucha 8	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	16,00	Un	0,1125	1,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Joelho 50	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	1,90	1,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Cap 100	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	4,90	4,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Joelho 100x50	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	9,90	9,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 3/ 19

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Joelho 100	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	4,90	19,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cola.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	16,90	16,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cano 50x6mt esf	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	26,90	26,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cap 40	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	1,90	1,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	luva 100mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	4,90	14,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	fechadura	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	49,90	49,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	etanol	BALBINOT & FILHOS LTDA	83.511.808/0001-60	20,01	L	4,499	90,02
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bucha Bandeja/Braço S/I	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	6,00	Un	114,6905	688,14
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bucha Bandeja Inferior.	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	90,61	181,22
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pivos Bandeja Inferior.	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	112,9905	451,96
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mola mestre traseira C/B	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	891,684	1.783,37
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Braço Limpador.	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	2,00	Un	291,45	582,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Jogo Palheta do Limpador.	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	111,1262	111,13
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bateria nova de 100 AMP garantia de no mínimo 12 meses.	CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	1,00	Un	532,39	532,39
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	RECAPAGEM de Pneu, com as seguintes especificações mínimas	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	04.223.949/0001-01	24,00	Un	355,00	8.520,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	RECAPAGEM para pneu 17,5x25 para Retroscavadeira 4CX.	RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	4,00	Un	1.795,00	7.180,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Prestação de serviços de palestra terapêutica de	NEIVA SANTI	654.962.250-15	1,00	Un	1.520,00	1.520,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conserto na carcaça.	RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Vulcanização de pneu 17,5 x 25	RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	1,00	Un	250,00	250,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA	02.678.428/0001-13	4,00	Un	148,00	592,00

Folha: 4/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PROTETOR PARA PNEU 1400 - 24 FURO MEIO	SETIM & TITON LTDA	20.862.784/0001-74	8,00	Un	53,00	424,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro - 3261644	PARANÁ EQUIPAMENTOS SA	76.527.951/0008-51	1,00	Un	241,2345	241,23
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro - 22Q0564821R0762	PARANÁ EQUIPAMENTOS SA	76.527.951/0008-51	1,00	Un	190,01	190,01
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica MERCEDES BENZ	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	119,15	119,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	25,00	Min	4,26	106,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de chapeação e pintura FIAT	JONAS OCHOA 05826140909	26.779.677/0001-63	10,00	H	72,21	722,10
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão-de-obra para realização de conserto de pneu ano 13	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	19,53	19,53
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu ano 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	23,26	46,52
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Contratação de serviço de mecânica básica CHEVROLET	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	0,50	H	79,15	39,58
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Contratação de serviço de mecânica básica LEVES VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	6,00	H	76,82	460,92
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Contratação de serviço de mecânica básica FIAT	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	76,82	76,82
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Tarifa de autenticação de boleto com código...	SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.	81.607.046/0001-75	100,00	Un	0,51	51,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Tarifa de autenticação de boleto com código	SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.	81.607.046/0001-75	100,00	Un	0,55	55,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Tarifa de autenticação de boleto com código de barras	SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.	81.607.046/0001-75	100,00	Un	0,60	60,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Tarifa de autenticação de boleto com código de barras	SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.	81.607.046/0001-75	100,00	Un	0,90	90,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tarifa de autenticação de boleto com código de barras	SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.	81.607.046/0001-75	650,00	Un	0,60	390,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tarifa de autenticação de boleto com código de barras	SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.	81.607.046/0001-75	1.150,00	Un	0,90	1.035,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tarifa de autenticação de boleto com código...	SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.	81.607.046/0001-75	150,00	Un	0,51	76,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tarifa de autenticação de boleto com código	SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.	81.607.046/0001-75	1.150,00	Un	0,55	632,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Vulcanização para pneu 1400x24	RECAPADORA MARRECA LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	4,00	Un	250,00	1.000,00

Folha: 5/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cofa lado roda	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	189,1669	189,17
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cofa Lado Cambio	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	188,6451	188,65
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Iresine (Iresine Herbstii) muda com aproximada de 10 cm	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	150,00	Un	1,39	208,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Seixo rolado de Arenito Vermelho, tamanho nº 3, saco de 20 K	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	60,00	Un	21,90	1.314,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Angelônia (Angelonia Angustifolia) muda com 10cm	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	160,00	Un	1,00	160,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bandeja com 15 mudas de flores de época	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	150,00	Bj	12,00	1.800,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Seixo rolado de Dolomita branca, tamanho nº 3, saco de 20 Kg	BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI	29.220.447/0001-58	40,00	Un	25,00	1.000,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Casca de pinus ornamental, tamanho médio, saco com 7 Kg	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTIC	26.582.119/0001-03	54,00	Un	14,69	793,26
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BISCOITO DOCE - TIPO SORTIDO, embalagem de no mínimo 800 gr	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	18,00	PCT	8,35	150,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Fio de Cobre Isolado 1,5mm² 750V PRETO	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	30,00	M	2,33	69,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	RELÉ FOTOELETRÔNICO IP 220 S/BASE 10A 1000W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	18,00	Un	23,50	423,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REATOR LÂMPADA V. SÓDIO 70W EXT. 220V AFP	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	3,00	Un	50,95	152,85
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	fitas isolante adesiva 0.18x19mmx20m	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	RL	7,88	7,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Conector PERF. 16-70mm - 1.5mm - 10mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	10,00	Un	8,82	88,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo b cu+sn cb ca-cao-cu	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	9,00	PC	6,60	59,40
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo 3 cu+sn cb ca-cao-cu	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	13,00	PC	3,69	47,97
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	base p/ rele fotoelétrico	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	8,00	PC	14,87	118,96
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUMINÁRIA FECH. IP LAMP. 80-150W (ESTAMPADA)	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	2,00	Un	228,32	456,64
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LAVAGEM completa - VEICULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	9,00	Un	29,50	265,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LAVAGEM completa - VEICULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	9,00	Un	29,50	265,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 6/19

SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Roda para carinho	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	69,90	69,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Tinta acrílica 3,6L econômica	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	30,10	30,10
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	cadeado	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	17,90	17,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Cadeado 40	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	29,90	29,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	fechadura	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	49,90	49,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Rebite..	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	0,25	1,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Pneu madiço	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	79,90	79,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Suporte	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	10,00	20,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	dijuntor	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	9,90	9,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	eletroduto 3/4	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	20,00	M	2,10	42,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Alça	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	2,90	11,60
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	cinta plástica	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	100,00	Un	0,30	30,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Prestação de serviços de mão de obra especializada para sub	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	26,00	Un	43,80	1.138,80
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Oleo GTX 20W50	DONASSOLO & CIA LTDA	09.719.898/0001-27	2,00	Un	24,00	48,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Filtro de Gasolina.	DONASSOLO & CIA LTDA	09.719.898/0001-27	1,00	Un	22,00	22,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	filtro de ar	DONASSOLO & CIA LTDA	09.719.898/0001-27	1,00	Un	97,00	97,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Mão de Obra para revisão geral e manutenção	DONASSOLO & CIA LTDA	09.719.898/0001-27	1,00	Un	390,00	390,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	filtro de óleo	DONASSOLO & CIA LTDA	09.719.898/0001-27	1,00	UN	60,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de inscrição de curso "Educação Infantil".	VENICIUS LIMBERGER EIRELI	12.579.969/0001-48	22,00	Un	69,90	1.537,80
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSO 90003832-23.2019.8.21.0013	RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO	89.522.064/0001-86	1,00	Un	116,34	116,34

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 7/19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	brita n°01	BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-68	24,00	M3	74,90	1.797,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SSD 240 GB Sata 3 2,5"	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	170,00	170,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Rosário (Senecio Rowleyanus) planta do tipo pendente,	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	1,00	Un	21,00	21,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Agapanto branco (Agapanthus Africanus) muda tamanho médio	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	15,00	Un	4,95	74,25
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Agapanto azul (Agapanthus Africanus) muda tamanho médio	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	15,00	Un	4,95	74,25
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Lança de São Jorge cilíndrica (Sansevieria Cylindrica) muda	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	10,00	Un	42,00	420,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Espada de São Jorge mini variegata (Sansevieria trifasciata)	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	10,00	Un	31,00	310,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Gramma preta anã (Ophiopogon Japonicus) do tipo Kyoto Dwarf,	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	120,00	Un	1,45	174,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Estrelitzia (Strelitzia Reginae)	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	5,00	Un	15,00	75,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bromélia Imperial (Alcantarea Imperialis) muda tamanho médio	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	1,00	Un	49,00	49,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palmeira Sagu (Cycas revoluta)	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	6,00	Un	16,00	96,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Seixo rolado de Arenito Vermelho, tamanho nº 3, saco de 20 K	WILLIAM LUFT KALB 08541039960	29.497.119/0001-01	6,00	Un	21,90	131,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Coração de estudante (Ceropegia Woodii)	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	1,00	Un	36,00	36,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Dedinho de moça (Sedum Burrito) suculenta do tipo pendente,	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	1,00	Un	55,00	55,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bandeja com 15 mudas de flores de época	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	34,00	Bj	12,00	408,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Iris barbudo (Iris Germanica L) muda com no mínimo 30 cm	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	10,00	Un	16,00	160,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Aspargo rabo de raposa (Asparagus densiflorus) tam médio	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTIC	26.582.119/0001-03	30,00	Un	13,00	390,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Buxinho (Buxus sempervirens)	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTIC	26.582.119/0001-03	15,00	Un	7,89	118,35
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Canela (Cinnamomum zeylanicum) muda com aproximadamente 1,50	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTIC	26.582.119/0001-03	1,00	Un	10,49	10,49
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Butiá (Butia Capitata) muda com aproximadamente 1,20 metros	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTIC	26.582.119/0001-03	5,00	Un	69,00	345,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Casca de pinus ornamental, tamanho médio, saco com 7 Kg	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTIC	26.582.119/0001-03	6,00	Un	14,69	88,14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 8 / 19

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Seixo rolado de Dolomita branca, tamanho nº 3, saco de 20 Kg	BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI	29.220.447/0001-58	6,00	Un	25,00	150,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Divisor de solo, com altura de 11cm, borda oval	BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI	29.220.447/0001-58	1,00	RL	175,00	175,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Lona dupla face 100 micras (m²)	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	27,00	M2	1,40	37,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jaleco Manga Longa em tricoline na cor branca	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	17,00	Un	41,40	703,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica CHEVROLET	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	0,50	H	79,15	39,58
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	SABÃO EM BARRA. Neutro. Acondicionado em embalagem plástica,	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	4,18	8,36
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	SABÃO EM PÓ. Caixa de 1 kg. Com tensoativos, coadjuvante,	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	3,70	37,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	AMACIANTE CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 500ML	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	2,80	28,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Guardanapo de papel. Cor branco, tamanho 20 x23cm, acondicion	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	0,75	7,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	TOALHA tipo DE MESA	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	1,00	Un	32,00	32,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	TAPETE VINÍLICO TAM. 60CM X 1,2M	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	82,00	164,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PAPEL HIGIÊNICO. De boa qualidade, papel não reciclado, folh	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	2,00	Un	54,00	108,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Alcool tipo 70% - Embalagem de 1 Litro	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	15,00	Un	3,50	52,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acondicionado em SACO PLÁSTICO, Para acondicionamento de Resíduo Comum, 30L	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	30,00	Un	4,15	124,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SABÃO EM BARRA. Neutro. Acondicionado em embalagem plástica,	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	4,00	Un	4,18	16,72
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PÁ PARA LIXO	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	1,00	Un	4,88	4,88
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Papel toalha interfolha 3 dobras medidas 22x20,5 com 1.000	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	7,11	71,10
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LUVA DE LATEX, TAMANHO P;	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	2,20	22,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LIMPADOR DESENGORDURANTE	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	5,00	Un	2,00	10,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Escova tipo de roupa. Base de madeira em formato oval, com c	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	1,85	3,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 9/19

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Detergente tipo desengordurante. Multiuso, fragrâncias diver	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	5,00	Un	1,65	8,25
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ALCÓOL EM GEL 70%:	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	30,00	Un	3,42	102,60
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pano tipo mágico, super macio, 80% Poliéster, 20% Poliamida.	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	2,00	Un	6,05	12,10
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TOALHA 28CM X 48CM:	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	10,00	Un	4,00	40,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Desodorizador tipo spray para ambiente.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	5,59	55,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	VASSOURA tipo DE PALHA	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	2,00	Un	11,00	22,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pano de prato. Branco, com costuras nas extremidades. dimens	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	2,85	53,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TOALHA DE ROSTO. Medidas 41x70cm. Cor verde escuro.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	5,00	50,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TOALHA DE ROSTO. Medidas 41x70cm. Cor azul marinho. Material	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	4,70	47,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SAPONÁCEO LÍQUIDO tipo CREMOSO. Limpa e dá brilho sem riscar	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	30,00	Un	1,49	44,70
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Luvas de borracha. Cor amarela, possui antiderrapantes na pa	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	15,00	Un	2,19	32,85
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LIXEIRO PLÁSTICO CAPACIDADE DE 20 LITROS	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	5,00	Un	23,00	115,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Limpa vidro. Frasco com aplicador (pulverizador), embalagem	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	3,00	60,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	DESINFETANTE DE BANHEIRO DE 500ML.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	15,00	Un	1,74	26,10
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TOALHA DE ROSTO 40CM X 70CM	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	30,00	Un	4,70	141,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TAPETES tipo PARA PORTAS.Tecido, Tamanho aproximado de 60x40	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	9,80	29,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tapete de porta emborrachado parte superior em carpete 60x40	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	18,99	37,98
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GRAMPO DE ROUPA, MADEIRA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	0,95	4,75
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BICARBONATO DE SÓDIO EMBALAGEM DE NO MÍNIMO DE 1KG.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	8,75	87,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Espanador. Microfibras, não ríscas, mais durável, tamanho apro	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	9,30	27,90

Folha: 10/ 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	toalha gelada, Tamanho 43cm x 32cm + 2 mm	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	4,00	Un	7,85	31,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pastilha tipo adesiva. Para sanitário, composta de tensoativ	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	50,00	Un	3,50	175,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL HIGIÊNICO. De boa qualidade, papel não reciclado, folh	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	2,00	Un	54,00	108,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Alcool tipo 70% - Embalagem de 1 Litro	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	60,00	Un	3,50	210,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acondicionado em embalagem apropriada com	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	5,00	Un	2,54	12,70
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	KIT AROMATIZANTE	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	15,00	Un	23,00	345,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Isqueiro a gás Max. grande - Cor Aleatória Não recarregável	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	2,00	Un	2,65	5,30
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TOALHA DE BANHO. Tamanho aproximado de 70cm x 135 cm. Compos	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	20,00	Un	10,80	216,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SABÃO EM PÓ. Pacote de 5kg. Com tensoativos, coadjuvante,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	5,00	Un	16,98	84,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Rodo de espuma com fibra, comprimento 29 cm, largura 6cm.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	6,00	Un	4,90	29,40
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Rodo Esfregão Vassoura Microfibra Flexível varre,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	2,00	Un	16,49	32,98
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO PARA CAFÉ, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	5,00	Un	2,20	11,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Filtro para bomba de churrasco. Pode ser utilizado em qualqu	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	20,00	Un	1,15	23,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FIBRA DE LIMPEZA DE GERAL	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	5,00	Un	5,97	29,85
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Desfritante líquido para uso geral, 5 litros.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	15,00	Un	6,05	90,75
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tapete de porta emborrachado parte superior em carpete,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	2,00	Un	19,00	38,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SABONETE tipo LÍQUIDO. Dermatologicamente testado.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	2,00	Un	11,90	23,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SABONETE LÍQUIDO COM 500ML:	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	10,00	Un	5,00	50,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Detergente líquido, composto de tensoativos aniônicos coadju	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	30,00	Un	0,98	29,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	AMACIANTE para ROUPAS:	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	5,00	Un	7,50	37,50

Folha: 11/ 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	AMACIANTE para ROUPAS	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	10,00	Un	2,95	29,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ALVEJANTE EMBALAGEM DE 2 LITROS:	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	20,00	Un	3,20	64,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ÁGUA SANITÁRIA DE 5 LITROS.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	40,00	Un	5,45	218,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ÁGUA SANITÁRIA DE 2 LITROS.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	20,00	Un	2,50	50,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	DETERGENTE PARA PISO EMBALAGEM DE 5 LITROS.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	3,00	Un	9,50	28,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ALVEJANTE COM DETERGENTE - Menos cheiro de cloro - 3 em 1 (AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	10,00	Un	3,99	39,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 73 CM - SALÃO	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	2,00	Un	364,41	728,82
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 33 CM SINUCA, PREMIAÇÃO 3º LUGAR.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	127,26	127,26
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 92 CM CAMPEONATO 48	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	397,13	397,13
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 70 CM - BOCHA TRIO, PREMIAÇÃO 3º LUGAR	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	223,75	223,75
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU POLÍMERO - DO - VP - 28 CM PARA PREMIAÇÃO INDIVIDUA	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	3,00	Un	117,00	351,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	MEDALHA METAL PERSONALIZADA COM FITA 5,6 CM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	176,00	Un	7,93	1.395,68
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	MEDALHA METAL PERSONALIZADA COM FITA 4,5 CM - ESCOLINHA	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	170,00	Un	4,64	788,80
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 82 CM CAMPEONATO 48	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	373,92	373,92
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 87 CM, CAMPEONATO 48	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	384,48	384,48
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU POLÍMERO - DO - VP - 56 CM - BOCHA	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	218,00	218,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU POLÍMERO - DO - VP - 58 CM - BOCHA	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	231,00	231,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU POLÍMERO - DO - VP - 66CM BOCHA	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	239,00	239,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 75 CM - 2º LUGAR, BOCHA TRIO	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	262,44	262,44
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO- MF - 80 CM - PARA PREMIAÇÃO DE 1º LUGAR	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	286,51	286,51

Folha: 12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU POLÍMERO - DO - VP - 24 CM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	8,00	Un	80,80	646,40
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PREMIAÇÃO INDIVIDUAL						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 42 CM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	147,93	147,93
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PREMIAÇÃO 2º LUGAR,						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 56 CM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	174,69	174,69
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PREMIAÇÃO DE 1º LUGAR,						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 42 CM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	3,00	Un	177,18	531,54
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PREMIAÇÃO DE 1º, 2º E 3º						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 42 CM - PARA	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	3,00	Un	188,15	564,45
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PREMIAÇÃO DE 1º, 2º E 3º						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	MEDALHA METAL PERSONALIZADO COM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	72,00	Un	6,69	481,68
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	FITA 5,0 CM, SALÃO						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU POLÍMERO - DO - VP - 36 CM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	6,00	Un	113,16	678,96
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PREMIAÇÃO INDIVIDUAL, SALÁ						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 75 CM - SALÃO	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	2,00	Un	367,34	734,68
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER							
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 77 CM, SALÃO	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	2,00	Un	369,88	739,76
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER							
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	MEDALHA METAL PERSONALIZADO COM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	66,00	Un	9,48	625,68
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	FITA 6,0 CM, PARA PREMIAÇÃO						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 100 CM - PARA	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	3,00	Un	509,92	1.529,76
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PREMIAÇÃO DE 1º 2º E 3º						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	MEDALHA METAL PERSONALIZADO COM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	72,00	Un	6,66	479,52
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	FITA 5,0 CM, PARA PREMIAÇÃO						
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU POLÍMERO - DO - VP - 39 CM	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	6,00	Un	126,90	761,40
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PARA PREMIAÇÃO						
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Medalha metal personalizada com fita 4,5cm	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	30,00	Un	4,64	139,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA							
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Troféu resinado - MF - 28cm, para premiação de campeão geral	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	Un	117,00	117,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Troféu resinado - MF - 28cm, na categoria 14 a 21 meses	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	3,00	Un	117,00	351,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Troféu resinado - MF - 28cm, para premiação de 1º, 2º e 3º	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	3,00	Un	117,00	351,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TROFÉU RESINADO - MF - 85 CM - PARA	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	6,00	Un	417,60	2.505,60
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PREMIAÇÃO DE 1º 2º E 3º						
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	carimbo Autotitável 4943	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	1,00	Un	70,00	70,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ALVEJANTE COM DETERGENTE - Menos cheiro de cloro - 3 em 1 (AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	20,00	Un	3,99	79,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 13/ 19

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lixeiro. Adionamento de tampa a pedal, em material plástico	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	7,00	Un	28,50	199,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ALVEJANTE COM DETERGENTE - Menos cheiro de cloro - 3 em 1 (AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	10,00	Un	3,99	39,90
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Bolo de cenoura com cobertura	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	1,00	Un	24,19	24,19
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	SANDUÍCHES de PÃO TIPO FATIADO.	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	100,00	Un	2,70	270,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	LEITE;	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	4,00	CX	2,66	10,64
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	FARINHA DE TRIGO	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	1,00	PCT	9,90	9,90
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Bolo de milho ou fubá	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	1,00	Un	21,79	21,79
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	brita nº01	BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-68	34,00	M3	74,90	2.546,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aço CA-60 5,0 mm - Vergalhão 12 m	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	47,00	Br	10,15	477,05
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tela de aço	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	666,00	M2	15,94	10.616,04
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aço CA-50 8,0 mm - vergalhão 12 m	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	36,00	Un	26,00	936,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Areia.	MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	1,00	M3	144,90	144,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cimento Portland composto CP II - 32, saco de 50 KG	MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	4,00	Un	27,00	108,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	brita nº01	BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-68	25,00	M3	74,90	1.872,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tela de aço	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	396,00	M2	15,94	6.312,24
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aço CA-50 10,0 mm - vergalhão 12 m	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	13,00	Un	36,70	477,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aço CA-50 8,0 mm - vergalhão 12 m	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	25,00	Un	26,00	650,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aço CA-60 5,0 mm - Vergalhão 12 m	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	40,00	Br	10,15	406,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Alvenaria de blocos tipo canaleta	MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	81,00	Un	2,29	185,49
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Areia.	MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	10,00	M3	144,90	1.449,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cimento Portland composto CP II - 32, saco de 50 KG	MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	61,00	Un	27,00	1.647,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	brita nº01	BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-68	40,00	M3	74,90	2.996,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tela de aço	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	445,00	M2	15,94	7.093,30

Folha: 14/ 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aço CA-50 8,0 mm - vergalhão 12 m	Bem Adquirido	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aço CA-60 5,0 mm - Vergalhão 12 m		AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	50,00	Br	10,15	507,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Areia.		MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	3,00	M3	144,90	434,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cimento Portland composto CP II - 32, saco de 50 KG		MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	10,00	Un	27,00	270,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bucha da bieleta sup I - XC45/5M482/BA		AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	48,40	96,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bucha da bieleta sup S - XC45/5M482/AA		AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	58,69	117,38
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mola traseira - 46799275		AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	1.172,6857	1.172,69
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mecanismo vidro porta esq. - 2R0/837501/A		AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	184,224	184,22
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tubo de escape saída - TRA/253101		AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	243,0787	243,08
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Anel vedação escapa - 2S0/253137		AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	43,8187	43,82
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Jogo espelho retrovisor compl. 2T0/857514/A		AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	726,2166	726,22
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Valvula freio estacionamento - 2R0/607403/A		AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	326,6203	326,62
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SAPATOS DE SEGURANÇA		AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	2,00	Par	50,00	100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PEDRA BRITA Nº 01 PARA OS MUNICÍPIOS DE:		BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-68	4,00	M3	56,70	226,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Recarga de botijão de gás 13kg		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	89,95	89,95
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RECAPAGEM para Pneu 14,9-28, com as seguintes especificações		A. R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	2,00	Un	1.180,00	2.360,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PAPEL HIGIÊNICO. De boa qualidade, papel não reciclado, folh		AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	2,00	Un	54,00	108,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Alcool tipo 70% - Embalagem de 1 Litro Acondicionado em		AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	15,00	Un	3,50	52,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TAPETE VINÍLICO TAM. 60CM X 1,2M		HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	82,00	164,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SABÃO EM PÓ. Caixa de 1 kg. Com tensoativos, coadjuvante,		HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	3,70	37,00

Folha: 15/ 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SABÃO EM BARRA. Neutro. Acondicionado em embalagem plástica, Guardanapo de papel. Cor branco, tamanho 20 x23cm, acondicion	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	4,18	8,36
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	AMACIANTE CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 500ML	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	0,75	7,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LAVAGEM PARA CAMIONHETE UTILITÁRIA, com as seguintes especific	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	2,80	28,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LAVAGEM completa - VEICULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	20,00	Un	40,50	810,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LAVAGEM - EQUIPAMENTOS Carretão Agrícola, Distribuidor etc	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	20,00	Un	29,50	590,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LAVAGEM - EQUIPAMENTOS Carretão Agrícola, Distribuidor etc	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	25,00	Un	55,00	1.375,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LAVAGEM - TRATOR AGRÍCOLA	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	30,00	Un	65,00	1.950,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ERVA-MATE PARA CHIMARRÃO EMBALADA A VÁCUO	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	10,00	Un	9,73	97,30
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ERVA-MATE PARA CHIMARRÃO EMBALADA A VÁCUO	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	10,00	Un	9,73	97,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PÃO tipo FRANCÊS - KG	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Kg	7,88	23,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	OVOS bandejas.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	DZ	5,55	5,55
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Melão, de boa qualidade, coloração uniforme, sem lesões	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	4,44	13,32
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MAMÃO - tamanho MÉDIO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Kg	4,38	26,28
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MAÇÃ tipo FUJI ou GALA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	4,00	Kg	5,74	22,96
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE CONDENSADO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	3,55	10,65
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Coco Ralado Fino desidratado sem açúcar em embalagem de 100GR.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	2,99	5,98
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BANANA CATURRA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Kg	2,40	12,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para instalações elétricas.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Sensor de presença.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	59,90	59,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Lâmpadas led 40W.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	59,90	119,80

Folha: 16/ 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Lâmpada led 50W.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	69,90	139,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cartaz, SIMASE, colorido, tamanho 60x40 cm em papel couchê 1	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	10,00	Un	29,99	299,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cartaz, VALORIZAÇÃO DA MULHER, colorido, tamanho 60x40 cm em	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	50,00	Un	11,99	599,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Folders coloridos, SIMASE, impresso frente e verso, tamanho	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	20,00	Un	7,70	154,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Folders coloridos, programa bolsa família, impresso frente e	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	50,00	Un	4,10	205,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Folders coloridos, família acolhedora, impresso frente e ver	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	100,00	Un	2,50	250,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Folders coloridos, combate à violência contra a mulher, impr	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	100,00	Un	2,50	250,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Folders coloridos, valorização da mulher, impresso frente e	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	100,00	Un	2,50	250,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cartaz, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS, colorido, tamanho	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	30,00	Un	19,99	599,70
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PNEU 245/70R16 TIPO A INDICE DE CARGA 108	R. K. KASZUK & CIA LTDA	22.196.632/0002-96	2,00	Un	395,00	790,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mangueira C/B	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	71,934	143,87
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	copo do filtro	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	105,374	105,37
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tomate de boa qualidade fruto fresco, de tamanho médio, com	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	15,00	Kg	6,47	97,05
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Óleo de soja, refinado, sem colesterol, 1 qualidade,	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	12,00	Un	3,77	45,24
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Molho de tomate em sachê, embalagem de 347 gramas	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	31,00	Un	1,77	54,87
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Milho verde em conserva, ingredientes: milho, água e sal, se	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	24,00	Un	2,09	50,16
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Batatinha monalisa, tipo 1, de boa qualidade, saca de 50 kg	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	1,00	Un	219,00	219,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ARROZ PARBOILIZADO, tipo 1. Embalagem com 5 kg.	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA	15.694.189/0003-07	10,00	Un	11,99	119,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Repolho isento de material tóxico e umidade externa anormal	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	45,00	Kg	4,83	217,35
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Linguiça mista, produzida com carne suína e bovina,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	28,00	Kg	12,15	340,20

Folha: 17/ 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Coxa de frango tipo piriloto	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	185,00	Kg	7,33	1.356,05
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CARNE SUÍNA para CHURRASCO - kg.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	80,00	Kg	10,28	822,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Carne bovina para churrasco, tipo 1, inspecionada,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	70,00	Kg	18,35	1.284,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	cuca redonda, de 760 g, com recheio de sabores diversos	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	50,00	Un	8,15	407,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOLO com COBERTURA tipo FORMIGUEIRO	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	13,00	Un	38,80	504,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	MAO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS ITENS	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,50	Un	307,29	1.997,39
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	Un	38,30	153,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	Un	38,30	153,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica VOLARE	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	12,00	H	123,85	1.486,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica Ônibus Iveco	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	6,50	H	134,71	875,62
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	Un	38,30	76,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	Un	38,30	76,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PAPEL HIGIÊNICO. De boa qualidade, papel não reciclado, folh	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	1,00	Un	54,00	54,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Alcool tipo 70% - Embalagem de 1 Litro	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	18,00	Un	3,50	63,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Acondicionado em PANO MULTI USO TAMANHO DE 49 X 33 CM, EMB. COM 05 UNIDADES	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	5,00	Un	5,80	29,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Luva de látex. Látex de borracha natural, superfície lisa,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	2,00	Un	15,49	30,98
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Detergente tipo desengordurante, Multiso, fragrâncias diver	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	12,00	Un	1,65	19,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SANDUÍCHES de PÃO TIPO FATIADO.	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	50,00	Un	2,70	135,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LEITE;	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	4,00	CX	2,66	10,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FARINHA DE TRIGO	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	1,00	PCT	9,90	9,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 18/ 19

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	SANDUÍCHES de PÃO TIPO FATIADO.	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	50,00	Un	2,70	135,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Bolo de milho ou fubá	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	1,00	Un	21,79	21,79
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Bolo de cenoura com cobertura	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	1,00	Un	24,19	24,19
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Câmera IP externa wifi	MB CATARINENSE LTDA - ME	16.961.181/0001-52	3,00	Un	348,00	1.044,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PENDRIVE 32GB USB 3.0	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	3,00	Un	20,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PENDRIVE 64 GB USB 3.0	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	5,00	Un	40,00	200,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PENDRIVE 32GB USB 3.0	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	2,00	Un	20,00	40,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SAPATOS DE SEGURANÇA	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	1,00	Par	50,00	50,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bota de PVC cano longo com forro, na cor branca	FONTESEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	2,00	Par	31,00	62,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Sapato antiderrapante confeccionado em materiais alternativo	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	4,00	Par	45,00	180,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Camiseta em malha PV fio 30/1 65% poliéster	PONTOCOM BRINDES LTDA - ME	18.036.328/0001-23	8,00	Un	22,88	183,04
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Avental em seletel 100% poliéster impermeável	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIRELI	10.585.243/0001-92	9,00	Un	16,00	144,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Touca em malha de dry 100% poliéster	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIRELI	10.585.243/0001-92	5,00	Un	17,90	89,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Jaleco em two way, 96% poliéster, 4% elastano na cor branca,	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIRELI	10.585.243/0001-92	2,00	Un	40,00	80,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Jaleco em two way, 96% poliéster, 4% elastano na cor branca	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIRELI	10.585.243/0001-92	10,00	Un	36,00	360,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Jaleco em seletel 100% poliéster, na cor cinza claro	ANDRE ANTONIO SABINO	27.743.380/0001-00	10,00	Un	35,00	350,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	FONTESEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	15,00	Un	2,48	37,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	OVOS DE PÁSCOA DE CHOCOLATE PRETO AO LEITE COM NO MÍNIMO 250	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	89,00	Un	13,25	1.179,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	OVOS DE PÁSCOA DE CHOCOLATE PRETO AO LEITE COM NO MÍNIMO 250	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	82,00	Un	13,25	1.086,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	OVOS DE PÁSCOA DE CHOCOLATE PRETO AO LEITE COM NO MÍNIMO 250	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	187,00	Un	13,25	2.477,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Feixe de Mola Dianteiro FORD/VW/TRUCK 3	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	178,00	178,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 19/ 19

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Feixe de Moia Dianteiro FORCARGOVOLKS 5	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	135,00	135,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Veda Rosca.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	8,00	8,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	flexível 1mt	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	10,90	21,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Fim de obra	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	69,90	69,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para conserto de comanda de alimentação	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de Obra para retirar, realizar Limpeza e reinstalar	AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	1,00	Un	200,00	200,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bobina do motor ar condicionado	AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Placa do visor ar condicionado	AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	1,00	Un	250,00	250,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Compartilhamento de impressora Sala dos Professores.	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	25,00	25,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Reparação sistema windows, limpeza aplicativos e remoção de	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	85,00	85,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Backup, substituição computador da sala da diretora	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	90,00	90,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Fonte 200w	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	95,00	95,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Conserto da placa principal do Ar-Condicionado do Provedor	AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	1,00	Un	350,00	350,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Doses de sêmen touro Holandês importado;	VANELLI AGROPECUARIA LTDA	05.166.501/0001-66	750,00	Dose	11,00	8.250,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Doses de sêmen touro Holandês importado,	VANELLI AGROPECUARIA LTDA	05.166.501/0001-66	750,00	Dose	9,95	7.462,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Botijão criogênico para armazenagem de sêmen	LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA	31.047.654/0001-02	1,00	Un	2.099,00	2.099,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Caixas de Luvas para inseminação artificial com 100 un	LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA	31.047.654/0001-02	100,00	CX	34,80	3.480,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Pacote de bainhas com 50 un. importada	LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA	31.047.654/0001-02	100,00	PCT	13,90	1.390,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Doses de sêmen bovinos da nelore	LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA	31.047.654/0001-02	100,00	Dose	8,00	800,00
Total Geral ---->							203.475,18

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS MUNICÍPIO DE PRINCESA 04.2020

Publicação Nº 2527958

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/24

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Abril/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Letreiro para fachada escrito "CRAS"	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL LTDA	11.244.011/0001-33	1,00	Un	880,00	880,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Placa de inauguração de obra, instalada na sede do CRAS	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL LTDA	11.244.011/0001-33	1,00	Un	450,00	450,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Letreiro para fachada escrito "CENTRO ADMINISTRATIVO"	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL LTDA	11.244.011/0001-33	1,00	Un	2.300,00	2.300,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	amortecedor dianteiro, lado esquerdo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	255,0891	255,09
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	JOGO PASTILHA DE FREIO	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	292,5888	292,59
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Coxim amortecedor dianteiro	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	115,7698	231,54
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	coifa amortecedor	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	22,3293	44,66
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	batente amortecedor superior dianteiro	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	47,4663	94,93
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Amortecedor dianteiro, lado direito.	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	287,2527	287,25
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	85,00	Un	145,99	12.409,15
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	10,00	Un	145,99	1.459,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	10,00	Un	145,99	1.459,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	20,00	Un	145,99	2.919,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	3,00	Un	145,99	437,97
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	3,00	Un	145,99	437,97

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 2 / 24

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tubo de Concreto de 1,0m x 1m (diam. x comp.)	F.M.ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	23.457.996/0001-64	70,00	Un	200,00	14.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	H	119,15	238,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	126,67	380,01
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	126,67	380,01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Solda MIG V	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	30,00	Min	4,28	128,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,75	H	126,67	475,01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	119,15	119,15
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	119,15	357,45
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Solda MIG MAG III	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	20,00	Min	4,25	85,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 17.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	36,50	36,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 17.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	Un	36,50	73,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 14.9-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	111,50	111,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 13	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	19,53	19,53
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 13	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	19,53	19,53
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica FIAT	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	76,82	76,82
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 13	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	19,53	19,53
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica FIAT	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	76,82	76,82
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG VI	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	30,00	Min	4,27	128,10
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica CATERPILLAR	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,50	H	118,77	178,16
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica CATERPILLAR	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	3,499	H	118,7739	415,59



Folha: 3/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG VI	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	30,00	Min	4,27	128,10
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 19.5L-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	86,50	86,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG II	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	15,00	Min	4,21	63,15
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Contratação de mão-de-obra p/ manutenção elétrica FIAT	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	3,28	H	61,11	200,44
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Contratação de mão-de-obra p/ manutenção elétrica FIAT	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,946	H	61,11	180,03
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Contratação de mão-de-obra p/ manutenção elétrica PEUGEOT	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	5,73	H	61,11	350,16
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Contratação de serviço de mecânica básica CHEVROLET	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	0,50	H	79,15	39,58
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Contratação de serviço de mecânica básica CHEVROLET	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	H	79,15	158,30
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	23,26	46,52
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Contratação de serviço de mecânica básica FIAT	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	76,82	76,82
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Contratação de serviço de mecânica básica FIAT	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	10,00	H	76,82	768,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de mecânica ESPECIALIZADA PEUGEOT	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	9,00	H	126,33	1.136,97
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Contratação de serviço de mecânica básica CHEVROLET	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,50	H	79,15	118,73
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Recarga de botijão de gás 13kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	89,95	89,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PANO MULTI USO TAMANHO DE 49 X 33 CM, EMB. COM 05 UNIDADES	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	1,00	Un	5,80	5,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOALHA 28CM X 48CM:	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	110,00	Un	4,00	440,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOALHA 28CM X 48CM:	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	10,00	Un	4,00	40,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Alcool tipo 70% - Embalagem de 1 Litro Acondicionado em	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	18,00	Un	3,50	63,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pastilha tipo adesiva. Para sanitário, composta de tensoativ	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	80,00	Un	3,50	280,00

Folha: 4/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PAPEL HIGIÊNICO. De boa qualidade, papel não reciclado, folh	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LT'D	05.919.156/0001-94	1,00	Un	54,00	54,00	54,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Alcool tipo 70% - Embalagem de 1 Litro	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LT'D	05.919.156/0001-94	18,00	Un	3,50	3,50	63,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Acondicionado em	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LT'D	05.919.156/0001-94	20,00	Un	3,50	3,50	70,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pastilha tipo adesiva. Para sanitário, composta de tensoativ	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	2,00	Un	16,49	16,49	32,98
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rodo Esfregão Vassoura Microfibra Flexível varre,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	30,00	Un	16,98	16,98	509,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SABÃO EM PÓ. Pacote de 5kg. Com tensoativos, coadjuvante,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	10,00	Un	6,05	6,05	60,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Desfritante líquido para uso geral. 5 litros.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	10,00	Un	4,90	4,90	49,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rodo de espuma com fibra, comprimento 29 cm, largura 6cm.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	43,00	Un	15,49	15,49	666,07
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Luva de látex. Látex de borracha natural, superfície lisa.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	2,00	Un	5,97	5,97	11,94
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FIBRA DE LIMPEZA DE GERAL	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	3,00	Un	19,00	19,00	57,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Tapete de porta emborrachado parte superior em carpete,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	2,00	Un	30,00	30,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mangureira tipo jardim. De PVC trançado em náilon,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	4,00	Un	15,50	15,50	62,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 5KG.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	2,00	Un	5,97	5,97	11,94
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FIBRA DE LIMPEZA DE GERAL	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	10,00	Un	16,98	16,98	169,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SABÃO EM PÓ. Pacote de 5kg. Com tensoativos, coadjuvante,	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	10,00	Un	6,05	6,05	60,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Desfritante líquido para uso geral. 5 litros.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	6,00	Un	4,90	4,90	29,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rodo de espuma com fibra, comprimento 29 cm, largura 6cm.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	20,00	Un	15,49	15,49	309,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Luva de látex. Látex de borracha natural, superfície lisa.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	10,00	Un	2,20	2,20	22,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FILTRO PARA CAFÉ. EMBALAGEM COM 30 UNIDADES	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	20,00	Un	1,15	1,15	23,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro para bomba de chimarrão. Pode ser utilizado em qualqu	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	4,00	Un	15,50	15,50	62,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 5KG.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00					

Folha: 5/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LIMPADOR DESENGORDURANTE	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	8,00	Un	2,00	16,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduo Comum, 50L	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	40,00	Un	5,38	215,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LUVAS DE LATEX, TAMANHO P;	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	15,00	Un	2,20	33,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PANO DE PRATO grande de cor branca, tamanho 90cmx70cm, com c	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	3,90	39,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 8KG.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	4,00	Un	22,95	91,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PA PARA LIXO, GRANDE	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	5,00	Un	1,70	8,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Toalha umedecida contendo 40 unidades	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	PCT	2,00	20,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Espanja para limpeza tipo multiuso. Material / fibra sintético	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	50,00	Un	1,69	84,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TAPETE VINÍLICO TAM. 60CM X 1,2M	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	82,00	164,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduo Comum, 30L	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	Un	4,15	83,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PAPEL tipo TOALHA, especial, luxo, não reciclado. Interfolha	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	100,00	Un	7,30	730,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduos Comum.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	60,00	Un	5,40	324,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Detergente tipo desengordurante. Multiuso, fragrâncias diver	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	Un	1,65	33,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 10 LITROS.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	4,00	Un	23,45	93,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Babador Infantil, decorado com motivo Infantil, com bolso na	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	6,00	Un	4,50	27,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ALCÓOL EM GEL 70%;	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	100,00	Un	3,42	342,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SUPORTE COM ESCOVA SANITÁRIA	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	6,00	Un	3,70	22,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PANO DE PRATO grande de cor branca, tamanho 90cmx70cm, com c	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	3,90	39,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 8KG.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	1,00	Un	22,95	22,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Espanja para limpeza tipo multiuso. Material / fibra sintético	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	30,00	Un	1,69	50,70

Folha: 6/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Luva Latex Nítrica - Tamanho M	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	15,00	CX	14,90	223,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	AMACIANTE CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 500ML	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	5,00	Un	2,80	14,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LIMPADOR DESENGORDURANTE	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	7,00	Un	2,00	14,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Toalha umedecida contendo 40 unidades	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	PCT	2,00	40,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 10 LITROS.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	1,00	Un	23,45	23,45
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Detergente tipo desengordurante. Multiuso, fragrâncias diver	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	30,00	Un	1,65	49,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ALCOOL EM GEL 70%;	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	100,00	Un	3,42	342,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SUPORTE COM ESCOVA SANITÁRIA	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	3,70	37,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduo Comum, 50L	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	30,00	Un	5,38	161,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduos Comum.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	50,00	Un	5,40	270,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduo Comum, 30L	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	30,00	Un	4,15	124,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PAPEL tipo TOALHA, especial, luxo, não reciclado. Interfolha	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	50,00	Un	7,30	365,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SABONETE tipo LÍQUIDO. Dermatologicamente testado.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	3,00	Un	11,90	35,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	DETERGENTE PRA LOUÇA DE 5 LITROS	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	10,00	Un	8,00	80,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ÁGUA SANITÁRIA DE 5 LITROS.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	40,00	Un	5,45	218,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	AMACIANTE para ROUPAS:	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	10,00	Un	7,50	75,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ALVEJANTE EMBALAGEM DE 2 LITROS:	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	6,00	Un	3,20	19,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Detergente líquido, composto de tensoativos aniônicos, coadju	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	48,00	Un	0,98	47,04
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Alvejante com cloro ativo.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	6,00	Un	3,20	19,20
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	DETERGENTE PRA LOUÇA DE 5 LITROS	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	10,00	Un	8,00	80,00

Folha: 7/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ÁGUA SANITÁRIA DE 5 LITROS.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	30,00	Un	5,45	163,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Detergente líquido, composto de tensoativos aniônicos coadju	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	48,00	Un	0,98	47,04
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	AMACIANTE para ROUPAS:	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	5,00	Un	7,50	37,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PAPEL tipo TOALHA. Acondicionado em embalagem apropriada com	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,54	25,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Isqueiro a gás Max, grande - Cor Aleatória Não recarregável	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	6,00	Un	2,65	15,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Guardanapo de papel contendo 50 unidades. Cor branco, macio.	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	5,00	Un	0,60	3,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FOLHA DE ALUMÍNIO DE 30CM X 4M:	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	6,00	Un	2,60	15,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	KIT AROMATIZANTE	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	5,00	Un	23,00	115,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PAPEL tipo TOALHA. Acondicionado em embalagem apropriada com	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	4,00	Un	2,54	10,16
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Isqueiro a gás Max, grande - Cor Aleatória Não recarregável	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	6,00	Un	2,65	15,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	KIT AROMATIZANTE	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	5,00	Un	23,00	115,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FOLHA DE ALUMÍNIO DE 30CM X 4M:	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	4,00	Un	2,60	10,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pano de prato, Branco, com costuras nas extremidades, dimens	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	2,65	26,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOALHA DE BANHO. Tamanho aproximado de 70cm x 1,20 cm. Compo	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	10,95	109,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOUCA DESCARTÁVEL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES:	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	3,00	Un	7,10	21,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOALHA DE ROSTO 40CM X 70CM	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	5,00	Un	4,70	23,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Copo. Plástico descartável, capacidade para 180 ml.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	100,00	Un	2,40	240,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	RODO. de espuma. Com cabo de madeira. Revestido com material	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	5,00	50,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOALHA DE ROSTO tipo ALGODÃO FELPUDO	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	4,70	47,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Alcool tipo 92.8 INPM - Alcool etílico para limpeza de ambiente	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	18,00	Un	4,15	74,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PANO DE PRATO 43CM X 65CM	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	2,84	28,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 8 / 24

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Copo. Plástico descartável, capacidade para 50 ml.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	4,00	Un	1,29	5,16
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOUCA DESCARTÁVEL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	4,00	Un	7,10	28,40
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOALHA DE BANHO. Tamanho aproximado de 70cm x 1,20 cm. Compo	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	10,95	109,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PANO DE PRATO 43CM X 65CM	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	2,84	28,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LUVA DE LATEX, TAMANHO G;	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	2,14	42,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LIXEIRO PLÁSTICO CAPACIDADE DE 20 LITROS	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	5,00	Un	23,00	115,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Álcool tipo 92,8 INPM - Álcool etílico para limpeza de ambiente	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	18,00	Un	4,15	74,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	RODO. de espuma. Com cabo de madeira. Revestido com material	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	5,00	50,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SAPONACEO LÍQUIDO tipo CREMOSO. Limpa e dá brilho sem riscar	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	4,00	Un	1,49	5,96
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Copo. Plástico descartável, capacidade para 180 ml.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	200,00	Un	2,40	480,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Copo. Plástico descartável, capacidade para 50 ml.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	15,00	Un	1,29	19,35
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Luvas de látex. Látex de borracha natural, superfície lisa,	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	16,70	167,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	VASSOURA tipo DE PALHA	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	11,00	220,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOALHA DE ROSTO tipo ALGODÃO FELPUDO	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	4,70	47,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pano de prato. Branco, com costuras nas extremidades, dimens	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	2,65	26,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LUVA DE LATEX TAMANHO M;	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	2,15	43,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FILME PVC TRANSPARENTE 28CM X 300M	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	3,00	Un	20,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 3KG.	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	4,00	Un	10,50	42,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LIXEIRO DE PLÁSTICO CAPACIDADE DE 50 LITROS	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	4,00	Un	51,50	206,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PALITOS DE DENTE. Embalagem apropriada contendo 50 unidades,	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	10,00	Un	0,35	3,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 9/24

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LIXEIRO DE PLÁSTICO CAPACIDADE DE 50 LITROS	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	1,00	Un	51,50	51,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 3KG.	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	1,00	Un	10,50	10,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PALITOS DE DENTE. Embalagem apropriada contendo 50 unidades.	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	10,00	Un	0,35	3,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Linha de látex. Látex de borracha natural, superfície lisa, p	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	30,00	Un	15,00	450,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Escova desembaraçam-te oval cerdas flexíveis,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	14,40	72,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BICARBONATO DE SÓDIO EMBALAGEM DE NO MÍNIMO DE 1KG.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	8,75	8,75
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SABONETE INFANTIL EMBALAGEM COM 80 GRAMAS	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	1,40	7,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	GRAMPO DE ROUPA, MADEIRA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	50,00	Un	0,95	47,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Hastes flexível com pontas de algodão, composição hastes de	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	1,45	1,45
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Esfregão de aço - esponja de aço inoxidável de longa duração	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	1,69	16,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	toalha gelada, Tamanho 43cm x 32cm + 2 mm	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	7,85	39,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Hastes flexível com pontas de algodão, composição hastes de	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	1,45	14,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	GRAMPO DE ROUPA, MADEIRA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	100,00	Un	0,95	95,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	toalha gelada, Tamanho 43cm x 32cm + 2 mm	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	7,85	15,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Esfregão de aço - esponja de aço inoxidável de longa duração	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	1,69	16,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Tapete de porta emborrachado parte superior em carpete, 60x40	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	15,00	Un	18,99	284,85
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Copo Térmico de isopor para café/chá, Capacidade de 180ml, P	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Un	3,80	114,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BICARBONATO DE SÓDIO EMBALAGEM DE NO MÍNIMO DE 1KG.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	8,75	43,75
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Serviço de arbitragem FUTEBOL SETE	ASSOCIAÇÃO LIGA ESPORTIVA OESTINA	83.675.157/0001-44	45,00	Un	130,00	5.850,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Remoção de arquivos e instalação de driver de vídeo	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	40,00	40,00

Folha: 10/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Criação de novo usuário, configuração de programas	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	90,00	90,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	remoção de módulo de memória e limpeza de placa	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	90,00	90,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	backup e remoção das pastas antigas do servidor	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	25,00	25,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	backup, formatação de pc e limpeza interna	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Conserto Internet(rede interna)	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Configuração de compartilhamento de arquivos	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	25,00	25,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	remoção de aplicativos	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	25,00	25,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rebite repuxo - POP 6,2x22mm	COMERCIAL SCHNEIDER OTT LTDA	86.205.440/0001-09	50,00	Un	0,42	21,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BALANCEAMENTO	LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	2,00	Un	12,50	25,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	geometria	LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	1,00	Un	50,00	50,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	12,00	Un	145,99	1.751,88
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	borracha amortecedor traseiro	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	8,00	UN	29,7291	237,83
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Amortecedor dianteiro	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	626,229	1.252,46
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Amortecedor traseiro	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	343,5955	687,19
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Amortecedor traseiro	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	477,24	954,48
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Carcaca bomba hidráulica CA250 Reman 380830	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	1,00	Un	8.131,20	8.131,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Calça em brim pesado, 100% algodão, feminino	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI	10.585.243/0001-92	1,00	Un	51,65	51,65
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Calça em Brim pesado, 100% algodão, com elástico na cintura	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI	10.585.243/0001-92	7,00	Un	48,00	336,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de chapeação e pintura ÔNIBUS VOLKS	JONAS OCHOA 05826140909	26.779.677/0001-63	12,00	H	72,38	868,56
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra p manutenção elétrica ÔNIBUS VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	3,00	H	63,89	191,67

Folha: 11/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica VOLARE	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	10,50	H	63,89	670,85
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra p/ manutenção elétrica IVECO	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	5,00	H	63,89	319,45
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica NEW HOLLAND	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	0,667	H	104,2279	69,52
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG VI	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	35,00	Min	4,27	149,45
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 1400-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica JCB	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,50	H	119,5267	179,29
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 19.5L-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	86,50	86,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica CATERPILLAR	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	0,666	H	118,77	79,10
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG III	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	15,00	Min	4,25	63,75
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 19.5L-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	86,50	86,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 12.4-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	Un	73,28	146,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Solda MIG MAG VI	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	105,00	Min	4,27	448,35
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	44,75	44,75
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de mecânica ESPECIALIZADA FIAT	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	H	126,33	505,32
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 1400-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	44,75	44,75
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arrame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	25,00	Min	4,26	106,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	119,15	119,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	H	119,15	238,30
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	4,00	H	119,15	476,60

Folha: 12/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	30,00	Min	4,26	127,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	25,00	Min	4,26	106,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	18,00	Min	4,26	76,68
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	20,00	Min	4,26	85,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	6,00	H	63,89	383,34
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	5,00	H	63,89	319,45
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu 1400R24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	Un	104,75	209,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 22.5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	44,75	44,75
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica JCB	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	6,00	H	119,53	717,18
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu 1400-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	Un	104,90	209,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de chapeação e pintura VOLKS	JONAS OCHOA 05826140909	26.779.677/0001-63	6,00	H	74,79	448,74
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica VOLARE	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	3,00	H	63,89	191,67
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de mecânica ESPECIALIZADA CHEVROLET	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	6,00	H	126,33	757,98
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Contratação de mão-de-obra p/ manutenção elétrica CHEVROLET	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	3,00	H	61,11	183,33
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Alcool 70° INPM líquido 1L	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	120,00	Un	8,00	960,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	DOU 45/2020 TP 02/2020	DOBEL DIST DE DIARIO OFICIAL DE BRASILIA ESTADOS	89.320.360/0001-84	1,00	Un	444,60	444,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	DOE PL 45/2020 TP 02/2020	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	6,83	CMC	30,99	211,66
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	DC PL 45/2020 TP 02/2020	NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	8,00	CMC	50,00	400,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro PSL 283 (dleo)	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	127,00	127,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro PC 2/255	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	28,00	28,00

Folha: 13/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Engrenagem eixo gira circulo - 04815	VELMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	14.016.902/0001-20	1,00	Un	1.450,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Elemento Filtr. Pre - M Acqua Star	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	1,00	Un	95,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Elemento Filtr. Carvão F Acqua Star	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	1,00	Un	95,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Elemento filtrante Pre/Carvão Soft Everest	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	2,00	Un	180,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL SULFITE TIPO A4	PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	5,00	Un	145,99
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Hipoclorito de sódio - 11% de cloro ativo, para desinfecção	BUSCHLE & LEPPER SA	84.684.471/0006-60	600,00	Kg	2,08
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de Taxa ART.	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	88,78
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	faixa refletiva	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	6,00	Un	5,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	Custas referentes ao processo 0301180-12.2015.8.24.0065	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	83.845.701/0001-59	1,00	Un	47,03
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Reparo Gira Circulo G720/G710 APC 12725151	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	1,00	Un	152,46
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Garrafa de tinta preta 1 litro para impressora EPSON L4160	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	39,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Garrafa de tinta para impressora EPSON L4160 Majenta	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	45,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Garrafa de tinta para impressora EPSON L4160 amarelo	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	45,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Garrafa de tinta para impressora EPSON L4160 Ciano	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	45,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TONER - HP CB436AB 36A	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	5,00	Un	21,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Suporte para Câmera Fabricado em polímero de alta resistênci	RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	7,00	Un	448,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Coldre modular para PT 100 Confeccionado em nylon Rip Stop e	RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	1,00	Un	88,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Porta carregador duplo modular para CTT 40 confeccionado em	RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	2,00	Un	89,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Coldre fabricado em polímero de alta resistência, Adaptadore	RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	7,00	Un	1.386,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Coberta caqui - Policial Militar	RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	7,00	Un	244,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Divisas Praças PMSC produzida em tecido Rip Stop Cedro, Cor	RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	14,00	Un	222,60

Folha: 14/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Camisa Polo Caqui confeccionada em tecido 100% algodão.	Bem Adquirido	RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	14,00	Un	34,90	488,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Gandola manga curta Confeccionada em Rip Stop Cedro Cáqui.		RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	7,00	Un	85,00	595,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Gandola manga curta Confeccionada em Rip Stop Cedro Cáqui. M		RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	7,00	Un	85,00	595,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Calça Confeccionada em Rip Stop Cedro Cáqui. Modelo padrão		RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	14,00	Un	97,00	1.358,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Camiseta poli - viscose Branca Confeccionada em Poli		RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	14,00	Un	28,50	399,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Coturno com Resistência a 300° Celsius por 1 minuto. Altura		RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	7,00	Par	389,00	2.723,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Bolso APH Tático modular confeccionado em nylon Rip Stop e f		RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	28.062.335/0001-53	2,00	Un	77,00	154,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lanterna com acionamento na tampa traseira para uso policial		RUBENS RUAS FERREIRA JUNIOR 59774673034	25.967.289/0001-43	7,00	Un	120,00	840,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cinto tático policial Anti-chamas; Desenvolvido em nylon cor		RUBENS RUAS FERREIRA JUNIOR 59774673034	25.967.289/0001-43	7,00	Un	49,00	343,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lanterna tática com acionador remoto com mount para trilhos		RUBENS RUAS FERREIRA JUNIOR 59774673034	25.967.289/0001-43	1,00	Un	450,00	450,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Fio de Cobre Isolado 1,5mm² 750V PRETO		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	25,00	M	2,33	58,25
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	MAO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS ITENS		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,09	Un	307,29	1.871,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	RELÉ FOTOELETRÔNICO IP 220 S/BASE 10A 1000W		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	17,00	Un	23,50	399,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REATOR LÂMPADA V. SÓDIO 70W EXT. 220V AFP		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	5,00	Un	50,95	254,75
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 70W		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	13,00	Un	26,84	348,92
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	fitla isolante adesiva 0.18x19mmx20m		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	RL	7,88	7,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Conector PERF. 16-70mm - 1.5mm - 10mm		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,00	Un	8,82	52,92
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo b cu+sn cb ca-caa-cu		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	3,00	PC	6,60	19,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo 3 cu+sn cb ca-caa-cu		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	11,00	PC	3,69	40,59
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Braço IP ESPECIAL CURVO D49x3000mm		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	4,00	Un	136,90	547,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 15/24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	base p/ rele fotoelétrico	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	4,00	PC	14,87	59,48
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Fio de Cobre Isolado 1,5mm² 750V PRETO	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	38,00	M	2,33	88,54
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	RELÉ FOTOELETRÔNICO IP 220 S/BASE 10A 1000W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	29,00	Un	23,50	681,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REATOR LÂMPADA V. SÓDIO 150W EXT. 220V AFP	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	3,00	Un	62,79	188,37
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REATOR LÂMPADA V. SÓDIO 70W EXT. 220V AFP	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	13,00	Un	50,95	662,35
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUMINÁRIA FECH. IP LAMP. 80-150W (ESTAMPADA)	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	10,00	Un	228,32	2.283,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 250W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	4,00	Un	56,62	226,48
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 150W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	2,00	Un	42,82	85,64
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 70W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	19,00	Un	26,84	509,96
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Conector PERF. 16-70mm - 1,5mm - 10mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	13,00	Un	8,82	114,66
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo 3 cu+sn cb ca-cao-cu	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	8,00	PC	3,69	29,52
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Braço IP ESPECIAL CURVO D49x3000mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	4,00	Un	136,90	547,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Braço IP COMUM RETO D25x1000mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	10,00	Un	42,35	423,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	base p/ rele fotoelétrico	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	14,00	PC	14,87	208,18
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	fitla isolante adesiva 0.18x19mmx20m	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	RL	7,88	7,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ERVA-MATE PARA CHIMARRÃO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Un	8,54	256,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS. CARACTERÍSTICAS GERAIS:	GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	34.759.165/0001-63	1,00	Un	244,00	244,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Notebook novo, com as seguintes especificações mínimas:	GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	34.759.165/0001-63	1,00	Un	3.050,00	3.050,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Notebook com processador mínimo 2,56ghz e cache 3MB	U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	2,00	Un	2.686,00	5.372,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Servidor com processador mínimo Intel® Xeon® E-2144G de 3,6G	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	13.890,00	13.890,00

Folha: 16/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Refrigerador/Geladeira novo, com as seguintes especificações	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	1.836,00	1.836,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FORNO ELÉTRICO DE BANCADA 44 LITROS, POTÊNCIA DE 1750W,	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	526,00	526,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FORNO DE MICRO-ONDAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 31 LITROS, PORTA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	499,00	499,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FORNO DE MICRO-ONDAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 31 LITROS, PORTA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	1,00	Un	499,00	499,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FORNO ELÉTRICO DE BANCADA 44 LITROS, POTÊNCIA DE 1750W,	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	2,00	Un	526,00	1.052,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tablet novo, com as seguintes especificações mínimas:	MB CATARINENSE LTDA - ME	16.961.181/0001-52	1,00	Un	988,00	988,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PROJETOR DE MÍDIA com, no mínimo, as seguintes especificações	MB CATARINENSE LTDA - ME	16.961.181/0001-52	1,00	Un	2.272,00	2.272,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Ar condicionado capacidade 18.000 Btus, voltagem 220v, ciclo	NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA	19.115.775/0001-30	1,00	Un	2.740,00	2.740,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Ar condicionado capacidade 12.000 Btus, voltagem 220v, ciclo	NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA	19.115.775/0001-30	1,00	Un	1.765,00	1.765,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Sofá novo, com assento retrátil e encosto reclinável,	RUI NIEDERMAIER - EPP	77.893.253/0001-66	1,00	Un	1.745,00	1.745,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Máquina de Lavar semi-automática modelo tradicional 10 quilo	RUI NIEDERMAIER - EPP	77.893.253/0001-66	1,00	Un	649,00	649,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Colchão Box solteiro com molas ensacadas individualmente med	RUI NIEDERMAIER - EPP	77.893.253/0001-66	1,00	Un	625,00	625,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Chadeira Elétrica Inox;	RUI NIEDERMAIER - EPP	77.893.253/0001-66	1,00	Un	79,00	79,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Capa de colchão solteiro em malha para colchão	RUI NIEDERMAIER - EPP	77.893.253/0001-66	1,00	Un	43,50	43,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Ar condicionado capacidade 9.000 Btus, voltagem 220v, ciclo	NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA	19.115.775/0001-30	2,00	Un	1.515,00	3.030,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo 3 cu+sn cb ca-aa-cu	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	7,00	PC	3,69	25,83
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Braço IP ESPECIAL CURVO D49x3000mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	21,00	Un	136,90	2.874,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	base p/ rele fotoelétrico	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,00	PC	14,87	89,22

Folha: 171/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Fio de Cobre Isolado 1,5mm² 750V PRETO	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	80,00	M	2,33	186,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	MAO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS ITENS	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,52	Un	307,29	2.003,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	RELÉ FOTOELETRÔNICO IP 220 S/BASE 10A 1000W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,00	Un	23,50	141,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUMINÁRIA FECH. IP LAMP. 80-150W (ESTAMPADA)	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	Un	228,32	228,32
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 250W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	5,00	Un	56,62	283,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	fitla isolante adesiva 0.18x19mmx20m	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	RL	7,88	7,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduos Comum.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	Un	5,40	108,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduo Comum.50L	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	Un	5,38	107,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduo Comum. 15 L	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	Un	1,35	27,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SACO PLÁSTICO. Para acondicionamento de Resíduo Comum, 30L	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	Un	4,15	83,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SABÃO EM PÓ. Caixa de 1 kg. Com tensoativos, coadjuvante.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	Un	3,70	74,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SABÃO EM BARRA. Neutro. Acondicionado em embalagem plástica.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	4,18	8,36
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Papel toalha interfolha 3 dobras medidas 5x20,5 com 1.000	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	50,00	Un	7,11	355,50
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PÁ PARA LIXO	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	4,88	9,76
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE LATEX, TAMANHO P;	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	20,00	Un	2,20	44,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Escova tipo de roupa. Base de madeira em formato oval, com c	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	2,00	Un	1,65	3,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BOBINA PLÁSTICA, CAPAC. 10 LITROS.	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	10,00	Un	23,45	234,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	AMACIANTE CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 500ML	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	5,00	Un	2,80	14,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	VASSOURA tipo DE PALHA	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	2,00	Un	11,00	22,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	VASSOURA EM NYLON COM CABO DE MADEIRA.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	2,00	Un	5,00	10,00

Folha: 18/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	TOALHA DE ROSTO tipo ALGODÃO FELPUDO	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	4,70	94,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SACOS DE TECIDO PARA PASSAR PANO tipo CRU. Tecido 90% algodão	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	5,00	Un	2,79	13,95
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	RODO. Borracha dupla. Suporte da borracha com material de aço	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	2,00	Un	6,30	12,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PEDRA SANITÁRIA tipo RETANGULAR. Peso aproximado de 35 grama	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	0,94	18,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PANO DE PRATO 43CM X 65CM	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	2,84	28,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE LATEX TAMANHO M;	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	25,00	Un	2,15	53,75
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Limpa vidro. Frasco com aplicador (pulverizador), embalagem	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	3,00	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	DESINFETANTE DE BANHEIRO DE 500ML.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	25,00	Un	1,74	43,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Copo. Plástico descartável, capacidade para 180 ml.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	20,00	Un	2,40	48,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PANO TIPO ESTOPA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	25,00	Kg	4,80	120,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Jogo de tapete tipo para banheiro. Contendo 3 peças, um para	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	36,50	73,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Esfregão de aço - esponja de aço inoxidável de longa duração	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	4,00	Un	1,69	6,76
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Copo Térmico de Isopor para café/chá, Capacidade de 180ml, P	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Un	3,80	114,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Luva de látex. Látex de borracha natural, superfície lisa, p	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	4,00	Un	15,00	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SABONETE tipo LÍQUIDO. Dermatologicamente testado.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	5,00	Un	11,90	59,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SABONETE LÍQUIDO COM 500ML.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	10,00	Un	5,00	50,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	DETERGENTE PARA PISO EMBALAGEM DE 5 LITROS.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	5,00	Un	9,50	47,50
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Detergente líquido, composto de tensoativos aniônicos coadju	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	10,00	Un	0,98	9,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GERA LÍQUIDA DE 750 ML	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	10,00	Un	2,70	27,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ÁGUA SANITÁRIA DE 2 LITROS.	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	20,00	Un	2,50	50,00

Folha: 19/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SABÃO EM PÓ, Pacote de 5kg. Com tensoativos, coadjuvante.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	5,00	Un	16,98	84,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Rodo Esfregão Vassoura Microfibra Flexível varre.	BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	1,00	Un	16,49	16,49
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Toalha umedecida contendo 40 unidades	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	5,00	PCT	2,00	10,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	recarga de Galão de água Mineral 20 litros	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	10,79	53,95
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	Custas referentes ao processo: 5001090-50.2019.8.24.0065	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	83.845.701/0001-59	1,00	Un	47,03	47,03
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53

Folha: 20/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	taxa de seguro obrigatório DPVAT, anual	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Taxa de licenciamento anual de veículo	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,21	5,21
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	8,08	8,08

Folha: 21/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Vulcanização 17,5 x 25	RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	2,00	UN	250,00	500,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Vulcanização 1400 x 24	RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	2,00	UN	250,00	500,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Toner CF230A 30A Laserjet Pro MFP M 227 fdw	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	2,00	Un	85,00	170,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Toner CF230A 30A Laserjet Pro MFP M 227 fdw	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	1,00	Un	85,00	85,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	RECARGA DE TONER - HP - 85A	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	8,00	Un	21,78	174,24
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	RECARGA DE TONER - HP - 85A	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	2,00	Un	21,78	43,56
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TONER - HP Laserjet M1132MFP	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	4,00	Un	21,00	84,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	cimento, saco com 50 kg	MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	2,00	SC	26,80	53,60
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Recarga de botijão de gás 13kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	89,95	269,85
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAFÉ tipo TORRADO E MOIDO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	7,17	71,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LEITE INTEGRAL	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	10,00	CX	2,67	26,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAFÉ	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	20,00	Un	9,35	187,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	AÇUCAR, TIPO CRISTAL 2KG	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	5,00	PCT	3,79	18,95
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LEITE;	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	30,00	CX	2,66	79,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CHÁ - sabor: melissa e flor de laranjeira	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CHÁ - sabor: Erva Doce	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CHÁ - sabor: cidreira com limão e mel	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CHÁ - sabor: maçã com canela	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CHÁ - sabor: camomila com especiarias	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40

Folha: 22/ 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CHÁ - sabor: laranja com especiarias	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CAFÉ solúvel granulado	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	8,98	89,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	água mineral emb. com 500 ml sem gás	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	40,00	Un	0,92	36,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Galão de água Mineral com recarga 20 litros	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	24,64	49,28
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Máscara de tecido, tricoline, 100% algodão, cores sortidas	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	150,00	Un	5,50	825,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Máscara de tecido, tricoline, 100% algodão, cores sortidas,	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	200,00	Un	5,00	1.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Máscara de tecido, tricoline, 100% algodão, cores sortidas,	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	100,00	Un	5,00	500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Máscara de tecido, tricoline, 100% algodão, cores sortidas	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	25,00	Un	5,50	137,50
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Elemento filtrante carvão	CLEBER JOSÉ SOSTER - ME	07.024.948/0001-26	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra	EDERSON WARKEN - ME	11.670.784/0001-81	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE LÁTEX NATURAL	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	10,00	Par	2,15	21,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BOTINA DE SEGURANÇA	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	2,00	Par	38,00	76,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG IV	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	105,00	Min	4,27	448,35
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	5,00	H	97,30	486,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,499	H	97,30	243,15
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de conserto de Pneu Agrícola 7.50/16	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	3,00	Un	24,95	74,85
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG IV	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	30,00	Min	4,27	128,10
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	H	97,30	97,30
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG IV	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	20,00	Min	4,27	85,40
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,50	H	97,30	145,95

Folha: 23/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de conserto de Pneu Agrícola 7.50/16	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	8,00	Un	24,95	199,60
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Almoço + suco de frutas	CLAUDETE MASSMANN COPATTI 06516115965	29.792.245/0001-80	5,00	Un	22,25	111,25
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	SALADA DE FRUTAS	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	2,49	24,90
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	PÃO DE QUEIJO.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	15,00	Un	0,80	12,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	BOLO COM COBERTURA DE CHOCOLATE tipo NEGA MALUCA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	23,70	23,70
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	CAFÉ tipo TORRADO E MOIDO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	7,17	71,70
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Canela em rama, embalagem de 30g	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	35,00	Un	3,79	132,65
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	AÇÚCAR - tipo CRISTAL de 5 kg	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	5,00	PCT	9,98	49,90
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	VINAGRE DE ALCOL - BRANCO - 750 ml.	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	15,00	Un	1,80	27,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	LEITE;	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	20,00	CX	2,66	53,20
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Canela em pó, embalagem de 30g	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,74	27,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Corrente 30 dentes ST08.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Hélice ventilador 9PAS 6 furos	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	245,00	245,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Retentor virabrequim DT Cummins c/pistao.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	185,00	185,00

[illegible]

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS MUNICÍPIO DE PRINCESA 05.2020

Publicação Nº 2527960

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/17

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Papel toalha interfolha 3 dobras medidas 22x20,5 com 1.000	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	60,00	Un	7,11	426,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Chamada p/ manutenção e consertos elétricos do sistema água	ELETRICA RAO DE LUZ LTDA - ME	80.754.773/0001-00	10,00	Un	138,1129	1.381,13
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Conexão 190FO-08-08	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	48,00	48,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Capa 3/8 R12.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	10,00	10,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de Avaliação Mercadológica territorial rural para en	MARCIO JUNIOR CANTON	025.868.689-86	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de Avaliação Mercadológica territorial rural em área	MARCIO JUNIOR CANTON	025.868.689-86	2,00	Un	550,00	1.100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Bobina de campo 12V.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	178,00	178,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Planetária completa	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	128,00	128,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Induzido 12V M98.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	325,00	325,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Kit de reparos	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	43,00	43,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Induzido 12V F000 LO138.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	485,00	485,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Porta escovas com escovas 12V F000 LO138	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	86,00	86,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Jogo de buchas.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	42,00	42,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Jogo de reparos.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	36,00	36,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviços topográfico ou geodésico levantamento planimétrico	BATISTELO SERVICOS AMBIENTAIS E TOPOGRAFICOS LTDA	10.885.852/0001-67	10.693,61	M2	0,30	3.208,08

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 2 / 17

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxa DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	5,76	5,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	123,53	123,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Coxim motor dianteiro.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	2,00	Un	115,00	230,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Junta radiador oleo - 3760	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	15,00	15,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Kit para freio sistema tubulless aço.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	4,00	Un	24,00	96,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Junta radiador oleo mod. VW 13-180/15-180.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	15,00	15,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tubo reto escape c/ diâmetro 4"1	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,10	M	72,00	79,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Válvula solenoide 12V/1/4NPT.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	245,00	245,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Eixo do rotor com arruela de vedação 02044040.	ROHR MAQUINAS LTDA	07.884.300/0003-91	1,00	Un	325,00	325,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contra pino da coroa 02048703.	ROHR MAQUINAS LTDA	07.884.300/0003-91	2,00	Un	22,00	44,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Amortecedor traseiro.	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	2,00	Un	200,00	400,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	AMORTECEDOR DIANTEIRO.	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	2,00	Un	190,00	380,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Coxim amortecedor Fox/Polo 99/ (TS) - B211	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	2,00	Un	65,00	130,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Coxim motor traseiro VW/Cargo Cummins 2000.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	2,00	Un	95,00	190,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mola cargo tracado 2425/2638	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	265,00	265,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro oleos minerais motor - 47628830.	ROHR MAQUINAS LTDA	07.884.300/0003-91	1,00	Un	400,00	400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 3/17

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de óleo hidráulico - 47427164.	ROHR MAQUINAS LTDA	07.884.300/0003-91	1,00	Un	370,00	370,00	370,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,50	H	97,30	97,30	145,95
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de conserto de Pneu Agrícola 7.50/16	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	24,95	24,95	24,95
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG IV	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	40,00	Min	4,27	4,27	170,80
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG IV	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	90,00	Min	4,27	4,27	384,30
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	6,00	H	97,30	97,30	583,80
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	H	97,30	97,30	389,20
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de conserto de Pneu Agrícola 7.50/16	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	Un	24,95	24,95	99,80
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,32	H	97,30	97,30	420,34
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,482	H	97,30	97,30	241,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG IV	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	25,00	Min	4,27	4,27	106,75
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	H	97,30	97,30	194,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ÓLEO PARA MOTOR DIESEL SAE 15W-40, API CI 4. RECOMENDADO	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	15,00	GL	209,00	209,00	3.135,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO NLGI 1. COMPOSTA	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	10,00	emb	196,00	196,00	1.960,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ÓLEO PARA MOTORES A DIESEL 5W30, API SN, RECOMENDADO	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	5,00	GL	478,00	478,00	2.390,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA TRANSMISSÃO SAE 90, API GL5	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	10,00	GL	197,75	197,75	1.977,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL P/ MOTORES DIESEL	A.J.ZORNITTA COMERCIO DE FILTROS EIRELI	13.553.143/0001-72	10,00	Un	230,00	230,00	2.300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FLUIDO DE FREIO DOT 4.	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	12,00	emb	10,40	10,40	124,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ADITIVO LÍQUIDO ARREFECIMENTO ANTIFEVURA.	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	36,00	emb	8,85	8,85	318,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 50W TO-4. PARA TRANSMISSÃO	MAUCOR - DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	80.954.555/0001-01	5,00	GL	220,00	220,00	1.100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 4/ 17

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Barra de direção completa 416-E.	VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	14.016.902/0001-20	2,00	Un	245,90	491,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 1400-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bomba transferência diesel 303 - 200 litros Yamaguchi.	MECANICA AGRICOLA MEO TTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	475,00	475,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Capa de colchão solteiro em malha para colchão	RUI NIEDERMAIER - EPP	77.893.253/0001-66	2,00	Un	43,50	87,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro polen - 84213990	FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	1,00	Un	24,00	24,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro do ar - 84219999	FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	1,00	Un	318,14	318,14
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo do motor 15W40 - 27101932	FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	20,00	L	14,95	299,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Elemento filtro de segurança - 84219999	FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	1,00	Un	320,00	320,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Elemento filtro do ar - 84213990	FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	1,00	Un	61,91	61,91
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro combustível - 84212300	FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	1,00	Un	197,37	197,37
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro sedimentador - 84212300	FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	1,00	Un	150,84	150,84
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Elemento filtro do óleo - 84212300	FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	1,00	Un	162,33	162,33
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Câmera	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	95,00	95,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Câmera	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	95,00	95,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Câmera	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	95,00	95,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Regulador eletrônico de voltagem 24v	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	350,00	350,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Jogo de reparos do alternador 90 amperes	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	52,00	52,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rolamento 6303	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	38,00	38,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rolamento 6303	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de Obra para retirar e consertar o motor de partida.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,00	Un	63,89	127,78

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 5/17

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para retirar, consertar e recolocar o motor de p	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,50	Un	63,89	159,73
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PUBLICAÇÃO DOU - contrato	SOLUCOES PUBLICIDADE LEGAL E CONSULTORIA EIRELI	21.421.220/0001-69	1,00	Un	290,00	290,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Capa 5/8 2SN	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	15,00	15,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 100MM-08-08	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 145FJ-12-12	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para prensagem..	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	15,00	Min	2,50	37,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Capa 1/2 2SN	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	4,00	Un	10,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Conexão 100FB-08-08	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	4,00	Un	33,00	132,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mangueira 1/2 2SN.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,08	M	42,00	45,36
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GRAU DE DEPENDÊNCIA III- IDOSOS COM DEPENDÊNCIA QUE REQUEIRA	Eloide Aparecida Ody - ME	24.524.358/0001-81	6,00	MES	2.368,50	14.211,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pagamento de Taxa ART.	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	88,78	88,78
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	computador com as seguintes especificações mínimas	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	2,00	Un	2.999,00	5.998,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tábuas de madeira, 1 polegada, 30cm x 4	MARMITT ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	29.254.963/0001-01	0,50	M3	1.570,00	785,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	0m (largura X compr	BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-68	30,00	M3	56,70	1.701,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PEDRA BRITA N° 01 PARA OS MUNICÍPIOS DE:	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,32	H	97,30	420,34
	Mão de obra para manutenção e reparos de ensiladeiras, carro						
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO LUBRIFICANTE SEMI SINTÉTICO P/ MOTORES GASOLINA	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	24,00	emb	15,80	379,20
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FLUIDO DE FREIO DOT 4.	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	6,00	emb	10,40	62,40
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ADITIVO LIQUIDO ARREFECIMENTO ANTIFERVURA	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	24,00	emb	8,85	212,40
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO HIDRÁULICO AW 68. ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	20,00	GL	170,00	3.400,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA TRANSMISSÃO SAE 90, API GL5	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	5,00	GL	197,75	988,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 6/17

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO PARA MOTOR DIESEL SAE 15W-40, API CI 4. RECOMENDADO	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	20,00	GL	209,00	4.180,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO NLGI 1. COMPOSTA	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	5,00	emb	196,00	980,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ADITIVO LÍQUIDO ARREFECIMENTO ANTIFERVURA	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	2,00	emb	190,00	380,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA 5W/30, API SN. RECOMENDADO	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	24,00	emb	15,69	376,56
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 30W TO-4. PARA TRANSMISSÃO	CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI	14.869.829/0001-30	10,00	GL	258,00	2.580,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	DESENGRIPANTE SPRAY 300ML. *MARCA ACEITÁVEL: TECBRIL	MAUCOR - DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	80.954.555/0001-01	5,00	Un	5,00	25,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ARLA 32 - BALDE DE 20 LITROS. *MARCAS ACEITÁVEIS: SERQUÍMICA	MAUCOR - DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	80.954.555/0001-01	20,00	emb	36,00	720,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 50W TO-4. PARA TRANSMISSÃO	MAUCOR - DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	80.954.555/0001-01	5,00	GL	220,00	1.100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 40, API CF. RECOMENDADO PARA	MAUCOR - DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	80.954.555/0001-01	10,00	GL	209,00	2.090,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS	CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI	14.869.829/0001-30	48,00	emb	7,55	362,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	FLUIDO DE FREIO DOT 4.	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	6,00	emb	10,40	62,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO HIDRÁULICO AW 68. ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	20,00	GL	170,00	3.400,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 140. RECOMENDADO PARA TRACÇÕES	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	5,00	GL	204,40	1.022,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PI MOTORES DIESEL	AJZORNITTA COMERCIO DE FILTROS EIRELI	13.553.143/0001-72	10,00	Un	230,00	2.300,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ADITIVO LÍQUIDO ARREFECIMENTO ANTIFERVURA	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	3,00	emb	190,00	570,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO NLGI 1. COMPOSTA	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	5,00	emb	196,00	980,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA TRANSMISSÃO SAE 90, API GL5	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	5,00	GL	197,75	988,75
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA 5W/30, API SN. RECOMENDADO	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	24,00	emb	15,69	376,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO PARA MOTOR DIESEL SAE 15W-40, API CI 4. RECOMENDADO	RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR	20.519.809/0001-31	15,00	GL	209,00	3.135,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
	Custas referentes ao processo: 5001090-50.2019.8.24.0065	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	83.845.701/0001-59	1,00	Un	47,03	47,03

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Folha: 7/17

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca de dente da concha traseira.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	0,66	H	120,72	79,68
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Curso: Programa de Desenvolvimento Fazendário Municipal	ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANT	83.829.267/0001-13	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Curso: Programa de Desenvolvimento Fazendário Municipal	ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANT	83.829.267/0001-13	2,00	Un	100,00	200,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Manutenção e reforço em carrinho de bolas	METALURGICA REINER, FREITTAG LTDA	11.504.856/0001-10	1,00	Un	98,00	98,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troca de miolo de fechadura	METALURGICA REINER, FREITTAG LTDA	11.504.856/0001-10	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Traves 1m de comprimento x 0,70 de altura	METALURGICA REINER, FREITTAG LTDA	11.504.856/0001-10	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Porta em alumínio com veneziana ventilada tamanho 1,585x0,82	LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA	33.704.695/0001-41	1,00	Un	650,00	650,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Bateria de Carro, 48 Amperes, 12 Volts	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	380,00	380,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Conserto de Pneu 750 - 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	UN	28,13	28,13
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para instalação de tomadas com três pontas.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Tomada 10A.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	5,90	17,70
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Placa fãme	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	3,90	3,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Caixa mill sobrepor 4x2	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	4,90	4,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Canaleta	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	M	6,90	6,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para remoção de vírus.	SIMAO MEOTTI	09.405.800/0001-67	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para troca de cabo de impressora.	SIMAO MEOTTI	09.405.800/0001-67	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para formatação com backup.	SIMAO MEOTTI	09.405.800/0001-67	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para remoção de vírus, limpeza e troca de pasta	SIMAO MEOTTI	09.405.800/0001-67	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra no tirante.	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,50	Un	119,15	178,73
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Solda MIG MAG II	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	30,00	Min	4,26	127,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca dos parafusos do motor da tração.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	H	117,69	470,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 8 / 17

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca do óleo do motor e redução final e pa	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	6,00	H	117,56	705,36
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca das capas dos dentes da concha.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	H	119,53	478,12
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para remoção do motor de arranque.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	H	119,53	119,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca dos pinos de giro.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	3,00	H	118,37	355,11
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de pneu traseiro.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca da coroa do gira círculo.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,50	H	118,7689	534,46
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca de 4 pneus	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	419,00	419,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para substituição de peça.	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	95,00	95,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para montagem de pneus dianteiros e traseiros.	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	4,00	Un	23,26	93,04
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conserto de pneu aro 16.	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para revisão do cubo.	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	119,15	238,30
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de soprassoprador de folhas.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de cortador de grama.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	110,00	110,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REATOR LÂMPADA V. SÓDIO 70W EXT. 220V AFP	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	12,00	Un	50,95	611,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Braço IP COMUM RETO D25x1000mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,00	Un	42,35	254,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REATOR LÂMPADA V. SÓDIO 150W EXT. 220V AFP	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	4,00	Un	62,79	251,16
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUMINARIA FECH. IP LAMP. 80-150W (ESTAMPADA)	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,00	Un	228,32	1.369,92
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 150W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	4,00	Un	42,82	171,28
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 70W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	22,00	Un	26,84	590,48
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	base p/ rele fotoelétrico	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	5,00	PC	14,87	74,35

Folha: 9/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	RELÉ FOTOELETRÔNICO IP 220 S/BASE 10A 1000W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	14,00	Un	23,50	329,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	fitla isolante adesiva 0.18x19mmx20m	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	RL	7,88	7,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Conector PERF. 16-70mm - 1.5mm - 10mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	Un	8,82	8,82
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Fio de Cobre Isolado 1,5mm² 750V PRETO	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	M	2,33	2,33
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo 3 cu+sn cb ca-caa-cu	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	PC	3,69	3,69
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo b cu+sn cb ca-caa-cu	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	PC	6,60	6,60
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Mao de obra para conserto em refletor no modulo esportivo	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Miolo para trincos	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	19,90	19,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tarifa para reprogramação CT 103728495 SICONV 841853 PRINCES	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	1,00	Un	1.520,57	1.520,57
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Semi eixo - T14/501203/B	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	635,9125	635,91
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Caixa satelites CP - 2T0/525121/B	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	2.968,8165	2.968,82
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Engrenagem reduzida - T14/525219	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	481,572	481,57
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Banho químico	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Calibragem de bicos.	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	6,00	Un	20,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Jogo de aruelas - 1002399	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Fluido para teste.	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bujão roscado VE -552	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	92,00	92,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Parafuso out 055 - 685	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	66,00	66,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Retenlor - 841	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	58,00	58,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Jogo de reparo bomba de VE S/LDA.	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	98,00	98,00

Folha: 10/ 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bomba de palhetas denso (308)	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	312,00	312,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra bomba injetora.	AGRO DIESEL PIVETTA LTDA	83.004.192/0001-31	1,00	Un	450,00	450,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	RECAPAGEM para pneu 275/80 R22 5, borrachudo, com no mínimo	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	79.877.445/0001-04	8,00	Un	589,00	4.712,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	RECAPAGEM para pneu 275/80 R22 5, borrachudo, com no mínimo	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	79.877.445/0001-04	4,00	Un	589,00	2.356,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	RECAPAGEM para pneu 275/80 R22 5, borrachudo, com no mínimo	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	79.877.445/0001-04	4,00	Un	589,00	2.356,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL UTILIZAÇÃO	SETIM & TITON LTDA	20.862.784/0001-74	2,00	Un	1.349,00	2.698,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL UTILIZAÇÃO	SETIM & TITON LTDA	20.862.784/0001-74	2,00	Un	1.349,00	2.698,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL UTILIZAÇÃO	SETIM & TITON LTDA	20.862.784/0001-74	4,00	Un	1.349,00	5.396,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE EST	BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - EPP	17.450.564/0001-29	4,00	Un	569,00	2.276,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE EST	BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - EPP	17.450.564/0001-29	2,00	Un	569,00	1.138,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO,	BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - EPP	17.450.564/0001-29	4,00	Un	600,00	2.400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Bico injetor	GL - LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES EIRELI	95.377.990/0001-98	4,00	Un	1.579,3212	6.317,28
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	filtro de óleo	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	40,80	40,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro de combustível	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	95,115	95,12
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	filtro de óleo	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	56,8737	56,87
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro de combustível	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	67,7313	67,73
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	recarga Ol para celular	PRIMAZ. DOS SANTOS LTDA	15.280.194/0001-01	8,00	Un	30,00	240,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Montagem de pneu traseiro,	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	23,26	46,52
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	Custas referente ao processo 5000020-95.2019.8.24.0065	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	83.845.701/0001-59	1,00	Un	47,03	47,03
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	Custas referente ao processo 0301414-86.2018.8.24.0065	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	83.845.701/0001-59	1,00	Un	61,46	61,46

Folha: 11/ 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	HD Sata 3 2TB 7200 RPM 64 MB	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	290,00	290,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Uréia 46% N, Saco de 50 KG	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	4,00	SC	88,90	355,60
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mangueira de sucção leve azul NRE 4 polegadas.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	7,00	M	88,00	616,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mangueira de sucção leve azul NRE 3 polegadas.	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	25,00	M	58,00	1.450,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CBUQ - aplicação a frio	BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI	20.053.056/0001-11	150,00	SC	31,50	4.725,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro de óleo ...	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	40,80	40,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro de combustível,	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	95,115	95,12
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	filtro lubrificante	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	46,1808	46,18
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	elemento filtro de combustível	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	93,7988	93,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	filtro de óleo	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	39,6513	39,65
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	filtro de ar	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	266,3973	266,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro de combustível	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	49,9707	49,97
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	filtro de ar	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	190,0255	190,03
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro de combustível	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	67,7313	67,73
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	filtro de óleo	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	56,8737	56,87
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Conjunto de filtro de ar	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	755,352	755,35
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bucha pino de mola - TAG/411171	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	2,00	Un	110,524	221,04
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cruzeta cardam L/Camb - TMJ/598089	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	327,3484	327,35
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de óleo - 2T0/115561	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	137,5452	137,55
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Suporte mola dianteira - 2TJ/803165/C	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	239,2825	239,28

Folha: 12/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pino de mola dianteira - TJG/411173	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	2,00	Un	84,006	168,02
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de ar - 2S0/129620	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	190,0255	190,03
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de combustível - TE3/127177/B	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	23,1894	23,19
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Maçaneta interna porta - ZBC/837235/A033	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	2,00	Un	7,1019	14,20
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Montagem de pneus novos dianteiros e traseiros	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	4,00	Un	24,50	98,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cruzeta CC36.	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0003-59	2,00	Un	55,00	110,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Placa Mercosul, traseira azul (oficial) 3M	PACENKO PLACAS LTDA	85.097.335/0001-22	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	bucha	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	0,10	0,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Parafuso Philips	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	0,20	0,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Abraçadeira 1/2	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	0,60	1,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Parafuso sextavado 14mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	6,00	UN	1,90	11,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Parafusos 8mm.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	12,00	Un	1,90	22,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PEDRA BRITA Nº 01 PARA OS MUNICÍPIOS DE:	BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-68	50,00	M3	56,70	2.835,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Hipoclorito de sódio - 11% de cloro ativo, para desinfecção	BUSCHLE & LEPPER SA	84.684.471/0006-60	1,080.00	Kg	2,08	2.246,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Ácido Fluossilício	BUSCHLE & LEPPER SA	84.684.471/0006-60	500,00	Kg	2,79	1.395,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL, PVC, 32 MM, PARA AGUA FRI	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	9,97	199,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL, PVC, 50 MM, PARA AGUA FRI	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	20,00	Un	11,29	225,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM,	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	2,00	Un	17,27	34,54
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de óleo - TAR/115561	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	20,8435	20,84
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de Ar 2S0 129620	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	190,0255	190,03

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 13/ 17

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de combustível - TE3/127177/B	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	23,1894	23,19
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Segunda mola dianteira - BF0X85313/BA-1	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	2,00	Un	521,40	1.042,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Maçaneta interna porta - ZBC/837235/A033	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	2,00	Un	7,1019	14,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de óleo - TAE/115561	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	39,6513	39,65
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de Ar 250 129620	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	190,0255	190,03
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de combustível - 2RP/127491	PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.	10.846.960/0001-20	1,00	Un	49,9707	49,97
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	cabos de comando	GL - LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES EIRELI	95.377.990/0001-98	1,00	Un	54,5842	54,58
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxa ART do CREA-SC.	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	88,78	88,78
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	válvula	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	10,90	10,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	parafuso	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	0,10	0,20
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	alongador para torneira	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	9,90	9,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bucha 6 mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	6,00	Un	0,20	1,20
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	sifão	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	7,90	15,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	flexível	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	7,90	15,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	registro 25mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	7,90	7,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Plug 1/2.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	1,90	1,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cola 75 g	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	6,90	6,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abraçadeira 3/4	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	0,90	1,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Joelho 25x0,5	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	4,90	4,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Joelho 25	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	5,00	Un	1,08	5,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tee 25	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	1,90	1,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 14/ 17

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Cano 25mm x 6m		MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	12,90	12,90	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	torneira	Bem Adquirido	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	89,90	89,90	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para substituição de tomada e plug		MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	35,00	35,00	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Plug macho		MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	5,90	5,90	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tomada em barra		MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	7,90	7,90	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para ligação de telefone		MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	50,00	50,00	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	fio 2 mm x 1,50 mm		AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	10,00	M	2,00	2,00	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Plug 10 A		AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	2,00	Un	10,00	20,00	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para retirada e posterior instalação de ar 24.00		AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	1,00	Un	250,00	250,00	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para retirada e posterior instalação de ar condi		AL TEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	1,00	Un	200,00	200,00	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	MAO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS ITENS		A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,76	Un	307,29	2.077,28	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Recarga de botijão de gás 13kg		SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	89,95	89,95	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PAPEL tipo TOALHA, especial, luxo, não reciclado. Interfolha		HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	100,00	Un	7,30	730,00	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	PAPEL tipo TOALHA. Acondicionado em embalagem apropriada com		MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	100,00	Un	2,54	254,00	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CHÁ - sabor: cidreira com limão e mel		MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CHÁ - sabor: camomila com especiarias		MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mistura para Chimarrão mínimo 30g		MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	3,15	31,50	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Composição: Camomila, - sabor: Erva Doce		MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CHÁ - sabor: maçã com canela		MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CHÁ - sabor: laranja com especiarias		MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,34	23,40	

Folha: 15/ 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CHÁ - sabor: melissa e flor de laranjeira	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Un	2,94	23,40
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CAFÉ tipo TORRADO E MOIDO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	15,00	Un	7,17	107,55
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LEITE INTEGRAL	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	12,00	CX	2,67	32,04
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ERVA-MATE PARA CHIMARRÃO EMBALADA À VÁCUO	SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA - ME	15.694.189/0001-37	10,00	Un	9,73	97,30
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Garrafa Térmica com capacidade de 1,8 litros.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	70,00	140,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CAIXA ORGANIZADORA CAPACIDADE DE 26 LITROS :	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	1,00	Un	33,00	33,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CHALEIRA ELÉTRICA:	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	1,00	Un	79,00	79,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Nota de produtor rural em 4 vias, conforme numeração	Polimpresos Serviços Gráficos Ltda - ME	14.292.313/0001-75	10.000,00	Jogo	0,64	6.400,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Capa para bloco de produtor rural em papel triplex 230	CALGAN EDITORA GRAFICA LTDA	04.261.548/0001-46	1.000,00	Un	0,79	790,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Tela de proteção para janela com dimensões de 200x60 centímetro	LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA	33.704.695/0001-41	1,00	Un	244,81	244,81
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Espelho retangular para banheiro, com 270 cm de comprimento p	LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA	33.704.695/0001-41	1,00	Un	304,84	304,84
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Tela de proteção para janela com dimensões de 150x60 centímetro	LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA	33.704.695/0001-41	1,00	Un	174,33	174,33
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Tela de proteção para janela com dimensões de 400x60 centímetro	LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA	33.704.695/0001-41	1,00	Un	445,10	445,10
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Espelho redondo para banheiro, de 50 cm de diâmetro, espessu	LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA	33.704.695/0001-41	2,00	Un	72,58	145,16
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Tela de proteção para porta de cozinha com dimensões de 210x	LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA	33.704.695/0001-41	1,00	Un	385,76	385,76
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Armário vazado para cozinha, fabricado em aço inox, com prof	G L WALKER EQUIPAMENTOS E MONTAGENS	11.965.632/0001-06	1,00	Un	5.600,00	5.600,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lavatório industrial de parede, em aço inox, Com garantia m	G L WALKER EQUIPAMENTOS E MONTAGENS	11.965.632/0001-06	1,00	Un	700,00	700,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Armário para cozinha, fabricado em aço inox, com comprimento	G L WALKER EQUIPAMENTOS E MONTAGENS	11.965.632/0001-06	1,00	Un	6.600,00	6.600,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bancada em "L" para cozinha fabricada em aço inox, com 4360	G L WALKER EQUIPAMENTOS E MONTAGENS	11.965.632/0001-06	1,00	Un	7.000,00	7.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Tomeira elétrica para cozinha com bica alta e Móvel,	G L WALKER EQUIPAMENTOS E MONTAGENS	11.965.632/0001-06	2,00	Un	400,00	800,00

Folha: 16/ 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mesa retangular para cozinha fabricada em aço Inox, com 2000	G L WALKER EQUIPAMENTOS E MONTAGENS	11.965.632/0001-06	1,00	Un	1.680,00	1.680,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Tomeira de mesa com temporizador de pressão	G L WALKER EQUIPAMENTOS E MONTAGENS	11.965.632/0001-06	1,00	Un	440,00	440,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Doses sêmen Touro Jersey, com as seguintes características m	VANELLI AGROPECUARIA LTDA	05.166.501/0001-66	1.000,00	Dose	15,50	15.500,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Doses de sêmen bovinos da raça Red Angus importado, provado	FABIO JOSE RECKZIEGEL	10.369.055/0001-27	1.250,00	Dose	17,90	22.375,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	mão de obra para conserto do cortador de grama	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BALANCEAMENTO	LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	2,00	Un	12,50	25,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Desmontagem/montagem de pneus	LUIZ CARLOS ZWIRTES	09.128.379/0001-94	3,00	Un	10,00	30,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Carregador de celular USB	PRIMAZ, DOS SANTOS LTDA	15.280.194/0001-01	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Controle para portão	METALURGICA REINERI, FREITTAG LTDA	11.504.856/0001-10	2,00	Un	50,00	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA									
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA									
CNPJ: 01.612.836/0001-00									
RUA RIO GRANDE DO SUL, 545									
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC									
									Folha: 17/17
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cano 75mm.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	0,50	M	7,00	3,50		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Luva 75mm.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	3,90	7,80		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cola 75g.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	6,90	6,90		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	abraçadeira	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	3,90	7,80		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Anel de vedação 100mm.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	5,00	Un	1,90	9,50		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cap 50	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	4,90	4,90		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cano 50mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	0,10	M	8,50	0,85		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Quebra dedo	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	3,00	3,00		
Total Geral ---->							229.736,08		

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2527923

Folha: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Dezembro/2019**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diária de hospedagem	JULIO PERES CORREA 25143220904	27.559.781/0001-05	60,00	Un	40,00	2.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BALANCEAMENTO	MARIA ROSA BENETTI SIMON & CIA LTDA - ME	06.121.154/0001-18	2,00	Un	20,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	geometria	MARIA ROSA BENETTI SIMON & CIA LTDA - ME	06.121.154/0001-18	1,00	Un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	backup + atualização + configuração sistema windows	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	regulagem manometro do esgomanometro com troca de braçadeir	DISTRIBUIDORA ODONTO HOSPITALAR SAO MIGUEL LTDA -	79.007.241/0001-12	2,00	Un	53,00	106,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	lampada 12x55 H3 para refletor da cadeira odontologica	DISTRIBUIDORA ODONTO HOSPITALAR SAO MIGUEL LTDA -	79.007.241/0001-12	1,00	Un	35,20	35,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consulta com especialista ginecologia/obstetrícia com ret	CVS CLINICA VIDA E SAUDE S/S LTDA	14.285.111/0001-34	4,634	Un	123,00	570,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consulta com especialista ginecologia/obstetrícia com ret	CVS CLINICA VIDA E SAUDE S/S LTDA	14.285.111/0001-34	52,366	Un	123,00	6.441,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONSULTA médica - OFTALMOLOGIA	J G OFTALMOLOGIA S/C LTDA - ME	01.024.159/0001-09	20,308	Un	130,00	2.640,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONSULTA médica - OFTALMOLOGIA	J G OFTALMOLOGIA S/C LTDA - ME	01.024.159/0001-09	1,692	Un	130,00	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Taxa de fiscalização de transporte intermunicipal de passage	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2,00	Un	130,00	260,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PSA Total e Livre	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	90,00	Un	29,90	2.691,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Troglicérides	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	40,00	Un	10,00	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	5,00	Un	261,00	1.305,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	lâmpada 40W	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	39,90	119,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consulta com especialista em pediatria com retorno	MOCELINI & POTRICH CLINICA MEDICA LTDA - EPP	22.112.674/0001-10	6,00	Un	123,33	739,98
Total Geral ---->							18.097,88

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2019 - MUNICÍPIO DE PRINCESA

Publicação Nº 2527950

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURACNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/ 16

RELACÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Dezembro/2019**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	800,00	L	4,49	3.592,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	900,00	L	3,91	3.519,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GRAMPEADOR tipo DE MESA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	3,00	Un	118,7149	356,14
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada 24V 2 Polos	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	7,8535	31,41
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada 24V pisca	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	11,605	46,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada - 24V Farol 4	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	56,7583	227,03
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada 24V 1 Polo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	7,8535	31,41
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada - 24V Farol 4	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	56,7583	227,03
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Diapragma freio TR 30	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	15,6948	62,78
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada 24V Farol 7	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	61,9551	247,82
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	JG lonas freio Tras.	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	173,3008	173,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada 24V 2 Polos	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	7,8535	31,41
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada 24V pisca	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	11,605	46,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lampada 24V 1 Polo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	7,8535	31,41
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 19.5L-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	86,50	86,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 2 / 16

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	Un	23,26	69,78
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica FIAT	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	76,82	76,82
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	28,13	56,26
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de solda MIG MAG por metro de arrame (solda e tempo FIAT)	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	10,00	Min	4,26	42,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Contratação de serviço de mecânica básica FIAT	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	0,25	H	76,82	19,21
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica Ônibus Iveco	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	20,00	H	134,71	2.694,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	0,50	H	126,67	63,34
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica Ônibus Iveco	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,833	H	134,71	246,92
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 17,5	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,00	Un	36,50	146,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cópia de chave	RUDIMAR JOSE MARCON - ME	78.865.110/0001-03	4,00	Un	8,00	32,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE POSTE PADRÃO DE ENERGIA	A G ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	13.338.253/0001-11	1,00	Un	445,00	445,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	500,00	L	3,91	1.955,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	500,00	L	3,80	1.900,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	800,00	L	3,91	3.128,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	500,00	L	3,80	1.900,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	3.000,00	L	3,80	11.400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ROTEADOR WIFI 3 ANTENAS 450MBPS COM FUNÇÃO REPETIDOR (WPS)	JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	1,00	Un	135,00	135,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13

Folha: 3/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	mão-de-obra pneu aro 16	desmontagem/montagem de	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	23,26	46,52
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 13		IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	19,53	19,53
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão-de-obra pneu aro 22.5	desmontagem/montagem de	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	38,30	38,30
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arrame (solda e tempo		IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	15,00	Min	4,26	63,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica JCB		MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	0,65	H	119,53	77,69
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16		IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16		IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
Órgão	Bem Adquirido		Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	PEDRA BRITA Nº 01 PARA OS MUNICÍPIOS DE:		BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-88	7,00	M3	56,70	396,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Locação de estrutura metálica de arçabancada 4 degraus, 12m		P. I. MALLMANN & CIA LTDA	03.427.621/0001-44	1,00	Un	1.800,00	1.800,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Certificado digital modelo CertiSafe tipo e-CPF A3.		HARPA TECNOLOGIA LTDA	14.030.336/0001-01	1,00	Un	244,00	244,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Certificado digital modelo CertiSafe tipo e-CNPJ A3.		HARPA TECNOLOGIA LTDA	14.030.336/0001-01	1,00	Un	329,00	329,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pagamento de Taxas DETRAN/SC		SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pagamento do seguro DPVAT		SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,15	16,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento do seguro DPVAT		SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,71	16,71
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de Taxas DETRAN/SC		SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Reforço de lonas 1400x24.		WOLF & ANDRIGHETTO LTDA	18.072.584/0001-76	3,00	Un	225,00	675,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Retentor 19x35x8.		CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	2,00	Un	15,00	30,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Publicação DC PL 165/2019 Tomada de Preço 12/2019		NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Publicação DOE PL 165/2019 Tomada de Preço 12/2019		FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	7,171	Un	30,9915	222,24
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tela de aço		AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	933,46	M2	15,94	14.879,35

Folha: 4/ 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo Hidráulico, balde 20 litros (01YY01)	MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	79.879.318/0001-44	2,00	Un	470,81	941,62
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Vidro porta L.E D51 (1,42m)	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	1,00	Un	787,40	787,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cola parabrisa U-418.	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	2,00	Un	87,63	175,26
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	parafuso cabeça quadrada d 16x250x170mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	3,00	PC	7,09	21,27
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LUMINÁRIA FECH. IP LAMP. 80-150W (ESTAMPADA)	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	2,00	Un	228,32	456,64
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 250W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	2,00	Un	56,62	113,24
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo 3 cu+sn cb ca-caa-cu	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	3,00	PC	3,69	11,07
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 150W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	9,00	Un	42,82	385,38
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	MAO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS ITENS	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	6,30	Un	307,29	1.935,93
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LAMPADA VAPOR SODIO 70W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	23,00	Un	26,84	617,32
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	suporte para lâmpada porcelana e-27 (pequeno)	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	1,00	PC	14,49	14,49
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	RELÉ FOTOELETRÔNICO IP 220 S/BASE 10A 1000W	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	20,00	Un	23,50	470,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REATOR LÂMPADA V. SÓDIO 150W EXT. 220V AFP	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	7,00	Un	62,79	439,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	conector cunha tipo b cu+sn cb ca-caa-cu	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	2,00	PC	6,60	13,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Braço IP COMUM RETO D25x1000mm	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	2,00	Un	42,35	84,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	REATOR LÂMPADA V. SÓDIO 70W EXT. 220V AFP	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	5,00	Un	50,95	254,75
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 13	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	19,53	39,06
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	mão-de-obra desmontagem/montagem pneu aro 13,14 e 15	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	16,38	32,76
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 13	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	19,53	19,53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica VOLARE	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,583	H	123,85	319,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 5/16

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica VOLARE	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,25	H	123,85	278,66
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica VOLARE	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,166	H	123,85	515,96
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Deslocamento (no caso de realizar socorro) X	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	16,00	KM	3,01	48,16
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu 12.4-24	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	73,28	73,28
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	23,26	23,26
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arrame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	50,00	Min	4,26	213,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica FORD	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	119,15	119,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arrame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	35,00	Min	4,26	149,10
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica VOLKSWAGEN	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	119,15	357,45
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PEDRISCO PARA OS MUNICÍPIOS DE:	BRITADOR OLIVEIRA EIRELI	77.863.769/0001-68	10,00	M3	56,70	567,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço topográfico ou geodésico de locação, longitudinal	LUMATER SERVICOS TOPOGRAFICOS E GEORREFERENCIADOS	10.828.054/0001-01	1.417,21	M2	0,22	311,79
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço topográfico planialtimétrico com perfil longitudinal	LUMATER SERVICOS TOPOGRAFICOS E GEORREFERENCIADOS	10.828.054/0001-01	7.920,22	M2	0,23	1.821,65
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Desjuntor Trifásico	CLEONIR JOSE SCHEIN 08932713901	28.127.571/0001-00	1,00	Un	44,90	44,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Mão de obra - troca de Desjuntor Trifásico	CLEONIR JOSE SCHEIN 08932713901	28.127.571/0001-00	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Conserto da Coroa da 2ª Senhoria Princesense	FINGER JOALHERIA GOLD LTDA ME	11.047.290/0001-45	1,00	Un	30,00	30,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bomba d'água mot. cummins 2fur.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	290,00	290,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Coxim diant. sup/inf motor 5,9.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	2,00	Un	28,00	56,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Rolamento - 1288	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	112,00	112,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Arruela direção hidr. - 103 - ZF	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	54,12	54,12
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra - reparar setor hidráulico/mecânico.	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	320,00	320,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 6/16

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Arruela direção hidr. 3, 16mm	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	60,25	60,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Reparo setor.	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	249,70	249,70
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pino trava sem fim - direção hidr. 4, 06mm - ZF/TRW	AUTO PECAS ITABERABA LTDA	76.850.031/0001-01	1,00	Un	31,97	31,97
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Joelho 100mm.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	5,50	11,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	luva 100mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	4,90	14,70
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cano 100 esgoto	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	M	7,50	15,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Suporte mão francesa.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	14,90	29,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Joelho 100mm x 45"	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	7,90	7,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CBUQ - aplicação a frio	BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI LTDA	20.053.056/0001-11	100,00	SC	31,50	3.150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Junta do Coletor de escape	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	6,00	Un	14,288	85,73
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Solda MIG MAG III	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	15,00	Min	4,25	63,75
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Contratação de serviço de mecânica básica LEVES VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	76,82	76,82
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 13	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	19,53	39,06
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ONIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	H	126,67	126,67
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para conserto de fio de telefone	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para instalação	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	95,00	95,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bateria 12 V 7A	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	fechadura	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	39,90	39,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Plafon.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	10,90	10,90
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Tinta acrílica branca.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	19,10	19,10

Folha: 7/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de plotagem com adesivos p/ viatura da Polícia Civil	ALEX ANDERSON GOULART	34.678.112/0001-18	1,00	Un	1.300,00	1.300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Registro de Responsabilidade Técnica – RRT (projeto, memória	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATAR	14.895.272/0001-01	1,00	Un	94,76	94,76
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Pagamento taxa ART emissão declaração conformidade ambiental	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	85,96	85,96
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Pagamento de taxa de certidões Ambientais da FATMA	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	64,81	64,81
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de taxa de certidões Ambientais da FATMA	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	64,81	64,81
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento taxa ART emissão declaração conformidade ambiental	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	85,96	85,96
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Configuração de compartilhamento de impressora no pc	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Mouse S/F nano logitech para o setor de Tributação	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	65,00	65,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Configuração para compartilhamento de arquivos	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	55,00	55,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Switch 10/100 5 portas	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	65,00	65,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cabo de rede 5m mais adaptadores RJ45	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	25,00	25,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	torneira de plástico giratória	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	24,90	24,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Emenda 20 x 1/2	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	4,90	4,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	parafuso	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	8,00	Un	0,1875	1,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cap 100	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	5,50	11,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Torneira Jardim	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	6,90	6,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cabo de enxada	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	10,90	10,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mola feixe dianteiro 101,60 x 12,7 Cargo Vw.	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	345,00	345,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Anel 100mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	6,00	Un	1,90	11,40
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CRUZETA CC04	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0003-59	1,00	Un	42,00	42,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CRUZETA CC04	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0003-59	2,00	Un	42,00	84,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 8 / 16

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	inão-de-obra para realização de conserto de pneu 17,5-25	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	118,25	118,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de mecânica ESPECIALIZADA ONIBUS VOLKS	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	4,50	H	199,00	895,50
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ONIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	126,67	380,01
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tinta Acrílica, com 18 litros. Cores a definir.	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	5,00	Un	386,00	1.930,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Folha de Ofício timbrada, formato A4, em seleção	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	10.000,00	Un	0,43	4.300,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Kit Revisão.	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Injector Cleaner - FLEX	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	89,90	89,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro combustível Motrio	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	53,73	53,73
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de Habitaculo Motrio	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	45,43	45,43
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Motrio Extre Oil 10W40 tambor.	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	4,00	L	34,00	136,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Decarbonizante - limpa TBI	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tratamento Combustível - Flex	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Higienizador sistema A/C	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	70,00	70,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Elemento Filtrante.	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	52,36	52,36
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro de Oleo do Motor.	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	63,80	63,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bucha de Cobre	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	7,04	7,04
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de mecânica	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	H	94,87	94,87
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Geometria e Balanceamento.	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro combustível motrio - 8660089509	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	53,73	53,73
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Tratamento combustível - flex - 2.30004	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	50,00	50,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 9/16

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro de habitáculo motor - 8660089502	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	45,43	45,43
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Motor Extra Oil 10W40 tambor	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	4,00	L	34,00	136,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Descarbonizante - Limpa TBI 2.31000	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Higienizador sistema A/C - 2.28290	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	70,00	70,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Kit revisão - 2.19200	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Elemento filtrante - 165467674R	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	52,36	52,36
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro de óleo do motor - 152085758R	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	63,80	63,80
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Bucha de cobre - 112601M02	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	7,04	7,04
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Injector Cleaner - FLEX	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	89,90	89,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Serviço de Mecânica.	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	94,87	94,87
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Geometria e Balanceamento	DE MARCO CHAPECO LTDA	84.584.556/0012-15	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Lâmpada fluorescente de led	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	59,80	119,60
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão de obra para substituição de Lâmpadas	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	24,00	24,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Conserto de Internet e Configuração de TVS	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	55,00	55,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Mão de obra para conserto nas instalações hidráulicas	JUNIOR CEZAR PARISOTTO 06867202969	20.730.497/0001-00	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TE 25	JUNIOR CEZAR PARISOTTO 06867202969	20.730.497/0001-00	5,00	Un	1,00	5,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Luva 25	JUNIOR CEZAR PARISOTTO 06867202969	20.730.497/0001-00	5,00	Un	1,00	5,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Joelho 25-90°	JUNIOR CEZAR PARISOTTO 06867202969	20.730.497/0001-00	5,00	Un	1,00	5,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Br cano 100mm	JUNIOR CEZAR PARISOTTO 06867202969	20.730.497/0001-00	1,00	Un	45,00	45,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Joelho 100-45°	JUNIOR CEZAR PARISOTTO 06867202969	20.730.497/0001-00	6,00	Un	5,00	30,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 10/ 16

SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Joelho 100 - 90°	JUNIOR CEZAR PARISOTTO 06867202969	20.730.497/0001-00	5,00	Un	4,00	20,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica JCB	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,50	H	63,89	159,73
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra p/ manutenção elétrica FIAT	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	6,00	H	61,11	366,66
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Formatação e Configuração PC sala dos Professores	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Atualização BETHA Patrimônio e Tributos PC estagiário	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Motor eletroventilador para ar condicionado.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	350,00	350,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Suporte mão francesa.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	14,90	44,70
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	ARROZ PARBOILIZADO - 5 kg.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	12,80	38,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Sabonete c/ 90 Gr	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	1,88	5,04
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	AÇÚCAR Cristal Especial - 5 kg.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	10,80	21,60
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Papel higiênico, 4 rolos com 30 metros	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	PCT	3,30	9,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	pó de gelatina, sabores diversos, unidade com 85g	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Un	1,25	7,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Farinha de milho (fubá) pacote de 1 kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	PCT	3,55	7,10
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	coxa e sobrecoxa de frango, a carne deve ser firme, cong	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Kg	5,80	17,40
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	doce de frutas, sabor uva, emb. de 400 gramas.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	4,42	8,84
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Margarina com sal, pote com 500 Gramas	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	3,48	3,48
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Feijão preto de boa qualidade	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Kg	4,40	22,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	sal refinado emb. com 1 kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	1,34	4,02
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	café solúvel em pó, embalagem com 200 gramas	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	11,48	22,96
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Óleo de soja, embalagem 900 ml	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	3,00	Un	3,85	11,55

Folha: 11/ 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	shampoo para todos os tipos de cabelo	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	6,82	13,64
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Sabão em barra azul, embalagem com unidades de 200 gramas.	5SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	7,62	7,62
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FARINHA DE TRIGO Especial - 5 kg.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	10,57	10,57
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	MACARRÃO COM OVOS, tipo CABELO DE ANJO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	4,00	Un	4,70	18,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Creme dental adulto 90 gramas	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	3,05	6,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cilindro aux embreagem	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	326,06	326,06
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Kit Embreagem.	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	1.254,2966	1.254,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Haste Interna 27 CM	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	94,1716	188,34
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Braço (Pivo)	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	195,1832	390,37
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manut elétrica MERCEDES BENZ	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,40	H	63,89	153,34
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica JCB	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	4,00	H	63,89	255,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Solda MIG MAG III	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	10,00	Min	4,25	42,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra p manutenção elétrica ÔNIBUS VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	5,00	H	63,89	319,45
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica VOLARE	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	3,90	H	63,89	249,17
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	H	126,67	253,34
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	126,67	380,01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	126,67	380,01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	126,67	380,01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de serviço de mecânica básica ÔNIBUS VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	126,67	380,01
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Contratação de mão-de-obra p manutenção elétrica LEVES VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	2,50	H	61,11	152,78

Folha: 12/ 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Serviço de solda MIG MAG por metro de arame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	30,00	Min	4,26	127,80
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Contratação de serviço de mecânica básica LEVES VOLKS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	3,00	H	76,82	230,46
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica JCB	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	4,70	H	63,89	300,28
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Serviço de tomo II	MECANICA PHILIPSEN L.TDA	03.103.101/0001-86	3,00	H	177,40	532,20
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Solda MIG MAG II	MECANICA PHILIPSEN L.TDA	03.103.101/0001-86	120,00	Min	4,21	505,20
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Contratação de serviço de mecânica básica JCB	MECANICA PHILIPSEN L.TDA	03.103.101/0001-86	3,50	H	119,5286	418,35
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mangueira 1" T-650	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	0,43	M	163,00	70,09
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para prensagem..	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	6,40	Min	2,50	16,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Capa 5/8 2SN	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	15,00	30,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Conexão 100FB-10-10	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	36,00	72,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mangueira 5/8 2SN.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	0,84	M	52,00	43,68
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Folha de encaminhamento de consulta médica 15cm X 21cm	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL L.TDA	11.244.011/0001-33	30,00	Un	6,00	180,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Ficha de cadastro individual do ESUS da atenção	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL L.TDA	11.244.011/0001-33	500,00	Un	0,15	75,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Cartão família tamanho 15cm x 11,5cm com papel cartolina	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL L.TDA	11.244.011/0001-33	500,00	Un	0,30	150,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Adesivos de 29x22cm para uso em lixeiras vazadas.	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL L.TDA	11.244.011/0001-33	100,00	Un	4,07	407,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conserto do radiador do óleo.	ZANCANARO RADIADORES LTDA	95.809.927/0001-83	1,00	Un	1.400,00	1.400,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cilindro Mestre de Embreagem VW7.100/110	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	129,00	129,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Té 32	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	4,90	4,90
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	te 40	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	4,60	13,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Folha: 13/ 16

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Cap 60.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	8,90	8,90
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Joelho 40mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	4,96	14,88
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Registro 32	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	12,90	12,90
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Luva 40	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	1,90	1,90
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Registro 40 PVC	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	16,90	16,90
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Adaptador 32x1	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	5,80	5,80
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	DUTO DE ÁGUA VÁLVULA TERMOSTÁTICA	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	24,00	24,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	kit embreagem completo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	518,00	518,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cabo RCA - SMT	AUTO ELETRICA LAVAL LTDA - ME	01.335.591/0001-10	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Câmera de Ré - Micro Ônibus	AUTO ELETRICA LAVAL LTDA - ME	01.335.591/0001-10	1,00	Un	280,00	280,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cabo Acelerador Mult. Funções	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	315,00	315,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manut elétrica MERCEDES BENZ	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	3,131	H	63,89	200,04
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica JCB	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	2,00	H	119,53	239,06
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica KOMATSU	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,50	H	117,56	176,34
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica JCB	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	5,00	H	119,53	597,65
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manut elétrica MERCEDES BENZ	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	3,20	H	63,89	204,45
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de manutenção elétrica VOLVO	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	10,00	H	63,89	638,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica FORD	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	0,50	H	119,15	59,58
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arrame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	60,00	Min	4,26	255,60
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão-de-obra desmontagem/montagem de pneu aro 13,14 e 15	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	16,38	32,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 14/ 16

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,30	H	63,89	83,06
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	5,00	H	63,89	319,45
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de mão-de-obra para manutenção elétrica VOLKS	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,25	H	63,89	79,86
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Contratação de serviço de mecânica básica FIAT	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	H	76,82	153,64
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Serviço de solda MIG MAG por metro de arrame (solda e tempo	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	35,00	Min	4,26	149,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	23,26	23,26
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	mão-de-obra para realização de conserto de pneu aro 16	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	28,13	28,13
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira 1/4 ZSN.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,10	M	30,00	33,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Capa 1/4 ZSN	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	8,00	16,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 100FB-04-04	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	16,00	32,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para prensagem..	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	12,80	Min	2,50	32,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mangueira 3/4 4SH	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,20	M	210,00	252,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Capa 3/4 R12	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	25,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Conexão 100FB-12-12.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	52,00	104,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Chave de Limpador - ônibus	AUTO ELETRICA LAVALL LTDA - ME	01.335.591/0001-10	1,00	Un	140,00	140,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de Obra para substituição das peças	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mola cachorroete.	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	2,50	5,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cachorroete	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	5,00	10,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Rolamento 6204	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	25,00	25,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Rolamento 6303	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	27,00	27,00

Folha: 15/ 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Estator 70AH 14V.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	118,00	118,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Placa de diodo 70AH.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	147,50	147,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Regulador 14V 70AH.	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI 06180021970	26.285.633/0001-87	1,00	Un	76,00	76,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DC PL 172/2019, CONCORRÊNCIA 06/2019	NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DC PL 173/2019, CONCORRÊNCIA 07/2019	NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	1,00	Un	400,00	400,00

Folha: 16/16

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DOE PL 172/2019 CONCORRÊNCIA 06/2019	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	6,488	Un	30,9911	201,07
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DOE PL 173/2019 CONCORRÊNCIA 07/2019	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	6,147	Un	30,9891	190,49
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Hipodlorito de sódio - 11% de cloro ativo, para desinfecção	BUSCHLE & LEPPER SA	84.684.471/0006-60	540,00	Kg	2,08	1.123,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pagamento de ART .	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	85,96	85,96
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pagamento de ART .	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	85,96	85,96
Total Geral ---->							101.036,81

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 162/2020 - DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527908

DECRETO Nº 162/2020 – DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2020 no valor de R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil e quinhentos e sessenta reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de dezembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	0008
Ação	ÔNIBUS/ENSINO FUNDAMENTAL	1.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
()	Aplicação Direta – 4.4.90	0.3.87 – Alienação de Bens destinados a Programas da Educação Básica
Valor Total R\$:		22.560,00

Art.2º O recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, de que trata artigo anterior, será proveniente do superávit financeiro apurado no exercício de 2019, na DR 03.87.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1
Registrada e Publicado
Em ____/06/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

LEI Nº 2835/2020 - DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529019

LEI Nº 2835/2020 – DE 18 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares no orçamento do Município no ano de 2020, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) no programa e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01

Função	Educação	12
Sub função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	0008
Ação	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB	2.024
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(68)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.19 – Recursos do FUNDEB
Valor Total R\$:		260.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, decorrerá da anulação da importância de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Educação	12
Sub função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	0008
Ação	TRANSPORTE ESCOLAR/FUNDAMENTAL	2.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(55)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.19 – Recursos do FUNDEB
(57)	Aplicação Direta – 3.3.90	
Valor Total R\$:		160.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Educação	12
Sub função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	0008
Ação	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB	2.024
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(69)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.19 – Recursos do FUNDEB
Valor Total R\$:		100.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de junho de 2020

SILVANO DE PARIZ
 Prefeito Municipal
 Registrado e Publicado
 Em ____/06/2020.
 Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
 Funcionário Designado

LEI Nº 2836/2020 - DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2529021

LEI Nº 2836/2020 – DE 19 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
 FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito extraordinário no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo no ano de 2020, no valor de R\$ 576.737,94 (quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		302
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL		0017
Ação	MÉDIA/ALTA COMPLEX/TETO/FMS		2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(52)	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos-3.3.50	01.38 – Transf. do SUS/União	576.737,94
Valor Total R\$:			576.737,94

Art.2º O recurso para abertura do crédito extraordinário, de que trata o artigo anterior, será proveniente de transferência do SUS para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (CONVID-19).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Em ____/06/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2020 – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2020. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2528503

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2020 – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2020. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – Município de Rancho Queimado/SC, torna público que até às 09:00 horas, do dia 06 de julho de 2020, estará recebendo propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA ESTRADA MORRO CHATO – ETAPA 2 - EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS, NESTE MUNICÍPIO, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE REPASSE 882281/2018 – MAPA. O Edital e seus anexos contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Rancho Queimado, em 18 de junho de 2020. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio do Campo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO NR 29 2020

Publicação Nº 2528035

PROCESSO LICITATORIO NR 29/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 14/2020

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, NITROGÊNIO LÍQUIDO E DEMAIS MATERIAIS UTILIZADOS EM INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO A BOVINOCULTURA DE LEITE DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes documentos e propostas para dia 02 de julho de 2020, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo - SC, sendo o certame regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 1.948 de 31/01/2005. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Rio do Campo, 18 de junho de 2020. Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2561_SUPLEMENTA_SUPERAVIT_PMRO

Publicação Nº 2527777

DECRETO Nº 2561 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Remaneja dotações orçamentárias para o Poder Executivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso III, § 3º inciso I, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações a seguir relacionadas:

I – de 05.501.2015.3390.03370003, referência 69 para 05.501.2015.3390.03430001, referência 379 no valor de R\$ 33.754,59 (trinta e três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 17/06/2020

Rio do Oeste – SC, 17 de junho de 2020

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial do Município

DECRETO_2562_SUPLEMENTA_EXCESSO_FMAS

Publicação Nº 2527906

DECRETO Nº 2562 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Suplementa dotações orçamentárias para o FMAS utilizando o excesso de arrecadação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere a Lei Municipal nº 2292 de 17/06/2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente Decreto no valor total de R\$ 326.025,00 (trezentos e vinte e seis mil e vinte e cinco reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o excesso de arrecadação demonstrado Anexo II do presente Decreto, no valor de R\$ 326.025,00 (trezentos e vinte e seis mil e vinte e cinco reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 17/06/2020.

Rio do Oeste – SC, 17 de junho de 2020

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2562/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	241
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	603
Atividade	Apoio às Atividade de Atenção à Terceira Idade	2023

FONTE DOS RECURSOS		
1350018	Ações do COVID no SUAS Alimentos	72.450,00
1350019	Ações do COVID no SUAS Acolhimento	252.000,00
SOMA		324.450,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	72.450,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	72.450,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	72.450,00
1350018	Ações do COVID no SUAS Alimentos	72.450,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	252.000,00
4400	INVESTIMENTOS	252.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	252.000,00
1350019	Ações do COVID no SUAS Acolhimento	252.000,00
TOTAL		324.450,00

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2562/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	602
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	2021
FONTE DOS RECURSOS		
1350017	Ações do COVID no SUAS EPI	1.575,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	1.575,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.575,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	1.575,00
1350017	Ações do COVID no SUAS EPI	1.575,00
TOTAL		1.575,00

ANEXO II Excesso de Arrecadação por Fonte DECRETO Nº 2562/2020				
ESPECIFICAÇÃO	Acumulado em Junho/2020			
	Meta	Receita	Suplementado	Saldo
4171812110300000000 – Ações do COVID no SUAS para EPI – 1350017 Ações do COVID no SUAS EPI	0,00	1.575,00	0,00	1.575,00
4171812110400000000 – Ações do COVID no SUAS para Alimentos – 1350018 Ações do COVID no SUAS Alimentos	0,00	72.450,00	0,00	72.450,00

4171812110300000000 – Ações do COVID no SUAS para Acolhimento – 1350019 Ações do COVID no SUAS Acolhimento	0,00	252.000,00	0,00	252.000,00
--	------	------------	------	------------

LEI_2292_SUPLEMENTA_FMAS

Publicação Nº 2527907

LEI Nº 2292 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o Poder Executivo a suplementar dotações para o FMAS.

O Prefeito do Município de Rio do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária constante do Anexo I da presente Lei no valor total de R\$ 326.025,00 (trezentos e vinte e seis mil e vinte e cinco reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o excesso de arrecadação demonstrado no Anexo II da presente, no valor de R\$ 326.025,00 (trezentos e vinte e seis mil e vinte e cinco reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 17 de junho de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito de Rio do Oeste

FLÁVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO LEI Nº 2292/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	241
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	603
Atividade	Apoio às Atividade de Atenção à Terceira Idade	2023
FONTE DOS RECURSOS		
1350018	Ações do COVID no SUAS Alimentos	72.450,00
1350019	Ações do COVID no SUAS Acolhimento	252.000,00
SOMA		324.450,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	72.450,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	72.450,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	72.450,00
1350018	Ações do COVID no SUAS Alimentos	72.450,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	252.000,00
4400	INVESTIMENTOS	252.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	252.000,00
1350019	Ações do COVID no SUAS Acolhimento	252.000,00

TOTAL		324.450,00
ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO LEI Nº 2292/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	602
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	2021
FONTE DOS RECURSOS		
1350017	Ações do COVID no SUAS EPI	1.575,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	1.575,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.575,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	1.575,00
1350017	Ações do COVID no SUAS EPI	1.575,00
TOTAL		1.575,00

ANEXO II Excesso de Arrecadação por Fonte LEI Nº 2292/2020				
ESPECIFICAÇÃO	Acumulado em Junho/2020			
	Meta	Receita	Suplementado	Saldo
4171812110300000000 – Ações do COVID no SUAS para EPI – 1350017 Ações do COVID no SUAS EPI	0,00	1.575,00	0,00	1.575,00
4171812110400000000 – Ações do COVID no SUAS para Alimentos – 1350018 Ações do COVID no SUAS Alimentos	0,00	72.450,00	0,00	72.450,00
4171812110300000000 – Ações do COVID no SUAS para Acolhimento – 1350019 Ações do COVID no SUAS Acolhimento	0,00	252.000,00	0,00	252.000,00

PROCESSO 044/2020 - CREDENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA

Publicação Nº 2528764

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA DE RIO DO OESTE – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020 – INEXIGIBILIDADE Nº 005/2020 – CREDENCIAMENTO 002/2020. OBJETO: Credenciamento de profissional que será responsável pela Prestação dos serviços especializados para operação de um equipamento de Ultrassonografia, Marca / Modelo: PHILIPS/ CLEARVUE650 de posse do Município de Rio do Oeste/ SC. As inscrições para o Credenciamento terão início a partir das 08:00 horas do dia 19/06/2020, onde deverá ser protocolado na sede da Prefeitura no setor de protocolos, situada na Rua Paulo Sardagna, nº797 – Bairro Bela Vista, Rio do Oeste – SC, CEP 89180-000. A íntegra do Edital está no site: riodooste.atende.net, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261. Rio do Oeste, 18 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

ADRIANA JOCHEM - 2º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2528082

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2020, firmado em 27/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA JOCHEM, portador(a) do CPF nº 078.785.739-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 037/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ADRIANA JOCHEM
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ADRIANA JOCHEM - 3º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2528092

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2020, firmado em 27/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA JOCHEM, portador(a) do CPF nº 078.785.739-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 037/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ADRIANA JOCHEM
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ANDREIA TERESINHA ADÃO - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528094

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 073/2020, firmado em 02/03/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANDREIA TERESINHA ADÃO, portador(a) do CPF nº 043.982.729-92, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 073/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 073/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDREIA TERESINHA ADÃO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ANDRESSA SEZERINO - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528096

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 046/2020, firmado em 28/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANDRESSA SEZERINO, portador(a) do CPF nº 012.100.359-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 046/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 046/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDRESSA SEZERINO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ANDRESSA SEZERINO - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528101

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 046/2020, firmado em 28/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANDRESSA SEZERINO, portador(a) do CPF nº 012.100.359-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 046/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 046/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDRESSA SEZERINO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 060/2020

Publicação Nº 2528609



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900
 Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06
 e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.60/2020**Pregão Presencial Nº 47/2020****Validade: 12 meses**

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. cliente_numero1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, a fim de atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Rio do Sul/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
BR COMERCIO DE CARNES LTDA, neste ato representado por MICHEL BERNARDINO DA SILVA	28.665.822/0001-00

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO:** Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, a fim de atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Rio do Sul/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 436771 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Arroz parboilizado, Tipo U1, agulhinha, classe longo fino, constituídos de grãos inteiros, com teor de umidade máxima 15% (g /100 g), isento de sujidades (parasitas, mofo, odores estranhos, substancias nocivas, matérias terrosas) e materiais estranhos. Embalagens: de polietileno, transparente original do fabricante, de 05 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote.		CHINÊS	700,00000	R\$11,9900	R\$8.393,0000

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900

Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

quantidade do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Legislação: Resolução - RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005.						
Total do Fornecedor:						R\$8.393,0000
Total Geral dos Itens:						R\$8.393,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$36.918,00 (trinta e seis mil e novecentos e dezoito)

Rio do Sul (SC), 12 de Maio de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

CPF: 054.215.249-57

Prefeito Municipal

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

MARLON EISING

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 061/2020

Publicação Nº 2528613



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900
 Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06
 e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2020

Pregão Presencial Nº 47/2020

Validade: 12 Meses

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. cliente_numero1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, a fim de atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Rio do Sul/SC, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
BR COMERCIO DE CARNES LTDA, neste ato representado por MICHEL BERNARDINO DA SILVA	28.665.822/0001-00

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO:** Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, a fim de atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Rio do Sul/SC, em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 3163012797 - BR COMERCIO DE CARNES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Bacon de primeira qualidade, com fina capa de gordura, sem bolor, sujidades, parasitas e demais unidades externas diferentes. Embalado em saco plástico transparente a vácuo, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Kg	LACTOVALE	160,00000	R\$33,5000	R\$5.360,0000
6	Carne suína, corte tipo carrê, resfriada, de primeira qualidade, cortada unitariamente (tipo bisteca ou bife) e embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Kg	MACHADO	500,00000	R\$13,4900	R\$6.745,0000
7	Linguiça Calabresa	Kg	LACTOVALE	160,00000	R\$32,5000	R\$5.200,0000
8	Sobrecoxa de frango de primeira qualidade, embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Kg	GRANJEIRO	1.200,00000	R\$9,3500	R\$11.220,0000
Total do Fornecedor:						R\$28.525,0000
Total Geral dos Itens:						R\$28.525,0000

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$36.918,00 (trinta e seis mil e novecentos e dezoito)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900

Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

Rio do Sul (SC), 12 de Maio de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

CPF: 054.215.249-57

Prefeito Municipal

BR COMÉRCIO DE CARNES LTDA EPP
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

CPF: 054.215.249-57

Prefeito Municipal

BR COMERCIO DE CARNES LDTA
CONTRATADA

CARLA CRISTIANE ALVES- 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528115

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 018/2020, firmado em 07/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA CRISTIANE ALVES, portador(a) do CPF nº 058.297.329-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 018/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 018/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CARLA CRISTIANE ALVES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CARLA TATIANA PIERITZ - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528139

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 016/2020, firmado em 07/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA TATIANA PIERITZ, portador(a) do CPF nº 065.758.569-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 016/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 016/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CARLA TATIANA PIERITZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CATIA ALINE SEBOLD - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528145

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2020, firmado em 06/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIA ALINE SEBOLD, portador(a) do CPF nº 072.813.139-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CATIA ALINE SEBOLD
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CLAUDIA FINCK - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528160

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 084/2020, firmado em 16/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA FINCK, portador(a) do CPF nº060.782.399-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 084/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 084/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CLAUDIA FINCK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CLAUDIA FINCK - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528166

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 084/2020, firmado em 16/03/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA FINCK, portador(a) do CPF nº060.782.399-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 084/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 084/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CLAUDIA FINCK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CLEONICE AVI - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528169

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 035/2020, firmado em 27/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) CLEONICE AVI, portador(a) do CPF nº 023.684.339-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 035/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 035/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CLEONICE AVI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CLEONICE AVI - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528170

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 035/2020, firmado em 27/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) CLEONICE AVI, portador(a) do CPF nº 023.684.339-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 035/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 035/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CLEONICE AVI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

DECRETO Nº 9102, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528273

DECRETO Nº 9102, de 18 de junho de 2020.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.539/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.797/2008.

DECRETA:

Art.1º – Fica substituído para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB o seguinte membro devidamente indicado por sua entidade:

– Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas;
Vladimir Luiz Brasil Junior (titular), substituindo Kauana Karuze da Silveira

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
18 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 004/2020

Publicação Nº 2527448

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 004/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DOS RESPECTIVOS AUTOS DE INFRAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 374, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS ÚTEIS), PARA EFETUAR O RECOLHIMENTO DA MULTA APLICADA ATRAVÉS DO AUTO DE INFRAÇÃO, FINDO O QUAL FAR-SE-Á COBRANÇA JUDICIAL.

FICAM TAMBÉM CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 705, VI, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA APRESENTAR DEFESA ADMINISTRATIVA CONTRA O RESPECTIVO AUTO DE INFRAÇÃO, SOB PENA DE REVELIA.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
55/2020	19/05/20	182199/2019	JOSEM CRIS SEMA	043.179.299-29
Rio do Sul, 18 de junho de 2020.				

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor Técnico da Fazenda
--	---

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 025/2020

Publicação Nº 2528625

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 025/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
52/2020	02/06/20	KOISAETAL UTILIDADES LTDA ME	24.013.973/0001-23
56/2020	04/06/20	PET LUXO EIRELI	22.639.141/0001-91
60/2020	05/06/20	CHARLES HAVEROTH 03072027986	21.293.729/0001-73

Rio do Sul, 18 de junho de 2020.

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

ELAINE CRISTINA DA ROCHA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528176

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081/2020, firmado em 16/03/2020, com término previsto para 16/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE CRISTINA DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 064.984.949-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 081/2020, iniciando-se a prorrogação em 17/04/2020 e encerrando-se em 15/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ELAINE CRISTINA DA ROCHA

Contratado(a)

ELAINE CRISTINA DA ROCHA - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528178

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081/2020, firmado em 16/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE CRISTINA DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 064.984.949-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 081/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ELAINE CRISTINA DA ROCHA

Contratado(a)

ELAINE CRISTINA DA ROCHA - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528179

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081/2020, firmado em 16/03/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELAINE CRISTINA DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 064.984.949-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 081/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELAINE CRISTINA DA ROCHA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ELISANGELA MULLER - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528198

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2020, firmado em 08/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELISANGELA MULLER, portador(a) do CPF nº 008.305.099-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 021/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELISANGELA MULLER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ELISANGELA MULLER - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528200

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2020, firmado em 08/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELISANGELA MULLER, portador(a) do CPF nº 008.305.099-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 021/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELISANGELA MULLER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ELIZETE MARTENDAL - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528209

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 015/2020, firmado em 07/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELIZETE MARTENDAL, portador(a) do CPF nº 970.103.839-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 015/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 015/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELIZETE MARTENDAL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ELIZETE MARTENDAL - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528211

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 015/2020, firmado em 07/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELIZETE MARTENDAL, portador(a) do CPF nº 970.103.839-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 015/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 015/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELIZETE MARTENDAL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

FELIPE PORTO EDUARDO - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528236

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2020, firmado em 18/02/2020, com término previsto para 30/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FELIPE PORTO EDUARDO, portador(a) do CPF nº 073.237.189-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 047/2020, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2020 e encerrando-se em 02/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	FELIPE PORTO EDUARDO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

FELIPE PORTO EDUARDO - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528245

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2020 firmado em 31/01/2020, com término previsto para 06/03/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FELIPE PORTO EDUARDO, portador(a) do CPF nº 073.237.189-96, na qualidade de Contratado(a), celebraram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/05/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professor de Arte, Nível II - 90%, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE SEBASTIÃO BACK, em substituição à Joseany Rodrigues devido ao seu afastamento para licença especial para atendimento a PCD.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30 de abril de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA FELIPE PORTO EDUARDO
Secretário de Administração e Fazenda Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

FELIPE PORTO EDUARDO - 4º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2528248

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2020, firmado em 31/01/2020, com término previsto para 02/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FELIPE PORTO EDUARDO, portador(a) do CPF nº 073.237.189-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 047/2020, iniciando-se a prorrogação em 03/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	FELIPE PORTO EDUARDO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

FELIPE PORTO EDUARDO - 5º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2528249

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2020, firmado em 31/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FELIPE PORTO EDUARDO, portador(a) do CPF nº 073.237.189-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 047/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	FELIPE PORTO EDUARDO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528306

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 036/2020, firmado em 27/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.382.499-52, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 036/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 036/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

GRACIELE MAIARA SCHWEITZER - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528299

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 009/2020, firmado em 06/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRACIELE MAIARA SCHWEITZER, portador(a) do CPF nº 072.330.809-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 009/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 009/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRACIELE MAIARA SCHWEITZER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

GRACIELE MAIARA SCHWEITZER - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528302

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 009/2020, firmado em 06/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRACIELE MAIARA SCHWEITZER, portador(a) do CPF nº 072.330.809-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 009/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 009/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRACIELE MAIARA SCHWEITZER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

GRASIELE LAZZARI RIBAS - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528317

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 027/2020, firmado em 09/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) GRASIELE LAZZARI RIBAS, portador(a) do CPF nº 052.099.739-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 027/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 027/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRASIELE LAZZARI RIBAS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

GRAZIELE DOS SANTOS- 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528372

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 075/2020, firmado em 06/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) GRAZIELE DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 046.644.769-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 075/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 075/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRAZIELE DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

GRAZIELE DOS SANTOS- 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528377

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 075/2020, firmado em 06/03/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRAZIELE DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 046.644.769-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 075/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 075/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRAZIELE DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

GRAZIELE INARA CARDOSO- 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528422

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2020, firmado em 06/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRAZIELE INARA CARDOSO, portador(a) do CPF nº 091.394.499-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 076/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRAZIELE INARA CARDOSO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

JAMILE DE OLIVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528444

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2020, firmado em 18/02/2020, com término previsto para 20/03/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JAMILE DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 070/2020, iniciando-se a prorrogação em 21/03/2020 e encerrando-se em 30/04/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JAMILE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

JAMILE DE OLIVEIRA - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528447

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2020, firmado em 18/02/2020, com término previsto para 30/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JAMILE DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 070/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2020 e encerrando-se em 01/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JAMILE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

JAMILE DE OLIVEIRA - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528452

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2020, firmado em 18/02/2020, com término previsto para 01/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JAMILE DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 070/2020, iniciando-se a prorrogação em 02/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JAMILE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

KESLY CHRISTINE OLIVEIRA KAMAROSKI - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528398

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 002/2020, firmado em 06/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) KESLY CHRISTINE OLIVEIRA KAMAROSKI, portador(a) do CPF nº 090.653.059-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 002/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 025/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	KESLY CHRISTINE OLIVEIRA KAMAROSKI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

LAIS DE SOUZA- 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528410

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 013/2020, firmado em 07/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) LAÍS DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 080.075.679-76, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 013/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 013/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo

surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LAÍS DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

LAIS DE SOUZA- 3º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2528413

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 013/2020, firmado em 07/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LAÍS DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 080.075.679-76, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 013/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 013/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LAÍS DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MALIZE SCHREIBER - 3º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2528473

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 004/2020, firmado em 06/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MALIZE SCHREIBER, portador(a) do CPF nº 889.999.989-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 004/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 004/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MALIZE SCHREIBER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528491

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2020, firmado em 13/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG, portador(a) do CPF nº 008.117.719-46, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 080/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528497

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2020, firmado em 13/03/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG, portador(a) do CPF nº 008.117.719-46, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 080/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARIANE RAMOS CONINCK- 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528507

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2020, firmado em 30/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIANE RAMOS CONINCK, portador(a) do CPF nº 064.945.209-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 058/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIANE RAMOS CONINCK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARIANE RAMOS CONINCK- 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528510

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2020, firmado em 30/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIANE RAMOS CONINCK, portador(a) do CPF nº 064.945.209-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 058/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIANE RAMOS CONINCK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARILEA LUMKE SCHROEDER- 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528539

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2020, firmado em 03/02/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARILEA LUMKE SCHROEDER, portador(a) do CPF nº 824.410.229-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 061/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARILEA LUMKE SCHROEDER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARILEA LUMKE SCHROEDER- 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528541

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2020, firmado em 03/02/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEA LUMKE SCHROEDER, portador(a) do CPF nº 824.410.229-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 061/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARILEA LUMKE SCHROEDER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MONICA ZILS - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528565

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 074/2020, firmado em 03/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MONICA ZILS, portador(a) do CPF nº 087.388.279-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 074/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 074/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MONICA ZILS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MONICA ZILS - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528566

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 074/2020, firmado em 03/03/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MONICA ZILS, portador(a) do CPF nº 087.388.279-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 074/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 074/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MONICA ZILS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

NAIANY CAROLINE BORGES - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528612

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 024/2020, firmado em 09/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NAIANY CAROLINE BORGES, portador(a) do CPF nº 094.989.729-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 024/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 024/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	NAIANY CAROLINE BORGES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

NAIANY CAROLINE BORGES - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528614

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 024/2020, firmado em 09/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NAIANY CAROLINE BORGES, portador(a) do CPF nº 094.989.729-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 024/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 024/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	NAIANY CAROLINE BORGES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

NICELANI SERAFIM - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528617

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 041/2020, firmado em 28/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NICELANI SERAFIM, portador(a) do CPF nº 049.481.809-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 041/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 041/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	NICELANI SERAFIM
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

PAUTA DE SORTEIO E JULGAMENTO Nº 004/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2527499

CÂMARA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – RIO DO SUL – SC

Pauta de Sorteio e Julgamento Nº 004/2020

Denise Peres Farias Marcon, Secretária da Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no art. 3º do Decreto nº 9.011 de 04 de maio de 2020, torna público que a Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio do Sul estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 30 de junho de 2020, às 08hs00min de forma virtual, para realização de sorteio e julgamento dos seguintes processos:

01. Julgamento dos processos:

Protocolo Nº 161480/2016. Requerente: Raul Eccher. Relatora: Patricia Mayr.

Protocolo Nº 162398/2016. Requerente: Silvana Maria Moretti. Relator: Gabriel Murara.

02. Sorteio dos processos:

Protocolo 165198/2017. Requerente: Nardelli Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Protocolo 164925/2017. Requerente: Alcides Testoni.

Protocolo 171235/2018. Requerente: Janaína Bastos de Lima.
Protocolo 168166/2017. Requerente: SSAT Sinalização e Adesivos EIRELI

Rio do Sul, 17 de junho de 2020.

DENISE PERES FARIAS MARCON

Secretária da Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio do Sul

POLLYNE TEIXEIRA DA LARA - 3º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2528639

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 038/2020, firmado em 27/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) POLLYNE TEIXEIRA DA LARA, portador(a) do CPF nº 093.271.199-59, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 038/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 038/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	POLLYNE TEIXEIRA DA LARA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

PORTARIA N° 0598/DGP

Publicação N° 2528686

PORTARIA N° 0598/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 151 e 152, parágrafo 1º, da Lei Complementar N° 309/2015, Licença Prêmio em gozo as servidoras:

Nome	Período Gozo
ROSANE KÜESSNER DE OLIVEIRA	01/06/2020 a 29/08/2020
ADRIANA SCHMIDT	17/06/2020 a 31/07/2020
LUCIMERI BERNARDES DA SILVEIRA	03/06/2020 a 17/07/2020
GERSON PASQUALINI SCHMIDT	15/06/2020 a 12/09/2020
EMILYN MENDES ROSA	08/06/2020 a 22/07/2020
FERNANDA SEEMANN	05/06/2020 a 19/07/2020
EDI CAROLINA RIBEIRO	11/06/2020 a 25/07/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de maio de 2020

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 0599/DGP

Publicação Nº 2528689

PORTARIA Nº. 0599/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no ARTIGO 160 DA LEI COMPLEMENTAR N. 309 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 362, DE 28 JUNHO DE 2017, Decreto n. 6357/2017, pareceres exarados pela APAE – Rio do Sul, Assistente Social, Perícia Médica Oficial do Município e Secretário de Administração e Fazenda (anexo ao Protocolo n. 185029/2020), prorrogação da Licença Especial para Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais, no período de 06/03/2020 a 06/03/2021, a servidora municipal DANIELA PACHECO DARIS, ocupante do cargo de provimento efetivo Fonoaudiólogo(40 horas semanais).

Art. 2º Conforme Art. 3º do Decreto n. 6357/2017 no período da licença, a jornada de trabalho da servidora terá uma redução de 50% (cinquenta por cento), sendo assim, exercerá 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 0600/DGP

Publicação Nº 2528693

PORTARIA Nº. 0600/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no ARTIGO 160 DA LEI COMPLEMENTAR N. 309 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 362, DE 28 JUNHO DE 2017, Decreto n. 6357/2017, pareceres exarados pela APAE – Rio do Sul, Assistente Social, Perícia Médica Oficial do Município e Secretário de Administração e Fazenda (anexo ao Protocolo n. 184840/2020), Licença Especial para Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais, no período de 04/05/2020 a 04/05/2021, a servidora municipal ANA PAULA MENEGHETTI FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo(40 horas semanais).

Art. 2º Conforme Art. 3º do Decreto n. 6357/2017 no período da licença, a jornada de trabalho da servidora terá uma redução de 50% (cinquenta por cento), sendo assim, exercerá 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 0601/DGP

Publicação Nº 2528696

PORTARIA Nº. 0601/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no ARTIGO 160 DA LEI COMPLEMENTAR N. 309 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 362, DE 28 JUNHO DE 2017, Decreto n. 6357/2017, pareceres exarados pela APAE – Rio do Sul, Assistente Social, Perícia Médica Oficial do Município e Secretário de Administração e Fazenda (anexo ao Protocolo n. 156578/2015), prorrogação da Licença Especial para Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais, no período de 01/01/2020 a 31/12/2020, a servidora municipal DANIELE CRISTINE LEHMANN AMORIM, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor(40 horas semanais).

Art. 2º Conforme Art. 3º do Decreto n. 6357/2017 no período da licença, a jornada de trabalho da servidora terá uma redução de 50%

(cinquenta por cento), sendo assim, exercerá 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 0602/DGP

Publicação Nº 2528699

PORTARIA Nº. 0602/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no ARTIGO 160 DA LEI COMPLEMENTAR N. 309 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 362, DE 28 JUNHO DE 2017, Decreto n. 6357/2017, pareceres exarados pela APAE – Rio do Sul, Assistente Social, Perícia Médica Oficial do Município e Secretário de Administração e Fazenda (anexo ao Protocolo n. 171347/2018), prorrogação da Licença Especial para Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais, no período de 01/06/2020 a 01/06/2021, a servidora municipal SARAH MELLO SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo(40 horas semanais).

Art. 2º Conforme Art. 3º do Decreto n. 6357/2017 no período da licença, a jornada de trabalho da servidora terá uma redução de 50% (cinquenta por cento), sendo assim, exercerá 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 0603/DGP

Publicação Nº 2528700

PORTARIA Nº. 0603/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no ARTIGO 160 DA LEI COMPLEMENTAR N. 309 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 362, DE 28 JUNHO DE 2017, Decreto n. 6357/2017, pareceres exarados pela APAE – Rio do Sul, Assistente Social, Perícia Médica Oficial do Município e Secretário de Administração e Fazenda (anexo ao Protocolo n. 173965/2018), prorrogação da Licença Especial para Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais, no período de 26/07/2019 a 26/07/2020, a servidora municipal ZULEIDA WIGGERS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor(40 horas semanais).

Art. 2º Conforme Art. 3º do Decreto n. 6357/2017 no período da licença, a jornada de trabalho da servidora terá uma redução de 50% (cinquenta por cento), sendo assim, exercerá 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 0604/DGP

Publicação Nº 2528704

PORTARIA Nº. 0604/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no ARTIGO 160 DA LEI COMPLEMENTAR N. 309 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 362, DE 28 JUNHO DE 2017, Decreto n. 6357/2017, pareceres exarados pela APAE – Rio do Sul, Assistente Social, Perícia Médica Oficial do Município e Secretário de Administração e Fazenda (anexo ao Protocolo n. 170344/2018), prorrogação da Licença Especial para Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais, no período de 05/01/2020 a 05/01/2021, a servidora municipal SIRLEI APARECIDA SCHMITT, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor(40 horas semanais).

Art. 2º Conforme Art. 3º do Decreto n. 6357/2017 no período da licença, a jornada de trabalho da servidora terá uma redução de 50% (cinquenta por cento), sendo assim, exercerá 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 0632/DGP

Publicação Nº 2528681

PORTARIA N. 0632/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 264, da Lei Complementar Nº 309/2015, alterado pela Lei Complementar nº 367/2017, Licença para Aleitamento Materno a servidora:

Nome	Cargo	Período
PRISCILA GISELE FERNANDES	MONITOR ESCOLAR	01/06/2020 a 07/11/2020

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Junho de 2020

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

RESUMO DO ADITIVO Nº 043/2020

Publicação Nº 2529026

1º TERMO ADITIVO Nº 043/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 197/2019, REFERENTE A FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PATRÍCIO NOVELETO - TRECHO II, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Aos um (01) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, estabelecida à Rua Dr. Getúlio Vargas, 200 - Centro, no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Gilberto Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo edital da Concorrência Pública nº 118/2019, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 197/2019, datado de 16 de agosto de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do Inciso I, alínea "b" e §1º, do Artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da Secretaria de Infraestrutura, recebida em 29 de maio de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de R\$ 151.755,13 (cento e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos), conforme memorando Nº 056/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um decréscimo de R\$ 64.919,78 (sessenta e quatro mil, novecentos e dezenove reais e setenta e oito centavos), conforme memorando Nº 056/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Gilberto Grabowski

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF

SAMARA DALAGNELO - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528650

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2020, firmado em 14/02/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SAMARA DALAGNELO, portador(a) do CPF nº 068.938.129-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 067/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SAMARA DALAGNELO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SCHIRLEY MARILEIA BELL - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528653

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2020, firmado em 29/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SCHIRLEY MARILEIA BELL, portador(a) do CPF nº 440.170.579-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 051/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SCHIRLEY MARILEIA BELL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SHIRLEI REGINA DE MELLO DA SILVA - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528666

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2020, firmado em 06/03/2020, com término previsto para 01/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SHIRLEI REGINA DE MELLO DA SILVA portador(a) do CPF nº 005.022.739-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 077/2020, iniciando-se a prorrogação em 02/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SHIRLEI REGINA DE MELLO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SILVANA GOULART - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528659

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 082/2020, firmado em 16/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SILVANA GOULART portador(a) do CPF nº 034.111.639-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 082/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 083/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SILVANA GOULART
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SILVANA GOULART - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528662

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 082/2020, firmado em 16/03/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA GOULART portador(a) do CPF nº 034.111.639-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 082/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 083/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SILVANA GOULART
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SULAMITA BATISTA CORREA - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528675

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2020, firmado em 09/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SULAMITA BATISTA CORREA portador(a) do CPF nº 086.094.239-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 078/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 26/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SULAMITA BATISTA CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA CÉ - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528676

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 005/2020, firmado em 06/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA CÉ, portador(a) do CPF nº 084.591.389-17, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 005/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 005/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA CÉ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

TIFANI CAROLINI STOLF - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528684

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2020, firmado em 28/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) TIFANI CAROLINI STOLF, portador(a) do CPF nº 100.584.539-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 042/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	TIFANI CAROLINI STOLF
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

VALDETE ELENIR MOSER PRETO - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528701

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2020, firmado em 28/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) VALDETE ELENIR MOSER PRETO, portador(a) do CPF nº 008.331.459-83, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 055/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	VALDETE ELENIR MOSER PRETO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

VANESSA KALESKI GIACOMOZZI - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528715

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 079/2020, firmado em 09/03/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) VANESSA KALESKI GIACOMOZZI portador(a) do CPF nº 051.528.139-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 079/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 079/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	VANESSA KALESKI GIACOMOZZI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

VERA NEUBER DA SILVA - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528717

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 017/2020, firmado em 07/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) VERA NEUBER DA SILVA, portador(a) do CPF nº 891.493.439-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 017/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 017/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	VERA NEUBER DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ZENITA DAROLT - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2528724

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 026/2020, firmado em 09/01/2020, com término previsto para 29/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZENITA DAROLT, portador(a) do CPF nº 737.321.929-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 026/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 026/2020, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2020 e encerrando-se em 05/06/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ZENITA DAROLT
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020 - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 2528013



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camaraoriosul.sc.gov.br

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2020****AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

**PROJETOS DE INICIATIVA DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO
QUE ALTERAM E ACRESCENTAM DISPOSITIVOS NO
PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**

As Comissões Permanentes de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente e de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final, da Câmara Municipal de Rio do Sul, conjuntamente por meio de seus Presidentes, no uso de suas prerrogativas que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 18 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 5 de abril de 1990, em observância a Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 5 de outubro de 1989, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades), Lei Complementar Municipal nº 163, de 12 de dezembro de 2006 (Plano Diretor do Município de Rio do Sul), com vistas a assegurar a participação popular nos processos legislativos que envolvam o Plano Diretor do município, **CONVOCAM** a população em geral, entidades representativas e demais segmentos, para a **Audiência Pública** que se realizará no dia **8 de julho de 2020 (quarta-feira), às 10:00hs, no Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul**, com o objetivo de discutir os seguintes Projetos de iniciativa dos Poderes Legislativo e Executivo que alteram e acrescentam dispositivos no Plano Diretor do Município de Rio do Sul:

Projeto de Lei Complementar 39/2019, de autoria dos Vereadores Cariso Sávio Giacomini e Marcos Sávio Zanella, que "Altera o art. 506 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul".

(Link para acesso à matéria no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo:
http://sapl.camaraoriosul.sc.gov.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=12279

Projeto de Lei Complementar 3/2020, de autoria do Vereador Fernando Cesar Souza - Nandu, que "Altera o inciso II do art. 478 da Lei Complementar nº

Edital Audiência Pública – Plano Diretor – Folhas 1 de 8

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul, referente à faixa de domínio da Rodovia BR-470.”

Link para acesso à matéria no sistema de apoio ao processo legislativo:
http://sapl.camarariodosul.sc.gov.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=12436

Projeto de Lei Complementar 8/2020, de autoria do Prefeito, que “altera, acrescenta e revoga dispositivos da lei complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o plano diretor do município de rio do sul e dá outras providências.

Link para acesso à matéria no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo:
http://sapl.camarariodosul.sc.gov.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=12676

Proposta de Emenda nº 3/2020 (ao Projeto de Lei Complementar nº 8/2020), de autoria do Vereador Marcos Norberto Zanis, que “Altera o inciso II do art. 8º do projeto de lei complementar nº 8 de 29 de abril de 2020, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da lei complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o plano diretor do município de rio do sul e dá outras providências.

Link para acesso à matéria no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo:
http://sapl.camarariodosul.sc.gov.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=12703

Projeto de Lei Complementar 10/2020, de autoria do Vereador Sargento James, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 403 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Rio do Sul, referente a loteamentos em área rural.

Link para acesso à matéria no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo:
http://sapl.camarariodosul.sc.gov.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=12768

Questionamentos, sugestões e considerações relativas as matérias acima elencadas também poderão ser encaminhadas ao e-mail secretaria.legislativa@camarariodosul.sc.gov.br, por escrito, com assinatura manual ou digital, em arquivo formato .pdf, até o dia anterior (07/07/2020) a realização da Audiência Pública.

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos diretamente na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, através dos contatos: (47) 3531-6300
secretaria.legislativa@camarariodosul.sc.gov.br

O Regimento Interno desta Audiência Pública é regulamentada pela Resolução nº 1096, de 17 de junho de 2020, anexo ao presente edital.

Rio do Sul, 17 de junho de 2020.

MAICON
COELHO:04272
165917

Assinado de forma digital
por MAICON
COELHO:04272165917
Dados: 2020.06.18
11:17:36 -03'00'

MAICON COELHO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Rio do Sul

[assinado digitalmente]

MARCOS SAVIO
ZANELLA

Assinado de forma digital
por MARCOS SAVIO
ZANELLA
Dados: 2020.06.18
11:01:35 -03'00'

MARCOS SÁVIO ZANELLA

Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



RESOLUÇÃO Nº 1.096, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Regimento Interno da audiência pública sobre Plano Diretor a ser realizada no dia 8 de julho de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE MUNICIPAL DE RIO DO SUL, e os Presidentes das Comissões Permanentes de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente e de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final, da Câmara Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições regimentais, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Regimento Interno da Audiência Pública, a ser realizada no dia 8 de julho de 2020, sobre o Plano Diretor de Rio do Sul, em conjunto pelas Comissões Permanentes de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente e de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final da Câmara Municipal de Rio do Sul.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de discutir com o Executivo Municipal, Conselhos Municipais, órgãos representativos e, principalmente, ouvir o cidadão referente aos Projetos de Lei Complementares e suas respectivas emendas tramitando na Câmara Municipal, que visam alterar e acrescentar dispositivos no Plano Diretor Municipal.

Parágrafo único. Somente farão parte da discussão as alterações propostas pelos Projetos de Lei Complementares tramitando até a presente data.

Art. 3º A Audiência Pública terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local e restrições sanitárias vigentes.

Parágrafo único. Se houver, por parte do cidadão considerado do grupo de risco, seja por idade ou outras enfermidades, a preferência pela participação na Audiência Pública por videoconferência, este poderá requer o link de acesso a chamada, até 24 horas antes de sua realização, informando o nome completo e número de telefone/celular, pelo e-mail "secretaria.legislativa@camarariodosul.sc.gov.br".

Art. 4º A audiência iniciará às 10 horas, em única chamada, no Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, com qualquer número de presentes, encerrando-se às 12 horas.

§ 1º O Presidente poderá prorrogar o encerramento por no máximo 30 min, se necessário.

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



§ 2º não será permitida a prorrogação da Audiência em razão de discussão de assunto já suscitado ou não abordado nas matérias legislativas citadas no edital de convocação.

Art. 5º O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

I - nome legível;

II - assinatura;

III - endereço eletrônico (e-mail) ou número de telefone/celular.

§ 1º A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão em local acessível na entrada do Plenário da Câmara Municipal.

§ 2º Será acrescentado na ata o nome e endereço eletrônico (e-mail) dos cidadãos que participaram da audiência por videoconferência.

CAPÍTULO II DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 6º A Audiência será conduzida pelo Presidente da Comissão de Educação Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente.

Art. 7º São prerrogativas do Presidente da Sessão:

I - designar um ou mais secretários para assisti-lo;

II - designar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso das manifestações;

III - decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV - decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI - alongar o tempo das elocuções, quando considerar necessário e útil.

Art. 8º O Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final será o Moderador da Sessão para auxiliar na condução e organização da audiência.

Art. 9º São atribuições do Moderador:

I - Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - Controlar o tempo das intervenções orais;

III - Registrar o conteúdo das intervenções;

IV - Sistematizar as informações;

V - Elaborar a ata da Sessão com auxílio da Secretaria Legislativa.

CAPÍTULO III DOS PARTICIPANTES

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Art. 10. Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão residente na cidade de Rio do Sul, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão.

Art. 11. Serão convidados especiais para debate e elucidações técnicas desta Audiência Pública:

- I – Secretário Municipal de Infraestrutura ou Diretor Técnico do Plano Diretor do Poder Executivo Municipal;
- II - Represente do Conselho do Plano Diretor Municipal;
- III - Representante técnico do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul-CONDESUL.

Art. 12. São direitos dos participantes:

- I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- II - debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública.

Art. 13. São deveres dos participantes:

- I - Respeitar o Regimento Interno da audiência pública;
- II - Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- III - Tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

Art. 14. É condição para a participação nos debates, a prévia inscrição.

Parágrafo único. A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

Art. 15. A inscrição deverá ser realizada após a abertura da audiência, por meio de ficha de inscrição e encerrar-se-á após a exposição de cada tema.

§ 1º A inscrição das perguntas ou sugestões deverá ser realizada por escrito, durante a exposição de cada eixo (tema), através de ficha de inscrição.

§ 2º As fichas serão disponibilizadas pelos servidores da Câmara designados pelo Presidente da Audiência

CAPÍTULO IV **DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA**

Art. 16. A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

- I - apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência pelo Presidente;
- II - explanação do tema pelo Moderador;
- III - debates orais;
- IV – encerramento com o resumo e aprovação dos pontos principais da sessão.

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Parágrafo único. Os debates orais dos temas e questionamento apresentados pelos participantes serão conduzidos pelo Moderador, respeitando sempre que possível a seguinte ordem:

- I – Representante do Conselho do Plano Diretor Municipal;
- II - Representante técnico do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul-CONDESUL;
- III - Secretário Municipal de Infraestrutura ou Diretor Técnico do Plano Diretor do Poder Executivo Municipal;
- IV – Vereadores.

Art. 17. Os cidadãos participantes disporão de 2 (dois) minutos para a exposição de suas considerações, observada a ordem de inscrição para manifestação.

§ 1º Os questionamentos realizados por cidadãos, por escrito, durante a Sessão serão apresentados pelo Moderador, que permitirá uma intervenção oral de quem desejar.

§ 2º O Moderador poderá restringir o tempo de palavra a quem exceder a fim de garantir o debate com tempo proporcional entre os participantes.

Art. 18. O participante terá direito a réplica, com o tempo de 2 (dois) minutos, desde que o questionamento ou observação seja pertinente ao assunto exposto.

Parágrafo único. A critério do Presidente da sessão, caberá resposta *a posteriori*, por escrito.

Art. 19. Os técnicos terão direito a tréplica, com o tempo de (02) dois minutos.

Art. 20 A Sessão será gravada e transmitida ao vivo pela TV Câmara, nas redes sociais.

Art. 21. Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente concederá aos participantes presentes e expectadores que acompanharem a Audiência Pública pela TV Câmara nas Redes Sociais, para que em até 3 dias possam apresentar considerações e sugestões aos Vereadores, quais serão anexadas a ata da sessão.

§ 1º As considerações serão encaminhadas ao e-mail da secretaria Legislativa (secretaria.legislativa@camarariodosul.sc.gov.br) em documento assinado e em formato pdf.

§ 2º As considerações encaminhadas anonimamente não serão consideradas.

Art. 22. A ata será lavrada tecnicamente relatando resumidamente o ocorrido durante a sessão, contendo obrigatoriamente:

- I – as matérias legislativas originárias da Audiência Pública;
- II – os temas debatidos;
- III – lista de presença;
- IV- considerações encaminhadas à Secretaria Legislativa, conforme disposto no art. 21.

Parágrafo único. A ata será aprovada posteriormente em Sessão Ordinária, por maioria simples, e assinada pelos respectivos Presidentes das Comissões Permanentes organizadores e pelos Membros da Mesa Diretora.

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. As opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública terão caráter consultivo, destinando-se à motivação do Legislativo e Executivo Municipal quando da tomada das decisões em face dos debates realizados.

Art. 24. O Edital de convocação da Audiência Pública e a ata serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2020.

CARISO SAVIO Assinado de forma digital
por CARISO SAVIO
GIACOMINI:52 GIACOMINI:52865762904
865762904 Dados: 2020.06.18
11:47:55 -03'00'

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul
[assinada digitalmente]

MAICON Assinado de forma digital
por MAICON
COELHO:04272 COELHO:04272165917
165917 Dados: 2020.06.18
11:18:09 -03'00'

MAICON COELHO

Presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente.
[assinada digitalmente]

MARCOS SAVIO Assinado de forma digital por
MARCOS SAVIO ZANELLA
ZANELLA Dados: 2020.06.18 11:01:05
-03'00'

MARCOS SÁVIO ZANELLA

Presidente da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final
[assinada digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

RESOLUÇÃO Nº 1.096, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528014



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 1.096, DE 17 DE JUNHO DE 2020**

Dispõe sobre o Regimento Interno da audiência pública sobre Plano Diretor a ser realizada no dia 8 de julho de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE MUNICIPAL DE RIO DO SUL, e os Presidentes das Comissões Permanentes de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente e de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final, da Câmara Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições regimentais, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Regimento Interno da Audiência Pública, a ser realizada no dia 8 de julho de 2020, sobre o Plano Diretor de Rio do Sul, em conjunto pelas Comissões Permanentes de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente e de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final da Câmara Municipal de Rio do Sul.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de discutir com o Executivo Municipal, Conselhos Municipais, órgãos representativos e, principalmente, ouvir o cidadão referente aos Projetos de Lei Complementares e suas respectivas emendas tramitando na Câmara Municipal, que visam alterar e acrescentar dispositivos no Plano Diretor Municipal.

Parágrafo único. Somente farão parte da discussão as alterações propostas pelos Projetos de Lei Complementares tramitando até a presente data.

Art. 3º A Audiência Pública terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local e restrições sanitárias vigentes.

Parágrafo único. Se houver, por parte do cidadão considerado do grupo de risco, seja por idade ou outras enfermidades, a preferência pela participação na Audiência Pública por videoconferência, este poderá requer o link de acesso a chamada, até 24 horas antes de sua realização, informando o nome completo e número de telefone/celular, pelo e-mail "secretaria.legislativa@camarariodosul.sc.gov.br".

Art. 4º A audiência iniciará às 10 horas, em única chamada, no Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, com qualquer número de presentes, encerrando-se às 12 horas.

Resolução nº 1096/2020 – Folhas 1 de 5

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



§ 1º O Presidente poderá prorrogar o encerramento por no máximo 30 min, se necessário.

§ 2º não será permitida a prorrogação da Audiência em razão de discussão de assunto já suscitado ou não abordado nas matérias legislativas citadas no edital de convocação.

Art. 5º O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

I - nome legível;

II - assinatura;

III - endereço eletrônico (e-mail) ou número de telefone/celular.

§ 1º A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão em local acessível na entrada do Plenário da Câmara Municipal.

§ 2º Será acrescentado na ata o nome e endereço eletrônico (e-mail) dos cidadãos que participaram da audiência por videoconferência.

CAPÍTULO II DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 6º A Audiência será conduzida pelo Presidente da Comissão de Educação Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente.

Art. 7º São prerrogativas do Presidente da Sessão:

I - designar um ou mais secretários para assisti-lo;

II - designar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso das manifestações;

III - decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV - decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI - alongar o tempo das elocuções, quando considerar necessário e útil.

Art. 8º O Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final será o Moderador da Sessão para auxiliar na condução e organização da audiência.

Art. 9º São atribuições do Moderador:

I - Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - Controlar o tempo das intervenções orais;

III - Registrar o conteúdo das intervenções;

IV - Sistematizar as informações;

V - Elaborar a ata da Sessão com auxílio da Secretaria Legislativa.

Resolução nº 1096/2020 – Folhas 2 de 5

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



CAPÍTULO III DOS PARTICIPANTES

Art. 10. Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão residente na cidade de Rio do Sul, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão.

Art. 11. Serão convidados especiais para debate e elucidações técnicas desta Audiência Pública:

- I – Secretário Municipal de Infraestrutura ou Diretor Técnico do Plano Diretor do Poder Executivo Municipal;
- II - Represente do Conselho do Plano Diretor Municipal;
- III - Representante técnico do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul-CONDESUL.

Art. 12. São direitos dos participantes:

- I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- II - debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública.

Art. 13. São deveres dos participantes:

- I - Respeitar o Regimento Interno da audiência pública;
- II - Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- III - Tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

Art. 14. É condição para a participação nos debates, a prévia inscrição.

Parágrafo único. A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

Art. 15. A inscrição deverá ser realizada após a abertura da audiência, por meio de ficha de inscrição e encerrar-se-á após a exposição de cada tema.

§ 1º A inscrição das perguntas ou sugestões deverá ser realizada por escrito, durante a exposição de cada eixo (tema), através de ficha de inscrição.

§ 2º As fichas serão disponibilizadas pelos servidores da Câmara designados pelo Presidente da Audiência

CAPÍTULO IV DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 16. A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

- I - apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência pelo Presidente;
- II - explanação do tema pelo Moderador;

Resolução nº 1096/2020 – Folhas 3 de 5

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



III - debates orais;

IV – encerramento com o resumo e aprovação dos pontos principais da sessão.

Parágrafo único. Os debates orais dos temas e questionamento apresentados pelos participantes serão conduzidos pelo Moderador, respeitando sempre que possível a seguinte ordem:

I – Representante do Conselho do Plano Diretor Municipal;

II - Representante técnico do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul-CONDESUL;

III - Secretário Municipal de Infraestrutura ou Diretor Técnico do Plano Diretor do Poder Executivo Municipal;

IV – Vereadores.

Art. 17. Os cidadãos participantes disporão de 2 (dois) minutos para a exposição de suas considerações, observada a ordem de inscrição para manifestação.

§ 1º Os questionamentos realizados por cidadãos, por escrito, durante a Sessão serão apresentados pelo Moderador, que permitirá uma intervenção oral de quem desejar.

§ 2º O Moderador poderá restringir o tempo de palavra a quem exceder a fim de garantir o debate com tempo proporcional entre os participantes.

Art. 18. O participante terá direito a réplica, com o tempo de 2 (dois) minutos, desde que o questionamento ou observação seja pertinente ao assunto exposto.

Parágrafo único. A critério do Presidente da sessão, caberá resposta *a posteriori*, por escrito.

Art. 19. Os técnicos terão direito a tréplica, com o tempo de (02) dois minutos.

Art. 20 A Sessão será gravada e transmitida ao vivo pela TV Câmara, nas redes sociais.

Art. 21. Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente concederá aos participantes presentes e expectadores que acompanharem a Audiência Pública pela TV Câmara nas Redes Sociais, para que em até 3 dias possam apresentar considerações e sugestões aos Vereadores, quais serão anexadas a ata da sessão.

§ 1º As considerações serão encaminhadas ao e-mail da secretaria Legislativa (secretaria.legislativa@camarariodosul.sc.gov.br) em documento assinado e em formato pdf.

§ 2º As considerações encaminhadas anonimamente não serão consideradas.

Art. 22. A ata será lavrada tecnicamente relatando resumidamente o ocorrido durante a sessão, contendo obrigatoriamente:

I – as matérias legislativas originárias da Audiência Pública;

II – os temas debatidos;

III – lista de presença;

IV- considerações encaminhadas à Secretaria Legislativa, conforme disposto no art. 21.

Resolução nº 1096/2020 – Folhas 4 de 5

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Parágrafo único. A ata será aprovada posteriormente em Sessão Ordinária, por maioria simples, e assinada pelos respectivos Presidentes das Comissões Permanentes organizadores e pelos Membros da Mesa Diretora.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. As opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública terão caráter consultivo, destinando-se à motivação do Legislativo e Executivo Municipal quando da tomada das decisões em face dos debates realizados.

Art. 24. O Edital de convocação da Audiência Pública e a ata serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2020.

CARISO SAVIO
GIACOMINI:528
65762904

Assinado de forma digital
por CARISO SAVIO
GIACOMINI:52865762904
Dados: 2020.06.18 09:35:15
-03'00'

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul
[assinada digitalmente]

MAICON
COELHO:042721
65917

Assinado de forma digital
por MAICON
COELHO:04272165917
Dados: 2020.06.18 11:17:05
-03'00'

MAICON COELHO

Presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente.
[assinada digitalmente]

MARCOS SAVIO
ZANELLA

Assinado de forma digital por
MARCOS SAVIO ZANELLA
Dados: 2020.06.18 11:10:32
-03'00'

MARCOS SÁVIO ZANELLA

Presidente da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Justiça, Ética, Decoro Parlamentar e Redação Final
[assinada digitalmente]

Resolução nº 1096/2020 – Folhas 5 de 5

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio Negrinho

PREFEITURA

ERRATA CONCURSO Nº 061/2020

Publicação Nº 2527886

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2020 – CONCURSO
ERRATA

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA FOI RETIFICADA A DATA DE ABERTURA E ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS do Processo Licitatório na modalidade de Concurso para SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO PROJETO E EXECUÇÃO DE DUAS ESCULTURAS PARA A PRAÇA JARDIM DO CENTRO CÍVICO DE RIO NEGRINHO/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 869956/2018 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, cujo aviso da licitação foi publicado em 18/06/2020. Onde se lê: se acha aberto até as 09:00 horas do dia 21 de Julho de 2020.

Leia-se: se acha aberto até as 09:00 horas do dia 03 de Agosto de 2020.

O Edital completo está disponível desde a primeira publicação em 18/06/2020 no link <http://rionegrinho.atende.net>. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, durante o horário de expediente ou através do fone 47-3646-3648/3646-3636.

Rio Negrinho, 18 de Junho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3344 - DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528734

AUTORIZA ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO
MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	03 - Secretaria de Administração e Recursos Humanos	
Unidade	002 - Departamento Administrativo	
Funcional Programática:	03.002.0004.0122.0003.2034	
Programa	0003 - Administração Geral	
Projeto/Atividade	2034 - Reforma e Manutenção do Prédio Administrativo	
Despesa – 69	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 2º- Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	03 - Secretaria de Administração e Recursos Humanos	
Unidade	002 - Departamento Administrativo	
Funcional Programática:	03.002.0004.0122.0003.1313	
Programa	0003 - Administração Geral	
Projeto/Atividade	1313 - Obra de Ligação Entre Prefeitura - Unc	
Despesa – 58	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Funcional Programática:	03.002.0004.0122.0003.1315	
Programa	0003 - Administração Geral	
Projeto/Atividade	1315 - Implantação do Programa de Plano de Saúde para os Servidores Públicos Municipais	
Despesa – 60	3390000000 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Funcional Programática:	03.002.0004.0122.0003.1316	
Programa	0003 - Administração Geral	
Projeto/Atividade	1316 - Implantação do Programa de Formação Continuada para os Servidores Públicos Municipais	
Despesa – 61	3390000000 - Aplicações diretas	R\$ 5.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 09 de junho de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

SAMAE - RIO NEGRINHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020

Publicação Nº 2528319

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2020

LICITAÇÃO PARA SERVIÇOS DE TELEMETRIA, TELECOMANDO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LOCAL E REMOTA EXISTENTES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E ANEXOS.

O SAMAE DE RIO NEGRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO PRESENCIAL, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 1.873 de 18/12/2019, conforme condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520/2002, ao Decreto nº 3.555/2000, a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 8733/2005 e, subsidiariamente, aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Os envelopes deverão ser protocolados e entregues no setor de protocolo do SAMAE de Rio Negrinho, localizado a Rua Travessa Theodoro Junctun, nº 124, Centro, até as 08:55 horas do dia 01/07/2020.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: As propostas serão abertas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio às 09:00 horas do dia 01/07/2020.

INICIO DA DISPUTA DAS PROPOSTAS CLASSIFICADAS: o credenciamento dos representantes e em seguida o início da disputa dos preços se darão a partir das 09:00 horas do dia 01/07/2020, na sala de reuniões do SAMAE de Rio Negrinho.

LICITANTES NÃO CREDENCIADOS: Caso a proponente não tenha interesse em dar lances ou se fazer presente na sessão, poderá participar da licitação protocolando os envelopes no prazo supracitado, ficando apenas excluído da fase de lances e do direito da manifestação de recurso.

O Edital em inteiro teor está publicado no site samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes.

Rio Negrinho-SC, 18 de junho de 2020.

GILSON JOSÉ RECKZIEGEL

Diretor Geral

Saltinho

PREFEITURA

CONTRATO 019/2020

Publicação Nº 2528481

Estado de Santa Catarina	
Município de Saltinho	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	019/2020
Contratado	R D S CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ	20.435.201/0001-29
Endereço	Estrada São José BR 282, nº 0, Interior, CEP 89.865-000, no Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina
Objeto	Empreitada Global, com fornecimento de material e mão de obra para Execução de Passeios Públicos(calçadas), na Cidade de Saltinho/SC, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Orçamento elaborado pelo Departamento de Engenharia da AMERIOS.
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores
Vigência do Contrato	15/06/2020 a 31/12/2020
Valor	R\$ 96.137,89 (noventa e seis mil, cento e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos)
Assinatura: Deonir Luiz Ferronato Pelo Município e Luiz Flavio Rodrigues dos Santos pela contratada	
Saltinho, 15 de junho de 2020.	
Deonir Luiz Ferronato Prefeito Municipal	

Santa Cecília

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.087, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528629

LEI MUNICIPAL Nº 2.087, DE 17 DE JUNHO DE 2020

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Cecília a abertura de Crédito Adicional no valor de R\$ 58.222,95 (Cinqüenta e oito mil duzentos e vinte dois e noventa e cinco centavos) para o superávit financeiro exercício de 2020 com os recursos e detalhamentos especificados abaixo:

Órgão - 08- Secretaria de Assistência Social

Órgão - 08.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/Ativ 2.028- Manutenção dos Serviços Sócio Assistenciais

Funcional: 08.244.0006.2.029

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.610127.(Benefícios Eventuais) R\$ 19.897,95

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.350035.(COVID EPI-Acolhimento.) R\$ 38.325,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste projeto de lei, será utilizado o Superávit Financeiro do exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 17 de Junho de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 17 de Junho de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 2.088, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528657

LEI MUNICIPAL Nº 2.088, DE 17 DE JUNHO DE 2020

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cecília, e abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 263.644,70 (Duzentos e sessenta e três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos) de Superávit Financeiro do exercício de 2020 conforme especificados abaixo:

Órgão - 10- Fundo Municipal de Saúde de Santa Cecília

Proj/Ativ 2026 - Manutenção do Fundo de Saúde

Funcional: 10.301.0028.2026

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.16 COVID19 R\$ 113.644,70

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.00 EMENDA APAE R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.16 INCREMENTO SUS R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste projeto de lei, será utilizado o superávit financeiro do exercício 2020, dentro de cada fonte, conforme discriminados acima.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 17 de Junho de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 17 de Junho de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 42/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2020

Publicação N° 2528748

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 42/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2020

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 42/2020, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 22/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de baterias destinadas as máquinas e veículos da frota municipal do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 01 de julho de 2020. Abertura das propostas as 08h40min do dia 01 de julho de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 18 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2020

Publicação N° 2528239

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos***PLANO DE TRABALHO N° 01/2020****1. OBJETO**

Contratação de serviços para disponibilização de sistema digital como meio de realização de licitação, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

2. JUSTIFICATIVA

Atender a necessidade de realização de licitação em meio digital, com padronização de procedimentos, unificação de banco de dados e mais eficiência nas compras públicas, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

3. DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADE A SEREM CONTRATADOS

A demanda é definida pelas modalidades que serão utilizadas, quantidades de certames durante o exercício financeiro e pela quantidade de usuários da Administração que poderão utilizar o sistema.

As modalidades demandas são: Pregão (eletrônico e presencial), cotação eletrônica e sistema de registro de preços.

A demanda de usuários/servidores podem ser visualizadas a seguir:

SETOR	QTD. USUÁRIOS
Administração	7
Agricultura	2
Saúde	3
Educação	3
TOTAL DE USUÁRIOS	15

4. VANTAGENS PARA A ADMINISTRAÇÃO E RESULTADOS PRETENDIDOS

A vantagem para a Administração será a utilização de sistema que não exija contraprestação financeira, ou seja, não haja dispêndio financeiro por parte da Administração Pública.

O resultado a ser alcançado é o aumento da eficiência nas compras públicas, sem dispêndio financeiro para a Administração e com a satisfação de fornecedores, além da obtenção de economicidade nas contratações.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

Pretende-se com a contratação do sistema e dos serviços complementares, a customização de módulos específicos de acordo com a demanda desta Administração, no intuito de compatibilizar a estrutura existente com o sistema a ser utilizado.

A padronização dos procedimentos, de acordo com a legislação de regência, a unificação de banco de dados, a fácil interface do sistema e a segurança da informação, são pontos fundamentais que devem constar no sistema.

A eficiência nos procedimentos, a redução de custos e o aumento da competitividade nos certames são resultados pretendidos com a contratação do sistema.

5. CRITÉRIOS DE CONTROLE E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, anotando e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

O setor que participará da execução e da fiscalização será: Compras e Licitações.

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROJETO BÁSICO N° 01/2020

1. DO OBJETO

Contratação do sistema denominado WCompras, para a realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Atender a necessidade de realização de licitação em meio digital, com padronização de procedimentos, unificação de banco de dados e mais eficiência nas compras públicas e aumento da competitividade, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

A. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Atender a necessidade administrativa especificada no item anterior e atingir um maior número de fornecedores, inclusive em âmbito nacional, nos procedimentos licitatórios desta Administração.

Pretende-se com essa contratação a realização de Pregão, em todas as suas formas, além de cotação eletrônica e outras modalidades existentes no sistema WCompras.

B. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

Atender à demanda de disponibilização e manutenção de sistema de gerenciamento digital de procedimentos licitatórios, realizados por meio da rede mundial de computadores.

Como resultado da contratação, verificam-se os seguintes benefícios para a Administração:

- a) ausência de dispêndio financeiro;
- b) aumento da competitividade em suas licitações;
- c) mais celeridade e eficiência em seus procedimentos;
- d) controle de documentação e atestado de fornecedores;
- e) possibilidade de personalização de formulários;

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

- f) integração com outros sistemas porventura existentes, incluindo sistemas de Tribunais de Contas; e
- g) capacitação e cursos operacionais.

A contratação do sistema trará também os seguintes benefícios para os fornecedores:

- a) a redução de custos para garantir participação nos certames, já que não há necessidade de deslocamento ou acomodação;
- b) a ampliação do raio de atuação, podendo fazer propostas e lances em processos de qualquer lugar do Brasil;
- c) o conhecimento de todas as licitações na sua área de atuação via meio eletrônico;
- d) a pesquisa, a visualização e o *download* de editais de forma *online*; e
- e) a certificação de todos os preços praticados após abertura de propostas e fases dos processos.

C. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

A Contratação direta da empresa especializada no fornecimento e manutenção do sistema WCompras está alinhada com o Plano de Trabalho, documento integrante deste processo administrativo, com demonstrativo da demanda existente.

D. TIPAGEM DO SERVIÇO (COMUM OU NÃO) E SUA NATUREZA (SE CONTINUADO OU NÃO):

O objeto, quanto ao seu tipo, em tese, pode ser visualizado como comum, porém, a sua disponibilidade gratuita e a inviabilidade de definir objetivamente padrões de desempenho e qualidade dos benefícios indiretos resultantes do sistema, não se coaduna com a realização de licitação para contratação em tela.

A contratação direta do objeto, por meio de dispensa de licitação, é opção mais viável e vantajosa para a Administração, considerando os estudos preliminares realizados e a análise de outros sistemas disponíveis no mercado.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

O serviço tem natureza não continuada, porém, em virtude da ausência de dispêndio financeiro e de vínculo ao orçamento anual, poderá ser firmado contrato até de até 60 (sessenta) meses.

E. REFERÊNCIAS A ESTUDOS PRELIMINARES:

Para a contratação do sistema WCompras, foram analisados outros sistemas com objetivos semelhantes, tais como o sistema *e-licitações*, fornecido pelo Banco do Brasil S.A, e o sistema *comprasgovernamentais*, fornecido pelo SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados.

Observou-se que para a utilização do sistema fornecido pelo SERPRO, haverá necessidade de dispêndio financeiro, e realização de dispensa de licitação.

Para a contratação do sistema e-licitações, haverá necessidade de se firmar termo de cooperação técnica entre as partes, com necessidade de pagamento por usuário.

Em relação ao sistema WCompras, verificou-se que este, em 2015, teve mais de 57 mil fornecedores cadastrados, mais de 150 mil itens negociados, mais de 7.614 pregões realizados e um volume transacionado superior a 7 bilhões de dólares.

Observou-se, ainda, que o sistema WCompras tem mais de 19 (dezenove) anos no mercado, disponibilizando um sistema que imprime agilidade nos processos de compras públicas e potencializando negócios para fornecedores, além de trazer economia e segurança para a Administração Pública.

Sendo assim, diante das características do sistema WCompras e da demanda existente, optou-se pela sua contratação direta, por meio de dispensa de licitação em razão do valor.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos***F. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE A SER CONTRATADA:**

A demanda é definida pelas licitações a serem realizadas e pela quantidade de usuários da Administração que poderão utilizar o sistema.

As modalidades demandas são: Pregão (eletrônico e presencial), cotação eletrônica e sistema de registro de preços, não afastadas outras porventura existentes ou criadas no sistema WCompras.

A demanda de usuários/servidores podem ser visualizadas a seguir:

SETOR	USUÁRIOS
Administração	7
Agricultura	2
Saúde	3
Educação	3
TOTAL DE USUÁRIOS	15

4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Será adotado registro próprio pelo fiscal do contrato para avaliação dos serviços contratados, que observará os seguintes requisitos:

- a) disponibilidade;
- b) integração de módulos;
- c) interface gráfica;
- d) facilidade de acesso aos usuários; e
- e) tempo médio de recuperação em caso de indisponibilidade do sistema.

Não será considerado descumprimento de disponibilidade a ocorrência das seguintes situações:

- a) Interrupções programadas para manutenções preventivas e configurações (*upgrade*, correção de desvios e adequação tecnológica), de iniciativa da CONTRATADA, previamente acordadas e comunicadas à CONTRATANTE.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

- b) Incidentes que, após análise, foram descaracterizados como indisponibilidade, devidamente comprovados pela CONTRATADA.
- c) Períodos de manutenção de interesse de órgão controlador;
- d) Recusa de conexão, lentidão ou degradação de qualidade, nos casos em que as instalações do Centro de Dados da CONTRATADA estejam em perfeitas condições de disponibilidade, devidamente comprovada.
- e) Falhas ocasionadas por imperícia, imprudência, conduta negligente ou dolosa da CONTRATANTE.
- f) Problemas de infraestrutura de responsabilidade da CONTRATANTE.
- g) Motivos de calamidade pública, desastres naturais e força maior, de acordo com a conceituação prevista em regulamentação legal.

5. EXECUÇÃO DO SERVIÇO E SEU RECEBIMENTO

Descrição dos prazos e formas de execução do serviço:

- a) o prazo de início da operacionalização do sistema será aquele previsto no contrato;
- b) a descrição dos serviços, as características dos módulos, bem como a disponibilidade do sistema, são os discriminados neste Projeto Básico, no Contrato e principalmente na proposta da futura contratada;
- c) o horário de disponibilidade do WCompras será de 08:00 as 18:00 nos dias úteis. Eventualmente, com solicitação prévia da Administração, poderá o horário ser estendido, desde que registrado e de comum acordo;
- d) a manutenção nos equipamentos e no sistema poderá ser realizada, após formalização da CONTRATANTE, no horário de 19:00 as 07:00;
- e) A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, eventos de parada programada que impactem na disponibilidade do serviço contratado. O CONTRATANTE deverá autorizar formalmente a parada, com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência ao evento;
- f) os serviços serão executados via internet e no endereço da CONTRATADA, onde se encontrará o ambiente operacional do sistema.
- g) as especificidades do sistema deverão ser apresentadas por meio de treinamento;

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

h) caberá ao representante da administração, devidamente designado, receber o sistema, incumbindo-lhe a conferência, em atendimento às normas administrativas aplicáveis;

i) o recebimento formal do sistema, tido como a sua disponibilidade e operacionalidade, está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o gerenciador (preposta da contratada) a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no contrato a ser celebrado entre as partes;

j) o objeto do contrato deve atender às especificações constantes do contrato e deste PB, com a observância das seguintes prescrições: ser iniciado no prazo previsto em contrato; estar em perfeitas condições de uso; apresentar boa qualidade exigida ou superior nas especificações, estar pronto para ser utilizado, a partir da data da entrega do objeto (disponibilização) e o aceite do representante responsável pelo acompanhamento da execução do objeto, que deverá ser registrado;

k) o recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade do serviço prestado, sob pena de rescisão do contrato, após prévia comunicação, nos termos do contrato;

l) o objeto será rejeitado quando não atender às condições oferecidas no sistema pelo CONTRATADO;

m) havendo vícios ou incompatibilidades no serviço, a CONTRATADA deverá corrigi-los, no prazo previsto no contrato, sob pena de rescisão do contrato, na forma do contrato;

n) somente admitir-se-á a prorrogação do prazo para a execução quando verificada a ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação expressa da CONTRATADA.

o) o sistema poderá ser rejeitado quando não apresentar conformidade com as especificações técnicas;

p) para o objeto em tela, não haverá o procedimento de recebimento provisório, afinal o recebimento do serviço impõe que sua prestação e seu recebimento sejam imediatos;

q) a prestação do serviço será executada de modo que se atenda plenamente as necessidades expostas na letra F do item 3, que prevê a relação entre a demanda e a quantidade a ser contratada.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

6. DA VISTORIA

Não haverá necessidade de vistoria antes da disponibilização do sistema, porém a eventual necessidade de instalação do sistema e de manutenção *in loco* poderá ser realizada pela CONTRATADA, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE.

Só poderão acessar as dependências da CONTRATANTE funcionário da CONTRATADA previamente autorizado e identificado.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

- a) receber o objeto no prazo e condições preestabelecidas neste PB;
- b) comunicar à CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços contratados, bem como, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, diligenciando a para que as mesmas sejam plenamente reparadas ou corrigidas;
- c) permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE para o cumprimento das rotinas de instalação e manutenção que visem a continuidade da prestação do serviço, desde que tenham sido credenciados pela CONTRATANTE e exclusivamente para atender o objeto deste PB;
- d) acompanhar e fiscalizar os serviços, objeto deste PB, por meio de representante designado para esse fim, realizando todos os registros que achar necessário;
- e) proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas neste PB e no contrato;
- f) notificar, por escrito, à CONTRATADA eventuais ocorrências, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa antes de rescisão do contrato;
- g) responder pelas consequências de suas ações ou omissões;
- h) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- i) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) atender ao pedido de informações, mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, efetuadas por pessoas ou entidades por ela credenciada, relacionada com o desenvolvimento dos serviços contratados;

b) processar diariamente o sistema, com todo suporte necessários a sua operação e ao armazenamento de seus dados, viabilizando consultas e atualizações pelos usuários;

c) disponibilizar acesso lógico das estações de trabalho de seus usuários ao banco de dados do sistema;

d) tomar todas as providências necessárias à fiel execução deste Instrumento responsabilizando-se pelo pagamento de tributos e despesas inerentes aos insumos necessários à prestação dos serviços;

e) responsabilizar-se pela garantia dos serviços objeto deste PB, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1.990;

f) assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio da CONTRATANTE por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, mesmo que fora do exercício de atribuições previstas no contrato;

g) responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

h) manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições firmadas em sua proposta inicial;

i) executar o objeto contratado em conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste PB;

j) submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal indispensáveis à perfeita execução do Sistema;

k) assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos e demais encargos inerentes ao objeto deste PB;

l) A CONTRATADA poderá cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002;

m) não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculadas à contratação;

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

- n) sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a verificação e certificação das especificações técnicas exigidas, prestando todos os esclarecimentos solicitados e, atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer;
- o) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, por intermédio do fiscal designado para acompanhamento do contrato;
- p) levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal do Contrato, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- q) entregar, no prazo previsto no contrato o sistema pronto para operar;
- r) manter em dia suas obrigações, legais, fiscais sobre o serviço e sociais para com o pessoal envolvido no presente serviço, sob sua responsabilidade;
- s) a CONTRATADA será responsável por todas as despesas com atualização e melhoria do sistema, bem como por todo serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto do presente contrato;
- t) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- u) indicar preposto para representá-la durante a vigência contratual.
- v) sujeitar-se à fiscalização do Fiscal do Contrato quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei nº 8.666, no que couber.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

14.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto na Lei nº 8.666/1993.

14.3 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato e anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste PB.

14.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

14.6 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar a perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para as providências cabíveis.

14.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará apenas as sanções administrativas previstas neste Projeto Básico e no contrato, nos termos do art. 62, §3º, da Lei nº 8.666/1993.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

15.1 A CONTRATADA comete infração administrativa nos casos de inexecução total ou parcial dos serviços.

15.2 A Contratada ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no caso de descumprimento contratual, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE; e

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
Departamento de Compras, Licitações e Contratos

b) multa por faltas graves, assim entendidas aquelas que acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE, no limite do prejuízo, a ser apurado em processo administrativo próprio.

15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste PB e no contrato, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

15.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. O contrato só poderá ser rescindido pelas partes, com comunicação prévia de 60 (sessenta) dias, ou em prazo inferior de comum acordo entre as partes.

Santa Helena, 18 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos***PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2020
TERMO DE DISPENSA N° 08/2020****JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****I – REFERÊNCIA****1 – CONTRATANTE**

O MUNICIPIO DE SANTA HELENA, estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 80.912.140/0001-75, com sede na Rua Dom Feliciano nº 746, centro, na cidade de Santa Helena – SC, CEP: 89915-000.

2 – CONTRATADA

ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30, com endereço à Tr Sia Trecho 17 Rua 20 Lote 90 Sala, 201 - 2 Pavimento Zona Industrial, CEP: 71.200-256 - Brasília/DF.

3 – OBJETO

Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

4 – PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO:

- a) o prazo de início da operacionalização do sistema será aquele previsto no contrato e na proposta da contratada;
- b) a descrição dos serviços, as características dos módulos, bem como a disponibilidade do sistema, são os discriminados nos documentos integrantes deste termo;
- c) o horário de disponibilidade do WCompras será de 08:00 as 18:00 nos dias úteis. Eventualmente, com solicitação prévia da Administração, poderá o horário ser estendido, desde que registrado e de comum acordo;

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

d) a manutenção nos equipamentos e no sistema poderá ser realizada, após formalização da CONTRATANTE, no horário de 19:00 as 07:00;

e) A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, eventos de parada programada que impactem na disponibilidade do serviço contratado. O CONTRATANTE deverá autorizar formalmente a parada, com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência ao evento;

f) os serviços serão executados via internet e no endereço da CONTRATADA, onde se encontrará o ambiente operacional do sistema.

g) as especificidades do sistema deverão ser apresentadas por meio de treinamento, de acordo com a proposta e com posterior relatório a ser elaborado pelo fiscal do contrato e anexado neste processo.

5 – DO PREÇO

O serviço será executado de forma gratuita para a Administração, não afastada a possibilidade da CONTRATADA cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

6 - DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará pelo prazo de 60 meses, a contar da data de assinatura, não podendo ser prorrogado.

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não haverá dispêndio financeiro.

II – AMPARO LEGAL

Artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

III – DOCUMENTOS INTEGRANTES

a) Plano de Trabalho nº 01/2020;

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
Departamento de Compras, Licitações e Contratos

- b) Projeto Básico nº 01/2020; e
- c) Proposta da Contratada nº 01/2020.

IV – JUSTIFICATIVA

A contratação visa atender a demanda de disponibilização e manutenção de sistema de gerenciamento digital de procedimentos licitatórios, realizados por meio da rede mundial de computadores.

A demanda inicial desta Administração é na realização de Pregão, em todas as suas formas, não excluídas outras modalidades a serem oferecidas ou criadas no sistema WCompras.

Como resultado da contratação, verificam-se os seguintes benefícios para a Administração:

- ausência de dispêndio financeiro;
- aumento da competitividade em suas licitações;
- mais celeridade e eficiência em seus procedimentos;
- controle de documentação e atestado de fornecedores;
- possibilidade de personalização de formulários;
- integração com outros sistemas porventura existentes, incluindo sistemas de Tribunais de Contas; e capacitação e cursos operacionais.

A contratação do sistema trará também os seguintes benefícios para os fornecedores:

- a redução de custos para garantir participação nos certames, já que não há necessidade de deslocamento ou acomodação;
- a ampliação do raio de atuação, podendo fazer propostas e lances em processos de qualquer lugar do Brasil;
- o conhecimento de todas as licitações na sua área de atuação via meio eletrônico;
- a pesquisa, a visualização e o download de editais de forma online; e

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

a certificação de todos os preços praticados após abertura de propostas e fases dos processos.

No vertente caso, não haverá dispêndio financeiro por parte da Administração, o que, objetivamente, se enquadra na hipótese legal do art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos na Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Assim, considerando a possibilidade de contratação direta em razão do valor, tendo em vista estar no limite preconizado no inc. II, é possível a contratação por meio de dispensa de licitação, com observância dos requisitos previstos na Lei nº 8.666/1993.

V – RESOLUÇÃO

Presentes os pressupostos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, resolvo considerar **DISPENSÁVEL** a licitação para a contratação dos serviços que constituem o objeto do presente Termo, e encaminhar o processo para a deliberação da autoridade superior para, considerando que nada obste, ratifique-o.

Santa Helena 18 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

RATIFICAÇÃO:

Nos exatos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, ratifico a dispensa de licitação para a contratação do objeto do Termo de Dispensa nº 08/2020.

Santa Helena, 18 de junho de 2020

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/2020, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DA E A EMPRESA**

O **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua, na cidade de, CEP, inscrito no CNPJ nº, neste ato representado pelo, Senhor, inscrito no CPF nº, portador da Carteira de Identidade nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº, com endereço à, CEP: -, neste ato representado pelo Senhor, portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, têm entre si o presente **CONTRATO**, celebrado com o amparo da Lei n.º 8.666/93 e em decorrência da Dispensa de Licitação nº XXX/2020, com base no Inciso II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

1.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Conforme Termo de Referência em Anexo a este contrato

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 - Os serviços que compõem o objeto deste contrato poderão ser alterados em função de motivação da CONTRATANTE por meio de redimensionamento mediante celebração de Termo Aditivo. As alterações poderão ser:

2.1.1. Quantitativas – Quando houver mudança nos volumes contratados.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
Departamento de Compras, Licitações e Contratos

2.1.2. Qualitativas – Quando houver mudança nas especificações dos serviços contratados, desde que não haja descaracterização destes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Integram este contrato, como se transcrito, naquilo em que não contrariar o presente instrumento, o Plano de Trabalho nº/2020 e o Projeto Básico nº .../2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO

4.1. Este contrato é celebrado por Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, e autorizado por ato administrativo exarado nos autos do processo administrativo nº/2020 da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. A execução deste contrato terá como base a quantidade de usuários da Administração, sem dispêndio financeiro por parte desta.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Receber o objeto no prazo e condições preestabelecidas na proposta da CONTRATADA;

6.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços contratados, bem como, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, diligenciando a para que as mesmas sejam plenamente reparadas ou corrigidas;

6.3. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE para o cumprimento das rotinas de instalação e manutenção que visem a continuidade da prestação do serviço, desde que tenham sido credenciados pela CONTRATANTE e exclusivamente para atender o objeto contrato;

6.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, objeto deste contrato, por meio de representante designado para esse fim, realizando todos os registros que achar necessário;

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

6.5. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;

6.6. Notificar, por escrito, à CONTRATADA eventuais ocorrências, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da aplicação de sanção administrativa ou rescisão do contrato;

6.7. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões;

6.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Atender ao pedido de informações, mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, efetuadas por pessoas ou entidades por ela credenciada, relacionada com o desenvolvimento dos serviços contratados;

7.2. Processar diariamente o sistema, com todo suporte necessários a sua operação e ao armazenamento de seus dados, viabilizando consultas e atualizações pelos usuários;

7.3. Disponibilizar acesso lógico das estações de trabalho de seus usuários ao banco de dados do sistema;

7.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução deste Instrumento responsabilizando-se pelo pagamento de tributos e despesas inerentes aos insumos necessários à prestação dos serviços;

7.5. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços objeto deste contrato, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990;

7.6. Assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio da CONTRATANTE por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, mesmo que fora do exercício de atribuições previstas no contrato;

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

7.7. Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

7.8. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições firmadas em sua proposta inicial;

7.9. Executar o objeto contratado em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta;

7.10. Submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal indispensáveis à perfeita execução do Sistema;

7.11. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos e demais encargos inerentes ao objeto deste contrato;

7.12. Cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

7.13. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculadas à contratação;

7.14. Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a verificação e certificação das especificações técnicas exigidas, prestando todos os esclarecimentos solicitados e, atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer;

7.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, por intermédio do fiscal designado para acompanhamento do contrato;

7.16. Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal do Contrato, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

7.17. Entregar, no prazo previsto na proposta o sistema pronto para operar;

7.18. Manter em dia suas obrigações, legais, fiscais sobre o serviço e sociais para com o pessoal envolvido no presente serviço, sob sua responsabilidade;

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

7.19. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas com atualização e melhoria do sistema, bem como por todo serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto do presente contrato;

7.20. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.21. Indicar preposto para representá-la durante a vigência contratual.

7.22. Sujeitar-se à fiscalização do Fiscal do Contrato quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

CLÁUSULA OITAVA – DO REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO

8.1. Conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE designará formalmente representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato e assegurar o perfeito cumprimento do contrato, além de intermediar as tratativas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante designado serão imediatamente repassadas aos seus superiores para a adoção das medidas que couberem.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Em caso de cancelamento ou suspensão dos serviços, no todo ou em parte, por iniciativa das partes, estes serão considerados parcialmente entregues e caberá a notificação formal com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

10.1. Os níveis de serviço deverão ser acompanhados e registrados pelo fiscal do contrato em instrumento próprio, que servirá de avaliação do serviço para a manutenção do contrato ou no caso de instrução de processo administrativo de rescisão ou de sanção administrativa.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos***CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO AUTORAL**

11.1. A propriedade intelectual e titularidade de direito autoral correlato ao sistema WCompras se darão conforme descrito a seguir:

11.2. A solução de tecnologia da informação desenvolvida pela CONTRATADA para atendimento deste contrato é de propriedade intelectual da CONTRATADA, assim como seus direitos autorais;

11.3. Os programas de computador ou soluções em tecnologia da informação desenvolvidos pela CONTRATADA a partir de necessidades identificadas pela empresa, e que venham a ser utilizados como ferramenta de apoio ou estrutura de trabalho aos sistemas relacionados com os serviços contratados, sem que sua idealização decorra do disposto nos requisitos do sistema formulados pela CONTRATANTE, desde que sejam dispensáveis para o correto funcionamento e manutenção do sistema e afastada qualquer possibilidade de dependência na gestão e operação do sistema, constituirão propriedade da CONTRATADA;

11.4. De modo semelhante, os programas de computador ou soluções em tecnologia da informação idealizadas e desenvolvidas pela CONTRATADA, anterior ou posterior ao contrato, sem vinculação com os serviços contratados, poderão, a qualquer tempo e mediante requisição formal do CONTRATANTE, serem utilizados na prestação dos serviços, sempre que possam vir a agregar funcionalidades ao objeto principal do contrato, mediante termo de cessão de direito de uso, sem que ocorra qualquer alteração da titularidade original, que prevalecerá como sendo da CONTRATADA;

11.5. A CONTRATADA deve se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados e informações dos sistemas dos clientes mantidas sob sua guarda, salvo se expressamente autorizado pelo CONTRATANTE;

11.6. A internalização de soluções não desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser precedida de apresentação de meios comprobatórios de direito e propriedade das soluções, códigos-fonte, etc., devendo ser anexados na documentação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

12.1. A CONTRATADA garante o sigilo e a segurança das informações no âmbito de sua operação dentro dos limites aos quais se restringem os serviços que compõem o objeto deste contrato.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
Departamento de Compras, Licitações e Contratos

12.2. A CONTRATADA somente fará uso de informações obtidas da CONTRATANTE para finalidades não previstas neste contrato se previamente autorizada de forma expressa pela CONTRATANTE.

12.3. A CONTRATANTE é responsável pela destinação que der as informações fornecidas por meio da execução do objeto deste contrato.

12.4. Este termo contratual, sua respectiva proposta comercial, bem como eventuais aditamentos poderão ser objeto de posterior análise de outros entes da Administração para parâmetro em processos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços que compõem o objeto deste contrato serão realizados via internet.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GRATUIDADE DO SISTEMA

14.1. Para a execução deste contrato não serão dispendidos recursos financeiros por parte da CONTRATANTE.

14.2. A CONTRATADA poderá cobrar pelos custos da utilização do sistema dos fornecedores interessados e cadastrados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, observado o que se segue:

15.1.1. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do seu prazo de vigência, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

15.1.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

15.1.3. A existência da fiscalização do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados; e

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

15.1.4. A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto que venha causar embaraço a fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 A CONTRATADA comete infração administrativa nos casos de inexecução total ou parcial dos serviços, de acordo com a sua proposta.

16.2 A CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no caso de descumprimento contratual, às seguintes sanções:

a) **advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE; e

b) **multa** por faltas graves, assim entendidas aquelas que acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE, no limite do prejuízo, a ser apurado em processo administrativo próprio.

16.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste contrato, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

16.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.5. O contrato só poderá ser rescindido pelas partes, com comunicação prévia de 60 (sessenta) dias, ou em prazo inferior de comum acordo entre as partes, sem aplicação de sanção administrativa no caso de cumprimento do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

17.1. O presente contrato vigorará a partir da sua data de assinatura, pelo período de (.....) meses, não podendo ser prorrogado.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos***CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Descanso- SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, caberá a CONTRATANTE providenciar, a sua conta, a publicação resumida deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos na imprensa oficial.

19.2. E, para firmeza e como prova da realização de negócio jurídico bilateral, as partes contratantes e testemunhas assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, depois de lido e aceito, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Santa Helena, 18 de junho de 2020.

MUNICIPIO DE

CNPJ/MF nº.....

NOME.....CARGO.....

ORDENADOR DE DESPESA - CPF Nº.....

CONTRATANTE

EMPRESA.....

NOME.....CARGO.....

CPF Nº.....

CONTRATADA

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos***TESTEMUNHAS:**

NOME:.....

CPF:.....

NOME:.....

CPF:.....

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC
SOLICITAÇÃO DE CADASTRO DO ADMINISTRADOR NO PORTALCP

Solicitamos através desta, o cadastro da Prefeitura e seu administrador do PORTALCP.

DADOS DA PREFEITURA

Nome da Prefeitura: Município de Santa Helena – SC / Prefeitura

CNPJ: 80.912.140/0001-75

Endereço: Rua Dom Feliciano n. 476.

Bairro: centro CEP: 89.915-000

Telefone: (49) 3633-0009 Ramal: 201

E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br

UF: SC Município: Santa Helena - SC

Unidade Compradora: Secretaria da Administração

DADOS DO ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Nome completo: JULIANO GEREMIA

CPF: 028.054.179-17 RG: 3.855.202

Data de Nascimento: 28/08/1981 Matrícula: 691

Telefone: (49) 3633-0009 Ramal: 5

E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br

Nome de usuário (identificador de acesso): JULIANO GEREMIA

Anexar cópia do CPF e RG do novo Administrador.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 13/2020 FMS

Publicação Nº 2527889

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS DE 07 (SETE) LUGARES PARA TRANSPORTE DE PACIENTES.

Data, Horário e Local de Abertura: 02 de julho de 2020, às 08:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 18 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DA DISPENSA 04/2020

Publicação Nº 2527895

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE RECAPE DE PNEUS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

VENCEDOR: R.L. VANDRESEN & CIA LTDA

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 11.360,00

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16 de junho de 2020.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE RECAPE DE PNEUS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: R.L. VANDRESEN & CIA LTDA.

CNPJ/MF: 28.895.839/0001-54.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.360,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 19/2020

Publicação Nº 2527896

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, DE EXPEDIENTE E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA.

VENCEDOR: LEONIDES WIEMES DIRCKSEN E CIA LTDA, EONIX COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, JONAS

SCHUTZ e JUNCKES DISTRIBUIDORA
VALOR HOMOLOGADO: R\$ 60.050,50.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16 de junho de 2020.
Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, DE EXPEDIENTE E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.
CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.
EMPRESA CONTRATADA: LEONIDES WIEMES DIRCKESEN E CIA LTDA.
CNPJ/MF: 80.120.389/00001-48.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.634,00
VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.
ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.
Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, DE EXPEDIENTE E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.
CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.
EMPRESA CONTRATADA: EONIX COMERCIAL EIRELI.
CNPJ/MF: 05.937.672/00001-41.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.542,20
VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.
ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.
Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, DE EXPEDIENTE E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.
CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.
EMPRESA CONTRATADA: MS COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.
CNPJ/MF: 07.902.973/0001-65.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.042,90
VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.
ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.
Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, DE EXPEDIENTE E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.
CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.
EMPRESA CONTRATADA: JONAS SCHUTZ
CNPJ/MF: 31.551.960/0001-73.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.548,90
VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.
ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.
Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, DE EXPEDIENTE E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS

ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: JUNCKES DISTRIBUIDORA.

CNPJ/MF: 31.551.960/0001-73 .

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.282,50

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 20/2020

Publicação Nº 2527897

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

VENCEDOR: MARIALVA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME E CIA LTDA, EONIX COMERCIAL EIREL, MS COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, JONAS SCHUTZ e JUNCKES DISTRIBUIDORA

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 43.409,90.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16 de junho de 2020.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: MARIALVA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ/MF: 17.247.077/0001-63.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.238,20

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: EONIX COMERCIAL EIRELI.

CNPJ/MF: 05.937.672/00001-41.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.697,88

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: MS COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

CNPJ/MF: 07.902.973/0001-65.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.502,35

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 33/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: JONAS SCHUTZ

CNPJ/MF: 31.551.960/0001-73.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.474,22

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 34/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: JUNCKES DISTRIBUIDORA.

CNPJ/MF: 31.551.960/0001-73 .

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.197,25

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 16 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 21/2020

Publicação N° 2527898

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 25/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA DE MAQUINAS EM GERAL. CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES, PARA AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2020.

VENCEDOR: VANDERLEI RODRIGUES ME E MECÂNICA SOUZA LTDA

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 19.000,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 18 de junho de 2020.

Santa Rosa de Lima, em 18 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 36/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA DE MAQUINAS EM GERAL. CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES, PARA AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: VANDERLEI RODRIGUES ME

CNPJ/MF: 13.923.301/00001-39.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 19.000,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de

dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 18 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 43/2020 PL 53/2020 PP 33/2020

Publicação Nº 2528153

EXTRATO DE CONTRATO 43/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Processo Licitatório 53/2020

Pregão Presencial 33/2020.

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Contratado: LEANDRO KOROCH.

CNPJ: 184.901.53/0001-20.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE MONITORAMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL, EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO, ARMANEJAMENTO E TRANSMISSÃO DO CONTEÚDO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Assinatura: 16 de junho de 2020.

Vigência: 16/06/2020 até 31/12/2020.

Valor total: R\$ 123.350,00 (cento e vinte e três mil trezentos e cinquenta reais).

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL N 132/2020

Publicação Nº 2528615

PORTARIA Nº 132/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora TATIANE BOASTIK, Matrícula 13100/01, conforme o Atestado Médico no período de 08 de junho de 2020 á 14 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de junho de 2020.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de junho de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N 133/2020

Publicação Nº 2528616

PORTARIA Nº 133/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora ANGELICA APARECIDA GARMATZ DOS SANTOS, Matrícula 13100/01, conforme o Atestado Médico no período de 08 de junho de 2020 á 12 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de junho de 2020.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de junho de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N 134/2020

Publicação Nº 2528620

PORTARIA Nº 134/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor ADELMIR KRAUSE, Matrícula 1660/01, conforme o Atestado Médico no período de 08 de junho de 2020 á 11 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de junho de 2020.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N 135/2020

Publicação Nº 2528621

PORTARIA Nº 135/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora DAIARA MACAGNAN, Matrícula 13145/01, conforme o Atestado Médico no período de 15 de junho de 2020 á 19 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N 136/2020

Publicação Nº 2528623

PORTARIA Nº 136/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Decreto 081/2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (COVID19);

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias a servidora pública municipal senhora MARIA LENI DOS SANTOS, matrícula 5169/01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS. Período aquisitivo de 17/02/2019 á 16/02/2020, período de gozo de férias de 16/06/2020 á 30/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL N 137/2020

Publicação N° 2528624

PORTARIA N° 137/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor FERNANDO VOMMER, Matrícula 13075/03, conforme o Atestado Médico no período de 16 de junho de 2020 á 21 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N 138/2020

Publicação N° 2528626

PORTARIA N° 138/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora MIRIAN DOS SANTOS, Matrícula 13043/01, conforme o Atestado Médico no período de 16 de junho de 2020 á 29 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N 139/2020

Publicação N° 2528627

PORTARIA N° 139/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora TATIANE BOASTIK, Matrícula 13100/01, conforme o Atestado Médico no período de 15 de junho de 2020 á 19 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N 140/2020

Publicação N° 2528628

PORTARIA N° 140/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor EMERSON CARLOS WESCHENFELDER, Matrícula 3719/03, conforme o Atestado Médico no período de 16 de junho de 2020 á 20 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO N° 24/2020

Publicação N° 2528833

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020

Tipo: Menor Preço

Objeto: Aquisição de um caminhão coletor compactador de lixo, conforme especificações constantes do Anexo I e II, parte integrante deste edital.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 14:00 h do dia 02 de Julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min, ou pelo site www.santoamaro.sc.gov.br

Santo Amaro da Imperatriz, em 18 de junho de 2020.

Edésio Justen

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2020

Publicação Nº 2527909

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE AVALIAÇÕES MERCADOLÓGICAS PTAM DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO, CONFORME DETERMINA A NBR 14653 NO MÉTODO COMPARATIVO DIRETO DE DADOS DO MERCADO, E DEMAIS LEGISLAÇÕES QUE EXIGEM AVALIADOR MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 02/07/2020

Início da sessão: dia 02/07/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (47) 3631-6170.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2020.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo e Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS

Secretária de Finanças

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MARCIO BROSOWSKY

Diretor Presidente da Fundação Cultural

DANIELE CELESKI WOJAKIEVICZ

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2020

Publicação Nº 2528202

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

OBJETO: REQUER LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REPARO E REFORÇO ESTRUTURAL PARA AS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS DENISE CHRISTIANE HARMS, CORONEL OSNY VASCONCELLOS E MARIA WALTRUDES VASCONCELLOS KRUGER, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 08/07/2020

Início da sessão: dia 08/07/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316125.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2020.

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

PREGOEIRA MUNICIPAL

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
Secretária de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2020

Publicação Nº 2528205

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE UNIFORMES PROFISSIONAIS PARA SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA. PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 09/07/2020

Início da sessão: dia 09/07/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316125.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2020.

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
PREGOEIRA MUNICIPAL

MARCELO HUBEL
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 98/2020

Publicação Nº 2527973

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 98/2020

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Educação, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/1994 e Lei 9.648 de 27/05/1998, que receberá até às 08:30 horas do dia 07 de julho 2020, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA REFORMA PARCIAL E PINTURA DO CEIM PEQUENOS PASSOS, SITUADO À RUA JOÃO MUNTOWSKI, Nº 100, BAIRRO COLONIAL, INSTALAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA NA EBM DALMIR PEDRO CUBAS, SITUADA A RUA CARLOS RUECKL, Nº 96, BAIRRO SERRA ALTA, E TROCA DE TELHADO, AMPLIAÇÃO E PINTURA DO CEIM RAIÃO DE SOL, SITUADO À RUA AFONSO SPITZNER Nº 130, BAIRRO LENÇOL, SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS ANEXOS.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.atende.net, e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min. e das 13:00 às 16h:00min.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2020.

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
Secretária de Educação

PORTARIAS SECAD 0213 A 0223

Publicação Nº 2527449

PORTARIA/SECAD Nº 0213, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Concede a ANGELA CRISTINE APOLINARIO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Procuradoria, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 12/05/2020 a 31/05/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0214, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Concede a MALENA CORREA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 26/05/2020 a 21/06/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0215, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Concede a JONAS RENATO KIESKI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 25/05/2020 a 08/07/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0216, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação a JURACI FELICIANO PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período 30/05/2020 a 30/07/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0217, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Concede prorrogação a TATIANE BERTI, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 02/06/2020 a 21/06/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0218, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação a JURACI WOSSGRAU ERZINGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período 01/06/2020 a 30/06/2020..

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0219, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Concede a ANDREIA BATTISTELLA ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 26/05/2020 a 21/06/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0220, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Concede a SANDRA PETERS, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 22/05/2020 a 31/08/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0221, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Concede a CARLA EMANUELE SCHROEDER, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 26/05/2020 a 21/06/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0222, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Concede a MARIA ELENICE DA SILVA DOS ANJOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 22/05/2020 a 21/06/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0223, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Concede a JOCELI DE JESUS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença. Benefício concedido por ofício- Motivo: Decreto nº 1710, de 17 de março de 2020, medidas de combate à pandemia do CONVID-19.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 03/06/2020 a 21/06/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**ATA CHAMADA 1 DE 2020 PARTE 2**

Publicação Nº 2527549

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

ATA DE ABERTURA E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Objeto: habilitar periódicos impressos, serviços de radiodifusão e portais eletrônicos, para veiculação de mídias fornecidas pela Câmara Municipal de São Bento do Sul/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, educativas e de conscientização, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal.

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se na sala da Presidência da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul os membros da Comissão de Licitações designados pela Portaria nº 005, de dois de março de dois mil e vinte para abertura dos envelopes protocolados e análise dos documentos conforme o item 6 (Documentação exigida no ato da inscrição), do Edital de Chamada Pública nº 001/2020 pelas seguintes empresas:

EMPRESA	PROTOCOLO	SERVIÇO SOLICITADO - ITEM
Rádio São Bento Ltda. ME	08/06/2020	4
SBS Online	08/06/2020	5
São Bento Comunicação e Marketing Ltda. ME	08/06/2020	5

A comissão analisou todos os documentos das empresas em conformidade com as exigências do Edital de Chamada Pública nº 001/2020 e considerou apenas a empresa Rádio São Bento Ltda. ME habilitada a firmar o Termo de Contrato de Credenciamento com a Câmara de Vereadores de São Bento do Sul nas condições previstas no edital em questão. Considerou as empresas SBS Online e São Bento Comunicação e Marketing Ltda. ME inabilitadas devido a ausência do Certificado de condição de MEI e da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou de Falência e Concordata e a Certidão Negativa de Débitos Municipal respectivamente. Foi aberto o prazo de dois dias úteis para a interposição de recursos pelos interessados. Permanece aberto até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, ou até que o Edital seja revogado, o prazo para o credenciamento de outras empresas, ficando estipulado o prazo de cinco dias úteis após o recebimento dos envelopes para a realização de reunião para análise dos documentos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente determinou a confecção da presente ata e a publicação da mesma, e declarou encerrada a sessão.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2020.

TEODOMIRO KRZEZINSKI
Presidente

MARCOS WEISS
Membro

SIMONE TERESINHA ROBERTI BAUM
Membro

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 007/2020.

Publicação Nº 2527461

PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 007/2020. DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 007/2019, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Jair Miranda ME. Considerando o término da vigência do contrato em 28 de junho de 2020, que tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza interna e externa no veículo oficial da Câmara Municipal (GM/ZAFIRA), se faz necessária a prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecerão inalteradas. DO PRAZO: 29 de junho de 2020 a 28 de junho de 2021. DO VALOR: R\$ 453,48 (quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos), para o período. São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

JAIR MIRANDA – pela Empresa Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 008/2020.

Publicação Nº 2527464

PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 008/2020. DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2019, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Unifique Telecomunicações S.A. O referido instrumento dispõe sobre a ampliação da melhoria dos serviços, alterando a configuração atual do link de internet de 10MBPS para 40MBPS e, alteração da razão social da contratada. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecerão inalteradas. São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

FABIANO BUSNARDO – pela Empresa Contratada

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 35/2020**

Publicação Nº 2528380

Pregão Presencial nº 35/2020
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 35/2020
MENOR PREÇO GLOBAL.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 02 de julho de 2020, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: aquisição de painéis, programação de troca, retirada dos painéis antigos, instalação dos painéis novos, instalação e adequação da infraestrutura até os motores, troca dos terminais dos cabos existentes, ligação dos cabos de entrada e saída dos novos painéis. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 18 de junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO Nº 163/2020

Publicação Nº 2527882

DECRETO Nº 163/2020 DE 16/06/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso II do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso I da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Assistência Social Geral

AÇÃO ==> Manutenção da Assistência Social

VALOR ==> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais

AÇÃO ==> Manutenção da Infraestrutura

VALOR ==> R\$ 142.421,98 (cento e quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos)

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO ==> Manutenção do Planejamento Urbano

VALOR ==> R\$101.578,02 (cento e um mil quinhentos e setenta e oito reais e dois centavos)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Assistência Social Geral

AÇÃO ==> Manutenção da Assistência Social

VALOR ==> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais

AÇÃO ==> Manutenção da Infraestrutura

VALOR ==> R\$ 142.421,98 (cento e quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos)

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO ==> Manutenção do Planejamento Urbano

VALOR ==> R\$101.578,02 (cento e um mil quinhentos e setenta e oito reais e dois centavos)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 06.00 – Secretaria do Desenvolvimento Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.01 – FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

08.000.0000.0.000.000 – Assistência Social

08.244.0000.0.000.000 – Assistência Comunitária

08.244.0014.0.000.000 – Assistência Social Geral
 08.244.0014.2.031.000 – Manutenção da Assistência Social
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1402 - Transferência Recursos União – Lei Complementar nº 173/2020 – SUS e SUAS
 R\$ 5.000,00
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1402 - Transferência Recursos União – Lei Complementar nº 173/2020 – SUS e SUAS
 R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens

26.000.0000.0.000.000 – Transporte
 26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário
 26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais
 26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infraestrutura
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1403 - Transferência Recursos União – Lei Complementar nº 173/2020 – Recursos Sem Destinação R\$ 101.310,45
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1403- Transferência Recursos União – Lei Complementar nº 173/2020 – Recursos sem Destinação R\$ 41.111,53

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

15.000.0000.0.000.000 – Urbanismo
 15.452.0000.0.000.000 – Serviços Urbanos
 15.452.0019.0.000.000 – Vias Urbanas
 15.452.0019.2.038.000 – Manutenção do Planejamento Urbano
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1403 - Transferência Recursos União – Lei Complementar nº 173/2020 – Recursos Sem Destinação R\$ 53.000,00
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1403- Transferência Recursos União – Lei Complementar nº 173/2020 – Recursos sem Destinação R\$ 48.578,02

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 16 de Junho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
 Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N° 231/2020

Publicação N° 2528118

PORTARIA N° 231/2020 DE 18/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal, Sr. CAVECIR DA SILVA MEDEIRO, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 524/05 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 15/06/2020 a 21/06/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 18 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 068/2020

Publicação Nº 2528997

DECRETO N.º 067 DE 12 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso II da Lei Municipal n.º 1871/2019 de 11 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por SUPERAVIT FINANCEIRO no orçamento CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais), na seguinte Referência de Dotação Orçamentária;

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	03
Unidade	Departamento de Administração e Finanças	002
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Serviços da Dívida	843
Programa	OPERAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS	0
ENCARGO ESPECIAL	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	0001
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo
(187)	Aplicação Direta -4.6.90	3000 – Recursos Ordinários – SUPERAVIT
Valor Total R\$:		17.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2019, Conforme decreto 005/2019, na Destinação de Recursos DR 3000 – Recursos Ordinários – SUPERAVIT no valor de R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 12 de Junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO MUNICIPAL Nº 069/2020

Publicação Nº 2528998

DECRETO N.º 069, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso II da Lei Municipal n.º 1871/2019 de 11 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por SUPERAVIT FINANCEIRO no orçamento CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), na seguinte Referência de Dotação Orçamentária;

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde – FMS	001

Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	15
Atividade	CONTRIBUIÇÃO AO CIS- AMOSC – FMS	2.042
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo
(257)	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe– 3.3.93	3038 – Transferências do SUS - União - SUPERAVIT
Valor Total R\$:		300.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2019, Conforme decreto 005/2019, na Destinação de Recursos DR 3038 – Transferências do SUS - União - SUPERAVIT, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos milreais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 18 de Junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020 - FMS

Publicação Nº 2528633

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo. nº 012/2020 - FMS
Dispensa de Licitação nº 002/2020 - FMS

Objeto: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CIS-AMOSC PARA ADIMPLEMENTO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS , INSUMOS E CORRELATOS – FARMÁCIA BÁSICA E PSICOTRÓPICOS, ORIUNDOS DE PROCESSO LICITATÓRIO (PREGÃO ELETRÔNICO 001/2020).

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
CNPJ: 01.336.261/0001-40
Endereço: Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália
Município: Chapecó/SC

Valor do Contrato: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso XXVI da Lei n.8.666/93

Dotação: 2.042.3393.33.32.02 - 1.038- 212/2020 - CONTRIBUIÇÃO AO CIS-AMOSC - FMS;

Vigência: 31/12/2020

Sao Carlos/SC, 19 de junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2020 - FMS

Publicação N° 2528753

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo. nº 013/2020 - FMS
Inexigibilidade de Licitação nº 004/2020 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO TERAPEUTICA.

ANGELA DOS SANTOS (RESIDENCIAL ANGEL'S BOSQUE LTDA)
CNPJ: 36.635.559/0001-35
Endereço: Rua São Lazaro, 1111, Bairro Lucas Araújo
Passo Fundo – SC
CEP: 99.074-250

Valor do Contrato: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Justificativa: Fundamentada no art. 25 Caput da Lei n.8.666/93

Dotação: 2.016.3390 - 1.038 - 221/2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS – CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL)

Vigência: 31/12/2020

Sao Carlos/SC, 19 de junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

São Francisco do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 2313-20

Publicação Nº 2527972

Lei Nº 2313/2020

DENOMINA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO RETA, NESTE MUNICÍPIO.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Servidão Marlin Azul uma via situada no Bairro Reta, distante 245,00 metros da Rua Henrique João da Silva (conforme Lei nº191/1996, seguindo Rodovia SC-415, lado direito sentido Centro/Praia, contendo 85,00 metros de extensão com 3,60 metros de largura.

Parágrafo único. A denominação que versa o caput será para fins exclusivos de endereçamento postal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 17 de junho de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2314-20

Publicação Nº 2527977

Lei Nº 2314/2020

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EMISSÃO DE CERTIDÕES E PARECERES ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Torna obrigatório, quando por intermédio de requerimento, a emissão por meio eletrônico de certidões e pareceres administrativos no âmbito do Município de São Francisco do Sul - SC.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará essa Lei no prazo de 30 dias após sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 dias após a data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 17 de junho de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2315-20

Publicação Nº 2527982

Lei Nº 2315/2020

DISPÕE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS – COVID-19.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, por meio de decreto, a tomar medidas para o enfrentamento de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus – COVID19 responsável pelo surto de 2019.

Art.2º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a apresentar plano de contingência específico ao combate ao COVID-19 do âmbito do municipal.

Parágrafo Único: O Poder Executivo poderá fixar punições pelo descumprimento das regras de vigilância estipuladas em decreto, a serem fiscalizadas por intermédio dos órgãos competentes.

Art.3º O Poder Executivo Municipal apresentará contas específicas e detalhadas dos gastos públicos referente às ações de combate ao COVID-19, incluindo os recursos oriundos das emendas parlamentares.

Parágrafo único: Os gastos deverão ser disponibilizados no sítio oficial da Prefeitura, e encaminhados em cópia física ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º. O Poder Executivo implementará sistema de lavagem de mão e higienização com álcool e gel nas vias com maior concentração de pessoas.

Art. 5º O Poder Executivo disponibilizará máscaras de proteção individual às pessoas de baixa renda, conforme critérios que deverão ser objeto de regulamentação por meio de decreto.

Art. 6º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência pelo coronavírus – COVID19 responsável pelo surto de 2019.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 17 de junho de 2020.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente da Mesa Diretora

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO Nº 5/2020 (SEQUÊNCIA: 3)

Publicação Nº 2528643

PROCESSO LICITATÓRIO 013/FMS/2020 – CREDENCIAMENTO Nº 001/FMS/2020
Ata de reunião da comissão de licitação nº 5/2020 (sequência: 3)

Às 14 horas do dia 18 de junho de 2020, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de São João Batista/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.962/2020, para a sessão de abertura dos envelopes de "qualificação técnica e oferta de serviços" do processo licitatório nº 013/FMS/2020 - edital de credenciamento nº 001/FMS/2020. Presentes à sessão, as seguintes representantes: Maria Luiza Boaventura Sartorato - Labeclinica São Lucas Ltda e Amanda da Cunha - Rodrigues da Cunha Laboratório Biomédico Ltda. Dando início à sessão, o presidente solicitou aos membros da Comissão de Licitação e representantes presentes que conferissem novamente a inviolabilidade dos envelopes. Não havendo manifestações, passou à abertura dos mesmos, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, os documentos neles contidos. Aberta a palavra, não houve manifestação. Após análise, a comissão resolveu abrir diligência para complementação e/ou retificação de documentos por parte da empresa Isabel Lab Laboratórios de Análises Clínicas, no que se refere aos itens 6.4.1.1 (ofício indicando sua capacidade total de oferta e quantidade mensal de procedimentos com finalidade diagnóstica - laboratório clínico) e 6.4.2 (letras "e" e "f" - documentação do responsável técnico substituto), assim como para a empresa Laboratório de Análises Clínicas TWA Ltda no que se refere ao item 6.4.2 (letras "e" e "f" - documentação do responsável técnico substituto). O prazo para complementação e/ou retificação dos documentos é de 3 (três) dias úteis. Já a empresa Rodrigues da Cunha Laboratório Biomédico Ltda foi credenciada pela Comissão após apresentar, durante a sessão, documentação complementar referente ao item 6.4.2 (letra "h" - contrato de terceirização e o alvará sanitário do terceirizado), atendendo, desta forma, todos os requisitos previstos no edital. Assim como a Labeclinica São Lucas Ltda, que foi credenciada pela Comissão após apresentar, também durante a sessão, documentação complementar referente aos itens 6.4.2 (letras "e" e "f" - documentação do responsável técnico substituto e letra "h" - alvará sanitário do terceirizado), atendendo, desta forma, todos os requisitos previstos no edital. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão e representantes presentes.

São João Batista, 18 de junho de 2020.

Comissão Permanente de Licitação
Decreto 3.962/2020.

JUSTIFICATIVA ADMINISTRAÇÃO

Publicação Nº 2527978

São João Batista, 18 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 07.756.872/0001-23
GESTÃO PUBLICA CONSUL. ASSOCIADOS

NOTA FISCAL	VALOR
580	R\$ 6.175,00
587	R\$ 6.175,00
595	R\$ 6.175,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 18.525,00 DA EMPRESA GESTÃO PUBLICA CONSUL. ASSOCIADOS, REFERENTE A SERVIÇOS DE ASSERIA E CONSULTORIA.

CNPJ: 12.970.750/0001-75
SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
2604	R\$ 999,00
2605	R\$ 1.473,20

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 2.472,20 DA EMPRESA SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, REFERENTE A MATERIAL DE EXPEDIENTE.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Administração, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Luiz Henrique Lauritzen
Secretária Municipal de Administração

JUSTIFICATIVA AGRICULTURA

Publicação Nº 2527988

São João Batista, 18 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 17.545.116/0001-09
OFICINA MECANICA TRATEEK

NOTA FISCAL	VALOR
3339	R\$ 132,00
3337	R\$ 1.320,00
3338	R\$ 2.640,00
5370	R\$ 809,77
5371	R\$ 230,00
5373	R\$ 286,50

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 5.418,27 DA EMPRESA OFICINA MECANICA TRATEEK, REFERENTE A SERVIÇOS DE MECANICA/PEÇAS.

JUSIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Agricultura, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Manoel Serafim Peixer
Secretário Municipal de Agricultura

JUSTIFICATIVA ASSISTENCIA SOCIAL

Publicação Nº 2527983

Prefeitura Municipal de São João Batista
Secretaria Municipal de Assistência Social
Rua: Tiburcio Taurino Bozzano, nº210, Jardim São Paulo
CNPJ 11.588.933/0001- 68 - Fone (048) 3265- 2637
E-mail assistencia@sjbatista.sc.gov.br

São Joao Batista, 18 de junho de 2020.

Para: Secretaria de Finanças.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Justifica a Ordem Cronológica para pagamento a saber:

CNPJ: 12.970.750/0001-75
SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
2546	R\$ 9.137,50
2551	R\$ 8.552,70

OBJETO: Solicitamos a Secretaria de Finanças que efetue o pagamento das notas fiscais acima, da empresa SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se o pagamento da nota acima para que o proprietário continue prestando serviço a essa Secretaria.

Desde já agradecemos sua compreensão.

ROSANE SARTORI ROSA
SECRETÁRIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA DESENVOLVIMENTO

Publicação N° 2527976

São João Batista, 18 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.580.049/0001-14
KLEIN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
1315	R\$ 78.850,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 78.850,00 DA EMPRESA KLEIN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, REFERENTE A SERVIÇOS DE MAQUINAS.

JUSIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário Municipal de Desenvolvimento

JUSTIFICATIVA FUBE

Publicação N° 2527986

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 12.970.750/0001-75
SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Recibo/NF N°2582 - R\$ 4.537,10
Recibo/NF N°2561 - R\$ 499,50
Valor Total: R\$ 5.036,60

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido à falta de pagamento. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Marcelo Miranda Machado
Diretor Executivo

São João Batista, 18 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA INFRAESTRUTURA

Publicação N° 2527980

São João Batista, 18 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 12.970.750/0001-75
SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
2580	R\$ 1.210,85
2599	R\$ 499,50

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.710,35 DA EMPRESA SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, REFERENTE A MATERIAL DE EXPEDIENTE.

CNPJ: 17.545.116/0001-09
OFICINA MECANICA TRATEEK EIRELLI

NOTA FISCAL	VALOR
5367	R\$ 309,63
5368	R\$ 1.689,26
5369	R\$ 5.922,27
3343	R\$ 352,00
3344	R\$ 132,00
3345	R\$ 88,00
3347	R\$ 352,00
3351	R\$ 176,00
3356	R\$ 440,00
3357	R\$ 352,00
3358	R\$ 3.652,00
3347	R\$ 264,00
3348	R\$ 528,00
3350	R\$ 176,00
3355	R\$ 264,00
3340	R\$ 352,00
3341	R\$ 176,00
3342	R\$ 3.916,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 19.141,16 DA EMPRESA OFICINA MECANICA TRATEEK EIRELLI, REFERENTE A MANUTENÇÃO DE VEICULOS.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Infraestrutura, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

TAYNAM JOSE DA CUNHA
Secretária Municipal de Infraestrutura

JUSTIFICATIVA SAUDE

Publicação Nº 2528677

São João Batista dia 17 de Junho de 2020

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 03.033.589/0001-12

OLIMED MATERIAL HOSPITALAT LTDA

NOTA FISCAL	VALOR R\$	VENCIMENTO
79777	627,26	21.02.2020
80086	284,00	03.03.2020
80105	26,10	04.03.2020

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DA NOTAS FISCAIS, NO VALOR TOTAL DE R\$ 937,36 DA EMPRESA OLIMED, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE INSUMOS DE ODONTOLOGIA

PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA-SC.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento, sendo que a mesma solicita regularização da nota acima citada, para dar continuidade ao fornecimento de medicamentos ao Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, considerando que os medicamentos são demandas de Ordem Judicial.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Karin Cristine Geller Leopoldo
SECRETÁRIA DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA SAUDE

Publicação N° 2528680

São João Batista, 17 de junho de 2020

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ:05.531.725.0001-20

SOMA PROD. HOSPITALARES LTDA

NOTA FISCAL	VALOR R\$	VENCIMENTO
178544-A	450,12	18.12.2019
180329-A	81,84	01.01.2020
180330-A	2.040,00	03.01.2020
188185-A	7.721,43,	12.03.2020

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DA NOTAS FISCAIS, NO VALOR TOTAL DE R\$ 10.293,39 DA EMPRESA SOMA PROD. HOSPITALARES LTDA, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE INSUMOS MEDICO AMBULATORIAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA-SC.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento, sendo que a mesma solicita regularização da nota acima citada, para dar continuidade ao fornecimento Dos insumos ao Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, considerando que os medicamentos são demandas de Ordem Judicial.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Karin Cristine Geller Leopoldo
SECRETÁRIA DE SAÚDE

NOTIFICAÇÃO 004/2020

Publicação N° 2528138

NOTIFICAÇÃO 004/2020

PROCESSO LICITATÓRIO 22/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 22/FMS/2019

À EMPRESA: NOVO HORIZONTE PRÓTESES EIRELI

Fica a empresa NOVO HORIZONTE PRÓTESES EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 26.994.522/0001-40, com sede na Rua Maria Madalena, nº 55, bairro Cachoeira, município de Almirante Tamandaré/PR, neste ato representado por Edilaine Ceccon da Silva, NOTIFICADA para, até o dia 26 de junho de 2020 (sexta-feira), efetuar os consertos/reparos nas próteses dentárias confeccionadas, bem como que mantenha durante toda a vigência da ata de registro de preços as regras mínimas de biossegurança, organização e pontualidade no atendimento aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde.

Segue abaixo as irregularidades constatadas:

- não é realizada uma sessão de prova de dentes, o que induz a erros estéticos e fisiológicos;
- as próteses não estão sendo entregues em condições de uso, com ajuste e oclusão mínimos para que o paciente consiga utilizar, manusear e higienizar;
- as próteses são entregues sem as regras mínimas de biossegurança, inclusive com nome de paciente trocado;
- o mesmo cuidado com biossegurança e pontualidade não vem sendo tomados com os pacientes durante os atendimentos.

Caso os consertos/reparos e as mudanças no desempenho das atividades (biossegurança, organização e pontualidade) não ocorram no prazo estabelecido, fica a empresa sujeita as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços nº 14/FMS/2019, cláusula décima primeira, item 11.1.1 e seguintes.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na imprensa oficial (DOM), nesta data, dando cumprimento ao princípio da publicidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

São João Batista, 18 de junho de 2020.

Juliano Grime
Diretor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/FMS/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 012/FMS/2020

Publicação Nº 2527919

Processo Licitatório nº 019/FMS/2020 - Pregão Eletrônico 012/FMS/2020

Licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

O Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, inscrito no CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 019/FMS/2020 - Pregão Eletrônico 012/FMS/2020, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual aquisição futura de equipamentos odontológicos para suprir as necessidades do fundo municipal de saúde de São João Batista, SC; Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 13/07/2020; Início da sessão: às 8h30min do dia 13/07/2020, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 18 de junho de 2020.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 55/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2527456

Processo Licitatório nº 068/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 55/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços

Licitação de ampla concorrência com reserva de cota de 25% para microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual.

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Rildo Vargas, Pregoeiro Suplente, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 68/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 55/PMSJB/2020, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual contratação futura de empresa para prestação de serviços de pintura de postes, pontes, lombadas, meio fio, sinalização e colocação de placas, para atender as necessidades do Departamento Batistense de Trânsito e da Secretaria de Infraestrutura do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 03/07/2020; Início da sessão: dia 03/07/2020, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 18 de junho de 2020.

Rildo Vargas
Pregoeiro Suplente

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 16/2020 FMS

Publicação Nº 2528203

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Comercio de Confecções Boufler Ltda

ORIGEM: Dispensa de licitação 13/2020

OBJETO: "Aquisição de 75 (setenta e cinco) unidades de pijama cirurgico oxford na cor azul royal para a Secretaria de Saúde de São João do Oeste, justificado em razão da doença Covid-19".

VALOR:4.710,00

PRAZO:08.06.2020 até 01.07.2020

São João do Oeste – 18 de junho de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 058 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528880

DECRETO Nº 058 DE 18 DE JUNHO DE 2020

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1865 de 03 de dezembro 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 224.897,25 (duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2012 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

3.3.90.00.00.00.00.0012 – Aplicações Diretas R\$ 26.421,58

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0017.2042 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL.

3.3.90.00.00.00.00.0011 – Aplicações Diretas R\$ 118.475,67

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

15.452.0018.2044 – COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

3.3.90.00.00.00.00.0011 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 224.897,25

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado excesso de arrecadação de recursos vinculados, verificados no exercício corrente, conforme seguem:

I - COVID 19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social (LC 173/2020 – art. 5º, I-b), no valor de R\$ 26.421,58;

II - COVID 19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 - art. 5º, II-b), no valor de R\$ 198.475,67.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
18 de junho de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

ERRATA

Publicação Nº 2528237

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA

Na edição nº. 3.153 publicado no dia 27/05/2020 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, Extrato do Ato nº. 2498757. Portaria nº. 110 de 15 de abril de 2020.

Onde se lê: Conceder Indenização de 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, para o servidor SUZANA MACHADO DE SOUZA.
Leia-se: Conceder Gozo de 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, para o servidor SUZANA MACHADO DE SOUZA.
SÃO JOÃO DO SUL 18 DE JUNHO DE 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

ERRATA

Publicação Nº 2528231

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA

Na edição nº. 3.153 publicado no dia 27/05/2020 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, Extrato do Ato nº. 2498754.
Portaria nº. 110 de 15 de abril de 2020.

Onde se lê: Conceder Indenização de 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, para o servidor JOSÉ CARLOS SCHINAIDER.
Leia-se: Conceder Gozo de 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, para o servidor JOSÉ CARLOS SCHINAIDER.
SÃO JOÃO DO SUL 18 DE JUNHO DE 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO N° 210/2020

Publicação N° 2528352

DECRETO N° 210/2020

"QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR
VALDECIR DA SILVA FURTADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o nº 055/2020, de 15/06/2020 e de acordo com a Lei Municipal N° 4.183/2013, de 20/12/2013, do Art. 87 ao 91; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO ao servidor VALDECIR DA SILVA FURTADO, ocupante do cargo efetivo de Vigia, a contar do dia 17/06/2020 á 31/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO N° 211/2020

Publicação N° 2528360

DECRETO N° 211/2020

"QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA
NELCI HEMENEGILDA AMARAL TOMAZ"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o nº 049/2020, de 08/06/2020 e em conformidade com o Art. 81 da Lei Municipal N° 4.323/2015, de 15/05/2015; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO a servidora NELCI HEMENEGILDA AMARAL TOMAZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, a contar do dia 17/06/2020 á 31/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO N° 212/2020

Publicação N° 2528368

DECRETO N° 212/2020

"QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR
JAIR BORGES ANDRADE"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o nº 051/2020, de 10/06/2020 e em conformidade com o Art. 81 da Lei Municipal N° 4.323/2015, de 15/05/2015; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO ao servidor JAIR BORGES ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de junho de 2020, ficando revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 213/2020

Publicação Nº 2528374

DECRETO Nº 213/2020

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Requerimento protocolado sob o nº 054/2020, de 10/06/2020 e C.I. nº 60/2020, de 10/06/2020, bem como de acordo com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, do Art. 87 ao 91; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO aos seguintes servidores: - ALBERTINA MARQUES HUGEN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - ANA PAULA COSTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - ANDREIA APARECIDA BARBOSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - ANGELA PADILHA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - ANTONIO CARLOS DE LIMA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - AUGUSTA APARECIDA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - CLERIA MARIA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - CRISTINA RIBEIRO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - EVA APARECIDA GARCIA FELISBINO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de junho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 214/2020

Publicação Nº 2528382

DECRETO Nº 214/2020

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Requerimento protocolado sob o nº 054/2020, de 10/06/2020 e C.I. nº 60/2020, de 10/06/2020, bem como de acordo com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, do Art. 87 ao 91; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO aos seguintes servidores: - FRANCIONI OLIVEIRA MACEDO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - IRENE PADILHA ALVES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - IVANA DE CASSIA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - IVONE RODRIGUES DE OLIVEIRA BARBOSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - JUÇARA RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - JULIANO CESAR ANTUNES NERES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - LECENI MARIA DE MELLO MUNIZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - MAISA SOARES PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - MARGARET BARBOSA FIGUEIREDO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de junho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 215/2020

Publicação Nº 2528387

DECRETO Nº 215/2020

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Requerimento protocolado sob o nº 054/2020, de 10/06/2020 e C.I. nº 60/2020, de 10/06/2020, bem como de acordo com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, do Art. 87 ao 91; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO aos seguintes servidores: - MARIA ALEXANDRE BORGES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - MARIA BENTA CUSTODIO VELHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - MARIA CUSTODIA DE SOUZA SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - MARILDA FAUSTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - MARINEZ GARCIA FELISBINO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - MARIZABEL APARECIDA BORGES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - NEURA CANDIDA DE LIMA BORGES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - NILZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - OSMARINA TEREZINHA BARBOSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - REGIANE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de junho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 216/2020

Publicação Nº 2528393

DECRETO Nº 216/2020

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Requerimento protocolado sob o nº 054/2020, de 10/06/2020 e C.I. nº 60/2020, de 10/06/2020, bem como de acordo com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, do Art. 87 ao 91; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO aos seguintes servidores: - SAMIRA MACEDO ANDRADE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - SONIA MARA COSTA RODRIGUES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - TAISE RODRIGUES CASSÃO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - TEREZINHA APARECIDA QUINTINO BRUCH, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - TRINDADE MATOS GUEDES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - ZENIR BORGES ANSELMO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de junho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 217/2020

Publicação Nº 2528397

DECRETO Nº 217/2020

"QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Requerimento protocolado sob o nº 054/2020, de 10/06/2020 e C.I. nº 60/2020, de 10/06/2020, bem como de acordo com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, do Art. 87 ao 91; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO aos seguintes servidores: - ALCEU DE SOUZA, ocupante do cargo de Motorista, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - ANDERSON DE OLIVEIRA ROSA, ocupante do cargo de Motorista, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - ANTONIO CLERIO DE LIMA, ocupante do cargo de Motorista, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - GILSON RODRIGUES RIBEIRO, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020. - JOSE NAZARENO CARDOSO NUNES, ocupante do cargo de Motorista, a contar do dia 15/06/2020 á 29/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de junho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 336/2020

Publicação Nº 2528329

PORTARIANº 336/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias por falecimento de sua esposa, conforme apresentação de Certidão de Óbito ao servidor VALDECIR DA SILVA FURTADO, ocupante do cargo de Vigia, a contar do dia 12/06/2020 até o dia 16/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 12 de junho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2020

Publicação N° 2528896

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N° 013/2020 - Processo n° 224/2020 – Proc. Adm. 3301/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTINUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL "POTECAS", PROJETO PADRÃO TIPO 1 – PROGRAMA PRO-INFÂNCIA/FNDE, NO BAIRRO SERRARIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 08 de JULHO de 2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 08 de JULHO de 2020, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ACÓRDÃO N° 018/2020

Publicação N° 2528954

1 – RELATÓRIO:

Trata-se de processo administrativo, onde a Requerente solicita a baixa de suas atividades, e cancelamento de débitos, perante a Prefeitura Municipal de São José, na data de 08/01/2019, cujo protocolo n° 351.460.X9P-M1(fls. 01, 02 e 03).

A empresa protocola pedido junto a PMSJ, datado em 02/10/2018, solicitando baixa dos débitos referentes aos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, uma vez, tendo encerrado suas atividades em fevereiro de 2015, conforme informa o cancelamento do seu CNPJ, informa também, como prova de inatividade, as declarações inativas DEFIS cujo períodos 2016, 2017 e 2018 e a última nota, emitida eletronicamente, de n° 303 em 24/02/2015.

As folhas 05 a 27, é juntado ao processo, requerimento da Junta Comercial de SC, solicitando a extinção da empresa, datada de 04/04/2018; Distrato Social da Sociedade, datado em 21/02/2018; Relatório de consulta do total selecionado dos débitos constante no Município, datado de 02/10/2018; NFS-e n° 303, datada de 24/02/2015; Certidão de Baixa de Inscrição no CNPJ, datado em 04/04/2018; DEFIS, cujos período, 2016 a 2018, todas transmitida em 02/10/2018; Cópia Alvará de Licença emitida em 23/07/2010; Relatório Situação do Contribuinte da Dívida Atualizada até 17/01/2019; e Cópia Situação do Contribuinte – Dívidas não Parceladas, datado de 14/02/2017.

Em 27/02/2019, informação do Cadastro Econômico, condicionando a liberação da baixa das atividades do contribuinte somente após a quitação dos débitos de TFPV/TVS, (fls 28 e 29).

A folha 30 dos autos, a Recorrente, solicita a reconsideração do pedido referente ao cancelamento dos débitos junto ao município, por a empresa não estar mais em atividade no período já acima citado, mencionando que nas páginas 11 a 26, juntou ao processo cópias Certidão de Baixa de Inscrição no IRPJ, bem como, as DEFIS constando inativas.

Em 14 de Junho de 2019, encaminhado para o Secretário Adjunto da receita, para sua manifestação, no qual o mesmo INDEFERE o pedido de cancelamento dos débitos de 2016 a 2018, informando que o requerimento de baixa da citada empresa foi apresentado somente em janeiro de 2019, (fls.31 e 32).

Em 04 de novembro de 2019, a Requerente apresenta requerimento alegando contradições ao indeferimento da sua solicitação de baixa das TAXAS DE FISCALIZAÇÃO dos períodos 2016 a 2018, pelo motivo de a empresa está inativa. Fazendo ver, a legislação do Código Tributário Nacional, a Lei 21/2005 e afirma que "No caso fático, a legitimidade da cobrança está no exercício regular do Poder de Polícia. Não basta, pois, a possibilidade de haver fiscalização, é imprescindível que o Poder Público efetivamente fiscalize. Caso contrário, em não havendo fiscalização, estaríamos permitindo a cobrança de um imposto disfarçado de taxa".

Por fim, na fl. 55, Despacho n° 024/2020, emitido pelo presidente do CMCSJ, datado de 11 de março de 2020, Sr. Junior Spies, recebendo o referido processo, tendo em vista decisão de primeira instância, para manifestação ao representante da Fazenda Municipal para sua manifestação e após distribuição para o Conselho Municipal de Contribuintes para decisão de segunda instância, na forma do art. 164 e ss. do Código Tributário Municipal.

2 – PARECER E FUNDAMENTOS:

A Requerente protocolou na PMSJ, na data de 08/01/2019, pedido de baixa de atividades e cancelamentos de débitos, segundo a solicitante, alega que o encerramento das atividades da empresa, foi em fevereiro de 2015, uma vez a última nota fiscal de serviço fora emitida eletronicamente de n° 303, datada de 24/02/2015. Diante do pedido de baixa e constatado pelo Município débitos cujos período 2016 a 2018, a mesma informa e comprova por meio da DEFIS que desde o ano de 2015 a empresa ficou inativa, ou seja, sem movimento, sem operacionalização junto a este Município e por este motivo requer a baixa da empresa e o cancelamento dos débitos de TFPV/TVS dos períodos acima citados.

Constata-se que a Requerente iniciou o processo de baixa de sua empresa a partir de abril de 2018 e somente em janeiro de 2019, solicitou a baixa no município de São José, ou seja, a empresa se encontrava inativa até esse momento, conforme já comprovado com os documentos em anexo DEFIS e a última nota, fiscal de serviço, cujo n° 303, emitida em 24/02/2015.

O Código Tributário Municipal – Lei Complementar n° 21/2005, alterado pela Lei Complementar n° 64, de 19/11/2014, em seu art. 283, descreve conforme abaixo:

Art. 283. Os Contribuintes inscritos no Cadastro Contribuinte Municipal são obrigados a comunicar à Prefeitura no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da homologação da Junta Comercial ou Cartório no caso de Sociedade Simples, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

- I- Alteração da razão social ou ramo de atividade;
- II- Alteração da forma societária;
- III- Mudança de endereço;
- IV- Cessação das atividades.

E, em seu art. 404, descreve conforme abaixo:

"Art. 404 Deixar de comunicar no prazo previsto no Art. 283 as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados.

a) multa de 2 URM (duas Unidades de Referência Municipal)." "Art. fatos

O responsável pelo pagamento da Taxa de Fiscalização, considerado sujeito passivo, baseia-se nos artigos 308 e 309, CTM/LC. 021/2005:

Art. 308. Sujeito passivo da taxa de Fiscalização é o contribuinte ou o responsável.

Art. 309. É Contribuinte da Taxa de Fiscalização a pessoa física ou jurídica que provocar em seu benefício, ou por ato seu, o serviço relativo ao exercício do poder de polícia do município.

O artigo 77 do Código Tributário Nacional estabelece que a taxa de polícia pressupõe o exercício regular desse poder. E os artigos 306 e 307 do Código Tributário do Município de São José reforçam esse entendimento.

O Parecer do Secretário Adjunto de Receita da PMSJ, baseado nos artigos 306 e 307 da Lei Complementar Municipal nº 021 de 20 de dezembro de 2005, não encontra amparo, pois analisando de forma minuciosa não encontrei nada que pudesse enquadrar a Requerente em qualquer das situações desta norma.

Uma empresa é considerada inativa a partir do mês em que não realizar qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, incluindo aplicações no mercado de capitais.

O ato da Requerente solicitar na Prefeitura a baixa de sua empresa em 2019, não altera o fato da inatividade, ou seja, a empresa não operou nenhuma atividade desde o ano de 2015 e em 2018 os documentos confirmam a baixa da empresa, de acordo, com o Distrato Social registrado na JUCESC, bem como certidão de baixa de inscrição no CNPJ.

Por fim, este Conselheiro, com o devido cuidado, responsabilidade e por verificar que a empresa era estabelecida no edifício Terra Firme na cidade de São José, entrou em contato com a administração deste condomínio através da Sra. Lucineia, a mesma informou que realmente a Recorrente não exerce atividade neste endereço a mais de 4 (quatro) anos e que neste local já existe outra empresa estabelecida, aproximadamente a 4 (quatro) anos, por outro lado, entendo que a Recorrente não transgrediu os artigos 306 e 307 da LC nº 021/2005 e sim o artigo 404, letra "a" do CTM-LC 021/2005, neste caso aplica-se a multa prevista.

3 – CONCLUSÃO:

DIANTE DO EXPOSTO, VOTO POR CONHECER DO RECURSO, PARA NO MÉRITO, CONCEDER-LHE PROVIMENTO A FIM DE QUE SEJA ALTERADA A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA, CANCELANDO OS DÉBITOS DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS DE 2016 A 2018, APLICAR À EMPRESA MULTA MENCIONADA NA LETRA "a" do ART. 404 DA LC 021/2005-CTM PELA INOBSERVÂNCIA DA EXIGÊNCIA DESCRITA NO ART. 283, IV DA MESMA LC 021/2005-CTM. E NA SEQUÊNCIA PROCEDER A BAIXA DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL

São José/SC, 18 de junho de 2020.

Sérgio da Silva
Conselheiro Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 018/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 189/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 410ª Sessão, decidiu, por unanimidade, dos conselheiros aptos a votarem por conhecer do recurso voluntário e dar a ele provimento no sentido de CANCELAR AS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS DE 2016 A 2018, APLICAR À EMPRESA MULTA MENCIONADA NA LETRA "a" do ART. 404 DA LC 021/2005-CTM PELA INOBSERVÂNCIA DA EXIGÊNCIA DESCRITA NO ART. 283, IV DA MESMA LC 021/2005-CTM, nos termos do voto do Conselheiro Relator. O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Sérgio da Silva, os Conselheiros Sr. Miguel Armando Pereira Junior, Sr. Rodrigo Koerich da Silva e a Sra. Lânea Aparecida Madeira. Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda. São José, 18 de junho de 2020.

JUNIOR SPIES
Presidente

SÉRGIO DA SILVA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº147/2020

Publicação Nº 2528723

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2020 – PE 025/2020 – Processo 101/2020 – Proc. Adm. 2260/2020 – Fornecedor: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE EDITAIS, AVISOS E DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO (LOCAL/REGIONAL) PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". DO PREÇO: R\$ 93.750,00 (noventa e três mil e setecentos e cinquenta reais). Data de Vigência: A Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 09 de junho de 2020

DECRETO 13445/2020

Publicação Nº 2527939

DECRETO nº 13445/2020

DESIGNA A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal nº 21, de 20 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, destinada a apurar infrações administrativas imputadas a servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de São José/SC, os seguintes servidores:

I- Membros titulares, sob a Presidência do primeiro: FRANCISCO ALFREDO LEAL DE MACEDO CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, WILLIAM RAMOS MOREIRA, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal e, JULIANA GRACIOSA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal.

II- Membros suplentes: KARINA DA SILVA GRACIOSA, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal e ILSO ELIAS, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal.

Parágrafo único. Para secretariar os trabalhos da referida Comissão, sem poder decisório, fica designado o servidor SANDRO JOSÉ DA SILVA na qualidade de titular e o servidor RAFAEL FERREIRA JUCHEM na qualidade de suplente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO 13448/2020

Publicação Nº 2527992

DECRETO N.º 13448/2020

ESTABELECE REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DE BARES/BOTECOS/BOTEQUINS/PUBS DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº 562/2020;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria SES nº 256, de 21/04/2020, que estabelece normativas de funcionamento de serviços de alimentação;

CONSIDERANDO o tempo de exposição dos frequentadores destes estabelecimentos sem a proteção de máscaras e o seu reflexo para a disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º Para efeito deste Decreto, classificam-se como bares/botecos/botequins/pubs os estabelecimentos comerciais que possuem balcão e mesas para servir bebidas alcoólicas e/ou não alcoólicas, podendo fornecer petiscos e outros alimentos de preparação rápida.

Art. 2º Os estabelecimentos que se enquadram no art. 1º deverão cumprir as seguintes medidas:

I – manter em 50% a capacidade local do atendimento ao público, de forma que os profissionais e clientes mantenham 2 metros de distância uns dos outros, minimamente;

II – os clientes somente poderão ingressar e permanecer no estabelecimento com o uso máscaras, sendo sua retirada permitida apenas durante o período de consumação;

III – sinalizar, de forma adequada, para fácil identificação por parte dos clientes, os locais disponíveis para assento;

- IV – disponibilizar álcool gel 70% para a higienização das mãos de funcionários e clientes, com as devidas orientações, em locais visíveis como entrada do estabelecimento, caixas, balcão de atendimento e banheiros;
- V – disponibilizar lavatório exclusivo para a higienização das mãos nas áreas de manipulação de alimentos, com sabonete líquido inodoro antisséptico ou sabonete líquido inodoro e produto antisséptico, toalhas de papel não reciclado ou outro sistema higiênico e seguro de secagem das mãos e coletor de papel, acionável sem contato manual;
- VI – disponibilizar sabonete líquido, toalhas de papel ou outro sistema higiênico e seguro de secagem das mãos e coletor de papel no(s) lavatório(s) do(s) banheiro(s);
- VII – fica proibido o uso de churrasqueiras móveis no estabelecimento;
- VIII – intensificar a higienização dos cardápios e galheteiros com álcool 70% a cada uso do cliente;
- IX – aumentar a frequência de higienização de superfícies (mesas, cadeiras, maçanetas e balcões) do estabelecimento bem como os procedimentos de higiene da cozinha e do(s) banheiro(s);
- X – organizar as filas de caixa e de atendimento mantendo a distância mínima de 2 metros entre os clientes;
- XI – higienizar a máquina de pagamento por cartão com álcool 70% após cada uso, podendo ser revestido de plástico filme;
- XII – fica proibida a realização de eventos públicos tipo shows, música ao vivo, apresentações e similares.

Art. 3º A fiscalização dos estabelecimentos referidos neste Decreto ficará a cargo dos servidores da Vigilância Sanitária e da Defesa Civil conforme o Decreto Municipal nº 13263/2020.

Art. 4º Os estabelecimentos interditados por motivo do descumprimento deste Decreto ficarão fechados, no mínimo, por 07 (sete) dias, ainda que tenham protocolado pedido de desinterdição em período inferior.

Art. 5º O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas na Lei Estadual nº 6320/83 e na Lei Municipal nº 2.446/92, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art.6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Saúde

DECRETO 13449/2020

Publicação Nº 2527994

DECRETO N.º 13449/2020

ESTABELECE REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DE "DRIVE-IN" DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO que a situação demanda a adoção urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº 562/2020;

CONSIDERANDO que a atividade de entretenimento na modalidade "drive-in" estimula a circulação e aglomeração de pessoas, entretanto, possui características próprias que possibilitam distingui-la dos eventos tradicionais ao permitir a adoção de medidas protetivas para a prevenção do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que estar dentro do carro não elimina os cuidados básicos para a prevenção do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que é recomendado o distanciamento social em todos os locais e que o cumprimento da distância mínima no interior dos carros fica prejudicado;

DECRETA:

Art. 1º Para efeito deste Decreto entende-se como atividade de "drive-in" aquela desenvolvida em local onde, para obtê-la, o cliente não precisa sair do carro, ficando estacionado durante a ocorrência do evento.

Art. 2º Os estabelecimentos promotores do evento, para desenvolverem a atividade descrita no art. 1º deverão cumprir as seguintes medidas gerais:

I – manter distância mínima de 2 metros entre um veículo e outro e identificar as vagas com números, placas ou outro;

II – as pessoas somente poderão ingressar no local com o uso de máscara cobrindo boca e nariz, sendo que a sua retirada será permitida apenas durante o período de consumação, se for o caso;

III – garantir que todas as pessoas permaneçam dentro dos seus carros, exceto para o uso de banheiro, uma vez que a circulação de

peças aumenta o risco de contágio;

IV – disponibilizar sanitários próprios para o evento, em quantidade condizente com o número de pessoas que serão recebidas e organizar as filas de acesso, de maneira que seja mantido o distanciamento mínimo de 2 metros entre cada pessoa, evitando aglomerações;

V – disponibilizar sabonete líquido, papel toalha, álcool gel 70% e lixeiros com tampa, com acionamento sem contato manual nos banheiros;

VI – providenciar a higienização intensificada das áreas dos banheiros, sendo que os responsáveis pela limpeza deverão realizar ainda a desinfecção com álcool 70% das maçanetas, torneiras, botões de descarga dos vasos sanitários, assentos sanitários, dispositivos de sabonete líquido e papel toalha e demais pontos de contato manual;

VII – higienizar a máquina de pagamento por cartão com álcool 70% após cada uso, podendo ser revestido de plástico filme, se for o caso;

VIII – possuir autorização do proprietário do local e, se for público, permissão da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP).

Art.3º Os estabelecimentos promotores do evento, para desenvolverem a atividade descrita no art. 1º, com fornecimento de serviços de alimentação, deverão cumprir também as seguintes medidas específicas:

I – permitir somente a entrada de alimentos no local do evento provenientes de estabelecimentos licenciados junto à Vigilância Sanitária;

II – fornecer álcool gel 70% e saco coletor de lixo na entrada do local, devendo o mesmo ser descartado na saída em recipiente coletor/ contentor próprio;

III – os cardápios dos serviços de alimentação deverão ser disponibilizados na entrada do local do evento ou em aplicativo;

IV – fornecer somente copos, pratos e talheres descartáveis, protegidos por embalagens individuais;

V – fornecer somente alimentos em embalagens de uso único;

VI – garantir que todos os garçons utilizem proteção nos cabelos, higienizem as mãos com álcool gel 70%, antes de colocar as luvas, se for o caso, e usem máscaras, cobrindo boca e nariz;

Art. 4º Recomenda-se que os ocupantes do veículo convivam em uma mesma casa;

Art. 5º A fiscalização dos estabelecimentos referidos neste Decreto ficará a cargo dos servidores da Vigilância Sanitária e da Defesa Civil conforme o Decreto Municipal nº 13263/2020.

Art. 6º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 7º O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas pela Lei Estadual nº 6320/83 e pela Lei Municipal nº 2.446/92, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Saúde

DECRETO Nº 13404/2020

Publicação Nº 2528913

DECRETO Nº 13404/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 307.200,00 (trezentos e sete mil e duzentos reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1036 – 4.4.90.51.00.00.0138 – Obras e Instalações,

Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 307.200,00

Total desta Atividade R\$ 307.200,00

Total do Órgão R\$ 307.200,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 307.200,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto,

correrão à conta da anulação da importância de R\$ 307.200,00 (trezentos e sete mil e duzentos reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

1075 – 3.3.90.39.00.00.0138 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 307.200,00
Total desta Atividade R\$ 307.200,00
Total do Órgão R\$ 307.200,00
Total da Anulação R\$ 307.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI 5.881 DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2527937

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE SUPORTE DE BICICLETAS EM ÔNIBUS COLETIVOS E FIXA PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas, concessionárias e permissionárias que operam no sistema de transporte coletivo urbano no município de São José disponibilizarão, em sua frota de ônibus coletivos, suportes para bicicletas na parte dianteira externa dos veículos a fim de transportá-las. Parágrafo único. Não haverá custos adicionais na tarifa de ônibus aos usuários que transportam sua bicicleta.

Art. 2º A instalação do suporte para transporte de bicicleta nos ônibus coletivos será gradativa e anual nas linhas urbanas por ano, respeitando os contratos vigentes.

Art. 3º O equipamento deverá permitir o transporte de, no mínimo, duas bicicletas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2020

Publicação N° 2528942

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2020 – Processo n° 034/2020 – Proc. Adm. 1282/2020 Fornecedor: AGIL EIREILI Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CASA CIVIL E RECEITA E FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 853.090,00 (oitocentos e cinquenta e três mil e noventa reais). Vera Suely de Andrade – Secretaria de Administração.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 102/2019-03

Publicação N° 2528641

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA n° 102/2019-03 – Proc. Adm. 3264/2020 – Contratado: PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a READEQUAÇÃO CONTRATUAL, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato n° 102/2019. DA READEQUAÇÃO CONTRATUAL: Nos termos da justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, o

contrato será acrescido em R\$ 50.816,02 (cinquenta mil, oitocentos e dezesseis reais e dois centavos), que corresponde ao percentual de 3,062491421%, passando o valor do contrato de R\$ 1.659.303,26 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e três reais e vinte centavos) para R\$ 1.710.119,28 (um milhão, setecentos e dez mil, cento e dezenove reais e vinte e oito centavos). Data da assinatura: 16 de junho de 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2019-02

Publicação Nº 2528580

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 114/2019-02 – Proc. Adm. 3203/2020 – Contratado: PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO e READEQUAÇÃO CONTRATUAL, nos termos previstos no contrato Nº 114/2019. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: fica prorrogado o prazo de execução e vigência do Contrato nº 114/2019, por mais 90 (noventa) dias, a contar do termo de reinício. DA READEQUAÇÃO CONTRATUAL: Conforme justificativa apresentada pela execução contratual, a contratação passará pela seguinte readequação qualitativa:

Contrato	R\$457.774,93
Acréscimo quantitativo	20,58%
Supressão quantitativa	4,89%
Acréscimo qualitativo	15,33%
Aditivo	R\$141.981,15
Total	R\$599.756,08

Data da assinatura: 16 de JUNHO de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 110/2020**

Publicação Nº 2528161

PORTARIA Nº 0110/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder ao servidor Antônio Airto de Oliveira, matrícula nº 3, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, o gozo de 30 (trinta) dias de licença prêmio, no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020, correspondente à 3ª parcela do seu 4º quinquênio.

Câmara Municipal de São José, SC, 16 de junho de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 111/2020

Publicação Nº 2528165

PORTARIA Nº 0111/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE QUE:

Art. 1º Fica estabelecido como prazo final para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente responsável pela Gestão do Acervo do Memorial e do Programa Parlamento Jovem no âmbito da Câmara Municipal de São José, criada por meio da Portaria nº 234/2019, o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 16 de junho de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 112/2020

Publicação Nº 2528167

PORTARIA Nº0112/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Ana Letícia Sousa de Oliveira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com ALL SAFE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., CNPJ nº 21.035.971/0001-47, Dispensa de Licitação nº 17/2020, Nota de Empenho nº 185/20.

Art. 2º - Compete ao(à) servidor(a) designado(a):

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de junho de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.73/2020

Publicação Nº 2528560

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2020
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº73/2020, Edital de Pregão Nº73/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA, VISANDO MOBILIAR E ESTRUTURAR O NOVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS "PADRE ROMUALDO ZIMMER" bem como, AQUISIÇÃO DE ELÉTRODOMÉSTICOS PARA O GBM DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. O recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 02/07/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.728, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528301

DECRETO Nº 6.728, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01.06.181.4503.2.008 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	186	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528768

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Origem: art. 24, inc. I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na MP 961/2020.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA REDE ELÉTRICA DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA24H INVESTIMENTO - RECURSO EQUIPAMENTOS PARA UPA24H CUSTEIO - RECURSO PRÓPRIO CUSTEIO.

Valor: R\$ 67.925,12 (sessenta e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e doze centavos)

Forma de pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2020, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 08/2020 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública; D - 03/2020 - 13.01.10.302.4506.1.096.4.4.90.00.00.00.00 - Construção e Equipamentos da Unidade de Pronto Atendimento - UPA.

Data de Assinatura: 16/06/2020.

Vigência: de 16/06/2020 a 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020 - FMS.

Publicação Nº 2528769

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020 - FMS.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 041/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2019.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: EMPREMAC SERVIÇOS E OBRAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.639.477/0001-35.

Objeto: aditar o valor global do Contrato nº 017/2018, de 11/05/2018, (originário do Processo Licitatório nº 003/2018, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA 24H-PORTE I, COM ÁREA TOTAL A SER EDIFICADA DE 1.498,40M², NO BAIRRO SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E PROPOSTA CADASTRADA NO SISMOB SOB O Nº11359.2140001/17-008, REFERENTE AO PROGRAMA DE REDE DE ATENÇÃO À URGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE), em R\$ 17.081,55 (dezessete mil, oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), divergências de orçamento e projetos, sendo que a execução dos itens aditados é fundamental ao pleno funcionamento das estrutura, conforme justificativa técnica anexa ao presente termo aditivo.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2020, conforme dotações orçamentárias: D - 003/2020 - 13.01.10.302.4506.1.096.4.4.90.00 .00.00.00.00.01.0002 - Construção e Equipamentos da Unidade de Pronto Atendimento - Fundo Municipal de Saúde. D - 032/2020 - 13 .01.1.096.4.4.90.00.00.00.00.00.00 - Transferência de Convênios.

Data de Assinatura: 18/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Valdir Luiz Macagnan - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528750

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 392/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 177/2019, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 014/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33.

Objeto: aditar o valor global do Contrato nº 392/2019, DE 06 de dezembro de 2019, (originário do Processo Licitatório nº 177/2019, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 014/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA OS ALUNOS DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO), em R\$ 30.888,00 (trinta mil e oitocentos e oitenta e oito reais), o que corresponde a 4.96% (quatro vírgula noventa e seis por cento), do valor global inicial contratado, tendo em vista que as quantidades contratadas, não foram suficientes para atender os alunos da Rede Municipal de Educação. Valor: R\$ 30.888,00 (trinta mil e oitocentos e oitenta e oito reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 047/2020 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.1.9 0.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 10/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Lucas Raduy Guimarães pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528752

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 143/2019, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PKB ENGENHARIA E TRANSPORTES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.461.597/0001-22.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 009/2020, de 13 de janeiro de 2020, (originário do Processo Licitatório nº 143/2019, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2019), cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR - PROJETO PADRÃO, COM ÁREA DE 40,83M², A SER EDIFICADA NO LOTEAMENTO VIDA NOVA, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO), conforme justificativa anexa ao presente termo aditivo.

Data de Assinatura: 10/06/2020.

Vigência: de 11/06/2020 a 27/07/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Norberto Alfredo Kruger pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528754

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 078/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARINA MONETA DANTE ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.972.402/0001-34.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO (CASTRACÃO CIRÚRGICA) EM ANIMAIS, MACHOS E FÊMEAS, PARA ATENDER O PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.351/2017.

Valor: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura..

Data de Assinatura: 10/06/2020.

Vigência: de 10/06/2020 a 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Marina Moneta Dante pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528756

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2017

Origem: Processo Licitatório nº 004/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: suprimir o valor do Termo Aditivo nº 120/2020, de 08/04/2020, do contrato nº 037/2017, (originário do Processo Licitatório nº 004/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, SERVIÇOS GERAIS OPERACIONAIS, SERVIÇOS DE PROFISSIONAL PARA PREPARO DE MERENDA, E SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL, PARA O EXERCÍCIO 2017, A SEREM EXECUTADOS NOS LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC), em razão da suspensão dos contratos de trabalho, por motivos da pandemia de COVID-19, considerando a necessidade de atendimento a Secretaria de Educação.; Fica acordado entre as partes o pagamento do equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato nº 037/2017, de 06/03/2017, relativo a quantidade de profissionais em que os serviços restaram suspensos, nas unidades escolares respectivas, no período de 12/05 a 12/06/2020, prorrogável pelo período em que perdurar a suspensão das aulas por determinação do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme o quadro abaixo descrito

Valor suprimido: R\$ 138.467,03 (cento e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e três centavos).

Data de Assinatura: 17/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Ronaldo Benkendorf pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528760

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 125/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GABRIEL HENRIQUE COMUNELLO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.424.471/0001-79.

Objeto: PCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E CAIXAS DE GORDURA NOS LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 36.973,55 (trinta e seis mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 96/2020 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 17/06/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Alcir José Comunello pela contratada.

PORTARIA N° 701, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2528451

PORTARIA N° 701, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido a partir de 26 de junho de 2020, a servidora pública municipal SIMONE MEZZOMO, matrícula nº 3378/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do cargo em comissão de Gerente de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA N° 702, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2528455

PORTARIA N° 702, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 41 inciso II, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010; e artigo 17 do decreto 6.720 de 05 de junho de 2020.

CONSIDERANDO, o decreto 6.720 de 05 de junho de 2020 que Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a partir de 22 de junho de 2020, Regime Especial de Trabalho a servidora pública SUZI CARINA CHAVES ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula 3656/01, sendo de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h.

Parágrafo único. O período de concessão previsto no caput terá validade enquanto perdurar o período de suspensão das aulas presenciais, nas unidades das redes pública e privada de ensino.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA N° 703, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2528888

PORTARIA N° 703, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 8º da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007,

CONSIDERANDO o pedido de progressão por nova titulação, requerido por Raquel Avila, protocolado em 14/05/2020, portanto em data anterior ao advento da Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder, Progressão por nova titulação, a servidora pública municipal RAQUEL AVILA ocupante do cargo efetivo de ATP- Assistente Técnico Pedagógico com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 350603, passando do nível de graduação (1A-1) para o nível de Pós-Graduação (2A-1), a partir de 1º de junho de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:

____/____/2020.

PORTARIA Nº 704, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528886

PORTARIA Nº 704, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o que dispõe os incisos I e II do Art. 83 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010, regulamentado pelo Decreto nº 4.067 de 29 de junho de 2010,

CONSIDERANDO o pedido de gratificação por grau de instrução, requerido por Vilmar Freschi, protocolado em 11/05/2020, portanto em data anterior ao advento da Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder, ao Servidor Público Municipal VILMAR FRESCHI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 345101, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, Gratificação por Grau de Instrução de 10% (dez por cento), incidente sobre o seu vencimento, por ter apresentado Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental, a partir de 1º de junho de 2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de Junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____/____/2020.

PORTARIA Nº 705, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2528827

PORTARIA Nº 705, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal MARCELO DE ALMEIDA, matrícula nº 3469/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 01 a 30 de julho de 2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____/____/2020.

PORTARIA Nº 706, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2529023

PORTARIA Nº 706, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Processo Seletivo 04/2020,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 10 de junho de 2020, a servidora pública municipal DANIELLE SAUGO, ocupante do cargo de Enfermeiro – ACT, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3747/01.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

09/2020 FMS CONTRATO AQUISIÇÃO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO COMO EPI PELOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NA PREVENÇÃO AO CORONAVIRUS

Publicação Nº 2527890

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.09/2020 FMS
Contrato de compra

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa BELCHER FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua Rodolfo Cremm, 21102, Zona 19, Gleba Patrimônio Maringá, no Município de Maringá- PR, inscrito no CNPJ sob nº. 14.146.456/0001-79, neste ato representado pelo seu representante legal EMANUEL RAMALHO CATORI, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Maringá/PR, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, em conformidade com a lei 8.666-93, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO COMO EPI PELOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NA PREVENÇÃO AO CORONAVIRUS, conforme quantidade e especificações a seguir:

Item	Qnt	Und	Marca	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	20	Caixa	Belcher	Máscara Descartável Tripla TNT – caixa com 50 unidades cada	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS-FINANCEIRAS

DO PREÇO

I - O preço total do(s) item(ns) adjudicado(s) é de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos, como instalação e outros.

DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será feito, pela Prefeitura, de forma fracionada, conforme o valor exato dos itens fornecidos, em moeda nacional, Mediante Depósito Bancário, até o 10º dia útil após a liquidação, apresentação da Fatura/Nota Fiscal, a entrega e instalação do(s) objeto(s) solicitados e/ou execução dos serviços, devidamente atestada pelos fiscais do Contrato/ata, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação pelo departamento financeiro.

DO REAJUSTAMENTO.

I - Os preços apresentados não sofrerão nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência deste Instrumento tem início a partir de sua assinatura até 30/07/2020, sendo que a entrega será imediata após a emissão da ordem de empenho e o prazo máximo para entrega dos objetos será de no máximo 8 dias úteis .

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - realizar a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, nos prazos e condições previstos no Edital, seus anexos e neste Contrato Ata;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - cumprir fielmente os horários e chamados estipulados no objeto;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente contrato.

VII - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VIII - Cumprir todas as demais obrigações constantes no contrato.

IX - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários entre outros.

X - O presente contrato não será, de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com a(o) contratada(o), seus colaboradores, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

XI - É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custos para reparação dos mesmos.

XII - Entregar os produtos/serviços deverão ser executados/entregues em, no máximo, 8 dias úteis após a emissão da AF, conforme solicitação, junto ao órgão solicitante do Município, sendo que a solicitação se dará via fax e/ou e-mail.

XIII - O prazo para substituição de produtos recusados pela administração será de, no máximo, 5 dias a partir do comunicado expedido pela administração municipal a qual se dará através de documento físico ou via fax e/ou e-mail.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Fiscalizar por intermédio do Secretário da Pasta, a entrega dos objetos licitados, bem como atestar nas notas fiscais/faturas o cumprimento das obrigações da Contratada, além de aplicar as sanções cabíveis para este edital e contrato administrativo em caso de necessidade.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

I - A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

II - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

II.I - advertência;

II.II - multas:

a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato/ata, por dia de atraso na execução/entrega do objeto, limitando-se a 30%, entendendo-se por atraso o não cumprimento do prazo estipulado no contrato;

b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato/ata, por dia de atraso na correção/substituição de produtos rejeitados pela fiscalização do contrato, limitando-se a 20%, aplicado em dobro em caso de reincidência;

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/ata, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

d) de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do contrato/ata, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de rescisão unilateral por interesse da contratada.

III - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

IV - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

V - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

VI - As sanções previstas inciso II.I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.II.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

II - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

III - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

CLAUSULA OITAVA - FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 17 de junho de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

BELCHER FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
Sob nº. 14.146.456/0001-79
Representante Legal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2020 FMS
Contrato de Compra

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE SUSPENSÃO DAS PROVAS DO CONCURSO - CP 001-2020

Publicação Nº 2528731

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2020

A Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, através do Presidente, Sr. Adriano Magioni, e da Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, Edital n. 001/2020, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a edição do Decreto Estadual n. 515/2020, alterado pelos Decretos Estaduais ns. 525/2020 e 534/2020, que declarou situação de emergência em todo o estado de Santa Catarina dada a necessidade de adoção de medidas restritivas de circulação e aglomeração de pessoas com a finalidade de evitar a propagação do Coronavírus – COVID-19;

Considerando ainda o Decreto Municipal n. 034/2020 que ratifica as disposições dos Decretos Estaduais com vistas a estabelecer medidas de enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

COMUNICA:

Fica suspensa a realização das atividades do Concurso Público, Edital n. 001/2020, a partir da publicação do presente, inclusive com o adiamento da aplicação das provas escritas, marcado para o próximo dia 20 de junho de 2020, até a definição de um novo cronograma que será divulgado tão logo restabelecida a situação de normalidade.

São Miguel da Boa Vista (SC), 18 de junho de 2020.

ADRIANO MAGIONI
Presidente do Legislativo

MARIZETE SANDRIN
Presidente da Comissão de Acompanhamento

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 100/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528649

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 100/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS FAMILIARES DO EXTREMOESTE - COOPAFAMIOESTE
Valor : R\$ 168.019,75 (cento e sessenta e oito mil dezenove reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 02/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2020
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDORES RURAIS, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015 (PNAE), PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ ESCOLAS E CRECHES) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, PARA O ANO DE 2020, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 02 de junho de 2020

CONTRATO 101/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528651

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 101/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: DELTRACTOR INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : R\$ 11.250,00 (onze mil e duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 02/08/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2020
Objeto : AQUISIÇÃO BRAÇO PARA RETROESCAVADEIRA PARA ACOPLAR EM MÁQUINA BOBCAT (MINI CARREGADEIRA RANDON - PATRIMÔNIO Nº 18273) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 03 de junho de 2020

CONTRATO 102/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528652

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 102/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: ALGOR METALURGICA LTDA
Valor : R\$ 53.200,00 (cinquenta e três mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 02/08/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2020
Objeto : AQUISIÇÃO DE FRESADORA PARA RETROESCAVADEIRA PARA ACOPLAR EM MÁQUINA BOBCAT (MINI CARREGADEIRA RANDON - PATRIMÔNIO Nº 18273) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 03 de junho de 2020

CONTRATO 103/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2528654

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 103/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: RECOTULHO LTDA

Valor : R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO N° 72/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 35/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA ATÉ A DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE ENTULHOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, ATRAVÉS DA DISPOSIÇÃO DE CONTAINER COM VOLUME MÍNIMO DE 4M³, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 03 de junho de 2020

CONTRATO 104/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2528655

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 104/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA KOLLN LTDA

Valor : R\$ 90.883,97 (noventa mil oitocentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos)

Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 03/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO N° 73/2020 TOMADA DE PREÇOS N° 12/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DA COMUNIDADE DE LINHA CANELA GAUCHA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

São Miguel do Oeste, 04 de junho de 2020

CONTRATO 105/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2528658

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 105/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: ALEX CONSTRUTORA LTDA

Valor : R\$ 379.954,69 (setenta e nove mil novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e nove centavos)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 09/07/2021

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO N° 57/2020 TOMADA DE PREÇOS N° 10/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA CIDADÃ, LOCALIZADA NA RUA AFONSO PENA, BAIRRO SANTA RITA, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/ SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E ORÇAMENTOS, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

São Miguel do Oeste, 10 de junho de 2020

CONTRATO 106/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528660

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 106/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: E. J. F. EMPREENDIMENTOS LTDA

Valor : R\$ 170.065,00 (cento e setenta mil e sessenta e cinco reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE "TAPA-BURACOS", POR TONELADA (TON), COMPREENDENDO REQUADRAMENTO, RECONSTRUÇÃO DE BASE, PINTURA DE LIGAÇÃO PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ (FAIXA "C" CAP 50/70) COM COMPACTAÇÃO, E EXECUÇÃO DE LOMBADAS E FAIXA ELEVADAS, RECAPEAMENTO E FRESAGEM EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 10 de junho de 2020

CONTRATO 107/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528661

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 107/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: STRAPASSON IMÓVEIS LTDA

Valor : R\$ 1.247,76 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 12/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 04/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI Nº 7.804/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS DO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 12 de junho de 2020

CONTRATO 108/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528664

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 108/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: PROBST IMÓVEIS LTDA

Valor : R\$ 1.247,76 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 12/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 04/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI Nº 7.804/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS DO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 12 de junho de 2020

CONTRATO 109/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528667

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 109/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: PERSONNALITE ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI

Valor : R\$ 1.247,76 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 12/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 04/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI Nº 7.804/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS DO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 12 de junho de 2020

CONTRATO 110/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528670

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 110/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: ANDREIA HERTES FUSIEGER

Valor : R\$ 1.247,76 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 12/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 04/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI Nº 7.804/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS DO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 12 de junho de 2020

CONTRATO 111/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528672

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 111/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: DECORATHA ARQUITETURA & INTERIORES LTDA

Valor : R\$ 1.247,76 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 12/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 04/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI Nº 7.804/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS DO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 12 de junho de 2020

CONTRATO 112/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528698

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 112/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: EVANDRO CARLOS BORLA ENGENHARIA

Valor : R\$ 1.247,76 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 12/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 04/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE (CRECI) PARA, NOS TERMOS DA LEI Nº 7.804/2014, REALIZAR AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS DO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 12 de junho de 2020

CONTRATO 113/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528688

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 113/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC

Valor : R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA DESTINADAS À EQUIPE PEDAGÓGICA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES, PRÉ-ESCOLA) E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO CURRICULAR E UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMAS PARA ENSINO A DISTÂNCIA.

São Miguel do Oeste, 16 de junho de 2020

CONTRATO 114/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528702

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 114/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Valor : R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECEBIMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ENTULHOS (FERRAGENS, LOUÇAS, ALUMÍNIOS, MÓVEIS SUCATEADOS, ENTRE OUTROS), DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 16 de junho de 2020

CONTRATO 115/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528707

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 115/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA

Valor : R\$ 211.199,38 (duzentos e onze mil cento e noventa e nove reais e trinta e oito centavos)

Vigência : Início: 17/06/2020 Término: 16/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2020 – CONDER PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020 - CONDER

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, TESTE DE VAZÃO, TESTES LABORATORIAIS DE ANÁLISE DE POTABILIDADE DA ÁGUA, FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO.

São Miguel do Oeste, 17 de junho de 2020

CONTRATO 116/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528710

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 116/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: WORLD VISION PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI

Valor : R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 17/06/2020 Término: 16/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS E BRINQUEDOS INDIVIDUAIS A SEREM UTILIZADOS CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 18 de junho de 2020

CONTRATO 117/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528713

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 117/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: ROTAFABRIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE ROTOMOLDAGEM LTDA

Valor : R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 17/09/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS E BRINQUEDOS INDIVIDUAIS A SEREM UTILIZADOS CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 18 de junho de 2020

CONTRATO 118/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528714

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 118/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: MACODESC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor : R\$ 758.979,87 (setecentos e cinquenta e oito mil novecentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos)

Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 17/03/2021

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DE APOIO PARA ABRIGAR E DAR ACOLOHIMENTO AOS ACOMPANHANTES DE PACIENTES EM TRATAMENTO NO HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO, LOCALIZADO NA RUA EDEMAR ZANATTA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, MATRÍCULA Nº 49.525, CONFORME CONVÊNIO COM O GOVERNO DE SANTA CATARINA, PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº 00000021808, PROGRAMA TRANSFERÊNCIA Nº 2019008217, POR INTERMÉDIO DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

São Miguel do Oeste, 18 de junho de 2020

CONTRATO 93/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528636

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 93/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: CIDAMAQ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI

Valor : R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Vigência : Início: 06/05/2020 Término: 05/05/2021

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE SEMENTES PARA O PROGRAMA DE SEMENTES PARA COBERTURA E PASTAGENS DE INVERNO, QUE SERÃO REPASSADAS AOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 7.660/2019, QUE INSTITUIU O PROGRAMA "AGORA É CRESCER", DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 08 de maio de 2020

CONTRATO 95/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528640

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 95/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA KOLLN LTDA

Valor : R\$ 69.061,45 (sessenta e nove mil sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 25/05/2020 Término: 25/8/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 1/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

São Miguel do Oeste, 25 de maio de 2020

CONTRATO 96/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528642

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 96/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

Valor : R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 25/05/2020 Término: 25/8/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE DISPOSITIVO DE DETECÇÃO DE DROGAS (DROGÔMETRO) A FIM DE REALIZAR TESTES IN LOCO DE CONTROLE DE CONSUMO DE DROGAS DOS DETENTOS DA CADEIA LOCAL A SER UTILIZADO PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 25 de maio de 2020

CONTRATO 97.2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528647

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 97/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: POSTO DE LAVAGEM CRUZEIRO LTDA

Valor : R\$ 17.047,00 (dezesete mil e quarenta sete reais)

Vigência : Início: 26/05/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE LAVAÇÕES DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 26 de maio de 2020

CONTRATO 99/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2528648

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 99/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO 25 DE MAIO

Valor : R\$ 105.137,55 (cento e cinco mil cento e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 02/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDORES RURAIS, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015 (PNAE), PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ ESCOLAS E CRECHES) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, PARA O ANO DE 2020, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 02 de junho de 2020

DECRETO Nº 9.331/2020

Publicação Nº 2528224

DECRETO Nº 9.331/2020

APROVA O REMEMBRAMENTO DOS IMÓVEIS MATRICULADOS NO OFÍCIO DO REGISTO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE SOB Nº 37.355 E Nº 6.339, LOCALIZADOS NO BAIRRO PROGRESSO, PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE EVANDRO CARLOS DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso IV e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 6434/2020, no qual o Sr. Evandro Carlos da Silva solicita o remembramento de imóveis de sua propriedade.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de Parte do Lote Rural nº 45, com área de 804,44m², matriculado no Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 37.355 e do Lote Urbano nº 45-A, com área de 744,85m², matriculado no Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 6.339, situados na Rua Willy Barth, bairro Progresso, perímetro urbano deste Município, de propriedade de Evandro Carlos da Silva, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

I – Remembramento

Parte do Lote Rural nº 45, com área de 804,44m² e Lote Urbano nº 45-A, com área de 744,85m², perfazendo a área total de 1.549,29m², de propriedade de Evandro Carlos da Silva, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte: com Parte do Lote Rural nº 45, matrícula nº 33.890, de propriedade de Gilberto Pedro Berté, por linha seca de 60,00 metros; ao Leste: com Parte do Lote Rural nº 45, matrícula nº 33.890, de propriedade de Gilberto Pedro Berté, por linha seca de 13,50 metros; ao Sul: com Parte do Lote Urbano nº 45-B, matrícula nº

44.371. de propriedade de Arnildo Arent, por linha seca de 10,00 metros; novamente ao Leste: com Parte do Lote Urbano nº 45-B, matrícula nº 44.371, de propriedade de Arnildo Arent, por linha seca de 15,00 metros; novamente ao Sul: com Parte do Lote Urbano nº 45-B, matrícula nº 44.372, de propriedade de Anderson Ezequiel Arent, por linha seca de 50,00 metros; ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 28,50 metros.

Art. 2º Fica a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício do Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 17 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

CHARLES DALL ORSOLETTA
Secretário Municipal de Planejamento

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO Nº 9.332/2020

Publicação Nº 2528226

DECRETO Nº 9.332/2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e considerando a Lei Municipal nº 4.812 de 29 de junho de 2001, e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 002/2020/CMDCA do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo a indicação de novos membros.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de acordo com a Lei nº 4.812, de 29 de junho de 2001, constituído por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, com a seguinte composição:

PODER PÚBLICO

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Carline Mocellin (titular);

Franciely Aparecida da Silva (suplente);

Patricia Cristina Falavigna (titular);

Marcionize Filipini (suplente).

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Dalliane Cassia Zanchet Camilotti Martiny (titular);

Vânia Forgiarini (suplente),

III - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Juciane Sandra Wehner (titular);

Ronei Perassoli (suplente).

IV - Representantes de Diretores de Escolas Públicas Municipais:

Marcelo Paganini (titular);

Simone Lazarotto Paini (suplente).

NÃO GOVERNAMENTAIS

I - Representantes do segmento de Pesquisa:

Alexandra Vanessa Klein Perico (titular);

Everton Giovani da Rosa (suplente).

II - Representantes do segmento de Atenção à Criança e do Adolescente:

Claudia Mara Vizentin (titular);

Juliana Camini de Oliveira (suplente).

III - Representantes do segmento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Lucas Brugnara Soccal(titular);

Ronaldo Herminio Filippi (suplente).

IV - Representante do segmento dos Movimentos Sociais:

Solange Teresinha Massinhani (titular);

Edriane Slaviero (suplente).

V - Representante do segmento Religioso determinado pelo CIER (Conselho das Igrejas de Ensino religioso)

Teresinha da Costa e Silva (titular);

Marilene Arcari (suplente).

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Os membros substitutos atuarão até completar o período de seus antecessores.

Art. 3º Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração, considerando-se a atividade como função de serviço público relevante.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando o Decreto nº 9.291 de 17 de abril de 2020.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 17 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO Nº 9.333/2020

Publicação Nº 2528228

DECRETO Nº 9.333/2020

APROVA O DESDOBRAMENTO DOS LOTES URBANOS NºS 07 E 08, MATRICULADOS NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, SOB Nº 46.599, SITUADOS NA RUA JOSÉ ZONDANÁ, LOTEAMENTO CASINIRO TONETT, BAIRRO AGOSTINI, PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE DECARTER GASPODINI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso III e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 7686/2020, no qual o Sr. Decarter Gaspodini solicita o desdobramento de imóveis de sua propriedade.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento dos Lotes Urbanos nºs 07 e 08, com áreas respectivas de 458,702m² e 479,086m², perfazendo um total de 937,788 m², matriculados no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 46.599, situados na Rua José Zandoná, Loteamento Casinito Tonett, bairro Agostini, perímetro urbano deste Município, de propriedade de Decarter Gaspodini, passando de ora em diante a ter as seguintes áreas e confrontações:

I - Desdobramento:

a) Parte do Lote Urbano nº 07, com área total de 458,702m², confrontando-se: ao Norte: com o Lote Urbano nº 08, por linha seca de 38,576 metros; ao Leste: com a Rua José Zandoná, numa extensão de 12,00 metros; ao Sul: com o Lote Urbano nº 06, por linha seca de 38,357 metros; ao Oeste: com o Lote nº 09 (área verde), por uma linha curva medindo 12,03 metros.

b) Parte do Lote Urbano nº 08, com área total de 479,086m², confrontando-se: ao Norte: com Parte do Lote Urbano nº 09, (área verde), por linha seca de 41,808 metros; ao Leste: com a Rua José Zandoná, numa extensão de 12,00 metros; ao Sul: com o Lote Urbano nº 07, por linha seca de 38,576 metros; ao Oeste: com o Lote nº 09, (área verde), por uma linha curva medindo 12,46 metros.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 17 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

CHARLES DALL ORSOLETTA
Secretário Municipal de Planejamento

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO Nº 9.334/2020

Publicação Nº 2528894

DECRETO Nº 9.334/2020

DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DE TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS/INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SOLICITARAM O AUXÍLIO EMERGENCIAL INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 13.982/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o artigo 72, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO a ampla divulgação na mídia acerca da existência de agentes públicos catarinenses na lista de beneficiários do auxílio emergencial, instituído pela Lei Federal nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que o Art. 2º da referida lei relaciona os requisitos cumulativos para a percepção do benefício de R\$ 600,00, por 03 meses;

CONSIDERANDO que no inciso II, do referido artigo, consta como critério de elegibilidade a inexistência de emprego formal ativo, razão pela qual todos os agentes públicos estariam, automaticamente, excluídos da percepção deste auxílio, por terem emprego formal ativo;

CONSIDERANDO que a impossibilidade de recebimentos por servidores inativos está contemplada na parte inicial do inciso III, do citado artigo, o qual prevê "não seja titular de benefício previdenciário";

CONSIDERANDO o disposto no Art. 7º, § 1º, inciso VI, do Decreto n.º 10.316/2020, que estabelece expressamente que os agentes públicos, incluindo os ocupantes de cargo temporário, função de confiança, cargo em comissão e os titulares de mandato eletivo, não possuem direito ao benefício;

CONSIDERANDO o Comunicado Conjunto do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e da Controladoria Geral da União (TCE/CGU nº 01/2020);

DECRETA:

Art. 1º Fica REALIZADO O CHAMAMENTO de todos os Servidores Públicos Municipais do Município de São Miguel do Oeste, ativos/inativos/pensionistas, que SOLICITARAM o auxílio emergencial instituído pela Lei Federal nº 13.982/2020, para se apresentarem junto ao Departamento de Gestão de Pessoas do Município até o dia 26/06/2020, durante o horário normal de expediente, para fins de regularização da situação.

Art. 2º Considerando a possibilidade de uso indevido dos dados pessoais de agentes públicos por terceiros, solicita-se que todos os servidores públicos ativos/inativos/pensionistas consultem sua situação no endereço <https://consultaauxilio.dataprev.gov.br/consulta/#/>

Parágrafo único. Caso for confirmada a utilização irregular dos dados, os servidores ativos/inativos/pensionistas afetados por essa situação também deverão comparecer junto ao Departamento de Gestão de Pessoas do Município, no prazo constante no Art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Os servidores públicos ativos/inativos/pensionistas abrangidos por este Decreto e que não comparecerem junto ao Departamento de Gestão de Pessoas do Município no prazo constante no Art. 1º, estarão sujeitos a responderem sindicância e/ou processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de comunicação ao Tribunal de Contas e às autoridades competentes para apuração de eventual infração na esfera penal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 18 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI 7.730/2020

Publicação Nº 2528213

LEI Nº 7.730/2020

DENOMINA DE "ESTRADA ADELINO BARP", COM INÍCIO NA BR 282 ATÉ A DIVISA COM O MUNICÍPIO DE DESCANSO, LOCALIZADA NA LINHA APARECIDA, SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica denominada de "ESTRADA ADELINO BARP", com início na BR 282 até a divisa com o município de Descanso, localizada na Linha Aparecida, São Miguel do Oeste – SC, e contém outras providências.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 16 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI 7.731/2020

Publicação Nº 2528219

LEI Nº 7.731/2020

APROVA O PROJETO DA SUBDIVISÃO DE ÁREA DE TERRAS, NA MODALIDADE DE LOTEAMENTO, MATRÍCULADO NO CRISMO SOB Nº 47.443, LOCALIZADO NO BAIRRO ESTRELA, PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DE PROPRIEDADE DE EDI BURIN E IVANI TERESINHA BURIN, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de subdivisão de Parte do Lote Rural nº 112, com área de 17.052,34m² e Parte do Lote Rural nº 78-A, com área de 2.198,02m², perfazendo uma área total de 19.250,36m², matriculados no Ofício de Registro de Imóveis sob nº 47.443, localizado no 2º perímetro, Secção Veado, bairro Estrela, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste- SC, localizado na Macrozona Urbana Consolidada (MZUC), de propriedade de Edi Burin e Ivani Teresinha Burin, ficando subdividido os referidos imóveis em forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o Art. 1º, com área total de 19.250,36m², passa a vigorar com o seguinte fracionamento:

- I - 7.835,47m², referente a Área de Lotes Vendáveis;
- II - 4.630,47m², referente a Área de Ruas;
- III - 788,75m², referente a Área de Uso Institucional;
- IV - 5.558,74m², referente a Área Verde;
- V - 436,93m², referente a área não edificável e APP (lote não vendável).

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a denominar-se de "LOTEAMENTO PRIVILÉGIUM".

Art. 4º O loteamento "Privilégium" será composto pelas seguintes quadras:

I - Quadra A: 11 Lotes Urbanos, sendo 07 Lotes vendáveis, 01 Lote de Área Verde de lazer, 01 Lote de Área Institucional, 01 Lote de Área Verde de interesse ecológico e 01 Lote de APP não edificável;

II - Quadra B: 17 Lotes Urbanos, sendo 16 Lotes vendáveis e 01 Lote de APP não edificável.

Art. 5º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I - Lote nº 01, com área de 306,63m², confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 8,00m; Ao Leste: com o Lote nº 02, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 08 e com o Lote nº 07, do Loteamento Colina II, por linha seca de 13,00m; Ao Oeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 19,00m; Ao Noroeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini e com a Rua Riquelmo João Santolin, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

II - Lote nº 02, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 13,00m; Ao Leste: com o Lote nº 03, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 09 e com parte do Lote nº 08, do Loteamento Colina II, por linha seca de 13,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 01, por linha seca de 24,00m.

III - Lote nº 03, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 13,00m; Ao Leste: com o Lote nº 04, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 10 e com parte do Lote nº 09, do Loteamento Colina II, por linha seca de 13,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 02, por linha seca de 24,00m.

IV - Lote nº 04, com área de 449,28m², sendo 96,90m² não edificáveis e 352,38m² edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 6,56m; Ao Nordeste: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 6,37m; Ao Leste: com o Lote nº 05, por linha seca de 6,13m; Novamente ao Nordeste: com o Lote nº 05, por duas linhas secas de 10,00m e 8,56m; Novamente ao Norte: com o Lote nº 05, por linha seca de 10,34m; Novamente ao Leste: com o Lote nº 05, por linha seca de 4,65m; Ao Sul: com parte do Lote nº 13, com os Lotes nºs 12 e 11 e com parte do Lote nº 10, do Loteamento Colina II, por linha seca de 36,17m; Ao Oeste: com o Lote nº 03, por linha seca de 24,00m.

V - Lote nº 05, com área de 1.811,73m², Área Verde de Lazer, confrontando-se: Ao Nordeste: com a faixa de domínio da BR-282, numa extensão de 121,92m; Ao Sul: com o Lote nº 14 e com parte do Lote nº 13 do Loteamento Colina II, por linha seca de 20,55m; Ao Oeste: com o Lote nº 04, por linha seca de 4,65m; Novamente ao Sul: com o Lote 04, por linha seca de 10,34m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 04, por duas linhas secas de 8,56m e 10,00m; Novamente ao Oeste: com o Lote nº 04, por linha seca de 6,13m; Ao Norte, Oeste e novamente ao Sudoeste e Sul: com a caixa de retorno da Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 48,11m, em linha curva; Novamente ao Sudoeste: com os Lotes nºs 06 e 08, numa extensão de 59,63m; Ao Noroeste: com parte do Lote nº 09, por linha seca de 15,00m.

VI - Lote nº 06, com área de 298,59m², sendo 36,31m² não edificáveis e 262,28m² edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com parte do Lote nº 08, por linha seca de 19,21m; Ao Nordeste: com parte do Lote nº 05, numa extensão de 15,41m; Ao Sudeste: com a caixa de retorno da Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 5,62m; Ao Sul: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 21,14m; Ao Oeste: com o Lote nº 07, por linha seca de 13,00m.

VII - Lote nº 07, com área de 300,13m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 08, por linha seca de 23,50m; Ao Leste: com o Lote nº 06, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 18,50m; Ao Sudoeste: com a Rua Riquelmo João Santolin e o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m, Ao Oeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 8,00m.

VIII - Lote nº 08, com área de 788,75m², sendo 69,24m² não edificáveis e 719,51m² edificáveis, Área Institucional, confrontando-se em conjunto: Ao Noroeste: com parte do Lote nº 09, por linha seca de 14,44m; Ao Nordeste: com parte do Lote nº 05, numa extensão de 44,22m; Ao Sul: com os Lotes nºs 06 e nº 07, por linha seca de 42,71m; Ao Oeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 17,90m; Ao Sudoeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 5,39m.

IX - Lote nº 09, com área de 1.980,13m², Área Verde de Interesse Ecológico, confrontando-se: Ao Nordeste: com a faixa de domínio da

BR-282, numa extensão de 97,51m; Ao Sudeste: com os Lotes nº 05 e nº 08, por duas linhas secas, de 15,00m e 14,44m respectivamente; Ao Sudoeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 35,24m; Ao Oeste: com o Lote nº 10, por linha seca de 14,35m; Novamente ao Sudoeste: com os Lotes nºs 10 e 11, numa extensão de 44,24m; Novamente Ao Oeste: com o Lote nº 11, por linha seca de 15,00m.

X - Lote nº 10, com área de 647,35m², sendo 150,03m² não edificáveis e 497,32m² edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Nordeste: com o Lote nº 09, por duas linhas secas, de 11,35m e 24,09m; Ao Leste: com o Lote nº 09, por linha seca de 14,35m; Ao Sudoeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 10,91m; Ao Sul: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 2,97m e 25,57m; Novamente ao Sudoeste: o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 5,19m; Ao Oeste: com o Lote nº 11, por linha seca de 21,36m.

XI - Lote nº 11, com área de 436,93m², sendo 119,62m² de Área de Preservação Permanente e 317,31m² não edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Noroeste: com a faixa de domínio da BR-282, numa extensão de 18,97m e 32,79m; Ao Leste: com o Lote nº 09, por linha seca de 15,00m; Ao Norte: com o Lote nº 09, por linha seca de 8,80m; Novamente ao Leste: com o Lote nº 10, por linha seca de 21,36m; Ao Sudeste: com a caixa de retorno do Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 22,55m.

XII - Lote nº 12, com área de 470,88m², sendo 164,92m² não edificáveis e 332,63m² edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 4,31m; Ao Leste: com o Lote nº 13, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 19 e parte do Lote nº 20, por linha seca de 17,97m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 21, numa extensão de 24,79m; Novamente ao Norte: com a caixa de retorno do Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 6,07m; Ao Noroeste: com a caixa de retorno do Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 10,50m.

XIII - Lote nº 13, com área de 312,50m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 14, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 18 e 19, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 12, por linha seca de 25,00m.

XIV - Lote nº 14, com área de 378,61m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 7,44m; Ao Nordeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 14,34m; Ao Leste: com parte do Lote nº 15, por linha seca de 17,78m; Ao Sul: com o Lote nº 17 e parte do Lote nº 18, por linha seca de 16,70m; Ao Oeste: com o Lote nº 13, por linha seca de 25,00m.

XV - Lote nº 15, com área de 378,11m², edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 28,45m; Ao Leste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 7,46m; Ao Sul: com o Lote nº 16, por linha seca de 21,73m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 17 e com o Lote nº 14, por linha seca de 24,78m.

XVI - Lote nº 16, com área de 342,31m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 15, por linha seca de 21,73m; Ao Leste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 11,00m; Ao Sudeste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini e com a Rua Riquelmo João Santolin, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 16,73m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 17, por linha seca de 16,00m.

XVII - Lote nº 17, com área de 301,30m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 14, por linha seca de 13,10m; Ao Leste: com parte do Lote nº 15 e com o Lote nº 16, por linha seca de 23,00m; Ao Sul: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 13,10m; Ao Oeste: com o Lote nº 18, por linha seca de 23,00m.

XVIII - Lote nº 18, com área de 301,30m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nºs 13 e 14, por linha seca de 13,10m; Ao Leste: com o Lote nº 17, por linha seca de 23,00m; Ao Sul: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 13,10m; Ao Oeste: com o Lote nº 19, por linha seca de 23,00m.

XIX - Lote nº 19, com área de 260,46m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nºs 12 e 13, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 18, por linha seca de 23,00m; Ao Sul: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 6,11m; Ao Sudoeste: com a caixa de retorno da Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 7,43m; Ao Oeste: com o Lote nº 20, por linha seca de 18,67m.

XX - Lote nº 20, com área de 261,25m², sendo 53,08m² não edificáveis e 208,17m² edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com parte do Lote nº 12, por linha seca de 8,96m; Ao Leste: com o Lote nº 19, por linha seca de 18,67m; Ao Sul e Sudeste: com a caixa de retorno da Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 21,42m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 21, numa extensão de 35,65m.

XXI - Lote nº 21, com área de 1.766,88m², Área Verde, confrontando-se: Ao Nordeste: com a caixa de retorno do Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 16,10m; Ao Leste: com os Lotes nºs 12, 20 e 23, numa extensão de 92,76m; Ao Norte: com parte do Lote nº 23, por linha seca de 4,18m. Novamente ao Leste: com o Lote nº 01, com a Rua Leonardo Finn e com parte do Lote nº 15, todos do Loteamento Colina II, por linha seca de 62,85m; Ao Sul: com o Lote nº 22, por linha seca de 16,17m; Ao Oeste: com a Rua Luiz de Camões, numa extensão de 150,07m; Novamente ao Nordeste: com a faixa de domínio da BR-282, numa extensão de 16,28m; Novamente ao Oeste: com a faixa de domínio da BR-282, numa extensão de 20,50m.

XXII - Lote nº 22, com área de 410,37m², sendo 106,41m² não edificáveis e 303,96m² edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 21, por linha seca de 16,17m; Ao Leste: com parte do Lote nº 15 e com o Lote nº 20, ambos do Loteamento Colina II, por linha seca de 26,76m; Ao Sul: com a Rua Professor Clademir Roberto de Bona, numa extensão de 14,90m; Ao Oeste: com a Rua Luiz de Camões, numa extensão de 26,65m.

XXIII - Lote nº 23, com área de 285,40m², sendo 27,20m² não edificáveis e 258,20m² edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao

Nordeste: com a caixa de retorno da Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 19,54m; Ao Leste: com o Lote nº 24, por linha seca de 18,97m; Ao Sul: com parte do Lote nº 01, do Loteamento Colina II e com parte do Lote nº 21, por linha seca de 12,82m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 21, numa extensão de 32,32m.

XXIV - Lote nº 24, com área de 298,24m², sendo 32,36m² não edificáveis e 265,88m² edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 3,59m; Ao Leste: com o Lote nº 25, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 02 e 01, ambos do Loteamento Colina II, por linha seca de 14,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 23, por linha seca de 18,97m; Ao Noroeste: com a caixa de retorno da Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 12,06m.

XXV - Lote nº 25, com área de 300,71m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 12,53m; Ao Leste: com o Lote nº 26, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 03 e 02, ambos do Loteamento Colina II, por linha seca de 12,53m; Ao Oeste: com o Lote nº 24, por linha seca de 24,00m.

XXVI - Lote nº 26, com área de 300,71m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 12,53m; Ao Leste: com o Lote nº 27, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 05, com o Lote nº 04 e com parte do Lote nº 03, todos do Loteamento Colina II, por linha seca de 12,53m; Ao Oeste: com o Lote nº 25, por linha seca de 24,00m.

XXVII - Lote nº 27, com área de 300,71m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 12,53m; Ao Leste: com o Lote nº 28, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 06 e 05, ambos do Loteamento Colina II, por linha seca de 12,53m; Ao Oeste: com o Lote nº 26, por linha seca de 24,00m.

XXVIII - Lote nº 28, com área de 306,63m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Riquelmo João Santolin, numa extensão de 8,00m; Ao Nordeste: com a Rua Riquelmo João Santolin e com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com o Prolongamento da Rua Flávio Sparta Tiezerini, numa extensão de 19,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 06, do Loteamento Colina II, por linha seca de 13,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 27, por linha seca de 24,00m.

Art. 6º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, como bem comum de uso do povo, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 7º Fica a cargo dos proprietários a execução da abertura de ruas, terraplenagem e pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica e iluminação pública, água potável, com ligação de ramais de espera de água em todos os lotes e recomposição de área verde, no prazo máximo de 04 (quatro) anos, obedecendo às normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e IMA, bem como o cronograma de obras constante do projeto de loteamento.

Art. 8º O proprietário tem o prazo de 180 dias, a contar da publicação da presente Lei, para efetuar o registro do loteamento junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 16 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

CHARLES DALL ORSOLETTA
Secretário Municipal de Planejamento

Julio Bagetti
Advogado

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PROCESSO Nº 07/2020 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2528214

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020

O Fundo Municipal de Assistência Social através da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade

de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de amassadeira com capacidade para 15 kg a ser utilizada na cozinha do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV) da Secretaria de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste/SC, para manipulação de alimentos/lanches destinados aos grupos de acompanhamento das famílias beneficiárias do Bolsa Família, bem como para atendimento às pessoas em situação de rua, de acordo com o anexo I do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 23 de junho de 2020 até às 08h15min do dia 03 de julho de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 03 de julho de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marclio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 18 de junho de 2020.

ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA REBELATO

Secretária do Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº 17/2020 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2528974

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação objetivando a contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento institucional do usuário C. D. S., na Casa Lar Aconchego no Município de Iporã do Oeste/SC, em virtude de estratégias traçadas pela equipe técnica do CREAS da Secretaria de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste/SC, para acolher usuários em situação de vulnerabilidade, em razão da Pandemia da COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre medidas de para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

Contratado: ELOIDE APARECIDA ODY ME.

CNPJ: 24.524.358/0001-81.

Valor total de 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Vigência contratual: 90 (noventa) dias.

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marclio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 18 de junho de 2020.

ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA REBELATO

Secretária Municipal do Fundo de Assistência Social

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EDITAL Nº 003/2020

Publicação Nº 2528783

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EDITAL Nº 003/2020

CONSIDERANDO a necessidade temporária de contratação de pessoal e do excepcional interesse público previsto no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, regulamentada no âmbito municipal pela Lei nº 6.616/2012;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º assevera, dentre outros, que a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar seus meios de acesso;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

CONSIDERANDO o Art. 3º, §1º, da Lei Municipal n.6.616/2012, e suas alterações, o qual dispõe que na hipótese de restar frustrado o processo seletivo por ausência de interessados ou por falta de aprovados em número suficiente para atender a demanda, poderá ser realizada seleção simplificada dos candidatos por meio da análise de títulos, respeitado o prazo mínimo de inscrição de 10 (dez) dias;

CONSIDERANDO a Resolução 002/2019 do Conselho Municipal de Educação, a qual aprovou na íntegra o parecer 002/2019 da Câmara Especial Permanente de Educação Especial, que regulamenta a Educação Especial, bem como estabelece as normas para atendimento do Segundo Professor na rede municipal de ensino de São Miguel do Oeste/SC.

CONSIDERANDO que não há candidatos classificados ao cargo de Coordenador Pedagógico e Professor de Educação Especial para serem chamados no Processo Seletivo 009/2019;

O Município de São Miguel do Oeste – SC realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Coordenador Pedagógico e Professor de Educação para atuar no Município de São Miguel do Oeste.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será acompanhado pela Comissão legalmente constituída por meio da Portaria n. 079/2020, formada pelas servidoras: Dalianne Cássia Zanchet Camilotti Martiny, ocupante do cargo de Assessora Especial Pedagógica, Ivete Favretto Schons, ocupante do cargo de Técnico Administrativo; e Vânia Forgiarini, ocupante do cargo de Diretora de Ensino Fundamental. A presidência da Comissão caberá a servidora Dalianne Cássia Zanchet Camilotti Martiny.

1.2 A Comissão será responsável por auxiliar a administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do certame seletivo, conforme disposto na portaria n. 079/2020..

1.3 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.4 O presente edital estará disponível no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios sendo de inteira responsabilidade do candidato sua obtenção, devendo observar os requisitos e prazos previstos.

1.5 Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas ou ficarão em "Cadastro de Reserva" na expectativa de abertura de novas vagas.

1.6 Dos Recursos quanto ao Edital de Abertura

1.6.1 Será aceita impugnação contra o presente Edital, caso apresente itens com ilegalidade, omissão, contradição.

1.6.2 Os recurso deverão ser encaminhados para a comissão responsável por este Processo Seletivo Simplificado e poderão ser protocolados na Secretaria Municipal de Educação no prazo constante no Anexo II.

1.6.3 Os recurso serão analisados, e as respostas encaminhadas individualmente para o requerente.

1.6.4- No caso de deferimento do recurso, a Comissão juntamente com a Administração Municipal procederá à retificação do Edital, e a versão definitiva será publicada integralmente no endereço eletrônico Prefeitura de São Miguel do Oeste (<https://www.saomiguel.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>) na data de 16 de junho de 2020.

2. DOS CARGOS

2.1-A remuneração fixada pela prestação dos serviços terá como base conforme abaixo descrito:

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Coordenador Pedagógico	03	40 horas semanais	Ensino Superior em pedagogia ou Habilitação obtida em curso de nível superior com especialização na área de atuação do cargo.	R\$ 2.886,24 40h
Professor de Educação Especial	03	40/20 h/sem	Ensino Superior em pedagogia – Educação Especial; ou Ensino Superior com graduação em pedagogia e Especialização em Educação Especial; ou *Ensino Superior em pedagogia.	R\$ 2.886,24 40h

* Formação amparada pela Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006.

3.0 DO PROCESSO SELETIVO

3.1 REQUISITOS

3.1.1-Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, 18/04/1972;

3.1.2-Goza dos direitos políticos;

3.1.3-Estar quite com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.4-Nível de escolaridade exigido para o cargo;

3.1.5-Aptidão física e mental, salvo nos casos em que a lei determine situação adversa;

3.1.6-Não se enquadrar na vedação de acúmulo de cargos públicos (art. 37 inciso XVI da CF);

3.1.7-Não possuir condenação criminal transitada em julgado, nem responder a processo penal por crime que o incompatibilize a exercer a função pública.

4.0 DA INSCRIÇÃO

4.1-As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão, conforme Anexo II, na Secretaria Municipal de Educação de São Miguel do Oeste, sito na Rua Sete de Setembro, 2045 - Centro, São Miguel do Oeste.

4.2-As inscrições serão realizadas do dia 24/06/2020 ao dia 03/07/2020, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h15min.

4.3-A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração Pública ou Particular.

4.4-O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munidos dos documentos exigidos no item 4.5;

4.5-No ato da inscrição o candidato deverá preencher formulário padrão, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitado e entregar cópias simples dos seguintes documentos.

a) Documento de Identidade;

- b) CPF;
- c) Título de Eleitor;
- d) Certidão de quitação eleitoral;
- e) Alistamento militar, no caso de candidatos do sexo masculino;
- f) Comprovante de residência;
- g) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

4.6 – Nenhum documento poderá ser apresentado após a inscrição;

4.7-Os documentos apresentados deverão estar no vernáculo;

4.8-A inscrição implicará o conhecimento tácito e a aceitação plena e integral das condições determinadas neste edital, atos que a candidato não poderá alegar desconhecimento.

4.9-Feita a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.10-Será automaticamente eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo.

4.11- O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 (um) cargo que trata o edital.

5.0 DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

5.1-Professor de Educação Especial

-Diagnosticar a realidade situacional (contexto, diversidade, etc.) de seus educandos;

-Planejar as atividades anuais, bimestrais e diárias da sua turma (classe) de educandos, estabelecendo, de modo claro, objetivos e metas a serem alcançados;

-Ministrar as aulas de acordo com os planejamentos estabelecidos, fazendo-o com criatividade, dinamismo e responsabilidade;

-Monitorar e avaliar as etapas, os avanços e a eficiência do processo de ensino aprendizagem;

-Avaliar o desempenho dos educandos de acordo com as normas do sistema de ensino, nos prazos estabelecidos;

-Estabelecer, em sua sala de aula, formas alternativas de recuperação para os educandos que apresentarem rendimento abaixo das metas estabelecidas;

-Identificar e encaminhar os educandos, quando necessário e após medidas próprias aos setores específico de atendimento e aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem;

-Socializar informações e situações de aprendizagem, prezando pelo desenvolvimento de processos de ensino que assegurem a interdisciplinaridade;

-Participar ativamente na construção coletiva do planejamento das atividades do sistema de ensino e, de modo especial, da sua unidade escolar;

-Aproveitar e colaborar no acompanhamento extra-sala dos educandos e dos processos de interação entre educandos, professores e outros profissionais como forma de conhecê-los;

-Elaborar projetos e ações que valorizem as novas tendências pedagógicas, com ênfase às tecnologias da informação (TICs);

-Executar o trabalho docente em consonância com os documentos legais e diretrizes do sistema: plano político, planejamento, sistema hierárquicas e demais diretrizes legais e normativas;

-Exercer papel de liderança em relação às atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

-Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;

-Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais, conselhos de classe e atividades comunitárias;

-Manter de forma atualizada os diagnósticos individualizados, planejamento anual, bimestral e diário, diários de classe, relatórios de ocorrências, registros escolares e demais controles e informações necessários ao sistema de ensino;

-Zelar pela autodisciplina no cumprimento de regras e preceitos e assegurar a disciplina junto ao corpo discente;

-Utilizar as horas de atividade disponibilizadas para a realização dos planejamentos e avaliações, nos termos legais;

-Manter-se em constante aperfeiçoamento pedagógico, participando em ações do programa de formação continuada promovidos pelo sistema e participar, sob interesse próprio, de cursos e processos de atualização;

- Sugerir ajuda técnica que facilite o processo de aprendizagem do educando da educação inclusiva.

- Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas.

- Buscar conhecimento antecipado do planejamento com o professor titular, e quando possível participar das atividades de planejamento.

- Participar e contribuir na elaboração de relatórios (diagnósticos, pareceres, avaliações,...) da turma, em especial educandos com deficiência.

- Quando na eventual ausência do educando, cumprir a carga horária de trabalho no Educandário ou Instituição de Ensino, na sala de aula, ou em atendimento a necessidades apontadas pela gestão.

- Planejar e executar as atividades pedagógicas, sempre que possível, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e na Educação Infantil.

5.2-Coordenador Pedagógico

- Assegurar a regularidade da existência do planejamento anual e trimestral e especialmente os planejamentos diários (planos de aula), devendo comunicar irregularidades ao sistema.

- Acompanhar, de forma presencial, a qualquer tempo, a consecução dos planos de aula.

- Monitorar o cumprimento dos planos de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino.

- Oferecer diagnósticos e orientações sobre a implementação dos planejamentos e avaliação dos resultados.

- Orientar a utilização de mecanismos e instrumentos tecnológicos levando em termo o estágio de desenvolvimento e necessidades de educando, os planejamentos estabelecidos e as metas do sistema de ensino.

- Acompanhar todos os Conselhos de Classe na sua área de atuação.

- Assessorar a elaboração dos relatórios trimestrais sobre o desempenho escolar de todos os educandos.

- Assegurar processo de avaliação da aprendizagem escolar e a recuperação dos educandos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da Comunidade Escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino.

- Oferecer aos docentes atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação.
- Assessorar a direção escolar e as demais atividades e serviços na unidade escolar.
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais, conselhos de classe e atividades comunitárias.

6.0 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1- O Processo Seletivo Simplificado será constituído da análise da qualificação profissional e tempo de experiência, realizada por Comissão constituída para este fim.

6.2-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO COORDENADOR PEDAGÓGICO

6.2.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- I- Doutorado; 3,0 (três pontos);
- II- Mestrado; 2,5 (dois pontos e meio);
- III- Pós-Graduação; 2,0 (dois pontos);
- IV- Graduação; 1,5 (um ponto e meio).

Paragrafo Único- Será utilizado para critérios de qualificação profissional a maior titulação no caso dos incisos I, II, III e IV.

6.2.2-TEMPO DE EXPERIÊNCIA

6.2.2.1 – Será considerado para fins de pontuação o efetivo exercício na área de educação, atuando como Coordenador Pedagógico. Valendo 1,0 (um ponto) a cada seis meses de efetivo exercício, limitado a 7,0 (sete pontos), devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

Paragrafo Único- Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

6.3 -CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

6.3.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- I- Doutorado; 3,0 (três pontos);
- II- Mestrado; 2,5 (dois pontos e meio);
- III- Pós-Graduação; 2,0 (dois pontos);
- IV- Graduação; 1,5 (um ponto e meio).

Paragrafo Único- Será utilizado para critérios de qualificação profissional a maior titulação no caso dos incisos I, II, III e IV.

6.3.2-TEMPO DE EXPERIÊNCIA

6.3.2.1 – Será considerado para fins de pontuação o efetivo exercício na área de educação, atuando como Professor. Valendo 1,0 (um ponto) a cada seis meses de efetivo exercício, limitado a 7,0 (sete pontos), devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

Paragrafo Único- Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

7.0 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE PARA TODOS OS CARGOS

7.1- Ocorrendo empate na pontuação final, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- 7.1.1- Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).
- 7.1.2- Obter maior nota na análise do tempo de serviço;
- 7.1.3- Obter maior nota na análise da qualificação profissional.
- 7.1.4- Ter maior idade.

7.2- Os candidatos que seguirem empatados até o item 7.1.4 serão convocados, antes do resultado final do Processo Seletivo Simplificado, para a apresentação da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento, para fins de desempate.

8.0 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO

8.1- O resultado provisório deste Processo Seletivo Simplificado será Publicado no dia 09 de julho de 2020 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

9.0 DO RECURSO CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO

9.1 - O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório deste Processo Seletivo Simplificado disporá do período estabelecido no cronograma constante do Anexo I.

9.2- No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio de documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.

9.3- Para recorrer contra o resultado provisório, o candidato deverá protocolar recurso na recepção da Secretaria Municipal de Educação, utilizado na inscrição do candidato, no horário das 8 horas do primeiro dia às 17h15min do último dia.

9.4- O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo não será reconhecido.

9.5- Todos os recursos serão analisados, e as justificativas do deferimento ou indeferimento será encaminhado para o endereço de e-mail deixado pelo candidato na ficha de inscrição.

9.6- Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos contra o resultado final deste Processo Seletivo Simplificado.

10- DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

10.1- Após o julgamento dos recursos interpostos contra o resultado provisório, deste Processo Seletivo Simplificado, será divulgado o

resultado final, na data de 17 de julho de 2020.

11- DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO

11.1- A chamada dos candidatos classificados para ocuparem as vagas, será feita pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.
11.2- O candidato terá prazo de 48 horas, subsequente à convocação, para comparecer a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência no Departamento de Desenvolvimento de Pessoas com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado no período implicará a desistência tácita do Processo Seletivo.

12. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1- Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções e exigências contidas neste Edital.
12.2- Todas as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo serão feitas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
12.3- O profissional contratado terá avaliado o seu desempenho pela chefia imediata, durante o período de vigência do contrato.
12.4- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicados nos locais referidos no item 8.1 deste edital.
12.5- O prazo de validade do Processo Seletivo será de 6 (seis) meses, contado da publicação de sua homologação.

São Miguel do Oeste, 19 de junho de 2020.

ANEXO I

Ficha de Inscrição para o Processo Seletivo Simplificado

Edital 001/2020

Cargo: Dados Pessoais:

Nome do Candidato:			
Sexo: () M () F		Data de Nascimento:	
RG:		CPF:	
Nome da Mãe:			
Endereço:			
Nº:	Complemento:	Bairro:	
Cidade:	UF:		CEP:
E-mail:			
Telefone Residencial:		Celular:	
Titulação: () Graduação () Pós-Graduação () Mestrado () Doutorado			

Informações Adicionais:

1. Candidato é responsável pela exatidão e veracidade das informações prestadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou do não preenchimento de qualquer campo daquele campo;
2. A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração Pública ou Particular, sendo que neste caso, a assinatura do candidato/outorgante deverá estar reconhecida em cartório.
3. A inscrição no processo seletivo implica, desde logo, o reconhecimento e a tácita aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas.
4. Não será admitida, sob nenhuma hipótese, complementação documental fora do prazo de inscrição.

São Miguel do Oeste – SC, _____ de _____ de 2020.

Candidato Membro da Comissão

Para uso exclusivo da comissão

1. Nacionalidade brasileira: () Sim () Não
2. Quite com as obrigações eleitorais () Sim () Não
3. Quite com as obrigações militares (sexo masculino): () Sim () Não () não se aplica
4. Cópia legível da carteira de Identidade e CPF: () Sim () Não
5. Cópia legível do comprovante de residência: () Sim () Não
6. Inscrição no PIS/PASEP: () Sim () Não
7. Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo: () Sim () Não

1. Tempo de experiência profissional: _____.
 2. Qualificação Profissional: _____.
 3. Idade: _____.
 4. Nota Final: _____.
- ANEXO II

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	19/06/2020	Diário Oficial dos Municípios e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Prazo de Impugnação do Edital	22/06/2020 e 23/06/2020	Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste SC.
Inscrições	24/06/2020 a 03/07/2020	Secretaria Municipal de Educação.

Publicação do Resultado Provisório	09/07/2020	Diário Oficial dos Municípios e no site www.sao-miguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Prazo de interposição de recurso, somente em face do Resultado Preliminar	13/07/2020 a 14/07/2020	Protocolado na Recepção da Secretaria Municipal de Educação.
Publicação do Resultado Final	17/07/2020	Diário Oficial dos Municípios e no site www.sao-miguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Homologação	20/07/2020	Diário Oficial dos Municípios e no site www.sao-miguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

DALIANNE CÁSSIA ZANCHET CAMILOTTI MARTINY
Presidente da Comissão

IVETE FAVRETTO SCHONS
Membro da Comissão

VANIA FORGIARINI
Membro da Comissão

ALENCAR BARBIERI
Secretário Interino de Gestão de Pessoas e Transparência

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº 67/2020

Publicação Nº 2528488

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
DECRETO Nº 67/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1278/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 7.301,40 (Sete mil trezentos e um reais e quarenta centavos) por conta dos recursos do Superávit da Vigilância em Saúde – Assistência Financeira na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.059 –Func. e Manut. da Vigilância em Saúde R\$ 7.301,40

3.1.90.00.00.00.00.00.03.01204.102 – Aplicação Direta R\$ 7.301,40

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 68/2020

Publicação Nº 2528549

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
DECRETO Nº 68/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1278/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 947,46 (Novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos) por conta dos recursos do Superávit da Farmácia Básica Presídio-Estado na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.094 –Func. e Manut. do Sistema Prisional R\$ 947,46

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0784.92 – Aplicação Direta R\$ 947,46

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 69/2020

Publicação Nº 2528551

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 69/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1278/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 5.758,67 (Cinco mil setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos) por conta dos recursos do Superávit da Farmácia Básica do Estado na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.058 –Func. e Manut. da Farmácia Básica R\$ 5.758,67

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0788.79 – Aplicação Direta R\$ 5.758,67

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 70/2020

Publicação Nº 2528573

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 70/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1278/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 9.093,50 (Nove mil noventa e três reais e cinquenta centavos) por conta dos recursos do Superávit da Farmácia Básica da União na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.058 –Func. e Manut. da Farmácia Básica R\$ 9.093,50

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0789.78 – Aplicação Direta R\$ 9.093,50

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Saudades

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020

Publicação Nº 2528357

MUNICÍPIO DE SAUDADES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1153/2020
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020

O Município de Saudades, SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Concorrência Pública para CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL, para instalação de indústria localizado na Av. João Wilibaldo Kothe, área industrial de Saudades/SC. Os envelopes de documentação e propostas deverão ser entregues até às 08:00 horas do dia 23 de julho de 2020, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, na Rua Castro Alves, 279, Centro, Saudades, SC, pelo fone:49-3334-0127 ou no site: www.saudades.sc.gov.br
Saudades, SC, 19 de junho de 2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020 - PMS

Publicação Nº 2524725

MUNICÍPIO DE SAUDADES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 619/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

OBJETO: Aquisição de cinco parques infantis, coloridos em madeira plástica para a Secretaria Municipal de Educação.
A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 19 de junho de 2020, no site: www.saudades.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, sito à Rua Castro Alves, 279, Saudades - SC. Informações fone: (49) 3334-0127.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de proposta de preço e documentos de habilitação até dia 01 de julho de 2020, das 08:30 às 09:00 horas para credenciamento, e à partir das 09:00 horas, para abertura das propostas, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Castro Alves, 279, centro de Saudades - SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93.
Saudades, SC, 19 de junho de 2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

Publicação Nº 2528384

MUNICÍPIO DE SAUDADES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1174/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

OBJETO: Contratação de empresa para executar ampliação e reforma do Ginásio Municipal de Esportes do Distrito de Juvêncio, área de 177,40m2, tudo de acordo com projeto, memorial descritivo, orçamento geral, cronograma físico-financeiro e demais anexos ao projeto.
A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 19 de junho de 2020, no site: www.saudades.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, sito à Rua Castro Alves, 279, Saudades - SC. Informações fone: (49) 3334-0127.

DATA: Os interessados poderão entregar a documentos de habilitação e proposta até às 08:30 horas dia 09 de julho de 2020, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Castro Alves, 279, centro de Saudades - SC.
Saudades, SC, 19 de junho de 2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal de Saudades

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2020-SMAS/PMS

Publicação N° 2528196

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2020-SMAS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MICHELLI TATIANY MACHADO, inscrita no CPF sob n°. 035.801.039-03, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2020-SMAS/PMS, para o cargo de PSICÓLOGA para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 22 de junho de 2020, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.2 e 12.3.

Schroeder, 18 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°. 76/2020-PMS

Publicação N° 2527917

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n°. 76/2020-PMS

Dispensa n°. 43/2020-PMS - Processo n°. 106/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba n°. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501

Objeto: Constitui o presente contrato aquisição de serviço/material para revisões programadas, conforme manual do fabricante, de 20.000KM, para o veículo (VTR) Renault Duster 2.0 4X4, placas RAE-1795, deste Grupo Policial Militar, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Cartão Benazon	1	Unid	55,00	55,00
2	Filtro Habitáculo	1	Unid	45,88	45,88
3	Filtro Ar Motor	1	Unid	45,00	45,00
4	Óleo Semi-sintético	6	Litro	34,00	204,00
5	Arruela Vedação	1	Pç	7,32	7,32
6	Filtro Óleo F4R	1	Pç	38,00	38,00
7	Filtro Combustível	1	Unid	47,00	47,00
8	Limpa Parabrisa	1	Unid	5,00	5,00
9	Palheta Dianteira	2	Unid	37,00	74,00
10	Serviço de Oxisanitização	0,5	Unid	20,00	10,00
11	Serviço de Revisão de 20.000 Km	1,3	Unid	63,69	82,80
12	Balanceamento	0,5	Unid	90,00	45,00
13	Geometria	0,5	Unid	100,00	50,00
TOTAL R\$					709,00

Valor do contrato: R\$ 709,00 (setecentos e nove reais)

Data da Assinatura: 18/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 77/2020-PMS

Publicação Nº 2527944

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 77/2020-PMS

Inexigibilidade nº. 02/2020-PMS - Processo nº. 105/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.255.187/0001-08, estabelecida na Rua Duque de Caxias nº. 831, Bairro Centro, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89120-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Fornecimento de IP Fixo para Link de Internet, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Fornecimento de IP Fixo para Link de Internet na Sala da Banda Municipal	7	Meses	50,00	350,00
TOTAL R\$					350,00

Valor do contrato: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 18/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 78/2020-PMS

Publicação Nº 2528011

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 78/2020-PMS

Dispensa nº. 45/2020-PMS - Processo nº. 108/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SANDRO MILBRATZ 07292241980, inscrita no CNPJ sob o nº. 36.134.012/0001-56, estabelecida na Rua Tufie Mahfud nº. 150, sala 01, Box 37, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-080

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Contratação de empresa para divulgação de informações e campanhas do Município de Schroeder em jornal impresso e mídias sociais, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Divulgação em uma página semanal (tamanho) em folha jornal com conteúdo a ser escolhido pelo Município de Schroeder semanalmente. Matéria elaborada pela contratada. Criação de arte gráfica e diagramação. Edição com 2000 exemplares distribuídos de forma gratuita semanal. Veiculação nos meios virtuais de comunicação, sendo eles: site do jornal e rede social (facebook), grupos de whatsapp.	6	meses	1.000,00	6.000,00
TOTAL R\$					6.000,00

Valor do contrato: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Data da Assinatura: 18/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA PREGÃO PRESENCIAL 07/2020-FMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2528314

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2020 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 29/2020 Data do Processo: 29/05/2020
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 10/2020 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada prestação de serviço de fornecimento de software com interfaces web, na modalidade de SaaS, acessível via Internet, para informatização das operações da Secretaria Municipal de Saúde de Schroeder SC

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA. - EPP está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA. - EPP apresentou a Certidão de Falência e Concordata entretanto não apresentou a Certidão Complementar que o próprio documento exige para que o mesmo seja válido, no Documento apresentado consta: "ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>" sendo assim o documento não foi apresentado de acordo com a exigência do edital, este documento é exigido no edital o item 7.1.13 sendo assim a empresa não apresentou a documentação de acordo com edital, de acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 8 dias úteis, sendo até dia 30 de junho de 2020, às 16h30min, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2020 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 29/2020 Processo de Licitação: 29/05/2020 Data do Processo:
		Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 10/2020 (Sequência: 1)

Schroeder, 18 de Junho de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	-	- Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	-	- Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	-	- Equipe de Apoio
<u>Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:</u>		
ALFREDO ROEDER JUNIOR	-	- Representante
NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI	-	- Setor Solicitante
NIVEA MASKE HOLDERRIED	-	- Setor Solicitante
EVANDRO JOSÉ PASQUALI	-	- Setor Solicitante

ATA PREGÃO PRESENCIAL 40/2020-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2527915

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2020 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 88/2020 Data do Processo: 25/05/2020
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 91/2020 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas METROMED COM. DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA., PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. - EPP, ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. - EPP, ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., BARRA EMBALAGENS E ASSESSÓRIOS EIRELI - ME, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., CIRURGICA NOSSA SENHORA EIRELI - EPP e MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. - ME., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas METROMED COM. DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA., PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. - EPP, ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. - EPP, ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., BARRA EMBALAGENS E ASSESSÓRIOS EIRELI - ME, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., CIRURGICA NOSSA SENHORA EIRELI - EPP e MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. - ME estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas METROMED COM. DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA., PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. - EPP, ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. - EPP, ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., BARRA EMBALAGENS E ASSESSÓRIOS EIRELI - ME, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., CIRURGICA NOSSA SENHORA EIRELI - EPP e MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. - ME. Será paralisada a sessão, dando continuidade ao certame em 22 de junho de 2020 às 08h com a etapa de lances conforme consta no Edital no item 1.2 "e". Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 40/2020 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação: 88/2020****Data do Processo: 25/05/2020**

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 91/2020 (Sequência: 1)**

Schroeder, 18 de Junho de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	- - Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CLEITON ANDRÉ WAGNER	- - Representante
WALDIR JACOBI	- - Representante
CARLOS EDUARDO HORT	- - Representante
ROBSON EMANOEL ALBANO HASCKEL	- - Representante
ALESSANDRO DOS SANTOS LEAL	- - Representante
CLAITON FERREIRA DE LIMA	- - Representante
ADALBERTO LUIZ REESE	- - Representante
GEISSON LUIS DE PAULA GONÇALVES GUIMARÃE	- - Representante
JUSTO GOYA DORNELLER JUNIOR	- - Representante
JOÃO ALEX MARTIN	- - Representante

DISPENSA 44/2020-PMS

Publicação Nº 2527963

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2020 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 107/2020
Data: 18/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: LIBERTE VEICULOS LTDA
Endereço: AV PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1292
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 01.796.973/0004-94**Código:** 10629**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** aquisição de serviço/material para revisões programadas, conforme manual do fabricante, de 30.000KM, para o veículo (VTR) Renault Duster 2.0 4X4, placas RAE-1795, deste Grupo Policial Militar**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Cartão Benazon	UN	55,00	55,00
2	1,00	Filtro Habitaculo	UN	45,50	45,50
3	1,00	FILTRO AR MOTOR	UN	45,00	45,00
4	6,00	Óleo Semi-sintético	LT	34,00	204,00
5	1,00	Arruela Vedação	PC	7,00	7,00
6	1,00	Filtro oleo F4R	PC	38,00	38,00
7	1,00	FILTRO COMBUSTIVEL	UN	47,00	47,00
8	0,50	Serviço de Oxisanitização -	UN	20,00	10,00
9	1,29	Serviço de Revisão de 20.000 Km	UN	80,23	103,497
10	0,50	Balanceamento	UN	90,00	45,00
11	0,50	Geometria	UN	100,00	50,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

JUSTIFICATIVA

Em face da necessidade de revisões OBRIGATÓRIAS programadas, conforme manual do fabricante RENAULT, para o veículo Renault Duster 2.0 4X4, placas RAE-1795 (Viatura Policial), de maneira a prover à esta Organização Policial Militar, as condições necessárias, para o bom desenvolvimento das atividades afetas a segurança pública, notadamente as ocorrências de trânsito e ao Radiopatrulhamento da cidade, a fim de propiciar um atendimento de excelência ao cidadão.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2020 - DL**Processo Nr.:** 107/2020
Data: 18/06/2020

Folha: 2/2

Schroeder, 18 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

15/06/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Junho de 2020

Valor da Despesa: 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 45/2020-PMS

Publicação Nº 2528003

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 45/2020 - DL****Processo Nr.:** 108/2020
Data: 18/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: SANDRO MILBRATZ 07292241980

Código: 14342

Endereço: R TUFIE MAHFUD,150 - SALA 01 BOX 37**Cidade:** JARAGUA DO SUL - SC**CNPJ:** 36.134.012/0001-56

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa para divulgação de informações e campanhas do Município de Schroeder em jornal impresso e mídias sociais.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6,00	Divulgação em uma página semanal (tamanho) em folha jornal com conteúdo a ser escolhido pelo Município de Schroeder semanalmente. Matéria elaborada pela contratada. Criação de arte gráfica e diagramação. Edição com 2000 exemplares distribuídos de forma gratuita semanal. Veiculação nos meios virtuais de comunicação, sendo eles: site do jornal e rede social (facebook), grupos de whatsapp.	MÊS	1.000,00	6.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Para ampliar a divulgação dos feitos do Município.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 18 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 45/2020 - DL**Processo Nr.:** 108/2020
Data: 18/06/2020

Folha: 2/2

09/06/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Junho de 2020

Valor da Despesa:

6.000,00 (seis mil reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

DECRETO N° 1911

Publicação N° 2528922

DECRETO N° 1911, de 18 de junho de 2020

Revoga Processo Licitatório n° 062/2020 – Pregão Presencial n° 032/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso X do art. 108, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o artigo 49, da Lei n° 8666/1993, e alterações posteriores, e considerando:

- a) Que a administração municipal pode revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- b) Que o vencedor do certame foi desclassificado, por não apresentar documentação no prazo e nenhum fornecedor assumiu a condição de atender o objeto ao preço cotado pelo primeiro colocado,

DECRETA:

Art. 1° Fica revogado o Processo Licitatório n° 062/2020 – Pregão Presencial n° 032/2020, que tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviço mensal de ajardinamento e manutenção e limpeza de meios fios e calçadas dos bairros do Município de Seara.

Art. 2° O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 18 de junho de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 18 de junho de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

DECRETO N° 1912

Publicação N° 2528924

DECRETO N° 1912, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Altera Decreto n° 1878, de 11 de maio de 2020, que dispõe sobre a intensificação de medidas enfrentamento de saúde pública de importância internacional e dá outras providências,

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando deliberação coletiva dos Prefeitos da AMAUC, através de videoconferência realizada em 15 de junho de 2020,

DECRETA

Art. 1° Fica alterado o art. 12 do Decreto n° 1878, de 11 de maio de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 12. As medidas do presente decreto terão a duração até 08 de julho de 2020, podendo ser alteradas caso a situação epidemiológica no Município entenda necessário, ou normas mais restritivas sobrevierem pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

...

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 18 de junho de 2020
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 18 de junho de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 104/2020

Publicação Nº 2528996

Processo Licitatório nº. 104/2020.
Edital de Pregão Presencial nº. 056/2020 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 01/07/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais esportivos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 19 de junho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2020

Publicação Nº 2528843

3ª Retificação Processo Licitatório nº 088/2020.
3ª Retificação Edital de Tomada de preços nº 006/2020.

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 088/2020, na modalidade Tomada de Preços nº006/2020, datado de 19/05/2020, que objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de atualização física e contábil do patrimônio público, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo licitatório foi constatada a necessidade de retificação do instrumento convocatório, considerando a modificação dos itens 5.5.1.3 a 5.5.1.8, passando a exigir vinculação junto ao Conselho Regional de Contabilidade ou Conselho Regional de Administração, bem como comprovação de vínculo profissional com engenheiro ou arquiteto para fins de avaliação dos imóveis, além da comprovação de vínculo com profissional contador para fins de efetivação dos lançamentos contábeis, acolhendo-se assim impugnação apresentada no certame.

Diante dessa conjectura, tendo em vista que a retificação altera substancialmente a formulação das propostas em conformidade com o § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, o prazo de entrega dos envelopes fica alterado para o dia 06/07/2020, às 13:30 horas, sendo a abertura dos invólucros realizada nesta mesma data, às 13:35 horas, tudo de acordo com a lei n.º 10.520/02 e da lei n.º 8.666/93.

Os demais itens, cláusulas e anexos do Edital da Tomada de Preços nº 006/2020 – permanecem inalterados.

Publique-se.

Seara, SC, aos 18 dias do mês de junho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 123/2020 DE 22 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2528412

DECRETO Nº 123/2020 DE 22 DE MAIO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 47.259,76 (Quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Entidade 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Órgão: 11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11.03 – Fundo de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.900 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.2052 – COVID-19 Recursos transferidos União sem destinação específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)

Dotação: 121 R\$ 10.180,94

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.2052 – COVID-19 Recursos transferidos União sem destinação específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)

Dotação: 122 R\$ 1.634,00

Entidade 2: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.2052 – COVID-19 Recursos transferidos União sem destinação específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)

Dotação: 27 R\$ 35.444,82

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior são provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no Exercício 2020 no valor de R\$ 47.259,76 (Quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), proveniente do COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 22 de maio de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 138/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528454

DECRETO Nº 138/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ABAIXO RELACIONADO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CEREZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n°. 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o período de férias do Servidor Público Municipal abaixo relacionado, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, constantes no Decreto nº 198/2019, de 01 de novembro de 2019, passando para:

SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
PABLO LUIZ ZORZI	01/01/2019 A 31/12/2019	04/11/2020 A 13/11/2020 02/12/2020 A 21/12/2020	10 DIAS 20 DIAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 042/2020

Publicação Nº 2527535

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 024/2020	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	042/2020
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR.
Objeto	O objeto do presente contrato consiste na contratação do Consórcio Público CIDIR especializado em Infraestrutura Rodoviária para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, SENDO: RUA JOSÉ CERIZOLLI, RUA DOM JOÃO VI, RUA MANOEL DA NÓBREGA, RUA ALMIRANTE BARROSO, RUA PEDRO DAMO E RUA CONDE D'EU LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 4.666,88M², conforme dados constantes no Projeto de Engenharia, parte integrante do Processo de Dispensa de Licitação nº 024/2020.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos materiais e a Prestação dos serviços, o preço total estimado que é de R\$ 180.904,97 (Cento e oitenta mil, novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos).
Vigência....	18/06/2020 á 30/08/2020.
Dotação	Orçamento vigente: 08.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES DE OBRAS E SERV. URBANOS 08.02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERV. URBANOS 1.005 – Pavimentação de Ruas e Acessos - 4.4.93.00 Despesa 80 – DR 0001
SERRA ALTA/SC, 18 de junho de 2020.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 063/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528340

PORTARIA Nº. 063/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato referente ao Processo Licitatório nº024/2020, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	042/2020		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO CIDIR PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, SENDO: RUA JOSÉ CERIZOLLI, RUA DOM JOÃO VI, RUA MANOEL DA NÓBREGA, RUA ALMIRANTE BARROSO, RUA PEDRO DAMO E RUA CONDE D'EU, LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 4.666,88M², CONFORME OS DADOS CONSTANTES NO PROJETO DE ENGENHARIA.		
EMPRESA:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR		
CNPJ Nº:	11.117.243/0001-20		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	LOIVO BERTOLDI		
CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL		
CPF:	868.872.389-34	MATRÍCULA:	628
LOTAÇÃO:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
EMAIL:	engenharia@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	ROQUE CEREZOLLI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	488.137.459-15	MATRÍCULA:	1073
LOTAÇÃO:	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos		
EMAIL:	administracao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e ou Ata de Registro de Preços titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 064/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528608

PORTARIA Nº. 064/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº022/2020, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	040/2020		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DO SISTEMA DENOMINADO WCOMPRAS, PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EM MEIO DIGITAL, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS.		
EMPRESA:	ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA ME		
CNPJ Nº:	09.397.355/0001-30		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	EDERSON CEREZOLLI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	029.867.439-43	MATRÍCULA:	1067
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenv. Econômico		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDORA:	CLAIR FÁTIMA ANDREIS		
CARGO:	CONTADORA		
CPF:	743.302.339-91	MATRÍCULA:	19
LOTAÇÃO:	Secretaria de Planejamento e Finanças		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 024/2020

Publicação Nº 2527542

PROCESSO Nº: 024/2020		DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº: 024/2020
PROVIDÊNCIA:	Parecer sobre dispensa de Licitação para a contratação de serviços do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, onde o Município de Serra Alta por intermédio da Lei Municipal nº 805 de 19/08/2009 é consorciado.	
OBJETO:	Contratação do Consórcio CIDIR para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, SENDO: RUA JOSÉ CERIZOLLI, RUA DOM JOÃO VI, RUA MANOEL DA NÓBREGA, RUA ALMIRANTE BARROSO, RUA PEDRO DAMO E RUA CONDE D'EU LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 4.666,88M ² conforme os dados constantes no Projeto de Engenharia em anexo.	
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.	
SOLICITANTE:	Departamento de Compras	

Prezados Senhores,

I – Dos Fatos

Face à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e encaminhamento do Exmo. Sr. Prefeito para abertura de Procedimento de Dispensa de Licitação, objetivando a Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, a Comissão Permanente de Licitações vem solicitar análise e Parecer Jurídico para a prestação do serviço do objeto supracitado enquadrado no procedimento de Dispensa de Licitação conforme as JUSTIFICATIVAS que passa a expor:

II – Do Objeto

A presente Dispensa de licitação consiste na contratação do Consórcio Público CIDIR especializado em Infraestrutura Rodoviária, para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, SENDO: RUA JOSÉ CERIZOLLI, RUA DOM JOÃO VI, RUA MANOEL DA NÓBREGA, RUA ALMIRANTE BARROSO, RUA PEDRO DAMO E RUA CONDE D'EU, LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 4.666,88M², sendo a pavimentação executada sobre o solo natural na Rua Pedro Damo e Rua Conde D'eu e nas demais Ruas supramencionadas será sobre o calçamento existente conforme os dados constantes no Projeto de Engenharia em anexo.

FAZEM PARTE DO PROJETO DE ENGENHARIA OS SEGUINTE ITENS A SEREM EXECUTADOS PELO CONSÓRCIO CIDIR:

2.0- RUA PEDRO DAMO

2.2 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE TERRENO NATURAL

- 2.2.1- Imprimação de base de pavimentação com emulsão CM30 (Taxa aplicação = 1,2l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- 2.2.2- Pintura de ligação com emulsão RR-2C (Taxa aplicação = 0,5l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- 2.2.3- Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0cm.

2.3 SINALIZAÇÃO VIÁRIA - RUA PEDRO DAMO

- 2.3.1- Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua com tinta acrílica amarela com micro esfera.
- 2.3.2- Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção com tinta acrílica branca com micro esfera.

3.0- RUA DOM JOÃO VI

3.1- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EXISTENTE

- 3.1.2- Pintura de ligação com emulsão RR-2C (Taxa aplicação = 0,5l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- 3.1.3- Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0cm.

3.2 SINALIZAÇÃO VIÁRIA - RUA DOM JOÃO VI

- 3.2.1- Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua com tinta acrílica amarela com micro esfera.
- 3.2.2- Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção com tinta acrílica branca com micro esfera.

4.0- RUA CONDE D'EU

4.2 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE TERRENO NATURAL

- 4.2.1- Imprimação de base de pavimentação com emulsão CM30 (Taxa aplicação = 1,2l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- 4.2.2- Pintura de ligação com emulsão RR-2C (Taxa aplicação = 0,5l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- 4.2.3- Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0cm.

4.3 SINALIZAÇÃO VIÁRIA - RUA CONDE D'EU

- 4.3.1- Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua com tinta acrílica amarela com micro esfera.
- 4.3.2- Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção com tinta acrílica branca com micro esfera.

5.0- RUA MANOEL DA NÓBREGA

5.1 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO

- 5.1.2- Pintura de ligação com emulsão RR-2C (Taxa aplicação = 0,5l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- 5.1.3- Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0cm.

5.2 SINALIZAÇÃO VIÁRIA - RUA MANOEL DA NÓBREGA

- 5.2.1- Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua com tinta acrílica amarela com micro esfera.
- 5.2.2- Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção com tinta acrílica branca com micro esfera.

6.0- RUA JOSÉ CERIZOLLI

6.1 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO

- 6.1.2- Pintura de ligação com emulsão RR-2C (Taxa aplicação = 0,5l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- 6.1.3- Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0cm.

6.2 SINALIZAÇÃO VIÁRIA - RUA JOSÉ CERIZOLLI

- 6.2.1- Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua com tinta acrílica amarela com micro esfera.
- 6.2.2- Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção com tinta acrílica branca com micro esfera.

7.0- RUA ALMIRANTE BARROSO

7.1 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO

- 7.1.2- Pintura de ligação com emulsão RR-2C (Taxa aplicação = 0,5l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- 7.1.3- Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 4,0cm.

7.2 SINALIZAÇÃO VIÁRIA - RUA ALMIRANTE BARROSO

- 7.2.1- Pintura horizontal de faixa longitudinal dupla contínua com tinta acrílica amarela com micro esfera.
- 7.2.2- Pintura de faixa de pedestre com linha de retenção com tinta acrílica branca com micro esfera.

A OBRA DEVERÁ SER EXECUTADA EM CONFORMIDADE COM OS ITENS MENCIONADOS ACIMA QUE CONSTAM DETALHADAMENTE NA PLANILHA DE ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO DE ENGENHARIA, E SUAS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO DESCRITAS NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO, INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

Justifica-se o processo de Dispensa, pois é visto que:

O inciso XXVI, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93 foi acrescentado pela Lei nº 11.197/05 estabelecendo normas gerais para contratação dos consórcios públicos. Nesse sentido, com advento da referida lei, passou a ser dispensável o procedimento licitatório no caso de ser celebrado um contrato de programa entre consórcio público e entidade da Administração Pública, com intuito da realização de prestação de serviços nas formas, associadas, previsto no instrumento do consórcio público ou em algum convênio de cooperação. A necessidade da dispensa visa caracterização de ajustes técnicos, tais como: objetivo a qual se destina, a criação dos programas e projetos com intuito da prestação de serviços visando o interesse público.

Isso se justifica pelo fato de que, tais consórcios foram criados EXCLUSIVAMENTE para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, numa associação de entes federados formada por vários Municípios da região. O Consórcio CIDIR dispõem de toda uma infra-estrutura laboratorial e de recursos humanos com experiência técnica suficiente para atender aos requisitos necessários de reputação ético-profissional conforme estabelecido na Lei. Além disso, oportuno salientar que o consórcio visa a prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, compartilhando servidores, máquinas e equipamentos.

A Constituição Federal em seu art. 37 inciso XXI trata da obrigatoriedade da licitação, ao tempo em que excepciona as hipóteses previstas na Lei 8.666/93 que ao traçar as normas gerais para as licitações e contratos da Administração Pública, aperfeiçoa o princípio da competência privativa da União conforme art. 22 c/c 37, XXI da Lei Maior.

Assim, o legislador consagrou a licitação como regra para contratação por parte da Administração Pública Direta ou Indireta com particulares, neste caso, tratando do contrato administrativo os casos de dispensa e inexigibilidade devem ser considerados como exceções de contratações, sendo estas pactuadas de formas diretas, desde que estejam autorizadas em lei específica.

Portando, estando presentes todos os requisitos do processo licitatório de dispensa: o Consórcio Público prestador do serviço objeto da contratação se insere no âmbito de atividade inerente contratada, o consórcio detém inquestionável reputação ético-profissional e está apto para atender aos interesses da Administração Municipal.

Em análise das certidões negativas do consórcio verificou-se sua regularidade fiscal e trabalhista estando apto para contratar com a

administração. Vale ressaltar ainda, que o Setor da Contabilidade informou a previsão de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, para realizar a presente contratação cumprindo ao disposto no Art. 14 da Lei Federal nº 8.666/93.

Após a análise dos documentos para a contratação solicitada, esta CPL opina pela aplicação de Dispensa de Licitação. Ao caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 24, Inciso XXVI, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Art. 24. É dispensável a licitação:

[.....]

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE

Em face do que foi mencionado, propõe-se a contratar os seguintes serviços:

A ser contratado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, inscrito no CNPJ sob nº 11.117.243/0001-20, estabelecido na Avenida São Paulo, Nº1615, 1º Andar, Centro, Pinhalzinho/SC, que fornece o objeto do contrato, com preço subsidiado e menor que o praticado no mercado.

Contratação do Consócio CIDIR que tem por objetivo o desenvolvimento, implantação e manutenção da infraestrutura rodoviária urbana e rural dos municípios consorciados. Neste sentido, o Município de Serra Alta vem buscando realizar ações investindo na infraestrutura das rodovias, em especial aquelas ruas que ainda possuem somente o calçamento ou terreno natural e que dão acesso as ruas do centro e aos novos loteamentos do Município. Sendo assim, nessa etapa os trechos das Ruas José Cerizolli, Dom João VI, Manoel da Nóbrega, Almirante Barroso, Pedro Damo e Rua Conde D'eu serão as beneficiadas com a pavimentação asfáltica, que vai oferecer melhores condições de trafegabilidade aos munícipes serraltenses, bem como busca melhorar a qualidade de vida, oferecendo maior conforto e segurança em especial aos moradores dessas localidades que trafegam diariamente nesse trajeto.

O valor global para a execução da pavimentação asfáltica e sinalização viária das Ruas supracitadas, totaliza R\$ 180.904,97 (Cento e oitenta mil, novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos).

CONCLUSÃO

Diante do fundamento legal supramencionado, esta Comissão de Licitação apresenta a justificativa para realização do procedimento de Dispensa de Licitação, com base no art. 24, inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/93, em primazia à supremacia do interesse público, submetendo-a às demais considerações que porventura se fizerem necessárias, pelo que encaminhamos à Vossa Senhoria, os autos deste procedimento para análise e emissão do parecer jurídico.

SERRA ALTA/SC, 18 de junho de 2020.

Comissão Permanente de Licitações

MARINA RITA CHAGAS
Presidente CPL

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA
Secretária Membro CPL

PROCESSO Nº: 024/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 024/2020

À vista de exposição do Departamento de Compras, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento dos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

(X) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

Serra Alta/SC, 18 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal
Responsável pela autorização

PROCESSO Nº 024/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 024/2020

DARCI CERIZOLLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA

RATIFICO a dispensa de licitação para a Contratação direta do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

RODOVIÁRIA–CIDIR, inscrito no CNPJ sob nº 11.117.243/0001-20, estabelecido na Avenida São Paulo, Nº1615, 1º Andar, Centro, Município de Pinhalzinho/SC, no valor global para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, SENDO: RUA JOSÉ CERIZOLLI, RUA DOM JOÃO VI, RUA MANOEL DA NÓBREGA, RUA ALMIRANTE BARROSO, RUA PEDRO DAMO E RUA CONDE D'EU, LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 4.666,88M², que totaliza R\$ 180.904,97 (Cento e oitenta mil, novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos), com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

E autorizo o empenho da Despesa no Projeto Atividade: 08.02.1.005- Pavimentação de Ruas e Acessos – 44.93.00 DR 0001- Despesa 80, no valor de R\$ 180.904,97 (Cento e oitenta mil, novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos), em favor do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA–CIDIR, cujo pagamento far-se-á parceladamente de acordo com a execução da obra da pavimentação asfáltica mediante a emissão de boletins de medição oriundos do departamento de engenharia do Município de Serra Alta/SC.

Serra Alta/SC, 18 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 024/2020

Publicação Nº 2527604

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 24/2020 - DL Processo Administrativo: 24/2020 Processo de Licitação: 24/2020 Data do Processo: 18/06/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 24/2020
b) Licitação Nr.: 24/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 18/06/2020
e) Data da Adjudicação: 18/06/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação do Consórcio Público CIDIR especializado em Infraestrutura Rodoviária, para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, SENDO: RUA JOSÉ CERIZOLLI, RUA DOM JOÃO VI, RUA MANOEL DA NÓBREGA, RUA ALMIRANTE BARROSO, RUA PEDRO DAMO E RUA CONDE D'EU. COMPREENDENDO A UMA EXTENSÃO DE 4.666,88M². A obra objetiva oferecer melhores condições de trafegabilidade e qualidade de vida aos munícipes serraltenses.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 005203 - CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV.	5	0,0000	180.904,97
	5		180.904,97

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.005.4.4.93.00.00.00.00.00 (80) Saldo: 207.920,00

Serra Alta, 18 de Junho de 2020.

MARINA RITA CHAGAS
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 007/2020

Publicação Nº 2528607

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

RESOLUÇÃO Nº 007/2020

Aprova "ad referendum" o Plano de Ação do Termo de aceite sobre a adesão para recebimento do repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos estados, municípios e Distrito Federal devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19, conforme Portaria MC nº 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº Lei nº 1.111/96, de 18 de abril de 1996. – alterada pela Lei nº 1767 de 28 de agosto de 2008, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Siderópolis – CMAS.

Considerando que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

Considerando a situação de emergência em saúde pública no Estado de Santa Catarina, conforme os Decretos nº 515/2020 e nº 525/2020, as determinações da Secretaria de Estado da Saúde (SES), bem como o Plano de Contingência para Resposta as Emergências em Saúde Pública;

Considerando a Portaria MC nº 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020, que Dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar "ad referendum" o PLANO DE AÇÃO DO TERMO DE ACEITE para a adesão do recebimento do repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos estados, municípios e Distrito Federal devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19, conforme Portaria MC nº 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Ação de acordo com os seguintes critérios:

1) Acolhimento: Garantia de cofinanciamento de ações da assistência social visando a emergência em decorrência do Covid-19. Receberão recursos os estados e municípios que tenham pessoas que necessitem ser alojadas ou remanejadas do seu atual local de acolhimento, conforme orientação do Ministério da Saúde sobre distanciamento social; ou pessoas que se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração (Valor de referência de repasse é de R\$ 400 mensal por vaga) - Os valores repassados são referentes a seis meses do valor de referência por vaga.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Siderópolis, 17 de Junho de 2020.

CINARA ANTUNES PAGANI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Gestão 2019/2021.

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2020 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2527792

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2020 REGISTRO DE PREÇO

Aos dezoito dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE RACK PARA PERIFÉRICOS DA LOUSA DIGITAL DESTINADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE TANGARÁ. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) LUCIANO PILATTI, representada neste ato por Luciano Pilatti.

Iniciado o certame, esteve presente a Sra. Cidinéia Grahl, Técnica Administrativa Educacional. Uma única empresa se credenciou, passando para vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontrava-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa baixou o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa LUCIANO PILATTI com o valor total de R\$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que estava de acordo com as exigências do edital. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 18/06/2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com a presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 18 de Junho de 2020.

Cristiane Piccinin
Pregoeira

Cidinéia Grahl
Técnica Administrativa Educacional

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

LUCIANO PILATTI

PR 045/2020

Publicação Nº 2527479

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 85/2020 Pregão Presencial n. 45/2020

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 02/07/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 18 de Junho de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

SUSPENSÃO PR 042.2020

Publicação N° 2528087

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Suspensão

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados a SUSPENSÃO do Processo Licitatório 080/2020 Pregão Presencial nº 042/2020, a qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE RACK PARA PERIFÉRICOS DA LOUSA DIGITAL DESTINADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE TANGARÁ.

Tangará, 18 de Junho de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N°. 019-2020

Publicação N° 2526104

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE LEILÃO N°. 001/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 019/2020

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, com objetivo de alienação dos seguintes bens Móveis: UMA MOTONIVELADORA ANO 2013, UMA RETROESCAVADEIRA ANO 2013, UM VEÍCULO FIAT DOBLO ESSENCE ANO 2014, UM VEÍCULO FIAT UNO MILLE ANO 2012, UM VEÍCULO ONIBUS IVECO 2014, UM LOTE DE CADEIRAS USADAS, UM LOTE DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA USADOS. Fica determinado o dia 15/07/2020, às 09hs00min no auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos para o recebimento dos envelopes de propostas e habilitação. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski 479, Tigrinhos/SC, fone: (49) 36580064, ou no site www.tigrinhos.sc.gov.br Tigrinhos (SC) 19 de junho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/FMS/2020 DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/FMS/2020.

Publicação Nº 2527952

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/FMS/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 001/FMS/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução de serviços para a reforma e manutenção do Centro de Saúde Orlando Barreto, no bairro Centro, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC. Recurso de Emenda Parlamentar Estadual – Número da Transferência/Convênio: 2020TR 000452.

Tipo: Menor preço Global

Data de Abertura: 08 de julho de 2020, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA- EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS RECURSO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 006/PMT/2020

Publicação Nº 2527953

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/PMT/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 006/PMT/2020

JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS RECURSO

Errata

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído o julgamento da Documentação do Processo Licitatório nº 083/PMT/2020 Tomada de Preço nº 006/PMT/20, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE REGULARIZAÇÃO DA AVENIDA EMÍLIA RAMOS, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E ART'S (CREA) NECESSÁRIAS, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. A Comissão Permanente de Licitação após decidir sobre o julgamento da documentação (Ata do dia 22 de maio de 2020), conforme legislação e as devidas publicações legais, oportunizou aos licitantes apresentação de recurso nos moldes do artigo 109, inciso I, "a", da Lei 8.666/93, sendo que interpôs recurso, tempestivamente as licitantes FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI e INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. Após o prazo legal previsto, a Comissão Permanente de Licitação exarou Ata de Recebimento de Recurso das mencionadas empresas, com a devida publicação no site <http://www.tijucas.sc.gov.br/licitacoes>, bem como no Diário Oficial dos Municípios – DOM na data de 03/06/2020, importante informar que o município possui o Decreto 1211/2017, que regulamenta a Lei nº 2529, de 10 de julho de 2014, QUE INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL, oportunizando aos demais licitantes apresentação de IMPUGNAÇÃO, nos moldes do artigo 109, "a", §3º, da Lei 8.666/93 e item 9.4.8 do edital, os quais nenhum licitante apresentou impugnação. Ato contínuo, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação e seus membros, realizaram diligências (item 9.5 do edital), afim de, analisar os recursos interpostos com as alegações. Nesta toada, passa-se a DECIDIR: A Comissão Permanente de Licitação mantém a decisão quanto à análise técnica, constatou-se que todas as empresas participantes atenderam os requisitos mínimos de acervo e qualificação técnica. Quanto a análise contábil, após apresentação do Recurso apresentado e nova análise pelo Contador, Sr. Edson Luiz Rosa – CRC-SC 17952, o qual está presente nesta sessão, estando ciente da prorrogação de prazo para encaminhamento do Balanço Patrimonial, (INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1950/2020, DE 12 DE MAIO DE 2020) decide habilitar neste ponto a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI com os requisitos da documentação do item 7.3.2 do referido edital. Quanto a apresentação dos documentos de habilitação, em especial ao item 6.1.4.2 do edital, as empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI e SUSTENTAR ENGENHARIA LTDA, restam INABILITADAS por não apresentar o contrato social atualizado em sua autenticação digital conforme alegado pelo representante legal da empresa Sr. Erivelton de Andrade Amorim, (Ata do dia 14/05/2020). Insta frisar que a Recorrente INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, juntou em seu recurso novo Contrato Social com autenticação atualizada com data de 19/05/2020, então, tendo reconhecido que no primeiro momento apresentou dito Contrato Social (data de 17/09/2019), portanto, desatualizado em sua autenticação digital. Lembrando que em nenhum momento esta Comissão Permanente de Licitação não reconhece os documentos apresentados (Contrato Social) como não válidos, pois baixou diligência junto ao site da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina verificando o protocolo, bem como a Chancela de ambas as empresas ora INABILITADAS. A Comissão Permanente de Licitação mantém INABILITADA a empresa SUSTENTAR ENGENHARIA LTDA, por não apresentar a CND Municipal de Tijucas exigida no item 7.2.6,

não comprovação de prestação de garantia de proposta exigida no item 11.1, não apresentação do Certificado de Registro Cadastral exigida no item 7.6.7, apresentou a Certidão Simplificada, porém desatualizada. Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitação verificou que as empresas ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA LTDA e PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA estão HABILITADAS. Foram observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital e demais documentos (Atas) disponível no site do município www.tijucas.sc.gov.br - licitações no momento da abertura desta sessão. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação encerra a sessão,

ONDE SE LÊ: designando para o 19 de maio de 2020, 12h00 a abertura das propostas – LEIA-SE designando para o 19 de junho de 2020, 12h00 a abertura das propostas das empresas HABILITADAS ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA LTDA e PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/2020

Publicação Nº 2527482

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/2020

ABERTURA DAS PROPOSTAS

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído a abertura e julgamento das Propostas do Processo Licitatório nº 101/PMT/2020 Tomada de Preço nº 008/PMT/20, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REFORMA DO PRÉDIO QUE ABRI-GOU O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “ENEIDE MANNIRICH DOS SANTOS”, LOCALIZADO NA RUA CEL. BUCHELLE Nº 116, BAIRRO CENTRO – TIJUCAS/SC, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. Passou-se a abertura dos envelopes propostas das empresas CLARAIZA LTDA o qual apresentou o valor global de R\$ 121.554,89 (Cento e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), EMPREITEIRA KJ LTDA EPP o qual apresentou o valor global de R\$ 171.996,42 (Cento e setenta e um mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos) e CONSTRUTORA MASTER EIRELI o qual apresentou o valor global de R\$ 163.642,70 (Cento e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta centavos). Após análise das propostas verificou-se que a empresa CLARAIZA LTDA apresentou o menor preço global, restando vencedora. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I “b” da Lei 8.666/93. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 023/SAMAE/20 - DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/SAMAE/20 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/SAMAE/20

Publicação Nº 2527504

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 023/SAMAE/20 - DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/SAMAE/20 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/SAMAE/20

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: BIOSYSTEM ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PROCESSO DE CAPTAÇÃO, ADU-ÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA BRUTA PARA O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$ 11.900,00 (ONZE MIL E NOVECENTOS REAIS)

TIJUCAS/SC, 15 DE JUNHO DE 2020.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 0675PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/PMT/20 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/PMT/20

Publicação Nº 2527899

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 0675PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/PMT/20 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/PMT/20

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS- DITRAN.

CONTRATADA: INFOBY CASA DA INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE INTERNET E ACESSÓRIOS, ATENDENDO AS

DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS - DITRAN, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Valor: R\$. 1.056,00 (Um mil e cinquenta e seis reais).

Amparo Legal: Art. 24, II, e art. 23, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 191/2020/PGM.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2020 DISPENSA CVT Nº 14/2020

Publicação Nº 2527864

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2020
DISPENSA CVT Nº 14/2020

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas

CNPJ: 80.669.864/0001-30

Contratado: TROFEU PRIME COMERCIO DE TROFEUS LTDA

CNPJ: 07.530.907/0001- 01

Objeto: O presente Processo de Compra tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E PLACA PARA INAUGURAÇÃO, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I da Dispensa 14/2020.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Art. 24, inciso II; Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.

Vigência: 16/06/2020 à 31/12/2020

Valor Global: R\$ 4.950,00

(quatro mil novecentos e cinquenta reais).

Timbó**PREFEITURA****ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 25.2020 - PMT**

Publicação Nº 2528803

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 25/2020 – PMT

INTERESSADAS: FUNERÁRIA BUTZKE LTDA. ME
CASA F. GUILHERME BUTZKE LTDA. ME

Às oito horas e trinta minutos, do décimo oitavo dia do mês de junho de dois mil e vinte (18/06/2020), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020, para Julgamento da Habilitação do processo licitatório Concorrência nº. 25/2020 - PMT.

Da análise dos documentos, e, considerando o parecer técnico emitido pelo Analista Contábil referente à qualificação econômica-financeira, e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitações decide pela inabilitação das empresas: FUNERÁRIA BUTZKE LTDA. ME, por não atender aos critérios do subitem 6.1.5 – b, e a CASA FUNERÁRIA GUILHERME BUTZKE LTDA. ME, por não atender aos critérios do subitem 6.1.5 – a,b do Edital.

Ficam os interessados cientes do inteiro teor desta ata de Julgamento da Habilitação, para, querendo, apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Os envelopes da proposta de preço deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para a sua abertura.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
---------------------------------------	----------------------------	-------------------------

AVISO PP SRP 09 2020 FMDE

Publicação Nº 2528806

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 09/2020 FMDE

OBJETO: aquisição de brinquedos de musicalização, play ground e produtos para renovação dos brinquedos das instituições da rede municipal de ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 08 de julho de 2020. ABERTURA: dia 08 de julho de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380 7000.

Timbó (SC), 18/06/2020
MARCIA WITTHOEFT MELLIES
Secretária Municipal de Educação**CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 74.2020 SAMAE**

Publicação Nº 2528813

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2020 SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa LAO INDÚSTRIA LTDA, CNPJ nº. 00.946.219/0001-88, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/06/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35.2019 PMT - LIMPEXCEL

Publicação Nº 2528814

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, LIMPEXCEL PROD. LIMPEZA LTDA ME, CNPJ Nº 07.483.630/0001-03 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 35/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 26/06/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de junho de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 10 2019 FMS

Publicação Nº 2507201

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde.
OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos destinados aos consultórios das unidades de saúde da família e policlínica de referência.
EMPRESAS: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA, LA DALLA PORTA JUNIOR, ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP, OLIMED MAT. HOSPITALAR LTDA, DENTARIA E DIST. HOSP.PORTO ALEGRENSE LTDA, JEFFERSON DUWE – ME, DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI – ME e ODONTOSUL LTDA.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 196.990,34 (cento e noventa e seis mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 18/12/2020

Timbó, 19/12/2019
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24 2019 SAMAE

Publicação Nº 2507202

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2019 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto.
OBJETO: aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto.
EMPRESAS: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, CORR PLASTIK INDUSTRIAL LIMITADA, SANEMARCK COM. DE MAT. HIDRAULICOS LTDA - M.E, DANNA COMERCIAL EIRELI EPP, LOT METAIS EIRELI – ME, STARTUBO COMERCIAL EIRELI – EPP, NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI, SANEFOR ALMEIDA HIDRÁULICA LTDA, TALENTOS D'ÁGUA REPRESENTAÇÃO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA, F.J. COSTA MATERIAIS DE CONSTRUCAOEIRELI, GUIMARAES COMERCIAL EIRELI e DANISAN MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS EIRELI EPP.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 314.717,45 (trezentos e quatorze mil setecentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 19/12/2020

Timbó, 19/12/2019
WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 52 2019 PMT

Publicação N° 2509101

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 52/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa (s) especializada (s) para execução de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado de parede "tipo janela" e sistema "split", e cortina de ar para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: REIS E PAZA CLIMATIZAÇÃO LTDA; BDG CLIMATIZAÇÃO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO EIRELI

TOTAL ESTIMADO: R\$ 249.370,00 (duzentos e quarenta e nove mil trezentos e setenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/09/2020

Timbó, 19/09/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.854 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2527484

Número da Lei: 3460
Ano da Lei: 2019
Data da Lei: 16/12/2019

DECRETO Nº 4854, de 3 de fevereiro de 2020

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro, anulação de dotação, por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.797.715,49

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65. Inciso VII da Lei Orgânica e de acordo com a Lei 3460 de 16/12/2019.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 21.308,1(vinte e um mil, trezentos e oito reais e dez centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.333900000000000000.03332000	20.000,00
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.1068.344900000000000000.01000000	1.308,10

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03332000	20.000,00
Excesso		41728011100000000000 - 01000000	1.308,10

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00(cem mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administracao	04.001.0004.0122.0005.2009.333910000000000000.03000000	100.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03000000	100.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 61.959,56(sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0026.0782.0025.2041.333900000000000000.03370300	61.959,56

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03370300	61.959,56

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 300.320,63(trezentos mil, trezentos e vinte reais e sessenta e três centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0302.0039.1009.34490000000000000000.03332000	14.528,18
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.1068.34490000000000000000.03000000	285.792,45

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03332000	14.528,18
Superávit		- 03000000	285.792,45

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 176.541,45(cento e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0041.2017.33390000000000000000.03382900	17.807,85
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0015.0452.0020.2033.34490000000000000000.01000000	158.733,60

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03382900	17.807,85
Anulação Dotação	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0015.0452.0020.2033.33390000000000000000.01000000	158.733,60

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 31.787,3(trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0304.0043.2019.33390000000000000000.03382400	11.787,30
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0006.0181.0034.2075.34490000000000000000.03000300	20.000,00

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03382400	11.787,30
Superávit		- 03000300	20.000,00

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 194.000,00(cento e noventa e quatro mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0040.2060.33390000000000000000.01381000	150.000,00
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0006.0181.0034.2075.33390000000000000000.03000300	44.000,00

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4171803110207000000 - 01381000	150.000,00
Superávit		- 03000300	44.000,00

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 500.000,00(quinhentos mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administracao	04.001.0004.0122.0005.2009.33390000000000000000.03000000	500.000,00

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03000000	500.000,00

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 300.000,00(trezentos mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Financas	05.001.0004.0123.0004.2006.33390000000000000000.03000000	300.000,00

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03000000	300.000,00

Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 22.786,82(vinte e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.1068.34490000000000000000.03000000	22.786,82

Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03000000	22.786,82

Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 89.011,63(oitenta e nove mil, onze reais e sessenta e três centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0015.0451.0021.1015.34490000000000000000.01340600	89.011,63

Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4241810710300000000 - 01340600	89.011,63

Art. 23 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras - Santa Catarina, 03 de Fevereiro de 2020

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado no diário oficial dos Municípios.

AÉCIO RODRIGO BUDANT
Assessor de Planejamento Orçamentário

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 29/2020.

Publicação Nº 2528863

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 29/2020

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS - SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria nº. 30/2020, considerando decurso de prazo recursal sobre a fase de habilitação, considerando não ter sido registrada protocolo de recurso contra as decisões adotadas, CONVOCA as proponentes da licitação bem como os demais interessados, para participar da reunião de abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas HABILITADAS, a realizar-se no dia 23 de junho de 2020, as 13:30 horas, no Paço municipal localizada a Avenida Santa Catarina, 616 – Centro.

Três Barras – SC, 19 de junho de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2020.

Publicação Nº 2528871

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 42/2020

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS - SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria nº. 30/2020, considerando decurso de prazo recursal sobre a fase de habilitação, considerando não ter sido registrada protocolo de recurso contra as decisões adotadas, CONVOCA as proponentes da licitação bem como os demais interessados, para participar da reunião de abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas HABILITADAS, a realizar-se no dia 23 de junho de 2020, as 16:00 horas, no Paço municipal localizada a Avenida Santa Catarina, 616 – Centro.

Três Barras – SC, 19 de junho de 2020.

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 326/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527921

DECRETO Nº 326/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA ELAINE CRISTINA ALVES MACIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 400/05 de 10 de agosto de 2005 e o Decreto nº 295/2020, de 18 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado nesta data, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada ELAINE CRISTINA ALVES MACIEL das funções do emprego de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PSF, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 18 de junho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 18 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 327/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527941

DECRETO Nº 327/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA SUELEN DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017, a Portaria nº 22/2020, de 02 de janeiro de 2020, e o Decreto nº 177/19, de 01 de fevereiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 29 de junho de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada SUELEN DE OLIVEIRA das funções do emprego de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, em virtude do término da licença maternidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 18 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO CONTRATO 32/2020

Publicação N° 2528733

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO N° 32/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ
CONTRATADA: VIA NORTE TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA

VALOR: R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais)

VIGÊNCIA: 09/06/2020 a 31/12/2020

LICITAÇÃO: Dispensa N° 03/2020

OBJETO: Contratação da empresa VIA NORTE TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA para prestação de serviços com caminhão basculante, traçado, com potência mínima de 200 CV e capacidade da caçamba mínima de 12m³.

Trevisó, 09 de junho de 2020.

JAÍMIR COMIN
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 325/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2527736

PORTARIA N° 325/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO N° 02/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA AUTO ELÉTRICA TREVISÓ EIRELI.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto n° 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato n° 02/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a Empresa Auto Elétrica Trevisó EIRELI, cujo objeto é a prestação de serviço de lavagem para manutenção dos veículos da Secretaria de Saúde e suas extensões durante o exercício de 2020.

Art. 2° Em conformidade com o Art. 67 da Lei n° 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA N° 326/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2527742

PORTARIA N° 326/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO N° 03/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto n° 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato n° 03/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, cujo objeto é o rateio das despesas de manutenção em geral do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais (parte fixa).

Art. 2° Em conformidade com o Art. 67 da Lei n° 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 327/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527752

PORTARIA Nº 327/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 04/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 04/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, cujo objeto é a prestação de serviços de verificação de óbito – SVO.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 328/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527757

PORTARIA Nº 328/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 05/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA NICOLAU SATURNINO VIEIRA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 05/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Nicolau Saturnino Vieira, cujo objeto é aquisição de material de expediente para manutenção da Secretaria de Saúde de Trevisó durante o exercício 2020.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 329/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527767

PORTARIA Nº 329/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 06/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA SUVAN FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 06/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Suvan Farma Comercio de Medicamentos Ltda. EPP, cujo objeto é aquisição de medicamentos que servirão para fornecimento complementar aos usuários do SUS em Trevisó/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 330/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527772

PORTARIA Nº 330/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 07/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA FARMÁCIA TREVISÓ LTDA ME.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 07/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Farmácia Trevisó Ltda. ME, cujo objeto é aquisição de medicamentos que servirão para fornecimento complementar aos usuários do SUS em Trevisó/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 331/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527781

PORTARIA Nº 331/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 08/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA MARLIZE SOMARA MARCOLINO ME.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 08/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Marlice Somara Marcolino ME, cujo objeto é a aquisição de produtos de Coffee Break para realização de eventos de promoção da saúde dos municípios durante o exercício de 2020.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 332/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527790

PORTARIA Nº 332/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 09/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA INES EULÁLIA DOS REIS MACHADO.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 09/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Inês Eulália dos Reis Machado, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos e operacionalização de gestão em saúde durante o ano de 2020.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à

regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 333/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527796

PORTARIA Nº 333/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 10/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA GRAFICA E EDITORA CAPPELER LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 10/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Gráfica e Editora Cappeler Ltda., cujo objeto é aquisição de produtos de papelaria e gráfica.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 334/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527803

PORTARIA Nº 334/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA ROSILEIA RAUPP DE BEM MACHADO.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 01/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Rosileia Raupp de Bem Machado, cujo objeto é futuras aquisições de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Treviso/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 335/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527805

PORTARIA Nº 335/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA NICOLAU SATURNINO VIEIRA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal

da Ata de Registro de Preço nº 02/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Nicolau Saturnino Vieira, cujo objeto é futuras aquisições de material de higiene, limpeza e utensílios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 336/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527807

PORTARIA Nº 336/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 03/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Raridade Indústria Química Ltda. ME, cujo objeto é futuras aquisições de material de higiene, limpeza e utensílios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 337/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527810

PORTARIA Nº 337/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA JONAS SCHUTZ.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 04/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Jonas Schutz, cujo objeto é futuras aquisições de material de higiene, limpeza e utensílios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 338/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527814

PORTARIA Nº 338/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 05/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Junckes Distribuidora Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de material de higiene, limpeza e utensílios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Trevisó/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 339/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527819

PORTARIA Nº 339/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 06/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Comércio de Pneus Oenning Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de pneus para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Trevisó/SC, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 340/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527824

PORTARIA Nº 340/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 07/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Do Sul Pneus Joinville EIRELLI, cujo objeto é futuras aquisições de pneus para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Trevisó/SC, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 341/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527831

PORTARIA Nº 341/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 08/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de material médico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 342/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527846

PORTARIA Nº 342/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.
JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 09/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa FUFA-SC Comércio e Representação Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de material médico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 343/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527850

PORTARIA Nº 343/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da

Ata de Registro de Preço nº 10/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de material médico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA N° 344/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2527854

PORTARIA N° 344/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 11/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 11/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de material odontológico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA N° 345/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2527857

PORTARIA N° 345/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 12/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA LA DALLA PORTA JUNIOR.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 12/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa La Dalla Porta Junior, cujo objeto é futuras aquisições de material odontológico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 346/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527858

PORTARIA Nº 346/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA ANGELO DEMO.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 13/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Ângelo Demo, cujo objeto é fornecimento de toners e cartuchos para o atendimento da Secretaria Municipal de Saúde Trevisó /SC, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 347/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527859

PORTARIA Nº 347/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA TECTONER RECARGA DE TONER LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 14/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Tectoner Recarga de Toner Ltda., cujo objeto é fornecimento de toners e cartuchos para o atendimento da Secretaria Municipal de Saúde Trevisó /SC, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 348/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527861

PORTARIA Nº 348/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA APICEBR COMERCIAL EIRELI.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 15/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Apicebr Comercial EIRELI, cujo objeto é fornecimento de toners e cartuchos para o atendimento da Secretaria Municipal de Saúde Trevisó /SC, nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 349/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527862

PORTARIA Nº 349/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS FONTANELLA E BALDESSAR LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 16/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Comércio de Combustíveis Fontanella E Baldessar Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de combustíveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Trevisó nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 350/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527866

PORTARIA Nº 350/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 17/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda., cujo objeto é futuras aquisição de material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Trevisó, nos próximos 12 meses, itens remanescentes do processo 02/2020.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 351/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527868

PORTARIA Nº 351/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 18/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Trevisó, nos próximos 12 meses, itens remanescentes do processo 02/2020.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 352/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527870

PORTARIA Nº 352/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA LA DALLA PORTA JUNIOR.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 19/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa La Dalla Porta Junior, cujo objeto é futuras aquisições de material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso, nos próximos 12 meses, itens remanescentes do processo 02/2020.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 353/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527872

PORTARIA Nº 353/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA ISAMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 20/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Treviso e a empresa Isamed Materiais Médicos Hospitalares EIRELI, cujo objeto é futuras aquisições de material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso, nos próximos 12 meses, itens remanescentes do processo 02/2020.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 354/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527873

PORTARIA Nº 354/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MARIANA PIACENTINI PADILHA COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2020, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISÓ E A EMPRESA ODONTOMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Mariana Piacentini Padilha, Diretora de Departamento, matrícula 3082, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 21/2020, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Trevisó e a empresa Odontomed Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda., cujo objeto é futuras aquisições de material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Trevisó, nos próximos 12 meses, itens remanescentes do processo 02/2020.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 355/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527902

PORTARIA Nº 355/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA A EMPREGADA MARIA LUIZA NESI SCUSSEL.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 6º, § 2º da Lei Complementar Municipal nº 608/12, de 14 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder redução de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária permanente, com a proporcional redução da remuneração mensal, a partir de 01 de junho de 2020 por período indeterminado, conforme solicitação em anexo, a empregada MARIA LUIZA NESI SCUSSEL, ocupante do emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Trevisó/SC, 18 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 356/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2527904

PORTARIA Nº 356/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA A EMPREGADA ROSILANE MARIANI LORENZONI.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 6º, § 2º da Lei Complementar Municipal nº 608/12, de 14 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária permanente, com a proporcional redução da remuneração mensal, a partir de 01 de junho de 2020 por período indeterminado, conforme solicitação em anexo, a empregada ROSILANE MARIANI LORENZONI, ocupante do emprego de MOTORISTA I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 18 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2584

Publicação Nº 2528883

DECRETO Nº 2.584 DE 18 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 2.027/2019 de 06/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 76.942,61 (setenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos), para as dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.100 – Bloco Atenção Básica Federal

(17) 4.4.90.00.00.00.00.0628 R\$ 28.942,61

2.105 – Bloco Saúde Estado

(16) 4.4.90.00.00.00.00.0626 R\$ 48.000,00

Art. 2º. Para fazer frente aos recursos do artigo anterior, será utilizado superávit financeiro dos recursos do SUS-União (fonte 0628) no valor de R\$ 28.942,61 e anulados R\$ 48.000,00 da dotação abaixo:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.105 – Bloco Saúde Estado

(15) 3.3.90.00.00.00.00.0626 R\$ 48.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, ao 18 dia do mês de junho de 2.020

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças- designado

DECRETO 2585

Publicação Nº 2528884

DECRETO Nº 2.585 DE 18 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 2.027/2019 de 06/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município, um crédito suplementar no valor de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), para a dotação abaixo especificada, com o objetivo específico de devolução de receita pelo cancelamento de evento municipal conforme decreto 2.578 de 03 de junho de 2020:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 –EXTENSÃO RURAL

2.048 – Realização da Feira Agropecuária e Expositórias

(145)3.3.90.00.00.00.00.0609 R\$ 21.500,00

Art. 2º. Para fazer frente aos recursos do artigo anterior, será utilizado superávit financeiro dos recursos próprios do município.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, ao 18 dia do mês de junho de 2.020

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças- designado

DECRETO 2586

Publicação Nº 2528854

DECRETO Nº 2.586 DE 18 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 1514 DE 19 DE AGOSTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 1514, de 19 de agosto de 2010, que "regulamenta e conceitua a construção em estilo típico, do Plano Diretor do Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, aprovado pela Lei 023/2007 e Lei 1606/2007 conforme art. 358 do Código de Edificações do Município e dá outras providências".

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com a revogação das disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
18 de junho de 2020.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças designado

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 02-2020 - TROP EVENTOS - ODETE ANA LOPES DE LIMA

Publicação Nº 2528433

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS
EXTRATO DO CONTRATO 02/2020
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS
CONTRATADA: ODETE ANA LOPES DE LIMA – TROP EVENTOS

OBJETO: 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRODUÇÃO DE VÍDEO, TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS E DIVULGAÇÃO DO CONTEÚDO NAS REDES SOCIAIS, PARA FINS DE PUBLICIDADE DOS TRABALHOS DA CASA DURANTE O PERÍODO DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2020 OU ATÉ O RETORNO DA NORMALIDADE DAS ATIVIDADES COM A POSSIBILIDADE DE PÚBLICO NAS SESSÕES.

VALOR TOTAL: R\$ 2.450,00 (DOIS MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: AS DESPESAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO DESTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS
2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS
3988 – SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

TREZE TÍLIAS, 18 DE JUNHO DE 2020.

LUIZ AUGUSTO PERONDI WESCHENFELDER
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS

CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS
PUBLICADO NO DIÁRIO MUNICIPAL EM 19/06/2020
WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

Trombudo Central

PREFEITURA

CONTRATO 019/2020 - FMS

Publicação Nº 2528157

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: WSSOR SEGUROS S/A

Contrato Nº 019/2020

Valor: 3.132,18

Início: 03/03/2020

Término: 02/03/2021

Licitação: 15/2020

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIA, CONFORME RESOLUÇÃO DETER Nº 11/2015, PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

Trombudo Central, 18 de junho de 2020

CONTRATO 022/2020 - FMS

Publicação Nº 2528233

CONTRATO nº 022/2020 - FMS

PROCESSO nº 4/2020 - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 3/2020 - FMS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E FABIO MÜLLER & CIA LTDA - ME.

Pelo presente instrumento particular, de um lado FABIO MÜLLER & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 23.062.895/0001-94, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 46, sala 03, Bairro Cidade Alta, Município de Trombudo Central, neste ato representado pelo Sr. Fabio M-ller, portador do CPF sob nº 732.298.149-91, a seguir denominado LOCADOR, e de outro lado o MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, por meio da sua SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.731/0001-75, com sede na Praça Arthur Siewerdt nº 01, Bairro Centro, Município de Trombudo Central, neste ato representado pela sua Prefeita Sra. Geovana Gessner, portadora do CPF sob nº 008.630.659-61, a seguir denominado LOCATÁRIO, tem entre si justo e acertado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL, mediante as cláusulas e condições seguintes, que mutuamente aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O LOCADOR se obriga, neste ato, a dar em locação ao LOCATÁRIO o imóvel de sua propriedade, 01 (uma) sala comercial, edificada em imóvel urbano, medindo 80,00 (oitenta) metros quadrados, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº 90, Bairro Cidade Alta, Município de Trombudo Central, para uso da Secretaria Municipal da Saúde.

Parágrafo único – Ficará sob a responsabilidade do LOCATARIO o pagamento das faturas de água e luz do imóvel locado.

CLÁUSULA SEGUNDA - A presente locação destina-se para o fim específico na instalação de serviços administrativos de tratamento fora do domicílio (TFD) e serviços de atendimento médico especializado, ficando expressamente vedada a utilização em outras atividades.

Parágrafo Único - O LOCATÁRIO desde logo adianta que na realização de sua atividade pública não causará qualquer tipo de poluição, ou dano ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo do presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31/12/2020, data em que o LOCATÁRIO se obriga a restituir o imóvel locado no perfeito estado de conservação em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal, inteiramente livre e desocupado ou que seja renovado o presente contrato através de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - O aluguel mensal é de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), a ser pago pontualmente em 08 (oito) parcelas iguais e sucessivas, até o dia 10 (dez) de cada mês ao vencimento, através de Crédito bancário em conta corrente a ser definida pelo LOCADOR.

Parágrafo Único - O aluguel não será reajustado no período de vigência do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Além dos valores referentes aos aluguéis o LOCATÁRIO também será igualmente responsável, enquanto durar a locação, por todas as despesas de conservação do prédio, de seguro, de consumo de água, luz, telefone e outras ligadas ao uso do imóvel.

CLÁUSULA SEXTA - O LOCATÁRIO, exceto as obras que importem na segurança do imóvel, obrigar-se por todas as outras, devendo trazê-lo em perfeito estado de conservação, e em boas condições de higiene, para assim restituí-lo com todas as instalações sanitárias, elétricas, e

hidráulicas, fechos, vidros, torneiras, ralos e demais acessórios, quando findo ou rescindido este contrato, sem direito a retenção ou indenização por benfeitorias ainda que necessárias, as quais ficarão a ele incorporadas.

§ 1º - Sendo necessárias benfeitorias no imóvel, para adaptá-lo às atividades do estabelecimento do LOCATÁRIO, este apresentará projeto ao LOCADOR, o qual no prazo de 05 (cinco) dias apresentará sua resposta, que, contudo, não terá de ser afirmativa.

§ 2º - No caso de introdução de benfeitorias no imóvel caberá ao LOCADOR decidir, no término do contrato, se aceita ou não a entrega do imóvel com as mesmas. Caso não aceite, ficará o LOCATÁRIO responsável por retirá-las às suas expensas.

§ 3º - O LOCADOR garante a qualidade dos pisos, estrutura e cobertura do imóvel, não se responsabilizando, contudo, pelo mau uso ou o excesso de uso dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Não será permitida a transferência deste contrato, nem a sublocação, cessão ou empréstimo total ou parcial do imóvel locado, sem a prévia autorização por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA OITAVA - Se o LOCADOR manifestar-se a intenção de vender o imóvel locado e o LOCATÁRIO não exercer o seu direito de preferência de adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, o LOCATÁRIO estará obrigado a permitir que as pessoas interessadas na compra do imóvel o visitem.

CLÁUSULA NONA - O LOCATÁRIO faculta ao LOCADOR o exame e vistoria do imóvel locado, quando este julgar necessário, em dia e hora previamente acordados, a fim de verificar o seu estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA - Se houver desapropriação do imóvel locado, este contrato ficará rescindido de pleno direito, sem qualquer indenização, ressalvando-se, porém, o direito do LOCATÁRIO de reclamar ao poder expropriante a indenização pelos prejuízos, por ventura sofridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Se houver incêndio ou acidente, que conduza à reconstrução ou reforma do objeto da locação, rescindir-se-á o contrato, sem prejuízo da responsabilidade do LOCATÁRIO, se o fato ocorrer por sua culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Todo e qualquer ajuste entre as partes, para integrar o presente contrato, deverá ser feita por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Averiguação e toda a fiscalização do cumprimento do contrato, será feita pelo fiscal de contrato do Município conforme Decreto 107/2017 de 20 de setembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Trombudo Central, que é o da situação do imóvel, para dirimir as questões resultantes da execução do presente contrato, obrigando-se a parte vencida a pagar à vencedora, além das custas e despesas processuais, honorários advocatícios sobre o valor da causa.

E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente instrumento particular de Contrato de Locação não residencial, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com os fiadores e com duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Trombudo Central, 18 de maio de 2020.

Geovana Gessner Prefeita de Trombudo Central	Fabio Muller Fabio Muller & Cia Ltda ME	
Fernando Arndt Advogado OAB nº 37092	Alésio Jung Secretário da Saúde Fiscalizador CPF: 542.640.229-91	
Testemunhas:		
1º Geziel Balcker Secretário de Administração e Finanças CPF: 026.857.929-61	2º Edson Steuck Auxiliar Administrativo CPF: 732.300.499-34	

CONTRATO 048/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528091

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: H2SA ENGENHARIA LTDA - ME

Contrato Nº 48/2020

Valor: 27,900,00

Início: 16/03/2020

Término: 31/12/2020

Licitação: 14/2020

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PESTACÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA NA GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXI I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

CONTRATO 049/2020 - PMTC

Publicação N° 2528098

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: ECUSTOMIZE CONSULT. EM SOFTWARE LTDA
Contrato N° 49/2020
Valor: 0,01
Início: 02/04/2020
Término: 31/12/2020
Licitação: 17/2020
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA
DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DIGITAL COMO MEIO DE
REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, ESPECIFICAMENTE NA
MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

CONTRATO 061/2020 - PMTC

Publicação N° 2528132

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: CONSÓRCIO ILUMINAÇÃO LED
Contrato N° 61/2020
Valor: 1.750.000,00
Início: 30/04/2020
Término: 30/04/2025
Licitação: 19/2020
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA
ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LUMINÁRIAS TIPO LED E A
LOCAÇÃO DE ATIVOS DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA QUE DEVERÃO SER INSTALADOS, OPERADOS E
MANTIDOS PELA LICITANTE NO PARQUE DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL - SC, COM
VERSÃO DA TITULARIDADE DOS EQUIPAMENTOS PARA O
MUNICÍPIO AO FINAL DO PRAZO DA LOCAÇÃO, CONFORME
CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE
EDITAL E NOS SEUS ANEXOS.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

CONTRATO 062/2020 - PMTC

Publicação N° 2528137

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCACAO DE SISTEMAS
LTDA
Contrato N° 62/2020
Valor: 5.850,00
Início: 30/04/2020
Término: 31/12/2020
Licitação: 16/2020
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARE NA
GESTÃO DO CONTROLE INTERNO E AUDIÊNCIA PÚBLICA,
INCLUINDO CONVERSÃO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO,
TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ANEXO I -
TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO
EDITAL.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

CONTRATO 064/2020 - PMTC

Publicação N° 2528142

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL (CIGA).
Contrato N° 064/2020
Valor: 280,00

Início: 01/06/2020
Término: 31/12/2020
Compra Direta: 1031/2020
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

DECRETO 044/20

Publicação Nº 2529035

DECRETO 044/20 DE 07 DE MAIO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2020.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 2088 de 12 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 104.199,76 (cento e quatro mil, cento e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

07.000 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
07.001 – Departamento de Atenção Básica
07.001.10.301.11.2043-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.483,36
05.000 –SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.002 – Departamento de Estradas vicinais
05.002.15.452.5.2025-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 28.759,70

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 6.483,36
Superávit Financeiro do exercício anterior (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 28.759,70

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de maio de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 047/20

Publicação Nº 2529037

DECRETO 047/20 DE 11 DE MAIO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2020.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 2088 de 12 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 104.199,76 (cento e quatro mil, cento e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), para a seguinte dotação orçamentária:

07.000 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
07.001 – Departamento de Atenção Básica
07.001.10.301.11.1013-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.009,34

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit Financeiro do exercício anterior (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 30.009,34

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de maio de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 050/20

Publicação Nº 2529038

DECRETO 050/20 DE 25 DE MAIO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2020.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 2088 de 12 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 104.199,76 (cento e quatro mil, cento e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

07.000 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.004 – Departamento de Assistência Farmacêutica

07.004.10.303.11.2047-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 13.192,84

07.000 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.001 – Departamento de Atenção Básica

07.001.10.301.11.2043-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 41.107,23

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit Financeiro do exercício anterior (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 13.192,84

Superávit Financeiro do exercício anterior (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 41.107,23

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de maio de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 054/20

Publicação Nº 2529039

DECRETO 054/20 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2020.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 2088 de 12 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 104.199,76 (cento e quatro mil, cento e noventa e nove centavos e setenta e seis centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

08.000 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.002 – Departamento de Proteção Social Básica

08.002.14.422.8.2033-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

08.000 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.004 – Departamento de Gestão

08.004.14.422.8.1011-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

08.000 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.002 – Departamento de Proteção Social Básica

08.002.14.422.8.2033-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.850,00

08.000 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.003 – Departamento de Proteção Social Especial

08.003.14.422.8.2034-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.349,76

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit Financeiro do exercício anterior (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 70.000,00

Excesso de Arrecadação (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 2.000,00

Excesso de Arrecadação (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 30.850,00

Excesso de Arrecadação (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 1.349,76

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de junho de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TERMO ADITIVO 021/2020- FMS

Publicação Nº 2528225

TERMO ADITIVO Nº 021/2020 - FMS
PROCESSO Nº 687/2019

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 021/2020 - PMTC, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E A EMPRESA LOCH & HASSE LTDA.

Pelo presente termo, de um lado o MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.731/0001-75, neste ato representado pela sua Prefeita Sra. Geovana Gessner, e de outro lado a Empresa LOCH & HASSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.290.576/0001-61, representada pelo Sr. Marco Luiz Loch, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 021/2020 - PMTC, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aditamento Contratual referente à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC, CONFORME A DEMANDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente aditamento contratual se dá por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E JUSTIFICATIVA.

Os valores dos combustíveis gasolina comum, óleo diesel S-10 e S-500 praticados no fornecimento a licitante, terão supressão e oscilação de mercado periódica por tempo indeterminado ou enquanto perdurar a inconstância da política econômica, justificando-se ainda, mediante as alterações preconizadas nos ditames legais de esfera Federal, Estadual e Municipal, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se em conformidade no art. 37, XXI da CF/88 c/c alínea "d", inciso II, do Art. 65da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o Presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutuamente.

Trombudo Central, 23 de abril de 2020.

Geovana Gessner Marco Luiz Loch
Prefeita de Trombudo Central Loch & Hasse Ltda

Fernando Arndt Alésio Jung
Advogado Secretário da Saúde
OAB/SC 37092 CPF: 542.640.229-91
Fiscalizador

Testemunhas:

Geziel Balcker
Secretário de Administração e Finanças
CPF: 026.857.929-61

Edson Steuck
Auxiliar Administrativo
CPF: 732.300.499-34

TERMO ADITIVO 023/2020- FMS

Publicação Nº 2528247

TERMO SUPRESSIVO nº 023/2020 - FMS
PROCESSO nº 4/2020 – FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 3/2020 - FMS

1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE nº 022/2020 – FMS, REFERENTE AO 1º TERMO SUPRESSIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E FABIO MÜLLER & CIA LTDA - ME.

Pelo presente termo, de um lado o MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.731/0001-75, neste ato representado pela sua Prefeita Sra. Geovana Gessner, e de outro lado FABIO MÜLLER & CIA LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 23.062.895/0001-94, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 022/2020 - FMS, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Termo Supressivo referente à LOCAÇÃO DO IMÓVEL COM 01 (UMA) SALA COMERCIAL, EDIFICADA EM IMÓVEL URBANO, MEDINDO 80,00 M² (OITENTA METROS QUADRADOS), LOCALIZADO À RUA GETÚLIO VARGAS, Nº 90, BAIRRO CIDADE ALTA, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Fica o valor ora repactuado será na redução em 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do aluguel original de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais, ficando o valor a ser pago na ordem de R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

A redução de que trata a Cláusula segunda, se dá pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18 de maio de 2020.

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

Justifica – se o presente aditivo de supressão parcial contratual pelo estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), considerando a situação epidemiológica atual e a expansão da presença do coronavírus (COVID-19), e a evolução da doença a nível nacional, estadual e municipal, culminando numa crise econômica a nível mundial sem precedentes, com imenso prejuízo para todos, especificamente ao Poder Público do Município de Trombudo Central, mediante disposições contidas no Decreto 020/20 de 18 de março de 2020, dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e nacional, decorrente de infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), e dá outras providências, Decreto 022/20 de 20 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de TROMBUDO CENTRAL, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências, o Decreto 025/20 de 24 de março de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), o Decreto 028/20 de 31 de março de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), o Decreto 030/20 de 31 de março de 2020, Prorroga Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, e dá outras providências o Decreto 031/20 de 13 de abril de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, e dá outras providências e, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, que altera o Decreto nº 525 de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

CLÁUSULA QUINTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se em conformidade com o § único do art. 8º, c/c inciso XIV do Art. 78, da Lei Federal nº. 8.666/93, e Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado que não colidirem com as disposições do presente aditivo, permanecem em vigor e inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o Presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutuamente.

Trombudo Central, 18 de maio de 2020.

Geovana Gessner Prefeita de Trombudo Central	Fabio Muller Fabio Muller & Cia Ltda ME	
Fernando Arndt Advogado OAB nº 37092	Alésio Jung Secretário da Saúde Fiscalizador CPF: 542.640.229-91	
Testemunhas:		
1º Geziel Balcker Secretário de Administração e Finanças CPF: 026.857.929-61	2º Edson Steuck Auxiliar Administrativo CPF: 732.300.499-34	

TERMO ADITIVO 050/2020 - PMTC

Publicação N° 2528099

Aditivo N° 50/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCACAO DE SISTEMAS

LTDA

Contrato N° 19/2020

Sequencial do Aditivo: 1

Início: 02/04/2020

Término: 30/07/2020

Licitação: 07/2020

Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL 13.465 DE 2017 E DECRETOS COMPLEMENTARES OU OS INSTRUMENTOS PRESENTES NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO TEMA, PARA A LOCALIDADE DE BRACATINGA I EM TROMBUDO CENTRAL – SC, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I

Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 051/2020 - PMTC

Publicação N° 2528103

Aditivo N° 51/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: ALEXANDRE VENTURI

Contrato N° 21/2020

Sequencial do Aditivo: 2

Início: 02/04/2020

Término: 30/07/2020

Licitação: 100/2019

Objeto da Contratação: 2º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, COM METRAGEM IGUAL OU SUPERIOR A 115M², SEM OBSTACULOS (COLUNAS) NA SALA PRINCIPAL, COM NO MÍNIMO 02 BANHEIROS, PARA UTULIZAÇÃO PELO GRUPO DE DANÇAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICIPIO

Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 052/2020 - PMTC

Publicação N° 2528108

Aditivo N° 52/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE

TROMBUDO CENTRAL

Contrato N° 16/2018

Sequencial do Aditivo: 3
Início: 02/04/2020
Término: 30/07/2020
Licitação: 9/2018
Objeto da Contratação: 3º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO NA LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA RUA JORGE LACERDA, Nº 26, CENTRO, TROMBUDO CENTRAL-SC COM ÁREA TOTAL DE 126M², DESTINADO A INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 053/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528110

Aditivo Nº 53/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: BERNADETE OCKER ALMEIDA
Contrato Nº 14/2018
Sequencial do Aditivo: 3
Início: 02/04/2020
Término: 30/07/2020
Licitação: 6/2018
Objeto da Contratação: 3º TERMO ADITIVO SUPRESSIVO NA CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO EDIFICADO COM GALPÃO DOTADO DE INFRA-ESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DE UMA MARCENARIA PARA ATENDER A DEMANDA DE REFORMAS DE MÓVEIS E FABRICAÇÃO DE MÓVEIS
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 054/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528113

Aditivo Nº 54/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: FUNDAÇÃO OSNY JOSÉ GONÇALVES – TELEVISÃO BELA ALIANÇA
Contrato Nº 39/2019
Sequencial do Aditivo: 1
Início: 02/04/2020
Término: 30/07/2020
Licitação: 288/2019
Objeto da Contratação: 2º TERMO ADITIVO SUPRESSIVO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO NA VEICULAÇÃO EM EMISSORA DE TELEVISÃO COM SINAL ABERTO DE INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL DE INTERESSE PÚBLICO.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 055/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528119

Aditivo Nº 56/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: HD CONSULTORIA LTDA - ME
Contrato Nº 16/2020
Sequencial do Aditivo: 1
Início: 02/04/2020
Término: 30/07/2020
Licitação: 4/2020
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO SUPRESSIVO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE

INFORMÁTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO EM SEUS VÁRIOS MÓDULOS, PRINCIPALMENTE NO GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS DIRECIONADOS A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, UTILIZADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, ALÉM DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE COMPROMISSO/CONVÊNIOS/OPERAÇÃO DE CRÉDITO.

Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 056/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528120

Aditivo Nº 56/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: HD CONSULTORIA LTDA - ME

Contrato Nº 16/2020

Sequencial do Aditivo: 1

Início: 02/04/2020

Término: 30/07/2020

Licitação: 4/2020

Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO SUPRESSIVO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO EM SEUS VÁRIOS MÓDULOS, PRINCIPALMENTE NO GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS DIRECIONADOS A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, UTILIZADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, ALÉM DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE COMPROMISSO/CONVÊNIOS/OPERAÇÃO DE CRÉDITO.

Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 057/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528123

Aditivo Nº 057/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Contrato Nº 126/2019

Sequencial do Aditivo: 2

Valor: R\$ 5.118,30

Início: 16/04/2020

Término: 31/12/2020

Licitação: 664/2019

Objeto da Contratação: 2º TERMO ADITIVO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE CICLOVIA E PISTA DE CAMINHADA NA AV. ARTHUR MULLER, TROMBUDO CENTRAL/SC, TOTALIZANDO A EXTENSÃO DE 790,00M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE EVENTOS, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 058/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528125

Aditivo Nº 058/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: H2SA ENGENHARIA LTDA - ME

Contrato Nº 48/2020

Sequencial do Aditivo: 1

Início: 02/04/2020

Término: 30/07/2020
Licitação: 14/2020
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 059/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528129

Aditivo Nº 059/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: PORTO SEGURO COMPANIA DE SEGUROS GERAIS
Contrato Nº 35/2020
Sequencial do Aditivo: 1
Valor: 169,57
Início: 23/04/2020
Término: 07/02/2021
Licitação: 9/2020
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 060/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528130

Aditivo Nº 060/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: LOCH & HASSE
Contrato Nº 182/2019
Sequencial do Aditivo: 1
Início: 23/04/2020
Término:
Licitação: 687/2019
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 063/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528140

Aditivo Nº 063/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: ELIANE DE AMORIM NUNES DOS SANTOS
Contrato Nº 181/2019
Sequencial do Aditivo: 1
Início: 02/04/2020
Término: 30/06/2020
Licitação: 83/2018
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO SUSPENSÃO ONEROSA NA CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, MEDIANTE CONTRATO ADMINISTRATIVO PELO PERÍODO DE 26 (VINTE E SEIS) MESES A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, DO ESPAÇO FÍSICO DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES WALTER BELL, A TÍTULO ONEROSO, SITO A RUA ARNO ZIMMERMANN.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 065/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528143

Aditivo Nº 065/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: HOSPITAL TROMBUDO CENTRAL
Contrato Nº 1/2020
Sequencial do Aditivo: 1
Valor: 4.500,00
Início: 01/04/2020
Término: 31/12/2020
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO NO ATENDIMENTO MÉDICO- HOSPITALAR A QUE SE REFERE A ESTA CLÁUSULA SERÁ DISPONIBILIZADO À POPULAÇÃO A TÍTULO DE MANUTENÇÃO DO PLANTÃO MÉDICO, DIARIAMENTE, INCLUSIVE, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS, DAS 19H00MIN ÀS 07H00MIN DO DIA SEGUINTE INCLUSIVE FINS DE SEMANA E FERIADOS EIMPLICA EM ATENDIMENTOS E CONSULTAS MÉDICAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ESTES ENTENDIDOS COM OS DE MÉDIA E BAIXA COMPLEXIDADE.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 066/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528146

Aditivo Nº 066/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: GIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EIRELI
Contrato Nº 34/2019
Sequencial do Aditivo: 2
Início: 02/04/2020
Término: 31/07/2020
Licitação nº 220/2019
Objeto da Contratação: 2º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO CONTRATUAL NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETAMENTO CONTÍNUO PARA REALIZAR O TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DOS ALUNOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL ATÉ AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL. AÇÃO 2.048 TRANSPORTE ESCOLAR UNIVERSITÁRIO, JUNTO AO PROGRAMA 04 – EDUCAÇÃO PARA TODOS PPA 2018-2021.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

TERMO ADITIVO 067/2020 - PMTC

Publicação Nº 2528150

Aditivo Nº 067/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI).
Contrato Nº 003/2020
Sequencial do Aditivo: 1
Início: 18/05/2020
Término: 31/12/2020
Contrato ATER nº 290/2020
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA PARA JUNTAMENTE COM OS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DE PESCA, PLANEJAR, COORDENAR, CONTROLAR E EXECUTAR, DE FORMA DESCENTRALIZADA, A POLÍTICA ESTADUAL DE PESQUISA, TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA, FLORESTAL, PESQUEIRA JUNTO AO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL- SC.
Trombudo Central, 18 de Junho de 2020

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01-2020 - APROVAÇÃO DE CONTAS**

Publicação Nº 2528025

Decreto Legislativo nº 001/2020

“APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018, DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base nos artigos 64, II, m e no 227 do Regimento Interno.

Faz Saber, a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e seu Presidente promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Ficam APROVADAS as contas do Exercício de 2018 do Município de Trombudo Central – Santa Catarina, tomando por base o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, e o parecer prévio de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado, PCP 19/00181603, que passa a ser parte integrante do presente Decreto Legislativo.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Trombudo Central, em 16 de junho de 2020.

Jaime Guilherme da Silva
Vereador Presidente

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01-2020

Publicação Nº 2528027



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020**

A Câmara de Vereadores de **TROMBUDO CENTRAL**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao **CONCURSO PÚBLICO**, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal n.º 816/1990, Lei Complementar Municipal n.º 1.830/2014, demais legislações atinentes e de acordo com as disposições deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da empresa Núcleo Brasil Sul de Provas e Avaliações Eireli - **NBS PROVAS**, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 54, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br e e-mail: nbs@nbsprovas.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Fiscalização do Concurso Público, nomeada para este fim.
- 1.2.** O Concurso Público terá caráter classificatório e envolverá prova escrita objetiva, diferenciada por cargo.
- 1.3.** Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e tipo de prova aplicada, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1.3.1. Cargo de Nível Médio:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Agente Legislativo	Ensino Médio Completo.	CR	-	40h	1.884,62	O

1.3.2. Cargo de Nível Fundamental:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
02	Agente de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto (4ª série).	1 + CR	-	40h	1.415,90	O

1.3.3. Legendas Utilizadas:

- **Tipo de Prova "O":** Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.
 - **Vagas PNE:** Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital).
 - **CR:** Cadastro Reserva.
- 1.4.** As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no **ANEXO VI**.
- 1.5.** Os candidatos aprovados e classificados neste Concurso Público serão admitidos em regime estatutário e filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do INSS.
- 1.6.** Os valores para inscrição no Concurso Público nº 01/2020, obedecerão aos seguintes parâmetros:
- **R\$ 60,00 (sessenta reais) para o cargo de Nível Médio.**
 - **R\$ 40,00 (quarenta reais) para o cargo de Nível Fundamental.**



Câmara de Vereadores de Trombudo Central/SC: Concurso Público n.º 01/2020

Página 1 de 30



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



2. DA DIVULGAÇÃO

- 2.1. A divulgação oficial do Edital de Concurso Público nº 01/2020, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: no mural da sede da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, bem como nos sites www.cmtc.sc.gov.br e www.nbsprovas.com.br.
- 2.2. As demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Concurso Público serão divulgados nos sites www.cmtc.sc.gov.br e www.nbsprovas.com.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 2.3. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuados sob responsabilidade exclusiva da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DA INSCRIÇÃO

- 3.1. Para participar do Concurso Público nº 01/2020 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital, declarando conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se comprometendo a acompanhar e tomar conhecimento acerca de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua nomeação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.
- 3.3. As inscrições serão realizadas somente no período definido no **Anexo III**.
- 3.4. **São condições básicas para a inscrição a serem comprovados no momento da convocação:**
- 3.4.1. *Nacionalidade brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei.*
- 3.4.2. *Gozo dos direitos políticos.*
- 3.4.3. *Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.*
- 3.4.4. *Quitação com as obrigações militares e eleitorais.*
- 3.4.5. *Idade mínima de dezoito anos completos.*
- 3.4.6. *Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.*
- 3.5. As inscrições serão efetuadas pelos seguintes meios:
- 3.5.1. **VIA INTERNET:** através do site www.nbsprovas.com.br. Para inscrever-se, o candidato deverá:
- 3.5.1.1. Acessar o site www.nbsprovas.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;
- 3.5.1.2. Localizar, no site, o “link” correlato ao Concurso Público da Câmara de Vereadores de Trombudo Central;
- 3.5.1.3. Ler completa e atentamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza de que possui todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 3.5.1.4.** Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;
- 3.5.1.5.** O candidato é responsável pelas informações da ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.
- 3.6.** Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos previstos no presente Concurso Público.
- 3.7.** O candidato que se inscrever em mais de um cargo, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões) mais antiga(s). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.
- 3.8.** Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.
- 3.9.** Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:
- 3.9.1.** Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no **Anexo III**. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. **Atentar ao horário de expediente bancário.**
- 3.9.2.** A quitação efetiva deve ocorrer dentro do horário de compensação bancária do último dia previsto para o pagamento, sendo considerados intempestivos os pagamentos programados para o dia útil bancário posterior.
- 3.9.3.** A **NBS PROVAS** e a **Câmara de Vereadores de Trombudo Central** não se responsabilizam por boletos clonados, gerados através de vírus eletrônicos existentes nos dispositivos de acesso utilizados pelo candidato, devendo este conferir as informações relativas ao código de barras, e se elas correspondem aos dados do banco emissor, em especial quanto ao código do banco junto à Febraban.
- 3.9.4.** Considerando a atual regulamentação da Febraban em relação aos boletos bancários, o candidato deve atentar, no momento do pagamento, para as informações do pagador, que deverá ter os dados do próprio candidato.
- 3.9.5.** **Caso o candidato encontre informações diversas aquelas descritas nos itens anteriores, não deve realizar o pagamento, comunicando imediatamente a NBS PROVAS e a Câmara de Vereadores de Trombudo Central para que possam ser tomadas as medidas legais pertinentes.**
- 3.9.6.** Após realizado o pagamento da taxa de inscrição, não será permitida troca de cargos, nem transferência do pagamento para uma outra inscrição realizada.
- 3.10.** Será cancelada a inscrição do candidato que:
- 3.10.1.** Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.
- 3.10.2.** Efetuar pagamento em valor menor do que aquele estabelecido neste edital como taxa de inscrição ao cargo escolhido.
- 3.10.3.** Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 3.10.4.** No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.10.5.** Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.
- 3.10.6.** As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.nbsprovas.com.br.
- 3.11. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da “listagem provisória de inscritos”, prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol das “homologadas/deferidas”.**
- 3.11.1.** O deferimento da inscrição do candidato significa unicamente que o seu pagamento foi processado, ficando apto a realizar a prova. **O status de deferido da inscrição não comprova sua habilitação ao cargo**, devendo esta ser realizada no momento da sua contratação/convocação, mediante apresentação dos documentos de habilitação, sob pena de aplicação do item 3.2 do edital.
- 3.12.** Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a “Ficha de Inscrição”, disponibilizada no site www.nbsprovas.com.br a partir da data prevista no **Anexo III** para a publicação da “convocação para a realização das provas objetivas”, emitida a partir da “Área do Candidato”, disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.
- 3.12.1.** Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na “Área do Candidato”, no site www.nbsprovas.com.br, acessando seus dados com sua senha pessoal.
- 3.13.** Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.
- 3.14.** Também não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior, tampouco pagamentos realizados em duplicidade (mais de um pagamento para a mesma inscrição), assim como não serão restituídas taxas pagas em valor menor do que aquele estabelecido neste edital, ou a taxa com pagamento realizado fora do período estabelecido em edital (realizado após o vencimento), ou ainda, em caso de desistência do candidato em relação ao certame.
- 3.15.** A **NBS PROVAS** e a **Câmara de Vereadores de Trombudo Central** não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 3.16.** A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se fizerem cabível.
- 3.17.** O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, através do Requerimento de Condição Especial de Prova (Anexo II), que deverá ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.
- 3.18.** A solicitação de condições especiais de prova será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 3.19.** Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Requerimento de Condição Especial de Prova (Anexo II) indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.
- 3.20.** Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.
- 3.21.** A listagem de candidatos com condições especiais de prova será divulgada conforme cronograma do **Anexo III**, pelos meios previstos no **Item 2** deste Edital, com os nomes dos candidatos com condição especial de prova e seu respectivo pleito.
- 3.22.** O Candidato que tiver a sua solicitação de condição especial de prova indeferida poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Condições Especiais de Prova, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 3.23.** As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.
- 3.24.** O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do **Anexo III**, pelos meios previstos no **Item 2** deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.
- 3.25.** O Candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento da Inscrição, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 3.26.** O indeferimento da inscrição do candidato se dá pela não identificação do pagamento da taxa de inscrição, no prazo estabelecido em edital.
- 3.27.** Não será permitida a realização de prova para candidato que esteja com a sua inscrição indeferida, devendo o candidato interpor recurso no prazo estabelecido para a sua apresentação, juntamente com a comprovação necessária ao seu pleito. Na mesma seara, não será efetuada nenhuma condição especial de prova para candidato que não a requereu previamente, ou ainda, teve seu pedido indeferido.
- 3.28.** É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar o deferimento de sua inscrição, bem como, todos os atos oficiais deste Concurso Público através do meio de divulgação previsto no **Item 2.2** deste Edital.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



4. DAS ISENÇÕES

- 4.1. Ficam isentos do pagamento da Taxa de Inscrição no Concurso Público n.º 01/2020 da Câmara de Vereadores de Trombudo Central **os candidatos doadores de sangue e os candidatos doadores de medula óssea** atendidas às condições estabelecidas nos itens seguintes.
- 4.2. O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Concurso Público, entretanto, se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.
- 4.3. Para requerer a isenção por “doação de sangue” o candidato deverá:
- 4.3.1. Efetuar o preenchimento completo do Requerimento de Isenção (Anexo VIII), assinalando a opção “doador de sangue” e anexar ao requerimento o documento expedido pela entidade coletora.
- 4.3.2. O documento previsto no subitem anterior deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a 2 (duas) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital deste Certame.
- 4.3.3. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- 4.4. Para requerer a isenção por “doação de medula óssea” o candidato deverá:
- 4.4.1. Efetuar o preenchimento completo do Requerimento de Isenção (Anexo VIII), assinalando a opção “Doador de Medula Óssea” e anexar ao requerimento o comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.
- 4.5. O Requerimento de Isenção deverá ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até no prazo final estabelecido para este fim no **Anexo III** deste Edital.
- 4.6. A relação das isenções deferidas será divulgada nos endereços eletrônicos www.nbsprovas.com.br e www.cmtc.sc.gov.br, devendo o candidato verificar o deferimento ou não, na data prevista no **Anexo III**.
- 4.7. O Candidato que tiver o seu requerimento de isenção indeferido poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento da Isenção, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 4.8. A NBS PROVAS apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até a data prevista no **Anexo III**, republicando a lista de candidatos isentos.
- 4.9. Caso o candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até o último dia das inscrições, para efetuar o pagamento da sua inscrição, **observando o horário bancário**.
- 4.10. A constatação de falsidade das declarações referidas nos itens anteriores, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.
- 4.11. O candidato beneficiado com a isenção do pagamento da taxa de inscrição que faltar em qualquer das etapas do Concurso Público, deverá justificar a sua ausência, no mesmo prazo destinado ao recurso do resultado da etapa. **A não justificativa da ausência importa no lançamento da taxa de inscrição correspondente na dívida ativa municipal e sujeita o candidato aos trâmites normais de cobrança de receitas municipais não quitadas.**





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



5. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas no espaço físico de instituições de ensino no município de Trombudo Central/SC, na data prevista no **Anexo III**, em local(is) e horário(s) a ser(em) definido(s) e publicado(s), com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.2.
- 5.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de seu comprovante de inscrição, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente e **portando obrigatoriamente seu documento oficial de identificação com foto**.
- 5.3. **Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.**
- 5.4. O caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.
- 5.5. Destaca-se que, segundo o que determina a Lei Federal 9.610/98, em relação ao caderno de provas, todos os direitos de divulgação e distribuição são reservados à **NBS PROVAS**, sendo expressamente proibido veicular, distribuir, difundir, copiar ou publicar em qualquer outro website, que não seja o www.nbsprovas.com.br, seja no todo ou em parte, qualquer item da respectiva prova, sem a prévia autorização, por escrito, da **NBS PROVAS**, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.
- 5.6. **As provas objetivas terão a duração conjunta de 3 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.**
- 5.7. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
 - a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, imagem de identificação (retrato), filiação e assinatura.
 - b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente deferido.
 - c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.
 - d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados.
- 5.8. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.
- 5.9. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo está em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.
- 5.10. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.
- 5.11. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 5.12. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 5.13. Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 5.14. Os telefones celulares, *paggers* e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 5.15. A **NBS PROVAS**, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.
- 5.16. Os candidatos serão alocados em salas e carteiras de prova seguindo a ordem alfabética de seu nome, dentro dos cargos indicados para a realização de prova na(s) instituição(ões) de ensino. A disposição de carteiras segue o padrão disponibilizado para cada sala de prova, sendo o local de prova indicado por etiqueta, contendo o nome e número de inscrição do candidato. É vedado qualquer troca de lugar e/ou de mobiliário de sala, por parte do candidato, sob pena de eliminação do certame. Qualquer condição especial de prova deve ser solicitada antecipadamente, pelos meios definidos no item 3 deste edital, dentro do prazo previsto para a sua solicitação.
- 5.17. Para o eventual uso dos sanitários após o início da prova, o candidato será submetido a varredura eletrônica antes do ingresso nos banheiros. A recusa do procedimento de varredura eletrônica implica em não ser autorizado o uso dos sanitários. A utilização dos sanitários sem a autorização, importa na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas. O uso dos sanitários após início das provas é restrito aos candidatos em regime de aplicação, ou seja, não se permitindo o seu uso, após a entrega do caderno de prova e cartão resposta.
- 5.18. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 5.19. Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais à realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A **NBS PROVAS** e a **Câmara de Vereadores de Trombudo Central** não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, extravios de materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 5.20. Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:
- a) *Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.*



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- b) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.
d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.
e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações previstas neste edital e no Manual do Candidato.

5.21. Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão de respostas, por erro de preenchimento ou dano cometido pelo candidato.

5.22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, mediante autorização do coordenador, devendo antes disso, assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes, a ata da sala e deverão acompanhar o fechamento do envelope de cartão resposta, apondo sua assinatura nos locais sinalizados. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será considerado como desistente pelo coordenador e pelo fiscal de sala, devidamente atestado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

6. DAS PROVAS

6.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que **obtiverem, no mínimo 5,00 (cinco) pontos** na prova escrita objetiva.

6.2. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA:

6.2.1. Para o cargo de Nível Médio:

6.2.1.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo **40 (quarenta)** questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor Total
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Matemática	5	0,20	1,00
Informática Básica	5	0,20	1,00
Conhecimentos gerais e atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.2. Para o cargo de Nível Fundamental:

6.2.2.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo **30 (trinta)** questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor Total
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Matemática	5	0,30	1,50
Conhecimentos gerais e atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	15	0,40	6,00
Valor total da prova escrita:			10,00





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 6.2.3.** Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.
- 6.2.4.** No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:
- a) *Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;*
 - b) *Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);*
 - c) *Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;*
 - d) *Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);*
 - e) *For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.*
- 6.2.5.** Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como “rascunho”, utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.
- 6.2.6.** Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.
- 6.2.7.** O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no **1º dia útil** posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.
- 6.2.8.** Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.

7. DOS RESULTADOS

- 7.1.** A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada **até a data prevista no Anexo III deste Edital**, através dos meios de divulgação previstos no **Item 2** deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.
- 7.2.** Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:
- 7.2.1.** Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal n.º 10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).
- 7.2.2.** Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:
- a) *Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.*
 - b) *Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.*
 - c) *Maior número de acertos na prova de Matemática.*
 - d) *Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades.*
 - e) *Maior idade.*
 - f) *Exercício da função de Jurado.*
- 7.3.** Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 7.4.** Para a aplicação do critério de desempate relacionado ao efetivo exercício da função de jurado (Art. 440 do Código de Processo Penal), o candidato interessado deverá apresentar a seguinte documentação:
- 7.4.1.** Requerimento de Condição de Jurado (Anexo VII), preenchido de forma legível e completa, inclusive com a assinatura a punho.
- 7.4.2.** Certidão, Declaração, Atestado, ou outro documento público equivalente, expedido pela Justiça Estadual ou Federal, relativo ao exercício da função de jurado (Art. 440 do Código de Processo Penal).
- 7.4.3.** O Requerimento de Condição de Jurado (Anexo VII) juntamente com a documentação comprobatória deverá ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.
- 7.4.4.** O Candidato que tiver o seu Requerimento de Condição de Jurado indeferido poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento da Condição de Jurado, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III** para o protocolo do Recurso contra o Indeferimento da Inscrição, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 7.5.** Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.
- 7.6.** Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de Recurso contra a Classificação Provisória, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, **no prazo previsto no Anexo III deste Edital**, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 7.7.** Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no **Item 2** deste Edital.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

- 8.1.** O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.
- 8.2.** O candidato aprovado deverá manter seu endereço e o número de telefones atualizados durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda de sua classificação.
- 8.3.** O candidato aprovado perderá o direito a nomeação nos seguintes casos:
- a) *Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;*
 - b) *Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 12;*
 - c) *Desistir formalmente da vaga.*
- 8.3.1.** As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, obedecendo à ordem de classificação.
- 8.4.** É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio dos sites www.cmtc.sc.gov.br e www.nbsprovas.com.br ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Fiscalização de Concursos a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Concurso Público.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 9.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.
- 9.2. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital.
- 9.3. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas de cargo oferecidas, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.
- 9.4. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em sua redação vigente.
- 9.5. Para compor a lista de “candidatos portadores de necessidades especiais”, o candidato deverá realizar os seguintes procedimentos:
- 9.5.1. Efetuar a sua inscrição através do site www.nbsprovas.com.br escolhendo o cargo a qual deseja concorrer.
- 9.5.2. Efetuar o preenchimento completo do Requerimento de Vaga Especial (Anexo II), inclusive com a assinatura a punho.
- 9.5.3. Anexar ao Requerimento de Vaga Especial (Anexo II) o Laudo Médico, emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.
- 9.5.4. O Requerimento de Vaga Especial (Anexo II) deverá ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.
- 9.6. O Requerimento de Vaga Especial e o documento comprobatório da situação (Laudo Médico), devidamente protocolado e apresentado na forma do item anterior, serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 9.7. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos neste Edital.
- 9.8. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3 deste edital.
- 9.9. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias:
- I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- II. Deficiência Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
- III. Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
- a) Comunicação;
 - b) Cuidado pessoal;
 - c) Habilidades sociais;
 - d) Utilização dos recursos da comunidade;
 - e) Saúde e segurança;
 - f) Habilidades acadêmicas;
 - g) Lazer; e
 - h) Trabalho;
 - i) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.
- 9.10.** Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.
- 9.11.** Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de necessidades especiais serão submetidos à Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.
- 9.12.** Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.
- 9.13.** Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.
- 9.14.** O Candidato que tiver o seu requerimento de vaga especial indeferido poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento de Vaga Especial, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.

10. DOS RECURSOS

- 10.1.** Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:
- a) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova.
 - b) Ao indeferimento e/ou cancelamento da Inscrição.
 - c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais de Prova.
 - d) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial.
 - e) Ao indeferimento da Condição de Jurado.





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- f) Ao indeferimento do Requerimento de Isenção.
- g) Ao Resultado da Classificação Provisória.

10.2. Para interposição de Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova (alínea “a” do item 10.1), o candidato deverá realizar os procedimentos a seguir:

10.2.1. Para a interposição de Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova, o impetrante deverá efetuar o preenchimento completo do formulário de recurso, devendo conter:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
- 7) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

10.2.2. Para a apresentação física (via Correios) do Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova o candidato deverá utilizar o Formulário de Recurso, representado pelo **Anexo IV** deste edital, com atendimento a todos os requisitos elencados no Item 10.2.1 do Edital.

10.2.3. Para a apresentação eletrônica (via Área do Candidato) o seu acesso ao ambiente restrito (login) já supre os requisitos 1 a 4 do Item 10.2.1 do Edital, devendo o impetrante somente indicar a questão a qual pretende interpor recurso (informar o número da questão) e preencher o formulário disponível, de modo a atender as disposições de número 6 e 7 do Item 10.2.1 do Edital.

10.2.4. Ainda na apresentação eletrônica de Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova, todos os argumentos e referências devem obrigatoriamente ser apresentados diretamente no formulário disponível, sendo o objetivo dos anexos unicamente sustentar os argumentos já formulados. Apresentação eletrônica com argumentos e/ou referências unicamente em arquivos anexos serão indeferidos sem análise de mérito.

10.2.5. O recurso somente será apreciado se apresentado tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste Item 10.2, de acordo com a forma de apresentação escolhida pelo impetrante.

10.2.6. Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais elencados no item 10.2.1, serão indeferidos, sem julgamento de mérito. Recursos apresentados sem atendimento dos requisitos 6 e 7 do Item 10.2.1 do Edital, ou ainda com apresentação inadequada (não atendendo ao padrão estabelecido pela ABNT - NBR 6023), serão indeferidos sem análise de mérito, na forma do Item 10.8, não sendo listados no “extrato de análise de recursos”.

10.2.7. O Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova, **deverá ser elaborado de forma individual, sendo um recurso para cada questão, com a indicação do seu número na prova**, sob pena de indeferimento sem análise de mérito. Deve também ser anexada a cópia da bibliografia e/ou referência utilizada, no padrão citado no Item 10.2.1, sob pena de sua desconsideração.

10.2.8. Se da análise do recurso resultar anulação da(s) questão(ões), o(s) ponto(s) referente(s) à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 10.3. Para interposição dos demais recursos previstos no Item 10.1, o candidato deverá realizar os procedimentos a seguir:**
- 10.3.1.** Para a apresentação física (via Correios) destes recursos o candidato deverá utilizar o Formulário de Recurso, representado pelo **Anexo V** deste edital, efetuando o seu preenchimento completo.
- 10.3.2.** Para a apresentação eletrônica (via Área do Candidato) o seu acesso ao ambiente restrito (login) já supre todos os requisitos de identificação do candidato, bastando realizar o preenchimento do formulário eletrônico disponível, com os seus argumentos.
- 10.3.3.** Ainda na apresentação eletrônica destes recursos, todos os argumentos devem ser obrigatoriamente apresentados diretamente no formulário disponível, sendo o objetivo dos anexos unicamente sustentar os argumentos já formulados. Apresentação eletrônica com argumentos unicamente em arquivos anexos serão indeferidos sem análise de mérito.
- 10.4.** O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital, no prazo previsto no **Anexo III** deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.
- 10.5.** Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.
- 10.6.** Deverá ser elaborado um recurso por candidato, de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.
- 10.7.** As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, através de publicação de “Extrato de Recursos” identificando o impetrante unicamente através de seu número de inscrição, ou ainda, disponibilizadas de maneira individual ao impetrante, através da “Área do Candidato”, como decisão acerca do recurso apresentado.
- 10.8.** Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste **Item 10** deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.
- 10.9.** A Comissão Avaliadora constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

11. DOS PROTOCOLOS

- 11.1.** Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, todos os recursos e requerimentos deverão ser protocolados.
- 11.2. Devem ser protocolados exclusivamente por MEIO POSTAL, todos os seguintes itens:**
- a) A impugnação contra as disposições do Edital.
 - b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas.
 - c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial.
 - d) O Requerimento de Condição de Jurado.
 - e) O Requerimento de Isenção.
- 11.2.1.** Os requerimentos e/ou impugnações, previstos neste item devem ser protocolados **SOMENTE por MEIO POSTAL, através do serviço de Sedex**, até o último dia previsto



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



para protocolo, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS PROVAS

Concurso Público da Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Caixa Postal 5023
Blumenau/SC - CEP: 89012-971

- 11.2.2.** Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com **CÓPIAS AUTENTICADAS** em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).
- 11.2.3.** O protocolo deverá ser individual por candidato, devendo ser realizado um protocolo para cada requerimento e/ou impugnação apresentada. O envio de mais de um conjunto de documentos na mesma remessa, ou inerente a mais de um candidato, importará no indeferimento sem análise de mérito.
- 11.2.4.** Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.
- 11.2.5.** As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.3. Devem ser protocolados alternativamente POR MEIO ELETRÔNICO ou POR MEIO POSTAL, todos os seguintes itens:

- a) Todos os RECURSOS definidos no Item 10 deste Edital.

- 11.3.1. POR MEIO ELETRÔNICO:** Diretamente no *site* www.nbsprovas.com.br, através da “Área do Candidato”, em ambiente restrito, na opção “Recursos”, preenchendo de maneira completa o formulário disponível e seguindo as instruções complementares dispostas no formulário.
- 11.3.2.** Na apresentação eletrônica os argumentos obrigatoriamente devem ser apresentados diretamente no formulário disponível, sendo o objetivo dos anexos unicamente sustentar os argumentos já formulados. Apresentação eletrônica com argumentos unicamente em arquivos anexos serão indeferidos sem análise de mérito.
- 11.3.3. POR MEIO POSTAL:** efetuado **através do serviço de Sedex**, até o último dia previsto para protocolo, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS PROVAS

Concurso Público da Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Caixa Postal 5023
Blumenau/SC - CEP: 89012-971

- 11.3.4.** Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com **CÓPIAS AUTENTICADAS** em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).
- 11.3.5.** O protocolo deverá ser individual por candidato, devendo ser realizado um protocolo para cada requerimento e/ou impugnação apresentada. O envio de mais de um





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



conjunto de documentos na mesma remessa, ou inerente a mais de um candidato, importará no indeferimento sem análise de mérito.

- 11.3.6.** Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.
- 11.3.7.** As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.
- 11.4.** É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, em especial do endereço de envio postal, sendo que a NBS PROVAS e a Câmara de Vereadores de Trombudo Central não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.
- 11.5.** Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.
- 11.6.** Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

12. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

- 12.1.** Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.
- 12.2.** Para a nomeação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:
- Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
 - Gozo de direitos políticos;
 - Quitação das obrigações militares e eleitorais;
 - Ter aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial, que serão custeados pelo candidato classificado;
 - Habilitação e escolaridade exigidas por lei para o exercício do cargo;
 - Idade mínima de 18 anos completos, no momento de sua convocação.
- 12.2.1.** Para fins de nomeação serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:
- a) *Certidão de Casamento ou Nascimento;*
 - b) *Carteira de Identidade;*
 - c) *Cadastro de Pessoa Física – CPF;*
 - d) *Título de Eleitor;*
 - e) *Carteira Nacional de Habilitação (se possuir);*
 - f) *Certidão relativa à quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos* (<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
 - g) *Certidão Criminal* (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
 - h) *Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);*
 - i) *Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;*
 - j) *Certidão de Nascimento dos filhos até 21 anos;*
 - k) *Cadastro de Pessoa Física para os filhos;*
 - l) *Cartão do PIS/PASEP (frente e verso) ou equivalente;*
 - m) *Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de*



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- n) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, remuneração, órgão ao qual pertence e carga horária;*
- o) Uma foto 3x4;*
- p) Comprovante de endereço atualizado;*
- q) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;*
- r) Atestado admissional;*
- s) Declaração de bens;*
- t) Cartão de Conta Salário no banco indicado pelo Departamento de Recursos Humanos;*
- u) Formulário de cadastro de trabalhador para o e-social (entregue pelo RH);*
- v) Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e ou estabelecidos em Lei ou solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos.*

12.2.2. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a nomeação do candidato, sendo assim o candidato eliminado do Concurso Público.

12.2.3. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à sua realização, serão eliminados do Concurso Público.

12.2.4. O candidato que, convocado para a nomeação, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público.

12.3. Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a nomeação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração da Câmara de Vereadores de Trombudo Central/SC convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

12.4. Os candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica.

12.5. O candidato convocado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de ciência da convocação para entregar a documentação exigida no Serviço de Pessoal e assumir o cargo.

12.6. A convocação do candidato poderá ocorrer por: telefone, e-mail, aplicativo de WhatsApp, Via Correios ou ainda de forma presencial. Não se obtendo êxito nas formas de contato listadas, far-se-á edital de convocação do candidato a ser publicado no site www.cmtc.sc.gov.br no item “Concursos e Seletivos”, dentro da área deste processo. As formas de convocação poderão ser simultâneas, ou seja, todas as formas aplicadas de uma única vez. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior, sem existir manifestação do candidato, este será considerado desistente, sendo eliminado do Concurso Público e efetuada a convocação próximo classificado.

12.7. Não será efetuada “oferta de vagas” para este Concurso Público, ficando à critério da Câmara de Vereadores de Trombudo Central a indicação do local de trabalho, sendo observadas as atribuições inerentes à função.

12.8. A recusa do local indicado para o trabalho implica em desistência ao cargo/função, sendo convocado o próximo candidato classificado para o cargo.





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 12.9.** A não apresentação da documentação estabelecida neste item 12, por ocasião da convocação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

13. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

- 13.1.** O Prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado e da classificação final do certame. Este prazo poderá, a critério e conveniência da Administração Municipal, ser prorrogados uma única vez.
- 13.2.** A aprovação neste Concurso Público não caracterizará direito à convocação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.
- 13.3.** A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 14.1.** Delega-se competência à NBS PROVAS, como banca executora deste Concurso Público, para:
- a) *Receber e processar as inscrições;*
 - b) *Emitir os documentos de homologação das inscrições;*
 - c) *Aplicar, julgar e corrigir as provas e avaliações de todas as etapas do certame;*
 - d) *Apreciar todos os recursos previstos neste edital;*
 - e) *Emitir relatórios de classificação dos candidatos;*
 - f) *Prestar informações sobre o Concurso Público dentro de sua competência;*
 - g) *Atuar em conformidade com as disposições deste edital;*
 - h) *Responder, em conjunto com a Câmara de Vereadores de Trombudo Central eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.*
- 14.2.** Em face da delegação de competência, a executora constituirá a Comissão de Avaliação para apreciar todos os requerimentos e recursos deste processo, sendo a fiscalização e supervisão do certame a cargo da Comissão Municipal de Fiscalização do Concurso Público, devidamente nomeada para esse fim.
- 14.3.** As providências e atos necessários para a convocação e nomeação dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração da Câmara de Vereadores de Trombudo Central.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1.** O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.
- 15.2.** Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral na sede da Câmara de Vereadores.
- 15.3.** As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para nomeação correrão a expensas do próprio candidato.
- 15.4.** O Concurso Público ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 15.5.** Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.
- 15.6.** Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.
- 15.7.** Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão Municipal de Fiscalização do Concurso Público e da NBS PROVAS, de acordo com a legislação vigente.
- 15.8.** A Câmara de Vereadores de Trombudo Central e a NBS PROVAS não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público publicados em meio diverso aos previstos no Item 2 deste Edital.
- 15.9.** Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o “Manual do Candidato”, contendo as instruções e orientações relacionadas aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o “Manual do Candidato”, prevalecerão as disposições deste Edital.
- 15.10.** A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à NBS PROVAS, portanto é proibida a sua utilização, no todo ou em partes, em objeto distinto à esta relação contratual e por terceiros, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.
- 15.11.** Será excluído do Concurso Público o candidato que:
- a) *Tornar-se culpado de incorreções ou descortêsias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;*
 - b) *Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;*
 - c) *For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;*
 - d) *For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;*
 - e) *Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;*
- 15.12.** O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função na Câmara de Vereadores.
- 15.13.** O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:
- a) *Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;*
 - b) *Como fiscal, na sala em que o candidato com grau de parentesco estiver realizando a prova.*
- 15.14.** Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público os registros eletrônicos a ele referentes.
- 15.15.** Após a homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a eliminação e a disponibilização, via Área



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



do Candidato das provas, do espelho do cartão resposta e demais itens específicos e individuais do candidato, mantendo-se estes registros em “arquivo morto” e cópias de segurança de mídias eletrônicas, pelo período de validade do Concurso Público, incluindo eventuais prorrogações.

- 15.16.** O candidato poderá apresentar impugnação em relação a qualquer item deste edital, devendo realizar os procedimentos descritos a seguir:
- 15.16.1.** Efetuar o preenchimento completo do Formulário de Recursos Diversos, representado pelo **Anexo V** deste edital, assinalando a opção “Itens do Edital”.
- 15.16.2.** Realizar o protocolo pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, no prazo estabelecido para este fim no **Anexo III** deste Edital.
- 15.17.** Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de TROMBUDO CENTRAL/SC.
- 15.18.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- a) *Anexo I - Conteúdo Programático.*
 - b) *Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.*
 - c) *Anexo III - Cronograma do Concurso Público.*
 - d) *Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).*
 - e) *Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.*
 - f) *Anexo VI - Atribuições Inerentes aos Cargos.*
 - g) *Anexo VII - Requerimento de Condição de Jurado.*
 - h) *Anexo VIII - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.*
- 15.19.** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Trombudo Central/SC, 19 de junho de 2020.

JAIME GUILHERME DA SILVA

Presidente da Câmara de Vereadores de Trombudo Central





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História da Câmara de Vereadores de Trombudo Central. Todo conteúdo dos sites: www.cmtc.sc.gov.br e www.trombudocentral.sc.gov.br. História do Brasil e História de Santa Catarina. Conteúdo do site www.cidades.ibge.gov.br relativo ao Município de Trombudo Central/SC.

INFORMÁTICA BÁSICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO)

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8 e Windows 10. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico. História da Informática.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Ortografia a nível fundamental; Gramática a nível Fundamental; Leitura e interpretação de textos; Ortografia (atualizada conforme as regras do Acordo Ortográfico vigente); Pontuação; Divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Verbos; Conjugação verbal; Divisão de texto escrito em frases, usando letras maiúsculas e sinais de pontuação adequadamente; Adjetivos; Antônimos; Sinônimos; Conhecimento sobre as regularidades ortográficas e as irregularidades das palavras.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO)

Fonética e fonologia: Fonemas; Alfabeto; Encontro vocálico; Encontro consonantal; Dígrafos; Ortoépia e prosódia; Transcrição fonética; Signo linguístico. Ortografia: Regras do acordo ortográfico vigente; Uso de letras maiúsculas e minúsculas; Divisão silábica; Dígrafo consonantal; Encontro consonantal; Encontro vocálico; Dígrafo vocálico. Acentuação: Regras de acentuação gráfica; Classificação de palavras quanto à acentuação; Uso da crase. Pontuação: Sinais de pontuação e sinais gráficos auxiliares; O uso da vírgula; O uso do hífen. Morfologia: Formação de palavras (Composição por aglutinação; Composição por justaposição; Derivação prefixal; Derivação sufixal; Derivação parassintética; Derivação regressiva; Derivação imprópria); Estrutura das palavras (Prefixos; Sufixos; Radicais gregos e latinos; Desinências nominais e verbais); Classes gramaticais; Substantivos; Artigos; Numerais; Pronomes; Verbos (Classificação; Tipos; Flexões; Conjugações; Modos Verbais; Formas nominais; Locuções; Vozes Verbais; Aspectos Verbais); Advérbios; Preposições; Conjunções; Interjeições. Sintaxe: Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Transitividade verbal; Tipos de frases; Período simples e período composto; Tipos de discurso; Concordância; Regência. Semântica: Significação das palavras; Conotação e denotação; Sentido próprio e figurado; Palavras cognatas; Campo lexical e campo semântico. Estilística: Linguagem, língua e fala; Níveis da linguagem; Variações linguísticas; Sincronia e diacronia; Linguagem formal e informal; Linguagem coloquial; Linguagem verbal e não-verbal; Funções da linguagem; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Estrangeirismos; Neologismos; Arcaísmos; Pragmática. Redação: Texto; Tipo de texto; Gêneros textuais; Produção de texto; Interpretação de texto; Intertextualidade; Citações.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Números primos. Sistema monetário brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, volume, capacidade e tempo. Porcentagem.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO)

Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais e reais. Fatoração e números primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Porcentagem e regras de três simples. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal. Grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Diagramas lógicos. Fundamentos de matemática. Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações. Expressões matemáticas. Funções de 1º e 2º graus.





Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano. Sistema de medidas: comprimentos, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura. Estatística: noções básicas, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, porcentagem, potenciação e raiz quadrada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

Agente Legislativo (Cargo 01)

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Arquivamento. Lei n° 8.666/1993 (Lei de Licitações). Lei n° 10.520/2002 (Lei do Pregão). Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei n° 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Manual de Redação da Presidência da República. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município. Questões relativas às atividades inerentes a função.

Agente de Serviços Gerais (Cargo 02)

Atividades específicas teóricas inerentes ao emprego. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Guarda e conservação de alimentos. Controle de estoque de materiais de limpeza e de cozinha. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros. Noções básicas sobre segurança no trabalho. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura

**ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS****REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL****OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

_____ inscrito (a) no
Concurso Público nº 01/2020 da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, inscrição nº
_____, concorrendo ao cargo de _____, CPF nº
_____ portador do documento de identidade nº _____, residente
e domiciliado na _____, - _____ nº _____,
Bairro _____, Cidade _____,
Estado _____, CEP: _____, requer: (Assinale a sua opção)

() Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: _____
CID nº: _____
Médico: _____ CRM: _____

() Condição Especial para a Realização de Provas**a) () Prova Ampliada**

Especificar: () Fonte Arial 16 pontos ou () Fonte Arial 20 pontos

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

Especificar: _____

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Trombudo Central/SC, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Candidato (a)



Câmara de Vereadores de Trombudo Central/SC: Concurso Público n.º 01/2020

Página 24 de 30



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO III - CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
19/06/2020	Publicação do Edital.
22/06/2020	Prazo para contestação do Edital
23/06/2020	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
19/06/2020 - 08h00min à 20/07/2020 - 17h00min	PRAZO ESTABELECIDO PARA: <ul style="list-style-type: none"> • Realizar as Inscrições. • Protocolar o Requerimento de Condição Especial de Prova. • Protocolar o Requerimento de Vaga Especial. • Protocolar o Requerimento de Condição de Jurado.
20/07/2020	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
Até 13/07/2020	Prazo para protocolar o Requerimento de Isenção.
15/07/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Provisório).
16/07/2020	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção.
17/07/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Definitivo) e disponibilização do boleto de pagamento para os pedidos indeferidos.
21/07/2020 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.
22/07/2020 - 08h00min à 23/07/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova, contra o indeferimento de inscrição para vaga especial e contra o indeferimento da condição de jurado.
27/07/2020	Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais e Horários de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
02/08/2020	Data da Prova Escrita
03/08/2020 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
03/08/2020 - 08h00min à 04/08/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 11/08/2020 as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo destinado para apresentação de recursos contra o resultado da: <ul style="list-style-type: none"> • Classificação Provisória.
Dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Concurso Público nº 01/2020.

1.2. O cronograma **é uma previsão e poderá sofrer alterações**, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Municipal de Fiscalização do Concurso Público ou da Comissão Avaliadora, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou restituição ao candidato, em virtude de alteração de qualquer data inicialmente prevista.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

- 1.1.** O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. ELETRÔNICA:** Deve ser utilizado o formulário eletrônico disponível no site www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", na opção "Recursos". O acesso ao ambiente restrito (login) já supere os requisitos 1 a 4 no Item 10.2.1 do Edital, devendo o impetrante atender apenas aos requisitos 6 e 7.
- 1.3. FÍSICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, cumprindo todos os requisitos do Item 10.2.1 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11.3.3 do Edital.

À
Comissão de Avaliação do Concurso Público nº 01/2020
TROMBUDO CENTRAL/SC

Nome do Candidato: _____
Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____
Cargo: _____

Número da Questão: _____.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT - NBR 6023):

Trombudo Central/SC, ____ de _____ de 2020.

(assinatura do candidato)



Câmara de Vereadores de Trombudo Central/SC: Concurso Público n.º 01/2020

Página 26 de 30



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura

**ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS**

- 1.1.** Os demais recursos previstos no Item 10.1 deste edital, com a exceção ao recurso relacionado com questão de prova, pode ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. ELETRÔNICA:** Deve ser utilizado o formulário eletrônico disponível no site www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", na opção "Recursos". O acesso ao ambiente restrito (login) já supere os requisitos de identificação do impetrante, devendo apenas ser apresentados os seus argumentos.
- 1.3. FÍSICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, cumprindo todos os requisitos do Item 10 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11.3.3 do Edital.
- 1.4. IMPUGNAÇÃO DE ITENS DO EDITAL:** Deve ser efetuado o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, conforme disciplinado pelo Item 15.16 do Edital, efetuando o protocolo pelo meio determinado pelo Item 11.2 do Edital.

À
Comissão de Avaliação do Concurso Público nº 01/2020
TROMBUDO CENTRAL/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Tipo de Recurso e/ou Impugnação:

Itens do Edital
Cancelamento/Indeferimento de Inscrição
Classificação Provisória
Indeferimento ao pedido de Vaga Especial
Indeferimento ao pedido de Condição Especial de Prova
Outros (especificar):

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Trombudo Central/SC, ____ de _____ de 2020.

(assinatura do candidato)



Câmara de Vereadores de Trombudo Central/SC: Concurso Público n.º 01/2020

Página 27 de 30



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO VI - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

Agente Legislativo (Cargo 01)

Atividades técnico-operacionais relativas aos serviços legislativos, administrativos, contábeis e outros correlatos.

Agente de Serviços Gerais (Cargo 02)

Atividades operacionais, de manutenção e limpeza das instalações da Câmara de Vereadores.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO VII - REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO DE JURADO

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO DE JURADO (CRITÉRIO DE DESEMPATE)

_____ inscrito (a) no
Concurso Público nº 01/2020 da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, inscrição nº
_____, concorrendo ao cargo de _____, CPF nº
_____ portador do documento de identidade nº _____, residente
e domiciliado na _____, - _____ nº _____,
Bairro _____, Cidade _____,
Estado _____, CEP: _____, requer o direito de preferência como critério de
desempate, na condição de jurado conforme estabelecido no Art. 440 do Código de Processo
Penal (Decreto Lei n.º 3.689/1941).

DECLARO ter plena ciência que serão aceitos apenas certidões, declarações, atestados ou outro
documento público expedido pela Justiça Estadual e Federal do país, que ateste claramente o exercício
da função de jurado, conforme determinado pela atual redação do Art. 440 do Código de Processo
Penal (Com a redação dada pela Lei Federal 11.689/200808).

DECLARO que entreguei na data abaixo, os documentos comprobatórios da condição de jurado, ciente
de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão de Avaliação do Concurso Público, estando
ciente das sanções civis e criminais, bem como da eliminação do presente certame, em caso de
apresentação de documento inidôneo (falsidade ideológica).

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Trombudo Central/SC, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Candidato (a)



Câmara de Vereadores de Trombudo Central/SC: Concurso Público n.º 01/2020

Página 29 de 30



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Trombudo Central
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO VIII - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

_____ inscrito (a) no
Concurso Público n.º 01/2020 da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, inscrição n.º
_____, concorrendo ao cargo de _____,
CPF n.º _____ portador do documento de identidade n.º _____,
residente e domiciliado na _____, n.º _____, Bairro
_____, Cidade _____, Estado _____,
CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição, conforme **Item 4** deste
Edital:

(Assinale apenas UMA opção)

1) (☐) **DOADOR DE SANGUE**

Anexar: *Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 2 (duas) doações nos últimos 12 meses.*

2) (☐) **DOADOR DE MEDULA ÓSSEA**

Anexar: *Comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.*

Declaro estar ciente que se beneficiado com a isenção do pagamento da taxa de inscrição e vier a faltar em qualquer das etapas do certame, deverei justificar a ausência, no mesmo prazo destinado ao recurso do resultado da etapa, sendo que a não justificativa da ausência importará no lançamento da taxa de inscrição correspondente na dívida ativa municipal, estando sujeito aos trâmites normais de cobrança de receitas municipais não quitadas.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Trombudo Central/SC, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Candidato (a)



Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2126/2020

Publicação Nº 2528107

DECRETO Nº. 2126, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a supressão de parte da cobrança do contrato nº 237/2017, da empresa LENOIR ENGLER, nos termos que especifica.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO todas as medidas já decretadas no âmbito municipal até a presente data a fim de minimizar a disseminação do COVID-19 (Novo Coronavírus) no âmbito do território de Tunápolis;

CONSIDERANDO a situação de emergência em saúde pública evidenciada na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020;

CONSIDERANDO o reconhecimento, pelo Congresso Nacional, da situação de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, publicado no Diário do Congresso Nacional - DCN nº 9, da mesma data (edição extraordinária);

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas que visem a minimizar eventuais impactos negativos ao erário em decorrência da manutenção da execução de contratos administrativos de prestação de serviços considerados não essenciais à manutenção do serviço público;

CONSIDERANDO que, uma vez cessada a situação de emergência em saúde pública, assim como a de calamidade pública atualmente enfrentadas em todo País, deverão ser retomadas, de forma imediata, a execução de contratos de prestação de serviços cujo objeto se revele imprescindível para manutenção de políticas públicas constitucionalmente exigidas;

CONSIDERANDO, por oportuno, a necessidade de serem envidados esforços para que a suspensão de contratos ora determinada não inviabilize a mobilização imediata da mão de obra necessária à prestação dos serviços nele inserida, o que poderá impedir a retomada dos serviços e consequente prejuízo ao interesse público;

CONSIDERANDO, a necessidade de minimizar a litigiosidade da questão, assim como de preservação do erário em face de eventuais e futuras responsabilizações subsidiárias na seara trabalhista;

CONSIDERANDO, por fim, que a empresa LENOIR ENGLER, requereu ao Município a isenção de pagamento das faturas de luz do Ginásio Municipal de Esportes "Cacildo Francisco Froeleich",

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as cobranças para a empresa LENOIR ENGLER, contrato nº 237/2017, referentes aos meses de junho e julho, decorrentes das faturas de energia elétrica do medidor do Ginásio Municipal Cacildo Francisco Froelich, com vencimentos em 10.07.2020 e 10.08.2020 e demais meses do corrente exercício se as atividades esportivas não puderem ser retomadas depois de 31.07.2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 18 junho de 2020.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Este ato foi publicado
na presente data

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 154/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 78/2020 REGISTRO DE PREÇO DATA EMISSÃO: 18/06/2020

Publicação Nº 2528553

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
PROCESSO DE COMPRA Nº.: 154/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 78/2020
REGISTRO DE PREÇO
Data Emissão: 18/06/2020
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por ITEM, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas

alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h30min do dia 02 de julho de 2020 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação através de REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO CONFORME A DEMANDA DESTA MUNICIPALIDADE DE MALHA DE FERRO, POSTES CONCRETO, FERRO, E DEMAIS MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADAS PELO SETOR DO URBANISMO E SEOTOR DO SAMAE EM LOCAIS PÚBLICOS, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 14h30min do dia 02 de julho de 2020
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC.,18/06/2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO 05/2020 FMS

Publicação Nº 2527453

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de saúde de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Turvo

Contratado: Luhema Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração do valor estabelecido no Contrato nº 05/2020.

Valor: O valor previsto na Clausula Quinta do contrato original, de R\$ 929.000,00 (novecentos e vinte e nove mil reais), fica acrescido de R\$ 130.081,24 (cento e trinta mil, oitenta e um reais e vinte e quatro centavos), totalizando em R\$ 1.059.081,24 (um milhão, cinquenta e nove mil, oitenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Turvo/SC, 15/05/2020

2º TA AO CONTRATO 20/2019 FMS

Publicação Nº 2527457

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de saúde de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Turvo

Contratado: Prolincon Serviços de Monitoramento Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento o reajuste de valor estabelecido no Contrato nº 20/2019.

Valor: O valor mensal previsto na Cláusula Quinta do contrato original, que é de R\$ 600,00 (seiscentos reais), fica reajustado no percentual de 6,69% (IGP-M), passando para R\$ 640,15 (seiscentos e quarenta reais e quinze centavos).

Turvo/SC, 01/06/2020

2º TA AO CONTRATO Nº54/2019

Publicação Nº 2527459

Estado de Santa Catarina

Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 54/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Prolincon Serviços de Monitoramento Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento o reajuste de valor estabelecido no Contrato nº 54/019.

Valor: O valor mensal previsto na Cláusula Quinta do contrato original, que é de R\$ 1.920,00 (um mil e novecentos e vinte reais), fica reajustado no percentual de 6,69% (IGP-M), passando para R\$ 2.048,44 (dois mil, quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Turvo/SC, 01/06/2020

2ºTA AO CONTRATO Nº77/2019

Publicação Nº 2528548

Estado de Santa Catarina

Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 77/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Luhema Construtora e Incorporadora Ltda

Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de prazo de vigência estabelecido no contrato nº 77/2019

Do prazo: 20/06/2020 até 16/11/2020

Turvo/SC, 17/06/2020

3ª TA AO CONTRATO Nº13/2018

Publicação Nº 2527462

Estado de Santa Catarina
Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2018

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Rac Saneamento Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento o reajuste de valor estabelecido no Contrato nº 13/2018.

Valor: Os valores previstos na Cláusula Segunda do contrato original, que é de: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por tonelada para o serviço de transporte e transbordo, e R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais) por tonelada para a disposição final de resíduos sólidos urbanos, ficam reajustados no percentual de 6,8178% (IGP-M), passando para: R\$ 48,06 (quarenta e oito reais e seis centavos) por tonelada para o serviço de transporte e transbordo, e R\$ 142,06 (cento e quarenta e dois reais e seis centavos) por tonelada para a disposição final de resíduos sólidos urbanos.

Turvo/SC, 25/05/2020

Urubici

PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS 002/2020

Publicação N° 2528095

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 016/2020
PROCESSO DE COMPRA N° 015/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 002/2020

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público objeto desta Tomada de Preços para contratação de empresa especializada para construção do Centro de Apoio ao Turista, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital, e em conformidade com o contrato de repasse OGU n° 869967/2018 – operação 1058424-35. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 09/07/2020 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 09/07/2020 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2020

Publicação Nº 2527458

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 13/2020 Pregão Presencial 10/2020 - Ata de Registro de Preços nº 30/2020, visando registrar preço para objetivo de aquisição parcelada de materiais destinados à execução de base para colocação de massa asfáltica quente, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3052 de 11/02/2020, Pág. nº 1896, 1897, 1898, 1899 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 10/02/2021
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2020

Publicação Nº 2527470

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 29/2020 Pregão Presencial 23/2020 - Ata de Registro de Preços nº 45/2020, visando registrar preços com o objetivo de aquisição parcelada de material elétrico, novos e de boa qualidade, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3082 de 16/03/2020, Pág. nº 2207, 2208, 2209, 2210 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 13/03/2021
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2020, 47/2020

Publicação Nº 2527474

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 25/2020 Pregão Presencial 21/2020 - Ata de Registro de Preços nº 46/2020, 47/2020, visando registrar preços com o objetivo de prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços de lanternagem/pintura e capotaria, para os veículos leves e pesados para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3084 de 18/03/2020, Pág. nº 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 17/03/2021
2ª Publicação

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1052/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528463

DECRETO MUNICIPAL Nº 1052/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 845/2020...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 07.03 / FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS

Projeto 1.014 Construções e Melhoramentos de UH

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 07.01 / SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade 2.025 Manutenção da Assistência Social Geral

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 18 de junho de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL Nº 845/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2528466

LEI MUNICIPAL Nº 845/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1st - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 07.03 / FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS

Projeto 1.014 Construções e Melhoramentos de UH

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 07.01 / SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade 2.025 Manutenção da Assistência Social Geral

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2nd - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 18 de junho de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

Danielly Cavalli,
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76 A 85/2020

Publicação Nº 2528586

Contrato Nº.: ATA 76/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.

Valor : 283.646,90 (duzentos e oitenta e três mil seiscentos e quarenta e seis reais e noventa centavos).

Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 01/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 14/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA, PARA AQUISIÇÃO DE BLOCO INTERTRAVADO RETANGULAR.

Contrato Nº.: ATA 77/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA.

Valor : 196.530,00 (cento e noventa e seis mil quinhentos e trinta reais).

Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 03/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 12/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM ASSENTAMENTO DE PEDRA IRREGULAR, E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO COM BLOCOS DE CONCRETO.

Contrato Nº.: ATA 78/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: RODE LANCHONETE LTDA.

Valor : 67.410,00 (sessenta e sete mil quatrocentos e dez reais).

Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 13/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO "MARMITEX" PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E REALIZAM SUAS ATIVIDADES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: ATA 79/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: VIDA VETERINARIA LTDA.

Valor : 90.997,00 (noventa mil novecentos e noventa e sete reais).

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 10/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 11/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADOS, DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE FÊMEAS E MACHOS DE CÃES E GATOS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Contrato Nº.: ATA 80/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.

Valor : 3.984,00 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais).

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 10/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 7/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CERTIFICADOS DIGITAIS ICP-BRASIL DO TIPO A3, INCLUINDO TOKENS CRIPTOGRÁFICOS (PESSOA FÍSICA), PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, GABINETE, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, ORTRAVI E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Contrato Nº.: ATA 81/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor : 48.244,00(quarenta e oito mil duzentos e quarenta e quatro reais).

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 15/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GEL ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS, MÁSCARAS, LUVAS E ÁLCOOL LÍQUIDO 70 INPM, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE

ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HABITAÇÃO E PROJETOS, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 82/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Valor : 32.760,81(trinta e dois mil setecentos e sessenta reais e oitenta e um centavos).

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 15/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GEL ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS, MÁSCARAS, LUVAS E ÁLCOOL LÍQUIDO 70 INPM, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HABITAÇÃO E PROJETOS, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 83/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: BASCEL SOLUCOES LTDA.

Valor : 20.329,84 (vinte mil trezentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 15/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GEL ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS, MÁSCARAS, LUVAS E ÁLCOOL LÍQUIDO 70 INPM, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HABITAÇÃO E PROJETOS, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 84/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor : 18.942,00(dezoito mil novecentos e quarenta e dois reais).

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 15/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GEL ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS, MÁSCARAS, LUVAS E ÁLCOOL LÍQUIDO 70 INPM, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HABITAÇÃO E PROJETOS, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 85/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: SAUBER SERVICOS DE LIMPEZA E HIGIENIZACAO LTDA.

Valor : 9.217,85(nove mil duzentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 15/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GEL ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS, MÁSCARAS, LUVAS E ÁLCOOL LÍQUIDO 70 INPM, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HABITAÇÃO E PROJETOS, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO CONTRATO Nº 79/2020 A 83/2020

Publicação Nº 2528590

Contrato Nº.: CT 79/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA.

Contratada.: BASE-V ENGENHARIA LTDA – ME.

Valor : 77.967,18 (setenta e sete mil novecentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos).

Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 03/06/2021

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS, LOCALIZADO NA RUA NICOLAU CAVON, BAIRRO CENTRO, VIDEIRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Contrato Nº.: CT 80/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA.

Contratada.: MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA.

Valor : 63.750,00 (sessenta e três mil setecentos e cinq-enta reais).

Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 30/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA" PARA FORNECIMENTO DE TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DE COVID-19, A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

Contrato Nº.: CT 81/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: CONSTRUTORA SAIMOR LTDA.

Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 17/2020

Objeto : AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIGA TIPO "H" PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO ARMADO, A SER INSTALADA SOBRE A PONTE ADERBAL RAMOS DA SILVA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS), E ÓRGÃO PARTICIPANTE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VIDEIRA.

Contrato Nº.: CT 82/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: CAMILO JOSÉ GREGOLON.

Valor : 583,20 (quinhentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/06/2021

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 28/2020

Objeto : PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL DENOMINADO "FEIRA LIVRE – BOX 1", NO ARMAZÉM ARAUCÁRIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 - PMV, O QUAL HABILITOU E CREDENCIOU O PRODUTOR RURAL CAMILO JOSÉ GREGOLON PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO POR PESSOA FÍSICA (PRODUTOR RURAL).

Contrato Nº.: CT 83/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI.

Valor : 139.423,67 (cento e trinta e nove mil quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos).

Vigência : Início: 17/06/2020 Término: 17/06/2021

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR DRENAGEM COMPLEMENTAR NO LOTEAMENTO LINHA BONITA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO DO CONTRATO N. 0199/2020

Publicação Nº 2528831

Extrato do Contrato n. 0199/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSE MARY MIGUEL DE JESUS

CPF: 551.158.459-20

OBJETO: Admissão em substituição à servidora ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN, em tratamento de saúde, conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 99º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 16 de março de 2020 a 20 de abril de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0058/2020

Publicação Nº 2528272

Extrato do Termo de Rescisão n. 0058/2020

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0483/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DE LURDES MORAES

CPF: 578.169.720-91

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 08 de junho de 2020.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0059/2020

Publicação Nº 2528318

Extrato do Termo de Rescisão n. 0059/2020
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0329/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MAURO BERTI
CPF: 933.511.869-91
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir de 10 de junho de 2020.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0060/2020

Publicação Nº 2528774

Extrato do Termo de Rescisão n. 0060/2020
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0514/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EDNISE FABRICNEI
CPF: 867.374.499-72
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 06 de junho de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 88/2020 - PMV

Publicação Nº 2527845

Termo Aditivo nº 88/2020
Contrato/CT nº 71/2019
Processo: PR 52/2019-PMV
Contratado: CSM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA EPP
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 71/2019, por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/07/2020 até 30/06/2021, reajustar o contrato com base no IGP-M (FGV) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 6,510260%, e acrescentar mais 13 rastreadores ao contrato.
Valor: R\$ 22.595,04
Data: 17/06/2020.

TERMO DE RETOMADA DE OBRA - CC 01.2020 - PMV

Publicação Nº 2528229

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
TERMO DE RETOMADA DE OBRA – CC 01/2020-PMV

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, no Estado do Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. DORIVAL CARLOS BORGHA, em conformidade com os documentos constantes na Concorrência nº 01/2020-PMV, e o termo assinado em 16/06/2020 pela empresa contratada, DETERMINA a retomada da obra referente ao Contrato nº. 66/2020, firmado com a empresa TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI, cujo objeto é contratação de empresa para executar pavimentação asfáltica em CBUQ na Rodovia Municipal VDR - 080 e VDR - 429, comunidade XV de novembro e Sede Etelvina, com área total de intervenção de 28.039,79m², incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico, voltando a correr o prazo de execução.

Videira/SC, 18 de junho de 2020.
DORIVAL CARLOS BORGHA
Prefeito Municipal

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2527640

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 - Visan

O Serviço Autônomo De Água E Esgoto Do Município De Videira – Visan comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 - Visan

HOMOLOGAÇÃO:18/06/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "AUTO MECÂNICA GERAL LTDA" PARA EFETUAR A REVISÃO OBRIGATÓRIA DO DOS 20.000 KM DO VEÍCULO CHEVROLET ONIX LT 1.4 PLACA QJR 0817 PERTENCENTE A FROTA DA VISAN.

VALOR: R\$ 714,56 (setecentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 18 de junho de 2020.

Leonardo Antunes Menegotto

Diretor Geral

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08 A 13/2020

Publicação Nº 2528595

Contrato Nº.: ATA 08/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira

Contratada.: TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA.

Valor : 184.999,99 (cento e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 01/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 3/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E BACTERIOLÓGICAS DE AMOSTRAS DE ÁGUA BRUTA E ÁGUA TRATADA, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 09/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada.: ELETRONANDO SOLUÇÕES EM IRRIGAÇÃO E MOTOBOMBAS LTDA.

Valor : 28.042,79 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos).

Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 03/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 5/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ROTORES PARA AS BOMBAS HIDRÁULICAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PERTENCENTE AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

Contrato Nº.: ATA 10/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada.: DANNA COMERCIAL EIRELI.

Valor : 2.710,28 (dois mil setecentos e dez reais e vinte e oito centavos).

Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 03/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 5/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ROTORES PARA AS BOMBAS HIDRÁULICAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PERTENCENTE AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

Contrato Nº.: ATA 11/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada.: AECMKT COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA.

Valor : 23.820,00 (vinte e três mil oitocentos e vinte reais).

Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 08/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 7/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE LICENÇAS DE USO PARA SOFTWARES PARA DESENHO E EDIÇÃO, INCLUSO SUPORTE TÉCNICO COM GARANTIA NA INSTALAÇÃO, UTILIZAÇÃO DOS SOFTWARES, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 12/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada.: VALDEMIR BERTE.

Valor : 77.000,00 (setenta e sete mil reais).

Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 18/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 8/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇO DE MECÂNICA INDUSTRIAL, PARA AS UNIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

Contrato Nº.: ATA 13/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: TESSARO & CONCI COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS LTDA.

Valor : 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais).

Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 18/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 9/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TAMPÕES DE FERRO FUNDIDO PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

EXTRATO CONTRATO Nº 20/2020 E 81/2020

Publicação Nº 2528597

Contrato Nº.: CT 20/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: BOMBAS VANBRO LTDA.

Valor : 6.279,35 (seis mil duzentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Vigência : Início: 17/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "BOMBAS VANBRO LTDA" PARA CONSERTO DE MOTO BOMBAS LEAO MOTOR VANBRO VMSP. 0809 11,HP 10 EST TRI 380V - POÇO RIO DAS PEDRAS E VANDRO VBUP65.8048 16HP 12E TRI 380V - POÇO CAMPINA BELA, INCLUINDO SERVIÇO DE TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

Contrato Nº.: CT 81/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: CONSTRUTORA SAIMOR LTDA.

Valor : 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais).

Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 17/2020

Objeto : AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIGA TIPO "H"

PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO ARMADO, A SER INSTALADA SOBRE A PONTE ADERBAL RAMOS DA SILVA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS), E ÓRGÃO PARTICIPANTE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VIDEIRA.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0030/2020

Publicação Nº 2528000

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0118/2020 – Dispensa de Licitação nº 0030/2020

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de saúde, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para a

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico, tráfego local em chamadas fixo local e móvel local e 0800, a ser executado de forma temporária no Município de Xanxerê/SC, para atender os munícipes com sintomas de COVID-19, no valor total de R\$ 8.039,60 (oito mil e trinta e nove reais e sessenta centavos), com o fornecedor INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ: 19.813.396/0001-14, através de Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso IV e no Art. 4 da Lei 13.979 de 06/02/2020.

Xanxerê/SC, 18 de junho de 2020 – Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO E Nº 0011/2020

Publicação Nº 2528056

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0082/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 45.650,50

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0083/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 47.152,10

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0084/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: CASA DE CARNES ALEMÃO LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 225.340,40

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0085/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 103.318,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0086/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 110.876,40

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0087/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: ECO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 132.190,90

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0088/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: IONE MALIZE LEMOS MEI

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 35.703,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0089/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: MARCELO CANELLO ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 32.406,40

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0090/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 57.448,20

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0091/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: OTI INDUSTRIA DE ALIMENTOS EIRELI ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 14.851,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0092/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: SCS COMÉRCIO LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 62.562,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 792

Publicação Nº 2527916

Retificação do Contrato de Trabalho por Período Determinado nº 792

Considerando erro na publicação do arquivo .doc do Contrato de Trabalho por Período Determinado nº 792 número da Portaria na publicação da Portaria nº RH-AM 079/2017, realizada no dia 10/04/2017, edição nº. 2229, pág. 679, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, retifica-se a referida Portaria para a seguinte redação:

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 792

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: MICHELE APARECIDA BARBOSA, brasileira, casada, professora, residente a Rua Minas Gerais, 2773 B. João Winckler - XANXERE – SC, portador (a) da identidade nº nº 5.731.297 E CPF nº 070.226.239.02.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme lei nº BLB 3402/11 e Processo Seletivo – Edital nº 011/2019, inscrições realizadas no período de 01/11/2019 a 01/12/2019, homologado pelo Decreto 431/2019.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR – (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.573,51 (um mil quinhentos e setenta e três reais e cinq-enta e um centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Educação, iniciando em 06 de fevereiro de 2020, até 22 de dezembro de 2020, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais, com registro no ponto eletrônico.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 06 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxere
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: MICHELE AP. BARBOSA
CPF: 070.226.239.02

Testemunhas:

Edinéia Paludo
CPF: 058.946.589.93

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

Xavantina

PREFEITURA

ATA 033/2020 NEIMAR GRABOVSKI 05180810957

Publicação Nº 2527501

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa NEIMAR GRABOVSKI 05180810957, inscrita no CNPJ nº 29.740.617/0001-25, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. NEIMAR GRABOVSKI, portador do CPF nº 051.808.109-57, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços mecânicos em geral para consertar Equipamentos Agrícolas (ensiladeiras, plataformas colhedoras, distribuidores de adubo, tanques de transporte de água e enleiradores) pertencentes ao Município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	750,00	HRS	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL PARA CONSERTAR MAQUINÁRIOS AGRÍCOLAS COMO ENSILADEIRAS, PLATAFORMAS COLHEDORAS, DISTRIBUIDORES DE ADUBO LÍQUIDO, TANQUES DE TRANSPORTE DE ÁGUA, DISTRIBUIDORES DE ADUBO SECO, ENLEIRADORES, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO QUE O SERVIÇO DEVER SER PRESTADO EM TODO TERRITÓRIO MUNICIPAL, HORA/HOMEM.	GRABOVSKI	59,00	44.250,00
Total						44.250,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 017/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 17 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
NEIMAR GRABOVSKI 05180810957 - Representante

JAIME MAISERO - Fiscal da Ata

LEI 1.736/2020

Publicação Nº 2528569

LEI Nº 1.736, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar acordo judicial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no Art. 20 do mesmo diploma legal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo judicial nos autos da Ação de Inadimplemento Contratual c/c Perdas e Danos - Processo nº 5000156-83.2019.8.24.0068, que tramita na Vara Única da Comarca de Seara/SC, em que são partes o Município de Xavantina (Autor) e as empresas Mantomac Comércio de Peças e Serviços LTDA e Komatsu do Brasil LTDA (Réis), nos termos da minuta anexa (anexo único).

Art. 2º Eventuais despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 18 de Junho de 2020.

ENOIR FAZOLLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.736, DE 18 DE JUNHO DE 2020.
ANEXO ÚNICO

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SEARA/SC

Autos nº 5000156-83.2019.8.240068

MUNICÍPIO DE XAVANTINA, ora autor, MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, e KOMATSU DO BRASIL LTDA, ora réis, vêm respeitosamente diante de Vossa Excelência informar a composição do litígio, e apresentar o TERMO DE ACORDO JUDICIAL e requerer a homologação do mesmo.

Pede deferimento.
Seara/SC, em ____/____/2020

Glaucia Gisele Nardi
OAB/SC nº 26.675

TERMO DE ACORDO JUDICIAL

1. O MUNICÍPIO DE XAVANTINA dá como resolvido pela MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA os problemas relatados na petição inicial;
2. A empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA se compromete a conceder garantia de 12 (doze) meses, a partir de 08/01/2020, em relação as peças substituídas no equipamento e dos serviços realizados;
3. A empresa KOMATSU DO BRASIL LTDA concorda com todos os termos do presente acordo;
4. A transação é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, renunciando as partes, desde já, ao direito de interpor recurso da decisão homologatória da presente transação, de modo a ensejar o imediato trânsito em julgado;
5. As despesas processuais, decorrentes deste processo serão suportadas, em sua totalidade pelos réus, e cada parte arcará com os honorários advocatícios dos seus respectivos patronos;
6. Diante disso, requerem a HOMOLOGAÇÃO do presente acordo, nos termos do artigo 487, inciso III, 'b', do CPC.

Pede deferimento.

Seara/SC, em ____/____/2020

MUNICÍPIO DE XAVANTINA	MANTOMAC COM. DE PEÇAS e SERVIÇO LTDA
Enoir Fazolo	
EUGENIO FRANA	KOMATSU DO BRASIL LTDA
Sec. Mun. Transp. Obras e Urb.	

Glaucia Gisele Nardi	Luis Antonio Lajus
OAB/SC nº 26.675	OAB/SC nº 4.922
	Juliana Severo de Souza
	OAB/SC nº 32.839

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
Cleidir Eleandro Kemmrich

PORTARIA Nº 127/2020

Publicação Nº 2527632

PORTARIA Nº 127, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor(a) Público(a) Municipal para ocupar cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, considerando o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal, recepcionado pela Lei Orgânica Municipal (Art. 19, II) e pela Lei Complementar Municipal nº 02/2000 (Art. 9º, II);

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALMIR PARAVISI, portador(a) da Cédula de Identidade RG n. 3.183.514/SSPDC/SC, inscrito(a) no CPF sob o n. 893.339.939-91, para ocupar o cargo de Assessor(a) de Direção do Quadro de Pessoal de provimento em comissão do Município de Xavantina, com jornada de dedicação integral e exclusiva, vinculado(a) ao regime jurídico estabelecido pela Lei Complementar nº 002/2000, percebendo o vencimento de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso previsto na Lei Complementar nº 020/2004 e suas alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 18 de junho de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LIC. 0072/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 0025/2020

Publicação Nº 2528251

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 0072/2020

Edital: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 0025/2020

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de Cobertores para distribuição às famílias em vulnerabilidade social, atendidas pelos programas sociais desenvolvidos na Secretaria de Assistência Social do Município de Xaxim.

Fornecedor: Montreal Confecções Eireli

Valor: R\$ 11.995,00 (onze mil reais).

Dotações: 33.90.32.99.00.00 (85/2020).

Xaxim/SC, 18 de junho de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 070/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2020

Publicação Nº 2528097

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 070/2020

EDITAL: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2020

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: contratação de empresa para ampliação do Centro de Múltiplo Uso de Xaxim, localizado no Bairro Primavera, incluindo materiais e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 06 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 06 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, de Segunda à Sexta, das 07h às 13h, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 18 de junho de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 071/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2020

Publicação Nº 2528105

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 071/2020

EDITAL: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 016/2020

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa para obra de ampliação e reforma da Estratégia Saúde da Família –ESF Chagas, localizado na Rua Paraná, Bairro Chagas, incluindo materiais e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 07 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 07 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, de Segunda à Sexta, das 07h às 13h, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 18 de junho de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

Associações

AMMVI

ATA DA ABERTURA DA SELEÇÃO AMPLA Nº 02/2020

Publicação Nº 2528201

ATA DA ABERTURA DA SELEÇÃO AMPLA Nº 02/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área do Serviço Social, visando garantir a qualidade e efetividade nas ações desenvolvidas na Política de Assistência de Assistência Social da AMMVI

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte (17/06/2020), às catorze horas e na sala da assessoria jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão aberta para abertura da Seleção Ampla nº 02/2020, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Seleção Ampla, do Advogado da AMMVI, Dr. Alexandre Carvalho Brigido – OAB/SC 20.137.

Declarando aberta a sessão, o Presidente da Comissão informou não houveram interessados em participar da concorrência. O resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, da qual para constar foi lavrada a presente Ata

Blumenau 17 de junho de 2020
Alexandre Carvalho Brigido

ATA DA SESSÃO ABERTA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA SELEÇÃO AMPLA Nº 01/2020

Publicação Nº 2528192

ATA DA SESSÃO ABERTA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA SELEÇÃO AMPLA Nº 01/2020

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de profissional especializado ou empresa para prestar serviço de assessoria para Educação, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte (17/06/2020), às nove horas e trinta minutos na sala da assessoria jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão aberta para abertura da Seleção Ampla nº 01/2020, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Seleção Ampla, do Advogado da AMMVI, Dr. Alexandre Carvalho Brigido – OAB/SC 20.137.

Declarando aberta a sessão, o Presidente da Comissão informou que apenas dois concorrentes atenderam à convocação e apresentaram envelopes, sendo a pessoa física Sonia Regina Silveira Gonçalves, CPF nº 857.280.559-15 e a empresa Atena Assessoria Educacional CNPJ: 21.690.014/0001-54.

Registrando-se a presença do representante da empresa Atena Assessoria Educacional, Sr. Alex Luiz da Silva, CPF nº 048.136.209-65, passou-se a 1ª fase de abertura dos envelopes para avaliação e aferição da pontuação dos títulos dos proponentes, os quais foram confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório e submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Seleção Ampla e do participante, registrando-se todas as informações em tabela, que será oportunamente publicada a fim de dar ciência aos proponentes.

Após a aferição e somatório dos títulos dos dois proponentes, declarou-se ambos classificados para a segunda etapa, conforme item 5.2 do Edital.

A seguir passou-se a verificação das planilhas de composição dos preços e as exigências do Instrumento Convocatório da Ampla Seleção, verificando-se que:

- a Sonia Regina Silveira Gonçalves construiu sua proposta no valor de R\$ 6.950,00, contudo para definição do valor final ofertado pela participante deve ser acrescido de 20%, assim a proposta tem com valor final R\$ 8.340,00 conforme Anexo II, modelo b, previsto no Edital e
- a empresa Atena Assessoria Educacional construiu sua proposta no valor de R\$ 8.000,00

Após, o Presidente da Comissão comunicou a melhor proposta foi da empresa Atena, sendo declarada vencedora pelo preço de R\$ 8.000,00.

Encerrada as etapas do item 5.1 do Edital, serão analisados os documentos de aptidão jurídica, fiscal e técnica da proposta vencedora, conforme previsto no item 5.3 e 5.4 do Edital.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação para recursos dos proponentes a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão aberta, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau 17 de junho de 2020
Alexandre Carvalho Brigido

Michele Prada

Jorge Luiz Buerger

Atena Assessoria Educacional

Consórcios

AGIR

DECRETO Nº 81/2020 - NOMEIA PRESIDENTE DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

Publicação Nº 2528957

DECRETO Nº 081/2020

NOMEIA O PRESIDENTE DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 067/2020, observadas as disposições do Novo Protocolo de Intenções da AGIR e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis e,

CONSIDERANDO o disposto no inciso VI da Cláusula 45 do Novo Protocolo de Intenções, que dispõe sobre a competência da Diretoria Geral de encaminhar e dar cumprimento das decisões tomadas pelo Comitê de Regulação, e;

CONSIDERANDO que em data de 17 de fevereiro de 2020, ocorreu a Eleição de Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, na qual foi eleito pela maioria dos membros o Conselheiro Christian Marlon Panini de Carvalho, conforme registro na Ata nº 065 da Reunião Ordinária do Comitê de Regulação;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, o Sr. Christian Marlon Panini de Carvalho, eleito na reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2020, por maioria dos membros presentes, tomando posse na reunião do Comitê de Regulação, a qual ocorreu em 15 de junho de 2020.

Parágrafo único – O prazo do mandato é de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução sucessiva ao cargo, nos termos do § 1º da Cláusula 39 do Novo Protocolo de Intenções.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15/06/2020.

Blumenau, em 17 de junho de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

CIMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2020/014

Publicação Nº 2528557

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2020/014 DE 16/06/2020

CONTRATAÇÃO DIRETA

FUNDAMENTO LEGAL: art. 1º, I, b da Medida Provisória nº 961

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado ALVARO DIOGO BADO WALENDOWSKI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.849.141/0001-25, com sede na Avenida Augusto Bauer, nº 191, Sala 05, Bairro Jardim Maluche, em Brusque, Santa Catarina, neste ato representado, por ALVARO DIOGO BADO WALENDOWSKI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 003.743.229-02, com endereço profissional junto à pessoa jurídica representada, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com o orçamento/proposta (que fica fazendo parte integrante do presente instrumento, vinculando as partes signatárias em todo seu conteúdo) e com fundamento art. 1º, I, b da Medida Provisória nº 961, de 6.5.2020 (Publicada no DOU de 7.5.2020) c/c a Lei nº 8.666/93 e alterações e Decreto nº 9.412/18, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. Constitui-se objeto do presente contrato, a prestação dos serviços técnicos para “elaborar um roteiro de cicloturismo passando ao redor do Parque Nacional Serra do Itajaí (Unidade de Conservação Federal administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio)”, conforme disposto no presente instrumento e seus anexos, de acordo com as condições, quantidades e preços abaixo mencionados:

Item	Descritivo	Quantitativo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
------	------------	--------------	----------------------	-------------------

1	<p>• ROTEIRO DE CICLOTURISMO passando ao redor do Parque Nacional Serra do Itajaí (Unidade de Conservação Federal administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio)</p> <p>Objetivo Geral:</p> <p>Elaborar um roteiro de cicloturismo passando ao redor do Parque Nacional Serra do Itajaí (Unidade de Conservação Federal administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio).</p> <p>Objetivo específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • traçar o roteiro identificando os percursos • identificar locais de apoio existentes como: hospedagens; atrativos culturais, naturais e religiosos; locais de alimentação; entre outros • estabelecer as distâncias e as altimetrias (subida e descida) dos percursos • classificar os percursos conforme as normas ABNT de Cicloturismo (grau de severidade do meio; orientação no percurso; grau técnico do percurso e grau de esforço físico) • gerar planilhas de navegação contendo: distância total percorrida, distância parcial, indicação de navegação, observação de navegação <p>Metodologia Geral/Etapas:</p> <p>ETAPA 1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudar os percursos existentes propostos por Hendrik (2014) e Adilson (2020). 2. Identificar as infraestruturas através dos mapeamentos existentes. 3. Definir percursos por dia e o sentido do roteiro (horário ou anti-horário) ao redor do parque. <p>ETAPA 2</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Classificar os percursos de acordo com as normas de Classificação dos Percursos – ABNT NBR 15509-2. 5. Pesquisa de campo da infraestrutura com coleta de informações básicas como: nome, endereço, horário de atendimento, categoria (hospedagem, abastecimento, atrativos), contato, registro fotográfico e outros. 6. Pesquisa de campo da identificação dos possíveis locais para a instalação de placas sinalizadoras e setas do roteiro. <p>ETAPA 3</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Definir o roteiro a ser implantado. 8. Percorrer todos os percursos utilizando bicicleta para complementar e validar o roteiro de cicloturismo proposto (com comprovação através de gravação). 9. Elaborar as planilhas de navegação dos percursos. <p>ETAPA 4</p> <ol style="list-style-type: none"> 10. Elaborar relatório técnico do roteiro de cicloturismo. 	01 Unidade	R\$27.000,00	R\$27.000,00
	TOTAL GERAL			R\$27.000,00

CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

Identificação:

Desenvolvimento de Circuito de Cicloturismo compreendendo território catarinense ao redor do Parque Nacional da Serra do Itajaí – PNSI.

Nome Reduzido

Desenvolvimento de Circuito de Cicloturismo ao redor do Parque Nacional da Serra do Itajaí.

Abrangência

O circuito compreenderá as cidades de Apiúna, Acurra, Blumenau, Botuverá, Brusque, Guabiruba, Gaspar, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

Impacto:

- Econômico
- Esportivo
- Ambiental

JUSTIFICATIVA

Conforme o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí,

2.3 – O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a

eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica). (Redação dada pela Resolução nº 173, de 2016)

[...]

2.5 – São objetivos do CIMVI: (Incluído pela Resolução nº 173, de 2016)

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para: (Incluído pela Resolução nº 173, de 2016)

[...]

a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional; (Incluído pela Resolução nº 173, de 2016)

b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade; (Incluído pela Resolução nº 173, de 2016)

c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária; (Incluído pela Resolução nº 173, de 2016)”

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí é responsável por uma gama de Projetos Turísticos e Desportivos, dentre os quais destaca-se o Circuito Vale Europeu Catarinense, com os Projetos “Caminhante” e “Cicloturismo”, os quais podem ser acessados na página <https://circuitovaleeuropeu.com.br/>.

Sob as perspectiva de garantir melhorias nos programas acima citados e, com vistas a outorgar a promoção do meio ambiente ecologicamente sustentável, o CIMVI recebeu Ofício SEI nº 098/2019 – PARNA Serra do Itajaí/ICMBio, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Parque Nacional da Serra do Itajaí manifestando interesse na criação e gestão cooperada de um novo circuito/roteiro intermunicipal de cicloturismo abrangendo o entorno do Parque Nacional da Serra do Itajaí – PNSI.

Neste giro justifica-se a presente contratação que busca identificar e implantar rotas intermunicipais para prática de cicloturismo e mountain bike nas cidades de: Apiúna, Ascurra, Blumenau, Botuverá, Brusque, Guabiruba, Gaspar, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos, com o objetivo de fomentar a prática do Cicloturismo, realizada em cidades vizinhas, com a finalidade de conhecer a região riquíssima de atrativos naturais e de vasta preservação da Mata Atlântica. Um dos biomas mais importantes do planeta e presente em toda área do Parque Nacional da Serra do Itajaí. Como só uma rota de interligação ao circuito não seria o suficiente para atrair estes cicloturistas, precisamos criar opções de rotas locais e assim fomentar a visitação para estas cidades, enriquecendo e valorizando o deslocamento do circuito ou então um futuro retorno. Iniciando no centro de Blumenau, em meio ao trânsito nada amigável, o trajeto rumo para o Bairro da Velha e perto da fronteira com o município de Indaial deixa o asfalto e entra na estrada de terra, onde mais adiante o Rio Encano nos aguarda possibilitando um agradável banho de rio antes de encarar a subida do morro da Polaquia. Seguindo o trajeto em direção ao Município de Ascurra margeando o Rio Itajaí Açu, trajeto esse compartilhado com o circuito Vale Europeu, até cruzar a BR 470 e meargear o Rio Itajaí Açu pela outra margem, chegando em Apiúna. No caminho existem atrações como a Gruta das Andorinhas, vinícola Mondini e restaurante Mariota, indicados na Planilha. Neste percurso a oportunidade de adentrar no Circuito Vale Europeu Catarinense ou seguir pelos caminhos que levam a cidades do Alto Vale e a conhecer seus atrativos, oferecendo ao cicloturista vivenciar novas experiências e provar das belezas que a região oferece.

OBJETIVO GERAL (agregado)

Fortalecer o desenvolvimento turístico regional, através do desenvolvimento de circuito de Cicloturismo promovendo a interligação de circuitos de Cicloturismo e rotas municipais envolvendo várias cidades da região turística Vale Europeu.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (agregado):

- Desenvolver um novo produto turístico interligando cidades, através de uma rota possível e segura para ser percorrida de bicicleta e de maneira autoguiada que contribuirá para o desenvolvimento social, ambiental e turístico da região turística Vale Europeu;
- Elaborar rotas municipais para a prática da atividade de bicicleta, catalogando opções de diferentes níveis de dificuldade e tipos de atrativos, gerando uma oferta diversificada;
- Fortalecer iniciativas locais voltadas para o turismo sustentável nos municípios que compõem o projeto;
- Fomento à criação de receptivos, lojas e toda a rede de serviços ligados à bicicleta e ao ciclista;
- Integração a outros setores como: produção artesanal, turismo rural e gastronômico;
- Ofertar a rede hoteleira local capacitação para que entendam as necessidades básicas do cicloturista, dando ferramentas para que possam melhor atender esta demanda.
- Agregar esporte e saúde ao turismo;
- Atração de mídia espontânea;
- Utilizar o Cicloturismo como uma ferramenta para o desenvolvimento da mobilidade Urbana;
- Desenvolver material Gráfico para divulgação das rotas locais;
- Normatizar a produção de material de divulgação conforme padronização de Circuito operando com as informações técnicas elaboradas para os municípios que farão parte do circuito.

RESULTADOS

- Criar pelos menos 40km de rotas locais em cada cidade, estruturados, sinalizados e que tenham potencial de desenvolvimento turístico para a cidade;

- Promover através das rotas um aumento da taxa de permanência local;
- Desenvolver uma interligação turística entre as cidades do Vale Europeu para que se apoiem na promoção turística da bicicleta;
- Ampliar o produto com apelo turístico aproveitando a grande abrangência aos Circuitos de Cicloturismo operantes na região, despertando aos cicloturistas a conhecerem o novo circuito;
- Ofertar ao projeto de Cicloturismo ao redor do Parque Nacional da Serra do Itajaí a rota de interligação de vários municípios.

COMPONENTES DO PROJETO (agregado)

- Criação de Rotas Municipais mapeadas para futura sinalização em cada cidade que compõe o projeto.
- Criação de uma rota de interligação dos municípios Guabiruba <-> Botuverá;
- Interligação de municípios através de rotas para um Circuito ao Redor do Parque Nacional da Serra do Itajaí;
- Criação e identificação de rotas para compor mapa físico com indicação das rotas disponíveis no projeto, suas interligações e ligações;
- Disponibilizar informações para desenvolvimento de folder a ser utilizado na divulgação dando principal enfoque as rotas locais e interligação com o Circuitos existentes;
- Identificação e marcação de locais para instalação de Totem em cada cidade com mapa das rotas municipais disponíveis e pontos de ligação;
- Participação de evento para lançamento oficial e social do Circuito;
- Participação de evento para capacitação aos parceiros comerciais;

PLANO DE AÇÃO

1) ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO

Assinatura do Termo de Convênio com a entidade responsável pelo repasse financeiro para desenvolvimento do projeto;

2) ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com as Secretarias de Turismo de cada Município para o acompanhamento e transferência dos equipamentos de turismo já catalogados.

3) REUNIÃO TÉCNICA MUNICIPAL

Definição dos representantes municipais que participaram ativamente do projeto, através da presença nas reuniões mensais, acompanhamento e comunicação direta e frequente sobre as execuções.

4) LEVANTAMENTO TÉCNICO

Levantamento da equipe técnica do Clube de Cicloturismo do Brasil, de carro e bicicleta, das possíveis rotas. Nesta fase será feita a checagem das melhores opções de caminhos, levando-se em conta o grau de dificuldade, tipo de pavimento, intensidade do tráfego e outras peculiaridades do cicloturismo. Também serão desenvolvidas conversas com os praticantes e moradores que conheçam bem aquela região para discutir possíveis ajustes ou adaptações.

5) COLETA DE DADOS e IMAGENS

Verificação e confirmação, de bicicleta, dos percursos definidos através da etapa 4 deste plano de ação. Nesta etapa serão coletados imagens e vídeos, realizado georeferenciamento e coletados informações detalhadas por meio de GPS, ciclocomputador, altímetro e observações, para elaboração de todo material de divulgação.

6) TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Compilação dos dados obtidos para elaboração das planilhas, gráficos altimétricos, classificação dos percursos, etc. Após a fase de coleta de dados em campo na Etapa 5 deste plano.

7) IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO RÚSTICA DAS ROTAS MUNICIPAIS E LIGAÇÃO

Implantação da sinalização rústica nas rotas municipais e ligação, através de pintura com spray e estêncil conforme planilha de navegação desenvolvida.

1.2. Toda a prestação do serviço e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes deste instrumento e seus anexos, será total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela CONTRATADA.

1.3. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

1.4. O presente contrato e seus anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

1.5. Fica o (a) CONTRATADO (a) obrigado (a) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.6. Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R\$27.000,00 (vinte e sete mil reais), a título de pagamento integral pela prestação dos serviços, bem como pelas demais obrigações, atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento.

2.2. No referido preço deverão estar inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados à responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, produtos, materiais, transportes, deslocamentos, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais, alimentação e trabalhistas e demais custos necessários à plena e total execução do objeto e demais atribuições e obrigações constantes do presente instrumento e seus anexos.

2.3. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, após o término e aprovação de cada medição dos serviços, observado o seguinte cronograma de desembolso:

Item	Descritivo	Percentual de Desembolso	Valor do Desembolso
1	<ul style="list-style-type: none"> ROTEIRO DE CICLOTURISMO passando ao redor do Parque Nacional Serra do Itajaí (Unidade de Conservação Federal administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) 		
	ETAPA 1	ETAPA 1 25%	ETAPA 1 R\$6.750,00
	ETAPA 2	ETAPA 2 25%	ETAPA 2 R\$6.750,00
	ETAPA 3	ETAPA 3 25%	ETAPA 3 R\$6.750,00
	ETAPA 4	ETAPA 4 25%	ETAPA 4 R\$6.750,00

2.4. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal (is) emitida(s) pela CONTRATADA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, conforme o caso.

2.5. As despesas provenientes do objeto deste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária própria do CONTRATANTE, como segue:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.003	Gestão de Turismo
2003	GESTÃO DE TURISMO
33390000000000000000	Aplicações Diretas
01001320	Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O prazo máximo para a execução do objeto deste contrato é de 04 (quatro) meses, contados da data de emissão da Ordem de Compra/ Serviço que será emitida em até 05(cinco) dias da assinatura do presente, podendo ser alterado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de termo aditivo.

3.2. O presente instrumento terá vigência a contar da data de sua assinatura, estendendo-se até 31 de Dezembro de 2020, podendo ser alterado e/ou renovado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes do presente contrato, fica a CONTRATADA desde já responsável:

a) Prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;

b) Disponibilizar todo e qualquer recurso seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;

c) Enviar ao CONTRATANTE, nota fiscal e os demais documentos constantes da Cláusula Segunda, para recebimento dos valores;

d) Responsabilizar-se civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE

e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissional ou preposto, ficando assegurado o direito de regresso;

e) Responsabilizar-se única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;

f) Assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, tributos, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução deste contrato.

g) Providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, taxas, anotações, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;

h) Por todos os serviços, materiais e equipamentos necessários a execução do objeto deste contrato;

i) Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços (por escrito);

j) responsabilizar-se por todos os encargos e honorários advocatícios de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

k) Facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

4.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento nos termos estipulados na Cláusula Segunda;

b) Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento;

c) Fazer a publicação resumida deste instrumento, na forma da Lei;

d) Operacionalizar condições para que haja o cumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

5.1. O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, securitárias, fiscais, penais, comerciais ou outras relacionadas à execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento.

5.2. As orientações da fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE serão por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

5.3. A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CONTRATADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Além das demais disposições constantes presente contrato e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que porventura possam ser apresentados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá na seguinte penalidade:

- 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente instrumento ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.

6.2. A CONTRATADA será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis. A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo. Caso a CONTRATADA não efetive o pagamento espontâneo da penalidade até o dia estabelecido, ficará sujeita a suspensão do contrato e compensação nos créditos que eventualmente detenha junto ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO QUANTO AO SERVIÇO PRESTADO

7.1. A CONTRATADA executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, por seus próprios empregados e meios, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

- amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE ou aos Municípios consorciados.

8.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as consequências previstas na Cláusula Sexta.

8.3. Constituem também motivos para rescisão do Contrato, as demais disposições constantes do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

8.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.6. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o CONTRATANTE, quaisquer dos municípios que o compõem, seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

- declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestidas de má fé (a juízo do CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A CONTRATADA não poderá transferir delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

9.2. Eventuais acréscimos deverão observar o teto fixado para a presente contratação, não podendo superá-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Timbó, 16 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Diretor Executivo: Fernando Tomaselli

CONTRATADO

ALVARO DIOGO BADO WALENDOWSKI

Representante legal: Alvaro Diogo Bado Walendowski

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado

OAB/SC 17.721 – Visto

Arlete Regilene Scoz

Gestora de Serviços

Departamento de Cultura, Turismo e Esportes

CINCATARINA**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9398/2020-E**

Publicação Nº 2527856

Processo Administrativo Eletrônico:	9398/2020-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens 17, 94, 114, 221 e 367
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020 e Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, que versa sobre o cancelamento dos itens 17, 94, 114, 221 e 367, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 12/05/2020) arguiu que devido a não possuir os itens em seu estoque e a um erro na elaboração da proposta no momento do certame, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido (eDOC 44BF-FCBE). Em relação as autorizações de fornecimento em aberto, a empresa afirmou que não possui capacidade de atendimento

Em suma é o relatório.

Passo a análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, e levando em consideração o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, fica evidenciado que trata-se de erro próprio, tendo em vista a não disponibilidade da empresa em fornecer o quantitativo do item, no preço cotado, o que por ventura irá comprometer sua saúde financeira bem como o cumprimento da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, mesmo que haja um equívoco na formulação da proposta, a empresa comprova que houve a descontinuidade de fabricação, ainda que temporária pela indústria fabricante (eDOC 44BFFCBE).

Nestes termos, com base na Resolução nº 29, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções pecuniárias as empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens 17, 94, 114, 221 e 367;

2. Pela rescisão das AF 22934, 22752, 23144, 22752, 23049, 22942, 23144, 22747, 22752 e 22910/2020 no que tange ao saldo quantitativo dos itens nº 17, 94, 114, 221 e 367, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimento não vencidas, mas presente a obrigação contratual.

3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 05 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	9398/2020-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens 17, 94, 114, 221 e 367
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020 e Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens 17, 94, 114, 221 e 367 do processo licitatório acima, requerido pela SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens 17, 94, 114, 221 e 367;
2. Pela rescisão das AF 22934, 22752, 23144, 22752, 23049, 22942, 23144, 22747, 22752 e 22910/2020 no que tange ao saldo quantitativo dos itens nº 17, 94, 114, 221 e 367, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimento não vencidas, mas presente a obrigação contratual.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9401/2020-E

Publicação Nº 2527529

Processo Administrativo Eletrônico:	9401/2020-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens 916, 1267, 1330 e 1350
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa ILG COMERCIAL LTDA, que versa sobre o cancelamento dos itens 916, 1267, 1330 e 1350, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 21/05/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e a informação da falta crônica no mercado e sem previsão de retorno, assim como apresenta o pedido de descontinuidade de fabricação do item junta a Anvisa, desta forma fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido (eDOC 92DE6B50, eDOC 0D6BC31A, eDOC D44D8017).

É o relatório.

Passamos a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, observamos que a empresa apresentou junto com sua justificativa os protocolos do laboratório (fabricante do medicamento) junto a Anvisa. Desta forma, nota-se que estamos de um fato, alheio a vontade do fornecedor.

Nestes termos, com base na Resolução n. 0029, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções

pecuniárias as empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução n. 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da ILG COMERCIAL LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente dos itens 916, 1267, 1330 e 1350;
2. Pela rescisão das AF 24149/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 916, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimentos não vencidas, mas presente a obrigação contratual.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 08 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	9401/2020-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens 916, 1267, 1330 e 1350
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens 916, 1267, 1330 e 1350 do processo licitatório acima, requerido pela ILG COMERCIAL LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da ILG COMERCIAL LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente dos itens 916, 1267, 1330 e 1350;
2. Pela rescisão das AF 24149/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 916, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimentos não vencidas, mas presente a obrigação contratual.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

RESOLUÇÃO 0043_2020

Publicação Nº 2528475

Resolução n. 0043/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CT20CIN0012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCATARINA; CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07 e demais normativos aplicáveis.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o empregado público PABLO VIVAN CANDEIA, Supervisor de Atuação Governamental, Engenheiro Civil – CREA/SC 127.588-5, como Fiscal do Contrato de Prestação de Serviço n. CT20CIN0012, empresa contratada Viga Pavimentação e Obras Ltda e tem como objeto a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços e fornecimento de materiais, para recuperação de pavimento asfáltico, drenagem pluvial e sinalização viária, do acesso da Rodovia SC 453 à BR 282, entre os Municípios de Luzerna, Joaçaba e Herval D'Oeste, conforme especificações do Edital, de acordo com Projetos, Orçamentos e Memoriais descritivos anexos ao PAL nº 0079/2019, com recursos provenientes de Convênio com o Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: O Fiscal do Contrato deverá observar as disposições da Lei de Licitações, as normas técnicas que forem compatíveis com a execução dos contratos, bem como:

- I – Emitir as Ordens de Serviços para execução dos objetos, acompanhando e fiscalizando o contrato de sua responsabilidade;
- II – Receber e conferir os relatórios encaminhados pela Contratada e emitir os relatórios respectivos de fiscalização;
- III – Controlar prazos de vigências do contrato, propor a celebração de aditivos ou rescisões, quando necessário;
- IV – Receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las para pagamento;
- V – Notificar a Contratada pelos descumprimentos de quaisquer cláusulas contratuais e comunicar a autoridade competente as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- VI – Solicitar correções, ajustes e revisões a serem realizadas nos serviços executados, em razão de ausências, erros, equívocos, dolo ou culpa da empresa Contratada, por ela verificadas ou pelos órgãos de controle;
- VII – Praticar os demais atos pertinentes à fiscalização do Contrato, com cooperação da supervisão e subsídios à fiscalização dos profissionais nomeados nesta Resolução.

Art. 2º. Ficam nomeados os seguintes engenheiros civis funcionários da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste de Santa Catarina, sob a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em cooperação e sem quaisquer ônus para o CINCATARINA, para execução de serviços de complementação de Supervisão e Subsídios à Fiscalização dos serviços decorrentes do objeto do contrato referido no art. 1º, desta Resolução:

- I – DENIR NARCIZO ZULIAN – Engenheiro Civil – CREA/SC 50.805-8;
- II – ANA JULIA U. DE CARVALHO – Engenheiro Civil – CREA/SC 105.295-8;
- III – MAX MOOSHAMMER – Engenheiro Civil – CREA/SC 139.164-0.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 18 de junho de 2020.

Elói Rönna
Diretor Executivo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA NºATC2539_2020

Publicação Nº 2527913

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" Nº 2539/2020 - e
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0010/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ATC2539/2020

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, 1885, 13º ANDAR-SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS-SC, CEP: 88.070-800, neste ato representado por seu DIRETOR EXECUTIVO, Sr. ELÓI RÖNNAU, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e o CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV MARECHAL COSTA E SILVA, 111 - CENTRO, PINHEIRO PRETO-SC CEP: 89.570-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.484.593/0001-10, neste ato representado pelo PRESIDENTE Sr. IRENE EGGERS FARINA; CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, 1885, 13º ANDAR - SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, FLORIANÓPOLIS-SC CEP: 88.070-800 inscrito no CNPJ sob nº. 12.075.748/0001-32, neste ato representado pelo DIRETOR EXECUTIVO Sr. ELÓI RÖNNAU; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA EGIDIO JOÃO GUERRA, 1533 - CENTRO, ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.738.894/0001-38, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. ROSANE FÁTIMA CORONETTI DOMANSKI GUSSO; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA J.B. ALMEIDA, 323 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89.620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.850.671/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANA, 200 - CENTRO, IRINEÓPOLIS -SC CEP: 89440000 inscrito no CNPJ sob nº. 13.843.252/0001-24, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIANO POZZI PEREIRA; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 - CENTRO, JOAÇABA -SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 02.247.113/0001-11, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA AGRIPINO VARGAS, 303, SAIDA ARACA - PARQUE EXPOSICOES, ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.532.003/0001-20, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. SANDRA MARA DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO PEREIRA D'AVILA, 91 - CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP: 88150-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.714.485/0001-39, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. REGINA MARIA MARTINS GARCIA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DE LOURDES, 47 - NOSSA SENHORA DE LOURDES, ASCURRA-SC CEP: 89138000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.241.709/0001-03, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. ENILSON ERLEY DE FREITAS; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS, 333 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.595.042/0001-24, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CARMELO ZOCOLLI, 155, PRÉDIO - CENTRO, CAPINZAL-SC CEP: 89.665-000 inscrito no CNPJ sob nº. 05.029.092/0001-56, neste ato representado pelo GESTORA DO FUNDO DE SAÚDE Sr. KAMILLE SARTORI BEAL; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DUQUE DE CAXIAS, 2828 - CENTRO, CATANDUVAS-SC CEP: 89670-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.391.817/0001-91, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARARANGUA, 51 - CENTRO, CORONEL MARTINS-SC CEP: 89837000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.364.954/0001-08, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. IVAIR CARLOS BALDISSERA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R NEREU RAMOS, 277, ANEXO POSTO DE SAÚDE - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. EUGÊNIA BUCCO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 22 DE JULHO, 1070 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89440000 inscrito no CNPJ sob nº. 06.089.125/0001-16, neste ato representado pelo GESTORA Sr. GISELI KEMPINSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV XV DE NOVEMBRO, 223 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.594.533/0001-00, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TAMANDARE, SN - CENTRO, LINDÓIA DO SUL-SC CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ORVANE GERHKE ZANATTA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA OSWALDO SCHROEDER, 300 - CENTRO, LONTRAS-SC CEP: 89182000 inscrito no CNPJ sob nº. 17.756.464/0001-25, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. SIMONE ZAVAGLIA SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MIGUEL COUTO, 800 - CENTRO, ORLEANS -SC CEP: 88870-000 inscrito no CNPJ sob nº. 03.230.443/0001-67, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE Sr. FERNANDO DE FAVERI MARCELINO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NATALINO CATAPAN, S/N - CENTRO, OURO VERDE -SC CEP: 89.834-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.323.964/0001-97, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AMELIO REMOR JUNIOR; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R JOSE PEREIRA DA SILVA, S/N - CENTRO, PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.289.417/0001-28, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSH; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. RICHARD SCHWEITZER

DE ALBUQUERQUE,40 - CENTRO, RIO NEGRINHO-SC CEP: 89295-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.377.912/0001-30, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARIA DE FÁTIMA MENDES AFONSO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RUI BARBOSA,291 - CENTRO, SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CEP: 89990-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.359.214/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALEFFI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PC FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA,53 - CENTRO, URUBICI-SC CEP: 88.650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 12.488.175/0001-79, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. GISIANE LETICIA RIBEIRO DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL SANTOS MARINHO,116 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.396.929/0001-35, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL Sr. IRENE SALETE GORALSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PREF. OCTÁVIO URBANO SIMON,267 - CENTRO, XAVANTINA-SC CEP: 89780-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.441.099/0001-10, neste ato representado pelo GESTORA DE SAÚDE Sr. JESSICA PAULA PINSETTA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ROGERIO PESSOA DA SILVA ,436 , SALA - CENTRO , BOM JESUS -SC CEP: 89.824-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.391.482/0001-74, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARIZA ANGONESE; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R 1590 ,430 - CENTRO , ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.485.410/0001-96, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA; FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 1590 ,430 , EDIF - CENTRO, ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 12.115.907/0001-85, neste ato representado pelo GESTORA MUNICIPAL Sr. CÉLIA MARIA KONELL; HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANA ,168 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 88440000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.145.375/0001-77, neste ato representado pelo GESTOR Sr. DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK; HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RIO DE JANEIRO,22 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 80.640.782/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAÚ DA SILVA; MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO SANTIN,30 - CENTRO, ABDON BATISTA-SC CEP: 89636-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.511.052/0001-10, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUCIMAR ANTÔNIO SÁLMÓRIA; MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. PADRE JOÃO SMEDT,1605 - CENTRO, ABELARDO LUZ-SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.886/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI; MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DOS PIONEIROS,109 - CENTRO, AGROLÂNDIA-SC CEP: 88.420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.582/0001-44, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. URBANO JOSE DALCANALE; MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA JOÃO MACAGNAN,322 - CENTRO, ÁGUA DOCE-SC CEP: 89654-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI; MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. JOSÉ ADÃO LEHMKUHL,62 - CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP: 88.150-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.266/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OMERO PRIM; MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. PAULINO GRANZOTTO,20 - CENTRO, ANITA GARIBALDI-SC CEP: 88.590-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.335/0001-85, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOÃO CIDINEI DA SILVA; MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA ANCHIETA,10 - CENTRO, ANTÔNIO CARLOS-SC CEP: 88.180-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.290/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GERALDO PAULI; MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA XV DE NOVEMBRO,26 - CENTRO, ARROIO TRINTA-SC CEP: 89590-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.826.462/0001-27, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLAUDIO SPRICIGO; MUNICÍPIO DE BOM JESUS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PEDRO BORTOLUZZI,435 - CENTRO, BOM JESUS-SC CEP: 89.824-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALZA; MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARMINDO LEOBET,441 - CENTRO, BRUNÓPOLIS-SC CEP: 89634-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.853/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIL ANTONIO DA ROSA; MUNICÍPIO DE CAÇADOR pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA,195 - CENTRO, CAÇADOR-SC CEP: 89500-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SAULO SPEROTTO; MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. EXPEDICIONÁRIO JOÃO BATISTA DE ALMEIDA,323 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89.620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO; MUNICÍPIO DE CAPINZAL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. CARMELO ZOCOLLI,155 - CENTRO, CAPINZAL-SC CEP: 89.665-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.406/0001-07, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NILVO DORINI; MUNICÍPIO DE CATANDUVAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. FELIPE SCHIMIT,1435 - CENTRO, CATANDUVAS-SC CEP: 89.670-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS; MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM DANIEL HOSTIN,930 - CENTRO, CELSO RAMOS-SC CEP: 88.598-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.493.343/0001-22, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS; MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. POLIDORO SANTIAGO,519 - CENTRO, COCAL DO SUL-SC CEP: 88.845-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR MAGAGNIN; MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PORTO ALEGRE,47 - CENTRO, CORONEL MARTINS-SC CEP: 89.837-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.093/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR MADELLA; MUNICÍPIO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL VIDAL RAMOS,860 - CENTRO, CURITIBANOS-SC CEP: 89520-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOSÉ ANTONIO GUIDI; MUNICÍPIO DE DONA EMMA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ALBERTO KOGLIN,3493 - CENTRO, DONA EMMA-SC CEP: 89.155-000 inscrito

no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NERCI BARP; MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,204 - CENTRO, ERVAL VELHO-SC CEP: 89613.000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.422/0001-91, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR; MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV RIO GRANDE DO SUL,50 - CENTRO, FAXINAL DOS GUEDES-SC CEP: 89694-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.910/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI; MUNICÍPIO DE FRAIBURGO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA RIO DAS ANTAS,185 - CENTRO, FRAIBURGO-SC CEP: 89580-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.947.979/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLAUDETE GHELLER MATHIAS; MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ADOLFO SOLETTI,750 - CENTRO, FREI ROGÉRIO-SC CEP: 89530-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO; MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. MANOEL ROLIM DE MOURA,825 - CENTRO, GUATAMBÚ-SC CEP: 89.817-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.990.206/0001-12, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA; MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. NEREU RAMOS,389 - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AMÉRICO LORINI; MUNICÍPIO DE IBIAM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na TRAVESSA LEONIZA CARVALHO AGOSTINI,20 - CENTRO, IBIAM-SC CEP: 89652-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IVANIR ZANIN; MUNICÍPIO DE IBICARÉ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM PEDRO II,133 - CENTRO, IBICARÉ-SC CEP: 89.640.000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.448/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GIANFRANCO VOLPATO; MUNICÍPIO DE IOMERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO RECH,500 - CENTRO, IOMERÊ-SC CEP: 89558-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUCIANO PAGANINI; MUNICÍPIO DE IPUMIRIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM PEDRO II,230 - CENTRO, IPUMIRIM- SC CEP: 89.790-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLNEI ANTONIO SCHMIDT; MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANÁ,200 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89.440-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.558/0001-05, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIANO POZZI PEREIRA; MUNICÍPIO DE ITÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA DR. ALDO IVO STUMPF,100 - CENTRO, ITÁ-SC CEP: 89760-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.024.240/0001-53, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JAIRO LUIZ SARTORETTO; MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 1590,430 - BALNEÁRIO ITAPOÁ, ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 81.140.303/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARLON ROBERTO NEUBER; MUNICÍPIO DE ITUPORANGA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VEREADOR JOAQUIM BOING,40 - CENTRO, ITUPORANGA-SC CEP: 88.400-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.640/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GERVÁSIO JOSÉ MACIEL; MUNICÍPIO DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. XV DE NOVEMBRO,378 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIOCLESIO RAGNINI; MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 31 DE MARÇO,1050 - CENTRO, LACERDÓPOLIS-SC CEP: 89660-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SÉRGIO LUIZ CALEGARI; MUNICÍPIO DE LAGES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. BENJAMIN CONSTANT,13 - CENTRO, LAGES-SC CEP: 88.501-900 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.301/0001-90, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Sr. ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA; MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VITÓRIA,503 - CENTRO, LAJEADO GRANDE-SC CEP: 89.828-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.077/0001-16, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NOELI JOSÉ DAL MAGRO; MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARTHUR BARTH,300 - CENTRO, LEBON RÉGIS-SC CEP: 89.515-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.310/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DOUGLAS FERNANDO DE MELLO; MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TAMANDARÉ,98 - CENTRO, LINDÓIA DO SUL-SC CEP: 89.735-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GENIR LOLI; MUNICÍPIO DE LONTRAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. HENRIQUE SCHROEDER,01 - CENTRO, LONTRAS-SC CEP: 89.182-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.665/0001-33, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARCIONEI HILLESHEIM; MUNICÍPIO DE LUZERNA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 16 DE FEVEREIRO,151 - CENTRO, LUZERNA-SC CEP: 89609-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.428/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOISES DIERSMANN; MUNICÍPIO DE MACIEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER,133 - CENTRO, MACIEIRA- SC CEP: 89518-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.992.020/0001-00, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ZELIR CITADIN; MUNICÍPIO DE MAREMA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VIDAL RAMOS,357 - CENTRO, MAREMA-SC CEP: 89.860-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADILSON BARELLA; MUNICÍPIO DE MATOS COSTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MANOEL LOURENÇO DE ARAÚJO,137 - CENTRO, MATOS COSTA-SC CEP: 89420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.566/0001-51, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAUL RIBAS NETO; MUNICÍPIO DE MONTE CARLO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RODOVIA SC 456, ESQ. COM RUA VILMA GOMES,KM 15 - CENTRO, MONTE CARLO-SC CEP: 89618-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SONIA SALETE VEDOVATTO; MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ALFREDO BECKER ,385 - CENTRO, MONTE CASTELO-SC CEP: 89.380-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.525/0001-65, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA; MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTO INÁCIO,126 - CENTRO, NOVA TRENTO-SC CEP: 88.270-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo CHEFE DE GABINETE Sr. SALVIO OSMAR TONINI; MUNICÍPIO DE ORLEANS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA XV DE NOVEMBRO,12 - CENTRO, ORLEANS-SC CEP: 88.870-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.926.544/0001-43, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE LUIZ KOCH; MUNICÍPIO DE

OURO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOÃO MARIA CONRADO,425 - CENTRO, OURO VERDE-SC CEP: 89.834-000 inscrito no CNPJ sob nº. 80.913.031/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AMELIO REMOR JUNIOR; MUNICÍPIO DE PALMEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. ROBERTO HEMKMAIER,200 - CENTRO, PALMEIRA-SC CEP: 88.545-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.610.566/0001-06, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA; MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PADRE JOÃO BOTERO,485 - CENTRO, PASSOS MAIA-SC CEP: 89.687-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEOMAR ROBERTO LISTONI; MUNICÍPIO DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. SANTA CATARINA,196 - CENTRO, PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.365/0001-32, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR CARLOS RODRIGUES; MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MARECHAL ARTHUR COSTA E SILVA,111 - CENTRO, PINHEIRO PRETO-SC CEP: 89570-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. PEDRO RABUSKE; MUNICÍPIO DE PIRATUBA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GOVERNADOR JORGE LACERDA,133 - CENTRO, PIRATUBA-SC CEP: 89.667-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.815.481/0001-58, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OLMIR PAULINHO BENJAMINI; MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO DA SILVA CALOMENO,243 - CENTRO, PONTE ALTA DO NORTE-SC CEP: 89535-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.991.287/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA; MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ALBERTO ERNESTO LANG,29 - CENTRO, PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC CEP: 89.745-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.244/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR DOMINGOS MIOTTO; MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO COMÉRCIO,780 - CENTRO, RIO DAS ANTAS-SC CEP: 89550-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.294/0001-23, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RONALDO DOMINGOS LOSS; MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,205 - CENTRO, RIO DOS CEDROS-SC CEP: 89.121-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.806/0001-18, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARILDO DOMINGOS FELIPPI; MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE,200 - CENTRO, RIO NEGRINHO-SC CEP: 89295-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.756/0001-79, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIO CESAR RONCONI; MUNICÍPIO DE SALETE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO SANTUÁRIO,162 - CENTRO, SALETE-SC CEP: 89.196-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.723/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING; MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOÃO GOETHEN SOBRINHO,555 - CENTRO, SANTA CECÍLIA-SC CEP: 89.540-000 inscrito no CNPJ sob nº. 85.997.237/0001-41, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA; MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. BRUNO PIECZARKA,154 - CENTRO, SANTA TEREZINHA-SC CEP: 89.199-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.951.323/0001-77, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALQUIRIA SCHWARZ; MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DUQUE DE CAXIAS,789 - CENTRO, SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CEP: 89990-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.873/0001-08, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALEFFI; MUNICÍPIO DE TANGARÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA IRMÃOS PICOLLI,267 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.999/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAÚ DA SILVA; MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTA CECILIA,385 - CENTRO, TIMBÓ GRANDE-SC CEP: 89545-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.497.492/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ARI JOSE GALESKI; MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. MINISTRO ANDREAS THALER,25 - CENTRO, TREZE TÍLIAS-SC CEP: 89650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.251/0001-41, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO DRESCH; MUNICÍPIO DE VARGEÃO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. 7 DE SETEMBRO,477 - CENTRO, VARGEÃO-SC CEP: 89.690-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.928/0001-64, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLMIR FELIPE; MUNICÍPIO DE VIDEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, VIDEIRA-SC CEP: 89560-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL CARLOS BORGIA; MUNICÍPIO DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOSÉ DE MIRANDA RAMOS,455 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89.820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AVELINO MENEGOLLA; MUNICÍPIO DE XAVANTINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PREF. OCTÁVIO URBANO SIMON,163 - CENTRO, XAVANTINA-SC CEP: 89.780-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.878/0001-15, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ENOIR FAZOLO; MUNICÍPIO DE XAXIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RUI BARBOSA,347 - CENTRO, XAXIM-SC CEP: 89825-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.854.670/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LIRIO DAGORT; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R.N.SRA. PERPETUO SOCORRO,S/N - CENTRO , ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 02.482.295/0001-05, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Sr. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO doravante denominado ÓRGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: 4KSEG SOLUCOES TECNOLOGICAS EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA NAJLA CARONE GUEDERT, Nº 820, SALA 03 SETOR 1 - PAGANI, PALHOÇA-SC CEP: 88.132-150, inscrita no CNPJ sob o nº 26.202.210/0001-56, neste ato representada Pela sua Proprietária, Sr. Maria Inês Peliciotti Abdo; AFB PRIME INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA WENCESLAU BRAZ, Nº 784, SALA 14 - CENTRO, SANTO ANTONIO DA PLATINA-PR CEP: 86.430-000, inscrita no CNPJ sob o nº 77.578.524/0001-99, neste ato representada Pela sua Procuradora, Sr. Juliana Guimarães Lauriano; CEK INFORMÁTICA EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA PASTOS QUAST, Nº 155 - CENTRO, SÃO BENTO DO SUL-SC CEP: 89.280-055, inscrita no CNPJ sob o nº 00.949.640/0001-42, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Carlos Eduardo Kellner; FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA PADRE ALBINO, Nº 404 - CAMPO GRANDE, PARANAGUÁ-PR CEP: 83.203-705, inscrita no CNPJ sob o nº 05.669.358/0001-25, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Marcelo Ressel; FENIX

INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA MANOEL RIBAS, Nº 791, SALA 01 - CENTRO, UNIÃO DA VITÓRIA-PR CEP: 84.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.047.599/0001-32, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Odirlei Dozorski; GIGA1.COM EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA ANITA GARIBALDI, Nº 452 - SANTO ANTONIO, FRAIBURGO-SC CEP: 89.580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.374.872/0001-08, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Amarildo Antonio Kuster; I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA WENCESLAU FORLEPA, 195 A, CASA A - ALTO TARUMÃ, PINHAIS-PR CEP: 83.325-597, inscrita no CNPJ sob o nº 17.184.211/0001-24, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Inacio Lindolfo Mendes Junior; IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA ADERBAL DE OLIVEIRA, Nº 136 - CENTRO, LAURENTINO-SC CEP: 89.170-000, inscrita no CNPJ sob o nº 20.081.724/0001-14, neste ato representada Pela sua Sócia Administradora, Sr. Gislaïne Pacher Bilk; INOVA TECH INFORMÁTICA EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, Nº 117, SALA 04 - SEMINÁRIO, TAIÓ-SC CEP: 89.190-000, inscrita no CNPJ sob o nº 28.706.488/0001-96, neste ato representada Pela sua Proprietária, Sr. Francieli Bagatoli; JAVIER BERNARDI pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA MAURÍCIO CARDOSO, Nº 726 - CENTRO, CAMPINAS DO SUL-RS CEP: 99.660-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.470.573/0001-72, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Javier Bernardi; LETTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA MUNHOZ DA ROCHA, Nº 72 - CENTRO, SANTO ANTÔNIO DA PLATINA-PR CEP: 86.430-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.258.144/0001-94, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Leandro Arrabaça Barbosa; MATEC AV IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 952, SALA 01 - CENTRO, CRAVINHOS-SP CEP: 14.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.598.410/0001-74, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Fabio Henrique Correia de Araujo; MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA FELIPE SCHMIDT, 265 - SALA A3 - CENTRO, JOAÇABA -SC CEP: 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.518.341/0001-59, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Luciano Pilatti; PARTNER TECNOLOGIA EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA DA PRAÇA, Nº 241, SALA 907 - PEDRA BRANCA, PALHOÇA-SC CEP: 88.137-086, inscrita no CNPJ sob o nº 33.643.773/0001-45, neste ato representada Pela sua Proprietária, Sr. Elizangela Maciel da Silva; R.S VAREJO EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA MANOEL LINO DE JESUS, Nº 687 - SÃO LUIZ, LAGES-SC CEP: 88.512-330, inscrita no CNPJ sob o nº 31.322.368/0001-08, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Robson Pitz Silverio; RESOLVE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ERGONÔMICOS E DE INFORMÁTICA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na TRAVESSA AMALIA XAVIER DE BRITO, Nº 30, SALA 01, BLOCO B, CONJ RES AMALIA - MINA BRASIL, CRICIÚMA-SC CEP: 88.811-212, inscrita no CNPJ sob o nº 18.237.466/0001-70, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Matheus Felipe Luchina Fernandes de Jesus; V P SILVA BRINQUEDOS pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA PORTUGAL, Nº 713 - CENTRO, CAMBÉ-PR CEP: 86.181-310, inscrita no CNPJ sob o nº 18.448.863/0001-91, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Vinicius Pereira da Silva; VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA BERTOLINO JOÃO SAGÁS, Nº 405 - SERRARIA, SÃO JOSÉ-SC CEP: 88.115-730, inscrita no CNPJ sob o nº 33.419.290/0001-61, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Henrique Mattos do Amaral, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº. 22 de 12 de março de 2020, Resolução nº. 14 de 07 de julho de 2014, Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e pela Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso dos órgãos e entidades dos entes da federação consorciados, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento entre os Órgãos participantes.

2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens.

2.2.2 – O Fornecedor deverá aceitar o remanejamento dos quantitativos dos itens.

2.3 – Nos casos de remanejamento entre os Órgãos Participantes, fica o Fornecedor ciente da área territorial de atuação do consórcio CINCATARINA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores; 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA ou com

qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 2539/2020 - e, Pregão, na forma Eletrônica nº 0010/2020 - CINCATARINA, Registro de Preços, realizado pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 18/06/2020 à 31/05/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCATARINA) ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS DOM

14.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	UNIDADE	PROJETOR INTERATIVO (RESOLUÇÃO NATIVA: WXGA; BRILHO: 3200 LUMENS; PORTAS: 03 HDMI E 02 VGA; CONECTIVIDADE: FAST ETHERNET E WI-FI; CURTA DISTÂNCIA) (CIN12191)	Epson BrightLink 675Wi+ (com acessórios)	136	R\$ 8.727,68	R\$ 1.186.964,48
3	UNIDADE	PROJETOR (RESOLUÇÃO NATIVA: WXGA; BRILHO: 3500 LUMENS; PORTAS: 02 HDMI E 01 VGA; CONECTIVIDADE: FAST ETHERNET) (CIN12194)	Epson PowerLite W39	324	R\$ 3.366,90	R\$ 1.090.875,60
4	UNIDADE	PROJETOR (RESOLUÇÃO NATIVA: FULL HD; BRILHO: 4500 LUMENS; PORTAS: 02 HDMI E 01 VGA; CONECTIVIDADE: FAST ETHERNET) (CIN12188)	BenQ MH750	121	R\$ 7.288,95	R\$ 881.962,95
5	UNIDADE	PROJETOR (RESOLUÇÃO NATIVA: XGA; BRILHO: 4000 LUMENS; PORTAS: 02 HDMI E 01 VGA) (CIN12190)	BenQ MX611	243	R\$ 3.159,99	R\$ 767.877,57
6	UNIDADE	PROJETOR (RESOLUÇÃO NATIVA: XGA; BRILHO: 3600 LUMENS; PORTAS: 01 HDMI E 01 VGA) (CIN12187)	Acer X1223H	308	R\$ 2.444,00	R\$ 752.752,00
7	UNIDADE	PROJETOR (RESOLUÇÃO NATIVA: XGA; BRILHO: 3600 LUMENS; PORTAS: 02 HDMI E 01 VGA) (CIN12189)	BenQ MX550	172	R\$ 2.443,00	R\$ 420.196,00

8	UNIDADE	PROJETOR (RESOLUÇÃO NATIVA: SVGA; BRILHO: 3300 LUMENS; PORTAS: 01 HDMI E 01 VGA) (CIN12193)	Epson PowerLite S41+	90	R\$ 2.296,00	R\$ 206.640,00
9	UNIDADE	SMART TV (TELA: 65" [Tela Curva]; RESOLUÇÃO: 3840x2160 [4K]; PORTAS: 04 HDMI E 03 USB) (CIN12221)	Samsung QN65Q8CAM GXZD	58	R\$ 14.000,00	R\$ 812.000,00
10	UNIDADE	SMART TV (TELA: 65"; RESOLUÇÃO: 3840x2160 [4K]; PORTAS: 04 HDMI E 02 USB) (CIN12220)	Philips 65PUG6412-78	103	R\$ 4.289,00	R\$ 441.767,00
11	UNIDADE	SMART TV (TELA: 50"; RESOLUÇÃO: 3840x2160 [4K]; PORTAS: 04 HDMI E 02 USB) (CIN12217)	LG 50UM7500PS B	200	R\$ 2.250,00	R\$ 450.000,00
12	UNIDADE	SMART TV (TELA: 50"; RESOLUÇÃO: 3840x2160 [4K]; PORTAS: 03 HDMI E 02 USB) (CIN12223)	Philips 50PUG6654/78	160	R\$ 2.011,00	R\$ 321.760,00
13	UNIDADE	SMART TV (TELA: 55"; RESOLUÇÃO: 3840x2160 [4K]; PORTAS: 03 HDMI E 02 USB) (CIN12224)	Philips 55PUG6513/78	128	R\$ 2.375,00	R\$ 304.000,00
14	UNIDADE	SMART TV (TELA: 40"; RESOLUÇÃO: 1920x1080 [FULL HD]; PORTAS: 02 HDMI E 02 USB) (CIN12219)	AOC 43S5295/78G	172	R\$ 1.316,00	R\$ 226.352,00
15	UNIDADE	SMART TV (TELA: 55"; RESOLUÇÃO: 3840x2160 [4K]; PORTAS: 03 HDMI E 03 USB) (CIN12225)	Sony KD-55X705F	70	R\$ 2.636,00	R\$ 184.520,00
16	UNIDADE	SMART TV (TELA: 43"; RESOLUÇÃO: 1920x1080 [FULL HD]; PORTAS: 02 HDMI E 01 USB) (CIN12222)	Samsung UN43J5290A GXZD	123	R\$ 1.455,00	R\$ 178.965,00
17	UNIDADE	SMART TV (TELA: 32"; RESOLUÇÃO: 1366x768 [HD]; PORTAS: 02 HDMI E 01 USB) (CIN12218)	Philco PTV32G60SN BL	187	R\$ 920,00	R\$ 172.040,00
18	UNIDADE	SMART TV (TELA: 32"; RESOLUÇÃO: 1366x768 [HD]; PORTAS: 03 HDMI E 02 USB) (CIN12216)	AOC 32S5295/78G	166	R\$ 946,99	R\$ 157.200,34
19	UNIDADE	SMART TV (TELA: 32"; RESOLUÇÃO: 1366x768 [HD]; PORTAS: 02 HDMI E 02 USB) (CIN12226)	AOC 32S5295/78G	134	R\$ 946,99	R\$ 126.896,66
20	UNIDADE	SMARTPHONE IOS (TELA: 6.5"; ARMAZENAMENTO: 64GB; MEMÓRIA: 4GB) (CIN12215)	Apple iPhone XS Max (armazenamento de 64GB)	55	R\$ 6.389,00	R\$ 351.395,00
21	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 128GB; MEMÓRIA: 08GB; TELA: 6.4"; BATERIA: 4100 mAh) (CIN12212)	Samsung Galaxy S10+ (armazenamento de 128GB)	93	R\$ 3.650,00	R\$ 339.450,00
22	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 128GB; MEMÓRIA: 04GB; TELA: 6.3"; BATERIA: 3500 mAh) (CIN12211)	Motorola One Vision XT1970-1	185	R\$ 1.749,00	R\$ 323.565,00
23	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 64GB; MEMÓRIA: 04GB; TELA: 6.2"; BATERIA: 4000 mAh) (CIN12201)	Asus Zenfone Max Shot ZB634KL	238	R\$ 1.185,99	R\$ 282.265,62
24	UNIDADE	SMARTPHONE IOS (TELA: 6.0"; ARMAZENAMENTO: 128GB; MEMÓRIA: 3GB) (CIN12214)	Apple iPhone XR (armazenamento de 128GB)	47	R\$ 3.988,50	R\$ 187.459,50
25	UNIDADE	SMARTPHONE IOS (TELA: 5.5"; ARMAZENAMENTO: 64GB; MEMÓRIA: 3GB) (CIN12213)	Apple iPhone 8 Plus (armazenamento de 64GB)	52	R\$ 3.345,00	R\$ 173.940,00
26	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 32GB; MEMÓRIA: 03GB; TELA: 6.2"; BATERIA: 4000 mAh) (CIN12200)	Asus ZenFone Max Plus (M2)	229	R\$ 889,00	R\$ 203.581,00
27	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 64GB; MEMÓRIA: 04GB; TELA: 6.1"; BATERIA: 3000 mAh) (CIN12207)	Motorola Moto E6 Plus XT2025-1	165	R\$ 895,00	R\$ 147.675,00

28	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 64GB; MEMÓRIA: 04GB; TELA: 6.3"; BATERIA: 4000 mAh) (CIN12210)	Motorola Moto G8 Plus XT2019-2	88	R\$ 1.477,00	R\$ 129.976,00
29	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 32GB; MEMÓRIA: 03GB; TELA: 6.5"; BATERIA: 4000 mAh) (CIN12204)	LG K50S LMX540BMW	131	R\$ 835,00	R\$ 109.385,00
31	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 32GB; MEMÓRIA: 03GB; TELA: 5.3"; BATERIA: 2880 mAh) (CIN12203)	LG K11+ LMX410BCW	184	R\$ 791,00	R\$ 145.544,00
32	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 16GB; MEMÓRIA: 02GB; TELA: 5.0"; BATERIA: 2410 mAh) (CIN12205)	LG K9 LMX210BMW	168	R\$ 635,00	R\$ 106.680,00
33	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 16GB; MEMÓRIA: 02GB; TELA: 5.3"; BATERIA: 2880 mAh) (CIN12202)	LG K11 LMX410BTW	82	R\$ 805,00	R\$ 66.010,00
34	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 32GB; MEMÓRIA: 03GB; TELA: 5.7"; BATERIA: 4000 mAh) (CIN12208)	Motorola Moto G6 Play XT1922	49	R\$ 820,00	R\$ 40.180,00
35	UNIDADE	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 32GB; MEMÓRIA: 02GB; TELA: 5.7"; BATERIA: 3000 mAh) (CIN12209)	Motorola Moto G7 Play XT1952-2	50	R\$ 835,00	R\$ 41.750,00
36	UNIDADE	CELULAR (DUAL-SIM; TELA: 2,3 POLEGADAS; BATERIA: 1200mAh) (CIN12145)	Positivo P65	235	R\$ 170,00	R\$ 39.950,00
37	UNIDADE	CELULAR (DUAL-SIM; TELA: 1,8 POLEGADAS; BATERIA: 600mAh) (CIN12142)	Blu Z4	77	R\$ 90,00	R\$ 6.930,00
38	UNIDADE	CELULAR (DUAL-SIM; TELA: 1,8 POLEGADAS; BATERIA: 800mAh) (CIN12144)	Positivo P25	70	R\$ 78,00	R\$ 5.460,00
39	UNIDADE	CELULAR (DUAL-SIM; TELA: 1,8 POLEGADAS; BATERIA: 700mAh) (CIN12143)	Multilaser P9048	66	R\$ 116,33	R\$ 7.677,78
40	UNIDADE	TABLET ANDROID (TELA: 8"; ARMAZENAMENTO: 32GB; MEMÓRIA: 2GB; BATERIA: 5100 mAh) (CIN12248)	Samsung Galaxy Tab A 8 4G SM-T295	450	R\$ 842,90	R\$ 379.305,00
41	UNIDADE	TABLET ANDROID (TELA: 10"; ARMAZENAMENTO: 64GB; MEMÓRIA: 4GB; BATERIA: 7040 mAh) (CIN12250)	Samsung Galaxy Tab S5e SM-T725	128	R\$ 2.620,00	R\$ 335.360,00
42	UNIDADE	TABLET ANDROID (TELA: 10"; ARMAZENAMENTO: 64GB; MEMÓRIA: 6GB; BATERIA: 7040 mAh; COM CANETA DE TOQUE) (CIN12251)	Samsung Galaxy Tab S6 SM-T865	71	R\$ 3.996,00	R\$ 283.716,00
43	UNIDADE	TABLET ANDROID (TELA: 8"; ARMAZENAMENTO: 32GB; MEMÓRIA: 3GB; BATERIA: 4200 mAh; COM CANETA DE TOQUE) (CIN12249)	Samsung Galaxy Tab A S Pen SM-P205	116	R\$ 1.428,00	R\$ 165.648,00
44	UNIDADE	TABLET ANDROID (TELA: 7"; ARMAZENAMENTO: 8GB; MEMÓRIA: 1.5GB; BATERIA: 4000 mAh) (CIN12247)	Samsung Galaxy Tab A (7.0, 4G) SM-T285	131	R\$ 679,00	R\$ 88.949,00
45	UNIDADE	TELEFONE IP (SUPORTA REGISTRO DE 06 CONTAS SIP; POWER OVER ETHERNET [POE]; GIGABIT ETHERNET; VIDEO CHAMADA; TOUCH SCREEN) (CIN12266)	Intelbras TIP 638V	96	R\$ 1.922,99	R\$ 184.607,04
46	UNIDADE	TELEFONE IP (SUPORTA REGISTRO DE 02 CONTAS SIP; POWER OVER ETHERNET [POE]; FAST ETHERNET) (CIN12262)	Grandstream GXP1625	419	R\$ 427,00	R\$ 178.913,00
47	UNIDADE	TELEFONE SEM FIO (IDENTIFICADOR DE CHAMADAS) (CIN12261)	Intelbras TS 40 ID	881	R\$ 102,00	R\$ 89.862,00

48	CONJUNTO	TELEFONE COM FIO (CONJUNTO COM 04 UNIDADES) (CIN12258)	Intelbras Pleno (conjunto com 04 unidades)	535	R\$ 142,00	R\$ 75.970,00
49	UNIDADE	TELEFONE IP (SUPORTA REGISTRO DE 04 CONTAS SIP; POWER OVER ETHERNET [POE]; FAST ETHERNET) (CIN12264)	Intelbras TIP 425	161	R\$ 569,00	R\$ 91.609,00
50	UNIDADE	TELEFONE IP (SUPORTA REGISTRO DE 04 CONTAS SIP; POWER OVER ETHERNET [POE]; GIGABIT ETHERNET) (CIN12265)	Intelbras TIP 435G	126	R\$ 600,00	R\$ 75.600,00
51	UNIDADE	TELEFONE SEM FIO (IDENTIFICADOR DE CHAMADAS; SECRETÁRIA ELETRÔNICA) (CIN12260)	Intelbras TS 3130	318	R\$ 141,00	R\$ 44.838,00
52	UNIDADE	TELEFONE IP (SUPORTA REGISTRO DE 02 CONTAS SIP; POWER OVER ETHERNET [POE]; GIGABIT ETHERNET) (CIN12263)	Intelbras TIP 235G	114	R\$ 438,65	R\$ 50.006,10
53	UNIDADE	TELEFONE HEADSET (COM BASE DISCADORA; IDENTIFICADOR DE CHAMADAS; SAÍDA PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO) (CIN12256)	Elgin HST-8000	192	R\$ 119,00	R\$ 22.848,00
54	UNIDADE	TELEFONE COM FIO (IDENTIFICADOR DE CHAMADAS) (CIN12259)	Intelbras TC 60 ID	248	R\$ 73,49	R\$ 18.225,52
55	UNIDADE	TELEFONE HEADSET (COM BASE DISCADORA) (CIN12257)	Intelbras HSB 50	171	R\$ 125,40	R\$ 21.443,40
56	UNIDADE	AERONAVE QUADRICÓPTERO (DRONE; CÂMERA 4K; SENSORES DE OBSTÁCULOS EM 05 DIREÇÕES; ACOMPANHA 03 BATERIAS) (CIN12197)	DJI Phantom 4 PRO (com baterias extras)	13	R\$ 15.585,00	R\$ 202.605,00
57	UNIDADE	AERONAVE QUADRICÓPTERO (DRONE; CÂMERA 4K; SENSORES DE OBSTÁCULOS EM 06 DIREÇÕES; COM ACESSÓRIOS ADICIONAIS) (CIN12195)	DJI Mavic 2 PRO (Fly More Combo)	14	R\$ 13.995,00	R\$ 195.930,00
58	UNIDADE	AERONAVE QUADRICÓPTERO (DRONE; CÂMERA FULL HD; COM ACESSÓRIOS ADICIONAIS) (CIN12196)	DJI Mavic Mini (Fly More Combo)	27	R\$ 4.050,00	R\$ 109.350,00
59	UNIDADE	CLINÔMETRO ELETRÔNICO (PRECISÃO: 0,2°; RESOLUÇÃO: 0,1°) (CIN12146)	Haglof EC II D-R	34	R\$ 2.030,00	R\$ 69.020,00
60	UNIDADE	GPS PORTÁTIL (PRECISÃO: ≤ 10 METROS) (CIN12164)	Garmin GPSMAP 78s	78	R\$ 2.345,00	R\$ 182.910,00
61	UNIDADE	HIPSÔMETRO (PRECISÃO DE ÂNGULO: 0,1°; RESOLUÇÃO DE ALTURA: 0,1 METRO) (CIN12172)	Vertex IV	30	R\$ 13.750,00	R\$ 412.500,00
62	UNIDADE	MESA DIGITALIZADORA (ÁREA ATIVA: 216X135MM; 4096 NÍVEIS DE PRESSÃO) (CIN12180)	Wacom Intuos CTL6100WLK	81	R\$ 1.113,99	R\$ 90.233,19
63	UNIDADE	MESA DIGITALIZADORA (ÁREA ATIVA: 311X216MM; 8192 NÍVEIS DE PRESSÃO) (CIN12181)	Wacom Intuos Pro PTH860	74	R\$ 4.069,99	R\$ 301.179,26
64	UNIDADE	MILIOHMÍMETRO DIGITAL (COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO) (CIN12182)	Instrum MILLIOHM-1 (com certificado de calibração)	67	R\$ 2.949,00	R\$ 197.583,00
65	UNIDADE	REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO (RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO; COM IMPRESSÃO DE TICKETS) (CIN12198)	ControlID iDClass	313	R\$ 1.159,00	R\$ 362.767,00
67	UNIDADE	CÂMERA FILMADORA (ZOOM ÓPTICO: 20X; FUNCIONALIDADE DUAL RECORDING; POSSUI 02 CONECTORES XLR) (CIN12148)	Canon XA11	26	R\$ 9.399,00	R\$ 244.374,00
69	UNIDADE	CÂMERA FOTOGRÁFICA DSLR (PIXEIS EFETIVOS: 18MP; DISPLAY: 3,0 POLEGADAS; PONTOS DE FOCO: 09; LENTE 18-55MM) (CIN12153)	Canon EOS Rebel T7 (com lente 18-55mm)	44	R\$ 2.250,00	R\$ 99.000,00
70	UNIDADE	CÂMERA FILMADORA DE MÃO (ZOOM ÓPTICO: 30X; FUNCIONALIDADE DUAL RECORDING; MEMÓRIA INTERNA: 32GB) (CIN12151)	Sony HDR-CX675	32	R\$ 4.291,00	R\$ 137.312,00
71	UNIDADE	CÂMERA FOTOGRÁFICA DSLR (PIXEIS EFETIVOS: 24MP; DISPLAY: 3,0 POLEGADAS; PONTOS DE FOCO: 45; LENTE 18-55MM) (CIN12154)	Canon EOS Rebel T7i (com lente 18-55mm)	28	R\$ 2.399,99	R\$ 67.199,72

72	UNIDADE	CÂMERA FILMADORA PORTÁTIL (PIXEIS EFETIVOS: 12MP; RESOLUÇÃO DE FILMAGEM: 4K; À PROVA D'ÁGUA; ACOMPANHA: CARTÃO DE MEMÓRIA, SUPORTE VENTOSA E SUPORTE TRIPÉ) (CIN12149)	GoPro HERO7 Black (Cartão de Memória + Suction Cup + MAX Grip + Tripod)	37	R\$ 2.640,00	R\$ 97.680,00
73	UNIDADE	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL (PIXEIS EFETIVOS: 20MP; DISPLAY: 3,0 POLEGADAS; PONTOS DE FOCO: 09; ZOOM ÓPTICO: 50X) (CIN12155)	Canon PowerShot SX540 HS	52	R\$ 1.990,00	R\$ 103.480,00
74	UNIDADE	CÂMERA FILMADORA PORTÁTIL (PIXEIS EFETIVOS: 12MP; RESOLUÇÃO DE FILMAGEM: 4K; À PROVA D'ÁGUA) (CIN12150)	GoPro HERO7 Black	39	R\$ 2.147,00	R\$ 83.733,00
75	UNIDADE	CÂMERA FOTOGRÁFICA DSLR (PIXEIS EFETIVOS: 24MP; DISPLAY: 3,2 POLEGADAS; PONTOS DE FOCO: 39; LENTE 18-55MM) (CIN12157)	Nikon D5600 (com lente 18-55mm)	23	R\$ 4.093,99	R\$ 94.161,77
76	UNIDADE	CÂMERA FOTOGRÁFICA DSLR (PIXEIS EFETIVOS: 24MP; DISPLAY: 3,0 POLEGADAS; PONTOS DE FOCO: 09; LENTE 18-55MM) (CIN12152)	Canon EOS Rebel SL3 (com lente 18-55mm)	28	R\$ 3.275,00	R\$ 91.700,00
77	UNIDADE	CÂMERA FILMADORA DE MÃO (ZOOM ÓPTICO: 30X) (CIN12147)	Canon VIXIA HF R800	37	R\$ 1.997,99	R\$ 73.925,63
78	UNIDADE	CÂMERA FOTOGRÁFICA DSLR (PIXEIS EFETIVOS: 24MP; DISPLAY: 3,0 POLEGADAS; PONTOS DE FOCO: 11; LENTE 18-55MM) (CIN12156)	Nikon D3500 (com lente 18-55mm)	24	R\$ 3.095,00	R\$ 74.280,00
80	UNIDADE	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL (PIXEIS EFETIVOS: 20MP; DISPLAY: 2,7 POLEGADAS) (CIN12160)	Sony DSC-W800	39	R\$ 684,99	R\$ 26.714,61
81	UNIDADE	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA (POTÊNCIA: 600W RMS; COM MICROFONE SEM FIO) (CIN12228)	Frahm CM 1800 BT	261	R\$ 1.179,00	R\$ 307.719,00
82	UNIDADE	MICROFONE DE MÃO DUPLO SEM FIO (CIN12230)	Vokal VLA42	207	R\$ 630,00	R\$ 130.410,00
83	UNIDADE	MICROFONE AURICULAR SEM FIO (CIN12227)	Amw BU20	196	R\$ 560,00	R\$ 109.760,00
84	UNIDADE	CAIXA DE SOM PORTÁTIL (POTÊNCIA: 80W RMS; COM MICROFONE) (CIN12229)	Multilaser SP217	199	R\$ 198,00	R\$ 39.402,00
85	UNIDADE	WEBCAM (COM MICROFONE; RESOLUÇÃO FULLHD) (CIN12273)	Logitech C920s HD PRO	96	R\$ 474,00	R\$ 45.504,00
87	UNIDADE	GRAVADOR DE VOZ (AUTONOMIA DE BATERIA: 30 HORAS; ARMAZENAMENTO: 04 GB) (CIN12165)	Sony ICD-PX240	50	R\$ 341,00	R\$ 17.050,00
88	UNIDADE	GRAVADOR DE VOZ (AUTONOMIA DE BATERIA: 60 HORAS; ARMAZENAMENTO: 04 GB, EXPANSÍVEL VIA MICROSD)	Sony ICD-PX470	67	R\$ 425,00	R\$ 28.475,00
89	UNIDADE	WEBCAM (COM MICROFONE; RESOLUÇÃO HD) (CIN12272)	Logitech C270	145	R\$ 142,00	R\$ 20.590,00
91	UNIDADE	CARTÃO DE MEMÓRIA FLASH (ARMAZENAMENTO: 128GB; FORMATO: MICROSD; CLASSIFICAÇÕES DE VELOCIDADE: CLASSE 10 OU UHS 1 OU V10) (CIN12137)	Kingston SDCS 128GB	282	R\$ 153,00	R\$ 43.146,00
92	UNIDADE	CARTÃO DE MEMÓRIA FLASH (ARMAZENAMENTO: 64GB; FORMATO: MICROSD; CLASSIFICAÇÕES DE VELOCIDADE: UHS 3 OU V30) (CIN12136)	Sandisk Extreme SDSQXA2-064G	191	R\$ 189,90	R\$ 36.270,90
94	UNIDADE	CARTÃO DE MEMÓRIA FLASH (ARMAZENAMENTO: 32GB; FORMATO: MICROSD; CLASSIFICAÇÕES DE VELOCIDADE: UHS 3 OU V30) (CIN12135)	Delkin Advantage DDMSDW660 32G	164	R\$ 129,00	R\$ 21.156,00
95	CONJUNTO	CARTÃO DE MEMÓRIA FLASH (ARMAZENAMENTO: 32GB; FORMATO: MICROSD; CLASSIFICAÇÕES DE VELOCIDADE: CLASSE 10 OU UHS 1 OU V10; CONJUNTO COM 04 UNIDADES) (CIN12141)	Kingston SDCS 32GB (conjunto com 04 unidades)	110	R\$ 142,50	R\$ 15.675,00

96	CONJUNTO	CARTÃO DE MEMÓRIA FLASH (ARMAZENAMENTO: 16GB; FORMATO: MICROSD; CLASSIFICAÇÕES DE VELOCIDADE: CLASSE 10 OU UHS 1 OU V10; CONJUNTO COM 04 UNIDADES) (CIN12140)	Kingston SDCS 16GB (conjunto com 04 unidades)	113	R\$ 110,00	R\$ 12.430,00
97	UNIDADE	APRESENTADOR (ALCANCE: 15 METROS; ALIMENTAÇÃO: BATERIA RECARREGÁVEL; FUNÇÕES: AVANÇAR, RETROCEDER, LASER, TELA PRETA) (CIN12132)	Multilaser AC294	47	R\$ 139,95	R\$ 6.577,65
98	UNIDADE	APRESENTADOR (ALCANCE: 15 METROS; ALIMENTAÇÃO: PILHA AAA; FUNÇÕES: AVANÇAR, RETROCEDER, LASER) (CIN12130)	Exbom Laser Wireless 2761	184	R\$ 85,00	R\$ 15.640,00
99	UNIDADE	APRESENTADOR (ALCANCE: 20 METROS; ALIMENTAÇÃO: PILHA AAA; FUNÇÕES: AVANÇAR, RETROCEDER, LASER) (CIN12131)	Logitech R500	83	R\$ 131,00	R\$ 10.873,00
100	UNIDADE	FRAGMENTADORA DE PAPEL (CAPACIDADE: 15 FOLHAS; ALIMENTAÇÃO EM 220V) (CIN12163)	Menno Secreta 6315 A 3447-741	236	R\$ 710,00	R\$ 167.560,00
101	CONJUNTO	MOUSEPAD ERGONÔMICO (CONJUNTO COM 10 UNIDADES) (CIN12184)	PrintBlu Ergo Redondo (conjunto com 10 unidades)	356	R\$ 76,40	R\$ 27.198,40
102	UNIDADE	APOIO ERGONÔMICO PARA OS PÉS (PLATAFORMA FABRICADA EM ABS OU SIMILAR) (CIN12129)	Multivisão Apoio ABS PR	1.189	R\$ 50,00	R\$ 59.450,00
103	UNIDADE	LEITOR BIOMÉTRICO (RESOLUÇÃO: 500DPI; CONECTIVIDADE: USB) (CIN12176)	FingKey Hamster III	267	R\$ 497,97	R\$ 132.957,99
104	UNIDADE	TELA DE PROJEÇÃO (ÁREA DE PROJEÇÃO: 120 POLEGADAS; FORMATO: 4:3; COM TRIPIÉ) (CIN12252)	TES TTM120VL	84	R\$ 608,00	R\$ 51.072,00
105	UNIDADE	TELA DE PROJEÇÃO (ÁREA DE PROJEÇÃO: 106 POLEGADAS; FORMATO: 16:9; FIXAÇÃO EM TETO E/OU PAREDE) (CIN12253)	TES TRM106HA	108	R\$ 378,00	R\$ 40.824,00
106	UNIDADE	TELA DE PROJEÇÃO (ÁREA DE PROJEÇÃO: 180x180CM; FORMATO: QUADRADO; COM TRIPIÉ) (CIN12255)	TES TTM180SA	100	R\$ 400,98	R\$ 40.098,00
107	UNIDADE	TELA DE PROJEÇÃO (ÁREA DE PROJEÇÃO: 180x180CM; FORMATO: QUADRADO; FIXAÇÃO EM TETO E/OU PAREDE) (CIN12254)	TES TRM180SA	81	R\$ 299,13	R\$ 24.229,53
108	UNIDADE	PEDESTAL PARA TV (FURAÇÃO VESA; POSSUI RODÍZIOS) (CIN12186)	Avatron TVC-01R-B	112	R\$ 495,00	R\$ 55.440,00
109	CONJUNTO	SUPORTE AUTOMOTIVO PARA SMARTPHONE (CONJUNTO COM 04 UNIDADES) (CIN12234)	Multilaser AC168 (conjunto com 04 unidades)	123	R\$ 124,99	R\$ 15.373,77
110	UNIDADE	SUPORTE DE MESA PARA 02 MONITORES (FURAÇÃO VESA; FIXAÇÃO NA MESA; TRIARTICULADO) (CIN12237)	Resolve Soluções Ergonômicas (2.19.2)	150	R\$ 208,00	R\$ 31.200,00
111	UNIDADE	SUPORTE DE MESA PARA MONITOR (FURAÇÃO VESA) (CIN12235)	Resolve Soluções Ergonômicas (2.23.2)	333	R\$ 74,50	R\$ 24.808,50
112	UNIDADE	SUPORTE DE MESA PARA MONITOR (FURAÇÃO VESA; FIXAÇÃO NA MESA; TRIARTICULADO) (CIN12236)	Resolve Soluções Ergonômicas (2.8.2)	151	R\$ 125,00	R\$ 18.875,00
113	UNIDADE	SUPORTE DE PAREDE E TETO PARA PROJETO (CIN12243)	Multivisão MT-305-BR	278	R\$ 94,59	R\$ 26.296,02
114	UNIDADE	SUPORTE DE PAREDE PARA TV (FURAÇÃO VESA; FIXAÇÃO NA PAREDE; BIARTICULADO) (CIN12246)	Multivisão M2-PR	283	R\$ 42,95	R\$ 12.154,85
115	UNIDADE	SUPORTE DE TETO PARA PROJETO (CIN12244)	Artflex MU29ZXX9R	247	R\$ 71,40	R\$ 17.635,80

117	CONJUNTO	SUPORTE PARA GABINETE ATX (POSSUI RODÍZIOS; LARGURA AJUSTÁVEL; CONJUNTO COM 04 UNIDADES) (CIN12233)	C3Tech SC-20BK	310	R\$ 88,50	R\$ 27.435,00
118	UNIDADE	SUPORTE PARA MONITOR (FABRICAÇÃO EM MDF; POSSUI 02 GAVETAS) (CIN12239)	Souza 3346	271	R\$ 53,48	R\$ 14.493,08
119	UNIDADE	SUPORTE PARA MONITOR (FABRICAÇÃO EM MDF; POSSUI 03 GAVETAS) (CIN12240)	Souza 3347	205	R\$ 63,00	R\$ 12.915,00
120	UNIDADE	SUPORTE PARA MONITOR (FORMATO TIPO "L"; POSSUI VIDRO FUMÊ) (CIN12238)	Resolve Soluções Ergonômicas (2.11.2)	162	R\$ 68,00	R\$ 11.016,00
121	UNIDADE	SUPORTE PARA NOTEBOOK (04 NÍVEIS DE INCLINAÇÃO; COM COOLER) (CIN12241)	C3Tech NBC-50BK	252	R\$ 54,60	R\$ 13.759,20
122	CONJUNTO	SUPORTE PARA NOTEBOOK (DOBRÁVEL; CROMADO; CONJUNTO COM 04 UNIDADES) (CIN12242)	Resolve Soluções Ergonômicas (3.2.1) (conjunto com 04 unidades)	144	R\$ 76,00	R\$ 10.944,00
124	UNIDADE	TRIPE PARA PROJETOR (COM BANDEJA PARA NOTEBOOK) (CIN12270)	Avatron TPN-180-B	104	R\$ 323,00	R\$ 33.592,00
125	UNIDADE	TRIPE PARA TV (COM BANDEJA PARA NOTEBOOK) (CIN12271)	Avatron TVN-180-B	56	R\$ 310,00	R\$ 17.360,00
126	UNIDADE	DESUMIDIFICADOR DE PAPEL (600 FOLHAS) (CIN12161)	Menno 11327-3612	193	R\$ 188,45	R\$ 36.370,85
127	UNIDADE	DESUMIDIFICADOR DE PAPEL (1500 FOLHAS) (CIN12162)	Menno 11327-3613	180	R\$ 207,88	R\$ 37.418,40
128	UNIDADE	INFLADOR DE BALÕES (BICOS: 04; POTÊNCIA: 1800 WATTS; ALIMENTAÇÃO EM 220V) (CIN12328)	Bônus Infladores IB-04 Ball Basic	71	R\$ 370,00	R\$ 26.270,00
129	UNIDADE	KIT LOCALIZADOR DE CABOS (CIN12174)	Exbom FEPRO-TC300	121	R\$ 125,00	R\$ 15.125,00
130	UNIDADE	LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS (DIREÇÃO DE LEITURA: BIDIRECIONAL; CONECTIVIDADE: USB) (CIN12175)	C3Tech LB-50BK	242	R\$ 118,98	R\$ 28.793,16
131	UNIDADE	LUXÍMETRO DIGITAL PARA LED (COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO) (CIN12329)	Instrutherm LD-550 (com certificado de calibração)	25	R\$ 987,50	R\$ 24.687,50
132	UNIDADE	MULTÍMETRO DIGITAL (CAT I) (CIN12185)	HYX DT830D	153	R\$ 20,55	R\$ 3.144,15
133	UNIDADE	SOPRADOR DE AR PORTÁTIL (POTÊNCIA: 600W; ALIMENTAÇÃO EM 220V) (CIN12231)	Infinity IF-SA6002 VOLT-220V	124	R\$ 278,50	R\$ 34.534,00
134	UNIDADE	TERRÔMETRO DIGITAL (CAT III; COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO) (CIN12267)	Hikari HTR-770 (com certificado de calibração)	43	R\$ 1.075,00	R\$ 46.225,00
135	UNIDADE	TRENA DIGITAL À LASER (MEDIÇÃO: 40 METROS; PRECISÃO: 1,5MM, GRAU DE PROTEÇÃO: IP 54) (CIN12268)	Bosch GLM 40 Professional	112	R\$ 359,90	R\$ 40.308,80
136	UNIDADE	DISPOSITIVO PARA STREAMING DE MÍDIA (CIN12232)	Google Chromecast 3	67	R\$ 245,00	R\$ 16.415,00
137	UNIDADE	MALETA PARA NOTEBOOK (POSSUI 02 COMPARTIMENTOS SEPARADOS) (CIN12178)	Multilaser BO186	296	R\$ 169,95	R\$ 50.305,20
138	UNIDADE	MALETA PARA NOTEBOOK (POSSUI 02 COMPARTIMENTOS SEPARADOS; POSSUI 03 BOLSOS EXTERNOS) (CIN12179)	Multilaser BO200	130	R\$ 208,95	R\$ 27.163,50
139	UNIDADE	MOCHILA MALETA PARA QUADRICÓPTERO (SUPORTA DRONE DJI PHANTOM 4) (CIN12183)	Funpro Turtle YX-N1652	9	R\$ 341,90	R\$ 3.077,10
140	CONJUNTO	HEADSET (CONECTIVIDADE: P2; CABO: 1,8 METROS; CONJUNTO COM 04 UNIDADES) (CIN12167)	C3Tech MI-2260ARC (conjunto com 04 unidades)	81	R\$ 173,00	R\$ 14.013,00
141	UNIDADE	HEADSET (CONECTIVIDADE: USB; CABO: 02 METROS; POSSUI ARCO ALMOFADADO) (CIN12170)	Logitech H390	62	R\$ 129,00	R\$ 7.998,00

142	UNIDADE	HEADSET (CONECTIVIDADE: USB; CABO: 1,8 METROS) (CIN12171)	Microsoft LifeChat LX-3000	55	R\$ 188,00	R\$ 10.340,00
143	UNIDADE	HEADSET (CONECTIVIDADE: P2; CABO: 1,8 METROS) (CIN12169)	Logitech H151	72	R\$ 84,79	R\$ 6.104,88
144	UNIDADE	HEADSET PARA SMARTPHONE (CONECTIVIDADE: P2; CABO: 1,8 METROS) (CIN12168)	Logitech H111	68	R\$ 56,14	R\$ 3.817,52
145	UNIDADE	CARREGADOR PORTÁTIL (POWER BANK; CAPACIDADE: 20000mAh) (CIN12134)	Multilaser Power Bank CB144	174	R\$ 180,00	R\$ 31.320,00
146	UNIDADE	BATERIA ESTACIONÁRIA VRLA (12V, 7AH) (CIN12327)	UniPower UP1270E	340	R\$ 75,49	R\$ 25.666,60
147	UNIDADE	BATERIA ESTACIONÁRIA (12V, 36AH) (CIN12326)	Pioneiro T12-045	68	R\$ 290,00	R\$ 19.720,00
148	CONJUNTO	LIMPADOR DE CONTATO (CONTEÚDO: 200ML; AEROSSOL; CONJUNTO COM 04 UNIDADES) (CIN12177)	Mundial Prime MP80 Limpa Contato AE06000019 (300ml) (conjunto com 04 unidades)	238	R\$ 71,50	R\$ 17.017,00
149	UNIDADE	KIT DE SOLDAGEM (ALIMENTAÇÃO EM 220V) (CIN12173)	MXT KITSOLDA (220V)	117	R\$ 71,10	R\$ 8.318,70
150	UNIDADE	CARREGADOR PORTÁTIL (POWER BANK; CAPACIDADE: 10000mAh) (CIN12133)	Multilaser Power Bank CB143	112	R\$ 68,64	R\$ 7.687,68
Total Global (R\$):						19.105.389,47

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Fornecedor	Itens	Valor Total
4KSEG SOLUCOES TECNOLOGICAS EIRELI	49; 50; 102; 114	R\$ 238.813,85
AFB PRIME INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI	121	R\$ 13.759,20
CEK INFORMÁTICA EIRELI	3; 24; 56; 58	R\$ 1.590.290,10
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME	60; 70; 75; 77; 80	R\$ 515.024,01
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME	7; 21; 23; 44; 64; 67; 76; 78; 82; 131	R\$ 1.893.895,12
GIGA1.COM EIRELI	20; 34; 40; 41; 42; 43; 69; 72; 101	R\$ 1.779.482,40
I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME	9	R\$ 812.000,00
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA	81	R\$ 307.719,00
INOVA TECH INFORMÁTICA EIRELI	135	R\$ 40.308,80
JAVIER BERNARDI	22	R\$ 323.565,00
LETTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	63; 109	R\$ 316.553,03
MATEC AV IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS LTDA	104; 105; 106	R\$ 131.994,00
MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	6; 8; 17; 26; 31; 32; 33; 35; 36; 37; 46; 65; 73; 74; 83; 84; 85; 87; 88; 89; 92; 94; 99; 100; 103; 117; 118; 119; 126; 127; 133; 139; 141; 146; 149	R\$ 3.308.595,62
PARTNER TECNOLOGIA EIRELI	1; 5; 10; 15; 45; 62; 71	R\$ 2.923.169,00
R.S VAREJO EIRELI	4; 12; 13; 14; 16; 18; 19; 25; 27; 28; 29; 38; 39; 47; 48; 51; 52; 53; 54; 55; 57; 59; 61; 91; 95; 96; 97; 98; 108; 113; 115; 124; 125; 128; 129; 130; 132; 134; 136; 137; 138; 140; 143; 144; 145; 147; 148; 150	R\$ 4.328.807,31
RESOLVE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ERGONÔMICOS E DE INFORMÁTICA LTDA	110; 111; 112; 120; 122	R\$ 96.843,50
V P SILVA BRINQUEDOS	107	R\$ 24.229,53
VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	11; 142	R\$ 460.340,00
Total Global (R\$):		19.105.389,47

CIS/AMURES**2º TERMO ADITIVO CONTRATO CLINICAR**

Publicação Nº 2528738

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS-AMURES E CLINICAR CENTRO DE DIAGNÓSTICO EM ULTRASSONOGRAFIA E MEDICINA FETAL E VASCULAR LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 07.383.800/0001-88, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, CEP 88.502.230, neste ato representado por seu presidente Sr. THIAGO COSTA, portador do RG nº 4.140.520 e CPF nº 049.157.289-19, Prefeito Municipal de Rio Rufino e do outro lado, a CLINICAR CENTRO DE DIAGNÓSTICO EM ULTRASSONOGRAFIA E MEDICINA FETAL E VASCULAR LTDA inscrita no CNPJ nº 03.057.500/0001-58, neste ato representada pelo Sr. CARLOS AUGUSTO PEREIRA FURTADO CPF nº 250.467.809-68, têm justo e firmado entre si este Termo Aditivo, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a inclusão do serviço de ecodoppler de carótidas e vertebrais ao contrato celebrado em 11 de Março de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA INCLUSÃO DO SERVIÇO

Fica incluso ao objeto do contrato original o exame de ecodoppler de carótidas e vertebrais, conforme autoriza o item 1, do contrato original, tendo como base de valores, a tabela geral de valores do CIS-AMURES.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não alteradas por este instrumento.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Lages, 29 de Maio de 2020

THIAGO COSTA
Presidente CIS/AMURES

CARLOS AUGUSTO PEREIRA FURTADO
Clinicar Ltda

Testemunha:

Testemunha:

2º TERMO ADITIVO HUMANNITY

Publicação Nº 2528736

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISAMURES E HUMANNITY PSICOLOGIA E EDITORA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISAMURES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 07.383.800/0001-88, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, CEP 88.502-230, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO no uso de suas atribuições designada pela portaria nº 10/2020, inscrita no RG nº 3.048.291 e CPF nº 019.764.929-71, e do outro lado, a HUMANNITY PSICOLOGIA E EDITORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 09.463.664/0001-61, com endereço à Rua Lauro Muller, nº 40, Centro, Cep: 88.501-130, Lages/SC, neste ato representada por MARJORIE JASPER DALL'ASTA, inscrita no CPF nº 048.317.479-39, têm justo e firmado entre si este Termo Aditivo, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a inclusão de serviços ao contrato celebrado em 28 de Janeiro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA INCLUSÃO DE SERVIÇOS

Fica incluso ao objeto, o serviço de consulta médica especializada em neuropediatria conforme autoriza a cláusula primeira do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não alteradas por este instrumento.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Lages, 16 de Junho de 2020

BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO
Diretora Executiva CISAMURES

MARJORIE JASPER DALL'ASTA
Humannity Psicologia Ltda

Testemunha:

Testemunha:

CONTRATO DE SERVIÇO ANGELONIR DE MATIA N. 21/2020

Publicação N° 2527979

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 21/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES, inscrito no CNPJ sob n.º 07.383.800/0001-88, com sede na Rua Nossa Senhora dos Prazeres nº 62, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ANGELONIR DE MATIA 38596539972 inscrita no CNPJ sob nº 34.906.928/0001-51, estabelecida na Rua Augusto Pereira da Silva nº 18, Bairro Vila Nova, CEP: 88.503-730 em Lages/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, Lages/SC, CEP: 88.502-230, inscrito no CNPJ sob o nº 07.383.800/0001-88, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO no uso de suas atribuições designada pela portaria nº 10/2020, inscrita no RG nº 3.048.291 e CPF nº 019.764.929-71, doravante denominado "Locatária" e de outro lado, a empresa ANGELONIR DE MATIA 38596539972 pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.906.928/0001-51, com endereço a Rua Augusto Pereira da Silva nº 18, Bairro Vila Nova, CEP: 88.503-730 em Lages/SC, neste ato representada pelo Sr. ANGELONIR DE MATIA inscrito no CPF nº 385.965.399-72 e RG nº 1.061.521, doravante denominado "Locadora", tem entre si justo acordado o presente Contrato de Locação, nos termos do Processo Administrativo nº 698/220 e dispensa de licitação nº 09/2020, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. O objeto do contrato é a locação do(s) equipamento(s) abaixo discriminado(s) de propriedade/posse da locadora, em bom estado de conservação e perfeito funcionamento, mediante pagamento dos encargos mensais conforme segue:

Descrição	Tempo de Locação	Tamanho	Valor Mensal Por Unidade
02 Tendas	03 meses	5X5	R\$ 900,00
TOTAL: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)			

0.2. A manutenção atinente aos equipamentos acima descritos - peças estão incluídas no objeto deste contrato, desde que respeitadas às condições de uso e a correta instalação do equipamento, e demais regras dispostas nesse instrumento. As partes convencionam ainda que, seja qual for o motivo da manutenção, independente da causa, os custos com deslocamento e homem hora, ficarão a cargo da LOCATÁRIA.

0.3. O custo referente ao transporte do equipamento, é por conta e risco da LOCADORA, assim como os custos para devolução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do presente Contrato contará a partir da data da assinatura até o dia 17 de Setembro de 2020, podendo ter a sua duração prorrogada, por ato do CISAMURES, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PAGAMENTO(S)

3.1. Os vencimentos do valor disposto na cláusula primeira, ocorrerão 10 (DEZ) dias após emissão da nota fiscal, a qual será encaminhada via e-mail no dia da emissão, considerando-se a data inicial para contagem do prazo para pagamento a emissão da nota fiscal.;

3.2. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas

as condições estabelecidas no contrato e demais documentos inerentes ao processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

4.1. O(s) valor(es) deste contrato poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido(s), demonstrado(s) através de planilha(s), plenamente justificado(s) e aprovado(s) pela locatária mediante termo aditivo;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação são oriundas da dotação 3.3.90.39.14.00.000.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato.

6.2. Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do contratado em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

6.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

6.4. Permitir o acompanhamento dos serviços pela administração do Consórcio Intermunicipal de Saúde;

6.5. A LOCADORA se obriga a entregar para LOCATÁRIA os equipamentos descritos no objeto do presente contrato, em bom estado de conservação e perfeito funcionamento, no local indicado pelo CISAMURES.

6.6. Disponibilizar manutenção dos equipamentos, caso necessário, com envio de técnico para conserto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, após requisição por escrito do serviço, na qual constará o problema ocorrido com o equipamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Encaminhar ao contratado o Termo do Contrato, em prazo não superior a 20 (vinte) dias contados da data da sua emissão.

7.2. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente contrato.

7.3. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Contrato.

7.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

7.5. Conferir a nota fiscal/fatura de prestação de serviços mensalmente para pagamento, e ocorrendo irregularidades, solicitar à CONTRATADA a imediata correção.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1. Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo contratado, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

9.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, na forma prescrita pelo art. 77 da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e

legais efeitos.

Lages/SC, 17 de Junho de 2020.

BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO
Diretora Executiva CISAMURES

ANGELONIR DE MATIA
Angelonir de Matia - Alofest

Testemunha:

Testemunha:

CISAM

PORTARIA CISAM MEIO OESTE N° 008/2020

Publicação N° 2529011

PORTARIA CISAM MO N° – 008/2020 DE 18/06/2020

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar ao Servidor Nasser Ibrahim (Matr.0003), ocupante do Cargo de Provimento efetivo de Químico, Nível 143, que venha trabalhar no dia 29/06/2020, dia em que se encontra em férias regulamentares, concedidas inicialmente de 10/06/2020 à 29/06/2020, conforme Portaria CISAM MO n° 007/2020, de 01/06/2020.

Parágrafo Único - O servidor está sendo requerido em decorrência do agendamento da instalação e capacitação do Cromatógrafo Iônico, programada para o período de 29/06 a 03/07/2020, conforme documento anexo.

Art 2º - Fica o servidor com direito a 1 (um) dia de férias para gozo em período oportuno.

Art 3º - A importância referente ao adicional de 1/3 de férias sobre 1 (um) dia de trabalho não será paga, pois esta se deu no ato de seu gozo inicial.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 18 de junho de 2020.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente

Ciente:

Servidor

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE N° 23/2020

Publicação N° 2528128

RESOLUÇÃO N° 23/2020

“Fixa os preços públicos dos serviços de Ensaios/análises de alta complexidade, em água e efluentes e estabelece outras providências”.

O Presidente Interino do CISAM-Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe a alínea e, inciso VI, art. 17 de seu Estatuto e conforme deliberação das Assembleias Gerais Ordinárias de 05 de setembro de 2016 e de 09 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Fixar os preços dos serviços de ensaios/análises laboratoriais de alta complexidade, realizadas pelo Consórcio, em amostras de água e efluentes, provenientes de entes consorciados ou não, que deverão ser praticados de acordo com as Tabelas 1 e 2 anexas a esta Resolução.

Parágrafo único – Os preços serão atualizados monetariamente, no mês de setembro de cada ano, pela variação do INPC/IBGE, através de Resolução a ser expedida pelo Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste.

Art. 2º. Os serviços realizados, para consorciados, a partir do dia 20 de um mês e até o dia 19 do mês subsequente, serão acumulados e os valores correspondentes serão cobrados em fatura única. As faturas vencerão no dia 05 de cada mês subsequente à realização dos serviços.

Art. 3º. Para os não consorciados, os serviços de análises laboratoriais serão realizados mediante comprovação do recolhimento prévio dos valores correspondentes aos serviços requisitados; ou de acordo com o disposto em contrato, sendo que os serviços prestados em um mês, deverão ser cobrados até dia 05 do mês subsequente à realização dos serviços.

Parágrafo único - Quando o não consorciado for órgão público, os serviços deverão ser realizados mediante apresentação da Nota de

Empenho com ordem/requisição de serviços e serão cobrados mediante emissão de fatura, com vencimento em 15 (quinze dias) após a data de faturamento.

Art. 4º. As faturas vencidas e não pagas serão acrescidas da multa de 2% (dois por cento), bem como da variação do INPC/IBGE, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

Art. 5º. Para os ensaios/análises de alta complexidade, realizados a consorciados, as amostras serão coletadas pelo CISAM Meio Oeste; para não consorciados, estas deverão ser coletadas pelo interessado; quando para água, em conformidade com o Manual de Orientação para Coleta e Preservação de Amostras de Água para Consumo Humano, disponibilizado pelo CISAM Meio Oeste, e quando para efluente, de acordo com orientação específica a ser prestada pelo CISAM Meio Oeste, conforme a necessidade.

§ 1º Quando o não consorciado não retirar no CISAM Meio Oeste o material necessário à coleta de amostras, o envio para o interessado será procedido pelo Correio, por Sedex a cobrar, e o custo do reenvio para o CISAM Meio Oeste também será de responsabilidade do interessado.

§ 2º Quando, por razões de ordem legal, o não consorciado necessitar que a coleta de amostras seja feita pelo CISAM Meio Oeste, esta será cobrada, levando-se em consideração a distância entre o local da coleta e o laboratório do Consórcio, bem como o número de horas empregadas na coleta. O deslocamento será cobrado à razão de 20% (vinte por cento) do valor do litro de gasolina por quilômetro rodado e a hora técnica à razão de R\$ 20,00 (Vinte reais) cada, desde a saída do CISAM Meio Oeste, até o retorno ao mesmo. O valor da hora técnica será reajustado nas mesmas condições previstas no parágrafo único do Art. 1º, desta Resolução.

Art. 6º. Os laudos das análises serão disponibilizados no site do CISAM Meio Oeste, em um link com acesso individualizado e restrito, ou impressos, caso a situação o requeira.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de julho de 2020.

Capinzal/SC, 16 de junho de 2020.

Sidnei Penzo

Presidente Interino do CISAM Meio Oeste

TABELA DE PREÇOS DE ENSAIOS/ANÁLISES DE ALTA COMPLEXIDADE

Aprovadas na Assembleia Geral ordinária de 09 de junho de 2020

A vigorar a partir de 1º de julho de 2020

TABELA 1 - PREÇOS POR PACOTES DE PARÂMETROS:

Item	Descrição do pacote de parâmetros	Preço por Pacote para Consorciados (R\$)	Preço por Pacote para Não consorciados (R\$)
1	Análise em amostra de água tratada incluindo todos os parâmetros descritos nos Anexos 1, 7, 8, 9 e 10, observado também o Art. 38 e seu parágrafo único (Anexo XX da PC 5/2017).	784,84	981,05
2	Análise em amostra de água bruta superficial incluindo todos os parâmetros do Art. 15, inclusive todos os parâmetros da Tabela 1, da Resolução CONAMA 357/2005.	792,72	990,90
3	Análise em amostra de água tratada incluindo os parâmetros Desinfetantes e Produtos Secundários da Desinfecção do Anexo 7 (Anexo XX da PC 5/2017).	203,36	254,20
4	Análise qualitativa e quantitativa de Fictoplankton, incluindo Cianobactérias e demais algas em amostras de água bruta superficial, apresentando o resultado qualitativo e quantitativo de cada organismo encontrado na amostra.	75,72	94,65
5	Contagem de cistos de Giardia spp. e oocistos de Cryptosporidium spp. em amostra de água bruta superficial.	277,13	346,41
6	Análise do esgoto bruto e tratado compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - DBO5; - DQO; - fósforo total; - nitrogênio total; - pH; - sólidos totais.	173,52	216,90

7	Análise do esgoto bruto e tratado compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - DBO5; - DQO; - fósforo total; - nitrogênio total; - óleos e graxas; - pH; - sólidos sedimentáveis.	198,31	247,89
8	Análise do esgoto bruto e tratado compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - DBO5; - DQO; - nitrogênio total; - OD; - óleos e graxas; - pH; - sólidos sedimentáveis; - temperatura.	223,10	278,88
9	Análise do esgoto bruto e tratado compreendendo os parâmetros: - DBO5; - DQO.	49,58	61,98
10	Análise do esgoto bruto e tratado e das diversas etapas do tratamento compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - DBO5; - DQO; - Escherichia coli; - fósforo total; - nitrogênio amoniacal; - nitrogênio total; - óleos e graxas; - sólidos sedimentáveis; - temperatura; - toxicidade aguda para Daphnia magna; - toxicidade aguda para Vibrio fisheri.	297,47	371,84
11	Análise do esgoto bruto e tratado e das diversas etapas do tratamento compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - condutividade; - DBO5; - DQO; - fósforo total; - nitrogênio total; - óleos e graxas; - pH; - sólidos sedimentáveis; - sólidos suspensos totais; - temperatura.	272,68	340,85

12	Análises em amostras de água bruta superficial a montante e a jusante do ponto de lançamento do esgoto tratado compreendendo os parâmetros: - clorofila-a; - coliformes termotolerantes; - cor verdadeira; - DBO5; - densidade de cianobactérias; - fósforo total; - nitrogênio total; - OD; - pH; - sólidos dissolvidos totais; - turbidez.	272,68	340,85
13	Análises em amostras de água bruta superficial a montante e a jusante do ponto de lançamento do esgoto tratado compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - DBO5; - DQO; - fósforo total; - nitrogênio total; - OD; - pH; - sólidos totais; - temperatura; - turbidez.	247,89	309,86
14	Análises em amostras de água bruta superficial a montante e a jusante do ponto de lançamento do esgoto tratado compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - DBO5; - DQO; - fósforo total; - nitrogênio total; - OD.	148,73	185,91
15	Análises em amostras de água bruta superficial a montante e a jusante do ponto de lançamento do esgoto tratado compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - condutividade; - cor verdadeira; - DBO5; - fósforo total; - nitrogênio total; - OD; - óleos e graxas; - pH; - temperatura; - toxicidade aguda para Daphnia magna; - toxicidade aguda para Vibrio fischeri - turbidez.	322,26	402,83
16	Análise em amostra de água proveniente de poço de monitoramento de lençol freático de uma ETE compreendendo os parâmetros: - coliformes termotolerantes; - nitrato (expresso em N); - nitrito (expresso em N); - óleos e graxas; - sólidos totais dissolvidos; - turbidez.	148,73	185,91
17	Análise em amostra de água bruta subterrânea compreendendo os parâmetros da Resolução CONAMA 396/2008 (quinquenal).	777,02	971,28
18	Análise em amostra de água bruta subterrânea compreendendo os parâmetros apresentados no parágrafo único do Art. 12 e no caput do Art. 13 da Resolução CONAMA 396/2008.	173,52	216,90
19	Parâmetros da Resolução CONAMA 430/2011.	214,27	267,84

TABELA 2 - PREÇOS POR PARÂMETROS CONTRATADOS INDIVIDUALMENTE:

1. Portaria de Consolidação nº 5/2017, Anexo XX, do Ministério da Saúde.			
1.1 Anexo 7			
1.1.1 Substâncias Inorgânicas			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.1.1.01	Antimônio	39,92	49,90
1.1.1.02	Arsênio	39,92	49,90
1.1.1.03	Bário	39,92	49,90
1.1.1.04	Cádmio	39,92	49,90
1.1.1.05	Chumbo	39,92	49,90
1.1.1.06	Cianeto	23,92	29,90
1.1.1.07	Cobre	39,92	49,90
1.1.1.08	Cromo	39,92	49,90
1.1.1.09	Fluoreto	12,26	15,30
1.1.1.10	Mercúrio	39,92	49,90
1.1.1.11	Níquel	39,92	49,90
1.1.1.12	Nitrato (como N)	23,92	29,90
1.1.1.13	Nitrito (como N)	23,92	29,90
1.1.1.14	Selênio	39,92	49,90
1.1.1.15	Urânio	39,92	49,90
1.1.2 Substâncias Orgânicas			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.1.2.01	Acrilamida	159,92	199,90
1.1.2.02	Benzeno	39,92	49,90
1.1.2.03	Benzo[a]pireno	39,92	49,90
1.1.2.04	Cloreto de Vinila	39,92	49,90
1.1.2.05	1,2 Dicloroetano	39,92	49,90
1.1.2.06	1,1 Dicloroetano	39,92	49,90
1.1.2.07	1,2 Dicloroetano (cis + trans)	39,92	49,90
1.1.2.08	Diclorometano	39,92	49,90
1.1.2.09	Di(2-etilhexil)ftalato	39,92	49,90
1.1.2.10	Estireno	39,92	49,90
1.1.2.11	Pentaclorofenol	39,92	49,90
1.1.2.12	Tetracloroeto de Carbono	39,92	49,90
1.1.2.13	Tetracloroetano	39,92	49,90
1.1.2.14	Triclorobenzenos	39,92	49,90
1.1.2.15	Tricloroetano	39,92	49,90
1.1.3 Agrotóxicos			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.1.3.01	2,4-D + 2,4,5-T	159,92	199,90
1.1.3.02	Alacloro	39,92	49,90
1.1.3.03	Aldicarbe + Aldicarbesulfona + Aldicarbesulfóxido	159,92	199,90
1.1.3.04	Aldrin + Dieldrin	39,92	49,90
1.1.3.05	Atrazina	39,92	49,90
1.1.3.06	Carbendazim + Benomil	159,92	199,90
1.1.3.07	Carbofurano	159,92	199,90
1.1.3.08	Clordano	39,92	49,90
1.1.3.09	Clorpirifós + clorpirifós-oxon	39,92	49,90
1.1.3.10	DDT + DDD + DDE	39,92	49,90
1.1.3.11	Diuron	39,92	49,90
1.1.3.12	Endossulfan (α, β e sais)	39,92	49,90
1.1.3.13	Endrin	39,92	49,90
1.1.3.14	Glifosato + AMPA	159,92	199,90
1.1.3.15	Lindano (gama HCH)	39,92	49,90
1.1.3.16	Mancozebe	39,92	49,90
1.1.3.17	Metamidofós	39,92	49,90

1.1.3.18	Metolacoloro	39,92	49,90
1.1.3.19	Molinato	39,92	49,90
1.1.3.20	Parationa Metílica	39,92	49,90
1.1.3.21	Pendimentalina	39,92	49,90
1.1.3.22	Permetrina	39,92	49,90
1.1.3.23	Profenofós	39,92	49,90
1.1.3.24	Simazina	39,92	49,90
1.1.3.25	Tebuconazol	39,92	49,90
1.1.3.26	Terbufós	39,92	49,90
1.1.3.27	Trifuralina	39,92	49,90
1.1.4 Desinfetantes e Produtos Secundários da Desinfecção			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.1.4.01	Ácidos haloacéticos total	159,92	199,90
1.1.4.02	Bromato	39,92	49,90
1.1.4.03	Clorito	39,92	49,90
1.1.4.04	Cloro residual livre	10,72	13,40
1.1.4.05	Cloraminas total	23,92	29,90
1.1.4.06	2,4,6-Triclorofenol	39,92	49,90
1.1.4.07	Trihalometanos total	63,00	78,75
1.2 Anexo 10 (padrão organoléptico)			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.2.1.01	Alumínio	39,92	49,90
1.2.1.02	Amônia (com NH3)	23,92	29,90
1.2.1.03	Cloreto	23,92	29,90
1.2.1.04	Cor Aparente	8,66	10,83
1.2.1.05	1,2 diclorobenzeno	39,92	49,90
1.2.1.06	1,4 diclorobenzeno	39,92	49,90
1.2.1.07	Dureza total	22,98	28,75
1.2.1.08	Etilbenzeno	39,92	49,90
1.2.1.09	Ferro	17,74	22,22
1.2.1.10	Gosto e odor	10,94	13,68
1.2.1.11	Manganês	27,56	34,41
1.2.1.12	Monoclorobenzeno	39,92	49,90
1.2.1.13	Sódio	39,92	49,90
1.2.1.14	Sólidos dissolvidos totais	19,71	24,66
1.2.1.15	Sulfato	23,92	29,90
1.2.1.16	Sulfeto de hidrogênio	23,92	29,90
1.2.1.17	Surfactantes (como LAS)	23,92	29,90
1.2.1.18	Tolueno	39,92	49,90
1.2.1.19	Turbidez	8,06	10,07
1.2.1.20	Zinco	39,92	49,90
1.2.1.21	Xilenos	39,92	49,90
1.3 Anexo 1 (padrão microbiológico)			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.3.1.01	Coliformes Totais qualitativa	33,76	42,20
1.3.1.02	Escherichia Coli qualitativa	33,76	42,20
1.4 Anexo 8 (Cianotoxinas)			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.4.1.01	Microcistinas	200,00	250,00
1.4.1.02	Saxitoxinas	270,00	337,50
1.4.1.03	Cilindrospermopsinas (Art. 37, § 3º)	270,00	337,50
1.4.1.04	Anatoxina-a(s) (Art. 37, § 4º)	270,00	337,50
1.5 Anexo 11 e Artigo 40 (Cianobactérias)			

Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.5.1.01	Densidade de Cianobactérias	75,72	94,65
1.5.1.02	Contagem de Fitoplâncton	75,72	94,65
1.6 Anexo 9 e Artigo 38 (padrão de radioatividade)			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.6.1.01	Atividade Alfa Total	300,00	375,00
1.6.1.02	Atividade Beta Total	300,00	375,00
1.6.1.03	Rádio-226	700,00	875,00
1.6.1.04	Rádio-228	700,00	875,00
1.7 Artigo 31 (monitoramento de E. coli; Giardia e Cryptosporidium)			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.7.1.01	Escherichia coli Quantitativa	50,15	62,69
1.7.1.02	cistos de Giardia spp.	180,00	225,00
1.7.1.03	oocistos de Cryptosporidium spp.	180,00	225,00
1.8 Artigo 28 (bactérias heterotróficas)			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
1.8.1.01	Bacterias Heterotróficas	48,41	60,51
2. Resolução Conama nº 357/2005			
2.1 Tabela I			
2.1.1 Parâmetros			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
2.1.1.01	Clorofila a	23,92	29,90
2.1.1.02	Densidade de cianobactérias	75,72	94,65
2.1.1.03	Sólidos dissolvidos totais	19,71	24,64
2.1.2 Parâmetros Inorgânicos			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
2.1.2.01	Alumínio dissolvido	39,92	49,90
2.1.2.02	Antimônio	39,92	49,90
2.1.2.03	Arsênio total	39,92	49,90
2.1.2.04	Bário total	39,92	49,90
2.1.2.05	Berílio total	39,92	49,90
2.1.2.06	Boro total	39,92	49,90
2.1.2.07	Cádmio total	39,92	49,90
2.1.2.08	Chumbo total	39,92	49,90
2.1.2.09	Cianeto livre	23,92	29,90
2.1.2.10	Cloreto total	23,92	29,90
2.1.2.11	Cloro residual total (combinado + livre)	10,72	13,40
2.1.2.12	Cobalto total	39,92	49,90
2.1.2.13	Cobre dissolvido	39,92	49,90
2.1.2.14	Cromo total	39,92	49,90
2.1.2.15	Ferro dissolvido	17,74	22,22
2.1.2.16	Fluoreto total	12,26	15,30
2.1.2.17	Fósforo total	39,92	49,90
2.1.2.18	Lítio total	39,92	49,90
2.1.2.19	Manganês total	27,56	34,41
2.1.2.20	Mercurio total	39,92	49,90
2.1.2.21	Níquel total	39,92	49,90
2.1.2.22	Nitrato	23,92	29,90
2.1.2.23	Nitrito	23,92	29,90
2.1.2.24	Nitrogênio Amoniacal total	23,92	29,90

2.1.2.25	Prata total	39,92	49,90
2.1.2.26	Selênio total	39,92	49,90
2.1.2.27	Sulfato total	23,92	29,90
2.1.2.28	Sulfeto (H ₂ S não dissociado)	23,92	29,90
2.1.2.29	Urânio total	39,92	49,90
2.1.2.30	Vanádio total	39,92	49,90
2.1.2.31	Zinco total	39,92	49,90
2.1.3 Parâmetros Orgânicos			
Código	Parâmetro	Preço para Consorticiados (R\$)	Preço para Não Consorticiados (R\$)
2.1.3.01	Acrilamida	159,92	199,90
2.1.3.02	Alacloro	39,92	49,90
2.1.3.03	Aldrin + Dieldrin	39,92	49,90
2.1.3.04	Atrazina	39,92	49,90
2.1.3.05	Benzeno	39,92	49,90
2.1.3.06	Benzidina	159,92	199,90
2.1.3.07	Benzo(a)antraceno	39,92	49,90
2.1.3.08	Benzo(a)pireno	39,92	49,90
2.1.3.09	Benzo(b)fluoranteno	39,92	49,90
2.1.3.10	Benzo(k)fluoranteno	39,92	49,90
2.1.3.11	Carbaril	159,92	199,90
2.1.3.12	Clordano (cis + trans)	39,92	49,90
2.1.3.13	2-Clorofenol	39,92	49,90
2.1.3.14	Criseno	39,92	49,90
2.1.3.15	2,4-D	159,92	199,90
2.1.3.16	Demeton (Demeton-O + Demeton-S)	39,92	49,90
2.1.3.17	Dibenzo(a,h)antraceno	39,92	49,90
2.1.3.18	1,2 Dicloroetano	39,92	49,90
2.1.3.19	1,1 Dicloroetano	39,92	49,90
2.1.3.20	2,4-Diclorofenol	39,92	49,90
2.1.3.21	Diclorometano	39,92	49,90
2.1.3.22	DDT (p,p'-DDT + p,p'-DDE + p,p'-DDD)	39,92	49,90
2.1.3.23	Dodecacloro pentaciclodecano	39,92	49,90
2.1.3.24	Endossulfan (α + β + sulfato)	39,92	49,90
2.1.3.25	Endrin	39,92	49,90
2.1.3.26	Estireno	39,92	49,90
2.1.3.27	Etilbenzeno	39,92	49,90
2.1.3.28	Fenóis totais (substâncias que reagem com 4-aminoantipirina)	23,92	29,90
2.1.3.29	Glifosato	159,92	199,90
2.1.3.30	Gutien	39,92	49,90
2.1.3.31	Heptacloro epóxido + Heptacloro	39,92	49,90
2.1.3.32	Hexaclorobenzeno	39,92	49,90
2.1.3.33	Indeno(1,2,3-cd)pireno	39,92	49,90
2.1.3.34	Lindano (γ-HCH)	39,92	49,90
2.1.3.35	Malation	39,92	49,90
2.1.3.36	Metolacoloro	39,92	49,90
2.1.3.37	Metoxicloro	39,92	49,90
2.1.3.38	Paration	39,92	49,90
2.1.3.39	PCBs - Bifenilas policloradas	39,92	49,90
2.1.3.40	Pentacolorofenol	39,92	49,90
2.1.3.41	Simazina	39,92	49,90
2.1.3.42	Substâncias tensoativas que reagem com o azul de metileno	23,92	29,90
2.1.3.43	2,4,5-T	159,92	199,90
2.1.3.44	Tetracloroeto de Carbono	39,92	49,90
2.1.3.45	Tetracloroetano	39,92	49,90
2.1.3.46	Tolueno	39,92	49,90
2.1.3.47	Toxafeno	39,92	49,90
2.1.3.48	2,4,5-TP	159,92	199,90

2.1.3.49	Tributilestanho	39,92	49,90
2.1.3.50	Triclorobenzeno (1,2,3-TCB + 1,2,4-TCB)	39,92	49,90
2.1.3.51	Tricloroeteno	39,92	49,90
2.1.3.52	2,4,6-Triclorofenol	39,92	49,90
2.1.3.53	Trifuralina	39,92	49,90
2.1.3.54	Xileno	39,92	49,90
2.2 Artigo 15 (demais parâmetros que aplicam-se às águas doces classe 2)			
Código	Parâmetro	Preço para Consorciados (R\$)	Preço para Não Consorciados (R\$)
2.2.1.01	Clorofila a	23,92	29,90
2.2.1.02	Coliformes Termotolerantes	50,15	62,67
2.2.1.03	Cor Verdadeira	12,09	15,11
2.2.1.04	Corantes provenientes de fontes antrópicas	23,92	29,90
2.2.1.05	DBO5 (20°C)	23,92	29,90
2.2.1.06	Densidade de Cianobactérias	75,72	94,65
2.2.1.07	Fósforo total	39,92	49,90
2.2.1.08	Gosto e odor	10,94	13,68
2.2.1.09	Materiais flutuantes	19,71	24,64
2.2.1.10	Oxigênio Dissolvido (OD) (mínimo)	23,92	29,90
2.2.1.11	Óleos e graxas	23,92	29,90
2.2.1.12	pH	9,32	11,66
2.2.1.13	Resíduos sólidos objetáveis	19,71	24,66
2.2.1.14	Toxicidade crônica	120,00	150,00
2.2.1.15	Turbidez	8,06	10,07
3. Resolução Conama nº 396/2008			
3.1 Anexo I			
3.1.1 Parâmetros Inorgânicos			
Código	Parâmetro	Preço para Consorciados (R\$)	Preço para Não Consorciados (R\$)
3.1.1.01	Alumínio	39,92	49,90
3.1.1.02	Antimônio	39,92	49,90
3.1.1.03	Arsênio	39,92	49,90
3.1.1.04	Bário	39,92	49,90
3.1.1.05	Berílio	39,92	49,90
3.1.1.06	Boro	39,92	49,90
3.1.1.07	Cádmio	39,92	49,90
3.1.1.08	Chumbo	39,92	49,90
3.1.1.09	Cianeto	23,92	29,90
3.1.1.10	Cloreto	39,92	49,90
3.1.1.11	Cobalto	39,92	49,90
3.1.1.12	Cobre	39,92	49,90
3.1.1.13	Crômico (Cr III + Cr VI)	39,92	49,90
3.1.1.14	Ferro	17,74	22,22
3.1.1.15	Fluoreto	12,26	15,30
3.1.1.16	Lítio	39,92	49,90
3.1.1.17	Manganês	27,56	34,41
3.1.1.18	Mercúrio	39,92	49,90
3.1.1.19	Molibdênio	39,92	49,90
3.1.1.20	Níquel	39,92	49,90
3.1.1.21	Nitrato (expresso em N)	23,92	29,90
3.1.1.22	Nitrito (expresso em N)	23,92	29,90
3.1.1.23	Prata	39,92	49,90
3.1.1.24	Selênio	39,92	49,90
3.1.1.25	Sódio	39,92	49,90
3.1.1.26	Sólidos Totais Dissolvidos (STD)	19,71	24,66
3.1.1.27	Sulfato	23,92	29,90
3.1.1.28	Urânio	39,92	49,90
3.1.1.29	Vanádio	39,92	49,90
3.1.1.30	Zinco	39,92	49,90

3.1.2 Parâmetros Orgânicos			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
3.1.2.01	Acrilamida	159,92	199,90
3.1.2.02	Benzeno	39,92	49,90
3.1.2.03	Benzo antraceno	39,92	49,90
3.1.2.04	Benzo fluoranteno	39,92	49,90
3.1.2.05	Benzo(k)fluoranteno	39,92	49,90
3.1.2.06	Benzo pireno	39,92	49,90
3.1.2.07	Cloreto de vinila	39,92	49,90
3.1.2.08	Clorofórmio	39,92	49,90
3.1.2.09	Criseno	39,92	49,90
3.1.2.10	1,2-Diclorobenzeno	39,92	49,90
3.1.2.11	1,4-Diclorobenzeno	39,92	49,90
3.1.2.12	1,2-Dicloroetano	39,92	49,90
3.1.2.13	1,1-Dicloroetano	39,92	49,90
3.1.2.14	1,2-Dicloroetano (cis + trans)	39,92	49,90
3.1.2.15	Dibenzo antraceno	39,92	49,90
3.1.2.16	Diclorometano	39,92	49,90
3.1.2.17	Estireno	39,92	49,90
3.1.2.18	Etilbenzeno	39,92	49,90
3.1.2.19	Fenóis	23,92	29,90
3.1.2.20	Indeno(1,2,3)pireno	39,92	49,90
3.1.2.21	PCBs - Bifenilas policloradas	39,92	49,90
3.1.2.22	Tetracloro de Carbono	39,92	49,90
3.1.2.23	Triclorobenzenos (1,2,3-TCB + 1,2,4-TCB + 1,3,5-TCB)	39,92	49,90
3.1.2.24	Tetracloroetano	39,92	49,90
3.1.2.25	1,1,2-Tricloroetano	39,92	49,90
3.1.2.26	Tolueno	39,92	49,90
3.1.2.27	Xileno total (o + m + p)	39,92	49,90
3.1.3 Agrotóxicos			
Código	Parâmetro	Preço para Consortiados (R\$)	Preço para Não Consortiados (R\$)
3.1.3.01	Alaclor	39,92	49,90
3.1.3.02	Aldicarbe + Aldicarbesulfona + Aldicarbesulfóxido	159,92	199,90
3.1.3.03	Aldrin + Dieldrin	39,92	49,90
3.1.3.04	Atrazina	39,92	49,90
3.1.3.05	Bentazona	39,92	49,90
3.1.3.06	Carbofuran	159,92	199,90
3.1.3.07	Clordano (cis + trans)	39,92	49,90
3.1.3.08	Clorotalonil	39,92	49,90
3.1.3.09	Clorpirifós	39,92	49,90
3.1.3.10	2,4-D	159,92	199,90
3.1.3.11	DDT (p,p'-DDT + p,p'-DDE + p,p'-DDD)	39,92	49,90
3.1.3.12	Endossulfan (α + β + sulfato)	39,92	49,90
3.1.3.13	Endrin	39,92	49,90
3.1.3.14	Glifosato + Ampa	159,92	199,90
3.1.3.15	Heptacloro epóxido + Heptacloro	39,92	49,90
3.1.3.16	Hexaclorobenzeno	39,92	49,90
3.1.3.17	Lindano (gama-BHC)	39,92	49,90
3.1.3.18	Malation	39,92	49,90
3.1.3.19	Metolaclo	39,92	49,90
3.1.3.20	Metoxicloro	39,92	49,90
3.1.3.21	Molinate	39,92	49,90
3.1.3.22	Pendimentalina	39,92	49,90
3.1.3.23	Pentaclorofenol	39,92	49,90
3.1.3.24	Permetrina	39,92	49,90
3.1.3.25	Propanil	39,92	49,90

3.1.3.26	Simazina	39,92	49,90
3.1.3.27	Trifuralina	39,92	49,90
3.1.4 Microorganismos			
Código	Parâmetro	Preço para Consorciados (R\$)	Preço para Não Consorciados (R\$)
3.1.4.01	Escherichia coli	50,15	62,69
3.1.4.02	Enterococos	100,00	125,00
3.1.4.03	Coliformes Termotolerantes	50,15	62,67
3.2 Artigo 12, parágrafo único, e Artigo 13			
Código	Parâmetro	Preço para Consorciados (R\$)	Preço para Não Consorciados (R\$)
3.2.1.01	Sólidos Totais Dissolvidos	19,71	24,64
3.2.1.02	Nitrato	23,92	29,90
3.2.1.03	Coliformes termotolerantes	20,15	62,67
3.2.1.04	pH	9,32	11,66
3.2.1.05	Turbidez	8,06	10,07
3.2.1.06	Condutividade	19,71	24,66
3.2.1.07	Nível de água do poço	30,00	37,50
4. Resolução Conama 430/2011			
4.1 Tabela I			
4.1.1 Parâmetros Inorgânicos			
Código	Parâmetro	Preço para Consorciados (R\$)	Preço para Não Consorciados (R\$)
4.1.1.01	Arsênio total	39,92	49,90
4.1.1.02	Bário total	39,92	49,90
4.1.1.03	Boro total	39,92	49,90
4.1.1.04	Cádmio total	39,92	49,90
4.1.1.05	Chumbo total	39,92	49,90
4.1.1.06	Cianeto total	23,92	29,90
4.1.1.07	Cianeto livre (destilável por ácidos fracos)	23,92	29,90
4.1.1.08	Cobre dissolvido	39,92	49,90
4.1.1.09	Cromo hexavalente	39,92	49,90
4.1.1.10	Cromo trivalente	39,92	49,90
4.1.1.11	Estanho total	39,92	49,90
4.1.1.12	Ferro dissolvido	17,74	22,22
4.1.1.13	Fluoreto total	12,26	15,30
4.1.1.14	Manganês dissolvido	27,56	34,41
4.1.1.15	Mercúrio total	39,92	49,90
4.1.1.16	Níquel total	39,92	49,90
4.1.1.17	Nitrogênio Amoniacal total	23,92	29,90
4.1.1.18	Prata total	39,92	49,90
4.1.1.19	Selênio total	39,92	49,90
4.1.1.20	Sulfeto	23,92	29,90
4.1.1.21	Zinco total	39,92	49,90
4.1.2 Parâmetros Orgânicos			
Código	Parâmetro	Preço para Consorciados (R\$)	Preço para Não Consorciados (R\$)
4.1.2.01	Benzeno	39,92	49,90
4.1.2.02	Clorofórmio	39,92	49,90
4.1.2.03	Dicloroetano (1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans)	39,92	49,90
4.1.2.04	Estireno	39,92	49,90
4.1.2.05	Etilbenzeno	39,92	49,90
4.1.2.06	Fenóis totais (substâncias que reagem com 4-aminoantipirina)	23,92	29,90
4.1.2.07	Tetracloroeto de Carbono	39,92	49,90
4.1.2.08	Tricloroetano	39,92	49,90
4.1.2.09	Tolueno	39,92	49,90

4.1.2.10	Xileno	39,92	49,90
4.2 Artigo 21			
Código	Parâmetro	Preço para Consorticiados (R\$)	Preço para Não Consorticiados (R\$)
4.2.1.01	pH	9,32	11,65
4.2.1.02	Temperatura	9,32	11,65
4.2.1.03	Materiais sedimentáveis	19,71	24,64
4.2.1.04	DBO5 (20°C)	23,92	29,90
4.2.1.05	Óleos e graxas	23,92	29,90
4.2.1.06	Materiais flutuantes	19,71	24,64
5. Outros Parâmetros			
Código	Parâmetro	Preço para Consorticiados (R\$)	Preço para Não Consorticiados (R\$)
5.1.1.01	Toxicidade aguda para Daphnia magna	120,00	150,00
5.1.1.02	Toxicidade aguda para Vibrio fischeri	120,00	150,00
5.1.1.03	Sólidos sedimentáveis	19,71	24,64
5.1.1.04	DQO	39,92	49,90

Sidnei Penzo
Presidente Interino do CISAM Meio Oeste

CISAMREC

PROCESSO ADM. 029.CISAMREC.2020 - CONVOCA A EMPRESA SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA PARA ASSUMIR O ITEM 75 - AZITROMICINA 500MG CPR

Publicação Nº 2528402

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 029/ADM/CISAMREC/2020
Cancelamento de Item.
Pregão Presencial nº. 073/CISAMREC/2019.
ARP nº. 028/CIAMREC/2019
Requerente: DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do processo administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, caracterizado o interesse público de alta relevância, por trata-se de medicamento imprescindível para os tratamentos clínicos de saúde dos usuários do SUS, determino o cancelamento do medicamento, item 75 AZITROMICINA 500MG CPR, registrado na ARP em epígrafe, para a empresa Requerente, e, consequentemente, convoco a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., para assumir o fornecimento do produto licitado, da marca MEDQUIMICA, ao preço unitário de R\$ 1,0400 com a devida adjudicação na ARP supra, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e demais preceitos da lei nº. 8.080/90. Ressalta-se, todavia, que o cancelamento do item adjudicado à empresa Requerente na ARP, não representa acordo entre as partes, mas razões de interesse público, devendo as OCs emitidas anteriormente a data do recebimento do pedido de cancelamento (25/05/2020), se houver, serem cumpridas pelo preço ofertado e adjudicado no certame, sem prejuízo das sanções decorrentes do descumprimento contratual pactuado na Cláusula 3ª e, consequentemente, da aplicabilidade das sanções previstas na Cláusula 9ª da ARP correspondente, se for o caso". Publique-se, registre-se, cumpra-se e archive-se. Criciúma SC, 17 de junho de 2020.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

PROCESSO ADM. 030.CISAMREC.2020 - CONVOCA A EMPRESA ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA PARA ASSUMIR O ITEM 659 - VENLAFAXINA 75MG LIB. PROLONG. CPR

Publicação Nº 2528406

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 030/ADM/CISAMREC/2020
Pregão Presencial nº. 073/CISAMREC/2019.
ARP nº. 028/CISAMREC/2019
Requerente: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSP. LTDA.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do processo administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, caracterizado o interesse público de alta relevância, por trata-se de medicamento imprescindível para os tratamentos clínicos de saúde dos usuários do SUS, determino o cancelamento do medicamento, item 659 VENLAFAXINA 75MG LIB. PROLONG. CPR, registrado na ARP em epígrafe, para a empresa Requerente, e, consequentemente, convoco a empresa ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., para assumir o fornecimento do produto licitado, ao preço unitário de R\$ 0,5200 com a devida adjudicação na ARP supra, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e demais preceitos da lei nº. 8.080/90. Ressalta-se, todavia, que o cancelamento do item adjudicado à empresa Requerente na ARP, não representa acordo entre as partes, mas razões de interesse público, devendo as OCs emitidas anteriormente a data do recebimento do pedido de cancelamento (11/05/2020), se houver, serem cumpridas pelo preço ofertado e adjudicado no certame, sem prejuízo das sanções decorrentes do descumprimento contratual pactuado na Cláusula 3ª e, consequentemente, da aplicabilidade das sanções previstas na Cláusula 9ª da ARP correspondente, se for o caso". Publique-se, registre-se, cumpra-se e archive-se. Criciúma SC, 17 de junho de 2020.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

PROCESSO ADM. 031.CISAMREC.2020 - CONVOCA A EMPRESA CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA PARA ASSUMIR O ITEM 596 - SINVASTATINA 40MG CPR

Publicação Nº 2528409

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/PA/CISAMREC/2020
Equilíbrio Econômico/Cancelamento
Pregão Presencial nº. 073/CISAMREC/2019.
ARP nº. 028/CISAMREC/2019
Requerente: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do processo administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "termos dos autos do processo supra, caracterizado pelo interesse público de alta relevância por trata-se de medicamento imprescindível para os tratamentos clínicos dos usuários do SUS, defiro o cancelamento do medicamento, item 596 SINVASTATINA 40MG CPR, registrado na ARP em epígrafe, para a empresa Requerente, conforme sua solicitação, e, consequentemente, convoco a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., para assumir o fornecimento do produto licitado ao preço unitário de R\$ 0,1650, com a devida adjudicação na ARP supra, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e demais preceitos da lei nº. 8.080/90 e demais legislações pertinentes". Publique-se, registre-se, cumpra-se e archive-se. Criciúma SC, 18 de junho de 2020.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

PROCESSO ADM. 032.CISAMREC.2020 - CONVOCA A EMPRESA AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA PARA ASSUMIR O ITEM 142 - CARVEDILOL 25MG CPR

Publicação Nº 2528645

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 032/PA/CISAMREC/2020
Equilíbrio Econômico/Cancelamento
Pregão Presencial nº. 073/CISAMREC/2019.
ARP nº. 028/CISAMREC/2019.
Requerente: A. G KIENEN & CIA LTDA.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do processo administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, caracterizado pelo interesse público de alta relevância por trata-se de medicamento imprescindível para os tratamentos clínicos dos usuários do SUS, defiro o cancelamento do medicamento, item 142 CARVE-DIOL 25MG CPR, registrado na ARP em epígrafe, para a empresa Requerente, conforme sua solicitação, e, conseqüentemente, convoco a empresa AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., para assumir o fornecimento do produto licitado ao preço unitário de R\$ 0,1950, com a devida adjudicação na ARP supra, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e demais preceitos da lei nº. 8.080/90 e demais legislações pertinentes". Publique-se, registre-se, cumpra-se e archive-se. Criciúma SC, 18 de junho de 2020.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

CIAPS

AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2020

Publicação Nº 2528310

AUTORIZAÇÃO

Dispensa de licitação

Objeto: Contrato de prestação de serviços de suporte, manutenção, atualização e licença de uso mensal do software para sistema de apuração do ponto biométrico e integração com folha de pagamento para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

- Sacha Frank Teske – ME CNPJ nº 26.573.712/0001-93

Descrição do Item:	Fornecedor:	Valor:
Contrato de prestação de serviços de suporte, manutenção, atualização e licença de uso mensal do software para sistema de apuração do ponto biométrico e integração com folha de pagamento para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS.	Sacha Frank Teske – ME CNPJ nº 26.573.712/0001-93	R\$
Valor total Julgado	R\$ 534,00 (R\$ 89,00 mensais)	

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Apiúna, 15 de junho de 2020.
Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2020

Publicação Nº 2528453

AUTORIZAÇÃO

Dispensa de licitação

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão e fornecimento de cartões magnéticos e ou eletrônicos de alimentação e respectivas recargas de crédito mensais, para utilização em estabelecimentos especializados da rede credenciada, para o quadro funcional do CIAPS.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

- Personal Net Tecnologia de Informação LTDA, CNPJ nº 09.687.900/0002-04.

Descrição do Item:	Fornecedor:	Valor:
Contrato de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão e fornecimento de cartões magnéticos e ou eletrônicos de alimentação e respectivas recargas de crédito mensais.	PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 09.687.900/0002-04.	R\$ 8.600,00 (Oito mil e seiscentos reais)

Valor total Julgado	R\$ 8.600,00 (Oito mil e seiscentos reais)
---------------------	--

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Apiúna, 16 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

CONTRATO Nº 002/2020

Publicação Nº 2527928

CONTRATO Nº 002/2020

PROCESSO 001/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E A EMPRESA SCHEILA APARECIDA WEISS ME

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna □ SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.068.753/0001-22 doravante denominada CONTRATADA, com sede na Rua Benjamin Constant, 823, sala 02, Bairro Imigrantes, CEP: 89.120-000 representada neste ato pela sua sócia SCHEILA APARECIDA WEISS, portadora da Cédula de Identidade nº. 3533331, CPF nº. 035.774.019-07, resolvem celebrar o presente CONTRATO segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO é celebrado sob a égide da Dispensa de Licitação e tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados para elaboração e aplicação/correção de provas escritas para concurso público destinado a prover vagas do quadro de pessoal do contratante, para os cargos de Auxiliar Administrativo - 40h (1 vaga), Médico Clínico - 8h (1 vaga) e Médico de Saúde Mental - 8h (1 vaga), incluindo fornecimento de programa de provas até a data de publicação do edital, bem como o assessoramento no julgamento de recursos relacionados aos serviços prestados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A prestação do serviço se enquadra no parâmetro de dispensa de Licitação, autorizado pelo 24, II, da Lei 8.666/1993, sujeitando integralmente as partes às normas da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste CONTRATO é R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).

3.2 - O pagamento será efetivado pela CONTRATANTE, em até cinco dias após a homologação do resultado final do Concurso Público.

3.2.1 - A fatura para pagamento só será liberada após a aprovação do Relatório de serviços executados aprovado pelo fiscal do CONTRATO, observando os termos da legislação vigente.

3.2.2 - Fica desde já reservado à CONTRATANTE o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação dos serviços, forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

4.1 - A presente contratação terá como término da vigência o dia 31 de dezembro de 2020.

4.2 - O prazo de vigência será contado a partir da assinatura do Contrato entre as partes, sendo admitida a possibilidade de adiamento do contrato, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pela CONTRATANTE, e respeitando o limite da dispensa de licitação e o prazo de serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão por conta da Dotação: Grupo Despesa: 333900000, Descrição: Aplicações Diretas, Vínculo 1000120, Descrição do Vínculo: Rec. Ord. CIAPS RATEIO Manutenção 2020.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Compete à CONTRATADA:

- a) Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar.
- b) Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem.
- c) Facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas pela Comissão Especial do CIAPS, fornecendo as informações e demais elementos necessários.
- d) Assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- e) Providenciar no sentido de que todas as questões das provas devem garantir o absoluto sigilo quanto ao conteúdo das provas e gabaritos de respostas, sob pena de responsabilidade civil e criminal.
- f) Aplicar as provas de acordo com o estipulado no edital.
- g) Realizar o pagamento de todos os fiscais para aplicação das provas;
- h) Providenciar no sentido de que os impressos a serem utilizados em todas as fases do concurso deverão ter boa qualidade de impressão.
- i) Providenciar no sentido de que as provas sejam bem organizadas e atualizadas pedagogicamente, providenciar caderno de questões e folha de resposta das provas (gabaritos) de forma a garantir a segurança e a transparência do processo.
- j) As provas deverão ser montadas e acondicionadas pela empresa que se responsabilizará pela quantidade e guarda, preservando o mais absoluto sigilo acerca do teor das questões e do transporte das mesmas até sua distribuição aos candidatos.
- k) Fixar no local das provas lista com os códigos, números de inscrição e nomes de todos os candidatos, bem como distribuí-los nas respectivas salas, sinalizar corredores e numerar as salas, providenciar a lista de presença para assinatura dos candidatos em ordem alfabética, com o respectivo número do documento de identidade.
- l) Responsabilizar-se pela seleção, treinamento, acompanhamento e pagamento dos fiscais para atuarem durante a realização do concurso, com crachás de identificação da empresa.
- m) Responsabilizar-se pela correção e avaliação das provas de acordo com as normas estabelecidas na legislação e no edital de concurso.
- n) Apresentar lista de classificação e de convocação dos candidatos aprovados em todas as fases do concurso, em meios de leitura compatível para pronta publicação na imprensa.
- o) Orientar a contratante sobre as publicações a serem efetuadas.
- p) Analisar todos os pedidos de inscrição, deferindo ou indeferindo os pedidos que não cumprirem as condições editalícias; prestar suporte e esclarecimentos de dúvidas decorrentes do processo de inscrição;
- q) Julgar os recursos e demais pedidos administrativos apresentados pelos candidatos;
- r) Organizar o processo de concurso sendo:
 - elaborar o Concurso Público, observando as respectivas datas, bem como sua correta formalização de acordo com o Edital;
 - responsabilizar-se pela elaboração, aplicação e correção das provas;
 - apresentar relatório dos candidatos aprovados para a devida homologação;
 - para a realização das provas, a proponente deverá observar o constante do Edital, sendo que toda despesa correrá às suas exclusivas expensas, inclusive material, impostos e pessoal necessário para o bom e fiel andamento dos serviços;
- s) Fornecer à contratante relação dos candidatos aprovados, em ordem alfabética, na primeira e demais fases, para publicação no site do CIAPS, contendo o número de inscrição e nome do candidato, bem como a média final para a última publicação.
- t) A empresa deverá fornecer a contratante, relação de cargos contendo nome do candidato, classificação e endereço completo (Rua, Bairro, Cidade, CEP, Telefone).
- u) O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

6.2 - Compete à CONTRATANTE:

- a) Colocar à disposição da Contratada as informações, documentos, meios, recursos e pessoal necessário à realização do objeto do presente contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art.67 da Lei nº. 8.666/93 fica estabelecido que:

7.1 - A gestão do CONTRATO, pela CONTRATANTE, será de responsabilidade de Leonardo Rafael Fronza, CPF nº. 005.230.909.60, sendo suas atribuições:

I – Promover a avaliação e fiscalização da prestação de serviços, solicitando à contratada e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

II – Atestar as notas fiscais da contratada para efeitos de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RECISÃO CONTRATUAL

Cabe à CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, pelo atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do objeto ou ainda erro de execução do objeto deste CONTRATO, bem como pelo descumprimento de suas obrigações ajustadas neste instrumento.

8.1 - Em conformidade com as disposições previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA se descumprir as obrigações decorrentes do presente CONTRATO ficará sujeita, a critério da Administração, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

8.1.1 - Advertência;

8.1.2 - Multa de:

8.1.2.1 2 % (dois por cento) sobre o valor do CONTRATO quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações vigentes, quando os trabalhos de fiscalização dos serviços forem dificultados ou inexatamente informado pela contratada;

8.1.2.2 - Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de atraso injustificado na sua execução do mesmo;

8.1.2.3 Multa de 7% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

8.1.2.4 - Impedimento de contratar com a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) anos;

8.1.2.5 - Se o valor total das multas aplicadas à CONTRATADA atingir 10% (dez por cento) do valor total do CONTRATO, o mesmo poderá ser rescindido, a juízo da CONTRATANTE;

8.1.2.6 - As multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízos das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo e/ou judicial, quando for o caso;

8.1.2.7 - As penalidades acima são cumulativas entre si sem prejuízo ainda das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666 de 1993.

8.2 - A rescisão do CONTRATO poderá se dar nos casos previstos nos art. 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93. Em especial, no caso de rescisão pelo que prevê esse art. 77, ficam resguardados os direitos da CONTRATANTE conforme determina esse diploma legal.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9 - O presente CONTRATO está vinculado ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 nos termos do Inciso XI, do art. 55 da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10 - O CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11 - A CONTRATANTE providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial dos Municípios, conforme preceitua o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

10 - É competente o Foro da Justiça da Comarca de Acurra (SC), para dirimir as questões decorrentes do presente CONTRATO ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, as partes declaram ter lido e conferido o presente instrumento, que firmam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos

Apiúna (SC), 18 de junho de 2020

CONTRATANTE - CIAPS PAULO ROBERTO WEISS Presidente	CONTRATADA - SCHEILA APARECIDA WEISS ME SCHEILA APARECIDA WEISS Sócio Administrador
--	---

CONTRATO Nº 003/2020

Publicação Nº 2528501

CONTRATO Nº 03/2020

PROCESSO Nº 02/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E A EMPRESA SCHEILA APARECIDA WEISS ME

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SACHA FRANK TESKE ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.573.712/0001-93 doravante denominada CONTRATADA, com sede na Rua Butantã, 322, fundos, Velha Central, CEP: 89.040-430 representada neste ato pelo seu sócio SACHA FRANK TESKE, portador do CPF nº. 720.295.799-04, resolvem celebrar o presente CONTRATO segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO é celebrado sob a égide da Dispensa de Licitação e tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados para serviços de suporte, manutenção, atualização e licença de uso mensal de software para sistema de apuração do ponto eletrônico e integração com a folha de pagamento do CIAPS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A prestação do serviço se enquadra no parâmetro de dispensa de Licitação, autorizado pelo 24, II, da Lei 8.666/1993, sujeitando integralmente as partes às normas da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A contratante pagará a contratada o valor de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), mensais pagos mediante emissão de nota fiscal de prestação de serviços, até dia 20 do mês subsequente ao vencido.

3.2 - A fatura para pagamento só será liberada após a aprovação do Relatório de serviços executados aprovado pelo fiscal do CONTRATO, observando os termos da legislação vigente.

3.2.1 - Fica desde já reservado à CONTRATANTE o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação dos serviços, forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

4.1 - A presente contratação terá seu início dia 01 de julho de 2020 e como término o dia 31 de dezembro de 2020, sendo admitida a possibilidade de adiamento do contrato, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pela CONTRATANTE, e respeitando o limite da dispensa de licitação e o prazo de serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão por conta da Dotação: Grupo Despesa: 333900000, Descrição: Aplicações Diretas, Vínculo 1000120, Descrição do Vínculo: Rec. Ord. CIAPS RATEIO Manutenção 2020.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**6.1 - Compete à CONTRATADA:**

- a) Obedecer a todas as condições especificadas no termo de referência. O não atendimento a esta condição caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o contratado às penalidades previstas neste Contrato.
- b) Assegurar o serviço deste Contrato e sua execução.
- c) Permitir e facilitar a fiscalização e/ou inspeção dos serviços contratados, a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados por escrito.
- d) Participar da fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução do serviço deste Contrato, em parte ou no todo.
- e) Providenciar, às suas expensas, de todo e qualquer controle tecnológico necessário a execução dos serviços.
- f) A contratada, garante-se pelo exposto no Decreto Lei nº 1207 de 01/08/1994, que dispõe sobre os direitos autorais de programas de Microcomputadores, proibindo a violação e ou cópia parcial ou total dos programas, como também o manuseio por outrem da base de dados resultante dos processos efetuados pelos sistemas, sendo que caracteriza a violação, ficará a CONTRATANTE sujeita as sanções legais estabelecidas para tais procedimentos, caso haja necessidade obriga-se a CONTRATADA a liberar os dados contidos nos CADASTROS, em arquivo do tipo texto para que a CONTRATANTE faça uso em próprio benefício destas informações.
- g) A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.
- h) O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

6.2 - Compete à CONTRATANTE:

- a) 8.2.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, pelo Gestor(es) do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, assim como o nome do(s) empregado(s) eventualmente envolvido(s), e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis.
- c) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços, permitir o livre acesso do pessoal técnico autorizado pela Contratada, que se identificará mediante a apresentação de suas credenciais, ao qual deverá ser facilitado o desempenho de suas funções, respeitadas as normas de segurança vigente.
- d) Notificar por escrito, à Contratada, quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- e) Pagar a Contratada o valor resultante da prestação dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art.67 da Lei nº. 8.666/93 fica estabelecido que:

7.1 - A gestão do CONTRATO, pela CONTRATANTE, será de responsabilidade de LEONARDO RAFAEL FRONZA, CPF nº. 005.230.909.60, sendo suas atribuições:

I - Promover a avaliação e fiscalização das entregas, solicitando à CONTRATADA e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

II – Atestar as notas fiscais da CONTRATADA para efeitos de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Cabe à CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, pelo atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do objeto ou ainda erro de execução do objeto deste CONTRATO, bem como pelo descumprimento de suas obrigações ajustadas neste instrumento.

8.1 - Em conformidade com as disposições previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA se descumprir as obrigações decorrentes do presente CONTRATO ficará sujeita, a critério da Administração, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

8.1.1 - Advertência;

8.1.2 - Multa de:

8.1.2.1 2 % (dois por cento) sobre o valor do CONTRATO quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações vigentes, quando os trabalhos de fiscalização dos serviços forem dificultados ou inexatamente informado pela contratada;

8.1.2.2 - Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de atraso injustificado na sua execução do mesmo;

8.1.2.3 Multa de 7% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

8.1.2.4 - Impedimento de contratar com a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) anos;

8.1.2.5 - Se o valor total das multas aplicadas à CONTRATADA atingir 10% (dez por cento) do valor total do CONTRATO, o mesmo poderá ser rescindido, a juízo da CONTRATANTE;

8.1.2.6 - As multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízos das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo e/ou judicial, quando for o caso;

8.1.2.7 - As penalidades acima são cumulativas entre si sem prejuízo ainda das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666 de 1993.

8.2 - A rescisão do CONTRATO poderá se dar nos casos previstos nos art. 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93. Em especial, no caso de rescisão pelo que prevê esse art. 77, ficam resguardados os direitos da CONTRATANTE conforme determina esse diploma legal.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9 - O presente CONTRATO está vinculado ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 nos termos do Inciso XI, do art. 55 da lei nº. 8.666/93 sendo que a CONTRATADA tem conhecimento dos termos independentemente de transcrição, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10 - O CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11 - A CONTRATANTE providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial da União, conforme preceitua o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

10 - É competente o Foro da Justiça da Comarca de Ascurra (SC), para dirimir as questões decorrentes do presente CONTRATO ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, as partes declaram ter lido e conferido o presente instrumento, que firmam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos.

Apiúna (SC), 15 de junho de 2020

CONTRATANTE - CIAPS PAULO ROBERTO WEISS Presidente	CONTRATADA - SACHA FRANK TESKE ME SACHA FRANK TESKE Sócio Administrador
--	---

CONTRATO Nº 004/2020

Publicação Nº 2528520

CONTRATO Nº 004/2020

PROCESSO Nº 003/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E A EMPRESA PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.687.900/0001-23, registrada na JUCESC sob o nº NIRE 42 2 0413952 4 com sede na Rua Deodoro, 181-4º andar, sala 402 - bairro Centro, Florianópolis SC – CEP: 88.010-020, adiante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio administrador Sr. Deny Guazi Resende, portador da Cédula de Identidade nº. 6.308.203, e CPF/XX nº. 157.774.486-15, resolvem celebrar o presente CONTRATO segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO é celebrado sob a égide da Dispensa de Licitação e tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão e fornecimento de cartões magnéticos e ou eletrônicos de alimentação e respectivas recargas de crédito mensais, para utilização em estabelecimentos especializados da rede credenciada, para o quadro funcional do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A prestação do serviço se enquadra no parâmetro de dispensa de Licitação, autorizado pelo artigo 24, II, da Lei 8.666/1993, sujeitando integralmente as partes às normas da Lei 8.666/93.

2.2 - O objeto deste contrato será executado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme determina o art. 6º. Inciso VIII, alínea a e o art. 10, inciso II, alínea a, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A CONTRATANTE pagará a contratada mensalmente, o valor correspondente à soma do valor facial dos cartões magnéticos de vales refeição e alimentação.

3.2 - A CONTRATANTE não pagará à CONTRATADA por cada cartão reemitido.

3.3 - A efetiva contratação será em função da necessidade para atender a demanda, não estando a CONTRATANTE adstrita a qualquer consumo ou cota mínima.

3.4 - O pagamento será efetivado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação do serviço, e mediante o recebimento da respectiva nota fiscal.

3.5 - No preço proposto pela CONTRATADA, estão inclusas todas as despesas, diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguro e quaisquer despesas acessórias necessárias.

3.6 - O valor estimado, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, é de R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais), pelo período de 06 (seis) meses.

Quantidade estimada de cartões	Valor estimado total mensal em R\$	Valor estimado total por 06 meses em R\$	Taxa de Administração mensal	Custo Máximo Estimado em 06 meses (R\$)
09	1.415,60	8.491,80	0,00%	8.491,80

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

4.1 - A presente contratação terá seu início dia 01 de julho de 2020 e como término o dia 31 de dezembro de 2020, sendo admitida a possibilidade de adiamento do contrato, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pela CONTRATANTE, e respeitando o limite da dispensa de licitação e o prazo de serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão por conta da Dotação: Grupo Despesa: 333900000, Descrição: Aplicações Diretas, Vínculo 1000120, Descrição do Vínculo: Rec. Ord. CIAPS RATEIO Manutenção 2020.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**6.1 - Compete à CONTRATADA:**

- a) Fornecer cartões alimentação e refeição magnéticos, personalizados com o nome do usuário da Contratante, com senha individual e intransferível, para utilização dos cartões nos estabelecimentos, consulta de saldos e extratos.
- b) Assegurar que os cartões são confeccionados utilizando tecnologia e qualidade técnica, para evitar fraudes e falsificações.
- c) Assegurar que os créditos disponibilizados nos cartões alimentação e refeição sejam cumulativos e disponíveis aos usuários, independente da frequência de utilização dos mesmos, e sem prazo para expiração, mesmo após término da vigência do contrato;
- d) Fornecer o serviço com prioridade de atendimento, tendo em vista o interesse público;
- e) Garantir que o usuário, que deixar de integrar o sistema de cartão ou tiver suspensa a sua participação por qualquer motivo, permaneça com o saldo disponível no cartão, sem prazo de expiração, até à utilização total do saldo remanescente.
- f) Disponibilizar, em meio físico ou eletrônico, inclusive pela internet, a todos os usuários contemplados com o cartão alimentação e refeição, a relação completa e atualizada dos estabelecimentos credenciados.
- g) Disponibilizar central de atendimento (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para prestar serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, permitindo o imediato bloqueio e desbloqueio e solicitação de segunda via de cartão e respetiva senha.
- h) No ato da entrega do cartão, recolher no respetivo comprovante a data, nome, cargo e assinatura do servidor da área competente e responsável pelo recebimento;
- i) Realizar a reposição de cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido, e creditá-lo a favor do usuário no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do bloqueio;
- j) Responsabilizar-se pela reposição dos créditos utilizados indevidamente com recurso a fraude e/ou clonagem do cartão eletrônico.

6.2 - Compete à CONTRATANTE:

- a) - Fornecer mensalmente à CONTRATADA a listagem com nomes e valores a serem creditados nos cartões alimentação e refeição;
- b) - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- c) Notificar por escrito, à Contratada, quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- d) Pagar a Contratada o valor resultante da prestação dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art.67 da Lei nº. 8.666/93 fica estabelecido que:

7.1 - A gestão do CONTRATO, pela CONTRATANTE, será de responsabilidade de LEONARDO RAFAEL FRONZA, CPF nº 005.230.909.60, sendo suas atribuições:

- I – Promover a avaliação e fiscalização das entregas, solicitando à CONTRATADA e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;
- II – Atestar as notas fiscais da CONTRATADA para efeitos de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RECISÃO CONTRATUAL

Cabe à CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, pelo atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do objeto ou ainda erro de execução do objeto deste CONTRATO, bem como pelo descumprimento de suas obrigações ajustadas neste instrumento.

8.1 - Em conformidade com as disposições previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA se descumprir as obrigações decorrentes do presente CONTRATO ficará sujeita, a critério da Administração, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

8.1.1 - Advertência;

8.1.2 - Multa de:

8.1.2.1 2 % (dois por cento) sobre o valor do CONTRATO quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações vigentes, quando os trabalhos de fiscalização dos serviços forem dificultados ou inexatamente informado pela contratada;

8.1.2.2 - Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de atraso injustificado na sua execução do mesmo;

8.1.2.3 Multa de 7% (dez por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

8.1.2.4 - Impedimento de contratar com a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) anos;

8.1.2.5 - Se o valor total das multas aplicadas à CONTRATADA atingir 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO, o mesmo poderá ser rescindido, a juízo da CONTRATANTE;

8.1.2.6 - As multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízos das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo e/ou judicial, quando for o caso;

8.1.2.7 - As penalidades acima são cumulativas entre si sem prejuízo ainda das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666 de 1993.

8.2 - A rescisão do CONTRATO poderá se dar nos casos previstos nos art. 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93. Em especial, no caso de rescisão pelo que prevê esse art. 77, ficam resguardados os direitos da CONTRATANTE conforme determina esse diploma legal.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9 - O presente CONTRATO está vinculado ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020 nos termos do Inciso XI, do art. 55 da lei nº. 8.666/93 sendo que a CONTRATADA tem conhecimento dos termos independentemente de transcrição, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10 - O CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11 - A CONTRATANTE providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial da União, conforme preceitua o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

10 - É competente o Foro da Justiça da Comarca de Ascurra (SC), para dirimir as questões decorrentes do presente CONTRATO ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, as partes declaram ter lido e conferido o presente instrumento, que firmam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos

Apiúna (SC), 16 de junho de 2020

CONTRATANTE - CIAPS PAULO ROBERTO WEISS Presidente	CONTRATADA - PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA DENY GUAZI RESENDE Sócio Administrador
CONTRATANTE - CIAPS LEONARDO RAFAEL FRONZA Fiscal do Contrato	

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2020

Publicação Nº 2528392

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo: 02/2020

Objeto: Contrato de prestação de serviços de suporte, manutenção, atualização e licença de uso mensal do software para sistema de apuração do ponto biométrico e integração com folha de pagamento para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS.

Contratado: Sacha Frank Teske – ME (CNPJ nº 26.573.712/0001-93)

Valor total do contrato: R\$ 534,00

Data vigência: 01/07/2020 a 31/12/2020

Base legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005

Apiúna, 15 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Presidente do CIAPS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2020

Publicação Nº 2528471

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo: 03/2020

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão e fornecimento de cartões magnéticos e ou eletrônicos de alimentação e respectivas recargas de crédito mensais, para utilização em estabelecimentos especializados da rede credenciada, para o quadro funcional do CONTRATANTE.

Contratado: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA CNPJ nº 09.687.900/0002-04.

Valor total do contrato: R\$ 8.600,00 (Oito mil e seiscentos reais)

Data vigência: 01/07/2020 a 31/12/2020.

Base legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Apiúna, 16 de junho de 2020

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

RESOLUÇÃO Nº 149, DE 18/06/2020

Publicação Nº 2526310

RESOLUÇÃO nº 149, de 18/06/2020.

Constitui Comissão Técnica para o Concurso Público nº 01/2020.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado no Artigo 17 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14;

RESOLVE:

Art. 1º - Constitui Comissão Técnica que se responsabilizará pelo conteúdo programático e pela elaboração, aplicação e correção das provas do Concurso Público nº 01/2020 do CIAPS, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas, composta pelos seguintes membros:

NOME	CPF nº
Scheila Aparecida Weiss	035.774.019-07
Josemar Luckmann	951.729.730.20
Alexandro Garlini	057.212.809-64

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 18 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss Prefeito de Rodeio Presidente do CIAPS	José Gerson Gonçalves Prefeito de Apiúna
Lairton Antônio Possamai Prefeito de Ascurra	Alexandre Carvalho Brigido Assessor Jurídico da AMMVI (OAB/SC 20.137)

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2020

Publicação Nº 2528365

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

Objeto: Contrato de prestação de serviços de suporte, manutenção, atualização e licença de uso mensal do software para sistema de apuração do ponto biométrico e integração com folha de pagamento para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, Ratifico os atos do procedimento em favor da empresa Sacha Frank Teske – ME, CNPJ nº 26.573.712/0001-93, para prestação de serviços de suporte, manutenção, atualização e licença de uso mensal do software para sistema de apuração do ponto e integração com folha de pagamento para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Apiúna, 15 de junho de 2020

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2020

Publicação N° 2528464

**TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 03/2020**

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão e fornecimento de cartões magnéticos e ou eletrônicos de alimentação e respectivas recargas de crédito mensais, para utilização em estabelecimentos especializados da rede credenciada, para o quadro funcional do CIAPS.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, Ratifico os atos do procedimento em favor da empresa PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA CNPJ nº 09.687.900/0002-04, para prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão e fornecimento de cartões magnéticos e ou eletrônicos de alimentação e respectivas recargas de crédito mensais, para utilização em estabelecimentos especializados da rede credenciada, para o quadro funcional do CONTRATANTE.

Apiúna, 16 de junho de 2020

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Presidente do CIAPS

CISAM-SUL**PROTOCOLO DE INTENÇÕES CISAM-SUL**

Publicação Nº 2529029

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL.****PREÂMBULO**

Os municípios localizados na região Sul do Estado de Santa Catarina, e que contam com serviços públicos centralizados e descentralizados (por meio de autarquias) de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, têm procurado, com o decorrer dos anos, estabelecer diversas formas de cooperação visando à obtenção de melhorias nas condições administrativas, técnicas e operacionais em geral na execução desses serviços.

Sem dúvida, as atividades administrativas, técnicas e operacionais desses serviços, sempre apoiadas de forma valiosa pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA – órgão do Governo Federal, guardam diversas semelhanças nesses municípios, de forma que a junção de esforços e até mesmo a padronização de condutas é elemento imprescindível para o correto e satisfatório atendimento aos usuários, que são os grandes destinatários finais.

De fato, com a promoção da cooperação mútua entre esses municípios, é possível a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta de esgoto com qualidade e, sobretudo, com eficiência e economia, fins esses que devem ser almejados por todo e qualquer órgão público brasileiro.

Assim sendo, com a conjugação dos interesses desses municípios, é possível o alcance e a realização de atividades que, isoladamente, talvez não fosse possível executá-las.

Além disso, como esses municípios guardam relativas semelhanças em relação a seus portes e importâncias geopolíticas, a cooperação mútua é instrumento valioso, também, para reforçar poderes de reivindicações junto ao Governo Estadual e ao Governo Federal.

Diante de todas essas constatações, esses municípios, com o apoio imprescindível da FUNASA, resolvem neste dia 05/10/2006, criar o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM – SUL, ***Consórcio Público de Direito Público, sob a forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público interno.***

Os municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina já manifestaram o interesse em estabelecer cooperação mais ampla e baseada em um fato jurídico de sustentação, salientando a possibilidade da contratação de engenheiro, advogado, contador, consultores diversos e servidores para o atendimento dos diversos objetivos de interesse comum dos entes consorciados, bem como a reivindicação de recursos nas diversas esferas de governo para o consórcio e para as próprias autarquias.

Os municípios de Cocal do Sul, Grão Pará, Imaruí, Jacinto Machado, Orleans, Santa Rosa do Sul, São Ludgero, Timbé do Sul, Treviso, Urussanga, Anitápolis, Araranguá, Içara, Jaguaruna, Morro Grande, Pedras Grandes e Sangão devidamente interessados na formação do consórcio, visam cooperação e possuem interesses:

1. na representação e fortalecimento, em conjunto, em assuntos de interesse comum perante entes, entidades e órgãos públicos e organizações privadas, nacionais ou internacionais;
2. na promoção da integração entre si para a prestação de cooperação mútua nas áreas técnicas e administrativas;
3. na instalação e operação de sede (s) adequada (s) para o desenvolvimento de todas as suas atividades institucionais do consórcio;
4. na prestação de assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica no desenvolvimento de atividades, tais como:
 - a) solução dos problemas de saneamento ambiental;
 - b) elaboração de projetos e promoção de estudos de concepção;
 - c) projeção e supervisão de obras;
 - d) implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais;
 - e) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
 - f) formulação da política tarifária dos serviços de água e esgoto;
 - g) intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos;
 - h) implementação de programas de saneamento rural, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário;
 - i) desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;
 - j) assistência jurídica judicial e/ou extrajudicial, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congêneres;
5. no saneamento ambiental;
6. na prestação de serviços;
7. na realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados pelos consorciados ou entes de sua administração indireta;
8. na aquisição e/ou administração de bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados;
9. na implantação de laboratório regional para controle de qualidade da água e monitoramento do esgotamento sanitário.

Visando a implantação desse processo de cooperação, esses municípios, reunidos em assembleia realizada no dia 05 de outubro de 2006, no Município de Orleans - SC,

argumentaram que, diante da edição da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a criação do CISAM-SUL, no formato de Associação Pública, de direito público é medida necessária e que se impõe para o fortalecimento desse cooperativismo.

Sendo assim, e por aprovação unânime, os municípios presentes deliberaram, naquela assembleia, pela criação do CISAM - SUL consórcio público com personalidade jurídica de direito público, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Isto posto, o Município de Cocal do Sul, o Município de Grão Para, o Município de Imaruí, o Município de Jacinto Machado, o Município de Orleans, o Município de Santa Rosa do Sul, o Município de São Ludgero, o Município de Timbé do Sul, o Município de Treviso, o Município Urussanga, o Município de Anitápolis, o Município de Araranguá, o Município de Içara, o Município de Jaguaruna, o Município de Morro Grande, o Município de Pedras Grandes e o Município de Sangão, DELIBERAM por constituir o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL, que se regerá pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, pelo respectivo regulamento, pelo contrato de consórcio público, por seus estatutos e pelos demais atos que adotar.

Para tanto, os representantes legais de cada um dos entes federativos acima mencionados subscrevem o presente:

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA. *(Dos subscritores).* São subscritores do Protocolo de Intenções:

I – o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.778.056/0001-88, com sede na Rua Dr. Polidoro Santiago, 519, CEP 88.845-000, Fone/Fax (48)3441-6000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr Jarvis Gaidzinski Filho;

II – o MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.558.149/0001-55, com sede na Av Rio branco, 187, CEP 88890-000, Fone/Fax (48)3652-1169, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Amilton Ascari;

III – o MUNICÍPIO DE IMARUÍ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.538.851/0001-57, com sede na Rua Jose Inácio da Rocha, 109, CEP 88770-000, Fone/Fax (48) 3643-0138, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Braz Guterro;

IV – o MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.960.758/0001-36, com sede na Rua Pref. Pol Jorge Zacca, 75, CEP 88950-000, Fone/Fax (48) 3535-1248, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Jose Mota Alexandre;

V – o MUNICÍPIO DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.926.544/0001-43. com sede na Rua XV de Novembro ,12, CEP 88870-000, Fone/Fax (48)3466-0178 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Valmir José Bratti;;

VI – o MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 80.989.965/0001-98. com sede na Rua Alfredo Emerim, 157 , CEP 88965-000, Fone/Fax (48)3534-1113, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sra. Geci Gertrudes de Oliveira Casagrande;

VII – o MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.926.536/0001-05. com sede na Av. Mons. Frederico Tombrock, 1300, CEP 88730-000, Fone/Fax (48)3657-8800, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Ademir Gesing;

VIII - o MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.915.232/0001-34. com sede na Rua Prof. Aristides José Bon, 215, CEP 88.940-000, Fone/Fax (48)3536-1133, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, a Sr. Nailor Biava

IX - o MUNICÍPIO DE TREVISÓ pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 01.614.019/0001-90. com sede na Rua Jose Abatti, s/nº , CEP 88820-000, Fone/Fax (48)3469-9000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sra. Lucia de Lurdes Cimolin da Silva

X- o MUNICÍPIO DE URUSSANGA pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.930.181/0001-10. com sede na Praça da Bandeira ,12, CEP 88840-000, Fone/Fax (48)3465-1188, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Luis Carlos Zen

XI – o MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.892.332/0001-92 com sede na Rua Gonçalves Junior, 260, centro, CEP: 88475-000, Fone: (48) 3256-0131 e Fax: (48) 3256-0188, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Saulo Weiss.

XII – o MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 95.782.785/0001-08 com sede na Rua Rui Barbosa, 310, centro, CEP: 88925-000, Fone/Fax: (48) 3544-0015, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Valdionir Rocha.

XIII - o MUNICÍPIO DE SANGÃO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 95.780.458/0001-17 com sede na Rodovia SC 443 – Km 02, CEP: 88717-000, Fone/Fax: (48) 3656-0133, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Antonio Mauro Eduardo.

XIV - o MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.928.698/0001-74 com sede na Avenida Duque de Caxias, 219 - Centro, CEP: 88715-000, Fone/Fax: (48) 3624-8400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Marcos F. S. Tibúrcio.

XV - o MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.911.249/0001-13 com sede na Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200 – Centro, CEP: 88.900-000, Fone/Fax: (48) 3521-0900, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Mariano Mazzuco Neto.

XVI - o MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.928.680/0001-72 com sede na Rua José Marcon, 311 – Centro, CEP: 88.720-000, Fone/Fax: (48) 3659-3000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Romário Zapelini Ghisi.

XVII - o MUNICÍPIO DE IÇARA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.916.800/0001-11 com sede na Praça Presidente João Goulart, 120 – centro, CEP: 88.820-000, Fone: (48) 3431-3500, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Heitor Valvassori.

PARÁGRAFO ÚNICO. Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do *caput* desta cláusula, desde que o representante legal do novo Município, formalize anuência ao presente protocolo e o submeta à apreciação do Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA. *(Da ratificação).* O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos três dos Municípios que o subscreveram, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL**. (art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.107/2005).

§ 1º Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º Será automaticamente admitido no Consórcio o ente da Federação que efetuar ratificação em até dois anos.

§ 3º A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do Consórcio.

§ 4º A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

§ 5º Somente poderá ratificar o Protocolo de Intenções o ente da Federação que o tenha subscrito.

§ 6º O ente da Federação não designado no Protocolo de Intenções poderá integrar o Consórcio, desde que haja a sua inclusão no Protocolo de Intenções e ratificação deste em até dois anos contados da assinatura respectiva, mediante aprovação em Assembleia Geral.

§ 7º A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, sendo que, nessa hipótese, o consorciamento dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da Federação subscritores do Protocolo.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

CLÁUSULA TERCEIRA. (*Dos conceitos*). Para os efeitos deste Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou ente consorciado, consideram-se:

I - *saneamento básico*: o conjunto de serviços e ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o abastecimento de água, a coleta, o tratamento e a disposição dos esgotos; manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais - nas condições que maximizem a promoção - e a melhoria das condições de vida;

II - *salubridade ambiental*: qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente, bem como de favorecer o pleno gozo da saúde e o bem-estar;

III - *plano de saneamento ambiental*: no que se refere a um determinado âmbito territorial, o conjunto de estudos, diretrizes, programas, prioridades, metas, atos normativos e procedimentos que, com fundamento em avaliação do estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação dos serviços públicos a ela referentes, define a programação das ações e dos investimentos necessários para a prestação universal, integral e atualizada dos serviços públicos de saneamento básico, bem como, quando relevantes, das demais soluções para a concretização de níveis crescentemente melhores de salubridade ambiental;

IV - *serviços públicos de saneamento básico*: os serviços públicos cuja natureza sejam o abastecimento de água e o esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais;

V - *serviços públicos de abastecimento de água*: a captação, a adução de água bruta, o tratamento, a adução, a reservação, a distribuição e o controle de qualidade da água tratada;

VI - *serviços públicos de esgotamento sanitário*: a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários, incluindo os efluentes industriais compatíveis, bem como de lodos e de outros resíduos do processo de tratamento;

VII - *manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana*: coleta e transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e sua disposição final;

VIII - *drenagem e manejo de águas pluviais*: coleta e transporte; detenção ou retenção - para amortecimento de vazão de cheias - e tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas;

IX - *serviços públicos de saneamento básico integrados*: os serviços públicos de saneamento básico não-qualificados como de interesse local;

X - *planejamento*: as atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada em determinado período para o alcance das metas e resultados pretendidos;

XI - *regulação*: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impactos socioambientais, os direitos e obrigações dos cidadãos, dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, a política e sistema de cobrança, inclusive a fixação, reajuste e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XII - *fiscalização*: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação, exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas ou delegadas, e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

XIII - *prestação de serviço público*: a execução de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinados;

XIV - *titular*: o Município consorciado;

XV - *projetos associados aos serviços públicos de saneamento básico*: os desenvolvidos em caráter acessório ou correlato à prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles:

a) a utilização de água bruta para outros usos, comprovado o não prejuízo aos serviços públicos de abastecimento de água;

b) o aproveitamento de água de reutilização;

c) o aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário;

d) o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada aos serviços, inclusive do biogás resultante de tratamento de esgoto sanitário;

XVI - *subsídios simples*: aqueles que se processam mediante receitas que não se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XVII - *subsídios cruzados*: aqueles que se processam mediante receitas que se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XVIII - *subsídios cruzados internos*: aqueles que se processam internamente à estrutura de cobrança pela prestação de serviços no território de um só Município ou na área de atuação do Consórcio Público.

XIX - *subsídios cruzados externos*: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações de recursos originados de área ou território diverso dos referidos no Inciso XVII desta cláusula;

XX - *subsídios diretos*: aqueles que se destinam a usuários determinados;

XXI - *controle social*: mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informação, representação técnica e participação nos processos de decisão do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO Os corpos d'água não integram os serviços públicos de saneamento básico, exceto os lagos artificiais cuja finalidade principal seja a captação de água para abastecimento público ou o tratamento de efluentes.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA. *(Da denominação e natureza jurídica)*. O CISAM-SUL é pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública.

§ 1º O Consórcio adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de pelo menos três dos Municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

§ 2º Como forma de garantir simultaneidade recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor no dia primeiro dia útil do mês em que for aprovado.

CLÁUSULA QUINTA. *(Do prazo de duração)*. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA. *(Da sede).* A sede do Consórcio será no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios, laboratórios e/ou sedes localizadas em outros Municípios consorciados.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

CLÁUSULA SÉTIMA. *(Dos objetivos).* São objetivos do Consórcio:

I – a capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saneamento nos Municípios consorciados;

II – a prestação de assessoramento na execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio, inclusive a operação de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto, assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica;

III – melhoria do saneamento ambiental;

IV - prestação de serviços aos entes consorciados ou a terceiros, observado o disposto na cláusula oitava;

V - realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados pelos consorciados ou entes de sua administração indireta;

VI - aquisição e/ou administração de bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados;

VII - implantação de laboratório regional para controle de qualidade da água e monitoramento do esgotamento sanitário;

VIII – a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico desde que delegada pelos municípios consorciados. *(Inciso incluído cfe. Resolução nº 02/2013, de 08.08.2013 – Alteração aprovada na AGO de 24.04.2008)*

IX – estabelecer relações cooperativas com outros consórcios com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas em favor dos entes consorciados;

X – poderá ser criado fundo específico para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provenientes do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países.

XI – firmar convênios diversos.

CLÁUSULA OITAVA. *(Da exclusão de objetivo).* Não constitui objetivo do Consórcio a gestão, operação ou prestação de serviços públicos de saneamento básico.

CLÁUSULA NONA. *(Da realização dos objetivos e bens)* O Consórcio somente realizará seus objetivos por meio de contrato, onde for estabelecida remuneração compatível e preferencialmente inferior aos valores de mercado, a qual, sob pena de nulidade do contrato, deverá ser previamente comprovada por meio da publicação do extrato do contrato. A Assembleia Geral definirá a remuneração do serviço prestado.

§ 1º Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso VI do *caput* da cláusula sétima serão de uso preferencialmente dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até a autorização de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

§ 2º Não se incluem dentre os mencionados no inciso VI do *caput* da cláusula sétima os bens utilizados pelo Consórcio para a execução de suas atribuições.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

CLÁUSULA DÉCIMA. *(Dos direitos)* – Constituem direitos dos entes consorciados:

- I – participar das assembleias gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II – votar e ser votado;
- III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos entes consorciados e ao aprimoramento do Consórcio;
- IV – compor o Conselho Fiscal do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. *(Dos deveres)* – Constituem deveres dos entes consorciados:

- I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e ao repasse de recursos financeiros previstos em contrato;
- II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio;
- III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os entes consorciados e colaboradores;
- IV – participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do Consórcio.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. *(Dos estatutos)*. O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Protocolo de Intenções.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo, preço público dos serviços prestados aos entes consorciados e a terceiros, política tarifária e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. *(Dos órgãos)*. O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

- I** - Assembleia Geral;
- II** – Presidência;
- III** – Diretoria Executiva;
- IV** – Superintendência;
- V** - Conselho Fiscal;
- VI** – Câmara de Regulação e Fiscalização.

§ 1º Os estatutos do Consórcio poderão criar outros órgãos.

§ 2º Os estatutos do Consórcio definirão a estrutura dos órgãos referidos no *caput* desta cláusula, bem como a correlação e hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos empregados do Consórcio.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I Do funcionamento

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. (*Natureza e composição*). A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes dos poderes executivos ou por diretores de autarquias de saneamento, diretores de departamentos ou equivalentes por aqueles delegados, de todos os entes consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. (*Das reuniões*). A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de março e setembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A forma de convocação das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. (*Dos votos*). Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

§ 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam *quorum* qualificado, votará apenas para desempatar.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. (*Dos quorões*). Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

Seção II Das competências Subseção I Do rol de competências

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. (*Das competências*). Compete à Assembleia Geral:
I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição ou de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III – elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os membros da Diretoria Executiva;

VI – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do Consórcio;

f) alienação e oneração de bens do Consórcio;

VII – homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – aprovar planos e regulamentos do Consórcio;

X – apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

§ 1º Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presente pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença de 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 2º As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

Subseção II

Da eleição e da destituição do Presidente e da Escolha dos Membros da Diretoria Executiva

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. *(Da eleição).* O Presidente será eleito em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado, o qual poderá ser votado por todos os presentes, sejam eles chefes de outros poderes executivos ou agentes por estes delegados.

§ 1º O Presidente será eleito mediante voto público e nominal.

§ 2º Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos metade dos consorciados.

§ 3º Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, caso necessário prorrogando-se *pro tempore* o mandato do Presidente em exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA. *(Da nomeação e da homologação da Diretoria Executiva).* Proclamado eleito o Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie os restantes membros da Diretoria Executiva e seus suplentes, os quais deverão ser ou ter sido servidores de autarquias de saneamento, departamentos ou equivalentes e possuir qualificação compatível com a função.

§ 1º Uma vez nomeados, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação.

§ 3º Estabelecida lista válida, as nomeações somente produzirão efeito caso aprovadas pela maioria absoluta, presentes 3/5 (três quintos) dos consorciados

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. *(Da destituição do Presidente e dos membros da Diretoria Executiva).* Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou membros da Diretoria Executiva, desde que se comprove satisfatoriamente o desvio de finalidade do Consórcio ou ocorrência de falta grave, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos, observado o procedimento previsto no Estatuto.

Subseção III

Da elaboração e alteração dos Estatutos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. *(Da Assembleia estatuinte).* Será convocada Assembleia Geral específica para a elaboração e/ou modificação dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente documento.

§ 1º Confirmado o *quorum* de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

§ 2º Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º Os estatutos preverão as formalidades e *quorum* para a alteração de seus dispositivos.

§ 5º Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial.

Seção III

Das atas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. *(Do registro).* Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou, por quem presidiu e pelos entes consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. *(Da publicação).* Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

PARÁGRAFO ÚNICO. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. *(Do número de membros).* A Diretoria Executiva é composta por três membros que exercerão funções, ficando assim composta: Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico Operacional.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Estatuto disporá a respeito da nomeação dos membros da Diretoria Executiva, procedimentos para posse, bem como da remuneração, nos casos previstos em lei, ou quaisquer espécies de verba indenizatória.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. *(Das deliberações).* A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigidos dois votos para a aprovação de qualquer matéria, inclusive da alteração de funções de seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante a convocação do Diretor Administrativo ou Financeiro e ou do Presidente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA. *(Das competências).* Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria Executiva:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) de impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II – autorizar que o Consórcio ingresse com ação em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, *ad referendum*, tomar as medidas judiciais que reputar urgentes;

III – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio, sobremaneira nas áreas de engenharia e química.

V – Indicar o Superintendente do Consórcio.

CAPÍTULO V DO PRESIDENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. *(Da competência).* Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio incumbe ao Presidente, que deverá, necessariamente, ser Chefe do Poder Executivo de ente da Federação consorciado:

I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

IV – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

V – Nomear o Superintendente do Consórcio indicado pela Diretoria Executiva e o Assessor Jurídico.

§ 1º Com exceção da competência prevista no Inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Administrativo e Financeiro.

§ 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Administrativo e Financeiro poderá ser autorizado a praticar atos *ad referendum* do Presidente.

CAPÍTULO VI DOS DIRETORES

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. *(Da competência).* Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro, nos termos do § 1º, da cláusula vigésima oitava, todas as competências que lhe forem delegadas pelo Presidente, com exceção da competência prevista no inciso I, do *caput* daquela cláusula.

§ 1º Compete ao Diretor Técnico Operacional, além de eventuais atribuições que lhe forem conferidas pela Presidência, por meio de Resolução, notadamente as previstas no inciso IV, do *caput* da cláusula vigésima sétima.

§ 2º Ocorrendo vacância do cargo de Presidente o Diretor Administrativo e Financeiro ocupará interinamente as funções de Presidente até realização de nova eleição, interinidade essa que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO VII DO SUPERINTENDENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. *(Da competência).* Compete ao Superintendente:

I – Quando convocado, comparecer às reuniões da Diretoria Executiva;

II – Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente e/ou Diretoria Administrativa e Financeira, bem como elaborar os boletins diários de caixa e de bancos;

III – Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Financeira, dentre os quais:

a) promover o lançamento das receitas, inclusive as de tarifas e de outros preços públicos;

- b) inscrever em dívida ativa os débitos não adimplidos e promover, por meios próprios ou contratados, a sua cobrança judicial e extrajudicial;
- c) emitir as notas de empenho de despesa;
- d) examinar, conferir e instruir os processos de pagamentos e as requisições de adiantamento, rejeitando-os quando não revestidos das formalidades e do atendimento às prescrições legais ou da boa administração;
- e) preparar a emissão de cheques, de ordem de pagamento e de transferências de recursos;
- f) realizar pagamentos e das quitações;
- g) providenciar a manutenção da escrituração sintética e analítica dos fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial;
- h) providenciar, subscrever e, solidariamente com o presidente, responsabilizar-se pelo balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;

IV – Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Financeira, providenciando, dentre outros, os seguintes atos:

- a) a aquisição, o recebimento, o registro, o almoxarifado, a manutenção, a distribuição e a alienação dos bens movimentados pelo Consórcio;
- b) cadastro ou o tombamento, a classificação, a numeração, o controle e o registro dos bens mobiliários e imobiliários;
- c) a baixa de bens alienados ou considerados obsoletos, imprestáveis perdidos ou destruídos;
- d) a manutenção da integridade da posse dos bens imóveis;
- e) o seguro dos bens patrimoniais;
- f) a programação e controle do uso de veículos;
- g) a elaboração de relatórios sobre o uso de combustíveis e lubrificantes, despesas de manutenção e condições de uso dos veículos e equipamentos;
- h) a limpeza, a conservação, a manutenção e a segurança de áreas e edificações ocupadas pelo Consórcio;

V – Velar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

VI – Praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista, inclusive:

- a) providenciar a formalização dos atos necessários à contratação, à dispensa e à punição dos empregos;
- b) manter os registros e os assentos funcionais;
- c) elaborar a folha de pagamento do pessoal e das guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e trabalhistas;
- d) fixar o expediente de trabalho, incluída sua antecipação, prorrogação e turnos de plantões;
- e) elaborar a escala anual de férias e promover o seu cumprimento;
- f) propor ao presidente os valores de ajudas de custos e de diárias;
- g) planejar e promover a capacitação de pessoal, incluído a dos serviços locais;

VII – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

§1º Além das atribuições previstas neste artigo, o Superintendente poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente.

§ 2º A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado, até um ano após a data de término da delegação, no sítio que o Consórcio manterá na rede mundial de computadores – Internet.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. *(Da composição).* O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, dos entes consorciados, eleitos na forma da cláusula trigésima terceira.

§ 1º Poderá candidatar-se ao Conselho Fiscal qualquer representante oficial de ente consorciado, desde que indicado pelo Chefe do Executivo do consorciado.

§ 2º O Conselho Fiscal será eleito e empossado em até 90 (noventa) dias após a posse do Presidente do Consórcio.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 (três quintos) de entes consorciados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA. *(Da eleição do Conselho Fiscal).* A Assembleia Geral reunir-se-á, para eleição do Conselho Fiscal, mediante convocação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA. *(Do funcionamento).* Os estatutos deliberarão sobre a forma de eleição e o funcionamento do Conselho Fiscal, devendo suas decisões serem submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IX DA ATIVIDADE DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. *(Da Regulação).* As atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, previstas nos artigos 21 a 27, da Lei nº 11.445/2007, serão desenvolvidas por meio de Câmara de Regulação e Fiscalização específica, com independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. *(Da estruturação, funcionamento e do exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização).* A estruturação, funcionamento e o exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão determinados através de normativas específicas, aprovadas em Assembleia Geral.

TÍTULO IV DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I Disposições Gerais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA. *(Do exercício de funções remuneradas).* Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados e escolhidos e/ou nomeados para ocupar os empregos, cargos e funções públicas previstos em cláusula do presente documento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. A atividade da Presidência do Consórcio, do Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

Seção II

Dos empregos públicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA. *(Do regime jurídico).* Os empregados do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Estatuto deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA. *(Do quadro de pessoal).* O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 28 (vinte e oito) vagas em empregos públicos, na conformidade do anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

§ 1º Com exceção do emprego público de Superintendente do Consórcio, técnico de nível superior de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida em anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

§ 3º Até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio a Diretoria Administrativa e Financeira poderá conceder reajustes e revisão anual de remuneração.

§ 4º A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Administrativa e Financeira.

§ 5º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para consorciados.

§ 6º Fica autorizado ao Diretor Executivo e Financeiro, após aprovação em Assembleia Geral, a contratação de estagiários, nos termos da Lei nº 6.494/1977.

Seção III

Das contratações temporárias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA. *(Hipótese de contratação temporária).* Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago até o seu provimento efetivo por meio de concurso público ou por afastamento temporário de empregado público.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA. *(Hipótese de contratação de estagiários)* Para atender a necessidades temporárias e execução de atividades específicas, o Consórcio poderá firmar convênios com entidades do setor, para a contratação de estagiários por tempo determinado.

CAPÍTULO II DOS CONTRATOS

Seção I Do procedimento de contratação

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA. *(Das contratações).* As contratações realizadas pelo Consórcio submetem-se às normas de licitações e contratos administrativos. Sob pena de nulidade, todas as contratações obedecerão às normas de Direito Público, os ditames Constitucionais, dos Tribunais de Contas, bem como da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, bem como de legislações que vierem a substituí-la.

TÍTULO V DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA. *(Do regime da atividade financeira).* A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA. *(Das relações financeiras entre consorciados e o Consórcio).* Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

- I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Protocolo de Intenções, devidamente especificados;
- II – desde que tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços, respeitados os valores de mercado;
- III – quando houver contrato de rateio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA. *(Da fiscalização).* O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

CAPÍTULO II DA CONTABILIDADE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA. *(Da Contabilidade).* A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/00 e suas alterações.

CAPÍTULO III DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA *(Dos convênios)*. Fica o Consórcio autorizado a firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas, junto a entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA. *(Da interveniência)*. Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

TÍTULO VI DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DA RETIRADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA. *(Da retirada)*. A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA. *(Dos efeitos)*. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

- I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;
- II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;
- III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA. *(Das hipóteses de exclusão)*. São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

- I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas aprovadas em Assembleia Geral, assumidas por meio de contrato de rateio;
- II – a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;
- III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º A exclusão prevista no inciso I do *caput* somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA. *(Do procedimento).* Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

§ 2º Enquanto não regulamentado procedimento próprio, será observado o rito previsto na Lei Federal nº 9.784/1999 para aplicação das penalidades previstas neste Protocolo.

§ 3º Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

TÍTULO VII

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA *(Da alteração e da extinção)* A alteração e a extinção de contrato de consórcio público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Em caso de extinção os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da assembleia geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas proporcionais à equivalência patrimonial de cada consorciado.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA. *(Do regime jurídico).* O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA. *(Da interpretação).* A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA. *(Da exigibilidade).* Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA. *(Do Vale-alimentação e Outros Auxílios).* O Presidente do Consórcio poderá conceder, mediante prévia aprovação em Assembleia Geral, e através de resolução, vale-alimentação e outros auxílios aos seus empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Normativas específicas, com prévia aprovação em Assembleia Geral, definirão os critérios, os valores e a forma de concessão de eventuais auxílios.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA. *(Dos casos omissos).* Aos casos omissos, e subsidiariamente, serão aplicados os preceitos previstos nas Leis Federais nºs. 11.107/2005, 11.445/2007, seus regulamentos, normas e princípios de Direito Público.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Consórcio regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas neste instrumento.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA. *(Da transição).* Motivada por incapacidade técnica e material, poderá a Assembleia Geral sobrestar por até cinco anos a aplicação de normas previstas neste Protocolo acerca dos objetivos do Consórcio, previstos no Capítulo II da prestação de serviços públicos e correspondentes direitos dos entes consorciados, por decisão de 2/3 (dois terços), desde que presentes 4/5 (quatro quintos) dos consorciados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA. *(Da correção).* A Diretoria Administrativa e Financeira, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA. *(Dos direitos do consorciado adimplente).* Quando adimplente com suas obrigações, o ente consorciado terá o direito de exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de consórcio público.

TÍTULO X DO FORO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA. *(Do foro).* Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Orleans (SC), 25 de abril de 2017.

ANEXO 1 DOS EMPREGOS PÚBLICOS

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Administrador	40	154
1	Advogado	20	137
5	Assistente Administrativo	40	96
5	Auxiliar Administrativo	40	63
2	Auxiliar de Serviços Gerais	40	56
1	Contador	40	137
1	Engenheiro Civil	40	154
1	Engenheiro Sanitarista	40	154
2	Químico	40	137
3	Laboratorista	40	114
2	Técnico em Saneamento/Assistente Técnico	40	114
3	Operador de Máquinas	40	86

DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento
1	Superintendente	40	165
1	Assessor Jurídico	20	137

DAS FUNÇÕES ADICIONAIS

Nº de vagas	Denominação da Função	Carga Horária	Vencimento
1	Diretor Administrativo e Financeiro		
1	Diretor Técnico Operacional		

ANEXO 2

Tabela de Níveis e Vencimentos de Pessoal							
Vigentes em Janeiro de 2017							
Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)
1	493,61	46	964,62	91	1.885,07	136	3.683,83
2	501,01	47	979,09	92	1.913,35	137	3.739,09
3	508,53	48	993,77	93	1.942,05	138	3.795,17
4	516,16	49	1008,68	94	1.971,18	139	3.852,10
5	523,90	50	1023,81	95	2.000,75	140	3.909,88
6	531,76	51	1039,17	96	2.030,76	141	3.968,53
7	539,73	52	1054,76	97	2.061,22	142	4.028,06
8	547,83	53	1070,58	98	2.092,14	143	4.088,48
9	556,05	54	1086,64	99	2.123,52	144	4.149,81
10	564,39	55	1102,94	100	2.155,37	145	4.212,05
11	572,85	56	1119,48	101	2.187,70	146	4.275,23
12	581,45	57	1136,27	102	2.220,52	147	4.339,36
13	590,17	58	1153,32	103	2.253,82	148	4.404,45
14	599,02	59	1170,62	104	2.287,63	149	4.470,52
15	608,01	60	1188,17	105	2.321,95	150	4.537,58
16	617,13	61	1206,00	106	2.356,78	151	4.605,64
17	626,38	62	1224,09	107	2.392,13	152	4.674,73
18	635,78	63	1242,45	108	2.428,01	153	4.744,85
19	645,32	64	1261,09	109	2.464,43	154	4.816,02
20	655,00	65	1280,00	110	2.501,40	155	4.888,26
21	664,82	66	1299,20	111	2.538,92	156	4.961,58
22	674,79	67	1318,69	112	2.577,00	157	5.036,01
23	684,92	68	1338,47	113	2.615,66	158	5.111,55
24	695,19	69	1358,55	114	2.654,89	159	5.188,22
25	705,62	70	1378,93	115	2.694,71	160	5.266,04
26	716,20	71	1399,61	116	2.735,13	161	5.345,04
27	726,94	72	1420,60	117	2.776,16	162	5.425,21
28	737,85	73	1441,91	118	2.817,80	163	5.506,59
29	748,92	74	1463,54	119	2.860,07	164	5.589,19
30	760,15	75	1485,49	120	2.902,97	165	5.673,03
31	771,55	76	1507,78	121	2.946,52	166	5.758,12
32	783,13	77	1530,39	122	2.990,71	167	5.844,49
33	794,87	78	1553,35	123	3.035,58	168	5.932,16
34	806,80	79	1576,65	124	3.081,11	169	6.021,14
35	818,90	80	1600,30	125	3.127,33	170	6.111,46
36	831,18	81	1624,30	126	3.174,24	171	6.203,13
37	843,65	82	1648,67	127	3.221,85	172	6.296,18
38	856,30	83	1673,40	128	3.270,18	173	6.390,62
39	869,15	84	1698,50	129	3.319,23	174	6.486,48
40	882,18	85	1723,98	130	3.369,02	175	6.583,78
41	895,42	86	1749,84	131	3.419,55	176	6.682,53
42	908,85	87	1776,08	132	3.470,85	177	6.782,77
43	922,48	88	1802,73	133	3.522,91	178	6.884,51
44	936,32	89	1829,77	134	3.575,75	179	6.987,78
45	950,36	90	1857,21	135	3.629,39	180	7.092,60

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DO TEXTO PRIMITIVO PELO REPRODUZIDO ABAIXO:

ANEXO 3

DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL - PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

Disposições gerais

Art. 1º. A Evolução Funcional dar-se-á pela progressão e/ou promoção do servidor, mediante a passagem de um nível para outro(s), dentro do mesmo emprego, observado o Anexo 2 – DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS, constante deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. A Progressão Funcional do servidor, de que trata o *caput* deste artigo, ocorrerá de forma ascendente, de um nível para outro(s) imediatamente superior.

Art. 2º. A Evolução Funcional ocorrerá através das modalidades de:

I - Progressão por Merecimento;

II - Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação.

Art. 3º. Não terá direito à evolução funcional empregado que estiver cumprindo estágio probatório, fazendo jus a sua primeira evolução tão logo adquirida a estabilidade no cargo e preenchidos os requisitos para a obtenção do direito ao primeiro avanço.

Parágrafo único. A primeira evolução funcional corresponderá a passagem do nível no qual o servidor foi contratado, para o nível imediatamente superior, constante do Anexo 2 deste Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público.

DA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO

Art. 4º. Progressão por Merecimento é a passagem de um nível para outro imediatamente superior àquele a que pertence o servidor, pelo critério de merecimento.

Art. 5º. A Progressão por Merecimento, somente será concedida aos servidores para os quais foram realizadas as Avaliações Anuais de Desempenho Funcional e ocorrerá a cada ano, correspondente ao avanço de um nível por progressão, observadas as seguintes exigências:

I - ter o servidor cumprido o estágio probatório de 3 (três) anos, conforme prevê a Constituição Federal;

II - ter o servidor, atingido a média 7,0 (sete) na Avaliação Anual de Desempenho Funcional.

Art. 6º. As ausências para tratamento de saúde, ocorridas durante o período da avaliação, e que, somadas, excederem 30 (trinta) dias, automaticamente prorrogam, por igual tempo, a data do direito à progressão.

Art. 7º. Independente da média atingida nas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional a que se refere o art. 5º, não fará jus à progressão por merecimento o servidor que:

I - estiver licenciado ou afastado do exercício do emprego, com ou sem remuneração;

II - tiver obtido nota inferior a 7 (sete) no critério Assiduidade na avaliação anual;

III - Tenha sofrido uma penalidade administrativa de suspensão ou duas advertências, no período de avaliação.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no inciso I o caso de licença à servidora gestante.

DA PROMOÇÃO POR CURSOS DE FORMAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO

Art. 8º. A Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação é a passagem de um nível para outro imediatamente superior considerando-se a atualização profissional do servidor.

Art. 9º. Tendo obtido a progressão de que trata o art. 4º, é possível o servidor, no mesmo período, acumular outro avanço, a título de Promoção por Cursos de Formação e/ou de Capacitação, desde que comprove os requisitos necessários.

Art. 10. Os cursos de formação educacional e de capacitação, só serão considerados, para efeitos de concessão de promoção por uma única vez, não podendo ser computados para outras formas de promoção.

Da Promoção por Cursos de Formação

Art. 11. A promoção por Cursos de Formação é concedida ao servidor que possuir ou vir a possuir formação superior à exigida no cargo, mediante a conclusão dos seguintes cursos de formação educacionais:

I - ensino médio completo;

II - graduação;

III - especialização, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas;

IV - mestrado;

V - doutorado;

VI - curso técnico com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, desde que seja em área correlata à de atuação do cargo que o servidor ocupa no CISAM-SUL.

Parágrafo único. O servidor que possui formação educacional superior ao exigido no cargo, poderá requerer a sua promoção a qualquer momento, desde que já tenha adquirido a estabilidade no seu cargo.

Art. 12. Para a sua validação, o curso de formação deverá estar devidamente registrado na instituição de ensino competente, com reconhecimento do Ministério da Educação (MEC).

Art. 13. A promoção será concedida após a conclusão dos cursos de formação educacional, através do avanço de nível no plano de carreira do emprego, conforme a seguir:

- a) Avanço de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- b) Avanço de dois níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- c) Avanço de três níveis no empregado, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego do empregado;
- d) Avanço de quatro níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;
- e) Avanço de cinco níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado.

Da Promoção por Cursos de Capacitação

Art. 14. A promoção por cursos de capacitação, corresponderá ao avanço de um nível no plano de carreira do emprego e será concedida ao servidor mediante comprovação de sua participação em no mínimo 150 (cento e cinquenta) horas de cursos de capacitação, custeados pelo próprio servidor a serem realizadas após a entrada em vigência deste dispositivo legal, excluindo-se os cursos oferecidos pelo CISAM-SUL.

§ 1º - O curso de capacitação deverá ter relação com a área de atuação do emprego ocupado pelo servidor, com aplicabilidade no CISAM-SUL, não sendo permitida uma segunda promoção por cursos de capacitação antes de decorridos 02 (dois) anos.

§ 2º - O servidor interessado deverá requerer a promoção, juntando documentação que comprove a habilitação para a promoção.

Art. 15. Para fazer a análise da correlação do(s) curso(s) realizado(s) e/ou da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro, nomeará uma comissão de três empregados do Consórcio, que terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir um parecer.

Art. 16. O comprovante dos cursos, que habilita o servidor à promoção por curso de capacitação, é o diploma ou certificado, expedido pela instituição formadora ou fornecedora do curso, devidamente reconhecido pelos órgãos públicos competentes ou pelo CISAM-SUL.

DA CAPACITAÇÃO PATROCINADA

Art. 17. Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o CISAM-SUL possibilitará aos seus servidores a participação em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, congressos, seminários, palestras, que visem à modernização, reaparelhamento e racionalização dos seus serviços, através do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Parágrafo único. Os servidores que se negarem a participar dos programas de capacitação a que se refere este artigo, quando designados pelo Superintendente do CISAM, terão retardada, por um período de 6 (seis) meses, a contagem para a sua Evolução Funcional, salvo justificativa devidamente aceita pela Superintendência.

Art. 18. Caberá ao Superintendente do CISAM-SUL a designação dos servidores, aos quais serão disponibilizados os cursos e/ou capacitações.

ANEXO 4

DO ESTAGIO PROBATÓRIO

Art. 19. Os empregados providos, em virtude de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial de desempenho pelo período de 3 (três) anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu emprego.

Parágrafo único. O empregado não aprovado no estágio será exonerado e, se estável, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 20. A avaliação especial de desempenho constitui-se de um conjunto de ações planejadas e coordenadas, com vistas ao acompanhamento contínuo do desempenho do empregado durante o período de estágio probatório, verificando sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao respectivo emprego, por intermédio dos seguintes critérios:

I - assiduidade: relacionada à frequência, à pontualidade e ao cumprimento da carga horária de trabalho;

II - disciplina: relacionada ao cumprimento de obrigações e ao respeito às normas vigentes e à hierarquia funcional;

III - iniciativa:

a) relacionada à habilidade de propor ideias, visando à melhoria de procedimentos e rotinas de atividades;

b) relacionada à proatividade;

IV - produtividade:

a) relacionada à capacidade de administrar tarefas no seu cotidiano e priorizá-las, de acordo com os correspondentes graus de relevância;

b) relacionada à dedicação quanto ao cumprimento de metas e à qualidade do trabalho executado;

V - responsabilidade: relacionada ao comprometimento com seus deveres e atribuições, ao atendimento dos prazos e ao aprimoramento dos resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Art. 21. No processo de avaliação serão observados os critérios do artigo anterior, sendo considerado inapto o empregado que em qualquer avaliação semestral, tiver atribuída nota inferior a 05 (cinco), em dois ou mais desses itens, ou nota inferior a 07 (sete) em 3 (três) ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas.

Parágrafo único. Também será considerado inapto o empregado que, em qualquer época do estágio probatório, diante de fatos ocorridos, for submetido à devida perícia médica, constituída pelo Consórcio, e for considerado física ou mentalmente inapto para as funções do emprego.

Art. 22. As avaliações serão realizadas por Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, designada pelo Presidente do Consórcio, para cada empregado, a qual

terá um mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do empregado a ser avaliado, composta por 3 (três) membros.

Parágrafo único. Os membros designados para a Comissão deverão ser servidores e/ou empregados públicos estáveis, integrantes do quadro de pessoal do Consórcio ou dos municípios consorciados.

Art. 23. Nas avaliações, a Comissão Especial de Avaliação justificará a aplicação de notas inferiores a 7 (sete) em qualquer dos itens.

Art. 24. O empregado avaliado deverá receber cópia de todas as avaliações, bem como do relatório final da Comissão Especial de Avaliação e, considerando equivocadas as notas que lhe foram atribuídas, poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, oferecer defesa e contraditório, apresentando provas de suas alegações, podendo requerer a ouvida de até 3 (três) testemunhas, as quais deverão ser trazidas pelo empregado avaliado para a audiência determinada pela Comissão Especial de Avaliação, independentemente de qualquer intimação ou convocação por parte desta.

Art. 25. Encerrada a instrução, fica facultado ao empregado avaliado apresentar razões finais por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, a Comissão Especial de Avaliação se reunirá para reavaliar as suas conclusões anteriores à luz das novas provas produzidas e das razões finais do empregado, mantendo ou revendo as notas aplicadas e emitindo relatório definitivo, encaminhando-o ao Presidente para decisão.

Art. 26. O empregado, durante o seu Estágio Probatório, deverá receber 5 (cinco) avaliações, assim distribuídas:

- I** - primeira: ao completar 6 (seis) meses de exercício;
- II** - segunda: ao completar 12 (doze) meses de exercício;
- III** - terceira: ao completar 18 (dezoito) meses de exercício;
- IV** - quarta: ao completar 24 (vinte e quatro) meses de exercício; e
- V** - quinta: ao completar 30 (trinta) meses de exercício.

§ 1º - Após a quinta avaliação e antes do findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor será submetida à homologação da autoridade competente.

§ 2º - Mediante evidências de que o empregado não preenche as condições estabelecidas, inclusive quando assim declarado em avaliação médico pericial, o Presidente poderá determinar a antecipação da data de avaliação de que trata este artigo.

Art. 27. De posse do processo, e após parecer jurídico, o Presidente avaliará a correção formal dos procedimentos e determinará a correção dos atos irregulares ou o suprimimento das omissões.

Art. 28. Constatada a regularidade do processo, o Presidente decidirá pela aptidão ou inaptidão do empregado avaliado, determinando a anotação na sua ficha funcional se a conclusão foi pela sua aptidão, ou a expedição do devido ato de exoneração se a conclusão for pela inaptidão.

ANEXO 5**DA AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL**

Art. 29. Considerado apto, para o desempenho do emprego público, o servidor continuará sendo avaliado anualmente, obedecidos os mesmos procedimentos e critérios estabelecidos para a avaliação do estágio probatório.

Art. 30. Normas complementares, relativas às disposições do contido no título “Avaliação de desempenho funcional e do estágio probatório” serão regulamentadas no Estatuto ou através de Resolução do Presidente do Consórcio.